



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 49ª SESSÃO À 53ª SESSÃO DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

VOLUME 32 Nº 12
10 DE ABRIL A 16 DE ABRIL

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS.
BRASÍLIA – BRASIL
2008

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA

(2007-2008)

PRESIDENTE	Senador GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ÁLVARO DIAS (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador GERSON CAMATA (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO	Senador CÉSAR BORGES (PFL-BA)
4º SECRETÁRIO	Senador MAGNO MALTA (PR-ES)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
2º Senador	ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)
3º Senador	JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI)
4º Senador	FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

S/PARTIDO - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
- vago**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virginio de Carvalho** (S)

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
Relato sobre visita a diversos municípios de Rondônia. Senador Expedito Júnior.	371	Considerações e apoio a Marcha dos Prefeitos por uma distribuição melhor dos recursos para a solução dos problemas financeiros dos Municípios. Senador Antonio Carlos Valadares.....	622
Comentários a respeito da décima primeira Marcha à Brasília em Defesa dos Municípios. Senadora Lúcia Vânia.	406	Considerações e apoio a Marcha dos Prefeitos por uma distribuição melhor dos recursos para a solução dos problemas financeiros dos Municípios. Senador Arthur Virgílio.....	625
Homenagem aos prefeitos que participaram da Marcha à Brasília, com destaque aos prefeitos paraenses. Senador Flexa Ribeiro.....	596	Considerações e apoio a Marcha dos Prefeitos por uma distribuição melhor dos recursos para a solução dos problemas financeiros dos Municípios. Senadora Rosalba Ciarlini.....	626
Saudação aos prefeitos pela décima primeira Marcha Nacional à Brasília. Senador José Nery. ..	604	Registro de encaminhamento à Mesa pronunciamentos em que resume reivindicações básicas dos Prefeitos brasileiros em sua marcha. Senador Arthur Virgílio.	639
Registro da décima primeira Marcha dos Prefeitos a Brasília. Críticas à distribuição da arrecadação tributária. Senador Raimundo Colombo.....	608		
Solidariedade à décima primeira Marcha dos Prefeitos. Senador Valdir Raupp.....	610	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
Saudação à décima primeira Marcha dos Prefeitos a Brasília. Senadora Kátia Abreu.....	611	Considerações a falta de transparência e de critérios objetivos pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Senador Expedito Júnior.	371
Apoio às saudações à décima primeira Marcha dos Prefeitos a Brasília. Aparte à Senadora Kátia Abreu. Senador Adelmir Santana.	613	Expectativas com relação ao cumprimento por parte do Governo, do acordo firmado em torno do aumento salarial dos militares dos ex-Territórios. Senador Papaléo Paes.....	607
Apoio às saudações à décima primeira Marcha dos Prefeitos a Brasília. Aparte à Senadora Kátia Abreu. Senador Romeu Tuma.....	613	Esclarecimento sobre o acordo pactuado com as bancadas dos ex-Territórios para o reajuste dos salários dos policiais e bombeiros no momento em que houver o reajuste dos militares do Governo Federal. Senador Romero Jucá.	610
Apoio às saudações à décima primeira Marcha dos Prefeitos a Brasília. Aparte à Senadora Kátia Abreu. Senador Carlos Dunga.....	613	Expectativa do cumprimento do acordo feito pelo governo em benefício dos policiais dos ex-Territórios. Senador Valdir Raupp.	610
Apoio às saudações à décima primeira Marcha dos Prefeitos a Brasília. Aparte à Senadora Kátia Abreu. Senadora Rosalba Ciarlini.....	614		
Apoio às saudações à décima primeira Marcha dos Prefeitos a Brasília. Aparte à Senadora Kátia Abreu. Senador Jayme Campos.....	615	ARTIGO DE IMPRENSA	
Apoio às saudações à décima primeira Marcha dos Prefeitos a Brasília. Aparte à Senadora Kátia Abreu. Senadora Lúcia Vânia.	615	Solicitação que seja feita a transcrição do artigo “20 anos sem Antônio Farias”, de autoria de Gustavo Krause, publicado no <i>Jornal do Comercio</i> , de 5 de abril de 2008. Senador Marco Maciel.	266
Apoio a Marcha dos Prefeitos por uma distribuição melhor dos recursos para a solução dos problemas financeiros dos Municípios. Senador Osmar Dias.....	619		

	Pág.		Pág.
Registro de entrevista do historiador Marco Antonio Villa à revista <i>Veja</i> , edição de 16 de abril de 2008. Registro da matéria intitulada “Com a palavra, PT e Intercorp”, publicada na revista <i>Época</i> , edição de 9 de março de 2008. Senador Arthur Virgílio....	409	Preocupação com os prejuízos à economia do Rio Grande do Norte decorrentes das chuvas. Senador José Agripino.	354
Registro da matéria intitulada “Hora de prestar contas”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 5 de março de 2008. Senador Papaléo Paes.	414	Apelo por ajuda de recursos para que a Paraíba e o Rio Grande do Norte saiam do prejuízo com a calamidade das enchentes. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Carlos Dunga.....	355
Registro da matéria intitulada “A República dos Cartões”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 13 de fevereiro de 2008. Senador Alvaro Dias.	415	Considerações ao discurso proferido pelo Senador José Agripino sobre os prejuízos à economia do Rio Grande do Norte. Aparte ao Senador José Agripino. Senadora Rosalba Ciarlini.	355
Registro da matéria intitulada “Hora de escancarar a porteira”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 30 de janeiro de 2008. Senador Sérgio Guerra..	420	Apelo ao Governo Federal para a liberação de recursos destinados às populações atingidas pelas enchentes no Estado da Paraíba. A problemática da dengue na Paraíba. Senador Carlos Dunga.	384
Registro da matéria intitulada “Há espaço para crescer sem a pressão inflacionária”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de primeiro de março de 2008. Senador Mário Couto.....	422	Apoio ao Senador Carlos Dunga por seu pronunciamento fazendo referencia às calamidades públicas. Aparte ao Senador Carlos Dunga. Senadora Rosalba Ciarlini.	385
Registro da matéria intitulada “Se pudesse, faria mudança por decreto, diz Lula”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 28 de fevereiro de 2008. Senador Flexa Ribeiro.	423	Reiteração de apelo em favor das populações atingidas pelas cheias na região Nordeste. Senadora Rosalba Ciarlini.	386
Registro da Matéria intitulada “A caixa-preta dos comunistas”, publicada pela revista <i>Veja</i> em sua edição de 15 de março de 2008. Senador Papaléo Paes.	765	CARTÃO DE CRÉDITO	
Registro da matéria intitulada “País é lanterna dos emergentes”, publicada pelo jornal <i>O Estado de São Paulo</i> em sua edição de 13 de março de 2008. Senador Sérgio Guerra.....	767	Informa que o DEM indicou os Senadores Demóstenes Torres e Efraim Moraes, como titulares, e a Senadora Kátia Abreu, como suplente, para compor a CPI do Senado que vai investigar os cartões corporativos. Senador José Agripino.	54
Registro da matéria intitulada “Acabou o diálogo”, publicada pela revista <i>Istoé dinheiro</i> em sua edição de 16 de março de 2008. Senador Arthur Virgílio.	768	Críticas ao envolvimento da Polícia Federal no caso do dossiê. Senador Mão Santa.....	348
Registro do Editorial intitulado “Dilma fala”, publicado pelo jornal <i>Folha de S.Paulo</i> em sua edição de 04 de abril de 2008. Senador Flexa Ribeiro.	769	COMISSÃO	
ATUAÇÃO PARLAMENTAR		Apelo ao Senador Arthur Virgílio para que seja retirado o requerimento de manifestação da Comissão e Constituição Justiça no Projeto nº 266, de minha autoria, que trata da cobrança do ISS nos arrendamentos mercantis, nos <i>leasings</i> . Senadora Ideli Salvatti.	625
Agradecimentos à ONU pela inclusão do nome de S.Exa., dentre 26 personalidades brasileiras, para serem ouvidas sobre a realidade da democracia no País. Senadora Ideli Salvatti.....	591	DESEMPREGO	
CALAMIDADE PÚBLICA		Reflexão sobre a “seca de empregos” que assola o Piauí e o Rio Grande do Norte. Senador José Agripino.....	351
Solidariedade às vítimas das enchentes que assolam a Paraíba e, comentário sobre a realidade do semi-árido nordestino. Senador José Maranhão..	47	Continuação de pronunciamento acerca da “seca de empregos” que assola o Piauí e o Rio Grande do Norte. Senador José Agripino.....	354
Preocupação com os prejuízos à economia do Rio Grande do Norte decorrentes das chuvas. Senadora Rosalba Ciarlini.....	187		

		III
	Pág.	Pág.
DESENVOLVIMENTO NACIONAL		
Confirmação da presença da Ministra Dilma Rousseff, dia 29 de abril de 2008, no Senado para falar sobre o PAC. Senador Romero Jucá.	305	mente aprovar um adendo à convocação da ministra Dilma Rousseff para falar. Senador Arthur Virgílio. 375
DESENVOLVIMENTO REGIONAL		FORÇAS ARMADAS
Registro da realização, hoje e amanhã, do sexto Encontro do Parlamento Amazônico, no Amapá. Senador Mozarildo Cavalcanti.	188	Lamento pelo sucateamento das Forças Armadas brasileiras. Senador Papaléo Paes. 233
Registro da participação de S.Exa. em reunião do Parlamento Amazônico. Senador João Pedro.	201	Apoio ao Senador Papaléo Paes por seu pronunciamento referente ao sucateamento das Forças Armadas Brasileiras. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Mozarildo Cavalcanti. 235
Destaque aos problemas enfrentados por agricultores do Piauí. Protesto contra a caducidade do ato de criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Parnaíba, no Piauí, em julho do corrente ano. Senador Mão Santa.	348	GOVERNO ESTADUAL
Comemoração pelo fato de que a cidade sergipana de Aracaju desponta como a cidade brasileira com maior qualidade de vida. Senador Antonio Carlos Valadares.	363	Comentários sobre a situação de abandono em que se encontram as estradas do Piauí. Senador Mão Santa. 202
Apresenta requerimento de informações ao Ministro Geddel Vieira, da Integração Nacional, sobre repasses de recursos federais para os projetos de irrigação em execução no Estado de Tocantins. Senadora Kátia Abreu.	374	Comentário sobre matéria publicada no jornal Valor Econômico, sobre a economia do Espírito Santo que sofreu um índice de crescimento expressivo nos últimos anos. Senador Gerson Camata. 265
Apelo para que seja colocado em pauta a matéria da incorporação do Banco do Estado do Piauí junto ao Banco do Brasil para que seja destinado uma verba de 180 milhões para obras da Ponto Santa Filomena no Estado do Piauí. Senador Heráclito Fortes.	675	Indignação com a situação do hospital de Santarém, que ainda não entrou em funcionamento. Críticas à Governadora Ana Júlia Carepa. Senador Mário Couto. 592
DIREITOS HUMANOS		Críticas ao Governo do Pará e a atuação do MST no Pará. Senador Flexa Ribeiro. 596
Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição 10, que “fixa a idade mínima.” Senador Paulo Paim.	228	GOVERNO FEDERAL
EDUCAÇÃO		Comentário sobre entrevista concedida pelo Senador Tião Viana à revista Istoé. Registro do artigo “A banalização da safadeza”, do jornalista Augusto Nunes. Senador Mozarildo Cavalcanti. 238
Defesa da criação de fóruns de debates específicos, em busca de soluções para os problemas educacionais brasileiros. Senadora Fátima Cleide.	273	Considerações ao discurso proferido pelo Senador Mozarildo Cavalcanti. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Pedro Simon. 239
Regozijo pela aprovação, hoje, na CCJ, da proposta de emenda à Constituição sobre a desvinculação da DRU para a educação. Senadora Ideli Salvatti.	591	Considerações ao discurso proferido pelo Senador Mozarildo Cavalcanti. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Paulo Paim. 243
ESCLARECIMENTO		Indignação com o pronunciamento do Ministro Paulo Bernardo, que chamou os parlamentares de irresponsáveis. Senador Mão Santa. 589
Comentários sobre os fatos ocorridos na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura de legitima-		GOVERNO MUNICIPAL
		Protesto contra demora na entrega à população do Hospital Regional Público do Oeste, localizado em Santarém-PA. Senador Mário Couto. 295
		HOMENAGEM
		Homenagem ao jornal mineiro Estado de Minas, pelo transcurso dos seus 80 anos de fundação. Senador Eduardo Azeredo. 2

	Pág.		Pág.
Homenagem ao jornal mineiro Estado de Minas, pelo transcurso dos seus 80 anos de fundação. Senador Eliseu Resende.....	17	Homenagem pelo transcurso dos 56 anos de atuação no Brasil do Lyons Clube. Senador César Borges.	594
Homenagem ao jornal mineiro Estado de Minas, pelo transcurso dos seus 80 anos de fundação. Senador Wellington Salgado de Oliveira.	18	Apoio às homenagens feitas pelo transcurso dos 56 anos de atuação no Brasil do Lyons Clube. Aparte ao Senador César Borges. Senador Flexa Ribeiro. ...	595
Homenagem ao jornal mineiro Estado de Minas, pelo transcurso dos seus 80 anos de fundação. Senador Mão Santa.....	20	Apoio às homenagens feitas pelo transcurso dos 56 anos de atuação no Brasil do Lyons Clube. Aparte ao Senador César Borges. Senador José Nery.	595
Homenagem ao jornal mineiro Estado de Minas, pelo transcurso dos seus 80 anos de fundação. Senador Arthur Virgílio.....	22	Comunicação à Casa de encaminhamento à Mesa requerimento para homenagear o a memória do Senador Humberto Coutinho de Lucena, pelo transcurso de 10º aniversário de seu falecimento. Senador José Maranhão.....	638
Homenagem ao jornal mineiro Estado de Minas, pelo transcurso dos seus 80 anos de fundação. Senador Cristovam Buarque.....	25	Convite às homenagens que serão prestadas ao Senador Antonio Carlos Magalhães, pois será inaugurada a galeria com o nome dele. Senador Tião Viana.....	639
Homenagem ao jornal mineiro Estado de Minas, pelo transcurso dos seus 80 anos de fundação. Senador Adelmir Santana.....	26	Comemoração, no dia 18 de abril de 2008, o Dia Nacional do Livro Infantil. Senador Paulo Paim.	771
Homenagem ao jornal mineiro Estado de Minas, pelo transcurso dos seus 80 anos de fundação. Senador Paulo Duque.....	27	Cumprimentos à segunda colocada no concurso Miss Brasil 2008, Vanessa Vidal, que é deficiente auditiva, bem como à vencedora, a gaúcha Natália Anderle. Senador Paulo Paim.....	771
Associação à Homenagem ao jornal mineiro Estado de Minas, pelo transcurso dos seus 80 anos de fundação. Aparte ao Senador Paulo Duque. Senador Eduardo Suplicy.....	28	HOMENAGEM PÓSTUMA	
Registro de três eventos ocorridos no último dia 7: o Dia do Jornalista, o centenário de fundação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a concessão da medalha de honra ao mérito ao jornal Correio de Uberlândia pela comemoração dos seus 70 anos. Senador Wellington Salgado de Oliveira	202	Voto de pesar pelo falecimento hoje do ex-deputado federal, ex vice-governador da Bahia e ex-ministro da Educação Eraldo Tinoco. Senador José Agripino.	358
Homenagem a Brasília que no próximo dia 21 completará 48 anos. Senador Mão Santa.	287	Voto de pesar pelo falecimento hoje do ex-deputado federal, ex vice-governador da Bahia e ex-ministro da Educação Eraldo Tinoco. Senador Antonio Carlos Júnior.....	360
Apoio ao Senador Mão Santa por seu pronunciamento fazendo uma homenagem a Brasília. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Adelmir Santana.	289	Voto de pesar pelo falecimento hoje do ex-deputado federal, ex vice-governador da Bahia e ex-ministro da Educação Eraldo Tinoco. Senador Tasso Jereissati.	362
Referências à sessão de homenagem pelo transcurso dos 200 anos da Justiça brasileira, ocasião em que se homenageou a Ministra Ellen Gracie, do STF. Senador Paulo Paim.....	335	Voto de pesar pela morte do ex-deputado e ex-ministro Eraldo Tinoco. Senador César Borges.	407
Homenagem pelo bicentenário do Poder Judiciário independente no Brasil. Senador Sibá Machado.	367	IGREJA	
Registro de votos de pesar e de louvor apresentados por S.Exa ao ex-deputado Eraldo Tinoco, do mesmo modo ao Desembargador Flávio Pascarelli. Senador Arthur Virgílio.	375	Registro da realização da quadragésima sexta Assembléia-Geral da CNBB. Senador Papaléo Paes.	343
Homenagem à memória do ex-Senador Humberto Lucena, falecido há 10 anos. Senador Carlos Dunga.	384	IMPrensa	
		Considerações sobre artigo publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , envolvendo toda a polêmica sobre a Lei de Imprensa no Brasil. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	345

	Pág.	V	Pág.
JUDICIÁRIO			
Considerações sobre a repercussão do pronunciamento de S.Exa. sobre o fim do foro privilegiado. Senador Paulo Paim.....	198		
LEGISLAÇÃO COMERCIAL			
Anuncio da apresentação de projeto de lei para padronizar regra de publicação de balanço das empresas. Senador Adelmir Santana.	227		
LEGISLAÇÃO PENAL			
Premência da discussão e aprovação de medidas capazes de frear a violência praticada por jovens. Senador Sérgio Zambiasi.	52		
Apoio ao Senador Sérgio Zambiasi por seu pronunciamento referente à violência praticada por jovens. Aparte ao Senador Sérgio Zambiasi. Senador Cristovam Buarque.....	53		
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA			
Repúdio ao veto presidencial a dispositivo que atribuía ao Tribunal de Contas da União a fiscalização de recursos repassados às centrais sindicais. Senador Raimundo Colombo.....	145		
Destaque para o papel desempenhado pela OIT desde sua fundação, em 1919. Senador Paulo Paim..	274		
Registro da coleta de assinatura pelas sindicais trabalhistas, em apoio à proposta de emenda Constitucional que reduz a jornada semanal de trabalho sem redução de salários. Senador Paulo Paim.....	771		
MANIFESTAÇÃO			
Registro da presença em Brasília, de integrantes dos Movimentos Sociais pela Terra, Abril Indígena, Prefeitos Municipais e Delegados da primeira Conferência Nacional de Educação Básica. Senadora Fátima Cleide.....	273		
MARINHA DO BRASIL			
Comentários da exposição feita na Comissão de Assuntos Econômicos sobre os <i>royalties</i> que ficou uma dúvida sobre a porcentagem destinada a Marinha. Senador Eduardo Azeredo.....	626		
MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA			
Mensagem nº 68, de 2008 (nº 170/2008, na origem), de 7 do corrente, restituindo autógrafos			
		do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, que dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao § 1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A – proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007, sancionada e transformado na Lei nº 11.651, e 7 de abril de 2008.....	272
		Mensagem nº 69, de 2008 (nº 191/2008, na origem), que submete à apreciação dos Senhores Membros do Senado a escolha, que deseja fazer, do Senhor Antonio Luis Espinola Salgado, Ministro de Segunda Classe da carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Irã.	440
		(MERCOSUL)	
		Lembrança dos 17 anos do MERCOSUL. Protesto à atitudes de Ministros de Estado em relação à Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL. Renúncia de S.Exa. do cargo de Presidente da Representação Brasileira do MERCOSUL. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	291
		Apoio ao Senador Geraldo Mesquita Júnior por seu pronunciamento referente ao Mercosul. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Mão Santa.	293
		Solidariedade ao Senador Geraldo Mesquita Júnior na discussão do Mercosul. Senador Mário Couto.	295
		MOVIMENTO ESTUDANTIL	
		Comunica que estão afastados, por sessenta dias, o Reitor Timothy Mulholland, o Vice-Reitor e os decanos que faziam parte do Conselho da Fundação Universidade de Brasília, para que sejam investigadas as denúncias de corrupção. Senador Eduardo Suplicy.....	46
		Comentários sobre o movimento dos estudantes da UNB. Senador Mão Santa.....	287
		MOVIMENTO TRABALHISTA	
		Críticas ao governo do PT por suas contradições aos movimentos dos trabalhadores, ao querer corta o ponto dos funcionários públicos em greve. Senador Eduardo Azeredo.	408

	Pág.		Pág.
MULHER			
Participação no Fórum de Mulheres Brasil-África e os seus Desafios neste Milênio. Senador Paulo Paim.....	335	vella, que altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (Lei da Comissão de Serviço Público) e 8.977, de 6 de janeiro de 1995, pra conceder direito á compensação, no prazo de quarenta dias, em conta ulterior, do valor correspondente ao do período de suspensão dos serviços que disciplinam. Senador Flávio Arns.....	326
Apoio ao discurso proferido pelo Senador Paulo Paim sobre a participação no Fórum de Mulheres Brasil-África. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Gerson Camata.....	336	Parecer nº 309, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra Estrutura, sobre a Mensagem nº 51, de 2008, (nº 91/2008, na origem) que Submete à apreciação do Senador Federal, o nome do Senhor Mário Rodrigues Junior, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Senador Marconi Perillo.....	330
MUNICÍPIOS			
Registro da abertura da décima primeira Marcha dos Prefeitos ocorrida em Brasília. Senadora Ideli Salvatti.	357	Parecer nº 310, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 278, de 2007 (nº 2.186/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização a Associação Rádio Comunitária de Dionísio Cerqueira – ARCOM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina. Senadora Ideli Salvatti.	496
Registro da visita do prefeito da cidade de Paragominas, Adnan Demachki, na tribuna de honra do Plenário do Senado e receber mais um reconhecimento de que Paragominas é um município modelo na questão ambiental. Senador Flexa Ribeiro.....	628	Parecer nº 311, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 294, de 2007 (nº 115/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o a o que renova a concessão outorgada à Rádio Aliança Ltda. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina. Senadora Ideli Salvatti.....	499
OFÍCIO			
Ofício nº 95/08/PS-GSE, de 2008 que encaminha ao Senhor Primeiro-Secretário, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 409, de 2007, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 8-4-08, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$750.465.000,00 (setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), para os fins que especifica.”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001. Em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.	151	Parecer nº 312, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 325, de 2007 (nº 184, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores da Vila Santo Antônio e Vizinhos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Andradas, Estado de Minas Gerais. Senador Eliseu Resende.....	503
(ONGs)			
Registro de que a CCJ tomou a decisão de determinar que qualquer recurso repassado a ONGs seja por meio de convênios, que se dê transparência a esses recursos repassados ás instituições. Senador Renato Casagrande.....	618	Parecer nº 313, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 338, de 2007 (nº 172 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Vizinhança de Difusão Comunitária de Águas Lindas de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Águas Lindas de Goiás, Estado de Goiás. Senador Demóstenes Torres.....	506
PARECER			
Parecer nº 308, de 2008, da Comissão de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Lei do Senador nº 591, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Cri-			

Pág.		Pág.
	Parecer nº 314, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 339, de 2007 (nº 173/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Pomerode Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pomerode, Estado de Santa Catarina. Senadora Ideli Salvatti.....	510
	Parecer nº 315, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2007 (nº 152/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Amigos de Porto Belo – SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Belo, Estado de Santa Catarina. Senadora Ideli Salvatti.....	513
	Parecer nº 316, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2007 (nº 209/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Cultura e Arte de Aimorés – MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aimorés, Estado de Minas Gerais. Senador Eliseu Resende.....	517
	Parecer nº 317, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2007 (nº 213/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Novos Tempos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais. Senador Eliseu Resende.....	520
	Parecer nº 318, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2007 (nº 261/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Rio Negrinho Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina. Senadora Ideli Salvatti.....	524
	Parecer nº 319, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 378, de 2007 (nº 279/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Goiatuba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goiatuba, Estado de Goiás. Senador Demóstenes Torres.....	528
	Parecer nº 320, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2007 (nº 162) 2007, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Videira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina. Senadora Ideli Salvatti.....	532
	Parecer nº 321, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 409, de 2007 (nº 288, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Momento FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina. Senadora Ideli Salvatti....	536
	Parecer nº 322, de 2008, da comissão de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 419, de 2007 (nº 148/444 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização ao Governo do Estado de Mato Grosso para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso. Senador Valter Pereira.....	539
	Parecer nº 323, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 445, de 2007 (nº 125/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão e Comunicação Comunitária de Águas de Lindóia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas de Lindóia, Estado de São Paulo. Senador Romeu Tuma.....	544
	Parecer nº 324, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 451, de 2007 (nº 214, 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Schappo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miguelópolis, Estado de São Paulo. Senador Romeu Tuma.....	548
	Parecer nº 325, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 457, de 2007 (nº 281 de 2007, Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Nova Amparo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência	

	Pág.		Pág.
modulada na cidade de Amparo, Estado de São Paulo. Senador Romeu Tuma.	551	na cidade de Tucuruí, Estado do Pará. Senador Flexa Ribeiro.....	572
Parecer nº 326, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo Nº 469, de 2007 (nº 328/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à rádio Ultra FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro. Senador Francisco Dornelles.	554	Parecer nº 332, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2008 (nº 163/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Canaã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo. Senador Gerson Camata.	576
Parecer nº 327, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2007 (nº 304/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Paraíso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Senador Marcelo Crivella.	557	Parecer nº 333, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2008 (nº 350, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Mairi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mairi, Estado da Bahia. Senador Antonio Carlos Junior.....	580
Parecer nº 328, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 479, de 2007 (nº 316, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos de Novo Progresso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Progresso, Estado do Pará. Senador Flexa Ribeiro.....	561	Parecer nº 334, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a aprovação do Senhor Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Paquistão e, cumulativamente, o de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Afeganistão. Senador Mozarildo Cavalcanti.	622
Parecer nº 329, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 480, de 2007 (nº 317/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parobé, Estado do Rio Grande do Sul. Senador Sérgio Zambiasi.....	565	Parecer nº 335, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a aprovação do Senhor Raul Campos e Castro, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos. Senador Jarbas Vasconcelos.	625
Parecer nº 330, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 481, de 2007 (nº 329, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Piranhas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piranhas, Estado de Alagoas. Senador João Tenório.	568	Parecer nº 336, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a aprovação da escolha do Senhor Cesário Melantônio Neto, ministro de primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito e, cumulativamente o de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Eritreia e na República Democrática Somali, desde que obtidos os agréments dos governos desses países. Senador Romeu Tuma.	628
Parecer nº 331, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 485, de 2007 (nº 267/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Filadélfia – ACCFI, para executar serviço de radiodifusão comunitária		Parecer nº 337, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a aprovação da escolha do Senhor Edgard Antonio Casciano, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à república Árabe da Síria. Senador Romeu Tuma.	632
		Parecer nº 338, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a	

Pág.	Pág.
aprovação do Senhor José Fiúza Neto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o Cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné. Senador Geraldo Mesquita... 639	divida diante das calamidades. Senadora Rosalba Ciarlini..... 386
Parecer nº 339, de 2008, de Plenário, que dá parecer pela não-urgência da Medida provisória nº 385, por conta de outros dispositivos que encaminharão e ensejarão a solução da questão que esta colocada nessa medida provisória. Senador Romero Jucá..... 670	Apoio à Senadora Rosalba Ciarlini por seu pronunciamento referente às dividas cobradas dos agricultores. Aparte à Senadora Rosalba Ciarlini. Senador Carlos Dunga..... 387
Parecer nº 340, de 2008, de Plenário, sobre a medida provisória nº 405, de 2007 com relação aos pressupostos de urgência e relevância, voto favorável à urgência e a relevância da matéria, que trata de um crédito extraordinário de 5.455.677.660,00 (cinco bilhões, quatrocentos e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e sete mil e seiscentos e sessenta reais). Senador Renato Casagrande... 675	Comentários aos pronunciamentos da Senadora Rosalba Ciarlini e dos Senadores Expedido Júnior e Carlos Dunga, referente às que vem acontecendo no Nordeste por conta das enchentes. Senador Paulo Duque..... 388
Parecer nº 341, de 2008, de Plenário, favorável a matéria e mérito da matéria da medida provisória nº 406, de 2007, que abre crédito extraordinário em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global um bilhão duzentos e cinquenta milhões, setecentos e trinta e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais, para os fins que especifica. Senador Gim Argello..... 725	POLÍTICA CULTURAL
Parecer nº 342, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre a Emenda da Câmara dos Deputados ao projeto de Lei do Senado nº 340, de 1999 (nº 2.669/200, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Imigrante Italiano e dá outras providências. Senador Sérgio Zambiasi..... 763	Lançamento pelo Ministério da Cultura de programa de reestruturação dos museus nacionais com destaque para a promoção, em nível nacional, do Prêmio Darcy Ribeiro. Senador Romero Jucá.. 306
POLÍTICA AGRÍCOLA	Considerações sobre o Prêmio Mário de Andrade, promovido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Senador Romero Jucá. 770
Preocupação com as dificuldades financeiras por que passam os agricultores brasileiros. Defesa da renegociação das dívidas rurais. Senador Neuto de Conto..... 49	POLÍTICA DE EMPREGO
Registro do transcurso, ontem, do Dia Internacional do Café, destacando a importância do Estado do Espírito Santo como segundo maior produtor de café do País. Senador Gerson Camata..... 341	Alerta sobre a falta de mão-de-obra especializada no País. Senador Gerson Camata..... 265
Comentários sobre declarações do relator especial da ONU, Jean Ziegler, sobre a crise de alimentos que pode se abater sobre o mundo. Senador Osmar Dias..... 365	POLÍTICA DE TRANSPORTES
Apelo pela continuidade da renegociação de dívidas agrícolas e para que parem com as execuções de cobranças das dividas aos agricultores que não tem condições nenhuma de pagar essa	Considerações sobre a situação dos portos brasileiros. Senadora Kátia Abreu..... 403
	Apoio à Senadora Kátia Abreu por seu pronunciamento referente aos portos brasileiros. Aparte à Senadora Kátia Abreu. Senador Gerson Camata.. 405
	Apoio à Senadora Kátia Abreu por seu pronunciamento referente aos portos brasileiros. Aparte à Senadora Kátia Abreu. Senadora Lúcia Vânia.... 406
	Alerta para a necessidade de planejamento e melhoria do transporte urbano nas metrópoles brasileiras. Senador Eduardo Azeredo..... 408
	Regozijo pela inauguração, nesta manhã, da Estação do Metrô na Ceilândia. Senador Adelmir Santana..... 616
	POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE
	Registro da instalação hoje, da Comissão Temporária Externa destinada a verificar, in loco, o risco ambiental em que vivem os 31 municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial - INPE, em seu "mapa do desmatamento". Senador Jayme Campos..... 146

	Pág.		Pág.
Considerações sobre o relatório divulgado pelo Banco Mundial, que atribui ao Brasil o maior desmatador do mundo. Senador Arthur Virgílio.....	218	indígena Raposa Serra do Sol e reunião de S.Exa. com o Ministro da Justiça. Senador Romero Jucá.	305
Registro de reunião com pesquisadores em um centro de pesquisa da Petrobrás, em Manaus, sobre a implantação de projeto piloto de cultivo do dendê para recuperar terras amazônicas degradadas e improdutivas. Senador João Pedro.....	279	Registro do deslocamento do navio-hospital Oswaldo Cruz, da Marinha brasileira, para atender um pleito das comunidades indígenas do Rio Javari, no Município de Atalaia do Norte. Senador João Pedro.....	369
Realização do sexto Encontro do Parlamento Amazônico Brasileiro, em Macapá-AP. Defesa da importância do Parlamento Amazônico. Senador Papaléo Paes.....	282	Elogios a declarações do Ministro Gilmar Mendes, do STF, sobre a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Senador Jayme Campos.....	400
Apoio ao discurso proferido pelo Senador Papaléo Paes com referencia a importância do Parlamento Amazônico. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	283	Apoio aos índios da reserva Raposa Serra do Sol. Saudação à realização de mais um Acampamento Terra Livre, do Movimento Indígena Nacional. Senador José Nery.....	604
Considerações sobre manifestação do relator especial da ONU para Direitos à Alimentação, Sr. Jean Ziegler. Senador João Pedro.....	369	POLÍTICA INTERNACIONAL	
POLÍTICA ECONÔMICA FINANCEIRA		Apele ao governo chinês pela paz no Tibete. Senador Paulo Paim.....	228
Reflexão acerca dos entraves ao crescimento econômico brasileiro, objeto dos mais variados estudos, especialmente pela Consultoria Macroplan. Senador Álvaro Dias.....	285	POLÍTICA PARTIDÁRIA	
Referências à reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que tratará da taxa anual de juros. Senador Álvaro Dias.....	346	Registro da realização do Terceiro Encontro Regional do PSDB, na cidade de Santarém - PA. Senador Flexa Ribeiro.....	596
POLÍTICA ENERGÉTICA		Cumprimentos à Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, pelo posicionamento contrário à proposta de terceiro mandato ao Presidente Lula. Senador Jefferson Péres.....	606
Leitura de nota do Senador João Tenório, presidente da Subcomissão de Biocombustíveis, contestando declarações do representante da ONU, para o Direito à Alimentação, Sr. Jean Ziegler. Senador Sibá Machado.....	301	POLÍTICA SANITÁRIA	
Apele às autoridades competentes para que alterem a portaria que proíbe a venda de carros populares movidos a diesel, no mercado nacional. Senador Gerson Camata.....	603	Defesa da recriação da SUCAM, que desenvolvia atividades diretas de eliminação e controle de endemias. Senador José Sarney.....	298
POLÍTICA EXTERNA		Considerações ao discurso proferido pelo Senador José Sarney. Aparte ao Senador José Sarney. Senador Mão Santa.....	300
Registro de aprovação da emenda de autoria de S.Exa. que trata do fundo de recursos emergenciais para reforço à segurança de fronteira. Senador Expedito Júnior.....	633	PRESIDENTE DA REPÚBLICA	
POLÍTICA INDIGENISTA		Comentários as declarações do Presidente Lula. Senador Mão Santa.....	202
Registro sobre atividades desenvolvidas no Estado de Roraima, em razão do conflito na reserva		PREVIDÊNCIA SOCIAL	
		Preocupação com as condições de vida das pessoas portadoras de necessidades especiais. Senador João Vicente Claudino.....	149
		Referências à aprovação, ontem, de dois projetos de interesse dos aposentados e pensionistas. Senador Paulo Paim.....	198

Pág.	Pág.		
Sustentação da decisão do Senado Federal que aprovou o Projeto de Lei do Senado 296, de 2003, que extingue o fator previdenciário. Senador Paulo Paim.....	228	aposentados. Aparte ao Senador Jayme Campos. Senador Paulo Paim.....	402
Apoio ao Senador Paulo Paim por seu pronunciamento referente ao fator previdenciário. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Papaléo Paes...	231	Críticas a declarações do Ministro Paulo Bernardo em relação ao aumento dos aposentados. Senadora Kátia Abreu.	403
Apoio ao Senador Paulo Paim por seu pronunciamento referente ao fator previdenciário. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	231	Apoio à Senadora Kátia Abreu por seu pronunciamento. Aparte à Senadora Kátia Abreu. Senador Marconi Perillo.....	403
Protesto contra notícias veiculadas pela imprensa, atribuindo ao Senado à culpa do agravamento da crise financeira da Previdência Social. Senador Papaléo Paes.....	233	Encaminhamento de votação da matéria do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2008 que altera a redação da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para dar novo prazo à aposentadoria especial de trabalhador rural empregado e para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual, o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991, e trata do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003 (proveniente da Medida Provisória nº 385, de 2007). Senador Alvaro Dias.....	671
Considerações ao discurso do Senador Papaléo Paes referente à crise a Previdência Social. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	233	Encaminhamento de votação da matéria do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2008 que altera a redação da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para dar novo prazo à aposentadoria especial de trabalhador rural empregado e para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual, o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991, e trata do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003 (proveniente da Medida Provisória nº 385, de 2007). Senador Arthur Virgílio.....	672
Apoio ao Senador Papaléo Paes pelo seu discurso. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	233	Encaminhamento de votação da matéria do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2008 que altera a redação da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para dar novo prazo à aposentadoria especial de trabalhador rural empregado e para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual, o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991, e trata do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003 (proveniente da Medida Provisória nº 385, de 2007). Senador Osmar Dias.....	672
Considerações ao discurso do Senador Papaléo Paes referente à crise a Previdência Social. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Paulo Paim.....	234	PROJETO DE LEI DA CÂMARA	
Apelo à Câmara dos Deputados para que confirme a decisão de aprovação, pelo Senado, de projetos que beneficiam aposentados e pensionistas. Senador Mão Santa.....	253	Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2008 (nº 765/1995, na Casa de Origem), que altera a redação do art. 4º do Decreto-Lei nº 1.722 de 3 de dezembro de 1979 (altera o prazo para pagamento de tributos incidentes nas importações sob o regime aduaneiro de drawback).	37
Defesa da aprovação de projetos de lei que elevam o valor dos benefícios da Previdência Social. Senador Paulo Paim.....	274		
Apoio ao Senador João Pedro por sua postura e raciocínio em relação a matéria dos aposentados. Aparte ao Senador João Pedro. Senador Mário Couto.....	279		
Comemoração pela aprovação de projeto de lei de interesse dos aposentados e pensionistas. Senador Mário Couto.....	295		
Apoio ao Senador Mário Couto por seu pronunciamento referente aos interesses dos aposentados e pensionistas. Aparte ao Senador Mário Couto. Senador Mão Santa.....	296		
Críticas a declarações do Ministro Paulo Bernardo em relação ao aumento dos aposentados. Senador Jayme Campos.....	400		
Apoio ao Senador Jayme Campos por seu pronunciamento fazendo referencia ao aumento dos aposentados. Aparte ao Senador Jayme Campos. Senador Mão Santa.....	401		
Apoio ao Senador Jayme Campos por seu pronunciamento fazendo referencia ao aumento dos			

	Pág.		Pág.
Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2008 (nº 6.341/2002, na casa de origem), que institui o “Dia Nacional do Caminhoneiro”.....	38	de imposto de renda sobre rendimentos de títulos públicos para não residentes. Senador Renato Casagrande.....	33
Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2008 (nº 2.392/2003, na Casa de origem), que institui o Dia do Advogado. Art. 1º É instituído o dia 11 de agosto como Dia do Advogado.....	39	Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Nova Mamoré, no Estado de Rondônia. Senador Expedito Júnior.....	332
Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2008 (nº 2.930/2004, na Casa de origem), que denomina Usina Hidrelétrica de Sobradinho Paulo de Souza Coelho a usina de Sobradinho no rio São Francisco.....	39	Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2008, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de embarcações, exceto as recreativas e as esportivas. Senador Expedito Júnior.....	333
Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2008 (nº 7.550/2006, na Casa de origem), que denomina Professor Arthur Fonseca o campus da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR localizado no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo.....	40	Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2008, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na região leste do Estado do Espírito Santo. Senador Gerson Camata.....	458
Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2008 (nº 7.686, na Casa de origem), que denomina Dr. Weimar Gonçalves Torres o prédio que abriga o Fórum Eleitoral da Comarca de Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul.....	40	Projeto de Lei do Senado nº 133, de 2008, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no município de Colatina, no Estado do Espírito Santo. Senador Gerson Camata.....	474
Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2008 (nº 37/2007, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 198 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para estabelecer a atuação de ofício ou por provocação de presidente de tribunal, nos casos de descumprimento judicial dos prazos.....	41	Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2008, que denomina “Rodovia Guimarães Rosa” o trecho da rodovia BR-135 entre o entroncamento com a rodovia BR-040, no Município de Curvelo, e Januário, no Estado de Minas Gerais. Senador Eduardo Azeredo.....	490
Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2007 (nº 96/2007, na casa de origem), que institui o Dia Nacional da Segurança Pública e dá outras providências.....	42	Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2008, que altera o inciso III do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto de Renda da Pessoa Física os rendimentos auferidos a título de pensão alimentar judicial. Senador João Durval.....	491
Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2008 (nº 394/2007, na casa de origem), que denomina Viaduto Professora Haidêe Jayme Ferreira o viaduto localizado no Km 435,55 da BR-153, que dá acesso à BR-414, no Município de Anápolis, Estado de Goiás.....	43	Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2008, que acrescenta dispositivos aos arts. 31 e 55 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da administração Pública e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de estipulação de domicílio bancário para os contratados, de forma a facilitar-lhes o acesso ao crédito. Senador Expedito Júnior.....	494
Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2008 (nº 732/2007, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Auditor-Fiscal do Trabalho.....	44	REQUERIMENTO	
Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2008 (nº 832/2007, na Casa de origem), que Cria o Dia Nacional do Ciclista.....	44	Requerimento nº 416, de 2008, tendo sido autorizado a representar o Senado Federal na Cerimônia oficial do “Ano do Intercâmbio Japão-Brasil/ Centenário da Imigração Japonesa no Brasil”, que será realizada em Tóquio no Japão, no dia 24 de abril de 2008, requer licença dos trabalhos da Casa no período de 17 a 29 de abril do ano em curso, para desempenhar a mencionada missão. Por este	
Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2008, que institui o Dia Nacional do Pescador, a ser comemorado na data de 29 de junho.....	45		
PROJETO DE LEI DO SENADO			
Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2008, que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, para reinstaurar a cobrança			

Pág.	Pág.		
<p>motivo, comunica, também, que estará ausente do País, integrando a Delegação Brasileira no evento supracitado. Senador César Borges.....</p> <p>Requerimento nº 417, de 2008, que requer a criação de um “Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar” pela vida da ex-senadora Ingrid Betancourt. Nesse dia, 23 de abril de 2008, em todos os parlamentos do mundo haveria debates e apelos para que a vida, a integridade e a liberdade da senadora Bittencourt sejam asseguradas. Requer, ainda, que o Presidente do Senado Federal, senador Garibaldi Alves Filho, através da Mesa Diretora e de sua assessoria internacional, divulgue de imediato esta decisão junto a todos os parlamentos de todas as nações que compõem a família da humanidade neste início do século XXI. Senador Cristovam Buarque..</p> <p>Requerimento nº 418, de 2008, que requer a criação de um “Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar” pela vida da ex-senadora Ingrid Betancourt. Nesse dia, 23 de abril de 2008, em todos os parlamentos do mundo haveria debates e apelos para que a vida, a integridade e a liberdade da Senadora Bittencourt sejam asseguradas. Requeremos, ainda, que o Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho, através da Mesa Diretora e de sua assessoria internacional, divulgue de imediato esta decisão junto a todos os parlamentos de todas as nações que compõem a família da humanidade neste início do século XXI. Senador Eduardo Suplicy.....</p> <p>Requerimento nº 419, de 2008, que requer inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do reitor da Unifenas, Edson Antônio Velano, em 29 de março de 2008. Senador Eduardo Azeredo.....</p> <p>Requerimento nº 420, de 2008, que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia sobre a construção dos dutos que irão distribuir gás natural em Manaus. Senador Arthur Virgílio.....</p> <p>Requerimento nº 421, de 2008, que requer Voto de Aplauso à Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, pela realização, dia 10 de abril de 2008, em Brasília, do XIII Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho. Senador Arthur Virgílio..</p> <p>Requerimento nº 422, de 2008, que requer voto de aplauso ao Prefeito de Parintins-AM, Dr. Frank Bi Garcia, e, por seu intermédio, ao povo do município, pela inauguração, no dia 11 de abril de 2008, da Escola Municipal “Charles Garcia”. Senador Arthur Virgílio.....</p> <p>Requerimento nº 423, de 2008, requer que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão</p>	<p>30</p> <p>30</p> <p>30</p> <p>31</p> <p>31</p> <p>31</p> <p>31</p> <p>32</p> <p>32</p> <p>32</p>	<p>de Constituição, Justiça e Cidadania. Senador Jarbas Vasconcelos.....</p> <p>Requerimento nº 424, de 2008, que requer autorização para desempenhar missão no exterior, por indicação desta Presidência para participar, como representante do Senado Federal, conforme convite anexo, da programação do “Amazon Private Meeting” – Clarence House, em Londres. Na oportunidade, comunica a Vossa Excelência que se ausentará do País no período de 25 a 30 de abril de 2008, para o desempenho desta missão. Senador Tião Viana.....</p> <p>Requerimento nº 425, de 2008, que requer a realização de Sessão Especial no dia 29 de abril de 2008, para comemorar o 48º aniversário de Brasília. Senador Adelmir Santana.....</p> <p>Requerimento nº 426, de 2008, que requer solicitação de licença para desempenhar a designação para integrar a delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em viagem oficial ao Japão, para cumprir agenda de eventos relativos ao centenário da imigração japonesa no Brasil e ao Ano do Intercâmbio Japão-Brasil, com saída do Brasil no dia 19 e retorno no dia 26 de abril próximo, Comunica, por oportuno, que estará ausente do país neste mesmo período. Senador Sérgio Guerra.....</p> <p>Requerimento nº 427, de 2008, que requer licença dos trabalhos da Casa, para representar o Senado Federal, em Intercâmbio Parlamentar, por ocasião da realização das Eleições Primárias dos Estados Unidos da América do Norte, a realizar-se nas cidades de Washington, Harrisburg, Pittsburgh e Philadelphia/EUA, de 19-04 a 25-04 de 2008, e tendo sido autorizado por Vossa Excelência, Comunica, ainda, que estará ausente do período compreendido entre 19-0 a 25-4 de 2008. Senador Arthur Virgílio.....</p> <p>Requerimento nº 428, de 2008, que requer licença dos trabalhos da Casa, para representar o Senado Federal, no Amazon Private Meeting, a realizar-se na cidade de Londres, Inglaterra, de 27-04 a 30-04 de 2008, Comunica ainda que nesse período estará ausente do País no período compreendido entre 27/04 a 30/04 de 2008. Senador Arthur Virgílio.....</p> <p>Requerimento nº 429, de 2008, que requer, de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do ex-deputado federal e ex-vice-governador da Bahia, Eraldo Tinoco de Melo: inserção em ata de um voto de profundo pesar; apresentação de condolências à família e ao Estado. Senador José Agripino.....</p>	<p>33</p> <p>272</p> <p>272</p> <p>325</p> <p>325</p> <p>325</p> <p>325</p> <p>358</p>

	Pág.		Pág.
Requerimento nº 430, de 2008, sobre (o requerimento nº 7, de 2008 – CCJ) que requer a tramitação em conjunto das seguintes proposições: PLS nº 96, de 2008; PLS nº 503, de 2003; PLS nº 98, de 2002; e, PLS nº 60, de 2008, por regularem a mesma matéria. Senador Sibá Machado.....	359	da XI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Senador Arthur Virgílio.....	362
Requerimento nº 431, de 2008, requer que seja aprovado Voto de Pesar pelo falecimento, em 15 de abril de 2008, do baiano, ex-Deputado Federal e ex-Vice-Governador da Bahia, Eraldo Tinoco. Senador Antonio Carlos Junior.....	360	Requerimento nº 439, de 2008, que solicita ao Ministro de Estado da Integração Nacional Informações sobre os projetos de irrigação em execução no Estado do Tocantins. Senadora Kátia Abreu.	362
Requerimento nº 432, de 2008, que requer, de acordo com as tradições da Casa, voto de louvor a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRGN, por seu cinquentenário. Senadora Rosalba Ciarlini.....	360	Requerimento nº 440, de 2008, tendo sido autorizado para representar o Senado Federal na Cerimônia oficial do “Ano de Intercâmbio Japão-Brasil/Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, a realizar-se na cidade de Tóquio no Japão, no dia 24 de Abril de 2008, requer licença dos trabalhos da Casa no período de 22 a 26 de Abril do corrente, para desempenhar a mencionada missão. Comunica que estará ausente do País no período de 20-4 a 4-5 de 2008. Senador Eduardo Azeredo.	584
Requerimento nº 433, de 2008, que requer, de acordo com as tradições da Casa, voto de louvor aos 175 anos de Emancipação Política da cidade de ACARI, município do Rio Grande do Norte. Senadora Rosalba Ciarlini.	360	Requerimento nº 441, de 2008, que requer licença para tratamento de saúde, conforme laudo médico anexo, pelo prazo de 130 dias, a partir de 17 de abril do corrente. Senador Gilvam Borges... ..	584
Requerimento nº 434, de 2008, que requer a necessária autorização para desempenhar missão no exterior, por indicação desta Presidência para participar, como representante do Senado Federal, no “Amazon Private Meeting” que terá lugar na Clarence House, em Londres, Inglaterra. Comunica que estará ausente do País no período de 25 e 30 de abril de 2008, para o desempenho desta missão. Senador Eduardo Suplicy.	361	Requerimento nº 442, de 2008, que requer autorização para ausentar-se dos trabalhos desta Casa nos dias 29 e 30 de abril de 2008, ocasião em que estará representando o Senado no Seminário Nacional “Violência: Uma Epidemia Silenciosa”, na condição de palestrante. O evento será realizado em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Senador Marconi Perillo.....	584
Requerimento nº 435, de 2008, que requer a retirada da Emenda oferecida ao PLC nº 123, de 2006, que “altera dispositivos da lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1996, que regula o exercício profissional das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo, e dá outras providências, para instituir a representação federal no plenário do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia”. Senador Marcelo Crivella.	361	Requerimento nº 443, de 2008, que requer a realização de Sessão Especial do Senado Federal, no dia 03 de julho de 2008, destinada a comemorar os 30 anos do Tratado de Cooperação Amazônica - TCA. Senador Sibá Machado.	584
Requerimento nº 436, de 2008, que requer voto de Aplauso ao Desembargador Flávio Pascarelli, pelas suas considerações acerca dos critérios de eleição de presidente de tribunais. Senador Arthur Virgílio.....	361	Requerimento nº 444, de 2008, que requer Voto de Aplauso às jornalistas Dad Squarisi e Arlete Salvador, pelo lançamento, em Brasília, DF, do livro “Escrever Melhor”. Senador Arthur Virgílio.....	585
Requerimento nº 437, de 2008, que requer Voto de Aplauso ao massagista de equipes de futebol Raimundo dos Santos, de Manaus, um exemplo de vida e de dedicação, com 50 anos de bons serviços prestados ao esporte. Senador Arthur Virgílio.	361	Requerimento nº 445, de 2008, que solicita que seja encaminhado por completo o Relatório de Auditoria TC - 016.236/05-6 incluindo seus dois anexos. Senador Alvaro Dias.....	585
Requerimento nº 438, de 2008, que requer Voto de Aplauso à Confederação nacional de Municípios, pela realização, de 15 a 17 de abril de 2008,		Requerimento nº 446, de 2008, que solicita informações ao Sr. Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação Social sobre a contratação de assessoria de imprensa para promoção do Brasil no exterior. Senador Arthur Virgílio.	586
		Requerimento nº 447, de 2008, que requer a realização de Sessão Especial para homenagear o ex- presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador Humberto Lucena, no transcurso do 10º ano de seu falecimento. Senador José Maranhão.	587
		Requerimento nº 448, de 2008, que requer Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido hoje, dia 16,	

	Pág.		Pág.
de abril de 2008, em Recife, da Sra. Maria Gerusa Melo Maciel, cunhada do Senador Marco Maciel. Senador Arthur Virgílio.....	587	Lamento por fatos ocorridos hoje na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Senadora Ideli Salvatti.....	357
SAÚDE		Saudação aos oficiais da Marinha, do Exército e da Aeronáutica que visitam o plenário do Senado. Senador Tião Viana.....	375
Menção à decisão do Superior Tribunal de Justiça, determinando à AMIL, o cancelamento de reajuste em plano de saúde de uma senhora. Senador Paulo Paim.....	274	Registro da votação realizada na Câmara dos Deputados, na Comissão especial que analisava a proposta de emenda à Constituição que trata da regulamentação de edição de medidas provisória. Senador Renato Casagrande.....	629
Apoio e considerações ao discurso proferido pelo Senador Paulo Paim. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Mão Santa.....	277	Registro da posição de S. Ex ^a sobre a Marcha dos prefeitos e sobre o que considera essencial se discutir no Congresso Nacional. Senador Alvaro Dias.....	629
Preocupação com a falta de recursos orçamentários destinados ao combate de doenças epidemiológicas. Senador Álvaro Dias.....	346	Comentários sobre a necessidade de se discutir as matérias e para que possam manter os acordos de votação. Senador Arthur Virgílio.....	668
Saudação à Marinha brasileira pelo deslocamento do Navio de Assistência Hospitalar, Oswaldo Cruz, às regiões ribeirinhas do Vale do Javari, no Amazonas. Senador Arthur Virgílio.....	375	Considerações sobre a necessidade de se discutir as matérias e para que possam manter os acordos de votação. Senador José Agripino.....	670
Considerações sobre a situação do Hospital Regional de Santarém. Senador Flexa Ribeiro.....	596	Comentários fazendo referência aos acordos de aprovação das Medidas Provisórias em troca de concessões que o governo fez de não obstruir as votações dos projetos de peso e considerados importantes. Senador Arthur Virgílio.....	673
Registro e apelo ao Ministro de Estado da Saúde para o surto e epidemias de dengue em vários Estados e Regiões e sobre tudo o Estado do Sergipe, e devido a uma falta de sangue, pede incentivo para que possa aumentar o número de doadores. Senador Almeida Lima.....	632	Apelo para que possa ser cumprido o acordo e votar simbolicamente as Medidas Provisórias de Crédito. Senador Romero Jucá.....	674
SEGURANÇA PÚBLICA		Pedido de reconsideração ao Senador Arthur Virgílio sobre o encaminhamento que fez, para que amanhã o Supremo não interfira na solução do impasse das medidas provisórias entre o Senado e o Poder Executivo. Senador Tião Viana.....	674
Indignação com a corrupção que se alastra pelo País e com a violência urbana. Senador Pedro Simon.....	257	Comentários sobre a discussão da nova tramitação para medida provisória que está na Câmara e que vem participando de entendimentos entre a Câmara e o Senado para que medida provisória não sirva de instrumentos para créditos extraordinários. Senador José Agripino.....	674
Considerações ao discurso do Senador Pedro Simon referente á violência urbana. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	259	TELECOMUNICAÇÕES	
Considerações ao discurso do Senador Pedro Simon referente á violência urbana. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	261	Reflexão sobre o Programa Nacional de Banda Larga. Senador Renato Casagrande.....	147
SENADO FEDERAL		TRIBUTO	
Anúncio da aprovação de requerimento que cria um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt, nas Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Senador Cristovam Buarque.....	144	Apelo ao Senador Arthur Virgílio para que retire requerimento de oitiva da CCJ a projeto que trata da cobrança de ISS sobre a atividade de leasing. Senadora Ideli Salvatti.....	357

Ata da 49ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 10 de abril de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Alvaro Dias, Efraim Moraes, Eduardo Azeredo,
Mão Santa, Renato Casagrande e Mozarildo Cavalcanti

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 10/4/2008 06:50:15 até 10/4/2008 20:03:16

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO .	X	
PTB	PB	CARLOS DUNGA	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
-	MA	LOBÃO FILHO	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PMDB	RR	ROMERO JUÇA	X	
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	

Compareceram: 65 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 65 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) –

Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Pela ordem, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela

ordem. Sem revisão do orador.) – Só para pedir, quando terminar a sessão especial, a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a fica inscrito em primeiro lugar para uma comunicação inadiável.

Nos termos dos **Requerimentos n^{os} 249 e 326, de 2008**, dos Senadores Eduardo Azeredo, Eliseu Resende, Wellington Salgado de Oliveira e outros Srs. Senadores, o tempo destinado aos oradores do período do Expediente da presente sessão será dedicado a homenagear o jornal mineiro **Estado de Minas**, pelo transcurso dos seus oitenta anos de fundação.

Tenho a honra de convidar para compor a mesa o Diretor Geral do jornal **Estado de Minas**, Édison Zenóbio; o Sr. Henrique Eduardo Hargreaves, representante do Governo de Minas Gerais no Distrito Federal; o Ex^m Sr. Dr. Carlos Velloso, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Convido para compor a mesa os Senadores que subscrevem o requerimento: Senador Eduardo Azeredo, Senador Eliseu Resende e Senador Wellington Salgado.

Registro a presença do Ex^m Sr. Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, a quem agradecemos pela honra de sua presença.

Anunciamos a presença do Diretor Executivo do jornal **Estado de Minas**, Álvaro Augusto Teixeira da Costa. Muito obrigado também pela presença.

Como primeiro orador, concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, a quem peço se manifeste também em nome da Mesa do Senado Federal.

Senador Eduardo Azeredo, como subscritor do requerimento.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pro-

nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Alvaro Dias; meu colega de Partido; ilustre Ministro Carlos Velloso, do Supremo Tribunal Federal; Sr. Henrique Hargreaves, representante do Governo de Minas em Brasília; Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, que muito nos orgulha pela sua presença; Dr. Édison Zenóbio, Diretor-Geral do jornal **Estado de Minas**; Álvaro Teixeira da Costa, Diretor-Executivo do **Estado de Minas**; senhores diretores do jornal; Sr^{as} e Srs. Senadores; senhoras e senhores convidados aqui presentes, prezado colega Senador Eliseu Resende, o jornal **Estado de Minas**, no último dia 7 de março, completou 80 anos de existência. O Senado representa os Estados brasileiros. Nada mais correto, portanto, que aqui no Senado homenageemos esse jornal tão importante que, juntamente com tantos outros jornais dos 27 Estados brasileiros, mostra a rica diversidade deste País.

Não podemos ter opiniões centralizadas em apenas um ou dois Estados. É fundamental, em defesa da democracia e da verdade, que um jornal como o **Estado de Minas** tenha vida longa em respeito ao passado e em esperança quanto ao futuro.

Cumpro o dever de expressar a voz de Minas em momento significativo da história de nossa imprensa. Mas o faço, principalmente, porque, sendo mineiro, desejo homenagear o jornal que sempre li diariamente e é leitura diária da família mineira, bem como de amigos e colegas contemporâneos e de outras gerações.

Em nossa terra, entrou no repertório geral das pessoas o **slogan**: “O grande jornal dos mineiros”, que, já há algum tempo, propaga o **Estado de Minas**. Mas o que parece constituir uma frase de efeito, se tornou, na verdade, o sinônimo de sua identidade.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Senador Wellington Salgado, meu colega, também de Minas, presente aqui e autor desse requerimento, o título **Estado de Minas**, já diz tudo. Trata-se de um jornal que não se separa de Minas nem no nome, nem na realidade de que representa; pelo simples fato, se não houvesse outros motivos, de que é o jornal que registra, há mais tempo e ininterruptamente, os principais acontecimentos e protagonistas mineiros.

Durante 80 anos, suas páginas escrevem a história de Minas e fixam para a posteridade a memória de um povo. Uma das mensagens de homenagem ao jornal publicadas no dia do seu aniversário sintetizou bem: “*Tão importante quanto fazer parte da história de Minas Gerais é saber escrevê-la*”.

E escrevê-la bem foi e tem sido atributo do jornal ao longo de oito décadas. A própria origem do **Estado de Minas** é testemunha disso. Nomes ilustres da inteligência e das letras mineiras – Pedro Aleixo, Juscelino Barbosa, Álvaro Mendes Pimentel, também signatário do Manifesto dos Mineiros –, deram-lhe origem nos idos de março de 1927.

Registro, com muito prazer, a presença do Padre Aleixo aqui conosco.

E logo a eles se somaram as mentes inquietas e brilhantes de Carlos Drummond de Andrade, Emílio Moura, Cyro dos Anjos e Afonso Arinos: gênios das muitas Minas, “desse Estado plural”, como o definiu Guimarães Rosa – outra estrela dessa constelação de homens ímpares que atuaram no jornal e representaram o mineiro, ou seja, “o homem em estado minasgerais”.

O **Estado de Minas** foi concebido na inquietação que portava o gene dos novos tempos. O modernismo chegara também às montanhas, onde, na época, Belo Horizonte começava a fulgurar como núcleo intelectual efervescente.

Assis Chateaubriand, com seu tirocínio e visão de oportunidade, percebeu que ali estava um jornal que seria um dos pilares do seu ambicioso projeto de criação dos Diários Associados, que se estendeu por todo o País e que se articulava com a Revolução em gestação.

Veio 1930 e a República Velha caiu. Mas antes mesmo do cerco tenaz ao 10º Regimento de Infantaria, na capital mineira – um dos episódios decisivos para a vitória dos revolucionários –, o jornal **Estado de Minas** já respirava e inspirava a mudança.

A perspicácia do então Governador Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, forte aríete da aliança que uniu Minas ao Rio Grande do Sul e ao Nordeste para derubar a muralha da velha oligarquia rural, transfundiu mais sangue novo no novo jornal.

Ao lado de Pedro Aleixo e Milton Campos, que bem mais tarde se tornariam próceres insígnias da UDN, Chateaubriand acolheu a recomendação de Antônio

Carlos e convidou também a militar no **Estado de Minas** Tancredo Neves e José Maria de Alkmin. Alkmin não demorou a ser guindado à gerência e, após a 2ª Grande Guerra, ajudaria a formar o PSD, ao lado de JK, do próprio Tancredo e de inúmeros líderes brasileiros e mineiros: inclusive o meu querido e saudoso pai, Renato Azeredo.

Com isso, o **Estado de Minas** abrigaria mais tarde as duas principais alas – PSD e UDN –, que após a Segunda Guerra viriam se opor durante a restauração do Estado democrático de direito.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a saga vivida por esses homens especiais ficou escrita nas páginas do “grande jornal dos mineiros”. E não só ela, mas também a dos conterrâneos e forasteiros ilustres, ou não, que marcaram a vida de Minas nos mais variados setores e circunstâncias.

Sem desmerecermos muito outros acontecimentos e personagens importantes, vou lembrar aqui apenas alguns que foram descritos nas páginas do **Estado de Minas**. O exemplar da primeira edição, que foi distribuído e está com todos, mostra bem a história de Minas Gerais, a história do Brasil: as revoluções de 1930 e 1932; Oscar Niemeyer e Burle Marx na vanguardista arquitetura da Pampulha; a estada de Orson Welles em Belo Horizonte; o avanço da pecuária zebuína e do comércio atacadista no Triângulo Mineiro; as corridas de automóvel com Chico Landi; a ascensão de Juscelino Kubitschek ao poder; o salto de industrialização dado pelo Presidente Getúlio Vargas com a Siderúrgica Mannesmann; a continuação do salto pelos Governadores Rondon Pacheco e Aureliano Chaves com a Fiat Automóveis; as tragédias do rompimento da Barragem da Pampulha, do desabamento do Pavilhão da Gameleira, das antigas enchentes do Ribeirão Arrudas e da morte de Tancredo Neves; a modernização viária de BH especialmente com o trabalho de Hélio Garcia; a conquista do decacampeonato do América mineiro; a conquista do 1º Campeonato Nacional de Futebol pelo Clube Atlético Mineiro; a visita do Papa João Paulo II, detalhada e acompanhada pelo **Estado de Minas**; a “Diretas Já”, com Tancredo, Ulysses Guimarães e Mário Covas; a arte do Grupo Corpo, do Clube da Esquina e do Skank; os efeitos da Vale, Usiminas, Açominas e Cemig na área econômica.

Toda essa história tem sido atentamente coberta e contada pelo jornal. Para isso, o **Estado de Minas** sempre seguiu também a trilha da modernização, respondendo com competência aos novos desafios do crescimento da Imprensa mineira, atualmente em vigorosa concorrência de mercado.

São muitos os títulos que o jornal vem conquistando por seus avanços na produção e no *design* gráficos. Um exemplo são os seguidos prêmios que tem ganhado no concurso promovido anualmente pela Society for News Design, sediada em Nova Iorque.

Também são vários os prêmios jornalísticos que alcançou, como diversos prêmios Esso regional e nacional.

A razão está na qualidade profissional de seus jornalistas – entre os quais devem ser lembrados os falecidos Teódulo Pereira, Ney Otaviani, Bernis, Djalma Andrade, Hélio Adami de Carvalho, Hermenegildo Chaves, Fernando Carvalho, Célius Aulicus, Dirceu Horta, Roberto Drummond, Wander Piroli, Felipe Drummond, Fialho Pacheco, Alvimar de Freitas, José Inácio, Wilson Frade, Helton Brant Aleixo, Odin Andrade, José Maurício, Eduardo Couri, Leonardo Fulgêncio e vários outros, lembrando apenas aqueles aqui já falecidos.

Aos jornalistas juntam-se dirigentes, editores e administradores do jornal que sempre estiveram à altura das tarefas de fazê-lo crescer. Vêm à minha memória as personalidades marcantes Geraldo Teixeira da Costa, Pedro Aguinaldo Fulgêncio, seu irmão Ivan Fulgêncio, que também já faleceram e aos quais hoje continuam fazendo jus os talentos de Álvaro Teixeira da Costa, Édison Zenóbio, Britaldo Soares, Cyro Siqueira, Geraldo Teixeira da Costa Neto e Josemar Gimenez de Resende, o seu diretor de redação.

Por tudo isso, Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que faça inscrever nos Anais do Senado a edição especial do **Estado de Minas**, a que me referi anteriormente, alusiva aos seus 80 anos, que circulou no dia 7 de março de 2008.

Álvaro Teixeira da Costa, atual diretor executivo da empresa e um incansável modernizador, que herdou o dinamismo do seu pai Geraldo Teixeira da Costa e do tio Camilo Teixeira da Costa, explica a longevidade bem-sucedida do **Estado de Minas** como resultado da missão de relatar os fatos com ética e fidedignidade e também de ser voz presente e atuante das altas aspirações e dos posicionamentos de Minas.

De fato, o jornal sempre correspondeu a essa missão, preocupando-se em defender os valores mineiros com firmeza, altivez e honestidade, ante as tentativas que, muitas vezes, são feitas para atingir as posições e vozes legítimas do nosso Estado. O **Estado de Minas** tem sido sempre presente e atento.

Mas, além da defesa de Minas, o jornal tem desempenhado também, evidentemente, o papel pró-ativo de propor e sustentar a agenda positiva que interessa aos mineiros, o que, quase invariavelmente, interessa também aos brasileiros.

O **Estado de Minas** é um jornal de Minas Gerais, mas é um jornal nacional, é um jornal que representa a segunda ou terceira economia do País – nós disputamos com o Rio e se a Petrobras não fosse sediada no Rio, seguramente, estaríamos à frente.

Então, temos a diversidade da economia mineira, da nossa agropecuária, dos serviços, das indústrias. E Minas Gerais tem um jornal à altura do seu Estado, como é o **Estado de Minas**. A sua função é a de defender Minas e também de propor ações para o Brasil, o que quase invariavelmente interessa aos brasileiros, pois Minas é assim: ao pensar em si, pensa no Brasil!

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM
SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do inciso I, §2º, art. 210, do Regimento Interno)

Redação: **JOSÉ LUIZ BARROSA**
ALVARO MENDES PIMENTEL
PEBRO ALIXO

ESTADO DE MINAS

Gerente: **JOÃO SILVA JUNIOR**

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Edição de hoje: 12 páginas
Número avulso: 5286
Número anexo: 5288

ANO I

BELLO HORIZONTE, quarta-feira, 7 de Março de 1928

A política cafeeira do governo de Minas

Em larga exposição a "O Estado de Minas", o sr. Dr. Guedes Pires, Secretário das Finanças, dá um exacto balanço da obra realizada e afirma a improcedência do alarme produzido pela falsificação de estarem suspensos os empréstimos que se fazem os produtores e compradores

...Tudo isto levou a impressão de que o Estado de Minas não se preocupava com a situação da política cafeeira, e que, em consequência, a situação da política cafeeira não era objecto de preocupação do sr. Dr. Guedes Pires, Secretário das Finanças. Mas a situação da política cafeeira não era objecto de preocupação do sr. Dr. Guedes Pires, Secretário das Finanças. Mas a situação da política cafeeira não era objecto de preocupação do sr. Dr. Guedes Pires, Secretário das Finanças.

O ESTADO DE MINAS

Tudo evoluiu. E o velho artigo de fundo, pitado o adjectivo sombrio, recheado de idéias peras — evidentemente já passadas da moda. Não o foi o velho artigo de fundo, pitado o adjectivo sombrio, recheado de idéias peras — evidentemente já passadas da moda.

...Não tem mais que reconhecer a necessidade de uma grande reforma administrativa que, no campo da política cafeeira, defende os interesses legítimos das classes que trabalham e produzem — a indústria, a agricultura e o comércio. Não tem mais que reconhecer a necessidade de uma grande reforma administrativa que, no campo da política cafeeira, defende os interesses legítimos das classes que trabalham e produzem — a indústria, a agricultura e o comércio.

Congresso commercial, industrial e agricola

"O Estado de Minas" entrevista, sobre a importante reunião a Ser. Sr. Cristiano Teixeira Guimarães

Assumpto de mais polêmica actualidade, o Congresso Commercial, Industrial e Agrícola, a ser realizado em Belo Horizonte, no próximo dia 15 de Março, tem despertado o interesse de todos os produtores, comerciantes e consumidores de Minas. O sr. Cristiano Teixeira Guimarães, Secretário das Finanças, foi entrevistado sobre a importância desta reunião.

...Mas, como é um grande mercado consumidor, o Estado de Minas não se preocupava com a situação da política cafeeira, e que, em consequência, a situação da política cafeeira não era objecto de preocupação do sr. Dr. Guedes Pires, Secretário das Finanças.

...Não tem mais que reconhecer a necessidade de uma grande reforma administrativa que, no campo da política cafeeira, defende os interesses legítimos das classes que trabalham e produzem — a indústria, a agricultura e o comércio.

...A situação da política cafeeira não era objecto de preocupação do sr. Dr. Guedes Pires, Secretário das Finanças. Mas a situação da política cafeeira não era objecto de preocupação do sr. Dr. Guedes Pires, Secretário das Finanças.

...A situação da política cafeeira não era objecto de preocupação do sr. Dr. Guedes Pires, Secretário das Finanças. Mas a situação da política cafeeira não era objecto de preocupação do sr. Dr. Guedes Pires, Secretário das Finanças.

...A situação da política cafeeira não era objecto de preocupação do sr. Dr. Guedes Pires, Secretário das Finanças. Mas a situação da política cafeeira não era objecto de preocupação do sr. Dr. Guedes Pires, Secretário das Finanças.

...A situação da política cafeeira não era objecto de preocupação do sr. Dr. Guedes Pires, Secretário das Finanças. Mas a situação da política cafeeira não era objecto de preocupação do sr. Dr. Guedes Pires, Secretário das Finanças.

ANDRADE ALFAIATE
R. BAHIA 392

EXPOSIÇÃO PECUARIA MINEIRA

O ARRANJO DOS TERREIROS DE DEMARCAÇÃO DO GRANDE CENTRÃO

CONGRESSO COMMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRICOLA

O ESTADO DE MINAS - quarta-feira 7 de Março de 1928

EXPEDIENTE

REDAÇÃO, ALMOXARIFADO, E...
ASSIGNATURAS:
ANOS... 500
MENSAL... 200

O voto secreto em Minas

Uma proposta para o voto secreto em Minas

Sabido do Congresso Mineiro, no ano passado, a lei que instituiu o voto secreto em eleições federais, municipais e estaduais...

OBRAS PUBLICAS

Todos os processos organizados na execução das Obras Publicas sofreram declinamento...

O Sr. Otavio Macho
Alguns traços de um personalismo
Pellegrin ha pouco, no Rio Grande do Sul, o Sr. Otavio Macho...

O movimento demagogico de Porto Alegre
As campanhas demagogicas sobre o capital de Min. Grangal do Sul...

AS ELEICOES DE S. PAULO

As eleições de S. Paulo, a serem de dia, debatem a candidatura popular...

CONGRESSO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRICOLA

Constituição da 1ª sessão
adiantadas a seguir, não era, servia ao Estado as suas...

PERSEGUIÇÃO POR SÍNDICOS DE GOIÁS

Um compromisso de três indivíduos de Goiás, de S. Paulo, de S. João del-Rei, de S. João del-Rei...

PERSEGUIÇÃO POR SÍNDICOS DE GOIÁS

Um compromisso de três indivíduos de Goiás, de S. Paulo, de S. João del-Rei, de S. João del-Rei...

PERSEGUIÇÃO POR SÍNDICOS DE GOIÁS

Um compromisso de três indivíduos de Goiás, de S. Paulo, de S. João del-Rei, de S. João del-Rei...

ALGUNS DADOS ESTADÍSTICOS SOBRE PORTUGAL

Os últimos dados estatísticos publicados são a Portugal são a população de 12.000.000 habitantes...

ALGUNS DADOS ESTADÍSTICOS SOBRE PORTUGAL

Os últimos dados estatísticos publicados são a Portugal são a população de 12.000.000 habitantes...

ALGUNS DADOS ESTADÍSTICOS SOBRE PORTUGAL

Os últimos dados estatísticos publicados são a Portugal são a população de 12.000.000 habitantes...

ALGUNS DADOS ESTADÍSTICOS SOBRE PORTUGAL

Os últimos dados estatísticos publicados são a Portugal são a população de 12.000.000 habitantes...

ALGUNS DADOS ESTADÍSTICOS SOBRE PORTUGAL

Os últimos dados estatísticos publicados são a Portugal são a população de 12.000.000 habitantes...

Escuela Livre de Comercio
Escuela Commercial
Dirección: Sr. Prof. E. Barros

200 DIAS DE NOVA
ALFARATIA IVAN
Examinem os artigos. Examinem o trabalho. Examinem o trabalho.

BEBAM
Rata e o coelho que sofrem
ade para os que os Rins

Victoriosa campanha da "MOLATTIZA"
Resultado do concurso da CEMEXA MOLATTIZA

DIAS
Loteria de Minas
100 contos
Inteiro 26800

IMPERIO
468 - AFFONSO PENNA - 468
REPERÇÃO COMPLETA A 5800
Bicarbonato Esterizado
Sabonete
PIRULAS DE FOSTER

Informações telegraficas do exterior e do interior

AS SURPRESAS DE ASORTE

WASHINGTON, 6. — O espetáculo John Ward, cercada de polêmicas, que vivia via miserável, acaba de receber inesperadamente, a visita de uma princesa, fiavel e milionária.

AS SURPRESAS DA MORTE, UMA VITIMA DE UM ATENTADO

MANAGUA, 6. — O chanceler Cauder Passo, foi vítima, hoje, de um atentado, por parte de elementos que, até então, não foram descobertos.

PARA O VOO DIRETO DE PARIS A NOVA YORK

PARIS, 6. — Está sendo concluído nesta Capital um aeroplano, de tipo especial e no qual, o avião Drouhin terá o voo direto de Paris a Nova York.

O EX-KRONPRINZ EM VISITA A SUAS RUINAS DE POMPEIA

NAPOLES, 6. (U. P.). — O ex-kronprinz da Alemanha, que aqui se acha em viagem de recreio, visita, hoje, as históricas ruínas de Pompéia.

O GENERAL PETAIN DEIXA ROMA

ROMA, 6. (U. P.). — Petain parte, hoje, para Paris. O ex-estadista de Berlim, acompanhado de sua esposa, chegou a esta cidade, vindo de Roma.

A DETRADA DEFINITIVA DO BRASIL DA LIGA DAS NAÇÕES, E A VOLTA DA ARGENTINA E DA ESPANHA

LONDRES, 6. (U. P.). — O chefe da delegação brasileira da Liga das Nações, declarou que tanto a Argentina como a Espanha, voltarão provavelmente aos seus lugares na assembleia de Genebra, em dezembro, sendo já agora, definitiva e retirada do Brasil da Liga das Nações.

DESTRATE DE TREM NA INGLATERRA

MANAGUA, 6. — Describimos um trem que regressava de Liverpool, quando, a cerca de 150 metros do destino, ocorreu um acidente.

O GOVERNO INGLEZ PREOCUPADO COM A DORRIGANA

LONDRES, 6. — Interpelado, hoje, no Câmara, sobre a situação da dorrigana, o ministro da Saúde, sr. H. H. Woodhouse, respondeu que o governo está profundamente preocupado com a situação da dorrigana.

POSSESSOR DE SOVIET CONSEGUE FUGIR

LENINGRADO, 6. — Um homem, cujo nome é desconhecido, conseguiu escapar de um apartamento no bairro de Gorki, onde se escondia, depois de ter sido descoberto.

UMA GRANDE EPIDEMIA DE GRIPPE NO JAPÃO

TOKIO, 6. — A epidemia de gripe se tem multiplicado, nesta Capital, com grande intensidade. Nos hospitais registra-se, diariamente, cerca de 100 casos.



ALFA-LAVAL

A DESNATADEIRA UNIVERSAL

Basta e recomendada ao mundo inteiro.
Mais de 3.000.000 unidades

Hopkins, Causser & Hopkins

Caixa Postal 1046 — Rio de Janeiro

Especialistas em máquinas para laticínios

Pagam prospectos, catálogos e organogramas

VAO GORRENO MAL AS ELEIÇÕES NA ARGENTINA

BUENOS AIRES, 6. — Começou a surgir irregularidades nas eleições que se estão realizando em todo o país, estando o pleito sendo assistido, apenas, por três estrangeiros.

ABOLIÇÃO DE GARGUMENTOS PELO SANTO OFFICIO

ROMA, 6. — O Santo Ofício resolveu que se atenda a anulação de processos por intermédio de pedidos directos.

DISTINÇÕES A BRASILEIROS ILUSTRES

PRAGA, 6. (Estado de Minas) — Foram distinguidos com grande officialidade do Ordeu Tebeo, Léo Brazos, em Brasilia, e Alfredo de Mello Franco, Rodrigo Octavio, em São Paulo, e Rogério Pinto e Djalma Lessa.

O EMPRESTIMO PORTUGUEZ E CONSTITUCIONAL

GENEIRA, 6. — O Conselho Municipal da Liga das Nações em Ginebra, decidiu não reconhecer o empréstimo português.

INDENIZACAO AOS PAIANTES DE UMA VITIMA DA REVOLUÇÃO MARAGUESE

WASHINGTON, 6. (Estado de Minas) — Wimer, secretario da Maritima, noticiou ao Congresso a abertura de um credito de mil dólares em favor da Liga das Nações para a indenização dos pais de uma vítima da revolução maraguesa.

O BRASIL E A ARGENTINA VOLTARÃO A LIGAS DAS NAÇÕES

LONDRES, 6. — O Daily Telegraph noticiou que a Argentina e o Brasil voltarão a participar da Liga das Nações, em dezembro.

TREMORES DE TERRA NAS MONTANHAS DE LISBOA

LISBOA, 6. — Impressionante terremoto foi sentido em Lisboa, hoje, a cerca de 15 horas, com duração de 15 segundos.

O NÚMERO DAS VITIMAS ARGENTINAS

TOKIO, 6. — A gripe continuou a matar, por todo o país, a cerca de 100 pessoas por dia.

O EXERCITO VERMELHO SE APRESENTA

MOSCOW, 6. — O exercito vermelho acaba de adquirir quinze mil rifles, com munição suficiente para mais cinquenta operações.

DESAPARECIMENTO DE UM AVIÃO

CASABLANCA, 6. — O avião do Banco do Brasil iniciou suas operações de crédito a 31/12, e o piloto não foi visto desde então.

O REGENSAMENTO RUSSO

MOSCOW, 6. — A população de União Soviética, continua o crescimento, tendo chegado a 146.800.000 habitantes, havendo sobre os homens, um excesso de cinco milhões de mulheres.

A POLONIA E OS COMUNISTAS E ILIQUETA

VIENNA, 6. — Houve um arde conflito entre a policia e os comunistas, no momento em que estes realizavam um comício.

COSTES E DE BRUX GANHAMOS A FRANDA

PARIS, 6. — O governo francês, recomendou aos aviadores da Liga das Nações, que regressassem ao país, sob pena de serem proibidos de voar.

UMA PATRIOTICA LEI ARGENTINA

BUENOS AIRES, 6. — Foi votada uma lei que proíbe a exportação de produtos da indústria nacional.

MAQUINARIA A FERRA DE LEIPZIG

LEIPZIG, 6. (Est. Minas) — Foi inaugurado hoje, a grande e tradicional feira nesta cidade.

RES PARA PRESENTAREM OS CASOS DE DIVERSOS DE DIVERSOS

RIO, 6. (Estado de Minas) — Constatou-se a falta de um caso de diversos, em um dos casos de diversos.

O CAPE

RIO, 6. (Estado de Minas) — O mercado de café hoje noticiado não apresenta nenhuma novidade.

OS DOTAÇÕES DA BOLSA

RIO, 6. (Estado de Minas) — Foram os seguintes os dotes da Bolsa, hoje: Inglaterra — libra papel, 412,80; Estados Unidos — dólar papel, 49,90; Argentina — peso papel, 30,10; Espanha — peseta, 1,621; Portugal — escudo, 14,00; Itália — lira, 94,4.

O CONGRESSO DE AVIAÇÃO

RIO, 6. (Estado de Minas) — Está definitivamente marcado o dia 14 de junho para a instalação do Congresso Nacional de Aviação e de Somente de Aviação em homenagem a Humberto de Gusmão e Diogo de Almeida.

COMO REPERCUTIU EM JUIZ DE FORA A MORTE DO DEPUTADO DEBANTE DE ABREU

JUIZ DE FORA, 6. (Estado de Minas) — A morte do deputado federal Debante de Abreu, causou uma grande repercussão nesta cidade.

NATAL VAI TER UM AEROPORTO

RIO, 6. (Estado de Minas) — Devido à falta de um aeroporto local, Natal vai ter um aeroporto, com um custo de 10 milhões de dólares.

O CASAMENTO DE UM FILHO DO SR. WASHINGTON LUIS

RIO, 6. (Est. Minas) — Realizou-se, em São Paulo, o casamento de sr. João Pereira de Souza, filho do sr. Washington Luis, presidente da República, com a nobre senhorita Aracy Aracy, filha do sr. Fernando Aracy.

GAMBO

RIO, 6. (Estado de Minas) — O Banco do Brasil iniciou suas operações de crédito a 31/12, e o piloto não foi visto desde então.

VIAGEM DO MINISTRO DA FAZENDA

RIO, 6. (Est. Minas) — O sr. Oliveira Botelho, ministro da Fazenda, em companhia de sua esposa, viajou para o Rio de Janeiro.

O ENTERRAMENTO DE UM EX-DEPUTADO

RIO, 6. (Est. Minas) — O enterro do ex-deputado federal Duarte de Abreu foi muito concorrido.

TENTATIVA DE SUICÍDIO

RIO, 6. (Estado de Minas) — Foi tentado o suicídio de um funcionário do Banco do Brasil, em decorrência de uma discussão.

MONÓDIO EM CAMPINAS

RIO, 6. (Est. Minas) — O sr. Victor Koster, expulso da aviação, propôs a criação de uma companhia aérea nacional.

REGULAMENTADO O INSTITUTO DE CAPE

RIO, 6. (Est. Minas) — O "Diário Oficial" publicou hoje o regulamento do Instituto de CAPE.

A CREDAÇÃO DO DR. MELLO VIENNA AS RIO

RIO, 6. (Est. Minas) — Estava sendo apresentado a desamburgo o projeto de criação de um instituto de estudos.

VELHO EMPREGO QUE DESAPARECE

RIO, 6. (E. M.) — Foi revivido a demissão de um antigo funcionário do Ministério da Justiça.

O PREÇO DO ASSURAR

RIO, 6. (Estado de Minas) — O preço do seguro aumentou devido à inflação.

UM REQUERIMENTO ORDEMAL

RIO, 6. (Estado de Minas) — Foi apresentado um requerimento ordemal ao Ministério da Justiça.

OS PAIX DOS EMPRESTIMOS

RIO, 6. (Estado de Minas) — O "Globo" criou um serviço de empréstimos para os pequenos comerciantes.

NOVA AGENCIA DO BANCO

RIO, 6. (Estado de Minas) — O Banco do Brasil vai abrir uma nova agência em Brasília.

2008 ANO DO BRASIL

2008 ANO DO BRASIL. O Brasil comemora o centenário de sua independência.

A MISSAO FORD NO BRASIL

BRASIL, 6. (Estado de Minas) — A expedição Ford parte hoje para o Rio de Janeiro, para a realização de suas pesquisas.

FALLEO O EX-DEPUTADO OLAVO ERYDIO

S. PAULO, 6. (Estado de Minas) — O sr. Olavo Erydio, ex-deputado federal, faleceu hoje em São Paulo.

FUNCIONARIOS MUNICIPAIS SUSPENSOS

RIO, 6. (Est. Minas) — O prefeito de Curitiba suspendeu alguns funcionários municipais por irregularidades.

VITIMA DE INSOLAÇÃO QUANDO PROCURAVA CISTER EM EMPRESTIMO

RIO, 6. (Est. Minas) — O guarda civil Amílcar Brandão, quando se achava a porta do Instituto de Previdência Social, morreu de insolação.

MARITIMA A LIMITAÇÃO DO CAPE NA PRAÇA DO RIO

RIO, 6. (Est. Minas) — O ministro da Marinha, sr. Victor Koster, expulso da aviação, propôs a criação de uma companhia aérea nacional.

PROMOÇÕES NO EXERCITO

RIO, 6. (Estado de Minas) — A comissão de promoção do Exército Brasileiro, indicou hoje os nomes dos oficiais a serem promovidos.

VELHO EMPREGO QUE DESAPARECE

RIO, 6. (E. M.) — Foi revivido a demissão de um antigo funcionário do Ministério da Justiça.

O PREÇO DO ASSURAR

RIO, 6. (Estado de Minas) — O preço do seguro aumentou devido à inflação.

UM REQUERIMENTO ORDEMAL

RIO, 6. (Estado de Minas) — Foi apresentado um requerimento ordemal ao Ministério da Justiça.

OS PAIX DOS EMPRESTIMOS

RIO, 6. (Estado de Minas) — O "Globo" criou um serviço de empréstimos para os pequenos comerciantes.

NOVA AGENCIA DO BANCO

RIO, 6. (Estado de Minas) — O Banco do Brasil vai abrir uma nova agência em Brasília.

2008 ANO DO BRASIL

2008 ANO DO BRASIL. O Brasil comemora o centenário de sua independência.

VARIOS CASOS DE GRIPPE

RIO, 6. (Estado de Minas) — A gripe continua a matar, por todo o país, a cerca de 100 pessoas por dia.

DEBARRILAMENTO NA GERAL

RIO, 6. (Estado de Minas) — Um trem de passageiros foi derrubado por uma queda de cabos em uma estação.

DEBARRILAMENTO NA GERAL

RIO, 6. (Estado de Minas) — Um trem de passageiros foi derrubado por uma queda de cabos em uma estação.

DEBARRILAMENTO NA GERAL

RIO, 6. (Estado de Minas) — Um trem de passageiros foi derrubado por uma queda de cabos em uma estação.

DEBARRILAMENTO NA GERAL

RIO, 6. (Estado de Minas) — Um trem de passageiros foi derrubado por uma queda de cabos em uma estação.

DEBARRILAMENTO NA GERAL

RIO, 6. (Estado de Minas) — Um trem de passageiros foi derrubado por uma queda de cabos em uma estação.

DEBARRILAMENTO NA GERAL

RIO, 6. (Estado de Minas) — Um trem de passageiros foi derrubado por uma queda de cabos em uma estação.

DEBARRILAMENTO NA GERAL

RIO, 6. (Estado de Minas) — Um trem de passageiros foi derrubado por uma queda de cabos em uma estação.

DEBARRILAMENTO NA GERAL

RIO, 6. (Estado de Minas) — Um trem de passageiros foi derrubado por uma queda de cabos em uma estação.

DEBARRILAMENTO NA GERAL

RIO, 6. (Estado de Minas) — Um trem de passageiros foi derrubado por uma queda de cabos em uma estação.

DEBARRILAMENTO NA GERAL

RIO, 6. (Estado de Minas) — Um trem de passageiros foi derrubado por uma queda de cabos em uma estação.

DEBARRILAMENTO NA GERAL

RIO, 6. (Estado de Minas) — Um trem de passageiros foi derrubado por uma queda de cabos em uma estação.

DEBARRILAMENTO NA GERAL

RIO, 6. (Estado de Minas) — Um trem de passageiros foi derrubado por uma queda de cabos em uma estação.

DEBARRILAMENTO NA GERAL

RIO, 6. (Estado de Minas) — Um trem de passageiros foi derrubado por uma queda de cabos em uma estação.

REFORMA DO EXERCITO

BRASIL, 6. (Estado de Minas) — A comissão de reforma do Exército Brasileiro, indicou hoje os nomes dos oficiais a serem promovidos.

REFORMA DO EXERCITO

BRASIL, 6. (Estado de Minas) — A comissão de reforma do Exército Brasileiro, indicou hoje os nomes dos oficiais a serem promovidos.

REFORMA DO EXERCITO

BRASIL, 6. (Estado de Minas) — A comissão de reforma do Exército Brasileiro, indicou hoje os nomes dos oficiais a serem promovidos.

REFORMA DO EXERCITO

BRASIL, 6. (Estado de Minas) — A comissão de reforma do Exército Brasileiro, indicou hoje os nomes dos oficiais a serem promovidos.

REFORMA DO EXERCITO

BRASIL, 6. (Estado de Minas) — A comissão de reforma do Exército Brasileiro, indicou hoje os nomes dos oficiais a serem promovidos.

REFORMA DO EXERCITO

BRASIL, 6. (Estado de Minas) — A comissão de reforma do Exército Brasileiro, indicou hoje os nomes dos oficiais a serem promovidos.

REFORMA DO EXERCITO

BRASIL, 6. (Estado de Minas) — A comissão de reforma do Exército Brasileiro, indicou hoje os nomes dos oficiais a serem promovidos.

REFORMA DO EXERCITO

BRASIL, 6. (Estado de Minas) — A comissão de reforma do Exército Brasileiro, indicou hoje os nomes dos oficiais a serem promovidos.

REFORMA DO EXERCITO

BRASIL, 6. (Estado de Minas) — A comissão de reforma do Exército Brasileiro, indicou hoje os nomes dos oficiais a serem promovidos.

REFORMA DO EXERCITO

BRASIL, 6. (Estado de Minas) — A comissão de reforma do Exército Brasileiro, indicou hoje os nomes dos oficiais a serem promovidos.

REFORMA DO EXERCITO

BRASIL, 6. (Estado de Minas) — A comissão de reforma do Exército Brasileiro, indicou hoje os nomes dos oficiais a serem promovidos.

REFORMA DO EXERCITO

BRASIL, 6. (Estado de Minas) — A comissão de reforma do Exército Brasileiro, indicou hoje os nomes dos oficiais a serem promovidos.

REFORMA DO EXERCITO

BRASIL, 6. (Estado de Minas) — A comissão de reforma do Exército Brasileiro, indicou hoje os nomes dos oficiais a serem promovidos.

REFORMA DO EXERCITO

BRASIL, 6. (Estado de Minas) — A comissão de reforma do Exército Brasileiro, indicou hoje os nomes dos oficiais a serem promovidos.

REFORMA DO EXERCITO

BRASIL, 6. (Estado de Minas) — A comissão de reforma do Exército Brasileiro, indicou hoje os nomes dos oficiais a serem promovidos.



MIGUEL COUTO

Recebo todos os dias como regulador do voto, nos casos de contagem eleitoral, e rebelde em muitas intimações "Ministeriais", que, como indico e se o caso, produzem uma greve efetiva e calada e ordinariamente unico.

SENHORAS E SENHORITAS

A conhecida casa de chapéus "A MILINDROSA" na Avenida Afonso Penna 560, tendo de passar por grande reforma, venderá por todo este mez de Março o seu grande e lindo stock de chapéus de palha, seda, chita e scotch de seda etc, por preços bastante reduzidos.

2008 ANO DO BRASIL

2008 ANO DO BRASIL. O Brasil comemora o centenário de sua independência.

Na zona dos Itacolomis

ALVARO DA SILVA

Após o fim da construção de uma casa em Itacolomis, o senhor João Pedro, 65 anos, de São Paulo, veio morar com a família em uma casa de 150 metros quadrados, com jardim e piscina. O senhor João Pedro, 65 anos, de São Paulo, veio morar com a família em uma casa de 150 metros quadrados, com jardim e piscina. O senhor João Pedro, 65 anos, de São Paulo, veio morar com a família em uma casa de 150 metros quadrados, com jardim e piscina.

Após o fim da construção de uma casa em Itacolomis, o senhor João Pedro, 65 anos, de São Paulo, veio morar com a família em uma casa de 150 metros quadrados, com jardim e piscina. O senhor João Pedro, 65 anos, de São Paulo, veio morar com a família em uma casa de 150 metros quadrados, com jardim e piscina.

SEMPRE A FERRA!

Congresso das municipalidades Sul-mineiras

O Estado de Minas lançou o seu principal representante

... e de absoluta certeza com o interesse das municipalidades sul-mineiras. O Congresso das municipalidades Sul-mineiras, que se realizou em Belo Horizonte, teve como tema central as questões de desenvolvimento econômico e social das cidades. O Congresso das municipalidades Sul-mineiras, que se realizou em Belo Horizonte, teve como tema central as questões de desenvolvimento econômico e social das cidades.

O "O Estado de Minas" visitou, durante os dias 14, 15 e 16 de março, o município de Itacolomis, em Minas Gerais, para acompanhar o trabalho desenvolvido pelo município em prol do desenvolvimento econômico e social. O "O Estado de Minas" visitou, durante os dias 14, 15 e 16 de março, o município de Itacolomis, em Minas Gerais, para acompanhar o trabalho desenvolvido pelo município em prol do desenvolvimento econômico e social.

... e de absoluta certeza com o interesse das municipalidades sul-mineiras. O Congresso das municipalidades Sul-mineiras, que se realizou em Belo Horizonte, teve como tema central as questões de desenvolvimento econômico e social das cidades. O Congresso das municipalidades Sul-mineiras, que se realizou em Belo Horizonte, teve como tema central as questões de desenvolvimento econômico e social das cidades.

No mundo dos Sports

O PAPEL DE MINAS NO ULTIMO CAMPEONATO BRASILEIRO DE FOOT-BALL
Foi com o mais justificado orgulho que toda Minas aplaudiu, no ano passado, o magnífico feito esportivo de seus filhos, o Rio de Janeiro, quando da realização do campeonato brasileiro de futebol. Foi com o mais justificado orgulho que toda Minas aplaudiu, no ano passado, o magnífico feito esportivo de seus filhos, o Rio de Janeiro, quando da realização do campeonato brasileiro de futebol.

PARC RYAL E OLARIA
Bastante movimentado foi esse encontro, do qual resultou o seguinte balanço: o conjunto do Parc Royal por 2 a 1. Bastante movimentado foi esse encontro, do qual resultou o seguinte balanço: o conjunto do Parc Royal por 2 a 1.

... e de absoluta certeza com o interesse das municipalidades sul-mineiras. O Congresso das municipalidades Sul-mineiras, que se realizou em Belo Horizonte, teve como tema central as questões de desenvolvimento econômico e social das cidades. O Congresso das municipalidades Sul-mineiras, que se realizou em Belo Horizonte, teve como tema central as questões de desenvolvimento econômico e social das cidades.

Um importante estabelecimento fabrica em Santa Luzia

O município de Santa Luzia, no Estado de Minas Gerais, possui um importante estabelecimento fabrica em Santa Luzia.

O município de Santa Luzia, no Estado de Minas Gerais, possui um importante estabelecimento fabrica em Santa Luzia. O município de Santa Luzia, no Estado de Minas Gerais, possui um importante estabelecimento fabrica em Santa Luzia.

OS QUÊS COMPARECERAO AO CONGRESSO

Os municípios que comparecerão ao Congresso das municipalidades Sul-mineiras são: ... Os municípios que comparecerão ao Congresso das municipalidades Sul-mineiras são: ...

OS QUÊS COMPARECERAO AO CONGRESSO

Os municípios que comparecerão ao Congresso das municipalidades Sul-mineiras são: ... Os municípios que comparecerão ao Congresso das municipalidades Sul-mineiras são: ...

O FESTIVAL DO YPIRANGA, DOMINGO

O Festival do Ypiranga, domingo, será realizado em Belo Horizonte, com a participação de artistas de todo o Brasil. O Festival do Ypiranga, domingo, será realizado em Belo Horizonte, com a participação de artistas de todo o Brasil.

OS QUÊS COMPARECERAO AO CONGRESSO

Os municípios que comparecerão ao Congresso das municipalidades Sul-mineiras são: ... Os municípios que comparecerão ao Congresso das municipalidades Sul-mineiras são: ...

OS QUÊS COMPARECERAO AO CONGRESSO

Os municípios que comparecerão ao Congresso das municipalidades Sul-mineiras são: ... Os municípios que comparecerão ao Congresso das municipalidades Sul-mineiras são: ...

O PRESIDENTE DA REPUBLICA EM VIAGEM

O presidente da República fará uma viagem de trabalho pelo Estado de Minas Gerais, visitando diversas cidades. O presidente da República fará uma viagem de trabalho pelo Estado de Minas Gerais, visitando diversas cidades.

OS QUÊS COMPARECERAO AO CONGRESSO

Os municípios que comparecerão ao Congresso das municipalidades Sul-mineiras são: ... Os municípios que comparecerão ao Congresso das municipalidades Sul-mineiras são: ...

OS QUÊS COMPARECERAO AO CONGRESSO

Os municípios que comparecerão ao Congresso das municipalidades Sul-mineiras são: ... Os municípios que comparecerão ao Congresso das municipalidades Sul-mineiras são: ...

FUMEM CIGARROS
Fragros e Aromáticos
Deposito: R. Bahia, 884

AO FAISCA
Aperitivos, sanduíches, parrizos e outros petiscos de primeira ordem. - BREVEMENTE OPTIMO RESERVADO
Procure o popular TOYONIO DELICIOSOS FRIGORIFICOS - 40, RUA IMPERIAL, 45

NOTAS RELIGIOSAS

QUARESMA

Por ordem de Deus, Moisés, em proclamação de libertação do Egito, estabeleceu a festa da Páscoa. Aquella festa como prenúncio de um estabelecimento de liberdade que a Igreja hoje celebra comemorando a Resurreição de N. S. Jesus Christo. Os israelitas, repleta de agraço, fizeram ouvir da passagem do Mar Vermelho, delemos um ano, no mesmo rio, immanente a comer um cordeiro. Era o simbolo da salvação - primeiras manifestações de uma Páscoa mais santificada, de maior alcance espiritual e melhor conclusão com Christo na Eucharistia.

Capella de S. Antonin - 8 horas. Igreja S. Coração de Jesus - 7 1/2 e 9 horas em rito syrio para a colônia syria. Colégio Santa Maria - 6 e 8 horas. Colégio Anaxindo - 6, 7 1/2 e 8 1/2 horas. Colégio Immaculada Conceição, antiga Capella de Lourdes - 7 1/2, Colégio S. C. de Maria - 4 1/2 e 7 horas. Tororó - 6 1/4 horas. Santa Casa - 7 1/2 horas. Axió Affonso Penna - 6 horas. Sanatório Hugo Werneck - 6 horas. Axió Bon Pastor - 4 e 6, 10 horas.

Arcebispo de Belo Horizonte AUDIÊNCIAS O exmo. revendo, ar. arcebispo metropolitano dará audiências publicas, ás segundas e sextas-feiras, das 14 ás 16 horas, no Palácio Arcebispal, ás ruas Rio Grande do Norte, 366. As audiências particulares e visitas serão facultadas aos que as solicitarem, em horas que avisa, mediante bilhete, a: Mons. Carlos Metropolitano - Rua E. Santo, 1005. A audiência, secretario dá expediente diariamente, das 13 ás 16 horas. Haverá administração deste sacramento, todas ás quintas-feiras, após a missa das 8 horas, na Capella de S. Coração de Jesus. Aos segundas dominicos, após a missa, ás 8 e 9 horas, na Capella de S. Joao, no Cathedral, aos tercos dominicos, após a missa das 7 1/2. Os certificados deverão ser preparados na presença dos dois sacerdotes.

Seminário do Borge Eucharístico SUPREMO CONSELHO Realizou-se no domingo p. passado, com a presença de grande numero de conselheiros, a reunião mensal deste Conselho. Lidas as atas da reunião anterior e diversas propostas de novos artigos, foram empossados todos os conselheiros e gratulados fin e que se destinam a ultima assembléa. Foi lido o texto do expediente.

Paróquia Metodista Central CULTO DA SEMANA Hoje, ás 19,30 horas, culto de oração e meditação bíblica. Amaná, ás 19,30 horas, culto de evangelização no bairro do Calafate. Sábado, ás 19,30 horas, culto de evangelização no bairro do Calafate.

CONGREGAÇÃO METHODISTA BARROCA Haverá ananah, quinta-feira, ás 19,30 horas, culto de oração e meditação bíblica.

UNIAO DE NOSSA SENHORA DO CONCEIÇÃO DA LAGOINHA Em sessão de 26 de fevereiro, passado a União da Lagoinha elegerá a diretoria que irá dirigir seus trabalhos durante o seu segundo anno social. Foram todos empossados, na mesma sessão.

NOTICIAS DOS MUNICIPIOS

JUIZ DE FORA

Acaba de ser posto em execução o plano cooperativo da cadeia penal do Banco da Cidra de Fora, que tem por escopo empregar a seus associados as qualificações e aptidões dos presos, para pagamento a prestações mensaes, sem juros durante cincoenta meses.

A Academia do Commercio, cujo curso gymnasial está sendo fiscalizado pelo governo federal, para effeito de empenho ao Sr. Pedro II, acaba de tomar a feliz iniciativa de instituir uma escola feminina, que funcionará no Colégio S. João Mártir, e a qual fará parte integrante do curso gymnasial e será sempre equiparada.

Uma matricula nos grupos escolares "João de Deus" e "Estevam de Oliveira", desta cidade, foi inscrita no nome de Sr. Presidente, pharmaceutico José Diniz Vas de Mello, rector; vice-presidente José da Silva Medeiros; orador official, João Henriques; thesoureiro, João Vas de Mello; secretario, bibliobliotecario, Firmino Griffo Tavaira.

Um estabelecimento de parabens pelo excellentes escolas dos membros de sua directoria. Aquella alba, sobre alba, dirigida pelo dedicado voluntário, presidente José Diniz Vas de Mello, conta já em seu anno mais de 30 alunas, e a direcção, sob a orientação e orientação do Sr. Mello, tem em vista a melhoria da educação das meninas, e a que se destinam a sacramento moral de sua directoria.

Um estabelecimento de parabens pelo excellentes escolas dos membros de sua directoria. Aquella alba, sobre alba, dirigida pelo dedicado voluntário, presidente José Diniz Vas de Mello, conta já em seu anno mais de 30 alunas, e a direcção, sob a orientação e orientação do Sr. Mello, tem em vista a melhoria da educação das meninas, e a que se destinam a sacramento moral de sua directoria.

Um estabelecimento de parabens pelo excellentes escolas dos membros de sua directoria. Aquella alba, sobre alba, dirigida pelo dedicado voluntário, presidente José Diniz Vas de Mello, conta já em seu anno mais de 30 alunas, e a direcção, sob a orientação e orientação do Sr. Mello, tem em vista a melhoria da educação das meninas, e a que se destinam a sacramento moral de sua directoria.

Um estabelecimento de parabens pelo excellentes escolas dos membros de sua directoria. Aquella alba, sobre alba, dirigida pelo dedicado voluntário, presidente José Diniz Vas de Mello, conta já em seu anno mais de 30 alunas, e a direcção, sob a orientação e orientação do Sr. Mello, tem em vista a melhoria da educação das meninas, e a que se destinam a sacramento moral de sua directoria.

Um estabelecimento de parabens pelo excellentes escolas dos membros de sua directoria. Aquella alba, sobre alba, dirigida pelo dedicado voluntário, presidente José Diniz Vas de Mello, conta já em seu anno mais de 30 alunas, e a direcção, sob a orientação e orientação do Sr. Mello, tem em vista a melhoria da educação das meninas, e a que se destinam a sacramento moral de sua directoria.

DETA

Uma matricula nos grupos escolares "João de Deus" e "Estevam de Oliveira", desta cidade, foi inscrita no nome de Sr. Presidente, pharmaceutico José Diniz Vas de Mello, rector; vice-presidente José da Silva Medeiros; orador official, João Henriques; thesoureiro, João Vas de Mello; secretario, bibliobliotecario, Firmino Griffo Tavaira.

Um estabelecimento de parabens pelo excellentes escolas dos membros de sua directoria. Aquella alba, sobre alba, dirigida pelo dedicado voluntário, presidente José Diniz Vas de Mello, conta já em seu anno mais de 30 alunas, e a direcção, sob a orientação e orientação do Sr. Mello, tem em vista a melhoria da educação das meninas, e a que se destinam a sacramento moral de sua directoria.

Um estabelecimento de parabens pelo excellentes escolas dos membros de sua directoria. Aquella alba, sobre alba, dirigida pelo dedicado voluntário, presidente José Diniz Vas de Mello, conta já em seu anno mais de 30 alunas, e a direcção, sob a orientação e orientação do Sr. Mello, tem em vista a melhoria da educação das meninas, e a que se destinam a sacramento moral de sua directoria.

Um estabelecimento de parabens pelo excellentes escolas dos membros de sua directoria. Aquella alba, sobre alba, dirigida pelo dedicado voluntário, presidente José Diniz Vas de Mello, conta já em seu anno mais de 30 alunas, e a direcção, sob a orientação e orientação do Sr. Mello, tem em vista a melhoria da educação das meninas, e a que se destinam a sacramento moral de sua directoria.

Um estabelecimento de parabens pelo excellentes escolas dos membros de sua directoria. Aquella alba, sobre alba, dirigida pelo dedicado voluntário, presidente José Diniz Vas de Mello, conta já em seu anno mais de 30 alunas, e a direcção, sob a orientação e orientação do Sr. Mello, tem em vista a melhoria da educação das meninas, e a que se destinam a sacramento moral de sua directoria.

Um estabelecimento de parabens pelo excellentes escolas dos membros de sua directoria. Aquella alba, sobre alba, dirigida pelo dedicado voluntário, presidente José Diniz Vas de Mello, conta já em seu anno mais de 30 alunas, e a direcção, sob a orientação e orientação do Sr. Mello, tem em vista a melhoria da educação das meninas, e a que se destinam a sacramento moral de sua directoria.

Um estabelecimento de parabens pelo excellentes escolas dos membros de sua directoria. Aquella alba, sobre alba, dirigida pelo dedicado voluntário, presidente José Diniz Vas de Mello, conta já em seu anno mais de 30 alunas, e a direcção, sob a orientação e orientação do Sr. Mello, tem em vista a melhoria da educação das meninas, e a que se destinam a sacramento moral de sua directoria.

Um estabelecimento de parabens pelo excellentes escolas dos membros de sua directoria. Aquella alba, sobre alba, dirigida pelo dedicado voluntário, presidente José Diniz Vas de Mello, conta já em seu anno mais de 30 alunas, e a direcção, sob a orientação e orientação do Sr. Mello, tem em vista a melhoria da educação das meninas, e a que se destinam a sacramento moral de sua directoria.

As obras publicas da cidade

Canalização da Ribeirão Arrudas

As obras de reedificação e ampliação de Arrudas, que estão em andamento, tem por objectivo principal a construção de uma grande avenida margem ao rio Arrudas, e o emprego de estas de 5 metros de comprimento, prestando as pranchas que separam o rio de terra, e a construção de um canal de 800 metros, achando-se as obras adiantadas. Antes de se iniciar o trabalho de obra de 2 metros de canal de 8,50 metros.

Indicador profissional

DR. MAURICIO DUARTE - Clínica medica. Especialista em moléstias da criança. - Consultório: Rua Tito de Faria, 400, de 1 ás 4.

Indicador profissional

DR. ALBERTO CALVARI - Clínica Medica, Internado, Ambulatório, Consultório. Rua Tito de Faria, 400, de 1 ás 4.

Indicador profissional

DR. JOSEPH MANSO - Tratamento de Heterozitose, medicina geral, ginecologia, pediatria, etc. Rua Tito de Faria, 400, de 1 ás 4.

Indicador profissional

DR. PAULO DE SOUZA LIMA - Moléstias Internas e Vias Urinarias. - Consultório: Avenida Amazonas, 308 - Das 3 ás 6 - Residência: David Caspary, 90 - Tel. 297.

Indicador profissional

DR. PAULO DE SOUZA LIMA - Moléstias Internas e Vias Urinarias. - Consultório: Avenida Amazonas, 308 - Das 3 ás 6 - Residência: David Caspary, 90 - Tel. 297.

Indicador profissional

DR. JOSEPH MANSO - Tratamento de Heterozitose, medicina geral, ginecologia, pediatria, etc. Rua Tito de Faria, 400, de 1 ás 4.

Indicador profissional

DR. ALBERTO CALVARI - Clínica Medica, Internado, Ambulatório, Consultório. Rua Tito de Faria, 400, de 1 ás 4.

Indicador profissional

DR. JOSEPH MANSO - Tratamento de Heterozitose, medicina geral, ginecologia, pediatria, etc. Rua Tito de Faria, 400, de 1 ás 4.

Indicador profissional

DR. PAULO DE SOUZA LIMA - Moléstias Internas e Vias Urinarias. - Consultório: Avenida Amazonas, 308 - Das 3 ás 6 - Residência: David Caspary, 90 - Tel. 297.

Indicador profissional

DR. PAULO DE SOUZA LIMA - Moléstias Internas e Vias Urinarias. - Consultório: Avenida Amazonas, 308 - Das 3 ás 6 - Residência: David Caspary, 90 - Tel. 297.

E' servindo bem a sua freqüencia que a Casa Selecta Faz a sua principal propaganda Artigos para homens Perfumarias finas Av. Afonso Penna Praça 7 de Setembro BELLO HORIZONTE

CLINICA SIGAUD Especialidade em engrandecimento de maxilla. Rua Tito de Faria, 400. DR. LAURELINO GOMES Rua Tito de Faria, 400. VENDEMESE Casas e terrenos. Tratar com proprietario Bochi Fanchoni, a graca Ruy Barbosa, 105.

Indicador comercial COMPANHIA DIAS CARVALHO Fabrica de Ladrilhos e Cerâmicas. SERRAIA e CARVALHO. SERRAIA e CARVALHO. SERRAIA e CARVALHO.

O ESTADO DE MINAS—Quarta-feira, 7 de Março de 1928

Rotary Club de Bello Horizonte

Após jantar quinquenal de 23 de fevereiro, secretariado da fundação do Club em Chicago, o dr. Juscelino Barbosa pronunciou o seguinte discurso:
"O Rotary Club de Bello Horizonte foi criado em 23 de fevereiro de 1905, em grande metrópole americana..."

João Lustras da Cunha Paranaíba
"O exactissimo isso, meus caros amigos, constitui o Rotary Club de Bello Horizonte..."

Calcular um aniversário é sempre agradável... mas os laivos para as moças casadeiras que costumam estabelecer-se em 18. O futuro para o passado, rememorar os dias otimos, conspurcar os olhos o estalado perfume, fazer um exame da personalidade..."

De novo houve de homenagem às chamadas, e assim bella lustras... a honra de ser o primeiro a falar... a honra de ser o primeiro a falar..."

Para honra de homenagem às chamadas, e assim bella lustras... a honra de ser o primeiro a falar... a honra de ser o primeiro a falar..."

Os maiores Bancos do Brasil
"O Brasil possui grandes Bancos com capital e depósitos enormes... os maiores Bancos do Brasil..."

Sua Saneidade e Papa, Roberto de Paiva, Presidente do Rotary International Arthur Sabido... que estava satisfeito e agradado com o idealismo que inspirou o rotariano..."

Dezesseis grandes bancos tem sede em São Paulo... São Paulo, São Paulo, São Paulo..."

Entreim, raciocinemos um instante, Dilettante e guerreiro... que se Macromaxim todo o mundo é publico e todo é notório..."

Capital e depósitos 241.110.000.000
Capital e depósitos 147.982.000.000
Capital e depósitos 122.440.000.000..."

Capital e depósitos 241.110.000.000
Capital e depósitos 147.982.000.000
Capital e depósitos 122.440.000.000..."

Capital e depósitos 241.110.000.000
Capital e depósitos 147.982.000.000
Capital e depósitos 122.440.000.000..."

USINA VERONOFF
Olive, Canabrava & C.
A ECONOMIA É A BASE DA PROSPERIDADE
Por que não economizar, se V. S. tem uma fonte econômica na Usina Veronoff?
RUA RIO DE JANEIRO, 315
Caixa 83
BELLO HORIZONTE

No mundo dos esportes

CAMPOLLO, O NOVO FIRPO

Com a sua fulminante, abalado ritmo, em Buenos Ayres, sobre o grande pugilista Roberto Delitto, Victorio Campollo, o novo Firpo, desbarbato de Argo, está no caminho da gloria.
Revanche irá para os Estados Unidos, onde se espera que se dê a luta entre o campeão de Dempsey e Victorio.

ESPIRITISMO

Está no Rio o campeão de Espiritismo

Pelo "Voltaire" chegou, anteriormente, ao Rio, onde pretende fazer-se por um mês, o grande mestre espírita, Manuel de Barros, conhecido pelo pseudônimo de "Mestre de Barros".

OS PERNANDES, AS LETRAS E O GENEALOGIA

(Comunicação de Londres)

A resolução referente aos plácaros de imprensa aprovada recentemente pelo Conselho de Imprensa, tem sido objeto de uma longa discussão no Parlamento.

OS TRABALHOS DO COMITADO EXECUTIVO DA LIGA DAS NAÇÕES

No dia 6 do corrente inauguraram os trabalhos do Conselho Executivo da Liga das Nações, com a presença de representantes de todos os Estados membros.

OS TRABALHOS DO COMITADO EXECUTIVO DA LIGA DAS NAÇÕES

No dia 6 do corrente inauguraram os trabalhos do Conselho Executivo da Liga das Nações, com a presença de representantes de todos os Estados membros.

OS TRABALHOS DO COMITADO EXECUTIVO DA LIGA DAS NAÇÕES

No dia 6 do corrente inauguraram os trabalhos do Conselho Executivo da Liga das Nações, com a presença de representantes de todos os Estados membros.

OS TRABALHOS DO COMITADO EXECUTIVO DA LIGA DAS NAÇÕES

No dia 6 do corrente inauguraram os trabalhos do Conselho Executivo da Liga das Nações, com a presença de representantes de todos os Estados membros.

Desastre de bond e automóvel

Hontem, às 12 horas, em frente ao Palácio de Justiça, devesse um acidente de automóvel que, apesar das circunstâncias que o rodearam, não teve, felizmente, as consequências desastrosas que dele poderiam advir.

O caso foi o seguinte: atravessava aquela hora a Avenida Afonso Pena, naquele ponto, com destino ao Bar do Ponto o automóvel, quando cruzou a rua inesperadamente um bond do Departamento de Electricidade que bondes de aço empilhado adiante apresentava uma enorme massa sobre a qual se encontravam passageiros particulares.

O encontro foi tremendo. O bonde virou com o eixo da esquerda, sua velocidade vertiginosa e o rebatimento, que fez com que os passageiros fossem lançados ao ar, e alguns ficaram feridos.

O Sr. Alvaro Pimentel foi o primeiro a ser atingido pelo eixo da esquerda, ficando ferido no pescoço e na cabeça.

Apesar de não haver ferimentos graves, o acidente causou um grande susto aos passageiros e a interrupção do serviço de bondes.

O Sr. Alvaro Pimentel foi o primeiro a ser atingido pelo eixo da esquerda, ficando ferido no pescoço e na cabeça.

O Sr. Alvaro Pimentel foi o primeiro a ser atingido pelo eixo da esquerda, ficando ferido no pescoço e na cabeça.

O Sr. Alvaro Pimentel foi o primeiro a ser atingido pelo eixo da esquerda, ficando ferido no pescoço e na cabeça.

O Sr. Alvaro Pimentel foi o primeiro a ser atingido pelo eixo da esquerda, ficando ferido no pescoço e na cabeça.

O Sr. Alvaro Pimentel foi o primeiro a ser atingido pelo eixo da esquerda, ficando ferido no pescoço e na cabeça.

O Sr. Alvaro Pimentel foi o primeiro a ser atingido pelo eixo da esquerda, ficando ferido no pescoço e na cabeça.

O Sr. Alvaro Pimentel foi o primeiro a ser atingido pelo eixo da esquerda, ficando ferido no pescoço e na cabeça.

O Sr. Alvaro Pimentel foi o primeiro a ser atingido pelo eixo da esquerda, ficando ferido no pescoço e na cabeça.

O Fóro

TRIBUNAL DA RELAÇÃO

(Continuação de 7 páginas)

Acordam, definitivamente, em não fazer o cumprimento do pedido em sua substância, e a favor de "habes-corpus" meio facultativo para cada caso proposto.

O direito do pai sobre a pessoa do filho menor, a facultade de dirigir a criação e a educação, não se extingue com a emancipação, mas a limitação imposta ao pai não impede a intervenção do filho em assuntos de natureza patrimonial.

Compreendido o movimento de importação de café em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

A importação e exportação paulista em 1927

O valor das mercadorias importadas pelo porto de Santos, durante o ano final, elevou-se a 1.232.235.000.000, contra 1.003.138.282.000 em 1926, o que revela um aumento de 22,9%.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

O Fóro

TRIBUNAL DA RELAÇÃO

(Continuação de 7 páginas)

Acordam, definitivamente, em não fazer o cumprimento do pedido em sua substância, e a favor de "habes-corpus" meio facultativo para cada caso proposto.

O direito do pai sobre a pessoa do filho menor, a facultade de dirigir a criação e a educação, não se extingue com a emancipação, mas a limitação imposta ao pai não impede a intervenção do filho em assuntos de natureza patrimonial.

Compreendido o movimento de importação de café em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Em 1927, verificou-se que houve o saldo de 1.943.612.000, ou mais 246.532.668 que no ano anterior.

Banco da Lavoura de Minas Geraes
Nova sede: - Av. Affonso Penna, 726
TELEPHONE, 674
Tabela de juros que o Banco paga aos depositantes:
Em C/C Movimento, sem limite, com talão de cheques 40% a. a.
Em C/C Limitadas até 20000\$000, idem, idem 60% a. a.
Em C/C Econômicas, com caderneta, talão de cheques e Coifa 6 1/2% a. a.
Observação importante:
Nos depósitos a prazo fixo os «juros são pagos mensalmente»

A E G
Instalações hydro-electricas para fazendas, villas, cidades etc.
Geradores de força e luz para qualquer capacidade
RUA RIO DE JANEIRO, 441
BELLO HORIZONTE

A EQUITATIVA

DOS

Estados Unidos do Brasil

que sempre timbrou pela pontualidade dos pagamentos de seus peculios

REALIZA MAIS TRES PAGAMENTOS

Tres cartas muito expressivas dirigidas á directoria d' A EQUITATIVA

Rs. - 28:825\$800

Liquidações em vida e liquidações por morte, todas a contento dos beneficiarios

Bello Horizonte, 8 de fevereiro de 1928

A EQUITATIVA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

em BEO DE JANEIRO

Amigo e sobor.

Saudações

Tem a presente por fim levar á Directoria dessa benemerita Sociedade meus agradecimentos pela presteza e optimas condições da liquidação de minha apolice n. 101.447.

Estou convicto de que não fôra o assalado emprego. Com capitães confiados a essa instituição, jamais poderiam ser oferecidas para liquidação de um seguro as condições do meu, ao qual me ofereceram quatro livres escolhas, optando eu pela segunda, isto é, receber a importância correspondente ao valor do contrato vencido, em dinheiro, ou seja importância de 6:288\$200 — que recebi hoje em sua Succursal, nesta cidade.

Autorizando com maior prazer a VV. SS. fazerem desta o uso que lhes convier, consigno aqui, mais uma vez, os meus agradecimentos, com os votos que faço pela constante prosperidade dessa sociedade.

Subcrevo-me, com todo apreço e estima de VV. SS.

Aff. e Car. Obs.

Assignado — José Honorio Mourão

Firma reconhecida pelo tabelião Ferreira de Carvalho

Bello Horizonte, 11 de fevereiro de 1928

Mimos. srs. directores d'A EQUITATIVA

Belo de Janeiro

Amigo e sobor.

Saudações

Recebendo hoje da Succursal deste Estado, a importância de 18:000\$000 — em notas de rês — proveniente do peculio de igual valor instituído em meu benefício pelo meu saudoso marido Joaquim Carneiro de Amaral, nessa Sociedade, comparendo trazer-lhes os meus agradecimentos pela presteza e boa vontade manifestada por parte de V. V. S. S. na liquidação das apolices n. 117.320\$27 — relativas ao referido seguro, as quaes, no momento, entreguei ao seu representante neste Bepital, depois de paga aos meus filhos como para mim.

Dirigido-lhes copia, de minha fôrta e espontanea vontade, autorizo a V. V. S. S. fazerem desta o uso que lhes convier, fazendo votos a bom da continuação da prosperidade e grandessa dessa Sociedade, desejo que o exemplo da providencia de meu prestatado marido seja bem comprehendido por todos os sobor de familia que pasçam com solidão no futuro dos seus. Subcrevo-me, com affeço e consideração.

Affa. Sda. Obs.

Alfonso Gomes Carneiro

Soço fto. J. Pereira da Silva

Theodoro Labarrere

Reconheço verdadeiras as firmas supra. Dou fé.

Bello Horizonte, 20 de fevereiro de 1928

Em test. F. de verdade

O Tabelião, José Ferreira de Carvalho

Bello Horizonte, 9 de fevereiro de 1928

Mimos. srs. directores d'A EQUITATIVA dos EE. UU. do Brasil. — Rio de Janeiro

Prezados senhores:

Saudações cordiaes

Tendo completado o prazo total de vida meua Sociedade, recebi, em 14 de dezembro proximo passado, a carta de opção para liquidação das meuas.

Entre as opções que me foram offercidas, escolhi a segunda, isto é, receber a importância correspondente ao valor do meu seguro, bem como os dividendos acumulados, num total de rs. 12:577\$000, que, nesta data, recebi da sua Succursal em Bello Horizonte.

Aprezino, ao liquidar em vida o meu seguro, apresentar a VV. SS. os meus mais sinceros agradecimentos pela solicitude com que, sem embaraço algum, realizo-se o referido pagamento.

Fiquei plenamente satisfeito, porque vejo traduzida nesta e em outras liquidações, a situação cada vez mais sólida e prospera d'A EQUITATIVA, Sociedade que tantos e tantos beneficiarios tem prestado á familia brasileira, ora liquidando as apolices em vida dos seus socios, ora levando aos lares o conforto pecuniario, nos momentos adversos.

Agradeço, pois, á Equitativa e dirijo á sua D. D. Directoria a presente carta como prova de merecido apreço, autorizando, ao mesmo tempo, fazerem desta o uso que mais lhes convenha em proveito mesmo dos que desejam, agora e no futuro, tornarem-se socios dessa instituição que honra, sollicitudina e previdencia nacional.

Reiterando á VV. SS. os meus protestos de consideração e estima, subcrevo-me,

Assignado:

De VV. SS.

Aff. e Car. Obs.

Afonso Pereira

Até 30 de Junho de 1927, montou a 28.083.628\$170 a somma paga, por A EQUITATIVA por sinistros de suas apolices. O total dos pagamentos, por sinistros, sortidos, resgates e liquidações em vida, elevou-se a rês 90.248.575\$000

A eloquencia das cifras é esmagadora, demonstrando o progresso continuo d' A EQUITATIVA. Comparae hoje o que foi com o que é, e o grau de enorme prosperidade a que attigiu A EQUITATIVA ressaltará immediatamente aos vossos olhos

A EQUITATIVA, Sociedade Nacional de Seguros Sobre a Vida, é administrada com a maior economia garante vantagens inigualaveis aquelles que em boa hora se tornarem seus segurados

Peçam informações á Succursal em Minas
BELLO HORIZONTE - Praça 7 de Setembro, 682 - CAIXA POSTAL, 157

Superintendente, OSCAR NETTO

NOTÍCIAS DE VARIAS

Noticias e telegrammas de ultima hora

ESTIM DE METEOROLOGIA AGRICOLA

NOT. F. (1º Estado de Minas). — Est. de Meteorologia Agricola, a ser criada em fevereiro de 1908, no bairro do Instituto Central do Rio de Janeiro.

Atenas. — Tempo variavel. Atraz, em geral quente, moderado. Chuvoso em diversos pontos sobretudo no regime atmosférico do Sul. No Nordeste e Bahia, as chuvas abundantes reguladas foram raras, decorrendo a tempo de deficiência no fôlego de precipitação desfavoravel para a maior parte dos pontos. Variavel e cultura já com colheita em boa condicão em geral. No Rio de Janeiro, tempo moderado e agradável de terra no Norte e Bahia, muito raras nas do Estado e do Nordeste os plantos realizados na secca.

Atenas. — Tempo quente e agradável de terra no Norte e Bahia, muito raras nas do Estado e do Nordeste os plantos realizados na secca.

Atenas. — Tempo quente e agradável de terra no Norte e Bahia, muito raras nas do Estado e do Nordeste os plantos realizados na secca.

Atenas. — Tempo quente e agradável de terra no Norte e Bahia, muito raras nas do Estado e do Nordeste os plantos realizados na secca.

Atenas. — Tempo quente e agradável de terra no Norte e Bahia, muito raras nas do Estado e do Nordeste os plantos realizados na secca.

Atenas. — Tempo quente e agradável de terra no Norte e Bahia, muito raras nas do Estado e do Nordeste os plantos realizados na secca.

Atenas. — Tempo quente e agradável de terra no Norte e Bahia, muito raras nas do Estado e do Nordeste os plantos realizados na secca.

Atenas. — Tempo quente e agradável de terra no Norte e Bahia, muito raras nas do Estado e do Nordeste os plantos realizados na secca.

Atenas. — Tempo quente e agradável de terra no Norte e Bahia, muito raras nas do Estado e do Nordeste os plantos realizados na secca.

Atenas. — Tempo quente e agradável de terra no Norte e Bahia, muito raras nas do Estado e do Nordeste os plantos realizados na secca.

Atenas. — Tempo quente e agradável de terra no Norte e Bahia, muito raras nas do Estado e do Nordeste os plantos realizados na secca.

Atenas. — Tempo quente e agradável de terra no Norte e Bahia, muito raras nas do Estado e do Nordeste os plantos realizados na secca.

Atenas. — Tempo quente e agradável de terra no Norte e Bahia, muito raras nas do Estado e do Nordeste os plantos realizados na secca.

Atenas. — Tempo quente e agradável de terra no Norte e Bahia, muito raras nas do Estado e do Nordeste os plantos realizados na secca.

A situação politica em Portugal

Os empresarios da Vidueira

LISBOA, 16 de abril. — A situação politica em Portugal parece modificar-se profundamente com o advento da situação politica em Portugal.

LISBOA, 16 de abril. — A situação politica em Portugal parece modificar-se profundamente com o advento da situação politica em Portugal.

LISBOA, 16 de abril. — A situação politica em Portugal parece modificar-se profundamente com o advento da situação politica em Portugal.

LISBOA, 16 de abril. — A situação politica em Portugal parece modificar-se profundamente com o advento da situação politica em Portugal.

LISBOA, 16 de abril. — A situação politica em Portugal parece modificar-se profundamente com o advento da situação politica em Portugal.

LISBOA, 16 de abril. — A situação politica em Portugal parece modificar-se profundamente com o advento da situação politica em Portugal.

LISBOA, 16 de abril. — A situação politica em Portugal parece modificar-se profundamente com o advento da situação politica em Portugal.

LISBOA, 16 de abril. — A situação politica em Portugal parece modificar-se profundamente com o advento da situação politica em Portugal.

LISBOA, 16 de abril. — A situação politica em Portugal parece modificar-se profundamente com o advento da situação politica em Portugal.

LISBOA, 16 de abril. — A situação politica em Portugal parece modificar-se profundamente com o advento da situação politica em Portugal.

LISBOA, 16 de abril. — A situação politica em Portugal parece modificar-se profundamente com o advento da situação politica em Portugal.

LISBOA, 16 de abril. — A situação politica em Portugal parece modificar-se profundamente com o advento da situação politica em Portugal.

LISBOA, 16 de abril. — A situação politica em Portugal parece modificar-se profundamente com o advento da situação politica em Portugal.

LISBOA, 16 de abril. — A situação politica em Portugal parece modificar-se profundamente com o advento da situação politica em Portugal.

LISBOA, 16 de abril. — A situação politica em Portugal parece modificar-se profundamente com o advento da situação politica em Portugal.

Vencendo as dificuldades

OS PROBLEMAS DE COMMUNICAÇÕES NO PERU

COMENTARIO EPISCOPAL DA CHILENA

LIMA, (Jueves). — Como acontece com a victoria dos países do mundo, um dos problemas nacionais de maior importancia, no Peru, é o relacionado com as communicações ferroviarias. Esse ponto, que, em todas as épocas da historia nacional sempre teve enorme importancia, tem-se agora, muito mais do que antes, tornando-se vital para o desenvolvimento da patria.

LIMA, (Jueves). — Como acontece com a victoria dos países do mundo, um dos problemas nacionais de maior importancia, no Peru, é o relacionado com as communicações ferroviarias. Esse ponto, que, em todas as épocas da historia nacional sempre teve enorme importancia, tem-se agora, muito mais do que antes, tornando-se vital para o desenvolvimento da patria.

LIMA, (Jueves). — Como acontece com a victoria dos países do mundo, um dos problemas nacionais de maior importancia, no Peru, é o relacionado com as communicações ferroviarias. Esse ponto, que, em todas as épocas da historia nacional sempre teve enorme importancia, tem-se agora, muito mais do que antes, tornando-se vital para o desenvolvimento da patria.

LIMA, (Jueves). — Como acontece com a victoria dos países do mundo, um dos problemas nacionais de maior importancia, no Peru, é o relacionado com as communicações ferroviarias. Esse ponto, que, em todas as épocas da historia nacional sempre teve enorme importancia, tem-se agora, muito mais do que antes, tornando-se vital para o desenvolvimento da patria.

LIMA, (Jueves). — Como acontece com a victoria dos países do mundo, um dos problemas nacionais de maior importancia, no Peru, é o relacionado com as communicações ferroviarias. Esse ponto, que, em todas as épocas da historia nacional sempre teve enorme importancia, tem-se agora, muito mais do que antes, tornando-se vital para o desenvolvimento da patria.

LIMA, (Jueves). — Como acontece com a victoria dos países do mundo, um dos problemas nacionais de maior importancia, no Peru, é o relacionado com as communicações ferroviarias. Esse ponto, que, em todas as épocas da historia nacional sempre teve enorme importancia, tem-se agora, muito mais do que antes, tornando-se vital para o desenvolvimento da patria.

LIMA, (Jueves). — Como acontece com a victoria dos países do mundo, um dos problemas nacionais de maior importancia, no Peru, é o relacionado com as communicações ferroviarias. Esse ponto, que, em todas as épocas da historia nacional sempre teve enorme importancia, tem-se agora, muito mais do que antes, tornando-se vital para o desenvolvimento da patria.

LIMA, (Jueves). — Como acontece com a victoria dos países do mundo, um dos problemas nacionais de maior importancia, no Peru, é o relacionado com as communicações ferroviarias. Esse ponto, que, em todas as épocas da historia nacional sempre teve enorme importancia, tem-se agora, muito mais do que antes, tornando-se vital para o desenvolvimento da patria.

LIMA, (Jueves). — Como acontece com a victoria dos países do mundo, um dos problemas nacionais de maior importancia, no Peru, é o relacionado com as communicações ferroviarias. Esse ponto, que, em todas as épocas da historia nacional sempre teve enorme importancia, tem-se agora, muito mais do que antes, tornando-se vital para o desenvolvimento da patria.

LIMA, (Jueves). — Como acontece com a victoria dos países do mundo, um dos problemas nacionais de maior importancia, no Peru, é o relacionado com as communicações ferroviarias. Esse ponto, que, em todas as épocas da historia nacional sempre teve enorme importancia, tem-se agora, muito mais do que antes, tornando-se vital para o desenvolvimento da patria.

LIMA, (Jueves). — Como acontece com a victoria dos países do mundo, um dos problemas nacionais de maior importancia, no Peru, é o relacionado com as communicações ferroviarias. Esse ponto, que, em todas as épocas da historia nacional sempre teve enorme importancia, tem-se agora, muito mais do que antes, tornando-se vital para o desenvolvimento da patria.

LIMA, (Jueves). — Como acontece com a victoria dos países do mundo, um dos problemas nacionais de maior importancia, no Peru, é o relacionado com as communicações ferroviarias. Esse ponto, que, em todas as épocas da historia nacional sempre teve enorme importancia, tem-se agora, muito mais do que antes, tornando-se vital para o desenvolvimento da patria.

LIMA, (Jueves). — Como acontece com a victoria dos países do mundo, um dos problemas nacionais de maior importancia, no Peru, é o relacionado com as communicações ferroviarias. Esse ponto, que, em todas as épocas da historia nacional sempre teve enorme importancia, tem-se agora, muito mais do que antes, tornando-se vital para o desenvolvimento da patria.

LIMA, (Jueves). — Como acontece com a victoria dos países do mundo, um dos problemas nacionais de maior importancia, no Peru, é o relacionado com as communicações ferroviarias. Esse ponto, que, em todas as épocas da historia nacional sempre teve enorme importancia, tem-se agora, muito mais do que antes, tornando-se vital para o desenvolvimento da patria.

Como se deve economizar

Parallélismo politico

Parallélismo politico

Parallélismo politico

Parallélismo politico

Parallélismo politico

Parallélismo politico

Parallélismo politico

Parallélismo politico

Parallélismo politico

Parallélismo politico

Parallélismo politico

Parallélismo politico

Parallélismo politico

Parallélismo politico

Parallélismo politico

Parallélismo politico

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Meus cumprimentos ao Senador Eduardo Azeredo.

Convido o Senador Eduardo Azeredo para presidir a presente sessão.

O Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Azeredo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Com a palavra o Senador Eliseu Resende.

O SR. ELISEU RESENDE (DEM – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente desta sessão Senador Eduardo Azeredo, ex-Governador do **Estado de Minas** Gerais, Exmº Sr. Carlos Velloso, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, mineiro que honra Minas Gerais e as montanhas do cenário político, administrativo e judiciário nacional, meu caro Édison Zenóbio da Costa, meu companheiro de banco da nossa juventude que tem quase a idade do **Estado de Minas**. Meu prezado Henrique Hargreaves, representante de S. Exª o Governador do **Estado de Minas** Gerais Senadores de Minas – Eduardo Azeredo, novamente citado, líder deste requerimento entre os Senadores mineiros, ex-Governador do **Estado de Minas** Gerais e filho de Renato Azeredo, Wellington Salgado, bravo lutador neste Senado da República, também mineiro nosso colega –, meu prezado Álvaro Teixeira da Costa, Diretor Executivo do **Estado de Minas**, Srªs e Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores:

Ao apresentar o requerimento para que o período de Expediente desta sessão fosse dedicado a homenagear o Jornal **Estado de Minas** pelo transcurso dos seus 80 anos de fundação, penso que fizemos – os três Senadores mineiros que o subscrevemos – um ato de dever e de justiça.

A pujança desse veículo de comunicação pôde ser constatada no último dia 07 de março, a data em que se completaram os 80 anos. No Palácio das Artes, em Belo Horizonte, duas mil pessoas dos mais diversos segmentos sociais, dos mais variados campos de atividade de todas as regiões do País, reuniram-se para celebrar a vitoriosa instituição.

Mas qual o segredo, senhoras e senhores, de tanto prestígio? Qual a receita para tanto sucesso?

Todos sabemos que o sucesso de um órgão de imprensa é resultado sempre de uma soma de fatores: o dinamismo, a competência, a ousadia e a credibilidade, tanto dos dirigentes, como do corpo funcional são imprescindíveis. E notem que, quando falo em corpo funcional, faço referência não apenas às equipes que atuam em contato direto com a notícia – editores, redatores, repórteres, fotógrafos –, mas também aos setores administrativo, financeiro e comercial, e a outros

setores que estão na retaguarda exercendo atividades igualmente fundamentais.

Pois, bem. Todo esse arcabouço, toda essa infraestrutura, toda essa riqueza de recursos humanos, ao longo dos 80 anos de existência, não tem faltado ao **Estado de Minas**; e, com toda a certeza, é responsável pela maior parte do seu sucesso.

Mas há outro ponto que também me parece essencial.

Desde sua criação, seguramente por conta dos ideais de seus fundadores, o jornal **Estado de Minas** adotou princípios e valores caros à Nação e muito especialmente, caros ao **Estado de Minas** Gerais.

Basta ler a linha de conduta definida no editorial de sua primeira edição. Vou ler aqui um trecho do editorial da primeira edição do **O Estado de Minas**:

“Não teremos ligações nem dependências com os governos, mas encararemos sem prevenções injustas os homens incumbidos da administração. Procuraremos julgar os factos e as pessoas de um ponto de vista elevado, sereno e principalmente justo. Evitaremos exageros de linguagem no louvar e no censurar.

Seremos sóbrios, calmos, firmes, intransigentes, desambiciosos de glórias fáceis e despreocupados de ódios pequeninos.”

Esse é um trecho transcrito do primeiro editorial do jornal **O Estado de Minas**, na sua primeira edição.

Aí está, em poucas linhas, a essência da alma mineira: o sentimento de justiça, o amor pela verdade, a firmeza de propósitos; mas, ao mesmo tempo, o comedimento, a serenidade e o equilíbrio. Foi essa, evidentemente, a mensagem que Pedro Aleixo, Mendes Pimentel, Juscelino Barbosa, Milton Campos e Abílio Machado quiseram passar ao povo de Minas Gerais: faremos um jornal com as feições e o espírito de nossa gente.

E é exatamente esse tipo de jornalismo, um tipo de jornalismo que preza os princípios e os valores do público a que se destina, que o **Estado de Minas** vem praticando há 80 anos.

Mas existe ainda outra marca que também devemos associar ao veículo de comunicação que hoje reverenciamos: a marca do pioneirismo.

Aqui, certamente, vamos detectar a influência de Assis Chateaubriand. O notável homem de comunicação, que nos deixou há 40 anos – completados no último 4 de abril –, e a quem também homenageamos nesta sessão, foi, acima de tudo, um pioneiro. E ao assumir o controle do **Estado de Minas**, em 1929, deve ter impregnado o jornal com sua obsessão pelo

novo, com seu fascínio por tudo aquilo que significasse avanço nos métodos ou na tecnologia.

O resultado, como não poderia deixar de acontecer, é que o jornal **Estado de Minas** tem-se notabilizado por uma série de pioneirismos: primeiro jornal do País a adotar teleimpressoras; primeiro a instituir serviços de assinaturas e anúncios por telefone; primeiro a fazer impressão em cores.

Também foi o primeiro jornal brasileiro a promover acesso à internet e a exibir animações na *home page*; e o primeiro a executar a paginação completa por meio de computador.

A capacidade de inovar, cumpre ainda dizer, não se limitou aos aspectos técnicos.

Conforme lembrou seu Diretor Executivo Álvaro Teixeira da Costa, no evento realizado em Belo Horizonte no último dia 7 de março, o jornal o **Estado de Minas** é pioneiro, também, em programas de responsabilidade social: há 42 anos a Jornada Solidária presta serviços da mais alta relevância à sociedade mineira.

Enfim, seria cansativo elencar, aqui, todas as áreas, todos os campos de atuação em que “o grande jornal dos mineiros” apontou novos caminhos para a imprensa de nosso País.

O que fica claro é que o **Estado de Minas** tem, sim, uma capacidade muito grande de andar à frente. E é nessa capacidade de andar à frente, combinada com a qualidade dos recursos humanos e com o respeito aos valores e sentimentos do povo mineiro que vamos encontrar as explicações para o sucesso obtido.

Falo outra vez em sucesso e lembro que tal palavra, quando associada a um veículo de comunicação não tem a ver unicamente com grandes furos de reportagem, ou memoráveis séries de artigos. Tais eventos, é lógico, têm o seu grau de importância, e surgem com freqüência no **Estado de Minas**.

Mas só se pode dizer que um veículo de comunicação está de fato consagrado quando ele, simplesmente, já se incorporou à rotina dos cidadãos. E é esse o caso, seguramente, do **Estado de Minas**. Ao tomar o café da manhã, o cidadão tem sobre a mesa um exemplar do jornal. No ônibus, vai lendo as notícias. Chegando ao escritório, busca informações, no *site*, sobre os últimos acontecimentos.

Essa presença cotidiana na vida das pessoas – dos trabalhadores, dos estudantes, dos empresários, daqueles que se dedicam aos afazeres domésticos – é que pode ser considerada, verdadeiramente, um sintoma da aceitação generalizada de um jornal.

Prezadas senhoras, prezados senhores, na festa dos 80 anos, o nosso Governador Aécio Neves disse que o **Estado de Minas** já “*se consagrou como símbolo, intérprete e porta-voz de Minas*”; e disse também

que “*hoje sua voz ecoa além das nossas montanhas*”. Já o Vice-Presidente José Alencar ressaltou que a imprensa brasileira tem no **Estado de Minas** “*uma das maiores expressões do jornalismo sério, responsável, pluralista, a combinação exata da modernidade com a tradição*”. São manifestações com as quais, evidentemente, só posso concordar.

Por isso, nas figuras de seu Diretor-Presidente, Britaldo Soares, de seu Diretor-Geral, Edison Zenóbio, e de seu Diretor-Executivo, Álvaro Teixeira da Costa, quero cumprimentar os 1.400 funcionários que hoje atuam no **Estado de Minas**, e todos aqueles que por lá passaram anteriormente, pelo magnífico trabalho desenvolvido ao longo desses 80 anos.

Um trabalho, indiscutivelmente, voltado para a cidadania e para o desenvolvimento. Um trabalho que honra e dignifica Minas Gerais e o Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Eliseu Resende.

Convido também, para fazer parte da nossa mesa, o Dr. Álvaro Teixeira da Costa, Diretor-Executivo de **O Estado de Minas**. (Palmas.)

Antes de passar ao próximo orador, quero registrar também a presença do Deputado Federal Paulo Piau, da Deputada Federal Jô Moraes, também representante do nosso **Estado de Minas** Gerais.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Senador Eduardo Azeredo, subscritor do requerimento e Presidente do Senado neste momento; Exm^o Sr. Senador Eliseu Resende, também subscritor do requerimento; Exm^o Sr. Edison Zenóbio, Diretor Geral de **Estado de Minas**; Exm^o Sr. Carlos Velloso, Ministro do Supremo Tribunal Federal; Exm^o Sr. Henrique Eduardo Hargreaves, representante do Governo de Minas Gerais no Distrito Federal, meu ilustre amigo; Exm^o Sr. Álvaro Augusto Teixeira da Costa, Diretor-Executivo do jornal **Estado de Minas**; Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados, Srs. convidados, Minas Gerais são muitas. Quem conhece o nosso Estado sabe que cada região expressa um pouco de nosso País. Em Minas, seja na grande metrópole de Belo Horizonte, seja nas hospitaleiras cidades do interior, como a região do Triângulo Mineiro, está um pedacinho da alma brasileira

E é nesse contexto de pluralidades, de receptividade, de poesia e prosa, que nasceu o jornal **Estado de Minas**. Quando Belo Horizonte contava com apenas 31 anos de idade, o jornal já noticiava e retratava a energia da jovem cidade. Apesar das distâncias que

separavam Minas do resto do País, Belo Horizonte era o sonho da capital planejada como o meio de transformar em realidade os sonhos mineiros de modernidade.

O **Estado**, fundado em 7 de março de 1928, era parte desse espírito da alma de cada mineiro: o sonho de que a realização dos ideais era não apenas possível, como estava bem perto da gente.

Não foi à toa que o jornal ficou conhecido como “o grande jornal dos mineiros” – o jornal que, ao mesmo tempo, espelhava o presente, mas seria também um farol para o futuro. Ousaria dizer mais, o *Estado* tem sido nesses oitenta anos “jornal de todos os mineiros”.

Em sua primeira capa, em sua proclamação de princípios, o **Estado de Minas** anunciava o propósito de ser o defensor legítimo dos trabalhadores, dos que labutam e produzem – a lavoura, a indústria e o comércio. Se isso era verdade naqueles tempos distantes, continua a ser hoje. O **Estado** é a voz legítima dos anseios e do trabalho do povo mineiro. Todos aqueles que sonham com Minas Gerais como um pólo de desenvolvimento tiveram o jornal como aliado fiel.

O **Estado**, sempre à frente dos principais debates, serviu sempre como um importante foro de idéias, de discussões e de importantes embates e debates. Foro democrático, sempre aberto às opiniões divergentes e ao novo, sem perder a reverência e importância que a tradição e a história têm na vida e no desenvolvimento de uma sociedade.

Minas, ao contrário do que muitos imaginam, sempre foi um Estado de vanguarda e de modernidade. Foi ali, nas montanhas de ouro e ferro, que os primeiros clamores pela independência nacional se fizeram ouvir.

No século XX, no grande processo que levou a mudanças profundas em nossa sociedade, Minas desempenhou papel de destaque.

Na década de 40, por exemplo, ao tempo em que Juscelino era prefeito de Belo Horizonte, Minas foi palco das mais ousadas manifestações modernistas vistas em nosso País. JK, como mostraria em sua presidência – a melhor que este País já teve – ansiava pelo futuro e o fazia acontecer.

O jornal **Estado de Minas** não era diferente desses sonhos de Juscelino. Minas Gerais, graças em parte à receptividade do jornal, recebeu, em maio de 1944, aquela que ficou conhecida como a maior exposição de arte moderna já realizada no Brasil. Além de artistas que brilharam, vinte anos antes, na Semana Modernistas, Minas abria as portas para uma nova geração. O jornal escreveu que a mostra era “eloqüente demonstração do espírito progressista da gente mineira”. Poucos anos antes, JK dava início à

construção da Pampulha, obra-marco da entrada do Brasil na modernidade.

O **Estado de Minas** foi, em suas próprias palavras, espelho e farol de Minas. Espelho, ao refletir quem são os mineiros, em toda a sua determinação, vontade e desejo de inovação; e farol, ao olhar para frente como um ponto para o qual poderíamos nos encaminhar, sem perder de vista a história que estava sendo construída por nosso povo.

Eu queria pedir licença, Sr. Presidente, para, neste momento em que estou fazendo esta homenagem ao **Estado de Minas** e ao falar em “espelho e farol”, dizer que tive a oportunidade de receber ontem, em minha casa para um jantar, o Governador de Minas, Aécio Neves. E, quando cito “farol” e “olhar para frente”, não posso deixar de tentar associar Aécio com essa visão de olhar para frente. Independente de partido e independente de qualquer situação, acho que Aécio hoje é um nome moderno e que representa todo o povo mineiro. Por que associo isso ao jornal **Estado de Minas**? Porque não é possível ter-se um grande político em Minas – e citando aqui o Governador Aécio –, sem que o **Estado de Minas**, de alguma maneira, com seus escritores e com todos que escrevem nas suas colunas, tenha criado uma forma de ele ser um grande político mineiro. É por isso que, de alguma maneira, o **Estado de Minas** contribuiu para esse grande político do momento, jovem, representante da minha geração. E, mais vez, quando falo em “farol de iluminar para frente”, vem à minha mente imediatamente a imagem do Governador Aécio. Então, o **Estado de Minas**, com certeza, tem uma grande responsabilidade na formação desse Governador. Deixo até o Senador Azeredo alegre, porque Aécio hoje está no PSDB, mas não esqueça que a genética dele é toda peemedebista.

Assim, ao ser reflexo do presente e farol do futuro, o jornal sempre se pôs, antes de qualquer outra coisa, como um defensor dos mineiros e de Minas Gerais. Tarefa nem sempre fácil ou simples, diante das complexidades da política e da economia de nosso Brasil.

Mas o jornal não foi apenas esse batalhador das coisas de Minas. Foi também um celeiro dos melhores talentos do século XX, não só mineiros, mas talentos de diferentes partes do Brasil, acolhidos nas páginas do nosso jornal. Nomes como Carlos Drummond de Andrade, Rubem Braga, Cecília Meireles, Fernando Sabino, Manuel Bandeira, Gilberto Freyre e aquele que é, muito provavelmente, o principal escritor brasileiro de todos os tempos, o mineiro de Cordisburgo, Guimarães Rosa.

O **Estado de Minas** tem sido ao longo desses oitenta anos um exemplo a ser seguido por outros jornais e periódicos jornalísticos. Foi um defensor de

Minas e do Brasil. Defendeu sempre os mineiros, mas com o objetivo de engrandecer este País.

Parabéns ao **Estado de Minas** pelos seus oitenta anos e obrigado pelos serviços que tem prestado com tanto amor e dedicação ao povo mineiro e à amada terra mineira.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Obrigado Senador Wellington Salgado de Oliveira.

Eu quero aqui também registrar a presença do Jacques Corrêa, vice-presidente de Assuntos Governamentais da Coca Cola.

Dando prosseguimento a nossa sessão, concedo a palavra ao Senador Mão Santa, representante do Piauí, mas condecorado em Minas Gerais.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Eduardo Azeredo, que preside esta solenidade; autoridades presentes – e são tantas –, peço permissão para saudar a todos em nome da justiça, que Rui Barbosa simboliza. Minas igualá-se à Bahia e ao Piauí, com Evandro Lins e Silva, e Minas, com nosso Carlos Velloso.

Eu poderia esquecer alguns nomes de tantas lideranças e personalidades importantes, o que seria imperdoável.

Brasileiros e encantadoras brasileiras aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Minas é de todos nós, é do Brasil. Tudo de Minas. E gostaria de fazer uma observação.

Eduardo Azeredo, V. Ex^a me condecorou com a comenda-maior “**Libertas quae sera tamen**”. Eu tenho 65 anos de idade – eu e Arthur Virgílio, não é, Arthur Virgílio? Eu percorri o meu caminho, preguei minha fé e combati o bom combate. Então, eu tive algumas comendas. Mas tem uma de que eu me orgulho e pensei que não ia ganhá-la – e quero contar aqui –, e ninguém mais vai ganhá-la. Esse jornal é grandioso: 80 anos. Minas é grandiosa. E quero dizer e conceituar a grandeza de Minas para o Brasil. A história nós sabemos. Mas o que eu acho de maior valia é que, quando se fala em Minas, com muito respeito, todos os brasileiros dizem “A tradicional família mineira”. Família, Rui Barbosa está ali, porque ele disse: “Pátria é a família amplificada”. Então, o próprio Deus, quando colocou o seu filho não O desgarrou, deixou-O em uma família.

Então, o respeito que todas as brasileiras e brasileiros têm quando se fala em Minas: a tradicional família mineira. É de respeito, é de amor. Rui sintetizou: “A Pátria é a família amplificada.”

Há 105 anos, nasceu o maior dos brasileiros, Juscelino Kubitschek de Oliveira. E eu, quando cheguei

nesta Casa, ele completava 100 anos, um centenário. O Memorial JK concedeu algumas comendas. Duas seriam dadas a este Congresso. Eu aprendi com Juscelino: seja otimista. É melhor ser otimista. Um otimista pode errar; o pessimista já nasce errado e continua errado. Eu sou otimista, sou cirurgião, realista, como ele. Fui médico como ele, cirurgião de Santa Casa, passagem pelo Exército, prefeitinho, governador, eles tiraram-no daqui, cassaram, também sofreu esses revezes, mas queria dizer que não pensava em ganhar. Alguém disse que eu estava sendo observado. Aí, eu raciocinei: Paulo Octávio, brilhante e extraordinário Senador, hoje vice-governador, perspectiva invejável, casado com a encantadora neta de Juscelino. Está vendo, Arthur Virgílio, você não estava nessa corrida, porque aí a gente ia correr, como nós temos outras disputas.

Aí o Paulo Octávio me estimulava: “Você está sendo analisado para ganhar a segunda”. Mas Antonio Carlos Magalhães é uma história, uma lenda da Bahia, tinha convivido com ele. E é até bom eu contar isso, porque pouca gente sabe, porque eu mesmo não acreditava que eu ia ganhar de Antonio Carlos Magalhães. Vamos ser justos: Piauí, Bahia. Professor Cristovam, faltando 48 horas, se apresentaram no meu gabinete. Eu fiquei surpreso. Não deu nem tempo para fazer o **marketing**. Eu não acreditava que ia ganhar. E eu ganhei. O general, amigo de Juscelino, que dirige o Memorial extrapolou e disse que o critério foi o Senador que mais citou Juscelino Kubitschek. E havia sido eu. E ganhamos. Eu abdicou de tudo, Wellington Salgado, mas dessa eu jamais vou abdicar.

Todo mundo sabe muitas histórias de Juscelino, mas eu vou contar uma que está ligada a Minas. Um homem é a genética e o meio ambiente. Quando começou a sua carreira política, ele estava com 25 anos, foi quando surgiu o **Estado de Minas**.

Quer dizer, foi o **Estado de Minas** que projetou aquela grandeza. São fatos. Sei que todo mundo tem muitos.

Eu Governava o Piauí e fui fazer um convênio com a Universidade de Coimbra, universidade que mais cresceu. Levaram-nos até Óbidos, uma cidade próximo de Lisboa. Aquela cantiga da mulher, a Adalgisinha foi comprar... E eu fiquei ali. Velloso, eu sou parecido com o Luiz Inácio, eu gosto de tomar uma. Eu digo: eu vou tomar uma ginja. Vocês já foram a Portugal? Aquele licor de cereja nativa. Entrei num sobradinho. Atentai bem para esse fato. Olha, quando entrei e vi duas cartas de Juscelino Kubitschek. Eu as li, um nome diferente. Olha, eu tinha entrado num boteco e tomado umas, mas nunca me lembrei de agradecer. Então, ele, naquele ostracismo que lhe impuseram, no período em que esteve em Portugal, ele ia até Óbidos

tomar um Scotch. As duas cartas, as coisas mais lindas que eu vi, uma agradecendo ao dono do bar aqueles instantes que ele tinha tomado o Scotch, a outra era cumprimentando a família do dono do bar, a mulher e os filhos. Eu olhei e disse: você tem o documento mais importante do Brasil. Esse homem é o maior fruto do País, unânime em 500 anos. Coloque um retrato desse homem na porta, que todo brasileiro vai se curvar. Estão ali as cartas de Juscelino. Mas o bar não era mais do dono. Tinha passado para outro.

Para vocês verem aquela personalidade... Carta agradecendo... Eu queria ser breve, dizer da grandeza desse **Estado de Minas**. Essa grandeza política toda fez nascer Juscelino. Juscelino começou com seus 25 anos aqui, quer dizer, o jornal divulgou, desbravou aquele que foi diferente de todos nós.

Estou muito à vontade aqui porque sou do Piauí e sei interpretar o valor de um jornal. Eu entendo que, se tivéssemos uma olimpíada aqui, está ali o Adelmir Santana, – aquele negócio que vai ter na China, confusão doida com a tocha – eu ficaria em dúvida. Eu sei que iam para o pódio Minas e o Piauí, mas, se a medalha de ouro ia para Minas ou para o Piauí, estou em dúvida.

Professor Cristovam, aprenda. Entendo bem a valia disso. Sou do Piauí. E temos muita afinidade. Teresina foi a primeira capital planejada, por um baiano, 158 anos. Vocês têm pouco mais de 100, Belo Horizonte, né? Goiânia, Brasília, 48, e Palmas.

Então, lá havia o jornal **A Ordem**. E o jornalista David Caldas mudou o nome do jornal para *Oitenta e Nove*. Wellington Salgado, parece que é nome de cachaça, não é? Mas não é não! Colocou o nome do jornal **Oitenta e Nove** para despertar o Brasil para que acontecesse o governo do povo, pelo povo e para o povo. Há cem anos, já tinham gritado: liberdade, igualdade e fraternidade! E aqui não.

Então, lá foi o primeiro jornalista. *Oitenta e Nove*. Dezesete anos antes, para espalhar a nossa grandeza. Dezesete anos antes, em 15 de novembro de 1889. Então, isso nos dá o espírito.

Todos nós sabemos da grandeza de Minas. Aqueles que se insurgiram contra os impostos; contra a derama. E os portugueses eram até bons. A tal de derama... A Globo fez a novela *O Quinto dos Infernos*. O imposto era um quinto. Era 20%, Wellington Salgado! Cinco quilos de ouro? Um era para Portugal. Cinco bois? Um era para Portugal. Cinco bodes do Piauí? Um era para Portugal. Agora é 40%! E não se devolve no essencial: a segurança, a educação – está aí o Cristovam – e a saúde. Está aí, não é? Oswaldo Cruz, há cem anos, ganhava de um mosquitinho. Hoje, nós estamos perdendo feio.

Mas, então é isso! Vocês fizeram, ensaiaram a Independência. Nós piauienses fizemos uma batalha sangrenta para colocar os portugueses para fora em 13 de março de 1823. Nós vingamos mesmo o Tiradentes. Nós é que fizemos uma batalha sangrenta. Depois os baianos fizeram, mas foi em julho – julho é depois de março, não é? Então, nós temos essa grandeza.

E o jornal **Estado de Minas** é como Minas – grandiosa, com as montanhas –, já nasceu grande. Eu nunca vi um jornal tão grande. É como Minas Gerais: já nasceu com ouro, famílias, mulheres. É o maior jornal, e eu vi logo que vocês são da grandeza. E nós queríamos, então, neste instante, dizer desse intercâmbio e dessa grandeza histórica política.

Interessante lembrar aquele fato, quando Getúlio Vargas começou, de 30 a 45. Ele ia para a reunião – os mineiros são grandes –, aí ele dizia: “Presidente Getúlio Vargas”. Aí o “mineirão” Olegário Maciel: “Presidente de Minas”. Aí o povo não entendia. Presidente do Brasil, Getúlio Vargas; Presidente de Minas, Olegário Maciel. Ele não abria, o Olegário Maciel, um mineiro que mostrava essa maneira de se postar. Aí, vem o Benedito Valadares, vem o nosso Juscelino...

E nós estamos aqui para comemorar. Um jornal vale pela verdade que diz.

Então, quando o Senado da República, quando os Senadores que representam os Estados homenageiam esse jornal, é porque ele atingiu o essencial, ele buscou e transmitiu a verdade. E agradecido pelas conquistas, pelo exemplo dos filhos políticos, que sintetizamos em Juscelino, mas todos brilhantes; os Srs. Senadores Eduardo Azeredo, Eliseu Resende, jovem, brilhante, e o nosso Wellington Salgado representam essa grandeza.

Quis ontem, Deus permitiu, adentrasse aqui o Governador de Minas, abraçado por todos, como se todos nós abraçássemos a história de Minas.

Mas a nossa identidade, senão vocês vão ganhar a medalha de ouro, é do Piauí, que vai ganhar. O Piauí, nesse intercâmbio de respeito, mandou o seu melhor filho para governar Minas Gerais. E eu quero render essa homenagem ao nosso piauiense Francelino Pereira, que representou essa identidade de bravura, de civismo e de amor à Pátria, que Minas e o Piauí deram de exemplo ao Brasil.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Cito também a presença do Sr. Robson Rocha, Presidente do Banco Popular do Brasil, e do ex-Deputado Federal Carlos Murilo Felício dos Santos, primo de JK, tão bem referido aqui pelo nosso colega Mão Santa.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB nesta Casa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, convidadas e convidados do Congresso Nacional, do Senado Federal, para esta homenagem justa a este grande jornal brasileiro, que é muito mais do que um jornal regional, um jornal de coturno efetivamente nacional, que é **Estado de Minas**.

Cumprimento V. Ex^a, Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, que, mineiro como ninguém, ensinou-me a comer salada. Eu sempre achei que o prato quente vinha depois, ele me disse: “Mas assim esfria”. Então, mineiro come primeiro o prato quente, porque a salada mantém a temperatura de sempre. Eu aprendi e dali para frente incorporei esse hábito que me foi passado pelo meu querido amigo e companheiro de Partido, Senador Eduardo Azeredo.

Cumprimento o Ministro Eliseu Resende, figura queridíssima e respeitadíssima nesta Casa; Senador Wellington Salgado, figura de nome, cordialidade e fraternidade com todos nós; Dr. Édison Zenóbio, Diretor Geral do jornal **Estado de Minas**; Ministro Henrique Hargreaves, figura tão estimada em todos os tempos do Congresso Nacional; meu prezado amigo Álvaro Augusto Teixeira da Costa, Diretor Executivo do jornal **Estado de Minas**, que vem representando esse grupo tão democrático e fazendo um trabalho muito bonito também à frente do jornal **Correio Braziliense**, que demonstra o vigor das suas reportagens e o vigor da sua convicção, muitas vezes nadando contra determinadas correntes que precisam ser enfrentadas em nome da boa verdade jornalística. E deixei para o final esta figura que representa tanto para as letras jurídicas do País, figura que faz muita falta ao Supremo Tribunal Federal, que é estimada por todos os que o conhecem e respeitada por todos os que o conhecem e pelos que não o conhecem, o Ministro Carlos Mário Velloso.

Eu gostaria de aproveitar, precisamente, o ano I e a edição nº 1 do jornal **Estado de Minas**. O Senador Mão Santa disse muito bem: o jornal nasceu grande no tamanho e fadado a ser grande no seu conceito.

Anotei, Sr. Presidente, algumas passagens muito interessantes do jornal. Por exemplo, eu pensava no que é a vida, e o jornal registra a vida, sobretudo: ele registra a vida, registra o que se faz de errado, o que se faz de certo na vida pública, registra o esporte, registra o sofrimento, a dor, a brutalidade da condição humana, que, muitas vezes, leva alguém a cometer assassinatos inexplicáveis como esse da menininha paulista, em que, por mais que se tente encontrar um fio de lógica, seja quem tenha sido o monstro a praticar esse gesto, por mais que se busque encontrar um fio de lógica, não se o encontra, não se o acha, porque

é algo acima da lógica, acima da compreensão dos seres humanos de efetiva sensibilidade.

O jornal registra tudo. E aqui eu vejo uma notícia interessante da coluna *Vida Social*:

“Acha-se em festas o lar do sr. Theophilo Augusto Germano, conferente da Estrada de Ferro Central do Brasil, em Juiz de Fôra, e de sua exma. esposa sra. d. Alice Gomes Germano, com o nascimento de um interessante menino que na pia baptismal irá receber o nome de Antonio”.

Ou seja, Antonio – espero que esteja vivo – completou ou completaria agora 80 anos de idade. Fico me pondo a questionar a vida que ele levou, os acertos, os equívocos que possa ter praticado, as emoções que viveu e que espero continue a viver, meu prezado Jacques Corrêa.

E ainda tem duas notícias que são preciosas. Tem outra bem da vida corriqueira das Minas Gerais daquela época:

“Acha-se contractado o enlace matrimonial da senhorinha Lygia Monteiro, filha do Sr. Joaquim Ferreira Monteiro, com o sr. João Braga Castello Branco”.

Eu pensava ali: quantos filhos? Deu certo o casamento? Hoje em dia, está mais difícil de dar tão certo, mas naquela época costumava dar, até por questionamentos menores que ambos os contratantes do enlace faziam um ao outro.

Eu fico me pondo a pensar sobre essa comédia da vida, sobre essa tragédia que a vida é, às vezes, também. E tem duas notícias que são preciosas. Eu vou guardar este jornal com muito carinho.

Aqui tem “Viajantes”. Como não era tão fácil se viajar àquela altura, então a viagem de um homem público importante, meu prezado Gontijo, era algo que levava os correligionários à gare, à estação, e, mais tarde, ao aeroporto.

Lamento que, hoje em dia, não se tenha ainda... O Brasil, de certa forma, andou para trás em alguns aspectos, porque, se o jornal evoluiu, estamos sem o trem para nos levar a Minas, como de Minas para o Rio de Janeiro foi o Vice-Presidente da República da época, Fernando Mello Vianna, Vice-Presidente da República de Washington Luiz, que tinha sido também, se não me engano, Presidente da Província das Minas Gerais.

Aqui diz:

“Dr. Mello Vianna – Seguiu ante-hontem para o Rio, pelo 2º nocturno,...” [À época, havia dois trens; hoje, não há nenhum. Mas vamos registrar que são dois trens! Bom, estou

dizendo dois trens, no mínimo, porque, se ele pegou o segundo “nocturno”, poderia haver um terceiro ou um quarto. Então, continuando,] “...o dr. Fernando Mello Vianna, vice-presidente da Republica que teve embarque muito concorrido, notando-se na ‘gare’ inumeros politicos e admiradores de S.Ex^a.

Fui colega de Instituto Rio Branco de um neto já falecido de Mello Vianna, Victor Manso de Mello Vianna, uma figura muito querida que nos deixou tão cedo, algo, enfim, que a minha turma, que era tão pequena no Rio Branco, não perdoa até hoje: termos perdido o convívio do Victor. Mas aí que vem a notícia mais fundamental, que é realmente de se notar. Meu prezado Alvaro:

“Está em festas o lar do nosso confrade...” [vou dizer o nome depois, porque realmente é um nome que vai causar uma saudade e admiração enorme em todos] “Está em festas o lar do nosso confrade [fulano de tal], redactor do ‘Diário de Minas’, e de sua exma. esposa d. Dolores Andrade, com o nascimento de uma linda menina que na pia baptismal receberá o nome de Maria Andrade”.

Esse confrade é simplesmente – estava na fundação de *O Estado de Minas* – um cidadão que escrevia direitinho, que tinha um certo talento, uma figura de um certo reconhecimento, chamado apenas Carlos Drummond de Andrade. Ele está aqui. Vou guardar com muito carinho este jornal, porque faz parte da história do País, e vou lê-lo com muito calma. Não é sempre que temos calma, mas faço questão de ler este jornal com muita atenção.

Fico feliz porque este anúncio enorme aqui deve ter dado um dinheirão para o jornal àquela altura.

Eu gostaria de registrar Minas do ponto de vista do que representa, pelo seu peso simbólico, para o País.

Ainda há pouco, Presidente Eduardo Azeredo, Senador Wellington Salgado e meu prezado Ministro Eliseu Resende, falava-se aqui, pela voz do Senador Wellington, da trajetória brilhante do Governador das Minas Gerais, meu prezado amigo e companheiro de Partido Aécio Neves. E se falava muito em genética. Dois oradores falaram em genética. E quando se associa Aécio sempre a Tancredo Neves – e isso é muito –, está se olvidando o outro lado da sua genética política tão favorável. Ele é neto de Tristão da Cunha, que foi um dos grandes Deputados da “banda de música” da UDN, União Democrática Nacional, filho de Aécio Cunha, de quem cheguei a ser colega no meu primeiro mandato, quando Aécio estava já veterano em um dos seus mandatos inúmeros e profícuos em favor do seu Estado, e neto de Tancredo Neves. Ou seja, é uma res-

ponsabilidade muito grande, da qual vai se incumbindo muito bem o jovem Governador desse Estado.

Mas penso em Minas e me lembro da sagacidade e da honradez de José Maria Alckmin. Lembro-me da coragem de fazer de Juscelino Kubitschek de Oliveira. Brasília ficou pronta no prazo marcado, na data aprazada, precisamente porque havia alguém de uma determinação inacreditável à frente do País. Alguém que marcou, contra a precária navegação aérea da época, marcou uma data e a cumpriu, contra tudo e contra todos.

Carlos Lacerda, no seu brilhantismo, muitas vezes destrutivo, mas brilhante como jamais vi nenhum Parlamentar o ser, dizia que Brasília não ficaria pronta. Depois, teve que se conformar em criticar a Capital, mas não pôde sustentar que Brasília não ficaria pronta, até por que não se pode negar uma evidência de concreto recheada de sentimentos humanos dos pioneiros que para cá acorreram.

E mais. Podemos falar de mineiros ilustres como Oscar Corrêa, que foi do Supremo Tribunal Federal e da UDN, que era antípoda do PSD de Juscelino Kubitschek. Venho de uma família de trabalhistas, mas os dois homens públicos que vi exercerem sua coerência com mais clareza eram da UDN: Mário Martins, Deputado pelo Espírito Santo, UDN do Espírito Santo, e Oscar Corrêa, UDN de Minas Gerais.

Oscar Corrêa, no final do seu mandato, discrepa do seu Partido numa questão de fundo. Ele, então, entrega o mandato e diz: olha, não consigo exercer o mandato porque entendo que o mandato pertence ao Partido.

Mário Martins foi até além. Mário Martins discrepou no início do mandato... Aliás, Oscar Corrêa cumpriu o mandato até o final e não se candidatou nunca mais a nada. Mário Martins entregou seu mandato no início, por discrepar de uma questão de fundo da UDN. Ambos foram muito adulados pela direção do Partido: “Não tem por que fazerem isso. Não tem por que agirem assim. Nós não estamos pedindo que vocês façam isso”. Mas a consciência de ambos pesava mais do que aqueles apelos tão ilustres. Cito Mário Martins porque é um exemplo de enorme clareza para quem tem o sentimento republicano. Mas Oscar Correa é isso.

Eu me dou por invejoso quando vejo uma luta política se travando, em Minas – e eu me lembro do meu Estado e de outros Estados –, entre Pedro Aleixo e Juscelino Kubitschek de Oliveira, quando se tinha uma eleição em que o adversário de Juscelino Kubitschek para o Governo de Minas era nada mais, nada menos que Milton Campos. Era quase que um luxo literal. Era de se fazer um requerimento, em nome dos outros Estados, pedindo certa distribuição dessa renda intelectual e dessa renda moral. Seria algo as-

sim tipo “fica com fulano e me manda beltrano”. Mas por que essa coisa tão exageradamente privilegiadora de Minas que fazia Juscelino derrotar Milton Campos? Milton Campos podia ter nascido em outro Estado e ambos teriam vencido, cada um em seu Estado. Por que aquela ganância de talentos? Minas é, de fato, privilegiado sob esse aspecto.

Eu gostaria, ainda, de ressaltar uma figura que considero extremamente marcante para Minas Gerais. Já falei da importância de Juscelino, pelo que fez pelo Brasil, e agora me refiro a Tancredo Neves.

Tancredo Neves deu todas as provas de firmeza sem que se pudesse dizer o menor senão da sua coerência, do seu compromisso libertário e da sua firmeza de homem público e de homem, pessoa física.

Vamos a Tancredo Neves.

Vereador em São João del Rei – evidentemente, adversário da ditadura varguista do Estado Novo –, teve seu mandato cassado, como foram cassados todos os mandatos por uma ditadura que não poupou mandato qualquer. Depois, exerceu suas atividades advocatícias, ele que era promotor público. E Tancredo chega, em determinado momento, ao Congresso Nacional.

Em alguma hora difícil para Getúlio Vargas, ocorreu a liderança do PSD, porque era muito fácil entregar determinada matéria grave que poderia queimar um Parlamentar, mas, ao mesmo tempo, o Partido demonstraria por aí lealdade ao Presidente Vargas, entregar isso a Tancredo Neves, que era um iniciante. Ele se saiu tão bem que virou Ministro da Justiça de Getúlio e foi o homem que, sem ter sido inspirador de nenhuma carta de suicídio, foi, sem dúvida, o inspirador de uma carta de renúncia que lhe rendeu uma caneta com a qual ele assinou, presenteada que foi por Getúlio, todos os atos importantes de sua vida.

Depois, vem a tentativa do golpe em Juscelino, e Tancredo, extremamente relevante naquele momento para a sustentação da legalidade constitucional, mostrou, mais uma vez, a que veio na vida pública do País.

Depois disso, nós tivemos a sucessão de Juscelino.

O Marechal Lott foi escolhido pelo PSD e pelo PTB para enfrentar, numa chapa em que o vice-Presidente também era votado – isso foi de extrema gravidade, porque, os dois sendo votados, eram candidaturas que não necessariamente se somavam entre elas... E Jânio Quadros avassalando do outro lado, com toda a sua **performance** populista. Estava óbvio que, se Tancredo tivesse enfrentado essa boa figura que foi Magalhães Pinto, numa eleição sem a interferência do carisma presidencial, do carisma do candidato a Presidente Jânio Quadros, Tancredo não perderia a eleição.

Por outro lado, a determinação dele de ficar fiel a Lott se chocava com o fato de que poucos Governadores dos dois Partidos – do PSD e do PTB – ficaram com Lott. Poucos! A maioria fazia a tal chapa “Jan-Jan”, que era uma forma sempre subalterna e uma forma sub-reptícia de se trair o compromisso eleitoral. Quem ficou com a chapa “Jan-Jan” ganhou a eleição; quem ficou com Lott perdeu a eleição como Tancredo Neves perdeu. Mas cumpriu o seu dever mais uma vez.

Em seguida, ele volta para os seus afazeres – ele havia deixado de ser Deputado Federal –, volta para os seus afazeres particulares, enfim, volta para a sua banca de advocacia, e surge o episódio da posse do Presidente João Goulart. Veto dos militares à posse do Presidente constitucional; Tancredo se insurge contra isso, como contra isso se insurgiu o Congresso Nacional em grande parte, aliás, com a ajuda de Adauto Cardoso, o homem da UDN que conseguiu fazer aquele belo discurso que motivou tantos a saírem do medo e se abrirem para a luz do dia do compromisso com a democracia.

Mas Tancredo, depois, virou um homem de consenso. Fiel a João Goulart, confiável ao *establishment* brasileiro, porque um homem sensato, um homem de enorme capacidade, de enorme respeitabilidade, vira Primeiro-Ministro. E Tancredo, Primeiro-Ministro, leal como sempre, trabalha para que se reimplante o presidencialismo, até porque ele sabia que era prematuro se trabalhar a continuidade de um sistema para o qual o Brasil não estava preparado.

O Brasil não estava e ainda está vivendo, infelizmente, hoje ainda, o momento do chefe. O Brasil, infelizmente, por largas parcelas de sua população, ainda gosta muito da figura do chefe, daquela estória do “deixa comigo”, “deixa que eu chuto”, “deixa que eu faço”, “deixa que eu aconteço”. A sociedade não está ainda completamente madura para dizer: “Não. No parlamentarismo, eu faço também. Eu, cidadão, também faço. Não tem ninguém que faça tudo por mim. Eu também faço a minha parte”.

Mas Tancredo Neves foi Primeiro-Ministro leal que cumpriu o seu dever de preparar as bases para o plebiscito que faria o retorno ao presidencialismo. Candidata-se a Deputado Federal, vira Líder do Governo João Goulart no Senado. E, como Líder do Governo Goulart no Senado, ele foi com João Goulart até o momento em que João Goulart teria de levantar vôo para tentar a resistência ao golpe militar no Rio Grande do Sul.

E foi dele a ordem – não foi outra expressão: foi ordem –, era um simples Deputado, mas deu ordem ao General Nicolau Fico para levantar vôo, para levantar vôo, porque parecia uma certa “operação tartaruga” que possibilitasse a chegada de militares que prenderiam

o Presidente João Goulart. Ele disse ao General Fico para, imediatamente, sem prolegômenos mais, fazer o avião levantar vôo.

E João Goulart foi, voou até o Rio Grande do Sul cercado de alguns caças que ameaçaram, rugiram, mas não morderam, felizmente, para as tradições de benquerença dos brasileiros.

Depois, Tancredo fica contra o regime militar o seu tempo inteiro e se tornou o grande articulador da campanha das Diretas Já, junto com Leonel Brizola e com Franco Montoro, sob a orientação política de Ulysses Guimarães. Não dando certo a campanha das Diretas Já, ela, ainda assim, deixou um saldo de mobilização popular tão fantástico que Tancredo vira o homem síntese dessa mobilização toda e compõe uma chapa habilidossíssima com a Frente Liberal, que rompia com a ditadura, essa indicando José Sarney. E faz-se uma chapa que se tornou imbatível nas ruas, e isso pressionou o Congresso, no Colégio Eleitoral, a dar vitória à chapa liderada por Tancredo.

Logo Tancredo, que infelizmente não pôde completar essa trajetória, representou, ele próprio, talvez o golpe, certamente o golpe mortal que a ditadura, que já cambaleava, merecia receber.

São fatos que nos levam a dizer que Minas é um Estado de fato privilegiado.

Vejo aqui o Ministro Hargreaves e me lembro do Presidente Itamar. O Presidente Itamar, de quem já divergi, Líder do Governo do Presidente Fernando Henrique que fui, Ministro do Presidente Fernando Henrique como já fui, mas alguém de quem gosto profundamente no plano pessoal e alguém que respeito no sentido público; o Presidente Itamar, com sua inflexibilidade moral e ao mesmo com sua coragem pessoal, com sua simplicidade, com sua forma pragmática e sua enorme animalidade política, alguém que tem seu nome inscrito na história como um dos grandes baluartes do processo de estabilidade econômica. Ele começou, ao nomear Fernando Henrique. Fernando Henrique concluiu esse processo numa etapa, com reforma de primeira geração.

E vamos reconhecer: o Presidente Lula não deu para trás nesse compromisso, tanto que temos hoje, de 1994 para cá, 14 anos de estabilidade econômica, o que não é pouco, o que credencia o Brasil a merecer o grau de investimento que já é concedido ao Peru e, inexplicavelmente, não sei por que, ainda o negam a um País que tem revelado tanto esforço ao longo de três Governos já, tanto esforço, para que se obtenha algo que vai nos viabilizar mais recursos, mais investimentos e, portanto, mais empregos, mais estabilidade, mais perspectiva de crescimento sustentado.

Portanto, devo hoje dizer que, se falei do jornal na sua ousadia de 1928 – e falo do jornal, meu prezado Alvaro, meu prezado Dr. Zenóbio, falo do jornal na sua solidez, na sua consolidação de hoje, Presidente Eduardo Azeredo –, devo dizer que acabei não tendo como, neste discurso, deixar de misturar os dois destinos e os dois sentidos, porque percebo que o próprio nome foi muito feliz. É difícil escrever a história destes 80 anos de Minas sem se fazer consulta e referência ao jornal que pega o nome do Estado e inspira tantos jornais brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero cumprimentar duas pessoas e, em nome delas, todos os que aqui estão. Escolhi o Embaixador Flecha de Lima, que teve de sair. Mesmo assim é uma honra imensa tê-lo nesta Casa junto conosco. E também meu colega e amigo Padre Aleixo, pelo respeito, pelo coleguismo que temos de professores da Universidade de Brasília.

A cada um de vocês que aqui está, quero dizer que o que cada pernambucano deseja é ter uma fala mineira, sem perder o sotaque de Pernambuco. Isso raramente se consegue. Ou a gente vira um pernambucano na fala e no sotaque, ou vira um mineiro no sotaque e na fala. O desejo da gente é tentar combinar. E, para isso, a gente tem que aprender com o convívio com mineiros. É nesse sentido que a minha convivência com Eduardo Azeredo é uma escola para mim, desde quando ele era Governador, e eu também. Às vezes, contrariando os nossos partidos, fizemos campanha um para o outro, e perdemos os dois, mas não nos arrependemos de estarmos juntos naquele momento.

Por isso também, aqui em Brasília, durante todo esse período, o nosso respeito e convivência com o Ministro Velloso, que no ensinou muito, às vezes de longe, sem ele saber, às vezes de perto, como professor da UnB também.

Assim também a convivência com o Álvaro, que tem uma presença marcante nesta cidade, por causa do **Correio Braziliense**, deixa-nos tentando adquirir a fala mineira, sem perder o sotaque pernambucano.

Hoje, viemos aqui, cada um de nós, para homenagear um símbolo do Brasil que é o **Estado de Minas**. E o elogiaria por algumas razões: a primeira é a sua maneira de ser, que está nesta primeira página do primeiro jornal. Vejam o jeito mineiro que um pernambucano gostaria de ter ao falar: do lado de lá,

a agricultura; do lado de cá, a indústria; no meio, o editorial. É um editorial que, naquele momento, tinha um simbolismo muito grande, porque era a época da disputa ideológica neste País: se a gente caminhava para a industrialização, se a gente continuava um país agrícola. E embaixo está a pecuária.

Mas, se olhar lá dentro, esse jornal tem uma característica que, para o ano 28, é muito importante. Tem uma seção dirigida aos universitários, pequenininha. É preciso dizer que só tinha seis anos que o Brasil tinha feito sua primeira universidade, que foi a Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, em 22. Em 1928, já tinha uma mensagem aos universitários. E uma mensagem muito interessante, que eu li agora, porque pede aos universitários que não abandonem a alegria de viver, que se dediquem a estudar, sem deixar de exercer essa tarefa tão importante da juventude que é a alegria de viver. Ou seja, é um jornal que, ao nascer, já nasce procurando a convivência entre as posições diferentes que o País tinha.

E o editorial, e foi o Álvaro que me chamou a atenção, realmente, como ele disse ali, é uma obra prima. E o Senador citou um pedaço do editorial aqui, no seu discurso, que vale a pena ser lido. Por isso estamos aqui, esse tempo todo depois, essas décadas todas comemorando.

E eu queria começar, comemorando o profissionalismo, que eu já vi ao visitar, ao conversar com muitos dos profissionais que tem o jornal. É um profissionalismo competente.

Segundo, quero elogiar a independência política que caracteriza o jornal, que a gente observa quando lê, que a gente observa quando sabe as posições que foram tomando.

Quero elogiar também a ousadia nos investimentos que são feitos para modernizar. E, para isso, basta comparar a primeira edição com as atuais, para ver o salto que a gente deu no **Estado de Minas**, graças à ousadia do investimento.

Eu quero comemorar ainda duas coisas, uma que também tem o nosso **Correio Braziliense**, que é o fato de não se acomodar em ser líder. São jornais que têm uma liderança avassaladora que às vezes até nos irrita, porque todos nós gostaríamos de ver as edições com número mais ou menos parecido, para evitar os monopólios. Mas são dois jornais que não se acomodam por serem líderes. Lutam para continuar na qualidade e na vanguarda.

Sem querer desmerecer o homenageado de hoje, que é o **Estado de Minas**, o **Correio Braziliense** é um grande exemplo na ousadia de conquistar leitores, na ousadia de se apresentar a todos os seus leitores.

Finalmente, quero elogiar aquela que é a razão de ser hoje: a longevidade, o tempo de vida. No Brasil,

comemorar 80 anos é muito raro em qualquer instituição. Muito raro. É um país novo. Quanto aos jornais, comemorar 80 anos são poucos. É claro, o campeão disso é o **Diário de Pernambuco**. Mas 80 anos é um longo tempo. E aí, ao mesmo tempo em que falo no **Diário de Pernambuco**, encerro dizendo que estou olhando o futuro: para onde vai o **Estado de Minas**, o jornal. Eu gostaria de vê-lo crescer, mas crescer muito. E queria fazer um desafio. Tem duas maneiras de crescer: tomando leitores dos outros jornais, ou aumentando o número de leitores no País. E eu gostaria que fosse a segunda.

Eu gostaria de ver todos os jornais crescendo; nenhum tomando o leitor do outro, mas aumentando, nós todos, o número de leitores. Para isso, a gente só precisa melhorar a educação no País. Aumentar a educação é aumentar o número de leitores de jornais.

Quando eu vejo jornal distribuindo CDs, enciclopédias, fico perguntando: eles conseguiriam aumentar muito mais se, em vez de distribuir CDs para tomar leitor do outro que não distribui, se juntassem todos eles, como na ANJ, e erradicassem o analfabetismo no Brasil – o que não basta para aumentar a leitura de jornais, porque aumenta o número de leitores, mas, para chegar a jornal, tem que chegar ao segundo grau, tem que ter o hábito de leitura.

Este é um desafio que eu deixo como uma meta: que o **Estado de Minas** se transforme em um Líder internacional por isso.

Nós já tivemos jornais que foram líderes das “Diretas”, jornais que foram líderes da redemocratização, jornais que foram líderes da industrialização. Por que não ter um jornal que seja líder de uma revolução educacional do Brasil de que ele próprio, junto com os outros, vai se beneficiar?

Esse é um desafio que eu deixo aqui com prazo. O prazo para quê? Talvez muitos de nós não estejamos aqui, mas o prazo para que, no centenário, daqui a 20 anos, a gente possa, algum orador aqui – certamente não serei eu – dizer: “O **Estado de Minas** não apenas faz cem anos, mas ajudou a fazer 100% do povo brasileiro alfabetizado”.

Esse é o desafio que deixo no momento em que comemoramos 80 anos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Concedo ainda a palavra ao Senador Adelmir Santana, representante de Brasília.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, autor do requerimento desta homenagem; Senador Eliseu Resende; Senador Wellington Salgado; Sr. Henrique Hargreaves, que aqui representa o Governo de Minas; Exmº Sr. Car-

los Velloso, Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal; amigo Álvaro Augusto da Costa, Diretor do Jornal **Estado de Minas** e dirigente, aqui em Brasília, do **Correio Braziliense**; Sr. Édison Zenóbio, Diretor-Geral do **Estado de Minas**, eu me entusiasmei para fazer uso da palavra depois que perguntei ao Senador Cristovam se ele estava inscrito, porque vi aqui uma plêiade de mineiros que me antecederam – Senador Azeredo, Senador Eliseu Resende, Senador Wellington -, e, em seguida, o Senador Mão Santa, que é detentor da *Medalha dos Inconfidentes*, concedida pelo Governador Azeredo.

E aí me entusiasmei. Primeiro que ontem, estando com alguns companheiros de Minas, recebi a incumbência do Presidente da Federação do Comércio de Minas Gerais, Renato Rossi, de que fizesse alguma interferência nesta homenagem. Eu falei: “Renato, eu te prometo, embora não conheça bem a linguagem mineira; não consegui aprender”. Cristovam, apesar do sotaque pernambucano, já tem alguma coisa da linguagem mineira.

Mas, como detentor que fui também da Medalha JK, que me deu muito orgulho, concedida pelo Governador Aécio Neves e por alguns companheiros de Diamantina – há alguns aqui –, pensei: “Vou usar a palavra para fazer vez à homenagem que se faz a uma instituição de 80 anos”. Como bem disse o Cristovam, num país em construção, num país jovem, é difícil instituições comemorem 80 anos.

Também aqui o historiador e comentarista de notícias, o nosso Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, falou das excepcionalidades de Minas, dos homens de Minas. Eu tive a oportunidade de ter um pequeno estágio em Minas: morei em Belo Horizonte dois anos. Para mim, foi uma aprendizagem. Mas a convivência em Brasília com um grande número de mineiros que moram aqui, que construíram essa cidade, mostra o tanto que os mineiros são empreendedores. Há o veio do empreendedor na figura de cada mineiro que está aqui em Brasília.

E foi citado o exemplo, eu diria, do maior empreendedor do País nos últimos anos, ou, evidentemente, o mais festejado, Juscelino Kubitschek, que construiu esta cidade. Apesar das oposições, apesar dos discursos veementes contra a mudança da Capital, ele a construiu em mil dias. Chegamos ao ponto de alguns contestadores falarem tão mal de Brasília, que alguém disse: “Não, mas Brasília tem um bom clima”. E esse contestador disse: “Mude o clima, porque a cidade não é boa. Mude o clima”. Imagine! Como se pudéssemos fazer mudanças em acontecimentos da natureza!

Então, como representante de Brasília e como maranhense, mas vivendo com esses mineiros no Distrito Federal, quero associar-me a essa homenagem

que se faz, em justa hora, ao jornal **Estado de Minas**, que, como todos nós sabemos, está focado nesse processo de mudança, no processo do empreendedorismo mineiro, tendo participado, efetivamente, de toda a história de Minas nesses últimos 80 anos.

Minas Gerais tem por Brasília, certamente, um apreço, apreço esse que todos nós temos também por Minas Gerais. E temos esse elo, que é muito evidente, que é muito claro, entre o **Estado de Minas** e o **Correio Braziliense**.

Louvo, portanto, a ação do Senador Renato Azeredo, ou melhor, Eduardo Azeredo – ele me chamou de Adelmir Drummond, e agora eu o estou chamando de Renato, nome do pai dele –, que, em boa hora, faz essa homenagem merecida a esse veículo que foge das fronteiras de Minas e se envolve e se consagra como um veículo de caráter nacional.

Portanto, aos mineiros que moram no Distrito Federal a nossa homenagem também, associando-nos a esse veículo de grande importância para todos nós aliados ao **Correio Braziliense**.

Parabéns a todos! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Adelmir Santana, que me honra muito ao me chamar de Renato Azeredo, lembrando do meu pai. Eu também, ao chamá-lo Adelmir Drummond, estava me lembrando de dois médicos, irmãos, de Minas Gerais, Ademir Drummond e Bolívar Drummond, daí o meu engano.

Como último orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Paulo Duque, do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, eu acho que todos os brasileiros têm alguma coisa de Minas Gerais. Todos. Do Amazonas até o Rio Grande do Sul, ninguém escapa dessa mineirice. Seja por Tiradentes, de quem todos conhecem a história... São tantos episódios mineiros identificados com o Brasil, tantos presidentes da República, tantos líderes carismáticos, que eu enfatizo isso. Todo mundo tem alguma coisa com Minas Gerais, em toda parte.

Confesso que vivi toda a minha meninice na cidade de Rio Preto; não sei se V. Ex^{as} sabem onde é. Rio Preto é uma cidade limítrofe com o Estado do Rio, mais precisamente com a cidade de Valença. Basta atravessar a ponte, e estamos lá no Estado do Rio. Fiz a Primeira Comunhão lá, fui batizado lá, e por isso me sinto muito mineiro, porque minha mãe é de Caratinga, Inhapim, Minas Gerais.

E estamos comemorando, nesta Assembléia, que é o Brasil – isto aqui é o Brasil! –, uma data importantíssima para um jornal. Imaginem os senhores jornalistas

e empresários, representantes do grande Estado, que tivemos no Rio de Janeiro, durante muito tempo, jornais tipo **Diário da Noite**, **O Mundo**, **A Noite**, **O Radical**, **Diário de Notícias**, do Orlando Dantas, o **Correio da Manhã**, do Edmundo Bittencourt, aquele que aceitou um duelo com Pinheiro Machado, aquele mesmo, jornalista bravo. Mas esses jornais todos desapareceram do Rio de Janeiro, não estão mais lá, acabaram. Acabaram! E é isso que não desejo para o **Estado de Minas** Gerais, esse fenômeno que é acabar os jornais importantes, tradicionais. Meu Deus do céu, quem não conheceu o **Correio da Manhã**, de tantas lutas, da Niomar Sodré Bittencourt? Quem não conheceu o **Diário de Notícias**? O jornal **A Noite**, que funcionava lá no edifício da Praça Mauá, no Rio de Janeiro?

Quando vi que o Senado, que representa o Brasil, iria homenagear o **Estado de Minas** – jornal de tantas lutas, tantas tradições, sobretudo durante a Revolução de 30, jornal identificado com Arthur Bernardes, o velho Bernardes que fundou o Partido Republicano, o primeiro partido pelo qual me elegi Deputado pelo Estado da Guanabara –, eu disse: quero saudar os mineiros, quero me congratular com Minas Gerais, um Estado de que todo mundo gosta, que todo mundo frequenta, um Estado que tem tanta riqueza natural; preciso ir lá saudar esse jornal na pessoa de seus representantes que estão aqui hoje, na pessoa do Eduardo Azeredo, meu vizinho. Quando cheguei ao Senado, apresentou-se a mim um jovem que trabalha no gabinete do Senador Azeredo e me disse: “Sou seu parente, sou filho do Henrique Portugal.” Henrique Portugal, que foi Deputado Estadual. É parente, seu amigo.

Eliseu Resende presidiu por muito tempo Furnas. Não foi isso? Cadê o Eliseu Resende? Está aí? Já foi?

Wellington Salgado está desenvolvendo um grande empreendimento educacional nesse Estado, espalhando faculdades, espalhando educação, instrução, cultura no **Estado de Minas** Gerais.

Quanto ao Édison Zenóbio, imagino a dificuldade de que tem de andar atrás de anúncio, de publicidade. Não é brincadeira, não é brincadeira porque apareceu um negócio chamado televisão, que vem aniquilando o jornalismo. Não há aquele que compre um jornal, mas há aquele que sempre adquire um aparelho de televisão, que transmite hoje, entrando nos lares brasileiros, divertimento, deseducação e educação ao mesmo tempo, bons e maus exemplos ao mesmo tempo; essa televisão que temos a honra até de ter uma aqui, que leva o nosso pensamento para toda a parte do Brasil. É um excelente meio de levar o pensamento do legislador aos mais diferentes Estados.

Eu dizia, outro dia, para o Senador Francisco de Assis, que não está presente aqui, é uma pena. Eu dizia que ele, de repente, tornou-se o Senador mais popular do Rio de Janeiro, o mais popular, o Mão Santa – ali está ele –, graças à televisão.

Então, eu calculo, eu afirmo, já estudei isso, tenho meditado que, de fato, é preciso coragem para levar um jornal como este por 80 anos, almejando chegar a mais 80 anos, jornal que participou dos grandes movimentos revolucionários brasileiros, sem dúvida alguma. A Revolução de 30 começou lá com Antonio Carlos, com João Neves, lá no Rio Grande do Sul, com a Paraíba. E sempre o jornal tomando posição. Não é brincadeira isso, não. Não é brincadeira.

Então, estas pessoas estão aqui. Carlos Velloso, também mineiro. De qual é a cidade? Entre Rios de Minas. Henrique Eduardo Hargreaves, que tanto serviço prestou já a este País, no Governo de Itamar Franco. O Sr. Augusto Teixeira da Costa, que é quem leva o jornal nas costas. Deve ser esse. Não é brincadeira, o diretor executivo de um jornal. Várias pessoas estão aqui e merecem o nosso aplauso, merecem a nossa admiração, porque por este Senado têm passado mineiros de muito talento, de muito talento – podem acreditar.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite, Senador Paulo Duque?

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Olha, deixe-me pensar. Quem está pedindo aparte?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Pelo Partido dos Trabalhadores, gostaria de me associar.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Pelo Partido dos Trabalhadores. Acho que vou consultar a Mesa se vou conceder esse aparte, sabia? Vou conceder. O que acha?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Perfeitamente.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Concedo?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Sim.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Vou conceder o aparte.

Eduardo Suplicy, vamos lá.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permita-me a honra, em meio ao discurso do Senador pelo Rio de Janeiro, Paulo Duque, de me associar também a esta homenagem ao **Estado de Minas**, cuja primeira edição aqui também tenho em mão, de 7 de março de 1928, cumprimentando seus eminentes diretores, Álvaro Teixeira da Costa e Édison Zenóbio, o Ministro Carlos Mário Velloso, o Ministro Henrique Hargreaves e os Senadores de Minas Gerais Eliseu Resende e Wellington Salgado e o proponente, Senador Eduardo

Azeredo, que preside esta sessão. Transmito os meus cumprimentos ao **Estado de Minas** por ser esse baluarte da liberdade de imprensa, que presta serviços tão extraordinários a um número tão grande de Municípios, porque se sabe que o **Estado de Minas** chega a quase todos os cerca de 800 Municípios do **Estado de Minas**. Logo pela manhã, se pode saber... Permita-me, eu não sou um especialista na história de Minas Gerais, mas houve, com a maior boa vontade, uma observação do Senador Arthur Virgílio, a quem tanto prezo, sobre Juscelino Kubitschek, de que, entre os grandes mineiros da sua história, teria competido com Milton Campos para ser governador. Na verdade, ele sucedeu Milton Campos – que eu saiba, ele competiu com Gabriel Passos –, a não ser que alguém aqui me corrija, sendo de Minas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Senador, V. Ex^a está correto. Exatamente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Só para que eu faça aqui uma observação, como amigo do Senador Arthur Virgílio, para que, nas notas taquigráficas, também o seu pronunciamento seja colocado com precisão, em homenagem à história dos mineiros. Muito obrigado, Senador Paulo Duque, por esta observação, em nome do Partido dos Trabalhadores, me associando a esse grande jornal mineiro.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Quero dizer à Mesa que os senhores ouviram 20 milhões de votos. É mais ou menos o que tem, consegue nas eleições de São Paulo esse jovem que acaba de me apartear. Ele fala por 20, 10, 15 milhões de votos. Não é brincadeira, não! Eu saúdo esse aparte inteligente, oportuno e, sobretudo, autêntico.

É Minas Gerais falando sobre o **Estado de Minas** como, quem sabe, falaria sobre **O Estado de S. Paulo**, que é outro grande e tradicional jornal, sem falar no **Diário de Pernambuco**, ali do Senador Cristovam Buarque, sem falar nesse que é muito antigo.

A minha cidadezinha, Rio Preto, tem também um jornal pequeno e tal... Mas é aquilo que eu acabei de dizer logo no início: esses jornais todos eram de muita tradição e acabaram. Não resistiram. Os senhores estão resistindo. Eu sei que é difícil concorrer com a televisão, com as novelas, com o jogo de futebol, com essa coisa toda, com escândalo, com escândalo.

Então, o **Estado de Minas**, esse jornal que estamos homenageando hoje, merece toda a minha reverência, minha admiração. Eu me associo a esta homenagem, em nome da Bancada do Rio de Janeiro, se me permite o Senador Francisco Dornelles, mineiro de boa cepa; se me permite o Senador Crivella, também carioca. Mas é a Bancada do Estado do Rio de Janeiro, legitimamente eleita. Em nome deles, eu falo

aos jornalistas, aos criadores, àqueles que agüentam o jornal até hoje, a minha admiração. Eu espero, realmente, que o **Estado de Minas**... Gerente João Silva Júnior, a quem eu rendo também as minhas homenagens, não está mais entre nós; talvez, não sei...

Minas teve Juscelino, Juscelino andou por aqui, por este plenário, andou por aqui, ocupou esta tribuna, aquela tribuna, transferiu do Palácio Tiradentes para cá o Poder Legislativo; transferiu do Palácio Monroe para cá o Senado. Ele discursou aqui, ele fez o último discurso dele aqui – discurso sentido, sofrido; às vezes falava, às vezes lia – quando soube que ia ser cassado. Revolução é revolução, é bom nem discutir. Mas ele andou aqui. E eu invoco, no momento, a presença dele aqui nesta tribuna ou daquela, Juscelino.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a por ter-me permitido saudar esse grande jornal mineiro, ao qual faço votos de que continue forte, pujante, bem mineiro.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Agradeço ao Senador Paulo Duque, que traz a palavra do Rio de Janeiro.

Antes de encerrar, registro a presença do Deputado Federal José Fernando, do Dr. Orlando Vaz, do Sr. José Áureo de Abreu, Presidente da Associação de Juizes de Paz de Minas e agradeço a todos os senhores que aqui compareceram, as autoridades, senhores e senhoras.

Cumprida a finalidade da sessão, está suspensa a sessão. (Palmas.)

(Suspensa às 16 horas, a sessão é reaberta às 16 horas e 6 minutos)

O Sr. Eduardo Azeredo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está reaberta a sessão.

Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 71/08/PS-GSE

Brasília, 8 de abril de 2008

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 7.027, de 2002, do Senado Federal (PLS nº 123/02 na Casa de Origem), o qual “Denomina Ponte Sérgio Ceotto a ponte sobre

o Rio Doce na BR-259, no Município de Colatina, no Estado do Espírito Santo”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação e será juntado ao processado do Projeto de Lei nº 123, de 2002.

Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 73/08/PS-GSE

Brasília, 8 de abril de 2008

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.089, de 1998, da Câmara dos Deputados (PL nº 39/02), que “Dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação e será juntado ao processado do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 304/2008**, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 012.600/2000-6, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente à rejeição de Embargos de Declaração opostos contra o Acórdão nº 1.599/2007, daquele Órgão, pela Construtora Andrade Gutierrez S/A.

A matéria, juntada ao Requerimento nº 662, de 2001, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 416, DE 2008

Tendo sido autorizado por Vossa Excelência, para representar o Senado Federal na Cerimônia oficial do “Ano do Intercâmbio Japão-Brasil/Centenário da Imigração Japonesa no Brasil”, que será realizada em Tóquio no Japão, no dia 24 de abril de 2008, requeiro, nos termos do art. 40, inciso II, alínea **b**, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 17 a 29 de abril do ano em curso, para desempenhar a mencionada missão.

Por este motivo, comunico, também, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País, integrando a Delegação Brasileira no evento supracitado.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2008. – **César Borges**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 417, DE 2008

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno; requeremos a criação de um “Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar” pela vida da ex-senadora Ingrid Betancourt. Nesse dia, 23 de abril de 2008, em todos os parlamentos do mundo haveria debates e apelos para que a vida, a integridade e a liberdade da senadora Bittencourt sejam asseguradas. Requeremos, ainda, que o Presidente do Senado Federal, senador Garibaldi Alves Filho, através da Mesa Diretora e de sua assessoria internacional, divulgue de imediato esta decisão junto a todos os parlamentos de todas as nações que compõem a família da humanidade neste início do século XXI.

Sala de Sessões, 10 de abril de 2008.

1. <i>CRISÓVAM BUARQUE</i> <i>Mirah A.</i>	2. <i>FÁTIMA CLÉIDE</i> <i>Cláudia</i>
3. <i>PAULO PAIM</i> <i>Paulo Paim</i>	4. <i>SIBA MACHADO</i> <i>Siba Machado</i>
5. <i>ROMÉU TUMA</i> <i>Romeu Tuma</i>	6. <i>MAGNO MALTA</i> <i>Magno Malta</i>
7. <i>GERALDO MESQUITA</i> <i>Geraldo Mesquita</i>	8. <i>PAULO RIBEIRO</i> <i>Paulo Ribeiro</i>
9. <i>VIRGÍNIO DE CARVALHO</i> <i>Virgínio de Carvalho</i>	10. <i>EDUARDO SUPLICY</i> <i>Eduardo Suplicy</i>

REQUERIMENTO Nº 418, DE 2008

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno, requeremos a criação de um “Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar” pela vida da ex-senadora Ingrid Betancourt. Nesse dia, 23 de abril de 2008, em todos os parlamentos do mundo haveria debates e apelos para que a vida, a integridade e a liberdade da senadora Bittencourt sejam asseguradas. Requeremos, ainda, que o Presidente do Senado Federal, senador Garibaldi Alves Filho, através da Mesa Diretora e de sua assessoria internacional, divulgue de imediato esta decisão junto a todos os parlamentos de todas as nações que compõem a família da humanidade neste início do século XXI.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 419, DE 2008

Requeiro, nos termos do inciso II art. 218 do Regimento Interno, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do reitor da Unifenas, Edson Antônio Velano, em 29 de março de 2008.

Justificação

O reitor da Unifenas, Edson Antônio Velano, faleceu na madrugada de 29 de março, em São Paulo, aos 64 anos e estava internado, há nove meses, no hospital israelita Albert Einstein.

O empresário fundou a Unifenas em 1972, hoje com unidades em sete cidades mineiras. Edson Velano foi vereador por duas vezes e vice-prefeito de Alfenas. Ele construiu também o Hospital Alzira Velano.

O ilustre alfenense era formado em Pedagogia e Direito e construiu sua história empresarial nas áreas de comunicação e ensino. Além de reitor e fundador

da Unifenas, era diretor do **Jornal dos Lagos**, diretor-geral das rádios Atenas FM e Universidade FM, diretor-geral da Rádio Cultura AM e TV Educativa de Alfenas, fundador e instituidor da Fundação de Ensino e Tecnologia de Alfenas.

O interesse do Professor Velano pelos alfenenses foi além, participando sempre ativamente da vida política de Alfenas e auxiliando as administrações municipais na busca de investimentos e melhorias para a cidade. Recentemente, em 2007 atuou junto ao prefeito Pompilio Canavez para realizar a reforma da cadeia pública, obra que está sendo realizada numa parceria entre a prefeitura e o governo do estado.

Deixa a viúva, Sr^a Maria do Rosário Araújo Velano, as filhas Larissa Araújo Velano e Viviane Araújo Velano Cassi e os genros, Fúlvio Cassi e Deyvson Sampaio.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2008. – Senador **Eduardo Azeredo**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 420, DE 2008

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia sobre a construção dos dutos que irão distribuir gás natural em Manaus.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia sobre a construção dos dutos que irão distribuir gás natural em Manaus:

1. Qual o custo da obra de construção dos dutos que irão distribuir gás natural em Manaus?

2. Do montante acima citado, quanto já foi desembolsado?

3. Qual a previsão inicial para o começo das obras e qual a previsão atual?

4. Qual a justificação para o atraso no início das obras?

5. Quais foram as irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União no Projeto Básico da obra de construção do gasoduto?

6. Quais foram as determinações elencadas pelo Tribunal de Contas da União visando a sanar essas irregularidades?

7. As determinações elencadas pelo Tribunal de Contas da União já foram cumpridas?

8. Caso as determinações do Tribunal de Contas da União ainda não tenham sido cumpridas, que providências estão sendo tomadas para evitar que a obra cause algum prejuízo ao erário?

Justificação

O jornal **Diário do Amazonas**, em sua edição de 30 de março do corrente, publicou matéria intitulada “TCU diz que projeto da Cigás é irregular”, mostrando que o Tribunal de Contas da União encontrou diversas irregularidades e falhas graves no projeto básico da obra de construção da malha de dutos que vai distribuir o gás natural em Manaus.

Segundo a matéria, “o ministro relator da auditoria, Benjamin Zymler, determinou que a Companhia de Gás do Amazonas (Cigás), responsável pela obra, faça adequações no projeto, sob pena da continuação da obra implicar em dano aos cofres públicos”.

Ainda segundo a matéria, “a obra de construção do gasoduto da Cigás foi inserida no acompanhamento de deliberações das obras com indícios de irregularidades graves do TCU”.

Assim, o presente requerimento pretende esclarecer quais são as irregularidades encontradas pelo TCU no projeto básico e quais são as providências que estão sendo tomadas para evitar possíveis danos aos cofres públicos.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 421, DE 2008

Requer Voto de Aplauso à Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, pela realização, dia 10 de abril de 2008, em Brasília, do XIII Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos

Anais do Senado, Voto de Aplauso pela realização, dia 10 de abril de 2008, em Brasília, do XIII Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da Associação.

Justificação

Com o Voto de Aplauso que requeiro, o Senado presta merecida homenagem à Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, ao ensejo da realização em Brasília do XIII Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 422, DE 2008

Requer Voto de Aplauso ao Prefeito de Parintins-AM, Dr. Frank Bi Garcia, e, por seu intermédio, ao povo do município, pela inauguração, no dia 11 de abril de 2008, da Escola Municipal “Charles Garcia”.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais do Senado, Voto de Aplauso ao Prefeito de Parintins-AM, Dr. Frank Bi Garcia, e, por seu intermédio, a toda a população do município, pela inauguração, em 11 de abril de 2008, da Escola Municipal “Charles Garcia”.**

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Prefeito Frank Bi Garcia e por seu intermédio, à população de Parintins.

Justificação

Parintins é município modelar, admirado em todo o Brasil pela expressividade de sua cultura popular tão bem refletida no festival folclórico que ali se realiza anualmente. Mas não é só. Na área educacional, Parintins exhibe posição de vanguarda pelo zelo e a qualidade do ensino oferecido à população em escolas municipais. Seu Prefeito, Frank Bi Garcia, é incansável nesse setor e procura ampliar a rede de escolas, além de dotá-las de inovações, tornando-as modelos em educação. No esforço de sempre melhorar, Bi Garcia entrega à população, neste mês de abril de 2008, uma nova unidade, a Escola Municipal “Charles Garcia”:

Se fosse apenas mais uma escola, independentemente de nível e de instalações e equipamentos, já seria louvável o esforço em favor da educação. A escola, no entanto, vai além: com capacidade para 1.300 alunos, em três turnos, é toda climatizada, dispendo de moderno laboratório de Informática com internet de banda larga. Além do ensino fundamental, 1ª à 9ª séries, manterá cursos noturnos para educação de jo-

vens e adultos. A nova escola leva o nome de Charles Garcia, uma homenagem póstuma a um amazonense falecido prematuramente e que, em vida, foi escritor, jornalista e poeta.

Pela meritória iniciativa, voltada para a área de educação, muito me apraz propor este Voto de Aplauso ao povo de Parintins, por intermédio de seu dinâmico prefeito.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 423, DE 2008

Nos termos do disposto no art. 101, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2008. – Senador **Jarbas Vasconcelos**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129, DE 2008

Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, para reinstaurar a cobrança de imposto de renda sobre rendimentos de títulos públicos para não residentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Os rendimentos definidos nos termos da alínea **a** do § 2º do art. 81 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, produzidos por títulos públicos adquiridos a partir da vigência desta Lei, quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, ficam sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte.

§ 1º A alíquota de imposto de renda para os casos previstos no **caput** será aquela que tomará o retorno líquido que determinado título público proporciona a um investidor residente ou domiciliado no exterior equivalente ao retomo líquido que o mesmo título público proporcionaria a um investidor residente ou domiciliado no Brasil, exceto no caso previsto no § 6º.

§ 2º O retorno líquido é definido, para efeitos desta Lei, como o quociente do rendimento líquido pago, creditado, entregue ou remetido ao investidor em relação ao montante de recursos utilizados para adquirir o título público.

§ 3º O rendimento líquido pago, creditado, entregue ou remetido a investidor residente ou domiciliado no Brasil é definido, para efeitos desta Lei, como a diferença entre o rendimento produzido pelo título público e o valor pago a título de imposto de renda, conforme as alíquotas estabelecidas no art. 1º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004.

§ 4º O rendimento líquido pago, creditado, entregue ou recebido a residente ou domiciliado no exterior é definido, para efeitos desta Lei, como a diferença entre o rendimento produzido pelo título público e o valor pago a título de imposto de renda, cuja alíquota é definida de forma a satisfazer as condições previstas no § 1º.

§ 5º Para efeitos desta Lei, o montante de recursos utilizados para adquirir o título público pelo investidor domiciliado ou residente no Brasil corresponde ao valor aplicado na compra do título.

§ 6º Para efeitos desta Lei, o montante de recursos utilizados para adquirir o título público pelo investidor domiciliado ou residente no exterior corresponde ao valor aplicado na compra do título acrescido do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF) pago na liquidação de operações de câmbio nos termos do art. 15, § 1º, X, do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, com a redação dada pelo Decreto nº 6.391, de 12 de março de 2008.

§ 7º A alíquota do imposto de renda necessária para igualar o retorno líquido recebido por investidor residente ou domiciliado no exterior com o retorno líquido recebido por investidor residente ou domiciliado no Brasil

não poderá ser inferior a zero por cento (0%), de forma que o investidor residente ou domiciliado no exterior poderá receber um retorno líquido menor do que o recebido pelo investidor residente ou domiciliado no Brasil, quando a alíquota de imposto de renda que seria necessária para igualar os respectivos retornos líquidos for negativa.

§ 8º O disposto neste artigo aplica-se também a cotas de fundos de investimento exclusivos para investidores não-residentes, que possuam, no mínimo, cinquenta por cento (50%) de títulos públicos. (NR)

Art. 2º O disposto no art. 1º aplica-se somente para títulos e cotas de fundos de investimentos exclusivos para investidores não-residentes que possuam, no mínimo, noventa e oito por cento (98%) de títulos públicos, adquiridos após a vigência desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em 15 de fevereiro de 2006, o Presidente da República editou a Medida Provisória (MP) nº 281, reduzindo a zero as alíquotas do imposto de renda incidente sobre os rendimentos “produzidos por títulos públicos adquiridos a partir de 16 de fevereiro de 2006, quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, exceto em país que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento)”. A MP foi aprovada pelo Congresso Nacional e transformada na Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006.

Criou-se, desta maneira, uma forte discriminação em favor dos investidores estrangeiros, porquanto os nacionais estão sujeitos às alíquotas que variam de 22,5% a 15%, para aplicações com prazos de até 180 dias e acima de 720 dias, respectivamente, nos termos do art. 1º da citada Lei nº 11.033, de 2004.

Na Exposição de Motivos que acompanhou a referida MP, o Ministro da Fazenda justificou esse tratamento tributário conferido aos investidores estrangeiros como “equiparável ao praticado pelas principais economias mundiais, sejam elas desenvolvidas ou emergentes”. Aduziu que a possibilidade de aumentar a participação de investidores não residentes na dívida pública federal resultaria em economia na despesa com juros, pois contribuiria para diminuir a percepção de risco associada à dívida e, assim, o prêmio pago pelo Tesouro Nacional. Contribuiria, ademais, para atrair o investidor doméstico a esse mercado.

Não estava prevista, todavia, a persistente valorização cambial que permite aos investidores estrangei-

ros maior poder de compra de moedas fortes, quando do retorno de seus capitais. Como os rendimentos desses investidores em títulos públicos estão isentos do Imposto de Renda, eles se beneficiam duplamente, criando, desse modo, um diferencial injustificável entre o rendimento obtido pelos investidores nacionais e o obtido pelos estrangeiros. Em nosso entendimento, o tratamento desigual termina por afastar o investidor nacional desse mercado, prejudicando o objetivo colimado quando a MP foi editada.

Embora não seja objeto direto deste Projeto, cabe enfatizar que a valorização cambial traz benefícios à economia nacional, dentre os quais a sua contribuição para a estabilização de preços e a redução do custo de dívida externa em moeda local. Todavia, além das distorções apontadas nesta proposição, ela impacta negativamente as transações correntes, estimula a remessa de lucros e dividendos obtidos pelas multinacionais, que convivem com uma política de atração de capitais estrangeiros muitas vezes fundada em mecanismos distorcidos, como o que se pretende corrigir com o presente projeto de lei.

A proposição legislativa que ora oferecemos objetiva corrigir o atual tratamento tributário conferido aos investidores em títulos públicos, eliminando a injustificada discriminação em favor dos investidores estrangeiros. Tivemos, contudo, o cuidado de evitar três distorções.

A primeira é evitar que os investidores estrangeiros tivessem um tratamento pior que os residentes. O Decreto nº 6.391, de 12 de março de 2008, instituiu uma alíquota de 1,5% do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF) para operações de câmbio referentes à entrada de recursos no País, realizada por investidor estrangeiro, para aplicação em títulos públicos. Dessa forma, se a alíquota de imposto de renda fosse a mesma, para nacionais e estrangeiros, esses últimos acabariam por suportar uma tributação mais elevada, pois são obrigados, também, a pagar o IOF. Assim, propusemos que a alíquota de imposto de renda paga por estrangeiros seja ajustada de forma a garantir que a rentabilidade final obtida por residentes e não residentes seja a mesma.

A única exceção refere-se ao caso em que, para garantir os mesmos retornos, seria necessária uma alíquota negativa de imposto de renda. Essa situação ocorreria para aplicações de curtíssimo prazo, pois, nesse caso, mesmo que os estrangeiros continuassem isentos de imposto de renda, o IOF de 1,5% seria maior do que os juros auferidos no período. Contudo, devemos reconhecer que, exceto em situações de extrema falta de liquidez, o movimento de capitais

de curtíssimo prazo não traz benefícios para o desenvolvimento do País, pelo contrário, constitui somente em uma sangria desnecessária de recursos públicos. Por isso, permitimos neste projeto de lei que, em tais situações, o retorno auferido por estrangeiros seja inferior ao obtido por nacionais, mantendo o espírito do Decreto nº 6.391, de 2008, qual seja, o desestímulo à entrada de capitais de curto prazo no País.

A segunda preocupação que tivemos foi garantir que a tributação de fundos de investimento exclusivos para investidores não-residentes ficasse sujeita à mesma tributação dos títulos públicos. Do contrário, em vez de comprar títulos públicos diretamente, o investidor estrangeiro poderia adquirir cotas de fundos de investimentos cujo patrimônio fosse constituído, em sua maioria, por títulos públicos.

Por fim, evitamos também que mudanças de regras afetassem decisões anteriormente tomadas, ao propor que o imposto de renda só incidirá sobre os rendimentos de títulos adquiridos após a vigência da lei. Isso dá maior segurança ao investidor internacional e contribui para uma melhor percepção do risco Brasil, colaborando para uma redução dos juros cobrados sobre nossos passivos externos.

Diante do exposto, contamos com a aprovação do presente projeto de lei pelos ilustres Pares.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2008. – Senador **Renato Casagrande**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.312, DE 27 DE JUNHO DE 2006

Reduz a zero as alíquotas do imposto de renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF nos casos que especifica; altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996; e dá outras providências.

Art. 1º Fica reduzida a zero a alíquota do imposto de renda incidente sobre os rendimentos definidos nos termos da alínea a do § 2º do art. 81 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, produzidos por títulos públicos adquiridos a partir de 16 de fevereiro de 2006, quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, exceto em país que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento).

§ 1º O disposto neste artigo:

I – aplica-se exclusivamente às operações realizadas de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional;

II – aplica-se às cotas de fundos de investimentos exclusivos para investidores não-residentes que possuam no mínimo 98% (noventa e oito por cento) de títulos públicos;

III – não se aplica a títulos adquiridos com compromisso de revenda assumido pelo comprador.

§ 2º Os rendimentos produzidos pelos títulos e valores mobiliários, referidos no **caput** e no § 1º deste artigo, adquiridos anteriormente a 16 de fevereiro de 2006 continuam tributados na forma da legislação vigente, facultada a opção pelo pagamento antecipado do imposto nos termos do § 3º deste artigo.

§ 3º Até 31 de agosto de 2006, relativamente aos investimentos possuídos em 15 de fevereiro de 2006, fica facultado ao investidor estrangeiro antecipar o pagamento do imposto de renda incidente sobre os rendimentos produzidos por títulos públicos que seria devido por ocasião do pagamento, crédito, entrega ou remessa a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, ficando os rendimentos auferidos a partir da data do pagamento do imposto sujeitos ao benefício da alíquota zero previsto neste artigo.

§ 4º A base de cálculo do imposto de renda de que trata o § 3º deste artigo será apurada com base em preço de mercado definido pela média aritmética, dos 10 (dez) dias úteis que antecedem o pagamento, das taxas indicativas para cada título público divulgadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro – ANDIMA.

LEI Nº 8.981, DE 20 DE JANEIRO DE 1995

Altera a legislação tributária Federal e dá outras providências.

CAPÍTULO VI

Da Tributação das Operações Financeiras

SEÇÃO IV

Da Tributação das Operações Financeiras Realizadas por Residentes ou Domiciliados no Exterior

Art. 81. Ficam sujeitos ao Imposto de Renda na fonte, à alíquota de dez por cento, os rendimentos auferidos:

§ 2º Para os efeitos deste artigo, consideram-se: rendimentos: quaisquer valores que constituam remuneração de capital aplicado, inclusive aquela produzida por títulos de renda variável, tais como juros, prêmios, comissões, ágio, deságio e participações nos lucros,

bem como os resultados positivos auferidos em aplicações nos fundos e clubes de investimento de que trata o art. 73; ganhos de capital, os resultados positivos auferidos: nas operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, com exceção das operações conjugadas de que trata a alínea a do § 4º do art. 65; nas operações com ouro, ativo financeiro, fora de bolsa;

.....
LEI Nº 11.033, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004

Altera a tributação do mercado financeiro e de capitais; institui o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO; altera as Leis nº 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.850, de 28 de janeiro de 1994, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, 10.522, de 19 de julho de 2002, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 10.925, de 23 de julho de 2004; e dá outras providências.

.....
Art. 1º Os rendimentos de que trata o art. 5º da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, relativamente às aplicações e operações realizadas a partir de 1º de janeiro de 2005, sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte, às seguintes alíquotas: (Vigência)

I – 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento), em aplicações com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias;

II – 20% (vinte por cento), em aplicações com prazo de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias;

III – 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento), em aplicações com prazo de 361 (trezentos e sessenta e um) dias até 720 (setecentos e vinte) dias;

IV – 15% (quinze por cento), em aplicações com prazo acima de 720 (setecentos e vinte) dias.

§ 1º No caso de aplicações existentes em 31 de dezembro de 2004:

I – os rendimentos produzidos até essa data serão tributados nos termos da legislação então vigente;

II – em relação aos rendimentos produzidos em 2005, os prazos a que se referem os incisos I a IV do **caput** deste artigo serão contados a partir:

a) de 1º de julho de 2004, no caso de aplicação efetuada até a data da publicação desta lei; e

b) da data da aplicação, no caso de aplicação efetuada após a data da publicação desta lei.

c) § 2º No caso dos fundos de investimentos, será observado o seguinte:

I – os rendimentos serão tributados semestralmente, com base no art. 3º da Lei nº 10.892, de 13 de julho de 2004, à alíquota de 15% (quinze por cento), sem prejuízo do disposto no inciso III deste parágrafo;

II – na hipótese de fundos de investimentos com prazo de carência de até 90 (noventa) dias para resgate de quotas com rendimento, a incidência do imposto de renda na fonte a que se refere o inciso I deste parágrafo ocorrerá na data em que se completar cada período de carência para resgate de quotas com rendimento, sem prejuízo do disposto no inciso III deste parágrafo;

III – por ocasião do resgate das quotas, será aplicada alíquota complementar de acordo com o previsto nos incisos I a IV do **caput** deste artigo.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – aos fundos e clubes de investimento em ações cujos rendimentos serão tributados exclusivamente no resgate das quotas, à alíquota de 15% (quinze por cento);

II – aos títulos de capitalização, no caso de resgate sem ocorrência de sorteio, cujos rendimentos serão tributados à alíquota de 20% (vinte por cento).

§ 4º Ao fundo ou clube de investimento em ações cuja carteira deixar de observar a proporção referida no art. 2º da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, aplicar-se-á o disposto no **caput** e nos §§ 1º e 2º deste artigo, a partir do momento do desenquadramento da carteira, salvo no caso de, cumulativamente, a referida proporção não ultrapassar o limite de 50% (cinquenta por cento) do total da carteira, a situação for regularizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias e o fundo ou clube não incorrer em nova hipótese de desenquadramento no período de 12 (doze) meses subsequentes.

§ 5º Consideram-se incluídos entre os rendimentos referidos pelo art. 5º da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999 os predeterminados obtidos em operações conjugadas, realizadas nos mercados de opções de compra e de venda em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros (box), no mercado a termo nas bolsas de valores, de mercadorias e de futuros, em operações de venda coberta e sem ajustes diários, e no mercado de balcão.

§ 6º As operações descritas no § 5º deste artigo, realizadas por fundo ou clube de investimento em ações, não integrarão a parcela da carteira aplicada em ações, para efeito da proporção referida no § 4º deste artigo.

§ 7º O Ministro da Fazenda poderá elevar e estabelecer o percentual a que se refere o art. 2º da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001.

.....

DECRETO Nº 6.306, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2007

Regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF.

TÍTULO

Da Incidência Sobre Operações de Câmbio

CAPÍTULO III

Da Base de Cálculo e da Alíquota

Da Alíquota

Art. 15. A alíquota máxima do IOF é de vinte e cinco por cento (Lei nº 8.894, de 1994, art. 5º).

§ 1º A alíquota do IOF fica reduzida para os percentuais abaixo enumerados:

X – nas liquidações de Operações de câmbio para ingresso de recursos no País, realizadas por investidor estrangeiro, a partir de 17 de março de 2008, para aplicação no mercado financeiro e de capitais, excetuadas as operações de que tratam os incisos IX e XIII: um inteiro e cinco décimos por cento; (Incluído pelo Decreto nº 6.391, de 2008)

(À Comissão de Assuntos Econômicos, – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2008

(Nº 765/1995, na Casa de Origem)

Altera a redação do art. 4º do Decreto-Lei nº 1.722, de 3 de dezembro de 1979 (altera o prazo para pagamento de tributos incidentes nas importações sob o regime aduaneiro de drawback)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei tem por objetivo dilatar o prazo inicial para concessão do regime aduaneiro de **drawback**, previsto no inciso II do **caput** do art. 78 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966.

Art. 2º O art. 4º do Decreto-Lei nº 1.722, de 3 de dezembro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O pagamento dos tributos incidentes nas importações efetuadas sob o regime aduaneiro especial, previsto no inciso II do **caput** do art. 78 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, poderá ser suspenso pelo prazo de até 2 (dois) anos.

§ 1º Será admitida, em casos devidamente justificados, uma única prorrogação do prazo inicialmente concedido, desde que, no total, a suspensão não ultrapasse o limite de 2 (dois) anos estabelecido no **caput** deste artigo.

§ 2º No caso de importação de mercadorias destinadas à produção de bens de capital, o prazo máximo de suspensão será de 5 (cinco) anos.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o § 3º do art. 78 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966.

PROJETO DE LEI Nº 765 DE 1995

Acrescenta parágrafo ao art. 71 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, que “dispõe sobre o Imposto de Importação, reorganiza os serviços aduaneiros e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 71 do Decreto-Lei nº 37 de 18 de novembro de 1966, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º renumerando-se os demais:

“Art. 71

§ 3º Quando o regime aduaneiro especial for aplicado a mercadoria destinada a integrar bem cuja definição do fluxo de produção depender objetivamente de fatores não previsíveis com antecedência de pelo menos um (1) ano, o prazo definido neste artigo fica estabelecido em no mínimo 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado, a juízo da autoridade aduaneira, até o período de 5 (cinco) anos.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O prazo de um ano para a suspensão de impostos inviabiliza o uso de regime aduaneiro especial, em

particular o drawback, em sua modalidade prevista no art. 78, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, em toda uma série de indústrias que sofrem a influencia de fatores cíclicos e, por esta causa, vêem-se impossibilitadas de fixar seus cronogramas de produção com a antecedência exigida.

É o caso, por exemplo, das indústrias têxteis e de calçados premidas por modificações nas tendências da moda. Muitas vezes tais indústrias são obrigadas a alterar cronograma planejado de produção, hipótese em que insumos e matérias-primas por acaso importados com benefício não poderão ser utilizados de imediato.

O que se pretende com a modificação ora proposta na legislação pertinente é facultar, em tais casos, maior prazo de suspensão de impostos, de forma a garantir a tais indústrias a necessária flexibilidade para fazerem ajustes em seus cronogramas de produção.

A medida nenhum prejuízo acarreta para o fisco, pois trata-se simplesmente de prorrogar o prazo que tem os contribuintes para comprovar a utilização nos termos legais do material importado com benefício fiscal, e, por outra feita, será de grande valia para setores econômicos importantes, com grande peso na geração de emprego no País.

Sala das Sessões, de de 1995. – Deputado **Ju-lio Redecker**.

*LEGISLAÇÃO ANEXADA
CITADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

Art. 4º O pagamento dos tributos incidentes nas importações efetuadas sob o regime aduaneiro especial previsto no art. 78, item II, do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, poderá ser suspenso pelo prazo de 1 (um) ano, admitida uma única prorrogação por igual período, a critério da autoridade fiscal.

Parágrafo único. No caso de importação de mercadorias destinadas à produção de bens de capital, o prazo máximo de suspensão será de 5 (cinco) anos.

Art.78 Poderá ser concedida, nos termos e condições estabelecidas no regulamento:

I – restituição, total ou parcial, dos tributos que hajam incidido sobre a importação de mercadoria exportada após beneficiamento, ou utilizada na fabricação, complementação ou acondicionamento de outra exportada;

II – suspensão do pagamento dos tributos sobre a importação de mercadoria a ser exportada após beneficiamento, ou destinada à fabricação, complementação ou acondicionamento de outra a ser exportada;

III – isenção dos tributos que incidirem sobre importação de mercadoria, em quantidade e qualidade equivalentes à utilizada no beneficiamento, fabricação, complementação ou acondicionamento de produto exportado. (Vide Lei nº 8.402, de 1992)

§ 1º A restituição de que trata este artigo poderá ser feita mediante crédito da importância correspondente, a ser ressarcida em importação posterior.

§ 2º O regulamento estabelecerá limite mínimo para aplicação dos regimes previstos neste capítulo.

§ 3º Aplicam-se a este artigo, no que couber, as disposições do § 1º do art.75.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2008
(Nº 6.341/2002, na casa de origem)

Institui o “Dia Nacional do Caminhoneiro”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia 16 de setembro como o “Dia Nacional do Caminhoneiro”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.341 , DE 2002

Institui o “Dia Nacional do Caminhoneiro”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia 16 de setembro como o “Dia Nacional do Caminhoneiro”.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Toda categoria profissional tem a sua data comemorativa, quando se festeja com orgulho a, profissão que escolheu. No caso dos caminhoneiros, essa data já é comemorada de maneira informal; o que pretendemos é oficializá-la.

Em 1993, o Presidente Itamar Franco assinou decreto instituindo o dia 17 de setembro como o “Dia Nacional do Transportador Rodoviário de Carga” mas, por haver uma limitação em sua redação, julgamos ser conveniente fazer justiça, instituindo um dia de comemoração a toda categoria de caminhoneiros, sejam eles profissionais ou autônomos, transportadores de cargas ou de bens, proprietários ou empregados.

Desta forma, apresentamos a presente proposição, aguardando a sua aprovação.

Sala das Sessões, 19 de março de 2002. – Deputado **Celso Russomanno**.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2008
(Nº 2.392/2003, na Casa de origem)

Institui o Dia do Advogado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituído o dia 11 de agosto como Dia do Advogado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.392, DE 2003

Institui o Dia do Advogado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituído o dia 11 de agosto como “Dia do Advogado”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A instituição do “Dia do Advogado” é anseio antigo desta nobre classe profissional, essencial à administração da Justiça, ao lado notadamente de Defensores públicos e membros do Ministério público.

Já no distante ano de 1955 foi apresentado nesta Casa Legislativa, pelo Deputado Martins Rodrigues, Projeto de lei neste sentido, o que veio a se repetir em 1965, desta vez por iniciativa da Comissão de Constituição e Justiça. Mais recentemente, o Deputado Flávio Bierrenbach teve semelhante iniciativa (em 1986). Finalmente, na Legislatura passada foi apresentado no Senado Federal Projeto de lei – PLS nº 529/99, de autoria do Senador Casildo Maldaner, com igual escopo.

O dia 11 de agosto é, por sua vez, o mais indicado, pois marca a fundação dos cursos jurídicos no país.

Assim, por prestar justo reconhecimento à nobre classe dos Advogados, contamos com a colaboração de nossos pares para aprovar o presente Projeto de lei.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2003. – Deputado **Marcelo Ortiz**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 2008
(Nº 2.930/2004, na Casa de origem)

Denomina Usina Hidrelétrica de Sobradinho Paulo de Souza Coelho a usina de Sobradinho no rio São Francisco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominada Usina Hidrelétrica de Sobradinho – Paulo de Souza Coelho a usina de Sobradinho no rio São Francisco.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.930, DE 2004

Denomina “Usina Hidrelétrica Paulo de Souza Coelho” a usina de Sobradinho, no rio São Francisco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominada “Usina Hidrelétrica Paulo Souza Coelho” a usina de Sobradinho, no rio São Francisco.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto tem o propósito de perpetuar a memória do grande homem que Pernambuco e o Nordeste perderam no final de 2003. Falecido aos setenta e quatro anos, o empresário e industrial Paulo de Souza Coelho consagrou a vida ao sonho do desenvolvimento da região sanfranciscana de Pernambuco e do Nordeste, entusiasmando os que o cercavam. Viu muita coisa realizada, fruto de sua tenacidade, pois não conhecia barreiras que detivessem a realização dos objetivos de construir um futuro com mais oportunidades para o seu povo.

Ampliou sua atuação empreendedora muito além dos limites de sua cidade, Petrolina – e até mesmo de Pernambuco. Promoveu, com seu dinamismo, a interiorização de ações promissoras para as comunidades vizinhas de Ouricuri, Araripina, Salgueiro, em Pernambuco; em Jacobina e Irecê na Bahia; e Simões e Picos no Piauí. Nesta última instalou uma fábrica de fiação e tecelagem de algodão, estimulando, além da cultura do algodão, a produção de mamona em nosso sertão.

Paulo de Souza Coelho assumiu, com outros líderes de Petrolina e Juazeiro, a batalha pela energia de Paulo Afonso para as glebas sertanejas.

Desenvolveu também grande trabalho em relação à Sobradinho. Nunca aceitou a idéia primitiva de que a represa seria apenas um reservatório, para regularizar a navegação do rio São Francisco e oferecer água para gerar energia em Paulo Afonso. Perseverou nesse ideal, de uma vocação maior para Sobradinho, tendo papel decisivo na missão de sensibilizar o Presidente da República sobre a conveniência de modificação do projeto. A luta foi vitoriosa: Sobradinho, além de atender as finalidades originalmente previstas, é grande produtora de energia, gerando um milhão de quilowatts e propicia ainda irrigação por gravidade em terras da Bahia e Pernambuco.

Por tudo isso, Paulo de Souza Coelho merece essa homenagem como reconhecimento desta geração

pelo seu espírito idealista e empreendedor que marcou toda sua trajetória de vida em prol da região do São Francisco. É também um tributo a Fernando Bezerra Coelho e a Clementino Coelho, dois de seus filhos que já pertenceram à Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, 4 de fevereiro de 2004. – Deputado **Geddel Vieira Lima**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, DE 2008

(Nº 7.550/2006, na Casa de origem)

Denomina Professor Arthur Fonseca o campus da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR localizado no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominado Professor Arthur Fonseca o campus da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR localizado no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 7.550, DE 2006

Denomina Professor Arthur Fonseca o campus da Universidade Federal de São Carlos, localizado no município de Sorocaba, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominado Professor Arthur Fonseca o campus da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), localizado no município de Sorocaba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Este projeto de lei tem por objetivo render uma justa, necessária e oportuna homenagem ao Professor Arthur Fonseca, destacado educador e político atuante no município de Sorocaba, recentemente falecido aos 83 anos de idade.

Arthur Fonseca foi professor de História do magistério estadual, tendo ensinado nos colégios oficiais de Viradouro, Porto Feliz e no então Colégio Estadual e Escola Normal “Dr. Júlio Prestes de Albuquerque”, em Sorocaba.

Como educador de grande visão, comandou a transformação da antiga Escola de Comércio na atual Organização Sorocabana de Ensino (OSE), instituição com uma respeitável trajetória de serviços prestados à juventude de Sorocaba e região.

Foi também vereador entre os anos de 1948 e 1952, integrando a primeira Câmara Municipal de Sorocaba.

Posteriormente, Arthur Fonseca exerceu o cargo de Secretário Municipal de Educação e Saúde, na administração liderada pelo Prefeito José Crespo Gonzales.

Em 1970, concorreu e foi eleito com grande votação para o mandato de deputado federal, tendo integrado as Comissões de Educação e de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Arthur Fonseca também foi professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, além de ter sido professor e o primeiro diretor da Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas da Fundação Dom Aguirre.

Desde 1983, Arthur Fonseca foi membro da Academia Sorocabana de Letras, sendo o instituidor da cadeira 37, que tem como patrono o educador Fernando Rios.

Assim, considerando a recente instalação de um campus da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) no município de Sorocaba, será extremamente oportuno o oferecimento de uma justa homenagem à memória do Professor Arthur Fonseca, o que será possível através da aprovação do presente Projeto de Lei, ora submetido à apreciação desta Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 2006. – Deputado **Antonio Carlos Pannunzio**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2008

(Nº 7.686, na Casa de origem)

Denomina Dr. Weimar Gonçalves Torres o prédio que abriga o Fórum Eleitoral da Comarca de Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominado Dr. Weimar Gonçalves Torres o prédio que abriga o Fórum Eleitoral da Comarca de Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 7.686, DE 2006

Denomina “Dr. Weimar Gonçalves Torres” o prédio que abriga o Fórum Eleitoral da Comarca de Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominado “Dr. Weimar Gonçalves Torres” o prédio que abriga o Fórum Eleitoral da Comarca de Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposta tem o objetivo de atender à Indicação encaminhada pela Câmara Municipal de Ponta Porã, por iniciativa do Vereador Dr. Hindo, no sentido de homenagear um dos mais ilustres homens públicos que o Estado de Mato Grosso do Sul teve o privilégio de conhecer – o advogado, poeta, jornalista e político, Weimar Gonçalves Torres.

O homenageado nasceu na cidade de Ponta Porã, em 6 de dezembro de 1922, filho do também advogado José Passos Rangel Torres e de Dionísia Gonçalves, ainda viva e residente na Avenida Baltazar Saldanha, na mesma casa em que deu à luz seu filho Weimar.

Formado em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1947, o Dr. Weimar Gonçalves Torres retornou à sua região de origem para exercer a atividade jurídica. Como homem público, teve uma carreira notável como Vereador, Promotor de Justiça e Deputado Federal. Como jornalista, esteve à frente do jornal **O Progresso**, um dos mais importantes e antigos periódicos de Mato Grosso do Sul. Como poeta, dedicou um dos seus mais belos poemas à beleza, à cultura, à arte e à história de Ponta Porã, de cujas entranhas nasceu.

Como destaca o nobre Vereador Dr. Hindo na justificativa de sua Indicação a este parlamentar, é indiscutível a larga e importante folha de serviços prestados por Weimar Gonçalves Torres para o Estado, especialmente para Ponta Porã e região. Os que com ele tiveram o privilégio de conviver, afixam que Weimar Torres era o protótipo do homem público. Coração generoso, conciliador inigualável, tribuno notável, jornalista respeitado, ganhou a admiração que lhe permitiu representar dignamente o seu povo no próprio Estado e, mais tarde, na Câmara dos Deputados.

Dr. Weimar Torres teve sua vida interrompida por um acidente aéreo, em 14 de setembro de 1969. A homenagem que a ele se presta por meio do proposto neste projeto de lei, configura-se das mais justas, uma vez que seu nome inclui-se no rol dos notáveis que engrandeceram o Estado de Mato Grosso do Sul e que devem, portanto, ser lembrados por seu povo.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2006. – Deputado **Antônio Carlos Biffi**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, DE 2008 (Nº 37/2007, na Casa de origem)

Dá nova redação ao art. 198 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para estabelecer a atuação de ofício ou por provocação de presidente de tribunal, nos casos de descumprimento judicial dos prazos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, estabelecendo a atuação de presidente de tribunal, de ofício ou por provocação, nos casos de descumprimento judicial dos prazos.

Art. 2º O art. 198 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 198. Os tribunais manterão sistema de verificação do cumprimento dos prazos pelos magistrados, podendo qualquer das partes ou o Ministério Público representar contra o juiz que excedeu injustificada e abusivamente os prazos previstos em lei perante o órgão competente do tribunal, que poderá, após ouvido o representado, designar prazo razoável para a realização do respectivo ato processual pelo próprio magistrado.

Parágrafo único. Em caso de descumprimento do disposto no **caput** deste artigo, poderá o tribunal determinar que o ato processual seja realizado pelo substituto legal, sem prejuízo de medidas disciplinares contra o representado.”(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 37 , DE 2007

Dá nova redação ao art. 198 do Código de Processo Civil, para estabelecer a atuação de ofício ou por provocação de presidente de Tribunal, nos casos de descumprimento judicial dos prazos;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa vigorar com a seguinte redação:

“Art. 198. Os Tribunais manterão sistema de verificação do cumprimento de prazos pelos magistrados, cabendo ao presidente do respectivo Tribunal, de ofício ou median-

te provocação do corregedor, das partes ou do órgão do Ministério Público, designar juiz auxiliar para atuar no processo, sempre que constatar que o juiz excedeu os prazos para decidir ou despachar”(NR).

Art. 2º Esta lei entra em vigor no prazo de sessenta dias.

Justificação

A Emenda Constitucional 45/04 fez inscrever no artigo 5º da Constituição Federal, portanto entre os direitos fundamentais, o inciso LXXVIII, assegurando a todos os cidadãos, a razoável duração do processo.

O novo dispositivo constitucional, no entanto, não guarda sintonia com a realidade. O habitual atraso na tramitação dos feitos é objeto de constantes reclamos da sociedade, razão da pecha atribuída: ao Poder Judiciário: o da morosidade.

Assim, impõe-se dar sentido mais objetivo ao propósito constitucional, explicitando a teleologia do princípio da celeridade, promovendo a adaptação do comando inscrito no Código de Processo Civil que dispõe sobre a matéria.

A atual redação do art. 198 do referido diploma que prevê medida corretiva para o excesso de prazo pelo juiz mas, estabelece procedimento incompatível com a necessidade de providência imediata para sanar o abuso e força o advogado a representar contra o magistrado - um constrangimento para o profissional da advocacia.

A presente proposição sugere a nova redação do dispositivo, permitindo a atividade oficial de controle do funcionamento do aparelho judicial com adequação aos prazos legais.

Sala das Sessões, 6 de fevereiro de 2007. – Deputado **André de Paula**

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Vide texto compilado

Institui o Código de Processo Civil.

Art. 198. Qualquer das partes ou o órgão do Ministério Público poderá representar ao presidente do Tribunal de Justiça contra o juiz que excedeu os prazos previstos em lei. Distribuída a representação ao órgão competente, instaurar-se-á procedimento para apuração da responsabilidade. O relator, conforme as circunstâncias, poderá avocar os autos em que ocor-

reu excesso de prazo, designando outro juiz para decidir a causa.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40 DE 2007

(Nº 96/2007, na casa de origem)

Institui o Dia Nacional da Segurança Pública e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui o Dia Nacional da Segurança Pública.

Art. 2º Fica instituído o dia 21 de abril de cada ano como o Dia Nacional da Segurança Pública.

Art. 3º No Dia Nacional da Segurança Pública, os governos federal, estaduais, do Distrito Federal e dos municípios poderão promover, dentre outras, as seguintes medidas:

I – seminários e eventos de discussão sobre o tema;

II – solenidade de caráter civil nos órgãos públicos homenageando pessoas que praticaram atos meritórios que contribuíram para a segurança pública;

III – instituição da medalha do mérito da segurança pública em nível municipal, estadual e federal;

IV – homenagem aos servidores e militares que foram vitimados na defesa da sociedade;

V – instituição de programas educativos nos canais de rádio e televisão educativos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 96, DE 2007

Institui o Dia Nacional da Segurança Pública e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Está lei institui o dia nacional de Segurança Pública.

Art. 2º Fica instituído o dia 21 de abril de cada ano, como “O Dia Nacional da Segurança Pública.”

Art. 3º No dia nacional da segurança pública os governos federal, estaduais, do Distrito Federal e dos municípios poderão promover, dentre outras as seguintes medidas:

I – seminários e eventos de discussão sobre o tema;

II – solenidade de caráter civil.:nos órgãos públicos homenageando pessoas que praticaram atos meritórios que contribuíram para a segurança pública;

III – instituição da medalha do mérito da segurança pública em nível municipal, estadual e federal;

IV – homenagem aos servidores e militares que foram vitimados na defesa da sociedade;

V – instituição de programas educativos nos canais de rádio e televisão educativos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Todos os países desenvolvidos do mundo destinam um dia exclusivo para cultuar e homenagear as praticas de atos meritórios no campo da segurança pública.

No Brasil temos vistos a cada dia a ênfase para os aspectos negativos, permeando e aumentando o total sentimento de insegurança e a inibição da sociedade na participação de ações no campo da segurança pública.

O Poder Constituinte originário sabiamente colocou a previsão no art. 144 da Constituição Federal que a segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos. Neste sentido faz-se necessário o culto e a valorização das ações de segurança pública, buscando enraizar estes valores na cultura do povo, criando uma sociedade participativa.

Precisamos resgatar os valores nobres do serviço de segurança pública, onde todo cidadão tenha orgulho de seus órgãos públicos, confiança e participação comunitária.

Neste mês em que se destina nesta Casa uma semana de segurança pública, nada mais oportuno do que a discussão e aprovação desta matéria e virá em todo o contexto contribuir no campo mais valioso que é o dos valores morais e sociais.

Temos a certeza que os nobres pares aperfeiçoarão esta proposição e a aprovarão em benefício de toda a sociedade.

Sala das Sessões, 8 de fevereiro 2007. – Deputado **Neilton Mulim**, PR/RJ.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2008

(Nº 394/2007, na casa de origem)

Denomina Viaduto Professora Haidêe Jayme Ferreira o viaduto localizado no Km 435,55 da BR-153, que dá acesso à BR-414, no Município de Anápolis, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O viaduto construído no Km 435,55 da rodovia BR-153, que dá acesso à BR-414, no município de Anápolis, Estado de Goiás, passa a ser denominado Viaduto Professora Haidêe Jayme Ferreira.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 394, DE 2007

Denomina “Viaduto Professora Haidêe Jayme Ferreira” o viaduto localizado no km 435,55 da BR-153, que dá acesso à BR-414, no Município de Anápolis – GO.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O viaduto construído no quilômetro 435,55 da rodovia BR-153, que dá acesso à BR-414, no município de Anápolis, passa a ser denominado “Viaduto Professora Haidêe Jayme Ferreira”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A nossa proposição para que o referido viaduto seja denominado “Viaduto Professora Haidêe Jayme Ferreira”, se dá pelo fato de que a mesma teve sua trajetória ligada à educação em Anápolis, e o viaduto supra-mencionado dá acesso à Avenida Universitária, onde estão localizadas a maioria das Universidades e outras Instituições de Ensino Superior.

Haidêe Jayme Ferreira nasceu em Anápolis – GO, a 29 de junho de 1926, na Rua do Comércio, hoje Manoel d’Abadia, filha do historiador e genealogista Jarbas Jayme e de Maria Dinah Crispim Jayme.

Estudou no Colégio Auxilium, de Anápolis, e no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Bonfim (Silvânia), onde concluiu o Curso Normal.

Casou-se, a 19 de abril de 1947, com Odir da Costa Ferreira, filho de Joaquim da Costa Ferreira (antigo Escrivão de Órfãos) e de Adília de Velasco Ferreira. Do casamento vieram-lhe três filhos: Leandro, Leonardo e Lúcia da Costa Ferreira, casados, respectivamente, com Gení Mendonça, Maria Nazareth Ferrari e Edson Adalberto Santa-rosa.

Estando viúva e com 9 netos, dedicou-se ao jornalismo, mais precisamente à análise política.

A família Crispim foi pioneira dos primeiros tempos de Anápolis. Maria Elisa C. Crispim, avó materna de Haydêe, foi a primeira professora primária da Freguesia de Santana de Antas e, Antônio Crispim de Sousa, seu avô, foi Presidente do 1º Conselho Municipal e, posteriormente, Intendente Municipal da Vila que viria a ser a cidade de Anápolis.

Editou:

- **Anápolis, Sua Vida, Seu Povo**
- **Nuanças de Mim** (Poesias)
- **Fogo no Bambual** (Contos, Crônicas e Políticas)
- **O Canto do Cisne**

De 1966 a 1969 assinou, no Jornal **O Anápolis**, a coluna *Um e Outras*. Trabalhou dois anos no Jornal

Correio do Planalto, onde, além das colunas assinadas “*Umas e Outras*” (política) e “*Mosaicos*” (biográfica), fazia reportagens, entrevistas e até matéria policial. Colaborou com os jornais **O Popular, Folha de Goiás, Diário da Manhã, O Educacional, Tribuna de Silvânia, Gazeta Popular, Revista Imagem Atual**, etc, e fez parte do Conselho de Redação da Gazeta Cultural.

Destaques:

Figurou nos livros **Letras Anapolinas**, do Dr. Mário Ribeiro Martins, e **Análises e Conclusões**, de Nely Alves de Almeida, ambos da Academia Goiana de Letras.

Diploma concedido pelo Jornal **Folha de Goiás**, pelo trabalho intitulado **Vida e Obra do Dr. James Fanstone**.

Diploma de Destaque Literário do ano de 1987, concedido pela **Gazeta Popular**.

Diploma concedido pela Academia Petropolitana de Poesia “Raul de Leoni”, em 1988.

Ocupou o cargo de Chefe do Museu Histórico de Anápolis.

Faleceu em Anápolis no dia 2 de janeiro de 1999.

“Esposa, mãe, professora, poetisa, articulista, artista plástica o mais grado em Haydêe era ser espécie rara de Cidadã do Mundo, como força partícipe e propulsora de tudo e de todos que a rodeavam, transformando a esperança em ato de fé”.

Dessa fonna, considero justa e merecida a homenagem proposta, e assim conto com o apoio dos ilustres colegas parlamentares para aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, 13 de março de 2007. – **Rubens Otoni**, Deputado Federal PT/GO.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2008

(Nº 732/2007, na Casa de origem)

Institui o Dia Nacional do Auditor-Fiscal do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Auditor.

Fiscal do Trabalho, a ser celebrado no dia 28 de janeiro de cada ano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 732, DE 2007

Institui o Dia Nacional do Auditor-Fiscal do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Auditor-Fiscal do Trabalho, a ser celebrado no dia 28 de janeiro de cada ano.

Parágrafo único. As alterações na nomenclatura do cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho provocadas por legislação superveniente acarretarão automaticamente em nova denominação do Dia Nacional a que se refere o caput deste artigo, de modo a acompanhar a modificação produzida.

Art. 2º O Ministério do Trabalho e Emprego promoverá a realização e divulgação de eventos que, na data referida no art. 1º desta Lei, homenageiem a memória dos Auditores-Fiscais do Trabalho mortos no cumprimento de suas atribuições no dia 28 de janeiro de 2004.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O covarde e inqualificável crime cometido na cidade de Unaí em janeiro de 2004 segue desafiando a consciência da Nação. Mais de três anos após a chacina dos servidores que investigavam o emprego de mão-de-obra escrava nas lavouras daquele Município, não se produziu a punição de um único culpado, malgrado as abundantes provas coletadas contra os acusados.

Não há nada que repare a perda daqueles brasileiros valorosos, mas a dor de seus familiares, amigos e colegas a cada dia se agrava pela sensação de impunidade. Os profissionais da área adicionam a perplexidade diante do ocorrido ao receio de que a barbaridade se reproduza no futuro.

Tais circunstâncias fazem com que a aprovação deste singelo projeto traga às famílias desses verdadeiros mártires e ao espírito de seus colegas o sentimento de que a sociedade mantém com eles intensa e merecida solidariedade. Recordar ano a ano os inqualificáveis acontecimentos de Unaí produzirá um resultado importante: mesmo que os assassinos continuem soltos, jamais esqueceremos a ignomínia de seus atos.

Assim, como medida de enorme justiça, pede-se dos nobres Pares a unânime e imediata aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, 12 abril de 2007. – Deputado **Paulinho da Força**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2008

(Nº 832/2007, na Casa de origem)

Cria o Dia Nacional do Ciclista.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Ciclista, a ser comemorado, anualmente, no dia 19 de agosto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 832, DE 2007**Cria o Dia Nacional do Ciclista.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Ciclista, a ser comemorado, anualmente, no dia 19 de Agosto.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Este projeto de lei objetiva criar o Dia Nacional do Ciclista, a ser comemorado, anualmente, no dia 19 de Agosto.

Nesse dia, em 2006, um estudante de biologia prestes a se graduar, Pedro Davison, foi alvejado e morto em pleno Eixo Rodoviário do Distrito Federal.

Pedro Davison tornou-se vítima fatal de um motorista que transgrediu os preceitos do Código de Trânsito Brasileiro.

Motorista que atropelou Pedro Davison em faixa proibida a circulação de veículos automotores e que, ao chocar-se com a bicicleta de Pedro por trás, não deu assistência à vítima e fugiu. E fugiu porque sua carteira de habilitação estava vencida.

Pedro Davison foi mais uma vítima do caos que tipifica o trânsito nas ruas e nas rodovias brasileiras.

O acidente em que Pedro Davison foi morto repetido-se, à exaustão, nas vias de rolamento do País.

Motoristas transgressores, que dirigem alcoolizados e em velocidade excessiva, matam pessoas, infelicitam famílias e geram prejuízos milionários à Nação.

No Brasil, apesar da violência do trânsito, existem cerca de 50 milhões de bicicletas.

Essa frota é utilizada, em sua esmagadora maioria, por operários, que dependem da bicicleta para ir trabalhar e ao lar retornar.

E que, ao rodarem em média 50 minutos a cada dia da semana, correm imensos riscos de serem vitimados, de morrerem.

A esta Casa submeti, na primeira semana desta Legislatura, o Projeto de Lei nº 74/2007, que altera o Código de Trânsito Brasileiro para nele introduzir a figura do crime doloso cometido por motoristas transgressores contra ciclistas e pedestres.

Agora, proponho a meus Nobres Pares a criação do Dia Nacional do Ciclista, com o objetivo de, na data sugerida, incentivarmos a população brasileira a praticar uma reflexão sobre os problemas do trânsito e sobre a conveniência de nos debruçarmos sobre a necessidade de pavimentarmos uma política de trânsito que configure, na realidade, uma política

de Estado voltada para garantir, a todos, efetiva Mobilidade Social.

E garantir Mobilidade Social implica, antes e acima de tudo, assegurar às pessoas a condição concreta de realizar a opção pelo transporte alternativo por intermédio da bicicleta, o que contribuirá, decisivamente, não apenas para reordenar o trânsito, harmonizando-o. Mas, também, para reduzir a emissão de monóxido de carbono e reduzir o índice de doenças crônico-degenerativas.

Sala das Sessões, 25 de abril de 2007. – Deputada **Solange Amaral**, DEM – RJ.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2008**Institui o Dia Nacional do Pescador, a ser comemorado na data de 29 de junho.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Pescador, a ser comemorado na data de 29 de junho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.245, DE 2007**Institui o Dia Nacional do Pescador a ser comemorado na data de 29 de junho.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia nacional do pescador a ser comemorado na data de 29 de junho.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Brasil possui cerca de 8.500 km de linha de litoral e um número razoável de ilhas, totalizando uma área de aproximadamente 3,5 milhões de km² de Zona Econômica Exclusiva (ZEE), que se estende desde o Cabo Orange (5 °N) até o Chuí (34 °S).

Diante desta enorme área que possuímos, propensa ao desenvolvimento da pesca no Brasil, em vista da grande quantidade de recursos pesqueiros das águas marinhas e doces existentes, a arte da pesca traz milhares de brasileiros que praticam tais atividades. Eles geram emprego, renda e alimentação saudável para o Povo Brasileiro.

O Dia 29 de junho é culturalmente conhecido como o dia do pescador. É Dia de São Pedro, o apóstolo do pescador e que também é padroeiro dos pescadores. Por isto, a data foi escolhida para comemorar o dia do pescador. Neste dia já acontecem no Brasil diversas atividades nas colônias, no mar e nas insti-

tuições que cuidam da pesca. Oficialmente ainda não há reconhecimento desse dia, essa homenagem que faz parte de um resgate de sua dignidade é do reconhecimento merecido dessa profissão.

Pescador é aquele sujeito que conhece a natureza, entende o mar, sabe olhar para a lua e ver a maré que vem. Antes do sol nascer, lá vai ele com seu barco pesqueiro e pára onde sabe que dá peixe – sabe direitinho onde a pescaria é boa. Quando o dia é bom, traz alimento para a família e ainda garante o sustento da casa com o que consegue vender.

Este personagem – o pescador que vive de sua própria produção – é bastante comum no nosso país.

Além de cuidar e entender a natureza, o pescador precisa que todos à sua volta façam o mesmo. Afinal, ele é um dos que sentem na pele como o equilíbrio da natureza é também o equilíbrio do homem

Este projeto, foi apresentado anteriormente pela Deputada Luci Choinacki e pela Deputada Selma Schons, porém foi arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno.

Diante do exposto, no sentido de valorizar o pescador, e homenagear aqueles que tanto contribuem para o crescimento do país e, por conseguinte, da atividade pesqueira, que apresentamos este projeto de lei.

Sala das Sessões, 4 de junho de 2007. – Deputado **Paulo Rubem Santiago**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Há oradores inscritos.

Consultando a lista de oradores, está inscrito o Senador José Maranhão, que permutou com a Senadora Serys Slhessarenko. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, há inscritos para comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está inscrito em primeiro lugar. Eu estou em segundo.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, se for possível, gostaria de falar neste momento para uma brevíssima comunicação, altamente relevante para V. Ex^a, o Senador Cristovam e o Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a aquiescência do orador que se dirige à tribuna, Senador José Maranhão, tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

Professor Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a está inscrito para uma comunicação inadiável. É o primeiro inscrito.

Senador Suplicy, V. Ex^a pediu pela ordem. Queira se dirigir ao microfone de bancada.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Certo. Estou cumprindo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Cumpra!

É São Paulo obedecendo ao Piauí aqui.

Chegou o segundo inscrito, Sérgio Zambiasi. Então, nós estamos alternando.

Pela ordem, com aquiescência do orador inscrito, Senador José Maranhão, concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, permita... Agradeço-lhe, Senador José Maranhão.

V. Ex^a há de compreender, Presidente Mão Santa: ontem V. Ex^a e o Senador Pedro Simon, que acompanhou de perto... V. Ex^a nos disse que precisava estar aqui por causa daquela votação, que realmente foi muito importante, relativa à saúde e à Previdência.

O Senador Cristovam Buarque – o Senador Pedro Simon e V. Ex^a iam nos acompanhar, mas o Senador Pedro Simon precisou fazer um exame de saúde – e eu fomos à Reitoria da Universidade de Brasília, onde estavam os estudante à luz de velas, com muita ordem, procurando evitar qualquer vandalismo, qualquer desordem, e disso nós fomos testemunhas. Eles expressavam, com muita serenidade e força, a indignação contra os episódios em que se envolveu a Reitoria da Universidade de Brasília e pediam a saída do Reitor Timothy Mulholland.

Então, nós lhes transmitimos a sugestão do Senador Cristovam Buarque no sentido de que o Reitor se afastasse para que a comunidade universitária – o Conselho Universitário, os docentes, os servidores e os estudantes – decidisse o que fazer a partir de então.

Hoje de manhã, atendendo ao convite da Professora Raquel Nunes, Presidente da Associação dos Docentes, para lá me dirigi, falando inclusive em nome do Senador Cristovam Buarque, que foi Reitor da Universidade. Ali a porta-voz do Reitor comunicou que ele, seguindo a sugestão do Professor Cristovam, havia decidido afastar-se por sessenta dias.

Agora a Professora Raquel acaba de me comunicar, em nome da comunidade universitária, que estão afastados por esse período o Reitor, o Vice-Reitor e os decanos que faziam parte do Conselho da FUB. Foi instituída uma comissão que vai dirigir a Universidade, sob a direção do decano do Conselho Universitário.

Houve outros detalhes mais, e, em que pese a tensão, a emoção, a dificuldade de todos, foi uma decisão de muito bom senso.

Quero cumprimentar o Senador Cristovam Buarque pela maneira como contribuiu para que houvesse essa solução em termos civilizados e de respeito, atendendo os ideais, os anseios de pessoas como Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Cristovam Buarque.

Espero possa a Universidade de Brasília superar esse episódio e estar à altura dos ideais daqueles que construíram a sua história.

Então, meus cumprimentos, Senador Cristovam Buarque.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador.

Está feito o registro.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Pela

ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Com a palavra, Senador.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a minha inscrição pela Liderança do PMDB. O expediente já está na mesa. Eu gostaria que fosse...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– V. Ex^a está inscrito, Senador Neuto de Conto. Na alternância, V. Ex^a será o primeiro Líder a falar após o Senador José Maranhão, orador inscrito, e o Senador Cristovam Buarque, que vai fazer uma comunicação inadiável.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Senador José Maranhão, V. Ex^a tem a palavra por dez minutos, com a costumeira tolerância desta Mesa.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu acredito duplamente nessa tolerância, especialmente ante o fato de que vou falar pela coincidência feliz de V. Ex^a, paraibano, que ama a Paraíba como eu, estar presidindo esta sessão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nas últimas semanas, o Nordeste brasileiro, que costuma ocupar os noticiários por causa da seca crônica do agreste, tem sido destaque na imprensa por causa de temporais que desabaram sobre a região. Já são mais de duas semanas de chuva, que só agora dá sinais de arrefecimento.

Meu Estado, em particular a Paraíba, tem sido duramente castigado por essas chuvas. No final de semana, quando diminuíram as precipitações, contavam-se mais de 18 mil pessoas afetadas pelas águas. Mas hoje, Sr. Presidente, já temos dados mais recentes sobre os últimos acontecimentos de enchentes na Paraíba, que nos informam o seguinte: o Município de Sousa é o mais atingido no sertão, e o povoado de Curralinho encontra-se completamente isolado. É realmente uma situação *sui generis*, porque Sousa é o centro do semi-árido da Paraíba e, geralmente, um dos municípios mais castigados pela seca.

O Município de Cabaceiras está completamente isolado em razão das águas. A televisão tem mostrado que as pessoas estão se deslocando na cidade em canoas. Ora, o Município de Cabaceiras, considerando-se todo o semi-árido nordestino, é talvez o que apresenta a mais baixa precipitação em todo o Nordeste brasileiro. Em média, a precipitação de Cabaceiras é muito baixa. Dessa vez, aconteceu o inverso, e Cabaceiras está até parecida com os municípios da Amazônia, onde, geralmente, a estação das chuvas cria alagamentos.

Em Bayeux, cidade que fica na região metropolitana de João Pessoa, mais de 500 pessoas tiveram de deixar suas casas na madrugada de ontem, o que é um espetáculo doloroso para todos nós paraibanos. A cidade de Bayeux é caracterizada por um grande contingente de trabalhadores, muitas vezes trabalhadores informais ou trabalhadores desempregados. Essas pessoas estão sofrendo muito.

Na Paraíba já é de 26 o número de mortos por afogamento. Nos últimos dois dias, os alagamentos diminuíram, graças a Deus. Nós estamos com 82 municípios em estado de emergência. Dos 223 municípios da Paraíba, que é um Estado que tem uma divisão territorial muito grande, 86 já estão em estado de calamidade pública.

Até o final da semana passada, 67 açudes do Estado estavam sangrando, elevando a vazão de vários rios que cortam cidades, causando inundações.

Eu gostaria de fazer um comentário aqui, porque essa realidade do semi-árido nordestino é pouco conhecida no Brasil, lamentavelmente. Os rios da Paraíba são de curso temporário. Eles têm água fluindo apenas na estação das águas, das chuvas. E nem todos os anos esses rios pegam água. A maioria deles, especialmente os menores, passa mesmo a estação da chuva sem uma correnteza, como nós dizemos na Paraíba, normal.

Então, esse espetáculo de hoje, quando todos os rios estão fluindo além do limite normal, realmente causa surpresa muito grande na infra-estrutura das

idades. As cidades e os campos, de um modo geral, não estão preparados para essa situação de enchente, porque o que acontece na Paraíba, especialmente na região do semi-árido e no sertão, são anos de seca, e secas repetidas. De forma que falta sempre essa infra-estrutura para enfrentar situações inteiramente inesperadas, como as chuvas que caíram este ano. Quando se fala em chuvas inesperadas – e quero que todos entendam isso mesmo ao pé da letra –, pensa-se logo: e a meteorologia não disse nada? Primeiro, todos sabemos que meteorologia não é ciência exata, é uma técnica de observação que nem sempre se confirma. Até mesmo na aviação, onde a meteorologia é mais exigente e se faz com frequência, os boletins meteorológicos são expedidos a cada duas horas. E, não raro, os aeronautas são surpreendidos, quando demandam o seu destino, e encontram uma situação inteiramente diversa daquela prevista nos projetos da meteorologia. Então, imagine um Estado onde o comum é se ter escassez de chuva ou secas prolongadas, como acontece com a periodicidade média de onze anos.

Aliás, essa questão de açudes destruídos também está relacionada com essa situação peculiar da pluviosidade, da precipitação do Nordeste. Como sempre se esperam anos de chuva escassa, nunca os Poderes Públicos se aplicam no sentido de fazer a chamada manutenção preventiva de seus reservatórios de água. Evidente que, se essas manutenções preventivas fossem feitas, poderiam ser evitados muitos prejuízos que estão acontecendo agora na Paraíba.

Ainda hoje de manhã, eu conversava com o Senador Efraim Morais e ele me dizia que um dos açudes da sua terra natal, que é uma região muito simpática e muito querida de todos nós paraibanos, mas que tem uma precipitação muito baixa, estava a ponto de ser levado pelas enchentes e foi necessário se improvisar um sangradouro, rasgando uma parte da parede do açude, para salvar a obra.

Então, é evidente que, em situações como essa, pouco ou nada se pode fazer além dessas emergências que foram adotadas. Mas, na maioria dos casos, evitar-se, por exemplo, formigueiros nas paredes dos açudes que são feitos de barro, de argila, é uma providência simples, mas absolutamente necessária. Porque, quando a pressão da água represada invade os formigueiros, geralmente estoura a parede, e aí a situação é irremediável.

As estradas também estão comprometidas: seis rodovias estaduais encontram-se interditadas e outras dezenove acham-se em situação precária, dificultando ainda mais a ação de assistência às populações que ficam isoladas por falta de estradas.

Como se vê, Sr. Presidente, a situação é grave.

O povo paraibano está sofrendo duramente com essas chuvas, mas temo que o Poder Público não esteja atuando à altura da emergência. É evidente que, da parte do Presidente Lula, já foi assinado um documento. Aliás, foi aprovada aqui, no Congresso Nacional, medida provisória editada em 4 de abril, aprovada em sessão do Senado antes de ontem, e já foi publicada no **Diário Oficial**, o que significa a boa intenção e a agilidade, sobretudo, como agiu o Presidente da República e, em particular, o Ministro Geddel Vieira, da Integração Nacional. É um crédito...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – É um crédito de R\$613.752.057,00, que vai permitir ao Governo Federal transferir recursos aos Estados, inclusive ao nosso Estado da Paraíba e aos Municípios de todos os Estados na Região Nordeste, para que se adotem medidas capazes de minimizar o sofrimento da população.

Quero aqui fazer um comentário. Evidentemente, esse retrato que está acontecendo hoje, na Paraíba, não é o comum.

O comum na Paraíba é a seca, ou é a escassez de chuva, ou a irregularidade na distribuição das chuvas. Muitas vezes, chove a média histórica, porém as chuvas são mal distribuídas, frustrando inteiramente a atividade agrícola no Estado.

Quando se pensa em seca, não há como excluir essas possibilidades. Temos hoje a convicção, que é a dos técnicos, dos especialistas, de que o Nordeste precisa aprender a conviver com a seca, precisa aprender a conviver com situações como esta. Mas esse aprendizado pressupõe a necessidade da construção de obras que podem minimizar os efeitos da seca.

Nesse particular, como todo paraibano, como todo nordestino, sobretudo do Nordeste setentrional, não podemos deixar de louvar a iniciativa corajosa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando resolveu assumir politicamente o Projeto de Transposição das Águas do São Francisco. Esse projeto vai permitir a regularização dos cursos d'água, que, no Nordeste setentrional, são apenas temporários alguns deles e, muitas vezes, inteiramente secos nos 365 dias do ano.

Mas a obra da Transposição pressupõe outras iniciativas – as iniciativas dos governos locais –, no sentido de represarem os cursos d'água que têm maior peso e maior importância na geografia do Estado.

Quando estivemos à frente do Governo do Estado da Paraíba, nós fizemos algumas obras nesse sentido. Fizemos, por exemplo, 23 açudes de pequeno e de médio porte, que nos permitiram armazenar água, em momentos como esse que estamos vivendo

agora, para os anos de seca. Esta é a velha prática: acumular nos anos de abundância para não sofrer nos anos de escassez. Essa questão é inclusive uma questão bíblica.

Por outro lado, há necessidade de se fazer a interligação de bacias. Nós temos uma região da Paraíba, por exemplo, o Alto da Borborema, onde os cursos d'água sofrem dessa irregularidade – e são escassos –, e a água do subsolo também é uma água precária para a alimentação humana, porque é região de cristalino: a rocha aflora ou está a quatro, cinco, dez metros abaixo da superfície do solo. Não se tem aí um lençol freático que permita utilizar e dessedentar a população humana e os rebanhos do nosso Estado.

Então, a construção dessas obras complementares e a construção de adutoras – nós fizemos cerca de oitocentos quilômetros de adutoras – é que vai permitir transportar as águas das regiões onde elas podem ser acumuladas, e vão ser garantidas pela transposição, onde não há condições naturais de se construir, de se erigir uma barragem para atender às necessidades da população e dos seus rebanhos.

Faço este comentário, que pode parecer desfocado porque estamos falando de excesso e não de escassez de água, mas, paradoxalmente, o problema do excesso e da escassez de água resultam no mesmo ponto. Se não utilizamos inteligentemente as águas excedentes em momentos como este que a Paraíba está vivendo, dificilmente teremos condições de enfrentar as dificuldades que o Estado, mais cedo ou mais tarde – as secas são periódicas e inevitáveis –, terá de enfrentar mais adiante.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eram essas as palavras que eu queria dizer aqui, trazendo a minha solidariedade aos meus irmãos paraibanos, especialmente os que foram atingidos pelo fenômeno das enchentes, para os quais nunca o nordestino do semi-árido, especialmente para a região do cristalino, está preparado, porque enchentes não são um fenômeno corriqueiro, freqüente, usual como ocorre em outras regiões do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador José Maranhão, aproveito a oportunidade como Presidente da sessão neste momento para me congratular e me solidarizar com V. Ex^a pelo pronunciamento que faz em defesa dos nossos irmãos paraibanos que se encontram desabrigados.

E as informações que nos chegam é de que, cada vez mais, as chuvas caem no nosso Estado. Na madrugada de hoje a cidade de Vista Serrana ficou totalmente ilhada, mais uma cidade que teve rompida a sua estrada pela força das águas.

Nós, que usamos tanto essa tribuna – eu, V. Ex^a e outros paraibanos – em busca de socorro pela seca que atingia a nossa região, hoje estamos aqui pedindo ao Governo Federal que, mesmo com a MP, agilize a chegada desses recursos para atender não só à Paraíba, mas a tantos outros Estados do Nordeste que vêm sofrendo com o grande volume de água.

Parabenizo V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a pela gentileza. Tinha terminado o meu discurso, mas a sua intervenção me honra muito. Tenho certeza de que V. Ex^a fala com o espírito do nordestino do semi-árido. V. Ex^a nasceu numa das regiões que mais padecem com o fenômeno das secas. Aliás, tive a honra de, no Governo de Estado, construir uma adutora de 285 quilômetros para poder chegar até a região do nosso ora Presidente Efraim Morais.

Inaugurei essa obra junto com Efraim Morais, o que, certamente, é um alívio para os sofrimentos crônicos da sua população tão laboriosa, tão dedicada ao desenvolvimento do Estado da Paraíba.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Sem dúvida há o reconhecimento do povo do Vale do Sabugi pela grande obra feita por V. Ex^a como Governador da Paraíba.

Concedo a palavra ao Senador Neuto de Conto. V. Ex^a falará como Líder pelo PMDB.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores, ao longo dos anos o setor agropecuário vem passando por dificuldades financeiras. O produtor rural brasileiro, sem condição de pagamento dos empréstimos contraídos, acumulou débitos de custeio, investimento e comercialização da ordem de R\$40 bilhões, cujas cobranças foram postergadas, mas vencem nos próximos quatro anos. Esse valor corresponde basicamente ao passivo de sete culturas: algodão, arroz, cacau, café, milho, soja e trigo.

Chamo a atenção das Sr^{as} e dos Srs. Senadores para a situação que estamos acompanhando, qual seja, uma trajetória de recuperação da renda agrícola, ainda bastante tímida, o que reflete a real capacidade de pagamento do setor.

Nesta safra de 2007/2008, com a alta dos preços de algumas **commodities**, entre elas a soja e o milho, em algumas regiões, os produtores estão obtendo uma melhor rentabilidade. Mesmo assim, o dinheiro em caixa não é suficiente para reprogramar imediatamente pagamentos pendentes.

Sr. Presidente, essa situação de baixa rentabilidade exigiu de nós, representantes das Comissões de

Agricultura da Câmara dos Deputados e do Senado da República e autoridades do Governo Federal, uma dose extra de compreensão para criarmos condições para que o produtor obtenha renda na sua atividade. Afinal, qualquer atividade produtiva, seja em que área for, depende de rentabilidade para sobreviver e crescer, e com o setor agrícola não é diferente.

Quero deixar aqui registrado, Sr^{as} e Srs. Senadores, principalmente para o nossos telespectadores e ouvintes da TV e Rádio Senado, que o produtor rural nunca deixou de pagar os seus débitos. Não existe calote da dívida rural! Isso nunca foi cogitado na mesa de negociação.

Entretanto, em se tratando de atividade de risco, o produtor rural entrou em um ciclo de prejuízos causados por uma série de fatores conjunturais: tivemos o inchaço das dívidas antigas por conta de inúmeros planos econômicos fracassados, que penalizaram os produtores; perdemos uma safra importante em 2003/2004 por conta da seca e de pragas; os juros cobrados da agricultura são altíssimos para uma atividade com pequena rentabilidade; e os custos de produção aumentaram a cada ano em grande projeção. Tudo isso tem de ser considerado neste momento tão importante que vive a grande maioria dos produtores brasileiros e que necessita de uma imediata renegociação de suas dívidas, haja vista se tratar de um setor que, mesmo sujeito a tantas adversidades, consegue colher vitórias expressivas: responde por um terço do PIB nacional; é responsável pela geração de 37% dos empregos no País; e responde por 36% das exportações brasileiras.

Segundo o IBGE, o PIB nacional cresceu 5,4% em 2007, graças ao aumento de 12% no agronegócio. Foram mais R\$612 bilhões, garantindo bom resultado na balança comercial brasileira.

Para este ano a expectativa também é de crescimento com a previsão da nova safra recorde: 140 milhões de toneladas. Analistas já trabalham com um cenário de crescimento de pelo menos 5,8% para o PIB da agropecuária.

A proposta de renegociação das operações de crédito rural há cerca de um ano vem sendo construída entre a Comissão de Agricultura do Senado e da Câmara e o Governo Federal. A última versão dessa proposta contempla medidas de estruturação do endividamento rural com o objetivo de facilitar a quitação das operações efetuadas nas décadas de 80 e 90 e renegociadas, concedendo descontos para a liquidação antecipada, além de reduzir os encargos das operações inadimplentes, facilitando a recuperação da adimplência dos mutuários. No bojo dessas medidas,

que variam por programa e tipo de cada grupo de dívidas, destacam-se:

- a redução dos encargos de inadimplimento incidentes sobre o saldo devedor vencido;
- a diluição do saldo devedor vencido nas parcelas vincendas;
- a concessão de prazo adicional para pagamento de algumas dívidas;
- a redução das taxas de juros das operações;
- a concessão de desconto para liquidação das operações antigas com risco da União.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tento agora explicar, de maneira um pouco didática, esta proposta de negociação entre as Comissões de Agricultura da Câmara e do Senado, Ministério da Agricultura e o Ministério da Fazenda, para facilitar a compreensão tanto por parte dos produtores como também da opinião pública.

Para elaboração das propostas, as operações de crédito foram separadas em dois grupos, sendo um para agricultura empresarial e operações efetuadas anteriormente à criação do Pronaf, e outro para as operações efetuadas no âmbito do Pronaf, Proceca e Crédito Fundiário. Este segundo grupo será tratado em documento separado.

As operações do grupo I foram separadas em cinco blocos:

1. Bloco A: Operações de crédito rural efetuadas nos anos 1980 e 1990, renegociadas em anos anteriores; operações securitizadas (SEC I e II), do Pesa, do Recoop, do Funcafé Dação, do Programa de Recuperação da Lavouira Cacaueira e Prodecer II;

a) Securitização I, II, Pesa e Recoop: Mantém as condições inicialmente propostas pelo Governo em termos de desconto para liquidação antecipada da dívida (bônus de adimplência contratual variando de 15% a 30%; desconto adicional variando de 15% a 45%; além de um desconto adicional fixo de até R\$15.325,00; para saldos devedores variados), atualização da parcela vencida com IPC-A mais juros de 6% ao ano e redistribuição do saldo vencido até 2025, mantendo os vencimentos previstos para 2008, em substituição à taxa anterior Selic + 1.

b) Funcafé: Alterou o prazo de 2018 para 2020, manteve os juros do Programa, reduzindo de 9,5% para 7,5% e bônus de adimplência

de 3,75% já pactuado, ficando os juros finais estabelecidos à taxa de 3,75%.

c) Cacau: Está em análise, tendo em vista os problemas do setor e a elevação da dívida em função do problema da vassoura de bruxa. O setor e o governo da Bahia também estão participando da discussão;

d) Proceder II: Está sendo analisado, observando os problemas decorrentes da exclusão das diversas renegociações ocorridas e as fontes envolvidas – dívida ativa da União e extinto BNCC. Também será apresentada uma solução, que será discutida em conjunto;

2. Bloco B – custeios prorrogados: Operações de crédito rural de custeio efetuadas nas safras 2001/2002 a 2005/2006 e prorrogadas por até cinco anos, devido a problemas climáticos, sanitários ou de preços; efetuadas com recursos da poupança rural, com taxa de juros livre e equalizadas, com recursos controlados, Proger Rural e FAT Giro Rural;

a) Recursos da exigibilidade bancária e poupança rural: Juros reduzidos de 8,75% para 6,75% ao ano;

b) Recursos livres: Juros variados de 14% a 18% para 10,5% ao ano;

c) FAT Giro Rural – TJLP mais juros de 3% a 5% ao ano, limitado a 8,75% ao ano – será tratado com o Banco do Brasil para reduzir o **spread** bancário. A redução na taxa de juros será a título de bônus de adimplência.

Prazos de pagamento – Acrescer dois anos após o vencimento da operação, com acréscimo de dois anos para as regiões afetadas por problemas climáticos e com decretação de estado de emergência, inclusive Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

3. Bloco C – Investimentos: Operações correntes de crédito rural destinadas a investimento e comercialização rural: operações Finame Agrícola Especial, do Moderfrota, Prodecoop e do FAT Integrar.

a) Finame rural especial – variando de 10,75% a 13,75% para TJLP + juros de 3,25% = 9,5% ao ano;

b) Moderfrota – variando de 10,25% a 13,95% para TJLP + 4% ao ano – 10,25% ao ano;

c) Demais operações – juros de 8,75% ao ano.

Pagamento: De 40% da parcela vencida em 2008, até 30 de setembro, e 60% restante redistribuídos nas prestações vincendas.

Prazos de pagamento – Acrescer três anos, após o vencimento da operação, e cinco anos, nos casos de operações contratadas nas regiões afetadas por problemas climáticos e com decretação de estado de emergência, inclusive Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

4. Bloco D: Operações efetuadas com recursos dos Fundos Constitucionais e não incluídas nos programas mencionados acima.

Está sendo tratado em função dos problemas regionais e das necessidades das Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

5. Bloco E – Dívida ativada da União (DAU) e débitos com a Secretaria do Tesouro Nacional (AGU): prazo de cinco anos, rebates e encargos financeiros serão reavaliados para serem adequados e ajustados para possibilitar a renegociação. Possibilidade de ampliar de cinco para dez anos e redução dos encargos de Selic para TJLP, hoje 6,25%.

Sr. Presidente, essa proposta vai beneficiar aproximadamente dois milhões, quatrocentas e vinte e seis mil operações de crédito envolvendo até R\$66 bilhões. Isso demonstra a importância da participação das Comissões de Agricultura do Senado e da Câmara como “facilitadores” na mesa de negociação entre os representantes do Governo e dos produtores rurais. Inúmeras reuniões e audiências públicas mobilizaram todo o setor nos últimos meses.

Talvez pudéssemos avançar mais. Mas tenho a certeza de que a grande maioria dos produtores rurais está sendo contemplada com essa renegociação.

Não tenho dúvida de que, a partir da adoção dessas medidas, o Brasil irá comemorar novos recordes de safra e aumento na geração de emprego e renda, mostrando, assim, a força do agronegócio brasileiro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, deverá chegar uma legislação específica, na própria semana, colocando toda negociação aqui esplanada em documento, para que os dois milhões e quatrocentos mil contratos possam ser contemplados por meio de uma legislação, e o Governo tenha instrumento para bancar as diferenças de todos esses produtos.

Gostaria ainda de registrar, Sr. Presidente, que também está sendo elaborada uma lei complementar, para definir e para, definitivamente, encontrar uma solução para o seguro agrícola, a fim de que, a cada catástrofe, não tenhamos de voltar a discutir e renegociar dívidas. Um seguro, primeiramente, com cadastramento, com oportunidade para que os produtores possam segurar suas safras, e o Governo, por meio de um fundo, possa participar não do pagamento das perdas, mas ajudar no subsídio na apólice. Com isso,

teremos a certeza e a segurança de que, já na próxima década, alcançaremos não somente um terço do PIB nesse setor importante da agricultura, mais 50% do PIB nacional só no setor produtivo primário.

Agradeço a oportunidade, Sr. Presidente, e a boa-vontade de V. Ex^a pelo espaço que nos concedeu, em defesa do interesse desta grande economia do nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Concedo a palavra ao Senador Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas me inscrever como Líder do PSB no momento em que for mais adequado para V. Ex^a me conceder a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – A Mesa informa que temos o Líder Raimundo Colombo e a Líder Rosalba Ciarlini como segunda inscrita. Depois, será V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Zambiasi como orador inscrito.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, nobre Senador, com a costureira tolerância deste Presidente. Sei que os dez minutos serão suficientes, mas a Presidência saberá ser tolerante com V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a, Presidente Efraim Morais.

As minhas primeiras palavras são de solidariedade para com o povo da sua terra, pela enchente que está passando e sendo vítima; situação inversa pela qual, neste momento, passa o meu Estado, Rio Grande do Sul. Nós, que estamos acostumados a chuvas muito generosas, estamos passando por um princípio de seca. Mais de 100 Municípios já estão enfrentando o problema de falta de água, de seca, de terra seca, o que seria comum lá, no seu sertão. Passa-se, infelizmente, a inverter o processo, e a seca passa a ser comum no nosso Rio Grande, onde o clima é bem mais temperado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Agradeço, em nome do povo da Paraíba, a solidariedade de V. Ex^a e, com certeza, em nome do povo gaúcho.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – O tema que trago a esta tribuna para reflexão, Presidente Efraim Morais, apesar de árido, é recorrente e exige uma resposta eficaz, para que pelo menos se amenize o problema. Trata-se do avanço da delinquência juvenil.

No Rio Grande do Sul, um adolescente de 16 anos confessou à polícia agora, no final do mês de março, ter matado 12 pessoas no Vale dos Sinos, na Região Metropolitana de Porto Alegre. Ele assumiu a autoria de todos esses crimes – sete dos quais já confirmados – com frieza e sem demonstrar o menor remorso. E esse, infelizmente, não é um caso isolado. Há dezenas de outros para nos mostrar o crescente envolvimento de menores em assassinatos, seqüestros, assaltos e no tráfico de drogas.

Diante disso, entendo que esta Casa deve discutir e aprovar medidas capazes de frear a violência praticada por jovens. É urgente que o Senado ofereça à sociedade alternativas para reduzir a criminalidade juvenil, ao mesmo tempo em que garanta meios para a efetiva punição e recuperação desses infratores, respeitando-se sempre os fundamentais direitos humanos.

Sr. Presidente, o jovem matador gaúcho, apesar de ter confessado o assassinato de 12 pessoas num espaço de apenas alguns meses, não é considerado um **serial killer** no sentido exato da expressão – atestam-no a polícia, psicólogos e psiquiatras que analisaram o caso. Trata-se, segundo esses profissionais, de alguém que não dá nenhuma importância à vida alheia e que praticou a maioria dos assassinatos tão somente por vingança. Tal atitude mostra não apenas seu grau de crueldade, mas, principalmente, sua total falta de valores sociais.

Esse jovem foi preso por agentes da Delegacia de Polícia de Novo Hamburgo, no Vale dos Sinos, Região Metropolitana de Porto Alegre, como falei, por suspeita de assassinato de um comerciante numa vila daquele Município. Ao ser ouvido, ele surpreendeu os policiais: além de confirmar o assassinato do comerciante, contou que matara outras 11 pessoas. Os crimes, de acordo com o próprio autor, foram praticados a partir do segundo semestre do ano passado, o que deixou ainda mais estarecida a população gaúcha.

Ao falar sobre as razões que o levaram a matar o comerciante, que o teria agredido com um tapa no rosto e proibido-o de entrar em seu estabelecimento, o jovem confirmou o desprezo pela vida alheia: “Ele se achava o machão da vila. Me deu na cara. Aí voltei e dei 20 tiros nele”, disse o adolescente.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, a frase é emblemática, de quem não mede conseqüências e tampouco reflete sobre seus atos, ignorando os mais elementares princípios da convivência social. Ela também está impregnada pela certeza da impunidade com que agem muitos de nossos jovens criminosos. Em certa medida, não deixa de refletir a própria ausência de leis capazes de inibir a delinquência juvenil e de políticas

públicas que consigam impedir que esses jovens trilhem o caminho do crime.

Mais surpreendente ainda é outra descoberta feita pela imprensa gaúcha em relação a esse jovem matador. Na edição do último domingo, em matéria assinada pelo jornalista Humberto Trezzi, o jornal **Zero Hora** revela que o adolescente, ao contrário do que muitos imaginavam assim que ele confessou os crimes, tinha um bom comportamento na escola, onde era considerado um aluno normal e de boas relações sociais.

Na ficha escolar do menor, constava – ou consta – a seguinte descrição, segundo o **Zero Hora**:

“Lê com fluência e demonstra plena compreensão da leitura, relata histórias e reportagens lidas com êxito. Atinge os objetivos, é bem integrado ao grupo, bem relacionado, respeita colegas e professores. É entusiasmado com informática e domina o computador”.

Como explicar, então, que esse adolescente tenha se transformado num matador que passou a aterrorizar, nos últimos meses, os moradores da Vila Kephas, em Novo Hamburgo, onde morou boa parte da sua vida? Há algumas circunstâncias que podem ajudar a decifrar, em parte, essa explosão de violência que tornou o rapaz um terrível assassino.

Filho de mãe condenada por tráfico de drogas e hoje em liberdade provisória, ele também tem outros familiares envolvidos em roubos e em outros crimes. Além disso, segundo a polícia, teria sido cooptado por uma quadrilha de ladrões, que lhe alcançou a primeira arma com a qual começou a praticar a série de assassinatos. Bastou que desse o primeiro tiro, sem qualquer punição, para que o jovem se sentisse livre para seguir atirando e passasse a matar; enfim, para que mostrasse seu total desajuste psicológico e começasse a se vingar daqueles que julgava tê-lo humilhado algum dia, ou para que se envolvesse em assaltos e, conforme a polícia, ajudasse a torturar uma jovem, uma de suas vítimas, até a morte.

Mais isso, por si só, não explica por que esse jovem, agredido na infância e que começou a freqüentar a escola apenas aos nove anos, virou um matador.

As razões são várias, indo desde problemas psicológicos, desestruturação familiar e, reitero, falta de uma legislação menos complacente com a delinquência juvenil.

Sr. Presidente, é preciso lembrar que o País já assistiu ao envolvimento de menores em outros crimes bárbaros. Entre eles, a morte de João Hélio Fernandes, de seis anos, ocorrida no início de fevereiro do ano passado, na cidade do Rio de Janeiro. Vítima de assalto, João Hélio foi arrastado por um carro pelas

ruas do subúrbio do Rio, num trajeto de cerca de sete quilômetros, até morrer e ter o corpo abandonado por uma quadrilha que tinha entre seus integrantes um adolescente de 16 anos.

Quem não se recorda também do casal de jovens assassinado em São Paulo, a sangue frio, pelo assaltante Champinha, que, à época do duplo homicídio, também era menor de idade?

Sr. Presidente, pela atual legislação, o jovem matador gaúcho ficará recluso, no máximo, três anos. Esse período pode ser abreviado se ele tiver uma boa avaliação dos profissionais que acompanharão seu comportamento durante sua permanência numa casa de recuperação.

A lei que trata da punição para menores infratores é alvo freqüente de manifestações de setores da sociedade que defendem um tratamento mais rigoroso para os delinqüentes juvenis.

Quero lembrar que tramita nesta Casa a PEC nº 12, cujo Relator é o Senador Demóstenes Torres, que prevê a redução da maioridade penal em situações especiais.

Esse é um aspecto sobre o qual quero chamar a atenção para que não haja uma confusão sobre a generalização da maioridade penal.

Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a solicita um aparte? (Pausa.) Vou concedê-lo, com muito prazer, daqui a pouco.

Sr. Presidente, tramita nesta Casa a PEC nº 12, que trata do assunto e que prevê a redução da maioridade penal em situações especiais, nas quais estejam envolvidos menores de 18 anos e maiores de 16 anos em crime de tortura, homicídio, tráfico, terrorismo e os definidos como hediondos.

Concedo, com muito prazer, o aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, quero primeiro cumprimentá-lo pela análise geral e por trazer para cá um problema que a gente não está dando a atenção devida, que é o descaminho da juventude e a violência contra as crianças no Brasil. Se a gente olhar os jornais nessas últimas semanas, é inacreditável a quantidade de crianças que foram mortas de diferentes maneiras. Ontem ou anteontem, *O Globo* colocava que, se não me engano, a cada dez minutos uma criança é assassinada no Brasil. Desculpe-me, não sei se são dez minutos, se são dez horas, mas não importa.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Dez minutos, eu li.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – O senhor leu. Isso merecia que a gente parasse de trabalhar por um dia para discutir o assunto. O que é que estamos

fazendo com as nossas crianças? O que estivermos fazendo com as nossas crianças, estaremos fazendo com o futuro do País, porque o futuro do País são essas crianças. Ao mesmo tempo que morrem, estão jogadas fora das escolas, estão abandonadas, e os jovens desencaminhados. Alguns desencaminhados por eles, e outros desencaminhados pelos assassinos deles. Então, esse assunto trazido pelo senhor eu gostaria de vê-lo debatido algum dia, independentemente, especificamente, da proposta que V. Ex^a menciona, a PEC nº 12. Sobre a PEC nº 12, eu também – embora defensor radical do Estatuto da Criança e do Adolescente – estou de acordo que tem de haver exceções. Estou de acordo, V. Ex^a tem razão. Poderemos discutir quem define a exceção: é um juiz, é um colégio de juizes, são psicólogos, é um colégio de psicólogos? Vamos discutir quem define o tratamento diferenciado para alguns meninos e meninas que, embora não tenham 18 anos, representam, sim, um perigo se ficarem fora. Com isso estou de acordo. Apoio o senhor ao trazer esse assunto, mas sobretudo o parabenizo por não haver ficado apenas no assunto, trazendo-nos a história dessas últimas semanas e meses no Brasil, no que se refere ao descaminho da juventude brasileira.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Senador Cristovam Buarque, quero agradecer a sua oportuna manifestação, o seu aparte, porque entendo que, realmente, esta Casa precisa produzir algumas ações que reflitam os anseios da sociedade, que está nos acompanhando neste momento. E uma delas é trazer para este plenário, por exemplo, a votação da PEC nº 12, que está na fila para ser votada. Trazê-la como prioridade, trazê-la para o plenário, chamar para o voto, promover a discussão, acompanhar inclusive as manifestações da sociedade em relação ao nosso voto.

Há muita confusão na discussão em relação à redução da maioria penal, porque é um tema realmente de profunda aridez. Mas algo precisa ser feito, e com urgência.

Sei que nós todos – sociedade – somos responsáveis. Uma boa escola, uma boa atenção à comunidade automaticamente é um freio em relação à delinquência juvenil. Mas, enquanto deixarmos esses jovens à mercê dos adultos, exatamente por que induzem o jovem a sentir-se protegidos pela própria lei na prática do crime... Isso não pode mais acontecer. O jovem tem de refletir e pensar que se envolver em um crime hediondo pode lhe impor uma severa punição também, Senador Mão Santa.

Creio que esta é uma nova oportunidade para que voltemos a discutir esse assunto. No mínimo isso, tamanha é a gravidade dos crimes envolvendo menores, ou como vítimas, ou como praticantes em todo o País.

Estou convencido de que não podemos mais adiar a busca de alternativas para atender ao clamor da sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, evitar que alguns jovens sigam praticando crimes, muitas vezes orientados por adultos amparados na certeza da impunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Tem a palavra o Líder José Agripino, pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, comunico a V. Ex^a, na Presidência, e à Casa que o meu Partido fez a indicação dos membros efetivos e suplentes que irão compor a CPI do Senado, que vai investigar os cartões corporativos.

Os indicados são os Senadores Demóstenes Torres e Efraim Morais, como titulares, e a Senadora Kátia Abreu, como suplente.

Quero dizer também – e deixar claro – que a CPMI que investiga os cartões corporativos vai continuar sendo objeto de nossa atenção. Mas a atenção com a constatação evidente dos fatos, com os requerimentos importantes de convocação de pessoas ou de informações apresentados naquela Comissão vêm sendo, sistematicamente, negados pelo voto da base do Governo.

Ontem nos reunimos com os membros da Comissão e com a própria Presidente, Senadora Marisa Serrano, a quem solicitamos informações. S. Ex^a nos comunicou que, até terça-feira, quando pretende realizar mais uma reunião, ela poderá ter ou não informações decorrentes de documentos que teriam chegado do Banco do Brasil e que iria apresentar uma série de requerimentos ou colocar em votação uma série de requerimentos novos. Em função do que venha a acontecer nessa reunião de terça-feira, da atitude dos governistas diante dos requerimentos que, seguramente são importantes para a convocação de pessoas que têm algo importante para dizer, poderemos ou não, dando atenção devida a esta CPMI, nos concentrarmos só na CPI do Senado. Nesta, de forma equilibrada, do ponto de vista numérico e da qualidade do debate, poderemos, seguramente, estou convencido disso, levar a efeito um trabalho de investigação à altura da expectativa do povo brasileiro, que quer esclarecer o uso do dinheiro público para o pagamento de cartões corporativos. E, se culpados existirem, temos o direito de identificá-los para, num relatório, remetermos as informações ao Ministério Público, à Justiça, a fim de que

eles possam ser objeto de punição, removendo aquilo que, no meu entender, é o que há de pior na democracia: a impunidade diante da culpa evidente.

Fica, portanto, feita a comunicação a V. Ex^a da indicação dos membros titulares e suplente, do nosso Partido para compor a CPI do Senado que investigará o uso de dinheiro público para pagamento dos cartões corporativos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– A Mesa fará o registro da comunicação de V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador João Vicente Claudino. (Pausa.)

Antes de conceder a palavra ao Senador Cristovam Buarque para uma comunicação inadiável, comunico às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que a Presidência convoca sessão solene conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se no próximo dia 15 do corrente, terça-feira, às 10 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o bicentenário do Poder Judiciário independente no Brasil, quando será agraciada, com a Ordem do Congresso Nacional, S. Ex^a a Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº 87/08/PS-GSE

Brasília, 10 de abril de 2008

Assunto: Envio de MPv para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 407, de 2007, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 2-4-08, que “autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais; e altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União, as Leis nºs 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente, e a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição

Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida medida provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

Of. nº 88/08/PS-GSE

Brasília, 10 de abril de 2008

Assunto: Envio de MPv para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 408, de 2007, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 2-4-08, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$3.015.446.182,00 (três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais), para os fins que especifica”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Com referência às matérias que acabam de ser lidas, a Presidência comunica ao Plenário que os prazos de 45 dias para suas apreciações encontram-se esgotados, e os de suas vigências foram prorrogados por Atos da Mesa do Congresso Nacional, por mais sessenta dias, conforme prevê o § 7º do art. 62 da Constituição Federal.

Uma vez recebidas formalmente pelo Senado Federal, nesta data, as matérias passam a sobrestar imediatamente todas as demais deliberações legislativas desta Casa, até que se ultimem suas votações.

Prestados esses esclarecimentos, a Presidência inclui as matérias na Ordem do Dia da presente sessão.

Comunicamos, ainda, aos Srs. Senadores que passamos a ter agora três medidas provisórias. Três delas – o Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2008, a Medida Provisória nº 405 e a Medida Provisória nº 406 – já se encontram na pauta, com mais duas, são cinco medidas provisórias que trancam a pauta do Senado Federal.

São as seguintes as medidas provisórias recebidas:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 407, DE 2007

Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais; e altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União, as Leis nºs 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente, e a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura.

Este avulso contém os seguintes documentos:

- Autógrafo da Medida Provisória
- Medida Provisória original.
- Mensagem do Presidente da República nº 1.009, de 2007
- Exposição de Motivos nº 319/2007, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- Ofício nº 87/2008, da Câmara dos Deputados, encaminhando a matéria ao Senado
- Calendário de tramitação da Medida Provisória
- Parecer sobre a Medida Provisória, em substituição à Comissão Mista Relator: Sr. Magela (PT-DF)
- Folha de sinopse da tramitação da matéria da Câmara dos Deputados
- Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 9, de 2008, prorrogando a vigência da Medida Provisória
- Legislação citada.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 407, DE 2007

Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais; e altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da

União, as Leis nºs 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente, e a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam os órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional autorizados a prorrogar, em caráter excepcional e respeitado o prazo-limite de 31 de julho de 2009, os contratos por prazo determinado, vigentes em 27 de dezembro de 2007, realizados com base na alínea h do inciso VI do caput do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, independentemente da limitação disposta no inciso III do parágrafo único do art. 4º daquela Lei.

§ 1º A autorização de que trata o caput deste artigo é condicionada à declaração da autoridade competente pela prorrogação, para cada projeto de cooperação com prazo determinado, da motivação da necessidade da prorrogação dos respectivos contratos temporários.

§ 2º A prorrogação não poderá ultrapassar a data-limite de encerramento do projeto de cooperação.

Art. 2º O caput do art. 7º da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Poderão perceber a Gratificação de Representação de Gabinete ou a Gratificação Temporária, até 31 de dezembro de 2008, os servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União.

..... “(NR)

Art. 3º O caput do art. 30 da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30. As Funções Comissionadas Técnicas remanejadas para o DNIT serão restituídas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, gradualmente, até 31 de dezembro de 2008, observado cronograma estabelecido em regulamento.

..... “(NR)

Art. 4º O caput do art. 10 da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. As Funções Comissionadas Técnicas remanejadas para o órgão e as entidades

referidas no art. 1º desta Lei serão restituídas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, gradualmente, até 31 de dezembro de 2008, observado cronograma estabelecido em regulamento.

..... “(NR)

Art. 5º O inciso II do **caput** do art. 2º da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

II - 800 (oitocentos) cargos de Analista de Infra-Estrutura.”(NR)

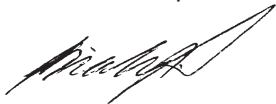
Art. 6º O art. 1º da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“Art. 1º

§ 5º No interesse da administração, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá definir lotação provisória de Analistas de Infra-Estrutura em autarquias e fundações.”(NR)

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados, de 2008.



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 407, DE 2007

Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais, altera as Leis nºs 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União, 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente, e 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Ficam os órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional autorizados a prorrogar, em caráter excepcional e respeitado o prazo limite de 31 de julho de 2009, os contratos por prazo determinado, vigentes em 27 de dezembro de 2007, realizados com base no art. 24, inciso VI, alínea **h**, da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, independentemente da limitação do art. 49-, parágrafo único, inciso UI, daquela Lei.

§ 1º A autorização de que trata o **caput** é condicionada à declaração da autoridade competente pela prorrogação, para cada projeto de cooperação com prazo determinado, da motivação da necessidade da prorrogação dos respectivos contratos temporários.

§ 2º A prorrogação não poderá ultrapassar a data limite de encerramento do projeto de cooperação.

Art. 2º O **caput** do art. 7º da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Poderão perceber a Gratificação de Representação de Gabinete ou a Gratificação Temporária, até 31 de dezembro de 2008, os servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União.” (NR)

Art. 3º O **caput** do art. 30 da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30. As Funções Comissionadas Técnicas remanejadas para o DNIT serão restituídas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, gradualmente, até 31 de dezembro de 2008, observado cronograma estabelecido em regulamento.” (NR)

Art. 4º O **caput** do art. 10 da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. As Funções Comissionadas Técnicas remanejadas para o órgão e as entidades referidas no art. 19- desta Lei serão restituídas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, gradualmente, até 31 de dezembro de 2008, observado cronograma estabelecido em regulamento.” (NR)

Art. 5º O inciso II do art. 2º da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“II - 800 (oitocentos) cargos de Analistas de Infra-Estrutura.” (NR)

Art. 6º O art. 12 da Lei nº 11.539, de 2007, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“§ 5º No interesse da administração, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá definir lotação provisória de Analistas de Infra-Estrutura em autarquias e fundações.” (NR)

Art. 7º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.009, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 407, de 26 de dezembro de 2007, que “Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais, altera as Leis nºs 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União, 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente, e 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura”.

Brasília, 26 de dezembro de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 319/2007/MP

Brasília, 6 de dezembro de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Submetemos à consideração de Vossa Excelência a anexa proposta de Medida Provisória, que dispõe sobre:

I – a prorrogação, em caráter excepcional, até 31 de julho de 2009, dos contratos temporários que desenvolvem atividades técnicas especializadas em projetos de cooperação assinados com organismos internacionais, nos termos da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, art. 22, inciso VI, alínea “h”;

II – a criação de cargos de Analista de Infra-Estrutura, mediante alteração no inciso II do artigo 22 da Lei nº 11.539 de 08 de novembro de 2007, que dispõe sobre a criação da carreira de Analista de Infra-Estrutura, ampliando-se o número de cargos dos atuais duzentos e dezesseis para oitocentos;

III – a prorrogação, até 31 de dezembro de 2008, do prazo de concessão da Gratificação Temporária - GT e da Gratificação de Representação de Gabinete – GRG a servidores ou empregados requisitados pela Advocacia Geral da União – AGU;

IV – a manutenção temporária, até 31 de dezembro de 2008, das Funções Comissionadas Técnicas – FCT alocadas no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e no Ministério da Cultura – MINC.

2. A proposta de prorrogação da vigência de contratos temporários por tempo determinado tem por objetivo permitir que diversos Projetos de Cooperação Técnica firmados com organismos internacionais possam ter assegurada a continuidade de suas atividades ao longo do exercício de 2008, sem prejuízo das qualidade do trabalho em função da falta de recursos humanos.

3. Em 2002, foi assinado junto ao Ministério Público do Trabalho um Termo de Conciliação Judicial pelo qual a União se comprometia a substituir os contratos na modalidade Equipe Básica de Projetos de Cooperação Técnica Internacional. As substituições previstas no mencionado Termo eram dos contratos que exerciam atividades com caráter de permanência necessário à execução integral dos projetos. Tais contratos eram feitos diretamente com os organismos internacionais. O referido Termo de Conciliação Judicial recomendava à União alteração na Lei nº 8.745, de 1993, de modo a incluir como possibilidade de contratação temporária as atividades Técnicas Especializadas desenvolvidas no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado.

4. Tendo em vista as determinações emanadas do Termo de Conciliação Judicial, o Ministério do Planejamento autorizou, em 2003, a realização de processos seletivos simplificados para um total de 3.703 vagas. As vagas autorizadas permitiram o desenvolvimento das atividades em diversos projetos de cooperação. Muitos dos projetos já foram encerrados. Em setembro de 2007, constata-se que existem 1.500 das vagas autorizadas que estão ocupadas. Portanto, entre as autorizações do Ministério do Planejamento para cumprir as determinações do Termo de Conciliação Judicial, houve uma redução de cerca de 60% no número de contratos temporários amparados pela alínea h do inciso VI do art. 22 da Lei nº 8.745, de 1993.

5. Contudo, diversos projetos foram prorrogados ou tiveram suas atividades ampliadas. Em tais projetos, o desempenho das atividades técnicas especializadas é importante para que se evite descontinuidade nas atividades propostas. Neste sentido, a solução que permite a manutenção dos projetos é a prorrogação da vigência dos contratos até 31 de julho de 2009.

6. Propõe-se também a alteração da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que cria a carreira de Analista de Infra-Estrutura. É ampliado o número de cargos de Analista em Infra-Estrutura, duzentos e dezesseis para oitocentos, permitindo melhor estruturar as áreas

de infra-estrutura federais diante dos grandes desafios a serem enfrentados nestes campos. Permite ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão alocar em caráter provisório estes profissionais em Autarquias e Fundações de modo a superar dificuldades na implementação de políticas de Infra-Estrutura. Estas medidas são urgentes de modo a enfrentar os desafios do Plano de Aceleração do Crescimento.

7. Com relação à AGU, propõe-se alterar a redação do art. 7º da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, a fim de prorrogar o prazo de concessão da Gratificação Temporária - GT e da Gratificação de Representação de Gabinete – GRGA para servidores ou empregados requisitados. Advocacia-Geral da União ainda não possui um quadro de servidores administrativos capaz de dar suporte adequado às atividades jurídicas do Órgão. A quantidade de servidores que tomaram posse no primeiro concurso realizado pela AGU não foi suficiente para suprir as necessidades de pessoal, sendo que, das quinhentas vagas previstas para novos servidores, apenas trezentas e trinta e seis tiveram seu preenchimento autorizado.

8. Como forma de minimizar o problema da falta de pessoal administrativo a AGU tem se valido da requisição de servidores de outros órgãos. Tais servidores são atraídos pelas Gratificações Temporárias e de Representação de Gabinete, que só poderão ser concedidas até 31 de dezembro de 2007, tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei nº 10.480, de 2002, com a redação dada pelo art. 3º da Lei nº 10.907, de 2009 que por sua vez foi alterada pelo art. 7º da Lei nº 11.490, de 20 de junho de 2007.

9. Cabe registrar o crescente aumento das competências da AGU, em face da Medida Provisória nº 222, de 4 de outubro de 2004, convertida na Lei nº 11.098, de 13 de janeiro de 2005, que transferiu para a Procuradoria-Geral Federal, mais de cento e dez unidades do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; a criação dos Núcleos de Assessoramento Jurídica – NAJ; a assunção de crescentes demandas pelo Departamento de Cálculo e Perícias, que possui estrutura em todo Território Nacional; e ainda, a reativação de quatorze Procuradorias-Seccionais da União. Dessa forma, torna-se necessário manter as Gratificações concedidas aos servidores requisitados lotados na AGU até que se disponibilize um quadro de pessoal administrativo adequado às atividades do Órgão.

10. No que se refere às Funções Comissionadas Técnicas - FCT, propõe-se a alteração das Leis nºs 11.171, de 2 de setembro de 2005 e 11.233, de 22 de dezembro de 2005. Trata-se de medida de natureza administrativa relevante e urgente, destinada a viabilizar a continuidade do cumprimento da missão institucional do Ministério da Cultura – MinC e suas entidades vinculadas,

assim também como a do DNIT, a partir da manutenção temporária das Funções Comissionadas Técnicas – FCT alocadas nesses órgãos e entidades.

11. Em ambos os casos, a vigência dos novos planos de cargos determinou a restituição ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão das Funções Comissionadas Técnicas alocadas ao DNIT e ao Ministério da Cultura e suas entidades vinculadas até 31 de dezembro de 2007. Aliado aos planos de cargos, a consecução de concursos públicos e o ingresso de servidores efetivos tornariam desnecessárias as FCT. Entretanto, a demora no provimento de servidores e a ampliação de novas competências evidenciam que a alocação dessas Funções ainda se faz necessária.

12. A extinção do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem – DNER, determinada pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, promoveu a transferência de todas as atribuições para o DNIT, conforme art. 3º da Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006. Essa reorganização de competências, implicou em um processo de modernização do DNIT e na ampliação de suas responsabilidades na gestão do Sistema Federal de Viação sob administração direta da União nos modais rodoviário, ferroviário e aquaviário. Além disso, a edição do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC exigirá da entidade ainda mais desenvoltura operacional e força de trabalho para o alcance das metas.

13. No âmbito da Cultura, observa-se esforço, nos últimos quatro anos, para recuperação da capacidade operacional do Ministério e suas vinculadas a partir da modernização da estrutura organizacional, alocação de cargos em comissão e ingresso de servidores efetivos. A criação do referido Plano Especial de Cargos buscou oferecer o necessário suporte de força de trabalho para o assegurar o cumprimento da missão institucional. Não obstante, verifica-se que a constituição do quadro de servidores ainda é insuficiente para o conjunto de atribuições, em particular nas entidades vinculadas. Observa-se que das 320 FCT alocadas no Ministério da Cultura, 220 encontram-se no Instituto do Patrimônio Histórico Nacional e Artístico Nacional – IPHAN, qualificando postos de trabalho descentralizados em todo o país. A devolução das Funções Comissionadas Técnicas em 31 de dezembro de 2007 refletirá em descontinuidade da missão institucional.

14. Tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelo MinC e pelo DNIT, em face do calendário necessário à realização de concursos públicos para provimento de cargos efetivos, torna-se necessário prorrogar o prazo para a devolução dessas FCT. Assim, propõe-se a manutenção das 320 FCT alocadas no MinC e das 270 FCT no DNIT até 31 de dezembro de 2008, dando-

se, assim, prazo hábil a uma transição que preserve a capacidade operacional dos órgãos e entidades.

15. Além do já exposto, Senhor Presidente, a urgência e a relevância dessas medidas estão caracterizadas pela necessidade de se assegurar a continuidade de atividades técnicas especializadas, no âmbito de projetos de cooperação com organismos internacionais, que são de fundamental importância para a execução de ações nas áreas de saúde, meio ambiente, educação, desenvolvimento social, dentre outras, cujos contratos vencem entre dezembro de 2007 e o primeiro semestre de 2008. Já em relação à ampliação dos cargos da carreira de analista de infra-estrutura, a urgência está também presente, devido à necessidade de além de suprir com recursos humanos especializados os órgãos da administração pública federal direta, contemplar a administração pública indireta, para a execução das prioridades estabelecidas pelo Plano de Aceleração do Crescimento, assim como permitir a fiscalização e execução de ações relevantes para a recuperação e superação de gargalos na infra-estrutura nacional.

16. No que se refere à AGU, os requisitos de urgência e relevância das medidas estão presentes na necessidade de se evitar possível descontinuidade nos serviços prestados pela AGU e de se fazer de forma gradual a transição de um quadro de servidores composto por pessoal requisitado, para um composto por ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal da AGU. No que se refere à manutenção das FCTs no Minc e DNIT, a proposta tem caráter de urgência e relevância, pois os órgãos e entidades vêm enfrentando dificuldades para o atingimento de sua missão institucional em função do aumento da complexidade de suas atribuições e da insuficiência da força de trabalho, sem que tenha existido uma correspondente adequação de sua estrutura organizacional e da força de trabalho aos novos desafios enfrentados pelas Pastas.

17. Com relação ao impacto orçamentário-financeiro, cabe esclarecer que a prorrogação dos contratos temporários não gera aumento de despesa, uma vez que os contratos já existem e sua eventual prorrogação apenas exigiria dos órgãos e entidades envolvidos a manutenção da dotação específica utilizando para tanto do expediente de transferir para o pagamento dos custos de cada contrato de recursos já destinados ao custeio. A ampliação da carreira de Analista de Infra-Estrutura também não acarreta impacto orçamentário, uma vez que se trata de criação de cargos vagos e o impacto orçamentário-financeiro será verificado quando do provimento dos cargos.

18. No caso da AGU, a estimativa do impacto orçamentário com a prorrogação das gratificações é de R\$ 4.544.717,67 (quatro milhões, quinhentos e quarenta e

quatro mil, setecentos e dezessete reais e sessenta e sete centavos) para 2008, incluindo gratificação natalina e adicional de férias. Tal impacto é compatível com as dotações consignadas no Projeto de Lei Orçamentária para 2008 – PLOA-2008 e demais dispositivos da legislação orçamentária e de responsabilidade fiscal. No que se refere à prorrogação das FCTs, do ponto de vista orçamentário, a proposta está em conformidade com o previsto no PLOA-2008, uma vez que os recursos para arcar com as despesas decorrentes do remanejamento dos cargos em comissão estão previstos em funcional programática específica e não implicam em aumento de gastos, pois as FCT em tela estavam ocupadas no mês de abril de 2007, ou seja, figuram nas dotações constantes do PLOA-2008 e por isso foram previstos recursos para fazer face às despesas relativas às referidas Funções.

19. São essas, Senhor Presidente, as razões que nos levam a propor a Vossa Excelência a edição da Medida Provisória em questão.

Respeitosamente, – **João Bernardo de Azevedo Bringel.**

OF. n. 87/08/PS-GSE

Brasília, de abril de 2008

Assunto: Envio de MPv para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 407, de 2007, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 02.04.08, que “Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais; e altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União, as Leis nºs 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente, e a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura.”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro-Secretário.

MPV Nº 407	
Publicação no DO	27-12-2007
Designação da Comissão	7- 2-2008 (SF)
Instalação da Comissão	8- 2-2008
Emendas	até 11-2-2008
Prazo na Comissão	6- 2-2008 a 19-2-2008 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	19-2-2008
Prazo na CD	20-2-2008 a 4-3-2008 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	4-3-2008
Prazo no SF	5-3-2008 a 18-3-2008 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	18-3-2008
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	19-3-2008 a 21-3-2008 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	22-3-2008 (46º dia)
Prazo final no Congresso	5-4-2008 (60 dias)
Prazo final Prorrogado	4-6-2008
(*)Prazo prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 9, de 2008 – DOU (Seção I) de 28-3-2008.	

MPV Nº 407	
Votação na Câmara dos Deputados	2-4-2008
Leitura no Senado Federal	
Votação no Senado Federal	

PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO MISTA

O SR. MAGELA (PT-DF. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. autorização para fazer um breve relato e ir direto para o voto que proferiremos.

Esta medida provisória, Sr. Presidente, prorroga contratos, acordos com organismos internacionais, altera a Lei nº 10.480, prorroga o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela AGU e dá outras providências.

Sr. Presidente, recebemos 11 emendas. Em algumas delas, paramos inclusive para discutir, especialmente a emenda do Dr. Ubiali, que pretendia a prorrogação até 2010, e a emenda da Deputada Angela Amin, que desejava resolver um problema da Universidade de Santa Catarina. Não conseguimos avançar nestas nem em outras emendas por problemas constitucionais e por problemas de adequação orçamentária.

Portanto, estamos dando parecer contrário a todas as emendas, seja por inadequação orçamentária ou no mérito.

Agora à tarde, iniciamos um debate para inclusão de um novo dispositivo na medida provisória, no projeto de conversão, para criação de 12 cargos de DAS para 4 superintendências do DNIT no Distrito Federal, Amapá, Acre e Roraima. Infelizmente, não pudemos inserir esse dispositivo, já que não havia embasamento constitucional para que isso acontecesse. Manteremos os acordos feitos, mas em outro dispositivo.

Portanto, Sr. Presidente, nosso parecer é pela admissibilidade, pela constitucionalidade, pela regimentalidade e, no mérito, pela aprovação da medida provisória tal qual ela foi apresentada a esta Casa e pela rejeição das 11 emendas apresentadas.

São o nosso relatório e o nosso voto.

*PARECER ESCRITO ENCAMINHADO
À MESA*

**PARECER APRESENTADO EM PLENÁRIO
PELO RELATOR DESIGNADO PARA
MANIFESTAR-SE PELA COMISSÃO
MISTA INCUMBIDA DA APRECIÇÃO DA MATÉRIA**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 407, DE 2007

Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais, altera as Leis nºs 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União, 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente, e 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **Magela**

I – Relatório

Com base no disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitu-

cional nº 32, de 2001, o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 407, de 26 de dezembro de 2007, com força de lei, e a submeteu à apreciação do Congresso Nacional.

O art. 1º da Medida Provisória nº 407, de 2007, autoriza os órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional, em caráter excepcional e respeitado o prazo limite de 31 de julho de 2009, a prorrogar os contratos temporários vigentes em 27 de dezembro de 2007, desde que realizados no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado e implementados mediante acordos com organismos internacionais. A referida autorização ficará condicionada, ainda, à declaração da autoridade competente, para cada projeto de cooperação com prazo determinado, dos motivos que justificam a necessidade de prorrogação, que não poderá ultrapassar a data de encerramento do respectivo projeto.

O art. 2º, por sua vez, dispõe sobre a alteração do art. 7º da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, para prorrogar, por mais um ano, o prazo de recebimento das Gratificações de Representação de Gabinete ou Temporária pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União.

Já os arts. 3º e 4º visam alterar, respectivamente, o art. 30 da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, e o art. 10 da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, para prorrogar o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no DNIT e no Ministério da Cultura.

De acordo com os arts. 5º e 6º da MP, que objetivam, respectivamente, alterar o inciso II do art. 2º e acrescentar o § 5º ao art. 1º da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, aumentará de 216 (duzentos e dezesseis) para 800 (oitocentos) o quantitativo total de cargos da Carreira de Analista de Infra-Estrutura, ficando estabelecido que, no interesse da administração, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá definir lotação provisória para os Analistas de Infra-Estrutura em autarquias e fundações.

Cabe lembrar, por oportuno, que foram apresentadas pelos Srs. Congressistas, perante a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer à MP nº 407/2007, as 11 emendas descritas no quadro seguinte.

QUADRO-RESUMO DAS EMENDAS À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 407, DE 2007

Nº	Autor	Art.	Objetivo
1	Dep. Andreia Zito	1º	Altera de 31.07.09 para 31.12.08 o prazo limite para renovação dos contratos temporários a que se refere.
2	Dep. Dr. Ubiali	1º	Altera de 31.07.09 para 31.07.10 o prazo limite para renovação dos contratos temporários a que se refere.
3	Sen. Alvaro Dias	1º	Suprime o artigo para não permitir a renovação dos contratos por tempo determinado a que se refere.
4	Dep. Fernando Coruja	1º	Idem Emenda 3.
5	Dep. Fernando Coruja	1º	Estabelece obrigatoriedade de se observar, nas renovações dos contratos temporários, o limite de prazo total de quatro anos.
6	Dep. Fernando Coruja	1º	Acresce parágrafos ao artigo para prever a divulgação, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de informações atualizadas sobre os contratos temporários.
7	Dep. Fernando Coruja	6º	Altera o texto sugerido para o § 5º do art. 1º da Lei 11.539/07 para garantir que sejam resguardadas as atribuições dos Analistas de Infra-Estrutura, previstas no inciso I do mesmo artigo.
8	Dep. Onyx Lorenzoni	1º	Idem Emenda 1.
9	Dep. Andreia Zito	5º	Suprime o artigo para impedir a ampliação, de 216 para 800, do quantitativo de Analistas de Infra-Estrutura existentes na respectiva Carreira.
10	Dep. Angela Amin	7º	Acresce artigo à MP para estabelecer que as ações cadastradas no SICAJ sob os números 1979 e 8476 continuem a ser pagas aos respectivos servidores e se incorporem aos seus vencimentos, inclusive para efeito de aposentadoria.
11	Dep. Dr. Ubiali	7º	Acresce artigo à MP para prever a criação, no âmbito do Poder Executivo, do cargo de Especialista de Relações internacionais.

Esgotado o prazo para apreciação da matéria pela Comissão Mista a que se refere o § 9º do art. 62 da Constituição Federal, sem que essa tivesse sido instalada, cabe-nos, em decorrência de designação da Mesa da Câmara dos Deputados e em substituição à referida Comissão, apresentar parecer em Plenário.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Da Admissibilidade

O primeiro aspecto a ser examinado é concernente à admissibilidade da Medida Provisória nº 407, de 2007, face aos requisitos constitucionais de relevância e urgência e às vedações constantes do § 1º do art. 62 da Carta Magna.

Desta forma, conforme expresso na exposição de motivos que acompanha a MP, a relevância e a urgência que fundamentam sua edição decorrem da

necessidade de se assegurar a continuidade de atividades técnicas especializadas, no âmbito de projetos de cooperação com organismos internacionais, que são de fundamental importância para a execução de ações nas áreas de saúde, meio ambiente, educação e desenvolvimento social, dentre outras.

Com relação à ampliação dos cargos da carreira de analista de infra-estrutura, a urgência é justificada devido à necessidade de, além de suprir com recursos humanos especializados os órgãos da administração pública federal direta, contemplar a administração pública indireta, para a execução das prioridades estabelecidas pelo Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, assim como permitir a fiscalização e execução de ações relevantes para a recuperação e superação de gargalos na infra-estrutura nacional.

Quanto à Advocacia-Geral da União – AGU, explica-se a urgência e relevância da medida pela ne-

cessidade de se evitar possível descontinuidade nos serviços prestados e de se fazer, de forma gradual, a transição de um quadro de servidores composto por pessoal requisitado para um composto por ocupantes de cargos efetivos do quadro de pessoal da AGU.

No que se refere à manutenção das Funções Comissionadas Técnicas – FCT no Ministério da Cultura e no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, o caráter de urgência e relevância da MP está relacionado às dificuldades que esses órgãos e suas entidades vinculadas vêm enfrentando para o cumprimento de sua missão institucional, em função do aumento da complexidade de suas atribuições e da insuficiência da força de trabalho.

Assim, tendo em vista as justificativas apresentadas pelo Poder Executivo, julgamos que a Medida Provisória sob exame satisfaz os pressupostos de relevância e urgência exigidos para sua edição, tendo sido enviada ao Congresso Nacional nos termos previstos no art. 2º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional. Adicionalmente, é de se observar que a MP 407/2007 não incorre em qualquer das vedações temáticas estabelecidas no § 1º do art. 62 da Constituição, o que nos faz concluir por sua admissibilidade.

Da Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa

A Medida Provisória nº 407, de 2007, trata de matéria que se insere na competência legislativa do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 da Carta Magna. De forma semelhante, o objeto da MP não colide com o disposto no art. 84 da Constituição, segundo o qual é da competência privativa do Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração federal, desde que não implique em aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos. Não há, portanto, restrições a fazer quanto ao aspecto da constitucionalidade da MP nº 407/2007, tampouco quanto à sua juridicidade e técnica legislativa.

Entendemos, portanto, que a Medida Provisória sob análise satisfaz os pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa exigidos em sua análise prévia.

Da Adequação Orçamentária e Financeira

O § 1º do art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, estabelece que o exame da compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou sobre a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes. Já seu art. 19 estabelece que o órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da Casa a que

pertencer o Relator da MP encaminhará aos Relatores e à Comissão, no prazo de cinco dias de sua publicação, nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.

Isto posto, é de se observar que a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, ao analisar a matéria, enunciou que a prorrogação dos contratos temporários não gera aumento de despesa, uma vez que os contratos já existem e, conforme a Exposição de Motivos da MP, sua eventual prorrogação apenas exigiria dos órgãos e entidades envolvidos a manutenção da dotação específica.

No caso da AGU, o impacto orçamentário com a prorrogação das gratificações é compatível com as dotações consignadas na Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008 e demais dispositivos da legislação orçamentária e de responsabilidade fiscal.

No que se refere à prorrogação das Funções Comissionadas Técnicas – FCT, a proposta está em conformidade com o previsto na Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008, haja vista que os recursos para arcar com as despesas decorrentes do remanejamento dos cargos em comissão estão previstos em funcional programática específica e não implicam em aumento de gastos. Ademais, como as FCT em questão estavam ocupadas no mês de abril de 2007, foram previstos recursos para fazer face às despesas correspondentes.

Por fim, com relação à ampliação da Carreira de Analista de Infra-Estrutura, a lei orçamentária para o exercício de 2007 e a Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008 trazem autorizações genéricas nas quais essa ampliação poderia estar respaldada.

Isto posto, concluímos pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 407, de 2007.

Do Mérito

Em suma, a Medida Provisória nº 407, de 2007, promove quatro alterações legislativas em caráter de urgência:

1. prorroga, em caráter excepcional, os contratos temporários daqueles que desenvolvem atividades técnicas especializadas em projetos de cooperação assinados com organismos internacionais;
2. prorroga o prazo de concessão da Gratificação Temporária – GT e da Gratificação de Representação de Gabinete – GRG aos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União – AGU;
3. mantém, temporariamente, as Funções Comissionadas Técnicas alocadas no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de

Transportes – DNIT e no Ministério da Cultura – MINC;

4. cria cargos de Analista de Infra-Estrutura na respectiva carreira, ampliando-os de 216 para 800.

A prorrogação do prazo dos contratos temporários permitirá que os Projetos de Cooperação Técnica firmados com organismos internacionais, muitos deles nas áreas de saúde, meio ambiente, desenvolvimento social e educação, possam ter assegurada a continuidade de suas atividades ao longo do ano de 2008, sem prejuízo da qualidade do trabalho em função da falta de recursos humanos. Há que se considerar, também, que diversos desses projetos tiveram atividades ampliadas ou foram prorrogados, o que justifica a consequente dilatação do prazo de manutenção dos contratos temporários.

Já a prorrogação do prazo de concessão da GT e da GRG na AGU, para servidores ou empregados requisitados, explica-se pela necessidade de transição gradual de um quadro provisório para outro, de servidores efetivos, sem que haja o risco de descontinuidade dos serviços prestados pelo órgão, cujas atribuições e estrutura vêm crescendo vertiginosamente, muito além da velocidade de execução dos concursos públicos e preenchimento das respectivas vagas.

No tocante às FCT no DNIT e no MinC, de forma semelhante ao que ocorreu na AGU, a ampliação das funções desses órgãos, assim como das entidades vinculadas, no caso do MinC, fez com que se tornasse impossível o cumprimento de sua missão institucional sem a manutenção das FCT, que aguardam a execução de concursos públicos e a nomeação de servidores efetivos para que sejam devolvidas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme previsto na legislação específica. Nesse ínterim é fundamental a manutenção temporária das FCT por pelo menos mais um exercício, até que se promova a nomeação dos servidores efetivos, para que não seja comprometida a atuação destes órgãos em razão de insuficiência da força de trabalho neles alocada.

Por fim, no que se refere à ampliação do número de cargos da Carreira de Analista de Infra-Estrutura, constata-se necessidade premente de suprir com recursos humanos especializados os órgãos e entidades da administração direta e indireta federal que atuam nas áreas prioritárias estabelecidas no Plano de Aceleração do Crescimento, assim como na execução e fiscalização de ações relevantes para a superação de gargalos na infra-estrutura do país.

Conclui-se, portanto, com base em sua exposição de motivos, que a edição da Medida Provisória nº 407, de 2007, justifica-se pela necessidade de manutenção

ou ajuste da estrutura, em termos de recursos humanos, dos órgãos e entidades envolvidos, sob pena de causar sérios prejuízos à Administração Pública Federal no tocante à manutenção e recomposição da força de trabalho em áreas de interesse estratégico para o Estado, assim como de comprometer a efetividade do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC.

Das Emendas

Das 11 emendas apresentadas, as de nºs 1 a 9, a nosso ver, não apresentam problemas de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa ou adequação orçamentária e financeira e, portanto, são admissíveis quanto a esses quesitos. Já as emendas de nºs 10 e 11, além de versarem sobre matéria estranha àquela tratada na medida provisória, contrariando o disposto no § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, criam, ainda, despesas de caráter continuado sem indicar a fonte de custeio, o que as torna inadmissíveis não só por inconstitucionalidade, injuridicidade e má técnica legislativa, mas também por inadequação orçamentária e financeira.

Do ponto de vista do mérito, as emendas de nos 1 a 6 e a de nº 8 visam promover alterações no art. 1º da MP, seja alterando os prazos para prorrogação dos contratos temporários ou mesmo criando empecilhos e até mesmo vedando totalmente sua dilação. Nenhuma delas, ao que nos parece, visa aprimorar o texto do referido artigo e atender aos objetivos precípuos da medida sob exame.

As emendas nºs 7 e 9 visam, respectivamente, resguardar as atribuições e impedir a ampliação do número de cargos de Analistas de Infra-Estrutura. A primeira já é prevista em lei e, portanto, inócua. A segunda vai contra todo o espírito da MP sem qualquer justificativa razoável.

Já as emendas nºs 10 e 11, além de inadmissíveis, também pecam quanto ao mérito ao propor ações para o Poder Executivo que sequer temos como avaliar, a partir do Legislativo.

Feitas estas considerações, nosso voto é pela admissibilidade, constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 407, de 2007, bem como, no mérito, por sua integral aprovação. Com relação às Emendas, nosso voto é pela inadmissibilidade, por inconstitucionalidade, e pela injuridicidade, má técnica legislativa e inadequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 10 e 11, bem como pela admissibilidade, constitucionalidade, juridicidade, *bõáfé-énica* legislativa e adequação orçamentária e financeira das demais. No mérito, entretanto, votamos pela rejeição de todas as emendas apresentadas.

Sala das Sessões, – Deputado **Magela**, Relator.

Consulta Tramitação das Proposições

Cadastrar para Acompanhamento

NovaPesquisa

Proposição: MPV-407/2007

Autor: Poder Executivo

Data de Apresentação: 27/12/2007

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Urgência

Situação: PLEN: Aguardando Encaminhamento.

Ementa: Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais, altera as Leis nºs 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União, 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente, e 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura.

Indexação: Alteração, Lei de Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público, autorização, prorrogação, contrato por prazo determinado, projeto, cooperação técnica, organismo internacional, Gratificação de Representação de Gabinete, Gratificação Temporária, servidor, requisitado, Advocacia-Geral da União. - Alteração, lei federal, criação, aumento, cargo de carreira, Analista de Infra-Estrutura, autorização, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, definição, lotação provisória, fundação, autarquia, manutenção, recebimento, Função Comissionada Técnica, pessoal, (DNIT), Ministério da Cultura, prorrogação, prazo, devolução.

Despacho:

20/2/2008 - Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência

- PLEN (PLEN)

MSC 1009/2007 (Mensagem) - Poder Executivo

Legislação Citada

Emendas

- MPV40707 (MPV40707)

EMC 1/2008 MPV40707 (Emenda Apresentada na Comissão) - Andreia Zito

EMC 2/2008 MPV40707 (Emenda Apresentada na Comissão) - Dr. Ubiali

EMC 3/2008 MPV40707 (Emenda Apresentada na Comissão) - Alvaro Dias

EMC 4/2008 MPV40707 (Emenda Apresentada na Comissão) - Fernando Coruja

EMC 5/2008 MPV40707 (Emenda Apresentada na Comissão) - Fernando Coruja

EMC 6/2008 MPV40707 (Emenda Apresentada na Comissão) - Fernando Coruja

EMC 7/2008 MPV40707 (Emenda Apresentada na Comissão) - Fernando Coruja

EMC 8/2008 MPV40707 (Emenda Apresentada na Comissão) - Onyx Lorenzoni

EMC 9/2008 MPV40707 (Emenda Apresentada na Comissão) - Andreia Zito

EMC 10/2008 MPV40707 (Emenda Apresentada na Comissão) - Angela Amin

EMC 11/2008 MPV40707 (Emenda Apresentada na Comissão) - Dr. Ubiali

Pareceres, Votos e Redação Final

- MPV40707 (MPV40707)

PPP 1 MPV40707 (Parecer Proferido em Plenário) - Magela

Última Ação:

2/4/2008 - PLENÁRIO (PLEN) - A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 407-A/07)

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

Andamento:	
27/12/2007	Poder Executivo (EXEC) Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União.
27/12/2007	CONGRESSO NACIONAL (CN) Prazo para Emendas: 06/02/2008 a 11/02/2008. Comissão Mista: 06/22/2008 a 19/02/2008. Câmara dos Deputados: 20/02/2008 a 04/03/2008. Senado Federal: 05/03/2008 a 18/03/2008. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 19/03/2008 a 21/03/2008. Sobrestar Pauta: a partir de 22/03/2008. Congresso Nacional: 06/02/2008 a 05/04/2008. Prorrogação pelo Congresso Nacional: 06/04/2008 a 04/06/2008.

20/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação da MSC 1009/2007, do Poder Executivo, que "submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 407, de 26 de dezembro de 2007, que " Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais, altera as Leis nºs 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-geral da União, 11.171, de 2 de setembro de 2005 e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente, e 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura"."
20/2/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebido o Ofício 46/2008, do Congresso Nacional que encaminha o processado da Medida Provisória nº 407/2007. Informa ainda, que à Medida foram apresentadas 11 (onze emendas) e que a Comissão Mista não se instalou.
20/2/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência.
20/2/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Encaminhamento de Despacho de Distribuição à CCP para publicação.
21/2/2008	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 22/2/2008.
22/2/2008	Presidência da Câmara dos Deputados (PRESI) Designado Relator, Dep. Magela (PT-DF), para proferir parecer em plenário pela Comissão Mista a esta medida provisória e às 11 emendas apresentadas.
25/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia por falta de "quorum". (Sessão Ordinária - 14:00).
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 398-A/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
27/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
27/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 400/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
28/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
28/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 401/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
4/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
4/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Adiada a discussão em face da não-conclusão da apreciação da MPV 402/07, item 2 da pauta, com prazo encerrado.
11/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
11/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 404/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
11/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 20:02)
11/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação do PL 1.179/07, item 03 da pauta, com prazo

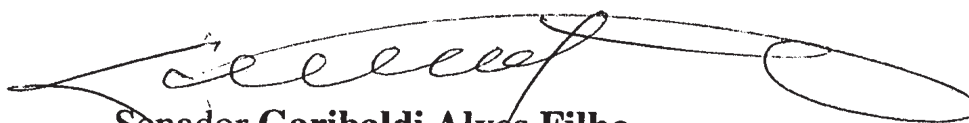
	encerrado.
13/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 9:00)
13/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação do PL 1.650/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
17/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia, por falta de "quorum".
18/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
18/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 385/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
19/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 9:00)
19/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 385-A/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
25/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
25/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 405/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
26/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
26/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 405-A/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
26/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 20:05)
26/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 406/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
27/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia, mediante acordo.
1/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
1/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria sobre a mesa.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Luciano Castro, Líder do PR, que solicita inversão de pauta, a fim de que a MPV 407/07 seja apreciada como item 2, renumerando-se os demais.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhou a Votação o Dep. Luciano Castro (PR-RR).
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado o Requerimento.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Magela (PT-DF), pela Comissão Mista, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade

	e técnica legislativa desta MPV e das Emendas de nºs 1 a 9; pela inconstitucionalidade, injuridicidade e má técnica legislativa das Emendas de nºs 10 e 11; pela adequação financeira e orçamentária desta MPV e das Emendas de nºs 1 a 9; pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas de nºs 10 e 11; e, no mérito, pela aprovação desta MPV, e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 11
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Retirados pelos Autores: o Requerimento do Dep. José Aníbal, Líder do PSDB, que solicita o adiamento da discussão por duas sessões; o Requerimento do Dep. Lira Maia, na qualidade de Líder do DEM, que solicita o adiamento da discussão por uma sessão; o Requerimento do Dep. Lira Maia, na qualidade de Líder do DEM, que solicita discussão por grupo de artigos; o Requerimento do Dep. Lira Maia, na qualidade de Líder do DEM, que solicita o adiamento da votação por duas sessões; o Requerimento do Dep. José Aníbal, Líder do PSDB, que solicita o adiamento da votação por uma sessão; o Requerimento do Dep. Lira Maia, na qualidade de Líder do DEM, que solicita votação artigo por artigo; o Requerimento do Dep. Fernando Coruja, Líder do PPS, solicitando que a votação da admissibilidade da MPV 407/07 seja feita pelo processo nominal; o Requerimento do Dep. Fernando Coruja, Líder do PPS, solicitando que a votação do mérito da MPV 407/07 seja feita pelo processo nominal.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encerrada a discussão.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Prejudicado o Requerimento de Srs. Líderes que solicita o encerramento da discussão e do encaminhamento da votação.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação preliminar em turno único.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Leonardo Vilela (PSDB-GO) e Dep. Duarte Nogueira (PSDB-SP).
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião pela inconstitucionalidade, injuridicidade, má técnica legislativa e inadequação financeira e orçamentária das Emendas de nºs 10 e 11, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Em consequência, as Emendas de nºs 10 e 11 deixam de ser submetidas a voto, quanto ao mérito, nos termos do § 6º do artigo 189 do RICD.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação, quanto ao mérito, em turno único.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitadas as Emendas de nºs 1 a 9, com parecer contrário, ressalvado o destaque.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Medida Provisória nº 407, de 2007, ressalvado o destaque.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Emenda nº 6, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do PPS.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhou a Votação o Dep. Fernando Coruja (PPS-SC).
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitada a Emenda nº 6.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Redação Final.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Magela (PT-DF).
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 407-A/07)

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 9 , DE 2008

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 407, de 26 de dezembro de 2007**, que “Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais, altera as Leis nºs 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União, 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente, e 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 6 de abril de 2008, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, **27** de março de 2008.



Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 8.745, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993.Vide texto compilado

Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.

.....
 Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

VI - atividades: (Redação dada pela Lei nº 9.849, de 1999).

h) técnicas especializadas, no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos internacionais, desde que haja, em seu desempenho, subordinação do contratado ao órgão ou entidade pública. (Incluído pela Lei nº 10.667, de 2003)

~~Atenção:~~ (Vide Medida Provisória nº 341, de 2006).

Art. 4º As contratações serão feitas por tempo determinado, observados os seguintes prazos máximos: (Redação dada pela Lei nº 10.667, de 2003) ~~Atenção:~~ (Vide Medida Provisória nº 341, de 2006).

Parágrafo único. É admitida a prorrogação dos contratos: (Incluído pela Lei nº 10.667, de 2003) (Vide Lei nº 11.204, de 2005)

III – nos casos dos incisos V e VI, alíneas *a* e *h*, do art. 2º, desde que o prazo total não exceda quatro anos; (Incluído pela Lei nº 10.667, de 2003)

LEI Nº 10.480, DE 2 DE JULHO DE 2002.Mensagem de veto

Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União, a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo na AGU – GDA, cria a Procuradoria-Geral Federal, e dá outras providências.

.....
 Art. 7º Poderão perceber a Gratificação de Representação de Gabinete ou a Gratificação Temporária, até 31 de dezembro de 2008, os servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União. (Redação dada pelo Medida Provisória nº 407, de 2007)

§ 1º Para os efeitos do disposto neste artigo, são mantidas 670 (seiscentas e setenta) Gratificações Temporárias, sendo 470 (quatrocentas e setenta) do nível GT-I e 200 (duzentas) do nível GT-II, bem como 62 (sessenta e duas) Gratificações de Representação de Gabinete, sendo 5 (cinco) de nível GR-IV, 14 (quatorze) de nível GR-III, 29 (vinte e nove) de nível GR-II e 14 (quatorze) de nível GR-I. (Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 11.490, de 2007)

§ 2º Até o encerramento do prazo referido no caput deste artigo, o quantitativo referido no § 1º deste artigo será reduzido proporcionalmente por ato do Advogado-Geral da União, à medida que forem empossados os aprovados em concurso público para provimento de cargos efetivos do Quadro de Pessoal da AGU não integrantes das Carreiras jurídicas da instituição. (Incluído pela Lei nº 11.490, de 2007)

LEI Nº 11.171, DE 2 DE SETEMBRO DE 2005.

Dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT e dá outras providências.

~~Art. 30. As Funções Comissionadas Técnicas remanejadas para o DNIT serão restituídas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, gradativamente, a contar da data da publicação desta Lei, da seguinte forma: (Vide Medida Provisória nº 283, de 2006)~~

~~I – 25% (vinte e cinco por cento) após decorridos, no máximo, 2 (dois) meses;~~

~~II – 55% (cinquenta e cinco por cento) após decorridos, no máximo, 4 (quatro) meses; e~~

~~III – em sua integralidade até 6 (seis) meses.~~

~~Art. 30. As Funções Comissionadas Técnicas remanejadas para o DNIT serão restituídas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, gradualmente, até 31 de março de 2007, observado cronograma estabelecido em regulamento. (Redação dada pela Lei nº 11.314 de 2006) (Vide Medida Provisória nº 359, de 2007)~~

~~Art. 30. As Funções Comissionadas Técnicas remanejadas para o DNIT serão restituídas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, gradualmente, até 31 de dezembro de 2007, observado cronograma estabelecido em regulamento. (Redação dada pela Lei nº 11.501, de 2007)~~

Art. 30. As Funções Comissionadas Técnicas remanejadas para o DNIT serão restituídas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, gradualmente, até 31 de dezembro 2008, observado cronograma estabelecido em regulamento. (Redação dada pelo Medida Provisória nº 407, de 2007)

LEI Nº 11.233, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.

Institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural - GEAC; cria cargos de provimento efetivo; altera dispositivos das Leis nºs 10.862, de 20 de abril de 2004, 11.046, de 27 de dezembro de 2004, 11.094, de 13 de janeiro de 2005, 11.095, de 13 de janeiro de 2005, e 11.091, de 12 de janeiro de 2005; revoga dispositivos da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004; e dá outras providências.

~~Art. 10. As Funções Comissionadas Técnicas remanejadas para o órgão e as entidades referidas no art. 1º desta Lei serão restituídas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação desta Lei. (Vide Medida Provisória nº 283, de 2006)~~

~~Art. 10. As Funções Comissionadas Técnicas remanejadas para o órgão e as entidades referidas no art. 1º desta Lei serão restituídas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, gradualmente, até 31 de março de 2007, observado cronograma estabelecido em regulamento. (Redação dada pela Lei nº 11.314 de 2006) (Vide Medida Provisória nº 359, de 2007)~~

~~Art. 10. As Funções Comissionadas Técnicas remanejadas para o órgão e as entidades referidas no art. 1º desta Lei serão restituídas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, gradualmente, até 31 de dezembro de 2007, observado cronograma estabelecido em regulamento. (Redação dada pela Lei nº 11.501, de 2007)~~

Art. 10. As Funções Comissionadas Técnicas remanejadas para o órgão e as entidades referidas no art. 1º desta Lei serão restituídas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, gradualmente, até 31 de dezembro 2008, observado cronograma estabelecido em regulamento. (Redação dada pelo Medida Provisória nº 407, de 2007)

LEI Nº 11.539, DE 8 NOVEMBRO DE 2007.**Conversão da MPv nº 389, de 2007**

Dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior.

Art. 1º Ficam criados, no âmbito da administração pública federal direta, a seguinte Carreira e cargos isolados de provimento efetivo:

I - Carreira de Analista de Infra-Estrutura, estruturada nas Classes A, B e Especial, composta do cargo de Analista de Infra-Estrutura, de nível superior, com atribuições voltadas às atividades especializadas de planejamento, coordenação, fiscalização, assistência técnica e execução de projetos e obras de infra-estrutura de grande porte; e

II - cargo isolado de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, de nível superior, estruturado em classe única, com atribuições de alto nível de complexidade voltadas às atividades especializadas de planejamento, coordenação, fiscalização, assistência técnica e execução de projetos e obras de grande porte na área de infra-estrutura.

§ 1º Os cargos de que trata este artigo estão estruturados na forma do Anexo I desta Lei.

§ 2º As atribuições específicas dos cargos de que trata este artigo serão estabelecidas em decreto.

§ 3º Os ocupantes dos cargos de que trata este artigo somente serão lotados em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas à infra-estrutura viária, de saneamento, de energia, de produção mineral, de comunicações e de desenvolvimento regional e urbano.

§ 4º Compete ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, respeitado o § 3º deste artigo, definir a lotação dos ocupantes dos cargos de que trata este artigo.

§ 5º No interesse da administração, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá definir lotação provisória de Analistas de Infra-Estrutura em autarquias e fundações. (Redação dada pelo Medida Provisória nº 407, de 2007)

Art. 2º O quantitativo total de cargos da carreira e do cargo isolado de que trata o art. 1º desta Lei é de:

I - 84 (oitenta e quatro) cargos de Especialista em Infra-Estrutura Sênior; e

~~II - 216 (duzentos e dezesseis) cargos de Analista de Infra-Estrutura.~~

II - 800 (oitocentos) cargos de Analistas de Infra-Estrutura. (Redação dada pelo Medida Provisória nº 407, de 2007)

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 408, DE 2007

Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais, para os fins que especifica.

Este avulso contém os seguintes documentos:

- Autógrafo da Medida Provisória
- Medida Provisória original
- Mensagem do Presidente da República nº 1.010, de 2007
- Exposição de Motivos nº 361/2007, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
- Ofício nº 88/2008, da Câmara dos Deputados, encaminhando a matéria ao Senado
- Calendário de tramitação da Medida Provisória

- Nota Técnica nº 2, de 2008, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado
- Parecer sobre a Medida Provisória, em substituição à Comissão Mista, de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização proferido no Plenário da Câmara dos Deputados – Relator: Edinho Bez (Bloco/PMDB – SC)
- Folha de sinopse da tramitação da matéria da Câmara dos Deputados
- Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 10, de 2008, prorrogando a vigência da Medida Provisória

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 408, DDE 2007

Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$3.015.446.182,00 (três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e

quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais), para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Educação, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de Minas e Energia, da Previdência Social, da Saúde, do Trabalho e Emprego, dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário, da Integração Nacional, do Turismo e das Cidades, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$3.015.446.182,00 (três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei decorrem de:

I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, no valor de R\$2.018.000.961,00 (dois bilhões, dezoito milhões e novecentos e sessenta e um reais);

II – excesso de arrecadação no valor de R\$613.644.437,00 (seiscentos e treze milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e sete reais); e

III – anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$383.800.784,00 (trezentos e oitenta e três milhões, oitocentos mil, setecentos e oitenta e quatro reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGÃO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
UNIDADE : 24101 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA

ANEXO I			CREDITO EXTRAORDINARIO					
PROGRAMA DE TRABALHO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00					
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R F	M O D	I U E	F T E	VALOR
SOCIAL		0471 CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO PARA A INCLUSAO E DESENVOLVIMENTO						8.274.000
		OPERACOES ESPECIAIS						
19 573	0471 001F	APOIO A IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE CENTROS VOCACIONAIS TECNOLOGICOS						8.274.000
19 573	0471 001F 0189	APOIO A IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE CENTROS VOCACIONAIS TECNOLOGICOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						8.274.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	E	S	M	I	F	2.310.000
			4	2	30	0	300	4.964.000
		TOTAL - FISCAL						8.274.000
		TOTAL - SEGURIDADE						0
		TOTAL - GERAL						8.274.000

ORGÃO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25201 - BANCO CENTRAL DO BRASIL

ANEXO I			CREDITO EXTRAORDINARIO					
PROGRAMA DE TRABALHO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00					
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R F	M O D	I U E	F T E	VALOR
		0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL						30.489.284
		ATIVIDADES						
04 301	0776 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES						30.489.284
04 301	0776 2004 0603	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						30.489.284
			S	3	2	90	0	100
		TOTAL - FISCAL						0
		TOTAL - SEGURIDADE						30.489.284
		TOTAL - GERAL						30.489.284

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26101 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	N	P	M	U	F	VALOR
1073 UNIVERSIDADE DO SEculo XXI										12.000.000
OPERACOES ESPECIAIS										
12 364	1073 0048	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NAO FEDERAIS								12.000.000
12 364	1073 0048 0553	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NAO FEDERAIS - NO ESTADO DE SAO PAULO (CREDITO EXTRAORDINARIO)								12.000.000
			F	3	2	50	0	300		6.000.000
			F	4	2	50	0	300		6.000.000
TOTAL - FISCAL										12.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										12.000.000

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	N	P	M	U	F	VALOR
1061 BRASIL ESCOLARIZADO										52.000.000
OPERACOES ESPECIAIS										
12 361	1061 0509	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA								52.000.000
12 361	1061 0509 0105	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								52.000.000
			F	3	2	30	0	300		31.200.000
			F	4	2	30	0	300		20.800.000
TOTAL - FISCAL										52.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										52.000.000

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR
 UNIDADE : 28904 - FUNDO DE GARANTIA PARA PROMOCAO DA SUSTENTABILIDADE - FGPC

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I O D	U O D	F T E	VALOR
0419 DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MEDIO										94.605.100
FORTE										
OPERACOES ESPECIAIS										
22 846	0419 0473	HONRA DE AVAL DECORRENTE DE GARANTIA DO RISCO DAS OPERACOES DE FINANCIAMENTO A MICRO, PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS (LEI N° 9.531, DE 1997)								94.605.100
22 846	0419 0473 0103	HONRA DE AVAL DECORRENTE DE GARANTIA DO RISCO DAS OPERACOES DE FINANCIAMENTO A MICRO, PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS (LEI N° 9.531, DE 1997) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								94.605.100
			F	3	2	90	0	680		94.605.100
TOTAL - FISCAL										94.605.100
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										94.605.100

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32202 - COMPANHIA DE PESQUISA COM RECURSOS STRATEGICOS - CPRM

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I O D	U O D	F T E	VALOR
1115 GEOLOGIA DO BRASIL										40.000.000
ATIVIDADES										
22 663	1115 2397	LEVANTAMENTOS HIDROGEOLOGICOS								5.000.000
22 663	1115 2397 0101	LEVANTAMENTOS HIDROGEOLOGICOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								5.000.000
			F	3	2	90	0	342		4.750.000
			F	4	2	90	0	342		250.000
22 663	1115 2398	LEVANTAMENTOS GEOLOGICOS								10.000.000
22 663	1115 2398 0101	LEVANTAMENTOS GEOLOGICOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								10.000.000
			F	3	2	90	0	342		9.500.000
			F	4	2	90	0	342		500.000
22 663	1115 4872	LEVANTAMENTOS GEOFISICOS								25.000.000
22 663	1115 4872 0101	LEVANTAMENTOS GEOFISICOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								25.000.000
			F	3	2	90	0	342		25.000.000
TOTAL - FISCAL										40.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										40.000.000

ORGAO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL
 UNIDADE : 33101 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0084		ARRECADACAO DE RECEITAS PREVIDENCIARIAS							61.016.000
		ATIVIDADES							
09 126	0084 2580	SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA GUIA DE PREVIDENCIA SOCIAL - GPS E DA GUIA DE RECOLHIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVICO E INFORMACOES A PREVIDENCIA SOCIAL - GFIP							61.016.000
09 126	0084 2580 0103	SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA GUIA DE PREVIDENCIA SOCIAL - GPS E DA GUIA DE RECOLHIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVICO E INFORMACOES A PREVIDENCIA SOCIAL - GFIP - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	351	61.016.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									61.016.000
TOTAL - GERAL									61.016.000

ORGAO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL
 UNIDADE : 33201 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0083		PREVIDENCIA SOCIAL BASICA							280.063.344
		ATIVIDADES							
09 271	0083 2A57	REMUNERACAO DOS SERVICOS POSTAIS							177.156.381
09 271	0083 2A57 0103	REMUNERACAO DOS SERVICOS POSTAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	351	177.156.381
09 126	0083 2292	SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS							54.781.843
09 126	0083 2292 0103	SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	351	54.781.843
09 126	0083 2564	CADASTRO NACIONAL DE INFORMACOES SOCIAIS - CNIS							7.300.575
09 126	0083 2564 0103	CADASTRO NACIONAL DE INFORMACOES SOCIAIS - CNIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	351	7.300.575
09 122	0083 2910	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS							40.824.545
09 122	0083 2910 0107	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	351	40.824.545
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									280.063.344
TOTAL - GERAL									280.063.344

ORGÃO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36261 - FUNDACAO OSWALDO CRUZ

ANEXO 1

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA DE TRABALHO	E	G	R	M	I	F	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									15.000.000
ATIVIDADES									
10 301	0750 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							15.000.000
10 301	0750 2004 0605	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	151	15.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									15.000.000
TOTAL - GERAL									15.000.000

ORGÃO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36901 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE

ANEXO 1

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA DE TRABALHO	E	G	R	M	I	F	VALOR
1214 ATENCAO BASICA EM SAUDE									72.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
10 301	1214 0589	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA A SAUDE DA FAMILIA							72.000.000
10 301	1214 0589 0117	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA A SAUDE DA FAMILIA - NO ESTADO DO AMAZONAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	40	0	151	18.000.000
10 301	1214 0589 0119	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA A SAUDE DA FAMILIA - NO ESTADO DE PERNAMBUCO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	40	0	151	21.000.000
10 301	1214 0589 0121	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA A SAUDE DA FAMILIA - NO ESTADO DE MINAS GERAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	40	0	151	33.000.000
									33.000.000

1220 ATENCAO HOSPITALAR E AMBULATORIAL NO SISTEMA UNICO DE SAUDE

1.008.000.000

		ATIVIDADES						
10 302	1220 6217	ATENCAO A SAUDE NOS HOSPITAIS DA REDE PUBLICA FEDERAL					8.000.000	
10 302	1220 6217 0663	ATENCAO A SAUDE NOS HOSPITAIS DA REDE PUBLICA FEDERAL - HOSPITAL GERAL DOS SERVIDORES - RJ (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0 151	8.000.000
10 302	1220 8585	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA						1.000.000.000
10 302	1220 8585 0103	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DA BAHIA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0 150	2.550.000
			S	3	1	30	0 151	13.000.000
			S	3	1	30	0 182	6.020.000
10 302	1220 8585 0105	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DA PARAIBA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0 150	5.500.000
			S	3	1	30	0 151	680.000
			S	3	1	30	0 151	3.200.000
			S	3	1	30	0 182	1.620.000
10 302	1220 8585 0107	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DE ALAGOAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0 150	5.020.000
			S	3	1	30	0 151	660.000
			S	3	1	30	0 151	2.800.000
			S	3	1	30	0 182	1.560.000
10 302	1220 8585 0109	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DE GOMAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0 150	42.640.000
			S	3	1	30	0 151	990.000
			S	3	1	30	0 151	2.891.525
			S	3	1	30	0 182	2.350.000
			S	3	1	30	0 351	36.408.475
10 302	1220 8585 0111	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DE MINAS GERAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0 150	88.390.000
			S	3	1	30	0 151	3.770.000
			S	3	1	30	0 151	75.700.000
			S	3	1	30	0 182	8.920.000
10 302	1220 8585 0113	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DE PERNAMBUCO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0 150	14.130.000
			S	3	1	30	0 151	1.700.000
			S	3	1	30	0 151	8.400.000
			S	3	1	30	0 182	4.030.000
10 302	1220 8585 0115	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DE RONDONIA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0 150	1.950.000
			S	3	1	30	0 151	250.000
			S	3	1	30	0 151	1.100.000
			S	3	1	30	0 151	600.000
10 302	1220 8585 0117	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DE RORAIMA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0 150	620.000
			S	3	1	30	0 151	120.000
			S	3	1	30	0 151	200.000
			S	3	1	30	0 182	300.000
10 302	1220 8585 0119	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DE SANTA CATARINA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0 150	47.370.000
			S	3	1	30	0 151	1.120.000
			S	3	1	30	0 151	43.600.000
			S	3	1	30	0 182	2.650.000
10 302	1220 8585 0121	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DE SAO PAULO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0 182	336.710.000
			S	3	1	30	0 182	54.387.684
			S	3	1	30	0 351	282.322.316
10 302	1220 8585 0123	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DE SEROIFE (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0 150	3.080.000
			S	3	1	30	0 150	380.000
			S	3	1	30	0 151	1.800.000
			S	3	1	30	0 182	900.000
10 302	1220 8585 0125	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DE TOCANTINS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0 150	2.140.000
			S	3	1	30	0 150	280.000
			S	3	1	30	0 151	1.200.000
			S	3	1	30	0 182	660.000
10 302	1220 8585 0127	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO ACRE (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0 150	1.010.000
			S	3	1	30	0 150	150.000
			S	3	1	30	0 151	500.000
			S	3	1	30	0 182	360.000
10 302	1220 8585 0129	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO AMAPA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0 182	740.000

10 302	1220 8585 0131	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO AMAZONAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	150	100.000
			S	3	1	30	0	151	400.000
			S	3	1	30	0	182	240.000
			S	3	1	30	0	150	4.450.000
			S	3	1	30	0	151	610.000
			S	3	1	30	0	182	2.400.000
10 302	1220 8585 0133	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO CEARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	151	1.440.000
			S	3	1	30	0	182	12.360.000
			S	3	1	30	0	150	610.000
			S	3	1	30	0	151	1.470.000
			S	3	1	30	0	182	7.400.000
10 302	1220 8585 0135	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	151	3.490.000
			S	3	1	30	0	182	32.420.000
			S	3	1	30	0	150	1.470.000
			S	3	1	30	0	151	7.400.000
			S	3	1	30	0	182	3.490.000
10 302	1220 8585 0137	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO MARANHAO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	150	660.000
			S	3	1	30	0	151	30.200.000
			S	3	1	30	0	182	1.560.000
			S	3	1	30	0	150	8.230.000
			S	3	1	30	0	151	1.020.000
			S	3	1	30	0	182	4.800.000
10 302	1220 8585 0139	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO MATO GROSSO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	151	2.410.000
			S	3	1	30	0	182	25.020.000
			S	3	1	30	0	150	1.020.000
			S	3	1	30	0	151	4.800.000
			S	3	1	30	0	182	2.410.000
10 302	1220 8585 0141	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	150	480.000
			S	3	1	30	0	151	23.400.000
			S	3	1	30	0	182	1.140.000
			S	3	1	30	0	150	25.680.000
			S	3	1	30	0	151	560.000
			S	3	1	30	0	182	23.800.000
10 302	1220 8585 0143	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO PARANA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	151	1.370.000
			S	3	1	30	0	182	8.980.000
			S	3	1	30	0	150	560.000
			S	3	1	30	0	151	1.090.000
			S	3	1	30	0	182	5.300.000
10 302	1220 8585 0145	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO PARANA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	151	2.590.000
			S	3	1	30	0	182	96.410.000
			S	3	1	30	0	150	885.142
			S	3	1	30	0	151	90.104.858
			S	3	1	30	0	182	5.420.000
10 302	1220 8585 0147	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO PIAUI (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	150	4.580.000
			S	3	1	30	0	151	560.000
			S	3	1	30	0	182	2.700.000
			S	3	1	30	0	150	1.320.000
10 302	1220 8585 0149	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	151	79.850.000
			S	3	1	30	0	182	71.660.000
			S	3	1	30	0	150	8.190.000
			S	3	1	30	0	182	4.660.000
10 302	1220 8585 0151	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	150	580.000
			S	3	1	30	0	151	2.700.000
			S	3	1	30	0	182	1.380.000
			S	3	1	30	0	150	107.570.000
			S	3	1	30	0	151	2.550.000
			S	3	1	30	0	182	99.000.000
			S	3	1	30	0	150	6.020.000
10 302	1220 8585 0153	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	151	18.920.000
			S	3	1	30	0	182	480.000
			S	3	1	30	0	151	17.300.000
			S	3	1	30	0	182	1.140.000
10 302	1220 8585 0155	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO DISTRITO FEDERAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	150	480.000
			S	3	1	30	0	151	17.300.000
			S	3	1	30	0	182	1.140.000

1293 ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS ESTRATEGICOS

14.000.000

		OPERACOES ESPECIAIS						
10 303	1293 0593	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA						2.000.000
10 303	1293 0593 0101	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DE TOCANTINS (CREDITO EXTRAORDINARIO)						10.000
10 303	1293 0593 0103	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DO MARANHAO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	40	0 151	10.000 100.000
10 303	1293 0593 0105	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DO PIAUI (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	40	0 151	100.000 110.000
10 303	1293 0593 0107	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	40	0 151	110.000 160.000
10 303	1293 0593 0109	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DA PARAIBA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	40	0 151	160.000 250.000
10 303	1293 0593 0111	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DE ALAGOAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	40	0 151	250.000 50.000
10 303	1293 0593 0113	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DE SERGIPE (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	40	0 151	50.000 20.000
10 303	1293 0593 0115	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DE SAO PAULO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	40	0 151	20.000 1.300.000
								1.300.000
10 303	1293 8415	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DAS FARMACIAS POPULARES						12.000.000
10 303	1293 8415 0101	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DAS FARMACIAS POPULARES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0 151	12.000.000
		TOTAL - FISCAL						0
		TOTAL - SEGURIDADE						1.094.000.000
		TOTAL - GERAL						1.094.000.000

ORGÃO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
 UNIDADE : 38101 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA DE TRABALHO	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					VALOR
			E	C	M	I	F	
			S	P	O	T		
			F	D	D	E		
0007 RESIDUOS SOLIDOS URBANOS								13.500.000
			OPERACOES ESPECIAIS					
11 333	8007 0863	APOIO PARA ORGANIZACAO E DESENVOLVIMENTO DE COOPERATIVAS ATUANTES COM RESIDUOS SOLIDOS					13.500.000	
11 333	8007 0863 0101	APOIO PARA ORGANIZACAO E DESENVOLVIMENTO DE COOPERATIVAS ATUANTES COM RESIDUOS SOLIDOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)					13.500.000	
			F	3	2	50	0	100
							13.500.000	
TOTAL - FISCAL								13.500.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								13.500.000

ORGÃO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
 UNIDADE : 38901 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA DE TRABALHO	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					VALOR
			E	C	M	I	F	
			S	P	O	T		
			F	D	D	E		
0099 INTEGRACAO DAS POLITICAS PUBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA								98.051.007
			ATIVIDADES					
11 123	0099 4783	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES E OPERADORES DO BENEFICIO ABONO SALARIAL					50.006.264	
11 123	0099 4783 0103	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES E OPERADORES DO BENEFICIO ABONO SALARIAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)					50.006.264	
			S	3	2	90	0	180
							50.006.264	
11 123	0099 4784	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES E OPERACIONALIZACAO DO SEGURO-DESEMPREGO					48.044.743	
11 123	0099 4784 0101	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES E OPERACIONALIZACAO DO SEGURO-DESEMPREGO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)					48.044.743	
			S	3	2	90	0	180
							48.044.743	
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								98.051.007
TOTAL - GERAL								98.051.007

ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	F	S	P	I	C	F	TE	VALOR
			FD			CD				
0225 GESTAO DA POLITICA DOS TRANSPORTES										25.588.300
OPERACOES ESPECIAIS										
26 782	0225 00AH	PAGAMENTO DE DEBITOS DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIARIA								25.588.300
26 782	0225 00AH 0101	PAGAMENTO DE DEBITOS DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIARIA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								25.588.300
			F	4	2	90	0	300		25.588.300
TOTAL - FISCAL										25.588.300
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										25.588.300

ORGÃO : 49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL
 UNIDADE : 49101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	F	S	P	I	C	F	TE	VALOR
			FD			CD				
1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS										20.000.000
OPERACOES ESPECIAIS										
21 127	1334 0620	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVICOS EM TERRITORIOS RURAIS								20.000.000
21 127	1334 0620 0317	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVICOS EM TERRITORIOS RURAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								20.000.000
		TERRITORIO APOIADO (UNIDADE) 20	F	4	2	90	0	300		20.000.000
TOTAL - FISCAL										20.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										20.000.000

ORGAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 UNIDADE : 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAS, SUBPROG. E PROJETO	F	S	D	M	D	T	F	E	VALOR
1029 RESPOSTA AOS DESASTRES											55.000.000
ATIVIDADES											
06 182	1029 4564	SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES									55.000.000
06 182	1029 4564 0103	SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300			55.000.000
1138 DRENAGEM URBANA SUSTENTAVEL											38.000.000
PROJETOS											
15 451	1138 1662	OBRAS DE MACRODRENAGEM									38.000.000
15 451	1138 1662 0181	OBRAS DE MACRODRENAGEM - NO ESTADO DO PIAUI (CREDITO EXTRAORDINARIO)									20.000.000
15 451	1138 1662 0183	OBRAS DE MACRODRENAGEM - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	300			20.000.000
			F	4	2	90	0	300			18.000.000
TOTAL - FISCAL											93.000.000
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											93.000.000

ORGAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 UNIDADE : 53201 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DO RIO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA - CODEVASF

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAS, SUBPROG. E PROJETO	F	S	D	M	D	T	F	E	VALOR
1025 PROMOCAO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPACOS SUB-REGIONAIS - PROMESO											24.000.000
OPERACOES ESPECIAIS											
04 845	1025 005E	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGRADO									24.000.000
04 845	1025 005E 0231	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGRADO - EM SUBREGIOES - NO ESTADO DO PIAUI (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	300			24.000.000
1305 REVITALIZACAO DE BACIAS HIDROGRAFICAS EM SITUACAO DE VULNERABILIDADE E DEGRADACAO AMBIENTAL											12.000.000
PROJETOS											
18 511	1305 116F	ABASTECIMENTO PUBLICO DE AGUA EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO RIO SAO FRANCISCO - AGUA PARA TODOS									22.000.000
18 511	1305 116F 0103	ABASTECIMENTO PUBLICO DE AGUA EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO RIO SAO FRANCISCO - AGUA PARA TODOS - NO ESTADO DA BAHIA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	4	2	90	0	300			12.000.000
TOTAL - FISCAL											24.000.000
TOTAL - SEGURIDADE											12.000.000
TOTAL - GERAL											36.000.000

ORGAO : 54000 - MINISTERIO DO TURISMO
 UNIDADE : 54101 - MINISTERIO DO TURISMO

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA A CURSOS DE PLENIFICACAO	F	R	M	I	F	VALOR	
									S
1166 TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS								27.000.000	
OPERACOES ESPECIAIS									
23 695	1166 0564	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA - NO ESTADO DE MINAS GERAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	300	5.000.000
23 695	1166 0564 2603								5.000.000
ATIVIDADES									
23 122	1166 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	22.000.000
23 122	1166 2272 0195								22.000.000
TOTAL - FISCAL								27.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								27.000.000	

ORGAO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES
 UNIDADE : 56101 - MINISTERIO DAS CIDADES

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA A CURSOS DE PLENIFICACAO	F	R	M	I	F	VALOR	
									S
0310 GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO								14.000.000	
OPERACOES ESPECIAIS									
15 451	0310 0B16	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	40	0	300	14.000.000
15 451	0310 0B16 0101								14.000.000
6001 APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO DE MUNICIPIOS DE PEQUENO PORTE									
6001 APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO DE MUNICIPIOS DE PEQUENO PORTE								45.000.000	
PROJETOS									
15 451	6001 109A	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS COM ATÉ 100.000 HABITANTES IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS COM ATÉ 100.000 HABITANTES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	40	0	300	45.000.000
15 451	6001 109A 3529								45.000.000
9989 MOBILIDADE URBANA									
9989 MOBILIDADE URBANA								270.000.000	
OPERACOES ESPECIAIS									
15 453	9989 0E28	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE LINHAS E TRECHOS DE SISTEMAS DE TRENS URBANOS DE ESTADOS E MUNICIPIOS APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE LINHAS E TRECHOS DE SISTEMAS DE TRENS URBANOS DE ESTADOS E MUNICIPIOS - IMPLANTACAO DE TRECHO DA LINHA 2 DO SISTEMA METROVIARIO DE SAO PAULO - SP (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	300	270.000.000
15 453	9989 0E28 0103								270.000.000
TOTAL - FISCAL									
TOTAL - FISCAL								329.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								329.000.000	

ORGÃO : 74000 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO
 UNIDADE : 74902 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR/FIEES - MIN. DA EDUCAÇÃO

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

ANEXO I
 PROGRAMA DE TRABALHO

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/VACA/SUBTÍTULO/PRODUTO	F	G	N	L	I	F	E	VALOR
1073 UNIVERSIDADE DO SÉCULO XXI										65.135.721
		ATIVIDADES								
12 123	1073 4554	ADMINISTRAÇÃO DO FINANCIAMENTO CONCEDIDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NÃO-GRATUITO								65.135.721
12 123	1073 4556 0101	ADMINISTRAÇÃO DO FINANCIAMENTO CONCEDIDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NÃO-GRATUITO - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	F	3	2	90	0	118		65.135.721
TOTAL - FISCAL										65.135.721
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										65.135.721

ORGÃO : 74000 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO
 UNIDADE : 74903 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO/FND - MINISTERIO DO DESENV., IND. E COM. EXTERIOR

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

ANEXO I
 PROGRAMA DE TRABALHO

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/VACA/SUBTÍTULO/PRODUTO	F	G	N	L	I	F	E	VALOR
0902 OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO										275.494.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS								
22 846	0902 0379	FINANCIAMENTO NA ÁREA DE BENS DE CONSUMO								110.000.000
22 846	0902 0379 0101	FINANCIAMENTO NA ÁREA DE BENS DE CONSUMO - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	F	5	0	90	0	680		110.000.000
22 846	0902 0384	FINANCIAMENTO NA ÁREA DE INSUMOS BÁSICOS								165.494.000
22 846	0902 0384 0101	FINANCIAMENTO NA ÁREA DE INSUMOS BÁSICOS - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	F	5	0	90	0	680		165.494.000
0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS										345.229.426
		OPERAÇÕES ESPECIAIS								
22 123	0909 0471	PAGAMENTO DE DIVIDENDOS								345.229.426
22 123	0909 0471 0103	PAGAMENTO DE DIVIDENDOS - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	F	3	2	90	0	300		8.449.426
			F	3	2	90	0	650		32.527.000
			F	3	2	90	0	680		304.253.000
TOTAL - FISCAL										620.723.426
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										620.723.426

ORGÃO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
 UNIDADE : 36901 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE

ANEXO II CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	E	G	R	M	I	P	VALOR
1306 VIGILANCIA, PREVENCAO E ATENCAO EM HIV/AIDS E OUTRAS DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS									176.624.772
		ATIVIDADES							
10 303	1306 4370	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DOS PORTADORES DE HIV/AIDS E OUTRAS DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS							176.624.772
10 303	1306 4370 0001	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DOS PORTADORES DE HIV/AIDS E OUTRAS DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS - NACIONAL	S	3	1	30	0	151	1.119.276
			S	3	1	90	0	151	175.505.496
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									176.624.772
TOTAL - GERAL									176.624.772

ORGÃO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
 UNIDADE : 38101 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO

ANEXO II CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	E	G	R	M	I	P	VALOR
8007 RESIDUOS SOLIDOS URBANOS									13.500.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
11 333	8007 0863	APOIO PARA ORGANIZACAO E DESENVOLVIMENTO DE COOPERATIVAS ATUANTES COM RESIDUOS SOLIDOS							13.500.000
11 333	8007 0863 0001	APOIO PARA ORGANIZACAO E DESENVOLVIMENTO DE COOPERATIVAS ATUANTES COM RESIDUOS SOLIDOS - NACIONAL	F	4	2	50	0	100	13.500.000
TOTAL - FISCAL									13.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									13.500.000

ORGAO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
UNIDADE : 38901 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ANEXO II CREDITO EXTRAORDINARIO
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	F	S	N	D	P	M	O	D	I	U	F	T	E	VALOR
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA																98.051.007
OPERACOES ESPECIAIS																
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA														98.051.007
99 999	0999 0998 0241	RESERVA DE CONTINGENCIA - RECURSOS PROVENIENTES DE RECEITAS PROPRIAS E VINCULADAS	S	9	0	99	0	180								98.051.007
TOTAL - FISCAL																0
TOTAL - SEGURIDADE																98.051.007
TOTAL - GERAL																98.051.007

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	N	D	P	M	O	D	I	U	F	T	E	VALOR
1054 GESTAO DE RECURSOS HUMANOS E DEMOCRATIZACAO DAS RELACOES DE TRABALHO NO SETOR PUBLICO																30.489.284
OPERACOES ESPECIAIS																
04 846	1054 0623	PAGAMENTO DE PESSOAL DECORRENTE DE PROVIMENTOS POR MEIO DE CONCURSOS PUBLICOS														30.489.284
04 846	1054 0623 0001	PAGAMENTO DE PESSOAL DECORRENTE DE PROVIMENTOS POR MEIO DE CONCURSOS PUBLICOS - NACIONAL	F	1	1	90	0	100								4.489.284
			F	3	2	90	0	100								26.000.000
TOTAL - FISCAL																30.489.284
TOTAL - SEGURIDADE																0
TOTAL - GERAL																30.489.284

ORGAO : 74000 - OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO
UNIDADE : 74902 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR/FIFES - MIN. DA EDUCACAO

ANEXO II CREDITO EXTRAORDINARIO
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	F	S	N	D	P	M	O	D	I	U	F	T	E	VALOR
1073 UNIVERSIDADE DO SEculo XXI																65.135.721
OPERACOES ESPECIAIS																
12 846	1073 0579	CONCESSAO DE FINANCIAMENTO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NAO-GRATUITO														65.135.721
12 846	1073 0579 0001	CONCESSAO DE FINANCIAMENTO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NAO-GRATUITO - NACIONAL	F	5	0	91	0	118								65.135.721
TOTAL - FISCAL																65.135.721
TOTAL - SEGURIDADE																0
TOTAL - GERAL																65.135.721

MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL Nº 408, DE 2007

Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$3.015.446.182,00, para os fins que especifica. Pendente de parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Educação, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de Minas e Energia, da Previdência Social, da Saúde, do Trabalho e Emprego, dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário, da Integração Nacional, do Turismo e das Cidades, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$3.015.446.182,00 (três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais), para atender às

programações constantes do Anexo I desta Medida Provisória,

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, no valor de R\$2.018.000.961,00 (dois bilhões, dezoito milhões e novecentos e sessenta e uni reais);

II – excesso de arrecadação no valor de R\$613.644.437,00 (seiscentos e treze milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e sete reais); e

III – anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$383.800.784,00 (trezentos e oitenta e três milhões, oitocentos mil, setecentos e oitenta e quatro reais), conforme indicado no Anexo II desta Medida Provisória.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de dezembro de 2007; 186º da Independência e 119º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Paulo Bernardo Silva.**

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
UNIDADE : 24101 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA

ANEXO I			CREDITO EXTRAORDINARIO							
PROGRAMA DE TRABALHO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00							
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES	GN	RP	MO	I	FT	VALOR	
SOCIAL										8.274.000
0471 CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO PARA A INCLUSAO E DESENVOLVIMENTO										
OPERACOES ESPECIAIS										
19 573	0471 001F	APOIO A IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE CENTROS VOCACIONAIS TECNOLOGICOS							8.274.000	
19 573	0471 001F 0189	APOIO A IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE CENTROS VOCACIONAIS TECNOLOGICOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							8.274.000	
		PROJETO APOIADO (UNIDADE) 2	F	3	2	30	0	300	3.310.000	
			F	4	2	30	0	300	4.964.000	
TOTAL - FISCAL										8.274.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										8.274.000

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25201 - BANCO CENTRAL DO BRASIL

ANEXO I			CREDITO EXTRAORDINARIO							
PROGRAMA DE TRABALHO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00							
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES	GN	RP	MO	I	FT	VALOR	
0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL										30.489.284
ATIVIDADES										
04 301	0776 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							30.489.284	
04 301	0776 2004 0603	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							30.489.284	
			S	3	2	90	0	100	30.489.284	
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										30.489.284
TOTAL - GERAL										30.489.284

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26101 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	N	P	M	I	F	VALOR
1073 UNIVERSIDADE DO SEculo XXI										12.000.000
OPERACOES ESPECIAIS										
12 364	1073 0048	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NAO FEDERAIS								12.000.000
12 364	1073 0048 0533	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NAO FEDERAIS - NO ESTADO DE SAO PAULO (CREDITO EXTRAORDINARIO)								12.000.000
			F	3	2	50	0	300		6.000.000
			F	4	2	50	0	300		6.000.000
TOTAL - FISCAL										12.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										12.000.000

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	N	P	M	I	F	VALOR
1061 BRASIL ESCOLARIZADO										52.000.000
OPERACOES ESPECIAIS										
12 361	1061 0509	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA								52.000.000
12 361	1061 0509 0105	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								52.000.000
			F	3	2	30	0	300		31.200.000
			F	4	2	30	0	300		20.800.000
TOTAL - FISCAL										52.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										52.000.000

ORGAO : 28000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR
UNIDADE : 28904 - FUNDO DE GARANTIA PARA PROMOCAO DA COMPETITIVIDADE - FGFC

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D	D	E		
8419		DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MEDIO							94.605.100
PORTE									
		OPERACOES ESPECIAIS							
22 846	0419 0473	HONRA DE AVAL DECORRENTE DE GARANTIA DO RISCO DAS OPERACOES DE FINANCIAMENTO A MICRO, PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS (LEI N° 9.531, DE 1997)							94.605.100
22 846	0419 0473 0103	HONRA DE AVAL DECORRENTE DE GARANTIA DO RISCO DAS OPERACOES DE FINANCIAMENTO A MICRO, PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS (LEI N° 9.531, DE 1997) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							94.605.100
			F	3	2	90	0	680	94.605.100
		TOTAL - FISCAL							94.605.100
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							94.605.100

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32202 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D		D		E	
1115 GEOLOGIA DO BRASIL									40.000.000
ATIVIDADES									
22 663	1115 2397	LEVANTAMENTOS HIDROGEOLOGICOS							5.000.000
22 663	1115 2397 0101	LEVANTAMENTOS HIDROGEOLOGICOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	342	4.750.000
			F	4	2	90	0	342	250.000
22 663	1115 2398	LEVANTAMENTOS GEOLOGICOS							10.000.000
22 663	1115 2398 0101	LEVANTAMENTOS GEOLOGICOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	342	9.500.000
			F	4	2	90	0	342	500.000
22 663	1115 4872	LEVANTAMENTOS GEOFISICOS							25.000.000
22 663	1115 4872 0101	LEVANTAMENTOS GEOFISICOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	342	25.000.000
TOTAL - FISCAL									40.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									40.000.000

ORGAO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL
 UNIDADE : 33101 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D		D		E	
0084 ARRECADACAO DE RECEITAS PREVIDENCIARIAS									61.016.000
ATIVIDADES									
09 126	0084 2580	SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA GUIA DE PREVIDENCIA SOCIAL - GPS E DA GUIA DE RECOLHIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVICO E INFORMACOES A PREVIDENCIA SOCIAL - GFIP							61.016.000
09 126	0084 2580 0103	SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA GUIA DE PREVIDENCIA SOCIAL - GPS E DA GUIA DE RECOLHIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVICO E INFORMACOES A PREVIDENCIA SOCIAL - GFIP - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	351	61.016.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									61.016.000
TOTAL - GERAL									61.016.000

ORGÃO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL
 UNIDADE : 33201 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
8083 PREVIDENCIA SOCIAL BASICA										280.063.344
ATIVIDADES										
09 271	0083 2A57	REMUNERACAO DOS SERVICOS POSTAIS								177.156.381
09 271	0083 2A57 0103	REMUNERACAO DOS SERVICOS POSTAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	351	177.156.381	
09 126	0083 2292	SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS							54.781.843	
09 126	0083 2292 0103	SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	351	54.781.843	
09 126	0083 2564	CADASTRO NACIONAL DE INFORMACOES SOCIAIS - CNIS							7.300.575	
09 126	0083 2564 0103	CADASTRO NACIONAL DE INFORMACOES SOCIAIS - CNIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	351	7.300.575	
09 122	0083 2910	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS							40.824.545	
09 122	0083 2910 0107	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	351	40.824.545	
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										280.063.344
TOTAL - GERAL										280.063.344

ORGÃO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
 UNIDADE : 36201 - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO										15.000.000
ATIVIDADES										
10 301	0750 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							15.000.000	
10 301	0750 2004 0605	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	151	15.000.000	
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										15.000.000
TOTAL - GERAL										15.000.000

10 302	1220 8585 0155	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO DISTRITO FEDERAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	30	0	150	2.550.000
			S	3	1	30	0	151	99.000.000
			S	3	1	30	0	182	6.020.000
			S	3	1	30	0	150	480.000
			S	3	1	30	0	151	17.300.000
			S	3	1	30	0	182	1.140.000

1293 ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS ESTRATEGICOS

14.000.000

		OPERACOES ESPECIAIS							
10 303	1293 0593	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA							2.000.000
10 303	1293 0593 0101	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DE TOCANTINS (CREDITO EXTRAORDINARIO)							10.000
10 303	1293 0593 0103	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DO MARANHAO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	40	0	151	10.000
									100.000
10 303	1293 0593 0105	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DO PIAUI (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	40	0	151	100.000
									110.000
10 303	1293 0593 0107	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	40	0	151	110.000
									160.000
10 303	1293 0593 0109	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DA PARAIBA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	40	0	151	160.000
									250.000
10 303	1293 0593 0111	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DE ALAGOAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	40	0	151	250.000
									50.000
10 303	1293 0593 0113	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DE SERGIPE (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	40	0	151	50.000
									20.000
10 303	1293 0593 0115	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DE SAO PAULO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	1	40	0	151	20.000
									1.300.000
			S	3	1	40	0	151	1.300.000
		ATIVIDADES							
10 303	1293 8415	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DAS FARMACIAS POPULARES							12.000.000
10 303	1293 8415 0101	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DAS FARMACIAS POPULARES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							12.000.000
			S	3	2	90	0	151	12.000.000
		TOTAL - FISCAL							0
		TOTAL - SEGURIDADE							1.094.000.000
		TOTAL - GERAL							1.094.000.000

ORGAO : 38006 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
UNIDADE : 38101 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAQ/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D		D		E	
8007 RESIDUOS SOLIDOS URBANOS									13.500.000
			OPERACOES ESPECIAIS						
11 333	8007 0863	APOIO PARA ORGANIZACAO E DESENVOLVIMENTO DE COOPERATIVAS ATUANTES COM RESIDUOS SOLIDOS							13.500.000
11 333	8007 0863 0101	APOIO PARA ORGANIZACAO E DESENVOLVIMENTO DE COOPERATIVAS ATUANTES COM RESIDUOS SOLIDOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							13.500.000
			F	3	2	50	0	100	13.500.000
TOTAL - FISCAL									13.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									13.500.000

ORGAO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
UNIDADE : 38901 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAQ/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D		D		E	
0099 INTEGRACAO DAS POLITICAS PUBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA									98.051.007
			ATIVIDADES						
11 123	0099 4783	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES E OPERADORES DO BENEFICIO ABONO SALARIAL							50.006.264
11 123	0099 4783 0103	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES E OPERADORES DO BENEFICIO ABONO SALARIAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							50.006.264
			S	3	2	90	0	100	50.006.264
11 123	0099 4784	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES E OPERACIONALIZACAO DO SEGURO-DESEMPREGO							48.044.743
11 123	0099 4784 0101	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES E OPERACIONALIZACAO DO SEGURO-DESEMPREGO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							48.044.743
			S	3	2	90	0	100	48.044.743
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									98.051.007
TOTAL - GERAL									98.051.007

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	F	G	R	M	I	F	VALOR
0225 GESTAO DA POLITICA DOS TRANSPORTES											25.588.300
OPERACOES ESPECIAIS											
26 782	0225 00AH	PAGAMENTO DE DEBITOS DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIARIA									25.588.300
26 782	0225 00AH 0101	PAGAMENTO DE DEBITOS DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIARIA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)									25.588.300
			F	4	2	90	0	300			25.588.300
TOTAL - FISCAL											25.588.300
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											25.588.300

ORGAO : 49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO
 UNIDADE : 49101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	F	G	R	M	I	F	VALOR
1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS											20.000.000
OPERACOES ESPECIAIS											
21 127	1334 0620	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVICOS EM TERRITORIOS RURAIS									20.000.000
21 127	1334 0620 0317	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVICOS EM TERRITORIOS RURAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)									20.000.000
			F	4	2	90	0	300			20.000.000
TOTAL - FISCAL											20.000.000
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											20.000.000

ORCAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 UNIDADE : 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1029 RESPOSTA AOS DESASTRES									55.000.000
		ATIVIDADES							
06 182	1029 4564	SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES							55.000.000
06 182	1029 4564 0103	SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	55.000.000
1138 DRENAGEM URBANA SUSTENTAVEL									38.000.000
		PROJETOS							
15 451	1138 1662	OBRAS DE MACRODRENAGEM							38.000.000
15 451	1138 1662 0181	OBRAS DE MACRODRENAGEM - NO ESTADO DO PIAUI (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	300	20.000.000
15 451	1138 1662 0183	OBRAS DE MACRODRENAGEM - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	300	18.000.000
TOTAL - FISCAL									93.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									93.000.000

ORCAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 UNIDADE : 53201 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA - CODEVASF

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1025 PROMOCAO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPACOS SUB-REGIONAIS - PROMESO									24.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
04 845	1025 005E	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGRADO							24.000.000
04 845	1025 005E 0231	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGRADO - EM SUBREGIOES - NO ESTADO DO PIAUI (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	300	24.000.000
1305 REVITALIZACAO DE BACIAS HIDROGRAFICAS EM SITUACAO DE VULNERABILIDADE E DEGRADACAO AMBIENTAL									12.000.000
		PROJETOS							
18 511	1305 116F	ABASTECIMENTO PUBLICO DE AGUA EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO RIO SAO FRANCISCO - AGUA PARA TODOS							12.000.000
18 511	1305 116F 0103	ABASTECIMENTO PUBLICO DE AGUA EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO RIO SAO FRANCISCO - AGUA PARA TODOS - NO ESTADO DA BAHIA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	4	2	90	0	300	12.000.000
TOTAL - FISCAL									24.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									12.000.000
TOTAL - GERAL									36.000.000

ORGAO : 54000 - MINISTERIO DO TURISMO
 UNIDADE : 54101 - MINISTERIO DO TURISMO

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
1166 TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS										27.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS								
23 695	1166 0564	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA								5.000.000
23 695	1166 0564 2603	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA - NO ESTADO DE MINAS GERAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	300		5.000.000
		ATIVIDADES								
23 122	1166 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA								22.000.000
23 122	1166 2272 0195	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300		22.000.000
TOTAL - FISCAL										27.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										27.000.000

ORGAO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES
 UNIDADE : 56101 - MINISTERIO DAS CIDADES

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/A CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E F	G D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0310		GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO							14.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
15 451	0310 0B16	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO							14.000.000
15 451	0310 0B16 0101	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							14.000.000
			F	4	2	40	0	300	14.000.000
6001		APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO DE MUNICIPIOS DE PEQUENO PORTE							45.000.000
		PROJETOS							
15 451	6001 109A	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS COM ATÉ 100.000 HABITANTES							45.000.000
15 451	6001 109A 3529	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS COM ATÉ 100.000 HABITANTES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							45.000.000
			F	4	2	40	0	300	45.000.000
9989		MOBILIDADE URBANA							270.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
15 453	9989 0E28	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE LINHAS E TRECHOS DE SISTEMAS DE TRENS URBANOS DE ESTADOS E MUNICIPIOS							270.000.000
15 453	9989 0E28 0103	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE LINHAS E TRECHOS DE SISTEMAS DE TRENS URBANOS DE ESTADOS E MUNICIPIOS - IMPLANTACAO DE TRECHO DA LINHA 2 DO SISTEMA METROVIARIO DE SAO PAULO - SP (CREDITO EXTRAORDINARIO)							270.000.000
			F	4	2	90	0	300	134.602.984
			F	4	2	90	0	311	135.397.016
		TOTAL - FISCAL							329.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							329.000.000

ORGÃO : 74000 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO
 UNIDADE : 74902 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR/FIEES - MIN. DA EDUCAÇÃO

ANEXO I CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1073 UNIVERSIDADE DO SÉCULO XXI									65.135.721
ATIVIDADES									
12 123	1073 4556	ADMINISTRAÇÃO DO FINANCIAMENTO CONCEDIDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NÃO-GRATUITO							65.135.721
12 123	1073 4556 0101	ADMINISTRAÇÃO DO FINANCIAMENTO CONCEDIDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NÃO-GRATUITO - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	F	3	2	90	0	118	65.135.721
TOTAL - FISCAL									65.135.721
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									65.135.721

ORGÃO : 74000 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO
 UNIDADE : 74903 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO/FND - MINISTÉRIO DO DESENV., IND. E COM. EXTERIOR

ANEXO I CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0902 OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO									275.494.000
OPERAÇÕES ESPECIAIS									
22 846	0902 0379	FINANCIAMENTO NA ÁREA DE BENS DE CONSUMO							110.000.000
22 846	0902 0379 0101	FINANCIAMENTO NA ÁREA DE BENS DE CONSUMO - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	F	5	0	90	0	680	110.000.000
22 846	0902 0384	FINANCIAMENTO NA ÁREA DE INSUMOS BÁSICOS							165.494.000
22 846	0902 0384 0101	FINANCIAMENTO NA ÁREA DE INSUMOS BÁSICOS - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	F	5	0	90	0	680	165.494.000
0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS									345.229.426
OPERAÇÕES ESPECIAIS									
22 123	0909 0471	PAGAMENTO DE DIVIDENDOS							345.229.426
22 123	0909 0471 0103	PAGAMENTO DE DIVIDENDOS - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	F	3	2	90	0	300	8.449.426
			F	3	2	90	0	650	32.527.000
			F	3	2	90	0	680	304.253.000
TOTAL - FISCAL									620.723.426
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									620.723.426

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36901 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		1306 VIGILANCIA, PREVENCAO E ATENCAO EM HIV/AIDS E OUTRAS DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS							176.624.772
		ATIVIDADES							
10 303	1306 4370	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DOS PORTADORES DE HIV/AIDS E OUTRAS DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS							176.624.772
10 303	1306 4370 0001	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DOS PORTADORES DE HIV/AIDS E OUTRAS DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS - NACIONAL							176.624.772
			S	3	1	30	0	151	1.119.276
			S	3	1	90	0	151	175.505.496
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									176.624.772
TOTAL - GERAL									176.624.772

ORGAO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
UNIDADE : 38101 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		8007 RESIDUOS SOLIDOS URBANOS							13.500.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
11 333	8007 0863	APOIO PARA ORGANIZACAO E DESENVOLVIMENTO DE COOPERATIVAS ATUANTES COM RESIDUOS SOLIDOS							13.500.000
11 333	8007 0863 0001	APOIO PARA ORGANIZACAO E DESENVOLVIMENTO DE COOPERATIVAS ATUANTES COM RESIDUOS SOLIDOS - NACIONAL							13.500.000
			F	4	2	50	0	100	13.500.000
TOTAL - FISCAL									13.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									13.500.000

ORGAO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
 UNIDADE : 38901 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	E		
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA									98.051.007
OPERACOES ESPECIAIS									
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							98.051.007
99 999	0999 0998 0241	RESERVA DE CONTINGENCIA - RECURSOS PROVENIENTES DE RECEITAS PROPRIAS E VINCULADAS							98.051.007
			S	9	0	99	0	180	98.051.007
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									98.051.007
TOTAL - GERAL									98.051.007

ORGAO : 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO
 UNIDADE : 47101 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	E		
1054 GESTAO DE RECURSOS HUMANOS E DEMOCRATIZACAO DAS RELACOES DE TRABALHO NO SETOR PUBLICO									30.489.284
OPERACOES ESPECIAIS									
04 846	1054 0623	PAGAMENTO DE PESSOAL DECORRENTE DE							30.489.284
04 846	1054 0623 0001	PROVIMENTOS POR MEIO DE CONCURSOS PUBLICOS							30.489.284
		PAGAMENTO DE PESSOAL DECORRENTE DE							
		PROVIMENTOS POR MEIO DE CONCURSOS PUBLICOS - NACIONAL							
			F	1	1	90	0	100	4.489.284
			F	3	2	90	0	100	26.000.000
TOTAL - FISCAL									30.489.284
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									30.489.284

ORGAO : 74000 - OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO
UNIDADE : 74902 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR/FIKES - MIN. DA EDUCACAO

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAQ/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
1073		UNIVERSIDADE DO SEculo XXI								65.135.721
		OPERACOES ESPECIAIS								
12 846	1073 0579	CONCESSAO DE FINANCIAMENTO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NAO-GRATUITO								66.135.721
12 846	1073 0579 0001	CONCESSAO DE FINANCIAMENTO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NAO-GRATUITO - NACIONAL								65.135.721
			F	5	0	91	0	118		65.135.721
		TOTAL - FISCAL								65.135.721
		TOTAL - SEGURIDADE								0
		TOTAL - GERAL								65.135.721

MENSAGEM Nº 1.010, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 408, de 26 de de-

zembro de 2007, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$3.015.446.182,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 26 de dezembro de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM nº 00361-2007/MP

Brasília, 26 de dezembro de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Proposta de Medida Provisória que abre crédito extraordinário no valor global de R\$ 3.015.446.182,00 (três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais), em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Educação, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de Minas e Energia, da Previdência Social, da Saúde, do Trabalho e Emprego, dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário, da Integração Nacional, do Turismo e das Cidades e de Operações Oficiais de Crédito, conforme discriminado no quadro a seguir:

Discriminação	R\$ 1,00	
	Aplicação dos Recursos	Origem dos Recursos
Ministério da Ciência e Tecnologia	8.274.000	
Ministério da Ciência e Tecnologia (Adm. direta)	8.274.000	
Ministério da Fazenda	30.489.284	
Banco Central do Brasil	30.489.284	
Ministério da Educação	64.000.000	
Ministério da Educação (Adm. direta)	.00.000.000	
	12.000.000	
	.000.000	
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	52.000.000	
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	94.605.100	
Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC	94.605.100	
Ministério de Minas e Energia	40.000.000	
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	40.000.000	
Ministério da Previdência Social	341.079.344	
Ministério da Previdência Social (Adm. direta)	61.016.000	
Instituto Nacional do Seguro Social	280.063.344	

Ministério da Saúde	1.109.000.000	176.624.772
Fundação Oswaldo Cruz	15.000.000	
Fundo Nacional da Saúde	1.094.000.000	176.624.772
Ministério do Trabalho e Emprego	111.551.007	111.551.007
Ministério do Trabalho e Emprego (Adm. direta)	13.500.000	13.500.000
Fundo de Amparo ao Trabalhador	98.051.007	98.051.007
Ministério dos Transportes	25.588.300	
Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	25.588.300	
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão		30.489.284
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Adm. direta)		30.489.284
Ministério do Desenvolvimento Agrário	20.000.000	
Ministério do Desenvolvimento Agrário (Adm. Direta)	20.000.000	
Ministério da Integração Nacional	129.000.000	
Ministério da Integração Nacional (Adm. Direta)	93.000.000	
Desenvolvimento Agrário (Adm. Direta)		
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	36.000.000	
Ministério do Turismo	27.000.000	
Ministério do Turismo (Adm. direta)	27.000.000	
Ministério das Cidades	329.000.000	
Ministério das Cidades (Adm. direta)	329.000.000	
Operações Oficiais de Crédito	685.859.147	65.135.721
Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES - Min. da Educação	65.135.721	65.135.721
Recursos sob a Supervisão do Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND- Ministério do Desenv., Ind. e Com. Exterior	620.723.426	
Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006:		2.018.000.961
Recursos Ordinários		475.914.710
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis		135.397.016
Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural		40.000.000
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		659.810.135
Recursos Próprios Não-Financeiros		32.527.000
Recursos Próprios Financeiros		674.352.100
Excesso de Arrecadação:		613.644.437
Recursos Próprios Não-Financeiros		23.695.142
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		467.931.611
Restituição de Recursos de Convênios e Congêneres		122.017.684
Total	3.015.446.182	3.015.446.182

2. No caso do Ministério da Ciência e Tecnologia, os recursos permitirão apoiar o projeto E-Camp Universidade Aberta do Campo, que tem por objetivo o desenvolvimento sustentável do meio rural, por meio da qualificação profissional, da inclusão digital e do acesso a fontes diversificadas de conhecimentos pelo produtor rural, bem como a implantação do Centro Vocacional Tecnológico Territorial de Tecnologia do Pescado, ambas as iniciativas no Estado da Bahia.
3. No que se refere ao Ministério da Fazenda, no tocante ao Banco Central do Brasil, o crédito viabilizará a manutenção do sistema de assistência à saúde de seus servidores, nos termos das alterações introduzidas pela Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, por intermédio da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, cujo § 2º do art. 15 determina que as dotações orçamentárias do BACEN destinadas à manutenção de seu sistema de saúde serão equivalentes à receita prevista com a contribuição de seus participantes.
4. No âmbito do Ministério da Educação os recursos destinam-se ao apoio ao desenvolvimento da educação básica e a instituições de ensino superior não-federais.
5. Em relação ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o crédito extraordinário destina-se ao pagamento de valores devidos a agentes financeiros operadores do Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC, relativos à honra de aval decorrente da garantia do risco dos financiamentos a micro, pequenas e médias empresas amparados pelo Fundo.
6. No âmbito do Ministério de Minas e Energia, o crédito viabilizará a realização de levantamentos hidrogeológicos, geológicos e geofísicos - aéreos e terrestres - que propiciarão melhor conhecimento das potencialidades geológicas das áreas a serem analisadas, com vistas a atrair investimentos nacionais e estrangeiros.
7. No que se refere ao Ministério da Previdência Social, os recursos possibilitarão atender o pagamento de acordo de quitação de dívidas com a Empresa de Correios e Telégrafos - ECT e com a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - Dataprev, referentes aos serviços de entrega de correspondência aos segurados da previdência e de processamento de dados, respectivamente.
8. Quanto ao Ministério da Saúde, a solicitação em pauta tem por objetivo viabilizar o custeio da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, recompondo o teto financeiro de Estados e Municípios, ampliar o acesso da população a medicamentos básicos e os ofertados pelas farmácias populares, promover a assistência à saúde dos servidores da Fundação Oswaldo Cruz, ampliar o programa saúde da família, bem como garantir a manutenção do hospital geral dos servidores.
9. O crédito em favor do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE objetiva pagar despesas contratuais, do exercício corrente, com os agentes financeiros responsáveis pelo apoio operacional ao pagamento dos benefícios Seguro-Desemprego e Abono Salarial, bem como atender projetos de apoio aos catadores de materiais recicláveis.

10. No tocante ao Ministério dos Transportes, os recursos permitiram a liquidação de débitos de exercícios anteriores oriundos de execução de obras relativas a construção, adequação e manutenção na malha rodoviária federal, a cargo do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.
11. Os recursos em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário visam apoiar projetos de infra-estrutura e serviços em territórios rurais mediante a implantação de matadouros e de resfriadores de leite em diversos municípios e localidades, bem como apoiar iniciativas que busquem o combate à fome e a redução da miséria no meio rural.
12. No âmbito do Ministério da Integração Nacional, os recursos permitirão o socorro às populações vítimas de chuvas intensas que provocaram inundações e alagamentos, precipuamente em Municípios das Regiões Sul e Sudeste; saneamento e desassoreamento do rio Guaribas e de outras localidades, mediante obras de macrodrenagem; investimentos que visam apoiar diversos projetos de infra-estrutura urbana e rural em Municípios do Estado do Piauí, construir duas pontes sobre o rio Parnaíba e trechos de estradas, de modo a fomentar o progresso socioeconômico desses Municípios, e a gerar emprego e renda; e intervenções para a revitalização da Bacia do rio São Francisco, por meio da implantação de sistemas de abastecimento de água simplificados para as comunidades ribeirinhas localizadas ao longo do rio, no Estado da Bahia, a fim de dotar os domicílios com abastecimento público de água adequado.
13. No Ministério do Turismo, viabilizará o pagamento de despesas pelos serviços prestados pela Caixa Econômica Federal nas transferências de recursos orçamentários e a execução de ações de infra-estrutura turística, permitindo a continuidade das atividades desenvolvidas no setor turístico.
14. O crédito em favor do Ministério das Cidades, possibilitará a implementação de obras voltadas ao desenvolvimento urbano de diversos Municípios carentes de infra-estrutura, localizados nos Estados da Bahia e de Minas Gerais, por meio da adequação de espaços viários urbanos e da melhoria das condições de habitabilidade. Por outro lado, os recursos destinados à linha 2 do Sistema Ferroviário Urbano de Passageiros de São Paulo viabilizarão a implantação e melhoria de vias permanentes, a construção de estações e terminais de integração e de obras de arte especiais, a revisão geral e aquisição de Trens Unidades Elétricos - TUE's, além da modernização do sistema de bilhetagem automática.
15. No que tange às Operações Oficiais de Crédito, a abertura do presente crédito permitirá atender a despesas com a operacionalização e a administração dos ativos e passivos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIEES, bem como possibilitar que o Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND efetue o pagamento aos cotistas minoritários dos dividendos apurados nos resultados líquidos positivos dos exercícios de 2000 a 2006. Além disso, o crédito possibilitará a alocação de recursos para financiamento de operações para dinamização do desenvolvimento nacional.
16. A relevância e urgência da matéria justificam-se, no Ministério da Ciência e Tecnologia, de acordo com o órgão, pela necessidade de inserir os agricultores familiares e pescadores na economia de mercado e de fortalecer o processo de comercialização da produção e, assim, contribuir para a redução das desigualdades regionais e sociais.
17. No tocante ao Ministério da Fazenda, a relevância e urgência decorrem do fato de que o não cumprimento do citado dispositivo legal levará, no curtíssimo prazo, à completa exaustão e ao colapso do sistema de assistência à saúde dos servidores do Banco Central, que conta com 32 anos de existência e assiste a mais de vinte e nove mil pessoas.

18. No que diz respeito ao Ministério da Educação, a relevância e urgência evidencia-se pela impossibilidade de postergação das ações do órgão, sob pena de comprometimento da eficácia da ação governamental em melhorar a qualidade do ensino superior e da educação básica.

19. A relevância e urgência, no que se refere ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, justificam-se pela necessidade de se regularizar o pagamento das despesas com honra de aval decorrente de garantia do risco das operações de financiamento a micro, pequenas e médias empresas amparadas pelo FGPC, com vistas a manter a credibilidade das operações e evitar ações judiciais de cobrança.

20. A relevância e urgência, no Ministério de Minas e Energia, justificam-se pela necessidade de atrair investimentos para o país, sob risco de estagnação de explorações futuras e da entrada de novos investidores, haja vista que os levantamentos hidrogeológicos, geológicos e geofísicos constituem uma cadeia produtiva que vai desde os estudos iniciais até a exploração de uma jazida mineral; além da necessidade de ser aproveitada a janela climática, dado que o iminente período de chuvas inviabilizará os levantamentos.

21. No Ministério da Previdência Social, a relevância e urgência desta medida evidenciam-se pela possibilidade de interrupção dos serviços por parte das referidas empresas, inviabilizando o pagamento de todos os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

22. A relevância e urgência, no âmbito do Ministério da Saúde, caracterizam-se pelo prejuízo que pode ser causado à saúde da população, principalmente considerando o não atendimento da demanda de atenção ambulatorial e hospitalar, com a inclusão de procedimentos na tabela do Sistema Único de Saúde, com a ampliação do acesso aos medicamentos básicos e da farmácia popular e com a garantia da manutenção dos serviços prestados pelo hospital geral dos servidores. Ressalta-se, também, a possibilidade de se inviabilizar o sistema de assistência à saúde dos servidores da Fundação Oswaldo Cruz.

23. A relevância e a urgência justificam-se pela possibilidade de suspensão dos serviços prestados pelos agentes financeiros responsáveis pelo apoio operacional ao pagamento dos benefícios Seguro-Desemprego e Abono Salarial, inviabilizando seus recebimentos, bem como a possibilidade de comprometimento das iniciativas voltadas ao desenvolvimento das cooperativas de catadores de materiais recicláveis, as quais representam importante instrumento de inclusão social.

24. A relevância e urgência da matéria, no que se refere ao Ministério dos Transportes, justificam-se devido à necessidade premente de quitar débitos de exercícios anteriores do DNIT, de forma a evitar o crescimento da dívida com juros, o aumento de decisões judiciais de pagamento a credores e, conseqüentemente, sérios prejuízos ao erário.

25. A urgência e relevância no caso do Ministério do Desenvolvimento Agrário justificam-se pelo fato de que a construção de matadouros e a disponibilização de resfriadores de leite em territórios rurais que tenham vocação para a agricultura familiar permitirá que os abates de animais e produção de leite passem a ser processados em conformidade com as normas sanitárias, com vistas à redução de contágio e de contaminação que possam causar riscos à saúde dos consumidores; e o apoio a iniciativas que visem o combate da fome e a redução da miséria no meio rural, proporcionará condições de trabalho, de renda e de sustentabilidade às famílias de agricultores familiares, objetivando a redução das tensões sociais típicas em comunidades rurais pobres e desamparadas pelo poder público.

26. A relevância e urgência da matéria, no Ministério da Integração Nacional, são justificadas pelas graves conseqüências oriundas das fortes chuvas, como riscos à saúde da população e a danificação da infra-estrutura local; pela necessidade de melhorar as condições socioeconômicas de Municípios extremamente carentes no Brasil, por meio de investimentos que evitarão sérios prejuízos sociais e a estagnação das economias locais, além da premente necessidade de ampliação do abastecimento de água potável, de forma ambientalmente sustentável, visando minimizar o sofrimento de enorme parcela da população brasileira alijada do acesso à água.

27. A relevância e urgência, para o Ministério do Turismo, justificam-se pela necessidade de garantir a continuidade dos serviços prestados pela Caixa Econômica Federal nas transferências de recursos orçamentários, evitar o aumento de juros e multas sobre o débito e viabilizar a execução de ações relacionadas a infra-estrutura turística, mantendo a continuidade das ações, objetivando o fortalecimento do setor turístico nacional.

28. A relevância e urgência da matéria da proposição para o Ministério das Cidades justificam-se devido à necessidade de melhorar a segurança do cidadão, como parte de políticas públicas capazes de combater efetivamente a exclusão social, e reduzir a vulnerabilidade em que se encontram famílias, em especial de baixa renda, devido à carência de infra-estrutura urbana, além de minimizar o risco de paralisação das obras de implantação da linha 2 do Sistema Ferroviário Urbano de Passageiros de São Paulo, o que acarretaria em custos adicionais significativos aos projetos e prejuízos à população beneficiária.

29. A relevância e urgência, no que tange a Operações Oficiais de Crédito, justificam-se pela necessidade de se evitar a imposição indevida de ônus ao Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior com o pagamento de juros contratuais decorrentes de atraso na liquidação das taxas de administração do mesmo e pela necessidade de cumprir o direito dos cotistas minoritários de receberem os dividendos das cotas de participação no Fundo Nacional de Desenvolvimento, os quais se não pagos poderão ser objeto de interpelação judicial dos responsáveis pela gestão do mencionado Fundo. Ademais, os financiamentos no âmbito do FND contribuem para o desenvolvimento nacional, na medida em que possibilitam a realização de investimentos em setores prioritários para a dinamização das atividades econômicas.

30. Esclareça-se que a proposição está em conformidade com o disposto no art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição, e será atendida com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006 e de excesso de arrecadação, conforme demonstrativos constantes do Anexo a esta Exposição de Motivo, e de anulação parcial de dotações orçamentárias.

31. Nessas condições, tendo em vista a relevância e urgência da matéria, submeto à consideração de Vossa Excelência, em anexo, proposta de Medida Provisória, que visa a efetivar a abertura do referido crédito extraordinário.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO

Unidade: 32000 – Ministério de Minas e Energia - MME R\$ 1,00

Fonte 42: - Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural

Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2006 (A)	10.112.766.000
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (B)	0
Créditos Extraordinários (C)	40.000.000
Abertos	0
Em tramitação (1)	40.000.000
Créditos Suplementares e Especiais (D)	0
Outras modificações orçamentárias efetivadas (E)	0
Saldo F = (A-B-C-D-E)	10.072.766.000

(A) Portaria STN nº 182, de 29 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 24 de dezembro de 2007.

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Unidade: 36901 – Fundo Nacional de Saúde
Fonte 50 – Recursos Próprios Não-Financeiros

NATUREZA	2007		EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C = B - A)
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	
16000000 Receita de Serviços	122	528.442	528.320
19100000 Multas e Juros de Mora	2.652.193	2.932.480	280.287
19200000 Indenizações e Restituições	14.292.137	34.281.283	19.989.146
19300000 Receita da Dívida Ativa	866	34.759	33.893
19900000 Receitas Diversas	1.503.104.314	1.690.941.810	187.837.496
Total das Receltas	1.520.049.132	1.728.718.774	208.669.142
D - Créditos Extraordinários e Especiais reabertos			0
E - Créditos Extraordinários			23.695.142
Abertos			0
Em tramitação (1)			23.695.142
F - Créditos Suplementares e Especiais			184.974.000
G - Outras modificações orçamentárias efetivadas			0
H - Saldo = (C-D-E-F-G)			0

(1) Inclui o valor do presente crédito em 24.12.2007.

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO

Fonte 51 – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas

R\$ 1,00

NATUREZA	2007		EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C = B - A)
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	
12100000 Contribuições Sociais	24.558.091.712	25.579.705.171	1.021.613.459
19100000 Multas e Juros de Mora	516.949.008	290.613.640	-226.335.368
19300000 Receita da Dívida Ativa	111.953.019	93.940.412	-18.012.607
Total das Receitas	25.186.993.739	25.964.259.223	777.265.484
D - Créditos Extraordinários e Especiais reabertos			0
E - Créditos Extraordinários			492.931.611
Abertos			25.000.000
Em tramitação (1)			467.931.611
F - Créditos Suplementares e Especiais			-78.231.750
G - Outras modificações orçamentárias efetivadas			1.211.557
H - Saldo = (C-D-E-F-G)			361.354.066

(1) Inclui o valor do presente crédito em 24.12.2007.

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO

Unidade: 36901 – Fundo Nacional de Saúde

Fonte 82 – Restituição de Recursos de Convênios e Congêneres

R\$ 1,00

NATUREZA	2007		EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C = B - A)
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	
19220000 Restituições	36.411.103	158.428.787	122.017.684
Total das Receitas	36.411.103	158.428.787	122.017.684
D - Créditos Extraordinários e Especiais reabertos			0
E - Créditos Extraordinários			122.017.684
Abertos			0
Em tramitação (1)			122.017.684
F - Créditos Suplementares e Especiais			0
G - Outras modificações orçamentárias efetivadas			0
H - Saldo = (C-D-E-F-G)			0

(1) Inclui o valor do presente crédito em 24.12.2007.

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO

Fonte 51: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas	R\$ 1,00
Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2006 (A)	2.070.574.000
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (B)	87.987.863
Créditos Extraordinários (C)	1.845.497.871
Abertos	1.185.687.736
Em tramitação (1)	659.810.135
Créditos Suplementares e Especiais (D)	0
Outras modificações orçamentárias efetivadas (E)	125.967.484
Saldo F = (A-B-C-D-E)	11.120.782

(A) Portaria STN nº 182, de 29 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 24 de dezembro de 2007.

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO

Unidade: 32000 – Ministério de Minas e Energia - MME	R\$ 1,00
Fonte 42: - Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural	
Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2006 (A)	10.112.766.000
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (B)	0
Créditos Extraordinários (C)	40.000.000
Abertos	0
Em tramitação (1)	40.000.000
Créditos Suplementares e Especiais (D)	0
Outras modificações orçamentárias efetivadas (E)	0
Saldo F = (A-B-C-D-E)	10.072.766.000

(A) Portaria STN nº 182, de 29 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 24 de dezembro de 2007.

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO

Fonte 00: Recursos Ordinários	R\$ 1,00
Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2006 (A)	19.542.041.000
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (B)	342.845.279
Créditos Extraordinários (C)	10.980.065.114
Abertos	10.512.414.404
Em tramitação (1)	475.914.710
Créditos Suplementares e Especiais (D)	1.073.552.123
Outras modificações orçamentárias efetivadas (E)	1.547.815.179
Saldo F = (A-B-C-D-E)	5.562.489.305

(A) Portaria STN nº 182, de 29 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 24 de dezembro de 2007.

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO

Fonte 11: Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	R\$ 1,00
Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2006 (A)	7.337.510.000
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (B)	37.504.178
Créditos Extraordinários (C)	3.520.425.190
Abertos	3.385.028.174
Em tramitação (1)	135.397.016
Créditos Suplementares e Especiais (D)	0
Outras modificações orçamentárias efetivadas (E)	3.749.185.213
Saldo F = (A-B-C-D-E)	30.395.419

(A) Portaria STN nº 182, de 29 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 24 de dezembro de 2007.

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO

Unidade: 74903 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND - Ministério do Desenv., Ind. e Com. Exterior

Fonte 80: Recursos Próprios Financeiros	R\$ 1,00
Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2006 (A)	579.747.000
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (B)	0
Créditos Extraordinários (C)	579.747.000
Abertos	0
Em tramitação (1)	579.747.000
Créditos Suplementares e Especiais (D)	0
Outras modificações orçamentárias efetivadas (E)	0
Saldo F = (A-B-C-D-E)	0

(A) Portaria STN nº 182, de 29 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 24 de dezembro de 2007.

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO

Unidade: 28904 - Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC

Fonte 80: Recursos Próprios Financeiros	R\$ 1,00
Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2006 (A)	581.095.000
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (B)	0
Créditos Extraordinários (C)	94.605.100
Abertos	0
Em tramitação (1)	94.605.100
Créditos Suplementares e Especiais (D)	0
Outras modificações orçamentárias efetivadas (E)	0
Saldo F = (A-B-C-D-E)	486.489.900

(A) Portaria STN nº 182, de 29 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 24 de dezembro de 2007.

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO

Unidade: 74903 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND - Ministério do Desenv., Ind. e Com. Exterior

Fonte 50: Recursos Próprios Não-Financeiros	R\$ 1,00
Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2006 (A)	32.527.000
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (B)	0
Créditos Extraordinários (C)	32.527.000
Abertos	0
Em tramitação (1)	32.527.000
Créditos Suplementares e Especiais (D)	0
Outras modificações orçamentárias efetivadas (E)	0
Saldo F = (A-B-C-D-E)	0

(A) Portaria STN nº 182, de 29 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 24 de dezembro de 2007.

Of. nº 88/08/OS-GSE

Brasília, 10 de abril de 2008

Assunto: Envio de MPv para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 408, de 2007, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 2-4-08, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do

Poder Executivo, no valor global de R\$3.015.446.182,00 (três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais), para os fins que especifica.”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro-Secretário.

MPV Nº 408

Publicação no DO	27-12-2007
Emendas	até 11-2-2008
Prazo na Comissão	6-2-2008 a 19-2-2008 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	19-2-2008
Prazo na CD	20-2-2008 a 4-3-2008 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	4-3-2008
Prazo no SF	5-3-2008 a 18-3-2008 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	18-3-2008
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	19-3-2008 a 21-3-2008 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	22-3-2008 (46º dia)
Prazo final no Congresso	5-4-2008 (60 dias)
Prazo final Prorrogado	4-6-2008
(*)Prazo prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 10, de 2008 – DOU (Seção I) de 28-3-2008.	

MPV Nº 408

Votação na Câmara dos Deputados	2-4-2008
Leitura no Senado Federal	
Votação no Senado Federal	

SENADO FEDERAL

CONSULTORIA DE ORÇAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

NOTA TÉCNICA Nº 002 DE 2008

Assunto: Medida Provisória nº 408, de 26 de dezembro de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 3.015.446.182,00 (três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais), para os fins que especifica.

Interessado: Comissão Mista de Orçamentos

I – INTRODUÇÃO

Com base no art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República adotou e submeteu à deliberação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 408, de 26 de dezembro de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 3.015.446.182,00 (três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais), para atender às programações constantes de seu Anexo I.

Os recursos necessários à abertura do crédito decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, no valor de R\$ 2.018.000.961,00 (dois bilhões, dezoito milhões e novecentos e sessenta e um reais);

II - excesso de arrecadação no valor de R\$ 613.644.437,00 (seiscentos e treze milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e sete reais); e

III - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 383.800.784,00 (trezentos e oitenta e três milhões, oitocentos mil, setecentos e oitenta e quatro reais).

Os recursos mencionados serão distribuídos distribuídos conforme o quadro a seguir (em R\$):

DISCRIMINAÇÃO	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	ORIGEM DOS RECURSOS
Ministério da Ciência e Tecnologia	8.274.000	
Ministério da Ciência e Tecnologia (Adm. direta)	8.274.000	
Ministério da Fazenda	30.489.284	
Banco Central do Brasil	30.489.284	
Ministério da Educação	64.000.000	
Ministério da Educação (Adm. direta)	12.000.000	
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	52.000.000	
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	94.605.100	
Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC	94.605.100	
Ministério de Minas e Energia	40.000.000	
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	40.000.000	
Ministério da Previdência Social	341.079.344	
Ministério da Previdência Social (Adm. direta)	61.016.000	
Instituto Nacional do Seguro Social	280.063.344	
Ministério da Saúde	1.109.000.000	176.624.772
Fundação Oswaldo Cruz	15.000.000	
Fundo Nacional da Saúde	1.094.000.000	176.624.772
Ministério do Trabalho e Emprego	111.551.007	111.551.007
Ministério do Trabalho e Emprego (Adm. direta)	13.500.000	13.500.000
Fundo de Amparo ao Trabalhador	98.051.007	98.051.007
Ministério dos Transportes	25.588.300	
Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	25.588.300	
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão		30.489.284
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Adm. direta)		30.489.284
Ministério do Desenvolvimento Agrário	20.000.000	
Ministério do Desenvolvimento Agrário (Adm. Direta)	20.000.000	
Ministério da Integração Nacional	129.000.000	
Ministério da Integração Nacional (Adm. Direta) Desenvolvimento Agrário (Adm. Direta)	93.000.000	
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf	36.000.000	
Ministério do Turismo	27.000.000	
Ministério do Turismo (Adm. direta)	27.000.000	
Ministério das Cidades	329.000.000	
Ministério das Cidades (Adm. direta)	329.000.000	
Operações Oficiais de Crédito	685.859.147	65.135.721
Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES - Min. da Educação	65.135.721	65.135.721
Recursos sob a Supervisão do Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND- Ministério do Desenv., Ind. e Com. Exterior	620.723.426	

Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006:		2.018.000.961
Recursos Ordinários		475.914.710
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis		135.397.016
Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural		40.000.000
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		659.810.135
Recursos Próprios Não-Financeiros		32.527.000
Recursos Próprios Financeiros		674.352.100
Excesso de Arrecadação:		613.644.437
Recursos Próprios Não-Financeiros		23.695.142
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		467.931.611
Restituição de Recursos de Convênios e Congêneres		122.017.684
Total	3.015.446.182	3.015.446.182

Segundo a Exposição de Motivos nº 00361-2007-MP, de 26 de dezembro de 2007, que acompanha a Medida Provisória nº 408/2007, no caso do **Ministério da Ciência e Tecnologia**, os recursos permitirão apoiar o projeto E-Camp - Universidade Aberta do Campo, bem como a implantação do Centro Vocacional Tecnológico Territorial de Tecnologia do Pescado, no Estado da Bahia. No que se refere ao **Ministério da Fazenda**, o crédito viabilizará a manutenção do sistema de assistência à saúde de servidores do Banco Central do Brasil. No âmbito do **Ministério da Educação** os recursos destinam-se ao apoio ao desenvolvimento da educação básica e a instituições de ensino superior não-federais. Em relação ao **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, o crédito destina-se ao pagamento de valores devidos a agentes financeiros operadores do Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC. No âmbito do **Ministério de Minas e Energia**, o crédito viabilizará a realização de levantamentos hidrogeológicos, geológicos e geofísicos, aéreos e terrestres. No que se refere ao **Ministério da Previdência Social**, os recursos possibilitarão atender ao pagamento de acordo de quitação de dívidas com a Empresa de Correios e Telégrafos - ECT e com a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - Dataprev, referentes aos serviços de entrega de correspondência aos segurados da previdência e de processamento de dados. Quanto ao **Ministério da Saúde**, a solicitação em pauta tem por objetivo viabilizar o custeio da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, recompondo o teto financeiro de Estados e Municípios, ampliar o acesso da população a medicamentos básicos e os ofertados pelas farmácias populares, promover a assistência à saúde dos servidores da Fundação Oswaldo Cruz, ampliar o programa Saúde da Família, bem como garantir a manutenção do hospital geral dos servidores. O crédito em favor do **Ministério do Trabalho e Emprego** - MTE objetiva pagar despesas contratuais do exercício corrente com os agentes financeiros responsáveis pelo apoio operacional ao pagamento dos benefícios Seguro-Desemprego e Abono Salarial, bem como atender projetos de apoio aos catadores de materiais recicláveis. No tocante ao **Ministério dos Transportes**, os recursos permitirão a liquidação de débitos de exercícios anteriores oriundos de execução de obras relativas à construção, adequação e manutenção na malha rodoviária federal, a cargo do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT. Os recursos em favor do **Ministério do Desenvolvimento Agrário** visam apoiar projetos de infra-estrutura e serviços em territórios rurais mediante a implantação de matadouros e de resfriadores de leite em diversos municípios e localidades, bem como apoiar iniciativas que busquem o combate à fome e a redução da miséria no meio rural. No âmbito do **Ministério da Integração Nacional**, os recursos permitirão o socorro às populações vítimas de chuvas intensas que

provocaram inundações e alagamentos, precipuamente em Municípios das Regiões Sul e Sudeste e a gerar emprego e renda; e intervenções para a revitalização da Bacia do rio São Francisco. No **Ministério do Turismo**, viabilizará o pagamento de despesas pelos serviços prestados pela Caixa Econômica Federal nas transferências de recursos orçamentários e a execução de ações de infra-estrutura turística, permitindo a continuidade das atividades desenvolvidas no setor turístico. O crédito em favor do **Ministério das Cidades**, possibilitará a implementação de obras voltadas ao desenvolvimento urbano de diversos Municípios carentes de infra-estrutura, localizados nos Estados da Bahia e de Minas Gerais e obras da Linha 2 do Sistema Ferroviário Urbano de Passageiros de São Paulo. No que tange às **Operações Oficiais de Crédito**, a abertura do presente crédito permitirá atender a despesas com a operacionalização e a administração dos ativos e passivos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIEES, bem como possibilitar que o Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND efetue o pagamento aos cotistas minoritários dos dividendos apurados nos resultados líquidos positivos dos exercícios de 2000 a 2006.

Ainda segundo a citada Exposição de Motivos nº 00361-2007-MP, a **relevância e a urgência** da matéria justificam-se, no **Ministério da Ciência e Tecnologia**, pela necessidade de inserir os agricultores familiares e pescadores na economia de mercado e de fortalecer o processo de comercialização da produção e, assim, contribuir para a redução das desigualdades regionais e sociais. No tocante ao **Ministério da Fazenda**, a decorrem do fato de que o não cumprimento do citado dispositivo legal levará, no curtíssimo prazo, à completa exaustão e ao colapso do sistema de assistência à saúde dos servidores do Banco Central. No que diz respeito ao **Ministério da Educação**, evidenciam-se pela impossibilidade de postergação das ações do órgão, sob pena de comprometimento da eficácia da ação governamental em melhorar a qualidade do ensino superior e da educação básica. No que se refere ao **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, justificam-se pela necessidade de se regularizar o pagamento das despesas com honra de aval decorrente de garantia do risco das operações de financiamento a micro, pequenas e médias empresas amparadas pelo FGPC. No **Ministério de Minas e Energia**, justificam-se pela necessidade de atrair investimentos para o país, sob risco de estagnação de explorações futuras e da entrada de novos investidores. No **Ministério da Previdência Social**, evidenciam-se pela possibilidade de interrupção dos serviços por parte das referidas empresas, inviabilizando o pagamento de todos os benefícios do Regime Geral de Previdência Social. No âmbito do **Ministério da Saúde**, caracterizam-se pelo prejuízo que pode ser causado à saúde da população. No que se refere ao **Ministério dos Transportes**, justificam-se devido à necessidade premente de quitar débitos de exercícios anteriores do DNIT. No caso do **Ministério do Desenvolvimento Agrário** permitirá que os abates de animais e produção de leite passem a ser processados em conformidade com as normas sanitárias. No **Ministério da Integração Nacional**, são justificadas pelas graves conseqüências oriundas das fortes chuvas, como riscos à saúde da população e a danificação da infra-estrutura local. Para o **Ministério do Turismo**, justificam-se pela necessidade de garantir a continuidade dos serviços prestados pela Caixa Econômica Federal nas transferências de recursos orçamentários. Para o **Ministério das Cidades** justificam-se devido à necessidade de melhorar a segurança do cidadão, como parte de políticas públicas capazes de combater efetivamente a exclusão social, e reduzir a vulnerabilidade em que se encontram famílias, em especial de baixa renda. No que tange a **Operações Oficiais de Crédito**, justificam-se pela necessidade de se evitar a imposição indevida de ônus ao Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior.

II. ANÁLISE

II.1. DO ATENDIMENTO DOS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS

O art. 62 da Constituição Federal confere competência ao Presidente da República para, em caso de relevância e urgência, adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato à apreciação do Congresso Nacional. O § 3º do art. 167 da Lei Magna, estabelece que a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas **imprevisíveis e urgentes**, como as decorrentes de **guerra, comoção interna ou calamidade pública**, observado o disposto no art. 62.

A Exposição de Motivos (EM) nº 00361/2007-MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, apresentou um resumo da programação constante do crédito extraordinário, a destinação dos recursos por Órgão e Unidade Orçamentária, assim como as razões de relevância e urgência que teriam motivado e justificado a edição da Medida Provisória nº 408/2007.

Apesar de restarem claras as razões pelas quais se incluíram, na lei orçamentária em vigor, as ações constantes do crédito adicional, na modalidade crédito extraordinário, questionamos a validade do instrumento utilizado para levar a cabo sua inclusão: uma medida provisória, em vez de um projeto de lei.

Visto que muitas das ações objeto da MP em exame – como as atividades relativas à manutenção da malha rodoviária federal e à construção da malha ferroviária, por exemplo – constam das leis orçamentárias ano após ano, e em nada se assemelham a despesas **“decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública”**, consideramos implausível eventual alegação de imprevisibilidade da quase totalidade dos gastos correspondentes.

É imperioso ressaltar que uma despesa “imprevisível” não é sinônimo de despesa “não prevista”. A despesa “imprevisível” é aquela em relação à qual não haveria meio de o administrador antecipar a sua ocorrência, tendo em vista derivar de acontecimento fortuito que escapa à sua alçada. Nesse sentido, como visto acima, a Constituição Federal, em seu art. 167, § 3º, exemplifica os fatos considerados imprevisíveis, que justificam a abertura de crédito extraordinário, como sendo os **“decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública”**. A despesa “não prevista”, por outro lado, é aquela que o administrador teria condições de antecipar e, portanto, de aportar recursos, mas não o fez em face das escolhas contidas no planejamento que adotou e submeteu à aprovação legislativa.

II.2. DA ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

O art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, que *“dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências”*, refere-se da seguinte forma ao exame da adequação

orçamentária e financeira: “O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.”

O § 12 do art. 63 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 - LDO/2007 (Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006) estabelece que “**nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a: I – superávit financeiro do exercício de 2006, por fonte de recursos; II – créditos reabertos no exercício de 2007 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo; III – valores do superávit financeiro já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2006 por fonte de recursos.**”

Não obstante o *caput* do supracitado art. 63 referir-se a créditos propostos por projetos de lei, consideramos que os procedimentos sugeridos pelos seus §§ 12 e 14 devem ser igualmente adotados nos casos de créditos abertos por medidas provisórias. Se assim não for, estar-se-á comprometendo a transparência tão desejável e necessária ao acompanhamento da aplicação dos recursos públicos por parte do próprio governo, das instituições públicas e da sociedade. O § 14 do mesmo artigo prevê que “**os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.**”

A EM nº 361/2007-MP não provê qualquer informação acerca do detalhamento do histórico de utilização, como fonte de recursos para outros créditos adicionais anteriormente reabertos ou aprovados, do saldo do superávit financeiro de 2006 que está sendo utilizado como fonte de recursos da MP nº 408/2007. Citada EM tampouco contém demonstrativo de que a abertura do crédito extraordinário não afeta o resultado primário anual do Anexo de Metas Fiscais da LDO/2007, ou indica as compensações necessárias, ainda que tenha feito uso de receita financeira (superávit financeiro) para financiar parte das despesas primárias constantes da MP. Apresenta, tão somente, os demonstrativos dos cálculos do superávit financeiro e do excesso de arrecadação.

Dotações contempladas absurdamente por este crédito extraordinário constam da Lei Orçamentária para 2007. O Poder Executivo engendrou o artifício de criar subtítulo novo para especificar localidade já contemplada, mantendo a mesma denominação. Esse absurdo justificaria a adoção de um crédito adicional na modalidade crédito suplementar. É para isso que os créditos suplementares foram criados pelo artigo 41 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, ou seja, para reforço de dotação orçamentária. Ressalte-se, finalmente, que as dotações contempladas por este crédito extraordinário foram empenhadas e inscritas em restos a pagar, nos termos do artigo 36 da Lei nº 4.320/64.

III. CONCLUSÃO

A Medida Provisória nº 408, de 2007, não atende ao disposto no § 3º do art. 167 da Lei Magna, que estabelece que a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas **imprevisíveis e urgentes**, como as decorrentes de **guerra, comoção interna ou calamidade pública**, observado o disposto no art. 62. Não foi comprovada a sua adequação no atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União para 2007. **Por conseguinte, a Medida Provisória nº 408, de 2007, deverá ser rejeitada pelo Congresso Nacional.**

Na Consultoria de Orçamentos colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos adicionais.

Brasília, 28 de janeiro de 2008


LUIZ GONÇALVES DE LIMA FILHO
Consultor de Orçamentos

**PARECER DO RELATOR,
PELA COMISSÃO MISTA DE PLANOS,
ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, À
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 408, DE 2007, E EMENDAS**

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, parecer sobre Medida Provisória nº 408, de 26 de dezembro de 2007, que abre crédito extraordinário em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$3.015.446.182 reais, para os fins que especifica.

Com base no art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição Federal, o Exmº Sr. Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 190, de 2007 (nº 1.010, de 2007, na origem), a Medida Provisória nº 408, de 26 de dezembro de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor mencionado.

Os recursos para abertura do crédito provêm de: superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2006, no valor de R\$2.018.000.961,00, relativo a Recursos Ordinários;

Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Combustíveis, a Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural; a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas; a Recursos Próprios Não-Financeiros; excesso de arrecadação no montante de R\$613.644.437,00, de Recursos Próprios Não-Financeiros; de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas e de Restituição de Recursos de Convênios e Congêneres, também da anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$383.800.784,00, correspondente ao Ministério da Saúde, ao Ministério do Trabalho e Emprego, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Operações Oficiais de Crédito.

O crédito extraordinário em análise visa atender às programações constantes do anexo I dos seguintes órgãos, com suas respectivas unidades orçamentárias:

– órgão 24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia – Unidade Orçamentária 24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia – no valor de R\$8.274.000,00 para atender a operação especial de apoio à implantação e moderni-

zação de centros vocacionais tecnológicos nacional;

– órgão 25000 – Ministério da Fazenda – Unidade Orçamentária 25201 – Banco Central do Brasil – no importe de R\$30.489.284,00 para atender a atividade de assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes nacional;

– órgão 26000 – Ministério da Educação – Unidade Orçamentária 26101 – Ministério da Educação – no montante de R\$12.000.000,00 para atender a operação especial de apoio a entidades de ensino superior não-federais no Estado de São Paulo;

– órgão 26000 – Ministério da Educação – Unidade Orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no valor de R\$52.000.000,00 para atender a operação especial de apoio ao desenvolvimento da educação básica nacional;

– órgão 28000 – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Unidade Orçamentária 28904 – Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade – FGPC – no valor de R\$94.605.100,00 para atender a operação especial de honra de aval decorrente de garantia do risco das operações de financiamento a micro, pequenas e médias empresas (Lei nº 9.531, de 1997) – nacional;

– órgão 32000 – Ministério de Minas e Energia – Unidade Orçamentária 32202 – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM – no valor de R\$40.000.000,00, para atender as atividades de levantamento hidrogeológico – nacional (R\$5.000.000,00), levantamentos geológicos – nacional (R\$10.000.000,00) e levantamentos geofísicos – nacional (R\$25.000.000,00);

– órgão 33000 – Ministério da Previdência Social – Unidade Orçamentária 33101 – Ministério da Previdência Social – no valor de R\$61.016.000,00 para atender a atividade de serviço de processamento de dados da Guia de Previdência Social – GPS, e da guia de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP – nacional;

– órgão 33000 – Ministério da Previdência Social – Unidade Orçamentária 33201 – Instituto Nacional do Seguro Social – no valor de R\$280.063.344,00, para atender a atividades

de remuneração dos serviços postais – nacional (R\$177.156.381,00), de serviço de processamento de dados de benefícios previdenciários – nacional (R\$54.781.843,00), de Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS – nacional (R\$7.300.575,00) e de remuneração dos agentes pagadores de benefícios previdenciários – nacional (R\$40.824.545,00);

– órgão 36000 – Ministério da Saúde – Unidade Orçamentária 36201 – Fundação Oswaldo Cruz – no valor de R\$15.000.000,00, para atender a atividade de assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes no Estado do Rio de Janeiro;

– órgão 36000 – Ministério da Saúde – Unidade Orçamentária 36901 – Fundo Nacional de Saúde – no valor de R\$1.094.000.000,00, para atender a:

a) operações especiais de incentivo financeiro a municípios habilitados a parte variável do piso de atenção básica – PAB para a saúde da família nos Estados do Amazonas (R\$18.000.000,00), de Pernambuco (R\$21.000.000,00) e de Minas Gerais (R\$33.000.000,00);

b) atividade de atenção à saúde nos hospitais da rede pública federal – Hospital Geral dos Servidores, Rio de Janeiro (R\$8.000.000,00);

c) atividade de atenção à saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos Estados habilitados em gestão plena/avançada nos Estados da Bahia (R\$21.570.000,00), da Paraíba (R\$5.500.000,00), de Alagoas (R\$5.020.000,00), de Goiás (R\$42.640.000,00), de Minas Gerais (R\$88.390.000,00), de Pernambuco (R\$14.130.000,00), de Rondônia (R\$1.950.000,00), de Roraima (R\$620.000,00), de Santa Catarina (R\$47.370.000,00), de São Paulo (R\$336.710.000,00), de Sergipe (R\$3.080.000,00), de Tocantins (R\$2.140.000,00), do Acre (R\$1.010.000,00), do Amapá (R\$740.000,00), do Amazonas (R\$4.450.000,00), do Ceará (R\$12.360.000,00), do Espírito Santo (R\$32.420.000,00), do Maranhão (R\$8.230.000,00), do Mato Grosso (R\$25.020.000,00), do Mato Grosso do Sul (R\$25.680.000,00), do Pará (R\$8.980.000,00), do Paraná (R\$96.410.000,00), do Piauí (R\$4.580.000,00), do Rio de Janeiro (R\$79.850.000,00), do Rio Grande do Nor-

te (R\$4.660.000,00), do Rio Grande do Sul (R\$107.570.000,00) e do Distrito Federal (R\$18.920.000,00);

d) operação especial de incentivo financeiro a municípios habilitados a parte variável do Piso de Atenção Básica – PAB para assistência farmacêutica básica nos estados de Tocantins (R\$10.000,00), do Maranhão (R\$100.000,00), do Piauí (R\$110.000,00), do Rio Grande do Norte (R\$160.000,00), da Paraíba (R\$250.000,00), de

Alagoas (R\$50.000,00), de Sergipe (R\$20.000,00) e de São Paulo (R\$1.300.000,00);

e) atividade de manutenção e funcionamento das farmácias populares – nacional (R\$12.000.000,00);

– órgão 38000 – Ministério do Trabalho e Emprego – Unidade Orçamentária 38101 – Ministério do Trabalho e Emprego – no valor de R\$13.500.000,00, para atender a operação especial de apoio para organização e desenvolvimento de cooperativas atuantes com resíduos sólidos – nacional; – órgão 38901 – Ministério do Trabalho e Emprego – Unidade Orçamentária 38901 – Fundo de Amparo ao Trabalhador – no valor de R\$98.051.007,00, para atender a atividades de remuneração dos agentes pagadores e operadores do benefício abono salarial – nacional, no valor de R\$50.006.264,00, e remuneração dos agentes pagadores e operacionalização do seguro-desemprego – nacional (R\$48.044.743,00);

– órgão 39000 – Ministério dos Transportes – Unidade Orçamentária 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT – no valor de R\$25.588.300,00, para atender a operação especial de pagamento de débitos de obras de infra-estrutura rodoviária – nacional;

– órgão 49000 – Ministério do Desenvolvimento Agrário – Unidade Orçamentária 49101 – Ministério do Desenvolvimento Agrário – no valor de R\$20.000.000,00, para atender a operação especial de apoio a projetos de infra-estrutura e serviços em territórios rurais – nacional;

– órgão 53000 – Ministério da Integração Nacional – Unidade Orçamentária 53101 – Ministério da Integração Nacional – no valor de R\$93.000.000,00, para atender a atividade de socorro e assistência às pessoas atingidas por desastres – nacional (R\$55.000.000,00) e

projeto de obras em macrodrenagem, no Estado do Piauí (R\$20.000.000,00), e nacional (R\$18.000.000,00);

– órgão 53000 – Ministério da Integração Nacional – Unidade Orçamentária 53201 – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Rio São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF – no valor de R\$ 36.000.000,00, para atender a operação especial de apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local, integrado no Estado do Piauí (R\$24.000.000,00), e projeto de abastecimento público de água em comunidades ribeirinhas do Rio São Francisco – Água para todos –, no Estado da Bahia (R\$12.000.000,00);

– órgão 54000 – Ministério do Turismo – Unidade Orçamentária 54101 –, Ministério do Turismo – no valor de R\$27.000.000,00, para atender a operação especial de apoio a projetos de infra-estrutura turística no Estado de Minas Gerais (R\$5.000.000,00) e atividade de gestão e administração do programa – nacional (R\$22.000.000,00);

– órgão 56000 – Ministério das Cidades – Unidade Orçamentária 56101 – Ministério das Cidades – no valor de R\$329.000.000,00, para atender a operações especiais de apoio à política nacional de desenvolvimento urbano – nacional (R\$14.000.000,00) e de apoio à implantação, ampliação ou melhoria de linhas e trechos de sistemas de trens urbanos de Estados e municípios – implantação de trecho da linha 2 do sistema metroviário de São Paulo (R\$270.000.000,00), bem como para atender a projeto de implantação ou melhoria de obras de infra-estrutura urbana em municípios com até 100 mil habitantes – nacional (R\$45.000.000,00);

– órgão 74000 – Operações Oficiais de Crédito – Unidade Orçamentária 74902 – Recursos Sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIEES – Ministério da Educação – no valor de R\$65.135.721,00, para atender a atividade de administração do financiamento concedido a estudantes do ensino superior não-gratuito – nacional; e

– órgão 74000 – Operações Oficiais de Crédito – Unidade Orçamentária nº 74.903 – Recursos Sob Supervisão do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – no valor de R\$620.723.426,00, para

atender a operações especiais de financiamento na área de bens de consumo – nacional (R\$110.000.000,00), de financiamento na área de insumos básicos – nacional (R\$165.494.000,00) e de pagamento de dividendos – nacional (R\$345.229.426,00).

A Exposição de Motivos nº 361/2007/MP, de 26 de dezembro de 2007, que acompanha a referida Mensagem presidencial, informa que o crédito possibilitará:

a) ao Ministério da Ciência e Tecnologia apoiar, no Estado da Bahia, o projeto E-Camp Universidade Aberta do Campo, voltado para o desenvolvimento sustentável do meio rural, bem como a implantação do Centro Vocacional Tecnológico Territorial de Tecnologia do Pescado;

b) ao Ministério da Fazenda manter o sistema de assistência à saúde dos servidores do Banco Central do Brasil;

c) ao Ministério da Educação apoiar o desenvolvimento da educação básica e as instituições de ensino superior não-federais;

d) ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior o pagamento de valores devidos a agentes financeiros operadores do Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade – FGPC, relativos à honra de aval decorrente de garantia do risco dos financiamentos a micro, pequena e média empresas amparados pelo Fundo;

e) ao Ministério das Minas e Energia a realização de levantamentos hidrogeológicos, geológicos e geofísicos – aéreos e terrestres – para melhor conhecimento das potencialidades geológicas e com vistas a atrair investimentos nacionais e estrangeiros;

f) ao Ministério da Previdência Social o pagamento de dívidas com a Empresa de Correios e Telégrafos – ECT e com a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social – DATAPREV, referentes aos serviços de entrega de correspondência aos segurados da Previdência e de processamento de dados;

g) ao Ministério da Saúde custear a atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, com recomposição do teto financeiro dos estados e municípios, ampliar o acesso da população a medicamentos básicos e os ofertados pelas farmácias populares, promover a assistência à saúde dos servidores da Fundação Oswaldo Cruz, ampliar o programa

Saúde da Família e garantir a manutenção do Hospital Geral dos Servidores;

h) ao Ministério do Trabalho e Emprego – TEM, pagar despesas contratuais, do exercício de 2007, com os agentes financeiros responsáveis pelo apoio operacional ao pagamento dos benefícios Seguro-Desemprego e Abono Salarial, assim como atender projetos de apoio aos catadores de materiais recicláveis;

i) ao Ministério dos Transportes a liquidação de débitos de exercícios anteriores oriundos de construção, adequação e manutenção da malha rodoviária federal, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT;

j) ao Ministério do Desenvolvimento Agrário apoiar projetos de infra-estrutura e serviços em territórios rurais por meio de implantação de matadouros e de resfriadores de leite em diversos municípios e localidades, bem como apoiar iniciativas que busquem o combate à fome e a redução da miséria no meio rural.

k) ao Ministério da Integração Nacional socorrer as vítimas de chuvas intensas, principalmente nas Regiões Sul e Sudeste; sanear e desassorear o rio Guaribas e outras localidades mediante obras de macrodrenagem; investir em projetos de infra-estrutura urbana e rural em Municípios do Estado do Piauí, construir 2 pontes sobre o rio Parnaíba e trechos de estradas, fomentando o progresso socioeconômico desses municípios e a geração de renda e emprego; revitalizar a bacia do rio São Francisco, implantando sistemas de abastecimento de água simplificados para as comunidades ribeirinhas, no Estado da Bahia, com o escopo de dotar os domicílios com abastecimento público de água adequado;

l) ao Ministério do Turismo pagar à Caixa Econômica Federal pelos serviços de transferências de recursos orçamentários bem como executar ações de infra-estrutura turística;

m) ao Ministério das Cidades implementar obras de desenvolvimento urbano em diversos municípios carentes de infra-estrutura, nos Estados da Bahia e de Minas Gerais, mediante adequação de espaços viários urbanos e da melhoria das condições de habitabilidade. Além disso, os recursos destinados à linha 2 do Sistema Ferroviário Urbano de Passageiros de São Paulo permitirão a implantação e melhoria de vias permanentes, a construção de estações e terminais de integração e de obras

de arte especiais, a revisão geral e aquisição de Trens Unidades Elétricos – TUE's, bem como a modernização do sistema de bilheteria automática; e

n) às Operações Oficiais de Crédito cobrir as despesas operacionais e administrativas do Fiees, além de possibilitar ao FND o pagamento aos cotistas minoritários dos dividendos relativos aos exercícios financeiros de 2000 a 2006, bem como o financiamento de operações que dinamizarão o desenvolvimento nacional.

No tocante à relevância e urgência da matéria, assim justifica a exposição de motivos:

– no Ministério da Ciência e Tecnologia, para reduzir as desigualdades regionais e sociais mediante a inserção de agricultores familiares e de pescadores na economia de mercado e o fortalecimento do processo de comercialização da produção;

– no âmbito do Ministério da Fazenda, pela possibilidade – em curtíssimo prazo e na hipótese de não-cumprimento do citado dispositivo legal – de colapso do sistema de assistência à saúde dos servidores do Banco Central;

– no concernente ao Ministério da Educação, pelo risco de comprometimento da eficácia da ação governamental em melhorar a qualidade do ensino superior e da educação básica;

– em relação ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, pela necessidade de regularizar o pagamento das aludidas despesas com honra de aval, a fim de evitar ações judiciais de cobrança e de manter a credibilidade;

– quanto ao Ministério de Minas e Energias, pela indispensabilidade de atrair investimentos para o País, sob risco de estagnação de explorações futuras e da entrada de novos investidores. Além disso há urgência no início dos levantamentos anteriormente mencionados para aproveitamento de janela climática;

– no caso do Ministério da Previdência Social, para não haver interrupção na prestação dos serviços de pagamento dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social;

– no Ministério da Saúde, para evitar prejuízos à saúde da população no tocante à atenção ambulatorial e hospitalar, ao acesso de medicamentos, bem como à manutenção

dos serviços do Hospital Geral dos Servidores e do sistema de assistência à saúde dos servidores da Fundação Oswaldo Cruz;

– no âmbito do MTE, a fim de evitar a suspensão dos serviços prestados pelos agentes financeiros responsáveis pelo apoio operacional ao pagamento dos benefícios Seguro-Desemprego e Abono Salarial, assim como para garantir o desenvolvimento das cooperativas de catadores de materiais recicláveis, que constitui importante instrumento de inclusão social;

– no caso do Ministério dos Transportes, para quitar débitos de exercícios anteriores do Dnit, debelando a incidência de juros, demandas judiciais e prejuízos ao Erário;

– no Ministério do Desenvolvimento Agrário, para possibilitar que os abatimentos de animais e a produção de leite se adaptem às normas sanitárias, com conseqüente redução de riscos à saúde dos consumidores. Quanto ao apoio às iniciativas para combate à fome e redução da miséria no meio rural, tais medidas se justificam por refletirem na melhoria de condições de trabalho, de renda e de sustentabilidade aos agricultores familiares, com redução de tensões sociais nas comunidades rurais pobres;

– no tocante ao Ministério da Integração Nacional, pelas graves conseqüências oriundas das fortes chuvas, pela necessidade de melhorar as condições socioeconômicas de municípios hipossuficientes e para ampliar o abastecimento de água potável;

– no Ministério do Turismo, para garantir a continuidade dos serviços prestados pela Caixa Econômica Federal no repasse de recursos orçamentários, evitar o aumento de juros e multas sobre o débito e viabilizar a execução de ações direcionadas à infra-estrutura turística nacional;

– quanto ao Ministério das Cidades, para melhorar a infra-estrutura urbana e garantir, assim, maior segurança aos cidadãos e inclusão social. O crédito visa ainda minimizar o risco de paralisação das obras de implantação da linha 2 do Sistema Ferroviário Urbano de Passageiros de São Paulo;

– no concernente às Operações Oficiais de Crédito, no âmbito do Fiees, para evitar ônus decorrentes de atraso na liquidação das taxas de administração. No caso do FND, para garantir o direito dos cotistas minoritários de receberem dividendos e evitar interpelação judicial dos gestores do Fundo. Ademais, segun-

do a exposição de motivos, os financiamentos do FND contribuem para o desenvolvimento nacional, pois possibilitam investimentos em setores prioritários para a dinamização das atividades econômicas.

Decorrido o prazo regimental, foram registradas 17 emendas à medida provisória em pauta.

É o relatório.

II – Voto do Relator

O art. 5º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das medidas provisórias a que se refere o art. 62, da Constituição Federal, prevê que o parecer a crédito extraordinário deve ser único, contendo manifestação sobre a matéria quanto aos aspectos constitucionais, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de mérito, de adequação financeira e orçamentária e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º, art. 2º, daquele diploma legal.

II.1. Aspectos Constitucionais e Pressupostos de Relevância e Urgência

O comando do art. 62 da Constituição Federal estabelece que, em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. No mesmo sentido, segue o § 3º do art. 167 da Lei Maior no sentido de estabelecer que a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o citado art. 62.

Dessa forma, em que pese o mérito das argumentações e justificativas lançadas quanto ao pressuposto da imprevisibilidade e urgência contida na exposição de motivos, vale afirmar que as despesas contidas no crédito extraordinário em análise não são imprevisíveis. Podermos citar como exemplo a despesa do Ministério da Ciência e Tecnologia com “Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos”, cuja programação consta das leis orçamentárias dos últimos anos e em nada se assemelha àquelas despesas contidas no citado § 3º do art. 167 da Constituição Federal.

II.2. Adequação Orçamentária e Financeira da Medida Provisória

Da análise da adequação orçamentária e financeira da medida provisória, verifica-se que o crédito extraordinário não contraria os dispositivos constitucionais ou os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual e à sua conformidade com as disposições das Leis de Diretrizes Orçamentárias para o exercício

de 2007 (Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006), LOA/2007 (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

Tendo em vista tratar-se de crédito extraordinário, entendemos não serem aplicáveis as exigências atinentes às outras modalidades de crédito adicional, como as constantes do art. 63 da LDO 2007.

No entanto, posto que parte dos recursos do crédito provém de superávit financeiro, assim como algumas dotações constantes do Anexo I constituem despesa financeira, é indispensável que a despesa aprovada seja devidamente compensada durante a sua execução, a fim de não comprometer a meta de resultado fiscal estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

II.3. Cumprimento da Exigência Prevista no § 1º do Art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN

A Exposição de Motivos nº 361/2007/MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, que trata do envio de documento expondo a motivação da edição da Medida Provisória.

II.4. Mérito

Embora várias despesas objeto do presente crédito não se revistam do caráter de urgência e imprevisibilidade, entendemos que algumas possuem importância significativa, como, por exemplo, o socorro às vítimas de inundações e alagamentos devido a chuvas intensas, no âmbito do Ministério da Integração Nacional.

II.5. Análise das Emendas

Preliminarmente, cabe destacar que foi aprovada no Congresso Nacional, em 22 de dezembro de 2006, e publicada no **Diário Oficial da União**, em 26 de dezembro de 2006, a Resolução nº 1, de 2006-CN, que “Dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, bem como a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo”. Especificamente, quanto às emendas a créditos extraordinários, dispõe o art. 111 do novo texto que “Somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente.”

À presente Medida Provisória foram apresentadas 17 (dezessete) emendas, sendo 9 (nove) para suprimir dotações e 7 (sete) para incluir programações ao crédito e 1 para suplementar dotação já existente no crédito.

As Emendas de nºs 1 a 9, 11, 13 e 15 pretendem suprimir valores totais ou parciais de dotações do presente crédito.

Já as Emendas de n^{os} 10, 12, 14 e 16 visam incluir novas programações ao crédito extraordinário em análise. Por fim, a Emenda n^o 17 almeja suplementar uma dotação do crédito.

Desse modo, à luz do art. 111 da norma supracitada, indicamos para inadmissão as Emendas de n^{os} 10, 12, 14, 16 e 17.

No tocante às Emendas n^{os} 1 a 9, 11, 13 e 15, embora reconheçamos o nobre propósito nelas contido, somos pela rejeição, posto que eventual aprovação comprometeria a integridade do crédito extraordinário, em prejuízo da eficácia das inadmissíveis ações nele compreendidas.

Ademais, os dados do Siafi informam que os recursos do presente crédito já foram liquidados e alguns até pagos.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória n^o 408, de 2007, na forma proposta pelo Poder Executivo, pela rejeição das emendas de n^{os} 1 a 9, 11, 13 e 15, bem como pela inadmissibilidade das emendas de n^{os} 10, 12, 14, 16 e 17.

É o parecer, Sr. Presidente.

*PARECER ESCRITO ENCAMINHADO
À MESA*

PARECER N^o , DE 2008 – CN

Parecer sobre a Medida Provisória n^o 408, de 26 de dezembro de 2007, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$3.015.446.182,00, para os fins que especifica”.

Autor: **Poder Executivo**

Relator: Deputado **Edinho Bez**

I – Relatório

Com base no art. 62, combinado com o art. 167, § 3^o, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem n^o 190, de 2007 – CN (n^o 1.010, de 2007, na origem), a Medida Provisória n^o 408, de 26 de dezembro de 2007, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$3.015.446.182,00 (três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais), para os fins que especifica”.

Os recursos para a abertura do crédito provêm de: **a)** superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, no valor de R\$2.018.000.961,00 (dois bilhões, dezoito milhões, novecentos e sessenta e um reais), relativo a Recur-

sos Ordinários (R\$475.914.710), a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Combustíveis (R\$135.397.016), a Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural (R\$40.000.000), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas (R\$659.810.135), a Recursos Próprios Não-Financeiros (R\$32.527.000) e a Recursos Próprios Financeiros (R\$674.352.100); **b)** excesso de arrecadação no montante de R\$613.644.437,00 (seiscentos e treze milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e sete reais), oriundos de Recursos Próprios Não-Financeiros (R\$23.695.142), de Contribuição Social Sobre o Lucros Líquido das Pessoas Jurídicas (R\$467.931.611) e de Restituição de Recursos de Convênios e Congêneres (R\$122.017.684); e **c)** anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$383.800.784 (trezentos e oitenta e três milhões, oitocentos mil, setecentos e oitenta e quatro reais), correspondente ao Ministério da Saúde (R\$176.624.772), Ministério do Trabalho e Emprego (R\$111.551.007), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (R\$30.489.284) e Operações Oficiais de Crédito (R\$65.135.721).

O crédito extraordinário em análise visa atender as programações constantes do anexo I dos seguintes órgãos, com suas respectivas unidades orçamentárias:

– órgão 24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia – Unidade Orçamentária 24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia – no valor de R\$8.274.000, para atender operação especial de apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos nacionais;

– órgão 25000 – Ministério da Fazenda – Unidade Orçamentária 25201-Banco Central do Brasil – no importe de R\$30.489.284, para atender atividade de assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes nacional;

– órgão 26000 – Ministério da Educação – Unidade Orçamentária 26101 – Ministério da Educação – no montante de R\$12.000.000, para atender operação especial de apoio a entidades de ensino superior não federais no Estado de São Paulo;

– órgão 26000 – Ministério da Educação – Unidade Orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação no valor de R\$52.000.000, para atender operação especial de apoio ao desenvolvimento da educação básica nacional;

– órgão 28000 – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Unidade Orçamentária 28904 – Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade – FGPC – no valor de R\$94.605.100, para atender operação especial de honra de aval decorrente de garantia do risco das operações de financiamento a micro, pequenas e médias empresas (Lei nº 9.531, de 1997) – nacional;

– órgão 32000 – Ministério de Minas e Energia – Unidade Orçamentária 32202 – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM – no valor de R\$40.000.000, para atender as atividades de levantamento hidrogeológicos-nacional (R\$5.000.000), levantamentos geológicos-nacional (R\$10.000.000) e levantamentos geofísicos-nacional (R\$25.000.000);

– órgão 33000 – Ministério da Previdência Social – Unidade Orçamentária 33101 – Ministério da Previdência Social – no valor de R\$61.016.000, para atender atividade de serviço de processamento de dados da guia de previdência social-GPS e da guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações a Previdência Social-GFIP-nacional;

– órgão 33000 – Ministério da Previdência Social – Unidade Orçamentária 33201 – Instituto Nacional do Seguro Social – no valor de R\$280.063.344, para atender atividades de remuneração dos serviços postais-nacional (R\$177.156.381), de serviço de processamento de dados, de benefícios previdenciários-nacional (R\$54.781.843), de cadastro nacional de informações sociais-CNIS-nacional (R\$7.300.575) e de remuneração dos agentes pagadores de benefícios previdenciários-nacional (R\$40.824.545);

– órgão 36000 – Ministério da Saúde – Unidade Orçamentária 36201 – Fundação Oswaldo Cruz – no valor de R\$15.000.000, para atender atividade de assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes no Estado do Rio de Janeiro;

– órgão 36000 – Ministério da Saúde – Unidade Orçamentária 36901 – Fundo Nacional de Saúde – no valor de R\$1.094.000.000, para atender:

a) operações especiais de incentivo financeiro a municípios habilitados a parte variável do piso de atenção básica –

PAB para a saúde da família nos estados do Amazonas (R\$18.000.000), de Pernambuco (R\$21.000.000) e de Minas Gerais (R\$33.000.000);

b) atividade de atenção à saúde nos hospitais da rede pública federal – Hospital Geral dos Servidores – RJ (R\$8.000.000);

c) atividade de atenção à saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada nos estados da Bahia (R\$21.570.000), da Paraíba (R\$5.500.000), de Alagoas (R\$5.020.000), de Goiás (R\$42.640.000), de Minas Gerais (R\$88.390.000), de Pernambuco (R\$14.130.000), de Rondônia (R\$1.950.000), de Roraima (R\$620.000), de Santa Catarina (R\$47.370.000), de São Paulo (R\$336.710.000), de Sergipe (R\$3.080.000), de Tocantins (R\$2.140.000), do Acre (R\$1.010.000), do Amapá (R\$740.000), do Amazonas (R\$4.450.000), do Ceará (R\$12.360.000), do Espírito Santo (R\$32.420.000), do Maranhão (R\$8.230.000), do Mato Grosso (R\$25.020.000), do Mato Grosso do Sul (R\$25.680.000), do Pará (R\$8.980.000), do Paraná (R\$96.410.000), do Piauí (R\$4.580.000), do Rio de Janeiro (R\$79.850.000), do Rio Grande do Norte (R\$4.660.000), do Rio Grande do Sul (R\$107.570.000) e do Distrito Federal (R\$18.920.000);

d) operação especial de incentivo financeiro a municípios habilitados a parte variável do piso de atenção básica – PAB para assistência farmacêutica básica nos estados de Tocantins (R\$10.000), do Maranhão (R\$100.000), do Piauí (R\$110.000), do Rio Grande do Norte (R\$160.000), da Paraíba (R\$250.000), de Alagoas (R\$50.000), de Sergipe (R\$20.000) e de São Paulo (R\$1.300.000);

e) atividade de manutenção e funcionamento das farmácias populares-nacional (R\$12.000.000); – órgão 38000 – Ministério do Trabalho e Emprego – Unidade Orçamentária 38101 – Ministério do Trabalho e Emprego – no valor de R\$13.500.000, para atender operação especial de apoio para organização e desenvolvimento de cooperativas atuantes com resíduos sólidos-nacional;

– órgão 38901 – Ministério do Trabalho e Emprego – Unidade Orçamentária 38901 – Fundo de Amparo ao Trabalhador – no valor de R\$98.051.007, para atender atividades de

remuneração dos agentes pagadores e operadores do benefício abono salarial-nacional (R\$50.006.264) e remuneração dos agentes pagadores e operacionalização do seguro-desemprego-nacional (R\$48.044.743);

– órgão 39000 – Ministério dos Transportes – Unidade Orçamentária 39252–Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes–DNIT – no valor de R\$25.588.300, para atender operação especial de pagamento de débitos de obras de infra-estrutura rodoviária-nacional;

– órgão 49000 – Ministério do Desenvolvimento Agrário – Unidade Orçamentária 49101–Ministério do Desenvolvimento Agrário – no valor de R\$20.000.000, para atender operação especial de apoio a projetos de infra-estrutura e serviços em territórios rurais-nacional;

– órgão 53000 – Ministério da Integração Nacional – Unidade Orçamentária 53101 – Ministério da Integração Nacional – no valor de R\$93.000.000, para atender atividade de socorro e assistência às pessoas atingidas por desastres-nacional (R\$55.000.000) e projeto de obras em macrodrenagem – no Estado do Piauí (R\$20.000.000) e Nacional (18.000.000);

– órgão 53000 – Ministério da Integração Nacional – Unidade Orçamentária 53201–Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba–CODEVASF – no valor de 36.000.000, para atender operação especial de apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado-no Estado do Piauí (R\$24.000.000) e projeto de abastecimento público de água em comunidades ribeirinhas do rio São Francisco–Água para Todos–no Estado da Bahia (R\$12.000.000);

– órgão 54000 – Ministério do Turismo – Unidade Orçamentária 54101–Ministério do Turismo – no valor de R\$27.000.000, para atender operação especial de apoio a projetos de infra-estrutura turística–no Estado de Minas Gerais (R\$5.000.000) e atividade de gestão e administração do programa–nacional (R\$22.000.000);

– órgão 56000 – Ministério das Cidades – Unidade Orçamentária 56101–Ministério das Cidades – no valor de R\$329.000.000, para atender operações especiais de apoio a política nacional de desenvolvimento urbano-nacional (R\$14.000.000) e de apoio a implantação, ampliação ou melhoria de linhas e trechos de siste-

mas de trens urbanos de estados e municípios–implantação de trecho da linha 2 do sistema metroviário de São Paulo–SP (R\$270.000.000), bem como para atender projeto de implantação ou melhoria de obras de infra-estrutura urbana em municípios com até 100.000 habitantes-nacional (R\$45.000.000);

– órgão 74000 – Operações Oficiais de Crédito – Unidade Orçamentária 74902–Recursos Sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior–FIEES–Ministério da Educação – no valor de R\$65.135.721, para atender atividade de administração do financiamento concedido a estudantes do ensino superior não-gratuito-nacional; e

– órgão 74000 – Operações Oficiais de Crédito – Unidade Orçamentária 74903–Recursos Sob Supervisão do Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – no valor de R\$620.723.426, para atender operações especiais de financiamento na área de bens de consumo-nacional (R\$110.000.000), de financiamento na área de insumos básicos-nacional (R\$ 165.494.000) e de pagamento de dividendos-nacional (R\$345.229.426).

A Exposição de Motivos n° 361/2007/MP, de 26 de dezembro de 2007, que acompanha a referida Mensagem Presidencial, informa que o crédito possibilitará:

a) ao Ministério da Ciência e Tecnologia apoiar, no Estado da Bahia, o projeto E-Camp Universidade Aberto do Campo voltado para o desenvolvimento sustentável do meio rural, bem como a implantação do Centro Vocacional Tecnológico Territorial de Tecnologia do Pescado;

b) ao Ministério da Fazenda manter o sistema de assistência à saúde dos servidores do Banco Central do Brasil;

c) ao Ministério da Educação apoiar o desenvolvimento da educação básica e as instituições de ensino superior não-federais;

d) ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior o pagamento de valores devidos a agentes financeiros operadores do Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade–FGPC, relativos à honra de aval decorrente de garantia do risco dos financiamentos a micro, pequenas e médias empresas amparados pelo Fundo;

e) ao Ministério das Minas e Energias a realização de levantamentos hidrogeológicos, geológicos e geofísicos – aéreos e terrestres – para melhor conhecimento das potencialidades geológicas e com vistas a atrair investimentos nacionais e estrangeiros;

f) ao Ministério da Previdência Social o pagamento de dívidas com a Empresa de Correios e Telégrafos – ECT e com a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social – Dataprev, referentes aos serviços de entrega de correspondência aos segurados da previdência e de processamento de dados;

g) ao Ministério da Saúde custear a atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, com recomposição do teto financeiro dos Estados e Municípios, ampliar o acesso da população a medicamentos básicos e os ofertados pelas farmácias populares, promover a assistência à saúde dos servidores da Fundação Oswaldo Cruz, ampliar o programa saúde da família, e garantir a manutenção do hospital geral dos servidores;

h) ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE pagar despesas contratuais, do exercício de 2007, com os agentes financeiros responsáveis pelo apoio operacional ao pagamento dos benefícios Seguro-Desemprego e Abono Salarial, assim como atender projetos de apoio aos catadores de materiais recicláveis;

i) ao Ministério dos Transportes a liquidação de débitos de exercícios anteriores oriundos de construção, adequação e manutenção da malha rodoviária federal, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT;

j) ao Ministério do Desenvolvimento Agrário apoiar projetos de infra-estrutura e serviços em territórios rurais por meio de implantação de matadouros e de resfriadores de leite em diversos municípios e localidades, bem como apoiar iniciativas que busquem o combate à fome e à redução da miséria no meio rural;

k) ao Ministério da Integração Nacional socorrer as vítimas de chuvas intensas, principalmente nas Regiões Sul e Sudeste; sanear e desassorear o rio Guaribas e outras localidades mediante obras de macrodrenagem; investir em projetos de infra-estrutura urbana e rural em Municípios do Estado do Piauí, construir duas pontes sobre o rio Parnaíba e trechos de estradas, fomentando o progresso socioeconômico desses Municípios e a geração de renda

e emprego; revitalizar a Bacia do rio São Francisco, implantando sistemas de abastecimento de água simplificados para as comunidades ribeirinhas, no Estado da Bahia, com o escopo de dotar os domicílios com abastecimento público de água adequado;

l) ao Ministério do Turismo pagar à Caixa Econômica Federal pelos serviços de transferências de recursos orçamentários bem como executar ações de infra-estrutura turística;

m) ao Ministério das Cidades implementar obras de desenvolvimento urbano em diversos Municípios carentes de infra-estrutura, nos Estados da Bahia e de Minas Gerais, mediante adequação de espaços viários urbanos e da melhoria das condições de habitabilidade. Além disso, os recursos destinados à linha 2 do Sistema Ferroviário Urbano de Passageiros de São Paulo permitirão a implantação e melhoria de vias permanentes, a construção de estações e terminais de integração e de obras de arte especiais, a revisão geral e aquisição de Trens Unidades Elétricos – TUE's, bem como a modernização do sistema de bilheteria automática; e

n) às Operações Oficiais de Crédito cobrir as despesas operacionais e administrativas do FIEES, além de possibilitar ao FND o pagamento aos cotistas minoritários dos dividendos relativos aos exercícios financeiros de 2000 a 2006, bem como o financiamento de operações que dinamizarão o desenvolvimento nacional.

No tocante à relevância e urgência da matéria, assim justifica a Exposição de Motivos:

– no Ministério da Ciência e Tecnologia, para reduzir as desigualdades regionais e sociais mediante a inserção de agricultores familiares e de pescadores na economia de mercado e o fortalecimento do processo de comercialização da produção;

– no âmbito do Ministério da Fazenda, pela possibilidade – em curtíssimo prazo e na hipótese de não cumprimento do citado dispositivo legal – de colapso do sistema de assistência à saúde dos servidores do Banco Central;

– no concernente ao Ministério da Educação, pelo risco de comprometimento da eficácia da ação governamental em melhorar a qualidade do ensino superior e da educação básica;

– em relação ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, pela necessidade de regularizar o pagamento das aludidas despesas com honra de aval, a fim de evitar ações judiciais de cobrança e de manter a credibilidade;

– quanto ao Ministério de Minas e Energias, pela indispensabilidade de atrair investimentos para o país, sob risco de estagnação de explorações futuras e da entrada de novos investidores. Além disso há urgência no início dos levantamentos anteriormente mencionados para aproveitamento de janela climática;

– no caso do Ministério da Previdência Social, para não haver interrupção na prestação dos serviços de pagamento dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social;

– no Ministério da Saúde, para evitar prejuízos à saúde da população no tocante à atenção ambulatorial e hospitalar, ao acesso de medicamentos, bem como à manutenção dos serviços do hospital geral dos servidores e do sistema de assistência à saúde dos servidores da Fundação Oswaldo Cruz;

– no âmbito do MTE, a fim de evitar a suspensão dos serviços prestados pelos agentes financeiros responsáveis pelo apoio operacional ao pagamento dos benefícios Seguro-Desemprego e Abono Salarial, assim como para garantir o desenvolvimento das cooperativas de catadores de materiais recicláveis, que constitui importante instrumento de inclusão social;

– no caso do Ministério dos Transportes, para quitar débitos de exercícios anteriores do DNIT, debelando a incidência de juros, demandas judiciais e prejuízos ao erário;

– no Ministério do Desenvolvimento Agrário, para possibilitar que os abates de animais e a produção de leite se adaptem às normas sanitárias, com conseqüente redução de riscos à saúde dos consumidores. Quanto ao apoio às iniciativas para combate à fome e à redução da miséria no meio rural, tais medidas se justificam por refletirem na melhoria de condições de trabalho, de renda e de sustentabilidade aos agricultores familiares, com redução de tensões sociais nas comunidades rurais pobres;

– no tocante ao Ministério da Integração Nacional, pelas graves conseqüências oriundas das fortes chuvas, pela necessidade de

melhorar as condições socioeconômicas de Municípios hipossuficientes, e para ampliar o abastecimento de água potável;

– no Ministério do Turismo, para garantir a continuidade dos serviços prestados pela Caixa Econômica Federal no repasse de recursos orçamentários, evitar o aumento de juros e multas sobre o débito e viabilizar a execução de ações direcionadas à infra-estrutura turística nacional;

– quanto ao Ministério das Cidades, para melhorar a infra-estrutura urbana e garantir, assim, maior segurança aos cidadãos e inclusão social. O crédito visa ainda minimizar o risco de paralisação das obras de implantação da linha 2 do Sistema Ferroviário Urbano de Passageiros de São Paulo;

– no concernente às Operações Oficiais de Crédito, no âmbito do FIEES, para evitar ônus decorrentes de atraso na liquidação das taxas de administração. No caso do FND, para garantir o direito dos cotistas minoritários de receberem dividendos e evitar interpelação judicial dos gestores do Fundo. Ademais, segundo a Exposição de Motivos, os financiamentos do FND contribuem para o desenvolvimento nacional, pois possibilitam investimentos em setores prioritários para a dinamização das atividades econômicas.

Decorrido o prazo regimental, foram registradas 17 (dezesete) emendas à Medida Provisória em pauta. É o relatório.

II – Voto do Relator

O art. 5º, da Resolução nº 1, de 2002–CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62, da Constituição Federal, prevê que o Parecer a crédito extraordinário deve ser único, contendo manifestação sobre a matéria quanto aos aspectos constitucional, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de mérito, de adequação financeira e orçamentária e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º, art. 2º, daquele diploma legal.

II.1. Aspectos Constitucionais e Pressupostos de Relevância e Urgência

O comando do art. 62 da Constituição Federal estabelece que, em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. No mesmo sentido, segue o § 3º do art. 167 da lei maior no sentido de

estabelecer que a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o citado art. 62.

Desta forma, em que pese o mérito das argumentações e justificativas lançadas quanto ao pressuposto da imprevisibilidade e urgência contida na Exposição de Motivos, vale afirmar que as despesas contidas no crédito extraordinário em análise, não são imprevisíveis. Podermos citar como exemplo a despesa do Ministério da Ciência e Tecnologia com “Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos” cuja programação consta das leis orçamentárias dos últimos anos e em nada se assemelha àquelas despesas contidas no citado § 3º do art. 167 da Constituição Federal.

II.2. Adequação Orçamentária e Financeira da Medida Provisória

Da análise da adequação orçamentária e financeira da medida provisória, verifica-se que o crédito extraordinário não contraria os dispositivos constitucionais ou os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual e à sua conformidade com as disposições das Leis de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2007 (Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006), LOA/2007 (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

Tendo em vista tratar-se de crédito extraordinário, entendemos não serem aplicáveis as exigências atinentes às outras modalidades de crédito adicional, como as constantes do art. 63 da LDO 2007.

No entanto, posto que parte dos recursos do crédito provém de superávit financeiro, assim como algumas dotações constantes do Anexo I constituem despesa financeira, é indispensável que a despesa aprovada seja devidamente compensada, durante a sua execução, a fim de não comprometer a meta de resultado fiscal estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

II.3. Cumprimento da Exigência Prevista no § 1º, do Art 2º da Resolução nº 1, de 2002–CN

A Exposição de Motivos nº 361/2007/MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 1º, do art. 2º, da Resolução nº 1, de 2002–CN, que trata do envio de documento expondo a motivação da edição da Medida Provisória.

II.4. Mérito

Embora várias despesas objeto do presente crédito não se revistam de caráter de urgência e im-

previsibilidade, entendemos que algumas possuem importância significativa, como por exemplo o socorro às vítimas de inundações e alagamentos devido às chuvas intensas, no âmbito do Ministério da Integração Nacional.

II.5. Análise das Emendas

Preliminarmente, cabe destacar que foi aprovada, no Congresso Nacional em 22 de dezembro de 2006, e publicada no **Diário Oficial da União** em 26 de dezembro de 2006, a Resolução nº 1, de 2006 – CN, que “Dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere § 1º do art. 166 da Constituição, bem como a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo”. Especificamente, quanto às emendas a créditos extraordinários, dispõe o art. 111 do novo texto que “Somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente.”

À presente Medida Provisória foram apresentadas 17 (dezesete) emendas, sendo 9 (nove) para suprimir dotações e 7 (sete) para incluir programações ao crédito e 1 para complementar dotação já existente no crédito.

As emendas de nºs 1 a 9, 11, 13 e 15 pretendem suprimir valores totais ou parciais de dotações do presente crédito.

Já as emendas de nºs 10, 12, 14 e 16 visam incluir novas programações ao crédito extraordinário em análise. Por fim, a emenda nº 17 almeja complementar uma dotação do crédito.

Desse modo, à luz do art. 111 da norma supracitada, indicamos para inadmissão as emendas de nºs 10, 12, 14, 16 e 17.

No tocante às emendas nºs 1 a 9, 11, 13 e 15, embora reconheçamos o nobre propósito nelas contido, propomos pela rejeição, posto que eventual aprovação comprometeria a integridade do crédito extraordinário, em prejuízo da eficácia das inadiáveis ações nele compreendidas.

Ademais, os dados do Siafi informam que os recursos do presente crédito já foram liquidados e aguns até pagos.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória nº 408, de 2007, na forma proposta pelo Poder Executivo, pela rejeição das emendas de nºs 1 a 9, 11, 13 e 15, bem como pela inadmissibilidade das emendas de nºs 10, 12, 14, 16 e 17.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2008. – Deputado **Edinho Bez**, Relator.

Anexo I
(Ao Parecer nº , de 2008)
MP nº 408, de 2007 – CN

EMENDAS REJEITADAS E INDICADAS PARA INADMISSÃO

Emenda	Autor	Finalidade	Decisão
01	Onyx Lorenzoni	Suprimir do Anexo I, a Unidade Orçamentária 74903 – Recursos Sob Supervisão do Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND-Ministério do Desenv., Ind. e Com. Exterior, Funcional-programática 22.123.0909.0471.0103 – Pagamento de Dividendos – Nacional (Crédito Extraordinário), no valor de R\$ 345.229.426,00.	Rejeitada
02	Onyx Lorenzoni	Suprimir do Anexo I, a Unidade Orçamentária 74903 – Recursos Sob Supervisão do Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND-Ministério do Desenv., Ind. e Com. Exterior, Programa 0902 – Operações Especiais: Financiamentos com Retorno, no valor de R\$ 275.494.000,00.	Rejeitada
03	Onyx Lorenzoni	Suprimir do Anexo I, a Unidade Orçamentária 56101 – Ministério das Cidades, Funcional-programática 15.451.0310.0B16.0101 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nacional (Crédito Extraordinário), no valor de R\$ 14.000.000,00.	Rejeitada
04	Onyx Lorenzoni	Suprimir do Anexo I, a Unidade Orçamentária 54101 – Ministério do Turismo, Programa 1166 – Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos, no valor de R\$ 27.000.000,00.	Rejeitada
05	Onyx Lorenzoni	Suprimir do Anexo I, a Unidade Orçamentária 49101 – Ministério do Desenvol. Agrário, Funcional-programática 21.127.1334.0620.0317 – Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Serviços em Territórios Rurais – Nacional (Crédito Extraordinário), no valor de R\$ 20.000.000,00.	Rejeitada
06	Onyx Lorenzoni	Suprimir do Anexo I, a Unidade Orçamentária 39252 – DNIT do Minist. dos Transportes, Funcional-programática 26.782.0225.00AH.0101 – Pagamento de Débitos de Obras de Infra-Estrutura Rodoviária – Nacional (Crédito Extraordinário), no valor de R\$ 25.588.300,00.	Rejeitada
07	Onyx Lorenzoni	Suprimir do Anexo I, a Unidade Orçamentária 38101 – Ministério do Trabalho e Emprego, Funcional-programática 11.333.8007.0863.0101 – Apoio para Organização e Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes Com Resíduos Sólidos – Nacional (Crédito Extraordinário), no valor de R\$ 13.500.000,00.	Rejeitada
08	Onyx Lorenzoni	Suprimir do Anexo I, a Unidade Orçamentária 32202 – Ministério de Minas e Energia/CPRM, Programa 1115 – Geologia do Brasil, no valor de R\$ 40.000.000,00.	Rejeitada
09	Onyx Lorenzoni	Suprimir do Anexo I, a Unidade Orçamentária 24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia, Funcional-programática 19.573.0471.001F.0189 – Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos – Nacional (Crédito	Rejeitada

		Extraordinário), no valor de R\$ 8.274.000,00.	
10	Geraldo Resende	Incluir na Unidade Orçamentária 24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia a funcional programática 19.573.0471.001F, subtítulo "No Estado do Mato Grosso do Sul" no valor de R\$ 306.444,44	Inadmitida
11	Geraldo Resende	Suprime do crédito R\$306.444,44 da UO 24101, ação 001F, sem contudo especificar em qual programação (como gnd e outros dados).	Rejeitada
12	Geraldo Resende	Incluir na Unidade Orçamentária 26298 – MEC/FNDE a funcional programática 12.361.1061.0509, subtítulo "No Estado do Mato Grosso do Sul" no valor de R\$ 1.925.925,94	Inadmitida
13	Geraldo Resende	Suprime do crédito R\$ 1.925.925,93 da UO 26298, ação 0509, sem contudo especificar em qual programação (como gnd e outros dados).	Rejeitada
14	Geraldo Resende	Incluir na Unidade Orçamentária 36901 – Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde a funcional programática 10.302.1293.8415, subtítulo "No Estado do Mato Grosso do Sul" no valor de R\$444.444,44	Inadmitida
15	Geraldo Resende	Suprime do crédito R\$444.444,44 da UO 36901, programa 1293, ação 8415.	Rejeitada
16	Geraldo Resende	Incluir na Unidade Orçamentária 56101 – Ministério das Cidades a funcional programática 15.451.6001.109A, subtítulo "No Estado do Mato Grosso do Sul" no valor de R\$ 10.000.000,00	Inadmitida
17	Geraldo Resende	Suplementar recursos, no crédito, na funcional programática 15.451.6001.109A.3529 da UO 56101, de R\$ 45 milhões para R\$260 milhões	Inadmitida

Consulta Tramitação das Proposições

Cadastrar para Acompanhamento

NovaPesquisa

Proposição: MPV-408/2007**Autor:** Poder Executivo**Data de Apresentação:** 27/12/2007**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário**Regime de tramitação:** Urgência**Situação:** PLEN: Aguardando Encaminhamento.

Ementa: Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 3.015.446.182,00, para os fins que especifica.

Indexação: Abertura de crédito, Crédito Extraordinário, Executivo, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Fazenda, (Bacen), Ministério da Educação, (FNDE), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério de Minas e Energia, (CPRM), Ministério da Previdência Social, (INSS), Ministério da Saúde, (FioCruz), (FNS), Ministério do Trabalho e Emprego, (FAT), Ministério dos Transportes, (DNIT), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Integração Nacional, (Codevasf), Ministério do Turismo, Ministério das Cidades, Operação Oficial de Crédito, (FIEES), (FND).

Despacho:

20/2/2008 - Publique-sc. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência

- MESA (Mesa Diretora)

MSC 1010/2007 MESA (Mensagem) - Poder Executivo**Legislação Citada****Emendas**

- MPV40807 (MPV40807)

EMC 1/2008 MPV40807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Onyx Lorenzoni**EMC 2/2008 MPV40807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Onyx Lorenzoni****EMC 3/2008 MPV40807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Onyx Lorenzoni****EMC 4/2008 MPV40807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Onyx Lorenzoni****EMC 5/2008 MPV40807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Onyx Lorenzoni****EMC 6/2008 MPV40807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Onyx Lorenzoni****EMC 7/2008 MPV40807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Onyx Lorenzoni****EMC 8/2008 MPV40807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Onyx Lorenzoni****EMC 9/2008 MPV40807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Onyx Lorenzoni****EMC 10/2008 MPV40807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Geraldo Resende****EMC 11/2008 MPV40807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Geraldo Resende****EMC 12/2008 MPV40807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Geraldo Resende****EMC 13/2008 MPV40807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Geraldo Resende****EMC 14/2008 MPV40807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Geraldo Resende****EMC 15/2008 MPV40807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Geraldo Resende****EMC 16/2008 MPV40807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Geraldo Resende****EMC 17/2008 MPV40807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Geraldo Resende****Pareceres, Votos e Redação Final**

- MPV40807 (MPV40807)

PPP 1 MPV40807 (Parecer Proferido em Plenário) - Edinho Bez**Última Ação:****2/4/2008** - PLENÁRIO (PLEN) - A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 408-A/07)

Obs.: O andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

Andamento:	
27/12/2007	Poder Executivo (EXEC) Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União.

27/12/2007	CONGRESSO NACIONAL (CN) Prazo para Emendas: 06/02/2008 a 11/02/2008. Comissão Mista: 06/02/2008 a 19/02/2008. Câmara dos Deputados: 20/02/2008 a 04/03/2008. Senado Federal: 05/03/2008 a 18/03/2008. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 19/03/2008 a 21/03/2008. Sobrestar Pauta: a partir de 22/03/2008. Congresso Nacional: 06/02/2008 a 05/04/2008. Prorrogação pelo Congresso Nacional: 06/04/2008 a 04/06/2008.
20/2/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apresentação da MSC 1010/2007 MESA, do Poder Executivo, que "submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 408, de 26 de dezembro de 2007, que "Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 3.015.446.182,00, para os fins que especifica."
20/2/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebido Ofício nº 47/2008 (CN), que encaminha o processado da MPV 408, de 2007 que "Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 3.015.446.182,00, para os fins que especifica". Informa, ainda, que à Medida foram oferecidas 17 (dezesete) emendas.
20/2/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência
20/2/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Encaminhamento de Despacho de Distribuição à CCP para publicação.
21/2/2008	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 22/2/2008.
25/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia por falta de "quorum". (Sessão Ordinária - 14:00).
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 398-A/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
27/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
27/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 400/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
28/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
28/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 401/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
4/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
4/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Adiada a discussão em face da não-conclusão da apreciação da MPV 402/07, item 2 da pauta, com prazo encerrado.
10/3/2008	Presidência da Câmara dos Deputados (PRESI) Designado Relator, Dep. Edinho Bez (PMDB-SC), para proferir parecer em Plenário pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização a esta Medida provisória e as 17 emendas apresentadas.
11/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
11/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 404/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
11/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 20:02)
11/3/2008	PLENÁRIO (PLEN)


	Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação do PL 1.179/07, item 03 da pauta, com prazo encerrado.
13/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 9:00)
13/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação do PL 1.650/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
17/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia, por falta de "quorum".
18/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
18/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 385/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
19/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 9:00)
19/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 385-A/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
25/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
25/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 405/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
26/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
26/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 405-A/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
26/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 20:05)
26/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 406/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
27/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia, mediante acordo.
1/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
1/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 407/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria sobre a mesa.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Luciano Castro, Líder do PR, que solicita inversão de pauta, a fim de que a MPV 407/07 seja apreciada como item 2, renumerando-se os demais.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhou a Votação o Dep. Luciano Castro (PR-RR).
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado o Requerimento.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN)

	Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Edinho Bez (PMDB-SC), pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; pela admissibilidade das Emendas de nºs 1 a 9, 11, 13 e 15; pela inadmissibilidade das Emendas de nºs 10, 12, 14, 16 e 17; e, no mérito, pela aprovação desta MPV, e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 9, 11, 13 e 15.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discutiram a Matéria: Dep. Duarte Nogueira (PSDB-SP), Dep. Dr. Ubiali (PSB-SP), Dep. Paulo Renato Souza (PSDB-SP), Dep. Ribamar Alves (PSB-MA), Dep. Zenaldo Coutinho (PSDB-PA) e Dep. Maurício Quintella Lessa (PR-AL).
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado o Requerimento de Srs. Líderes que solicita o encerramento da discussão e do encaminhamento da votação.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encerrada a discussão.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação preliminar em turno único.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Leonardo Vilela (PSDB-GO) e Dep. Duarte Nogueira (PSDB-SP).
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Verificação da votação preliminar do Parecer, solicitada pelo Dep. Paulo Bornhausen, na qualidade de Líder do DEM, e pelo Dep. Bernardo Ariston, na qualidade de Líder do Bloco PMDB,PSC,PTC, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Aprovado o Parecer", passando-se à sua votação pelo processo nominal.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN. Sim: 231; Não: 66; Abstenção: 0; Total: 297.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião pela inadmissibilidade das Emendas de nºs 10, 12, 14, 16 e 17, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Em consequência, as Emendas de nºs 10, 12, 14, 16 e 17 deixam de ser submetidas a voto, quanto ao mérito, nos termos do § 6º do artigo 189 do RICD.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação, quanto ao mérito, em turno único.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitadas as Emendas de nºs 1 a 9, 11, 13 e 15, com parecer contrário, ressalvados os destaques.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Medida Provisória nº 408, de 2007, ressalvado o destaque.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação da expressão "19.573.0471.001F - Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos, valor de R\$ 8.274.000,00", constante do Anexo I da MPV 408/07, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do DEM.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Paulo Bornhausen (DEM-SC) e Dep. Ronaldo Caiado (DEM-GO).
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Mantida a expressão.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Redação Final.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Edinho Bez (PMDB-SC).
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 408-A/07)

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL N° , DE 2008**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 408, de 26 de dezembro de 2007**, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 3.015.446.182,00, para os fins que especifica”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 6 de abril de 2008, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, de março de 2008.


Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque. V. Ex^a dispõe de cinco minutos para uma comunicação inadiável.

Em seguida, pela Liderança da Minoria, o Senador Raimundo Colombo e logo após, pela lista de inscitos, o eminente Senador Jayme Campos.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há momentos, Senador Mozarildo, em que a gente tem de sair do dia-a-dia e mesmo do entorno da gente e pensar mais globalmente. Creio que este é um dos momentos.

O mundo inteiro está de olho no que acontece hoje nas selvas da Colômbia, onde um número entre setecentas e mil pessoas estão seqüestradas – volto a usar o adjetivo “seqüestradas” – pelas Farc. E nós não podemos ficar calados diante disso.

Mas há uma pessoa que hoje simboliza toda essa tragédia, e é uma colega nossa, porque é Senadora, chamada Ingrid Betancourt. Seqüestrada há anos, sobrevive nas selvas, e tudo indica que está enfrentando um quadro de saúde que pode levá-la à morte em pouco tempo.

Sr. Presidente, em função disso, hoje, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e também na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, um grupo de dez Senadores, e eu entre eles, fizemos a proposta de que o Senado brasileiro, o Senado Federal do Brasil, lidere uma campanha mundial que consistiria em apenas um dia, um dia, em que os Parlamentos do mundo inteiro, todos eles, usariam das tribunas para manifestações em defesa da integridade, da vida e da liberdade da nossa colega Ingrid Betancourt.

Senador Efraim Morais, a proposta é de que nós, a partir da Presidência – e passo a V. Ex^a, que está na Presidência –, por meio do Senador Garibaldi Alves Filho, façamos circulares a todos os Presidentes dos Parlamentos do mundo inteiro, pedindo que, no dia 23 de abril, durante um dia, os Senadores e os Deputados, onde houver as duas Casas, usem da tribuna para falar da necessidade de um esforço para salvar a vida dessa Senadora.

A proposta está na mesa, e espero que ela receba da Mesa a dimensão que merece. Creio que cabe ao Presidente Garibaldi tomar a decisão dos detalhes de como fazer isso chegar – se for aprovado pela Mesa, obviamente, porque foi aprovado apenas pelas Comissões – aos Parlamentos do mundo inteiro. Mas creio que três países merecem atenção imediata: a própria Colômbia, o Congresso colombiano, que tem duas

Casas; a Venezuela, em que há apenas uma Casa, é unicameral; e a França, que é um dos países que dão nacionalidade à Senadora Ingrid Betancourt.

Mais ainda: embora eu tenha defendido isso do ponto de vista parlamentar, sem tocar no Governo, no Poder Executivo, porque acredito que o Presidente Lula e o Ministro Amorim devem estar fazendo trâmites de forma discreta para conseguir colaborar na salvação da vida da nossa colega, a Senadora Ingrid Betancourt, creio que o Presidente Garibaldi deveria tentar falar ele próprio com o Presidente Sarkozy, da França, que é um dos mais interessados na solução desse problema, com o Presidente Uribe, da Colômbia, que está envolvido no assunto, com o Presidente Chávez e com o Presidente Lula.

Se a Casa, o Senado, traz para essa luta a Câmara dos Deputados e se nós juntos levamos isso para o mundo inteiro, pelos meios de comunicação simples que hoje existem, o dia 23 de abril é uma data perfeitamente possível de conseguirmos isso.

Do ponto de vista da saúde da Senadora, o dia 23 de abril talvez esteja até muito longe. Esses mais de dez dias que teríamos podem ser um tempo longo demais para salvá-la. Em menos que isso, é difícil organizar e coordenar um trabalho desse tipo. Mas ele é possível, sim, em um prazo de dez dias.

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Com um tempo um pouquinho maior, foi possível organizar passeatas no mundo inteiro, Senador Casagrande. No mundo inteiro, houve manifestações, como as que estão havendo agora, no mundo inteiro, em função do Tibet, e os Parlamentos calados. Algumas pessoas falam, mas os Parlamentos, não.

Venho propor que não apenas algumas pessoas falem, mas que os Parlamentos usem a voz que têm. Não só um, dois ou três Parlamentos, mas todos os Parlamentos do mundo possam, no dia 23 de abril, levar a mensagem de que nós queremos a Senadora Ingrid Betancourt liberta e com a saúde a que ela tem direito.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renato Casagrande. PSB – ES) – Mais um minuto, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Essa é a proposta que nós, hoje, aprovamos na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. É a proposta que está na Mesa. Espero que V. Ex^a e o Senador Efraim Morais, que presidia a sessão há até pouco tempo, levem-na ao Presidente Garibaldi Alves Filho. Ele pode fazer isso.

É um gesto que mostraria que nós aqui não estamos calados, que estamos preocupados, que queremos ajudar, para que não aconteça a tragédia de que um seqüestro longo transforme-se em eterno, se ela morrer no cativeiro.

Era o que tinha a dizer nesta comunicação, inadivél sim, pela urgência do assunto.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renato Casagrande.

O SR. PRESIDENTE (Renato Casagrande. Bloco/PSB – ES) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. Faço coro com V. Ex^a e manifesto meu apoio à sua proposta. Comprometo-me a dialogar com o Presidente do Senado, Senador Garibaldi Alves, para que possamos fazer uma corrente parlamentar e de outras instituições em torno da libertação da Senadora Ingrid Betancourt. Pode contar com nosso pequeno apoio a esse trabalho de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Raimundo Colombo, pela Liderança da Minoria.

V. Ex^a tem cinco minutos.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Quero cumprimentar nosso Presidente, o Senador Renato Casagrande, e também me associar à proposta e ao esforço do Senador Cristovam Buarque, que entendo oportunos. Poderíamos ter feito isso antes, já que é uma ação grave, constrangedora, que precisa da ação de todas as pessoas de bom senso e que estão revoltadas com essa postura, com essa infâmia do seqüestro e do risco de morte que correm todos, especialmente a Senadora Ingrid Betancourt.

Eu estava inscrito ontem, mas não foi possível falar. Hoje, venho à tribuna, para tratar de um assunto que hoje é ainda mais forte do que ontem, até porque é algo inaceitável: o veto do Presidente da República à fiscalização do Tribunal de Contas da União dos recursos que serão repassados às centrais sindicais. Na verdade, o projeto de lei foi votado e aprovado, foi feito um acordo. Não simpatizo com a aprovação desse projeto, mas, enfim, acho que o dinheiro tem de ficar com as pessoas e menos com as entidades. No Brasil, há um sistema cada vez mais cartorial, e cada vez mais se impõem à sociedade mais taxas, mais tarifa, mais imposto. Enfim, o dinheiro que sobra para ficar com as pessoas é cada vez menor. E lá se vão por ano R\$100 milhões.

O absurdo, Senador Mão Santa, não é apenas as centrais terem mais esse recurso – ontem, já vimos uma demonstração do que se faz com o dinheiro ar-

recadado –, mas também o Presidente da República vetar a fiscalização desse dinheiro. Ora, o Parlamento tem como função a sua fiscalização. E os Tribunais de Contas, seja nos Estados, seja nos Municípios, e, aqui, o Tribunal de Contas da União têm a função de assessoramento do Poder Legislativo, para fazer a fiscalização. Mas estamos dizendo agora para todos: “Olha, não vai haver fiscalização. Está proibido. Vocês podem gastar como quiserem”.

O princípio do veto é o de que esse dinheiro não é imposto. Ora, como não é imposto, se a pessoa não pode optar, se é obrigatório, se é uma imposição? Vai ser descontado no salário de todos os trabalhadores um dia do ano; esse valor vai ser recolhido e transferido para os sindicatos, como já era, e, agora, para as centrais sindicais. Se isso não é imposto, é o quê? O imposto – o nome já diz – é imposto mesmo goela abaixo, como se diz na gíria. Essa é a realidade.

Então, o que acontece é que se está dando um ar de liberalidade ao dinheiro público, ao imposto; está-se tomando uma atitude de irresponsabilidade. Aliás, parece que essa é uma prática geral. O Senador Pedro Simon, ontem, fez aqui um discurso muito forte, mostrando a postura em relação a tudo aquilo que é de fiscalização e de investigação, como é o caso das CPIs, que não conseguem fazer esse trabalho, porque há uma ação deliberada da maioria de impedir. Agora, vamos conviver com essa realidade.

Meu Partido, Democratas, entrou na Justiça e afirma exatamente esta posição: esse dinheiro é imposto e, como imposto, deve sofrer fiscalização, como qualquer outro, sob pena de as pessoas se sentirem acima de lei.

É fundamental dizer que o setor público tem a função de dar exemplo. A boa aplicação dos recursos públicos e a transparência dos recursos fazem com que ganhemos credibilidade junto à sociedade; fazem com que a sociedade tenha mais respeito às instituições, participe delas e contribua com elas no momento em que delas participa; fazem com a Administração Pública tenha mais êxito; fazem com que o homem público tenha mais sentido no seu trabalho, mais valor, adaptando-se aí um sentido de missão. Na verdade, o homem público tem de liderar pelo exemplo, pelo comportamento, pela sua postura, pelos seus princípios.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – A partir do momento em que chegamos ao veto do art. 6º, é como se disséssemos: “Olha, pessoal, não vai haver fiscalização. Vocês estão livres para fazer o que quiserem, com R\$100 milhões por ano”. É assim que uma democracia começa a se distanciar do povo.

É assim que as pessoas que chegam representando os humildes acabam representando os poderosos, os interesses escusos. É assim que se perde a noção do compromisso com as pessoas. É dessa forma que o governante deixa de ser bom exemplo, deixa de ser líder, para cair na esparrela barata e irresponsável de um poder em que pode tudo e em que podem todos – inclusive, libera seus parceiros daquilo que é essencial, que é a fiscalização de instituições que são formadas e criadas para isso.

Se disserem como argumento que o Tribunal de Contas da União não tem as pessoas, o número de funcionários, se disserem isso – já estou encerrando, Sr. Presidente –, esse é um problema do Tribunal de Contas. Não cabe ao Executivo, ao Presidente da República, com um argumento vazio, sem sentido, dizer que não vai haver fiscalização. Na prática, a leitura que se faz é esta: “Podem fazer, como ontem, mais uma festa, regada a uísque, a champanhe. Façam uma grande festa, porque ninguém vai poder fiscalizar! Isso não é dinheiro público”. Isso é dinheiro de quem?

Então, realmente, são exemplos como esse que fazem com que se vá perdendo a responsabilidade – eles, não eu. No jornal, o Presidente Lula diz assim: “Deus queira que tanto a categoria dos empresários quanto a categoria dos trabalhadores fiscalizem seus sindicatos!”. Estão passando para Deus a responsabilidade de fiscalizar as centrais sindicais. O Presidente Paulo Pereira da Silva disse: “O veto foi positivo, embora eu reconheça que o pessoal da banda podre do sindicalismo vai sair fortalecido”.

(Interrupção do som.)

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – De fato, a banda podre, Senador Mão Santa, sai muito fortalecida, pois sai liberada para fazer o que quiser com esse dinheiro. E Deus foi invocado. Ele, certamente, está olhando para todos nós, brasileiros, dizendo: “Vocês têm de lutar mais, porque assim vai ser difícil”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renato Casagrande. Bloco/PSB – ES) – Obrigado, Senador Raimundo Colombo.

Passo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Jayme Campos, que tem até dez minutos para fazer seu pronunciamento. (Pausa.)

S. Ex^a está dizendo que, em cinco minutos, consegue transmitir ao Senado da República e à população brasileira sua mensagem.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renato Casagrande, Sr^{as} e Srs.

Senadores, antes de iniciar o assunto de que vou tratar desta tribuna hoje, quero cumprimentar o Senador Raimundo Colombo, que foi muito oportuno quando se referiu à má aplicação dos recursos pelos sindicatos e, naturalmente, por outros órgãos do Governo Federal. Isso é verdade, e o Democratas, dias atrás, votou favoravelmente, mas não esperava que toda essa comemoração, regada a uísque e a bons coquetéis, fosse feita com o dinheiro do trabalhador brasileiro.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna para fazer um breve comunicado. Tivemos a oportunidade, no dia de hoje, de instalar uma Comissão Especial Externa do Senado Federal, a Comissão Temporária – Risco Ambiental em Municípios Relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (Inpe). Há riscos para o Brasil e – e por que não dizer? – para o mundo. Essa Comissão terá a oportunidade de diagnosticar e aferir os números que o Inpe tem divulgado em relação ao desmatamento na Amazônia brasileira. É muito importante essa Comissão, pois não só pretendemos fazer a apuração dos dados e das informações, mas também propomos também uma política de desenvolvimento para a Amazônia, compatível sobretudo com a preservação.

Isso é de fundamental importância à medida que o homem da Amazônia está sentindo realmente um desrespeito por parte do Governo Federal, até mesmo com relação à questão de segurança jurídica e também com relação às próprias garantias individuais. Essa Comissão tem um papel preponderante no sentido não só de buscarmos a verdade, como também de fazermos uma preposição em relação a uma política ambiental decente e, sobretudo, respeitosa com aqueles que naturalmente produzem e constroem a grandeza do Brasil.

Coube-me presidir essa Comissão, e a Vice-Presidência é do Senador João Pedro, representante do Estado do Amazonas. Coube-me também indicar para a Relatoria dessa Comissão o Senador Flexa Ribeiro. Contaremos com a participação do Senador Mozarildo Cavalcanti e do Senador Valdir Raupp, pelo Estado de Rondônia. Como suplentes, dela participarão o Senador Gilberto Goellner, a Senadora Serys Slhessarenko, o Senador Eduardo Azeredo, o Senador Romeu Tuma e o Senador Leomar Quintanilha.

Para tanto, na próxima terça-feira, faremos uma programação para ouvirmos não só o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), como também o Ministério do Meio Ambiente, o Inpe, os Governadores dos Estados envolvidos, sejam eles do Mato Grosso, do Amazonas, de Rondônia, do Pará, enfim, todos que se sentem prejudicados, penalizados com uma política perversa,

penosa, a qual, sobretudo, tem dado demonstração de descompromisso com a nossa região e com os brasileiros que ali estão esperando que haja uma política decente, respeitosa com a nossa população.

Teremos a oportunidade de desmistificar o Decreto nº 6.321, que é – confesso aqui – perverso em toda sua plenitude, tendo em vista que o próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), há poucos dias, exigiu que os produtores rurais dos 31 Municípios fizessem novamente, obrigatoriamente, seu cadastramento no Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), o que é quase impossível. As pessoas que não conseguirem nesse prazo fazer seu cadastramento estarão impossibilitadas não só de contrair financiamentos para suas propriedades, como também até mesmo de vendê-las no todo ou em parte.

Estamos nessa luta incessante, porque meu Estado, o Mato Grosso, e, certamente, os demais Estados envolvidos estão sendo tratados como joões-ninguém, sem segurança jurídica, sem os respeitos individuais à nossa população.

Quero crer que essa Comissão contribuirá sobremaneira para que possamos não só defender os interesses da sociedade, mas, sobretudo, propor uma política ambiental decente e compatível com o mundo contemporâneo.

Essa é a minha fala no dia de hoje, Sr. Presidente. Quero crer que o Senado Federal praticou um gesto de altivez, de grandeza, quando propus, por meio do Requerimento nº 193, a criação dessa Comissão Externa, Comissão Temporária – Risco Ambiental em Municípios Relacionados pelo Inpe. Foi atendida nossa solicitação, feita por meio desse requerimento, que foi votado e aprovado. E, hoje, nós a instalamos definitivamente, para que possamos apurar a verdade nesses Estados da Federação.

Dessa forma, Sr. Presidente, agradeço-lhe a oportunidade, na certeza absoluta de que o Senado estará ao nosso lado, para fazermos com que realmente os direitos individuais sejam preservados em toda a sua plenitude.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Jayme Campos, o Sr. Renato Casagrande, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento do Senador Jayme Campos, do Estado de Mato Grosso, convidamos para usar da tribuna, como líder do seu partido, o PSB, o Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Obrigado, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Regimentalmente, V. Ex^a tem cinco minutos, mas use o tempo que achar conveniente.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Agradeço, Sr. Presidente. Procurarei ser disciplinado para que outros parlamentares possam também ter tempo de usar a palavra e fazer o seu debate da tribuna do Senado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores que estão nos acompanhando, quero fazer uma reflexão hoje sobre o Programa Nacional de Banda Larga.

O Programa, lançado na última terça-feira, 08/04/2008, pelo Governo Federal, deverá assegurar acesso à Internet de alta velocidade a cada um dos mais de 5.500 municípios brasileiros até o ano de 2010.

O programa vai fornecer ainda ligação à Internet de um *megabit* em cada uma das mais de 56 mil escolas públicas localizadas nas regiões urbanas do País. O cronograma, Sr. Presidente, prevê a cobertura em 40% das localidades ainda em 2008, 80% em 2009 e 100% em 2010.

Trata-se de mais um compromisso de governo, parcialmente cumprido antes do prazo prometido. Não só isso, mas também e principalmente um enorme salto na questão da universalização do acesso à Internet no Brasil e a disponibilização de uma ferramenta absolutamente necessária no ensino atual, invertendo a lógica de exclusão de várias e extensas regiões urbanas que sempre permeou as políticas públicas do País.

Em suma, pelo Decreto nº 6.424/2008, assinado no último dia 4 de abril pelo Presidente Lula e pelo Ministro das Comunicações, Hélio Costa, o Governo sacramenta uma negociação de troca da obrigação das concessionárias de telefonia fixa de instalar 8.461 Postos de Serviços Telefônicos, pela obrigação de levar acesso pela Internet banda larga a 5.664 Municípios e ligação a 56.685 escolas públicas urbanas, beneficiando 37,1 milhões de alunos.

Então, o Governo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores está permutando. Há uma negociação de troca da obrigação das concessionárias de telefonia fixa de instalar 8.461 postos de serviço telefônico pela obrigação de levar acesso à Internet banda larga. Esse é um assunto importante. Nós elogiamos o Governo. Acho que é um programa que universaliza a banda larga.

Porém, Sr. Presidente – acho importante prestarmos atenção nisto porque o assunto é pouco compreendido, e, por ser pouco compreendido, às vezes lhe damos pouca importância, e nós temos de debater muito a questão da comunicação no País –, um pleito

dos provedores independentes de Internet – não os grandes provedores, como a Oi, a BrasilTelecom e outros –, um pleito dos provedores independentes de Internet não foi levado em consideração no arranjo final do programa. Isso não desmerece o programa, mas não foi levado em consideração. Como forma de melhorar o atendimento às escolas e evitar a concorrência desigual das empresas de telefonia fixa nas cidades onde esses já se encontram, os provedores ofereceram ao Governo fazer o serviço de acesso à Internet nessas escolas sem qualquer custo. Provedores independentes, pequenas empresas provedoras de Internet comprometeram-se a fazer isso sem custo.

Parece-nos óbvio que um provedor local conseguiria treinar e orientar os usuários das escolas, Senador Jayme Campos, muito mais adequadamente do que o fará uma empresa com atendimento à distância via telefone. Além disso, a existência de provedores espalhados pelo País afora garante uma penetração muito maior de acesso à Internet em locais onde não é interessante a exploração econômica pelas teles, pelas grandes empresas de telecomunicações.

A despeito de tudo isso, a Anatel, a pedido das telefônicas, publicou no **Diário Oficial** de 9-4 o Ato nº 1.933, de 2008, permitindo a elas prover o acesso à Internet para as escolas públicas dos centros urbanos, e o acesso gratuito até 2025 passou a fazer parte do acordo com o Governo.

E qual é o problema? Qual é o problema dessa permuta feita com as grandes empresas de telecomunicação no Brasil? O problema é que as teles estão propensas a passar a operar nesses rincões, nos Municípios pequenos, onde não tinham interesse anteriormente, e prestarão um serviço de qualidade inferior aos provedores atuais, mas deverão praticar uma política de preços subsidiados para acabar com os provedores locais. Essas grandes empresas são grandes provedores, e seus cabos levam o acesso à Internet. Quando eles vão alugar para uma empresa pequena provedora de Internet, o preço é muito alto, e fica inviável para as empresas pequenas competir com as grandes empresas. Isso já aconteceu em outras ocasiões.

A questão não encontra consenso no Governo. De um lado estão aqueles que se sentem surpreendidos pela medida, do outro aparecem aqueles que tratam a questão pela ótica competitiva do mercado, ressaltando que as teles olharam o seu negócio na hora de fazer essas contas.

Numa terceira ponta dessa questão aparecem os provedores independentes, afirmando que esta é a segunda grande aniquilação do segmento autônomo de provimento de Internet no Brasil. A primeira aniquilação

que sofreram teria sido na época do aparecimento dos provedores ditos “gratuitos”.

Esses fatos nos levam a cobrar novamente a regulamentação dos dispositivos da Lei Geral das Telecomunicações que prevêem a desagregação de redes, a separação funcional e o modelo de custos – quanto custa para operar esse serviço.

Sem essas providências, que deveriam ter sido tomadas pela Anatel há quase dez anos, todos os serviços agregados às telecomunicações no País serão negócios de altíssimo risco para qualquer cidadão.

A evolução tecnológica deve acompanhar as demandas econômicas e de infra-estrutura, sem perder de vista as demandas sociais. O acesso aos serviços é um direito de todos os cidadãos, independente de sua renda e condição social. Isso é preservar os princípios democráticos da universalização dentro do melhor espírito público.

Sr. Presidente, encerro, dizendo que a união entre a Oi e a BrasilTelecom tem, de minha parte, uma simpatia, mas se algumas medidas não forem tomadas pelo Governo para que nós possamos inibir esse monopólio e essa concentração, isso pode se virar e ser um gol contra a população brasileira. Nós, já há algum tempo, estamos pedindo uma audiência pública, com a presença da Anatel e do Ministério das Comunicações, na Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Não conseguimos ainda essa audiência pública. Acho importante o Congresso Nacional debater esse tema. Acho fundamental que o Congresso Nacional debata esse tema da aquisição de uma empresa pela outra.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o pronunciamento do Senador Renato Casagrande, que representa o PSB, como Líder, consultamos a lista de oradores inscritos, e está inscrito....

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com licença, Senador. Já temos três Senadores inscritos para uma comunicação inadiável. Mas V. Ex^a está se inscrevendo, e todos vão usar da palavra.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Claro, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Convidamos, agora, para usar da palavra o próximo orador inscrito, o Senador João Vicente Claudino, do PTB do Piauí.

V. Ex^a já teria a minha consideração para usar o tempo que lhe fosse conveniente. Sendo V. Ex^a do Piauí, a prerrogativa é maior.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Mas ficarei dentro do Regimento, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, um dos temas a que tenho me dedicado neste mandato de Senador é o referente às condições de vida das pessoas portadoras de necessidades especiais.

Esses brasileiros, que já sofrem com algumas limitações em sua capacidade física, enfrentam diariamente algo que chega a ser mais opressor do que a própria deficiência: o preconceito e o desrespeito à sua condição diferenciada.

Segregados, algumas vezes humilhados e relegados, muitos brasileiros e brasileiras, portadores de necessidades especiais, acabam por se tornar cidadãos de segunda classe, sem dispor de um tratamento especial por parte da legislação e do Estado para agregá-los a um processo de inclusão efetiva na vida social e econômica. Vida essa que tem tudo para ser plena e ativa, desde que lhes sejam disponibilizadas as devidas adaptações à sua condição de deficientes.

Temos a obrigação de proteger essa parcela significativa e importante de nossa população com um arcabouço legal e institucional que lhes permita exercer a cidadania de forma completa e efetiva. E a oportunidade de trabalho produtivo e realizador é uma peça-chave nesse processo de inclusão.

Sr. Presidente, a Lei nº 8.742, de julho de 1991, que regulamenta o benefício previdenciário da aposentadoria por invalidez, confere importante mecanismo de apoio àqueles que possuem dificuldades para o exercício da atividade laboral.

Entretanto, há um dispositivo na referida lei que tem causado certa apreensão aos seus beneficiados. Trata-se de regra prevendo que, caso o aposentado por invalidez retome voluntariamente alguma atividade produtiva remunerada, deverá formalizar a desistência irrevogável do benefício.

Ora, Sr. Presidente, tal imposição tem provocado insegurança às pessoas portadoras de necessidades especiais que, acolhidas pelo instituto da aposentadoria por invalidez, conseguem novamente ser integradas ao mercado de trabalho. Se a readaptação não lograr êxito, como eles se sustentarão? Se, por qualquer motivo, a retomada da atividade laboral não puder ser

continuada, como fica a renda dessas pessoas que não mais teriam a possibilidade de reaver legitimamente seus benefícios?

Por constatar essa falha em nossa legislação, comunico à Casa que entrei com um projeto de lei que corrige tal distorção, assegurando, em caso de necessidade, o retorno ao sistema de benefícios dos deficientes, aposentados por invalidez, que retomarem suas atividades laborais. Para tanto, bastaria a realização de perícia médica pela Previdência Social, e o benefício mensal voltaria a ser pago normalmente.

Trata-se, em essência, de uma medida não só humanitária, mas lógica. Diante das regras atuais, não há estímulo para que esses brasileiros com deficiência busquem e tentem sua reinserção em alguma atividade produtiva. E, ao fazê-lo, não só estão ampliando sua capacidade de interação e composição à vida social, como também permitindo uma economia para os cofres da Previdência Social.

Essa pequena, mas importante, alteração legal representará grande alívio para o contingente de brasileiros com deficiência que gozam do benefício. Tenho certeza de que se sentirão muito mais seguros e confiantes para buscar uma ocupação laboral e sentir-se mais produtivos e realizados se estiverem protegidos pela legislação.

Dessa forma, quero aqui solicitar o apoio de todo o Senado Federal para o referido projeto, que apenas corrige uma falha de nossa legislação previdenciária.

Sr. Presidente, nosso País tem evoluído, ainda que de forma lenta, no trato da inclusão das pessoas com deficiência. Se antes era um tema relegado ao ostracismo, hoje já assumiu contornos de questão nacional das mais relevantes e pela qual devemos lutar com afinco e denodo.

O trabalho é incessante e, identificadas as barreiras burocráticas e legais que o cerceiam, não devemos tardar em transpô-las. Esse é o caso da pequena parte da legislação sobre a aposentadoria por invalidez que pretendemos modificar.

Permitir que o deficiente busque um emprego, um trabalho produtivo, sem que seja ameaçado de não retomar mais o seu benefício previdenciário é uma obrigação de nossa parte.

Era o que eu tinha a dizer, Senador. Mas quero pedir que seja registrada nos Anais da Casa uma matéria do Professor José Pastore, do final do ano passado, publicada em **O Estado de S. Paulo**, que trata do trabalho dos portadores de deficiência, uma matéria muito bem escrita.

Quero ainda reforçar, Senador Mão Santa, o pedido para que seja lido – sei que a pauta do Senado está travada pelas medidas provisórias –, o requerimento

que nós assinamos – eu, V. Ex^a, o Senador Heráclito Fortes, o Senador Aloizio Mercadante, o Senador Inácio Arruda – sobre a incorporação do Banco do Estado pelo Banco do Brasil, que já foi votado pela CAE e é de suma importância para o Estado.

Em seu governo, do qual fui Secretário Estadual de Indústria e Comércio e Conselheiro do Banco do Estado, retomamos o saneamento do Banco do Estado como instituição importante para o desenvolvimento do Estado do Piauí. Penso que já cumprimos as etapas necessárias da federalização e, agora, da incorporação, para que aquela instituição ainda sirva como um gran-

de instrumento de desenvolvimento do Estado. Esse requerimento, que V. Ex^a também assinou, tem como objetivo fazer aquela instituição ter uma participação ainda maior em nosso desenvolvimento e também dar tranquilidade aos funcionários daquela instituição.

Era o que tinha a dizer, Senador.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do inciso I, § 2º, art. 210 do Regimento Interno.)

O trabalho dos portadores de deficiência

Participei em 26/9 do 17º Fórum de Empregabilidade de Pessoas com Deficiência, organizado pela Sersa, que, aliás, desenvolve um excelente trabalho nesse campo.

No Censo de 2000, o IBGE utilizou uma definição bastante abrangente e chegou a 24,5 milhões de portadores de deficiência. Pelo conceito da ONU, mais estreito, são cerca de 18 milhões. Desses, 9 milhões estão em idade de trabalhar e apenas 1,3 milhão trabalha (estimativa).

O Brasil possui uma lei de cotas que obriga as empresas a contratarem de 2% a 5% de seu quadro de pessoal entre portadores de deficiência, o que daria cerca de 700 mil contratações. Estima-se haver apenas 300 mil com empregos formais.

Por que está sendo tão difícil essa inserção? Os problemas se ligam aos empregadores, aos portadores de deficiência e às políticas públicas.

Do lado dos empregadores ainda há muita falta de informação e preconceitos. Costuma-

se dizer que essas pessoas não se adaptam, apresentam riscos na hora de evacuar um prédio, são temperamentais, magnificam seus problemas para conseguir benesses, faltam muito ao trabalho, exigem horários flexíveis, são rejeitadas pelos colegas, afastam clientes, etc.

Do lado dos portadores, há casos de deficiências mais severas, que, de fato, exigem expedientes mais complexos. Mas não é a maioria. A simples construção de uma rampa de acesso numa empresa transforma um cadeirante em não deficiente.

Um dos maiores obstáculos para a contratação diz respeito à falta de qualificação dos candi-

datos, o que é um problema geral do Brasil. A Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (Pnad) de 2006 revelou que apenas 37% dos brasileiros fizeram o curso médio. Isso é ridículo. Para os portadores de deficiência, as estimativas variam de 4% a 9%. É um problema sério. Temos de reconhecer: as empresas não estão conseguindo preencher as cotas por falta de pessoal qualificado.

Do lado das políticas públicas, é precário o apoio nos campos da educação, habilitação e reabilitação. Ademais, a lei das cotas se restringe à contratação com vínculo empregatício e por prazo indeterminado. Essa

modalidade de trabalho se torna cada vez mais rara no mundo atual, onde se multiplicam as formas alternativas de trabalhar, como é o caso do trabalho por projeto, casual, intermitente, terceirizado, cooperado, teletrabalho, etc. Hoje, o trabalho realiza-se em redes de parceiros em que alguns são empregados, outros são autônomos, muitos prestam serviços como pessoas jurídicas e assim por diante. Os portadores de deficiência não podem entrar nessas modalidades porque, pela lei das cotas, só podem ser contratados como empregados.

Felizmente, há mudanças promissoras nos três campos. Os empregadores começam a enxergar as vantagens dos quadros de pessoal diversificado e muitos demonstram criatividade nas formas de contratar. Aumenta o número de trabalhos objetivos que visam a reduzir os preconceitos (ver João Ribas, *Preconceitos contra as pes-*

soas com deficiência, Cortez Editora, São Paulo, 2007). Em muitos casos, o Ministério Público e o Ministério do Trabalho vêm atuando de maneira pedagógica, dando prazos para as empresas se prepararem. O presidente Lula acaba de aprovar um amplo programa (R\$ 2,4 bilhões) para melhor preparar os portadores de deficiência, a começar pela qualificação dos professores que vão ensiná-los. E dois projetos de lei visam a ampliar as oportunidades de trabalho nesse campo. São peças que têm muitos defeitos, mas que podem ser corrigidas por meio de emendas.

O Projeto de Lei 1.679/07, de autoria do deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT), obriga a empresa a recolher certo montante para um fundo destinado à qualificação de portadores de deficiência, depois de comprovar ter feito todos os esforços para preencher sua cota, sem sucesso.

O Projeto de Lei do Senado 112/06, do senador José Sarney (PMDB/AP), abre a possibilidade de contratação fora do vínculo empregatício, via terceirização, mas com certas restrições.

São movimentos animadores. A situação vai melhorar. Mas nada será automático. Cada um de nós terá de entrar com sua parcela de colaboração. Afinal, essas pessoas não pediram para ter deficiências. Como parte da Nação, somos responsáveis por elas, mesmo porque todos nós, com o envelhecimento, seremos portadores de deficiências.●

* José Pastore é professor da FEA-USP. Site: <http://www.josepastore.com.br>

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Queremos nos solidarizar com o brilhante pronunciamento de V. Ex^a, que tem em perspectiva uma melhoria para os profissionais que têm deficiências.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa o Ofício do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados, que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 95/08/PS-GSE

Brasília, 10 de abril de 2008

Assunto: Envio de MPV para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 409, de 2007, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 8-4-08, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$750.465.000,00 (setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), para os fins que especifica.”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com referência à matéria que acaba de ser lida, a Presidência comunica ao Plenário que o prazo de 45 dias para sua apreciação encontra-se esgotado, e o de sua vigência foi prorrogado por Ato da Mesa do Congresso Nacional, por mais sessenta dias, conforme prevê o § 7º do art. 62 da Constituição Federal.

Uma vez recebida formalmente pelo Senado Federal nesta data, a matéria passa a sobrestar imediatamente todas as demais deliberações legislativas desta Casa até que se ultime sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, a Presidência inclui a matéria na Ordem do Dia da presente sessão.

É a seguinte a medida provisória recebida:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 409, DE 2007

Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no

valor global de setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais, para os fins que especifica.

Este Avulso Contém os Seguintes Documentos:

- Autógrafo da Medida Provisória
- Medida Provisória original
- Mensagem do Presidente da República nº 1.039, de 2007
- Exposição de Motivos nº 366/2007, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
- Ofício nº 95/2008, da Câmara dos Deputados, encaminhando a matéria ao Senado
- Calendário de tramitação da Medida Provisória
- Nota Técnica nº 2, de 2008, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados
- Parecer sobre a Medida Provisória, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados – Relator: Deputado Celso Maldaner (Bloco / PMDB – SC)
- Folha de sinopse da tramitação da matéria da Câmara dos Deputados
- Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 11, de 2008, prorrogando a vigência da Medida Provisória

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 409, DE 2007

Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$750.465.000,00 (setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$750.465.000,00 (setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei decorrem de:

I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, no valor de R\$748.505.000,00 (setecentos e quarenta e oito milhões, quinhentos e cinco mil reais); e

II – anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R\$1.960.000,00 (um milhão, novecentos e sessenta mil reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGÃO : 22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO
 UNIDADE : 22101 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	F	S	N	M	I	F	T	VALOR
6003 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUARIO										39.000.000
OPERACOES ESPECIAIS										
20 606	6003 005A	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUARIO								39.000.000
20 606	6003 005A 0831	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUARIO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	40	0	300		39.000.000
TOTAL - FISCAL										39.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										39.000.000

ORGÃO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
 UNIDADE : 24101 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	S	N	M	I	F	T	VALOR
0471 CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO PARA A INCLUSAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL										1.960.000
OPERACOES ESPECIAIS										
19 573	0471 001F	APOIO A IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE CENTROS VOCACIONAIS TECNOLOGICOS								1.960.000
19 573	0471 001F 0189	APOIO A IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE CENTROS VOCACIONAIS TECNOLOGICOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	30	0	300		1.960.000
TOTAL - FISCAL										1.960.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										1.960.000

ORCAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26101 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S N F	G R P L	M O L	I U L	F T E	VALOR
1073		UNIVERSIDADE DO SECULO XXI						250.000.000
		ATIVIDADES						
12 364	1073 8551	COMPLEMENTACAO PARA O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR						250.000.000
12 364	1073 8551 0101	COMPLEMENTACAO PARA O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F 3	2	90	0	300	6.790.665
			F 4	2	90	0	300	243.209.335
TOTAL - FISCAL								250.000.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								250.000.000

ORCAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S N F	G R P L	M O L	I U L	F T E	VALOR
1061		BRASIL ESCOLARIZADO						50.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS						
12 361	1061 0509	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA						50.000.000
12 361	1061 0509 0105	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F 4	2	90	0	300	50.000.000
TOTAL - FISCAL								50.000.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								50.000.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39207 - VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS S.A

ANEXO 1

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS									33.505.000
PROJETOS									
26 783	0237 116E	CONSTRUCAO DA FERROVIA NORTE-SUL - ANAPOLIS - URUACU - NO ESTADO DE GOIAS							33.505.000
26 783	0237 116E 0101	CONSTRUCAO DA FERROVIA NORTE-SUL - ANAPOLIS - URUACU - NO ESTADO DE GOIAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)							33.505.000
			F	4	3	90	0	300	33.505.000
TOTAL - FISCAL									33.505.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									33.505.000

ORGAO : 51000 - MINISTERIO DO ESPORTE
 UNIDADE : 51101 - MINISTERIO DO ESPORTE

ANEXO 1

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE									29.000.000
PROJETOS									
27 812	1250 5450	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER							29.000.000
27 812	1250 5450 5769	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							29.000.000
			F	4	2	40	0	300	29.000.000
TOTAL - FISCAL									29.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									29.000.000

ORGAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 UNIDADE : 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	R	M	U	F	VALOR
1025 PROMOCAO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPACOS SUB-REGIONAIS - PROMESO									12.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
04 845	1025 005E	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGRADO							12.000.000
04 845	1025 005E 0233	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGRADO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							12.000.000
			F	4	2	90	0	300	12.000.000
TOTAL - FISCAL									12.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.000.000

ORGAO : 54000 - MINISTERIO DO TURISMO
 UNIDADE : 54101 - MINISTERIO DO TURISMO

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	R	M	U	F	VALOR
1166 TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS									159.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
23 695	1166 0564	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA							159.000.000
23 695	1166 0564 2601	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							159.000.000
			F	4	2	90	0	300	159.000.000
TOTAL - FISCAL									159.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									159.000.000

ANEXO I			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/FUNDO	E S F	G R P D	M O D	I N T	F I T E	VALOR	
		0310 GESTAO DA POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO						176.000.000	
		OPERACOES ESPECIAIS							
15 451	0310 0B16	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO						176.000.000	
15 451	0310 0B16 0101	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						176.000.000	
			F	4	2	40	0	300	176.000.000
		TOTAL - FISCAL						176.000.000	
		TOTAL - SEGURIDADE						0	
		TOTAL - GERAL						176.000.000	

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
 UNIDADE : 24101 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA

ANEXO II			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/FUNDO	E S F	G R P D	M O D	I N T	F I T E	VALOR	
		0471 CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO PARA A INCLUSAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL						1.960.000	
		OPERACOES ESPECIAIS							
19 573	0471 001F	APOIO A IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE CENTROS VOCACIONAIS TECNOLOGICOS						1.960.000	
19 573	0471 001F 0189	APOIO A IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE CENTROS VOCACIONAIS TECNOLOGICOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						1.960.000	
			F	3	2	30	0	300	1.960.000
		TOTAL - FISCAL						1.960.000	
		TOTAL - SEGURIDADE						0	
		TOTAL - GERAL						1.960.000	

MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL Nº 409, DE 2007

Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$750.465.000,00, para os fins que especifica.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o § 3º do art. 167 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$750.465.000,00 (setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Medida Provisória.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, no valor de R\$748.505.000,00 (setecentos e quarenta e oito milhões, quinhentos e cinco mil reais); e

II – anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R\$1.960.000,00 (um milhão, novecentos e sessenta mil reais), conforme indicado no Anexo II desta Medida Provisória.

Art. 3º Fica Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de dezembro de 2007; 186º da Independência e 119 da República. – **LUIZ I. LULA DA SILVA. – Paulo Bernardo Silva.**

ORGAO : 22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO
UNIDADE : 22101 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTTULO/PRODUTO	E S F	G R P D	M O D	I U	F T E	VALOR
6003		APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUARIO						39.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS						
20 606	6003 005A	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUARIO						39.000.000
20 606	6003 005A 0831	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUARIO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						39.000.000
			F	4	2	40	0	300
TOTAL - FISCAL								39.000.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								39.000.000

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
 UNIDADE : 24101 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U	F T E	VALOR
0471		CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO PARA A INCLUSAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL							1.960.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
19 573	0471 001F	APOIO A IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE CENTROS VOCAIONAIS TECNOLOGICOS							1.960.000
19 573	0471 001F 0189	APOIO A IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE CENTROS VOCAIONAIS TECNOLOGICOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							1.960.000
			F	4	2	30	0	300	1.960.000
TOTAL - FISCAL									1.960.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.960.000

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26101 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U	F T E	VALOR
1073		UNIVERSIDADE DO SEculo XXI							250.000.000
		ATIVIDADES							
12 364	1073 8551	COMPLEMENTACAO PARA O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR							250.000.000
12 364	1073 8551 0101	COMPLEMENTACAO PARA O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							250.000.000
			F	3	2	90	0	300	6.790.665
			F	4	2	90	0	300	243.209.335
TOTAL - FISCAL									250.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									250.000.000

ORGAO : 51000 - MINISTERIO DO ESPORTE
UNIDADE : 51101 - MINISTERIO DO ESPORTE

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D				
1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE									29.000.000
			PROJETOS						
27 812	1250 5450	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER							29.000.000
27 812	1250 5450 5769	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							29.000.000
			F	4	2	40	0	300	29.000.000
TOTAL - FISCAL									29.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									29.000.000

ORGAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
UNIDADE : 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D				
1025 PROMOCAO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPACOS SUB-REGIONAIS - PROMESO									12.000.000
			OPERACOES ESPECIAIS						
04 845	1025 005E	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGRADO							12.000.000
04 845	1025 005E 0233	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGRADO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							12.000.000
			F	4	2	90	0	300	12.000.000
TOTAL - FISCAL									12.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.000.000

ORGAO : 54000 - MINISTERIO DO TURISMO
 UNIDADE : 54101 - MINISTERIO DO TURISMO

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1166 TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS									159.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
23 695	1166 0564	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA							159.000.000
23 695	1166 0564 2601	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							159.000.000
									159.000.000
TOTAL - FISCAL									159.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									159.000.000

ORGAO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES
 UNIDADE : 56101 - MINISTERIO DAS CIDADES

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0310 GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO									176.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
15 451	0310 0816	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO							176.000.000
15 451	0310 0816 0101	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							176.000.000
									176.000.000
TOTAL - FISCAL									176.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									176.000.000

ORÇAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
 UNIDADE : 24101 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R D	R P D	M O D	I U D	F T E	VALOR
		0471 CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO PARA A INCLUSAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL							1.960.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
19 573	0471 001F	APOIO A IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE CENTROS VOCAACIONAIS TECNOLOGICOS							1.960.000
19 573	0471 001F 0189	APOIO A IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE CENTROS VOCAACIONAIS TECNOLOGICOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							1.960.000
			F	3	2	30	0	300	1.960.000
		TOTAL - FISCAL							1.960.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							1.960.000

MENSAGEM Nº 1.039, DE 2007

Brasília, 27 de dezembro de 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 409, de 28 de dezembro de 2007, que "Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$750.465.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 28 de dezembro de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM nº 366/2007/MP

Brasília, 27 de dezembro de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de Medida Provisória que abre crédito extraordinário no valor global de R\$750.465.000,00 (setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), conforme discriminado no quadro a seguir:

Discriminação	R\$ 1,00	
	Aplicação de Recursos	Origem de Recursos
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	39.000.000	1.960.000
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.960.000	
Ministério da Educação	300.000.000	
Ministério dos Transportes	33.505.000	
Ministério do Esporte	29.000.000	
Ministério da Integração Nacional	12.000.000	
Ministério do Turismo	159.000.000	
Ministério das Cidades	176.000.000	
Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006		748.505.000
Total	750.465.000	750.465.000

2. Quanto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o crédito possibilitará o aumento da produção, da produtividade e da qualidade dos produtos agropecuários, bem como a melhoria na sua comercialização, mediante o fortalecimento da infraestrutura municipal, da assistência técnica e extensão rural, da pesquisa agropecuária, além de investimentos em centros de treinamento e laboratórios, aquisição de máquinas, implementos e equipamentos para todas as etapas do processo produtivo agropecuário e do processamento agroindustrial, eletrificação rural, obras de irrigação, produção de mudas e sementes e mecanização agrícola.

3. No caso do Ministério da Ciência e Tecnologia, os recursos permitirão a implementação da cadeia produtiva da piscicultura, e conseqüente inclusão social da população pesqueira do Estado da Bahia, mediante o acesso a avanços científicos e tecnológicos, voltados a uma melhor qualidade do pescado e a técnicas de processamento do pescado.

4. O crédito em favor do Ministério da Educação se destina à expansão e reestruturação do sistema federal de ensino superior e ao apoio ao desenvolvimento da educação básica no intuito de possibilitar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento da Educação.

5. No tocante ao Ministério dos Transportes, a proposição permitirá a construção do trecho ferroviário entre Anápolis e Uruaçu, no Estado de Goiás, pertencente à Ferrovia Norte-Sul, a cargo da VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

6. No que tange ao Ministério do Esporte, os recursos serão utilizados em obras de infraestrutura esportiva em diversos municípios, em áreas de maior

vulnerabilidade social, em consonância com o Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte.

7. No âmbito do Ministério da Integração Nacional, os recursos permitirão investimentos que visam apoiar diversos projetos de infra-estrutura urbana e rural em diversos municípios brasileiros, de modo a fomentar o progresso socioeconômico desses municípios, com vistas à geração de emprego e renda.

8. Os recursos destinados ao Ministério do Turismo permitirão o atendimento de despesas relacionadas a projetos de infra-estrutura turística, tais como obras de saneamento básico e de infraestrutura de transporte, visando a expansão das atividades do setor e a melhoria da qualidade dos produtos ofertados.

9. O crédito em favor do Ministério das Cidades possibilitará a implementação de obras voltadas ao desenvolvimento urbano de diversos municípios, carentes de infra-estrutura e em condições insatisfatórias.

10. No Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a relevância e urgência do crédito justificam-se pela necessidade de priorizar o atendimento de infra-estrutura a regiões onde o atraso no período de plantio, em decorrência da demora na chegada da estação chuvosa, ameaça provocar sérios desdobramentos e comprometimentos na estrutura produtiva e de comercialização dos produtos agropecuários. As obras precisam ser feitas antes da intensificação do período chuvoso nessas regiões de forma a não prejudicar ainda mais o setor produtivo rural, especialmente no que se refere à pequena propriedade.

11. No caso do Ministério da Educação, a relevância e urgência na tramitação das medidas supracitadas

evidenciam-se pela impossibilidade de postergação das mesmas, sob pena de comprometimento da eficácia da ação governamental em melhorar a qualidade do ensino brasileiro, que repercutirá no processo de expansão e reestruturação do sistema federal de ensino superior e no desenvolvimento da educação básica.

12. Quanto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, a relevância e urgência da matéria justificam-se, de acordo com o órgão, pela necessidade de inserir os pescadores na economia de mercado e de fortalecer o processo de comercialização da produção e, assim, contribuir para a redução das desigualdades regionais e sociais.

13. A relevância e urgência desta proposição, no âmbito do Ministério dos Transportes, justificam-se pela necessidade de impedir a interrupção das obras da Ferrovia Norte-Sul, o que poderá causar sérias conseqüências econômicas e sociais às localidades envolvidas, além de prejuízo ao erário decorrente dos recursos já despendidos com o projeto e do processo de subconcessão.

14. Em relação ao Ministério do Esporte, a relevância e urgência justificam-se pela necessidade de garantir a continuidade das obras de infra-estrutura esportiva em áreas de maior vulnerabilidade social, permitindo o processo de socialização de jovens carentes e de descoberta de novos talentos para o esporte nacional.

15. A relevância e urgência da matéria, no Ministério da Integração Nacional, são justificadas pela necessidade de melhorar as condições socioeconômicas de municípios extremamente carentes no Brasil, por

meio de investimentos que evitarão sérios prejuízos sociais e a estagnação das economias locais.

16. No tocante ao Ministério do Turismo, a relevância e urgência justificam-se pela necessidade de adequação de ações relacionadas a infra-estrutura turística, de modo a evitar que o aumento do número de turistas ocasionasse transtornos aos usuários do setor, reduzindo o risco de descontinuidade de projetos já apoiados e estabelecidos no Plano Nacional do Turismo.

17. No âmbito do Ministério das Cidades, a relevância e urgência da matéria desta proposição justificam-se devido à necessidade de melhorar a segurança do cidadão, como parte de políticas públicas capazes de combater efetivamente a exclusão social, por meio da adequação de espaços viários urbanos e da melhoria de condições de habitabilidade e de segurança da população beneficiária.

18. Esclarece-se que a proposição está em conformidade com o disposto no art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição, e será atendida com recursos oriundos de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006 e de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme demonstrativos constantes de Anexos a esta Exposição de Motivos.

19. Nessas condições, tendo em vista a relevância e urgência da matéria, submeto à consideração de Vossa Excelência, em anexo, proposta de Medida Provisória que visa efetivar a abertura do referido crédito extraordinário.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva.**

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO

Fonte 00: Recursos Ordinários	R\$ 1,00
Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2006 (A)	19.542.041.000
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (B)	342.845.279
Créditos Extraordinários (C)	12.402.602.082
Abertos	11.654.097.082
Em tramitação (1)	748.505.000
Créditos Suplementares e Especiais (D)	1.073.552.123
Abertos	1.073.552.123
Em tramitação	0
Outras modificações orçamentárias efetivadas (E)	1.589.237.905
Saldo F = (A-B-C-D-E)	4.133.803.611

(A) Portaria STN nº 182, de 29 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 27 de dezembro de 2007.

Of. n° 95/08/PS-GSE

Brasília, 10 de abril de 2008

Assunto: Envio de MPV para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória n° 40, de 2007, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 8-4-08, que "Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$750.465.000,00

(setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), para os fins que especifica.", conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n° 32, de 2001.

Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro-Secretário.

MPV N° 409	
Publicação no DO	28-12-2007 (Ed. Extra)
Emendas	até 11-2-2008
Prazo na Comissão	6-2-2008 a 19-2-2008 (14° dia)
Remessa do Processo à CD	19-2-2008
Prazo na CD	20-2-2008 a 4-3-2008 (15° ao 28° dia)
Recebimento previsto no SF	4-3-2008
Prazo no SF	5-3-2008 a 18-3-2008 (42° dia)
Se modificado, devolução à CD	18-3-2008
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	19-3-2008 a 21-3-2008 (43° ao 45° dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	22-3-2008 (46° dia)
Prazo final no Congresso	5-4-2008 (60 dias)
Prazo Final Prorrogado	4-6-2008(**)
(**)Prazo prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional n° 11, de 2008 – DOU (Seção I) de 28-3-2008.	

MPV N° 409	
Votação na Câmara dos Deputados	8-4-2008
Leitura no Senado Federal	
Votação no Senado Federal	

**NOTA TÉCNICA Nº 2/2008 –
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 409/2007**

Subsídios para a apreciação da Medida Provisória nº 409, de 28 de dezembro de 2007, quanto à adequação orçamentária e financeira.

Interessado: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO

I – Relatório

A presente Nota Técnica atende à determinação do art. 19 da Resolução nº 1, de 2002 – CN, que estabelece a elaboração, pelo órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da Casa a que pertencer o relator, de nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.

A Medida Provisória (MP) em análise, editada em conformidade com o que dispõe o art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição, abre crédito extraordinário no valor global de R\$750.465.000,00 (setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), para atender as programações constantes dos anexos I dos seguintes órgãos com as suas respectivas unidades orçamentárias:

– Órgão 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Unidade Orçamentária 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – no valor de R\$39.000.000,00 (trinta e nove milhões de reais) para atender operações especiais de apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário – nacional;

– Órgão 24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia – Unidade Orçamentária 24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia – no valor de R\$1.960.000,00 (um milhão, novecentos e sessenta mil reais) para atender operações especiais de apoio a implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos – nacional;

– Órgão 26000 – Ministério da Educação – Unidade Orçamentária 26101 – Ministério da Educação – no valor de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões) para atender atividades de complementação para o funcionamento das instituições federais de ensino superior – nacional;

– Órgão 26000 – Ministério da Educação – Unidade Orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões

de reais) para atender operações especiais de apoio ao desenvolvimento da educação básica – nacional;

– Órgão 39000 – Ministério dos Transportes – Unidade Orçamentária 39207 – Valec – Engenharia e Construções e Ferrovias S/A, no valor de R\$33.505.000,00 (trinta e três milhões, quinhentos e cinco mil reais) para atender projeto de construção da ferrovia norte-sul – Anápolis – Uruaçu – No Estado de Goiás;

– Órgão 51000 – Ministério do Esporte – Unidade Orçamentária 51101 – Ministério do Esporte, no valor de R\$29.000.000,00 (vinte e nove milhões de reais) para atender projeto de implantação e modernização de infra-estrutura para esporte recreativo e de lazer – nacional;

– Órgão 53000 – Ministério da Integração Nacional – Unidade Orçamentária 53101 – Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais) para atender operações especiais de apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado – nacional;

– Órgão 54000 – Ministério do Turismo – Unidade Orçamentária 54101 – Ministério do Turismo, no valor de R\$159.000.000,00 (cento e cinquenta e nove milhões de reais) para atender operações especiais de apoio a projetos de infra-estrutura turística – nacional; e

– Órgão 56000 – Ministério das Cidades – Unidade Orçamentária 56101 – Ministério das Cidades, no valor de R\$176.000.000,00 (cento e setenta e seis milhões de reais) para atender operações especiais de apoio a política nacional de desenvolvimento urbano – nacional.

Conforme a Exposição de Motivos nº 00366/2007/MP, de 27 de dezembro de 2007 que acompanha a MP, o crédito extraordinário destina recursos:

– no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o crédito possibilitará o aumento da produção, da produtividade e da qualidade dos produtos agropecuários, bem como a melhoria na sua comercialização, mediante o fortalecimento da infra-estrutura municipal, da assistência técnica e extensão rural, da pesquisa agropecuária, além de investimentos em centros de treinamento e laboratórios, aquisição de máquinas, implementos e equipamentos para todas as etapas do processo produtivo agropecuário e do processamento

agro-industrial, eletrificação rural, obras de irrigação, produção de mudas e sementes e mecanização agrícola;

– no caso do Ministério da Ciência e Tecnologia, os recursos permitirão a implementação da cadeia produtiva da piscicultura, e conseqüente inclusão social da população pesqueira do Estado da Bahia, mediante o acesso a avanços científicos e tecnológicos, voltados a uma melhor qualidade do pescado e a técnicas de processamento do pescado;

– o crédito em favor do Ministério da Educação se destina à expansão e reestruturação do sistema federal de ensino superior e ao apoio ao desenvolvimento da educação básica no intuito de possibilitar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento da Educação;

– no tocante ao Ministério dos Transportes, a proposição permitirá a construção do trecho ferroviário entre Anápolis e Uruaçu, no Estado de Goiás, pertencente à Ferrovia Norte-Sul, a cargo da Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.;

– no tocante ao Ministério do Esporte, os recursos serão utilizados em obras de infraestrutura esportiva em diversos municípios, em áreas de maior vulnerabilidade social, em consonância com o Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte;

– no âmbito do Ministério da Integração Nacional, os recursos permitirão investimentos que visam apoiar diversos projetos de infraestrutura urbana e rural em diversos municípios brasileiros, de modo a fomentar o progresso socioeconômico desses Municípios, com vistas à geração de emprego e renda;

– os recursos destinados ao Ministério do Turismo permitirão o atendimento de despesas relacionadas a projetos de infraestrutura turística, tais como obras de saneamento básico e de infraestrutura de transporte, visando a expansão das atividades do setor e a melhoria da qualidade dos produtos ofertados;

– o crédito em favor do Ministério das Cidades possibilitará a implementação de obras voltadas ao desenvolvimento urbano de diversos municípios, carentes de infraestrutura em condições insatisfatórias.

Quanto à presença do pressuposto da relevância e urgência, a Exposição de Motivos assim justifica:

– no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a relevância e urgência do crédito justificam-se pela necessidade de priorizar o atendimento de infra-estrutura a regiões onde o atraso no período de plantio, em decorrência da demora na chegada da estação chuvosa, ameaça provocar sérios desdobramentos e comprometimentos na estrutura produtiva e de comercialização dos produtos agropecuários. As obras precisam ser feitas antes da intensificação do período chuvoso nessas regiões de forma a não prejudicar ainda mais o setor produtivo rural, especialmente no que se refere à pequena propriedade;

– no caso do Ministério da Educação, a relevância e urgência na tramitação das medidas supracitadas evidenciam-se pela impossibilidade de postergação das mesmas, sob pena de comprometimento da eficácia da ação governamental em melhorar a qualidade do ensino brasileiro, que repercutirá no processo de expansão e reestruturação do sistema federal de ensino superior e no desenvolvimento da educação básica;

– no Ministério da Ciência e Tecnologia, a relevância e urgência da matéria justificam-se de acordo com o órgão, pela necessidade de inserir os pescadores na economia de mercado e de fortalecer o processo de comercialização da produção e, assim, contribuir para a redução das desigualdades regionais e sociais;

– no caso do Ministério dos Transportes pela necessidade de impedir a interrupção das obras da Ferrovia Norte-Sul, o que poderá causar sérias conseqüências econômicas e sociais às localidades envolvidas, além de prejuízo ao erário decorrente dos recursos já despendidos com o projeto e do processo de subconcessão;

– no caso do Ministério do Esporte pela necessidade de garantir a continuidade das obras de infraestrutura esportiva em áreas de maior vulnerabilidade social, permitindo o processo de socialização de jovens carentes e de descoberta de novos talentos para o esporte nacional;

– no caso do Ministério da Integração Nacional pela necessidade de melhorar as condições socioeconômicas de municípios extremamente carentes no Brasil, por meio de investimentos que evitarão sérios prejuízos sociais e a estagnação das economias locais;

– No caso do Ministério do Turismo pela necessidade de adequação de ações relacionadas a infra-estrutura turística, de modo a evitar que o aumento do número de turistas ocasione transtornos aos usuários do setor, reduzindo o risco de descontinuidade de projetos já apoiados e estabelecidos no Plano Nacional do Turismo; e

– no Ministério das Cidades pela necessidade de melhorar a segurança do cidadão, como parte de políticas públicas capazes de combater efetivamente a exclusão social, por meio da adequação de espaços viários urbanos e da melhoria de condições de habitabilidade e de segurança da população beneficiária.

O art. 2º da MP 409/2007 determina que os recursos necessários à abertura do crédito extraordinário em análise decorrem de:

I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, no valor de R\$748.505.000,00 (setecentos e quarenta e oito milhões, quinhentos e cinco mil reais); e

II – anulação parcial de dotação orçamentária, nova valor de R\$ 1.960.000,00 (um milhão, novecentos e sessenta mil reais), conforme está indicado no Anexo II da Medida Provisória.

Quanto à existência do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2006, a Exposição de Motivos informa que o saldo apurado no exercício de 2006 é suficiente para atender as despesas no valor de R\$ 748.505.000,00 (setecentos e quarenta e oito milhões, quinhentos e cinco mil reais).

II – Compatibilidade e Adequação Orçamentária e Financeira

O art. 5º da Resolução nº 1, de 2002–CN, que “dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências”, determina que a adequação orçamentária e financeira seja procedida da seguinte forma: “O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.” (g.n)

Já o § 14 do art. 63 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 – LDO/2007 (Lei nº 11.439, de

29 de dezembro de 2006) determina que: “os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.” (g.n)

Vale ressaltar que a EM 366/2007/MP não traz qualquer demonstrativo ou informação no sentido de que o crédito extraordinário não afeta o resultado primário anual constante do Anexo de Metas Fiscais da LDO/2007, bem como, não indica as compensações necessárias, ainda que tenha utilizado receita financeira para financiar parte das despesas primárias constantes da Medida Provisória.

O comando do art. 62 da Constituição Federal estabelece que, em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. No mesmo sentido, segue o § 3º do art. 167 da lei maior no sentido de estabelecer que a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o citado art. 62.

Desta forma, em que pese o mérito das argumentações e justificativas lançadas quanto ao pressuposto da imprevisibilidade e urgência contida na Exposição de Motivos, vale afirmar que as despesas contidas no crédito extraordinário em análise, não são imprevisíveis. Podermos citar como exemplo a despesa do Ministério da Ciência e Tecnologia com “Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos” e do Ministério da Educação para “Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior” que são programações que constam das leis orçamentárias dos últimos anos e em nada se assemelham a despesas àquelas contidas no citado § 3º do art. 167 da Constituição Federal.

Portanto, esses são os subsídios que nos parecem pertinentes para a apreciação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) quanto à adequação orçamentária e financeira da citada Medida Provisória.

Brasília, 13 de fevereiro de 2008. – **Raquel Dolabela de Lima Vasconcelos**, Consultora de Orçamento e Fiscalização Financeira

PARECER DO RELATOR, PELA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 409, DE 2007, E EMENDAS

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/PMDB–SC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Pre-

sidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer sobre a Medida Provisória nº 409, de 28 de dezembro de 2007, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 750.465.000,00, para os fins que especifica”.

I – Relatório

Com base no art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 191, de 2007–CN (nº 1.039, de 2007, na origem), a Medida Provisória nº 409, de 28 de dezembro de 2007, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$750.465.000,00 (setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), para os fins que especifica”.

Os recursos para a abertura do crédito provêm de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, no valor de R\$ 748.505.000,00 (setecentos e quarenta e oito milhões, quinhentos e cinco mil reais), relativo a Recursos Ordinários, e de anulação parcial da dotação 19.573.0471.001F – Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos – Nacional, no valor R\$ 1.960.000,00 (um milhão, novecentos e sessenta mil reais), pertencente ao Ministério da Ciência e Tecnologia, constante do Anexo II da Medida.

O crédito extraordinário em análise visa atender às programações constantes do Anexo I dos seguintes órgãos, com suas respectivas unidades orçamentárias:

– órgão 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Unidade Orçamentária 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – no valor de R\$ 39.000.000,00 (trinta e nove milhões de reais) para atender a operação especial de apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário – nacional;

– Órgão 24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia – Unidade Orçamentária 24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia – no valor de R\$1.960.000,00 (um milhão, novecentos e sessenta mil reais) para atender a operação especial de apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos – nacional;

– órgão 26000 – Ministério da Educação – Unidade Orçamentária 26101 – Ministério da Educação – no valor de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) para atender a atividade de complementação para

o funcionamento das instituições federais de ensino superior – nacional;

– órgão 26000 – Ministério da Educação – Unidade Orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para atender operação especial de apoio ao desenvolvimento da educação básica — nacional;

– Órgão 39000 – Ministério dos Transportes – Unidade Orçamentária 39207 – VALEC – Engenharia e Construções e Ferrovias S.A, no valor de R\$ 33.505.000,00 (trinta e três milhões, quinhentos e cinco mil reais) para atender a projeto de construção da Ferrovia Norte-Sul – Anápolis – Uruaçu – no Estado de Goiás;

– Órgão 51000 – Ministério do Esporte – Unidade Orçamentária 51101 – Ministério do Esporte, no valor de R\$29.000.000,00 (vinte e nove milhões de reais) para atender a projeto de implantação e modernização de infra-estrutura para esporte recreativo e de lazer – nacional;

– Órgão 53000 – Ministério da Integração Nacional – Unidade Orçamentária 53101 – Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais) para atender a operação especial de apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado – nacional;

– Órgão 54000 – Ministério do Turismo – Unidade Orçamentária 54101 – Ministério do Turismo, no valor de R\$159.000.000,00 (cento e cinquenta e nove milhões de reais) para atender a operação especial de apoio a projetos de infra-estrutura turística – nacional; e

– Órgão 56000 – Ministério das Cidades – Unidade Orçamentária 56101 – Ministério das Cidades, no valor de R\$176.000.000,00 (cento e setenta e seis milhões de reais) para atender a operação especial de apoio a política nacional de desenvolvimento urbano – nacional.

A Exposição de Motivos nº 00366-/2007/MP, de 27 de dezembro de 2007, que acompanha a referida Mensagem Presidencial, informa que o crédito destinado a recursos:

– no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para aumento da produção, da produtividade e da qualidade dos produtos agropecuários, bem como para melhorar sua comercialização, mediante o fortalecimento da

infra-estrutura municipal, da assistência técnica e extensão rural, da pesquisa agropecuária, além de investimentos em centros de treinamento e laboratórios, aquisição de máquinas, implementos e equipamentos para todas as etapas do processo produtivo agropecuário e do processamento agroindustrial, eletrificação rural, obras de irrigação, produção de mudas e sementes e mecanização agrícola;

– no Ministério da Ciência e Tecnologia, para a implementação da cadeia produtiva da piscicultura, e conseqüente inclusão social da população pesqueira do Estado da Bahia, mediante o acesso a avanços científicos e tecnológicos, voltados a uma melhor qualidade do pescado e a técnicas de processamento do pescado;

– no Ministério da Educação, para expansão e reestruturação do sistema federal de ensino superior e para apoiar o desenvolvimento da educação básica no intuito de possibilitar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento da Educação;

– no tocante ao Ministério dos Transportes, para a construção do trecho ferroviário entre Anápolis e Uruaçu, no Estado de Goiás, pertencente à Ferrovia Norte-Sul, a cargo da VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.;

– quanto ao Ministério do Esporte, para obras de infra-estrutura esportiva em diversos municípios, em áreas de maior vulnerabilidade social, em consonância com o Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte;

– no âmbito do Ministério da Integração Nacional, para investimentos em vários projetos de infra-estrutura urbana e rural em diversos municípios brasileiros, de modo a fomentar o progresso socioeconômico desses municípios, com vistas à geração de emprego e renda;

– no Ministério do Turismo, para o atendimento de despesas relacionadas a projetos de infra-estrutura turística, tais como obras de saneamento básico e de infra-estrutura de transporte, visando à expansão das atividades do setor e à melhoria da qualidade dos produtos ofertados; e

– no Ministério das Cidades, para a implementação de obras voltadas ao desenvolvimento urbano de diversos municípios, carentes de infra-estrutura em condições insatisfatórias.

No tocante à relevância e urgência da matéria, assim justifica a Exposição de Motivos:

– no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pela necessidade de priorizar o atendimento de infra-estrutura a regiões onde o atraso no período de plantio, em decorrência da demora na chegada da estação chuvosa, ameaça provocar sérios desdobramentos e comprometimentos na estrutura produtiva e de comercialização dos produtos agropecuários. As obras precisam ser feitas antes da intensificação do período chuvoso nessas regiões de forma a não prejudicar ainda mais o setor produtivo rural, especialmente no que se refere à pequena propriedade;

– no Ministério da Ciência e Tecnologia, pela necessidade de inserir os pescadores na economia de mercado e de fortalecer o processo de comercialização da produção e, assim, contribuir para a redução das desigualdades regionais e sociais;

– no caso do Ministério da Educação, pela impossibilidade de postergação das mesmas, sob pena de comprometimento da eficácia da ação governamental em melhorar a qualidade do ensino brasileiro, que repercutirá no processo de expansão e reestruturação do sistema federal de ensino superior e no desenvolvimento da educação básica;

– no caso do Ministério dos Transportes, pela necessidade de impedir a interrupção das obras da Ferrovia Norte-Sul, o que poderá causar sérias conseqüências econômicas e sociais às localidades envolvidas, além de prejuízo ao erário decorrente dos recursos já despendidos com o projeto e do processo de subconcessão;

– no caso do Ministério do Esporte, pela necessidade de garantir a continuidade das obras de infra-estrutura esportiva em áreas de maior vulnerabilidade social, permitindo o processo de socialização de jovens carentes e de descoberta de novos talentos para o esporte nacional;

– no caso do Ministério da Integração Nacional, pela necessidade de melhorar as condições socioeconômicas de municípios extremamente carentes no Brasil, por meio de investimentos que evitarão sérios prejuízos sociais e a estagnação das economias locais;

– no caso do Ministério do Turismo, pela necessidade de adequação de ações relacionadas à infra-estrutura turística, de modo a evitar que o aumento do número de turistas

ocasiona transtornos aos usuários do setor, reduzindo o risco de descontinuidade de projetos já apoiados e estabelecidos no Plano Nacional do Turismo; e

– no Ministério das Cidades, pela necessidade de melhorar a segurança do cidadão, como parte de políticas públicas capazes de combater efetivamente a exclusão social, por meio da adequação de espaços viários urbanos e da melhoria de condições de habitabilidade e de segurança da população beneficiária.

Decorrido o prazo regimental, foram registradas 19 (dezenove) emendas à medida provisória em pauta. É o relatório.

II – Voto do Relator

II.1. Dos Pressupostos Constitucionais de Relevância e Urgência

O art. 5º da Resolução nº 1, de 2002–CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das medidas provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal prevê que o parecer a crédito extraordinário deve ser único, contendo manifestação sobre a matéria quanto aos aspectos constitucional, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de mérito, de adequação financeira e orçamentária e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º, art. 2º daquele diploma legal.

Da análise da adequação orçamentária e financeira da medida provisória, verifica-se que o crédito extraordinário não contraria os dispositivos constitucionais ou os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual e à sua conformidade com as disposições das Leis de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2007 (Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006), LOA/2007 (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

A Exposição de Motivos nº 366/2007/MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002–CN, que trata do envio de documento expondo a motivação da edição da medida provisória.

As despesas objeto do presente crédito, pela importância significativa que certamente têm, como por exemplo a que evita o atraso no período de plantio em relação à estação de chuvas, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendem aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência.

II.1. Análise das Emendas

Preliminarmente, cabe destacar que foi aprovada, no Congresso Nacional, em 22 de dezembro de 2006, e publicada no **Diário Oficial da União** em 26 de dezembro de 2006, a Resolução nº 1, de 2006 – CN, que “Dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, bem como a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo”. Especificamente quanto às emendas a créditos extraordinários, dispõe o art. 111 do novo texto que “Somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente.”

À presente medida provisória foram apresentadas 19 (dezenove) emendas, sendo 12 (doze) para suprimir dotação e 7 (sete) para incluir programações ao crédito.

As Emendas de nºs 1 a 7, 11, 13, 15, 17 e 19 pretendem suprimir valores totais ou parciais de dotações do presente crédito.

Já as Emendas de nºs 8 a 10, 12, 14, 16 e 18 visam incluir novas programações ao crédito em análise.

Desse modo, à luz do art. 111 da norma supracitada, indicamos para inadmissão as Emendas de nºs 8 a 10, 12, 14, 16 e 18.

No tocante às Emendas nºs 1 a 7, 11, 13, 15, 17 e 19, embora reconheçamos o nobre propósito nelas contido, propomos sua rejeição, posto que eventual aprovação comprometeria a integridade do crédito extraordinário, em prejuízo da eficácia das inadiáveis ações nele compreendidas.. Ademais, os dados do Siafi informam que os recursos do presente crédito já foram liquidados e alguns até pagos.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória nº 409, de 2007, na forma proposta pelo Poder Executivo, à rejeição das Emendas de nºs 1 a 7, 11, 13, 15, 17 e 19, bem como à inadmissibilidade das emendas de nºs 8 a 10, 12, 14, 16 e 18.

Sr. Presidente, passo a ler o anexo.

ANEXO I
(Ao Parecer nº , de 2008)

MP nº 409, de 2007 – CN

Emendas Rejeitadas e Indicadas para Inadmissão.

Emenda nº 1.

Autor: Onyx Lorenzoni.

Finalidade: Suprimir do Anexo I a Unidade Orçamentária 22101 — Ministério da Agricultura, Pe-

cuária e Abastecimento, Funcional-programática 20.606.6003.005A.0831 — Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Nacional (Crédito Extraordinário), no valor de R\$39.000.000,00.

Decisão: Rejeitada.

Emenda nº 2.

Autor: Onyx Lorenzoni.

Finalidade: Suprimir do Anexo I a Unidade Orçamentária 24101 — Ministério da Ciência e Tecnologia, Funcional-programática 19.573.0471.001F.0189 — Apoio Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos - Nacional (Crédito Extraordinário), no valor de R\$1.960.000,00.

Decisão: Rejeitada.

Emenda nº 3.

Autor: Onyx Lorenzoni.

Finalidade: Suprimir do Anexo I a Unidade Orçamentária 39207 — Ministério dos Transportes/VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., Funcional-programática 26.783.0237.116E.0101 — Construção da Ferrovia Norte-Sul — Anápolis-Uruaçu – no Estado de Goiás (Crédito Extraordinário), no valor de 33.505.000,00.

Decisão: Rejeitada.

Emenda nº 4.

Autor: Onyx Lorenzoni.

Finalidade: Suprimir do Anexo I a Unidade Orçamentária 51101 — Ministério do Esporte, Funcional-programática 27.812.1250.5450.5769 — Implantação e Modernização de Infra-estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer – Nacional (Crédito Extraordinário), no valor de 29.000.000,00.

Decisão: Rejeitada.

Emenda nº 5.

Autor: Onyx Lorenzoni.

Finalidade: Suprimir do Anexo I a Unidade Orçamentária 53101 – Ministério da Integração Nacional, Funcional-programática 4.845.1025.005E.0233 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado – Nacional (Crédito Extraordinário), no valor de R\$12.000.000,00.

Decisão: Rejeitada.

Emenda nº 6.

Autor: Onyx Lorenzoni.

Finalidade: Suprimir do Anexo I a Unidade Orçamentária 54101 – Ministério do Turismo, Funcional-programática 23.695.1166.0564.2601 – Apoio a Projetos de Infra-estrutura Turística – Nacional (Crédito Extraordinário), no valor de R\$159.000.000,00.

Decisão: Rejeitada.

Emenda nº 7.

Autor: Onyx Lorenzoni.

Finalidade: Suprimir do Anexo I a Unidade Orçamentária 56101 – Ministério das Cidades, Funcional-programática 15.451.0310.0B16.0101 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nacional (Crédito Extraordinário), no valor de R\$176.000.000,00.

Decisão: Rejeitada.

Emenda nº 8.

Autor: Wellington Fagundes.

Finalidade: Incluir a Funcional-programática 23.695.1166.0564.xxxx, subtítulo “Revitalização da margem esquerda do Rio Cuiabá – Cuiabá – Mato Grosso” no valor de R\$5.000.000,00

Decisão: Inadmitida.

Emenda nº 9.

Autor: Wellington Fagundes.

Finalidade: Incluir a Funcional-programática 23.695.1166.0564.xxxx, subtítulo “Construção da segunda etapa do Autódromo de Rondonópolis Mato Grosso” no valor de R\$5.000.000,00.

Decisão: Inadmitida.

Emenda nº 10.

Autor: Geraldo Resende.

Finalidade: Incluir na Unidade Orçamentária 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a Funcional-programática 20.606.6003.005A, subtítulo “No Estado do Mato Grosso do Sul” no valor de R\$1.444.444,44.

Decisão: Inadmitida.

Emenda nº 11.

Autor: Geraldo Resende.

Finalidade: Suprimir do crédito R\$1.444.444,44, da UO 22101, ação 005A. Decisão: Rejeitada.

Emenda nº 12.

Autor: Geraldo Resende.

Finalidade: Incluir na Unidade Orçamentária 24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia a Funcional-programática 19.573.0471.001F, subtítulo “No Estado do Mato Grosso do Sul”, no valor de R\$72.592,59.

Decisão: Inadmitida.

Emenda nº 13.

Autor: Geraldo Resende.

Finalidade: Suprimir do crédito R\$72.592,59, da UO 24101, ação 001F.

Decisão: Rejeitada.

Emenda nº 14.

Autor: Geraldo Resende.

Finalidade: Incluir na Unidade Orçamentária 26298 – MEC/FNDE a Funcional-programática 12.361.1061.0509, subtítulo “No Estado do Mato Grosso do Sul”, no valor de R\$1.851.851,85.

Decisão: Inadmitida.

Emenda nº 15.

Autor: Geraldo Resende.

Finalidade: Suprimir do crédito R\$1.851.851,85, da UO 26298, ação 0509.

Decisão: Rejeitada.

Emenda nº 16.

Autor: Geraldo Resende.

Finalidade: Incluir na Unidade Orçamentária 51101 – Ministério do Esporte a Funcional-programática 27.812.1250.5450, subtítulo “No Estado do Mato Grosso do Sul”, no valor de R\$1.074.074,07.

Decisão: Inadmitida.

Emenda nº 17.

Autor: Geraldo Resende.

Finalidade: Suprimir do crédito R\$1.074.074,07, da UO 51101, ação 5450.

Decisão: Rejeitada.

Emenda nº 18.

Autor: Geraldo Resende.

Finalidade: Incluir na Unidade Orçamentária 53101 – Ministério da Integração Nacional a Funcional-programática 4.845.1025.005E, subtítulo “No Estado do Mato Grosso do Sul”, no valor de R\$444.444,44.

Decisão: Inadmitida.

É o parecer, Sr. Presidente.

*PARECER ESCRITO ENCAMINHADO
À MESA*

PARECER Nº , DE 2008 – CN

Parecer sobre a Medida Provisória nº 409, de 28 de dezembro de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$750.465.000,00, para os fins que especifica”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **Celso Maldaner**

I – Relatório

Com base no art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 191, de 2007-CN (nº 1.039 de 2007, na origem), a Medida Provisória nº 409, de 28 de dezembro de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$750.465.000,00 (setecentos e

cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), para os fins que especifica”.

Os recursos para a abertura do crédito provêm de superávit financeiro apurado no Balanço Patri-

monial da União do exercício de 2006, no valor de R\$748.505.000,00 (setecentos e quarenta e oito milhões, quinhentos e cinco mil reais), relativo a Recursos Ordinários, e de anulação parcial da dotação 19.573.0471.001F – Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos – Nacional no valor R\$1.960.000,00 (um milhão, novecentos e sessenta mil reais), pertencente ao Ministério da Ciência e Tecnologia, constante do Anexo II da medida.

O crédito extraordinário em análise visa atender as programações constantes do anexo I dos seguintes órgãos, com suas respectivas unidades orçamentárias:

– Órgão 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Unidade Orçamentária 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – no valor de R\$39.000.000,00 (trinta e nove milhões de reais) para atender operação especial de apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário – nacional;

– Órgão 24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia – Unidade Orçamentária 24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia – no valor de R\$1.960.000,00 (um milhão, novecentos e sessenta mil reais) para atender operação especial de apoio a implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos – nacional;

– Órgão 26000 – Ministério da Educação – Unidade Orçamentária 26101 – Ministério da Educação – no valor de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões) para atender atividade de complementação para o funcionamento das instituições federais de ensino superior – nacional;

– Órgão 26000 – Ministério da Educação – Unidade Orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para atender operação especial de apoio ao desenvolvimento da educação básica – nacional;

– Órgão 39000 – Ministério dos Transportes – Unidade Orçamentária 39207 – VA-LEC –

Engenharia e Construções e Ferrovias S/A, no valor de R\$33.505.000,00 (trinta e três milhões, quinhentos e cinco mil reais) para atender projeto de construção da ferrovia norte – sul – Anápolis – Uruaçu – No Estado de Goiás;

– Órgão 51000 – Ministério do Esporte – Unidade Orçamentária 51101 – Ministério do Esporte, no valor de R\$29.000.000,00 (vinte e nove milhões de reais) para atender projeto de implantação e modernização de infra-estrutura para esporte recreativo e de lazer – nacional;

– Órgão 53000 – Ministério da Integração Nacional – Unidade Orçamentária 53101 – Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais) para atender operação especial de apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado – nacional;

– Órgão 54000 – Ministério do Turismo – Unidade Orçamentária 54101 – Ministério do Turismo, no valor de R\$159.000.000,00 (cento cinquenta e nove milhões de reais) para atender operação especial de apoio a projetos de infra-estrutura turística – nacional; e

– Órgão 56000 – Ministério das Cidades – Unidade Orçamentária 56101 – Ministério das Cidades, no valor de R\$176.000.000,00 (cento setenta e seis milhões de reais) para atender operação especial de apoio a política nacional de desenvolvimento urbano – nacional.

A Exposição de Motivos nº 366-/2007/MP, de 27 de dezembro de 2007, que acompanha a referida Mensagem Presidencial, informa que o crédito destina recursos:

– no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para aumento da produção, da produtividade e da qualidade dos produtos agropecuários, bem como para melhorar sua comercialização, mediante o fortalecimento da infra-estrutura municipal, da assistência técnica extensão rural, da pesquisa agropecuária, além de investimentos em centros de treinamento e laboratórios, aquisição de máquinas, implementos e equipamentos para todas as etapas do processo produtivo agropecuário e do processamento agro-industrial, eletrificação rural, obras de irrigação, produção de mudas e sementes e mecanização agrícola;

– no Ministério da Ciência e Tecnologia, para a implementação da cadeia produtiva da piscicultura, e conseqüente inclusão social da população pesqueira do Estado da Bahia, mediante o acesso a avanços científicos e tecnológicos, voltados a uma melhor qualidade

do pescado e a técnicas de processamento do pescado;

– no Ministério da Educação, para expansão reestruturação do sistema federal de ensino superior e para apoiar o desenvolvimento da educação básica no intuito de possibilitar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento da Educação;

– no tocante ao Ministério dos Transportes, para a construção do trecho ferroviário entre Anápolis e Uruaçu, no Estado de Goiás, pertencente à Ferrovia Norte-Sul, a cargo da VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.;

– quanto ao Ministério do Esporte, para obras de infra-estrutura esportiva em diversos municípios, em áreas de maior vulnerabilidade social, em consonância com o Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte;

– no âmbito do Ministério da Integração Nacional, para investimentos em vários projetos de infra-estrutura urbana e rural em diversos municípios brasileiros, de modo a fomentar o progresso socioeconômico desses municípios, com vistas à geração de emprego e renda;

– no Ministério do Turismo, para o atendimento de despesas relacionadas a projetos de infra-estrutura turística, tais como obras de saneamento básico e de infra-estrutura de transporte, visando a expansão das atividades do setor e a melhoria da qualidade dos produtos ofertados; e

– no Ministério das Cidades, para a implementação de obras voltadas ao desenvolvimento urbano de diversos municípios, carentes de infra-estrutura e em condições insatisfatórias.

No tocante à relevância e urgência da matéria assim justifica a exposição de motivos:

– no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pela necessidade de priorizar o atendimento de infra-estrutura a regiões onde o atraso no período de plantio, em decorrência da demora na chegada da estação chuvosa, ameaça provocar sérios desdobramentos e comprometimentos na estrutura produtiva e de comercialização dos produtos agropecuários. As obras precisam ser feitas antes da intensificação do período chuvoso nessas regiões de forma a não prejudicar ainda mais o setor

produtivo rural, especialmente no que se refere à pequena propriedade;

– no Ministério da Ciência e Tecnologia, pela necessidade de inserir os pescadores na economia de mercado e de fortalecer o processo de comercialização da produção e, assim, contribuir para a redução das desigualdades regionais e sociais;

– no caso do Ministério da Educação, pela impossibilidade de postergação das mesmas, sob pena de comprometimento da eficácia da ação governamental em melhorar a qualidade do ensino brasileiro, que repercutirá no processo de expansão e reestruturação do sistema federal de ensino superior e no desenvolvimento da educação básica;

– no caso do Ministério dos Transportes, pela necessidade de impedir a interrupção das obras da Ferrovia Norte-Sul, o que poderá causar sérias conseqüências econômicas e sociais às localidades envolvidas além de prejuízo ao erário decorrente dos recursos já despendidos com o projeto e do processo de subconcessão;

– no caso do Ministério do Esporte, pela necessidade de garantir a continuidade das obras de infra-estrutura esportiva em áreas de maior vulnerabilidade social, permitindo o processo de socialização de jovens carentes e de descoberta de novos talentos para o esporte nacional;

– no caso do Ministério da Integração Nacional, pela necessidade de melhorar as condições socioeconômicas de municípios extremamente carentes no Brasil, por meio de investimentos que evitarão sérios

prejuízos sociais e a estagnação das economias locais;

– no caso do Ministério do Turismo, pela necessidade de adequação de ações relacionadas a infra-estrutura turística, de modo a evitar que o aumento do número de turistas ocasione transtornos aos usuários do setor, reduzindo o risco de descontinuidade de projetos já apoiados e estabelecidos no Plano Nacional do Turismo; e – no Ministério das Cidades, pela necessidade de melhorar a segurança do cidadão, como parte de políticas públicas capazes de combater efetivamente a exclusão social, por meio da adequação de espaços viários urbanos e da melhoria de condições de habitabilidade e de segurança da população beneficiária.

Decorrido o prazo regimental, foram registradas 19 (dezenove) emendas à medida provisória em pauta. É o relatório.

II – Voto do Relator

II.1. Dos Pressupostos Constitucionais de Relevância e Urgência

O art. 5º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas

Provisórias a que se refere o art. 62, da Constituição Federal, prevê que o Parecer a crédito extraordinário deve ser único, contendo manifestação sobre a matéria quanto aos aspectos constitucional, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de mérito, de adequação financeira e orçamentária e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º, art. 2º, daquele diploma legal.

Da análise da adequação orçamentária e financeira da medida provisória, verifica-se que o crédito extraordinário não contraria os dispositivos constitucionais ou os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual e à sua conformidade com as disposições das Leis de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2007. (Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006), LOA/2007 (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

A Exposição de Motivos nº 366/2007/MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 10 do art. 2º, da Resolução no 1, de 2002-CN, que trata do envio de documento expondo a motivação da edição da Medida Provisória.

As despesas objeto do presente crédito, pela importância significativa que certamente têm, como por exemplo a que evita o atraso no período de plantio em relação à estação de chuvas, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuário e Abastecimento, atendem os pressupostos constitucionais de relevância e urgência.

II.1. Análise das Emendas

Preliminarmente, cabe destacar que foi aprovada, no Congresso Nacional em 22 de dezembro de 2006, e publicada no **Diário Oficial da União** em 26 de dezembro de 2006, a Resolução nº 1, de 2006 – CN, que “Dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere § 1º do art. 166 da Constituição, bem como a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo”. Especificamente, quanto às emendas a créditos extraordinários, dispõe o art. 111 do novo texto que “Somente serão admitidas emendas que tenham

como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente.”

À presente Medida Provisória foram apresentadas 19 (dezenove) emendas, sendo 12(doze) para suprimir dotação e 7(sete) para incluir programações ao crédito.

As emendas de n°s 1 a 7, 11, 13, 15, 17 e 19 pretendem suprimir valores totais ou parciais de dotações do presente crédito.

Já as emendas de n°s 8 a 10, 12, 14, 16 e 18 visam incluir novas programações ao crédito em análise.

Desse modo, à luz do art. 111 da norma supracitada, indicamos para inadmissão as emendas de n°s 8 a 10, 12, 14, 16 e 18.

No tocante às emendas n°s 1 a 7, 11, 13, 15, 17 e 19, embora reconheçamos o nobre propósito nelas contido, propomos pela rejeição, posto que eventual aprovação comprometeria a integridade do crédito extraordinário, em prejuízo da eficácia das inadiáveis ações nele compreendidas. Ademais, os dados do Siafi informam que os recursos do presente crédito já foram liquidados e alguns até pagos.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória n° 409, de 2007, na forma proposta pelo Poder Executivo, pela rejeição das emendas de n°s 1 a 7, 11, 13, 15, 17 e 19, bem como pela inadmissibilidade das emendas de n°s 8 a 10, 12, 14, 16 e 18.

Sala das Sessões, 25 de março de 2008. – Deputado **Celso Maldaner**, Relator.

Anexo I
(Ao Parecer n° , de 2008)
MP n° 409, de 2007 – CN
EMENDAS REJEITADAS E INDICADAS PARA
INADMISSÃO

Emenda	Autor	Finalidade	Decisão
01	Onyx Lorenzoni	Suprimir do Anexo I, a Unidade Orçamentária 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Funcional-programática 20.606.6003.005A.0831 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Nacional (Crédito Extraordinário), no valor de R\$39.000.000,00.	Rejeitada
02	Onyx Lorenzoni	Suprimir do Anexo I, a Unidade Orçamentária 24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia, Funcional-programática 19.573.0471.001F.0189 – Apoio à Implantação e Modernização de Centros	Rejeitada

		Vocacionais Tecnológicos – Nacional (Crédito Extraordinário), no valor de R\$ 1.960.000,00.	
03	Onyx Lorenzoni	Suprimir do Anexo I, a Unidade Orçamentária 39207 – Ministério dos Transportes/VALEC-Engenharia, Construções e Ferrovias S.A, Funcional-programática 26.783.0237.116E.0101 – Construção da Ferrovia Norte-Sul – Anápolis-Uruaçu – No Estado de Goiás (Crédito Extraordinário), no valor de R\$33.505.000,00.	Rejeitada
04	Onyx Lorenzoni	Suprimir do Anexo I, a Unidade Orçamentária 51101 – Ministério do Esporte, Funcional-programática 27.812.1250.5450.5769 – Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Recreativo e de Lazer – Nacional (Crédito Extraordinário), no valor	Rejeitada

		de R\$ 29.000.000,00.	
05	Onyx Lorenzoni	Suprimir do Anexo I, a Unidade Orçamentária 53101 – Ministério da Integração Nacional, Funcional-programática 04.845.1025.005E.0233 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado – Nacional (Crédito Extraordinário), no valor de R\$ 12.000.000,00.	Rejeitada
06	Onyx Lorenzoni	Suprimir do Anexo I, a Unidade Orçamentária 54101 – Ministério do Turismo, Funcional-programática 23.695.1166.0564.2601 – Apoio a Projetos de Infra-estrutura Turística – Nacional (Crédito Extraordinário), no valor de R\$159.000.000,00.	Rejeitada
07	Onyx Lorenzoni	Suprimir do Anexo I, a Unidade Orçamentária 56101 – Ministério das Cidades, Funcional-programática	Rejeitada

		15.451.0310.0B16.0101 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Nacional (Crédito Extraordinário), no valor de R\$ 176.000.000,00.	
08	Wellington Fagundes	Incluir a funcional programática 23.695.1166.0564.xxxx, subtítulo "Revitalização da margem esquerda do Rio Cuiabá - Cuiabá - Mato Grosso" no valor de R\$ 5.000.000,00	Inadmitida
09	Wellington Fagundes	Incluir a funcional programática 23.695.1166.0564.xxxx, subtítulo "Construção da segunda etapa do Autódromo de Rondonópolis - Mato Grosso" no valor de R\$ 5.000.000,00	Inadmitida
10	Geraldo Resende	Incluir na Unidade Orçamentária 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a funcional programática	Inadmitida

		20.606.6003.005A, subtítulo "No Estado do Mato Grosso do Sul" no valor de R\$1.444.444,44	
11	Geraldo Resende	Suprime do crédito R\$1.444.444,44 da UO 22101, ação 005A.	Rejeitada
12	Geraldo Resende	Incluir na Unidade Orçamentária 24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia a funcional programática 19.573.0471.001F, subtítulo "No Estado do Mato Grosso do Sul" no valor de R\$ 72.592,59	Inadmitida
13	Geraldo Resende	Suprime do crédito R\$ 72.592,59 da UO 24101, ação 001F.	Rejeitada
14	Geraldo Resende	Incluir na Unidade Orçamentária 26298 – MEC/FNDE a funcional programática 12.361.1061.0509, subtítulo "No Estado do Mato Grosso do Sul" no valor de R\$1.851.851,85	Inadmitida
15	Geraldo Resende	Suprime do crédito R\$1.851.851,85 da UO 26298, ação 0509.	Rejeitada

16	Geraldo Resende	Incluir na Unidade Orçamentária 51101 - Ministério do Esporte a funcional programática 27.812.1250.5450, subtítulo "No Estado do Mato Grosso do Sul" no valor de R\$ 1.074.074,07	Inadmitida
17	Geraldo Resende	Suprime do crédito R\$ 1.074.074,07 da UO 51101, ação 5450.	Rejeitada
18	Geraldo Resende	Incluir na Unidade Orçamentária 53101 - Ministério da Integração Nacional a funcional programática 04.845.1025.005E, subtítulo "No Estado do Mato Grosso do Sul" no valor de R\$ 444.444,44	Inadmitida
19	Geraldo Resende	Suprime do crédito R\$ 444.444,44 da UO 53101, ação 005E.	Rejeitada

Proposição: [MPV-409/2007](#)

Autor: Poder Executivo

Data de Apresentação: 28/12/2007

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Urgência

Situação: PLEN: Pronta para Pauta.

Ementa: Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 750.465.000,00, para os fins que especifica.

Indexação: Abertura de Crédito, Crédito Extraordinário, Executivo, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Educação, Ministério dos Transportes, Ministério do Esporte, Ministério da Integração Nacional, Ministério do Turismo, Ministério das Cidades.

Despacho:

20/2/2008 - Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência

- PLEN (PLEN)

[MSC 1039/2008 \(Mensagem\) - Poder Executivo](#)

Legislação Citada

Emendas

- MPV40907 (MPV40907)

[EMC 1/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Onyx Lorenzoni](#)

[EMC 2/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Onyx Lorenzoni](#)

[EMC 3/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Onyx Lorenzoni](#)

[EMC 4/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Onyx Lorenzoni](#)

[EMC 5/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Onyx Lorenzoni](#)

[EMC 6/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Onyx Lorenzoni](#)

[EMC 7/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Onyx Lorenzoni](#)

[EMC 8/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Wellington Fagundes](#)

[EMC 9/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Wellington Fagundes](#)

[EMC 10/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Resende](#)

[EMC 11/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Resende](#)

[EMC 12/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Resende](#)

[EMC 13/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Resende](#)

[EMC 14/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Resende](#)

[EMC 15/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Resende](#)

[EMC 16/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Resende](#)

[EMC 17/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Resende](#)

[EMC 18/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Resende](#)

[EMC 19/2008 MPV40907 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Resende](#)

Pareceres, Votos e Redação Final

- MPV40907 (MPV40907)

[PPP 1 MPV40907 \(Parecer Proferido em Plenário\) - Celso Maldaner](#)

Última Ação:

8/4/2008 - PLENÁRIO (PLEN) - A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 409-A/07)

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

Andamento:	
28/12/2007	Poder Executivo (EXEC) Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União.

Prazo para Emendas: 06/02/2008 a 11/02/2008. Comissão Mista: 06/02/2008 a 19/02/2008. Câmara dos Deputados: 20/02/2008 a 04/03/2008. Senado Federal: 05/03/2008 a 18/03/2008. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 19/03/2008 a 21/03/2008. Sobrestar Pauta: a partir de 22/03/2008. Congresso Nacional: 06/02/2008 a 05/04/2008. Prorrogação pelo Congresso Nacional: 06/04/2008 a 04/06/2008.

20/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação da MSC 1039/2008, do Poder Executivo, que "submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 409 de 28 de dezembro de 2007, que "Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 750.465.000,00, para os fins que especifica".
20/2/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebimento do Ofício nº 48 de 2008, do Congresso Nacional, que encaminha o processado da Medida Provisória nº 409 de 2008. Informa ainda, que à Medida foram oferecidas 19 emendas e a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização não emitiu o parecer previsto no § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.
20/2/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência
20/2/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Encaminhamento de Despacho de Distribuição à CCP para publicação.
21/2/2008	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 22/2/2008.
25/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia por falta de "quorum". (Sessão Ordinária - 14:00).
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 398-A/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
27/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
27/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 400/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
28/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
28/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 401/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
4/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
4/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Adiada a discussão em face da não conclusão da apreciação da MPV 402/07, item 2 da pauta, com prazo encerrado.
7/3/2008	Presidência da Câmara dos Deputados (PRESI) Designado Relator, Dep. Celso Maldaner (PMDB-SC), para proferir parecer em plenário pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Finanças a esta Medida Provisória e às 19 emendas.
11/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
11/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 404/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
11/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 20:02)
11/3/2008	PLENÁRIO (PLEN)

	Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação do PL 1.179/07, item 03 da pauta, com prazo encerrado.
13/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 9:00)
13/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação do PL 1.650/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
17/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia, por falta de "quorum".
18/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
18/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 385/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
19/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 9:00)
19/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 385-A/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
25/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
25/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 405/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
26/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
26/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 405-A/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
26/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 20:05)
26/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 406/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
27/3/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia, mediante acordo.
1/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
1/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 407/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
2/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. José Aníbal, Líder do PSDB, que solicita a retirada de pauta desta MPV.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Décio Lima (PT-SC) e Dep. Duarte Nogueira (PSDB-SF).
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Verificação da votação do Requerimento, solicitada pelo Dep. Duarte Nogueira, na qualidade de Líder do

PSDB, pelo Dep. Claudio Cajado, na qualidade de Líder do DEM; e pelo Dep. Maurício Rands, Líder do PT, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Rejeitado o Requerimento", passando-se à sua votação pelo processo nominal.

8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitado o Requerimento. Sim: 2; Não: 278; Abstenção: 0; Total: 280.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Prejudicado o Requerimento do Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto, Líder do DEM, que solicita a retirada de pauta desta MPV.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Celso Maldaner (PMDB-SC), pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; pela admissibilidade das Emendas de nºs 1 a 7, 11, 13, 15, 17 e 19; pela inadmissibilidade das Emendas de nºs 8 a 10, 12, 14, 16 e 18; e, no mérito, pela aprovação desta MPV, e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 7, 11, 13, 15, 17 e 19.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Retirados pelos Autores: o Requerimento do Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto, Líder do DEM, que solicita o adiamento da discussão por duas sessões; o Requerimento do Dep. José Aníbal, Líder do PSDB, que solicita o adiamento da discussão por uma sessão; o Requerimento do Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto, Líder do DEM, que solicita discussão por grupo de artigos; o Requerimento do Dep. José Aníbal, Líder do PSDB, que solicita o adiamento da votação por duas sessões; o Requerimento do Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto, Líder do DEM, que solicita o adiamento da votação por uma sessão; e o Requerimento do Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto, Líder do DEM, que solicita votação artigo por artigo.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discutiram a Matéria: Dep. Duarte Nogueira (PSDB-SP), Dep. Eduardo Valverde (PT-RO), Dep. Ayrton Xerez (DEM-RJ), Dep. Assis do Couto (PT-PR), Dep. Leonardo Vilela (PSDB-GO) e Dep. Décio Lima (PT-SC).
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado o Requerimento de Srs. Líderes que solicita o encerramento da discussão e do encaminhamento da votação.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação preliminar em turno único.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Leonardo Vilela (PSDB-GO), Dep. Eduardo Valverde (PT-RO) e Dep. Duarte Nogueira (PSDB-SP).
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Verificação da votação preliminar do Parecer, solicitada pelo Dep. Duarte Nogueira, na qualidade de Líder do PSDB, e pelo Dep. Décio Lima, na qualidade de Líder do PT, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Aprovado o Parecer", passando-se à sua votação pelo processo nominal.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN. Sim: 247; Não: 53; Abstenção: 0; Total: 300.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião pela inadmissibilidade das Emendas de nºs 8 a 10, 12, 14, 16 e 18, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Em consequência, as Emendas de nºs 8 a 10, 12, 14, 16 e 18 deixam de ser submetidas a voto, quanto ao mérito, nos termos do § 6º do artigo 189 do RICD.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação, quanto ao mérito, em turno único.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Retirado o Destaque da bancada do DEM para votação em separado da expressão "19.573.0471.001F.0189 - Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais e Tecnológicos, valor de R\$ 1.960.000,00", constante do Anexo I da MPV 409/07.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Retirado o Destaque da bancada do PSDB para votação em separado do Programa de Trabalho 15.451.0310.0B16.0101 da UO 56101, constante do Anexo I da MPV 409/07.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN)

Retirado o Destaque da bancada do PSDE para votação em separado do Programa de Trabalho 27.812.1250.5450.5769 da UO 26101, constante do Anexo I da MPV 409/07.

8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Retirado o Destaque da bancada do PSDB para votação em separado do inciso I do artigo 2º da MPV 409/07.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitadas as Emendas de nºs 1 a 7, 11, 13, 15, 17 e 19, com parecer contrário.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Medida Provisória nº 409, de 2007.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Redação Final.
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator Dep. Celso Maldaner (PMDB-SC).
8/4/2008	PLENÁRIO (PLEN) A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 409-A/07)

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 11 , DE 2008

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 409, de 28 de dezembro de 2007**, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 750.465.000,00, para os fins que especifica”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 6 de abril de 2008, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 27 de março de 2008.


Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Convidamos para usar da palavra para uma comunicação inadiável, por cessão minha, a Senadora Rosalba Ciarlini.

Regimentalmente, o tempo de que disporia a nobre Senadora seria de cinco minutos, mas V. Ex^a poderá usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente, em respeito à representatividade de V. Ex^a como Senadora do Estado do Rio Grande do Norte e por representar as virtudes da encantadora mulher brasileira.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Mão Santa, que preside esta sessão.

Eu gostaria de voltar ao assunto da calamidade das cheias no Nordeste brasileiro, em especial no Rio Grande do Norte.

Nós sabemos que já são milhares de famílias sofrendo o desabrigo e a angústia de não saberem quando poderão retomar sua vida normal, mas há algo que também se associa a toda essa angústia: problemas na área da atividade econômica.

O Rio Grande do Norte tem, em sua pauta econômica de maior relevância, a atividade petrolífera, que, na região de Mossoró e na região do Vale, está tendo imensos prejuízos, Senador João Pedro, porque está tudo alagado e, conseqüentemente, a atividade se encontra prejudicada.

Do sal, nem se fala! Produzimos 96% do sal brasileiro. As salinas ficam concentradas na região que vai de Grossos à Areia Branca, da foz do rio Mossoró à foz do rio Piranhas-Açu, e são exatamente esses dois rios que se encontram com cheias imensas, prejudicando a atividade salineira e trazendo imensos prejuízos.

Quanto à carnicultura, tive oportunidade de visitar uma área na cidade de Pendências. Lá vi a devastação: trinta e quatro empresas que atuam na região estão com suas fazendas de camarão totalmente inundadas, com praticamente tudo perdido.

E a fruticultura? A fruticultura faz parte da pauta de exportações do Brasil. Em 2007, dos US\$400 milhões da pauta de exportações, a fruticultura do Rio Grande do Norte contribuiu com quase 50%: US\$180 milhões. Com as enchentes, ela está bastante prejudicada.

É a banana, o mamão, o melão, a melancia, a manga, o maracujá, entre outras. Só a banana, para vocês terem uma idéia, na região do Vale do Açu, tem 4.500 hectares, dos quais mais de 50% totalmente já perdidos. Ora, se já se estima, na fruticultura, hoje, uma perda de, até agora, de 40%, isso já está em torno de US\$80 milhões.

Senador Mão Santa, eu estou falando do Rio Grande do Norte, mas a atividade da fruticultura também sofre em seu Estado, que também está com inundações, sofre no Ceará, na Paraíba, na Bahia, em Pernambuco. Em todos os Estados atingidos por inundações, essa atividade está tendo prejuízos.

No Rio Grande do Norte, cuja população é de aproximadamente três milhões, a fruticultura é responsável por 45 mil empregos diretos; na cadeia produtiva, chega a cem mil empregos. Conseqüentemente, dentro da população economicamente ativa, nós temos quase 10% da população dependendo da fruticultura.

Numa situação dessas, nós, que estamos sempre aqui clamando, Senador Jarbas – V. Ex^a é nordestino, conhece a realidade do semi-árido –, nós, que já vivenciamos a situação de seca... De repente, num ano, chove muito, chove demais, chuvas concentradas em poucos meses. Os prejuízos se avolumam. Aí vem aquela angústia: meu Deus, se vivemos tendo seca por falta de água, quando a água vem em muita quantidade, será que vamos ter seca de emprego?

E essas empresas que investiram para poder produzir? As empresas de fruticultura que têm um contrato para atender à exportação não vão poder cumpri-lo e terão que pagar multa. Para investir, a grande maioria teve de recorrer aos empréstimos bancários que não vão poder honrar. E aí? Como vão poder reinvestir, quando as águas baixarem, para recuperar, para reconstruir a sua atividade e garantir os empregos?

Precisamos encontrar caminhos, encontrar uma luz. Precisamos contar com a sensibilidade do Governo, de forma a fazer com que esses que estão tendo uma perda inestimável, que são os produtores, que trazem emprego para o nosso Estado, para o nosso povo, possam ter condições de retomar sua atividade e, conseqüentemente, trazer divisas e empregos para o Estado, para o Nordeste, para o Brasil.

Ora, as dívidas agrícolas, já temos aqui discutido, ouvimos vários depoimentos, já são uma questão histórica. No Nordeste precisaria haver uma forma diferente, em função do clima: as nossas intempéries, a irregularidade do clima. Como eles poderão honrar com os seus compromissos atuais, os antigos, reinvestir, se não tivermos um plano especial e, neste momento, contarmos com sensibilidade para dar condições à retomada da atividade? É necessário sensibilidade, e aqui eu convoco a todos no Senado para nos sensibilizarmos na renegociação, encontrarmos caminhos, formas de apoio. Não é esmola o que os nordestinos pedem. Precisam, sim, de condições justas que lhes

dêem oportunidade de superar as adversidades e retomar a atividade econômica, importante para o Rio Grande do Norte e para o Brasil.

Eram essas as colocações que eu queria trazer a esta Casa mais uma vez, Sr^{as} e Srs. Senadores, trazendo a preocupação com o efeito das enchentes, pois não sabemos ainda como vamos ter as cidades, as estradas, as casas reconstruídas, além de não sabermos como retomaremos a atividade econômica.

Em quanto tempo ainda? Porque as chuvas continuam. Em algumas cidades, pelas informações que tenho, as águas tinham baixado, agora já estão novamente subindo. Essa é uma situação grave, urgente, que precisa de todo o apoio.

Sei que uma medida provisória já foi editada. Aqui colocamos que era necessário a urgência urgentíssima na sua aprovação e na liberação, para que esses recursos não se percam pelos caminhos da burocracia, mas que cheguem o mais rápido possível, porque ainda não chegaram aos Municípios que estão sofrendo com as cheias. E, conseqüentemente, possamos ter o apoio necessário para as medidas emergenciais.

Mas, depois que as águas baixarem, na ressaca das enchentes, teremos que reconstruir a economia, o trabalho, o emprego. Não podemos e não queremos aceitar, de forma nenhuma, que, diante deste momento de tanta dificuldade, tenhamos que clamar mais uma vez para que possamos perseverar e garantir o emprego do nosso povo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento dessa extraordinária Senadora do Brasil, que representa com muita competência o Estado do Rio Grande do Norte, orgulho para a política do Brasil, assim como o Senador Jarbas Vasconcelos, que foi um extraordinário prefeito do Nordeste, do Recife, do qual tive o privilégio de acompanhar a administração e aprender ser prefeito, quero dizer que é um orgulho tê-la no Senado.

Essa extraordinária Senadora foi três vezes Prefeita de Mossoró. Mas não foi simplesmente prefeita e, sim, uma das melhores prefeitas da História do Brasil. V. Ex^a orgulha a política brasileira. V. Ex^a orgulha a mulher brasileira. E nos envaidecemos com a companhia de V. Ex^a.

Atentai bem, Mozarildo! Ela é médica e fez da ciência médica a mais humana das ciências e, como tal, uma benfeitora da humanidade.

Convidamos para usar da palavra o Senador de Roraima, do PTB, Mozarildo Cavalcanti.

V. Ex^a poderá usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente.

É gratificante ter ao meu lado esta figura política, orgulho da democracia, pela sua coragem e austeridade: o Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente quero registrar aqui que hoje e amanhã estará se realizando, no Estado do Amapá, o VI Encontro do Parlamento Amazônico, que terá como tema “O Parlamento frente ao Desafios da Amazônia, Meio Ambiente, Desenvolvimento e Soberania”.

Esse Parlamento Amazônico reúne as assembleias legislativas estaduais de todos os Estados da Amazônia. Portanto, hoje e amanhã estarão no Amapá debatendo esses temas.

Quero fazer este registro e lamentar que, embora convidado, não possa estar presente, como já estive em outros encontros do Parlamento Amazônico, pois considero um foro legítimo para discutir os problemas da nossa Amazônia.

Mas continuando a falar sobre a Amazônia, Sr. Presidente, quero, novamente, fazer uma abordagem sobre a decisão de ontem e de hoje do Supremo Tribunal Federal a respeito da desocupação forçada, que seria feita na reserva indígena Raposa/Serra do Sol de cerca de 458 proprietários daquela região, pela Polícia Federal e pela Guarda Nacional, a mando do Governo Federal, atendendo a uma operação da Funai chamada Upatakon III. Significa, portanto, que duas operações já foram feitas pela Polícia Federal.

Segundo informações que tenho, ainda não oficiais, o custo dessas três operações beira cerca de R\$20 milhões. Ora, se esse dinheiro tivesse sido revertido para os índios daquela região, cada qual já teria até melhorado de vida, mas, enquanto isso, gasta-se dinheiro com diárias, com hospedagem, com transporte de policiais federais de vários locais do Brasil, inclusive da Guarda Nacional, para expulsar daquela região pessoas ordeiras, trabalhadoras, pessoas nacionalistas, que lá realmente estão, inclusive miscigenadas com os índios há mais de século. E a maioria dos índios também não quer isso.

Aliás, é algo esquisito porque esse núcleo “comunista” que domina a Funai, o Incra e o Ibama fala sempre em consulta popular em plebiscito, mas nesse caso não quiseram fazer uma consulta, um plebiscito, aos índios que moram naquela região para saber se eles queriam a demarcação desse jeito. Não, impuseram do jeito que eles entenderam. Aliás, baseados

em um laudo falso, criminoso, que a Justiça Federal de Roraima constatou ser completamente fraudulento. Tanto é que essas questões vieram para o Supremo, e a Ministra Ellen Gracie, no dia 29 de julho de 2004 – naquela altura iria ser realizada a primeira demarcação –, deu uma liminar suspendendo a demarcação da reserva indígena.

Pois bem, Senador Mão Santa, sabe o que aconteceu? O Ministro Thomaz Bastos fez uma traquinagem jurídica e anulou, tornou sem efeito a portaria que demarcou a reserva, baseado nesse laudo falso, e editou uma outra portaria, igualzinha, apenas aumentando em alguns quilômetros a área da reserva. Quer dizer, nem base antropológica tinha para fazer nova portaria, mas fez.

Fez isso quando? Quando ele viu que realmente não tinham consistência nem o laudo, nem os procedimentos. Nenhum tipo de aspecto legal amparava a demarcação. Então, ele fez essa molecagem de anular a portaria e editar uma outra, demarcando a mesma área.

A portaria, curiosamente, foi editada sem publicação no **Diário Oficial**, no dia 14 de abril de 2005, às vésperas do Ministro Carlos Ayres Britto dar o seu parecer. E foi comunicado pelo então Ministro Márcio Thomaz Bastos que a portaria havia sido revogada e, portanto, havia uma nova portaria. Todas as ações contra a portaria anterior perderam o objeto, juridicamente falando. Com isso, o Ministro Carlos Ayres Britto revogou a liminar da Ministra Ellen Gracie. E, no dia seguinte, 15 de abril de 2005, o Presidente Lula homologou a tal portaria.

Se o Presidente Lula foi induzido a erro, lamento, mas ele cometeu um erro jurídico. E o pior é que ele e seu Ministro Márcio Thomaz Bastos foram exaustivamente alertados desse erro, mas, mesmo assim, não voltaram atrás. Vieram insistindo de 2005 até hoje – estamos em 2008 – na evacuação das 458 famílias daquela região, dando foco, destaque aos arroteiros, maiores produtores da região, que ocupam apenas 1% da área e que produzem 25% do Produto Interno Bruto de Roraima.

Pois bem, várias ações tiveram de ser retomadas, porque, com essa malandragem jurídica de anular uma portaria e fazer uma outra nos mesmos moldes, tudo teve de ser recomeçado.

E aí a coisa se arrastou até agora. E o Governo se aproveitou disso para forçar a retirada, sendo que já conseguiu retirar de lá 200 famílias. Faltam, portanto, 258. Ele indenizou cerca de 160 e reassentou pouco menos do que isso.

Tudo mal feito, mal indenizado, mal reassentado, mas estavam justamente aproveitando essa lacuna da decisão do Supremo para consumir o fato.

Ontem, o Supremo suspendeu a operação da Polícia Federal, que está lá com cerca de 500 homens, inclusive da Guarda Nacional, e disse que até que seja julgado o mérito das ações não haverá a expulsão das pessoas, dos brasileiros e das brasileiras que estão lá guardando as nossas fronteiras com a Venezuela e a Guiana...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Brasileiras e brasileiros, as mulheres na frente. É assim que o Presidente Sarney ensinou.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – E eu também gosto de obedecer a essa ordem.

Então, ontem foi a decisão do Supremo e hoje já a Advocacia Geral da União, portanto o advogado do Presidente Lula, entrou com uma ação para anular a decisão de ontem do Supremo.

Infelizmente, o Supremo julgou a ação hoje:

Supremo Tribunal Federal mantém suspensão a desocupação da reserva indígena Raposa Serra do Sol.

Por votação unânime, o Plenário do Supremo Tribunal Federal negou, nesta quinta-feira, pedido de liminar formulado pela União na Ação Cautelar nº 2.014 e manteve a sua decisão tomada ontem, no sentido de suspender operações policiais que tivessem por objetivo a desocupação da parte da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, ainda ocupada por não-índios. A decisão valerá até o julgamento do mérito de uma de várias ações propostas pelo governo de Roraima, com objetivo de evitar a desocupação da área.

Diante da ameaça do conflito na região, o relator da ação, Ministro Carlos Ayres Britto, comprometeu-se a colocar a matéria em votação tão logo uma dessas ações esteja instruída com alegações da Advocacia Geral da União e parecer da Procuradoria Geral da República.

Sr. Presidente, peço que seja transcrita nos Anais da Casa toda a matéria, bem como a de ontem.

Quero fazer mais um apelo, mas sinto que apelar para o Presidente Lula é uma coisa inútil, principalmente quando se apela por coisas sérias, para se fazer as coisas direito. Mas eu vou apelar mais uma vez, para que ele chame esses Ministros dele, esses Assessores dele e mande-os ver a coisa à luz do Direito

real, legítimo, não do Direito torto, mal interpretado ou fabricado, para dizer que, de acordo com o gosto do freguês, se faz o Direito. Não é assim, não.

Eu quero parabenizar o nosso Supremo Tribunal Federal pela decisão tomada, porque repõe o Estado de direito neste País. O pretexto é amparar os índios, mas é uma política falsa, porque coincidentemente nessas reservas indígenas, principalmente no meu Estado, o que tem mais é minério e o que tem menos é índio. Então, na verdade, é uma grande jogada que está sendo feita. Mas eu não quero usar muito as minhas palavras, que são de coração, são apaixonadas, mas são verdadeiras.

Eu quero ler aqui, Sr. Presidente, um artigo escrito e publicado hoje em **O Estado de S. Paulo** pelo Deputado Federal Aldo Rebelo, que foi Ministro das Relações Institucionais da Presidência da República e articulou a Comissão Externa da Câmara, que teve como Relator o Deputado Lindberg Farias, e a Comissão Temporária Externa do Senado, que teve como Relator o Senador Delcídio Amaral. Ambas as Comissões forneceram ao Presidente Lula a fórmula jurídica, política, social capaz de demarcar aquela área sem qualquer conflito. Mas o Presidente ignorou tudo isso.

E hoje o Deputado Aldo Rebelo escreve o seguinte artigo:

A Nação é uma só.

O conflito secular que opõe os índios a outros estratos da Nação brasileira, como garimpeiros, seringueiros e agricultores, tem na atualidade o seu ponto culminante na reserva Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima. No centro, está o antigo problema de terras ocupadas por indígenas versus expansão da sociedade nacional.

É lógico que não concordo com tudo o que o Deputado escreve aqui, mas ele fala como um homem nacional, um homem de São Paulo, fala exatamente o que diria qualquer brasileiro patriota e nacionalista.

Há aspectos equitativamente relevantes no conflito. Há o ambiental, o indígena, o avanço das forças produtivas, a defesa do território, enlaçados pelo matiz delicado de o cenário da divergência ser zona de fronteira. Não é sábio nem justo escolher um deles para tomar posição. A proteção aos índios, com os quais o País tem uma dívida que é chaga social, tão ou mais escandalosa que a contraída com os africanos, não pode ser praticada de forma unilateral, apartada das demais variáveis do problema.

A demarcação contínua da reserva Raposa Serra do Sol foi um erro geopolítico do Estado brasileiro. Sobressai no noticiário a caricatura de um enfrentamento polarizado entre índios não-aculturados e capitalistas-tubarões-predadores, mas, em verdade, também são protagonistas do problema os caboclos [– e aqui vamos traduzir o que são caboclos: são justamente o resultado da miscigenação do não-índio com o índio, seja o não-índio o branco ou o negro.] pequenos agricultores, pecuaristas, comerciantes e até o Exército, impedido de exercer a sua missão constitucional de vigiar extensas faixas de fronteira com a Guiana e a Venezuela. Uma parcela dos índios apóia a permanência dos não-índios na área conflagrada de Roraima, inclusive dos arroteiros, que a Polícia Federal foi expulsar de lá. A demarcação da reserva deveria, portanto, ter levado em conta os interesses legítimos dos diversos estratos sociais ali presentes. Ainda há tempo de identificá-los e acomodá-los de forma justa e fraterna, pois ocorre em Roraima a desavença que o dirigente chinês Mao Tsé-tung chamou de ‘contradições no seio do povo’.

É um equívoco cultural reclamar que ‘os silvícolas têm muita terra’, pois eles necessitam de grandes extensões para levar seu modo de vida, baseado na caça, no extrativismo, na agricultura nômade e no respeito a santuários religiosos.

Essas são palavras dele das quais discordo, tendo em conta a realidade dos índios de Roraima, que são índios funcionários públicos, prefeitos, vereadores, totalmente integrados à sociedade local. Portanto, não são bem desses índios que ele fala aqui, não.

No Monte Roraima, a propósito, resiste o mito da Macunaíma, cujo nome o escritor Mário de Andrade utilizou no seu romance mais conhecido. Os números da reserva Raposa Serra do Sol, no entanto, suscitaram discussões. São 1,74 milhão de hectares de área contínua, pontilhada de fazendas, roças, arrozais, estradas, linhas de energia elétrica, quartéis, cidades e vilas. Foi reservada para uso exclusivo de apenas 15 mil indivíduos, distribuídos em cerca de 150 aldeias. Nada menos que 46% do território estadual constitui terras indígenas.

E, aqui, é bom dizer: não é uma só etnia indígena, não. São seis etnias indígenas; são cinco instituições organizadas, das quais uma só, o Conselho Indígena

de Roraima, ligado à Igreja Católica, é que pensa dessa forma extravagante. As outras, não; as outras querem convivência pacífica e harmoniosa.

Curiosamente, é o Norte a região em que os índios menos se multiplicam [eu diria como V. Ex^a diz: atentai bem, Senador Mão Santa!]. Segundo os últimos dados confiáveis, os do IBGE, eles baixaram de 42,4% em 1991 para 29,1%, em 2000. Noutras regiões, em contrapartida, houve uma explosão estatística: no Sudeste, as pessoas identificadas como indígenas passaram de 30,5 mil para 61,2 mil, enquanto no Nordeste o salto foi de 55,8 mil para 170 mil. O fenômeno se deve, em parte, à elevada urbanização.

É verdade! A maior aldeia indígena que existe em Roraima é na capital, Boa Vista. É lá onde mora a maior parte dos índios. Mais de 50% dos índios moram em Boa Vista, na capital.

Quando levei minha esposa, paulista, para conhecer o Nordeste [palavras do Deputado], conversamos no Monte Pascoal com uma índia pataxó que vendia peças de artesanato rústico. Perguntamos pelo marido, e ela respondeu: 'Voltou pra a roça. Cansou dessa profissão de índio.'

Veja, Senador Mão Santa, estão transformando o ser índio numa profissão! Essas ONGs que se multiplicam, feitas por esses indigenistas de laboratório da Avenida Paulista, de Copacabana e do exterior, na verdade fazem isso. Nasci em Roraima, tenho 64 anos de idade, convivi com os índios desde pequeno. Nunca vi um índio de tanga ou de cocar. Agora, lá, os índios estão usando canga, cocar. E por que estão usando? Porque inventaram que eles que têm de voltar a usar. Esses indigenistas querem reescrever uma história que já não é a mais atual.

Continua o Deputado:

É confortador lembrar que, ao infortúnio histórico dos índios, o Brasil contrapôs o bálsamo de algumas de suas maiores inteligências. A causa foi abraçada desde os jesuítas Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, apóstolos da corrente humanista, que desde então a Igreja Católica mantém ativa na defesa das tribos. Nesse apostolado militaram também o estadista José Bonifácio, os escritores Gonçalves Dias, José de Alencar e Antonio Callado, os sertanistas Villas-Boas, o médico Noel Nutels, o etnólogo Darcy Ribeiro, além do monumento moral que nos orgulha como povo, o Marechal Rondon [filho de índio, descendente de índio,

que ajudou na demarcação e no reconhecimento e identificação das tribos indígenas.] Todos comungavam na doutrina da integração dos índios à sociedade nacional, em grau e métodos variados.

A esses luminares do sertanismo e da antropologia sucedeu uma visão esdrúxula que aparta os índios da Nação e pleiteia sua autonomia em relação ao Estado. Agora, fala-se em 'povos indígenas', 'nações indígenas', 'autodeterminação indígena' como se as tribos constituíssem nacionalidades independentes em territórios emancipados. Chegamos ao paroxismo de tuxauas barrarem a circulação de generais do Exército em faixa de fronteira.

Já houve proposta de criação de embaixadas indígenas em Brasília, para que as tribos se relacionassem em posição de igualdade com o governo. Incute-se nos índios, enfim, a idéia de que, em relação aos brasileiros, são estrangeiros.

Como presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, visitei toda a fronteira amazônica. Fiquei ainda mais convencido de que temos o dever de resgatar a dívida histórica com os índios e protegê-los da forma mais generosa de que formos capazes. Mas a generosidade de um país continental deve ser ampla e isonômica, ou seja, estende-se a todos os seus nacionais. É tão brasileiro o índio macuxi [lá de Roraima] quanto o colono gaúcho [do Rio Grande do Sul].

Eles integram uma só Nação diversificada. O Brasil destaca-se mais pelo produto do que pelos fatores, não importa a grandeza que encerrem nem a ordem em que sejam agrupados. O brasileiro de hoje é índio, branco, negro e, sobretudo, o resultado do caldeirão que nos fez uma civilização única no mundo. Um filho de italianos, Victor Brecheret, usou o poder de síntese da arte para traduzir esta riqueza étnica no Monumento às Bandeiras, em que esculpiu no granito bruto a epopéia conjunta de brancos, índios e mamelucos na construção deste grande país.

Senador Mão Santa, essas palavras não são minhas; são do Deputado Aldo Rebelo, do Partido Comunista do Brasil. Um homem que conhece a Amazônia e que foi Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

Suas palavras, realmente, sintetizam ou fazem um raio X da realidade, dessa falsa política indigenista no Brasil, que prioriza a demarcação de terra em desfavor do ser humano índio, do ser humano índia e do ser humano criança, porque vemos os índices de saúde e a roubalheira na saúde indígena.

Eu gostaria também, Sr. Presidente – para não ocupar muito mais o tempo –, de pedir que façam parte do meu pronunciamento o artigo publicado em **O Estado de S. Paulo**: “Demarcações estão acabando com Roraima, de autoria do General José Maria Mayrink; matéria veiculada hoje no Bom Dia Brasil e no *site* do jornalista Alexandre Garcia; e, por fim, coincidentemente, uma nota do Conselho Indigenista Missionário, Cimi da Igreja Católica: “Decisão do STF legitima a omissão do Governo Federal.”

A igreja católica, curiosamente, não está na relação daqueles que vão ser retirados da Raposa Serra do Sol, mas as igrejas evangélicas estão. Cinco propriedades das igrejas evangélicas nessa região – em vilas, etc. – da Raposa Serra do Sol estão listadas para serem retiradas de lá; e a Igreja Católica, não. Por que será? Lá, mais ou menos 70% dos índios são evangélicos; 30% são católicos. Por que essa divisão até religiosa? É preciso, realmente, que o Supremo se aprofunde muito nessa questão.

Peço também que essa nota do Cimi faça parte do meu pronunciamento.

Por fim, Sr. Presidente, quero dizer que é bom que entendamos duas coisas – todos os brasileiros e brasileiras que nos assistem pela TV Senado e que nos ouvem pela Rádio Senado: parece que essa questão não interessa muito ao Brasil, ou não interessa, por exemplo, a quem vive em São Paulo, no Rio de Janeiro, etc.. É uma coisinha de Roraima ou da Amazônia; essa Amazônia que só é apontada como problema.

Quero ler dois poemas, para encerrar meu pronunciamento, Sr. Presidente. O primeiro é de Bertolt Brecht e Vladimir Maiakovski.

Diz o seguinte:

No caminho

Na primeira noite eles se aproximam
e roubam uma flor
do nosso jardim.

E não dizemos nada.

Na segunda noite, já não se escondem;
pisam as flores,
matam nosso cão,
e não dizemos nada.

Até que um dia,
o mais frágil deles
entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a luz, e,
conhecendo nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.
E já não podemos dizer nada.

O outro poema é de autoria de Martin Niemöller, um pastor evangélico alemão da época de Hitler, datado de 1933, que diz o seguinte:

Um dia vieram e levaram meu vizinho
que era judeu. Como não sou judeu, não
me incomodei.

No dia seguinte, vieram e levaram meu
outro vizinho que era comunista. Como
não sou comunista, não me incomodei.

No terceiro dia vieram e levaram meu
vizinho católico. Como não sou católico,
não me incomodei.

No quarto dia, vieram e me levaram; já
não havia mais ninguém para reclamar...”

Quero deixar estes poemas como reflexão.

O que está acontecendo com o meu Estado e com a Amazônia, como um todo, é essa política de internacionalização feita pelo Governo brasileiro. Há pessoas de boa-fé que acreditam que estão fazendo um bem com isso, que acreditam que esse tipo de ação é realmente uma forma de ajudar um grupo de índios.

Quero deixar aqui o meu mais veemente protesto.

Ao mesmo tempo, quero dizer do reconhecimento, do respeito que sempre tive pelo Poder Judiciário, em função de suas três decisões: a primeira delas, foi a da Ministra Ellen Gracie; a segunda, foi a de ontem, do Ministro Carlos Ayres Britto, referendada pelo Plenário, e a de hoje, a terceira, novamente referendando decisão de ontem contra o que pretendia a Advocacia-Geral da União.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

O ESTADO DE S.PAULO

A Nação é uma só

Aldo Rebelo

O conflito secular que opõe os índios a outros estratos da Nação brasileira, como garimpeiros, seringueiros e agricultores, tem na atualidade o seu ponto culminante na reserva Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima. No centro está o antigo problema de terras ocupadas por indígenas versus expansão da sociedade nacional. Há aspectos equitativamente relevantes no conflito. Há o ambiental, o indígena, o avanço das forças produtivas, a defesa do território, enlaçados pelo matiz delicado de o cenário da divergência ser zona de fronteira. Não é sábio nem justo escolher um deles para tomar posição. A proteção aos índios, com os quais o País tem uma dívida que é chaga social, tão ou mais escandalosa que a contraída com os africanos, não pode ser praticada de forma unilateral, apartada das demais variáveis do problema.

A demarcação contínua da reserva Raposa Serra do Sol foi um erro geopolítico do Estado brasileiro. Sobressai no noticiário a caricatura de um enfrentamento polarizado entre índios não-aculturados e capitalistas-tubarões-predadores, mas, em verdade, também são protagonistas do problema os caboclos, pequenos agricultores, pecuaristas, comerciantes e até o Exército, impedido de exercer a sua missão constitucional de vigiar extensas faixas de fronteira com a Guiana e a Venezuela. Uma parcela dos índios apóia a permanência dos não-índios na área conflagrada de Roraima, inclusive dos arroteiros, que a Polícia Federal foi expulsar de lá. A demarcação da reserva deveria, portanto, ter levado em conta os interesses legítimos dos diversos estratos sociais ali presentes. Ainda há tempo de identificá-los e acomodá-los de forma justa e fraterna, pois ocorre em Roraima a desavença que o dirigente chinês Mao Tsé-tung chamou de 'contradições no seio do povo'.

É um equívoco cultural reclamar que 'os silvícolas têm muita terra', pois eles necessitam de grandes extensões para levar seu modo de vida, baseado na caça, no extrativismo, na agricultura nômade e no respeito aos santuários religiosos. No Monte Roraima, a propósito, reside o mito de Macunaíma, cujo nome o escritor Mário de Andrade utilizou no seu romance mais conhecido. Os números da reserva Raposa Serra do Sol, no entanto, suscitam discussões. São 1,74 milhão de hectares de área contínua, pontilhada de fazendas, roças, arrozais, estradas, linhas de energia elétrica, quartéis, cidades e vilas. Foi reservada para uso exclusivo de aproximadamente 15 mil indivíduos, distribuídos em cerca de 150 aldeias. Nada menos que 46% do território estadual constitui terras indígenas.

Curiosamente, é o Norte a região em que os índios menos se multiplicam. Segundo os últimos dados confiáveis, os do IBGE, eles baixaram de 42,4% em 1991 para 29,1% em 2000. Noutras regiões, em contrapartida, houve uma explosão estatística: no Sudeste, as pessoas identificadas como indígenas passaram de 30,5 mil para 61,2 mil, enquanto no Nordeste o salto foi de 55,8 mil para 170 mil. O

fenômeno se deve, em parte, à elevada urbanização. Quando levei minha esposa, paulista, para conhecer o Nordeste, conversamos no Monte Pascoal com uma índia pataxó que vendia peças de artesanato rústico. Perguntamos pelo marido e ela respondeu: 'Voltou pra roça. Cansou dessa profissão de índio.'

É confortador lembrar que ao infortúnio histórico dos índios o Brasil contrapôs o bálsamo de algumas de suas maiores inteligências. A causa foi abraçada desde os jesuítas Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, apóstolos da corrente humanista que desde então a Igreja Católica mantém ativa na defesa das tribos. Nesse apostolado militaram também o estadista José Bonifácio, os escritores Gonçalves Dias, José de Alencar e Antonio Callado, os sertanistas Villas-Boas, o médico Noel Nutels, o etnólogo Darcy Ribeiro, além do monumento moral que nos orgulha como povo, o marechal Rondon. Todos comungavam na doutrina da integração dos índios à sociedade nacional, em grau e métodos variados.

A esses luminares do sertanismo e da antropologia sucedeu uma visão esdrúxula que aparta os índios da Nação e pleiteia sua autonomia em relação ao Estado. Agora, fala-se em 'povos indígenas', 'nações indígenas', 'autodeterminação indígena', como se as tribos constituíssem nacionalidades independentes em territórios emancipados. Chegamos ao paroxismo de tuxauas barrarem a circulação de generais do Exército em faixa de fronteira. Já houve proposta de criação de embaixadas indígenas em Brasília, para que as tribos se relacionassem em posição de igualdade com o governo. Incute-se nos índios, enfim, a idéia de que, em relação aos brasileiros, são estrangeiros.

Como presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, visitei toda a fronteira amazônica. Fiquei ainda mais convencido de que temos o dever de resgatar a dívida histórica com os índios e protegê-los da forma mais generosa de que formos capazes. Mas a generosidade de um país continental deve ser ampla e isonômica, ou seja, estende-se a todos os seus nacionais. É tão brasileiro o índio macuxi quanto o colono gaúcho.

Eles integram uma só Nação diversificada. O Brasil destaca-se mais pelo produto do que pelos fatores, não importa a grandeza que encerrem nem a ordem em que sejam agrupados. O brasileiro de hoje é índio, branco, negro e, sobretudo, o resultado do caldeirão que nos fez uma civilização única no mundo. Um filho de italianos, Victor Brecheret, usou o poder de síntese da arte para traduzir esta riqueza étnica no Monumento às Bandeiras, em que esculpiu no granito bruto a epopéia conjunta de brancos, índios e mamelucos na construção deste grande país.

Aldo Rebelo, deputado federal pelo PCdoB-SP, foi presidente da Câmara dos Deputados e ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

Notícias STF

Quarta-feira, 09 de Abril de 2008

STF envia para justiça federal em Roraima ação sobre área indígena São Marcos

A Ação Cível Originária (ACO) 1006 foi devolvida para a 1ª Vara Federal judiciária de Roraima, onde deverá ser processada e julgada. A decisão, unânime, foi tomada na tarde desta quarta-feira (9) pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF). A ação trata da posse e ocupação da área indígena São Marcos por diversas comunidades indígenas, no estado de Roraima.

O ministro Carlos Ayres Britto havia pedido vista do processo, para confirmar se a situação em questão nesse processo tinha alguma relação com a área indígena Raposa Serra do Sol, que tem diversas ações tramitando na Corte. Mas Ayres Britto afirmou ter concluído que são processos distintos, sem relação.

O ministro decidiu acompanhar o voto do relator da ação, ministro Marco Aurélio, que no início do julgamento, em setembro de 2007, afirmou não existir, no caso, interesse jurídico estatal. "A causa não tem dimensão federativa", frisou Ayres Britto, o que não atrairia a competência do Supremo para julgar a causa. Todos os ministros concordaram com a devolução dos autos para a justiça federal em Roraima.

Leia mais:

[13/09/07 - Pedido de vista adia julgamento de questão de ordem em ação sobre terras em Roraima](#)

Processos relacionados

[ACO 1006](#)

Notícias STF

Quinta-feira, 10 de Abril de 2008

STF mantém suspensa a desocupação da reserva indígena Raposa Serra do Sol

Por votação unânime, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) negou, nesta quinta-feira (10), pedido de liminar formulado pela União na Ação Cautelar (AC) 2014 e manteve sua decisão tomada ontem (9), no sentido de suspender operações policiais que tivessem por objetivo a desocupação de parte da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, ainda ocupada por não-índios. A decisão valerá até o julgamento de mérito de uma de várias ações propostas pelo governo de Roraima com objetivo de evitar a desocupação da área.

Diante da ameaça de conflito social na região, o relator da ação, ministro Carlos Ayres Britto, comprometeu-se a colocar a matéria em votação tão logo uma dessas ações esteja instruída com alegações da Advocacia Geral da União (AGU) e parecer da Procuradoria Geral da República (PGR). A ação cautelar 2009, julgada ontem, é a última da série, e foi protocolada no STF no último dia 7, estando agora na dependência da apresentação da ação principal a ela vinculada, o que deve ocorrer nos 30 dias posteriores à data do protocolo da AC. No entanto, o STF poderá decidir a questão ao julgar qualquer uma das ações com o mesmo objetivo

Decisão agora seria irreversível

O ministro Carlos Britto disse que a área em conflito representa apenas 1% de toda a reserva indígena Raposa Serra do Sol, tendo 99% dela já sido desocupada. Mas, segundo alega o governo estadual, a produção dos arroteiros lá instalados representa cerca de 6% de toda a economia do estado, e sua retirada poderá ter como consequência a redução da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), em virtude do desaquecimento da economia, além de aumento do desemprego.

Tanto Britto quanto outros ministros, como Celso de Mello e Gilmar Mendes, ponderaram que a questão é delicada, porque envolve a retirada de boa parte da autonomia constitucional do estado, constituído, quase em 50% de seu território, por área indígena. Isto porque, em se tratando de área indígena localizada na fronteira, a responsabilidade pela administração é da União.

Britto relatou, também, que há divergência no estado sobre a desocupação da área. Ele mencionou o caso do general comandante da região militar, que a ela se opõe e adverte que o Brasil pode perder uma parte de Roraima, justamente parte da área em conflito que se localiza na fronteira com a Venezuela.

Diante desta situação e, também, tendo em vista a ameaça de conflito social na área, os ministros consideraram mais prudente negar a contracautela ajuizada pela União na AC 2014 e manter a decisão ontem adotada. Pesou também a consideração, levantada pelo ministro Ricardo Lewandowski, de que a concessão da contracautela, com a consequente mudança da decisão de ontem, tornaria a desocupação irreversível, pois não seria possível, posteriormente,

o tribunal reverter a situação ao estado em que ela se encontra no momento. Por isso, os ministros consideraram mais prudente aguardar cerca de 60 dias – prazo que Carlos Britto estimou até o julgamento do mérito de uma das ações principais envolvendo o assunto – para, então, tomar uma decisão definitiva, que não comporte mais reversão para o caso.

Neste contexto, o ministro Carlos Alberto Menezes Direito observou que a ameaça de conflito existe, de qualquer modo, com ou sem a desocupação. Por isso, ele considerou mais ponderado suspender a desocupação da parte restante da área, agora, para aguardar uma decisão definitiva.

Na sessão desta tarde, o advogado-geral da União, José Antonio Dias Toffoli, esclareceu que a operação de desocupação da área foi preparada durante um período de três meses que antecederam seu início, justamente para evitar maiores conflitos e risco para qualquer pessoa. Segundo ele, a suspensão da operação agora, justamente no momento de sua finalização, pode causar clamor dos índios e ameaça de conflito. Portanto, segundo ele, a situação emergencial demandaria a conclusão imediata da operação.

Os ministros consideraram que a presença da Força Nacional de Segurança e da Polícia Federal na área é legítima, dada a situação peculiar do Estado, e observaram que, uma vez presentes no local, ambas poderiam cuidar da segurança e evitar que a situação desande em conflito na região, até julgamento dela no mérito.

FK/LF

Leia mais:

09/04/08 - Impedida qualquer operação para retirada de não-índios da reserva Raposa Serra do Sol

Processos relacionados

AC 2014

CIMI

» Especiais » Raposa Serra do Sol

10/04/2008 01:57 - **Raposa Serra do Sol**

Decisão do STF legitima a omissão do Governo Federal

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) manifesta sua extrema preocupação com as graves conseqüências que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em relação à Terra Indígena Raposa Serra do Sol, trará aos povos que vivem nesta área.

Hoje, 9 de abril, o STF, por unanimidade, concedeu medida liminar na Ação Cautelar proposta pelo Governo de Roraima. Desta forma, ficam suspensos todos os atos de desocupação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol até o julgamento do mérito da primeira ação contra a demarcação desta terra, que também tramita no STF. Com isso, a retirada dos invasores será protelada por tempo indeterminado.

Em razão de um acordo firmado com os arroteiros, na tarde de hoje, o Governo suspendeu a Operação Upakaton 3, destinada a retirar os invasores da TI. Esta decisão já causou preocupação aos que apóiam a luta dos povos indígenas. Isto por que, uma anunciada "trégua" poderia representar uma manobra para se ganhar tempo, em vista dos esforços do Governo de Roraima no STF para obter uma decisão favorável aos invasores da terra indígena.

Na sessão do STF, chamou a atenção o fato do Procurador Geral da República não ter requerido a palavra para se manifestar sobre o caso, tendo em vista a gravidade da situação. Da mesma forma, percebeu-se que a União, embora ciente dos termos da Ação Cautelar, não providenciou os devidos e necessários esclarecimentos aos ministros.

Surpreendeu também que o ministro Carlos Brito, em razão de ser relator de vários processos envolvendo a demarcação da terra indígena, tenha submetido o pedido de concessão da medida liminar, sem prévia manifestação da União e do Ministério Público, acolhendo as alegações improcedentes do Governo de Roraima.

Desde que a Operação Upakaton 3 começou, há 15 dias, arroteiros e políticos de Roraima articularam ações violentas para tentar suspender a operação: quebraram pontes, queimaram malocas, interditaram estradas, jogaram bombas, ameaçaram de morte lideranças indígenas e incitaram a população local contra os povos que vivem na área, criando um clima de grande tensão. É incompreensível que o Governo Federal tenha negociado por tanto tempo com pessoas que praticam atos como estes e que a Suprema Corte reconheça como legítimas e legais as exigências deste mesmo grupo.

Se nada for feito para reverter as decisões tomadas hoje, a Presidência da República, o Ministério da Justiça e o STF estarão curvando-se diante da violência praticada pelos setores antiindígenas de Roraima, quando deveriam acabar com ela.

A Terra Indígena Raposa Serra do Sol, depois de mais de 30 anos de luta dos povos que ali vivem, foi homologada em 2005. Imediatamente após isso, os invasores deveriam ter sido retirados, conforme determinação constitucional. Diversas vezes, o Cimi se manifestou publicamente alertando que a demora do Governo em concluir a desintrusão da área poderia fortalecer os inimigos históricos dos índios de Roraima e desencadear a violência que está acontecendo naquele estado.

O Cimi aguarda que a Advocacia Geral da União (AGU) requeira a reconsideração da decisão liminar do Supremo, bem como espera que o STF reconsidere sua decisão.

Por fim, conclama todos e todas que lutam em defesa dos Direitos Humanos a apoiar os povos Macuxi, Wapixana, Taurepang, Ingarikó e Patamona para evitar que novas agressões contra eles sejam praticadas. Também pede que todos manifestem suas preocupações aos ministros do Supremo Tribunal Federal e ao Governo Federal.

Itaici, Indaiatuba – SP, 9 de abril de 2008.

Conselho Indigenista Missionário

Demarcações estão acabando com Roraima, alerta general

José Maria Mayrink

O comandante do Exército na Amazônia, general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, advertiu ontem, na abertura de um curso sobre segurança internacional e defesa - promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a Universidade de São Paulo -, que o Brasil está caminhando para perder parte de Roraima, por causa da demarcação de terras indígenas.

“Roraima está acabando, porque o território indígena é maior que o do Estado”, disse o general, depois de criticar a política indigenista brasileira que, em sua avaliação, “está na contramão da sociedade, conduzida à luz de pessoas e ONGs estrangeiras”. Segundo o comandante da Amazônia, “não há consenso sobre a questão indígena nem mesmo na Funai”.

Interrompido várias vezes por aplausos de empresários, professores, militares e alunos, o general Heleno afirmou que os ianomâmis não precisam da terra contínua que, de acordo com a demarcação feita pelo governo, lhes foi atribuída contra parecer da Casa Militar.

O general Heleno criticou também restrições a atividades militares em terras indígenas. “Enquanto eu for comandante militar, minha tropa vai entrar onde for necessário”, disse, referindo-se à Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) com voto favorável do Brasil, que garante aos índios a posse e controle autônomo de territórios por eles ocupados.

“Segundo essa disposição, se um chefe ianomâmi resolver proclamar-se imperador, já que pode escolher o regime político, vamos ter de acatar sua decisão”, ironizou o general. “Estão instalando malocas onde não existem e distribuindo gado aos índios para, daqui a alguns anos, alegarem que essa terra sempre foi indígena.”

O comandante da Amazônia observou que um indício de que as ONGs estão por trás da questão indígena é que muitos índios não têm condições de formular reivindicações que fazem. “Há ONGs picaretas entre as 220 mil que atuam no Brasil.”

“Os índios querem ter TV, geladeira e internet”, afirmou o general Heleno, citando uma índia que disse seguir a tradição de seu povo, mas que quer ter os benefícios do século 21.

Referindo-se à reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, onde os não-índios deverão ser retirados pela Polícia Federal, advertiu que a situação é difícil, mas extrapola a ação do Exército, pois está nas mãos da Presidência da República e do Supremo Tribunal Federal. Ele disse estranhar que não haja problemas desse tipo em áreas indígenas como a de Dourados (MS), mas sim numa região onde há urânio e outras riquezas minerais.

Tensão na fronteira

Alexandre Garcia fala sobre o conflito para retirar produtores de arroz em uma reserva indígena em Roraima, que mobiliza a Justiça. É uma discussão antiga sobre a fronteira no norte do Brasil.

No Brasil, o conflito para retirar produtores de arroz em uma reserva indígena em Roraima mobiliza a Justiça. O Supremo Tribunal Federal suspendeu a operação da Polícia Federal para desocupar a área, mas a Advocacia-Geral da União entrou com recurso.

O Supremo vai julgar se houve ilegalidade no processo de demarcação das terras. É uma discussão antiga sobre a fronteira no norte do Brasil, que estaria ameaçada por causa desses acontecimentos.

Aliminar do Supremo pode ter evitado um banho de sangue entre brasileiros. Talvez não seja exagero comparar com o de Canudos e chama a atenção para a gravidade do que acontece na fronteira norte.

Os arrozeiros defendem seus interesses apoiados por aliados indígenas, com os quais convivem em parceria que gera alimento para os índios. Mas também se tornaram agentes de defesa da integridade territorial e da soberania nacional.

Acontece que essa e outras reservas estão na fronteira do Brasil com Guiana, Venezuela e Colômbia e podem se tornar territórios autônomos, sob a proteção da ONU. Em setembro, o Brasil assinou, nas Nações Unidas, a declaração da ONU sobre direitos dos povos indígenas, ainda não-referendada pelo Senado.

A declaração, garantindo direitos justos, dá autonomia que cerceia a presença do próprio Estado em seus territórios. Estando na fronteira, territórios assim podem ser risco à soberania e à integridade territorial.

O governo federal já sentiu que não pode chamar o Exército para intervir no conflito. Os militares consideram que só renunciando ao juramento pético de defesa à soberania nacional e à integridade territorial, poderiam intervir no caso.

A situação é grave. Cerca de mil resistentes - metade agricultores, metade indígenas - estão preparados com táticas de guerrilha para receber a polícia. Quatro pontes e uma balsa foram interditadas. Pistas de pouso foram bloqueadas com tambores. E a disposição expressa por arrozeiros e seus aliados índios é defender a terra ou morrer.

De 1.747 milhão de hectares da reserva, os arrozeiros usam 100 mil. Menos de 6% é o pomo dessa discórdia. O governador de Roraima, ao recorrer ao Supremo, buscou a solução mais sensata: vai permitir que se pare para pensar na gravidade da questão e no interesse nacional em jogo.

TRECHO DE NO CAMINHO COM MAIAKÓVSKI

Na primeira noite eles se aproximam
e roubam uma flor
do nosso jardim.
E não dizemos nada.

Na segunda noite, já não se escondem;
pisam as flores,
matam nosso cão,
e não dizemos nada.

Até que um dia,
o mais frágil deles
entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a luz, e,
conhecendo nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.
E já não podemos dizer nada.

De Eduardo Alves da Costa – Atribuído a
Bertolt Brecht e Vladimir Maiakóvski

“Um dia vieram e levaram meu vizinho
que era judeu. Como não sou judeu, não
me incomodei.

No dia seguinte, vieram e levaram meu
outro vizinho que era comunista. Como
não sou comunista, não me incomodei .

No terceiro dia vieram e levaram meu
vizinho católico. Como não sou católico,
não me incomodei.

No quarto dia, vieram e me levaram; já
não havia mais ninguém para reclamar...”

Martin Niemöller, 1933

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Prorrogamos esta sessão por mais uma hora, para que todos os oradores inscritos possam falar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Quero me solidarizar com o esforço extraordinário do Senador Mozarildo Cavalcanti, de Roraima, para promover a justiça com relação aos problemas da terra do seu Estado.

Veio-me à mente – V. Ex^a ainda confia na Justiça – uma passagem. O Rei Frederico, da Prússia, em suas andanças, viu um moinho muito bonito. Aproximou-se da fazenda onde ele estava e quis adquirir o moinho, para levá-lo para seu castelo. O fazendeiro disse-lhe que não se desfazia dele, porque aquele moinho tinha uma tradição: fora construído pelo seu avô, mantido pelo seu pai e conservado e zelado por ele. Aí o

Rei Frederico – atentai bem, Luiz Inácio! – disse para aquele fazendeiro, para aquele proprietário de terra: “Você sabe com quem está falando? Com Frederico da Prússia. Vou levar o moinho”. Aí aquele alemão disse-lhe: “Majestade, ainda há juizes em Berlim!”.

Então, Mozarildo, neste instante, V. Ex^a fala como aquele homem, dono daquelas terras, diante dos poderosos que aí estão: “Ainda existem juizes em Brasília”.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitisse, gostaria de fazer uma comunicação. Eu a farei em três minutos; não usarei sequer os cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está inscrito. Eu ia chamá-lo. V. Ex^a vai viajar?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vou viajar, mas volto amanhã, para, aqui, discutir todas essas questões com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Senadora Rosalba já se manifestou. Também S. Ex^a vai viajar agora. Eu vou falar também.

Senador Mozarildo, convido V. Ex^a para presidir os trabalhos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

V. Ex^a, Senador Paim, fala como o Senador mais vitorioso da história deste Senado. Ontem, V. Ex^a atendeu ao clamor dos nossos trabalhadores aposentados, que sofriam com a injustiça praticada contra eles. V. Ex^a nos liderou. Portanto, ontem, escrevemos uma das páginas mais belas desta Casa. Vamos restituir, embora com atraso, os direitos dos aposentados, que reconquistam os merecidos ganhos.

Tem a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, primeiro, quero cumprimentar V. Ex^a, o Senador Mozarildo e o Senador João Pedro, que estiveram na mesma trincheira conosco pela aprovação tanto da proposta que garante aos aposentados e pensionistas o mesmo percentual do salário mínimo quanto da proposta do fim do fator previdenciário, que reduzia o benefício de 30 milhões de brasileiros em até 40%, no caso da mulher, e em até 35%, no caso do homem. Cumprimento V. Ex^as pelo apoio, como cumprimento todos os Líderes.

O Senador Geraldo Mesquita Júnior, ainda hoje, falava comigo que o papel do Senador Garibaldi foi fundamental, porque foi S. Ex^a quem articulou a possibilidade de o acordo acontecer. Votamos, por unanimidade, os dois projetos, ou seja, o que trata do fim do fator previdenciário e o que trata dos aposentados, para que estes pudessem receber o mesmo percentual dado ao salário mínimo. Como todos os Partidos

os aprovaram, tenho a certeza de que a Câmara dos Deputados vai referendar essas duas propostas.

Sr. Presidente, recentemente, fiz um pronunciamento sobre o fim do foro privilegiado. Foram tantas as correspondências, que quero retomar o tema, de forma rápida, dizendo que sempre defendemos a questão do fim do foro privilegiado, como forma, inclusive, de fortalecer o próprio Parlamento. Entendo que o fim do foro privilegiado segue a linha do princípio da igualdade, pois todos terão direitos iguais e serão julgados da mesma forma.

Sr. Presidente, fazemos isso, neste momento, para, mais uma vez, somarmo-nos a muitas entidades que estão nessa caminhada, em nível nacional, com esse objetivo.

Lembro que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em assembléia-geral, aprovou, ano passado, moção de apoio pelo fim do foro privilegiado, que diz:

O Foro Privilegiado é um impedimento à responsabilização pública das autoridades, nos diferentes Poderes da República e em todos os níveis da Federação. Sua revogação é imprescindível para o fortalecimento da democracia e para o cumprimento dos direitos básicos de cidadania.

Sr. Presidente, estas são palavras do grande e respeitável Norberto Bobbio: "...o regime democrático requer a transição da lente '*ex parte príncipe*' para a lente '*ex parte populi*'. Não dá para concordar com a manutenção do foro privilegiado, isto é, o regime democrático requer a transformação de paradigmas, no sentido de romper com uma perspectiva inspirada na ótica do Estado e no interesse dos seus dirigentes, para dar um olhar maior, inspirando-se na ótica da cidadania e dos direitos dos cidadãos. Tal dizer, Sr. Presidente, caminha no sentido de que estamos nessa bela caminhada em nome da democracia, da liberdade, da justiça e dos direitos iguais para todos.

Acredito, Sr. Presidente – e aqui encerro –, que seja um clamor de toda a sociedade o fim dessa prerrogativa, o que, tenho a certeza, há de fortalecer ainda mais as instituições e o próprio Congresso Nacional.

Agradeço a V. Ex^a e lhe peço que considere na íntegra este meu pronunciamento.

Amanhã, estarei aqui, para continuarmos o debate de todos os temas que, com certeza, fortalecem o Senado da República.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs.

Senadores, nós que sempre defendemos a moralidade e a ética no parlamento.

Nós que sempre defendemos o princípio da igualdade entre os cidadãos.

Queremos voltar à questão do Foro Privilegiado, assunto trazido por nós a esta Tribuna na última terça-feira.

Fazemos isso principalmente pelas correspondências que temos recebido e por ser um assunto que está nas rodas de qualquer discussão do cidadão e da cidadã brasileira.

As inúmeras exceções trazidas no texto constitucional fazem com que tal instituto jurídico tenha recebido críticas pela nossa sociedade.

O foro por prerrogativa de função foi criado em razão do cargo ou mandato, com o objetivo de proteger o ente público, como uma forma de garantia, porém tem sido utilizado como privilégio pessoal como forma de evitar possíveis condenações.

O movimento "Juízes contra a Corrupção", promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), no ano passado, propunha o fim dessa imunidade parlamentar como forma de combate a corrupção e a impunidade.

De acordo com o estudo realizado em 2007 pela AMB, dos 130 processos encaminhados ao Supremo Tribunal Federal (STF), em quase 20 anos, apenas seis foram julgados e não houve nenhuma condenação.

No Superior Tribunal de Justiça (STJ), dos 483 processos, houve 16 julgamentos com cinco condenações.

O Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Rodrigo Collaço, apresentou um estudo que defende a convocação de juízes e desembargadores para realizar a instrução dos processos e agilizar as ações. O estudo realizado sugere também outras medidas para ajudar no combate à corrupção.

Importante lembrar que durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte alguns parlamentares já defendiam o fim de tal previsão na atual constituição brasileira, porém a idéia não encontrou eco entre os 559 congressistas.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou, por unanimidade, no dia 18 de março a admissibilidade de duas PECs que propõe o fim ao arcaico instituto do foro privilegiado para autoridades de todos os níveis nos casos de crime comum.

Segundo o deputado federal Marcelo Itagiba, autor da PEC 130/2007, "Nada pode autorizar mais o desequilíbrio entre os cidadãos da República, do que o reconhecimento da prerrogativa de foro, perante o Supremo Tribunal Federal ou quaisquer outras cortes,

nos ilícitos penais comuns, ou em favor de quem quer que seja.”

Para o parlamentar a prerrogativa de foro em razão de cargo ou mandato já se descaracterizou em sua essência e se tornou hoje condição de inaceitável privilégio pessoal.

A questão é controversa e vem sendo discutida por ministros, juristas, magistrados, doutrinadores, sociólogos e por toda a sociedade civil.

Acredito que não podemos ficar alheios aos acontecimentos e a esse importante debate.

A meu ver a previsão de prerrogativa de foro fere os princípios constitucionais da democracia, da igualdade e do juiz natural.

Creio que, se desejamos uma sociedade igualitária, não podemos defender essa situação vantajosa em relação ao cidadão comum, sob pena de ferirmos os princípios basilares previstos na nossa Carta Magna.

Entendo que o foro privilegiado não tem nenhuma justificativa ética, moral ou política.

É um privilégio que, lamentavelmente, vem se perpetuando nos textos constitucionais brasileiros.

Os agentes públicos não têm o direito de se protegerem pelas garantias de um cargo.

Entendo que o foro privilegiado é uma proteção inescrupulosa aos mandatos eletivos, que fere os princípios republicanos e nos faz lembrar o período imperial.

Todos nós sabemos que existem pessoas que procuram no mandato popular a proteção para se verem livres do julgamento na justiça comum.

Fomos eleitos pelo povo, pelo cidadão comum e não temos o direito de querermos ser melhor que alguém. Não podemos permitir que esta situação continue vigorando em nosso País.

Minhas idéias em relação a tal prerrogativa têm como base o Direito Comparado.

A Constituição Argentina, por exemplo, limita a prerrogativa aos embaixadores e membros de embaixadas estrangeiras.

Para os italianos, a prerrogativa de foro foi abolida em 1993, quando foram descobertos inúmeros megaescândalos de corrupção, ficando restrita apenas ao Presidente da República.

Vale lembrar um fato curioso que ocorreu naquele país.

O primeiro-ministro italiano Silvio Berlusconi assumiu o mandato de 2001 a 2006 com diversas acusações contra ele. Neste período é aprovada uma lei casuística que garante foro especial a cinco altos cargos, entre eles o de primeiro-ministro.

Porém, a alta instância da justiça italiana não se curvou ao homem mais rico e mais poderoso daquele país.

Decretou a inconstitucionalidade de tal norma legal, com a justificativa de que a imunidade violava o princípio constitucional da igualdade de todos perante a lei.

Na França, a constituição de 1958, restringiu a competência Alta Corte de Justiça apenas aos crimes funcionais dos ministros.

Na Espanha deputados, senadores, o Presidente e demais membros do governo possuem tal prerrogativa.

Os norte-americanos não têm foro privilegiado. Todos devem lembrar que o presidente Bill Clinton, acusado de assédio sexual, foi julgado por um juiz comum.

Por fim, as Constituições de outros países, independente do sistema de governo, contém algumas previsões de foro especial, porém, em nenhuma delas com a amplitude consignada na constituição brasileira.

Acredito que é preciso frear o descaso com a coisa pública. É preciso acabar com esse privilégio constitucional.

O foro por prerrogativa de função fere os princípios democráticos segundo o qual a lei deve ser aplicada da mesma forma para todos os cidadãos, independentemente da posição social ou do cargo que ocupam.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em Assembléia Geral, aprovou no ano passado moção de apoio pelo fim do foro privilegiado.

Para a SBPC:

“O Foro Privilegiado é um impedimento à responsabilização pública das autoridades, nos diferentes poderes da República e em todos os níveis da Federação. Sua revogação é imprescindível para o fortalecimento da democracia e para o cumprimento dos direitos básicos de cidadania”

Outras instituições tanto públicas como privadas tem se manifestado desta mesma forma.

No dizer de Norberto Bobbi o regime democrático requer a transição da lente ex parte príncipe para a lente ex parte populi.

Isto é, o regime democrático requer a transformação de paradigmas, no sentido de romper com uma perspectiva inspirada na ótica do Estado e no interesse dos seus dirigentes para um olhar maior, inspirada na ótica da cidadania e dos direitos dos cidadãos.

Tal dizer caminha no sentido de que as autoridades não podem se considerar intocáveis e imunes às responsabilizações na esfera pública.

Acredito que seja um clamor da sociedade o fim dessa prerrogativa e nós não podemos, neste momento, nos isentar desta discussão.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em votação os **Requerimentos nºs 398 e 416, de 2008**, de autoria, respectivamente, dos Senadores Valdir Raupp e César Borges, lidos anteriormente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em sessão anterior foi lido o **Requerimento nº 376, de 2008**, do Senador Aloizio Mercadante e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão especial, destinada a homenagear os 120 anos da promulgação da Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência comunica que a homenagem será realizada no dia 13 de maio, às 10 horas.

O Requerimento nº 1.402, de 2007, com o mesmo objetivo, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Wellington Salgado, V. Ex^a está pedindo a palavra pela ordem?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Da forma como V. Ex^a autorizar: pela ordem ou para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está inscrito...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Já pediu a palavra e foi anunciado o Senador João Pedro.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Então, ouviremos o Senador João Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Passo a Presidência ao Mozarildo Cavalcanti para esta importante decisão.

O Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador João Pedro, do Estado do Amazonas.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei rápido.

Gostaria de registrar, nesta noite, no Senado da República, que eu me ausentei da Casa por três dias – segunda, terça e quarta-feira, próximas passadas –, atendendo a um convite do Parlamento Amazônico. E V. Ex^a acabou de registrar há pouco a realização do Parlamento Amazônico, mas o nosso, que se reúne lá no Amapá. Espero que seja um evento exitoso, pois, se juntarmos os nove Estados da Federação que compõem a Amazônia, com certeza, idéias magníficas surgirão. O que não falta é assunto para defendermos a nossa Amazônia.

Mas participei, na segunda, terça e quarta-feira, em Lima, no Peru, do Parlamento Amazônico, que tem como Presidente a Deputada Federal da Bolívia, Ana Lúcia Reis. Ela estava presente na reunião, assim como Senadores da Colômbia, Deputados Federais do Peru, da Venezuela e da Bolívia. Outros Parlamentares também foram convidados.

Formalmente, o Brasil não participa do Parlamento Amazônico. É uma falha nossa. Precisamos participar formalmente. Não pode um país com todo esse território amazônico não participar do Parlamento Amazônico, criado em 1989, em Lima, no Peru. Em seguida, houve um grande evento, com certeza V. Ex^a participou, em Manaus, sobre o Parlamento Amazônico.

Registro aqui o evento realizado em Lima. O principal ponto da discussão foi a questão ambiental, a questão territorial e a rearticulação do Parlamento Amazônico. Precisamos – e foi a preocupação externa da por todos os Parlamentares, Deputados e Senadores, que estiveram em Lima – rearticular o Parlamento Amazônico, notadamente num momento tão especial como este, do ponto de vista dos debates internacional e nacional, haja vista o evento que está acontecendo no Amapá. O Brasil está discutindo a Amazônia.

Hoje, fui eleito vice-presidente de uma comissão especial para observar e discutir com a sociedade dos municípios que compõem o Arco de Fogo, na nossa região. Ou seja, há um debate intenso sobre a Amazônia. V. Ex^a abordou um tema que diz respeito à territorialidade, à autonomia dos povos indígenas, ao capitalismo no campo, ao emprego em seu Estado.

Portanto, registro aqui o evento realizado em Lima, durante dois dias – dias 7 e 8. Foi proveitoso porque discutimos a rearticulação do Parlamento Amazônico e tiramos um indicativo, Presidente Mozarildo Cavalcanti – e eu me refiro a V. Ex^a que é um Senador da Amazônia, do Estado de Roraima. Em outubro, haverá uma segunda reunião do Parlamento Amazônico,

provavelmente na cidade de Manaus, capital do meu querido Estado.

É hora de todos nós, representantes da Amazônia, Deputados Federais, Senadores, sociedade civil, reorganizarmos o Parlamento Amazônico no sentido de ser mais um espaço e um foro legítimo em que possamos discutir o homem, a mulher, a energia, a renda, a água, os povos indígenas, a pesquisa e a tecnologia da nossa Amazônia. E não apenas da Amazônia brasileira, mas da Amazônia dos países que fazem parte do Pacto Amazônico.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador João Pedro, concordo com V. Ex^a. Tive a oportunidade, inclusive, de receber, no ano passado, o Presidente do Parlamento Amazônico, da Pan-Amazônia, isto é, dos países da América do Sul que estão na região amazônica. E concordo com V. Ex^a no sentido de que temos de fazer um esforço grande para ter o Brasil representado nesse Parlamento. É inacreditável que o País que tem a maior área da Amazônia entre todos os outros países que a compõem não participe do Parlamento Amazônico.

Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Farei o registro de três importantes efemérides ocorridas na última segunda-feira, 7 de abril, Dia do Jornalista: enquanto, no Rio de Janeiro a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), comemorou 100 anos de fundação, em Brasília, **Correio de Uberlândia**, em sessão solene, presidida pelo ilustre Deputado Gilmar Machado, recebeu a medalha de honra ao mérito pela comemoração dos seus 70 anos.

Como Senador da República representando Minas Gerais e especialmente o Triângulo Mineiro, quero, em particular, parabenizar a equipe do jornal *Correio* e também a família Algar, o Sr. Luiz Alberto Garcia e Luiz Alexandre Garcia, empresários de Uberlândia, cidade que é uma das mais prósperas do Brasil e que tenho a honra de representar. Quero ainda parabenizar o Deputado Gilmar Machado pela iniciativa de homenagear o nosso **Correio de Uberlândia**.

Com 70 anos de publicação e mais de 50 mil leitores, o jornal **Correio** está entre os grandes diários de circulação nacional e é um instrumento de importância histórica, que retrata os fatos mais relevantes de Uberlândia, do Triângulo, de Minas e do País, além de levar à população informação de qualidade e a discussão dos temas fundamentais para o desenvolvimento da nossa região. Em suas páginas, estão todos os acon-

tecimentos culturais, sociais, esportivos e econômicos. Seu arquivo guarda a história do povo uberlandense. Por isso, podemos dizer que a história do jornal **Correio** confunde-se com a trajetória de Uberlândia e do Triângulo Mineiro.

E não posso deixar também de ressaltar a importância do Sr. Alexandrino Garcia para Uberlândia e para o Brasil. Um empresário de visão, um pioneiro que contribuiu para que Uberlândia se transformasse em uma cidade desenvolvimentista. Além de ter dirigido o jornal **Correio do Triângulo**, logo após o seu lançamento, Alexandrino fundou, em 1954, a CTBC, com o desejo de levar a telefonia para o Brasil Central, e deu início à história de sucesso de um dos maiores grupos empresariais do País: o Algar. Grupo que, em 1986, assumiu o jornal **Correio do Triângulo**. A CTBC (Cia. Telefônica do Brasil Central) foi a primeira companhia telefônica privada do País, e é hoje a única operadora com mais de 50 anos de atuação.

A cidade de Uberlândia é, sem dúvida, referência na área de telecomunicações, e o jornal **Correio** um orgulho para toda a população de Uberlândia e do Triângulo Mineiro.

Era o que tinha a comunicar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço a V. Ex^a.

Antes de passar a palavra ao Senador Mão Santa, a Presidência esclarece ao Plenário que, de acordo com o Ato da Mesa nº 1, de 1997, ficou estabelecido que só seriam aprovados dois requerimentos de homenagem por mês, para o Período do Expediente e/ou Sessão Especial.

No entanto, há sobre a mesa requerimento neste sentido que, se não houver objeção do Plenário, será colocado em votação.

Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento nº 223, de 2008**, do Senador Paulo Paim e de outros Srs. Senadores, solicitando realização de Sessão Especial do Senado, a realizar-se no dia 22 de abril, destinada a homenagear o aposentado do serviço público.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mozarildo Cavalcanti, que preside esta sessão de 10 de abril, quinta-feira, às 18h49, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Senador Paulo Paim, ontem foi um dia muito

bonito para a democracia. Este Poder aguçou, plantou leis boas e justas.

V. Ex^a foi um jardineiro muito eficiente, muito competente. Sua lei visa a minorar o sofrimento dos nossos velhinhos aposentados, injustiçados, sofridos, enganados, maltratados, justamente quando o Poder Executivo, não tendo bom entendimento da democracia, fez nascer uma medida provisória de uma reforma previdenciária perversa, que V. Ex^a minimizou com a PEC Paralela.

Foi gratificante, para mim, ser o Relator de uma delas: a do fator previdenciário, que V. Ex^a ontem traduziu com muita competência ao dizer que o Brasil era o único país em que havia isso. E não podemos ficar na história como o único país que trata mal os velhinhos aposentados. Então, V. Ex^a redimiu e escreveu essa história.

Também nós médicos aqui avançamos numa melhor assistência à saúde. Lembro-me, Mozarildo, de que, quando governava o Piauí, fui convidado para vir à Comissão de Assuntos Econômicos, para opinar sobre aquela Medida Provisória nº 29. Na época, realmente, com franqueza, disse que, naquele instante, o Governo só gastava 7,5% do PIB em recursos para a saúde e que aquilo deveria ser implantado gradativamente, para que o Governo se preparasse. E faz um bocado de tempo; só aqui, estamos, há mais de cinco anos e três meses.

Ontem, então, foi um dia de grandeza, em que avançamos: 8,5% do PIB, 9%, 9,5% e 10%. Atentai bem, Senador Mozarildo Cavalcanti, à educação – de Pedro Calmon, João Calmon e Darcy Ribeiro – deu-se a parcela justa de 25% dos tributos da Constituição. E à saúde se estava a dever.

Ontem, então, avançamos muito, mas, Senador Paulo Paim, preocupa-me ainda o nosso Luiz Inácio. Ele precisa de um Richelieu lá. Foi um momento muito infeliz dele, quando, lá no interior do Nordeste, no interior do Ceará, vizinho ao meu Piauí, estimulado não sei por quem, já discursava em campanha política e dizia: “Esse juizinho não pode meter o bico na política. Se ele quiser, que saia e venha se candidatar a vereador”. Paim, os Poderes têm de ser equipotentes, igualitários, harmônicos.

O Mozarildo, hoje, fez um brilhante e corajoso pronunciamento, mostrando que devemos fortalecer o Poder Judiciário.

Mitterrand, Paim – V. Ex^a tem a sabedoria de Mitterrand, a luta de Mitterrand –, líder sindicalista, sofrido, apanhou muitas vezes, chegou a perder no primeiro turno de Giscard d’Estaing. Mozarildo, Giscard d’Estaing era do partido de Charles de Gaulle, brilhante, sete anos Presidente da França. Ganhou no

primeiro turno. Mitterrand, num jogo de inteligência, diminuiu as horas de trabalho do funcionário público, de oito para cinco horas, e ofereceu uma vacância. Dando promessa de emprego, ganhou. E aquele homem, na França, onde nasceu a democracia, no fim de sua vida, com câncer, moribundo, escreveu seu último livro, que eu li. Mitterrand não tinha mais forças e pediu a um companheiro dele, Prêmio Nobel de Literatura, que o ajudasse. Numa hora lá, ele diz: “Quero dar uma mensagem aos governantes futuros: fortaleci os contrapoderes”. Quer dizer, o presidente deve fortalecer os contrapoderes.

É sobre isso, Paim, que gostaria que o nosso Presidente meditasse. Mitterrand tinha sofrido mais do que ele para chegar ao poder, governou mais tempo e terminou sua vida com esta mensagem: para os futuros governantes fortalecerem os contrapoderes.

Os instantes em que fomos autênticos aqui fizeram nascer duas leis boas e justas, e V. Ex^a, como jardineiro, tem de estar atento para que elas floresçam e tragam os frutos.

O Mozarildo, hoje, clamava a esperança que se tem no Poder Judiciário. Não foi um momento feliz quando o Presidente disse: “Desça daí e se candidate a vereador”.

Aristóteles, lá onde nasceu essa confusão da democracia, na Grécia, disse, Mozarildo: “Que a coroa da justiça brilhe mais do que a coroa dos reis e esteja mais alta do que a coroa dos santos”. E o próprio Filho de Deus, quando passou no mundo, disse: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”. “Justiça é o pão de que mais a humanidade necessita”. Não sou eu, foi Montaigne quem disse – não vou roubar isso. Mas são fundamentos que temos de consolidar.

Quando eu disse, Paulo Paim... E como deu confusão! Como fui incompreendido! Botaram como se eu tivesse atacado a mulher, como se a tivesse desrespeitado. Abençoado por Nossa Senhora, aqui sempre disse ter uma mãe santa. E, na minha vida, gosto de Deus porque Ele fez uma mulher para mim, Adalgisa, para abraçá-la e beijá-la, há 40 anos. Deus é tão bom que, de quatro filhos, Paim, botou três mulheres; de sete netos, quatro mulheres. Gastei a minha vida para buscar ciência para a consciência e, com a ciência e a consciência, servir a minha gente. Mozarildo, minha vida de ginecologista e obstetra, ajudando na hora da dor, do sofrimento.

Eu dizia que não é só enganar, cacarejar, mentir: é a verdade. Então, o Mozarildo levou o clamor, o drama, o sofrimento do Governo, que não se está irradiando por todo o Brasil.

Quero trazer aqui, Luiz Inácio...

Mozarildo, V. Ex^a foi Deputado? Eu também fui. Fui prefeitinho, governador, deputado e senador. Então, o Luiz Inácio há de convir que é um bocado de experiência. E médico de mulheres a vida toda, ginecologista e obstetra. Imagine, em uma Santa Casa, quantas mulheres eu ajudei a dar à luz! Então, cacarejam, insultam, ofendem e fogem da verdade, mas a verdade é a que está aqui. Como o Mozarildo veio lá de Roraima, eu vim do Piauí.

Um Deputado Estadual enviou um discurso. Não sou de fazer discurso escrito, mas ele mandou. É a realidade. Foi um Deputado Estadual do Piauí, onde o Governador é do PT. Eu votei nele, no Presidente. Então, tenho um discurso. V. Ex^a leu aqui, e eu vou ler o discurso do Deputado Estadual do Piauí.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Temas de grande importância que aparecem de novo para serem discutidos, nem parece que nós já estamos no sexto ano do Governo do PT no Piauí. É possível que esses temas apareçam justamente porque o Governador do Estado não tem dado a devida atenção aos problemas de infra-estrutura deste Estado.

Fala o Deputado Roncalli Paulo, de família tradicional. Seu irmão mais velho, Sabino Paulo, foi Deputado comigo, engenheiro – hoje, é do Tribunal de Contas. Então, tradicional, do interior, da terra de São João. Ele diz o seguinte:

(...) apareçam justamente porque o Governador não tem dado a devida atenção aos problemas de infra-estrutura deste Estado.

Venho hoje a esta tribuna fazer novamente um apelo ao Governador (...) [do Piauí]. Um apelo em nome de uma pequena parcela da população do Estado, mas que é responsável pelo Piauí produtivo. Estou aqui hoje para falar em nome dos produtores dos cerrados e dos caminhoneiros que transportam esta produção.

E não é só ele, não.

Os Deputados Edson Ferreira [de São Raimundo Nonato] e João Madison [de Corrente, do PMDB] já estiveram aqui falando sobre as péssimas condições das estradas que cortam a região dos cerrados do Piauí. Mas o que trago hoje a esta tribuna são informações que chocam. Informações que nos fazem refletir e trazem sérias preocupações.

É só cacarejar, só mentira. Essa é a realidade.

Senhoras e senhores [esse é o Deputado Roncalli Paulo, do Piauí], quero falar sobre a situação de abandono em que se encontram as

estradas que cortam a região mas produtiva do Piauí. São mais de 700 mil toneladas de grãos colhidas e que os produtores enfrentam todas as dificuldades possíveis para transportar.

Os principais eixos escoadores da produção de soja do Piauí estão intrafegáveis. Isso é resultado do descaso na manutenção das estradas que com inverno rigoroso ficaram intrafegáveis. O eixo Gilbués/Santa Filomena na PI-254, eixo Sebastião Leal à PI-254, eixo Uruçuí/Bertolínea PI-247, sem falar nas péssimas condições do eixo coletor da Transcarrados, de mais de 300 quilômetros, que atravessa as serras de Estiva, serra do Uruçuí e serra do Quilombo. E do trecho da BR-135 que liga Bom Jesus à serra do Quilombo. E ainda sem falar no eixo PI-391, região de Cruzeta da Pratinha em Uruçuí.

São estradas que cortam mais de 8 milhões de hectares produtivos e que não tiveram a devida atenção do Governo do Estado [Governo do PT e, conseqüentemente, do Governo Federal]. São estradas, e pasmem senhores, onde se gastam mais de seis horas...

Atentai. Na de vocês, não se pode nem entrar de noite porque não deixam, tal a desorganização neste País. É em Roraima, atentai bem. Um brasileiro e uma brasileira não podem transitar pelas estradas à noite porque os índios as fecham. Isso tem de vir à tona. Hoje, o Senador Mozarildo Cavalcanti trouxe a questão.

“... mais de seis horas para percorrer 100 quilômetros, de caminhonete”. Ô Luiz Inácio, não vamos cacarejar, não. Não dá!

Diz aqui Roncalli Paulo:

“... mais de 6 horas para percorrer trechos de 100 quilômetros, de caminhonete, avaliem quanto tempo e o tamanho do prejuízo de não ter o produtor para retirar sua carga.

Este é um exemplo apenas do caso da estrada que liga Gilbués a Santa Filomena.

São trechos, Senhoras e Senhores, onde hoje um produtor e um caminhoneiro chegam a pagar R\$100 para que tratores retirem cargas do atoleiro. O desespero dos produtores é imensurável.

São relatos que me trouxeram os próprios produtores da região.

Bota aí. Olha aqui. Olha aqui, Luiz Inácio! Em verdade em verdade vos digo – assim falava Cristo. Está aqui um trator e um carreto de um caminhão. Não

é fazendo estrada, não. É rebocado. Então, eles têm que um trator... Luiz Inácio, atentai bem!

Mozarildo, Pedro II governou este País – o estadista Pedro II; compre o livro *As Barbas do Imperador*, escrito por uma mulher, pesquisadora. Ele só viajou três vezes, em 49 anos: uma para o Egito, outra para Europa e outra para a América. Três: uma, duas e três. Luiz Inácio, em 49 anos, Pedro II só viajou três vezes. Uma dessas, ele escreveu: “Izabel, minha filha, lembre-se de que o maior presente que você pode dar a um povo é uma estrada”. Estrada, a importância; nós já aprendemos, Luiz Inácio! Pedro II: “Izabel, minha filha, lembre-se...” – porque ela ficou governando; foi muito bom o governo de uma mulher; que mulher!: política, inteligente, brava e brilhante. Isso, sim! Isso nos inspira, essa mulher! Essa mulher brilhante! Num desses lances, ela libertou os escravos. E o seu pai mandou uma carta: “Lembre-se de que o melhor presente que você pode dar para um povo é uma estrada”. Depois, veio outro Presidente da República, Luiz Inácio, e disse: “Governar é fazer estradas” – Washington Luís. Depois veio o nosso Juscelino Kubitschek, que governou Belo Horizonte, Minas e o Brasil com o binômio: energia e transporte.

É isso que nós queremos pedir, e o Roncalli Paulo.

Está aqui o trator. Olha como está o Piauí: plantam a soja, mas tem de ter o trator e pagar, nos pontos críticos, para rebocar. Está aqui a fotografia: os tratores rebocando nos cerrados, puxando as carretas. Tem lá nos pontos críticos. O cara lá está ganhando a vida, com trator para rebocar as carretas.

E o Governo do Estado se recusa até mesmo a ajudar com o abastecimento de combustível para os tratores que os próprios produtores colocaram à disposição do DER para realizar os reparos das estradas. [São os próprios produtores! Roncalli Paulo, Deputado Estadual.]

Na Cooperativa Nova Santa Rosa está apenas um dos exemplos do prejuízo que as condições dessas estradas podem causar para o Estado. As dificuldades do escoamento da safra podem culminar na perda de mais de 200 mil toneladas de soja. Isto porque a capacidade de armazenamento das fazendas não suporta a grande produção sem o escoamento.

Evidentemente, o inverno bom para os grãos; mas não tem armazenamento, não tem transporte. Então, caiu o preço. Viu, Mozarildo? Caiu o preço. Era R\$ 50,00 e já estão vendendo por R\$ 30,00. Não tem lugar para armazenar, e o homem do campo, infelicitado.

O prejuízo não é só para a produção. A população destas regiões sofre com a majoração de preços dos produtos. A alegação dos empresários é a mesma, as péssimas estradas tornam as cargas mais caras.

Eu quero ainda chamar a atenção ao fato de que é mais fácil realizar a manutenção das estradas do que refazê-las, já que um quilômetro de estrada naquela região pode custar até R\$200 mil.

Além do prejuízo, o resultado de todo este descaso vem sendo a revolta dos produtores, que hoje questionam a atenção que o Governo do Estado vem dando àquela região [é porque o Governador é do PT...].

Sem poder questionar e sem serem atendidos pelo Governo, os produtores encontram em placas que se espalham ao longo das estradas que cortam os cerrados com os seguintes dizeres...

Tem placa, Mozarildo. Olha aqui, esse Deputado é bom mesmo, Deputado Roncalli. Olha a placa aqui. Olha escrito aqui, Mozarildo. Bota lá, grandão, para ver aquilo lá. Olha aí as placas... Os produtores foram homens que saíram... No meu Governo, só num dia chegaram 300 famílias gaúchas. A Cooperativa Cotrirosa. Foram com a esperança, com a experiência dos seus avós e pais, que não tinham mais terra, foram para o Piauí produzir e trabalhar. Olha o que eles escrevem aqui nas placas. Está aqui a fotografia. Bota lá:

Estrada Transcerrado também conhecida como estrada da vergonha e das promessas (interditado). Por abandono, falta de visão do Ministério Público, Transporte, Dnit, falta de respeito com o cidadão, falta de interesse de trabalhar e licitar. Futuro maior anel de soja, corredor da produção do Brasil e do mundo esquecido no tempo.

Trecho entre Perfil Paulista, Cotrirosa, Laranjeira, Ubirajá, Quilombo, Gilbués (isolados). Sujeito a paralisação a qualquer momento, por tempo indeterminado, por agricultores/moradores. Movimento pela divisão do sul do Piauí e formação de um Estado novo Gurguéia. (sic)

Está aqui a placa. São eles, esses homens que saíram do Sul, com a sua competência, com a cultura dos seus avós, foram adquirir terras. Olhem as placas.

Outra placa escrita aqui, citada pelo Deputado:

Empresários, agricultores e caminhoneiros, bem-vindos ao maior chapadão agrícola do Brasil e do mundo. Acima de nove milhões de hectares agrícolas. Estrada Transcerrados eleita a pior estrada do Brasil [a gente vê só cacarejar, propaganda. Está aqui]... e do mundo. É assim que governantes do Estado do Piauí dão incentivo e acolhem a quem vem produ-

zir, trabalhar e gerar divisas ao futuro maior seleiro da produção agrícola da última maior fronteira do Brasil e do mundo.

Esta é a revolta do produtor. E que nos revolta também e eu apelo novamente à Senhora Diretora do DER [...], ao Senhor Diretor do Dnit [...], que olhem para aquela região com mais atenção.

Apelo para o Senhor Governador.

Apelo para que ele deixe de ir àquela região de avião e vá de carro, ou melhor de carreta. Talvez assim sentindo na pele o drama que hoje sentem os produtores, os caminhoneiros e a população que usa aquelas estradas, os problemas se resolvam.

Apelo para que se pare de trazer ao Piauí Ministros para assinar ordem de serviço de estradas com trechos de menos de cinco quilômetros.

Só indo, assinando papel, cacarejando, cacarejando.

Uma vergonha. O Governo comemorar a vinda de um Ministro que visita obras inacabadas, obras que há anos esperam por recursos federais, como a Ponte do Sesquicentenário.

Mozarildo, sesquicentenário são 150 anos. Teresina vai fazer 158 anos.

Brasileiros e brasileiras, isso é Governo? Olha, eu fiz... Vou ser justo. O Heráclito fez uma ponte, no mesmo rio, em 100 dias. Eu, brincadeira, governei... Ele foi Prefeito de Teresina, e eu Governador. Aí, eu fiz uma em 90 dias – mas não dá rivalidade – com engenheiro do Piauí, Engenheiro Lourival Parente, construtora do Piauí, operários e dinheiro do Piauí. Na comemoração dos 150 anos, eles prometeram. Teresina vai fazer 158, e só o esqueleto, só cacarejando.

Dizem que tem aeroporto internacional, Mozarildo, na minha cidade. Olha, não tem mais nem teco-teco. Em São Raimundo Nonato só tem jumento na pista. É só cacarejar, mentir. Aí, falam de galinha. As galinhas cacarejam uma verdadeira obra. Elas põem ovos. Isso aqui é só mentira. Essa é que a diferença! Essa é que é a diferença!

Está aqui o Deputado:

Uma vergonha. O Governo comemorar a vinda de um Ministro que visita obras inacabadas, obras que há anos esperam por recursos federais, como a Ponte do Sesquicentenário.

“Uma vergonha!” Isso é o Deputado Estadual. Não gosto de ler discurso. Falo do coração, do conhecido. Estou lendo um discurso do Deputado Estadual Roncalli Paulo, com um aparte do Deputado Edson Ferreira, dos Democratas, e João Mádisson, do PMDB.

O Governo comemorar a vinda de um Ministro para realizar assinatura de ordens de serviço e obras que ficam muito aquém do que andam realizando, com recursos próprios...

As obras que eles anunciam são menos que as obras com recursos próprios de muitos Prefeitos do Piauí. Só demagogia. Vão lá e...

Como foi esta semana recebida a Ministra do Turismo [É ele que está dizendo, não sou eu. Está ali o Eduardo Suplicy], Marta Suplicy. O que se gastou com a recepção da Ministra poderia ter sido revertido em investimentos nos cerrados, poderia ter sido gasto em óleo diesel para as máquinas das produtoras fazerem a manutenção das estradas.

É o Deputado Estadual do Piauí.

Como é que a gente pode chamar este Governo de Governo do desenvolvimento quando não se tem a infra-estrutura básica para o desenvolvimento, estradas e educação.

Falei aqui do problema dos produtores, e aproveito a oportunidade e abro a discussão para o drama dos professores da Universidade Estadual do Piauí, que estão desde o dia 17 de janeiro tentando falar com o Senhor Governador do PT.

Quer dizer, desde 17 de janeiro, e ainda não atendem os pobres professores.

Queríamos aqui apenas alertar. Está aqui no e-mail recebido:

Estou encaminhando o discurso a ser proferido na sessão de hoje na Assembléia Legislativa do Piauí e gostaria que esse tema fosse repercutido por ser de grande interesse para os que sofrem com os prejuízos causados pela má conservação das estradas na região dos Cerrados.

Então esse é o retrato.

O Luiz Inácio está viajando. D. Pedro II só fez três viagens. Getúlio Vargas também, umas três, e Getúlio governou por 19 anos – 15 e mais 4. Ele está viajando, eu não sei. Mas eu deixo aqui um apelo ao Ministro do Transporte, esse pronunciamento do Deputado Estadual, ao Ministro da Integração, que é do meu Partido, ao Ministro da Agricultura, que também é do meu Partido.

E nós queríamos então... quer dizer, além do sofrimento...

Eu queria lembrar ao Luiz Inácio o seguinte: esse Fernando Henrique Cardoso que está aí é um homem preparado. Estou dizendo porque também sou prepa-

rado, eu estudei muito Tenho 65 anos, e foram muitos quilômetros de livro, de páginas. Então, Mozarildo, Jack Welch – já ouviu falar de Jack Welch? – foi o maior administrador da GE. Bill Clinton, Luiz Inácio, sabidão... O americano gosta de jogar aquele golfe. Você já jogou, Mozarildo? Aquilo leva a manhã toda, entra pela tarde. É muito buraco. E o Bill Clinton convidava o Jack Welch, que é tido como o maior administrador. Então, Jack Welch diz em seus livros, que estão aí, que esse negócio de inventar era só para o Einstein. Ele mandava os técnicos dele percorrerem o mundo, e o que tinha de bom, ele copiava e fazia nas empresas dele.

Luiz Inácio, Fernando Henrique Cardoso sofreu um grande drama, que foi aquele negócio de apagão – eu não sei onde você estava Mozarildo, mas eu governava o Piauí. Não choveu – o homem não escolhe a época –, não chovia. A seca secou todos os açudes que hoje estão cheios, estavam todos secos, e era hidráulica a nossa energia.

Ele inventou uma Câmara de Gestão. Para dirigi-la, arrumou um rapaz, filho de piauiense, Pedro Parente, um técnico honrado, trabalhador. Rapaz, o Ministro da Fazenda e todos os outros obedeciam ele, o Ministro das Minas e Energia, Ministro dos Transportes. Tirou o País do apagão. Por isso nós não tivemos; enfrentou...

Então, é hora de o Luiz Inácio criar também aquilo que deu certo: câmaras de gestão – eles chamavam de gabinete de emergência – para resolver o que está atentando ele, a dengue – aquilo é uma vergonha! Vamos criar uma câmara de gestão, assim como Fernando Henrique criou. Era um super-ministro esse Pedro Parente: o Ministro da Fazenda e todos obedeciam a ele, e saímos do apagão. Essa dengue é desmoralizante para nós todos.

Também deveria criar uma câmara de gestão para resolver esses problemas do Nordeste. É lógico que vão acabar as chuvas, mas essa infra-estrutura... Quer dizer, além de milhares e milhares de desabrigados, vamos ter as conseqüências da pobreza, porque não foi a produção...

E queria dizer outra coisa ao Luiz Inácio. Outro dia o Vice-Presidente também falou em Frank Delano Roosevelt – ele tem mais dinheiro do que eu, mas sou mais preparado do que ele.

Atentai bem: querendo justificar o terceiro mandato, José de Alencar – pensei que ele tivesse juízo – disse que o povo queria dar um terceiro mandato a Luiz Inácio – disse isso em cadeia de jornal e televisão paga pelo Governo! Ele disse: “O que é que importa? Franklin Delano Roosevelt não teve três?” Eu quero dizer que não: ele teve foi quatro. Franklin Delano Roosevelt foi quatro vezes Presidente dos Estados Unidos,

mas foi durante a guerra, foi na recessão – todos se lembram daquele programa dele, o *New Deal*. Quatro vezes! Mas o norte-americano viu que não era bom e mudou a Constituição: hoje só pode duas vezes – está aí o Bill Clinton: novo, bonito, fofinho! Não pode mais, só pode duas vezes. E aqui ele insiste...

Mas o Franklin Delano Roosevelt – ô, José de Alencar, ensina aí ao Luiz Inácio – disse uma frase que é muito oportuna com esse discurso do Roncalli. Primeiro, foi na recessão, na guerra. Ele virava para o norte-americano e dizia: “Arrume um trabalho. Trabalho. Norte-americano, trabalhe” – depois da guerra, da recessão. “Se não der certo, persista. Se não der certo, arrume outro trabalho. Tem trabalho”. Ele encaminhou o povo norte-americano para o trabalho.

Rui Barbosa já disse: “A primazia é do trabalho e do trabalhador, ele é que faz as riquezas” – eu estou dizendo que nós temos muitos ensinamentos para ele.

Então, trabalho. E ele foi mais adiante no campo de que Roncalli fala: “As cidades podem ser destruídas, mas elas ressurgirão com a força do campo. Agora, se o campo for destruído, a cidade morre de fome”.

Então, é o campo que, aqui, está sendo destruído.

E ele ainda foi adiante, Mozarildo, ele disse: “Eu vou botar um bico de luz em cada fazenda”. Energia! Juscelino: energia e transporte. Mas ele disse, foi palavra dele – voz de galinha, parece que vão tirar do vocabulário –, que tivesse uma galinha na panela de cada fazenda. Quer dizer, tendo comida, este País será rico.

E aquele país é rico não é pela tecnologia de produção de carro – você sabe que hoje o Japão produz mais –, é pela produção da agricultura de grãos: eles produzem entre seiscentas e setecentas toneladas de grãos e alimentam o mundo.

Então, eram essas as palavras que queria trazer aqui hoje. A história está aí para nos ensinar o que Franklin Delano Roosevelt fez pelo campo.

Querida, portanto, registrar o discurso desse bravo Deputado Estadual e dizer o seguinte ao Luiz Inácio: ele viaja muito. Você já foi, Mozarildo, ao México? Pois vá! O Palácio é bem na praça do centro.

Rapaz, eu esqueci o nome do general, mas tem uma frase que eu nunca esqueci e que eu queria dizer para o Rei Inácio. Ele disse assim: “Olha, eu prefiro o adversário que me leve a verdade do que um aliado mentiroso – um alopado mentiroso e enganador que fica cacarejando medidas que não existem! A verdade! A verdade! O Mozarildo trouxe a verdade aqui e eu a estou trazendo. Então, a bem da verdade, esta é uma colaboração para o Governo Luiz Inácio.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Transcorre hoje o primeiro dia em que as matérias constantes dos itens n°s 1 a 6, medidas provisórias, constam da Ordem do Dia.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens da Ordem do Dia transferidos para a sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 15 de abril:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 385, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º, do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2008, que *altera a redação da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para dar novo prazo à aposentadoria especial de trabalhador rural empregado e para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991, e trata do Programa de Aquisição de Alimentos, PAA, instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. (proveniente da Medida Provisória nº 385, de 2007).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 7.10.2007)

Prazo final (prorrogado): 25.5.2008

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 405, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º, do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 405, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de cinco bilhões, quatrocentos e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e sete mil e seiscentos e sessenta reais), para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 15.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 28.5.2008

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 406, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º, do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 406, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão duzentos e cinquenta milhões, setecentos e trinta e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 18.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 31.5.2008

3-A

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 407, DE 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 407, de 2007, que autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais; e altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União; as Leis nºs 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNTI e no Ministério da Cultura, respectivamente; e a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura.

3-B

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 408, DE 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 408, de 2007, que abre crédito extraordinário em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais, para os fins que especifica.

3-C

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 409, DE 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 409, de 2007, que abre crédito extraordinário em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais, para os fins que especifica.

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007*.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto*

aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*.

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

16

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande, favorável.

17

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa*

nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

18

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

19

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comprometimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.*

Pareceres sob os nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável com as Emendas nºs 1 a 12 – CCJ, que apresenta; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável com as Emendas nºs 13 a 18 – CDR, a Subemenda nº 1 – CDR à Emenda nº 9 – CCJ, e pela aprovação das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 11 e 12 – CCJ.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003,

na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999,

na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos*.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Con-

sumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação

escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 703, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea; e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

48

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que *sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

49

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

50

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado.*

51

REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta,

solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder do cartel colombiano.

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

52

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

53

REQUERIMENTO Nº 1.072, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro “A era da turbulência: aventuras em um mundo novo.”*

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo.

54

REQUERIMENTO Nº 1.176, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, *solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

55

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

56

REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, *solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.*

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

57

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas.)*

58

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352,*

de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas.)

59

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

60

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)*

61

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família.)*

62

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização*

e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)

63

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica.)

64

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)

65

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)

66

REQUERIMENTO Nº 352, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio

Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)

67

REQUERIMENTO Nº 358, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)

68

REQUERIMENTO Nº 368, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – O Senador Arthur Virgílio enviou discurso à Mesa, que será publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, agora, no Google! É uma iniciativa de populações nativas da Amazônia. Para lembrar Gabriel Garcia Márquez, o que será mostrado pelo Google é a *Crônica da Realidade Anunciada* sobre a Devastação da Floresta Amazônica. O Google vai mostrar o quadro verdadeiro da devastação da Amazônia.

Não é nada primoroso para o Brasil, mas lá fora o País está sendo apontado como destruidor maior de florestas.

O Governo insiste em proclamar que as derrubadas de matas estão em declínio. Não está. E de nada adianta aquele trejeito de boneco de ventríloquo com que alguns deste Governo aprontam um quadro róseo da preservação da Amazônia!

Imagino que o Governo Lula de nada sabe a esse respeito. E acha que as afirmações que vêm do exterior não são verdadeiras.

E, por isso, talvez, pensa o Governo em contratar assessores de imprensa para *mudar* a imagem externa do Brasil. Está na coluna de hoje da jornalista Mônica Bérigamo, da **Folha de S.Paulo**:

(...) Situações pontuais

O governo Lula está contratando assessoria de imprensa “para promover o Brasil no exterior”. A Casa Civil justifica a despesa alegando que “a imagem do país no exterior apresenta aspectos negativos, principalmente nos países desenvolvidos, e é amplificada, devido a situações pontuais”. A assessoria vai funcionar permanentemente nos EUA, com apoios na Europa e na Ásia.

TIC-TAC

Para cargos de coordenação, a remuneração será de mais de R\$ 800 – por hora.

Será tempo perdido e dinheiro gasto à-toa.

A receita é outra e passa longe desse estilo chaparanga à lá TV-Brasil:

Para que falem bem, basta trabalhar bem! Nada parecido com o que o País assiste na atualidade.

O cenário do Brasil de hoje não é cor-de-rosa, como anuncia o Governo. Não é! No mesmo dia em que a gente da terra amazônica sai em defesa da Floresta, via Google, o Banco Mundial confere um título ao Governo Lula:

(...) O Brasil é o maior desmatador do mundo!

Aí está! Não seria por acaso o Governo Lula um intomato cantador de versos que forcem a realidade? E sai por aí, proclamando aos brasileiros que, desde Cabral, nunca houve um Governo como o de Lula?

Ao menos ele é agora detentor do reconhecimento do Banco Mundial. Pegue logo, Presidente, guarde que o lauréol é seu. É o Láureo de Ouro!

Por que o Brasil de Lula ganhou um troféu dessa natureza, que só entristece? Ganho porque é o campeão do mundo em devastação florestal.

Nesse triste campeonato, não venha esse Governo insinuar que o povo entoe marchinha parecida com aquela da “A Copa do Mundo é nossa!”. Não é não! É do Governo.

Pelos dados do relatório divulgado ontem pelo BIRD, o Brasil, maior desmatador do mundo, bate longe o segundo colocado, a Indonésia: 31 mil km² para o Brasil, 18 mil para a Indonésia.

A média anual brasileira é de 31 mil km².

O tema vem à baila na antevéspera da Conferência de Londres sobre Aquecimento Global, nos dias 29 e 30. O relatório do BIRD sem dúvida será debatido à exaustão nesse encontro.

Os dados procedem de boa fonte e dizem que a Amazônia é onde mais se desmata no Brasil. Esses informes, todos técnicos, baseados em levantamentos feitos por satélites, integram o Relatório de Monitoramento Global 2008, criado para avaliações acerca do status de cumprimento das chamadas Metas do Milênio.

O documento revela que a perda de área florestal no planeta foi de 73 mil km² anualmente, no período de 2000 a 2005.

Sr^{as} e Srs. Senadores, mais do que nunca é necessário ampliar as ações em defesa da Amazônia. Do contrário, o futuro do Brasil estará irremediavelmente perdido.

Nunca será demais lembrar que a Amazônia é a região estratégica por excelência e dela depende o futuro do País.

Por isso, saúdo como ação que vem ao encontro dos propósitos de preservação da Floresta Amazônica o mapeamento de queimadas na região. A iniciativa, a ser implantada nos próximos dois meses, é do Instituto Nacional de Pesquisas Especiais.

O sistema destina-se a localizar os focos de queimadas e sua extensão, conforme relata matéria da jornalista Afra Balazina, publicada hoje pelo jornal **Folha de S.Paulo** e que está sendo anexada a este discurso.

E para que igualmente constem dos Anais do Senado da República, estou anexando a este pronunciamento as matérias publicadas hoje pelo jornal **O Estado de S. Paulo**.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Relatório aponta Brasil como maior desmatador

Um novo relatório divulgado ontem pelo Banco Mundial (Bird) mostra que, entre 2000 e 2005, o Brasil foi o país que mais desmatou no mundo. Seriam 31 mil quilômetros quadrados de floresta derrubada anualmente, segundo o órgão. Em segundo lugar aparece a Indonésia: 18,7 mil km² por ano. Em terceiro está o Sudão, com 5,9 km².

A Amazônia é onde mais se desmata no Brasil. Os dados oficiais do governo brasileiro, computados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), indicam taxa de derrubada média anual na região de cerca de 22 mil km² - ainda que dois dos três maiores índices já registrados sejam de 2004 (27.379 km²) e 2003 (25.282 km²). O Inpe não monitora outros biomas, como o cerrado e a mata atlântica.

As informações do Bird fazem parte do Relatório de Monitoramento Global 2008, que avalia o status de cumprimento das Metas do Milênio. De acordo com ele, a perda de área florestal no planeta foi de 73 mil km² por ano entre 2000 e 2005. A África Subsaariana é a região que mais derrubou, cerca de 47 mil km² - a América Latina e Caribe aparecem com 41 mil km².

O leste asiático e a região do Pacífico surgem com um incremento florestal, devido especialmente a projetos de reflorestamento mantidos na China. Esse movimento mascara os altos índices de desmatamento registrados na Indonésia.

Além disso, nos últimos anos, a Indonésia cresceu sua taxa de desmatamento de florestas tropicais para alimentar o mercado mundial, especialmente o europeu, de biocombustíveis. Grandes regiões do país foram derrubadas e queimadas para dar espaço a plantações de dendê, afirmam organizações não-governamentais e observadores independentes. Como o país não mantém um programa de acompanhamento de desmatamento, como o Brasil, a extensão dos danos é estimada.

SUSTENTABILIDADE

O relatório indica que a redução dos índices mundiais de pobreza não será sustentável se florestas forem perdidas, estoques de peixes, reduzidos e o solo, degradado. "A extinção de recursos naturais e a degradação ambiental comprometem a perspectiva de crescimento em longo prazo de muitas nações em desenvolvimento", escrevem os autores.

O Bird pede uma ação global coordenada para controlar as mudanças climáticas e lembra que eventos extremos, como secas e enchentes, afetam principalmente os mais pobres.

CRISTINA AMORIM, COM REUTERS (O ESTADO DE S.PAULO)

Google põe serviço no ar em 2008, após líder indígena brasileiro pedir ajuda para mapear área

Jamil Chade, GENEBRA

O Google está prestes a colocar na internet, com acesso aberto, mapas detalhados da devastação na floresta Amazônica. A iniciativa surgiu após um pedido de ajuda do líder indígena Almir Suruí ao Google Earth para mapear a terra de sua tribo e, assim, protegê-la do desmatamento. A tribo fica no município de Cacoal, em Rondônia, e faz parte da Terra Indígena Sete de Setembro.

Em entrevista ao Estado, a diretora dos programas do Google Earth, Rebecca Moore, disse que ainda neste ano o site terá os mapas, que ficarão disponíveis para qualquer internauta. A iniciativa deve lançar ainda mais pressão sobre o governo, já que qualquer pessoa poderá acompanhar onde a floresta está desaparecendo. Atualmente, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), órgão ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, já publica na internet imagens de satélite de desmatamento na Amazônia. Porém, elas estão "brutas", o que pode dificultar a visualização e o entendimento pelos leigos.

Tanto para a tribo dos índios suruí, de 1,2 mil habitantes, como para o Google a iniciativa é considerada "histórica". O Google Earth é um serviço de imagens de satélite e mapas via internet acessado diariamente por milhões de pessoas.

O pedido foi feito há cerca de um ano e, agora, a empresa diz estar prestes a concluir seu trabalho de mapeamento, mas não divulgou de qual satélite utilizará as imagens. "O Brasil será um local estratégico. Imagine o quanto poderia salvar em termos de florestas com essas imagens", afirmou Rebecca.

Ontem, o Google colocou no ar imagens e textos em inglês dos esforços do líder Almir Suruí em sua tribo. "Podemos ver como as terras desses indígenas estão cercadas de desmatamento", disse Rebecca. Entre as informações no site, está a constatação de que, nos últimos cinco anos, 11 líderes indígenas na região foram assassinados. Almir, segundo o Google, estaria obstinado com a missão de salvar seu território, colocando correntes e barreiras para evitar invasões.

Amanhã, o índio estará em Londres e será a estrela no anúncio do Google de seus novos projetos de mapeamento no mundo. "Almir foi escolhido como um dos 35 personagens identificados no mundo e que podem ser considerados como heróis na defesa dos direitos humanos", disse Rebecca. A empresa, porém, afirma que não vai se limitar a colaborar só com Almir Suruí. "Temos um número importante de organizações não-governamentais (ONGs) nos procurando para saber como podem mapear áreas na floresta para fortalecer o controle e evitar o corte das árvores. Estamos estudando uma série de projetos nesse sentido", afirmou a executiva.

Questionada se o governo brasileiro já havia sido consultado sobre a divulgação das novas imagens, Rebecca evitou responder. "Não posso falar ainda muito sobre isso. Mas tenho certeza de que todos ficarão impressionados com o que verão."

O Google ainda pretende adicionar palavras na língua falada pelos integrantes da tribo nas ferramentas de busca da empresa americana. Mas Almir Suruí diz que não vai fornecer ao Google informações sobre como utilizar os recursos da floresta para curar doenças.

O ESTADO DE S.PAULO, edição de 9/4/08

Inpe vai mapear queimada na Amazônia

Para cientistas, padrão de degradação da floresta mudou e fogo precisa ser monitorado tanto quanto o desmatamento

Instituto promete sistema que verifique extensão dos incêndios; cientista diz que fogo mais freqüente é efeito do aquecimento global

AFRA BALAZINA
DA REPORTAGEM LOCAL

Governo e pesquisadores estão iniciando um esforço para mapear um tipo de dano à floresta amazônica que tem recebido menos atenção que o desmatamento, mas que pode ter se tornado um protagonista da devastação: o fogo.

Alberto Setzer, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que coordena o monitoramento de queimadas por satélite, afirma que em dois meses deve estar pronto um sistema para verificar a extensão dos incêndios na floresta. Hoje, é possível saber o número de focos de queimada, onde eles estão e quando ocorreram, mas não há como estimar o tamanho das áreas atingidas.

Segundo ele, a maioria das ocorrências na Amazônia são intencionais. "Hoje se percebe que o que realmente está sendo fundamental na degradação da floresta é o fogo", afirma.

O gerente do Programa de Monitoramento por Satélites do Inpe, Dalton Valeriano, diz que acaba de ser decidido cruzar os dados do sistema Deter (Detecção do Desmatamento em Tempo Real) com os de queimadas. "Dessa forma, será possível fazer um indicador mais completo, que mostre a relação entre queimadas recorrentes e o desmatamento."

O governo do Mato Grosso desde janeiro vem contestando os dados do Deter. Para o Estado, áreas classificadas como desmatadas pelo sistema são locais onde a floresta foi degradada há oito anos ou mais.

O Deter engloba os pontos degradados na conta da devastação porque, para o sistema, as áreas nas quais o sinal espectral (luz que o satélite capta) de solo é maior que o de vegetação já não funcionam como floresta.

Para o Inpe, o padrão de degradação mudou na Amazônia: áreas de floresta em pé vêm sendo queimadas ano após ano, mas isso aparece tarde demais nos dados do Deter. Uma nova ferramenta é necessária, avaliam os pesquisadores, para flagrar esse processo em curso.

Aquecimento global

O ecólogo Daniel Nepstad, do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) e do

Woods Hole Research Center, afirma que muitas vezes a área de floresta queimada é maior que a desmatada. Ele cita em artigo um exemplo de 1998, ano em que houve uma seca extrema e 39 mil km² pegaram fogo -duas vezes a área de floresta cortada naquele ano.

Para ele, o aumento da área queimada já é um reflexo do aquecimento global: altas temperaturas e ventos mais fortes, aliados à seca prolongada.

Nepstad notou o problema de forma marcante no segundo semestre de 2007, durante uma queimada experimental -realizada há cinco anos numa fazenda em Mato Grosso.

O fogo, que normalmente levava cinco dias para queimar os 50 hectares da área do experimento, fez o serviço em dois.

De acordo com ele, é comum nascer capim -altamente inflamável- nas áreas que tiveram incêndio, o que aumenta os riscos de novos focos. "É um ciclo vicioso", diz.

Na opinião de Valeriano, as queimadas são reflexo da exploração de madeira e não do aquecimento global. "A floresta fica mais aberta, entra mais sol e o material seca."

Segundo ele, nos sobrevôos realizados recentemente na Amazônia para verificar desmatamentos, notou-se muitas áreas carbonizadas.

Edição especial

A Amazônia é o tema de uma edição especial da revista "Philosophical Transactions of the Royal Society, B". A publicação foi baseada numa conferência realizada há um ano em Oxford, Reino Unido.

Alguns dos artigos abordam a seca, fator de risco para as queimadas. Um dos textos, de pesquisadores do Inpe, explica que a seca-recorde de 2005 ocorreu pelo aumento da temperatura no oceano Atlântico (e não em razão do fenômeno El Niño).

Como o aquecimento do oceano é visto como tendência do aquecimento global, esse tipo de seca pode ficar mais comum na região.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 26 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR JARBAS VASCONCELOS NA SESSÃO DO DIA 13 DE MARÇO DE 2008, QUE ORA SE REPUBLICA PARA FAZER CONSTAR RETIFICAÇÕES EFETUADAS PELO ORADOR.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta Casa precisa urgentemente atualizar, modificar, fazer avançar seu Regimento Interno. É impossível! Nós nos inscrevemos e demoramos muito para usar da palavra. Desde as 14h30min estou aqui para falar e apenas agora, quase 17h, consigo chegar

à tribuna. Os Líderes inscrevem-se à vontade e falam antes dos oradores. Mas como esta Casa está vivendo um péssimo momento, talvez a alteração do Regimento Interno seja vista com menos importância – não estou me dirigindo a V.Ex^a, mas, sim, à Casa de modo geral.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a sessão de anteontem, que terminou por volta das três horas da madrugada, destinada a apreciar a medida provisória enviada pelo Presidente da República sobre a criação de uma TV pública realmente marcou – e a Casa tem uma história muito longa – o momento mais degradante que vi desde a minha posse. Foi uma sessão pífia, insana, sem entrar no mérito da criação da TV pública. Não tenho questionamentos maiores a fazer sobre a implantação de uma TV pública. Acho importante, até porque a sua criação está prevista na Constituição de 1988. Seria relevante – o Senador Pedro Simon chamou a atenção de todos para isto – que essa televisão não fosse criada por meio de medida provisória, para que todo o Brasil pudesse debater o assunto.

Estamos passando por uma fase no País em que o Presidente da República faz tudo, muito mais do que fizeram, em regime de exceção, os generais ditadores. A sessão de anteontem, portanto, não poderia passar sem um registro de nossa parte.

Aqui não tenho papel de liderança, sou um dissidente do meu Partido, o PMDB, mas eu não poderia deixar de registrar o meu repúdio, a minha indignação com esse comportamento. A medida provisória, por si só, já proíbe, já não permite discussão. E a liderança do Governo, por porta de travessa, arrumou um expediente dentro desta Casa para restringir ainda mais o debate, estabelecendo número de oradores para se discutir a medida provisória que cria a TV pública. É realmente inconcebível engolir isso. É intolerável passar pela tarde de anteontem e pela madrugada de ontem sem qualquer protesto – e um protesto veemente – pela insanidade cometida no plenário deste Senado.

Nós tivemos, como lembrou a atuante Senadora por Tocantins, Kátia Abreu, um final de ano no plenário do Senado que chamou a atenção de todo o País. A Oposição, com um mínimo de organização, mais uma vez, conseguiu derrotar a renovação da CPMF. E a maioria dos Senadores que votou assim o fez para reduzir a carga tributária. Naquele momento, os Senadores não votaram contra o Presidente Lula; não votaram contra o PT nem contra quem quer que fosse. Votaram, de forma clara e transparente, a favor da redução da carga tributária. O Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo. O País cresce, mas cresceria muito mais se o Presidente cuidasse da infra-estrutura do País. Estamos exportando, mas exportaríamos muito mais se investíssemos em estradas-de-ferro, rodovias, aeroportos, portos. Não temos nada disso, e o País milagrosamente ainda consegue ter uma pauta de exportações bastante saudável. Nossa luta foi pela redução da carga tributária.

Acabou o ano, Sr. Presidente, com a promessa solene de Sua Excelência o Presidente da República e da Liderança do Governo de que não haveria substituto para a CPMF. O Governo tinha absorvido a derrota. Reconheciam alguns setores do Governo que a carga tributária estava excessiva e que o Governo procuraria iniciar 2008 sem aumentar impostos. Mentira! Tudo mentira! Começou o mês de janeiro e o Presidente da República anunciou aumento de novos impostos. O Ministro Guido Mantega teve a desfaçatez de ir à televisão para dizer que aquela promessa valera até o dia 31 de dezembro, e que, a partir daquele momento, o Governo estava livre para criar algo que substituísse a ausência da CPMF. Mas vejam V.Ex^{as}., Sr. Presidente, Srs. Senadores, algumas manchetes. **O Estado de S. Paulo** de 27 de fevereiro deste ano: “Receita cresce

20% após fim da CPMF. O fim da CPMF não afetou o desempenho da arrecadação de impostos e contribuições federais”. *Valor Econômico*: “O impressionante salto das receitas federais em janeiro”, um editorial de três de março do corrente. Outra matéria comenta: “Gastos e carga tributária elevada são mantidos”. Sr. Presidente, a impressão que se tem é a de que o Presidente da República quer fazer o País de tolo, de bobo, e a população, de idiota. As instituições não são respeitadas. Recentemente, sofreu agressão o Judiciário na pessoa – nada mais, nada menos – do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o Ministro Marco Aurélio Mello, que pode até ter provocado um equívoco por ter se antecipado ao manifestar opiniões sobre processos que ainda não lhes chegaram às mãos, mas nada merecia o ataque deferido no Nordeste pelo Presidente da República, de forma desmoralizante, contra um dos Poderes da República. Eu não me refiro a órgãos, mas, sim, ao Poder Judiciário. Sr. Presidente, esta Casa andou tratando de outros assuntos, e o Presidente foi poupado de uma análise maior do Plenário do Senado Federal. É verdade que vários Senadores abordaram o fato – que aconteceu num final de semana – e denunciaram, mas isso passou ao largo. Porém, no dia 1º de março, ele mereceu um editorial – não se trata de uma opinião política, mas de um editorial da **Folha de S. Paulo** intitulado “Território invadido”. “Ataques do Presidente Lula a um Ministro do Supremo são espetáculo constrangedor de descontrole e truculência. Quem entrou em cena numa cerimônia realizada anteontem, em Aracaju, foi um Presidente da República desequilibrado e truculento, vociferando do palanque despropositadas provocações a um Poder autônomo da República.” É a **Folha de S. Paulo**, não é nenhum colunista. É o conselho editorial, que orienta a elaboração de editorial. Quero que faça parte integrante do meu pronunciamento esta opinião da **Folha** intitulada: “Território invadido”. **O Globo** também não ficou atrás. Nas palavras do colunista Merval Pereira, o jornal diz: “Lula revela todo o seu autoritarismo e presta um desserviço à democracia quando, fazendo política de palanque, investe publicamente contra o Judiciário.” Sr. Presidente, isso tem que ficar registrado...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Jarbas Vasconcelos, permite um aparte?

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Sim, mais tarde. Deixe-me só avançar mais um pouco as minhas palavras, eminente Líder.

Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, isso deve ficar registrado no plenário. Tive uma experiência, lá atrás, de combate à ditadura. E quanto mais forte e exorbitante a ditadura, quanto mais ela gritava, quanto mais ela matava, seqüestrava, mais tínhamos ânimo de lutar pelo seu

fim. Para mim pouco importa se Lula, no meu Estado – Estado natal também dele –, tem 80% de aprovação, porque, quando ele disputou a Presidência da República, eu, votando contra ele, tive votação semelhante à dele. Não me causa nenhuma inquietação, nenhuma moossa o fato de o Presidente da República estar num patamar muito elevado de popularidade. Mas ele não pode desmoralizar o Judiciário; deixar de dar a mínima atenção ao Tribunal de Contas da União e passar a mão na cabeça de corruptos, como fez e faz constantemente. Não pode dizer que uma Ministra que se atrapalhou com o dinheiro público e fez compras em **free shopping** nada deve e pode sair de cabeça erguida se a própria Procuradoria Geral da República incrimina essa Ministra e manda que ela devolva o dinheiro.

Tudo isso, Sr. Presidente, deve ter um fim e precisa ser registrado aqui. O Presidente da República não mais leva em conta o Judiciário. O TCU para ele não vale nada, é um lugar de políticos aposentados, segundo voz corrente dentro do Palácio do Planalto. Uma tentativa clara e transparente de desmoralização do Congresso Nacional. A Câmara não precisa se desmoralizar porque vive completamente manietada pelo Palácio do Planalto; o Senado, que tem uma maioria escassa com relação ao Governo, o Presidente Lula tenta calar e desmoralizar. Portanto, temos de partir para o enfrentamento, os partidos de Oposição – o PSDB, o DEM e outros. Se deixarmos a questão eleitoral de lado... Porque a questão eleitoral está sendo explorada pelo Presidente da República, que usa um avião pago por todos nós e está disposto a fazer comícios no interior duas vezes por semana. Está registrado hoje em todos os jornais que ontem foram distribuídas cinco mil marmitas, foram convidadas centenas de pessoas... E se esta Casa fica calada... A Presidência da República não leva em nenhuma consideração a mídia, que tem tido um papel altivo. Não leva em consideração **O Estado de S. Paulo** – por meio de seus editoriais –, **O Globo**, a **Folha S. Paulo**, o **Jornal do Brasil** – para ficar apenas nos maiores jornais. A mídia não tem sido levada em conta pelo Palácio do Planalto, o Judiciário foi desmoralizado, e o TSE, mais ainda, porque foi atingido o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Eu quero saber, Sr. Presidente, quando vamos parar com isso. Um Presidente com uma formação autoritária, que exorbita a todo instante, que insiste em fazer com que a opinião pública entenda que quem trabalha é ele, e que este Congresso não trabalha. É verdade que se discute muito e se vota pouco, mas isso acontece porque as medidas provisórias trancam a pauta desta Casa. E não é, Sr. Presidente, por meio de famigeradas medidas provisórias que se cria – para voltar um pouco ao que já comentei – uma TV pública nacional. Isso é

um desrespeito não somente ao Senado, à Câmara, ao Congresso Nacional, mas também um desrespeito a todo o Brasil. Sobre isso já falou hoje, com muita competência, o nosso Senador Pedro Simon.

Com relação ao episódio que envolveu a Colômbia há cerca de dez dias, o Brasil teve um papel vergonhoso. Eu disse isso ontem ao Ministro Celso Amorim, na Comissão de Relações Exteriores, no mesmo momento em que o Congresso estava reunido para apreciar o orçamento. Disse-lhe que a aparição dele como representante do Governo da República na televisão foi um desastre. A sua postura ficou pela metade. O Brasil insistia que a Colômbia deveria fazer um novo pedido de desculpas. Se o Itamaraty não estava satisfeito com o pedido de desculpas formalizado pela Colômbia, então deveria pedir que a Colômbia o aprofundasse. Mas não dar uma palavra sobre uma organização que já teve uma luta ideológica e que hoje não passa de um agrupamento de criminosos, de assassinos, de seqüestradores é inconcebível, Sr. Presidente! É inconcebível que um Presidente da República tenha influenciado a política do Itamaraty, não permitindo que o Brasil, em nota clara, dura, transparente, condenasse a invasão do espaço aéreo do território equatoriano e, com a mesma dureza, com a mesma ênfase, a ação criminosa das Farc. Está aqui, Sr. Presidente, um artigo de Clóvis Rossi, que não é apenas um colunista. S.S.^a pertence ao conselho editorial da **Folha de S. Paulo**. Diz o artigo: “O Brasil pode e deve ser neutro entre dois vizinhos, mas não pode nem deve ser neutro entre o Governo colombiano legítimo e as Farc, um grupo delinqüente.”

As contradições não são só essas, Sr. Presidente. O Ministro Celso Amorim disse que as Farc não tem **status** porque o Governo brasileiro não as reconhece. Isso não é verdade. Enquanto S.Ex.^a dizia isso, esse falastrão que vive lá no Palácio do Planalto, o tal do toc-toc-toc, perguntado pelo **Le Figaro**, em Paris, no dia 4 de março desse mês – há apenas 12 dias –, também dizia o seguinte sobre a relação do Governo brasileiro com as Farc: “Lembro-lhe que o Brasil tem uma posição neutra com relação às Farc. Não as qualificamos como grupo terrorista, nem como força beligerante.” É esse homem que dita a política internacional, a política exterior do Brasil, e não mais o Itamaraty.

Então, são esses fatos, Sr. Presidente, que a Oposição tem de enfrentar – e enfrentar como tem enfrentado –, mas com mínimo de organização. Temos que ser organizados. Não posso dar pitaco dentro do meu Partido – porque não me deixam –, mas quero dar pitaco dentro da Oposição, onde eu me sinto inteiramente à vontade. Precisamos nos organizar e mostrar que o Presidente vai para o interior do País, falta com a verdade e nos acusa de adotarmos uma postura meramente

eleitoral. Este, Senador José Agripino, é **O Globo** de ontem, dia 12: “Em clima eleitoral, ataques à Oposição”. “Num evento com ar de campanha, com discursos inflamantes, transporte gratuito e distribuição de comida, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem, na inauguração de um projeto de irrigação, que seus adversários só pensam na sucessão presidencial de 2010”. Pode um negócio desses, Sr. Presidente? Pode a pessoa agir e a nós atribuir o seu ato? Não pode! Não podemos tolerar, não podemos aceitar isso todos os dias. Alguém tem que passar por estas tribunas para denunciar isso. O País não pode imaginar que a Oposição foi contra a TV Pública apenas por capricho. Não sou contra a TV Pública, sou contra a forma desmoralizante como foi criada, por meio de uma medida provisória.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Ouço V. Ex^a., Senador Arthur Virgílio, que me pediu primeiro um aparte. Em seguida, ouvirei V. Ex^a., Senador José Agripino.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Jarbas Vasconcelos, acho que V. Ex^a tem mais que o direito, tem o dever de dar todos os seus pitacos na oposição, da qual V. Ex^a é uma das figuras mais proeminentes. V. Ex^a, para mim, é uma figura pública singular e é um Senador ímpar, que merece a admiração de todos nós. Eu, inclusive, sem acrescentar nada e concordando com o inteiro teor desse seu discurso, claro, lúcido, propositivo, firme, faria uma crítica a setores do meu próprio partido. Tucano... É o meu partido definitivo, não tem como pertencer a outro partido. Ou saio da política, ou o partido deixa de existir, fora disso, sou tucano até o final. Porém, o meu partido, às vezes, padece de um certo esnobismo. Mania de subestimar o Presidente Lula, por exemplo: “Ah, porque fala errado, porque a concordância é assim, a concordância é assado”. Eu não, eu não subestimo, não. Para mim, não tem nada à toa, nada por acaso nessas andanças do Presidente. Nada por acaso nesses ataques à Suprema Corte, através da figura do Presidente do TSE, Marco Aurélio Mello, que também integra a Suprema Corte do País. Nada por acaso no gesto desmoralizante de retirar aquela urgência da medida provisória para facilitar desígnios do Governo de chegar à tal TV estatal, TV pública, como queiram. Nada. Para mim é tudo premeditado, é uma campanha nítida para desmoralizar as instituições que sustentam a democracia, para permitir uma hipertrofia cada vez maior do Executivo e para, ao fim e ao cabo, quem sabe, nós nos embrenharmos por uma noite obscura, com a qual não podemos nem sonhar, mas temos de evitá-la. Não é por acaso, não. O Ministro Marco Aurélio merece a nossa

solidariedade neste momento. Devo dizer ao Ministro que quem merece a solidariedade, na verdade, não é ele, é a Suprema Corte do País, é o Tribunal Superior Eleitoral, porque o Presidente Lula demonstra com clareza que se indis põe com a figura de uma oposição forte, como a que temos de exercitar aqui, em nome da democracia, e se indis põe com a figura de um Judiciário independente. Ou seja, para ele, seria melhor que repetíssemos o que o acontece hoje em Cuba, nessa Cuba que ele tanto exalta: nada de Judiciário, a não ser um simulacro de Legislativo, onde predomina a vontade de quem é delegado daquela revolução, cuja chama se extinguiu há muito tempo. Portanto, parabéns a V. Ex^a pelo discurso contundente, claro, preciso, que me faz manter e reafirmar toda essa admiração por V. Ex^a, que, mais do que o Senador de escol que é, é, sem dúvida alguma, um grande conselheiro de todos nós nesta Casa. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Obrigado, Senador Arthur Virgílio. Ouço o Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PSDB – RN) – Senador Jarbas, V. Ex^a fala pouco, mas, quando fala, é de uma precisão cirúrgica. V. Ex^a é econômico nas palavras, mas extremamente abrangente no raciocínio, no que deseja dizer e aonde quer chegar. Quero colaborar um pouco, talvez, com o *payoff* do que V. Ex^a queira dizer. Acho que o Presidente Lula, mais do que não respeitar os poderes Legislativo e Judiciário, está desafiando o Judiciário. Veja: o Ministro Marco Aurélio fez o quê? Interpretou a Constituição, falou em nome do que está escrito na Constituição. Disse que é proibido, em ano de eleição, começar programa novo. Por conta disso, não ele, mas os que respondem por ele, o PT, Partido dos Trabalhadores, entra com uma interpelação judicial junto ao Supremo Tribunal Federal contra o Presidente de uma Corte porque ele falou em nome da Constituição, leu a Constituição. Aí, é interpelado. Ele desafia o Legislativo o tempo todo. Desafia como? Entupindo a pauta, obstruindo a pauta com medida provisória de forma deliberada, provocando, inclusive, os vexames como os da terça-feira, quando o Líder do Governo, nessa tribuna em que V. Ex^a está, retirou uma medida provisória que tinha sido, dias antes, considerada urgente e relevante pelos governistas na Câmara, e aqui foi considerada não-urgente e não-relevante pelo Líder do Governo no Senado. Para quê? Para desmoralizar o Congresso! É claro que é para desmoralizar o Congresso! Não desmoralizou porque tivemos uma reação à altura, nos retiramos do plenário: “Apodreçam sós!”. E V. Ex^a vem agora, com muita propriedade, colocar uma coisa, e é possível que o País reflita. O que o Presidente Lula está fazendo? Está peregrinando pelo

País. Às custas dele? Não, com marmitas pagas pelo erário, com gasolina do Aerolula paga pelo erário. Para fazer o quê? Para fazer agressão à oposição, financiada com o dinheiro público. O que ele está fazendo são comícios e, como está nos editoriais dos jornais, para fazer agressão financiada com o dinheiro público. Para preparar o quê? O que ele está fazendo em Alagoas, no Rio Grande do Norte, em Pernambuco, em Rondônia? Fazendo campanha eleitoral. Não me iludo. Ele leva a Ministra Dilma, uma pessoa que ele pode botar hoje e tirar amanhã, porque o que ele quer – e começo a ter a convicção disto, porque ele está calçando salto 40, ele está no supra-sumo da sua auto-suficiência –, Senador Jarbas Vasconcelos, é preparar a sua pré-campanha do terceiro mandato. Daqui a pouco – pode estar certo! –, o Deputado Devanir vai apresentar o projeto do plebiscito, e aí a democracia brasileira vai ser colocada em xeque. E, antes que isso aconteça, V. Ex^a vem à tribuna fazer, com muita propriedade, colocações que são advertências, em nome da preservação dos pilares democráticos, a respeitosa convivência entre os Poderes Legislativo e Judiciário. Na verdade, o que Sua Excelência o Presidente está fazendo com o nosso dinheiro é campanha pelo terceiro mandato. Não tenha nenhuma dúvida, é campanha pelo terceiro mandato! Quem viver verá. Cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– É isso, Senador José Agripino, que deve ser enfrentado, porque, se não é enfrentado, amanhã vem o arrependimento por não termos dito isso desta tribuna. Um Presidente da República que não leva em conta o Judiciário, que desmoraliza o Judiciário, que manda o Congresso Nacional trabalhar – como se ele fosse um Presidente trabalhador –, que não tem o menor respeito pela mídia, que tem uma equipe de trelosos e aloprados. Quando existe algo com um treloso desse ou com um aloprado, ele passa a mão na cabeça, porque o Presidente da República se julga com uma força de tal natureza, que basta a sua palavra para se confrontar com o Judiciário. Para ele, o Tribunal de Contas da União não vale nada, e, como disseram no Palácio do Planalto, trata-se de um acampamento de políticos aposentados. Até onde isso vai chegar ninguém sabe. Faço um retrospecto de cem dias para cá. Derrotamos a CPMF, o Presidente decretou aumento de impostos em janeiro, disse que não ia fazê-lo, mas o fez, e a arrecadação subiu. Disse aos concursandos do Brasil que a responsabilidade pelo cancelamento dos concursos e pela não-convocação dos concursados é da Oposição. Lorota, lorota, para não dizer mentira. Os concursados podem ser chamados porque a arrecadação está sobrando. Há dinheiro. Basta ler os jornais para tomar conhecimento do excesso de arrecadação

já em janeiro e da previsão de uma arrecadação ainda maior em fevereiro e em março. Então, tudo isso, Senador Mão Santa, tem que ser denunciado – e por dever de justiça devo dizer que mesmo sozinho V. Ex^a. o faz, sem a orientação da bancada de oposição. Aqueles que relutam e querem enfrentar essa situação que está sendo criada no País devem seguir uma orientação.

Eu não tenho posição de liderança nesta Casa. Sou um dissidente no meu partido, mas não vou ficar calado. Vou me inscrever agora em todos os horários de que eu dispuser para denunciar. Pouco me importa se o Presidente da República já desmoralizou o Judiciário, não liga para o TCU, se quer investir contra o Senado, se não leva em conta a imprensa, se cria uma tevê pública por meio de medida provisória. Nós vamos para o enfrentamento, para depois não choramingarmos pelos cantos ou dentro de casa, dando satisfações aos familiares e aos eleitores de que deveríamos tê-lo feito.

O Presidente da República tem uma formação altamente autoritária, tem extravasado essa formação, e o Senado não tem motivo para se calar nem para colocar o rabo entre as pernas. Tem que levantar a cabeça, gritar, protestar. Pouco importa que o eco seja pequeno. É pequeno neste momento, mas depois crescerá. Eu me lembro, quando eu era Deputado Estadual no Recife – só tive um mandato de Deputado Estadual – de uma pesquisa em que Garrastazu Médice, o pior e mais contundente dos Generais, tinha 84% de avaliação positiva no meu Estado. Deu no que deu, uma figura repudiada, que viveu seus últimos dias dentro de um apartamento e de lá saiu para o túmulo.

Sr. Presidente, temos que enfrentar essa situação. Não é possível a posição dúbia com relação ao episódio de condenação da Colômbia: receber aqui um falastrão – o Presidente do Equador – que chama de canalha o Presidente de outro Estado, sem qualquer repreensão do Itamarati. Que ele vá dizer isso para o seu povo no Equador, mas não no Brasil, com a tradição diplomática que temos. Por que ele se sentiu à vontade para dizer isso aqui? Porque nosso governo deu uma declaração pela metade: deu-lhe apoio, condenou a ação colombiana e exigiu novo pedido de desculpa da Colômbia mas não enfrentou os seqüestradores, os bandidos militantes e freqüentadores das Farc. Isso precisa ser dito, mesmo que não ecoe como gostaríamos. Isso tem que ser enfrentado.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex^a e peço que conste do meu pronunciamento as matérias jornalísticas a que me referi. Deixo aqui os documentos e peço a transcrição dos editoriais da **Folha de S. Paulo**, da Coluna de Merval Pereira de **O Globo** e do Editorial do **Estadão**.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ata da 50ª Sessão Não Deliberativa, em 11 de abril de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Papaléo Paes, Mão Santa, Geraldo Mesquita Jr., e Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Adelmir Santana sem prejuízo da ordem de inscrição.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago ao conhecimento do Plenário desta Casa um problema de natureza legislativa que é da maior importância para as empresas que atuam no Brasil e para o mercado de uma forma geral.

A Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, alterou a Lei das Sociedades Anônimas para harmonizar os procedimentos contábeis brasileiros com as normas internacionais, inserindo ainda mais as nossas empresas no mercado global.

Esta lei também determinou que as sociedades de grande porte – sociedades limitadas com ativos superiores a R\$240 milhões ou receita bruta anual maior do que R\$300 milhões – observem os mesmos procedimentos contábeis das sociedades anônimas.

Todavia, conforme matéria publicada no jornal **Valor Econômico**, do dia 7 de abril de 2008, há uma omissão do texto da lei que pode resultar em incertezas jurídicas.

Trata-se da obrigatoriedade ou não da publicação das demonstrações contábeis das sociedades de grande porte, para fins de registro nas Juntas Comerciais.

Diante da lacuna, é possível, por exemplo, que a Junta Comercial de São Paulo exija a publicação dos balanços e a Junta Comercial do Rio de Janeiro diga que não há essa necessidade.

É possível ainda que algumas empresas levem o assunto ao Judiciário, o que é absolutamente indesejável e fonte de aumento de custos, com efeitos negativos para o próprio consumidor.

Para suprir essa lacuna da lei e para aumentar a segurança jurídica do ambiente microeconômico, apresentaremos, nos próximos dias, projeto de lei para padronizar a regra de publicação de balanços, quando do registro das empresas nas Juntas Comerciais.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, este tema é de clara natureza federativa, pois envolve todos os estados brasileiros. O Senado, que é, por excelência, a Casa da Federação, tem o dever de enfrentar essa questão.

O projeto de lei que apresentarei nos próximos dias irá corrigir essa fonte de incerteza, que já se manifesta concretamente nas consultas formuladas pelas empresas junto aos escritórios de advocacia e às Juntas Comerciais.

Estou convicto, Sr. Presidente, de que este é o verdadeiro papel do Poder Legislativo: trabalhar em consonância com as reais necessidades da sociedade organizada.

Projetos e temas como este muitas vezes não ocupam os noticiários porque são temas complexos, mas se prestam a colaborar, efetivamente, com o crescimento econômico.

E o nosso partido, o Democratas, está comprometido, sim, com uma Agenda Positiva para o Senado e para o País. Eis aqui a maior demonstração!

Sr. Presidente, Srs. Líderes e Srs. Senadores, desde já, gostaria de receber as opiniões e sugestões dos Senadores, das organizações empresariais, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, das Juntas Comerciais, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e de outras instituições para que o nosso projeto seja o mais adequado possível.

Sr. Presidente, este nosso pronunciamento é decorrência de notícias veiculadas no último dia 7, segundo as quais algumas empresas fazem consultas a advogados e a Juntas comerciais para saber como proceder em relação a essa alteração feita pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que, em seu art. 3º, ao criar essas exigências para as grandes empresas com faturamento acima de R\$300 milhões, assim dispõe:

Art. 3º. Aplicam-se às sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações, as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 [que é a que regula as sociedades anônimas], sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

Aqui foi excluída, ou foi esquecida, a questão da publicação, e aí fica a critério de cada uma das Juntas Comerciais, como enfoquei no nosso pronunciamento, criando certamente uma dualidade de procedimentos: algumas exigindo a publicação, outras não. Mas o pior é que essas empresas podem recorrer à Justiça e não fazer uma coisa nem outra. É importante que a gente saiba que temos muitas empresas de tamanho econômico grandioso que são sociedades limitadas e, em sendo sociedades limitadas, são regidas por essa lei que não exige a publicação dos seus balanços.

É importante para a segurança econômica do País, para a informação dos agentes econômicos, que nós busquemos rapidamente preencher essa lacuna da lei recentemente promulgada. O nosso objetivo, Sr. Presidente, com este pronunciamento é chamar a atenção dos Srs. Senadores, das instituições envolvidas com as questões comerciais, das Juntas Comerciais, para a necessidade de se buscar uma rápida alteração desses princípios legislativos.

O projeto que pretendemos apresentar será um projeto simples, apenas objetivando criar um mecanismo comum a todas as Juntas Comerciais do Brasil.

Quero, portanto, solicitar a ajuda dos Srs. Senadores, de todas essas instituições, nestes próximos dias. Aqueles que tiverem alguma colaboração a fazer nessa área, que nos remetam, porque já estamos com o projeto praticamente pronto, aguardando, nesses próximos dias, algum pronunciamento nessa direção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era esse o comunicado que tínhamos a fazer nesta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Adelmir Santana.

Concedo a palavra ao próximo Senador inscrito, Senador Paulo Paim, sem prejuízo na ordem das inscrições.

V. Exª terá 20 minutos para seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sena-

dor Papaléo Paes, Senador Adelmir Santana, Senador Mão Santa, vou falar sobre outro assunto hoje. Vou falar sobre a luta do povo do Tibete.

Mas antes, Sr. Presidente, eu queria só dizer algo para aqueles que contestam a decisão do Senado de ter aprovado nesta semana, por unanimidade – não teve um que votou contra –, o Projeto 296, que apresentei em 2003, que termina definitivamente com o fator previdenciário. Um crime, Sr. Presidente, esse fator previdenciário. Eu digo que não existe em nenhum país, nem na iniciativa privada, em matéria de fundos de previdência. Ontem, um jornalista me disse: “Eu acho que nem no inferno adotaram ainda esse tal de fator previdenciário.

Eu digo àqueles que contestam que atentem, Senador Mão Santa – pegando um termo seu –, pois nós apresentamos também a PEC nº 10, da idade mínima. Que não venham com o discurso fajuta de dizer: “Ah, só se discute a idade mínima. Está aí a PEC nº 10 apresentada, onde eu fixo a idade mínima. E mostrei a todos os Senadores, por isso eles votaram a favor. Eles sabiam que ninguém estava agindo de forma irresponsável. Nós enfrentamos aquilo que alguns não quiseram enfrentar.

Falam em idade mínima, mas não apresentaram nenhuma proposta aqui de idade mínima. Eu tive a assinatura da maioria dos Senadores e apresentei. V. Exª assinou, Senador Papaléo Paes, o Senador Adelmir Santana assinou, nosso querido Mão Santa assinou também. Está lá a PEC nº 10, que fixa a idade mínima. Uns vêm aqui e dizem: “Não, mas só se for com a idade mínima. Cadê a idade mínima?” É só pegar a PEC nº 10, está lá, está resolvido.

Quanto ao debate se há ou não receita para estender para os aposentados, eu aceito o debate em qualquer lugar que me convidarem. Não me importa onde. Vou mostrar, com a maior tranquilidade, que essa mixaria que estão pedindo os aposentados dá, sim, para garantir, conforme foi a aprovação aqui no Senado, porque são 4,3% de um Orçamento como o nosso, que chega a quase R\$4 trilhões – o superávit da Seguridade Social ultrapassa R\$60 bilhões; são R\$63,7 bilhões. O que são R\$3,5 bilhões para beneficiar oito milhões de pessoas que estão vendo seu salário diminuir ano a ano? Se pegarmos os últimos dez anos, o prejuízo chega a ser de 70%.

Então, se quiserem um debate qualificado, eu estou disposto a fazer.

Só quero dizer que aqueles que contestam foram aqueles que, no passado, diziam que aumentar salário mínimo era bobagem. Sempre diziam isso, e

eu continuei insistindo. Graças a Deus, hoje o salário mínimo tem o valor correspondente, àquela época em que diziam aquilo, ao dobro do poder de compra. Diziam que era bobagem querer que ele ultrapassasse a barreira de US\$100, que ia quebrar o País. Hoje, o salário mínimo vale US\$245. Eu dizia que isso era uma forma de reativar o mercado interno. Hoje o empresariado, Senador Adelmir Santana, está voltando os olhos, mais do que nunca, para esse consumidor de baixa renda, que está ganhando um pouco mais. A economia nunca esteve tão bem como está neste momento. Mas existem algumas personagens que, se não estão no centro do debate, batem contra, de forma inconseqüente, conforme a minha avaliação. Se o chapéu servir para alguém, que use, até porque nós estamos precisando que chova um pouco mais no Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, já fiz não um desabafo, mas me coloco inteiramente à disposição. Se quiserem que eu vá à Câmara, me convidem. Convidem-me para um debate na Câmara dos Deputados que eu vou lá dialogar na Comissão Mista, se quiserem, na comissão específica, no plenário do Senado e da Câmara dos Deputados. Eu vou, sou autor do projeto, seria irresponsável da minha parte não querer debater o tema.

Enfim, acho que o povo brasileiro está acompanhando esse debate, sabe que temos razão. Dá para melhorar, sim, o benefício do aposentando, dá para acabar com o fator e aplicar a idade mínima nos mesmos princípios daquilo que eu chamo universal: trabalhadores da área pública e privada terão os mesmos direitos. O servidor não perde nada, eu apenas estou equiparando o princípio das oitenta maiores contribuições de 1994 para cá, para efeito de aposentadoria. E coloco também a idade mínima, que o servidor já tem – o servidor público já tem idade mínima –, com regra de transição. É claro que eu coloco também a regra de transição, com o mesmo espírito do que foi feito, a partir de 2003, para os servidores públicos.

Mas quero falar de paz, se me permitir. Estou muito tranqüilo quanto a este tema. Sr. Presidente, vou falar porque, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, não poderia deixar de vir à tribuna do Senado da República para falar sobre o que está acontecendo no Tibete.

Sr. Presidente, todos sabem da minha admiração pelo Dalai Lama, porque já usei frases dele aqui, no Senado e na Câmara, por centenas de vezes. Tenho uma admiração por Dalai Lama e me identifico, com certeza, com a sua política de paz. Assim como

Gandhi, ele defende a não-violência, que considero um projeto que o mundo inteiro deveria abraçar.

O que acontece no Tibete, o que o Tibete está vivendo, com certeza, está hoje sob os olhares atentos de toda a humanidade. Pode ser que nem todos concordem com a forma como o Tibete defende a sua independência, mas também tenho certeza de que grande parte da população do mundo não concorda com as ações do governo chinês.

Há 50 anos, o Tibete é dominado pela China. Os conflitos entre a China e o Tibete são históricos. A China afirma que o Tibete faz parte do seu território desde meados do século XIII e que deve ficar sob o comando de Pequim. Os conflitos acontecem justamente porque a região do Himalaia, segundo muitos tibetanos, ficou independente por muitos séculos, nem sempre sob o domínio chinês.

Entre 1911 e 1950, o Tibete foi considerado um país independente. Isso só mudou quando Mao Tsé-Tung, liderando a Revolução Chinesa, alcançou o poder na China, em 1949.

No Tibete, política e religião acabaram formando um Estado teocrático.

O líder do Tibete, o 14º Dalai Lama, que significa, em mongol, oceano de sabedoria, nasceu em 1935 e adotou o nome de Tenzin Gyatso.

Em virtude das mudanças ocorridas com o domínio de Mao Tsé-Tung, o mestre Dalai Lama teve que fugir do Tibete e, como líder espiritual dos tibetanos, viaja pelo mundo afora defendendo autonomia para sua terra natal.

Em 1989, aconteceu um fato gravíssimo, com que o mundo todo ficou chocado: o exército chinês realizou um massacre de manifestantes na Praça da Paz Celestial. Foi um momento doloroso para os tibetanos, que acabou fazendo com que a causa da independência do Tibete ganhasse muita força junto à opinião pública mundial.

Exilado na Índia, junto com mais de cem mil refugiados tibetanos, o Dalai Lama pregou a não-violência. Os acontecimentos que temos acompanhado nos últimos anos estão fazendo com que ele passe momentos muito difíceis. Ele mesmo diz que sua mente – diz o Dalai Lama – está confusa e desconcentrada. Sente-se triste e abatido, vendo os tibetanos sofrendo maus-tratos e prisões arbitrárias que podem estar sendo praticadas. Diz que está vivendo o mesmo sentimento daqueles dias de março de 1959, quando os militares chineses invadiram Lhasa.

Ele conta que os chineses estavam determinados a invadir, e os tibetanos, a resistir. Ele queria apaziguar

os ânimos e esperava que as coisas se acalmassem, mas sua vida corria perigo e, por isso, ele teve que sair do Tibete.

O governo chinês não procura manter diálogo com o governo tibetano no exílio, que tem sua base hoje na Índia.

A China acusa os tibetanos no exílio de, sob a liderança de Dalai Lama, estarem interessados somente em separar o Tibete da terra-mãe. Mas o Dalai Lama segue reafirmando a sua intenção de não querer nada além da autonomia da região.

O Dalai Lama afirma que sempre respeitou o povo chinês, o comunismo chinês. Ele sabe que muitos dos manifestantes tibetanos têm ideologia comunista, e hoje, inclusive, precisa enfrentar o fato de que muitos dos jovens tibetanos são a favor de ações mais violentas no enfrentamento do governo chinês – do que ele discorda.

Segundo noticiou a imprensa, a alegação do governo chinês para suas ações é de que deseja “reforçar as campanhas de educação patriótica nos mosteiros tibetanos, a fim de moldar as opiniões dos monges e afastá-los de seu líder”.

Pequim responsabiliza o Dalai Lama pelas revoltas que estão acontecendo. A notícia de que monges budistas teriam sido presos depois de realizarem uma passeata para marcar os 49 anos de um levante tibetano contra o domínio chinês provocou revolta. As ações comandadas pelo governo chinês estão repercutindo de forma muito forte junto à opinião pública mundial.

Sr. Presidente, a China vai sediar as próximas Olimpíadas, em 8 de agosto; e os conflitos no Tibete estão fazendo com que a população mundial questione o que está acontecendo no momento lá naquele país.

Uma vez que um país usa da violência para coagir seus cidadãos e renegar seus ideais, talvez, como muitos dizem, não seja o lugar mais adequado para a celebração do esporte e dos valores olímpicos.

A tocha olímpica, que percorre treze mil quilômetros ao redor do mundo, passando por vinte países em cinco continentes, incluindo o Tibete, está se defrontando com protestos em todos os locais por que passa. A última informação que recebi é de que, na Argentina, teremos a tocha olímpica passando num sentido e se dirigindo à China; e, pelo outro lado, na contramão, outra tocha – a da liberdade e da igualdade – mostrando o contrário.

Londres, por onde a tocha olímpica passou no domingo, foi alvo de sérias manifestações a favor do Tibete, assim como já havia acontecido na Grécia, na Rússia e na Turquia.

Diversas personalidades do mundo têm se manifestado contrárias ao que está acontecendo na China em relação aos tibetanos.

O ator Richard Gere diz que é muito bom ver o mundo se mobilizando em favor da causa do Tibete. O Bispo Desmond Tutu, que recebeu o prêmio Nobel da Paz, declarou sua posição contrária à forma como a China está tratando essa questão, Senador Mão Santa.

Pequim, por sua vez, está apertando sua política de renovação de vistos, temerosa da presença de ativistas e manifestantes nas Olimpíadas, o que tem criado um grande questionamento em relação à postura do governo chinês.

O governo chinês está descontente também com a Índia pelo fato de ela dar abrigo a alguém que eles consideram, no mínimo, adversário.

A imprensa noticiou que a China tenta intervir em decisões do governo indiano, tomando atitudes como a de exigir que fosse cancelado o encontro do Dalai Lama com o Vice-Presidente da Índia, Hamid Ansari.

O Centro Tibetano para Direitos Humanos e Democracia, Senador Mesquita Júnior, afirma que a China já prendeu 2.300 pessoas em sua campanha devido à questão do Tibete.

Os números divulgados por Pequim são menores. Eles afirmam que se trata de “uma revolta de um pequeno grupo de forças hostis que não representam a vontade popular”.

Imaginem, Sr^{as} e Srs. Senadores, como deve ser difícil para um homem da paz, um homem cuja vida era centrada no equilíbrio, como é o caso do Mestre Dalai Lama, o momento que está atravessando. Lembramos que o Dalai Lama recebeu inclusive o Prêmio Nobel da Paz em 1989, e agora vê sua gente sendo vítima desse confronto, estando no centro dessa violência que por ele sempre foi rejeitada.

Nós estamos diante de um triste cenário, em que a liberdade está sendo violentada, cerceada. Liberdade e respeito não são apenas palavras. Exigem prática. Cada ser humano – e falo aqui como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, com muito orgulho, do Senado da República – tem, Presidente Mão Santa, o dever de defender a expressão de opiniões e o direito de ir e vir. Devemos ter o direito, cada vez mais, de lutar para que, em todo o mundo, haja uma política que, em primeiro lugar, dê liberdade e igualdade de oportunidades. Cabe a cada um respeitar o seu semelhante, ouvir o que ele tem a dizer. Em meio a conflitos, é preciso que se tenha em mente que somos todos seres humanos. Na verdade, fazemos parte

de um grande todo, e a paz que faltar a um de nós – a um de nós – deve inquietar a todos.

Sr. Presidente, entendo eu que esse movimento há de repercutir em todo o planeta, em nome, repito, da paz, da igualdade e da liberdade.

Senador Mão Santa, V. Ex^a tem marcado aqui a tribuna do Senado com grandes citações. Eu citaria, para terminar, uma frase do Mestre Maior, o Mestre dos Mestres. Nosso Maior Mestre, Jesus, disse um dia aos seus seguidores:

Vosso próximo é o vosso eu desconhecido tornado visível. Sua face se refletirá em vossas águas tranqüilas, e, se as contemplardes, vereis vosso próprio semblante. [É o princípio do espelho.] Se, à noite, prestardes ouvidos, ouvireis suas falas, e suas palavras serão o pulsar de seu próprio coração. Sede para ele aquilo que gostaríeis que ele fosse para vós.

Quando olhar para alguém, exija, você mesmo, que a sua ação faça com que ele tenha uma reação, a partir desse momento, para consigo mesmo.

Sr. Presidente, espero que esses conflitos tenham fim, que a autonomia do Tibete seja respeitada, e que o seu grande líder possa, como sempre digo, voltar para casa, para junto do seu povo.

Espero que a não-violência prevaleça e que o mundo todo se mobilize em solidariedade à paz e à liberdade.

Termino com as palavras do líder Dalai Lama, que disse: "Melhorar o mundo é melhorar seres humanos. A compaixão e a compreensão da igualdade de todos os seres é que nos dá força interior".

Senador Papaléo Paes.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Paulo Paim, estava aguardando o encerramento do seu brilhante discurso, mas era exatamente para fazer justiça. Eu ainda não tinha tido oportunidade para isso, após a votação que nós tivemos de assuntos importantes, cuja responsabilidade foi de V. Ex^a, na última terça-feira. Eu queria deixar registrado aqui publicamente o reconhecimento pela sua luta a favor dos aposentados, registrar principalmente sua responsabilidade em apresentar todos os pré-requisitos que pudessem fortalecer sua tese de defesa permanente dos salários dos aposentados. Digo que V. Ex^a é um homem responsável, que realmente dedicou-se durante toda sua vida de sindicalista, das suas atividades profissionais, às causas sociais, e, na última terça-feira, nós tivemos coroados aqui...

(Interrupção do som.)

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – com muita alegria para todos nós e aquela sensação, até repassada a todos nós, do dever cumprido, da obrigação cumprida com os aposentados, que estão, ao longo desses últimos anos, tendo seus salários corroídos, tornando indigna até a vida dessas pessoas por problemas salariais que tinham, que sempre tiveram amparo legal, mas que, realmente, isso foi se defasando e os prejudicou. Senador, meu registro é exatamente este, de reconhecimento a V. Ex^a. Claro que nós tivemos a participação de muitos outros Senadores, de muitas personalidades, com seus apoios, mas fica com V. Ex^a o reconhecimento desta Casa, a homenagem desta Casa pela sua coragem, pela sua determinação e, principalmente, pela responsabilidade como conduziu todo esse processo a favor dos aposentados. Era esse o registro que, com muita honra, eu queria fazer a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Papaléo Paes, agradeço a V. Ex^a. De fato, tratei desse tema no meu pronunciamento.

Quando falo aqui do Dalai Lama, estou querendo que o seu espírito de paz, de igualdade e de justiça interaja com o Congresso Nacional, para, efetivamente, defendermos o assalariado, o aposentado e o pensionista. Como V. Ex^a reafirmou, o fator previdenciário beneficia 30 milhões de trabalhadores que estão em atividade, e o outro beneficia os que estão aposentados.

Alguém me disse, Senador Mesquita, que alguém teria dito: "Mas o Paim tem 1.200 projetos! Ele aponta o benefício para o Estado e não aponta a fonte". Errado! Faltou com a verdade. Tenho, sim, 1.258 projetos, para começar, e defendo todos, um por um. Senador Adelmir Santana, mais de 90% são para interagir com a iniciativa privada, e menos de 10% são com o Estado. É mais um diálogo que sei que estamos mantendo e em que estamos avançando.

Então, não fique preocupado, porque muitos desses 1.258 projetos já foram copiados por aqueles que os criticam – muitos. E, se bobear, um dia começo a falar de um por um e digo quem inclusive os copiou.

Como estou com paz e alegria, estou muito desarmado...

Senador Mozarildo, um aparte.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Paim, quero, mais uma vez, porque já o fiz em outras ocasiões, parabenizá-lo pela iniciativa do projeto, que alivia um pouco a situação dos nossos aposentados e pensionistas. E fico realmente estupefado, pois tenho assistido a comentários na televisão e lido nos jornais que o Senado aumenta as despesas, aumenta

o rombo da Previdência, e eles não enfocam a verdade profunda dessa questão, como V. Ex^a abordou muito bem no seu pronunciamento. O que o Estado brasileiro, o que Governo Federal tem que fazer é gastar menos com coisas supérfluas e gastar como qualquer família faz: qualquer família séria gasta primeiro com saúde, educação, alimentação, e, só por último, com luxo, com vestuário, com festa. O Governo brasileiro, o Governo Lula, principalmente, faz o contrário. É muita propaganda, muita festa – estão aí os cartões corporativos para comprovar isso –, e outros e outros escândalos, e não se preocupa com coisas muito mais importantes, como é o caso dos nossos velhinhos. Falo aqui como médico. V. Ex^a, que é um estudioso da questão, sabe disso. É a faixa etária que mais exige que a pessoa gaste com remédios de uso contínuo, que mais exige cuidados especiais com a alimentação. Enfim, é uma retribuição que a Nação dá a essas pessoas que dedicaram a sua vida a trabalhar pelo Brasil. Então, quero dizer que estou ao lado de V. Ex^a. Nós temos que lutar, sim, e o Governo tem que aprender, com as donas de casa, com os chefes de família sérios, como é que se administra o orçamento: tem que deixar de gastar com besteira e gastar com as coisas que realmente são importantes.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo, V. Ex^a tem reafirmado sempre sua disposição em favor dessa pauta positiva. Nós, aqui no Senado, ao contrário da imagem que alguns tentam vender, estamos para a sociedade, agora, com uma pauta positiva. Não é só MP, nem só CPI, para ficar bem aqui em uma posição equilibrada. Estamos discutindo saúde. Estamos discutindo a questão dos aposentados.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, já vou concluir.

Estamos discutindo a questão da saúde, a questão dos assalariados, a questão dos aposentados, a questão dos pensionistas. A pauta agora é positiva. É a partir do Senado, com a sociedade. É uma pauta dos mais variados temas, com iniciativa dos Senadores e das Senadoras.

Espero, já que há um acordo de votar mais três MP, e sei que todos vamos concluir... Mas, votadas essas três, vamos votar outros projetos de Senadores e Senadoras para depois lermos as outras medidas provisórias. Sei que vêm mais seis já prontas aqui para a Câmara. Vamos fazer isso.

Se, neste momento, acordamos que era o projeto dos aposentados e assalariados, que contempla 30 milhões de assalariados e 8 milhões de aposentados,

e também a saúde, vamos entrar com projetos de outros Senadores nessa pauta positiva, porque o Senado pode dar um norte para a sociedade.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ouço V. Ex^a, Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Paulo Paim, é só para comentar a história da medida provisória. Tenho votado agora sistematicamente contra. Não entro nem no mérito. É porque realmente é a forma como se, desculpe o termo, avacalhou essa questão do uso da medida provisória. Não dá para sermos coniventes. “Agora se justifica essa por causa disso.” “Agora vamos aprovar essa para destrancar a pauta para aprovar o projeto tal.” Temos que ter uma postura mais rígida com o Governo, para que realmente ele mande a Câmara aprovar a mudança no rito e nos procedimentos da medida provisória. Não que estejamos dizendo que não precisamos da medida provisória. Precisamos, mas não dessa maneira escancarada e abusiva como está aí.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Até porque independe de quem for do Governo. Tenho essa visão. Temos que mudar o rito das medidas provisórias. Não importa quem esteja no governo, neste ou naquele momento. É uma questão de bom senso.

Sempre digo – fui constituinte, e admitimos o erro: erramos lá na Constituição. V. Ex^a também. Lembro-me também agora de V. Ex^a, Senador Mozarildo; estamos aqui tanto tempo com V. Ex^a... Fomos constituintes, erramos! Venderam-nos a imagem de que iria passar o parlamentarismo, e todos fomos lá a favor da medida provisória. E passou o presidencialismo no plebiscito!

Então, houve um equívoco, vamos ajustar! E V. Ex^a é feliz, e menos radical do que eu até. V. Ex^a diz: “Não é que eu seja contra terminar com o instituto da medida provisória.” Sou obrigado a confessar que, entre esses meus 1.258 projetos, há um que acaba com o instituto da medida provisória, mas V. Ex^a está com muito mais equilíbrio.

Vamos, pelo menos, restringir a forma como se editam as medidas provisórias. E diria até as CPIs também, Senador – permita-me que diga isso! Tenho uma outra visão também, quero expressar aqui em um minuto, de que não dá mais para termos tantas CPI e daí vemos que algumas delas, como infelizmente está acontecendo, acabam caindo no descrédito total junto à população. Teríamos que ajustar talvez, pelo equilíbrio de V. Ex^a, Senador Mozarildo, a questão das CPIs e

também das medidas provisórias. Enfim, acho que dá para fazermos um bom debate, e a sociedade exige que isso aconteça. Vamos, com certeza, avançar!

Termino, Senador Mão Santa, ainda nestes meus dois minutos, com um pensamento do Dalai Lama que condiz com este momento. O que ele diz na última parte?

Se só pensarmos em nós mesmos [ou seja, se olharmos somente para o nosso umbigo], nossa mente fica restrita. Podemos nos tornar mais felizes e, da mesma forma, comunidades, países, se pensarmos, de forma solidária, na construção de um mundo melhor.

Muito obrigado, Senador Mão Santa, pela oportunidade e pelo tempo que V. Ex^a me concedeu para que eu falasse um pouco de solidariedade, de paz, de fraternidade.

Eu terminaria dizendo que, em relação à questão do Tibete, em nenhum momento queria que este discurso fosse entendido como um discurso contra a China, contra aquela visão que não aceita o Tibete. Sempre digo que procuro falar a favor das causas – permita-me dizê-lo, Senador Mesquita Júnior, já que essa frase é um pouco sua, e V. Ex^a a trabalha muito melhor do que eu. Quero ser a favor da causa, e não contra ninguém. Não é nada contra o povo da China, contra aquele setor que não concorda com o Tibete. Estou defendendo a liberdade, a não-violência, e quero mais é que as Olimpíadas sejam lá na China, mas que seja dada também a independência ao povo do Tibete.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a, hoje, apresenta-se como um Senador herói, e herói é aquele que enfrenta as dificuldades, independentemente das conseqüências que virão.

Queremos, então, cumprimentá-lo e agradecer também a Deus por ter participado dessa luta como Relator da derrubada do fator previdenciário. V. Ex^a, na sua competência, disse que o nosso País é o único onde há esse fator. Como País cristão, não podíamos ficar marcados, na história do mundo, como perseguidores, como quem não respeita os nossos velhinhos aposentados.

Convidamos para usar da palavra, de acordo com a lista de oradores, o Senador Papaléo Paes, do PSDB do Amapá.

V. Ex^a poderá usar a tribuna pelo tempo que entender conveniente, ao tempo em que me congratulo com V. Ex^a pelo belo pronunciamento que fez no Dia Mundial da Saúde, quando comemorávamos o aniversário da Organização Mundial da Saúde. Gostaria de cumprimentá-lo e também agradecer por, duas vezes, ter citado meu nome naquele documento muito importante para a saúde do Brasil.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento as Sr^{as} e os Srs. Senadores e volto à questão tratada no aparte que fiz ao Senador Paulo Paim, com referência à sua participação efetiva, justa, responsável a favor dos aposentados. O Senador Mozarildo, por sua vez, fez um comentário realmente extremamente interessante. De outro lado, temos, na televisão, os comentários negativos de que o Senado aprova um projeto que vai cada vez mais afundar a Previdência Social.

Realmente, penso que é falta de conhecimento ou até de responsabilidade comentar o fato da maneira como está fazendo grande parte da imprensa. Acredito que isso faz também parte desse processo de tentativa de desgaste desta Casa Legislativa, porque, se formos fazer uma análise da opinião pública, esta Casa, o Senado Federal, goza, sim, de grande credibilidade, e creio que isso está incomodando algum grupo, algum setor político que quer realmente participar – ou que está participando – diretamente desse processo de tentativa de desmoralização ou enfraquecimento da Casa.

Então, fica aqui o meu protesto, principalmente por usarem o resgate de um direito dos aposentados como uma atitude que eles chamam de irresponsabilidade da Casa.

Ouçõ o Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Caro amigo Senador Papaléo, eu estava aqui me coçando para fazer um aparte ao Senador Paim, mas, em nome da disciplina – o tempo dele estava esgotando –, eu me segurei. Como V. Ex^a ressurgiu com o assunto, aquilo que eu queria dizer no aparte ao Senador Paim, que não fiz, permita-me dizer agora. A imprensa repercutiu o que fizemos anteontem à noite aqui e, em linhas gerais, de forma negativa, afirmando que, na oportunidade que nós tivemos, fora as medidas provisórias, de legislar, nós geramos despesas. Ou seja,

segundo a imprensa, o Senado Federal, quando aprecia projetos de autoria de seus próprios membros, ele o faz para gerar despesas. A interpretação disso: o que é gerar despesas? Nós extinguimos uma brutalidade que se abatia sobre os trabalhadores brasileiros: o fator previdenciário – uma brutalidade, uma coisa perversa. E, de certa forma, alinhamos o mecanismo de reajuste dos valores recebidos pelos aposentados com o daqueles trabalhadores que estão na ativa, ou seja, a partir do com o salário mínimo. Senador Papaléo, a sociedade é constituída, funciona, se move... Olhe o que nós temos: temos o conjunto de trabalhadores, o conjunto de empresários, o conjunto do Sistema Financeiro Nacional, o próprio Estado, que é um elemento nesse conjunto aí todo, e toda vez que se imagina a solução de problemas no nosso País, é sempre pelo lado mais fraco. Eu fico preocupado porque, a partir do raciocínio de algumas pessoas, daqui a pouco os trabalhadores vão ter que pagar para trabalhar; ao invés de receberem; ao invés de usufruírem as contribuições que, durante mais de 35 anos, ofereceram ao sistema previdenciário para terem uma aposentadoria justa, daqui a pouco os trabalhadores vão ter que pagar para trabalhar. Ora, por que não se pensa em mexer... Tudo bem; todos nós temos que ter preocupação com a Previdência do nosso País; ela não pode quebrar, ela não pode sofrer reveses que sinalizem para uma situação de difícil solução. No entanto, por que tem de ser sempre do lado do trabalhador? Por que é sempre o trabalhador aquele que é chamado a emprestar o seu sacrifício? Eu fico impressionado com isso. Se o Estado, por exemplo, suprimir as elevadas taxas de corrupção, o desperdício, próprio de um Estado perdulário como o nosso; se o Estado emprestar todo o seu esforço para conter a sonegação neste País, que é imensa, eu tenho certeza absoluta de que, só aí, Senador Papaléo, já reuniríamos recursos suficientes para equilibrarmos a Previdência. Então, desculpando-me pelo aparte longo, digo que o início de sua fala me permitiu trazer essas reflexões. Fico impressionado com a análise da imprensa. Creio que alguns setores da imprensa são, por assim dizer, açodados e colocam análises que não se fazem acompanhar de uma profunda reflexão, de uma profunda pesquisa. Agora, me preocupa, sim, a análise feita por uma especialista como a Miriam Leitão. A ela cabe contra-argumentar, e a nós oferecermos a ela argumentos. E tenho argumentos que, modestamente, devo oferecer em respeito à jornalista Miriam Leitão, cujos artigos diariamente nós lemos aqui, porque sua análise é, sim, equilibrada, profunda, calcada em informes técnicos. Que ela nos

permita também abrir um pouco essa análise. Por que só os trabalhadores têm de pagar essa conta? E aqui quero me colocar na linha de tiro, como V. Ex^a já se colocou, ao lado do Senador Paim, que está levando uma tinta danada por suas iniciativas. Fala-se da iniciativa dele em onerar a Previdência, mas não se fala que, ao mesmo tempo em que ele propõe o fim de um mecanismo cruel contra os trabalhadores, o fator previdenciário, ele protocola, no Senado Federal, uma outra condição, a da idade mínima, mexendo na idade mínima para a aposentadoria. Ora, isso é irresponsabilidade, Senador Papaléo? Creio que isso é legislar com extrema responsabilidade, sem, contudo, abrir mão dos compromissos que tem com o conjunto dos trabalhadores brasileiros. Quero aqui me colocar na linha de tiro, junto com o Senador Paim, junto com V. Ex^a, junto com o Senador Adelmir, com o Senador Mão Santa, com o Senador Mozarildo e com todos os que defendem o que defendemos aqui anteontem à noite. Desculpe mais uma vez o alongado aparte e muito obrigado.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pelo contrário, eu quero é agradecer a V. Ex^a, que, com o seu aparte, esclareceu de uma maneira minuciosa muitos pontos, que realmente fazem com que, cada vez mais, as pessoas que estão se inteirando do assunto vejam no Senador Paim a responsabilidade de um Parlamentar competente.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Permite-me uma frase, Senador Papaléo? Sabe por que esse debate é bom? Porque as pessoas não sabiam nem que existia o tal do fator previdenciário. Agora, quando eles ficarem sabendo que perderiam a metade daquilo a que tinham direito quando da aposentadoria e que nós derrubamos isso... E, ainda mais, nós estamos tendo a ousadia de colocar a idade mínima, de que muitos falam, mas ninguém colocou. Nós colocamos, e V. Ex^{as} assinaram junto comigo que vamos enfrentar o debate da idade mínima. Por isso, estou muito tranquilo. O Senado está de parabéns e o povo brasileiro está batendo palmas para o Senado. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Exatamente, esse debate populariza um assunto muito importante, que acaba ficando restrito a uma cúpula. E não interessa que isso fique só nesse grupo de pessoas da sociedade.

Mas já que estamos falando de trabalhadores, eu trouxe um assunto também de suma importância para o País e que se relaciona com o tema.

Sr^{as} e Srs. Senadores, é lamentável a forma como o Governo vem tratando os militares e as Forças Armadas de uma maneira geral.

As nossas Forças, que já foram exemplo para congêneres de outras partes do mundo, caminham de forma célere para o sucateamento. Programas sensíveis para manter as nossas Forças Armadas preparadas para defender o Brasil estão sendo sutilmente postos de lado, apesar dos discursos cheios de metáforas futebolísticas do Senhor Presidente. O programa do submarino movido à energia nuclear, por exemplo, segue a passos de tartaruga e nossa frota de superfície está sendo sucateada a um ritmo tal que em alguns anos é possível prever que não teremos mais Marinha.

O Exército não conta com tanques de guerra modernos ou equipamentos de combate que possam fazer frente, de maneira adequada, a possíveis ameaças na região amazônica, como os grupos terroristas das FARC e similares.

A Força Aérea, que já esteve, em princípios da década de 1970, em pé de igualdade com os países de ponta, tem caças obsoletos, com baixo poder de fogo e incapacidade de defender adequadamente o Território Nacional.

Além disso, as capitais da região Norte de nosso País e nossa Capital Federal, inclusive, não contam com sistema de vigilância adequado para proteção do nosso espaço aéreo.

Se não bastasse a situação precaríssima de nossas forças de defesa do ponto de vista militar, deve-se considerar que o Governo Federal está, progressivamente, desestimulando os melhores recursos humanos de nossas Forças Armadas. De um lado, centenas de promissores oficiais pensam seriamente em seguir outras profissões, diante da falta de perspectiva na caserna, do baixo prestígio das carreiras militares e também porque o Governo Federal se recusa a oferecer aumentos salariais condignos.

O resultado é que centenas de homens e mulheres qualificados estão abandonando as Forças Armadas e procurando outros concursos públicos que remunerem melhor, ou mesmo, com o conhecimento adquirido nos anos de serviços prestados ao País, obtendo posições vantajosas na iniciativa privada.

Sr. Presidente, os Ministros das pastas do Planejamento e da Defesa, respectivamente os Srs. Paulo Bernardo e Nelson Jobim, estão a brincar com a segurança nacional. Formar quadros militares é trabalho que demanda décadas. Esses Ministros, no entanto, parecem desconhecer isso.

As negociações salariais foram suspensas em janeiro sob a alegação de redução da arrecadação tributária com o fim da CPMF. Os jornais, todos eles, demonstram, no entanto, que, após o fim da contribuição, nunca o Governo arrecadou tanto dinheiro na história deste País.

Ou o Governo mente e está a enganar os militares, ou tem um plano deliberado para desmontar as nossas Forças Armadas. Na pior das hipóteses, o atual Governo, tão competente em gastar com cartões corporativos, produzir “mensalões”, redigir dossiês e envergonhar com escândalos toda a Nação brasileira, está a serviço de nações estrangeiras que visam colocar o Brasil de joelhos.

Eu, com muita honra, concedo o aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Papaléo, quero, digamos assim, assinar embaixo de tudo que V. Ex^a falou. Nós, que somos da Amazônia, principalmente, sabemos o quanto estão em penúria as Forças Armadas naquela região, como no Brasil todo. É verdade que as Forças Armadas... Vimos depoimentos na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional dos três comandantes – da Marinha, do Exército e da Aeronáutica –, e o quadro que foi mostrado é realmente de estarrecer. Há um adágio latino que diz: “se queres a paz, prepara-te para a guerra”. Um país não pode pensar em ter paz se não se preparar para sua defesa. No caso do Brasil, paulatinamente, de maneira acentuada no Governo Lula, os militares, como pessoas, como profissionais, estão sendo desestimulados, porque não têm a remuneração adequada, e seus equipamentos estão sucateados. Então, realmente é preciso tomar uma medida forte. Proponho que possamos, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e também com a colaboração de outros Senadores, de outras Comissões, formar uma comissão especial do Senado para tratar deste assunto em profundidade, no que tange à remuneração dos militares e a situação dos equipamentos. Como está hoje, Senador Papaléo, os militares vão de manhã para os quartéis e voltam para almoçar em casa porque não têm rancho mais nos quartéis. E o salário é cada vez mais aviltante. Talvez o ranço que liga este Governo ao governo militar, dirigidos por um grupo de militares, pode estar norteando essa reação silenciosa e malandra contra as Forças Armadas no Brasil.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – V. Ex^a falou muito bem. Tenho isso como raciocínio. Acho que é hora de dar o troco, entre aspas.

Senador Mozarildo, nós, que somos da Região Norte, da Amazônia, sabemos o quanto nossas fronteiras estão enfraquecidas por falta de condições de defesa por parte das nossas Forças Armadas. É até triste dizer isso, mas quando o povo ouve as declarações das autoridades de que temos destacamentos de fronteiras, é preciso esclarecer: muito bem; temos a presença da instituição, mas aquelas pessoas praticamente só têm, por exemplo, uma farda, um rifle FAL ou um PARAFAL, qualquer coisa assim.

É uma vergonha, realmente, a situação em que o País, o Governo brasileiro deixou as Forças Armadas. Degradou emocionalmente e materialmente as nossas Forças Armadas. Precisamos, sim, lutar para recuperar a dignidade das Armas brasileiras, que realmente está muito abalada.

O atual Governo, Senador Mozarildo, ofende a todos os militares, aqueles que, em última instância, estão dispostos a defender o Brasil com a própria vida, se for preciso. Enquanto membros do atual Partido no poder se divertem com cartões, os militares brasileiros, aqueles que dariam a vida por este País, estão em situação calamitosa.

Sr. Presidente Senador Mão Santa, Srs. Senadores, o quadro é gravíssimo e demanda atenção urgente das Pastas do Planejamento, da Defesa e do próprio Presidente da República.

Repito: ou o Governo Federal age agora, tanto no reaparelhamento físico de nossas Forças Armadas quanto na melhoria das condições salariais de nossas tropas, ou, dentro em breve, as Forças Armadas brasileiras serão apenas uma lembrança do passado.

Aí, este País estará aberto a todo o tipo de ameaça vinda do estrangeiro, e, especialmente nós, amazônidas, sabemos que os abutres estão apenas esperando as chaves para abrir as portas do nosso Brasil.

Finalizando, Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar – e isso interessa a todos nós dos ex-territórios e do ex-distrito federal – a promessa do Senador Romero Jucá durante à discussão da Medida Provisória nº 401, de 2007, que reajustou o salário dos policiais e bombeiros do Distrito Federal.

Essa matéria foi muito discutida aqui nesta Casa, mas foram feitos acordos sem nos consultar...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a poderá usar o tempo que achar conveniente, pelo importante pronunciamento que está fazendo à Nação brasileira.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Então, nós ficamos alheios a essa discussão. Viemos tomar conhecimento de que já havia um “acórdão” por debaixo dos panos, para aprovar a Medida Provisória nº 401, uma emenda injusta contra os ex-territórios. Por quê? Nós vimos a brilhante defesa do Senador Adelmir Santana, por meio de um relatório, fazendo justiça aos servidores policiais do Distrito Federal. Muito bem; isso é indubitável, direito deles. Agora, o nosso direito, o direito dos policiais do ex-territórios e do ex-distrito federal, o Estado do Rio de Janeiro, ficou aviltado, ficou sonogado.

Por isso, Senador Mozarildo, nós fizemos aquele movimento aqui e recebemos do Senador Romero Jucá o seu comprometimento. Ele comprometeu-se aqui. Não gostou muito na hora em que eu lhe disse: “Dê um prazo; dê data”. Ele disse que seria dado até o final do ano. E eu: “Não, dê data”. Ele aí vinculou ao reajuste dos militares das Forças Armadas; vinculou a isso.

Então, o compromisso dele é de que o reajuste dos servidores dos ex-territórios – Amapá, Rondônia e Roraima – e o ex-distrito federal, Rio de Janeiro, seria tratado juntamente com o aumento dos militares. Nós continuamos esperando que a promessa do Senador Jucá seja cumprida. Lembrando, Senador Mozarildo – e eu quero com muita honra ouvi-lo –, que nós já tivemos o mesmo processo nesta Casa em uma sessão de reajuste dos servidores do Distrito Federal. Naquele momento, entre os que se comprometeram em nome do Governo, estava o Senador Aloizio Mercadante. Aí sim, aí eu digo que isso desmoraliza a Casa: pessoas, representantes do povo, nós, Senadores, virmos aqui nos comprometermos publicamente com uma causa justa e, depois, não cumprimos. Não se comprometa então. Não dê sua palavra. Então, aquele que dá sua palavra aqui, desta tribuna, representando o seu Estado, tem que cumpri-la, ou, então, não a dê.

Assim, o que desmoraliza a Casa é a falta de cumprimento de compromissos, a falta de cumprimento da palavra dada.

Senador Mozarildo Cavalcanti, com muita honra, ouço V. Ex^a.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Papaléo Paes, como Senador de um ex-território, não poderia deixar de me associar a V. Ex^a por suas palavras. Realmente, todos nós, Senadores dos ex-territórios, assinamos um documento. Mas acho que essa história de vincular esse aumento ao dos militares é uma forma de empurrar com a barriga, jogar para trás, é vincular um compromisso a algo para que não se tem data prevista. V. Ex^a está aqui nessa luta desde quando assumiu. Mas

nós estamos aqui lutando, desde a época da transformação dos territórios em Estado, para que o Governo entenda que o que está em extinção são os quadros dos ex-territórios. O que o Governo, na prática, está fazendo é a extinção dos funcionários, porque não dão os aumentos, não dão as promoções funcionais tanto para os militares, quanto para os civis também. Hoje, os Deputados Federais, tanto do Amapá quanto de Roraima, lutam por isso, e nós, aqui, também lutamos. E o Governo Federal se faz de mouco: assume compromisso aqui pelo seu Líder e, depois, não cumpre. Pelo menos estamos fazendo de novo a nossa parte, que é a de falar, exigir, cobrar. Estou com V. Ex^a nessa luta.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) –Agradeço a V. Ex^a, que é realmente um grande participante dessa luta. Lembro aqui que pegamos as notas taquigráficas daquela noite e vimos que, realmente, surpreendemos o Governo com a reação que tivemos aqui dentro.

Pelas notas, o Senador Jucá, no momento em que S. Ex^a quer firmar o compromisso, diz o seguinte:

O que eu fiz? Mantive contato com o Ministro Paulo Bernardo e recebi a garantia do Ministro Paulo Bernardo de que o aumento dos militares dos ex-territórios será tratado quando da discussão do aumento dos militares ou do aumento do pessoal civil.

Então, o que nós queremos é o cumprimento dessa promessa. E, aí, ele realmente assina até um documento, segundo o qual... Realmente os policiais ficam para lá e para cá; grupos de policiais se quotizando, porque o salário não dá para ficar pagando passagem, não; eles ficam fazendo coleta nas associações para poder garantir o seu direito.

E aqui, na **Folha Online**, do dia 9: “Lula anuncia na próxima semana reajuste salarial aos militares de até 37%”. Não é isso, a pretensão não é essa. Nós queremos a justiça do mesmo reajuste que foi dado aos servidores militares do Distrito Federal.

Com muita honra, eu recebi um material muito bom da Tenente PM Socorro Modesto, que é Presidente da Associação dos Policiais Militares do ex-Território Federal do Amapá, no qual há uma série de justificativas que comprovam realmente a injustiça que o Governo comete. E injustiça diante de quê? Porque existe uma lei, que não está sendo cumprida para que o direito dos nossos servidores policiais militares seja atendido como a própria lei manda.

Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, agradeço a paciência. Esse é um assunto importante, porque trata de direitos, e de direitos nós não podemos abrir mão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Papaléo Paes, do PSDB do Estado do Amapá, queremos nos solidarizar a S. Ex^a em relação a sua preocupação com as Forças Armadas do nosso Brasil.

Senador Eurípedes, sou do tempo em que Olavo Bilac cantava: “*Criança! Não verás nenhum país como este!*”. Olavo Bilac inspirou o Governo e o Brasil a que os seus jovens passassem pelo serviço militar reservista, e sou fruto dessa inspiração. Feliz da nossa geração, porque, no passado, o Exército irradiava, levantava essa bandeira em que está escrito o lema de Augusto Comte, positivista: “*Ordem e Progresso*”.

Tive o privilégio de ver a minha geração atender ao chamamento de Olavo Bilac, sendo reservista. Havia os tiros de guerra, os batalhões. E a mocidade, como eu, que estudava nas universidades públicas federais sérias, era chamada para fazer o CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva. E eu o fiz e convivi. Acho, Geraldo Mesquita, que isso foi importante na minha formação. Aprendi a amar a Pátria, aprendi princípios de liderança, de disciplina, a entender a mensagem da bandeira brasileira. Eu acho e me preocupo.

Ontem eu vi Mozarildo Cavalcanti apreensivo. Este Brasil, temos que repensar; está explodindo em todos os lugares. Adentra essa esperança nas virtudes do homem e da mulher do Brasil, Pedro Simon. Em Roraima, guerra pela terra, pela incompreensão, pelo desrespeito à Justiça. Ontem, ela saltou alto. Ela brilhou, como disse Aristóteles. Esteve mais alta do que a coroa dos santos e brilhou mais do que a coroa dos reis. Mas estão explodindo os momentos de... Na nossa Universidade de Brasília, pelo mau exemplo dos seus dirigentes, a mocidade é chamada a participar.

Então, nós nos preocupamos com o Exército brasileiro, com a Marinha e com a Aeronáutica.

Atentai bem, Pedro Simon! Um quadro vale por dez mil palavras.

Senador Mozarildo, no Rio de Janeiro, tenho uma filha fazendo pós-graduação em Medicina. Senador Geraldo Mesquita, encheu-me de satisfação o dia que ela se formou na Universidade de Brasília. E há uma liturgia muito bonita. Eles chamam para colocar o anel e entregar o diploma quando a formanda é filha de médico ou de médica. E eu subi para entregar o meu anel a Daniela. Foi então que o professor disse que se tratava de um Senador da República, Mão Santa, e nós recebemos, não por mim, mas pelo Senado da República, o respeito, os aplausos daquele povo. Mas a emoção era grande.

Pedro Simon, outro dia, no Rio de Janeiro, um general me disse: Senador Mão Santa, eu lhe vejo muito no Senado. Olhe, Senador, isso me preocupa. Sou general reformado. A festa mais bela que existia no nosso Exército, na nossa Marinha e na Aeronáutica era a formatura dos cadetes; era a cena em que o pai era chamado para entregar a sua espada. Ele dizia, Geraldo Mesquita – atentai bem, Luiz Inácio, que há muito tempo, um general, um almirante, um brigadeiro não entrega a espada para o filho. Eles estão desencantados com o que aí está. Eu gostaria que eles tivessem o mesmo entusiasmo que tive ao entregar o meu anel à Daniela.

Pedro Simon, recebi um contracheque, somando-se ao pronunciamento de Papaléo Paes, do General. Ele ganha R\$4 mil, um general do Exército brasileiro. É hora de repensarmos isso. É hora de fazer parar.

Continuando a lista de oradores inscritos, chamamos para usar da palavra esse extraordinário Senador que ontem, pela madrugada afora, eu vi o seu pronunciamento, defendendo a justiça da distribuição de terra para os que querem trabalhar no vizinho Estado de Roraima. V. Ex^a foi muito brilhante, contundente. Aquilo é um pronunciamento.

Senador Eurípedes, V. Ex^a é puro. Foi um dos mais brilhantes Senadores que passou por aqui, suplente que engrandece o suplente.

V. Ex^a foi o único que vi, quando terminou o seu prazo de Suplente, ser homenageado pelos Senadores.

Mas queria dizer que o Mozarildo alertava o Presidente da República. E eu recordava uma frase que ouvi de um general mexicano que governou aquele país, de que era melhor um adversário que lhe levava a verdade do que um aliado que o enganava e mentia. E a verdade são as palavras de Mozarildo, que foi o primeiro que teve coragem de denunciar essas ONGs que desmoralizam toda a ética e decência do nosso Brasil.

Com a palavra, Mozarildo. V. Ex^a poderá usar da palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa, pelas palavras elogiosas e pela deferência.

Quero, antes de começar o assunto do meu pronunciamento, dizer que vou, domingo, a Roraima, designado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, conseqüentemente, pelo Senado Federal, para fazer uma inspeção *in loco* da situação em que

se encontra a reserva indígena Raposa Serra do Sol e dos seus moradores, índios e não-índios.

Infelizmente, vou, Presidente Mão Santa, quando a operação foi suspensa por decisão do Supremo Tribunal Federal, porque, senão, iria no meio do fogo cruzado, mas iria de qualquer forma. Está definido; vou, inclusive com o apoio da Consultoria Legislativa do Senado, para que possamos fazer um trabalho. Pela quarta vez, vou àquela região: duas, presidindo uma comissão temporária externa; e agora, como representante da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e do Senado.

Mas, hoje, Sr. Presidente, quero falar do Congresso Nacional, quero falar especialmente do Senado Federal. Vou me valer não dos meus pensamentos somente; vou me valer de entrevistas de dois Presidentes do Senado: o Presidente Tião Viana, que interinamente ficou na Presidência entre a saída do Senador Renan Calheiros e a eleição do Presidente Garibaldi Alves Filho.

Em entrevista concedida a *IstoÉ* em 14 de novembro de 2007, o Senador Tião Viana fez vários comentários. Quero destacar alguns, Presidente Mão Santa, e pedir que toda a entrevista seja transcrita na íntegra como parte integrante do meu pronunciamento.

O título da entrevista já diz tudo praticamente:

“O toma lá, dá cá, não faz bem à democracia. O Presidente interino do Senado diz que o Governo Lula não compreende o Congresso e que o Judiciário age por vaidade”.

Sr. Presidente, o Senador Tião Viana é do PT. E, portanto, com a autoridade da isenção partidária, diz claramente que o Presidente Lula não compreende o Congresso. Aliás, o Presidente Lula, quando deixou de ser Deputado ou quando ainda estava como Deputado, disse que na Câmara havia trezentos picaretas. Ele realmente não tem apreço ao Congresso Nacional e tem feito de tudo para que o Congresso seja desprestigiado, desmoralizado e, acima de tudo, diminuído perante a opinião pública. Mas vou ler aqui partes da entrevista do Senador Tião Viana.

Depois dessas informações iniciais, diz o seguinte:

“Há uma doença crônica nos Governos do Brasil. E é uma doença que o Governo Lula também tem. O Ministro Mares Guia [que já saiu] (das Relações Institucionais), por exemplo, transita bem na relação pessoal, mas não conseguiu compreender o que é o Senado.”

E parece também que o atual Ministro também não sabe o que é o Senado. Mas será que o Presidente Lula não tem inteligência para saber ter um interlocutor adequado com o Senado?

Mas vai mais além o então Presidente Tião Viana, quando deu a entrevista.

“Um Governo que fica restrito a uma relação política com o Legislativo que se limita à liberação de verbas orçamentárias e nomeação de cargos não está à altura de compreender a importância histórica do Poder Legislativo [Quero repetir que isso são palavras do Senador Tião Viana, quando estava na Presidência do Senado.] Isso não faz bem à democracia. O toma-lá-dá-cá apequena qualquer governo. Não cabe esse tipo de visão. Infelizmente, os dois últimos Governos, Fernando Henrique e Lula, têm o mesmo enfoque sobre o que representa o Congresso. Isso não faz bem.”

Ora, Sr. Presidente Mão Santa, se existe um toma-lá-dá-cá, existe, portanto, quem dá e quem toma. É claro – e isso está nas palavras do Senador Tião Viana, naquela altura Presidente do Senado – que realmente o Presidente Lula pratica esse tipo de coisa com o Congresso Nacional. E o que é pior, os Parlamentares acabam por se curvar a essa realidade que, segundo o Senador Tião Viana diz, já vem de vários Governos. Mas não me interessa saber o que aconteceu no Governo do Fernando Henrique, quero saber o que está acontecendo no Governo Lula, que está no seu segundo mandato.

E o que diz agora o atual Presidente? Depois de um brilhante pronunciamento, por sinal de estréia do nosso ano legislativo, ele deu uma entrevista à revista **Veja** e disse quase as mesmas palavras do Senador Tião Viana. Diz-se sobre o Senador Garibaldi Alves, atual Presidente: “*O senador diz que o Parlamento está agonizante e que muitos políticos usam o mandato apenas em proveito próprio*”. “*O Legislativo não é mais uma voz da sociedade nem uma caixa de ressonância. Está meio sem função*”.

O Presidente Garibaldi Alves, na revista **Veja** – antes eu me referia ao Senador Tião Viana –, diz ainda mais:

“Há muita gente boa no Congresso, mas a maioria está desanimada. Muita gente está lá apenas para aprovar umas emendazinhas e conseguir uns cargos para se reeleger. A maioria dos parlamentares segue a lógica de votar com o governo, liberar as emendas, em-

placar um cargo para um aliado e colher os dividendos nas eleições seguintes. Os políticos se contentam com isso e, sem saber, fazem um mal danado ao Legislativo. A Casa pode desmoronar do jeito que vai.”

Vou-lhe conceder um aparte, Senador Pedro Simon, mas deixe-me terminar só mais algumas citações do Presidente Garibaldi.

A repórter perguntou: “E os pontos fracos?”. Ele diz:

O problema é que Lula vê as coisas com certo maniqueísmo. Tudo o que ele faz é bom. E quem fala mal dele, até quando é uma crítica bem-intencionada, é ruim. Então, ele passou a ser um divisor de águas, um dono da verdade. É lógico que existem falhas no Governo dele. A reforma agrária dele não é boa. Ele não segura a exacerbação do MST. A política do Lula para o homem do campo é muito ruim. No Nordeste não tem mais ninguém[E é um nordestino que está falando aqui, Senador Pedro Simon e Senador Mão Santa] vivendo direito da agricultura. Não existe grande produtor, não existe médio e o agricultor familiar só planta para subsistência. Outra falha é a falta de política de desenvolvimento regional, de investimento nas vocações econômicas das regiões.”

E aqui de novo quero solicitar que também – como li da entrevista do Senador Tião Viana, eu li só pontos da entrevista do Senador Garibaldi – a entrevista toda seja transcrita como parte integrante do meu pronunciamento.

Mas antes de ir à frente, eu quero ouvir o Senador Pedro Simon, com muito prazer.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a não calcula como eu fico feliz com o seu pronunciamento. Eu estou com a entrevista do Presidente Garibaldi na minha gaveta, mas eu não queria ser o primeiro a tocar nesse assunto. Como eu me identifico mil por cento com o que ele está falando e como, não com o brilho dele, mas são teses que eu também venho falando, eu esperava e estranhava a não vinda desse debate. V. Ex^a é o segundo. Primeiro foi o Senador Cristovam. O Senador Cristovam foi para a tribuna salientar a entrevista do Presidente, estranhando que esta Casa não a tenha discutido, não a tenha debatido e não a tenha analisado. V. Ex^a vem agora no mesmo assunto e eu pretendo vir a este assunto semana que vem. Eu acho que o Senador Garibaldi foi inspirado. Eu li, reli, reli a entrevista dele, e é muito interessante. Eu

tenho dito, e disse para ele: ele fez uma entrevista caminhando num fio de arame e sem sombrinha. Mas não tem uma palavra a mais e não tem uma palavra a menos. Ele não foi para agressão nem no Congresso. Ninguém de nós pode se sentir ofendido e muito menos o Presidente Lula. Mas ele disse as coisas que chegaram ao clímax. O que nós temos que fazer é um exame pessoal, porque todos nós, Senador, por ação ou omissão, somos culpados. Eu sou culpado. Porque, na verdade, o que é estou fazendo para mudar isso? Estou aqui há 25 anos e sei lá o que fiz. A verdade é que hoje está muito pior do que 25 anos atrás. Vinte e cinco anos atrás era ditadura e agora é democracia. Vinte e cinco anos atrás era um “general Presidente”, entre aspas, indicado pelas Forças Armadas. Hoje é um Presidente eleito e reeleito pelo voto popular. Vinte e cinco anos atrás era um Congresso sob o peso do AI-5, que poderia ser cassado a qualquer momento sem receber satisfação. Hoje nós somos democracia, nós fomos eleitos pelo povo, o povo olha para nós e temos liberdade absoluta de fazer o que quisermos. Vinte e cinco anos atrás havia o decreto-lei. O Presidente da República baixava, vinha para o Congresso, e se nós não votássemos em tantos dias era considerado aprovado, estava resolvido. Hoje, a Constituinte criou a tal medida provisória, que é dez vezes pior que o decreto-lei, porque o decreto-lei não podia ser renovado e, a medida provisória, tem uma aí que está sendo renovada a vigésima quinta vez. Então a situação é ruim, muito ruim! E não vejo, Sr. Presidente, me desculpe... Primeiro, com todo o respeito às lideranças, porque nunca vivi uma época em que o Senado é a liderança. Quem não é líder e quem não é amigo do líder fica que nem eu, que nem o Senador Mão Santa. Ficamos conversando entre nós, mas poder de fazer alguma coisa não temos. A Mesa não se reúne com a gente – nem tem por que se reunir –, reúne-se com os líderes. Mas alguma coisa tem que ser feita. Eu acho que o discurso de V. Ex^a chama nesse sentido. Faça V. Ex^a, Senador Mão Santa. Vamos nos reunir, vamos marcar uma reunião em uma comissão; convocamos as pessoas que querem ver. Eu lhe daria um conselho de irmão: mande cópia desse seu pronunciamento e cópia da entrevista para os 81 Senadores, e diga-lhes: Vamos nos reunir para ver o que se pode fazer. É muito duro o que ele disse. Mas, na verdade, ele tem razão, nós estamos na UTI! O Congresso brasileiro está na UTI, e nós não estamos nos dando conta. Nós não estamos nos dando conta! Daqui a pouco, vamos ficar falando sozinhos, ninguém vai ligar para nossa cara.

E nós não estamos nos dando conta. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR.)

– Agradeço, Senador Pedro Simon.

E é justamente por concordar com esse diagnóstico que fizeram tanto Senador Tião Viana, quando estava interinamente na Presidência, quanto o Senador Garibaldi Alves, que está agora Presidente, é que estou fazendo este pronunciamento e usando as palavras dele, para não dizer que isso eu estou tirando de minha cabeça agora. Porque, eventualmente, não gosto das atitudes do Presidente Lula em muitas coisas, e digo isso claramente. Não gosto no que tange ao meu Estado, porque ele só toma atitudes maléficas ao meu Estado. Não gosto no que tange ao Brasil em relação à saúde. E aqui houve o caso da CPMF, em que sofreu ameaças pessoais contra a liberação de minhas emendas. Realmente não liberaram. E eu disse que se o preço a pagar era não ter minhas emendas liberadas, o que é uma corrupção oficial feita pelo Governo, eu pagava esse preço. Mas a maldade que estava sendo feita era com o meu Estado, com os meus municípios e com as instituições como a Universidade Federal de Roraima. Da mesma forma, tentaram me corromper, dizendo que o Governo Federal resolveria o problema das terras de Roraima se eu votasse a favor da CPMF. Ora, uma coisa a que nós temos direito, e o Governo Federal teima em não resolver. E eu também não concordo.

Então, é aquilo que diz o Presidente Garibaldi que o Presidente Lula não quer ouvir ninguém que discorde dele; ele só quer ouvir quem diga que ele está ótimo, que é perfeito, que essa popularidade medida nas pesquisas é infalível. E achar que essa pesquisa aí, por exemplo, a maioria da população que está dizendo sim, será que ela não equivale àquela maioria que condenou Jesus Cristo na pesquisa que foi feita por Pilatos? A maioria preferiu Barrabás, não Cristo. Condenou Cristo a ser crucificado. Então essas maiorias eventuais não significam que realmente ele esteja correto. E não está!

E quero ler aqui um outro artigo, uma parte de um outro artigo, escrito pelo jornalista Augusto Nunes, cujo título é *A banalização da safadeza*. Não vou ler todo, mas vou pedir, da mesma forma, que se torne parte integrante do meu pronunciamento. Ele fala a respeito do Ministro Hage, da Controladoria-Geral da União, faz comentários sobre o Ministro, sobre a postura do Ministro na questão dos cartões corporativos, e aqui tem a frase brilhante do Ministro:

“Isto é a escandalização do nada”, caprichou o controlador ao decidir que não havia motivo nenhum para a barulheira da imprensa em torno da gastança com os cartões corporativos. A frase pegou feito fogo na floresta. “Isso é a escandalização do nada”, repetiu a ministra Dilma Rousseff, aplicando a invenção de Hage ao dossiê montado no Gabinete Civil para prejudicar FHC.

Não existe pecado do lado de baixo do Equador, vem reiterando há cinco anos o tratamento do cúmplice concedido por Lula à bandidagem companheira. Mas faltava a frase que resumisse a grande ópera da safadeza.

Graças a Jorge Harge, agora não falta mais nada.

Quer dizer, a escandalização do nada, a questão dos cartões corporativos. Vejam que o Poder Executivo é o grande corruptor. Tem razão o Senador Mão Santa. E vamos ficar agora aqui omissos e não fazer nada? Vamos, pelo menos, tentar no Senado, em que somos apenas 81. Na Câmara, são 513. Sei que é mais difícil. Os partidos, como disse o Senador Pedro Simon, por meio dos seus Líderes e Vice-Líderes, comandam tudo. Realmente é difícil, mas vamos começar, vamos dar o passo.

No meu pronunciamento aqui, na primeira sessão deste ano legislativo, li alguns pontos que quero reler, Senador Mão Santa, para que comecemos a agir. Esses Senadores que não ficam atrelados a decisões que dependem de liberação de emendas ou de nomeação de cargos ou de favores ou de ficar com medo do favoritismo nas pesquisas do Presidente Lula, vamos discutir alguns pontos. Primeiro, uma reforma tributária ampla que reduza a carga de impostos pagos pela população. O Governo disse que mandou para a Câmara. Será que o Governo vai deixar sair da Câmara, já que ele controla, de maneira absurda, a Câmara dos Deputados? Mas, se sair – e vamos forçar para que saia –, vamos fazer aqui realmente uma reforma para valer. Já fizemos um pedacinho de reforma há alguns anos.

Posição contrária à criação e aumento de impostos. Temos que ter essa posição e não criar aqui, amanhã, por causa de um motivo qualquer, um imposto porque vai atender isso ou aquilo e achar que é uma causa justa. Vamos acabar com isso. Acabamos com a CPMF. Que mal fez para o Brasil?

Pelo contrário, deixou R\$46 bilhões na mão, no bolso das donas-de-casa; no bolso daquele que ia receber o seu salário no banco e tinha que pagar o im-

posto para retirá-lo. Agora, ele está com esse dinheiro para comprar o que quiser. Fizemos isso, e vamos fazer mais.

Ajuste fiscal. Vamos cobrar do Governo Federal que aprenda a gastar como gastam as donas-de-casa, o chefe de família: só gastam o que ganham, não gastam mais do que o que ganham. E não gastam primeiro com festa do que com saúde; não gastam primeiro com luxo do que com alimentação. E neste Governo é o que se faz.

Reforma política. Uma reforma política que atenda, de maneira igual, os Estados pequenos e os Estados grandes, porque existe uma reforma política proposta que cristaliza, torna definitiva a hegemonia dos Estados grandes sobre os Estados pequenos.

Regulamentação das medidas provisórias reduzindo-as ao estritamente necessário e legal. Eu digo regulamentação porque o que está na Câmara dos Deputados é uma proposta aprovada aqui, que eu acho, realmente, não deveria nem existir. Talvez o decreto-lei, como disse o Senador Simon, fosse melhor, porque não pode ser reeditado. Mas, pelo menos, se essa figura continuar, que seja freada, regulamentada e realmente só o extremamente necessário seja feito. Eu já estou votando contra todas elas, porque, se começarmos a condescender com uma porque é desta cor, com outra porque é da outra cor, vamos condescender com todas.

Redução dos cargos comissionados de livre preenchimento e nomeação. O Governo Lula criou 26 mil cargos comissionados – cargos para botar cupinchas. Cupinchas! E cupinchas do PT ou dos seus Partidos aliados para... Inclusive, os do PT descontam um percentual para o Partido.

Concedo o aparte ao Senador Pedro Simon, com muito prazer.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a se refere a um fato que é da maior seriedade. A administração hoje, no mundo, é cada vez mais moderna. Você vê na França: muda o governo – e lá é parlamentarismo, é muito fácil –, sai o governo do Partido Socialista, do Mitterrand, entra um governo de direita, e a mudança dos cargos nos ministérios é muito pequena. É o Ministro e a cúpula dele; o resto permanece.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Trezentos e cinqüenta cargos só que o Sarkozy nomeou. Só trezentos e cinqüenta pessoas! Luiz Inácio, além dos ministérios que são quase quarenta, nomeou 25 mil DAS.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Temos essa estrutura em alguns casos. A Petrobras era assim. O

PT está mudando. Os cargos de confiança, as diretorias da Petrobras eram formadas por técnicos de lá de dentro. Mudava o Governo, saía o Sarney, entrou o Collor, mudou meia dúzia de cargos.

(Interrupção do som.)

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Saiu a ditadura, entrou o Sarney, mudou a cúpula; o resto permaneceu igual. No Banco do Brasil é assim. No Itamaraty é assim. No Itamaraty, no Banco do Brasil, na Petrobras é assim. Na Fazenda é assim. No mundo é tudo assim. No Brasil tinha que ser isso. No Ministério da Agricultura, no Ministério da Educação, deveria ser assim. Agora, o Senhor Lula criar 26 mil cargos em comissão é um escândalo! V. Ex^a tem razão: são 26 mil cupinchas para pagar 20% para caixa do PT. No momento em que o Governo faz isso é porque não quer melhorar. Ele não quer melhorar. O negócio revolta e arrepiá. O que se deveria fazer era valorizar o funcionário, era dar característica ao funcionário, dar independência ao funcionário, dar autoridade ao funcionário, para que ele, independentemente de qualquer partido, vá adiante. Volto a repetir: o Itamaraty ainda é assim – graças a Deus. O Banco do Brasil, embora já tenha diretores políticos e um presidente que já fez não sei quantas estripulias, ainda é assim. Mas o Governo, lamentavelmente, como V. Ex^a disse, hoje tem quarenta ministérios. Eu mandei uma carta para o responsável pelo Livro dos Recordes com a cópia do número de ministros do Brasil e perguntei se tem algum país com maior número de ministérios, ou se o Lula está sendo o campeão do mundo, o recorde mundial de ministérios. E, para cada ministério criado, dessas 26 mil vagas, há 500 ou 600 funções gratificadas que ele coloca.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Muito obrigado, Senador Pedro Simon. Realmente, V. Ex^a fez uma análise muito profunda dessa questão. E nós temos, mesmo, que fiscalizar o Governo e exigir providências com relação a essa questão.

Por que não realizar concurso público em vez de criar cargos temporários em comissão? Por que não fazer concurso público, com tanta gente desempregada e qualificada para preencher essas vagas existentes? Ao contrário, o que o Governo faz? Cria cargos temporários que pode demitir ou não demitir.

Eu soube agora que, em Belém, no Sipam, estão demitindo pessoas que não quiseram se filiar ao PT. Estou mandando apurar para realmente trazer essa questão à baila. Isso no Sipam, em Belém.

Continuo a elencar as sugestões:

– Redução do número de Ministérios – V. Ex^a já adiantou essa questão – e de suas estruturas.

– Regulamentação da aplicação do Orçamento, tornando-o impositivo e submetendo as liberações de emendas aos critérios da Administração pública.

Isto aqui é fundamental. Aqui está a raiz do mal. Se nós não resolvermos isso, é brincadeira, não vai acabar, porque o presidente de plantão – e o Presidente Lula está fazendo isso com muita maestria – vai sempre manobrar essa questão das emendas parlamentares, das emendas de bancada e até dos orçamentos dos ministérios de acordo com a conveniência do apoio político que recebe ou não recebe. Então, nós temos que votar o Orçamento Impositivo e evitar esse balcão de negócios, como dizia a Senadora Heloísa Helena.

– Reforma dos Códigos de Processo Penal e Civil.

Isso o Senado está fazendo, já encaminhou, inclusive, grande parte do Código de Processo Penal. Do jeito como estão, geram na sociedade essa sensação de impunidade, principalmente em relação às autoridades, que cometem os maiores delitos e não são penalizadas. Nós temos que mudar isso para penalizar de cima para baixo e realmente dar à Justiça a capacidade de ser mais célere.

– Redução em 50% do número de parlamentares das Câmaras de Vereadores, Assembléias Legislativas, Distrital e na Câmara dos Deputados.

Vejam que eu não estou propondo mudanças só no Poder Executivo não; eu estou propondo também no Legislativo. Eu só não estou propondo mudanças no Senado, porque no Senado há igualdade, são três Senadores para cada Estado. Mas estou propondo na Câmara de Vereadores, na Câmara Legislativa, Distrital e na Câmara Federal. Reduzir pela metade, todo mundo fica igual, mantém-se a mesma proporção e economiza-se muito.

– Atuação independente – uma proposta para todos os Senadores – norteadas pelos interesses do Brasil e pelos interesses regionais, buscando eliminar as desigualdades entre as regiões do País.

Aqui fica um rolo compressor: o PT combina com o PMDB e aí só nos resta chiar, porque votam e apro-

vam tudo o que querem. E eu lamento que o PMDB, com honrosas exceções, como é o caso do Senador Mão Santa, do Senador Pedro Simon, do Senador Jarbas Vasconcelos e do Senador Geraldo Mesquita, realmente vote a favor de tudo o que o Palácio do Planalto quer. Podemos mudar isso se começarmos a nos rebelar de forma suprapartidária e colocarmos essa agenda para ser discutida.

Por último:

– O fim da verba indenizatória para os Parlamentares e a equiparação salarial com os Ministros do Supremo, como manda a Constituição.

Ou seja, acabar com esse sofisma de que a gente tem quinze mil de verba indenizatória para gastar com isso, com aquilo e tal. Por que nós não passamos a ter um salário igual ao dos Ministros e pronto? Porque permitirmos a suspeita de que há nota fria para isso ou para aquilo? É lógico que quem age honestamente gasta a sua verba indenizatória realmente com o que manda a norma, mas isso aqui tinha de acabar. Não se diz lá na Constituição que nós temos de ter isonomia com os outros Poderes? Por que nós não ganhamos o mesmo que ganha um Ministro do Supremo e acabamos com essa verba indenizatória, com essa molecagem?

Senador Paulo Paim, ouço V. Ex^a.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo, quero cumprimentar a coragem de V. Ex^a de trazer esse tema ao debate, porque esse tipo de assunto normalmente acaba tendo repercussão negativa. Se não for bem entendido – e por isso estou fazendo o aparte –, soa de forma negativa. O pronunciamento de V. Ex^a é ousado, corajoso. V. Ex^a está dizendo simplesmente o seguinte: vamos acabar com essa tal de verba indenizatória e vamos discutir o salário do Parlamentar. É isso o que V. Ex^a está propondo. Fica sempre esse mal entendido no ar quando se trata dessa tal verba indenizatória na Câmara e no Senado – tem nota? Como? Onde? Enfim, transparente, não-transparente, é, mas não é tanto –, e nós sempre explicando. Agora, o que V. Ex^a está propondo – e quero dizer que concordo com a sua proposta – é que se acabe com essa história de verba indenizatória e que se discuta, de forma transparente, o salário dos parlamentares. Com a definição do salário, cada um vai ter de prestar contas de seu mandato, se está fazendo um mandato decente ou indecente. Se for indecente, as urnas vão mandá-lo para a rua no momento adequado, quando ele for disputar uma reeleição ou qualquer cargo no

Legislativo ou no Executivo. Quero cumprimentar V. Ex^a pela firmeza e pela coragem de dizer: “Vamos acabar com essa verba indenizatória e vamos discutir o salário dos parlamentares”. Senador, esse era o aparte a V. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)
– Obrigado, Senador Paulo Paim.

É que, na prática, essa verba indenizatória passa a ser uma espécie de salário indireto para nós. Então, somando os R\$15 mil ou R\$16 mil da verba indenizatória com o nosso salário dá mais de R\$20 mil, que é o que os Ministros do Supremo Tribunal Federal ganham. Então, por que a gente não ganha direito, legal, pagando imposto e tudo? Realmente, acho que temos que tomar essas iniciativas. Vou acolher, inclusive, a sugestão do Senador Pedro Simon, vou mandar cópia deste meu pronunciamento com todos os anexos – e aqui peço que sejam transcritos – para que realmente todos meditem.

Começemos pelo Senado, já que somos, repito, só 81 Senadores e, talvez, possamos caminhar mais rapidamente numa reação para recompor realmente a importância que tem o Senado. E é bom que se diga, é bom que os brasileiros e brasileiras que nos assistem pela TV Senado ou nos ouvem pela Rádio Senado e a própria imprensa tenham em mente que só interessa aos ditadores enfraquecerem o Legislativo. E quando o Legislativo se enfraquece e se desmoraliza, o espaço para golpes, sejam de direita ou de esquerda, “democráticos” ou não, fica aberto.

E, quando se implanta uma ditadura, seja qual for a sua cor, quem primeiro padece é a imprensa, que é calada e fechada; depois, o povo, que é preso e obrigado a pensar de um jeito só. Portanto, perde a Nação.

Como já foi dito, a democracia não é um modelo extremamente bom, mas a gente não conhece outro melhor. Portanto, vamos zelar por essa democracia zelando pelo Parlamento, que, junto com o Judiciário, são os dois maiores pilares da democracia. O Executivo é um pilar, mas é um pilar sujeito, e muito, a pressões de toda ordem, e, por costume, quem se senta lá acaba cedendo, transforma-se de presidente em imperador com muita facilidade.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do inciso I, § 2º,
art. 210 do Regimento Interno.)*

“O TOMA-LÁ-DÁ-CÁ NÃO FAZ BEM À DEMOCRACIA”

Tião Viana (PT-AC) assumiu a presidência interina do Senado em meio ao que talvez seja a mais grave crise vivida pela Casa em toda a sua história. Não bastasse a humilhação de ver seu presidente, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), ser obrigado a se licenciar para tentar driblar uma saraivada de acusações por quebra de decoro parlamentar, o Senado vive tempos em que o Executivo impõe sua própria agenda ao Congresso Nacional e o Judiciário, em face da omissão dos congressistas, faz as vezes de legislador. É o próprio equilíbrio entre os três Poderes, essencial ao Estado Democrático de Direito, que está ameaçado. Viana sabe que, se quiser continuar no cargo – o que não nega mais –, precisará demonstrar capacidade de pacificar o Senado depois da crise Renan; ele sabe também que, ainda assim, sua permanência só será viável se o PMDB for incapaz de definir um nome próprio no processo sucessório. Por conta de todas essas circunstâncias, Viana tem presidido o

Senado a cada dia como se fosse o último. E, na tentativa de deixar sua marca, vai revelando uma surpreendente independência. Aos 46 anos, o médico sanitariano acreano bate forte no governo comandado pelo seu próprio partido, o PT. Para Viana, a troca de votos por emendas orçamentárias e cargos, o clássico “toma-lá-dá-cá”, além de medíocre, é o caminho para o caos. O final dessa rota, adverte o presidente interino do Senado, pode acabar sendo mesmo a aprovação de um terceiro

mandato para o presidente Lula. Viana classifica de “golpe” essa hipótese, mas alerta que a opinião pública, a partir da desmoralização do Congresso, pode acabar entendendo que esse é o melhor caminho. O senador também acha que as diferenças ideológicas do PT com o PSDB são pequenas e que uma eventual aliança de petistas com tucanos seria “bem melhor” do que algumas que o governo fez. Na segunda-feira 5, Tião Viana concedeu à ISTOÉ a seguinte entrevista:

ISTOÉ – *O sr. é candidato à sucessão de Renan Calheiros na presidência do Senado?*

Tião Viana – Dizer que eu não gostaria de ser o presidente do Senado seria um ato de hipocrisia. Talvez eu não tivesse dificuldade em ter votos, mas eu preciso compreender o momento e as circunstâncias que me trouxeram até aqui. Agora, meu maior compromisso é tentar defender uma unidade política da base que apóia o governo Lula na Casa. Qualquer movimento que eu fizer no sentido de continuar no Senado pode trazer a crise de volta.

ISTOÉ – *Então, o sr. não descarta a possibilidade de vir a disputar a presidência do Senado?*

Viana – A escolha do cargo é uma prerrogativa do PMDB, e o nome que o PMDB indicar eu apóio. No entanto, acho que o PMDB continua a errar. Antecipou o debate da sucessão, quando deveria ser o último partido a entrar nessa discussão. O PMDB age muito movido por interesses fragmentados. Não é um partido que construa uma unidade de ação. Aí, gera esse tipo de situação: o líder pede que não se antecipe o debate da sucessão de Renan, e um senador [Garibaldi Alves Filho] pega e se coloca mesmo assim como candidato.

ISTOÉ – *O Legislativo está desgastado e o Judiciário passa a legislar. Nesse quadro, como está a interlocução do governo com o Senado?*

Viana – Há uma doença crônica dos governos do Brasil. E é uma doença que o governo Lula também tem. O ministro Mares Guia (das Relações Institucionais), por exemplo, transita bem na relação pessoal, mas não conseguiu compreender o que é o Senado.

ISTOÉ – *O que não foi compreendido?*

Viana – Um governo que fica restrito a uma relação política com o Legislativo que se limita à liberação de verbas orçamentárias e nomeação de

cargos não está à altura de compreender a importância histórica do Poder Legislativo. Isso não faz bem à democracia. O toma-lá-dá-cá apequena qualquer governo. Não cabe esse tipo de visão. Infelizmente, os dois últimos governos, Fernando Henrique e Lula, têm o mesmo enfoque sobre o que representa o Congresso. Isso não faz bem.

ISTOÉ – *Mas isso não é consequência da atuação tibia do próprio Congresso?*

Viana – Isso é muito culpa nossa. Nós somos o Poder que mais interage com a sociedade e com a imprensa. Se nós não levarmos as nossas próprias propostas, como os três pontos da agenda política que batem na nossa cara a toda hora

– financiamento das campanhas, fidelidade partidária e o debate sobre os senadores suplentes –, e não fizermos alguma coisa, nós nos enfraquecemos. Aí, o governo crescerá. Ele tem dinheiro. Tem o orçamento na mão. E, quando prevalece a idéia medíocre de imaginar que o parlamentar vive de liberação de emenda ou de nomeação de cargos para sobreviver politicamente, aí vamos para o caos.

ISTOÉ – *E o Judiciário?*

Viana – O Judiciário pega esse vazio e começa a se envaidecer. Começa a legislar. A que nível pode chegar a democracia, a vida institucional brasileira, a partir desses termos?

ISTOÉ – *Esse clima alimenta a idéia de um terceiro mandato para o presidente Lula?*

Viana – Um terceiro mandato é um atentado, um golpe à ordem constitucional. O presidente Lula está muito bem, com ótimos índices de aprovação. Ele não tem a necessidade de se apresentar como alguém que possa ter pretensões de um terceiro mandato. Eu adoraria em 2014 estar gritando: “Um, dois, três, Lula outra vez.” Mas em 2010, não.

ISTOÉ – *Não caberia ao próprio presidente dar um bastante nesse debate?*

Viana – Mas ele tem dito, só que não cooa com a força que nós esperamos. Agora, o perigo é uma força chamada opinião pública. Do jeito que o Congresso está mal, com o STF sob influência da vaidade, querendo legislar, enfraquecendo,

ainda mais o Poder Legislativo, nós corremos o risco de ver o povo dizer: “Se está tudo tão errado, por que não pedir o terceiro mandato?” Por isso é que nós temos de ter maturidade de fortalecer a política, os partidos políticos, o equilíbrio dos três Poderes. Temos de ter clareza da seguinte situação: o governo Lula está bem, mas as forças políticas que o apóiam, não. Agora, partir desse diagnóstico para defender um casuísmo equivocado, que pode ameaçar mais ainda a nossa base de apoio, não dá.

ISTOÉ – *No debate para a sucessão de 2010, é obrigatório que o candidato do governo saia do PT?*

Viana – Não acho, não. Acho mais do que legítima a pretensão de Ciro Gomes [deputado do PSB do Ceará] em ser candidato. Se ele souber construir

uma boa e ampla relação de diálogo, nós podemos ter uma bela candidatura. O PT ainda tem que achar seus nomes. Os nomes que aparecem aí – Dilma Rousseff, Marta Suplicy, Patrus Ananias – ainda terão muita dificuldade de se firmar.

ISTOÉ – *Por falta de consistência própria deles ou por um enfraquecimento do PT?*

Viana – O partido não acertou suas contas com a sociedade depois da crise do “mensalão”. O PT tem que deixar claro que não é melhor do que ninguém no campo moral, mas também não é pior. A melhor maneira de o PT dizer que mudou seria radicalizar a democracia interna. O PT tem que romper com as suas vaidades, com os seus nichos de poder.

ISTOÉ – *O presidente do PT, Ricardo Berzoini, chegou a defender a extinção do Senado.*

Viana – Eu lhe disse pessoalmente que ele estava cometendo um grande erro de avaliação. Que estava cometendo um atentado grave a uma instituição que era um patrimônio da democracia. O Senado é a base fundamental da unidade nacional pelo princípio federativo. Imagine se nós tivéssemos apenas 100 parlamentares de São Paulo e apenas três do meu Estado. Que representação seria essa? Que princípio federativo haveria? Não dá para imaginar que um Estado tenha mais direitos de representação porque tem mais aviões, mais trilhos de trem, mais ônibus do que um Estado que, embora pequeno, tem a maior biodiversidade do mundo e 20% das árvores do planeta.

ISTOÉ – *O Acre, seu Estado, está próximo da fronteira com a Venezuela. Como o sr. avalia a política de Hugo Chávez?*

Viana – Tenho muito receio da visão de Estado de Hugo Chávez. Ele tem muito dinheiro e preocupa a forma como ele o gasta, quando compra 28 caças russos e se torna a primeira

força aérea da América do Sul. Ele tem essa visão de expansão a partir dos seus embaixadores venezuelanos informais para defender a sua tese bolivariana, consolidando uma concepção de unidade sul-americana equivocada. Isso pode levar à quebra das unidades nacionais, de interferência na autodeterminação dos povos.

ISTOÉ – *A esquerda errou quando apoiou Hugo Chávez no primeiro momento?*

Viana – Havia naquele momento uma demanda muito grande por reformas sociais. E, num primeiro momento, Chávez executou muito bem esse lado. Fez reformas importantes na área educacional, trabalhista, de valorização da classe trabalhadora. Mas essas reformas não foram suficientes para levar à Venezuela uma visão de democracia que já é parte da nossa concepção de sociedade e de Estado.

ISTOÉ – *E ele acusa os EUA por todos os males do mundo.*

Viana – Chávez entende que o pior dos mundos é o da subordinação a essa expansão permanente, dominadora e cruel da política americana. Nós entendemos que a melhor resposta é o fortalecimento das nossas instituições. Quando o presidente Lula vai à África e expõe uma política solidária de fortalecimento da vida comercial dos países africanos é uma decisão muito maior que o confronto infantil com os ditos imperialistas americanos. Hugo Chávez tem ainda uma concepção

ideológica nos moldes do século XX. Nós já estamos no século XXI.

ISTOÉ – *A CPI do Apagão Aéreo no Senado acabou no final retirando o indiciamento daqueles que as investigações apontavam como corruptos.*

Viana – A CPI do Senado caminhou bem até o diagnóstico que fez dos acidentes e as suas razões: a crise dos controladores de voo, a falta de um planejamento estratégico para o setor. Mas, quando ela entrou no debate da criminalização dos responsáveis, aí caiu na vala da luta política. E, nesse ponto, a consequência é a pior possível: se protegem nomes que não se deveriam proteger e se condena quem não se deve-

ria condenar. Isso primeiro aconteceu na Câmara, que fez uma CPI equivocada, tímida. A nossa começou bem e, infelizmente, passou da linha.

ISTOÉ – *Há quem defenda uma aproximação do PT com os tucanos. O que o sr. acha disso?*

Viana – Nós e o PSDB temos diferenças ideológicas muito pequenas. Nós tivemos origem na base do movimento social, e o PSDB na base do movimento intelectual. Mas a nossa separação se deu muito mais pela disputa de poder. Acho que os defeitos do PT são os defeitos do PSDB, e vice-versa. Acho que temos tudo para construir um canal de entendimento. Uma eventual aliança com o PSDB seria bem melhor do que algumas das alianças que temos hoje no governo. ■

O senador diz que o Parlamento está agonizante e que muitos políticos usam o mandato apenas em proveito próprio

"O Legislativo não é mais uma voz da sociedade nem uma caixa de ressonância. Está meio sem função"

O Congresso Nacional tem enfrentado uma seqüência de tormentas que, nos últimos anos, debilitaram a credibilidade de muitos de seus membros e feriram gravemente a imagem da instituição. Deputados ganharam alcunhas de mensaleiros e sanguessugas – isso só para falar dos casos mais conhecidos. O último dos escândalos envolveu o senador Renan Calheiros, então presidente do Senado, que renunciou ao cargo depois da revelação de um lado repugnante de sua biografia, que misturava amante, lobistas, dinheiro e bois fantasmas num mesmo enredo. O novo presidente do Congresso, o senador Garibaldi Alves, do PMDB do Rio Grande do Norte, foi eleito há quatro meses e prometeu recuperar os laços que o Parlamento sempre manteve com a opinião pública. "Mas está difícil", reconhece ele. Em entrevista a VEJA, Garibaldi diz que a política hoje é coisa para endinheirados e que muitos parlamentares só pensam em tirar proveito pessoal de seu mandato. Ele não poupa nem os colegas peemedebistas. Com seu jeito simplório e sua voz mansa, o presidente do Congresso critica o governo, o presidente Lula e também defende o aumento do salário dos parlamentares.

Veja – *O senhor assumiu a presidência de um Congresso desgastado pelo escândalo que culminou com a renúncia de Renan Calheiros e paralisado pelo excesso de medidas provisórias do governo. Qual é o seu diagnóstico?*

Garibaldi – O Congresso deixou de votar, de legislar, de cumprir sua função. É uma agonia lenta que está chegando a um ponto culminante. Essa questão das medidas provisórias é emblemática da crise do Legislativo, que não é mais uma voz da sociedade, não é mais uma caixa de ressonância da opinião pública. Está meio sem função. O Congresso está na UTI, e ninguém do mundo político percebe que esse desapareço pelo Poder Legislativo é uma coisa que está minando as suas bases de sustentação e que a qualquer hora poderá haver um momento de maior tensão, de crise entre os poderes. A medida que o Legislativo abre mão de suas prerrogativas, o Executivo invade espaços. Precisamos inverter essa tendência.

Veja – *Mas o desgaste do Congresso não decorre só da questão política. Nos últimos anos, os escândalos se sucederam e o Legislativo pouco fez para punir os envolvidos. Essa aparente leniência com a corrupção não ajuda a construir uma boa imagem do Congresso...*

Congresso só quer atuar na fiscalização de outros poderes, através das CPIs, mas esquece que precisa antes fazer uma faxina dentro de casa. Por exemplo: precisamos ter coragem de encarar a opinião pública na questão dos subsídios, dos vencimentos dos parlamentares.

Veja – *O que o aumento do salário dos congressistas tem a ver com isso?*

Garibaldi – Se eu fosse chamado agora para uma reunião, diria: vamos definir um salário justo para os parlamentares. Na hora, poderia me desgastar pela falta de credibilidade do Legislativo. Mas o parlamentar precisa de um salário maior, com menos penduricalhos, compatível com outros poderes. Não digo nem com o Executivo, que não é modelo para isso, já que um ministro ganha 8000 reais líquidos. Hoje, o Legislativo está emparedado, intimidado, e ninguém quer enfrentar essa questão. Mas é uma questão justa.

Veja – *Em sua avaliação, a absolvição do senador Renan Calheiros foi uma decisão correta dos senadores?*

Garibaldi – A absolvição de Renan penalizou o Legislativo. Mas é uma questão difícil. Quero ter todo o cuidado de falar de uma pessoa que era colega. Quer dizer, é colega. Ele anda aparecendo menos, mas ainda está lá. Pelo coleguismo, todos têm cuidado, pensam muito antes de decidir. Eu até hoje não sei qual punição ele merecia. É difícil julgar um par, é um julgamento muito político. Eu tive duas posições. No primeiro julgamento, fui a favor da cassação. No segundo, fui contra. Esse tipo de julgamento é um dilema para o Legislativo. Mas, sem dúvida, prevaleceu mesmo a imagem da impunidade.

Veja – *Analistas dizem que a imagem péssima do Legislativo, principalmente em razão dos casos de corrupção, tem atraído cada vez mais pessoas desqualificadas para a política. O senhor concorda com isso?*

Garibaldi – A política hoje é o seguinte: quem já entrou sem dinheiro tenta sobreviver. Mas quem é liso não tem mais vez. Só vão entrar os endinheirados ou quem está atrás de mais dinheiro.

Veja – *Como fazer para resgatar a imagem do Congresso?*

Garibaldi – Não quero dourar a pílula. A situação está muito difícil. A discussão das medidas provisórias pode ser uma retomada de caminho. Câmara e Senado estavam funcionando como duas entidades distintas e, agora, começam a se reunir, a tentar falar a mesma língua. Eu gostaria de ver até o fim do meu curto mandato, em fevereiro, sinais dessa reação. Há muita gente boa no Congresso, mas a maioria está desanimada. Muita gente está lá apenas para aprovar umas emendazinhas e conseguir uns cargos para se reeleger. A maioria dos parlamentares segue a lógica de votar com o governo, liberar as emendas, emplacar um cargo para um aliado e colher os dividendos nas eleições seguintes. Os políticos se contentam com isso e, sem saber, fazem um mal danado ao Legislativo. A Casa pode desmoronar do jeito que vai.

Veja – *O Palácio do Planalto utilizou um dossiê com gastos secretos do presidente Fernando Henrique para tentar intimidar a oposição e inviabilizar a CPI dos Cartões. O senhor acha que a revelação do dossiê vai fazer com que a CPI ande?*

Garibaldi – O episódio do dossiê foi bom para dar um alento a essa comissão, para a investigação pegar. Tem de investigar, tem de abrir tudo. Fernando Henrique fez uma carta para Arthur Virgílio pedindo para abrir todas as suas contas. Lula devia seguir o exemplo e fazer uma carta para o Romero Jucá (*líder do governo no Senado*) para abrir tudo isso aí. Não há nenhum problema de segurança nacional. Não vejo como essas despesas possam ameaçar um governo. Usar argumento de segurança nacional é coisa de ditadura, de regime autoritário. Essa tese não combina com a democracia. O lixo do presidente da República não é diferente do lixo de nenhum contribuinte. A mordomia faz parte do poder. Lula como presidente da República e eu aqui como presidente do Senado temos direito a uma certa mordomia. Mas isso deve ser totalmente transparente.

Veja – *A maneira mais comum de o governo do PT tentar evitar uma investigação no Congresso é apelar para a tese de que o governo anterior fez o mesmo. Essa disputa para ver quem errou primeiro não provoca uma descrença na classe política?*

Garibaldi – Ajuda muito a desmoralizar os políticos. Não quero dizer que não se deva comparar uma administração com a outra. Mas comparar seus feitos, não comparar para ver quem é pior, quem fez o errado antes. Há um nivelamento por baixo. O que a população espera é que se corrija o erro, não que se faça a exaltação do errado. Lá no Nordeste, há um dito popular assim: todo mundo calça 40. Significa que são todos iguais. Quando vejo essa troca de acusações entre PT e PSDB, lembro logo da frase. Todos eles calçam 40.

hoje apóia os petistas e, assim, vai se perpetuando no poder, independentemente dos governos, há vinte anos. O seu partido também não calça 40?

Garibaldi – Dentro do PMDB há uma corrente que quer nadar contra essa maré. Mas essa prática do fisiologismo termina nivelando todo mundo por baixo. A imagem hoje é a de que quem é do PMDB não presta. É uma injustiça generalizar, todo partido tem gente fisiológica e gente séria, mas o meu partido deu motivos. Para enfrentar isso, o partido precisaria oferecer a outra face, a face boa. Mas qual será essa face boa, essa ilha de excelência?

Veja – *Qual?*

Garibaldi – Pensando em 2010, é difícil o partido tirar um candidato dessa massa sem lideranças. O PMDB não tem candidato. Ou vai de Aécio Neves, se ele vier para o partido, ou não tem ninguém. Poderia ser o Sérgio Cabral, mas ele está encontrando muitas dificuldades no governo do Rio.

Veja – *Há alguma chance real de o governador de Minas, Aécio Neves, trocar o PSDB pelo PMDB?*

Garibaldi – Eu não sou um dos articuladores desse projeto. Mas, se der certo, eu embarco nessa candidatura.

Veja – *O presidente Lula aposta em Dilma Rousseff como sua candidata à sucessão e deu a ela o comando do PAC, para tentar fazê-la decolar. Lula e o PAC são suficientes para fazer de Dilma a próxima presidente?*

Garibaldi – Se Dilma é a mãe do PAC, a candidatura dela vai depender dos filhos. Se esse PAC crescer mesmo, se esses filhos chegarem aos 16 anos e se tornarem eleitores, com o título no bolso, ela terá chance. Agora, se Dilma permanecer apenas com esse papel de coordenadora e o PAC não for esse canteiro lindo de obras, for só uma sigla, vai ser difícil demais emplacar.

Veja – *O senhor acha que o PT, na hipótese de não encontrar um candidato ideal à sucessão, pode lançar uma ofensiva para dar um terceiro mandato a Lula?*

Garibaldi – Pode, sim. Cada cidadão tem sua opinião, e eu vou dar a minha: eu não acredito que Lula vá topar essa parada. Ele está com uma imagem que não foi fácil conquistar, muito melhor do que quando ele iniciou essa luta para chegar à Presidência e ouvia gente dizendo que ia sair do país se ele ganhasse. Não houve debandada, não houve crise na economia. O presidente não vai querer jogar tudo isso fora por uma aventura do terceiro mandato. O que ele pode é querer voltar na eleição seguinte.

Veja – *Qual o ponto forte do governo Lula?*

Garibaldi – É uma coisa óbvia. Lula é um homem que foi fiel, pelo menos no imaginário popular, às suas origens. Chegou à Presidência, manteve a política econômica e voltou-se para a população mais pobre. Expandiu as bolsas e deu mais assistência aos pobres. Não sei se no futuro esses programas vão ser considerados bons, já que no interior do Nordeste muita gente não quer mais trabalhar porque está recebendo essa Bolsa Família. Prefere o dinheiro fácil a pegar no cabo da enxada. Agora, para a fome não há outra receita a não ser encher a barriga. Por isso o Lula é popular. Por isso não há quem possa hoje subir à tribuna do Senado e dizer que o Bolsa Família não é um bom programa.

Veja – *E os pontos fracos?*

Garibaldi – O problema é que Lula vê as coisas com um certo maniqueísmo. Tudo o que ele faz é bom. E quem fala mal dele, até quando é uma crítica bem-intencionada, é ruim. Então, ele passou a ser um divisor de águas, um dono da verdade. É lógico que existem falhas no governo dele. A reforma agrária dele não é boa. Ele não segura a exacerbação do MST. A política de Lula para o homem do campo é muito ruim. No Nordeste não tem mais ninguém vivendo direito da agricultura. Não existe grande produtor, não existe médio e o agricultor familiar só planta para subsistência. Outra falha é a falta de política de desenvolvimento regional, de investimento nas vocações econômicas das regiões.

Veja – *O senhor foi relator da CPI dos Bingos, que desvendou uma série de escândalos no governo. Como o senhor avalia a corrupção no Executivo?*

Garibaldi – O governo Lula foi muito frágil com a corrupção. Adotou uma política, para mim errada, de dizer que ninguém errou, que os corruptos foram vítimas de complôs, de circunstâncias. Sempre criando atenuantes. E se você cria atenuante cria impunidade. O próprio presidente adotou essa política muito compassiva com os auxiliares. Se o presidente não pune, não manda apurar, abre a porta para mais corrupção. Lula deveria ter cortado o mal pela raiz. Como não cortou, ficou sem condição de debelar a corrupção.

Veja – *O senhor deve ouvir falar de reformas tributária e política desde que entrou na vida pública. Por que elas nunca saem?*

Garibaldi – O país precisa muito de reforma política, previdenciária e tributária, mas já desperdiçamos muitas oportunidades. Lula e Fernando Henrique foram eleitos e reeleitos com grandes votações, tinham condições de enfrentar as resistências, mas não se empenharam. Isso só se faz no começo do governo, quando a popularidade é alta. Eu culpo essa falta de coragem dos últimos governantes para enfrentar essas questões mais a fundo. Isso é coisa para estadista. E falta estadista em nosso país.

Veja – *Há alguma chance de aprovar a reforma tributária que está no Congresso até o fim do governo Lula?*

Garibaldi – Este ano parece ser péssimo no Congresso por causa da eleição. Aparentemente, ninguém aposta um real que a reforma tributária saia. Mas eu aposto que essa reforma tributária, que não é a ideal, pode sair se o governo se empenhar com ela, for tolerante e dialogar com todos os lados envolvidos.

Veja – *A vida do senhor mudou muito depois que assumiu a presidência do Senado?*

Garibaldi – Mudou demais, meu filho, está muito mais complicada. Hoje eu tenho de atender a muitos compromissos em todos os estados. Estou correndo muito, me desdobrando muito. Estou fazendo o mesmo, mas com mais intensidade. Politicamente é muito bom, dá muito mais visibilidade. Mas dá um trabalho...

A banalização da safadeza

Sucinto como os telegramas de antigamente, o currículo oficial do ministro Jorge Hage Sobrinho, divulgado pelos sites governistas, limita-se a informar que o atual comandante da Controladoria-Geral da União nasceu na Bahia há 70 anos, foi juiz de direito, prefeito de Salvador, deputado estadual e deputado federal. Quem pouco sabe de Hage talvez imagine que enfim apareceu alguém que, inibido pela modéstia, prefere não se estender sobre os serviços prestados à pátria. Engano, sabe quem conhece a figura. O tamanho e o teor do texto apenas demonstram que, se assim recomendam as circunstâncias, o verboso baiano é capaz até de ser conciso.

Se incorporasse ao resumo da própria trajetória bemóis e sustentidos alojados em antigas partituras, se contasse cada caso como o caso foi, se iluminasse os curtos registros com detalhes essenciais, o currículo ficaria com cara de prontuário. Foi o manual da expertise, não a cartilha da objetividade, que lhe sugeriu esquecer que o leal ministro da era Lula foi um aplicado servidor da ditadura militar. O currículo oficial só trata com letras grandes da fase mais recente da carreira de Hage. As etapas anteriores viraram coisa do século passado.

Uma omissão aqui, um retoque ali e pronto: o pecador que perde o sono quando pensa no Juízo Final vira candidato à canonização. O bistiuri do redator da biografia tornou mais vistosa a fantasia de Primeiro Fiscal do Primeiro Governo Popular do Brasil. E reinovou o Jorge Hage que não dava maior importância ao que achava a gente comum.

"Foi prefeito de Salvador entre 1975 e 1977", telegrafa o texto. Sem um único voto popular, acrescenta a coluna. Enquanto a ditadura durou, milhões de eleitores foram proibidos de escolher o presidente da República, os governadores e os prefeitos das capitais. Disso cuidavam a onisciência fardada e a pusilaninidade de terno.

No caso de Hage, bastou-lhe a simpatia do governador Roberto Santos, que o indicou para o cargo, e a ausência de antipatias entre os chefes militares. Nos dois anos seguintes, o prefeito pouco fez e quase nada falou, como convinha aos aliados paisanos do regime. Não seria melhor a performance do deputado estadual e do deputado federal.

Hage jazia na vala comum onde se amontoam prefeitos e governadores biônicos que caíram no esquecimento eterno ao perderem a notoriedade efêmera quando foi ressuscitado pelo bom baiano Waldir Pires. Promovido a nº 2 da Controladoria, é o titular desde junho de 2006. Ex-inquilino da Arena, do PDT e do PSDB, está no momento sem partido. Mas em marcha acelerada para o PT, que acaba de presentear com uma frase destinada a figurar na faixa que anuncia uma passeata ou um comício do partido de Lula.

"Isto é a escandalização do nada", caprichou o controlador ao decidir que não havia motivo nenhum para a barulheira da imprensa em torno da ganstança com cartões corporativos. A frase pegou feito fogo na floresta. "Isto é a escandalização do nada", repetiu a ministra Dilma Rousseff, aplicando a invenção de Hage ao

dossiê montado no Gabinete Civil para prejudicar FHC.

Não existe pecado do lado de baixo do Equador, vem reiterando há cinco anos o tratamento de cúmplice concedido por Lula à bandidagem companheira. Mas faltava a frase que resumisse a grande ópera da safadeza.

Graças a Jorge Hage, agora não falta mais nada.

Pajelança perigosa

Não convidem para a mesma pajelança militares em postos de chefia na Amazônia e a companheirada reunida no alto comando do Intra, do Ibama e da Funai. As Forças Armadas e as siglas sempre tiveram divergências sobre a política indígena - se é que merece esse nome um mosaico de peças que não se encaixam. Mas agora já nem falam a mesma língua. Onde os paisanos enxergam "nações", "reservas indígenas" e "povos da floresta", os fardados vêem: "tribos" (ou "etnias"), "terras indígenas" (inseparáveis do mapa do país) e ramificações do povo brasileiro, todas atadas para sempre pelos laços da unidade nacional.

Os militares começaram a usar esse dialeto fora dos quartéis.

- 1 - REFORMA TRIBUTÁRIA AMPLA QUE REDUZA A CARGA DE IMPOSTOS PAGOS PELA POPULAÇÃO;
- 2 - POSIÇÃO CONTRÁRIA À CRIAÇÃO E AUMENTO DE IMPOSTOS;
- 3 - AJUSTE FISCAL;
- 4 - REFORMA POLÍTICA;
- 5 - REGULAMENTAÇÃO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS REDUZINDO AO ESTRITAMENTE NECESSÁRIO E LEGAL;
- 6 - REDUÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS DE LIVRE - PREENCHIMENTO / NOMEAÇÃO;
- 7 - REDUÇÃO DO NÚMERO DE MINISTÉRIOS E DE SUAS ESTRUTURAS;
- 8 - REGULAMENTAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO TORNANDO-O IMPOSITIVO E SUBMETENDO AS LIBERAÇÕES DE EMENDAS AOS CRITÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;
- 9 - REFORMA DOS CÓDIGOS DE PROCESSO PENAL E CIVIL;
- 10 - REDUÇÃO EM 50% (CINQUENTA POR CENTO) O NÚMERO DE PARLAMENTARES NAS CÂMARAS DE VEREADORES, ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS, DISTRITAL E NA CÂMARA DOS DEPUTADOS;
- 11 - ATUAÇÃO INDEPENDENTE NORTEADA PELOS INTERESSES DO BRASIL E REGIONAIS, BUSCANDO ELIMINAR AS DESIGUALDADES ENTRE AS REGIÕES DO PAÍS;
- 12 - FIM DA VERBA INDENIZATÓRIA PARA PARLAMENTARES E EQUIPARAÇÃO SALARIAL COM OS MINISTROS DO STF, COMO MANDA A CONSTITUIÇÃO.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Após o brilhante pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti, que, com competência e grandeza, representa o Estado de Roraima, convidamos para usar da palavra o próximo orador inscrito, Senador Geraldo Mesquita, do PMDB do Estado do Acre. S. Ex^a está trocando gentilezas com Pedro Simon, que também está inscrito.

Senador Mozarildo, eu entendo, como Pedro Simon, que nós temos dogmas e que a democracia tem de ser entendida como a Igreja Cristã: Pai, Filho e Espírito Santo, três pessoas numa só. E entendo que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário têm de ser um só. Aliás, não são nem poderes, são instrumentos da democracia. Na democracia, o poder é do povo, que trabalha e paga conta.

Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita, que simboliza aqui a história e a crença de Rui Barbosa no direito e na justiça.

V. Ex^a poderá usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR NA SESSÃO DO DIA 11 DE ABRIL DE 2008, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Após brilhante pronunciamento do Senador Geraldo Mesquita, do Acre, eu apenas quero somar a esse pronunciamento a visão de Franklin Delano Roosevelt, que governou os Estados Unidos por quatro mandatos e, num período pós-recessão, pós-guerra. Luiz Inácio tem de se inspirar nele que disse: “Norte-americanos, arrumem um emprego, trabalhem; se não der certo, persistam; se não der certo, arrumem outro trabalho. Então, ele estimulava aquele povo a trabalhar.

Como disse Rui Barbosa, “o trabalho vem antes, ele é que faz nascer a riqueza, o trabalho e o trabalhador.”

Franklin Delano Roosevelt, sintetizando o que Geraldo Mesquita Júnior interpretou, disse: “As cidades poderão ser destruídas, mas elas ressurgirão do campo. Se o campo não for apoiado e for destruído, as cidades morrerão de fome.” Isso sintetiza a explanação do Senador Geraldo Mesquita Júnior em defesa do apoio ao homem do campo.

Convido V. Ex^a a presidir os trabalhos, porque eu gostaria de fazer um pronunciamento. E é sobre o Senador Paulo Paim que falarei.

O Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Concedo a palavra, com muito prazer, ao nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Geraldo Mesquita, que preside esta reunião, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros que nos assistem, nesta sessão de sexta-feira, às 11 horas e 20 minutos.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, permita-me registrar a presença do Presidente da Cobap – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, que vai assistir o seu pronunciamento. Ele veio trazer inclusive uma carta de agradecimento, que está nas minhas mãos, o nosso companheiro Marcílio. O Marcílio é o Presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas e veio agradecer, em nome de 24 milhões de idosos, aposentados e pensionistas deste País e com certeza também em nome dos outros 30 milhões que serão beneficiados pelo fim do fator previdenciário, pela decisão do Senado. Eles se comprometeram agora a fazer o mesmo movimento que fizeram aqui, no Senado, lá na Câmara dos Deputados. Seja bem-vindo, Marcílio.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pedro Simon, esta é uma das mais importantes reuniões realizadas por este Senado em seus 183 anos. Pedro Simon, foi longo e sinuoso o caminho para chegarmos aqui, e isso me deu o direito de escolher aqui o meu Líder. Eu ouvi atentamente que o Pedro Simon dizia que hoje quem decide tudo é meia dúzia de Líderes, que se reúne e tal. Acontece que homens como eu... A democracia começou com o grito de liberdade. Geraldo Mesquita, desde que adentrei aqui, aliás antes de adentrar, eu já tinha escolhido Pedro Simon como meu líder no Partido.

Mas, Paim, quero ensinar aqui a minha interpretação. Nosso Senador Fernando Collor caiu, tombou aqui no Senado. Geraldo Mesquita, quero dizer que votei no Presidente Fernando Collor. Eu era prefeito. E quero dizer que ele tombou... Veja, Pedro Simon, que Fernando Collor começou a tombar... Eu, aqui, sou observador da História, estudo a História para interpretá-la. Paim, V. Ex^a lembra que, quando a Justiça deu 127% para os aposentados, o nosso Senador Fernando Collor começou a cair. “Bem-aventurados

os que têm fome e sede de justiça”, disse Cristo. “A justiça é o pão de que mais a humanidade necessita”, segundo Montaigne. E, quando a Justiça deu 147% para os velhinhos aposentados, o meu amigo, o meu líder – votei nele – teve um arroubo e disse: “Eu não dou”. V. Ex^{as} se lembram? Foi ali que começou a cair Fernando Collor.

Foi ali, Pedro Simon.

Pedro, quando eu digo e advirto o Luiz Inácio... Eu fui prefeitinho. Quando eu entrei na Prefeitura de Parnaíba, Geraldo Mesquita, salário mínimo só pagava o Prefeito de Teresina, Wall Ferraz, e o Prefeito de Floriano. E eu disse – o meu antecessor era gente muito boa, correta, irmão do Alberto Silva: o menino prometeu, mas não vai pagar salário mínimo.

Paim, em quatro ou seis meses, estava todo mundo ganhando salário mínimo. O meu antecessor era gente muito boa, ele raciocinava assim: botar quantidade, dar um pouquinho para cada um, era quase como essa renda mínima. E eu paguei.

Paim, aí eu me lembrei, depois de seis meses, de que havia uma folha de funcionários. Isso antes da Previdência. Eu fui Prefeito em 1989, antes dos anos em que unificaram a Previdência. Então, ouvi falar que havia uma folha de aposentados e pensionistas. Paim, aposentados e pensionistas não têm direito à greve, não clamam, estão envelhecidos. Mas eu ouvi falar e eu mandei buscar essa folha. Essa é a experiência que Luiz Inácio não tem, ele não foi prefeitinho, e que o Presidente Collor não viveu.

Geraldo Mesquita, aí me veio a folha. Pedro Simon, fiquei estarecido quando eu olhei. Os aposentados do instituto ficavam numa folha, eu ouvia falar dela e decidi ajudar –, uma folha pequena: eram vinte pensionistas, viúvas de funcionários, porque não havia o instituto da previdência, e uns dez, doze aposentados. Mínima, pequena. Eu olhei os aposentados, Paim; eles ganhavam o valor de uma cerveja, porque aquilo tinha ficado mofando. Aposentado não tinha greve, não tinha direito, não tinha... Foi antes da Previdência, funcionários antigos. E as pensionistas, Paim, recebiam o valor de uma coca-cola.

Olha, de chofre – sou cirurgião, todos já me conhecem aqui, de decisão, nunca me faltou decisão e coragem, agradeço a Deus por isso –, Geraldo Mesquita, eu disse: “Eu vou dar salário mínimo”. Mandaram buscar esses velhinhos e aposentados. Aí é que o Luiz Inácio não tem essa experiência, porque não foi prefeitinho, nem o Fernando Collor teve. Paim, de repente, vieram os aposentados. As viúvas não foram localizadas. Eram uns doze os velhinhos. Eu era Prefeito. Olha, Pedro Simon, quando anunciei que ia pagar o salário àqueles velhinhos, idosos, funcionários

antigos, antes da Previdência, eu me lembro de que um moreninho passou mal e quis morrer ali. Aí, eu fiquei aperreado e disse: “Menina, bota no carro do prefeito e leva para o pronto-socorro”, tal era a emoção, porque eles ganhavam tão pouco. Olha, eu vou te dizer que, com esse rolo de cortar fantasma e botar salário... Eu não estava com ibope assim não, mas, de repente, olha que eu estou aqui. Eu agradeço a esses velhinhos. Eram dez, doze.

Pedro Simon, tudo que era inauguração a que eu ia estavam lá os velhinhos, de paletó, agradecidos. Ô gente boa são os velhinhos! Estavam lá. Aposentados, iam para o banco da praça, em frente ao Banco do Brasil. “Prefeito bom é esse! Esse homem não é de mão santa não, é de coração santo. Nós estamos aqui há 40 anos e ganhávamos o valor de uma Coca-Cola.”

E as coisas eram assim. Um deles era pai do gerente do Banco do Brasil. Uma era viúva do meu chefe, porque eu era médico do INPS, da Previdência. E aquilo ali, eles na praça, e tal... E por que não se ouve o aconselhamento de velhos de vergonha, que trabalharam, que construíram? O Presidente Collor entrou no cano foi aí. “Não dou!” Olhe aí. Não são só os velhinhos não; tem os filhos, tem os netos. Aquele dinheirinho que ele pega. Olhem que sou avô... É para dar para os netos, é para não sei o quê.

Então, com aquilo ali, de repente eu fui crescendo politicamente. Quando vi, de repente eu saí da prefeitura, era governador, estou aqui e tudo. Então, é o pessoal, agradecido. Foi com esses aí que eu comecei a meditar.

Eu sei que Cristo andou no mundo, e ele disse: “Vinde a mim as criancinhas”. Eu acho que, se ele viesse hoje, do jeito que estão sofrendo, humilhados, desprezados, os nossos aposentados, ele ia dizer: “Deixem vir a mim os velhinhos”.

O Paim e este Senado escreveram uma das belas páginas. Poucos de nós nos associamos ao Paim, que tinha um projeto antigo, que estava aí, anos e anos e anos parado, para que os aposentados tivessem direito aos aumentos dos que estão na ativa e a um fator previdenciário, que, quando entrei na história, já estava nos corações dos velhinhos, e fui Relator. Disse o Paim que um fator previdenciário não existe em lugar nenhum.

Mas, Geraldo Mesquita, V. Ex^a foi um dos líderes desse movimento... Olha, leio Rui Barbosa, desde o Luiz Viana, que escreveu sobre ele. Mas ele fica na história e V. Ex^a ficou em vida. Nunca vi uma pessoa tão casada, amarrada e gamada no Direito e na Justiça como V. Ex^a. V. Ex^a é firme no Direito. Vou te dizer: se eu chegar à Presidência da República – quem sabe é Deus, que

tem sido tão bom –, V. Ex^a já está convocado para ser Ministro da Justiça. Já não terei problema aí.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – V. Ex^a me oferece uma opção? Prefiro ser Ministro da Agricultura.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Seria o Pedro Simon. Eu ia dar o bis para ele. Aí vocês se entendam. O Pedro Simon já foi Ministro da Agricultura do Presidente Sarney.

Mas o que eu queria dizer é que recebi um documento que você vai ver... O Paim me disse que o fator previdenciário não existia no mundo todo, e eu acredito. Acreditei. Fui o Relator, vencemos e tivemos o dia da vitória. Não quero crer que a Câmara vai enterrar os velinhos, porque aí vai cair uma desgraça em cima deles.

Aí não serão 300 picaretas, mas 513 picaretas, se ele enterrar, o Luiz Inácio! E nós já estamos, por antecipação, e o povo aqui...

Mas recebi, agora, Pedro Simon, *O Martírio de um Deus*.

Rapaz, é bonito, vou ler, não aqui, porque não dá tempo. “*Ao Senador Mão Santa, com um fraterno abraço, de seu admirador Obed Andrade*”.

Jesus Cristo, é negócio do Gólgota, está aqui, li rapidamente *O Martírio de um Deus*. Mas aí ele manda, está aqui, nós recebemos mesmo, é fantástico, estamos falando é para o Brasil, é para os que sofrem, nós falamos é para o povo. Esta tribuna aqui só tem valor se tivermos a coragem de dizer o que povo não pode dizer, de mostrar o clamor do povo. Ulysses disse: “*Ouçã a voz rouca das ruas*.” Ouçã, interprete e represente! Isto aqui só tem valor se for um tambor de ressonância do povo.

E recebemos aqui um *e-mail* de Obed Costa Andrade, que é de Aracaju. Ele manda aqui o “*O Martírio de um Deus*”, que vou resumir. A letra é boa, grande. “*Sr. Senador, hoje a comunidade cristã relembra o martírio de Jesus Cristo aqui na Terra*”.

Mas aí Galiléia, literatura boa, ele escreve melhor do que eu, depois vou ler com carinho. Atentai bem, brasileiras e brasileiros, para o que ele escreve:

“A agonia e o sofrimento dos aposentados e pensionistas que contribuíram com a Previdência Social é parecida com a de Jesus Cristo, a diferença é que é lenta e ignorada por determinadas pessoas”.

É um aposentado aqui.

Olha que nós tivemos aquela coroa de espinho, aquela cruz pesada nas costas do nosso velinho. Olha, teve uma hora que Cristo disse “ai daquele que escandalizar as criancinhas”, quando a gente vê essa

pedofilia. Eu digo: ai daquele Deputado que enterrar o que foi feito aqui em defesa dos aposentados. Grave. Aí não serão só 300 picaretas, mas 513. Saiu daqui para lá. Que o povo os identifique!

Ele saiu daqui. Somos pais da Pátria, somos responsáveis. Entendemos as coisas.

Diz ele: “Prezado Senador, vou especificar o meu caso...” Falo isto para dizer da grandeza desta Casa.

Eu o apoiei porque V. Ex^a estava ali e acredito muito nos princípios de V. Ex^a, na firmeza. Foi uma luta. Um chegou até a prometer que iria fazer greve de fome, que não ia tomar banho, com os velinhos aqui. Mas aqui o caso é de todos. Esse escreve bem. Não vou ler o livro que ele disse. Diz ainda:

“A agonia e o sofrimento dos aposentados e pensionistas que contribuíram com a Previdência Social é parecida com a de Jesus Cristo. A diferença é que é lenta e ignorada por determinadas pessoas”.

Prezado Senador, vou especificar o meu caso, que é o mesmo dos demais aposentados...

Escolhi um *e-mail* em milhares. E segue: “*Trabalhei durante 35 anos...*”

Luiz Inácio, você se aposentou ligeirinho, sei que foi um acidente. Mas este aqui trabalhou 35 anos.

Continuo:

“Trabalhei durante 35 anos em uma empresa, era gerente de produção. Durante estes 35 anos, foram descontados do meu salário, religiosamente, as obrigações para o INSS, pois a empresa era séria. Já cansado e tendo o direito de me aposentar, resolvi requerer a aposentadoria. Pagava, na época, ao INSS sobre nove salários.”[O Governo tirando, e ele com a promessa de, na sua velhice, ter nove salários mínimos, para viver com dignidade com a sua amada adalgisinha, com a família, ajudando seus filhos e os netos.]“Pagava, na época, ao INSS sobre nove salários já a alguns anos, e o INSS os recebeu silenciosamente por todo esse tempo. Quando o INSS me chamou para receber a carta de aposentadoria, por surpresa minha, só tive direito a 7,11 salários.”

Já começou a malandragem do Governo. Ele pagou para nove, assinou, mas ficou decepcionado porque só iria receber 7,11 salários.

Pedi explicações e os funcionários me disseram que foi feito o cálculo de acordo com a lei.

Primeira perda, pois tiraram logo dois salários mínimos ali.

Segue:

“Hoje, meu prezado Senador, recebo apenas 3,65 salários”. Quem pagou para dez recebe menos de quatro, quem pagou para cinco recebe dois. Isto é o Governo.

Faço-lhes uma pergunta, Sr. Senador: se o senhor pagasse por um produto durante 35 anos com esperança de recebê-lo integral no final e só lhe devolvessem a metade, o senhor aceitaria?”

No mínimo, se houvesse justiça, o INSS teria de devolver esse dinheiro que ele recebeu indevidamente do nosso salário, ganho com tanto sacrifício. Era o mínimo. Cobrou, acertou, fez o contrato, as regras.

Esta é a cruz de todos os aposentados e pensionistas que contribuíram com a Previdência e a sustentaram durante várias décadas.

Quero alertar aos trabalhadores que estão contribuindo com a Previdência com mais de um salário que eles no futuro vão cair também neste ‘golpe’.

Justiça... A Justiça!... cega, surda, muda e terrivelmente lenta para nós, quando a ela recorremos. Depois de vários anos de espera, ela friamente nega os nossos direitos, direitos de pessoas que já não têm mais lágrimas nos olhos porque estão no ocaso da vida e outros porque já retornaram à casa de Deus.

O sujeito morre iludido na aposentadoria.

“Sr. Senador, queria lhe pedir um favor: diga mil vezes até aos seus colegas Senadores que nós não estamos pedindo favor, mas, sim, o nosso direito de justiça.

Essa justiça que V. Ex^a abraçou, que V. Ex^a segue, que V. Ex^a dignifica.”

A Previdência sempre foi superavitária. Lembra-mo-nos do passado quando os meios de comunicação disseram que a Previdência financiou parte da construção de Brasília e a construção da ponte Rio-Niterói, e os governos sempre se utilizaram do dinheiro da Previdência para outros fins.

Os governos tiram da Previdência para sustentar aloprados, cartões corporativos, nomeações indevidas em um número excessivo de Ministérios, 25 mil nomeações de DAS, quando, na França, são 350; na Inglaterra, só 160 foram nomeados pelo sucessor do Primeiro-Ministro Tony Blair.

“Fico às vezes até irritado quando os tecnocratas de plantão dizem que não tem dinheiro. Prezado Senador Mão Santa, sempre que é

anunciado um ajuste, por menor que ele seja para nós, que contribuimos com a Previdência, a terrível, temida, insensível área econômica diz: não temos dinheiro.

Sr. Senador, eu vou lhe dizer uma verdade: a sonegação e o roubo da Previdência, o Governo não descobre nem 20%. Se o senhor mandar fazer um levantamento criterioso de quem deve à Previdência, dos bancos, dos clubes de futebol, do comércio, da indústria, das Prefeituras, dos Estados e até do próprio Governo Federal, o senhor vai ficar estarecido, todo o mundo deve à Previdência”.

Onde estão as autoridades? Só são fortes e eficientes para nós, os indefesos, os combatidos aposentados e pensionistas. Nós compramos e pagamos um seguro social. O Governo é que não está honrando seu compromisso.

Agora, interessa a V. Ex^a, que é do Direito:

Só paga quem compra é a lógica dos negócios, e nós pagamos.

O capítulo II da Constituição, Dos Direitos Sociais, de Ulysses Guimarães, no art. 7º, VI, proíbe a irredutibilidade dos salários, salvo disposição em convenção ou acordo. Mas nunca fizemos nenhum acordo com o Governo para diminuir as nossas aposentadorias.

“Ainda o artigo 201” – está aí o jurista Geraldo Mesquita, “parágrafo 2º, diz”:

É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o seu valor real. Diminuir o valor real das aposentadorias é legal?

Esta é a dura e cruel realidade da situação dos aposentados que contribuíram com a Previdência Social.

O incrível é que até os “doutos” Juizes não entendem isso!

Sr. Senador Mão Santa, vou lhe pedir mais um favor: lembre às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que são tementes a Deus que o Evangelista São Mateus deixou escrito no seu Evangelho, Cap 6-Ver 1: “Guardai-vos de exercer a vossa justiça diante dos homens, com o fim de serdes vistos por eles; doutra sorte não tereis galardão junto de vosso Pai Celeste”. Está escrito no Livro da Lei, Livro da Sabedoria.

Aos Senadores que são Maçons, lembre também a eles os ensinamentos de Jesus

Cristo, que Ele tanto pregou aqui na terra: liberdade, igualdade e fraternidade.

Não desamparem as viúvas, “deixando-as ainda mais na miséria. Elas esperam da parte dos Senadores somente justiça”.

Desculpe-me se me prolonguei muito, quero penhoradamente em nome de todos os aposentados e pensionistas da Previdência Social lhe agradecer pelo que o senhor puder fazer por nós e dizendo que em nossas preces vamos pedir a Deus, o “Grande Arquiteto do Universo”, que o ilumine, o conduza e lhe proteja dos males do corpo e da alma, extensivo a toda sua família.

Muito obrigado.

Nota: Assumo inteira responsabilidade do que lhe escrevo, podendo o senhor ler, tornar público e fazer qualquer tipo de comentário desta carta, como lhe convier.

Meu nome é Obed Costa Andrade.

Resido na Travessa Alecrim, nº 29 – Centro

Aracaju

“Em tempo, queria que o senhor agradecesse, em nome de todos os aposentados, aos Senadores Paulo Paim, Mário Couto”, Geraldo Mesquita, Pedro Simon, “pela bravura como defendem a nossa causa e a todas as Senadoras e Senadores que nos apóiam”.

“Ficaria agradecido e confortado se, pelo menos, acusasse o recebimento desta carta.”

Olha, está aqui o contracheque dele. Isso é o retrato de todos os aposentados. Ele compara, e o termo mais dramático, que ele escreve por todos: a agonia e o sofrimento dos aposentados e pensionistas que contribuíram para a Previdência Social são parecidos com os de Jesus Cristo. A diferença é que são lentos e ignorados por determinadas pessoas.

E, aqui, Senador Geraldo Mesquita, estão o contracheque dele e os cálculos. Essa é a ignomínia de que queremos recuperar o Brasil. Ele dá o número e tal, o crédito... Ele recebe R\$1.516,64 hoje. Demonstrativo: 7,11 salários que ele já perdeu, porque ele pagou nove. Mas, já no contrato, ele teve essa decepção. Então, daria R\$2.950,00. Ele recebe, está aqui R\$1.516,64. Todo o mês! Esse fator previdenciário, que nós enterramos, tira desse aposentado R\$1.434,00. Quer dizer, ele recebe 3,6 salários mínimos: menos de quatro. Pagou, a vida toda, nove.

E isso este Senado... Paim, V. Ex^a foi o homenageado com o enterro do fator previdenciário, que o Paim, que está aí, disse que é uma vergonha. Não existe no mundo todo isso.

Não podíamos ficar na história do Brasil como o povo que maltrata, que persegue, que humilha os nossos velhinhos aposentados.

Paim, receba nossos aplausos.

E esta é a verdade, brasileiras e brasileiros: Luiz Inácio, na sua sinceridade, passou pela Câmara Federal e disse: tem 300 picaretas. Se essa Câmara Federal enterrar o que fizemos aqui, a lei que derruba o fator previdenciário, que rouba os aposentados do nosso Brasil, de que fui Relator, que Geraldo Mesquita, Pedro Simon, Mário Couto – ameaçou greve de fome, greve de banho... Se eles enterrarem, ó, brasileiros e brasileiras, Luiz Inácio errou, não são 300 picaretas, são 516 picaretas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, como sempre proferindo um brilhante pronunciamento, sintonizado com os mais legítimos anseios da população brasileira, em particular do povo do Piauí.

Concedo a palavra, com muito prazer, ao nosso Líder “Dom” Pedro Simon, eminente Senador representando o Rio Grande do Sul nesta Casa.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muita alegria que vejo V. Ex^a na Presidência. Sou um admirador muito grande de V. Ex^a. V. Ex^a teve a coragem, num Estado em que um Partido domina, Estado em que o Governo é do Presidente da República, V. Ex^a vem se mantendo numa posição de muita dignidade, de muita seriedade. Eu gostaria de me dirigir aos meus irmãos do Acre, dizendo que devem se orgulhar do trabalho de V. Ex^a.

Há pouco, V. Ex^a, Líder da Bancada Brasileira no Congresso do Mercosul, comunicava-me das suas preocupações, das suas teses, das suas idéias com relação a transformar em realidade o que é realidade. Temos hoje o Congresso do Mercosul – V. Ex^a é o Líder; eu sou um Parlamentar naquele Congresso –, mas, apesar de realidade, falta transformar essa realidade em algo concreto e objetivo. Confio muito no trabalho de V. Ex^a.

Volto a esta tribuna lendo, mais uma vez, pois quero medir as minhas palavras, a minha angústia, a minha preocupação, pois a hora que estamos vivendo é tão intensa. Ouvi, com muita profundidade, o pronunciamento de V. Ex^a; ouvi, com profundidade, o pensamento do Senador Mozarildo; e vi, com muita profundidade, a entrevista do bravo Presidente Garibaldi.

Eu acho que estamos caminhando para um setor. O Presidente Garibaldi, o Senador Mozarildo, V. Ex^a, o nosso querido Senador representante de Brasília, que tem agora uma vitória importante, porque conseguiu

encontrar a fórmula e encaminhou a solução para a Universidade, eu acho que é um momento que nós estamos vivendo em busca de uma solução.

Eu que, pela primeira vez na minha vida, fico a me perguntar o que fazer, sou muito sincero: fico a me perguntar o que fazer. Será que eu já não cumpri a minha missão, com 78 anos? Mas eu pretendo fazer essa análise fria. E são alguns pronunciamentos que pretendo fazer para ver se a gente acorda e alguma coisa se faz.

Querido Presidente, o balanço parcial dos últimos dias: bandidos trancam família inteira no interior da residência e ateam fogo em Minas Gerais; menina de cinco anos é jogada do 6º andar de um edifício da classe média em São Paulo; menino de nove anos é marcado a ferro em brasa, como gado, numa fazenda de Goiás, bem próximo de onde outra menina é amarrada diariamente, numa espécie de pelourinho dos nossos tempos.

Eu já não digo mais para aonde nós vamos? Eu digo: para onde nós viemos? Não é mais aonde vamos chegar, mas onde fomos parar. Ou, quem sabe, será que de fato viemos? Em que tempo nós estamos?

A ciência colocou o mundo a nossos dedos. Um toque e vejo o Museu do Louvre, a Biblioteca do Pentágono. Com um toque, eu vejo em casa o Museu do Louvre e a Biblioteca do Pentágono, sem sair de Brasília. A tecnologia nos lança ao futuro, cada vez mais antecipado. Mas também, a um único toque, eu viajo dos campos minados do Iraque à favela onde o Estado paralelo instala um tribunal, julga e condena à morte, quem sabe, vítimas da falta do Estado legal. Pois é, a tecnologia parece teimar e nos mostrar também que ainda estamos no passado cada vez mais remoto.

A tecnologia que nos mostra um futuro fantástico é a tecnologia que nos mostra que estamos amarrados a um triste passado, em tempo real. Muitas vezes eu não sei se já estou vivendo uma realidade do final do século XXI ou se a humanidade ainda não saiu dos tempos da caverna. Visitar, mesmo que virtualmente, outros planetas me encanta. Ser visitado pela barbárie, que nada tem de virtual, me espanta.

No ano passado, nesse mesmo período, foi o menor do Rio, lá no Rio de Janeiro. Terror que causou arrepio. Arrastado pelas ruas, ante os olhos aflitos e impotentes da mãe e dos circunstantes que estavam lá. A comoção tomou conta de todas as outras ruas de todo o País. Sim, o menor do Rio de Janeiro causou passeatas e discursos inflamados, rios de tinta! Comoções vieram, como quando se descobriu uma menina presa numa cela, com duas dezenas de homens, no Pará. E a juíza, absolvida pelo Tribunal de Justiça do Pará. Ou um bebê boiando nas águas da Lagoa da

Pampulha. Novas passeatas, novos discursos, velhas tintas... Mas a comoção dobrou as esquinas.

De tão repetitivos, meus irmãos, de tão repetitivos, indo e voltando, como um pêndulo de uma tela dos monitores de TV, a ida e vinda desses fatos brutais parece ter criado em nós um efeito hipnotizante, principalmente em quem é responsável por entender que a emoção e a ação constituem muito mais do que uma rima.

Eu não sei que sentimento move um ser dito humano ao cometer uma barbárie, ao puxar um gatilho, ao acender um rastilho, à queima-roupa, a esmo ou teleguiado. Como são as noites de quem vê antes de dormir cenas cruéis de choro de inocente sobre o corpo dilacerado pelas bombas que ele mesmo mandou detonar?

Algumas vezes tamanha barbárie me assola a idéia de inverter o dito popular: parece que a justiça divina não falta, mas tarda. Aí me deparo com a realidade de que a justiça dos homens tarda e falta; realmente é a que tarda e que falta.

Parece que cada vez mais o coração humano de muito se restringe a um mero músculo e suas aurículas e ventrículos já não são mais, já não se constituem na sede de sentimentos, das emoções e da consciência, como ainda teimam em definir melhores dicionários. Um músculo como os outros demais, sinônimo de força, cada vez mais bruta, longe de qualquer significado que indique afeto, amor, índole, caráter!

A comoção tem o tamanho da barbárie, mas infelizmente ela tem durado somente o tempo da audiência na televisão. Parece mesmo que os apresentadores do noticiário tornam-se uma espécie de regentes da nossa indignação. E, nessa orquestra de sentimentos cada vez mais desafinados, nós nos tocamos; sim, nós nos tocamos, mas quase nunca tocamos.

Já disse alguém que pertencemos a uma sociedade do espetáculo. Fazemos cada vez mais apresentações como se fossem únicas, mas andamos de palco em palco, verdadeiros mambembes, ligando e desligando holofotes, ligando e desligando microfones para os nossos instrumentos que são apenas instrumentos de sopro.

Estamos criando um Estado paralelo, para uma sociedade igualmente paralela. A impunidade do Estado legal está levando cada vez mais à justiça pelas próprias mãos. Pior, a certeza de que as leis do Estado legal não são cumpridas está incentivando a bestialidade. A ausência do Estado joga por terra o coletivo, em nome do individual. A “Lei de Gerson”, o levar vantagem em tudo, a qualquer preço, a qualquer custo. O cumprimento da lei já não depende mais da culpa. Não. O cumprimento da lei, repito, já não depende mais da

culpa, mas da performance do advogado, da atuação do advogado, ou do seu preço, da capacidade financeira do culpado em contratar o bom advogado. Pior ainda, depende da cor e da classe social de quem pratica o delito.

Não há, portanto, apenas um Estado paralelo. O Estado legal é também discriminador, segregacionista. E anda no passo da justiça dos homens. Tarda. Falta.

Por isso, meus irmãos, não vejo qualquer possibilidade de resgatarmos valores perdidos em tempos de barbárie, até mesmo para que possamos utilizá-los na luta contra essa mesma barbárie, sem recuperarmos o verdadeiro sentido do coletivo.

Fazer valer a isonomia também no sentido dos melhores dicionários, enquanto um “estado daqueles que são governados pelas mesmas leis” ou a “igualdade de todos perante a lei”, ou ainda, que as leis sejam cumpridas no seu sentido isonômico, sem discriminação de qualquer espécie. É preciso acabar imediatamente com a certeza da impunidade, sob pena da multiplicação dessa mesma barbárie.

Sr. Presidente, e agora, meu querido irmão do Rio Grande, Senador Paulo Paim, a quem felicito, vivemos uma noite histórica com a aprovação da sua iniciativa de levarmos aos aposentados as vantagens dadas com o salário mínimo. Vitória espetacular. Eu me orgulho de ser seu irmão e companheiro nessa classe.

A lei que não se cumpre é, talvez, Sr. Presidente, pior que a lei que não existe. Repito: a lei que não se cumpre talvez seja pior que a lei que não existe. Quem sabe a índole do povo fosse capaz, ela própria, de consolidar melhores costumes? Mas a lei que não se cumpre é o alimento da anomalia social. Quando a sociedade percebe que os freios sociais não funcionam, descarrila para a barbárie. O Estado paralelo não se estrutura onde há falta de leis, mas onde impera a certeza de que elas não são cumpridas. Repito: o Estado paralelo é mais formado em cima da falta do cumprimento das leis que existem do que das leis que ainda não existem. O Estado paralelo seria dizimado se o Estado legal cumprisse, efetivamente, as leis que já existem.

É por isso que o País tem, indispensavelmente, de fazer valer o seu Estado legal. Para isso, tem de recuperar a confiabilidade nas suas instituições públicas e de representação política. E aí não há de se criarem, necessariamente, novas leis, mas fazer crer à sociedade a certeza de que elas são, de fato, cumpridas e serão cumpridas.

Concedo um aparte, com o maior prazer, ao nobre Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Caro amigo, Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quando V. Ex^a deixou a Presidência, fiquei preocupado, mas vejo que foi para me dar um aparte, o que me deixa emocionado.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – É porque o seu discurso, Senador Simon, remeteu-me a um famoso pintor e a uma famosa tela que V. Ex^a bem conhece. O pintor é Pablo Picasso, e a tela é Guernica. Com aquela tela, que, hoje, tem o caráter universal, ele pintou os horrores da guerra civil espanhola com o propósito de enaltecer a vida e a dignidade da vida. E V. Ex^a, hoje, tomando às mãos o pincel de Pablo Picasso, mostra a todos nós os horrores de uma sociedade dita moderna, eu acho que com o mesmo propósito, Senador Simon, como o desfecho de seu discurso encaminha. Para enaltecer a vida, para mostrar a todos nós a necessidade de dignificarmos a vida, que, na visão desses horrores que V. Ex^a aqui declinou – e apenas uma pequena amostragem, mas significativa –, aponta para todos nós a necessidade de refletirmos muito sobre o que está acontecendo. A sociedade dita moderna, que acumula um passivo de horrores, será que é isso que nós queremos? Então eu, mais uma vez, me emociono com a fala de V. Ex^a. Acho que nós deveríamos parar para refletir sobre o que V. Ex^a nos traz hoje aqui. Não só o Senado Federal, todo o País, essa sociedade quase desestruturada, essa sociedade que anda no fio de uma navalha, se equilibrando entre os horrores e a necessidade de construirmos uma sociedade digna, compenetrada. Portanto, Senador Simon, o que me veio à mente com seu pronunciamento foi aquela imagem, já tão distante, de Guernica, um quadro universal que retrata os horrores de uma guerra intestina em um país, com o propósito de seu autor mostrar a necessidade de valorizarmos a vida, mostrar a necessidade de dignificarmos a vida. Quero, de forma humilde, e muito emocionado, dar os parabéns a V. Ex^a por nos colocar dentro dessa visão, visão que todos temos que ter, de observarmos que isso é fruto... Como diz V. Ex^a, não existe realidade que não seja consequência do que fizemos lá atrás. É esse o seu recado, basicamente. O que hoje acontece é fruto do que vimos fazendo nesses últimos tempos. Precisamos refletir acerca disso para que não se repita, para que possamos consertar as coisas, para que possamos fazer as coisas de modo diferente. Na minha cabeça não cabe a idéia de que isso não é possível. A utopia é possível, sim, de ser realizada. Muito obrigado, inclusive, pela sua fala no dia de hoje.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a não calcula com que emoção recebo seu aparte. V. Ex^a traduz, na angústia do meu pronunciamento, a resposta que esperava receber. Que o aparte de V. Ex^a, que é um

símbolo deste pensamento nesta Casa, meus irmãos de televisão da TV Senado, que o aparte do Senador Mesquita consiga fazer V. Ex^{as} entenderem o significado deste pronunciamento, o significado de um movimento que já, hoje, existe no Senado, que é o de tentar ver – além do dia-a-dia, além dos cartões corporativos, além de tudo o mais – a hora que estamos vivendo. Que eu consiga que pessoas como o Presidente Lula possam sentir, entender e interpretar que, ao lado do papel importante que realiza, e muito bom!, tem algo de positivo maior que ele pode realizar.

O povo brasileiro tem perdido, em escala preocupante, os seus canais de representação política, principalmente nos últimos tempos. Os Partidos políticos e os Parlamentares nunca tiveram tão baixas margens de confiabilidade. O Congresso patina no lamaçal da corrupção. E, para não investigar a corrupção, termina por praticá-la.

As representações políticas não-governamentais foram cooptadas com dinheiro público e, não raras vezes, também mergulham nas águas turvas.

Quantos foram os momentos memoráveis deste Congresso? Quantos foram os grandes debates sobre assuntos dos mais significativos da vida nacional? Na Assembléia Nacional Constituinte, nas Comissões Parlamentares de Inquérito do *Impeachment* e a dos Anões do Orçamento? Mesmo quando não respondemos à altura aos anseios da população, como no caso da emenda que propunha as Diretas Já, ainda assim, o Parlamento manteve a devida confiabilidade popular. O Congresso sempre foi o principal pilar da democracia brasileira.

Quantos foram os momentos memoráveis das principais instituições representativas da sociedade civil na luta pela democracia, pelos direitos humanos, pela ética na política? As organizações estudantis, a antiga UNE, os movimentos populares pela educação, pela saúde, pela justiça social, os sindicatos, meu irmão Paim, de todas as categorias dos trabalhadores, as centrais sindicais, a CUT, os caras-pintadas.

Hoje, perdoem-me, essas mesmas representações muitas vezes se transformaram em satélites da representação oficial, movidas por dinheiro público, por cargos nas instituições de governo, para serem os seus principais dirigentes.

Ontem, tinha a CUT lutando pela independência sindical; ontem, esse imposto sindical era considerado um escândalo. Hoje, totalmente a favor. E, numa festa com o Congresso, com uísque de 12 anos, festejaram o veto do Lula para que o Tribunal de Contas pudesse investigar as suas contas. Quando é que se imaginava isso possível, meus irmãos da CUT?

Hoje, a UNE vibra colhendo lucros fantásticos para o Governo construir a sua sede, que vai ter projeto do Niemeyer, espetacular, lá na Praia do Flamengo. Mas, por mais belo que seja, conforme a força com que for construído, não terá a grandeza e a força do velho prédio da UNE, que representava a luta contra a liberdade, contra a ditadura e a favor da democracia e da liberdade.

A população perdeu, portanto, suas principais representações por convicção, por cooptação ou por corrupção. Enquanto essa mesma situação não for revertida, não serão encontrados os nossos melhores valores de referência.

Na época da ditadura, dizia-se: “Olhe para a UNE, para a OAB, para a CNBB, para a CUT”. Para quem vamos olhar hoje?

Novas comoções sociais, novas turbulências políticas virão, e o que restará será a indignação popular, até que tal anomalia social se transforme, individual ou coletivamente, em desobediência civil. Aí, não haverá indignação que resista.

É verdade que a desobediência civil levou à independência da Índia, quando, sem ódio, sem violência, sem radicalização, conseguimos ver o fantástico milagre da Índia independente.

É verdade que a desobediência civil e a resistência levaram o Brasil a lutar contra a ditadura – o povo, na rua, conseguiu a democracia. Mas, ali, nós tínhamos as referências: nós tínhamos Dom Helder, a Igreja, nós tínhamos a UNE, os jovens, nós tínhamos a OAB e a ABI, nós tínhamos tanta gente que hoje não sei onde se encontra.

Nós não podemos generalizar a população brasileira a partir do indivíduo que ateou fogo na casa da família. Não podemos generalizar a população brasileira nem naquele que teria lançado a menina do alto do edifício, nem naquele que cunhou a ferro a sua marca macabra no corpo da criança, nem naquela que manteve em regime de escravidão a adolescente sintomaticamente na área de serviço. Não podemos também generalizar a representação política no cooptação e na corrupção. Existem muitas, muitas, muitas vozes que permanecem timbradas pelos melhores valores: lá, na sociedade; lá, nos estudantes; lá, na Igreja; lá, na OAB; aqui, no Senado; ali, na Câmara dos Deputados. Muitas vozes continuam sendo dignas, firmes e bravas.

Mas, cá entre nós, não podemos negar o efeito devastador das más condutas, principalmente quando adquirem repercussão nacional, sob os holofotes da mídia e as luzes da audiência. Provocam efeitos multiplicadores pela inegável glamourização, já detectada pelos principais editores de jornais e pelos autores da novela de maior audiência. Já disseram

os nossos mais famosos romancistas, repito pela quinta vez: valores bons não propiciam retornos de audiência – retornos financeiros, obviamente. A publicidade paga e depois inclui no preço do produto a encenação: quanto pior, melhor.

Quem deve dar a devida resposta à proliferação da barbárie e à conseqüente comoção e indignação tem que ser o Estado legal. O Estado legal, meu caro Lula, meu caro Garibaldi. Caso contrário, o vácuo da legitimidade, o vácuo da confiabilidade pode ser o culpado ainda mais pelo Estado paralelo. E aí sairemos também ainda mais do necessário equilíbrio: mais barbárie, mais comoção, mais indignidade.

Eu repito: de nada vão adiantar novas leis se elas continuarem não sendo cumpridas. E por que não são colocadas em prática? Por que as leis existentes não são colocadas em prática? Primeiro, porque as instituições que as geraram perderam a confiança da população. Segundo, porque a população sabe que não haverá qualquer punição para quem não as cumprir – isso é o mais importante. O Brasil é o País da impunidade: com quem não cumpre as normas legais, não acontece nada, ninguém vai para a cadeia, pelo menos para quem tiver recursos para se opor ao seu cumprimento, para quem puder financiar um profissional que construa os melhores alibis e – o pior – para quem conseguir comprar a sua inocência através da corrupção de quem é responsável por fazê-las cumprir. Pior ainda: a população sabe, cada vez com maior detalhe, que os pecados dessas mesmas leis não são, apenas, mortais, mas originais, porque a corrupção se fez desde a sua concepção. A população sabe que houve desvios desde que as leis foram geradas, antes, portanto, de sua prática.

Repito, também – agora, como decorrência desse estado de anomalia social –: há que se fortalecer a representação política, há que se restabelecer a confiança da população nas suas instituições, públicas e privadas, governamentais e não-governamentais; há que se reconstruir um Estado legal legítimo e representativo das aspirações maiores da população.

É preciso ocupar o vácuo que o próprio Estado legal deixou construir e que foi ocupado pelo Estado paralelo do narcotráfico, da pirataria, da sonegação e da barbárie.

Não há que se colocar microscópio de alta definição sobre nosso corpo social para se detectar a bactéria que corrói a legitimidade do Estado, representado por suas principais instituições públicas. É a corrupção! Pior: tudo indica que a bactéria da corrupção está desenvolvendo anticorpos cada vez mais fortes, e poderá não haver, daqui a algum tempo, antibiótico com poder de cura suficiente para barrar uma possível

septicemia nas nossas representações políticas. Aí, nem a ciência, nem a política. Quem sabe, reste a fé e a confiança em Deus.

Alguns especialistas tentaram quantificar a corrupção no Brasil. Cada método leva a um resultado diferente. Nenhum, porém, abaixo da casa dos bilhões, todos suficientes para sanar nossos principais problemas. Evitando a corrupção, poderíamos resolver a dor nos hospitais, a escuridão do analfabetismo, a violência, a fome, a miséria, a falta do Estado legal, enfim.

Eu também não consigo imaginar as noites de sono dos corruptor, que vê, no último noticiário da noite, o choro da mãe, filho desfalecido no colo, pela falta do hospital que seria construído com o dinheiro roubado e escondido sob o seu colchão, um colchão com etiquetas de paraísos fiscais.

Que sonhos ilustram esse mesmo sono quando ele sabe que, a cada dez horas, uma criança é assassinada no Brasil, muitas delas arrancadas do ambiente familiar pelo tentáculo da fome e da miséria; que milhares morrem, anualmente, por causas plenamente ao alcance da Medicina e do conhecimento médico que, nestes nossos tempos, são considerados elementares?

O que imaginar de doenças que pareciam eradicadas, como a dengue, a febre amarela e tantas outras que voltam a assombrar populações inteiras e que viajaram até nós, neste trem da história, com passagens pagas pela corrupção?

Eu não conheço cena mais triste que a de uma mãe, choro convulsivo, a implorar pela vida do filho no colo, muitas vezes em vão, porque lhe resta, tão-somente, a extrema-unição. Que aurículas e que ventrículos podem continuar insensíveis a essas lágrimas de desespero?

Por isso, eu não vejo diferença entre a atitude de quem ateou fogo na casa, de quem atirou a criança pela janela, de quem marcou a ferro a criança ou de quem amarrou a jovem na sua área de serviço e a de quem roubou dinheiro público cuja falta provocou a morte da criança nos braços da mãe aflita. São, todos, igualmente, bárbaros; não haverá sono tranquilo que os conforte.

Mas não há que se esperar, apenas, a justiça divina, muito menos a justiça pelas próprias mãos: a justiça dos homens, além de necessária, é suficiente, basta colocá-la em prática.

Com o maior prazer, ouço V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Pedro Simon, o pronunciamento de V. Ex^a, nesta manhã, quase tarde de sexta-feira, é uma verdadeira aula de civilidade, de bons costumes. Complementando

aquilo que falei ao ler o artigo do jornalista Augusto Nunes, que disse que houve uma banalização da safadeza no País, eu diria que a corrupção maior é justamente a corrupção estatal, patrocinada pelo Governo Federal, seja por meio dessas emendas, seja pelas formas as mais sofisticadas possíveis, inclusive por meio de mensalões, cartões corporativos e tudo mais. V. Ex^a pergunta sobre os remédios a serem utilizados para combater esse mal. Acho que V. Ex^a poderia coordenar um grupo de Parlamentares aqui no Senado para trabalhar nesse sentido. E listo, pelo menos, dez, doze Parlamentares que, de forma suprapartidária, poderiam atuar: V. Ex^a, Senador Paulo Paim, Senador Geraldo Mesquita, Senador Mão Santa, Senador Papaléo Paes, Senador Jarbas Vasconcelos, com quem já tive oportunidade de conversar. Temos de agir realmente, não a reboque dos interesses partidários e fisiológicos, mas trabalhar realmente uma agenda como, por exemplo, a que li, que pode ser ampliada ou aperfeiçoada, para que possamos mudar realmente a face dessa realidade cruel, em relação à qual, como V. Ex^a disse em um aparte a mim, nós, no mínimo, somos omissos. Eu gostaria de engrossar as fileiras desse movimento, que V. Ex^a poderia coordenar, para fazermos realmente essa mudança necessária.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Recebo com muita seriedade o seu aparte, porque V. Ex^a vem debatendo essa matéria há muito tempo e lança uma idéia que tem significado.

Temos aqui uma série de vozes isoladas, e o que está acontecendo é que – vamos falar com pureza – o debate está bipolarizado. Aconteceu! Não adianta negar, aconteceu! Quer dizer, foram oito anos de Fernando Henrique e oito anos de Lula. Então, é o debate entre um e outro, não se pode fugir disso. Como a perspectiva do futuro parece que vai ser o debate, nas próximas eleições, entre um e outro, não se pode fugir disso.

Se, como diz V. Ex^a, nós nos reunirmos, poderemos fazer algo diferente. “Não, por amor de Deus, quanta coisa boa o Lula está fazendo!” Vamos aplaudir, e vamos debater o que está errado. “Quanta coisa boa o Fernando Henrique fez!” Vamos aplaudir, e vamos discutir o que está errado.

Precisamos fugir dessa bipolarização e debater o que deve ser feito. Onde nós formarmos esse grupo, para onde ele for, será decisivo: nós poderemos mudar o eixo do Congresso.

A bipolarização já existia, mas veio à tona com exagerada clareza nas duas CPIs, é o lado de lá e o lado de cá. Agora – reparem –, quando se criou a do Senado, quem o PMDB indicou? O Líder do Governo, o Líder do PMDB e um Senador muito bacana do

Amapá, que é o representante físico do Presidente Sarney. Querem levar para a mesma bipolarização. E é aí que eu quero chegar.

O que V. Ex^a está propondo, de encontrarmos um caminho nem contra nem a favor de A ou B, mas a favor do Brasil, talvez seja o foco inicial para se ter uma voz aqui no Senado que vai ter repercussão muito importante na sociedade civil.

Estou de acordo em participar como mais um desse movimento que teria um grande significado, digo com toda a sinceridade.

Não há que se esperar, também, pela comoção do corrupto, ou do corruptor. Nem se preocupar com as suas noites de sono. Eles parecem insensíveis, porque foram eles que desenvolveram os tais anticorpos da nossa septicemia social e política. Então, que se prescreva o antibiótico da lei! Que não é somente de última geração, mas de todas. Principalmente as que ainda virão!

É evidente que não haverá mudança de cima para baixo, de dentro para fora. A população, meus irmãos que me assistem neste momento pela TV Senado, a imensa maioria não cooptada pelos holofotes e pelas luzes do poder, terá que desenvolver mecanismos de pressão no sentido de que se cumpram as leis. Não há o cidadão municipal, estadual ou federal. Cidadania e plenitude não se dividem.

Mas a corrupção atua nesses três níveis, não necessariamente com os mesmos métodos e os mesmos agentes. Então, o primeiro passo é a comunidade atuar no nível local, afinal, onde a maioria dos recursos é ou deveria ser alocada. Formar novas representações livres de cooptação, para acompanhar os gastos públicos, independentemente de onde eles surgirem. Cobrar a execução da ação governamental e investigar os recursos gastos na sua implementação.

Já existem experiências bem-sucedidas nesse sentido, meus irmãos. A população já se reuniu várias vezes, por intermédio de suas representações municipais de empresários, trabalhadores e de categorias profissionais, e passou a exercer a cidadania no seu significado único, pleno. Não se montou um Estado paralelo. Ao contrário, cobrou-se o exercício devido ao Estado legal.

Essa mesma população não se propunha a criar novas leis apenas, nem era o seu desejo impor novos costumes. Fez cumprir as leis já existentes. Esses exemplos têm, necessariamente, que ser multiplicados.

É preciso que os órgãos encarregados de controle dos gastos públicos, em todos os níveis, trabalhem de forma coordenada.

A Controladoria-Geral da União, os Tribunais de Conta da União, dos Estados e dos Municípios, onde

eles existam, devem desenvolver mecanismos de auditoria das contas públicas que permitam maior integração na troca de informações, não só em relação aos métodos de investigação, mas também nos preços das obras das demais compras governamentais de bens e serviços.

É necessário resgatar os mecanismos já existentes de investigação e de acompanhamento dos gastos públicos. Também aí não há necessidade de criar novos instrumentos investigativos. Eu não vejo melhor instrumento, melhor fórmula, do que as CPIs – Comissões Parlamentares de Inquéritos em todos os níveis. Mas as CPIs, infelizmente, estão se humilhando, se desmoralizando, principalmente, nos últimos tempos. Transformaram-se em celeiros de não-investigação, em cartórios distribuidores de atestado de idoneidade. Recuperar o verdadeiro sentido das CPIs é, também, um passo significativo para o aumento da legitimidade dos parlamentos, principalmente o federal, para o fortalecimento das representações políticas nos três níveis.

As instituições políticas têm que fortalecer os seus órgãos próprios de investigação e de controle de riscos. Instituir ouvidorias, para que o cidadão possa contribuir com informações e sugestões sobre o financiamento da máquina pública, nos diferentes segmentos.

O cidadão passa a ser, efetivamente, um soldado na luta contra a corrupção, contra o mau uso do recurso coletivo. Um verdadeiro exercício de controle social.

A Comissão Especial de Investigação, criada pelo então Presidente Itamar Franco, lamentavelmente extinta pelo Presidente Fernando Henrique, foi uma grande experiência, bem-sucedida, de combate à corrupção. Formada por representantes notáveis de diferentes segmentos da população, com reputação absolutamente ilibada e respaldo político para investigar, independente de qualquer segmento político do Governo Federal, a CEI cumpriu efetivamente um grande papel, que deve ser repetido nas atribuições do Estado legal. Era uma Comissão diretamente ligada ao Presidente Itamar, e que investigava todos os sindicatos, todos os ministérios. Todos os ministros deveriam lá comparecer e prestar informações. Era realmente um controle que impunha respeito a todo o Governo. O Sr. Fernando Henrique a extinguiu, terminou com ela.

As organizações não-governamentais também podem exercer uma influência no melhor uso dos recursos públicos. Infelizmente, o noticiário tem sido farto, dando conta de que as ONGs, em parcela significativa, também tiveram a sua trajetória desvirtuada pela corrupção.

Acabaram por chegar longe de serem não-governamentais. Ao contrário, tornaram-se verdadeiros

apêndices das instituições públicas. E, o que é pior: além de contaminadas pela corrupção dos corredores públicos, contribuíram, em muito, para o desmontamento do Estado legal. Nesse caso, não se caracterizam como estado paralelo, e não ocuparam um vácuo deixado pelo Estado legal. Foi exatamente esse mesmo Estado legal que abriu caminho para as organizações não-governamentais. Que, a propósito, pouco têm de não-governamentais. Importou os recursos do Governo e, de cambulhada, o mau uso desses recursos. Se mudadas, entretanto, podem ser vínculo importante de bom sucesso do Estado e entidade particular.

Tudo isso corrobora a idéia de que não há necessidade de uma sofisticada “mecatrônica política” para se atacar a corrupção no Brasil. Os sistemas existentes, já utilizados com sucesso, podem levar-nos a melhores cenários sociais, econômicos, políticos e morais.

Volto a repetir, para ser enfático: a sociedade brasileira não pode continuar, apenas, sob os efeitos de comoções repetitivas. Que geram indignação, como agora o caso de São Paulo, mas que, pelo próprio efeito repetitivo e pela falta de ações que permitam acionar novos e melhores valores, produzem, também, efeitos hipnotizantes. Não podemos, a cada dobrar da esquina que se repete, nos acostumar com as comoções e com as indignações.

Enquanto isso, milhares de crianças continuarão morrendo, nos braços de igualmente milhares de mãos aflitas. De fome, de miséria, de doenças plenamente controláveis. Muitas delas que, imaginávamos, estavam completamente desaparecidas em nosso País.

Enquanto isso, milhares de outros indivíduos, na falta de perspectiva de vida e de melhores valores de referência, continuarão praticamente à margem. No Brasil, repito, uma criança é morta, assassinada, a cada 10 horas. E os números da violência infantil estão muito além das estatísticas oficiais.

Enquanto isso, o dinheiro, o mesmo que falta à cidadania na sua plenitude e ao Estado legal inspirador de valores mais nobres, foge pelos desvãos da corrupção. E os números da corrupção, apesar de tamanhos, escondem-se nas estatísticas oficiais.

A população escolhe um canal de televisão e assiste – quem sabe, mais indignada do que comovida – ao grande debate sobre quem teria jogado a criança inocente pela janela.

A população muda de canal e vê – agora sim, mais indignada ainda – um outro grande debate sobre quem vazou para a imprensa os gastos feitos com os cartões corporativos.

O que quero dizer, afinal, meus irmãos, é que há um nexos, uma forte correlação entre um e outro assunto, independentemente do canal. Ambos dão conta

do desvio de conduta e de que não haverá nenhuma necessidade de uma nova escola de detetives para se saber quem são os verdadeiros culpados. Basta que se investigue e se cumpram evidentemente as leis.

Sr. Presidente, era isso que eu tinha a apresentar, no sentido de buscar, como disse o Senador Mozarildo, uma perspectiva de que esta Casa faça alguma coisa e não apenas assista. Que a população assista, tudo bem! Mas nós temos o poder. Nós somos um Poder! Temos de dar uma resposta. Por menor que seja, temos de dar uma resposta, porque a verdade é uma só: se ficarmos de braços cruzados, somos co-responsáveis. Tudo o que acontecer daí, a culpa também é nossa, porque temos condições de fazer e não fazemos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, permita-me, aqui da tribuna da Presidência dos trabalhos neste momento, dizer que, para mim, foi muito importante quando, hoje pela manhã, V. Ex^a, ao entrar no plenário, me disse que estaria disposto a dialogar com todos os setores da sociedade: se necessário, ir à Câmara dos Deputados; se necessário, conversar com Ministros; se necessário, ir até o Presidente da República, no sentido de que aquelas duas propostas que aprovamos aqui na última quarta-feira, ou seja, o fim do fator previdenciário e o reajuste dos aposentados, se tornem leis.

V. Ex^a dizia mais – permita-me aqui -, porque eu acho que é uma homenagem justa, e pela credibilidade que tenho certeza V. Ex^a tem no Brasil.

V. Ex^a disse que essas duas leis, que são nossas, lembram um grande líder do Rio Grande do Sul, que foi Floriceno Paixão, autor do décimo terceiro. Um depoimento como esse, de V. Ex^a, eu tomei a liberdade de dar aqui, porque vai na linha da sua proposta.

Que façamos um grupo de Senadores e Deputados dispostos a apresentar uma agenda positiva, com compromisso com todo o nosso povo e com toda a nossa gente.

Por isso, meus cumprimentos pelo seu pronunciamento e a liberdade que tive de expressar algo que V. Ex^a falou aqui quando chegava, hoje pela manhã.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É exato, Sr. Presidente, eu lhe digo com toda sinceridade. Eu fiquei emocionado ao ver a sua iniciativa ser aprovada. É verdade que nós temos que ter muito cuidado, porque o Líder do Governo foi muito sincero ao dizer que é muito difícil ela ser aprovada, dando a entender que, na Câmara, ele vai tentar derrubá-la.

Eu acho que nós temos que fazer, lá na Câmara, um movimento – e com muita humildade, porque a Câmara não gosta muito de votar leis do Senado; ela gosta de ter a iniciativa –, para mostrar que, nesse

caso, a questão da Câmara é ou votar favoravelmente ou ser responsável pela negativa.

E acho que, se nós conseguirmos, devemos começar pelo Líder do PT, para ver quem vai ser o relator – é muito importante o relator –, e fazermos um bom trabalho.

E V. Ex^a me dizia, e eu lia na imprensa, que, vindo de Rio Grande a Porto Alegre em companhia do Presidente da República, no seu avião, V. Ex^a levantou essa questão. E ele, Presidente Lula, disse que falaria com o Ministro, no sentido de ver.

Eu acho que nós temos de fazer um grande movimento, e provavelmente isso seja aprovado. É algo que, eu disse e repito, é tão importante quanto foi a votação do 13º salário. Esses milhões de brasileiros não podem ser culpados pelo que há de mal na sociedade.

A Previdência está difícil? Está difícil. É grave? É grave. Mas sabemos que existem inúmeros escândalos. Milhares e milhares de pessoas já morreram e continuam recebendo. A informação que tenho é que só em uma cidade satélite de Brasília há mais de 150 cidadãos com mais de cem anos de idade e que estão recebendo aposentadoria. É claro que já morreram. Sanando isso e dando justiça ao aposentado, estaremos fazendo um grande trabalho.

Felicito-o por V. Ex^a estar à frente desse trabalho. Coloco-me como um auxiliar seu para fazer o que for necessário.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Queria, no encerramento desta sessão, dizer que recebi correspondência da Presidente da Rede Latino-americana de Organizações Não-governamentais de Pessoas com Deficiência e seus Familiares (Riadis), e também da coordenadora estadual das políticas da pessoa com deficiência do Estado da Bahia, Sr^a Regina Atalla, informando que o Equador, enfim, efetivou o depósito da Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e do protocolo facultativo junto à Secretaria-Geral das Organizações das Nações Unidas (ONU). Trata-se da 20ª ratificação, número necessário para que a convenção passe a vigorar a partir do dia 3 de maio.

Com satisfação, registramos que, enfim, a Convenção dos direitos da pessoa com deficiência vai passar a vigorar a partir dessa decisão tomada recentemente pelo Equador.

Quero apenas lembrar que já assinaram a convenção países como Bangladesh, Croácia, Cuba, Equador, El Salvador, Gabão, Guiné, Hungria, Índia, Jamaica, Jordânia, México, Namíbia, Nicarágua, Panamá, Peru, San Marino, África do Sul, Espanha, Tunísia e o Brasil.

Era esse o registro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Neste momento, a Presidência também comunica às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que a Sessão Especial do Senado destinada a comemorar o Bicentenário do Poder Judiciário e homenagear a Ministra Ellen Gracie foi transformada em Sessão Solene do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 15 próximo, às 10 horas, neste plenário, quando S. Ex^a será agraciada com a Ordem do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os Srs. Senadores Gerson Camata e Marco Maciel enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Exas. serão atendidos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em sua edição da última sexta-feira, o jornal **Valor Econômico** publica uma extensa reportagem sobre a economia do Espírito Santo, que experimentou uma mudança radical de perfil e um índice de crescimento expressivo nos últimos anos, graças à expansão dos setores siderúrgico, de mineração e de petróleo e gás. Vale a pena citar alguns dos dados mencionados pela reportagem, pois demonstram que o Estado lançou as bases para um desenvolvimento sustentável de longo prazo.

Só no ano passado, a indústria capixaba cresceu 7 e meio por cento, acima dos 6 por cento da média brasileira. Para se ter uma idéia melhor do ritmo desse crescimento, em 1960 a indústria representava apenas 6 por cento do Produto Interno Bruto estadual, contra 51 por cento da agricultura. Em 2005, a indústria contribuiu com 27 por cento para o PIB capixaba, de acordo com o IBGE.

A diversificação, mais especificamente com a inclusão do petróleo entre os principais ativos econômicos do Estado, pode ser um fenômeno recente, mas foi assentada em bases sólidas. O processo ganhou impulso decisivo quando o governo capixaba, com Paulo Hartung à frente, saneou as finanças, organizando o Estado do ponto de vista fiscal, depois de anos de desordem nas contas públicas. Basta lembrar que, no final de 2002, éramos um Estado inadimplente, que devia a servidores, fornecedores

e prestadores de serviços, entre outros, um total de 1 bilhão e 200 milhões de reais.

No caso dos royalties do petróleo, o governo preocupou-se em evitar distorções, favorecendo a descentralização do desenvolvimento, por meio da criação do Fundo de Redução das Desigualdades Regionais, que utiliza 30 por cento da arrecadação direta para distribuir recursos entre os municípios que não recebem royalties. São recursos que só podem ser aplicados em investimentos em áreas essenciais.

Hoje, o Governo estadual planeja investimentos, com recursos próprios, que podem chegar a 1 bilhão de reais. No ano passado, foram 820 milhões de reais. O PIB per capita de 2005, 13.846 reais, foi o quinto maior do País, à frente de Estados como o Rio Grande do Sul e o Paraná.

Índices mais recentes atestam que o Espírito Santo está unido em torno de uma agenda comum, modernizadora e desenvolvimentista. De acordo com estatísticas de 2007, o emprego formal cresceu 33 por cento no Estado, enquanto a média nacional foi de 26,6 por cento. As vendas de veículos aumentaram em 38,1 por cento, contra 30,6 por cento no País. Quanto ao consumo residencial de energia, cresceu 8,7 por cento, contra 6 e meio por cento da média nacional.

Entre 2002 e 2006, 300 mil pessoas deixaram a linha de pobreza. Assim, nossa taxa de pobreza caiu de 23,8 por cento no início daquele período para 16,1 por cento em 2006, enquanto no Brasil a queda foi de 32,9 por cento para 26,8 por cento.

O novo patamar de desenvolvimento alcançado pelo Espírito Santo não exime o Estado de enfrentar desafios como o da redução dos índices de violência e da melhoria da qualidade da educação. Mas, como assinala a reportagem, a atual administração não foge de tais problemas. No primeiro mandato, venceu o crime organizado, e agora dedica-se a aparelhar a polícia, dotando-a de condições para combater o tráfico de drogas, e a ampliar seu quadro de pessoal. Na área da educação, reintroduziu o ensino profissionalizante e está comprando vagas na rede privada para alunos carentes.

O espírito empreendedor capixaba está sintetizado na história do mecânico Salvador Turco, citado pela reportagem do Valor. Em 1978, deixou o emprego na fábrica de chocolates Garoto para montar uma pequena serralheria em Vila Velha. A serralheria transformou-se na União Engenharia, uma empresa especializada na produção de bens de capital sob encomenda e em montagens industriais que, em 2005, tinha 120 empre-

gados. Hoje, tem 1.500, e deve chegar a 2 mil até o fim do ano. É uma história exemplar, e mostra que, aliado a um governo dotado de visão estratégica, o dinamismo da iniciativa privada é fundamental para garantir o crescimento registrado pelo Espírito Santo.

Um segundo assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que quero abordar é que, em várias ocasiões, tive a oportunidade de utilizar esta tribuna para alertar que a falta de mão-de-obra qualificada é um problema crescente em nosso país. A demanda por profissionais especializados é muito maior que a capacidade de formação dos colégios técnicos e unidades do Sesi e Senac. O resultado é que temos milhões de desempregados e milhares de vagas de emprego que não são preenchidas, pois as empresas não encontram entre eles pessoas preparadas para integrar seus quadros.

Um exemplo dessa escassez é a campanha desencadeada pela Companhia Vale do Rio Doce, que pretende contratar 62 mil novos empregados nos próximos 5 anos. Para encontrar pessoal especializado, a empresa está recorrendo a países como Estados Unidos, Inglaterra, Canadá e Austrália. É consequência da globalização da economia e da internacionalização da Vale, hoje uma multinacional brasileira. Mas é também sintoma da carência, no Brasil, de trabalhadores em condições de ocupar os novos postos de trabalho.

Na área dos profissionais de nível técnico superior, a disputa é tão grande que as maiores empresas recorrem a aposentados ou procuram profissionais qualificados já empregados pela Petrobras. Salários de geólogos e engenheiros tiveram alta significativa nos últimos anos, mas, de acordo com reportagens publicadas pelos principais jornais, a valorização não se limitou aos portadores de diploma universitário. Hoje em dia, um soldador tem salário inicial entre 1 mil e 200 reais e 2 mil e 100 reais, e os formandos do Sesi e Senac encontram emprego tão logo concluem seus cursos.

É ótimo que os salários subam, mas esse fato positivo também indica que estão faltando profissionais qualificados. Nos próximos 2 anos, está prevista a execução de 4 grandes projetos de usinas siderúrgicas no País. Calcula-se que eles exigirão a contratação de 1 mil e 600 engenheiros, sem contar uma infinidade de trabalhadores especializados. Onde encontrá-los?

O Brasil forma 33 mil engenheiros e arquitetos por ano, enquanto a Coréia forma 80 mil engenheiros anualmente. A Índia, 250 mil e a China, 350 mil. Em

nosso país, apenas 11 por cento da população entre 18 e 24 anos estão na universidade – e deste total, só 13 por cento cursam carreiras tecnológicas. É um índice que, nos países desenvolvidos, varia de 40 por cento a 70 por cento.

O Ipea, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, realizou uma pesquisa, divulgada no final do ano passado, segundo a qual até o fim de 2007 o Brasil teria 7 milhões e 400 mil trabalhadores sem qualificação ou experiência profissional procurando emprego. Das 9 milhões e 100 mil pessoas em busca de uma vaga, apenas 1 milhão e 700 mil, pouco mais de 18 por cento do total, teriam qualificação para conquistar uma vaga.

É um quadro preocupante, ainda mais se levarmos em conta as recentes conclusões de um projeto coordenado por pesquisadores de universidades paulistas. Realizado com o objetivo de descobrir quais são os entraves para a instalação de centros de pesquisa e desenvolvimento de empresas multinacionais no Brasil, ele identificou a falta de pessoal capacitado em qualidade, competência técnica, pró-atividade, capacidade criativa e flexibilidade como o principal obstáculo. O resultado é que estamos perdendo esses centros de pesquisa e desenvolvimento, uma fonte de inovações, para outros países emergentes, como a Índia e a China.

Também, no ano passado, em extenso inventário sobre a qualificação de mão-de-obra, a Confederação Nacional da Indústria descobriu que a falta de capacitação do trabalhador tem impactos negativos especialmente na área de produção, o que restringe o aumento da competitividade. Das mais de 1.700 indústrias consultadas, 56 por cento apontaram como um problema para a empresa a falta de mão-de-obra qualificada.

Enfim, não faltam diagnósticos evidenciando que o problema existe, e está se tornando mais grave a cada dia. E não se trata de algo que possa ser resolvido da noite para o dia. Estamos falando de uma deficiência que, para ser solucionada, exige um prazo de 8 a 10 anos. Se medidas urgentes não forem tomadas, pagaremos caro pela imprevidência.

O SR. MARCO MACIEL (DEM-PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores,

Requeiro a transcrição nos anais do Senado Federal, do artigo “20 anos sem Antonio Farias”, de autoria de Gustavo Krause, publicado no **Jornal do Commercio**, de 5 de abril de 2008.

20 anos sem Antonio Farias

Journal do Comercio, 6 de abril de 2008 / Opinião Pág. 11
 Gustavo Krause

É a marca do dia 13 de abril do corrente ano: marca de saudade da família e dos amigos; marca de ausência da vida pública brasileira. Ambas, posso afirmar, sentidas e doídas. No seio da família e entre os amigos, a saudade que não apaga nunca; na vida pública uma lacuna do homem que encarnava valores caros e, cada vez mais raros, na política brasileira. Digo isto com a autoridade de quem participou da mesma equipe de governo e teve a honra de sucedê-lo na Prefeitura da Cidade do Recife. A equipe a que me refiro é a do Governo Moura Cavalcanti.

Nela, a história reconheceu a ousadia e o acerto das escolhas, tanto que, sob a liderança e inspiração do governador, aquela equipe enxergou horizontes estratégicos para Pernambuco e, vários dos seus integrantes, pontificaram e, ainda hoje, pontificam no cenário estadual e nacional. Uma longevidade incógnita.

A ousadia do governador estava

na escolha da maioria de técnicos que não havia sequer ingressado nas três décadas de existência, mesclados com a experiência de um Arthur Pio, Fernando Menezes, o decano Veloso Costa e o ex-deputado sempre bom de voto (no primeiro mandato estadual, o segundo mais votado e, no segundo mandato, o mais votado) Antônio Farias.

O olho clínico de Moura encontrou Antônio tomando conta dos negócios da família em virtude do falecimento do pai, Severino Farias; trouxe-o de volta à vida pública para ocupar a pasta da agricultura, posteriormente, deslocado para assumir a Prefeitura.

Era uma aposta e, aparentemente uma aposta arriscada, afinal de contas, o desafio colocado era a gestão urbana da complexa cidade do Recife.

Mais adiante, confirmara-se o que o olho clínico de Moura enxergou: Antonio Farias possuía virtudes indispensáveis ao exercício de qualquer função pública — ética, lealdade, responsabilidade, equi-

líbrio, senso de justiça — aliadas ao espírito empreendedor, ao gestor diligente, eficaz e pragmático, atributos inerentes ao administrador que impulsionava, vitoriosamente, os negócios da família.

Deu certo e muito certo. Seu sereno temperamento, confundido com timidez, revelava, isto sim, singular capacidade de ouvir mais do que falar, de outra parte, o estilo discreto se manifestava na eficiência gerencial que levou Antonio Farias a realizar uma obra marcante como prefeito do Recife.

Nada mais fiz do que justiça, no ato da transmissão de cargo de prefeito, ao saudá-lo com palavras verdadeiras e reconhecidas de cidadão recifense: “Contemplo as obras visíveis de que o Recife se alegra e que a cidade agradece — obras do administrador, feitas de pedra e cal. Veja, também, Farias, em você as realizações invisíveis, obras do homem, feitas de retidão e sensibilidade: a moralidade administrativa, o cultivo dos bons hábitos, a lealdade, Farias, que não tem posse nem

transmissão (...) Abraço-o Farias: tributo ao homem do fazer e à obra edificada; tributo incondicional, não ao que Farias, porque, Antônio, fizestes”.

Vida interrompida no esplendor da maturidade e no auge da carreira política, Antonio Farias, senador pernambucano, tinha muito por fazer pela sua terra e pelo Brasil; Antônio Farias, o cidadão, tinha muito que construir ao lado de sua família.

O que cala fundo é que se nunca lhe faltaram, em vida, desvelo, dedicação, carinho e o amor de Geralda, mulher de fibra, alma guerreira e coração generoso, dos filhos Eduardo, Maria Carmem e Marcelle, regam-lhe a memória e o legado, diariamente, todos estes sentimentos, fundidos na permanência da saudade, remédio prescrito por Deus para que a criatura humana possa suportar as ausências queridas.

» Gustavo Krause, consultor de empresas, foi prefeito do Recife.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 48 minutos.)

Ata da 51ª Sessão Não Deliberativa, em 14 de abril de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Alvaro Dias, Mário Couto e Mão Santa

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) –
Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.
Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 307, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício S nº 1, de 2008, (nº 2.111/2007, na origem), do presidente da Câmara dos Deputados, que comunica

ao Senado Federal a indicação do Senhor Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 9 de abril de 2008, apreciando o relatório apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro, sobre o Ofício S nº 1, de 2008, opina pela aprovação da escolha do nome do Senhor Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do inciso VI, do art. 130-A, da Constituição Federal, por 18 votos favoráveis, 2 contrários e 0 abstenções.

Sala da Comissão, 9 de abril de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: OFS Nº 1 DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE _____, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[Assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[Assinatura]</i> Sen. Flexa Ribeiro	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)²	
SERYS SLHESARENKO <i>[Assinatura]</i>	1. JOÃO RIBEIRO
SIBÁ MACHADO <i>[Assinatura]</i>	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPLICY <i>[Assinatura]</i>	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE <i>[Assinatura]</i>	4. MARCELO CRIVELLA
IDELI SALVATTI <i>[Assinatura]</i>	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[Assinatura]</i>	6. JOSÉ NERY (PSOL) ³
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS <i>[Assinatura]</i>	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON <i>[Assinatura]</i>	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCA <i>[Assinatura]</i>	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMÁ <i>[Assinatura]</i>	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA <i>[Assinatura]</i>	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES <i>[Assinatura]</i>	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA <i>[Assinatura]</i>	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ¹ (<i>Presidente</i>) <i>[Assinatura]</i>	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES <i>[Assinatura]</i>	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU <i>[Assinatura]</i>	4. ALVARO DIAS ⁴ <i>[Assinatura]</i>
ANTONIO CARLOS JUNIOR <i>[Assinatura]</i>	5. VIRGINIO DE CARVALHO <i>[Assinatura]</i>
ARTHUR VIRGÍLIO <i>[Assinatura]</i>	6. FLEXA RIBEIRO (<i>Relator</i>)
EDUARDO AZEREDO <i>[Assinatura]</i>	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA <i>[Assinatura]</i>	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI <i>[Assinatura]</i>	9. MÁRIO COUTO
PTB⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA <i>[Assinatura]</i>	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
JEFFERSON PÉRES <i>[Assinatura]</i>	1. OSMAR DIAS

Atualizada em: 01/04/2008

¹ Eleito Presidente da Comissão em 08/08/2007;
² O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07);
³ Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;
⁴ Vaga cedida pelo Democratas;
⁵ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008;

RELATÓRIO

Relator: Senador **Flexa Ribeiro**

É submetida ao exame desta Comissão a indicação, efetuada pela Câmara dos Deputados, do Doutor Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva, para ser reconduzido, ao Conselho Nacional do Ministério Público, por mais dois anos, nos termos do art. 130-A, **caput** combinado com inciso VI, da Constituição Federal.

Consoante os dispositivos constitucionais em referência, os membros daquele Conselho, ao qual cabe o controle externo das atividades do Ministério Público, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta dos membros desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, proceder à sabatina dos indicados. A seguir a indicação será submetida ao Plenário do Senado, também conforme o mesmo ato. Ainda em obediência aos ditames desse diploma legal, foi também encaminhado o correspondente **curriculum vitae**.

Embora o **curriculum** do ilustre indicado já tenha sido apreciado por esta Comissão na oportunidade da primeira indicação, permitimo-nos um breve resumo. Formado em Administração de Empresas (1966-1969) e Direito (1970-1974), o postulante é pós-graduado no Curso de Direito Tributário da Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda (2002-2003).

Entre os vários cargos e funções públicas ocupadas ao longo de sua respeitável carreira, foi Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Pernambuco (1991-2001), Conselheiro Titular do Segundo Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda (1995-2005) e Desembargador Eleitoral Substituto no Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco em dois mandatos (2000 e 2002).

Em 2005 foi nomeado pelo Senhor Presidente da República para exercer mandato de dois anos como membro do Conselho Nacional do Ministério Público, após ter o seu nome aprovado pela maioria absoluta deste Senado, conforme preceito do art. 130-A da Constituição Federal. No período em que foi membro do Conselho ocupou a Presidência da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro durante todo o mandato.

Além do **curriculum vitae** os seguintes documentos instruem a presente indicação, levando-se em conta o disposto na já citada Resolução nº 7, de 2005, e no Ato nº 1, de 2007 – CCJ:

1) Declarações firmadas pelo indicado:

1.1) Declaração de que nunca cumpriu sanções criminais ou administrativo-disciplinares, não existindo procedimentos dessa natureza contra ele instaurados. (Fls. 5).

1.2) Declaração de que não existem parentes seus que exercem, ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional. (Fls. 5).

1.3) Declaração de que renuncia ao direito de integrar lista para concorrer ao ingresso em qualquer Tribunal, durante o mandato para o qual se der a recondução ora em andamento, permanecendo esta renúncia vigendo até dois anos após o término do mandato (Fls. 19).

2) Relação das empresas ou entidades não-governamentais de que participa ou participou como sócio, proprietário ou gerente, **verbis**:

“1) – TNORTE – Transportadora Nordestina de Veículos Ltda. – Sócio e Diretor de 1970 a 1987;

2) – Flex **Factoring** – Sociedade de Fomento Comercial Ltda. – Sócio e Diretor de 1987 a 2002;

3) – ADLP Motors Ltda. – Concessionária Mitsubishi em Recife e Caruaru – Sócio desde 2003;

4) – Maurício de Albuquerque & Antonio Mário Pinto Advogados Associados – Sócio de 1992 a 2000;

5) Veirano Advogados Associados – Sócio de 2001 a 2006;

6) Albuquerque Pinto Advogados Associados – Sócio desde 2007.” (Fls. 18).

3) Relação de ação judiciais em que figura ou figurou como autor ou réu junto ao Poder Judiciário do Estado de Pernambuco. (Fls. 28).

4) Certidão de “nada consta” da Justiça Federal de 1ª instância, Seção Judiciária de Pernambuco. (Fls. 21).

5) Certidão negativa do Bacharel distribuidor de ações e execuções da Comarca do Recife. (Fls. 24)

6) Certidão negativa do Bacharel distribuidor de ações e execuções fiscais da Comarca do Recife. (Fls. 25).

7) Certidão negativa do Bacharel distribuidor de ações e execuções cíveis da Comarca do Recife. (Fls. 26).

8) Certidão negativa do Bacharel distribuidor de queixas-crimes ou inquéritos policiais da Comarca do Recife. (Fls. 27).

9) Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. (Fls. 22).

10) Certidão de regularidade fiscal expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco. (Fls. 20).

11) Certidão de regularidade fiscal expedida pela Secretaria de Finanças da Prefeitura do Recife. (Fls. 23).

12) Certidão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com os feitos em que atua ou atuou como advogado. (Fls. 24 a 39).

13) Certidão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, com os feitos em que atua ou atuou como advogado. (Fls. 40 e 41).

14) Certidão da Justiça Federal de Primeira Instância em Pernambuco, com os feitos em que atua ou atuou como advogado. (Fls. 42 a 54).

15) Certidão da Diretoria do Foro da Comarca do Recife, com os feitos em que atua ou atuou como advogado. (Fls. 55 a 121).

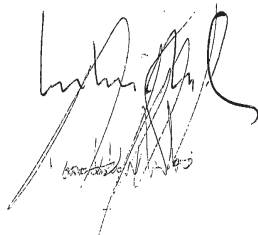
Cumprindo, ainda, consignar, quanto às declarações previstas nos incisos II e IV do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, que o indica declarando:

“Que é pai do parlamentar federal Eduardo Henrique da Fonte de Albuquerque Silva, eleito em outubro de 2006 quando já exercia a função de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público porque indicado pela primeira vez para o mandato 2005/2007. (Fls. 5).

Que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, tendo como parente em linha reta, na condição de descendente um seu filho mencionado acima.” (Fls. 5).

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sala da Comissão, 9 de abril de 2008.



, Presidente

, Relator

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) –
O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.
Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 45/08-GP

Brasília, 10 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Após cumprimentá-lo cordialmente, me dirijo a Vossa Excelência, nos termos regimentais, para solicitar meu afastamento do cargo de presidente da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, permanecendo, no entanto, como membro titular desta comissão.

Faço tal pedido em virtude de que irei licenciarme em breve do cargo de Deputado Federal nos termos do art. 235, III do RICD, sendo que, para manter a celeridade dos trabalhos da comissão, o faço desde agora.

Atenciosamente, _ Deputado **Eduardo Gomes**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) –
O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.
Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 94/08-PS-GSE

Brasília, 10 de abril de 2008

Assunto: Encaminha autógrafo de projeto de lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 7.103, de 2006 (PLS nº 382/05), o qual “institui o Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil e dá outras providências”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e convertido na Lei nº 11.650, de 4 de abril de 2008.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) –
O ofício que acaba de ser lido será juntado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2005, e encaminhado à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) –
Encerrou-se, na última sexta-feira, o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 14**,

de 2008, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que renumera parágrafo único do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal em parágrafo 1º, e acrescenta parágrafo 2º ao referido artigo, para estabelecer compulsoriedade de tramitação conjunta de matérias e Medidas Provisórias que tratem do mesmo assunto quando em tramitação simultânea na Casa.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à Comissão Temporária para a reforma do Regimento Interno, conforme fala da Presidência de 2 de abril de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2008, que altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, oferecendo nova disciplina à prisão preventiva para fins de extradição, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 200, de 2008, foi lido na sessão do dia 8 do corrente e ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a partir de amanhã, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 424, 2008

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 40 § 1º, inciso I do Regimento Interno, autorização para desempenhar missão no exterior, por indicação desta Presidência para participar, como representante do Senado Federal, conforme convite anexo, da programação do “Amazon Private Meeting” – Clarence House, em Londres.

Na oportunidade, comunico a Vossa Excelência em cumprimento ao disposto do Artigo 39, inciso I do Regimento Interno, que me ausentarei do País no período de 25 a 30 de abril do corrente ano, para o desempenho desta missão.

Senador **Tião Viana**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal.

REQUERIMENTO Nº 425, DE 2008

Requer a realização de Sessão Especial no dia 29 de abril de 2008, para comemorar o 48º aniversário de Brasília.

Senhor Presidente,

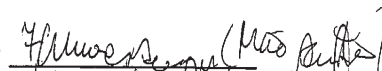

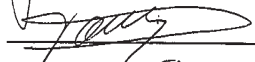
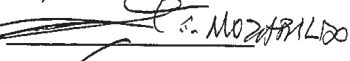

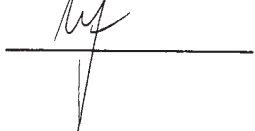
Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 199 do Regimento Interno, a realização de Sessão Especial, no dia 29 de abril do corrente ano, para homenagear a cidade de Brasília, pela passagem do seu 48º (quadragésimo oitavo) aniversário.

Justificação

No dia 21 de abril, comemora-se o aniversário dessa Cidade – patrimônio e orgulho do Brasil – fruto do trabalho de legiões de brasileiros, que ouviram o chamado e aceitaram o desafio do saudoso Presidente Juscelino Kubitschek, maior estadista brasileiro, de tornar realidade o sonho de interiorizar a Capital do País.

A comemoração do aniversário de Brasília é um imperativo de ordem cívica. Assim, contamos com a aprovação do presente requerimento pelos nossos ilustres pares no Senado Federal, com a finalidade de prestar uma justa homenagem à cidade, seus idealizadores e pioneiros.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2008. – Senador **Adelmir Santana** – DEM/DF.

1. Senador 
2. Senador 
3. Senador 
4. Senador 
5. Senador 
6. Senador 

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão apreciados oportunamente.

Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 68, de 2008 (nº 170/2008, na origem), de 7 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, que dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao § 1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A –

ELETROBRÁS, proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007, sancionado e transformado na Lei nº 11.651, e 7 de abril de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Mensagem nº 68, de 2008, juntada ao processado do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007, vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo do projeto sancionado.

Há oradores inscritos.

O primeiro orador inscrito, dos presentes, é o Senador Paulo Paim, a quem concedemos a palavra. V. Exª dispõe de 20 minutos. Hoje, segunda-feira, sem Ordem do Dia; portanto, 20 minutos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria de pedir minha inscrição para fazer uma comunicação inadiável, uma vez que estou inscrita, mas gostaria de falar o mais rápido possível, por conta de compromissos com a Coordenação Nacional da Conferência Nacional de Educação Básica.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª fica inscrita em primeiro lugar e, se desejar fazer uso da palavra agora, por cessão do Senador Paulo Paim, V. Exª pode ocupar a tribuna.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Mário Couto, pela ordem.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Inscreva-me também para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª fica inscrito em segundo lugar.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Estou inscrito também, mas, se for demorar tanto, falo por uma comunicação inadiável e lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Certamente V. Exª falará como orador inscrito.

Senadora Fátima Cleide, por permuta com o Senador Paulo Paim.

V. Exª dispõe de cinco minutos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, como oradora inscrita. Nós fizemos uma permuta aqui.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a gentileza do Senador Paulo Paim em fazer esta permuta comigo, neste início de tarde, porque preciso tratar aqui de um assunto muito importante. Todos os assuntos tratados aqui são muito importantes, mas, sobre educação, precisamos ter um tempo.

Eu gostaria de dizer que, no dia de hoje, estamos recebendo em Brasília diversos movimentos sociais: o movimento social pela terra, com mais de quatro mil pessoas reunidas em Brasília; o Abril Indígena, que está trazendo para esta Capital lideranças de todo o País, que se reúnem em uma semana de luta pelos seus direitos; estamos recebendo os nossos Prefeitos municipais para mais uma marcha de prefeitos à capital; e também delegados da Primeira Conferência Nacional de Educação Básica.

Sr. Presidente, o desenvolvimento e a geração de emprego e renda têm colocado no centro do debate os diagnósticos sobre a educação em nosso País e as históricas demandas que temos.

O Governo Federal tem se empenhado em resolver os problemas da educação e, para isso, trabalhado insistentemente na parceria com as esferas dos governos municipais e estaduais o regime de colaboração previsto na Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional. O caminho para a solução que todos buscamos é a implantação de um Sistema Nacional Articulado de Educação.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na busca das soluções demandadas pela sociedade, o grande diálogo social feito com milhares de cidadãos e cidadãs em sucessivas conferências resultou em políticas públicas efetivas a toda a sociedade.

Além das conferências, salientamos o trabalho realizado pelo Comitê para o Desenvolvimento Econômico e Social, que constrói consensos entre o Governo, os trabalhadores e os empresários. Esse exercício de democracia participativa é o motivo do sucesso do Governo do Presidente Lula!

Um exemplo de construção participativa é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o Reuni, elaborado conjuntamente pelo Governo Federal e pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes.

Como todos sabemos, as universidades gozam de autonomia, conforme art. 207 da Constituição Federal. Para incentivar as universidades públicas a dobrar o número de vagas, ampliar ou abrir cursos noturnos, otimizar a utilização de recursos, flexibilizar currículos e combater evasão escolar, conforme Planos de Desenvolvimento Institucional elaborados pelas próprias

universidades, o Reuni aporta recursos, além dos já previstos nos orçamentos das Instituições Federais de Ensino Superior.

Só na Universidade Federal de Rondônia, a Unir, com sede em Porto Velho, o repasse do Reuni será de R\$22,2 milhões entre 2008 e 2012. O plano de trabalho da Unir, aprovado pelo Ministério da Educação, prevê a expansão da oferta de cursos, que passam de 37 para 55, em cinco anos. Os cursos noturnos também ganham reforço. O número sobe de 16 para 24.

Quero salientar aqui, ainda sobre a Unir, a elaboração do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Medicina Veterinária, que além do convencional dirigido aos rebanhos do nosso Estado, irá incorporar o estudo da fauna silvestre, o primeiro curso de Veterinária voltado para a fauna silvestre no Brasil, buscando atuar na diminuição dos impactos com relação à implantação das usinas hidrelétricas a curto prazo e, posteriormente, trabalhando formas de manejo que permitam a preservação desta importante riqueza de nossa biodiversidade.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, entre as demandas que a educação nacional apresenta, estava o financiamento para alunos de Pós-Graduação, resolvido com as novas regras do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies), que foram modificadas para facilitar o ingresso dos alunos à universidade. O limite de financiamento, agora, é até 100% do valor da mensalidade, abrangendo cursos de Mestrado e Doutorado.

Sr. Presidente, algumas lacunas ainda persistem na educação, apesar de todos os esforços do Governo Federal. Entre elas, a necessidade de apoiar iniciativas comunitárias, legítimas e autônomas que são políticas públicas na acepção do termo. Esse é o caso dos Ceffas. Os Centros Familiares de Formação por Alternância, que criaram as Escolas Famílias Agrícolas e que surgiram no Brasil no final da década de 60. Existem hoje mais de 240 Ceffas no País, oferecendo formação de ensino fundamental, ensino médio e profissionalizante. Um esforço de Parlamentares no Congresso Nacional está tentando construir uma ação dentro do Pronera, para permitir o aporte de recursos via emendas parlamentares para essas escolas.

Este ano, os recursos previstos são exíguos; portanto, é fundamental a criação dessa rubrica para os anos seguintes, quando deveremos incentivar essa importante iniciativa de nossa sociedade.

Por fim, como eu falei no início deste pronunciamento, a solução dos problemas estruturais da educação nacional só podem surgir como resultado do diálogo entre o Presidente da República, os governadores e os prefeitos para o pleno cumprimento de seus deveres

em sua tarefa de atuação. Para isso, urge a necessidade de construirmos o Sistema Nacional Articulado de Educação, que deverá regular o Regime de Colaboração previsto na Constituição Federal.

Ao discutirmos e definirmos melhor o Regime de Colaboração, as ações previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação serão muito mais eficazes quanto a sua gestão e operacionalização, resolvendo situações como, por exemplo, o transporte escolar, que deve ser pauta da marcha dos prefeitos à nossa capital.

O debate para a construção do Sistema Nacional Articulado de Educação Básica será realizado – a partir de hoje – de 14 a 18 deste mês, durante a realização da I Coneb – Conferência Nacional de Educação Básica, para a qual todos os Senadores e Senadores, principalmente os participantes da Comissão de Educação, estão convidados, sendo que, alguns de nós, a exemplo do Senador Paulo Paim, serão convidados como expositores e coordenadores de debates.

A Conferência Nacional, que foi precedida pelas Conferências Estaduais e do Distrito Federal, deve receber entre mil e dois mil delegados representantes de todo o Brasil, mobilizando todos os setores organizados da educação básica.

São 17 segmentos envolvidos. É a primeira Conferência Nacional a envolver, desde a sua comissão de organização, todos os segmentos que fazem e discutem a educação básica no Brasil. O próximo passo será, com certeza, fruto também do entendimento do Legislativo à Conferência Nacional de Educação para a ampliação do debate ora realizado na educação básica.

Essa conferência que hoje se inicia deverá repercutir profundamente em nosso País, construindo democraticamente as soluções demandadas pela sociedade.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Agradeço carinhosamente ao nosso querido Senador Paulo Paim pela cessão do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Como o Senador Paulo Paim já havia sido anunciado, concederemos a palavra a S. Ex^a. Em seguida, concederei a palavra ao Senador João Pedro. Peço a compreensão do Senador João Pedro para a alteração da ordem dos inscritos.

O Senador Paulo Paim dispõe de até 20 minutos. Depois do Senador João Pedro, concederei a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Em primeiro lugar, queria fazer uma homenagem, da tribuna do Senado, ao Superior Tribunal de Justiça, que, numa decisão fundamental para os nossos idosos, obrigou a Amil – Assistência Médica Internacional, a cancelar

o reajuste que havia aplicado no plano de saúde de uma idosa que completou 60 anos.

O STJ entendeu, em conformidade com o Estatuto do Idoso – lei da qual tive a alegria de ser autor – e também baseado no Código de Defesa do Consumidor, que, se a aposentada alcançou a idade de 60 anos na vigência do Estatuto, então ela teria direito ao que reza a lei, ou seja, a não ser discriminada com uma mensalidade maior do que a do cidadão mais jovem.

Explico. Ela havia aderido ao plano de saúde da Amil em 2001. Em 2004, ela completou 60 anos. Mas, como o Estatuto já estava em vigor – e a lei é clara nesse sentido –, o STJ recusou o Recurso Especial solicitado pela empresa.

A Amil havia cobrado 185% de aumento no plano. Não só teve de devolver o dobro do valor que cobrou indevidamente da aposentada, mas também o montante teve de ser corrigido e acrescido de juros contados do dia em que ela foi citada.

Fiquei muito satisfeito com essa decisão, uma demonstração clara de que os idosos, Senador Mário Couto, estão exigindo os seus direitos. Lei é para ser cumprida por todos. Entendo que o Estatuto do Idoso é um instrumento importante, mas só é importante se a população se apropriar dele e exigir o seu cumprimento. Foi o que essa idosa fez.

Quero aqui, mais uma vez, cumprimentar o STJ e dizer como é bom, como é bom a gente ver que leis construídas por esta Casa estão dando resultado positivo. Eu estava recebendo muitas reclamações de pessoas dizendo-se discriminadas em relação aos planos de saúde, dizendo que quem tem idade mais avançada tem de pagar mais, quando o Estatuto proíbe qualquer tipo de discriminação.

Então, meus cumprimentos, primeiro, a essa senhora de idade que foi à luta, foi até o Superior Tribunal de Justiça e ganhou os 185% que ela teria de pagar indevidamente. Não os pagou e ainda recebeu em dobro o que foi pago, com a devida correção monetária e juros.

Sr. Presidente, depois desse registro, eu gostaria de falar um pouco sobre a OIT. Para nós, é importante ratificar nosso reconhecimento ao trabalho dedicado da Organização Internacional do Trabalho, ao enfrentar questões como o desemprego mundial e trazer ao debate questões ligadas ao mundo do trabalho.

Conforme consta no *site* da OIT, essa organização foi fundada em 1919, com objetivo de promover a justiça social no mundo.

É a única agência das Nações Unidas com uma estrutura tripartite, em que participam, em situação de igualdade, representantes de governos, de empre-

gadores e de trabalhadores nas atividades de seus órgãos.

O mundo sindical tem na OIT, desde a sua fundação, um suporte para sua ação e seu ponto de contato chave no plano internacional. A sua Constituição é explícita quando diz:

Se alguma Nação não adotar condições humanas de trabalho, essa omissão constitui um obstáculo aos esforços de outras nações que desejem melhorar as condições dos trabalhadores em seus próprios países.

A OIT funda-se no princípio de que a paz universal e permanente só pode basear-se na justiça social. Ela se empenha na busca de soluções que permitam a melhoria das condições de trabalho no mundo e é um instrumento fundamental no combate ao trabalho escravo.

Anualmente, no mês de junho, acontece, em Genebra, a Conferência Internacional do Trabalho. Trata-se de um fórum internacional que busca discutir diversos temas do mundo do trabalho; adotar e revisar normas internacionais do trabalho; aprovar as políticas gerais e o programa de trabalho do orçamento da OIT.

Senador João Pedro, eu lhe confesso que, nesses meus 23 anos de Parlamento e mais uns dez de sindicalista, eu fui só uma vez à OIT. Fui uma vez à OIT, em Genebra, onde fui painalista, falando, em nome do Brasil, sobre as questões do mundo do trabalho. Não voltei mais, e eles perguntaram por que eu não voltei mais. Não voltei por que tenha qualquer tipo de desacordo com a OIT. Não voltei porque eu acho que outros têm que ter oportunidade. E fico feliz de saber que centenas e centenas de sindicalistas, deputados e senadores já foram à conferência da OIT.

No Brasil, a OIT tem mantido representação desde 1950 – data em que nasci; sou de 1950 –, com programas e atividades que têm refletido os objetivos da Organização ao longo da história, com o intuito de preservar com dignidade o mundo do trabalho. São objetivos da OIT:

- promover os princípios fundamentais e direitos no trabalho através de um sistema de supervisão e de aplicação de normas;
- promover melhores oportunidades de emprego/renda para mulheres e homens em condições de livre escolha, sem nenhum tipo de discriminação;
- aumentar a abrangência e a eficácia da proteção social;
- fortalecer o sistema de tripartismo e o diálogo social.

O escritório da OIT no Brasil atua na promoção desses quatro objetivos estratégicos da Organização, com atividades próprias e em cooperação com os demais escritórios em outros países.

Essas atividades, Sr. Presidente, visam à melhora das normas e das relações trabalhistas, e das políticas e programas de emprego e formação profissional e de proteção social.

Quanto à formação profissional, Senador Mário Couto, ninguém tem dúvida da importância, e, por isso, insistimos tanto aqui no Brasil para que possamos avançar no ensino técnico.

No contexto de promoção do Trabalho Decente, a OIT Brasil oferece cooperação técnica aos programas prioritários e reformas sociais do Governo brasileiro, incluindo o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, Fome Zero, Primeiro Emprego e diversos programas governamentais ou não governamentais de erradicação e prevenção do trabalho infantil, de combate à exploração sexual de menores; de promoção da igualdade de gênero e de raça para a redução da pobreza, da geração de empregos, do fortalecimento do diálogo social e dos programas de integração.

Seus programas In Focus incluem a erradicação do trabalho infantil; a intensificação do emprego mediante a criação de pequenas empresas; trabalho sem risco e assim por diante.

Podemos citar como exemplo o belíssimo – já destaquei e reafirmo – Projeto de Combate ao Trabalho Escravo que, desde abril de 2002, a OIT mantém no Brasil e que está sob a coordenação da Sr^a Patrícia Audi. Esse projeto tem o objetivo de ajudar o País a fortalecer as iniciativas que vinham sendo tomadas já desde 1995, quando, oficialmente, o Governo brasileiro reconheceu a existência do trabalho escravo perante aquela organização, lá, em Genebra, e se comprometeu a travar uma luta diária contra o trabalho escravo.

O Projeto vem desenvolvendo inúmeras atividades com resultados expressivos – fruto de um comprometimento consolidado de governos, sindicatos, empresas e demais parceiros sociais. Os avanços obtidos pelo Brasil na luta contra essa chaga são registrados, com satisfação, lá, na OIT.

Em relação à questão HIV/Aids, quero aqui destacar o trabalho da Dr^a Laís Abramo, Diretora do Escritório da OIT, no Brasil, onde ela afirma que “na luta para prevenir e reduzir o impacto do HIV/Aids e combater a discriminação e o estigma relacionado à soropositividade”.

São vários os programas implementados pela Organização e destacamos alguns:

- Condições de trabalho;
- Cooperativas;
- Direitos e oportunidades de emprego e treinamento de pessoas portadoras de Deficiência;
- Discriminação e Diversidade;
- Drogas e álcool no ambiente de trabalho;
- Emprego e formação de jovens;
- Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza;
- HIV/Aids no local de trabalho.

Elaborado em consulta com representantes de governos, organizações de empregadores e de trabalhadores de vários países, o documento oferece orientações práticas para a formulação e implementação de políticas sobre HIV/Aids, no local de trabalho, que levem aos trabalhadores informações sobre prevenção, tratamento e promoção dos direitos humanos.

No Brasil, a OIT vem contribuindo em muito com os esforços nacionais para a prevenção, assistência e combate à discriminação relativa ao HIV/Aids, fazendo isso em parceria com o Ministério da Saúde.

Sr. Presidente, todos nós sabemos que o trabalho é instrumento de cidadania.

Senador Mário Couto, Senador Alvaro Dias, Senador Papaléo Paes, Senador João Pedro, eu fui desempregado por um longo período e posso dizer para vocês que trabalho para mim é lazer. Quem não tem trabalho não tem lazer. Como é triste a vida de um homem e de uma mulher no ócio do desemprego.

Por isso é que no sindicato que eu presidia em Canoas eu tinha uma placa que dizia: “Trabalho é Lazer”. E é claro que eu fazia uma confusão propositiva e afirmativa que nós temos que ter direito ao trabalho e direito ao lazer.

Por isso tenho uma solidariedade muito grande com homens e mulheres que andam pelas ruas da cidade buscando um emprego. Oxalá um dia possamos dizer que estamos no País do pleno emprego! Sabemos que isso é um sonho, mas, enfim, o sonho pode ser realidade, se trabalharmos para que isso aconteça. As pessoas desempregadas sentem-se excluídas e vêem o seu potencial de trabalho cada vez mais prejudicado.

A OIT, após o desenvolvimento de uma série de programas das mais variadas áreas, tem-se dedicado muito a essa questão da integração voltada ao mundo do trabalho.

Sr. Presidente, vamos lembrar aqui os anos 50, quando a força de trabalho, consideradas as pessoas entre 15 e 65 anos, representava 1,2 bilhão de pessoas para uma população mundial de 2,5 bilhões.

Praticamente metade da população do mundo estava desempregada na década de cinqüenta.

Passemos ao ano de 1999, quando essa força era de mais ou menos 3 bilhões para um contingente de 6 bilhões de pessoas. Esses números demonstram que a força de trabalho subiu de 48% para 50% em 50 anos. Mas, se olharmos para as altas taxas de desemprego no mundo inteiro, veremos que a criação de emprego não seguiu o caminho tão sonhado por nós. Os níveis do desemprego mundial continuam muito, muito preocupantes.

A BBC do Brasil divulgou que “o ano de 2003 terminou com 185,9 milhões de desempregados, atingindo 6,2% da força de trabalho da Terra. Esse número superou a marca de 185,4 milhões em 2002. Além do desemprego, o estudo mostra que, em 2003, 550 milhões de trabalhadores no mundo eram pobres, ganhando no máximo US\$1 por dia, menos do que R\$3,00.

O número de desempregados no mundo cresceu para um patamar recorde de 191,8 milhões, no final de 2005.

Nós temos ainda de admitir que todos deveríamos trabalhar em uma linha, Sr. Presidente, conforme o meu entendimento, de fazer com que aquilo que acontece nos países de Primeiro Mundo seja pensado também aqui nos países de Terceiro Mundo, ou seja, a redução da jornada sem redução de salários. Isso é uma forma de distribuir renda, para que todos tenham acesso ao mercado de trabalho.

Metade da População Economicamente Ativa – PEA, está desempregada ou vive de subemprego. Se caminhássemos, nem que fosse num período de dez anos, para reduzir uma hora por ano – somente uma hora por ano –, poderíamos chegar a uma jornada de praticamente 35 horas semanais em dez anos. Geraríamos, nesse período, 10 milhões de novos empregos no País. Agora, são 44 horas semanais; no ano que vem, seriam 43; depois, 42; depois, 41; depois, 40; depois, 39...Lembro que a França adotou um método semelhante e, lá, hoje, a carga horária é de 35 horas semanais.

Sr. Presidente, a OIT mostra também, em seus relatórios, que o crescimento do PIB – Produto Interno Bruto mundial, não é capaz de impedir o aumento do desemprego global. O que quer dizer isso? Embora muitos ganhem, faturem muito, lucrem muito, não está havendo a preocupação de gerar empregos.

Eu não sou daqueles que são contra a automação, a robótica, a cibernética, as novas tecnologias. Sou totalmente a favor delas, mas entendo que as novas tecnologias têm de ter responsabilidade com o social. Lucrar mais, tudo bem! Tenho, no meu gabinete, uma charge que ganhei do Aroeira. É uma charge

muito bonita que tem o mapa do Brasil, na qual eu digo numa mão “Sou a favor do lucro” e, na outra mão, digo “Para todos!”

Não sou contra o lucro; só temos que saber dividir para que todos tenham dentro da sua pequena parcela o acesso àquele lucro como forma de distribuir renda.

Senador Mão Santa, eu teria muitos dados para citar, mas tenho certeza que, ao conceder um aparte a V. Ex^a, vou enriquecer este pequeno pronunciamento que fala da OIT e do mercado de trabalho.

Com alegria, o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a tem conquistado não somente a cidade de Canoas, onde nasceu, mas também o Rio Grande do Sul e o Brasil, por esse seu casamento com o trabalho. Assim como o nosso professor Cristovam Buarque é tido hoje como o Sr. Educação, V. Ex^a é o Sr. Trabalho. Acho que é por aí. Eu discordo, em certos aspectos, com Sua Excelência o Presidente da República porque sou muito mais aquilo que diz a palavra de Deus: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”. Essa é uma mensagem para os governantes que o caminho é o trabalho. O Apóstolo Paulo foi mais severo e disse, mais ou menos assim: quem não trabalha não merece ganhar para comer. Rui Barbosa está ali porque ele disse que a primazia tem que ser dada ao trabalho e ao trabalhador; o trabalhador vem antes, ele é quem faz as riquezas. V. Ex^a foi muito feliz na defesa e valorização, cada vez mais, do trabalho e a compensação do trabalho.

Eu e Papaléo somos médicos e damos testemunho de que, hoje, na Medicina, na Psiquiatria, uma das maneiras de se curarem doenças mentais nos hospitais psiquiátricos é a terapia ocupacional. Acho que ninguém vai discutir que não houve muita generosidade de Sua Excelência, o Presidente Luiz Inácio, com essa Bolsa Família, mas entendo que o trabalho dignifica. Elas deviam ser passadas aos prefeitos. Não é que os prefeitos sejam mais capazes, mas eles estão próximos. Daria até um dinheiro a mais, mais dinheiro, com um horário mais livre. Então, eles, que têm um serviço social, encaminhariam essa gente para o trabalho, para o exemplo. O trabalho dignifica. Vamos dizer: se ele vem do campo, se ele sabe plantar, ele seria jardineiro dos Municípios. Se a mulher é prendada, doméstica, se ocuparia da merenda escolar, fazendo os alimentos. Aqueles homens que não tinham, vamos dizer..., mas tinham uma potência física, poderiam ser vigias, guardas municipais. É preciso encaminhá-los ao trabalho. E, quanto à proposta de V. Ex^a, ela tem suas razões. Mitterrand chegou... Ô Mario Couto, ele foi um extraordinário Presidente da

França por sete anos. Ele ganhou o primeiro turno e foi para o segundo turno com Giscard d'Estaing, que era do lado de Charles de Gaulle. De repente, para ele ganhar, como tinha muito desemprego na França, ô Paim, ele fez uma matemática simples e ganhou aí. Eram oito horas que o funcionário público precisava cumprir, e ele disse: "No meu governo, vou reduzir uma carga horária. Sendo só um turno, com cinco horas, vão sobrar três horas". Multiplicou e fez voltarem tantos mil empregos, diminuindo o desemprego. Está aí a França aperfeiçoada. Então, temos de aperfeiçoar. Mas eu digo a V. Ex^a, Senador Paulo Paim, que se cuide, porque querem derrubar o seu projeto – li hoje na mídia muitos artigos –, aquele da Previdência, defendido por V. Ex^a, por este Senado, com a coragem de Mário Couto e de todos nós, a respeito do fator previdenciário. Está havendo uma maquinaria dos interessados para desvirtuar aquele seu projeto do qual fui – e me apresento com muito orgulho – Relator. Vamos atentar para que a Câmara Federal não enterre aquele seu salvador projeto de enterrar o fator previdenciário. V. Ex^a afirmou – e eu acredito – que este é o único país que tem um fator previdenciário. Não podemos ficar na história da humanidade como o país que persegue os velhinhos aposentados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, permita-me apenas uma ponderação rápida – vou falar sobre os aposentados no último minuto.

No Brasil, em 30 anos, 100 milhões de pessoas deslocaram-se da área rural para os grandes centros urbanos. Na França, foram 100 anos para haver esse mesmo deslocamento. Essa é uma demonstração de que temos efetivamente de nos preocupar com o número de pessoas que estão na área urbana e querem ter acesso ao mercado de trabalho.

Permita-me, Senador Alvaro Dias, mais um minuto. Senador Mão Santa, informo à Casa que estou remetendo a todos os Senadores e Deputados um documento em que demonstro, com dados, números e argumentos sólidos, que é possível, efetivamente, a Câmara votar e aprovar o fim do fator, como também garantir o reajuste para os aposentados e para os pensionistas. Esses dados, Senador Mão Santa, que estou remetendo, não deixam nenhuma dúvida de que a Previdência resiste, de que é bom para a economia e de que os que não querem essas duas mudanças – este dado eu considero importante – não as querem porque querem que ninguém mais acredite na previdência pública e que pensem que a previdência pública vai virar um salário mínimo. E o que vai acontecer? O cidadão vai para a previdência privada. Ou seja, é o interesse dos grandes bancos, que querem a sua

previdência privada fortalecida e não querem mais a previdência pública.

Então, é natural que eles se movimentem em artigos e plantem essa idéia nos jornais. Eu remeti um artigo a todos os jornais do Brasil. Espero que também reproduzam a outra versão, a versão da verdade dos fatos de alguém que acredita na previdência pública e não quer que a previdência, no Brasil, se torne algo correspondente somente ao valor de um salário mínimo.

Daí todo cidadão vai dizer: "Não, eu não vou pagar a previdência; eu vou caminhar para a previdência privada, porque sobre um salário mínimo eu ganho, mesmo quando eu completar 65 anos, e vou fazer a minha caixinha lá na previdência privada". Mas eu demonstro isso com dados e números.

Termino, Sr. Presidente Senador Alvaro Dias, dizendo que diversos Senadores me procuraram – e aqui faço o convite a todos –, solicitando que o Presidente Garibaldi marcasse uma reunião com o Presidente da Câmara. E nós iríamos lá, um grupo de Senadores, fazer uma visita ao Arlindo Chinaglia, pedindo que ele coloque em votação – é claro, dialogando com o colégio de Líderes – os dois projetos: o fim do fator e também o reajuste dos aposentados conforme o mínimo.

Tenho certeza de que muita gente no Brasil, acreditando em nós, não está encaminhando a sua aposentadoria, porque quer fazê-lo depois da derrubada do fator. Então, a nossa responsabilidade, de Senadores e Deputados, aumentou em muito. Está-se criando uma verdadeira corrente no Brasil!

Recebi, por exemplo, um documento de uma senhora do interior de Minas Gerais, dizendo que, em sua cidade, estão fazendo uma corrente. Um vizinho diz para o outro, um vizinho diz para o outro, um vizinho diz para o outro: "Vamos aprovar os projetos do fim do fator e a favor do reajuste dos aposentados igual ao salário mínimo".

Sei que virão para cá centenas e centenas de moções de apoio das Câmaras de Vereadores e de sindicatos. Por isso, acho que esse movimento, ao natural, está sendo construído. Não existe ninguém para liderá-lo, a não ser os próprios aposentados e pensionistas, que estão sugerindo idéias para que a gente se movimente aqui dentro do Senado em direção à Câmara, para garantir com rapidez a aprovação dos dois projetos.

Muito obrigado a todos

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Senador Mão Santa, pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Paim, eu queria

ser regimental, então não ia pedir outro aparte. Mas Deus escreve certo por linhas tortas.

Atentai bem. Estou com um livro aqui: *180 Pensamentos e Reflexões de Saint-Exupéry* – é o autor de *O Pequeno Príncipe*: “És eternamente responsável pelo que cativas”; “quem vê bem vê com o coração”; “o essencial é invisível aos olhos”. E eu tinha lido outro livro dele: *Terra de Homens*. Mas o que escreveu este que tenho em mãos é um apaixonado: Francisco Oliveiros Castelon.

Paim, abri o livro e parece que é Deus. Aquilo que você disse sobre o trabalho, o que diz Antoine de Saint-Exupéry: “Mas, sem trabalho, sinto-me miserável, vulnerável, sem estado civil, e não compreendo mais nada, nada, nada da vida”.

Então, isso aqui é para complementar o sábio discurso de V. Ex^a, enaltecendo o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador João Pedro, como orador inscrito.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

Depois, terá a palavra o Senador Papaléo Paes, por permuta com a Senadora Rosalba Ciarlini.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Alvaro Dias, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero começar minha fala na tarde de hoje concordando com a propositura do Senador Paulo Paim, de constituirmos uma comitiva – e quero me colocar à disposição, Senador Paulo Paim, para incorporar essa comitiva de Senadores, com a liderança do Presidente Garibaldi – e irmos até a Câmara no sentido não só de solicitar a votação, mas de construir o conteúdo das duas matérias, das duas proposituras. Quero me colocar à disposição e registrar meu apoio a esse avanço social, de justiça social com essa parte da nossa população.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador João Pedro, é sobre essa matéria... Concede-me um aparte? É só um minutinho.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Está concedido.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Não posso perder a oportunidade de parabenizar V. Ex^a. Quantas vezes já tivemos pensamentos diferentes, tenho certeza de que a nossa ideologia política não é a mesma, mas quero aproveitar a oportunidade e elogiar a sua sensibilidade, parabenizando-o pelo raciocínio em relação à matéria dos aposentados. O pensamento do Senador Paulo Paim é um pensamento que prolonga o nosso trabalho, nós aprovamos aqui, mas precisamos aprovar na Câmara, e V. Ex^a, pertencente ao Partido dos Trabalhadores, se sensibiliza com a causa, cheia de

méritos, em favor dos aposentados. Por isso, Senador, eu não poderia perder a oportunidade de parabenizá-lo pelo seu raciocínio, pela sua postura e pelo seu apoio, indo conosco ao Presidente da Câmara para pedir que coloque em pauta, para votação, esse projeto tão cheio de méritos para os aposentados e pensionistas deste País. Parabéns, Senador!

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Com certeza.

Sr. Presidente, trago um pronunciamento escrito e espero que o meu tempo dê para registrar todo o discurso elaborado.

Eu poderia fazer um rápido registro, mas, em face do simbolismo de uma reunião que tive, na tarde de sexta-feira, com vários assessores e várias lideranças do Estado do Amazonas, principalmente pesquisadores, onde travamos uma discussão num centro de excelência de pesquisas da Petrobras em Manaus, eu gostaria de falar sobre biodiesel, sobre energia, sobre o dendê, lendo o pronunciamento desse encontro que considero histórico.

Como é do conhecimento desta Casa e do Brasil, a Amazônia Legal possui um território de 5,271 milhões de quilômetros quadrados, que representam 60% do território nacional. Nela juntam-se os Estados do Acre, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

O bioma amazônico, o conjunto de flora, fauna e climas próprios, abrange quatro milhões de quilômetros quadrados desse vasto território. Trata-se da maior reserva de floresta tropical do planeta e da mais extensa e menos contaminada bacia hidrográfica e rede fluvial em volume de água do planeta. Do mesmo modo, a Amazônia abriga as maiores reservas minerais do mundo, como a mina de ferro de Carajás, no Pará, e a mina de cassiterita em Presidente Figueiredo, Município bem próximo de Manaus, a capital do Estado do Amazonas.

Na Amazônia também estão localizados campos de petróleo e de gás natural explorados pela Petrobras, mais precisamente os da bacia de Urucu, no Médio Solimões, no Estado do Amazonas. Existem outras reservas comerciais na bacia do rio Purus. A riqueza é imensa lá na Amazônia nesse ponto em que estamos tratando de gás e petróleo.

Os avanços do conhecimento científico sobre as causas da degradação ambiental valorizam, de certo modo, a necessidade de preservação dos ecossistemas da região, cujo funcionamento influencia nas condições climáticas de todo o planeta. Há, por isso, uma forte pressão nacional e internacional pelo controle do uso da floresta, dos rios, dos minérios e dos solos amazônicos.

A preocupação é justa, e dela participa o Governo brasileiro por meio da execução de políticas públicas em parceria com a sociedade: iniciativa privada, terceiro setor e movimento de trabalhadores. Nota-se que essa preocupação procura favorecer o conjunto das populações amazônicas, que, historicamente, tem ficado à margem da riqueza produzida com a exploração dos recursos naturais da região. É histórica essa exploração.

É dever do Poder Público criar condições para que a sustentabilidade ecológica se fortaleça na inclusão social dos que habitam a Amazônia. Penso que, sem a redução da pobreza, sem a melhoria dos índices escolares e sem a garantia dos serviços públicos básicos nas cidades e no campo, será impossível deter as frentes econômicas inescrupulosas que depredam as riquezas da região. A desigualdade social, mensurada na concentração de renda, é, desde quinhentos anos, a principal responsável pela pobreza, pela favelização das cidades e pela violência no campo e nas zonas urbanas.

É nesse contexto que, desde o meu primeiro dia de mandato, tenho colaborado com sugestões e ações que almejam o desenvolvimento da Amazônia baseado em princípios econômicos e sociais que priorizem a inclusão social e a redução das desigualdades sociais; que impulsionem o crescimento com geração de trabalho, emprego e renda em bases ambientalmente sustentáveis; e que reduzam, também, as desigualdades regionais. Tais fatores promovem expansão da cidadania e fortalecem a democracia. (É bom registrar que o Governo do Presidente Lula tem avançado nas ações de políticas públicas em direção à Amazônia, em direção ao norte do País, mudando a lógica de que essa região é sempre lembrada, é sempre tocada de forma secundária. Historicamente, tem sido assim a relação da República com essa imensa região estratégica do nosso País.)

Articulo, por exemplo, a implantação de um projeto piloto de cultivo de dendê para recuperar terras amazônicas degradadas e improdutivas. Nesse final de semana, participei de uma reunião para tratar do tema, no Centro de Excelência em Estudos Ambientais da Petrobras – CEEAP, em Manaus, com representantes e pesquisadores da Petrobras, da Embrapa da Amazônia Ocidental, da Federação dos Agricultores, da Universidade Federal do Amazonas e do Instituto Nacional de Reforma Agrária.

Realizamos uma reunião bem-sucedida. Primeiro, pela disposição política das instituições em viabilizar o projeto; segundo, porque existe tecnologia nacional, pronta para ser aplicada, que compatibiliza os interesses ambientais, econômicos e sociais. A iniciativa deve

priorizar a agricultura familiar, para que se cumpra a finalidade social desejada pelos parceiros e se corrijam as distorções dos modelos até então excludentes.

Em outros termos: se cumprirmos o planejamento rigoroso desse empreendimento, demonstraremos para o Brasil e para o mundo os novos caminhos que conduzem a Amazônia a um padrão de desenvolvimento econômico com inclusão social e uso adequado do seu patrimônio natural. No caso do dendê, com a vantagem de recuperação de terras degradadas em razão dos projetos equivocados de ocupação da região, como os relacionados à pecuária intensiva, na década de 1970, que exigiram a derrubada de floresta para a plantação de pastagem.

As terras degradadas, na Amazônia, atingem a marca dos 200 milhões de hectares, área correspondente ao tamanho do território do Estado do Paraná, do Presidente Alvaro Dias, e são fruto dessa ocupação, da colonização dos anos 70, início dos anos 80. Toda essa terra está praticamente imobilizada pela impossibilidade de produzir nos padrões da agricultura praticada atualmente na região.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, a Embrapa da Amazônia Ocidental, com sede em Manaus, possui um dos maiores bancos de sementes de dendê do mundo, com capacidade para produzir até um milhão de mudas por ano. A maior parte dessa produção é vendida para o exterior, principalmente para a Colômbia. Os pesquisadores brasileiros desenvolveram, no decorrer dos últimos dez anos, espécies que se adaptam e produzem com eficácia no ambiente amazônico.

As pesquisas indicam também que o dendezeiro é um excelente fixador de carbono, função que contribui para a redução dos gases tóxicos responsáveis pelo aquecimento global. O dendê possui maior produtividade em menor espaço de plantio em relação à soja e à cana-de-açúcar. Quem diz isso é a pesquisa, quem diz isso é a Embrapa, sobre o poder de fixação de carbono que tem o dendê.

Quero fazer um parêntese para dizer que a Embrapa tem méritos e que precisa ser reconhecida. Quando falo da Embrapa, quero falar dos seus pesquisadores que estão lá na floresta, que estão lá na Amazônia, pesquisando e estudando nesses últimos 25 anos, quase 30 anos de pesquisa.

O dendê, além da fixação do carbono, tem ainda a capacidade de proteger o solo, porque se trata de uma cultura permanente. O dendê se destaca como cultura viável também pela possibilidade de se transformar em vários subprodutos comestíveis, em cosméticos e em biocombustíveis. Trata-se, portanto, de uma cultura de ampla viabilidade econômica em território amazônico,

como já está demonstrado em empreendimentos bem-sucedidos no Estado do Pará.

Aqui faço um parêntese para informar que a Petrobras assegura a compra de toda a produção não só do etanol, mas também do biodiesel proveniente do dendê, desde que essa produção atenda as exigências de controle ambiental preconizadas pela companhia.

O experimento da Embrapa, realizado em área degradada nas proximidades de Manaus, aponta que o cultivo do dendê consorciado com culturas de curto ciclo, como mandioca, banana, maracujá e abacaxi, é o melhor método para beneficiar os pequenos agricultores. O dendezeiro começa a produzir comercialmente a partir do quarto ano de idade. Nesse período, o pequeno agricultor pode manter-se com os recursos conseguidos com as plantações de safras rápidas, de curto ciclo, Sr. Presidente.

O plantio do dendê é adequado à realidade da agricultura familiar, porque tem alta produtividade, em torno de quatro a seis toneladas por hectare/ano; necessita de baixa mecanização; exige baixo custo de produção, US\$200 a US\$280 por tonelada, de acordo com estudos da Embrapa com agricultura familiar; tem mercado garantido e produção bem remunerada. As plantações produzem por 25 anos de forma ininterrupta.

Minha intenção, agora compartilhada pela Petrobras, pela Embrapa, pelo Inbra, pela Federação dos Trabalhadores Rurais do Amazonas (Fetagri) e demais instituições é de estabelecermos metas que viabilizem esse projeto piloto em menor espaço de tempo possível. Quero atuar como indutor nesse processo, que deve contar com a participação dos diversos segmentos sociais e do próprio Governo na construção de mecanismos interinstitucionais que viabilizem projetos de inclusão social com responsabilidade ambiental.

Sr. Presidente, quero chamar atenção para dizer que nós precisamos gerar renda, ter responsabilidade ambiental, ter responsabilidade social e, com esse padrão de responsabilidade, aplicar as tecnologias devidamente estudadas e comprovadas.

Quero dizer que precisamos construir esse ambiente para gerar renda, incluir famílias, incluir trabalhadores e trabalhadoras nesse processo. Eu não concebo a necessidade de geração de emprego, a necessidade de geração de renda na Amazônia com a Embrapa, com uma instituição tão renomada, com o Banco da Amazônia na nossa região, com o mundo exigindo energia sem poluentes. E nós podemos produzir uma energia de boa qualidade ambiental e ecologicamente correta a partir da aplicabilidade da semente do dendê, do cultivo do dendê.

Falo aqui principalmente chamando a atenção para o fato de que é possível nós fazermos este trabalho: produzir o biodiesel na região da Amazônia sem tocar fogo, sem derrubar a floresta.

Eu quero chamar a atenção porque estou trabalhando esse projeto no sentido de nós aplicarmos a tecnologia da Embrapa nas áreas que foram e que estão degradadas na Amazônia. E dei um exemplo aqui que são dados da pesquisa de campo: são 200 milhões de hectares que foram degradados nesses últimos anos, por conta de uma concepção de colonização lá na Amazônia, principalmente nos anos 70. É preciso mudar, é preciso romper, é preciso ter coragem para romper com essa prática na Amazônia. Na Amazônia, não se pode derrubar nenhuma árvore se não for resultado do manejo, das tecnologias já devidamente comprovadas.

É possível nós trabalharmos a Amazônia, Senador Mão Santa, eliminando essa agressão, o crime, a irresponsabilidade de derrubar a floresta, atendendo apenas uma política imediatista, a política de terra arrasada. Então, eu estou trazendo esta preocupação.

Eu quero destacar aqui os pesquisadores que participaram dessa reunião. Refiro-me ao Diretor Executivo de Energias Alternativas da Petrobras, Sr. Mozart Queiroz, que é funcionário da Petrobras; ao Professor Carlos Edivar Freitas e à professora Terezinha Fraxe, pesquisadores da Universidade Federal do Amazonas; ao Dr. Fernando Lopes, que é Coordenador do Departamento Nacional de Pesquisas Minerais, DNPM; ao Dr. Maziano Pantoja; ao Dr. Paulo Gustavo, Professor e Doutor, Coordenador-Geral do Centro de Excelência Ambiental da Petrobras. Quero dizer da minha alegria de ter tido, nessa reunião, a participação do Secretário de Ciência e Tecnologia do Amazonas, Secretário de Estado, Professor José Aldemir de Oliveira; a representante dos trabalhadores rurais, Presidente da Fetagri, Sr^a Izete Rabello; a Sr^a Maria do Rosário, Chefe-Geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, da Embrapa, do Amazonas. Quero dizer, então, da minha satisfação pela participação dessas autoridades nessa reunião, na tarde de sexta-feira, no Centro de Excelência da Petrobras, lá em Manaus.

Sr. Presidente, para finalizar, sei perfeitamente dos limites para tratar um assunto dessa natureza em termos de Amazônia; sei dos compromissos inarredáveis da Petrobras em respeito à questão ambiental e aos trabalhos que realiza lá na Amazônia. Mas faço aqui este apelo no sentido de nós combinarmos a geração de renda, a geração de emprego, o trabalho na Amazônia com o padrão de sustentabilidade em respeito à questão ambiental. É possível nós trabalharmos na Amazônia, levando em consideração to-

dos esses elementos, e termos vida com dignidade, e termos cidadania.

Então, encerro aqui este discurso, chamando a atenção para a importância de trabalharmos na Amazônia com um padrão elevado de respeito ambiental, mas com compromisso econômico e social, principalmente com essa imensa população que compõe a economia familiar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador João Pedro.

Com a palavra, o Senador Papaléo Paes, por permuta com a Senadora Rosalba Ciarlini. V. Ex^a dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada, mais exatamente nos dias 10 e 11 de abril, realizou-se em Macapá o 6^o Encontro do Parlamento Amazônico Brasileiro, um evento, Sr. Presidente, da mais alta relevância; um evento, na verdade, de grande significado estratégico para o nosso país.

O Parlamento Amazônico, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi criado em 2003 e é constituído por Deputados Estaduais de todas as unidades da Federação que integram a Amazônia Legal. Lá estão, portanto, representantes do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Roraima, Tocantins, aos quais se juntam também representantes do Estado de Goiás.

Mas qual é o sentido dessa representação? Por que estou afirmando, com tanta convicção, que ela se reveste de extraordinária importância? Afinal, sempre se poderia argumentar, para negar-lhe a condição de indispensável, que existem outras instâncias para tratar da questão amazônica.

É fato, Sr. Presidente, que existem. Temos, por um lado, o Parlamaz, o Parlamento Amazônico, criado nos anos 80 do século passado, que reúne os oito países da região: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. E temos a OTCA, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, que foi criada em 2003 com o propósito de implementar o Tratado de Cooperação Amazônica, também firmado pelos oito países. São duas instâncias de mérito inquestionável. Penso até que podem contribuir de maneira decisiva para o desenvolvimento da Região Amazônica.

Ainda assim, Sr^{as} e Srs. Senadores, existe um espaço muito singular que pode e deve ser ocupado pelo Parlamento Amazônico Brasileiro. Em primeiro lugar, é fácil constatar que tanto o Parlamaz como a OTCA não são instituições ainda devidamente consolidadas. O Parlamaz atuou com algum dinamismo des-

de a sua criação até 2001. De lá para cá, porém, seu papel foi sendo esvaziado, a tal ponto que, no final do ano passado, quatro países não tinham nem sequer representantes formalmente indicados.

Quanto à chamada Cooperação Amazônica, não se pode dizer que esteja andando em ritmo acelerado. Basta ver que entre a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, em 1978, e a constituição da OTCA, em 2003, passaram-se 25 anos. Além disso, a atuação da OTCA tem foco no desenvolvimento sustentável, na preservação do meio ambiente e no uso racional dos recursos naturais, um foco importantíssimo, é verdade, seguramente, o mais relevante, mas que não contempla todas as nuances da questão amazônica, nuances que envolvem, por exemplo, conceitos como o de soberania e de defesa nacional.

Falo em soberania, falo em defesa nacional e chego àquele que, seguramente, é o principal argumento a favor do Parlamento Amazônico 100% brasileiro: tanto Parlamaz como a OTCA, já vimos, são instituições sul-americanas; sua visão, portanto, é a visão de um conjunto de nações.

Ora, nessas condições, quem se encarregaria de fazer uma abordagem da questão que fosse atenta, acima de tudo, aos interesses do nosso País? É aqui, exatamente aqui, que se evidencia a essencialidade do Parlamento Amazônico Brasileiro.

A Amazônia Legal, Sr. Presidente – e veja que me refiro à porção da área pertencente ao Brasil –, tem 5,2 milhões de quilômetros quadrados e representa mais de 60% do território nacional. Sua área, Senador Mão Santa – veja só que grandeza –, equivale, por exemplo, a sete vezes a área da França. Não podemos deixar, pois, que discussões e tratativas sobre o destino desse imenso território se processem em instâncias supranacionais sem que tenhamos, ao mesmo tempo, as nossas instâncias, que são aquelas constituídas exclusivamente por cidadãos brasileiros.

Ademais, sempre é bom lembrar que 85% da Região Amazônica estão situados em solo brasileiro. Os demais países, somados, têm apenas 15% da Amazônia. Ou seja, se há um país que não deve ter medo de considerar a questão amazônica sob uma perspectiva mais nacional do que continental, este País é o Brasil.

De modo, Sr. Presidente, que não pode haver dúvida. Há que se reforçar, sim, o papel do Parlamento Amazônico Brasileiro. Há que se conceder ao Parlamento Amazônico Brasileiro o prestígio, a atenção e os recursos necessários ao bom desempenho de suas atribuições.

Felizmente, parece que caminhamos, no momento atual, para a plena conscientização sobre a relevância

do tema. E o sucesso do encontro realizado em Macapá, capital do meu Estado, o Amapá, só corrobora essa impressão.

No encontro, como era de se prever, a pauta foi riquíssima. Foram abordadas as mais diversas questões relacionadas ao futuro da Região Amazônica, discussões que seguramente serão de grande serventia para todos aqueles que têm a responsabilidade de traçar os destinos da região.

Enfim, Sr. Presidente, penso que estamos no caminho certo. O Parlamento Amazônico vai-se consolidando gradualmente como um importantíssimo fórum de debate sobre o futuro daquela enorme porção de nosso território, uma área – sabemos todos – que é alvo da cobiça internacional e à qual devemos estar permanentemente atentos.

Por tudo isso, pelo sucesso do encontro de Macapá e pelo crescente prestígio da instituição, quero cumprimentar aqueles brasileiros que, seja como representantes, seja como colaboradores, estão construindo o Parlamento Amazônico Brasileiro. Sua atuação – estejam certos – tem sido de fundamental importância para o desenvolvimento da Região Amazônica e do Brasil.

Quero cumprimentar, Sr. Presidente, de modo especial, o Deputado Jorge Amanajás, que, por sinal, pertence aos quadros do PSDB do Estado do Amapá, que presidiu o Parlamento Amazônico desde maio de 2005 até o encontro de Macapá. Ele merece, sim, os nossos parabéns pelo belíssimo trabalho realizado.

E quero cumprimentar também, de modo especial, seu conterrâneo, Senador Mário Couto, o Deputado Domingos Juvenil, que tomou posse naquele evento como o novo presidente da entidade. Um amapaense passou a função para um paraense, e tenho certeza de que suas realizações serão igualmente dignas de louvor.

Então, com este discurso que faço engrandecendo e mostrando a realidade da nossa Amazônia, constatada ali pelo Parlamento Amazônico Brasileiro, quero aproveitar para chamar a atenção principalmente para aquela área, da qual falei aqui no meu discurso, muito cobiçada – e é muito cobiçada sim. Hoje temos certeza absoluta, mais do que convicção, de que a Amazônia precisa ser olhada com melhores olhos pelos próprios brasileiros, principalmente pelas autoridades brasileiras.

Digo isso, Senador Geraldo Mesquita Júnior, com conhecimento de causa, pois lá convivemos por 30 anos – 28 anos de Estado do Amapá e o restante de Estado do Pará. Então, hoje, vemos que isto é uma realidade: são principalmente olheiros, bisbilhoteiros e organizações representadas por algumas ONGs cons-

tituídas com o intuito de conhecer o solo, o subsolo, a estrutura geográfica da nossa região com profundidade, para, depois, fazerem explorações indevidas. O País deveria prestar muito mais atenção para essa condição a que está sujeita a Amazônia, uma vez que nós brasileiros temos um conhecimento praticamente insignificante dessa região em relação a essas organizações que vêm para o País com a intenção de bisbilhotar, de conhecer para explorar, além de manterem uma estrutura material e tecnológica que realmente faz com que, a cada dia, fiquemos mais preocupados com a situação da Amazônia. Essa situação nos leva a crer que o poder público nacional, que a soberania nacional está sendo usurpada por não tomarmos, nós mesmos, por meio das autoridades cabíveis, aquelas que têm autoridade de promover a proteção da Amazônia, medidas necessárias nesse sentido.

Com muita honra, concedo um aparte ao Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Papaléo Paes, fui convidado a participar, como observador, da reunião do Parlamento Amazônico, cuja referência V. Ex^a acabou de fazer. Mas, infelizmente, em razão de outros compromissos, não pude me fazer presente. Mas seu discurso me chama a atenção para um aspecto que me prendeu muito quando decidi me vincular ao Parlamento do Mercosul. Senado Papaléo, vou lhe dizer a principal razão que me fez querer participar daquele fórum – e hoje sou um dos Parlamentares brasileiros dentre 18 membros do Parlamento do Mercosul. Foi a Amazônia. Primeiro, para quebrar um pouco, no bom sentido... Aqui não vai nenhuma crítica. É claro que o Mercosul se iniciou ali pelo sul, com questões relativas à região. Mas tanto o Mercosul quanto o Parlamento do Mercosul dizem respeito ao País inteiro, e não só aos Estados-Membros da Região Sul do nosso País. Nossa preocupação, minha preocupação em particular, ao querer fazer parte daquele importante organismo – vou falar sobre ele ainda hoje, agora à tarde –, é chamar a atenção para nós amazônidas do norte. Temos bens e produtos, uma economia que pode ser integrada ao Mercosul, e ainda não é no nível que deve ser, Senador Papaléo. E seu discurso me deu essa oportunidade de lembrar que nossa presença no Parlamento do Mercosul se originou da preocupação de chamar atenção para a integração de toda aquela região amazônica, aliás de todo o País, no contexto do Mercosul e agora no contexto do Parlamento do Mercosul, com as duas preocupações: a integração econômica, política e social e a preocupação com o cuidado que devemos ter no trato com aquela região tão importante não só para o País, mas para o mundo. Então, parabênizo V. Ex^a por trazer esses assun-

tos, Senador Papaléo. O Parlamento brasileiro precisa acordar para esses assuntos que dizem respeito à integração com os demais países. Está aí a Venezuela em processo de ingresso tanto no Mercosul como no Parlamento do Mercosul. Creio que não se trata do ingresso do Presidente Chávez, mas da Venezuela, o que automaticamente puxará a preocupação para a nossa região, porque a Venezuela está ao norte, faz fronteira e faz parte da Amazônia inclusive. Creio que V. Ex^a, ao trazer esse tipo de preocupação ao Plenário, alerta esta Casa para a necessidade de estarmos nos voltando permanentemente para assuntos dessa natureza. Esses fóruns regionais são constituídos com o propósito de cuidar, com o foco mais adequado, mais preciso, dessas questões tão importantes não só para a Amazônia, como para todos os países que nos cercam aqui. Fazemos fronteira com diversos países latino-americanos e precisamos trabalhar intensamente a questão da integração regional. A Amazônia está no centro disso tudo. Não se iluda, Senador. Ninguém pode iludir-se com isso. A Amazônia está no centro disso tudo. E, quando tivermos a absoluta integração desses organismos, vamos precisar fazer com que eles tratem com muito cuidado da questão da Amazônia, dos povos que ali vivem, da sua economia, da maneira como nos organizamos social e politicamente. Parabéns pelo seu brilhante discurso!

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a as palavras, que incorporo ao meu pronunciamento. Parabenizo V. Ex^a pela sua participação. Já obtive informações dos próprios companheiros Senadores no Parlamento do Mercosul. Realmente, como V. Ex^a disse, sua intenção quanto ao ingresso foi realmente em face de uma de suas preocupações, que é a Amazônia. Isso nos fortalece muito porque temos a obrigação de fazer esse movimento político. Que o Poder Executivo do País faça sua parte também protegendo nossas florestas, nossa fauna e flora e nossas fronteiras, principalmente quanto às questões do narcotráfico e das Farc, para evitarmos ações guerrilheiras de narcotraficantes no nosso solo, principalmente na nossa Amazônia.

Senador Geraldo Mesquita, nós procuramos sempre – e isso serve para nossa reflexão –, por ideologia, até certo ponto por nossa ingenuidade, por nossa boa vontade e pela falta de convivência com aqueles de má-fé, desconsiderar algumas situações.

Eu vejo que o Senador Mozarildo está para lá, para Roraima, bem como outros Senadores estão para lá. Qual é o problema? A divisão de terras indígenas. Hoje, nós temos de nos atualizar, nós temos de ver qual, realmente, a necessidade de área de preservação indígena. Os índios têm direito, têm total direito.

Eles eram os donos do Brasil. Quando nós nascemos, eles já eram os donos do Brasil. Mas temos de analisar, profundamente, o que há por trás disso, quais são os outros interesses.

Hoje, a maioria dos povos indígenas está civilizada, poucos precisam da caça. Quer dizer, já estão bastante modernizados a ponto de discutirmos, em um grande debate, qual é realmente a necessidade deles e o que deve estar por trás disso. Lá no Amapá, nós tínhamos a presença de ONGs. Nenhum de nós entrava nas terras indígenas, mas essas ONGs entravam, porque levavam uns espelinhos e exploravam e contrabandeavam minérios do Amapá. Quer dizer, isso aí... Tinha até uma francesa, cujo nome já foi investigado. Mas as coisas assim importantes vão ficando por isso mesmo, principalmente quando envolvem riquezas.

Então, tudo isso nós temos de discutir. Olhei ali para o lugar do Senador Mozarildo e me lembrei que ele está verificando essa situação lá no Estado de Roraima. E, acima de tudo, isso: nós temos de adaptar a ocupação das terras, não nos esquecendo que os povos indígenas são os donos das terras, mas também têm que saber dividir a terra porque todos nós somos brasileiros.

Pois não, Senador.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – V. Ex^a me permite, mais uma vez? V. Ex^a citou o Senador Mozarildo. Pena que S. Ex^a não esteja aqui. Vim hoje com o propósito de sugerir ao Senador Mozarildo, a exemplo do que fez o Senador Eduardo Suplicy e outros parlamentares, a realização neste plenário de um grande debate sobre a questão que hoje povoa a mente da população de Roraima e do País inteiro, que têm a atenção focada naquilo lá. São destacamentos da Polícia Federal, índios, arroteiros. É uma confusão danada. Precisamos trazer esse assunto aqui para o plenário do Senado. O Senador Eduardo Suplicy, pouco tempo atrás, sugeriu – e foi aprovada – a realização de uma grande audiência pública para tratar da questão da transposição das águas do rio São Francisco. Foi uma sessão bonita, acalorada, com muita discussão. Creio que deva ter clareado o pensamento de muitos. Acho que esse é também um assunto de absoluta relevância que deveria ser trazido ao plenário do Senado Federal para que o discutíssemos com profundidade. Traremos aqui todos os que estão envolvidos com essa questão, para que esse assunto seja cabalmente esclarecido e para que não parem dúvidas para a população brasileira, bem como para todos nós, parlamentares. Alguns, inclusive, estão com dúvidas ainda acerca da questão. Portanto, peço a sua ajuda no sentido de falarmos com o Senador Mozarildo para que, a exemplo

do que foi feito com relação à transposição das águas do São Francisco, façamos aqui um grande debate sobre esse imbróglio, essa questão que hoje se instalou no Estado do Roraima.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Concordo com V. Ex^a. Vamos conversar com o Senador Mozarildo, todos nós, para fazermos esse procedimento que será extremamente útil para o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Couto.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. PSDB – PA) – O próximo orador inscrito, por permuta com o Senador Mozarildo Cavalcanti, é o Senador Álvaro Dias.

Senador, V. Ex^a permite que eu leia duas comunicações ao Plenário?

A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que está convocada sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, terça-feira, dia 15 do corrente, às dez horas, no plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o bicentenário do Poder Judiciário independente no Brasil e a agradecer, com a Ordem do Congresso Nacional, Sua Excelência a Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. PSDB – PA) – A outra comunicação.

A Presidência comunica ao Plenário que o Senado Federal recepcionará a Sr^a Prathiba Patil, Presidente da Índia, amanhã, dia 15 de abril, às 15 horas, quando a sessão será interrompida, nos termos do **caput** do art. 199 do Regimento Interno, para recepção de Sua Excelência.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mário Couto.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que nos cedeu seu tempo, já que está em Roraima, cuidando dos interesses do seu Estado.

Inicialmente quero dizer, Presidente Mário Couto, que não pretendo hoje abordar o assunto dossiê nem mesmo cartões corporativos, embora esse assunto seja importante, não se tenha esgotado e certamente voltará durante esta semana para debate nesta Casa. Eu próprio, Senador Geraldo Mesquita, pretendo retornar a esta tribuna para fazer pronunciamento a respeito dessa questão que abala a credibilidade do Governo de forma irreversível.

Hoje, no entanto, Presidente Mário Couto, pretendo discorrer sobre os entraves ao crescimento econômico brasileiro, que têm sido, ao longo dos tempos, objeto dos mais variados estudos. Eu gostaria de fazer referência ao mais recente estudo da Consultoria Macroplan, especializada em análises prospectivas.

Os principais entraves ao nosso crescimento elencados no estudo da Macroplan ratificam estudos e análises anteriores. Vamos lá:

- excessiva burocracia, irradiando seus efeitos deletérios sobre o ambiente de negócios e inibindo o empreendedorismo;
- os baixos níveis de escolaridade e de capacitação da população, influenciando de forma negativa a produtividade do fator trabalho;
- o baixo nível de investimentos em infraestrutura, contribuindo para o desgaste dos modais de transporte e limitação de oferta e distribuição de energia;
- por fim, a elevada carga tributária combinada com forte expansão e má qualidade do gasto público.

Eu acrescento, Sr. Presidente, que concordo com os itens elencados pela Consultoria Macroplan, mas creio que falta um item fundamental: a corrupção. Não há nenhuma dúvida de que a corrupção é, ao lado da carga tributária exorbitante, o entrave maior ao crescimento econômico do País. Todos esses fatos aqui elencados contribuem, mas certamente a contribuição maior é proveniente da carga tributária e da corrupção. São duas pragas que assolam o País, inibindo o crescimento econômico do Brasil.

Não é por outra razão que o nosso País tem alcançado índices inferiores de crescimento econômico se estabelecermos como parâmetro o crescimento dos demais países emergentes.

Nós já cansamos de repetir que, em que pese a festa que fazem os governistas quando os índices de crescimento econômico são anunciados pela imprensa brasileira, nós só estamos crescendo mais do que o pobre Haiti, perdendo para todos os demais países.

A corrupção é, sim, causa transcendental a impedir o crescimento econômico do Brasil porque, lastimavelmente, muitos dos que governam assimilaram a corrupção, convivem com ela, a consideram inevitável, colocam-se na trincheira dos impotentes no combate ao mal que é a corrupção. Preferem a omissão, a conivência e se tornam cúmplices dela. São envolvidos por ela. Obviamente isso produz rombos enormes nos cofres públicos da Nação, refletindo na ausência de investimentos essenciais, sobretudo em obras estrutu-

rantes, que significam a preparação do País para um crescimento maior no futuro.

Sabemos que grandes grupos econômicos não investem no País em razão desse cenário de deterioração. Aliás, Senador Mário Couto, é bom frisar que se não fosse a capacidade de investigar da nossa imprensa, não fosse o jornalismo investigativo, essa degradação da estrutura da Administração Pública brasileira seria ainda maior. Não é por outra razão que muitos combatem o sigilo da fonte, porque os jornalistas que investigam se valem quase sempre de fontes privilegiadas para a elaboração das matérias que produzem grande impacto na sociedade brasileira.

Mas volto ao tema.

Ao listar que as despesas correntes do Governo Federal tiveram um crescimento de 94% nos últimos cinco anos, enquanto o crescimento nominal do PIB no mesmo período foi de 73%, a Macroplan considerou que o cenário mais factível (entre os quatro que traçou) é o do “Crescimento Inercial” em contraposição ao mais otimista e improvável deles: “Salto para o futuro”, no qual seriam realizadas reformas estruturais que garantiriam um crescimento econômico consolidado e permanente.

Na análise prospectiva do nosso crescimento econômico, outro cenário descrito como de baixa probabilidade de se realizar é o “Travessia na Turbulência”. O mais pessimista dos cenários previstos no estudo é o intitulado “Baleia Encalhada”.

Aliás, a estrutura da Administração Pública federal no Brasil, engordada durante o Governo Lula, nos faz lembrar de uma baleia encalhada mesmo, Senador Mário Couto. Enquanto este País não cuidar de promover uma reforma administrativa que elimine a superposição de ação, os paralelismos estruturais com gastos desnecessários, supérfluos mesmos, nós teremos a “baleia encalhada” no cenário mundial.

O contorno desse cenário nos levaria, a bordo de um projeto neopopulista similar aos dos países do nosso entorno regional, de volta para o passado de uma economia ineficiente e descontrolada, a era anterior ao Plano Real.

Bom abrir parêntese e dizer que o Presidente Lula colhe frutos generosos produzidos pelo Plano Real, idealizado a partir de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. É bom registrar que essa foi a herança bendita recebida pelo Presidente Lula. Não fosse isso, certamente, as turbulências inflacionárias sobretudo estariam a atormentar o povo brasileiro.

O cenário considerado mais plausível, portanto – “Crescimento Inercial” – prevê entre outras hipóteses: expansão do gasto público e equilíbrio fiscal sendo mantidos via contenção de investimentos e aumento

da arrecadação de tributário. É o que vem ocorrendo no Governo Lula. Gasto público crescente, equilíbrio fiscal mantido com a contenção dos investimentos especialmente em obras de infra-estrutura. Mas não na área social; na área social, com a política assistencialista, sobretudo, se mantêm os investimentos significativos, mas eles são reduzidos em determinados setores de importância, como saúde, segurança pública, educação e principalmente em obras de infra-estrutura, já que o que o Brasil vem investindo nesse setor significa a plantação de um apagão logístico a médio ou longo prazo. Se não houver inversão de expectativa em relação a esse procedimento mantido nos últimos anos pelo Governo do Presidente Lula, nós teremos, sim, seriíssimos problemas no futuro, seriíssimos problemas logísticos no futuro. Esses problemas que tivemos e que ainda continuamos a ter no espaço aéreo brasileiro, nós teremos também no espaço terrestre, em várias áreas: energia elétrica, portos, além dos aeroportos, evidentemente, estradas, enfim, escoamento de produção e exportação dos nossos produtos.

E o gasto público, no que diz respeito a despesas correntes, custeio da máquina, eleva-se de forma assustadora. Não se dá um basta a este processo irresponsável de ganância desenfreada no Governo do Presidente Lula. E é evidente que a outra consequência é sempre a tentativa de aumentar impostos, como assistimos durante esses anos todos.

Os cenários são elaborados para reduzir o grau de incerteza sobre o futuro e balizar as ações para a elaboração de um projeto nacional de longo prazo. O que falta ao Brasil, Senadores Geraldo Mesquita e Mão Santa, é um projeto de longo prazo, porque o Governo do PT não tem projeto de futuro para o País, tem apenas o projeto de poder, calcado no interesse eleitoral, inclusive com antecipação do processo sucessório, a meu ver irresponsavelmente deflagrado por quem? Pelo Presidente da República, o último que poderíamos esperar pudesse deflagrar o processo sucessório com tanta antecedência. Ele deveria ser o primeiro a retardar esse processo e não o primeiro a antecipá-lo.

Os cenários são elaborados para reduzir esse grau de incerteza sobre o futuro e balizar – eu repito – as ações para a elaboração de um projeto nacional de longo prazo.

O Brasil carece disso. Lamentavelmente, não há por parte do Governo nenhuma sinalização que nos permita visualizar um projeto para o País. Esperamos que o debate da sucessão presidencial alcance este nível em que se discutirá, sobretudo, um projeto de Nação, um projeto que possa despertar na população brasileira as esperanças de que este País se viabiliza-

rá, para transformar a vida de cada um na vida digna que todos almejam.

Os cenários apresentados no presente estudo, bem como as situações descritas, não pretendem ser previsões do futuro, mas simplesmente marcos de referência para um exercício de reflexão coletiva sobre o futuro desejado para o nosso País.

A gestão pública precisa incorporar o planejamento estratégico ao seu cotidiano. Os contornos descritos no cenário mais pessimista desse trabalho – “A baleia enclanhada” – precisam ser analisados com atenção. Ele foi considerado o segundo mais provável. Isso serve de alerta. O Senador Mão Santa diria: “Atentai bem, brasileiros”. A baleia está enclanhada. É preciso desenclanhar essa baleia com reformas fundamentais e a formulação de um projeto de nação. Espero que os pretendentes a presidente da República comecem a se preocupar com isso, já que, pelo menos da nossa parte, não há esperanças, nem poentes nem nascentes, porque esperança nunca tivemos em relação a este Governo no que diz respeito à visão estratégica de futuro.

Não tem ele um quadro técnico capaz de formalizar um projeto tendo em vista a necessidade de olhar o Brasil com visão estratégica de futuro. O que há aí é outra coisa muito distante desses parâmetros.

Alguns elementos presentes nesse cenário, a desaceleração da economia mundial em razão do aprofundamento da recessão americana, deflagrando uma crise de confiança no mercado financeiro internacional. O crescimento da China experimenta redução expressiva e há um significativo decréscimo da demanda mundial por produtos brasileiros.

O Brasil reage à crise mantendo a expansão do gasto público, especialmente de custeio, como já referimos. As metas de superávit primário são abandonadas e cresce o esforço para aumentar a arrecadação de tributos. Na esteira desses e de outros fatores, a taxa de investimento declina e se acentuam os problemas de governabilidade mantida em bases fisiológicas sob a égide de baixos padrões de desempenho da gestão pública.

Sr. Presidente, é fácil indicar os parâmetros que alimentam a tese de estarmos sob a égide de um Governo com baixos padrões de eficiência. Basta ouvir o Presidente da República no seu programa de rádio matinal, como ocorreu hoje, transferindo a responsabilidade da dengue aos prefeitos municipais, quando ele deveria assumir a responsabilidade, já que o Governo Federal só consumiu 31% dos recursos que estavam provisionados para prevenção no que diz respeito à dengue.

É mais confortável para o Presidente transferir a responsabilidade.

A impressão que sempre tive pelo fato de o Governo não repassar ao setor de saúde pública os recursos necessários é a de que esta é a opinião governamental: só se beneficiam de eventuais serviços competentes na área de saúde pública os prefeitos municipais. Por isso, o Governo não repassa os recursos, já que pensa muito em pesquisa de opinião pública, em ibope; pensa muito em voto, em eleição; está sempre no palanque eleitoral. Investir naquilo que não oferece retorno ao Presidente, não. Se o retorno político somará para os prefeitos municipais, eles que busquem recursos. É a impressão que fica do comportamento do Governo Federal. Não é o prefeito que é beneficiado; o beneficiado é o povo brasileiro. Cabe ao Governo estabelecer prioridades em razão do interesse público, verificando a relação custo/benefício do investimento público realizado. Na verdade, não é o prefeito o beneficiado maior; o maior beneficiado é o cidadão brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente, é uma questão de postura adotada pelo Governo. Por essa razão, nós nos referimos anteriormente às esperanças que foram sepultadas desde o início da administração do Presidente Lula, já no momento em que ele constituía a sua equipe com quadros inferiores, se estabelecermos compatibilização com os problemas nacionais, que são superiores.

Portanto, esperanças nunca tivemos. Resta-nos sempre, quando se aproxima o processo eleitoral, recuperá-las. Olhem que é cedo, mas o Presidente da República antecipou o processo. Já que ele o antecipou, vamos utilizar essa antecipação de forma produtiva e positiva no interesse do País. Já que se fala em eleição presidencial, que aqueles que postulam a Presidência da República saibam estabelecer prioridades e busquem, desde já, estudar, refletir, pesquisar, investigar e compor equipe para a elaboração de um projeto de nação, porque é isso que o povo brasileiro exige, é disso que necessita e é a isso que tem direito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. PSDB – PA)

– O próximo orador inscrito é o Senador Mão Santa, que dispõe de 20 minutos iniciais. Posteriormente, falará o Senador Geraldo Mesquita e, depois, o Senador Mário Couto.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mário Couto, que preside esta sessão do Senado da República de segunda-feira, Parlamentares presentes na Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado: a televisão, a Rádio AM, a FM, o *Jornal do Senado*.

Senador Mário Couto, Senador Geraldo Mesquita, Brasília toda nos encanta.

Quando estudávamos, este País tinha escolas muito boas. Este País se organizou e tal e durante seus 508 anos passou por várias fases: capitanias hereditárias; governos gerais; a República; os reis; as repúblicas; a princesa; o período de exceção da democracia civil, Vargas estadista, a redemocratização, a volta dele nos braços do povo, da democracia; dificuldades da própria democracia; o período militar; a volta. E nós participamos, conhecemos, pelo estudo, que esta sempre foi uma Pátria muito bem organizada.

Pedro II governou este País 49 anos. Ele ia assistir aula no Colégio Pedro II. A biografia dele é uma das mais belas. Ele não viajava muito não. Em 49 anos, ele só fez três viagens. Sei que era mais complexo, mas ele só fez três, uma para a América, uma para a Europa e outra lá para o lado Oriente, do Egito.

O próprio Getúlio Dornelles Vargas, grande estadista, governou este País 19 anos – 5 no regime de exceção; depois 4 anos. – e fez poucas viagens. Vinham – Franklin Delano Roosevelt veio duas vezes – ouvir Getúlio Vargas. Eles vinham mais ouvir Getúlio do que... Um estadista, essa organização toda cada vez nos cativa mais.

Então o que tenho que dizer é que somos do tempo em que estudávamos o mapa do Brasil e víamos um quadradinho, onde se lia “aqui, vai ser construída Brasília. Um quadradinho, não é, Mario Couto? Você é desse tempo? Todo mapa... sonho velho de Pedro II, centralizar... E Juscelino teve essa decisão.

Mas atentai bem, ele fez isso, ô Adelmir Santana, em mil dias. Mil dias! Olhe como não acontece nada; só cacarejamento, só cacarejamento aí e tal. Dizem que lá na minha cidade tem um aeroporto internacional. Eu acabei de convidar o Geraldo Mesquita para ser homenageado no Dia do Trabalho. Um órgão de comunicação e a OAB também pediram que eu o convidasse. Vamos ter que fretar um “bichim”, como quando nós fomos para Uruçuí, V. Ex^a viu... Na minha cidade os descarados dizem que tem vôo internacional.

Não tem não. Tudo é mentira. Não tem mais nem teco-teco. Porque eu e o Heráclito conseguimos colocar a Ocean Air. Eu era menino. Aí o Governo usou e não pagou as passagens, tiraram. Depois, houve outra tentativa, e foi a mesma coisa. Então, como se mente assim! Calma! tem limite! Isso não é... Não tem.

Eu era menino, saía para o Rio de Janeiro, pelo aeroporto. Lembro-me de que tinha – até vou brincar com o seu Estado – a Panair, Aerovias. A gente saía pousando. Era bom porque aprendíamos geografia. Saía de Parnaíba, Teresina, ia para Natal, Recife, Aracaju, Salvador, por essas capitais todinhas. Acabava

chegando ao Rio de Janeiro. E era a Panair, Aerovias, Aeroar, Aeronorte, que eram as do tempo. Tinha uma paraense. Sabe qual era o apelido – desculpe aí? Era a Paraense Transporte Aéreo, que a turma chamava de PTA: Prepara a Tua Alma. Porque de vez em quando caía. (Risos) Mas tinha e não tem mais.

Assim é demais, ô Mário Couto. Esse negócio de mentira, não... Aeroporto Internacional não tem mais nem... Os vigaristas...

Todo mundo sabe que Fortaleza tem um aeroporto internacional. Então, o que tem, Geraldo Mesquita, é o seguinte: o aeroporto de Parnaíba tem pista longa, foi construído por Reis Velloso, Ministro, eu estava lá, filho da cidade, Governador Dirceu Arcoverde. Então, tem um aeroporto de reserva. Sempre houve. Fortaleza é uma base aérea importante do País. E tem um aeroporto próximo.

Se tiver uma condição climática, vamos dizer, uma chuva forte, o piloto busca um aeroporto próximo geograficamente. Fortaleza o aeroporto é internacional. Em caso de pânico, se o clima não estiver bom, o avião pousa, isso é normal. Agora, ele bota aí que tem dois aeroportos internacionais, um no Piauí e outro lá na Serra da Capivara. Lá só tem jumento, é pior. Pelo menos ali é ajeitadinho, porque a Aeronáutica cuida com essa responsabilidade. Sempre foi até de treinamento da FAB.

V. Ex^a está convidado para ser homenageado, Geraldo Mesquita. Então, Brasília se criou. Quarenta e oito anos! Sabemos que muitos movimentos se deram aqui, vivemos a grandeza desta cidade. Quero prestar uma homenagem ao homem e à mulher do Piauí. Mário Couto, olha aí o orgulho. Por isso esta cidade é bela, grandiosa e se desenvolve. Somos a segunda colônia, só perdemos para os mineiros, porque o Juscelino veio de lá e transportou a minerada toda aí. São trezentos mil piauienses que fazem a grandeza desta cidade. Está aqui um que o Maranhão quer levar, mas é piauiense mesmo, que é o Senador Adelmir Santana.

Páginas Belas. Esta é uma cidade de qual nos orgulhamos. Ô Mário Couto, você já conhece Washington? Pois peça ao Garibaldi para conhecer.

Eu acho Brasília mais interessante do que...

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Mão Santa, permita-me um aparte, já que V. Ex^a está falando de Brasília?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas vou só dizer quem você tem que homenagear. Olavo Bilac disse para as crianças, na sua mocidade – e as galerias estão cheias dessa juventude: “Criança, não verás nenhum país como este”. Mas temos que fazer uma homenagem aos 48 anos de Brasília. Olavo Bilac é o patrono dos reservistas. Todo brasileiro devia

ser reservista. Eu fiz CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva. No nosso tempo, quando este País era organizado, o Exército chamava para nos fazer entender o que era a bandeira, ordem e progresso, hierarquia, disciplina.

Ó meus jovens, mas está um desânimo, uma descrença!

V. Ex^a, que é um legítimo representante, tem que fazer sua homenagem. Vamos dar um jeito aqui no Senado.

Estávamos perdendo a esperança. Sou da geração daquele que disse: “Se és capaz de tremer de indignação diante de uma injustiça em qualquer lugar do mundo, és então companheiro”. Che Guevara disse: **“Hay que endurecer, pero sin perder la ternura jamás!”** Foi um líder, médico como eu, das liberdades.

Geraldo Mesquita, rendo uma homenagem a Brasília: 48 anos. Abril de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Abril, quando Juscelino inaugurou esta cidade. Abril, quando morreu Tancredo Neves. Abril.

Olha, eu estava sem esperança. Olha, a UNE veio aqui, a UNE que foi incendiada, tombada... A gente seguia aquele homem, de nossa geração, que cantava: “Vem, vamos embora, esperar não é saber, quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. Isso embalou a mocidade apática e trouxe de novo a democracia. Esses jovens da Universidade de Brasília escreveram e deram a Brasília a sua maioridade, a sua respeitabilidade. Nosso respeito a essa instituição. Escreveu a página mais bela desses 48 anos. E tinha que nascer da juventude.

Eu vou já dar o aparte. Não, ele vai ouvir porque ele é o representante. Eu vou mandar os piauienses votar nele. Ele veio de lá. Aqui tem muito, meu amigo, e nós somos firmes. Tem 300 mil piauienses aqui. Quem me disse foi o grande Roriz, não é? Porque Deus fez o mundo, e esta Brasília aqui foi Juscelino e Roriz. O resto é... Eu conheço a história e eu vivi, e ninguém tira, não é? Então, ele me disse que tem 300 mil piauienses, o meu Governador Roriz.

Mas, olha, a página foi bonita, Geraldo Mesquita. Olha, a não-violência me fez lembrar Mahatma Gandhi, as campanhas de não-violência, de resistência libertaram seu país, a Índia, dos ingleses. Martin Luther King, defendendo os direitos de igualdade do negro. E o Dalai Lama, agora, com a luta pela liberdade do Tibete.

Esses meninos, esses jovens, esta mocidade de Brasília. Hoje, Brasília tornou-se a capital da certeza de que o bem vai vencer o mal, da certeza de que vamos combater a corrupção, de que vamos combater a bandeira da ética. Então, são aqueles meninos. Digo meninos porque já estamos de idade.

V. Ex^a pode usar a palavra. V. Ex^a nasceu lá no Piauí. O Maranhão quer tomar o seu nascimento, mas já lhe demos o título de cidadão de Uruçuí. Aquele foi um negócio de jogo de cartórios. Seu pai foi lá. V. Ex^a é do Piauí mesmo. V. Ex^a tem uma grande responsabilidade.

Hoje, Brasília, graças à sua mocidade, é a capital da liberdade, da ética, da decência. Sua maior riqueza é a mocidade. Olha, nós estamos orgulhosos dessa mocidade. Foi um movimento muito bonito que nos deu a esperança de que o bem vai vencer o mal.

Com a palavra o Senador de Brasília, no mês do aniversário de Brasília, cuja mocidade escreveu a página mais bela dos últimos 48 anos.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Mão Santa, quero associar-me ao pronunciamento de V. Ex^a. O que me chamou a atenção no seu discurso foi quando V. Ex^a fez referência à construção de Brasília. Naturalmente que todo o seu discurso enaltece os jovens de Brasília, a capital, sua população e a vitória do movimento dos estudantes. Quero prender-me à questão a que V. Ex^a fez referência: a construção em apenas mil dias. Isso demonstra claramente que Brasília é berço da intenção de um empreendedor, de um homem que tinha forte oposição nesta Casa principalmente – de todo o Congresso, mas soube contornar essas objeções sem ser truculento, usando dos princípios democráticos. E eu já disse aqui em outras oportunidades que a oposição era tanta que, em um determinado momento, quando alguém argumentava: “Mas o clima em Brasília é muito bom”. Um dos parlamentares disse: “Que se mude o clima!”. Como se na natureza fosse possível fazer alterações assim. Então Brasília foi fruto da ação de um empreendedor. Um empreendedor mineiro que se aliou a outros empreendedores nacionais e, como o senhor colocou, a uma boa parte da população piauiense que para cá veio, com o objetivo da construção e com o objetivo de ser vencedor nessa epopéia. Quero me associar, portanto, as suas palavras. Estamos atentos a esses acontecimentos, ao aniversário da cidade, que se comemora agora no mês de abril, com inaugurações, com realizações do nosso Governo, do nosso Governador Jose Roberto Arruda, que segue, como bom mineiro que é, exatamente as pegadas de Juscelino Kubitschek. Brasília hoje tem no Governo o Sr. José Roberto Arruda, um mineiro; o Vice-Governador Paulo Octávio, também um mineiro; e, como o senhor bem colocou, um Senador egresso do Piauí. Portanto, são empreendedores de vários Estados brasileiros que para cá vieram e que estão, naturalmente, nessa mesma linha do pensamento do Presidente Juscelino Kubitschek. Pretendemos, neste mês, com o seu concurso certa-

mente, fazer uma homenagem à Capital do País aqui, com uma sessão solene em homenagem à Brasília. Já fizemos o requerimento, mas, por questões de datas, de dificuldades de datas já preenchidas, provavelmente a sessão ocorra após o dia 21. Mas, de qualquer modo, não vai passar despercebida essa comemoração dos 48 anos de sua fundação.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Em homenagem à mocidade da universidade.

Senador Geraldo Mesquita, quando governei o Piauí, vi que a universidade é a locomotiva. Foi a minha maior obra a extensão da universidade. Outro dia falei da Alemanha, cuja história demonstra que tem essa grandeza por causa da Universidade de Heidelberg. O mundo duas vezes se voltou contra a Alemanha e a tombou nas duas guerras mundiais, mas respeitaram a universidade. Heidelberg é uma cidade de arquitetura antiga. Ela está toda moderna, porque foi bombardeada, mas o mundo respeitou a universidade.

Senador Geraldo Mesquita, a minha preocupação com isso é que aqui estamos para ensinar. Atentai bem para o valor que temos de dar a essa mocidade. Em 1990, Mário Couto, dados nos informam que, das dez universidades que tinha este País, que tardiamente começou o ensino universitário, as sete melhores universidades eram públicas, e três, privadas. Em 2000, quando eu integrava o Governo do Piauí, houve outra pesquisa. Olhem a gravidade disso que quero advertir o nosso querido Presidente Luiz Inácio:

Em 2000/2001, das dez melhores universidades, só três públicas estavam entre as dez melhores; sete eram privadas. E sou orgulhoso porque uma das três era do Piauí – a Uespi, quando eu fui Governador. Mas agora, segundo estudos recentes: das dez melhores universidades do Brasil, Mário Couto, só duas são públicas – uma de São Paulo e esta daqui. As outras são privadas.

Vamos refletir, Geraldo Mesquita, sobre isso. Eu sou médico, estou aqui porque o governo era organizado e me formei na Universidade Federal do Ceará. Fiz pós-graduação no Hospital do Ipase, público. Formação pública.

Hoje, tem faculdade de medicina no Nordeste em que a mensalidade é de R\$4 mil por mês. Isso me preocupa. Eles não vão ter a chance que eu e outros tivemos.

Olhem, são R\$4 mil. Aí, meu amigo Luiz Inácio, aquilo que Vossa Excelência... aí vai ser um abismo. Daqui a pouco, doutores serão todos que podem pagar isso.

Essa é a preocupação. É por isso que nós estamos aqui.

Então, quando a gente vê uma mocidade preservar – a igualdade começa com a educação, com a sabedoria, Luiz Inácio –, a mocidade sair, com coragem...

Eu queria apenas dizer o seguinte: eu estou com um livro aqui, **Política na Mão Certa**. Foi um professor, um intelectual, que trabalhou no meu... Professor Herculano Moraes. Não é meu parente, não. Herculano de Moraes é um intelectual da Academia de Letras. Então, ele pinçou frases de quando eu era Governador, eu falando do coração algumas frases e ele fez este livro...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ...*Política na Mão Certa*. Ele está na 4ª edição, porque é pequenininho, são frases pinçadas. O mérito é dele, do intelectual Herculano Moraes. Ele pinçou... Pois o Mário, quando está discursando, se tivesse um assessor como eu tive, tão competente, teria feito melhor porque V. Ex^a, Senador Mário, fala melhor do que eu. Ele pinçou frases de quando eu era Governador do Piauí. O mérito é dele. Gostam tanto do livro, Mário Couto, que já está na 4ª edição. Uma editora do Sul do País viu o negócio e disse que vai lançar a 5ª, internacional, e pediu que eu adicionasse algumas frases que nós dissemos aqui. É a 5ª edição porque é pequenininho. Tem uns pensamentos que ele colheu. O mérito é do professor Herculano Moraes, intelectual. Foi ele quem fez.

A gente fala tanto, eu falei quase tanto do Luiz Inácio como Governador. Você imagina, ele pinçou algumas frases. O mérito é dele.

Então, o que eu digo de jovens – não sei onde ou quando, mas ele botou porque pinçou. Os jovens – e eu o ofereço a essa juventude que nos orgulha. Isso é de alto significado. Estava todo mundo alienado, apático, sem capacidade de reagir. Os jovens deram um ensinamento. Nós podemos reagir para o bem vencer o mal.

O que eu dizia:

“Os jovens, especialmente os adolescentes, quando despertam as suas atenções para a magia do embate político, trazem na alma a pureza de condenar as arbitrariedades, defender as justas causas, colocar-se frontalmente contra ações discriminatórias, projetando em seus discursos fantasias e realidades de aspirações e desejos.

A prática política contrária a esses postulados decepiona a juventude, afastando as lideranças consolidadas daqueles que haverão de nos suceder”.

Ele estava afastado e indignado.

E, ainda, foi pinçado: alienação – frase de que nem me lembro:

“Estudante tem o dever de estudar, mas não tem o direito de alienar-se dos problemas da sua cidade, do seu Estado, do seu País. Essa alienação representa uma negação de toda uma história e da tradição brasileira que sempre encontrou no estudante o esteio forte das grandes conquistas políticas e sociais”.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sobre o mal. Atentai bem, Geraldo Mesquita, V. Ex^a que é intelectual: “Para que o mal triunfe, basta que os bons cruzem os braços”.

Se esses meninos tivessem cruzado, isso ia se expandir pior do que a dengue em todas as instituições sagradas construídas pelos governos responsáveis ao longo da história.

Isso aqui não vai ficar só aí, não. Padre Antonio Viera disse: “um bem nunca vem só”. Isso vai se irradiar, e a mocidade estudiosa vai ver que tem direito a ter uma escola decente, competente e que o exemplo – palavra sem exemplo é como tiro sem bala – tem que vir dos mestres.

Mas o único caminho para emendar o mundo mau é criar o mundo bom.

Não podemos gerar no espírito do jovem o sentimento de desânimo, de decepção e frustração com a classe política. São eles os nossos sucessores e só faremos um mundo melhor se tiverem nos políticos atuais os melhores exemplos.

Mocidade. Eu creio na fé que impulsiona o espírito da mocidade para as conquistas de um mundo melhor. Creio, enfim, no idealismo da juventude para a construção de um mundo efetivamente melhor.

No passado, a educação era um ornamento, uma vez que o valor do indivíduo estava vinculado à sua origem. No presente, contudo, quando nenhuma pessoa poderia ser frustrada nas suas pretensões de êxito por lhe faltarem haveres e qualidade de nascença. A educação, somada ao trabalho, constitui a mais segura receita do sucesso. Isso que eu sonhei, que eu falei, eu vi revivida por essa mocidade. Então, essa mocidade deu o maior presente aos 48 anos de Brasília. Meus jovens continuem, bravos e sejam felizes!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Mário Couto, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o nobre Senador Geraldo Mesquita por 20 minutos e, depois, o Senador Mário Couto.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Srs. Senadores presentes a esta sessão, Senador Mário Couto, em especial. V. Ex^a fez muita falta na semana passada, nesta Casa, mas fez muita falta em termos, porque a sua presença, mesmo na ausência, era patente, porque estivemos envolvidos no deslince, na solução do caso que V. Ex^a advogou aqui com extrema coerência: a causa dos aposentados, a causa dos trabalhadores brasileiros, enfim. Mesmo ausente, V. Ex^a estava aqui absolutamente presente nesta sessão que realizamos na semana passada em que resolvemos a questão. Portanto, eu não poderia iniciar a minha fala hoje sem fazer esse registro da luta, do esforço, do compromisso de V. Ex^a com os aposentados, com os trabalhadores brasileiros.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, na semana passada, eu estive nesta tribuna para registrar os 17 anos do Mercosul, um organismo muito importante para o contexto da América Latina, da América do Sul. O Mercosul congrega hoje Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina, e tem como associados praticamente todos os demais países que fazem parte desse belo continente e completou, em março último, dezessete anos de funcionamento.

Entre idas e vindas, pode-se dizer – foi a síntese que apresentei na semana passada – que ele se firmou como um organismo importante do ponto de vista da integração regional. Defeitos: vários; virtudes: muitas; a ponto de nos perguntarmos onde estaríamos, Senador Mário Couto, no nosso contexto regional, sem a existência do Mercosul. Às vezes, esse raciocínio ao contrário nos faz pensar positivamente naqueles organismos sob forte crítica. Cunhou-se, inclusive, uma expressão para aqueles que criticam o Mercosul de forma mais açodada: os “mercocríticos”, alguma coisa nesse sentido.

Porém, o Mercosul está aí, sobrevivendo, produzindo, integrando. Confesso a V. Ex^{as} que tenho muita esperança de que esse organismo acabe por se fortalecer ainda mais e por trazer para seu contexto os demais países da América do Sul.

Hoje, o que me traz aqui é falar do Parlamento do Mercosul, que foi gestado dentro do Mercosul.

Aos poucos, os países, as suas representações, sentiram a necessidade de inaugurarmos no contexto do Mercosul esse componente parlamentar, legislativo, para que ele se transformasse naquilo que convencio-

namos chamar a caixa de ressonância dos anseios, aspirações dos povos que fazem parte do Mercosul.

O Parlamento do Mercosul é ainda uma criança; tem pouco mais de um ano de instalação. Foi instalado aqui em dezembro de 2006, com a presença do Presidente da República, prestigiando o evento, a presença das representações dos demais países, e instalamos o Parlamento. Poucos meses depois, iniciamos o seu funcionamento, na sua sede, em Montevideu.

E o Parlamento é o órgão no qual depositamos uma esperança muito grande, de que ele de fato se constitua em uma caixa de ressonância para os anseios e as aspirações dos povos que integram o Mercosul. Ele hoje preocupa a todos, porque o fato de ser novo deveria exigir de todos nós uma certa contemplação com o ritmo dos acontecimentos. Mas, na verdade, não precisamos ficar inventando a roda a todo instante.

Há experiências consagradas, bem-sucedidas, de parlamentos regionais nos moldes do Parlamento do Mercosul. Creio que, mesmo com tenra idade – apenas um ano de funcionamento –, já deveríamos estar atuando com mais intensidade, no sentido de se constituir aquele foro num importante instrumento de discussão democrática dos assuntos e dos temas que povoam a mente e a cabeça dos povos mercosulinos e dos Parlamentares que fazem parte daquele órgão.

Preocupações existem. Uma delas diz respeito ao funcionamento das nossas comissões temáticas no Parlamento do Mercosul. Como todo parlamento que se preza, criamos, instituímos comissões temáticas, para que, por meio delas, em torno delas, os assuntos, as preocupações transitassem em primeira mão a fim de que desaguassem no plenário do Parlamento do Mercosul e fossem ali tratadas em última instância. Surpreendentemente, até agora não conseguimos fixar um calendário próprio para o funcionamento das nossas comissões temáticas. E o Parlamento, infelizmente – aqui não é uma crítica, mas uma constatação, um registro –, tem perdido o timing, como se diz, acerca da discussão de alguns temas importantes.

Vou dar um exemplo: o conflito envolvendo Colômbia e Equador, ocorrido quase dois meses atrás, somente muito tempo depois foi alvo de discussão no Parlamento do Mercosul. Eu disse, uma semana depois de instalado e resolvido o conflito entre aqueles dois países associados do Mercosul, que o Parlamento do Mercosul deveria ter sido convocado em caráter extraordinário naquela ocasião para discutir o assunto, trazendo-o para si. Mas a própria OEA, que estava fora de cenário, escondida, chamou a questão para si quando, a meu ver, ela deveria ter sido tratada em primeira mão no âmbito do Parlamento do Mercosul.

Essas questões, ao contrário de nos desanimar, nos impelem e nos provocam para que estabeleçamos um foco, um rumo preciso para o Parlamento do Mercosul, porque a expectativa na sociedade – não só a brasileira, mas também a dos demais países – cresce em razão do funcionamento desse organismo.

A representação brasileira no Parlamento do Mercosul, que tenho a honra, Senador Mário Couto, de presidir, por generosidade dos meus pares, é composta por 18 Parlamentares, 9 Senadores e 9 Deputados Federais, que tomamos posse como Parlamentares do Mercosul, ao mesmo tempo que somos Senadores e Deputados brasileiros; temos mandato, inclusive. E eu creio que cabe à representação brasileira, de forma decisiva, eu não digo pautar o Parlamento, porque ele também é constituído da representação dos demais países, mas a representação brasileira tem uma responsabilidade muito grande, por ser a do maior país, de cuidar, de fazer que aquele organismo se fixe, encontre o seu caminho, estabeleça o seu rumo, com precisão, com altivez.

Para isso, Senador Mário Couto, Senador Mão Santa, Senador Alvaro Dias, nós, desde a criação da nossa representação brasileira no Parlamento do Mercosul, nos preocupamos em discutir temas de fundamental importância nas nossas reuniões, que ocorrem quase semanalmente aqui no Brasil, aqui no nosso Parlamento. A nossa preocupação era, é e sempre será interagir, discutir, debater com autoridades brasileiras, com ministros do Governo Lula. Por sinal, digo sempre, toda vez que me refiro ao Mercosul, ao Parlamento do Mercosul, faço questão de frisar que tenho críticas pontuais ao Governo do Presidente Lula, mas, no que diz respeito à condução dos assuntos brasileiros no Mercosul, o Presidente Lula tem acertado. Digo até, Senador Mário Couto, que a presença dele, a atuação dele, tem sido fundamental para a manutenção desse órgão e para o seu fortalecimento. Faço sempre questão de ressaltar isso, e ressalto mais uma vez aqui para mostrar um fato que, para mim, é surpreendente: enquanto o próprio Presidente da República age, atua, no sentido de fortalecer o Mercosul, o próprio Parlamento do Mercosul, os seus ministros, aparentemente, não têm qualquer compromisso com essas instituições.

E vou dar prova disso. Como eu dizia, Parlamentares que integram a representação brasileira no Parlamento do Mercosul, desde cedo, trataram, tratam e continuarão tratando da necessidade de se discutir temas importantes a serem levados àquele Parlamento, para que o Brasil, por meio de sua representação, provoque esse órgão no sentido de ter sempre em pauta assuntos de extrema relevância, de extrema importância, para

as populações desses países. Por essa razão, Parlamentares brasileiros que fazem parte do Parlamento do Mercosul vêm protocolando – alguns desde agosto do ano passado, como é o caso do Deputado Rosinha, lá da terra do Senador Alvaro Dias, que é vice-Presidente do Parlamento – requerimentos, convidando ministros a comparecerem à nossa representação aqui, para, conosco, discutirem assuntos de extrema relevância, de extremo interesse, para todos nós.

Nosso propósito é trazer representantes do Governo brasileiro, autoridades do Governo brasileiro, por exemplo, o Ministro da Educação, convidado aqui pelo Dr. Rosinha, em requerimento aprovado em 28 de agosto de 2007, Senador Mão Santa – há quase oito meses –, para que ele diga qual é a política que o Brasil pretende discutir com a sua representação e, no âmbito do Parlamento do Mercosul, qual é a política de educação, de integração da educação no contexto do nosso bloco.

Outros requerimentos, como é o caso do requerimento da Senadora Marisa Serrano, que assinou juntamente com o Senador Cristovam Buarque, convite para que os Ministros de Estado da Educação, mais uma vez, da Cultura e do Esporte comparecessem à nossa representação para conosco discutir a política do Governo brasileiro no que diz respeito ao processo de integração a ser levado ao Parlamento do Mercosul por meio da nossa representação.

Esse requerimento foi aprovado em outubro do ano passado – novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril, seis meses; mais de seis meses, porque foi logo no início de outubro. Requerimento da lavra da Senadora Marisa Serrano, da mesma forma, e do Senador Cristovam Buarque, foi aprovado também no dia 02 de outubro de 2007, convida o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia para comparecer à representação brasileira do Mercosul e conosco tratar desse importantíssimo assunto: ciência e tecnologia. Onde os interesses do Governo brasileiro cruzam e complementam as ações que estão sendo implementadas e levadas a efeito no Mercosul e o que podemos fazer, nós, representação brasileira no parlamento do Mercosul, através daquele importante fórum? Convidamos essas autoridades, reiteramos por meio de ofício esses convites, fizemos menção aos requerimentos aprovados e até agora a resposta foi o absoluto silêncio, Senador Mão Santa.

Aí me vejo em face de uma grande contradição. Mais uma vez digo aqui: o Presidente Lula tem atuado com acerto, com presteza, com relação aos assuntos que dizem respeito ao Mercosul e ao próprio parlamento do Mercosul. Agora, o seu ministério parece desconhecer que existem esses dois importantes or-

ganismos regionais de integração. É o que transparece da postura, da atitude de seus ministros.

O Presidente quer o sucesso do Mercosul, o Presidente quer a consolidação do Mercosul, o Presidente quer a consolidação do processo de integração do Mercosul, mas seus Ministros parecem desconhecer o propósito, a intenção e o desejo do Presidente. Há um descompasso, institucional, eu diria.

Senador Mão Santa, sou comedido. Já, diversas vezes, ouvi comentários de colegas meus dizendo que sou comedido no trato das questões que abordo neste plenário. Mas não posso deixar de expressar hoje, Senador Mário Couto, minha decepção pelo que considero falta de respeito de Ministros de Estado para com uma representação do País num Parlamento regional que foi instituído recentemente. É uma falta de respeito! Não consigo acudir-me com outra expressão senão essa.

É também uma falta de compromisso. Os Ministros deveriam, antes de serem convidados, colocar-se à disposição da nossa representação brasileira no Parlamento do Mercosul para ali discutirem conosco o que vamos fazer em matéria de educação, como integrar a educação desses povos, como combater o analfabetismo que ainda grassa nos nossos países, como integrar processos educativos.

O papel do Ministro da Ciência e Tecnologia, Senador Mão Santa, é fundamental. O papel desse Ministério é fundamental.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Geraldo Mesquita...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Concedo-lhe o aparte, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – ..., V. Ex^a realmente é um homem equilibrado. Equilibrado e preparado. Tem visão de futuro. O Mercado Europeu está aí. E eu quero dizer que V. Ex^a está dando um atestado de visão do Presidente da República. Olha, a gente vê aí o êxito do Mercado Europeu e como mudou. Eu visitei Portugal antes e depois do euro e sabemos das dificuldades por que eles passaram na Segunda Guerra Mundial. Como a Europa sofreu, não é? Nós temos o exemplo de Buenos Aires, que é uma cidade grandiosa do mundo porque não entrou na guerra, vendeu alimento, vendeu boi, carne e trigo para os dois lados. Então, ela avançou muito culturalmente e é um país civilizado. Outro dia eu estava em São José do Rio Preto e fui ao teatro ver o Juca Chaves, que vai completar 50 anos. Eu sou amigo pessoal dele, mas eu estava na platéia, como ouvinte da arte. E ele dizia lá que o país mais civilizado das Américas era o Chile, depois o Canadá e aí os Estados Unidos. Aí eu fui reestudar. Lá, todo chileno é obrigado a ter 12 anos de

escola. Se não tiver... O último Presidente foi o Ministro da Educação lá. É lei! Tem que ter doze anos; não tem, vai para a cadeia. É obrigado a ter doze anos. E falam dois idiomas: o espanhol e, para comercializar. E agorinha você viu que o Peru ganhou um certificado de melhor país para se fazer investimentos. No Brasil, nós sabemos, está todo mundo trabalhando. Vou dar-lhe um exemplo real dessa política. No Chile, o Embaixador me disse que não tem problema. Vejam as humilhações por que passaram brasileiros que foram à Europa, aos Estados Unidos. Todo mundo está vendo as dificuldades. No Chile, o Embaixador disse-me: “Não tem problema, Senador. Os que vêm para cá são verdadeiros profissionais de Medicina e Odontologia.” Quer dizer, o Mercosul é mercado para brasileiro. Quer dizer, conseguiram uma renda **per capita** boa no Chile, uma estabilidade. Ele disse que não tem problema porque esse pessoal não é peão, é educado. Quer dizer, o Mercosul é o mercado mais próximo em que todos podem exercer seus trabalhos. O Brasil, com essa grandeza, deveria ter esse intercâmbio, mas estão tendo essa dificuldade hoje no mundo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Mão Santa, agradeço seu aparte, mas quero concluir porque outros oradores estão inscritos para falar.

Senador Mão Santa, sou tranqüilo, calmo, tolerante, mas tudo tem um limite. Tenho aguardado até agora. Tenho solicitado à nossa secretaria da representação que reitere os convites feitos aos Ministros. Digo e repito que a resposta tem sido o silêncio. É por isso que digo aqui – e assumo a responsabilidade pelo que estou dizendo – que considero uma falta de respeito a 18 Parlamentares, nove Deputados Federais e nove Senadores, que, inclusive com algum sacrifício, Senador Mário Couto, tentam conciliar as suas atividades aqui no Parlamento brasileiro com as atividades no Parlamento do Mercosul. Mas, mesmo assim, com denodo, com vontade, com persistência, perseguem objetivos nobres levando para aquele Parlamento a discussão de temas, assuntos de relevância e de fundamental importância, apesar do descaso, da negligência, da omissão de Ministros de Estado brasileiros.

Citei aqui, para não ser injusto com os demais que não foram convidados, o Ministro da Educação, o Ministro da Cultura, o Ministro do Esporte e o Ministro da Ciência e Tecnologia. A resposta deles ao nosso apelo, ao nosso gentil convite para virem ao Parlamento brasileiro, à nossa representação, discutir esses temas, a resposta deles é a falta de respeito, é a omissão.

Sou paciente, Senador Mário Couto, mas tudo tem um limite, e hoje vim disposto, como um ato de protesto como aquele ...

(Interrupção do som.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Vim disposto, como um ato de protesto. Não permito esse tipo de tratamento com o Parlamento brasileiro, com Parlamentares brasileiros, e, como ato de protesto estou aqui, da tribuna do Senado, me exonerando do cargo de Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Fui eleito juntamente com dois nobres e dignos vice-presidentes, o Deputado Cláudio Diaz, do Rio Grande do Sul, e o Deputado George Hilton, de Minas Gerais.

Fui eleito pela generosidade dos meus pares, repito, juntamente com o Deputado Cláudio Diaz e com o Deputado George Hilton. Agora, como ato de indignação e de protesto, Senador Mão Santa, estou, neste momento, me exonerando do cargo de Presidente da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul.

Continuarei a fazer parte, como Parlamentar, da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul, mas, como protesto, pela falta de respeito de Ministros de Estado do Governo Lula, pela desconsideração e pela omissão de pessoas que tinham o dever cívico, inclusive, de vir a este Parlamento conversar conosco, para discutir conosco e estabelecer as políticas e as linhas de atuação que o Brasil pretende levar naquele contexto regional, como ato de protesto, repito pela terceira vez, estou aqui me exonerando do cargo de Presidente da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul. Que o Deputado Cláudio Diaz assuma na condição de Vice-Presidente e que o Deputado George Hilton assuma na condição de Vice-Presidente. Faço votos de que eles tenham sucesso nas investidas e nas tentativas de fazer com que autoridades brasileiras se voltem e reconheçam a importância que tem a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul e tratem esse fórum com a devida atenção e com o devido respeito, pelo que ele representa para o Brasil e para o contexto regional.

Sr. Presidente, era o que cabia dizer. Agradeço a V. Ex^a pela tolerância com o tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, depois de longa espera, o Senador Mário Couto, que está, desde o início da sessão, aguardando a sua oportunidade.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Geraldo Mesquita, entendi o protesto de V. Ex^a. Lamento-o. Tenho certeza de que, como eu, muitos brasileiros devem estar lamentando também, porque sabemos da sua capacidade, do seu trabalho, da sua coerência e sabemos que o Brasil perde, com certeza, uma pessoa que comandava a representação brasileira no Mercosul. O Brasil perde muito com a renúncia de V. Ex^a, mas entendo a revolta, a decepção e o ato que V. Ex^a tomou agora na tribuna.

Tenho absoluta consciência de que V. Ex^a pensou muito antes de tomar essa decisão, mas, infelizmente, no Brasil, ainda há um profundo desrespeito pelas pessoas que querem servir a este País. E, infelizmente, nós ainda vimos, neste século, pessoas que representam Ministérios desrespeitarem um trabalho tão digno e tão sério como o de V. Ex^a.

Congratulo-me com V. Ex^a. Conte com este Senador, porque sei que os atos de V. Ex^a neste Senado são atos que todos nós respeitamos pela sua dignidade.

Senadores, quarta-feira passada, tive conhecimento, Senador Mão Santa, de um fato de que vou falar daqui a pouco – trouxe até fotos para mostrar ao povo brasileiro –, fato que acontecia no meu Estado. O fato era tão grave que não medi nenhum esforço para que pudesse estar lá na cidade de Santarém, cidade linda, cidade turística, cidade de um povo maravilhoso, 300 mil habitantes, ladeada por vários Municípios, que passa momentos desagradáveis.

Vamos falar deste assunto na quarta-feira, mas vou mostrar as fotos para que o povo brasileiro fique ligado no que está acontecendo.

É um fato de aterrorizar; é um fato sobre o qual – tenho certeza – nenhum brasileiro vai ter a condição de dizer “eu acredito”; é um fato que dá para desacreditar, mas é um fato verdadeiro. É um fato de perseguição; é um fato referente a um setor de que todos dependem, que é o setor da saúde.

Vou inscrever-me agora, tão-logo termine esta sessão, para fazer um relato à Nação brasileira, principalmente ao meu querido Estado do Pará, especialmente ao povo de Santarém e às cidades próximas de Santarém, que dependem do atendimento de saúde. Vou falar com cátedra, vou falar com dados, como sempre fiz, aqui nesta tribuna. Daqui a pouco, vou começar a mostrar os fatos que estão acontecendo no Estado do Pará. São vários.

Ainda há pouco, ligava a televisão e olhava o meu Marajó como notícia da TV Globo, ratificando uma denúncia que fiz aqui do tráfico de meninas, do uso de meninas; meninas que se trocam por dois reais; me-

ninas cujos próprios pais entregam a pessoas, para que elas possam tirar alguma coisa dessas pessoas. A própria mãe faz isso; a própria família faz isso. E isso eu já denunciei aqui.

Mas, Senador Mão Santa e Senador Geraldo Mesquita, por isso, tive que ir correndo ao meu Estado, chamado por tantas pessoas que me escreveram, que mandaram correspondência pedindo o SOS do Senador Mário Couto, para que pudesse, aqui no Senado, começar uma ampla divulgação à sociedade brasileira do que acontece, hoje, no meu Estado.

A Prefeita dessa cidade, Dr^a Maria do Carmo, é uma pessoa maravilhosa, minha amiga, já foi Deputada junto comigo na Assembléia Legislativa do Estado do Pará, Senador Mão Santa, mas por tudo o que tenho conhecimento da sua administração – e nunca falei disto aqui, mas não posso agora deixar de falar –, é uma grande amiga, mas não tem capacidade de administrar uma cidade como Santarém, infelizmente.

E me ausentei da sessão de quarta-feira exatamente por isso. Ausentei-me da sessão de quarta-feira exatamente porque, Sr. Presidente Alvaro Dias, pensei que nós não fôssemos votar o projeto dos aposentados naquela quarta-feira. E, pela matemática que eu fazia, em função de ainda ter duas medidas provisórias em pauta, eu achava que, naquela quarta-feira, ainda ia se discutir aquelas medidas provisórias e que, amanhã, se poderia votar o projeto dos aposentados, quando estaria eu aqui.

Mas não me causa nenhum incômodo. Ao contrário.

Causa-me alegria profunda ter a notícia de que os projetos foram aprovados e de que não preciso mais fazer a vigília que ia fazer.

Preciso, sim, abrir uma nova luta. Mas, antes, eu gostaria de agradecer, primeiro, ao Presidente desta Casa, Presidente Garibaldi, que cumpriu a sua palavra, que atendeu a todos nós Senadores que fomos ao socorro dos aposentados, que não oscilou, em nenhum momento, em colocar o projeto em votação, como exatamente S. Ex^a nos prometeu.

Presidente Garibaldi – mesmo V. Ex^a não estando aqui, está me vendo pela TV Senado –, saiba que a minha admiração, se já era grande por V. Ex^a, aumentou muito mais pelo cumprimento e sensibilidade como tratou o assunto dos pobres aposentados.

Ainda hoje, Senador Mão Santa, ao abrir um jornal do meu Estado, leio “Inflação Maior para os Idosos”. Eu gostaria que a TV Senado pudesse mostrar este jornal, que traz a matéria sobre a perda dos aposentados, que mostra, mais uma vez, que temos razão nesta causa, Senador Mão Santa, pois os idosos realmente são penalizados, principalmente na parte de

medicamentos e de plano de saúde. Eu só mostrei este jornal de hoje para ratificar, cada vez mais, que estamos certos quando defendemos essa classe tão massacrada nesta Nação.

Quero agradecer também ao Senador Paim, autor do projeto, aos Senadores Jefferson Péres, Arthur Virgílio, José Agripino, Osmar Dias, Papaléo Paes, Geraldo Mesquita, Mão Santa... Quantos discursos V. Ex^a fez, Senador Mão Santa, em favor dos velhinhos, dos aposentados! V. Ex^a tem sensibilidade no coração...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, agora?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Quis Deus que adentrasse aqui o Presidente Sarney. Olha, nesse negócio dos velhinhos aposentados, Sarney, abençoado por Deus... A mãe dele, a Dona Kyola – hoje, Santa Kyola –, quando ele era Presidente, disse: Meu filho, não prejudique os velhinhos. Então, o Presidente Sarney nunca permitiu esse fator previdenciário, essa ignomínia, essa vergonha que haveremos de enterar! Está conosco a Santa Kyola. Ela fez esse pedido. Está aí o Presidente Sarney. Ele não foi só o homem da transição democrática, não; ele foi o homem que, a pedido da hoje Santa Kyola, que era sua mãe: não prejudique jamais os velhinhos. Não teve essa chora-deira, não, porque eu era prefeitinho quando Sarney era Presidente da República.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – É isso mesmo, Senador Mão Santa. V. Ex^a teve muita sensibilidade e pelo menos eu contei uns 15 pronunciamentos de V. Ex^a batendo nessa tecla. Água mole em pedra dura tanto bate até que fura! E furamos a pedra, mas ainda precisamos ir mais longe. Flexa Ribeiro, Efraim Morais, Alvaro Dias e quantos Senadores nos ajudaram, sob o comando do Senador Paulo Paim, a chegar a esta grande vitória! Mas temos ainda mais, sabemos que este projeto não termina aqui. Este é um passo apenas, um passo de proteção aos aposentados, àqueles que não conseguem mais sobreviver neste País.

Agora nós temos a Câmara, e lá nós sabemos – e não adianta esconder, e eu não escondo! O que eu tenho que falar eu falo, Senador Mão Santa! Não adianta tentar calar-nos. Não adianta, Senador Mão Santa! E eu vi quantas críticas fizeram a V. Ex^a por falar a verdade aqui, neste Parlamento.

Quem trouxe V. Ex^a para cá, Senador, foi o povo do Piauí.

V. Ex^a representa e fala pelo povo do Piauí. Eu sei o quanto V. Ex^a ama o povo do Piauí, o quanto V. Ex^a respeita o povo do Piauí! Por isso ninguém vai calá-lo neste plenário. E a mim também não, Senador.

Sei que lá, na Câmara, a obediência ao rei é muito maior. Lá, na Câmara, a obediência ao rei é muito maior! O interesse próprio é muito maior! Eu sei! Na natureza, Senador, para o homem, só existe uma lei: a lei do interesse próprio. Essa é uma frase de um guerreiro que V. Ex^a sempre cita: Napoleão Bonaparte, aos 16 anos de idade, em 1790 e pouco. Olhem como Napoleão, no século XVIII, já percebia o interesse próprio do homem. E, lá na Câmara, o interesse próprio é muito maior do que aqui.

Recebi vários *e-mails* de vários aposentados dizendo assim para mim, Presidente Sarney: Muito obrigado, Senadores. O Senado se enriquece, o Senado se moraliza, o Senado se respeita mais a partir desse momento em que a sensibilidade foi maior, mas falta a Câmara.

Eu não acredito que, se a Câmara aprovar o projeto, o Presidente da República não o sancione.

Eu não acredito! Eu não acredito, porque ele mesmo, o próprio Presidente da República, em 2002, mostrou a sua sensibilidade ao dizer, num palanque, que não entendia, de forma nenhuma, por que um trabalhador brasileiro que se aposentava com dez salários passava a ganhar na aposentadoria cinco salários. Ele não entendia de forma alguma e haveria um dia de ser Presidente da República para acabar exatamente com esse redutor.

Estamos dando uma grande oportunidade ao Presidente: mostrar que ele falou sério, que tem sensibilidade, que, quando dá o Bolsa-Família, é o aspecto social e não puramente político, como dizem por aí – eu mesmo digo. Mas se ele fizer isso, terei a certeza de que o Presidente Lula só assina atos sociais por politicagem. Terei a certeza. Se for formado um exército na Câmara para que esses projetos sejam derrubados, terei a convicção de que o Presidente Lula não age com sensibilidade.

Dizem que a Previdência é deficitária neste País. Escuto isso desde que comecei a me entender na vida. Desde quando comecei a me entender na vida escuto que não se tem dinheiro para pagar os aposentados, mas tem dinheiro para usar cartões corporativos.

Denunciei antes de esse escândalo vir à tona. Podem pegar as notas taquigráficas deste Senado. Eu denunciei item por item, Senador Alvaro, dos gastos do Governo com cartões corporativos. Item por item! V. Ex^a, que desceu desta tribuna ainda há pouco, preocupado com o crescimento do País, falou no uso excessivo da cobrança de impostos, falou em gastos do Governo, falou em corrupção. Basta, Sr. Presidente, que se controle a corrupção dentro do Governo!

Eu nem falo mais de corrupção neste Governo. Nem falo. Não adianta mais falar em corrupção neste País! Corrupção, neste País, virou cultura!

Querem um exemplo? Vou dar um exemplo. Desde que entrei aqui, comecei a bater e a mostrar fatos verídicos, com números, da corrupção existente neste País. Sabem quantas vezes publicaram na imprensa uma palavra pelo menos? Nunca! Bastou falar que eu ia fazer uma greve e não ia tomar banho. Pronto. Foi notícia nacional.

Vejam como a corrupção não tem mais vez neste País. Não se divulgam mais neste País atos de corrupção. Virou cultura!

Não adianta, não adianta! Podem mostrar a corrupção em todos os setores deste País! Podem mostrar porque não adianta absolutamente mais nada. São US\$3.5 bilhões por ano que o País gasta. Basta controlar a corrupção, que sobra dinheiro para os velhinhos maltratados deste País. Nós vamos em frente! Nós não vamos parar!

Sr. Presidente, quero que V. Ex^a anote: nós queremos – todos os Senadores, todos os Senadores que vestiram a camisa – uma audiência com o Presidente da Câmara, nós queremos ver esse projeto votado logo. Os aposentados estão desconfiando que esses projetos...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – ...do Senador Paulo Paim vão ser fritados lá na Câmara. Nós não vamos deixar isso acontecer! Vamos segui-lo de comissão por comissão, vamos falar com o Presidente da Câmara e vamos dar a notícia para o povo brasileiro e para os aposentados e pensionistas deste País.

Eu sei que lá eu não tenho voz, que lá eu não posso falar, mas eu sei que temos o direito, como Senadores, de ter uma audiência com o Presidente da Câmara, juntamente com os representantes dos aposentados, e mostrar a ele a necessidade que se tem de votar esses projetos imediatamente. Aliás, quero deixar muito claro à Nação brasileira que os líderes Arthur Virgílio, do PSDB, e José Agripino, do DEM, já se comprometeram com os aposentados de que mobilizarão a Bancada lá na Câmara para votarem a favor desse projeto.

Não basta a Oposição! A Oposição é muito pequenina lá na Câmara para aqueles que obedecem ao rei. Muito pequenina! Temos de tentar sensibilizar aqueles que votam com o Governo por troca de cargos. Temos que sensibilizar aqueles que votam e atendem ao Governo por interesse próprio. São esses os que temos de sensibilizar.

Mas, Sr. Presidente, ao descer da tribuna, quero mostrar as fotos do que me levou, quarta-feira, ao meu Estado. São muitos os problemas do meu Estado, muitos. Não pensei que fossem tantos.

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou descer, Sr. Presidente.

Não pensei que se pudesse lamentar tanto nesse um ano e três meses de governo do Partido dos Trabalhadores no Estado do Pará. Aliás, a cidade de Santarém, com 300 mil habitantes, também é governada por uma senhora do Partido dos Trabalhadores.

Agora, vejam isso aqui. TV Senado! Rapaz da TV Senado, por favor, aproxime bem a câmera. Quero que o povo do Brasil, que o povo brasileiro veja. Isso aqui é um hospital, um hospital público, pronto, equipado – pronto, repito, equipado! –, para servir a esta cidade.

Olhem a pediatria! Tenho certeza de que na capital não temos uma pediatria igual a essa. Tenho certeza! Pronto e equipado, há um ano e três meses! Sabem por que não funciona? Pasmem, senhoras e senhores; pasmem, brasileiras e brasileiros; pasmem, santarenas e santarenos, sabem por que não funciona? Porque esse hospital foi construído por um governador do PSDB.

Minha Santa Filomena! Pelo amor de Deus! Isso traz uma angústia muito grande a cada um de nós paraenses. Quantas crianças, quantos paraenses, quantos santarenos, quantas pessoas de outras cidades próximas não precisam de um atendimento de emergência?

Esse hospital é um dos melhores construídos no norte deste País. Esse hospital, em pleno funcionamento, vai servir não só à população santarena – servir com qualidade! –, mas a toda população que mora na redondeza.

A eleição passou. Por que se guarda tanto rancor e mágoa?

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Prometo a V. Ex^a que desço já.

Por que se guarda, paraense? Por que se guarda, santareno, em prejuízo da própria saúde de vocês? Que se vinguem em outra coisa. Se tiverem raiva, despejem essa raiva em outra coisa. Falem mal do Mário Couto. Persigam o Mário Couto. Denunciem o Mário Couto. Inventem história do Mário Couto. Mas não façam isso com a população do meu Estado, da minha querida Santarém.

Vou falar disso aqui, na quarta-feira, mostrando dados. Vou trazer para as galerias o Deputado representante de Santarém. Vou trazer para as galerias os

Vereadores de Santarém. Vou ler aqui o atestado dos Vereadores de Santarém. Vou ler aqui os votos de repúdio da população de Santarém.

E vamos esperar, Sr. Presidente, por quinze dias para que se regularize aquela situação. Espero que a licitação para terceirizar aquele hospital já esteja no final. Oxalá seja isso! Não pode ser, um ano e três meses já seria suficiente para licitar há muito tempo. Mas espero, porque, daqui a quinze, vinte dias, Sr. Presidente, vamos voltar a Santarém. Peço permissão desta Casa para o Senador da República fazer seu protesto na rua.

Eu vou para rua! E peço permissão ao Senado para que um Senador da República possa ir para as ruas de Santarém pedir que aquele hospital atenda aos filhos daquela terra, que são tão dignos e trabalhadores.

Desço desta tribuna, Sr. Presidente, chocado com os fatos que acontecem em meu Estado. Sei que tenho de fazer muito nesta Casa, tenho de trabalhar muito. Muito! Porque é um problema grave atrás do outro. Coisas que deixaram simplesmente de funcionar. Não deixam funcionar porque quem construiu foi o governador que não pertence ao mesmo Partido da Prefeita e da Governadora do Pará. Parem com isso, senhoras! Parem...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Desço desta tribuna, Sr. Presidente, pedindo sinceramente à Governadora do meu Estado e à Prefeita de Santarém que deixem as ideologias partidárias de lado e olhem a população, que está sofrendo com dengue, com malária. Esse hospital tem centro cirúrgico, tem tudo. Será um dos hospitais mais modernos do Norte. Foi construído com essa finalidade, não foi construído à base de politicagem. Sirvam ao povo!. Sirvam ao povo! Não esqueçam que foi o povo que as colocou lá. Foi o povo que a colocou lá, Prefeita! Governadora, foi o povo que a colocou lá. O poder emana do povo. Ai de nós se não fosse o povo que nos coloca em cada poder! Ai de nós! Muitos políticos esquecem-se desse fato depois de eleitos, esquecem-se de que quem os traz para cá é o povo, de que quem os coloca no governo é o povo, de que quem os coloca na prefeitura é o povo. Muitos esquecem-se disso, mas não podem ousar esquecer. Depois, maltratam o povo por conveniência política, por politicagem.

Não vamos deixar, Sr. Presidente, que o povo de Santarém seja sacrificado. Na quarta-feira, vamos voltar a esse assunto. Já estou pedindo, antecipadamente, permissão para um Senador da República possa ir às

ruas de Santarém protestar em favor do povo daquela terra querida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mário Couto.

Concedo a palavra ao Senador José Sarney. V. Ex^a dispõe de até vinte minutos ou mais, se desejar, com a maior satisfação.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei breve. Até porque o assunto que me traz a esta tribuna é fazer uma sugestão e, ao mesmo tempo, um apelo, e o apelo é ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Sr. Presidente, o País inteiro está solidário e acompanha o drama do Rio de Janeiro, submetido a uma grave epidemia de dengue. Eu queria justamente recordar que tivemos neste País um órgão que se chamava de Superintendência de Campanhas de Saúde, criado em 1970, que era encarregado justamente de combater as endemias e as epidemias. Tínhamos um grande corpo de funcionários, popularmente chamado de exército dos Mata-Mosquitos, que percorria o Brasil inteiro, os lugares mais remotos, visitando as casas e, através de ações de saúde pública, procurando ensinar às populações a combater as epidemias que se instalavam por todo o País.

Simplesmente, Sr. Presidente, essa superintendência foi extinta em 1990. E determinaram que esses homens fossem incorporados à Fundação Nacional de Saúde, Funasa, e muitos deles, que tinham sido contratados sem concurso, foram demitidos e ficaram sem ter nenhum amparo do Poder Público.

Quero recordar que coube à Sucam as atividades diretas de erradicação e de controle de endemias que apresentavam transmissão atual ou potencial. Seu antecessor tinha sido o Departamento Nacional das Endemias Rurais, criado em 1956, com a finalidade do serviço de investigação e de combate à malária, à leishmaniose, à doença de Chagas, à peste, à brucelose, à febre amarela e a outras endemias existentes neste País.

Nesta Casa, temos muitos colegas médicos que são testemunhas do trabalho feito durante tanto tempo por esses homens. Os mata-mosquitos eram bem-vindos, e recebidos com um lado romântico em todo o Brasil. Eles não chegaram só em 1956. Em 1903, no tempo de Rodrigues Alves, que foi Presidente da República nos primeiros anos deste século, o grande trabalho preferencial e prioritário do Governo foi transformar o Rio de Janeiro numa capital habitável, porque a cidade do Rio de Janeiro tinha a fama de cidade insalubre naquele tempo.

O próprio corpo diplomático não desejava morar no Rio de Janeiro: eles moravam em Petrópolis, moravam nas redondezas fugindo àquilo que eles chamavam os miasmas do Rio de Janeiro. E também devemos lembrar que o próprio Rio Branco, o grande Rio Branco, que foi, durante tanto tempo – 10 anos -, Ministro de Relações Exteriores do Brasil, tinha tanto medo de morar no Rio de Janeiro e ser vulnerável às doenças que morava em Petrópolis.

A verdade é que Rodrigues Alves resolveu sanear o Rio de Janeiro. Para isso, ele entregou a cidade ao Prefeito Passos, que foi encarregado de grandes obras públicas de saneamento através de valas e de canais que pudessem drenar os charcos, os pântanos que ali existiam, e chamou Oswaldo Cruz e o encarregou da saúde.

Foi aí que Oswaldo Cruz criou o seu grande renome. Ele foi o grande sanitarista do Brasil: no Rio de Janeiro, ele empreendeu as várias campanhas que foram feitas. Entre parênteses, lembremos que a campanha da vacina, o nosso Rui Barbosa, que nos protege – é uma das páginas que nós não entendemos da inteligência do Rui Barbosa -, foi um dos líderes contra a sua aplicação no Rio de Janeiro.

Não era sem motivo que a população do Rio de Janeiro tinha receio de morar naquela cidade, porque o próprio Bernardo Pereira de Vasconcelos, a grande figura do Império, o homem que tinha dito *Agora sou regressista, uma vez que já fui liberal*, foi vítima da febre amarela no Rio de Janeiro. O próprio Rodrigues Alves, em 1919, havia sido eleito novamente Presidente da República quando, entre a eleição e a posse, morreu de gripe espanhola, contraída no Rio de Janeiro – em sua cidade natal, Guaratinguetá.

O mosquito que hoje ataca o Rio de Janeiro, o *Aedes aegypti*, é o responsável pela febre amarela urbana e também pela dengue. As cidades brasileiras, principalmente as cidades da costa, sempre foram atacadas por epidemias e endemias ao longo de toda a história do Brasil. Encontramos, quando estudamos a história do nosso País, em várias cidades, as notícias das epidemias a que periodicamente eram submetidas muitas das nossas capitais. O Rio de Janeiro, além de ser uma cidade insalubre, era um porto de mar, e os marinheiros que chegavam, muitas vezes, traziam doenças, pestes que se propagavam. Também a história conta que o Rio de Janeiro tinha – além da dengue, da febre amarela -peste, malária, e inúmeras doenças infecciosas e intestinais, provocadas pela péssima água que ali existia para o consumo.

Em 1955, o *Aedes aegypti* foi dado como erradicado no Brasil. Em 1958 a erradicação foi confirmada pela Organização Pan-Americana de Saúde. Mas ele

reapareceu, no Pará, em 1967 e chegou ao Rio de Janeiro, em 1977. Quando eu fui Presidente da República, tivemos um surto de dengue, em 1986 e 1987. E, então, nós tivemos uma vitória também transitória.

Em 1990 – talvez haja uma certa ilação que nós tenhamos que tirar houve a extinção da Sucam com os seus exércitos fantásticos dos Mata-Mosquitos – os casos ultrapassaram a barreira dos 100 mil. Em 1998, foram 360 mil; e o ano passado, 430 mil. Este ano, os números são também alarmantes. Nós sabemos que a dengue não atinge só o Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro porque tem maior visibilidade. Mas outras capitais do Nordeste, da Amazônia também sofrem.

Há pouco o Senador Mário Couto, do Pará, falava sobre a ocorrência de uma epidemia de dengue em Santarém. Enfim, muitas cidades, não só o Rio de Janeiro, são atacadas pelo mosquito e sujeitas à epidemia. Eu mesmo sou testemunha. Na Região Norte, especificamente, no Amapá, há uma constante presença da doença e do mosquito.

Agora, os jornais estão noticiando que há uma esperança de que se descubra uma vacina contra a dengue dentro de pouco tempo. Mas eu acho que nós devíamos restaurar a Sucam para restaurarmos um exército que foi vitorioso, o exército dos Mata-Mosquitos. Pode ser até uma coisa romântica que eu esteja fazendo, pode até ter um saudosismo. Mas, na verdade, aquilo deu certo. E se nós, hoje, tivéssemos o País novamente invadido por aqueles homens, visitando as residências, como eles faziam, eliminando os focos do mosquito já com descoberta dos inseticidas, pulverizando as regiões infestadas das casas, instruindo as populações casa a casa, como se deve combater, não só essa parte, como também os que ele representa como transmissor da febre amarela, talvez que nós tivéssemos um resultado, não somente para este caso presente do Rio de Janeiro e das outras cidades, mas uma coisa permanente para o Brasil em benefício do povo brasileiro.

Assim quero fazer essa sugestão. Por que o Ministério da Saúde não estuda a restauração desse serviço, mantendo permanentemente aquilo que tivemos no passado e que deu resultado. Faríamos isso evidentemente sem dispensar as técnicas modernas e que estão sendo colocadas à disposição do País, como a vacina que vai chegar e espero que chegue o mais rapidamente possível. Mas aquele exército é um exército que deve voltar para trabalhar pela saúde pública brasileira. E era tão pouco o dispêndio, representava um salário tão baixo, eram poucos os recursos gastos pelo País – e nós gastamos muito mais pelos resultados que nós estamos vendo do crescimento dessas ende-

mias e dessas epidemias, com o aumento que houve da incidência delas depois que a Sucam acabou.

Portanto, era esse o apelo que eu queria fazer. Essa lembrança...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Presidente Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Com muito prazer, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Presidente Sarney, outro dia, eu lia um livro de Charles De Gaulle. Ele participou de duas guerras; na última, ele foi fundamental para libertar Paris, como V. Ex^a sabe. Então, ele dizia que só era bom comandante aquele que tinha grande cultura. V. Ex^a é este homem: um grande comandante de cultura. V. Ex^a, em todos os aspectos, está fazendo saúde; eu, que sou médico, antevejo. Se você vir as nossas Américas, o exemplo clássico que V. Ex^a está dizendo, eu acho que o mais fundamental, o que mudou tudo foi aquele canal do Panamá. Foi a engenharia francesa que começou; não ia para frente porque havia lá a febre amarela, as doenças, as endemias, as epidemias. Aí os americanos primeiro fizeram o saneamento, e está aí a beleza da obra do canal do Panamá. É como V. Ex^a diz em relação à preocupação. Mas V. Ex^a, que é um homem culto e que acabou de me presentear com um livro do Pe. Antônio Vieira, que é isso tudo, eu me lembro do Rio de Janeiro, que eu queria reviver aqui: Afrânio Peixoto, que fez o primeiro livro sobre higiene do País, bradava, nesse tempo que V. Ex^a está recordando, de Rodrigues Alves e de Oswaldo Cruz: “No Rio de Janeiro, a saúde pública é feita pelo sol, pela chuva e pelos urubus”. Então, não podemos voltar àquilo. Realmente, V. Ex^a foi um Presidente extraordinário nesse setor. Além do SUS – na visão de V. Ex^a, a saúde tinha de ser como um sol, igual para todos –, V. Ex^a fez uma coisa que eu não entendo como é que acabaram com ela: a Ceme. Olha, Presidente Sarney, eu era médico e eu nunca fui ligado a negócio de dinheiro, não; eu gosto mesmo é de mulher, da Adalgisa, das minhas filhas e tudo. Eu andava com um talão no bolso e não era talão de cheque, não. Era um memento da Ceme, de V. Ex^a. Não adianta receitar o papel – às vezes, vai ofender –, porque ele não tem condição de comprar o remédio. V. Ex^a criou a Ceme, a Central de Medicamentos. Eu estou dando testemunho. Tenho 42 anos de médico. Olha, eu buscava ali. Eu não tinha carteira, não; era um mementozinho da Ceme, para que aquela brasileira ou aquele brasileiro que consultassem pudessem buscar o medicamento. E não é só isso, não. V. Ex^a é como disse Padre Antônio Vieira: o bem nunca vem só. O senhor nem sabe. O senhor garantiu a Fsesp, que foi o aperfeiçoamento de tudo isso. A Fsesp tinha os médicos exclusivos da

saúde. Ela só servia à saúde pública. Os salários defasaram, acabaram a Fsesp. Tanto é verdade que, na minha cidade de Parnaíba, V. Ex^a deixou um hospital da Fsesp. Saiu, não terminaram, e eu, como Prefeito, consegui terminá-lo e o nome ficou Dirceu Arcoverde, porque quem me propiciou, eu passei para o Município, foi Valdir Arcoverde, que não era mais Ministro da Saúde, era desse Fsesp. Então, V. Ex^a foi um extraordinário Presidente. V. Ex^a é visto hoje como o homem da transição democrática. Deus escreve certo por linhas tortas. Talvez o Tancredo Neves não tivesse a paciência que V. Ex^a teve de enfrentar mais de 10 mil greves, e tudo na paz e na concórdia. V. Ex^a, Senador José Sarney, fez – ó Luiz Inácio! – o prêmio mais importante de alimentação, esse programa do leite. E V. Ex^a talvez nem saiba, mas eu sou testemunha. O senhor talvez tenha visto... Só a mãe vê o infante! Mas, não. V. Ex^a propiciou ao homem do campo a riqueza de ter sua vaquinha e pagava o leite. V. Ex^a foi um extraordinário Presidente da República. E o melhor foi a bênção e a mensagem que a santa Kyola deu: “Meu filho, não prejudique os velhinhos”. Que isso chegue ao nosso Presidente da República.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Senador Mão Santa, eu agradeço o generoso aparte de V. Ex^a, que, aliás, não é a primeira vez que o faz. V. Ex^a sempre foi muito generoso comigo.

Conheço o Senador Mão Santa desde o tempo em que ele era o médico Mão Santa, popular, caridoso, que andava nas areias da Parnaíba, da Tutóia e do Delta do Parnaíba, atendendo aos pobres. Era o médico dos pobres e, com isso, fez a sua carreira política. Daí a sua sensibilidade para esses problemas, sobretudo da saúde, que ele conhece tão bem não só de teoria como também na prática, porque lidou com eles numa região pobre, onde se desempenhou sempre com grande êxito, tanto que fez a sua brilhante carreira política.

Sr. Presidente, também tenho um lado humano, que muitas vezes é preponderante na minha personalidade. Eu poderia fazer aqui um discurso – talvez esperassem isso de um ex-Presidente da República – sobre os problemas da saúde brasileira e suas teorias, mas eu me sensibilizei profundamente com o drama que ocorre no Rio de Janeiro. Eu não posso pensar que seja o mesmo problema que havia no princípio do século XIX, quando se tinha de mandar buscar médico em outros Estados. Há coisas simples de que dispomos e que abandonamos, mas podemos continuar, podemos repetir.

Senador Mão Santa, eu queria apenas fazer uma pequena retificação quanto à frase de Dona Kyola. Em vez de “não prejudique”, ela disse: “Não deixe preju-

dicar os velhinhos”, porque ela sabia que eu jamais prejudicaria os velhinhos.

Então, quanto ao problema da saúde pública no Brasil, tenho certa autoridade para falar, porque, quando fui Presidente da República, no Brasil só tinham direito a assistência de saúde pública os empregados com carteira assinada e profissionalizados ligados aos institutos. O resto da população brasileira não tinha onde tomar uma injeção e, se precisasse, vivia da caridade pública das santas casas abandonadas e das associações de caridade. Foi no meu Governo que criamos a universalização da saúde, isto é, o direito de todo brasileiro ser assistido em sua doença desde o nascimento até a morte, de chegar à porta de um hospital e não ser recusado. Essa universalização da saúde, esse direito que cada brasileiro tem hoje é, sem dúvida alguma, para mim, motivo de grande satisfação como homem público, porque foi durante o nosso Governo que se implantou esse sistema no Brasil.

Portanto, agora, estou tratando também de um tema de saúde pública. Não estou mais para dar conselhos aos que governam, porque acho que a minha posição é aquela de quem não pode extrapolar as suas limitações que o próprio destino lhe deu. Mas hoje eu me achei no dever de vir a esta tribuna e repetir o que já fiz por meio dos jornais: um apelo, talvez um apelo saudosista, para que seja examinada a necessidade, pelo Governador do Rio de Janeiro, pelo Presidente da República, pelo Ministro da Saúde, de voltarmos a uma grande campanha nacional de saneamento. Como disse o Senador Mão Santa, os sanitaristas desapareceram. No Brasil, hoje, os médicos não desejam mais ser sanitaristas. Essa função é como o sacerdócio e foi abandonada porque eles já não têm espaço nem têm remuneração condigno. Mas esse é um problema de saneamento, e na hora de fazer saneamento precisamos contar com os sanitaristas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Parabéns ao Presidente Sarney.

Para fazer justiça, é preciso registrar, sim, que foi no Governo do Presidente Sarney que se implantou o SUS no País e que se iniciou o processo de municipalização da saúde pública brasileira. Portanto, um grande salto, um avanço histórico em matéria de saúde pública no País. Eu era, à época, Governador do Paraná e testemunhei todo esse esforço do Presidente Sarney.

Com a palavra o Senador Sibá Machado. Peço ao Senador Mão Santa que assuma a Presidência desta sessão.

O Senador Sibá Machado tem 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, hoje, primeiro, para atender a um pedido do Presidente da Subcomissão dos Biocombustíveis do Senado, Senador João Tenório.

O Senador João Tenório emitiu uma nota e pediu-me que a lesse na tribuna hoje por causa das declarações do representante da ONU para o Direito à Alimentação, Sr. Jean Ziegler, que, em entrevista a uma rádio da Alemanha, hoje, teria dito que “a produção em massa de biocombustíveis representa um crime contra a humanidade por seu impacto nos preços mundiais dos alimentos”.

Essa declaração, no nosso entendimento, expressa uma posição de muita agressividade no tratamento com essa tecnologia que o Brasil divulga no mundo inteiro.

Então, em primeiro lugar, Sr. Presidente, vou ler a nota emitida pelo Senador João Tenório, Presidente da Subcomissão dos Biocombustíveis, ligada à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária daqui do Senado.

Diz a nota:

“A Subcomissão de Biocombustíveis do Senado vem denunciar a onda crescente – e injustificável – de manifestações no mercado internacional contra a produção de biocombustíveis, particularmente do etanol. Não existe o menor sentido no alarme criado por autoridades da União Européia e do Banco Mundial, responsabilizando o aumento da produção de biocombustíveis pela explosão geral dos preços dos alimentos. O que os europeus chamam de food X fuel é uma hipótese irreal, que visa esconder o verdadeiro foco do problema: o desequilíbrio inaceitável na distribuição de riquezas.

O desenvolvimento econômico traz, evidentemente, maiores pressões sobre o consumo de alimento e energia. Tais pressões vêm ocorrendo não apenas no Brasil, que vive hoje um novo ciclo de crescimento – o que é absolutamente louvável –, como em outros mercados emergentes, a exemplo de China e Índia. A Subcomissão reitera, portanto, a posição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que rebateu, na Europa, as críticas sobre o impacto dos biocombustíveis nos preços das commodities agrícolas e atribuiu o problema ao aumento da demanda mundial de alimentos, com a redução da pobreza.

Incentivar a produção agrícola e equilibrar oferta e demanda, de forma a evitar crises

de abastecimento, é um desafio dos governos atuais. Um desafio que exige, isso sim, a revisão da política tributária e da política de juros, garantias do equilíbrio cambial e de investimentos em infra-estrutura. Não podemos esquecer, também, o enorme peso do petróleo – que vem numa escalada de preços absurda – na composição de preços e na explosão inflacionária.

No Brasil, particularmente, a agroenergia não compete de forma alguma com a segurança alimentar. Nosso etanol é obtido a partir da cana e ocupa pouco mais de 3 milhões de um total de 400 milhões de hectares de terras agricultáveis. Mais que isso, o avanço da produção de cana deverá se dar sobretudo nas áreas de pastagens degradadas, que representam cerca de 60 milhões de hectares atualmente.

Não procedem, ainda, os questionamentos sobre o ganho ambiental dos biocombustíveis e as tentativas internacionais de apontar o etanol como ameaça potencial à devastação da Amazônia. Tais declarações são fruto de absoluta falta de informação ou por conveniências de mercado. Esse é um risco inexistente: a cana é gramínea e precisa de cerca de 1300/1500mm de chuva por ano e um período seco para se desenvolver; a Amazônia não tem essas características. A Amazônia não é, assim, região mais apropriada para esse cultivo. A cana também não deverá empurrar outras culturas para a Amazônia, uma vez que sua expansão não depende de áreas ocupadas por outros produtos agrícolas para o seu desenvolvimento.

Por tudo isso, o recuo da Alemanha em sua decisão de dobrar para 10% a mistura de etanol à gasolina, assim como a retirada de financiamento a um programa de etanol por parte do Reino Unido, não nos parece fazer sentido. Também as acusações do Presidente da França, Nicolas Sarkozy, de que o Brasil e Estados Unidos praticam dumping de biocombustíveis demonstra um desconhecimento dos mecanismos de produção do agronegócio, ao menos no Brasil.

Essa ‘má vontade’ do mercado europeu deve merecer a maior preocupação por parte do Governo brasileiro. Afinal, nosso País tem como plano estratégico tornar o etanol uma commodity mundial.

A Subcomissão dos Biocombustíveis do Senado Federal defende ser da maior conveniência a formação de uma ‘Frente Pró-Bioenergia’, envolvendo Executivo, Legislativo, iniciativa privada e todos os setores ligados a este programa que é estratégico para o País e para o mundo.

Essa é a nota assinada pelo Senador João Tenório, Presidente da Subcomissão dos Biocombustíveis do Senado Federal.

Sr. Presidente, é muito importante lembrar que o programa do álcool de cana no Brasil, iniciado ainda na década de 70, já foi, no nosso entendimento, um ato de muita coragem do Governo brasileiro, ao dar início a um programa que ninguém mais conhecia no mundo afora. E, para tal, teve que criar todo um arranjo de proteção inicial para esse programa. Mas, mesmo assim, esteve à beira da morte.

No atual Governo, depois de consolidada essa matriz, lançou-se o Programa de Biodiesel, trazendo também na sua matriz a participação de pequenos produtores e a regionalização da matéria-prima, para que não ficássemos vinculados apenas à produção de uma oleaginosa, a soja.

Esses programas são muito desafiadores. Primeiro, porque colocam o nosso País na vanguarda de uma tecnologia dessa magnitude; segundo, porque estabelecem a agricultura brasileira como mais um ganho muito grande de rendimento, competindo – é claro – com o fornecimento de combustíveis líquidos no Brasil; e, por último, contribuindo para que se reduzisse a emissão de CO₂ por meio da queima de combustíveis fósseis.

No que diz respeito ao abastecimento interno do Brasil, o que foi apenas o carro de motor a álcool puro do passado avançou para a mistura do álcool à gasolina, na proporção de até 25%, sem nenhum prejuízo para o motor. Atualmente, o nosso País dá de goleada em tecnologia dos motores de veículos automotores, criando o chamado carro **flex**, que pode usar dois tipos de combustível, puro ou misturado. Pode-se ir a um posto de gasolina, já tendo no tanque um pouco de gasolina pura, pode-se ter gasolina misturada, como também álcool puro ou álcool misturado.

Pois muito bem. Até agora, ninguém no mundo tem isso. Avançou-se na idéia de que outros países fizessem um experimento dessa natureza. Neste momento, os Estados Unidos também avançam na produção de álcool. Como não têm a possibilidade de produção de cana – porque, é claro, a sua posição geográfica não permite que se avance na produção dessa gramínea, que é a cana-de-açúcar –, avançaram muito em tecnologia para a produção do milho. Mas não cabem,

hoje, as condições tecnológicas que o país tem para a produção da cana. Para a produção de álcool a partir do milho, os Estados Unidos fazem um balanço energético muito pequeno. Então, gastam rios de dinheiro para produzir álcool a partir do milho. E o milho, sim, é base alimentar.

No nosso caso, hoje temos cerca de seis milhões de hectares ocupados com cana-de-açúcar. Metade dela, para a cana produzir açúcar; a outra metade, para a produção de álcool. Do milho que os Estados Unidos utilizam para a produção de álcool, estão chegando cerca de 25/26 bilhões de litros por ano, com um custo elevadíssimo. E, ainda, tirando o milho, que é alimento. No nosso caso, com esses poucos mais de três milhões de hectares, nós estamos com cerca de 21 e meio bilhões de litros de álcool. Enquanto os Estados Unidos gastam 1kg de milho para gerar cerca de 2 litros de álcool, nossa proporção é de que 1kg de cana avance para cerca de 6/7 litros de álcool. Então, é incomparável a redução de custo de produção de álcool a partir da cana-de-açúcar.

O que está acontecendo agora, Sr. Presidente? Uma campanha, na Europa, muito forte. E, aí, no nosso entendimento, não é por ignorância, por desconhecimento do programa, mas apenas por uma questão de reserva de mercado, de não querer ter o Brasil como o único fornecedor de uma tecnologia dessa magnitude. Então, estão acusando o Brasil de uma coisa que não é verdade. A acusação é a de que o Brasil ameça ocupar suas terras agricultáveis com um único produto, a cana-de-açúcar, para a produção de álcool, e vender para o mundo todo.

Temos hoje, nas contas que são oferecidas ao Ministério da Agricultura por diversas outras instituições, cerca de 60 milhões de hectares de terras sub-ocupadas, em fase de subprodução e até de degradação, por pastagens que podem muito bem ser transformadas em produção de cana, sem atingir um único hectare de outros tipos de produto. Então, se fizermos uma contabilidade, até mesmo pela capacidade tecnológica que o Brasil tem, saímos de uma produção, na década de 90, da ordem de 100 milhões de toneladas, estamos ultrapassando os 130 milhões de toneladas e devemos chegar, até 2010, a uma safra de 145 milhões de toneladas. Portanto, queremos entender que dizer uma coisa dessas do Brasil é pura esperteza com relação à área de domínio comercial.

Os alemães acabam de recuar da meta de colocar 10% de álcool na mistura de sua gasolina. O Reino Unido, a Inglaterra, recua do programa de favorecimento da chegada da mistura de álcool a sua gasolina, e isso está irradiando uma situação muito ruim nesse mercado, especialmente na Europa.

Acusam, ainda, o Brasil de que poderá devastar a Amazônia com a produção exclusiva de álcool. Então, é querer duvidar da competência dos brasileiros ou é querer fazer puramente reserva de mercado.

O que podemos entender, Sr. Presidente, é que a Alemanha, ou a Europa como um todo, realmente, não tem um palmo de terra disponível para a produção de produtos que possam se transformar em biodiesel ou etanol. Isso podemos compreender perfeitamente. Portanto, os países que poderão avançar nessa direção são os países da América Central, América do Sul, especialmente o Brasil, África e alguns países da Oceania. Não há outros. A diversificação está nesses países de chamada baixa latitude, do hemisfério sul. Com tecnologia e áreas disponíveis, apenas o nosso País.

É inaceitável o debate que está sendo feito na Europa. Li de muito bom grado a nota, e foi a matéria que o Presidente Lula tratou agora na sua visita à Holanda. Esperamos que a União Européia reveja essa posição que está tomando, porque o País não pode pagar por esse tipo de entendimento. Já temos, no nosso entendimento, tecnologia suficiente para até, quem sabe, aumentar cerca de 50%. Tanto é que o trabalho pesado, hoje, das pesquisas da própria Petrobras e da Esalq, a escola superior de agricultura da USP, em São Paulo, está avançando na tecnologia da hidrólise do bagaço da cana e da sua folhagem, para até, quem sabe, dobrar a produção de etanol no Brasil, sem precisar nem ampliar a área de plantação.

Portanto, era isso que eu queria deixar: a nota do nosso Presidente, Senador João Tenório.

Sr. Presidente, quero aproveitar a ocasião, já que estamos falando de energia, para dizer que saiu na imprensa de hoje que o Diretor-Geral da ANP, nosso companheiro Haroldo Lima, anuncia, em caráter não-definitivo, que as pesquisas avançam para termos um novo bloco de petróleo em Santos, no litoral paulista. Está sendo chamado pela ANP de Bloco Carioca, o bloco BMS-9, na Bacia de Santos, três vezes maior que o de Tupi. Somando-se ao de Tupi, o Brasil poderá vir a ser o terceiro país produtor de petróleo do mundo.

São notícias muito boas. Esperamos ansiosamente que elas se confirmem. Se forem confirmadas, o Brasil definitivamente poderá, num futuro breve, chegar ao ano 2020 como um país bem na área de energia de todas as fontes: hidráulica; fóssil; energias renováveis, como o biodiesel e o etanol; a energia dos ventos. Agora, com a ampliação, pelo ProInfra, da produção de pequenas e médias centrais hidrelétricas, poderemos, sim, ser o país campeão do mundo, nestes próximos dez, quinze anos, em energia de todas essas fontes.

Encerro, dizendo que fico muito feliz em acreditar definitivamente que o nosso País é um país abençoado por Deus.

Ainda quero parabenizar os cientistas brasileiros por avançar tão brilhantemente em pesquisas que estão colocando o nosso País na sua redenção econômica e esperamos continuar também na redenção democrática. Este é um País onde realmente vale à pena ter nascido. Vale à pena ser brasileiro.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Siba Machado, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Sibá Machado, eu queria apenas me somar à tese de V. Ex^a, que foi muito bem abalizada e explicada com as perspectivas de riqueza energética do nosso País.

O nosso Piauí, que tem onze milhões de hectares de cerrado, só tem uma indústria de cana que produz álcool: a Convap, que foi criada pela inspiração e pelo trabalho do empresário piauiense Ari Magalhães. Hoje ele foi vendido e não lhe pertence mais. Mas só tem uma.

Só de cerrado, o seu Piauí, que é o nosso, tem onze milhões de hectares. É justamente na área onde nasceu V. Ex^a, que é de gente muito boa. O que é importante é que a produção de cana para a produção de álcool é na sua região de União e José de Freitas. Só tem uma, por enquanto. Então, tem muita área a produzir. Só de cerrado agricultável, a nova fronteira agrícola do Piauí tem onze milhões de hectares de cerrado, três milhões à margem do rio Parnaíba. E a produção maior é de alimentos, é soja. Tanto é verdade que, para o Piauí, foi a Bünge, que eu levei no meu Governo.

Então, a Bünge só se fez presente quando tivemos uma produção de 400 mil toneladas de soja, quer dizer, uma produção de alimento bem maior. E hoje já está maior.

Então, essas são as palavras.

É como eu digo, a ignorância é audaciosa. Basta que os europeus olhem o mapa *mundi* para ver a grandeza territorial que nós temos para produzir alimentos e produtos que geram energia.

V. Ex^a está de parabéns pelo pronunciamento.

Apenas aproveito a oportunidade em que estou na Presidência para elogiar, Sibá Machado, a sua Ministra Marina Silva. Fiz uma correspondência para S. Ex^a, e o secretário me responde:

“Tenho a honra de enviar a V. Ex^a cópia do Ofício nº 159, de 2008, de 31 de março último, da Ministra de Estado do Meio Ambiente, encaminhando informações e resposta.”

A sua Ministra, a Senadora Marina Silva, aqui representada pelo Sibá Machado, é muito competente e dedicada e responde.

A nossa preocupação era que uma empresa do Sul do Estado entrou em negociação por uma área verde. E o Piauí é carente de área verde, porque 40% do território do Piauí é o semi-árido. Temos uma pobreza em vegetação: 11 milhões de hectares são cerrado.

A área, por exemplo, onde eu nasci tem pouca vegetação, porque usinas à lenha a devastaram. Parnaíba, que era industrial, tinha duas. Então, nós temos pobreza de vegetação. Daí a preocupação de muitos ambientalistas, mas, graças à atuação da Ministra, ela está ajustando. A Ministra é realmente dedicada. Uma vez eu tive uma audiência com ela, juntamente com V. Ex^a

Isso é um exemplo para os outros. Hoje, eu ouvi aqui o nosso Senador Geraldo Mesquita, renunciando ao seu cargo de representante brasileiro do Mercosul, porque os Ministros a que ele solicitava não davam atenção. Então, eu quero agradecer a maneira como ela se comportou, como sempre. Ministra Marina Silva: extraordinária representante da mulher na política.

Então, ela diz:

“Sr. Senador, refiro-me ao Ofício nº 1.132, de 2007, que trata do Requerimento de Informação nº 662, de 2007, de autoria do Senador Mão Santa, o qual solicita informações sobre ações empreendidas pela empresa JB Carbon S/A no Projeto Energia Verde da Serra Vermelha, Estado do Piauí.

É uma região do sul. Gilbués é uma seção hoje que tem desertificação, porque não houve uma Ministra dessas para entrar no garimpo. Dessa maneira, a região de Gilbués, por falta de ação e falta de ministério competente, é hoje desértica. Então, para que isso não ocorra, nós nos preocupamos, a pedido de muitas entidades ambientalistas. A preocupação dessa, vamos dizer, última reserva vegetal que nós temos, que é a Serra Vermelha.

“Com relação ao assunto, comunico que o empreendimento foi suspenso e, posteriormente, conservado pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – Ibama, situação em que se encontra até o momento. Essa suspensão foi confirmada pela recente decisão da 5ª Turma do Tribunal Regional Federal, 1ª Região, que suspendeu por una-

nimidade a autorização do manejo florestal da empresa JB Carbon, até que sejam realizados os estudos de impacto ambiental (nota informativa da Cédula C da Comissão Social de Agravo). “

E aí dá o número, é uma burocracia, divulgado em 12/03.

“Por fim informo que este Ministério realizou estudo na região e, a partir dele, está sugerindo a criação de uma unidade de conservação e proteção integral, a ser denominado Parque Nacional da Serra Vermelha, com o objetivo de preservar os recursos naturais, conservar a biodiversidade e promover a visitação pública e ecoturismo como forma de favorecer o desenvolvimento regional em base sustentável.

Atenciosamente,
Marina Silva.
Ministra do Meio ambiente”

Em nome do Estado do Piauí, nós agradecemos o que esperávamos: uma atenção pronta, imediata e proba, porque é sabido que esse grupo empresarial corrompia muitas instituições e estava em um debate. E a nossa preocupação é porque nós conhecemos a pobreza de vegetação do Piauí.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Quero, em primeiro lugar, dizer a V. Ex^a que transmitirei as palavras que acabo de ouvir à Ministra. Também acho muito importante, porque eu tinha algumas informações sobre o problema de Serra Vermelha e acredito que o ofício de V. Ex^a vá na direção de se encontrar uma alternativa para aquele problema. E esperamos então, que, tão logo tenha esta verificação do estudo de impacto ambiental, se possa dar um destino muito melhor para o uso da vegetação daquela região.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E a Ministra merece o nosso aplauso, porque hoje um Senador da República da região da Amazônia, que representa o Mato Grosso do Sul, estava magoado com o desapareço de vários Ministros que não o atendiam. Então, eu quero que se saliente que nós já esperávamos. Não é novidade. Eu fui levado por V. Ex^a a uma audiência, e eu tinha essa imagem de prontidão e de retidão de S. Ex^a a Ministra Marina Silva.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra o Líder do Governo, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Mão Santa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu pedi a palavra para fazer dois registros. O primeiro registro de que, nessa última semana, passei todo o fim de semana em Roraima, conversando com os diversos segmentos envolvidos na questão Raposa Serra do Sol, e posso dizer que, com a decisão do Ministro Carlos Ayres Britto que suspendeu a operação, nós ganhamos um tempo para buscar construir um entendimento.

Há dez anos que eu apresento uma proposta que visa construir um entendimento entre todas as partes envolvidas. Defendi, há dez anos, a demarcação em área contínua, desde que houvesse a exclusão de pequenas áreas, para que questões estratégicas para o Estado pudessem ser preservadas. Defendi a demarcação em área contínua, quando todos defendiam a demarcação em ilhas. E eu sempre defendi a demarcação em área contínua, porque entendia que politicamente não havia outro caminho, senão a demarcação em área contínua.

Mas sempre defendi também – e vou tratar disto no Supremo Tribunal Federal – a exclusão do Vale do Arroz, considerando não só os produtores atuais, mas o potencial de produção do Vale do Arroz; do local da construção da Hidrelétrica de Cotingo, que também não é habitada por comunidade indígena; do Lago do Caracaranã, que é um local turístico estratégico do nosso Estado; e da Vila do Surumu, que é a primeira vila do território de Roraima.

Então, são quatro pontos, nos quais tenho me batido ao longo dos dez anos. Estivemos muito perto de chegar ao entendimento. Não chegamos, porque, na época, o Governo do Estado preferiu bancar a tentativa de solução de demarcação em ilhas e isso não se resolveu.

O Ministro Carlos Ayres Britto, com muita responsabilidade, com muito cuidado, e o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, deram essa trégua a esse processo que estava preocupando a todos de Roraima. Agora, com essa trégua, é possível que tenhamos a condição de construir, via Supremo Tribunal Federal, uma solução que pacifique Roraima.

O confronto não interessa a ninguém. As comunidades indígenas estão preocupadas. Já existe uma espécie de confronto entre visões diferentes das próprias comunidades indígenas. Isso não é bom para Roraima.

Quero registrar que a paralisação da operação nos dá tempo para tentar buscar uma solução. Vamos interagir com o Supremo Tribunal Federal. Tive também reunião com o Ministro Tarso Genro e nós estamos procurando caminhos para viabilizar uma melhor justiça nas indenizações daqueles que tiverem de sair. Infelizmente, alguns processos de indenização estão

sendo feitos de forma injusta. É importante que haja recursos do Governo Federal para, com justiça, fazer as indenizações das pessoas que saíram. Estamos trabalhando também nessa linha e temos a sensibilidade e o apoio do Ministro Tarso Genro.

Então, fica esse primeiro registro, Sr. Presidente.

Faço um segundo registro de que a Ministra Dilma Rousseff confirmou que, a partir do dia 29, quando do seu retorno de viagem ao Japão, virá à Comissão de Infra-Estrutura. Já mantive contato hoje com o Presidente da Comissão, Senador Marconi Perillo, para que marque entre o dia 29 de abril e o dia 5 de maio, portanto dentro do prazo regimental da Comissão, de 30 dias, a vinda da Ministra para falar sobre o PAC, para falar sobre a hidrelétrica de Belo Monte e outros assuntos correlatos a essa questão da infra-estrutura do País.

Eram esses dois registros que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A V. Ex^a os nossos aplausos. Penso que o Presidente Luiz Inácio foi muito bem inspirado quando colocou V. Ex^a como Líder do Governo, além de representar com grandeza também o Estado de Roraima.

Não há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Sr. Senador Romero Jucá enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a partir de 2004, o Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu), entidade vinculada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), autarquia pertencente ao Ministério da Cultura (Minc), lançou um programa de reestruturação dos museus nacionais.

Com os bons resultados alcançados naquele ano, no exercício 2005/2006, um total de 264 instituições museológicas das cinco regiões brasileiras respondeu ao Edital de Modernização de Museus divulgado pelo Ministério. Solicitaram meios financeiros para adquirir novos acervos, equipamentos, mobiliários, recursos para a realização de reformas em suas dependências e para incentivar, no âmbito dos Municípios, atividades diretamente ligadas às práticas educativas, com a concessão de prêmios aos trabalhos de maior destaque.

Aliás, com esse fim, prestigiar e premiar as práticas relacionadas à ação educativa em museus brasileiros, é importante destacar que o Minc está promo-

vendo, em nível nacional, o Prêmio Darcy Ribeiro, que será regido pela Lei nº 8.666/93 e pela Lei nº 4.320/64 (Lei do Orçamento), Lei-Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e demais normas que porventura sejam aplicadas ao caso.

De acordo com o Ministério, poderão concorrer ao Prêmio museus públicos municipais, estaduais e federais, desde que não tenham ligação com a estrutura do Ministério da Cultura; órgãos ou entidades públicas aos quais essas instituições estejam vinculadas; museus de direito privado sem fins lucrativos.

É importante salientar que o envio dos projetos deve ser feito exclusivamente por via postal, aos cuidados do Departamento de Museus e Centros Culturais/Iphan. Todavia, o prazo de inscrição, que começou no dia 1º de janeiro deste ano e encerrou-se no próximo dia 1º de março. Os prêmios serão pagos em dinheiro. O 1º colocado receberá a quantia de 15 mil reais; o 2º colocado 10 mil reais; e o 3º, 8 mil reais. Os prêmios serão pagos em 30 de dezembro de 2008. Por fim, os vinte trabalhos mais pontuados serão publicados em revista a ser editada pelo Departamento de Museus e Centros Culturais.

No que se refere à seleção dos projetos de reestruturação dos Museus, que é feita por uma Comissão Especial de Avaliação, constituída pela Portaria nº 251, de 6 de outubro de 2005, os pedidos são criteriosamente examinados de acordo com os termos do Edital. Dessa forma, são observados, em detalhe, a clareza da justificativa e coerência do projeto; a razoabilidade dos custos; a exequibilidade do cronograma; o impacto local, regional e nacional do projeto, inclusive quanto à geração de emprego e renda; o nível de repercussão institucional do projeto e a descentralização dos recursos, considerando-se a diversidade regional do País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é importante intensificar as relações dos museus com a sociedade. O museu é um instrumento poderoso de comunicação, de educação e de resgate da memória e da história. O museu engrandece a qualidade da vida urbana e tem a potencialidade de atrair o público. Porém, para atingir esse objetivo, precisamos urgentemente transformar os museus em espaços universais, mostrar ao público a sua importância na formação cultural da comunidade, zelar pelo seu acervo, transformá-lo em um ambiente atrativo, promovendo palestras, intercâmbios com outros museus, cursos e outras iniciativas de cunho cultural que tenham afinidade com os seus objetivos.

Lamentavelmente, mais de 80% da população brasileira, notadamente os menos favorecidos econômica e socialmente, nunca entraram em um museu. Se isso está acontecendo, acredito que estamos falhando

em nossas tentativas de disponibilizar a arte, a cultura, e uma ampla gama de conhecimentos históricos, arqueológicos e antropológicos para toda a sociedade. Apesar de tudo, não resta dúvida de que precisamos melhorar as condições atuais dos nossos museus e apoiar a criação de outros pelo Brasil afora, sobretudo em cidades com até 50 mil habitantes que ainda não dispõem desses espaços culturais.

Como pensa o atual Governo, esse apoio abrangere aquisição de equipamentos; elaboração de planilhas para execução de obras e serviços; instalação e montagem de exposições; restauração de imóveis e elaboração de projetos museológicos. Por sua vez, de maneira complementar, poderiam ser desenvolvidas ações objetivas para valorizar o acervo. Uma delas, por exemplo, seria a divulgação e a importância de sua conservação, que são campanhas essenciais à preservação do patrimônio e à revitalização do museu. Com essas iniciativas, talvez o público em geral e os estudantes da comunidade consigam compreender melhor a importância de valorizar nossos museus.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão extraordinária convocada anteriormente a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 385, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2008, que altera a redação da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para dar novo prazo à aposentadoria especial de trabalhador rural empregado e para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991, e trata do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. *(proveniente da Medida Provisória nº 385, de 2007).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 7.10.2007)

Prazo final (prorrogado): 25.5.2008

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 405, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 405, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de cinco bilhões, quatrocentos e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e sete mil e seiscentos e sessenta reais), para os fins que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 15.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 28.5.2008

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 406, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 406, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, duzentos e cinquenta milhões, setecentos e trinta e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 18.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 31.5.2008

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 407, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 407, de 2007, que autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais; e altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União; as Lei nº s 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções

Comissionadas Técnicas no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente; e a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 408, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 408, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 409, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 409, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de

2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006,

tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 86, DE 2007

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 57, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as

Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as

Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003;
e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003;
e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002;
e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002;
e 90, de 2003)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

19

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e
– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande, favorável.

20

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

21

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts.47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

22

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.*

Pareceres nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 12-CCJ, que apresenta;

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda nº 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas nºs 13 a 18-CDR.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator “*ad hoc*”: Senador Rodolpho Tourinho.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos*

regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura*

dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “*ad hoc*”: Senador Flávio Arns.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “*ad hoc*”: Senador Valter Pereira.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que *altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.*

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 703, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que *altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.*

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que *altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea, e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.*

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas,

que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a *Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa)*.

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a *concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural*.

50

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

51

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos

Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, *concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa*.

52

REQUERIMENTO Nº 1302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

53

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade)*.

54

REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta,

solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadía, líder do cartel colombiano.

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

55

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente.)*

56

REQUERIMENTO Nº 1072, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro “A era da turbulência: aventuras em um mundo novo”.*

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo.

57

REQUERIMENTO Nº 1176, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, *solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

58

REQUERIMENTO Nº 1242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil)*

59

REQUERIMENTO Nº 1428, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, *solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.*

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

60

REQUERIMENTO Nº 1494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)*

61

REQUERIMENTO Nº 1495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)*

62

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

63

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)*

64

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados,*

por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família)

65

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)*

66

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica)*

67

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)*

68

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado*

nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)

69

REQUERIMENTO Nº 352, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)*

70

REQUERIMENTO Nº 358, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)*

71

REQUERIMENTO Nº 368, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).*

72

REQUERIMENTO Nº 417, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participa-

tiva, solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.

73

REQUERIMENTO Nº 418, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 5 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR NA SESSÃO DO DIA 11 DE ABRIL DE 2008, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA CONFORME NOTAS TAQUIGRÁFICAS.

(Art. 201, §3º, do Regimento Interno.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, meu caro amigo e meu irmão mais velho neste Senado Federal.

Srs. Senadores, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Paim, Senador Simon – D. Pedro Simon, nosso Líder –, amanheci, hoje, inspirado nas palavras e na manifestação do Presidente Lula, ainda ontem, em visita à Holanda.

Abro os jornais hoje, a nossa mídia impressa, e vejo declarações, Senador Simon, do Diretor-Gerente do Fundo Monetário Internacional – FMI, Strauss Kahn, e confronto suas declarações com as declarações do Presidente Lula.

Ambos falam de um processo de inflação que se avoluma e causa preocupação, mas cada um com a sua visão. A visão do Diretor-Gerente do Fundo Monetário Internacional, segundo a imprensa reproduz aqui – ele fala, fala, fala –, é a seguinte: FMI alerta para alta da inflação puxada por alimentos, que, para o BIRD, ameaça pobre. Mas ele não aponta com mui-

ta clareza as soluções que deveríamos tomar para debelar esse problema, que recrudescer e preocupa sobremodo as nações.

Em confronto com suas declarações, temos as declarações do Presidente Lula, Senador Paim. Achei muito interessante. O Presidente Lula disse, na Holanda, que a inflação aumentou porque os pobres estão comendo mais. Agora, ele aponta com clareza pelo menos um dos caminhos a serem seguidos por todos.

Está aqui o seguinte: “Lula disse que todos devem agradecer a Deus por isso”. Ou seja, pelo fato de que todos estão comendo mais e de que a solução para o problema da inflação é fácil.

O Presidente, eu acho que às vezes simplifica muito as coisas, mas ele diz, de fato, o seguinte: “A solução é fácil: produzir mais alimentos”.

Eu, há anos, Senador Paim, me bato e me debruço a estudar, a tentar compreender um fenômeno que ocorre no campo. E vamos ficar só no nosso País – aliás, vou me permitir avançar um pouco mais além do nosso País.

Olha que coisa curiosa, Senador Paim. Na Comissão de Relações Exteriores, já tive oportunidade de participar de sabatinas de embaixadores que vão representar o Brasil em países da África, Senador Mão Santa. Via de regra, todos eles, quando se referem ao contexto sócio-econômico daqueles países para onde vão a serviço do Brasil, afirmam que o setor agrícola daqueles países, no mais das vezes, pratica a agricultura de subsistência, Senador Mozarildo – os países africanos, em regra; há exceções.

Aqui no nosso Brasil temos regiões do País onde a agricultura é bem desenvolvida, mecanizada, cercada e se vale da mais moderna tecnologia. E, diga-se de passagem, devemos isso em grande parte, em grandíssima parte à Embrapa, órgão que, nesses últimos vinte, trinta anos, cumpriu um papel fundamental no Brasil, de pesquisar, de desenvolver tecnologias novas, e a iniciativa privada no campo se apropriou dessas tecnologias, desses processos modernos de produção. Mas, em grande parte do País, Senador Paim, prevalece a chamada agricultura de subsistência, inclusive no meu Estado, Senador Mão Santa, que não consegue sair do lugar, nesse aspecto, não consegue dar uma desamarrada.

Observo que, em relação ao Poder Público, por exemplo, ao longo dos anos – e aqui vou me referir, em especial, a esse setor, sem o propósito de fazer qualquer crítica –, o investimento que o setor público,

o Estado, o Governo, faz particularmente lá no meu Estado...

Repito, não estou fazendo crítica alguma, estou com o coração aberto hoje. Todos precisam comer. O Presidente Lula já diz: “A solução é produzir mais alimentos.” Se você pesquisar o caminho do investimento do recurso público em um Estado pequeno como o Acre, vai identificar, Senador Paim, quase que um preconceito com o campo.

O investimento é volumoso no que diz respeito às chamadas zonas urbanas. As escolas são de boa qualidade, as cidades, pelo menos nos centros, são asfaltadas, toda a infra-estrutura é feita de forma adequada. Mas, quando a gente volta os olhos para o campo, observa que as coisas são feitas de forma matada. A escola, quando existe na zona rural, às vezes, Senador Paulo Paim, é um casebre de palha, e, quando chove, os alunos precisam suspender as aulas. O posto de saúde, quando existe, não está abastecido de medicamentos, não há pessoal da área médica para atender com regularidade. Os caminhos, que lá nós chamamos de ramais – alguns chamam de estradas vicinais, aquelas estradinhas que permitem que as pessoas circulem e façam circular suas mercadorias –, são de péssima qualidade. São caminhos, e não estradas. O homem e a mulher do campo, para terem acesso a créditos, a insumos, a equipamentos, é um drama eterno, Senador Paim. É um drama eterno.

Hoje, o que se observa é um movimento, e isso transcende ao Acre. É um movimento quase no mundo inteiro, uma migração das pessoas que vivem no campo. E, lá, no Acre, posso dar este testemunho: pessoas que viveram a vida inteira no campo, tentando com o maior sacrifício produzir para si, para gerar um excedentezinho, em face da quase impossibilidade de conseguir viver naquela circunstância, Senador Paim, vão para as cidades, para as periferias, onde vão sofrer mais ainda. No campo, mal ou bem, tem como plantar um milhozinho, um feijãozinho, um arrozinho, mas, lá, na periferia das cidades, não tem. E é um sofrimento.

O Presidente Lula, quando sinaliza, quando diz que a solução para o problema é produzir mais alimentos, o meu pensamento se volta para o meu povo lá no Acre.

Olhe só, Senador Paim, repito, não se trata de nenhuma crítica, mas, nos últimos anos, no Acre, abdicamos de um investimento maciço no setor produtivo, rural, no setor primário, como chamamos – mas

isso eu digo pela minha percepção – de forma quase preconceituosa com o campo.

Canalizamos grande parte dos recursos públicos para o que chamamos de as zonas urbanas. Rio Branco, por exemplo, nossa capital, foi embelezada e hoje é uma cidade bonita, pelo menos no seu centro. A periferia é o caos, mas, no seu centro, obras vultosas foram realizadas – a população inclusive reconhece isso –, mas foi à custa de dinheiro de empréstimos, Senador Paim. O ideal seria que essas obras, esses investimentos fossem fruto da arrecadação da qual o Estado poder-se-ia beneficiar por conta do aumento da produção no campo ou mesmo na agroindústria, seja lá onde fosse. Foram obras que embelezaram a cidade e o centro, a sede de alguns outros municípios. Mas tenho certeza absoluta de que vamos pagar um preço muito alto por isto: por esse aformoseamento, por essa espécie de maquiagem que foi feita, o que é uma contradição enorme porque, de uns dez anos para cá, surgiu uma concepção no nosso Estado. Cunhou-se, inclusive uma expressão: “governo da florestania”. A rigor, quando se menciona uma expressão como essa, o que vem à nossa cabeça? É o Governo que prioriza as atividades na floresta, no campo e, ao contrário disso, a prioridade – é evidente, é clara, é só olhar – foram benefícios na zona urbana.

Aí alguém me diz: mas você acha que as pessoas que estão na zona urbana não merecem? Senador Paim, merecem, claro que merecem. Precisam ter uma infra-estrutura e as condições de vida bem equacionadas. Agora, e as pessoas que estão no campo, Senador Paim? Está aqui o Presidente Lula, dizendo: a solução é produzir mais. Como é que nós vamos produzir mais? E aí a gente precisa cruzar esse assunto, lá na Amazônia particularmente, com a nossa necessidade de preservar a floresta em grande parte, o cuidado que devemos ter. Senador Paim, no Acre nós já temos uma área derrubada, uma área que as pessoas chamam de degradada – eu acho até uma expressão incorreta essa, porque as áreas não são degradadas. Já foram derrubadas, foram utilizadas para outras finalidades, pecuária, seja lá o que for. E se nós introduzíssemos nessa área derrubada, hoje, tecnologias de produção que não aquela única que os pequenos produtores no Acre conhecem? E eu já repeti isto aqui várias vezes: lá o pequeno produtor tem a seu dispor apenas aquela tecnologia que recebeu do avô, do pai, do bisavô, que é derrubar um pedacinho da floresta, brocar, queimar e plantar.

Mas sabe-se que hoje o mundo dispõe de tecnologias que podem substituir essa com a maior facilidade, Senador Paim. A mecanização é uma, o plantio direto é outro. A Embrapa é um celeiro de experimentos que podem suprir as nossas necessidades. Produzir, produzir.

Agora, produzir oferecendo às pessoas que estão no campo não só a semente, não só o crédito para produção, mas as condições. Senador Paim, há uma concepção equivocada de que zona urbana é a modernidade e zona rural é o atraso. Senador Paim, não tem nada mais atrasado do que uma concepção dessas. Por que nós não podemos prover uma vida digna às pessoas que estão no campo? Qual é o problema? Por que a escola tem que ser matada? Por que a estrada tem que ser péssima, horrível, intransitável na maior parte do ano? Por que ele não pode ter condições mínimas e dignas de sobrevivência ali no campo?

Senador Paim, concedo a V. Ex^a um aparte.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, permita-me um aparte neste momento, porque entendo que sua fala, sem prejuízo de ninguém – e V. Ex^a foi muito feliz, como dizíamos antes –, é à favor de alguém. Eu diria que, em síntese, vai a favor da agricultura familiar, do pequeno negócio lá na área rural. E V. Ex^a está coberto de razão. Se a gente fala que precisa efetivamente plantar mais alimentos, é preciso incentivar o homem, a mulher, a família a ficar na sua região de origem produzindo. Eu falo isso com a maior tranquilidade. E tenho discutido muito a questão das escolas agrotécnicas. V. Ex^a conhece muito bem esse tema! V. Ex^a me permita falar – e o Senador Simon será o Relator – sobre a repercussão que teve na região de São Gabriel o projeto autorizativo que apresentei, para que, politicamente, a gente invista em uma escola técnica da carne e derivados para os filhos da região. Já está com o Senador Simon, e eu sei que fará um excelente relatório, conhecedor, como ninguém, da realidade do Rio Grande. E V. Ex^a se lembra... por que a escola não pode ser de qualidade lá na área rural?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Verdade.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Seja plantador de milho, de soja, de feijão, de arroz, de hortigranjeiro; seja na área do gado bovino, ovino, suíno, da avicultura. Em todas as áreas, se nós queremos efetivamente não permitir – e eu quero, quase que repetindo sua fala – que aumente o cinturão de miséria nos

grandes centros. Claro que nós queremos nos grandes centros também vida com qualidade. Mas por que não dar vida com qualidade, com o mínimo de estrutura, para aqueles que estão produzindo alimentos, para que aquele que estiver na área possa ter alimentação adequada, para que possa viver, como a gente gosta de dizer, “com qualidade de vida”? Então, minha fala vai muito na linha de seu pronunciamento. É preciso que, cada vez mais, a gente incentive nossos agricultores a ficar na região de origem com qualidade de vida, com estrutura. Eu tomei até a liberdade – só vou citar, me permita isso – de encaminhar, Senador Simon, um outro projeto chamado Quilombos do Amanhã. Eu quero que os quilombolas fiquem lá! São cinco mil quilombos no Brasil. Por que eles não podem ficar lá? Como os italianos, como os alemães, também produzindo na sua região. E o que eu propondo no Quilombos do Amanhã? Só estou pedindo um tipo de centro comunitário em cada quilombo, tipo um ginásio de esportes, onde eles possam ali dançar, brincar, estudar, ter lazer e naturalmente também serem atendidos na área da saúde. Enfim, dei o exemplo do quilombola como poderia ter dado de qualquer outra região do País, independentemente da etnia, da história de cada povo que está naquela região. Temos de dar estrutura para que eles fiquem nas suas regiões, abastecendo com alimento a cidade. Em síntese é isso e é por isso não tinha como não fazer um aparte cumprimentando V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento para o nosso povo lá do interior, lá do interior, de todas as regiões do nosso País e V. Ex^a

(Interrupção do som.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – ... sempre faz uma bela explanação da situação do povo do Acre. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Paim. Eu estava lembrando aqui uma vez, anos atrás, 2002, por aí, ouvi com imensa tristeza, eu ouvi com imensa tristeza, conversando sobre isso: “Rapaz, a gente precisa fazer alguma coisa para que o Acre volte a ser auto-suficiente na produção de alimentos”. Não é possível.

Senador Paim, hoje o Acre importa mais de 70% do que a gente come, Senador Simon. Acredita nisso? Não estou falando de bicicleta, de sapato, de carro não, estou falando de comida, comida, Senador Mão Santa. Mais de 70% do que a gente come hoje no Acre vem de fora, principalmente de Rondônia. E eu

já disse aqui uma vez: ali no Acre, a gente tem a pretensão, por exemplo, de abastecer os países amigos depois de consolidada a estrada chamada Estrada do Pacífico. A gente não consegue abastecer Rondônia, que está ali do nosso lado. É o contrário. É Rondônia que nos abastece.

Em 2001, 2002, conversando sobre a necessidade de o Governo implementar medidas concretas no sentido de reverter esse processo contínuo, Senador Pedro Simon, de empobrecimento da nossa economia rural, dos nossos pequenos produtores, ouvi, com muita tristeza, algo que me deixou pasmo, de uma pessoa que tinha grande responsabilidade no Estado: Geraldo, para o Governo – não é para o Estado -, sai muito mais barato permitir a importação de alimentos do que criar as condições aqui dentro para que os alimentos possam ser produzidos aqui. É negócio de doido. Mas não sei se essa mentalidade tomou conta ou influenciou decisivamente. Acredito que influenciou decisivamente no que vem acontecendo nos últimos anos no Estado, a ponto – repito – de termos perdido a nossa capacidade de auto-suficiência na produção de alimentos. Isso é triste, é grave. Isso diz respeito, inclusive, à questão da segurança alimentar, tão falada pelo Presidente Lula.

É como eu disse, Senador Mão Santa. Vim hoje aqui inspirado pela fala do Presidente. Eu queria que lá, no Acre, as pessoas ouvissem o Presidente Lula. Ele está dizendo aqui: a solução é produzir mais. Quem é que produz alimento no nosso País, principalmente na minha região?

É o pequeno produtor, Senador Simon.

Senador Simon, no Acre, há uma coisa muito interessante. Eu ando na zona rural por opção mesmo, porque eu gosto disso, eu quero ver como as coisas estão. E me entristece toda vez que eu entro num ramal daqueles e vejo que a situação permanece a mesma e, às vezes, até piorou. Isso me dá uma tristeza muito grande.

Eu dizia: “Olhe, eu queria que os formuladores de política do Acre ouvissem o que o Presidente Lula está falando: produzir mais alimentos, cercar as pessoas, os pequenos produtores, aqueles que produzem alimentos, das condições mínimas necessárias e de condições dignas de vida.”

Senador Simon, há como se fosse assim um padrão: no campo, as pessoas têm que se conformar em ter uma vida miserável. Miserável! Miserável! A verdade é essa. Com raríssimas exceções, o padrão é este: no

campo tem que ser uma vida miserável: vida de sacrifício, vida de renúncia.

Por que isso, rapaz? Eu fico me perguntando se isso não é um preconceito. Isso é um preconceito governamental, inclusive! É o Governo praticando preconceito! Na cidade, investem direitinho: as escolas são bonitas, têm ar-condicionado, têm computador, têm isso, têm aquilo. Os hospitais, mal ou bem, são bem aparelhados, têm equipamento. No campo, não tem nada disso. Por que não tem? Por que não tem, Senador Mão Santa?

Como eu estava dizendo, em relação às pessoas no campo, ando, ando, não recebo um pedido de emprego, Senador Simon. Quando ando na zona rural, o que eles pedem são condições mínimas necessárias para continuarem fazendo aquilo que eles gostam, sabem e precisam fazer, que é produzir. E na cidade, como não há emprego para todo mundo – e é claro que não há –, saio da minha casa, vou ali ao mercado, recebo dez pedidos de emprego. “Senador, me arranje um emprego aí que estou desempregado.” No campo, não. No campo, as pessoas pedem, Senador Mão Santa, condições mínimas necessárias para eles continuarem produzindo, porque eles não querem sair dali, querem continuar produzindo. Então é um drama isso.

O apelo que hoje vim aqui fazer da tribuna do Senado é para que os formuladores de políticas no meu Estado, particularmente no meu Estado, ouçam o que o Presidente Lula está dizendo. A solução é produzir mais alimentos. Não podemos mais no Acre depender de Rondônia, depender do feijão que vem da Paraíba, depender do leite que vem de Rondônia. Um absurdo isso!

Um dia desses no Estado festejou-se – eu também festejei – a colheita de cinco mil hectares de milho, uma festa. Agora, vai-se apurar, Senador Simon, e essa produção foi uma área que a Usina Álcool Verde, que está embargada, não pôde plantar a cana e, para não perder a aração, plantou milho. Quer dizer, uma única empresa, um único produtor plantou cinco mil hecta-

res de milho. O ideal é que essa produção tivesse sido diluída entre os pequenos produtores do Estado.

E ao invés de cinco mil, 50 mil hectares, porque nós temos áreas, ali, já derrubadas e degradadas, como se diz, que poderiam permitir esse tipo de coisa. Agora, falta uma parceria mais estreita do poder público, do Estado com esses pequenos produtores.

Na sua região, Senador Simon, no Sul do País, há grandes cooperativas agrícolas. O pessoal já tem capacidade de contrair empréstimos, comprar equipamentos e se resolver. Ali, na nossa região, não tem. Individualmente ou em pequenas associações de produtores, eles não têm capacidade econômica e financeira de contrair um empréstimo para comprar um pequeno trator agrícola. Então, é necessário que o Estado entre nessa parada com os pequenos produtores, pelo menos para dar uma desamarrada na questão, pelo menos para permitir que eles cheguem num estágio em que possam contrair um empréstimo, constituir-se em cooperativas e obtenham uma condição na qual a sua produção permita um retorno financeiro e econômico satisfatório.

Portanto, como estou ansioso para ouvir o Senador Simon, Senador Mão Santa, e V. Ex^a também, encerro meu discurso fazendo mais uma vez esse apelo para que os formuladores de políticas, no meu Estado, ouçam o que o Presidente Lula acaba de falar na Holanda. A questão é muito simples. Diz ele, aqui: “Inflação aumentou porque os pobres estão comendo mais. Lula disse que todos devem agradecer a Deus por isso e que a solução para o problema da inflação é fácil: produzir mais alimentos.” Por que isso não pode ser uma regra também para o Acre? Ali precisamos produzir alimentos para voltarmos a ser auto-suficientes nessa produção.

Senador Mão Santa desejo a V. Ex^a, ao Senador Pedro Simon e a todos que nos ouvem um feliz final de semana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

Ata da 52ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 15 de abril de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Alvaro Dias, Gerson Camata, Papaléo Paes, Geraldo Mesquita Júnior, Jayme Campos e Romeu Tuma

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 15/4/2008 07:44:22 até 15/4/2008 21:30:20

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA		X					
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE		X					
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X					
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR		X	DEM	PE	MARCO MACIEL		X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X	PSDB	GO	MARCONI PERILLO		X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO		X	PSDB	PA	MÁRIO COUTO		X
PTB	PB	CARLOS DUNGA		X	PSDB	MS	MARISA SERRANO		X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES		X	PMDB	SC	NEUTO DE CONTO		X
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL		X	DT	PR	OSMAR DIAS		X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES		X	PSDB	AP	PAPALÉO PAES		X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X	PMDB	RJ	PAULO DUQUE		X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY		X	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X
DEM	MG	ELISEU RESENDE		X	PMDB	RS	PEDRO SIMON		X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA		X	DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO		X
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR		X	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS		X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE		X	Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE		X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR		X	PMDB	RR	ROMERO JUCÁ		X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS		X	TB	SP	ROMEU TUMA		X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X	DEM	RN	ROSALBA CIARLINI		X
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES		X	PMDB	MA	ROSEANA SARNEY		X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA		X
PMDB	ES	GERSON CAMATA		X	TB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER		X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO		X
PTB	DF	GIM ARGELLO		X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI		X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA		X
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA		X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X
DEM	MT	JAYME CAMPOS		X	PMDB	MS	VALTER PEREIRA		X
PDT	BA	JOÃO DURVAL		X	PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO		X
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO		X					
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO		X					
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO		X					
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO		X					
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO		X					
P-SOL	PA	JOSÉ NERY		X					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY		X					
DEM	TO	KÁTIA ABREU		X					
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA		X					
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X					
PMDB	PI	MÃO SANTA		X					
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA		X					

Compareceram: 65 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A lista de presença acusa o comparecimento de 66 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência lembra ao Plenário que o Senado Federal recepcionará Sua Excelência a Senhora Prathiba Patil, Presidente da Índia, hoje, às 15 horas, quando serão interrompidos os trabalhos da presente sessão, e, atendida essa finalidade, serão eles retomados.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência comunica também que está convocada uma sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se hoje, às 19 horas e 15 minutos, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de vetos presidenciais.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Sobre a mesa, avisos de Ministros de Estado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

- nº **46/2008**, de 8 do corrente, do Ministro dos Transportes, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.352, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio; e
- nº **65/2008**, de 7 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.304, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella;
- nº **16/2008**, de 10 do corrente, do Ministro de Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 94, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofícios de Ministros de Estado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS DE MINISTROS DE ESTADO

- nº **90/2008**, de 8 do corrente, do Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, encaminhando informações em resposta ao Reque-

ramento nº 80, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio;

- nº **146/2008**, de 8 do corrente, do Ministro da Integração Nacional, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.389, de 2007, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- nº **3.563/2008**, de 7 do corrente, do Ministro da Defesa, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.395, de 2007, de autoria do Senador Euclides Mello; e
- nº **9.930/2008**, de 7 do corrente, do Ministro do Controle e da Transparência, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.388, de 2007, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. P/34/2008

Brasília, 14 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência minha renúncia ao cargo de Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, a partir desta data, como ato de protesto pelo desrespeito de Ministros de Estado (Educação, Cultura, Esporte, e Ciência e Tecnologia), que convidados por esta Comissão, tendo em vista requerimentos aprovados, não se dignaram a comparecer para tratar de assuntos relativos a suas pastas.

Atenciosamente, – Senador **Geraldo Mesquita Júnior**, PMDB–AC.

OFGSJAYM Nº 341/2008-S

Brasília, 14 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, solicito a Vossa Excelência a especial gentileza de autorizar, junto à Secretaria Geral da Mesa, registro da minha frequência na Sessão Plenária do dia 10 de abril de 2008, onde ocupei a tribuna desta Casa, conforme registrado nos anais da mesma em notas taquigráficas, conforme anexo.

Cordialmente, – Senador **Jayme Campos**.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO Nº 44/2008-GLDBAG

Brasília, 15 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Sibá Machado como membro suplente, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante na Comissão de Educação Cultura e Esportes.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 48/08-GLPSDB

Brasília, 15 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Mário Couto, para integrar como suplente a Comissão Temporária Externa destinada a verificar, **in loco**, o risco ambiental em que vivem os 31 municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE em seu “mapa do desmatamento”, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.

Na oportunidade, renovo protesto de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

Ofício nº 50/08-GLPSDB

Brasília, 15 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Papaléo Paes, para integrar como suplente a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em substituição a Senadora Lucia Vânia.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

OF. PSDB Nº 414/2008

Brasília, 15 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Ricardo Trípoli como membro titular, em substituição ao Deputado Eduardo Gomes, para integrar a Comissão Mista Espe-

cial destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.

Respeitosamente, – Deputado **José Aníbal**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 426, DE 2008

Tendo sido designado para integrar a delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em viagem oficial ao Japão, para cumprir agenda de eventos relativos ao centenário da imigração japonesa no Brasil e ao Ano do Intercâmbio Japão-Brasil, com saída do Brasil no dia 19 e retorno no dia 26 de abril próximo, venho solicitar, nos termos regimentais, seja concedida licença para desempenhar a referida missão.

Comunico, por oportuno, que estarei ausente do país neste mesmo período.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2008. – Senador **Sérgio Guerra**.

REQUERIMENTO Nº 427, DE 2008

Tendo sido autorizado por Vossa Excelência, a representar o Senado Federal, em Intercâmbio Parlamentar, por ocasião da realização das Eleições Primárias dos Estados Unidos da América do Norte, a realizar-se nas cidades de Washington, Harrisburg, Pittsburgh e Philadelphia/EUA, de 19-04 a 25-04 de 2008, requeiro, nos termos do art. 40, do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa, nesse período, para desempenhar a mencionada missão.

Comunico, ainda, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estarei ausente do período compreendido entre 19-0 a 25-4 de 2008.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 428, DE 2008

Tendo sido autorizado por Vossa Excelência, a representar o Senado Federal, no Amazon Private Meeting, a realizar-se na cidade de Londres, Inglaterra, de 27-04 a 30-04 de 2008, requeiro, nos termos do art. 40, do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa, nesse período, para desempenhar a mencionada missão.

Comunico, ainda, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estarei ausente do País no período compreendido entre 27/04 a 30/04 de 2008.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão votados oportunamente.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 308, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 591, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (Lei da Concessão de Serviço Público) e 8.977, de 6 de janeiro de 1995, para conceder direito à compensação, no prazo de quarenta dias, em conta ulterior, do valor correspondente ao do período de suspensão dos serviços que disciplinam.

Relator: Senador **Flávio Arns**

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 591, de 2007, que promove alterações legislativas para conceder direito à compensação, no prazo de quarenta dias, em conta ulterior, do valor correspondente ao do período de suspensão dos serviços que disciplinam.

De autoria do Senador Marcelo Crivella, a proposição tem por objetivo garantir aos usuários de serviços públicos, especialmente de telecomunicações, o direito de serem financeiramente compensados em caso de interrupção injustificada da prestação do serviço. Para tanto, estabelece que a compensação deverá ser creditada em conta posterior, no prazo máximo de quarenta dias. Em caso de descumprimento, fica a prestadora obrigada a restituir o valor indevidamente cobrado em dobro, acrescido de correção monetária e juros legais.

A inovação legislativa se dá por meio de alterações pontuais, de idêntico teor, nas Leis nºs 9.472, de 1997, 8.987, de 1995 e 8.977, de 1995. O projeto ainda especifica prazo de noventa dias para a entrada em vigência da Lei.

A proposição foi distribuída unicamente à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

Em exame preliminar, não se verificam vícios de técnica legislativa no projeto. As alterações legislati-

vas por ele promovidas inserem-se em dispositivos relativos aos direitos dos usuários, matéria afeta ao tema nele tratado.

Do mesmo modo, observa-se que a matéria tratada na proposição (direito do consumidor), inclui-se na competência legislativa da União e nas atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 22, inciso I, e 48, **caput**, da Constituição Federal. O projeto situa-se ainda em consonância com o art. 5º, inciso XXXII, da Lei Maior, que incumbe ao Estado a defesa do consumidor, na forma da lei. A proteção do consumidor também é albergada como princípio geral da ordem econômica, nos termos do art. 170, inciso V, da Constituição.

No mérito, a proposição veicula princípio basilar do direito, consistente na vedação ao enriquecimento sem causa, que se observa quando há cobrança por serviço não prestado. Sobre o tema, assim dispõe o art. 884 do Código Civil:

Art. 884. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.

No mesmo sentido dispõe ainda o Código Civil sobre o pagamento indevido (art. 876) ao estabelecer que todo aquele que recebeu o que não lhe era devido fica obrigado a restituir.

Esses princípios gerais da lei civil encontram-se também positivados, com maior detalhe, na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC). O diploma assim disciplina a responsabilidade do prestador por falha no serviço:

Art. 20. O fornecedor de serviços responde pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ao consumo ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, alternativamente e a sua escolha:

I – a reexecução dos serviços, sem custo adicional e quando cabível;

II – a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;

III – o abatimento proporcional do preço.

§ 2º São impróprios os serviços que se mostrem inadequados para os fins que razoavelmente deles se esperam, bem como aqueles que não atendam as normas regulamentares de prestabilidade.

O CDC ainda estabelece regra especial para os serviços públicos, sejam eles prestados diretamente por órgãos públicos ou por empresas privadas mediante delegação:

Art. 22. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste código.

O mesmo diploma legal também estabelece que os valores indevidamente cobrados devem ser ressar-

cidos em dobro ao consumidor, acrescidos de juros e de atualização monetária (art. 42, parágrafo único).

Verifica-se, portanto, que o PLS nº 591, de 2007, encontra-se em consonância com as normas vigentes que tratam do direito do consumidor e da prestação de serviços públicos. A par das disposições já existentes, todavia, acrescenta norma de maior especificidade, que confere maior segurança jurídica aos consumidores eventualmente lesados. Por essa razão, entendo que a proposição deva ser acolhida por este colegiado.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 591, de 2007, na forma como se encontra.

Sala da Comissão, 9 de abril de 2008.

**COMISSAO DE CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVACAO, COMUNICACAO E INFORMATICA
ASSINAM O PARECER AO PLS 591/2007 NA REUNIAO DE 09/04/08
OS SENHORES SENADORES:**

<i>Vic- PRESIDENTE, no exercício da Presidência</i> (Senador Marcelo Crivella)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS RELATOR
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
Maioria (PMDB)	
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO	3. MARCO MACIEL
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
VAGO	7. PAPALÉO PAES
	PTB
SÉRGIO ZAMBIASI	
	PDT
CRISTOVAM BUARQUE	1- VAGO

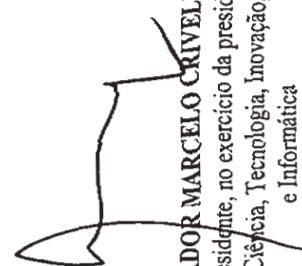
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS /

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO					FLAVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE					JOAO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPEL					ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERACLITO FORTES				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
(VAGO)					PAPALÉO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				(VAGO)				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X								

TOTAL: 10 SIM: 09 NÃO: 01 ABS: 00 AUTOR: 01 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 09/04/2008


SENADOR MARCELO CRIVELLA
 Vice-Presidente, no exercício da presidência,
 da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação
 e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....

Seção II

Das atribuições do Congresso Nacional

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de territórios ou estados, ouvidas as respectivas assembleias legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, **b**; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI – criação e extinção de ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal;

XV – fixação do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-2003)

.....

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

.....

CAPÍTULO III

Do pagamento indevido

Art. 876. Todo aquele que recebeu o que lhe não era devido fica obrigado a restituir; obrigação que incumbe àquele que recebe dívida condicional antes de cumprida a condição.

.....

CAPÍTULO IV

Do enriquecimento sem causa

Art. 884. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer a custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.

Parágrafo único. Se o enriquecimento tiver por objeto coisa determinada, quem a recebeu é obrigado a restituí-la, e, se a coisa não mais subsistir, a restituição se fará pelo valor do bem na época em que foi exigido.

.....

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Art. 20. O fornecedor de serviços responde pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ao consumo ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:

I – a reexecução dos serviços, sem custo adicional e quando cabível;

II – a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;

III – o abatimento proporcional do preço.

§ 1º A re-execução dos serviços poderá ser confiada a terceiros devidamente capacitados, por conta e risco do fornecedor.

§ 2º São impróprios os serviços que se mostrem inadequados para os fins que razoavelmente deles se esperam, bem como aqueles que não atendam as normas regulamentares de prestabilidade.

Art. 22. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste código.

Seção V

Da cobrança de dívidas

Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será

submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

PARECER Nº 309, DE 2008

Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 51, de 2008, (nº 91/2008, na origem) que Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Mário Rodrigues Junior, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI, em votação secreta, realizada em 15 de abril de 2008, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Expedito Júnior, sobre a Mensagem do Senado Federal nº 51, de 2008, opinou pela aprovação da indicação do nome do Senhor Mário Rodrigues Junior, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, por dezoito votos “Sim”, um voto “Não” e nenhuma “Abstenção”, totalizando dezenove votos.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2008. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente – Senador **Expedito Júnior**, Relator.

Mensagem do Senado Federal, nº 51, de 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15/04/2008, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo

RELATOR: Senador Expedito Júnior

Titulares - Bloco de apoio ao Governo (PT / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)		Suplentes - Bloco de apoio ao Governo (PT / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)	
SERYS SLHESSARENKO - PT		1- FLÁVIO ARNS - PT	
DELCÍDIO AMARAL - PT		2- FÁTIMA CLEIDE - PT	
JDELI SALVATTI - PT		3- ALOIZIO MERCADANTE - PT	
FRANCISCO DORNELLES - PP		4- JOÃO RIBEIRO - PR	
INÁCIO ARRUDA - PC do B		5- AUGUSTO BOTELHO - PT	
EXPEDITO JÚNIOR - PR		6- RENATO CASAGRANDE - PSB	
Titulares - PMDB		Suplentes - PMDB	
ROMERO JUCÁ		1- (vago)	
VALDIR RAUPP		2- JOSÉ MARANHÃO	
LEOMAR QUINTANILHA		3- GILVAM BORGES	
(vago)		4- NEUTO DE CONTO	
VALTER PEREIRA		5- GERALDO MESQUITA	
WELLINGTON SAIGADO		6- PEDRO SIMON	
Titulares - Bloco da Minoria (DEM / PSDB)		Suplentes - Bloco da Minoria (DEM / PSDB)	
LBERTO GOELLNER - DEM		1- DEMÓSTENES TORRES - DEM	
ELISEU RESENDE - DEM		2- MARCO MACIEL - DEM	
JAYME CAMPOS - DEM		3- ADELMIR SANTANA - DEM	
HERÁCLITO FORTES - DEM		4- ROSALBA CIARLINI - DEM	
RAIMUNDO COLOMBO - DEM		5- ROMEU TUMA - PTB	
JOÃO TENÓRIO - PSDB		6- (vago)	
MARCONI PERILLO - PSDB		7- EDUARDO AZEREDO - PSDB	
FLEXA RIBEIRO - PSDB		8- MÁRIO COUTO - PSDB	
SÉRGIO GUERRA - PSDB		9- TASSO JEREISSATI - PSDB	
Titulares - PTB		Suplentes - PTB	
GIM ARGELLO		1- JOÃO VICENTE CLAUDINO	
Titulares - PDT		Suplentes - PDT	
JOÃO DURVAL		1- (vago)	

RELATÓRIO

Relator: Senador **Expedito Júnior**

Com base no art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do art. 53, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o Senhor Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Senhor Mario Rodrigues Junior para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes terrestres (ANTT), autarquia especial vinculada ao Ministério dos Transportes. Para tanto, encaminha a esta Casa a Mensagem nº 51, de 2008 (Mensagem nº 91, de 5 de março de 2008, na origem), à qual se encontra anexado o **curriculum vitae** do indicado.

O Senhor Mario Rodrigues Junior é cidadão brasileiro, natural do Estado de São Paulo, capital, graduado em Engenharia (1981), pela Universidade de Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo, e pós-graduado em Engenharia de Transportes (2001), pela Universidade de São Paulo (USP). Tem atualmente 49 anos de idade.

O histórico profissional do indicado registra intensa ligação com o setor de transporte. No Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER), onde atuou de 2000 a 2007, foi responsável pela construção, manutenção e operação de rodovias, tendo ocupado sucessivamente os cargos de Diretor Técnico de Licitações e Contratos, Diretor de Engenharia e Superintendente.

Nesse período, entre 2003 e 2007, exerceu na DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S/A, a função de Diretor de Engenharia. Nessa empresa paulista, responsável pela construção, manutenção e operação de rodovias e travessias marítimas, o indicado já atuara anteriormente (1989-2000), como engenheiro do Setor de Licitações e Compras, assistente da Diretoria de Terminais e gerente da Divisão de Orçamentos e Medições.

Antes disso, exerceu atividades na FEPASA – Ferrovia Paulista S/A, empresa de economia mista responsável pela construção, manutenção e operação de ferrovias no Estado de São Paulo (1983-1989).

Em síntese, o currículo apresentado aponta para 25 anos de experiência profissional na área de infra-estrutura e de serviços de transportes – aí incluídas as modalidades rodoviária, ferroviária e hidroviária –, com ênfase nas atividades de direção e gerenciamento técnico e administrativo de programas, processos e recursos materiais e humanos.

Em face do histórico pessoal e profissional apresentado, entendemos dispor esta comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do nome do Senhor Mario Rodrigues Junior ao cargo de

Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, III, alínea f, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Sala da Comissão, 15 de abril de 2008. –
Senador **Marconi PerilloExpedito Júnior**

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício do Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 43/2008-CCT

Brasília, 9 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão aprovou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 591, de 2007, de autoria do Excelentíssimo Senhor Senador Marcelo Crivella que, “altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (Lei da Concessão de Serviço Público), e nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, para conceder direito à compensação, no prazo de quarenta dias, em conta ulterior, do valor correspondente ao do período de suspensão dos serviços que disciplinam”.

Atenciosamente, Senador **Marcelo Crivella**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com referência ao expediente lido, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 591, de 2007**, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, DE 2008

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica Federal de Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.

Art. 2º A Escola Técnica Federal de Nova Mamoré manterá cursos de nível médio e de educação profissional, a serem definidos pelo Ministério da Educação.

Art. 3º A instalação do estabelecimento de que trata esta Lei subordina-se à prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias, assim como à criação dos cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento.

Art. 4º A regulamentação desta Lei tratará dos recursos indispensáveis à instalação da Escola Técnica de Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

Nova Mamoré localiza-se na parte oeste do Estado de Rondônia, tendo limites geográficos a oeste com a República da Bolívia e rio madeira.

Sua população é de mais de vinte mil pessoas, distribuídas em cinco distritos e numa área de mais de dez mil quilômetros quadrados.

A economia do município é baseada na agricultura, pecuária e extração vegetal. Entretanto, o município possui mais de trezentos estabelecimentos comerciais.

Nova Mamoré é um dos grandes produtores de gado do estado. Há gado de corte e gado leiteiro, com um rebanho de mais de 320 mil cabeças.

São exploradas as culturas de café, milho, arroz, feijão e mandioca para fabricação de farinha. Também há produção de frutas, dentre as quais, as mais comercializadas são: cupuaçu, acerola, açaí, goiaba, manga, banana, abacaxi, araçá e cajá.

Para processar essa produção, o município possui em sua estrutura industrial 27 unidades empresariais de transformação.

Com a criação da Escola Técnica Federal de Nova Mamoré os jovens não precisariam mais deslocar-se para centros mais desenvolvidos e passariam a receber a formação profissional necessária à modernização e dinamização da economia local.

Por todo o exposto, solicitamos o apoio de nossos pares a este projeto.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2008. – Senador **Exedito Júnior**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

PROJETO DE, LEI DO SENADO Nº 131 DE 2008

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de embarcações, exceto as recreativas e as esportivas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam isentas do Imposto sobre Produtos Industrializados as embarcações, exceto as recreativas e as esportivas, destinadas à renovação da frota de transporte fluvial na Amazônia, asseguradas a manutenção e a utilização dos créditos relativos a matérias-primas e produtos intermediários efetivamente empregados em sua industrialização.

Art. 2º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia de receita decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta, bem como incluirá a renúncia mencionada nas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes.

Parágrafo único. A isenção de que trata esta Lei só terá efeitos no exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto neste artigo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A isenção de IPI para a indústria naval não é nenhuma novidade. Ela foi instituída, e vinha sendo mantida, desde o final da década de 80, época em que a indústria naval começava a declinar no País. Justamente quando ela ensaia a sua recuperação, a isenção é extinta pela Lei nº 11.482, em 31 de maio de 2007.

Além do desestímulo à grande indústria apontado, a medida atinge, de forma ainda mais severa, a construção de embarcações de menor porte, como as de transporte fluvial de passageiros, sobretudo na Amazônia.

Sabemos que a gigantesca região Amazônica é servida por escassa rede de rodovias pavimentadas, e que muitas das quais permanecem intransitáveis durante grande parte do ano em razão das chuvas.

O transporte fluvial é fundamental para a Amazônia em razão de suas características geográficas. A região possui aproximadamente metade dos 48 mil quilômetros de vias navegáveis do território brasileiro. Além da falta de instalações portuárias compatíveis, grande parte da frota

fluvial é obsoleta, do tipo gaiola. Os grandes empresários do setor privado e o governo não investem no transporte fluvial amazônico, que é dominado por embarcações clandestinas, desprovidas de segurança.

Considerando a gravidade da situação, não é de estranhar que ocorram, todos os anos, grandes tragédias nos rios Amazonas, Madeira, Solimões e afluentes.

Em um momento em que, por conta do mau estado das embarcações, são noticiados, seguidamente, diversos acidentes nos rios da Amazônia – que muitas vezes tomam proporções de verdadeiras tragédias – a referida revogação da isenção contribui ainda mais para dificultar a necessária renovação da combalida frota de embarcações para transporte fluvial de passageiros.

Sabemos que benefícios fiscais devem ser encarados como exceção, por conta do custo que representam para o resto da sociedade. Nesse caso, no entanto, a necessidade de renovação da frota e de estímulo à indústria naval supera, em muito, os custos da renúncia fiscal decorrente da medida.

Evidentemente, por não ter o mesmo alcance social, foram excluídos do benefício as embarcações recreativas e esportivas.

A propósito da mencionada renúncia de receitas, lembramos que o projeto contém as necessárias cautelas e providências para o cumprimento das prescrições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sendo certo que o restabelecimento da isenção é essencial para fomentar a renovação do transporte fluvial na Amazônia e para garantir maior segurança aos passageiros e às cargas transportadas, pedimos o apoio dos colegas para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, – Senador **Expedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DE 1988

.....
 Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

.....
 § 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

.....
 Art. 5º. O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual,

com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

.....
 II – será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

.....
 Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o **caput** deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 12;

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

LEI COMPLEMENTAR Nº 11.482,
DE 31 DE MAIO DE 2007

Efetua alterações na tabela do imposto de renda da pessoa física; dispõe sobre a redução a 0 (zero) da alíquota da CPMF nas hipóteses que menciona; altera as Leis nºs 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.128, de 28 de junho de 2005, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 10.260, de 12 de julho de 2001, 6.194, de 19 de dezembro de 1974, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 9.432 de 8 de janeiro de 1997, 5917, de 10 de setembro de 1973, 8.402, de 8 de janeiro de 1992, 6.094, de 30 de agosto de 1974, 8.884, de 11 de junho de 1994, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.706, de 14 de setembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nºs 11.119, de 25 de maio de 2005, 11.311, de 13 de junho de 2006, 11.196, de 21 de novembro de 2005, e do Decreto-Lei nº 2.433, de 19 de maio de 1988; e dá outras providências.

.....
(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte, e de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, por uma questão de justiça, pois V. Ex^a estava aqui antes de eu chegar, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável em segundo lugar, após V. Ex^a. V. Ex^a está presidindo a sessão, mas não posso deixar de fazer o registro em nome de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Portanto, com a declaração de V. Ex^a, eu me considero inscrito de ofício.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com a palavra o Senador Epitácio Cafeteira, pela ordem.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se nós vamos ter uma sessão do Congresso Nacional,

destinada a exame de vetos, pergunto a V. Ex^a: onde está a relação dos vetos?

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A relação foi remetida às Lideranças, e cada Líder deverá remetê-la aos seus liderados.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Eu não a recebi.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Neste momento, se V. Ex^a me permite, passando sobre a atribuição do seu Líder, eu encaminho a V. Ex^a uma cópia dos vetos que serão apreciados. Peço a Mesa que entregue a cópia a V. Ex^a. O único Senador que dispõe da relação aqui na Mesa é o Senador Papaléo Paes, e a estamos encaminhando a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o Senador Paulo Paim.

S. Ex^a tem a palavra pelo tempo de dez minutos, concedidos pelo Regimento Interno.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Papaléo Paes, mais uma vez, eu venho à tribuna mantendo a minha coerência, que muitos chamam a coerência dos moicanos ou a saga de defender aqueles que são pobres, que são discriminados, que mais precisam, que mais trabalham, que mais produzem e acabam sendo deixados de lado.

Sr. Presidente, hoje eu quero falar do Fórum Mulheres Brasil-África e os seus Desafios neste Milênio. Participei como painalista desse Fórum, onde diversas pessoas falaram sobre a realidade das mulheres no Brasil e no mundo: mulheres negras, mulheres brancas, mulheres índias, enfim, mulheres de todas as etnias, de todas as raças, de todas as procedências. Foi um espaço nobre para discutirmos políticas que possam melhorar a vida das mulheres.

Sr. Presidente, todos nós sabemos que, entre os discriminados, as mulheres figuram em grande escala. Sabemos também da força que acompanha as mulheres e toda sua trajetória de conquistas.

Hoje, pela manhã, Sr. Presidente, tivemos uma sessão de homenagem aos 200 anos da nossa Justiça, do Judiciário. Fizemos todos – fui um dos autores e creio que V. Ex^as também – uma homenagem à Ministra Ellen Gracie.

Sr. Presidente, por acordo firmado na Casa, o meu pronunciamento foi entregue por escrito, assim como o de outros Senadores. Foi um entendimento salutar na minha avaliação, pois não daria para todos falarem nesta manhã, então o Senador Marco Maciel falou em nome de todos nós.

Mas no pronunciamento que entreguei à Mesa, Sr. Presidente, conforme recomendação do próprio Presidente Garibaldi, eu terminava dizendo que o Brasil, nesses 508 anos de história, perdeu um grande momento, um momento ímpar de termos uma mulher na Presidência de República. E foi por um detalhe, pois, se numa das viagens do Presidente, os outros dois na sucessão tivessem uma outra atividade, nós teríamos, depois de 508 anos, uma mulher na Presidência da República. Não foi possível, mas, se ocorresse, seria um marco muito importante. Poderemos ter posteriormente – e sabemos que esta é a intenção do Presidente – uma mulher eleita pelo voto direto.

Como a Ministra Ellen não teve, digamos, essa possibilidade, eu terminei o meu pronunciamento dizendo, Senador Mesquita Júnior, Senador Cafeteira, que está aqui, grande líder do PTB que tem sido parceiro nosso em toda a jornada, que tenho certeza de que a mesma Corte de Haia, que recebeu de braços abertos Rui Barbosa e outros quatro brasileiros, todos homens, haverá de receber a Ministra Ellen como a primeira mulher brasileira a fazer parte daquela Corte.

Fazia esse apelo por escrito e o faço agora da tribuna. Espero que as forças, como a gente fala, Senador Camata – e vou dar o aparte para V. Ex^a –...

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... que as forças vivas do nosso País se somem, pois, sem sombra de dúvida, a Ministra Ellen merece estar na Corte de Haia, como é a sua intenção.

Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Primeiramente, cumprimento V. Ex^a e alio-me ao seu desejo de vê-la na Corte Internacional, abrihantada pelo nosso Rui, que era nosso companheiro Senador naquelas priscas eras. Também quero dizer a V. Ex^a que a experiência de uma mulher administrativamente é muito interessante. O Espírito Santo foi a primeira capitania – portanto, o primeiro Estado – na América a ser governada por uma mulher. Em 1649, Vasco Fernandes Coutinho, o donatário da Capitania do Espírito Santo, achou que a Capitania não tinha solução e resolveu entregá-la para a Bahia. Nós íamos ser hoje território baiano, não fosse esta mulher. A dona Luíza Grimaldi, uma italiana de Gênova, casada com ele, assumiu a Capitania, tomou conta da Capitania, reforçou a economia, começou com as usinas de cana, exportação de pau-brasil, exportação de açúcar e recuperou a autonomia da Capitania do Espírito Santo, hoje Estado do Espírito Santo. De modo que será bem-vinda a próxima mulher que ocupar o governo do Estado ou que venha a ocupar a Presidência da República no Brasil. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Camata, agradeço a V. Ex^a o aparte, que reforça a idéia que todos nós acalentamos de, num País machista como o nosso, vemos as mulheres ocupando espaços importantes como o Supremo Tribunal Federal, a Corte de Haia, a Presidência da República – oxalá, também aqui no Brasil, se depender da minha vontade. E V. Ex^a diz que, no Espírito Santo, nós tivemos a grande liderança de Luíza Grimaldi.

Faço questão que fique consignado no meu pronunciamento o aparte de V. Ex^a, que o enriquece.

Sr. Presidente, eu poderia citar inúmeras mulheres, negras, brancas, índias, das mais variadas etnias, que, ao longo de suas vidas, demarcaram o seu tempo e a sua época em defesa da nossa gente, do nosso povo, enfim, daqueles que mais precisam não digo que do colo de uma mulher, do carinho, somente, de uma mulher, mas das suas idéias, que, com certeza, ajudam muito na construção de um País melhor para todos.

Sr. Presidente, na palestra que fiz – e ela está aqui, na íntegra – nessa conferência realizada em Brasília, citei dados da OIT e da Confederação de Mulheres do Brasil, demonstrando o quanto as mulheres são, ainda, discriminadas neste País. Sem sombra de dúvidas, a mulher negra é discriminada e apenas duas ou três vezes. Por isso, essa conferência contou com a participação de mulheres de todo o mundo: do Canadá, dos Estados Unidos, da Nicarágua, do continente africano, do Brasil, naturalmente, da Costa Rica, enfim. As mulheres fizeram, ali, uma reflexão muito competente e inteligente sobre a sua luta no Brasil e no mundo.

Sr. Presidente, lembro que em maio, quando, casualmente, comemora-se o Dia das Mães e que é considerado o mês de debate e de luta contra os preconceitos em relação ao povo negro – porque 13 de maio é a data de assinatura da Lei Áurea –, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado vai fazer um ciclo de debates, que começa no dia 30 de abril e termina no dia 1º de maio.

Vamos discutir tudo, Sr. Presidente, no que tange às políticas que discriminam seres humanos, seja por cor, por raça, por etnia, por religião, por procedência, por opção sexual. Tudo nós vamos discutir.

Sr. Presidente, permita-me terminar a minha palestra como fiz lá – porque a palestra é longa e vou ater-me ao meu tempo –, com a letra da música “Maria, Maria”. Vi mulheres de outras partes do mundo quase cantando essa música, porque a conheciam:

(...) Maria, Maria é o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri quando deve chorar
E não vive, apenas agüenta

Mas é preciso ter força, é preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria, mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania de ter fé na vida

Viva as mulheres de todo o mundo!

Homenageei as mulheres brancas, negras, índias,
que possuem a força, a raça, a graça, a gana de que
a música nos fala.

São elas que nos ensinam que é bom ter esperan-
ça, é bom ter fé na vida, é bom amar, é bom ser solidá-
rio, é bom ser generoso, é bom pensar no próximo.

Então, neste dia em que, aqui, homenageamos
a Ministra Ellen, faço esta singela homenagem a toda
as mulheres do nosso País e do mundo.

Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a conside-
rasse, na íntegra, o meu pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apa-
nhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs.
Senadores, no dia dois deste mês, participei aqui em
Brasília do “Fórum Mulheres Brasil-África e os seus
Desafios neste Milênio”.

Lá diversas pessoas falaram sobre a realidade
das mulheres negras, sobre os inúmeros problemas
enfrentados por elas.

Foi um espaço para discutirmos políticas que
possam melhorar a vida das afro-descendentes.

Sr^{as} e Srs. Senadores, todos sabemos que en-
tre os discriminados, as mulheres figuram em grande
escala. E, que entre essas, as mulheres negras são
maioria.

Sabemos também da força que acompanha as
mulheres e toda sua trajetória de conquistas.

O que falar da força de negras como a princesa
Aqualtune, cuja fibra foi passada de geração a geração,
sendo um de seus descendentes o líder Zumbi?

Temos Luiza Mahin que teve papel fundamental
na Revolta dos Malês, na Bahia. Sobre ela, seu filho,
o poeta e abolicionista Luiz Gama, escreveu:

“Sou filho natural de uma negra africana, livre, da
nação Nagô, de nome Luiza Mahin, pagã, que sempre
recusou o batismo e a doutrina cristã.

Minha mãe era baixa, magra, bonita, a cor de um
preto retinto, sem lustro, os dentes eram alvíssimos,

como a neve. Altiva, generosa, sofrida e vingativa. Era
quitandeira e laboriosa”.

Posso citar também Maria Firmina dos Reis. Nas-
cida em 1825 em São Luiz do Maranhão, negra e bas-
tarda, ultrapassou preconceitos.

Foi a primeira romancista brasileira com a obra
Úrsula em que aborda os problemas enfrentados pelos
escravos e pelas mulheres.

Sua persistência a transformou não apenas em
uma escritora, mas também em uma educadora.

Podemos ainda falar de Chiquinha Gonzaga.
Primeira compositora popular brasileira, primeira pia-
nista de choro mulher que desafiou não somente
o preconceito de raça, como também o de gênero e
diversos outros.

Sr. Presidente, cito aqui apenas algumas das mi-
lhares de mulheres negras que, mesmo no anonimato
de suas lutas diárias, contribuíram para que avanços
fossem obtidos.

E, como não poderia deixar de ser, o exemplo
delas deve continuar sendo seguido.

Dados como os do Atlas Racial Brasileiro, di-
vulgado pelo PNUD em 2005 precisam ser alterados.

A pesquisa mostra que, apesar de uma queda
nos números de mortalidade infantil, as taxas entre os
filhos de mulheres negras é 66% acima das registra-
das entre as brancas.

Em termos de emprego, os dados divulgados pela
Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2006,
mostram que a taxa de desemprego para as mulheres
negras passou de 10% em 1992 para 15,8% em 2005,
com crescimento de 58%.

Voltando ao Atlas Racial Brasileiro, o número de
mulheres negras no mercado de trabalho, com oito a
dez anos de estudo, cresceu.

Em 2000 as mulheres negras eram 18,48%
das mulheres economicamente ativas e as brancas
19,21%.

Porém, a proporção de mulheres negras econo-
micamente ativas com ensino superior é muito baixa:
3,06% em 2000.

No mesmo período a taxa registrada para as mu-
lheres brancas foi de 11,42%.

No ano passado o Dieese divulgou um levanta-
mento no qual podemos verificar que o rendimento
entre negros e brancos é muito desigual.

E, entre os negros, os rendimentos das mulheres
ainda são mais baixos.

Em Belo Horizonte, por exemplo, a média de ren-
dimento por hora é de R\$ 3,72 entre as negras e R\$
13,63 entre as mulheres brancas.

O que podemos ver é que a escolaridade tem ligação direta com o nível de emprego e com os valores de salários.

Mas, infelizmente, os negros não têm as mesmas oportunidades de acesso ao ensino. Nas universidades, por exemplo, somos apenas 5%. Isso em um país de maioria negra.

Também não temos as mesmas oportunidades em relação ao mercado de trabalho, nem à saúde, ao lazer, enfim, aos direitos fundamentais estipulados na Constituição.

Como sabemos, essa realidade é fruto da política escravocrata que dominou o país por séculos e séculos.

É fruto de um pensamento enraizado e que coloca os negros à margem da sociedade.

É fruto de uma abolição que costumamos dizer inconclusa. Afinal, a Lei Áurea libertou, mas não deu garantia de direitos.

Como sempre lembramos, aos negros libertos não foram dadas oportunidades de emprego, de adquirir terras ou de estudar.

Neste ano completamos 120 anos dessa abolição inconclusa. É hora de alterarmos isso.

É hora de começarmos a mudar a cultura, a forma de pensar de nosso país e dos brasileiros.

Sr^{as} e Srs. Senadores, recordamos essa parte da história porque é ela que nos faz seguir em frente para alterar a realidade atual.

A memória, as cicatrizes, devem servir para reafirmar nossos conceitos, nossos valores, nosso espírito de luta.

Devem servir para nos lembrar o que não deve ser repetido.

Sabemos que falar da caminhada do nosso povo é dolorido para alguns, mas é preciso ter consciência e acreditar que temos um papel, uma missão a cumprir.

É nossa missão é alterar a realidade das mulheres negras, de seus filhos, de seus descendentes... a nossa realidade!

É alterar o modo de pensar do brasileiro, e também o modo como nós, negros, vemos as coisas.

É termos uma mudança na forma como cada um de nós vê e pensa as coisas.

Nosso papel é lutar pelo reconhecimento de nossas raízes, de nossos costumes.

É lutar pela valorização de nossa cor, de nossos traços. É resgatar a auto-estima da nação negra.

As mulheres negras não devem ser colocadas em papel de divas apenas quando aparecem como passistas no carnaval.

As negras não podem ser maioria entre as domésticas e as que recebem os menores salários.

Queremos ver mais negras e negros nos veículos de comunicação.

Precisamos ter mais negras e negros nas esferas política, privada e pública.

Temos de conquistar os bancos escolares, melhores postos de trabalho, enfim, precisamos igualar os direitos de todos os brasileiros, respeitando as diversidades.

E a força para essas batalhas devem ser retiradas do passado guerreiro, rebelde e altivo de nossas antepassadas.

É por isso que lutamos pela aprovação de políticas afirmativas voltadas para a nação negra.

Defendemos sempre o que chamamos de bom debate. É necessário fazermos um debate qualificado sobre a política de cotas e o Estatuto da Igualdade Racial, por exemplo.

Sabemos que a herança cultural de séculos de escravidão é muito presente em nossa cultura.

Por isso, nosso papel na mudança de pensamento dos brasileiros, brancos e negros, é fundamental.

Precisamos desenvolver debates capazes de fazer pensar sobre como cada um de nós age. Assim conseguiremos alterar as coisas.

Sr. Presidente, é inadmissível que diversas outras matérias, sobre centenas de outros temas, sejam votadas e as relacionadas às políticas afirmativas fiquem paradas por anos e anos.

O estatuto da Igualdade Racial, por exemplo, já tem uma década.

Destacamos que o capítulo V do Estatuto é dedicado a mulher negra. Ele prevê:

“Art. 35. O Poder Público garantirá a plena participação da mulher afro-brasileira como beneficiária deste Estatuto da Igualdade Racial e em particular lhe assegurará:

I – a promoção de pesquisas que tracem o perfil epidemiológico da mulher afro-brasileira a fim de tornar mais eficazes as ações preventivas e curativas;

II – o atendimento em postos de saúde em áreas rurais e quilombolas dotados de aparelhagem para a prevenção do câncer ginecológico e de mama;

III – a atenção às mulheres em situação de violência, garantida a assistência física, psíquica, social e jurídica;

IV – a instituição de política de prevenção e combate ao tráfico de mulheres afro-brasileiras e aos crimes sexuais associados à atividade do turismo;

V – o acesso ao crédito para a pequena produção, nos meios rural e urbano, com ações afirmativas para mulheres afro-brasileiras e indígenas;

VI – a promoção de campanhas de sensibilização contra a marginalização da mulher afro-brasileira no trabalho artístico e cultural.

Art. 36. A Carteira Nacional de Saúde, instituída pela Lei nº 10.516, de 11 de julho de 2002, será emitida pelos hospitais, ambulatórios, centros e postos de saúde da rede pública e deverá possibilitar o registro das principais atividades previstas no Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, especialmente as diretamente relacionadas à saúde da mulher afro-brasileira, conforme regulamento.

Art. 37. O § 3º do art. 1º da Lei nº 10.516, de 11 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º § 3º Será dada especial relevância à prevenção e controle do câncer ginecológico e de mama e às doenças prevalentes na população feminina afro-brasileira.

Art. 38. O § 1º do art. 1º da Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º § 1º Para os efeitos desta lei, entende-se por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no gênero,..... inclusive decorrente de discriminação ou desigualdade racial, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado.”

O Estatuto é uma matéria importantíssima que prevê ainda: o acesso universal e igualitário ao Sistema Único de Saúde; a obrigatoriedade de inserção no currículo do ensino fundamental e médio, público e privado, da disciplina “História Geral da África e do Negro no Brasil; que o Estado e a sociedade garantam a igualdade de oportunidades a todos os cidadãos; o respeito às atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer, adequadas aos interesses dessa parcela da população; a instituição de Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Defesa da Igualdade Racial que deverão formular, coordenar, supervisionar e avaliar a política de combate ao racismo e à discriminação racial; que os remanescentes das comunidades quilombolas terão direito à propriedade definitiva das

terras que ocupavam; que os planos plurianuais e os orçamentos anuais da União prevejam recursos para a implementação de programas de ações afirmativas que tenham o objetivo de promover a igualdade de oportunidades e a inclusão social da população afro-brasileira; que o Poder Público adote formas de assegurar cotas nas universidades públicas e privadas e em concursos; que cada partido ou coligação reserve de 30% a 70% de vagas para candidaturas de negros; que empresas com mais de 20 empregados, tenham em seu quadro, no mínimo, 20% de negros; que empresas de comunicação e o Poder público, assegurem a participação de negros em conformidade com o disposto no projeto; que filmes e programas televisivos apresentem imagens de pessoas afro-descendentes em proporção igual ou maior a 25% do número total de atores; que peças publicitárias de tv e cinema mostrem imagens de pessoas afro-descendentes em proporção não inferior a 40% do número total de atores; que será considerado crime a veiculação via internet de informações ou mensagens que induzam ou incitem a discriminação; a garantia de acesso às vítimas de discriminação racial à Ouvidoria Permanente do Congresso Nacional, à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário; a tramitação preferencial aos processos judiciais movidos por discriminados racialmente; que todos têm o dever de denunciar às autoridades competentes qualquer forma de negligência, discriminação, ou opressão exercida contra os discriminados; o reconhecimento do direito à liberdade de consciência e de crença dos afro-brasileiros e da dignidade dos cultos e religiões de matriz africana praticadas no Brasil; entre outras.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Estatuto da Igualdade Racial só será aprovado se efetivamente houver pressão da sociedade.

Os cidadãos precisam se fazer ouvir. Não dizem que os negros têm belas vozes? Então, vamos unir vozes de brancos e negros e mostrar que isso é verdade.

Assim como em outras matérias, o Senado mostra-se consciente da problemática. Aqui nesta Casa o Estatuto já foi aprovado. Hoje se encontra na Câmara dos Deputados e debates estão sendo feitos em torno dele.

Esperamos que esses debates sejam produtivos para que, em breve, possamos votar a matéria e a ver aprovada.

Existem ainda outras matérias voltadas à população negra e que merecem destaque.

Podemos citar o PL 73/99 que institui o sistema de cotas, de autoria da deputada Nice Lobão.

E também a PEC 2/06 que institui o Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial, de nossa autoria.

Lembramos do projeto que reconhece anistia **post mortem** ao herói negro da Revolta das Chibatas, Almirante João Cândido (PL 7198/02), da então senadora Marina Silva.

Essa matéria foi aprovada no Senado, mas estava parada na Câmara desde 2003.

Porém, recentemente o comandante da Marinha, almirante Júlio Soares de Moura Neto, em visita ao nosso gabinete, informou que a Força vai conceder anistia póstuma a João Cândido.

Temos um avanço e, sem dúvida alguma, o reconhecimento desse herói.

Deixo aqui um trecho da música “O Mestre-Sala dos Mares”, letra de Aldir Blanc e João Bosco:

“...Não esquecemos jamais
Salve o navegante negro
Que tem por monumento
As pedras pisadas do cais...”

Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaríamos de lembrar a todos que durante o mês de maio, mês que marca os 120 Anos da Abolição Não Conclusa,..... a Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado, da qual somos presidente, realizará em todas às quintas feiras, às 9h, debates sobre o preconceito contra o povo negro.

Teremos ainda uma Sessão Especial no dia 13 de maio.

Sr. Presidente, sabemos que há pessoas que não gostam de falar sobre igualdade e políticas afirmativas. Como já dissemos, infelizmente, isso é uma herança.

Há feridas que quando são tocadas doem, e muito. Mas é preciso enfrentar esses momentos para superar a dor e buscar qualidade de vida com igualdade de oportunidades.

Do mesmo jeito que hoje lembramos a história de nossos antepassados, das negras e negros, brancas e brancos, que lutaram por condições melhores para seus descendentes,... nossos descendentes lembrarão as lutas travadas hoje.

As gerações futuras não de contar essa história em versos, prosas, livros, filmes, canções...

Vamos, a cada dia, ampliar o número de pessoas na luta contra a discriminação racial e os preconceitos.

Alguns atos, como esses projetos que apresentamos, podem parecer pequenos, mas com certeza renderão muitos frutos.

Queremos lembrar a todos que precisamos exigir o cumprimento da Lei 10.639/03..... que determina a inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo da Rede de Ensino.

Hoje mais de 80% dos municípios brasileiros descumprem a lei.

Os brasileiros precisam saber a verdade sobre a formação de nossa Nação!

Sr^{as} e Srs. Senadores, é hora de aprofundar a reflexão e o debate.

Somente assim poderemos projetar um futuro onde todos sejam realmente iguais.

Temos esperanças de que um dia as pessoas deixem de julgar as outras pela cor de suas peles, pelos seus cabelos, por suas religiões, sua orientação sexual...

Seria excelente se um dia todos entendessem que a raça é uma só: a humana.

E que nós, humanos, temos sim as nossas especificidades e são elas que nos tornam tão especiais.

E as mulheres têm papel fundamental nessa luta. Afinal, suas ações são exemplos para filhos, netos, maridos, amigos.

Basta olharmos para as mulheres que citamos no início desta fala. Todas, sem exceção, nos servem de espelhos até hoje.

Mulheres têm muita fibra. Há quem diga que são elas que movem o mundo.

Como diz a música “Maria, Maria”:

“(...) Maria, Maria, é o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri quando deve chorar
E não vive, apenas agüenta
Mas é preciso ter força, é preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria, mistura a dor e a alegria
Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania de ter fé na vida”

As mulheres, brancas e negras, possuem a força, a raça, a graça, a gana, sobre a qual a música nos fala. São elas que nos ensinam a ter fé na vida.

Por isso, devem conclamar os ideais e a garra de nossos antepassados e abraçar a luta por mudanças.

Que as mulheres brasileiras nos guiem em nossa cruzada pela liberdade, pela justiça e pela igualdade. Igualdade de direitos e de oportunidades para todos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Gerson Camata, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Parabéns a V. Ex^a. Sua solicitação será atendida de acordo com o Regimento Interno.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gerson Camata, para uma comunicação inadiável.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente Papaléo Paes, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a V. Ex^a que veja – e tenho plena confiança na sensibilidade de V. Ex^a – se estou inscrito. Se não der tempo, inscreva-me para uma comunicação inadiável. Seria possível?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a está inscrito para uma comunicação inadiável.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quero permanecer no coração de V. Ex^a, que é cardiologista.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado. É uma grande honra carregá-lo no meu coração.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dizem que tudo começou nas montanhas da Etiópia, por volta do ano 800, quando um pastor observou que suas cabras ficavam agitadas ao comerem os frutos de um arbusto. O pastor provou a fruta vermelha, que parecia uma cereja, e sentiu muito mais energia e disposição para o trabalho. Não demorou para que a notícia se espalhasse pelo mundo árabe, o primeiro povo a

fazer uso do café e a cultivá-lo comercialmente, por volta do século XV.

Ontem, dia 14 de abril, o mundo comemorou o Dia Internacional do Café. É uma data significativa, merecedora de atenção. O café é, atualmente, a bebida mais consumida do mundo, e o Brasil detém os títulos de maior produtor e de segundo consumidor mundial, atrás apenas dos Estados Unidos.

Inicialmente limitado ao Oriente e consumido como remédio, o café difundiu-se pelo mundo graças aos holandeses e aos franceses, que o plantaram em suas colônias, e aos comerciantes de Veneza, que o introduziram na Europa no século XVII – a época em que passou a ser adotado não como remédio, mas como bebida. Na Itália, o café foi, a princípio, condenado pela Igreja Católica, que proibiu o seu consumo, desconfiada de seus efeitos estimulantes; mas, certo dia, o Papa Clemente VIII experimentou a bebida, gostou e liberou o seu consumo.

Em 1714, o rei Luís XIV, da França, ganhou um pé de café e plantou-o na estufa do Palácio de Versalhes. Cultivado na Ilha de Reunião, no Oceano Índico, chegou a outra possessão francesa, a Guiana, na América do Sul. Aí, surgiu outra história, que pode ou não ser lenda, para explicar a introdução do café no Brasil.

Conta-se que, em 1727, o Sargento-mor português Francisco Mello Palheta foi enviado a Caiena, capital da Guiana Francesa, com a missão de trazer uma muda da planta. Aproximou-se da mulher do governador, fez com que ela se apaixonasse por ele e conseguiu uma muda de café, que trouxe para o Brasil escondida entre plantas ornamentais. Verdade ou não, o fato é que café começou a ser cultivado, naquela época, no Pará.

Depois dessa experiência no Norte, passou pelo Nordeste, até chegar, uns vinte anos depois, ao Rio de Janeiro. As matas da Gávea e da Tijuca viraram grandes cafezais e, de lá, o café se difundiu pelo litoral sul fluminense e chegou a São Paulo. Avançou pelo interior, estendendo-se ao sul de Minas e, algum tempo depois, ao Espírito Santo e ao norte do Paraná.

É indiscutível a importância histórica e econômica do café para o nosso País. Durante muito tempo, ele foi a fonte de quase toda a riqueza produzida no Brasil. No século XIX, o Brasil era responsável por 70% da produção mundial de café.

O dinheiro obtido com a sua exportação fez surgir milionários, os chamados “barões do café”, financiou a industrialização de São Paulo e de todo o Sudeste brasileiro, a construção de estradas de ferro, a modernização das grandes cidades e a criação de

novos municípios. Esse ciclo só seria interrompido pela crise mundial de 1929, que começou com a quebra da bolsa de Nova York.

Mas isso é passado. Hoje, depois de atravessar muitas turbulências, o Brasil recuperou sua posição no **ranking** dos produtores e consumidores, numa época em que, ironicamente, descobrem-se cada vez mais propriedades medicinais do café. Ele, que tantos séculos atrás, era considerado um medicamento, voltou a sê-lo hoje.

Pesquisas já comprovaram que o café aumenta a capacidade de atenção, de concentração e de formação da memória. Com leite, os efeitos são idênticos e o valor nutritivo aumenta, o que torna o café com leite uma opção indicada para crianças e adolescentes, tanto que apresentei, nesta Casa, projeto de lei prevendo a inclusão do café nos cardápios das escolas beneficiadas por recursos federais do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

A cada dia, são descobertos novos benefícios do café. Pesquisadores já vincularam seu consumo à prevenção de alguns tipos de cânceres e do Mal de Alzheimer, entre outras doenças, além de terem demonstrado que ele é um poderoso agente antioxidante, agindo contra o envelhecimento celular.

O Brasil é responsável por 30% do mercado mundial – conforme eu disse. No ano passado, produzimos 33 milhões e 500 mil sacas, 17 milhões destinadas ao consumo interno. A previsão é de que, este ano, o Brasil consuma 18 milhões de sacas.

O tempo dos barões do café acabou. Hoje, essa safra gigantesca é produto do trabalho de pequenos e médios produtores, que representam 90% do total de cafeicultores no Brasil. No Espírito Santo, a cafeicultura está presente em quase 78% das propriedades rurais e ocupa, direta ou indiretamente, mais de 450 mil pessoas.

É bom notar que o Espírito Santo, com seu território pequeno (apenas 45.000km²), é o segundo maior produtor de café, depois de Minas Gerais, seguido de São Paulo e Paraná.

O território capixaba é o cenário de ambicioso projeto de renovação nos métodos de cultivo de café em todo o mundo. Técnicas avançadas de desenvolvimento de variedades resistentes e de melhor qualidade tornaram o Espírito Santo responsável por 70% da produção nacional da variedade de café chamada robusta, também conhecida como Conilon, além de expressivo produtor de café Arábica de ótima qualidade. A agregação de valor ao produto permite a conquista do mercado internacional. Hoje em dia, vendemos para compradores de cafés de alta qualidade nos países europeus, asiáticos e muito para os Estados Unidos.

Tivemos, portanto, muito a comemorar no Dia Internacional do Café. A lamentar, a ausência de um italiano a quem a indústria mundial do café, especialmente o Brasil, muito devem: o Sr. Ernesto Illy, que nos deixou no início de fevereiro, um dos responsáveis pelo aprimoramento da qualidade do café brasileiro. Sua empresa, sediada em Trieste, é a mais famosa do mundo entre as produtoras de cafés especiais, e com justa razão. No Dia Internacional do Café, Ernesto Illy, um obcecado pela qualidade e que tanto incentivou os produtores, merece a nossa homenagem.

Sr. Presidente, é interessante que, nos Estados Unidos e na Itália, por exemplo, a Illy Café distribuiu, durante o dia de ontem, além de bandeirolas e tal, receitas de como fazer um bom café e folhetos explicando as qualidades medicinais do café. Nos estados Unidos, a Starbucks, uma das maiores distribuidoras de café de qualidade, fez a mesma coisa: receitas de como se fazer um bom café e as qualidades do café. E, no Brasil, que é o maior produtor mundial, não fizemos absolutamente nada. No próximo ano, Sr. Presidente, vamos cuidar para que exportadores, produtores e torrefadores brasileiros, bem como o próprio Governo – por que não? –, aproveitem o Dia Internacional do Café para mostrar as qualidades e as virtudes do café.

Sr. Presidente, para encerrar, gostaria de dizer que, quando o primeiro ecologista do Brasil, Augusto Ruschi, capixaba e grande ecólogo, foi fazer uma exposição na Assembléia Legislativa do Espírito Santo, eu era deputado. Ele entrou em conflito com a Assembléia, e os Deputados disseram que ninguém faria perguntas a ele, que falaria e iria embora, sem que ninguém notasse sua presença. Mas eu, muito amigo e fã de Augusto Ruschi, resolvi fazer uma pergunta. Quando ele terminou a exposição, eu perguntei: “Dr. Augusto Ruschi, é verdade que o café estimula a inteligência?”. Ele respondeu: “É; e os Deputados precisam tomar muito café”. Fez, assim, uma crítica indireta a todos nós.

Muito obrigado, e que nós nos preparemos para fazer um Dia Internacional do Café melhor, no próximo ano.

Obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Gerson Camata.

Convido V. Ex^a para assumir a Presidência.

O Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gerson Camata, 2º Secretário.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, o Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever pela Liderança do meu partido, a Liderança do PR.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a está inscrito. Aguardo a comunicação oficial da Liderança.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Já está vindo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Eu gostaria de verificar quantos inscritos há na minha frente, porque ainda vou retornar à Comissão, à CI.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O próximo inscrito como orador é o Senador Papaléo Paes. V. Ex^a poderá falar depois do Senador Mão Santa, possivelmente antes da visita da Presidente da Índia. Depois das 15 horas. Pois, certamente, estará presente aqui...

O Senador Geraldo Mesquita é o próximo. Está inscrito em primeiro lugar.

Desculpe-me, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas para cumprimentar V. Ex^a pela beleza de pronunciamento que fez, sobre o café. Outro dia, estive, com Heráclito e a Comissão de Relações Exteriores, na Jamaica. Mas eu quero me somar ao belo pronunciamento de V. Ex^a. Há uma pesquisa do Professor Houssay, sobre fisiologia da mente, muito simples, porque o americano é objetivo. Eles pegaram estudantes e, de manhã cedo, davam café para uma turma e, para a outra, não davam. No fim do ano, o aprendizado, a inteligência emocional foi muito maior por parte daqueles que tomavam café pela manhã, antes da aula.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Só a exposição de V. Ex^a valeu mais que meu discurso para promover o café brasileiro.

O Senador Geraldo Mesquita é o próximo orador inscrito. A seguir, o Senador Papaléo Paes.

Por permuta com o Senador Geraldo Mesquita, falará o Senador Papaléo Paes, pelo tempo regimental de dez minutos.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço

ao Senador Geraldo Mesquita Júnior e cumprimento as Sr^{as} e os Srs. Senadores.

Sr. Presidente, encerrou-se na sexta-feira, dia 11 de abril, a 46^a Assembléia Geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, realizada na acolhedora cidade paulista de Indaiatuba.

Mais uma vez, a CNBB reuniu bispos, cardeais, arcebispos, clérigos em geral, administradores diocesanos, assessores da entidade e convidados especiais para que, juntos, discutissem alguns dos principais problemas que afligem atualmente a sociedade brasileira.

A celebração de abertura da 46^a Assembléia Geral, ocorrida no dia 2 de abril, contou com a participação de centenas de membros da classe eclesial e foi conduzida por Dom Geraldo Lyrio Rocha, presidente da CNBB.

O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, como fez em anos anteriores, enviou mensagem ao Presidente da CNBB, na qual exaltou os feitos da entidade e elogiou o caráter concreto, humanitário e cidadão que sempre caracterizou as iniciativas da CNBB ao longo de seus 56 anos de existência.

Sr. Presidente, durante os trabalhos da 46^a Assembléia, os participantes do evento tiveram a oportunidade de refletir sobre uma série de temas da maior relevância para o País.

Embora o objetivo central do encontro fosse discutir e aprovar as novas “Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja do Brasil”, a CNBB, como seria de se esperar, não abriu mão de refletir sobre uma ampla gama de assuntos, posicionando-se de maneira clara, firme e muitas vezes corajosa em relação a diversas questões no campo da ética, da religiosidade, da ecologia e da política.

Assim, ao longo da Assembléia, foram discutidos temas como o combate à hipertensão, a liturgia, a Pastoral Afro-Brasileira, a situação dos povos indígenas de Roraima, o aquecimento global e – temas especialmente importantes para nós, parlamentares – as eleições e a corrupção.

Dessas discussões, nasceram artigos marcando a posição da CNBB sobre os assuntos debatidos. São exemplos a nota de apoio aos povos indígenas da terra Raposa Serra do Sol, a nota sobre as eleições e a corrupção e o anúncio de um novo projeto de lei de iniciativa popular para impedir a candidatura de pessoas com antecedentes criminais e de políticos que renunciarem aos mandatos para escapar das punições legais.

Sem prejuízo da grandeza dos demais assuntos tratados na 46^a Assembléia Geral, eu gostaria, nesta oportunidade, de me estender um pouco mais sobre as

discussões travadas pela CNBB sobre as eleições e a corrupção, haja vista serem assuntos que se relacionam diretamente à vida política do País e que, portanto, são de interesse deste Congresso Nacional.

Na manhã do dia 9 de abril, Sr. Presidente, os bispos aprovaram a nota intitulada *Declaração sobre as Eleições Municipais*, na qual lançaram a posição da CNBB sobre o pleito de outubro próximo.

No documento, a CNBB faz um apelo pela ética, não apenas nas eleições, mas em todas as atividades da política. Não obstante, a entidade vê nas eleições um amplo campo de atuação para os cidadãos e as comunidades eclesiais. Cito um trecho da declaração:

A tradição da Doutrina Social da Igreja considera a participação na política uma forma elevada de exercício da caridade – uma maneira exigente de viver o compromisso cristão a serviço do próximo.

Em seguida, a Declaração lamenta e condena a “cultura da corrupção” que marca a história da política brasileira. Cito outro trecho marcante do documento:

A corrupção pessoal e estrutural convive com o atual sistema político brasileiro e vem associada à estrutura econômica que acentua e legitima as desigualdades.

É uma afirmação forte, corajosa e, sobretudo, necessária.

Digo isso, Sr. Presidente, com muita convicção.

Colocada assim, de forma tão direta, num documento que transmite a opinião de um colegiado representativo como a CNBB, sentimos que ela corresponde não apenas ao posicionamento da entidade, mas, antes, reflete o sentimento da maioria do povo brasileiro.

Adiante no documento, os bispos manifestam seu apoio à aplicação da Lei nº 9.840, de 1999, que coíbe os crimes de compras de votos e de uso da máquina administrativa, que já ocasionaram a cassação de cerca de 600 pessoas. Lembremos que a iniciativa do projeto que resultou na Lei nº 9.840 surgiu do seio da própria CNBB, mais especificamente em fevereiro de 1997, com o lançamento do projeto “Combatendo a Corrupção Eleitoral” – que, por sua vez, dava continuidade aos trabalhos da Campanha da Fraternidade de 1996, cujo tema havia sido “Fraternidade e Política”.

O documento registra, ainda, o apoio da CNBB a um novo projeto de lei de iniciativa popular, lançado na mesma data, no âmbito da própria 46ª Assembléia Nacional, pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE). Esse movimento reúne, além da própria CNBB, entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Impren-

sa e a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), num total de 33 entidades somente em seu Comitê Nacional.

Esse novo projeto – cuja meta é reunir 1,2 milhão de assinaturas – busca impedir a candidatura de pessoas envolvidas em atividades criminosas, ainda que não haja sentença definitiva, além de proibir a candidatura daqueles que renunciaram aos respectivos mandatos para escapar de punições legais.

A Declaração se encerra com o convite à comunidade para realizar debates sobre os programas dos partidos e sobre os perfis dos candidatos, candidatos esses que, para a CNBB, devem apresentar as qualidades imprescindíveis da honestidade, da competência, da transparência e da vontade de servir ao bem comum, comprovada por seu histórico de vida.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a proximidade das eleições municipais, o iminente envolvimento de toda a classe política no pleito de outubro e a crise de credibilidade que atravessa a política brasileira fazem com que as palavras contidas na declaração da CNBB sejam extremamente pertinentes ao momento que vivemos.

Mais uma vez, a CNBB se posiciona de forma contundente e destemida diante de um mal – a corrupção eleitoral – que, há tempos, corrói as bases de nosso sistema político.

O que a CNBB propõe, portanto, é que ataquemos a raiz do problema, minando suas bases, para que, pouco a pouco, purifiquemos nosso sistema político e façamos valer os valores da ética, da honestidade e da transparência.

Diante disso, não há outra atitude a ser tomada por nós, cidadãos de bem do Brasil, além do total e irrestrito apoio a mais esse legítimo pleito da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e das entidades que compõem o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.

Agradeço, Sr. Presidente, a sua tolerância. Essas são as minhas palavras referentes à 46ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que trouxe um resultado extremamente produtivo e esperançoso ao povo brasileiro e que está relacionado às questões políticas que envolvem os maus políticos.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Gerson Camata, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 11 de março deste ano, os juristas Miguel Reale Júnior e René Ariel Dotti publicaram artigo no jornal **Folha de S. Paulo** sobre toda a polêmica recente envolvendo a Lei de Imprensa no Brasil.

Antes de entrar no mérito do artigo, é preciso afirmar, desde já, que o texto, escrito por dois dos mais eminentes pensadores do Direito deste País, já se tornou uma das principais referências nos debates sobre o tema, tendo sido citado em vários outros textos sobre a questão da Lei de Imprensa. Alberto Dines, por exemplo, um dos jornalistas mais experientes do País, chamou o artigo de Dotti e de Reale Júnior de “corajoso – porém solitário”. Dines fez essa observação em seu *site*, *Observatório da Imprensa*, uma semana após a publicação do artigo dos juristas na *Folha*, e ainda não tinha, portanto, a dimensão nada solitária que ele viria a ter nos dias seguintes, quando foi republicado e debatido em diversos outros veículos de comunicação, sobretudo na Internet.

A tese de Reale Júnior e de Dotti, no artigo que se intitula “Um estatuto da liberdade de imprensa”, é a de que uma lei que trate especificamente da imprensa é benéfica e necessária. Deixar, por exemplo, os crimes cometidos por meio da imprensa serem tratados pelo Código Penal seria um erro, pois as particularidades envolvidas no universo dos meios de comunicação, que são fundamentais em certos tipos de situação, estariam sendo ignoradas.

Somente uma lei específica, segundo os autores, seria capaz de tratar de temas como, por exemplo, a responsabilidade civil e penal dos crimes cometidos por meio da imprensa; o exercício dos direitos de resposta e retificação com aspectos peculiares; os direitos, as garantias e os deveres inerentes à fundação, à administração e ao funcionamento das empresas de jornalismo e de radiodifusão; as concessões, as permissões e as autorizações para os serviços de radiodifusão de som e imagem, além dos casos de suspensão e de cancelamento; a aplicação efetiva das determinações da Constituição Federal sobre a produção e a programação das emissoras de rádio e de televisão, entre outros temas que somente uma lei específica teria capacidade de disciplinar.

Os dois juristas discutem ainda, no artigo referido, outros temas não menos importantes. A Lei de Imprensa, por exemplo, leva em consideração a figura do interesse público, fundamental na questão da liberdade de imprensa, mas inadmissível para o crime comum. Da mesma forma, a peculiaridade de certos

crimes cometidos por intermédio da imprensa, como a injúria, a calúnia e a difamação, são tratados de maneira diversa no âmbito da imprensa. Isso se justifica pelo fato de que um ataque à honra de alguém, lançado pela TV ou pelo rádio, tem alcance muito maior do que se o mesmo ataque fosse desferido em uma sala ou por carta.

Sr. Presidente, a discussão sobre a necessidade ou não de uma Lei de Imprensa é mais importante do que pode parecer a muita gente. Liberdade de imprensa e democracia são dois conceitos que, no mundo moderno, são profunda e intimamente relacionados. E as condições para que haja uma imprensa efetivamente livre requerem, do Estado, a confecção de regras específicas para as diversas peculiaridades envolvidas no universo dos meios de comunicação.

Tanto é assim que, na grande maioria dos países, normas específicas são destinadas a tratar dos crimes cometidos por meio da imprensa. É assim na Espanha, em Portugal, na Itália, na França. Há leis tão antigas como a francesa, surgida em 1881, e, evidentemente, alterada ao longo dos anos; há leis mais modernas, como a portuguesa, de 2007, que alterou o Estatuto do Jornalista de Portugal, de 1999. Na Itália, a primeira lei é de 1948. Nos Estados Unidos, uma série de instâncias regulatórias analisa e julga os casos envolvendo jornalistas e veículos de comunicação.

A idéia, Sr. Presidente, é a de que o Brasil não possui nenhuma particularidade que nos diferencie das demais democracias modernas, no sentido de nos eximir de contar com uma legislação específica para a imprensa. A retirada da Lei de Imprensa de nosso universo jurídico seria um grave erro, pois o Código Penal brasileiro, por melhor que seja, não está equipado para tratar das complexas questões colocadas pelos crimes cometidos por meio da imprensa. Como afirmou René Ariel Dotti, “não se pode pretender que o universo da informação jornalística fique limitado ao campo do Código Penal, pois a liberdade de crítica será prejudicada”.

É com grande atenção, portanto, que acompanhamos, no Supremo Tribunal Federal, a tramitação da ação movida pelo Deputado Miro Teixeira. A decisão preliminar de suspender vinte artigos da atual Lei de Imprensa mostra que os Ministros do Supremo Tribunal Federal não se furarão a usar os instrumentos de que dispõem para buscar corrigir os aspectos da lei que, em seu julgamento, não mais refletem o estágio atual das relações entre sociedade e imprensa em nosso País.

Sou o primeiro a admitir, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a Lei de Imprensa brasileira contém dispositivos que refletem a postura que o governo militar tinha pe-

rante os meios de comunicação, mas a pura e simples extinção dessa Lei, sem sua substituição por uma norma alternativa, não resolverá o problema.

Precisamos – isso, sim – de uma norma mais condizente com a maturidade alcançada por nossa democracia. Precisamos de uma Lei de Imprensa que reflita nosso compromisso com a liberdade de expressão, salvaguardada pela Constituição Federal, e que, ao mesmo tempo, também estabeleça as responsabilidades decorrentes da atividade jornalística, as punições para os casos de abuso, entre outras questões.

Não seria má idéia, também, dispormos de uma instância que, no âmbito do poder público, tivesse a atribuição de concentrar os esforços de reflexão a respeito dos meios de comunicação no País. No meu entendimento, o Conselho de Comunicação Social (CCS), como sugerido por Alberto Dines, teria plenas condições de cumprir esse papel. Criado para funcionar como órgão auxiliar do Poder Legislativo, o CCS anda esquecido, não se reúne, mesmo porque, neste ano, seus membros não foram sequer indicados. Acredito que, se perseverarmos nessa atitude, estaremos perdendo a oportunidade de contar com um espaço qualificadíssimo de debate, no qual, tenho certeza, questões da maior relevância seriam colocadas em discussão. Não será fugindo ao enfrentamento dessas questões, muitas delas delicadas, que aperfeiçoaremos a atuação da mídia e as relações entre imprensa, Estado e sociedade civil neste País.

Portanto, Sr. Presidente, apelo às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que incluam esses temas em suas reflexões. As discussões já foram retomadas na Câmara dos Deputados, e logo, tenho certeza, o debate chegará ao Senado. Tenhamos em mente, acima de tudo, a importância fundamental que uma lei específica para a imprensa tem em praticamente todas as democracias do mundo.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Geraldo Mesquita.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, sem prejuízo da ordem das inscrições.

Em seguida, fará uso da palavra, como Senador inscrito para uma comunicação inadiável, o Senador Mão Santa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) amanhã. Sempre que o Copom se reúne as preocupações ressurgem no empresariado nacional. Portanto, cautela e equilíbrio deveriam ser as palavras de ordem da reunião do Conselho prevista para amanhã. Tratará da taxa anual de juros que vigorará na economia pelos próximos 45 dias.

O Brasil deve priorizar o investimento acima de tudo e procurar com urgência urgentíssima estabelecer um padrão de eficiência dos gastos públicos. Essas duas prioridades são antídotos naturais para combater os riscos inflacionários. E nós temos que, lastimavelmente, declarar que o Governo brasileiro não vai bem nesses dois itens. Os investimentos públicos são insuficientes, não atendem às exigências do País e, lamentavelmente, não há nenhum controle para os gastos públicos, não há nenhum programa de controle dos gastos públicos que, de forma até avassaladora, crescem ano a ano durante os dois mandatos do Presidente Lula.

Os especialistas em economia são unânimes em afirmar que o aumento da taxa básica de juros da economia, embora possa ser um instrumento válido, não constitui a única opção para prevenir a volta da inflação, sem falar que aumentar juros é um remédio amargo de efeitos colaterais imprevisíveis. Todos reconhecem, e podemos nos reportar a passado recente, que elevar juros reflete em toda a economia e atinge em cheio as contas públicas.

Algumas medidas alternativas são ventiladas por especialistas e representantes do setor produtivo: uma desoneração mais agressiva na tributação sobre investimentos, objetivando estimular a ampliação da capacidade instalada. Seria imprescindível uma melhoria na eficiência dos gastos do Poder Público. Estamos falando de um novo marco: um novo modelo de gestão que se caracterize pela transparência e permita estabelecer metas de desempenho, diminuindo os gastos, eliminando as superposições de ações, os paralelismos, oferecendo resultados concretos à sociedade. Parece-me que, nesse aspecto também, o atual Governo deixa muito a desejar.

Não há transparência – e eu não quero nem mesmo me referir a gastos sigilosos efetuados na clandestinidade, especialmente nos órgãos ligados à Presidência da República com cartões corporativos ou contas tipo B. Não me refiro apenas a isso; faço referência a gastos de modo geral, especialmente despesas correntes que são crescentes no atual Governo e, evidentemente, a gastos com obras. O Governo não adotou nenhuma

medida rigorosa para conter o processo de corrupção na execução de obras públicas pelo Governo Federal. O Tribunal de Contas da União realiza o esforço possível e chega a apresentar relatórios que, com veemência, apontam irregularidades que deveriam estar sendo combatidas pelo Poder Executivo.

Não faz muito tempo, o Tribunal demonstrou que, em 223 obras realizadas sob esta marca, sob esta sigla PAC, apenas 52 ou 53 delas se apresentavam com preços corretos; as demais eram obras superfaturadas. Algumas com irregularidades gravíssimas, que exigiam providências imediatas, inclusive com a recomendação de que recursos não fossem repassados.

Portanto, o Governo não faz essa lição de casa, não propõe transparência nos gastos e, por isso, eles ocorrem de forma irresponsável, com desperdício, carimbando o Governo de perdulário. E, de outro lado, a corrupção continua campeando solta. Como eu disse ontem, há uma passividade em relação a ela. Fica a idéia de que quem governa assimilou a corrupção como algo inevitável; é preciso conviver com ela. Essa é a postura dos atuais governantes do País.

Mas, Sr. Presidente, não é preciso ser economista para constatar que a manutenção da taxa de juros num patamar estratosférico já causou estragos consideráveis tanto à sociedade brasileira como ao nosso setor produtivo.

Não podemos deixar de ressaltar que a Selic, no patamar atual de 11,25% ao ano, constitui uma anomalia, principalmente se observarmos a onda crescente no sentido de reduzir juro existente nas economias mundiais. Para crescer, todos baixam os juros e, até por isso, não só por isso, mas inclusive por isso, todos crescem mais do que o Brasil.

A matriz produtiva brasileira está enferma, possui deficiências estruturais muito graves: juros elevadíssimos, estratosféricos, como disse, carga tributária asfixiante, custos trabalhistas exagerados, leis antiquadas que paralisam e obstruem as relações fiscais e de trabalho, para citar apenas algumas das deformidades.

É sensato mobilizar esforços para manter um severo controle da inflação. Todavia, é saudável eger outros instrumentos de política econômica para manter a inflação sob controle.

Creio que é falta de criatividade o Governo, em toda oportunidade que há indícios de retorno da inflação, acenar com o aumento das taxas de juros como única alternativa de combatê-la.

Ninguém vai discordar que estimular o investimento e ampliar a capacidade instalada, conjugado ao esforço de melhoria dos gastos públicos, é um caminho que conduz à manutenção da taxa de juros num

patamar aceitável. Sr. Presidente, vamos acompanhar, portanto, a reunião de amanhã do Copom.

Gostaria, nos minutos que me restam, de fazer referência a outra questão também, porque estamos acostumados a analisar o mal depois que ele vem à luz. Não temos tido, no Brasil, a capacidade de prever os males que ocorrem na administração pública até como repetição. Então, é sempre bom alertar o Governo para os seus eventuais descuidos.

Há uma epidemia de dengue no País. É claro que houve falha em várias frentes. Fica fácil apontar as falhas depois que elas ocorreram: vigilância epidemiológica, ações de combate aos focos do mosquito transmissor, sem falar nas deficiências tocantes às campanhas informativas à população e ao tratamento adequado dos doentes.

Ocorre, Senador Geraldo Mesquita Júnior, que o gasto real no combate à dengue, em 2007, foi pífio. O Ministério da Saúde só aplicou um terço dos recursos disponíveis para combater a epidemia. No ano passado, dos R\$37,4 milhões gastos com o combate à dengue, R\$10,5 milhões serviram para quitar débitos de exercícios passados. Portanto, apenas R\$26 milhões foram, de fato, aplicados no controle da transmissão da doença em todo o País.

A falta de recursos orçamentários destinados ao combate das doenças epidemiológicas é preocupante. Agora, estou falando já para o ano de 2008, com antecedência. Dos R\$18 milhões previstos originalmente no Orçamento de 2008, R\$4 milhões já foram cortados pelo Governo. Nós estamos no mês de abril, com uma epidemia de dengue grassando pelo País, e o Governo corta exatamente aí. O Governo cortou já R\$4 milhões dos R\$18 milhões previstos. Portanto, são R\$14 milhões a serem utilizados em 2008. São insuficientes.

Olha, Sr. Presidente, é possível que a população do Rio de Janeiro esteja definindo os governos como criminosos. O Presidente Lula transfere a responsabilidade, como sempre, ao Município, mas o Governo Federal só aplicou 31% do que estava provisionado no Orçamento da União para a prevenção desse mal. O Governo Federal, portanto, é responsável.

Eu não quero usar esta expressão que radicaliza: "governo criminoso". Isso fica bem para as manifestações populares em cartazes que constantemente carregam pelas ruas em demonstração de protesto, reflexo da indignação popular. Creio que aqui não cabe essa expressão. Mas eu sou obrigado a afirmar que o Governo é relapso, que o Governo é irresponsável, que o Governo é incapaz, que o Governo é, portanto, culpado, sim.

O Governo Federal é culpado por essa epidemia de dengue que atingiu o Rio de Janeiro e outras localidades do País e quer reincidir na culpa, porque corta os recursos destinados, no Orçamento de 2008, ao combate a essas doenças epidemiológicas. Isso preocupa, Sr. Presidente.

Claro, Senador Mão Santa, Senador José Agripino, que todos nós, na Oposição, temos o dever de criticar o Governo. Quando os erros do Governo aparecem, não há como não criticá-lo, mas nós temos também o dever de preveni-lo, e é o que estamos fazendo neste exato momento.

Não cabe cortes neste Orçamento. Nesse item do Orçamento não se admitem cortes. O Governo está cortando. Dezoito milhões é pouco, e o Governo corta quatro. O Governo, diante da epidemia que se abateu sobre o País, deveria aumentar os recursos, suplementar esses recursos, e não cortá-los.

Fica feita a advertência, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Palácio Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias. Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

Em seguida, falará o nobre Líder José Agripino.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Geraldo Mesquita, que preside esta sessão; Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado, boa tarde.

Senador Alvaro Dias, V. Ex^a é um parlamentar muito brilhante. Ontem mesmo, lá pela madrugada, eu estava vendo uma reprise – trabalho eficiente da comunicação do Senado – na qual V. Ex^a advertia este País com relação à corrupção. Estamos banalizando a corrupção.

E eu me lembrava do nosso Ulysses, que está encantado no fundo do mar. Em um dos seus pronunciamentos, Geraldo Mesquita, ele dizia que a corrupção é o cupim que corrói a democracia. Nunca dantes eu vi tanto cupim aqui! E V. Ex^a denuncia. E V. Ex^a, com a sua competência, Senador Alvaro Dias, denuncia. É por isso que querem lhe explodir. O que é que você tem com o negócio? Nunca passou no Alvorada, nunca foi no Planalto, não tem nada com negócio de dossiê.

Outro dia, eu falei das belas galinhas que cacarejavam, e com muito respeito a elas, porque elas cacarejam e põem o ovo, fazem obra que se vê. Quase o mundo se acaba! Meu companheiro Alvaro Dias, que absurdo! Ô, Zé Agripino, que indecência, que indigni-

dade, que imoralidade! E querem envolver a Polícia Federal!

Essa Polícia Federal não tem nada que ver com esse Governo corrupto. Ô, Zé Agripino, em 1972 nós ganhávamos em Parnaíba – Elias Ximenes do Prado, eu liderando. A ditadura. Eu sofri milhões de acusações, Zé Agripino: de que era subversivo; de que tinha um amigo, de quem eu era compadre, que tinha entrado em tráfico de drogas. A Polícia Federal nunca deixou mexerem no meu nome, Geraldo. Eu me lembro que eu ia saindo lá do INPS, Geraldo Mesquita, aí um delegado dessa Polícia Federal, contra a ditadura – não tem nada a ver com esses aloprados a Polícia Federal –, puxa a carteira, se identifica e diz: “Olha, tem acusações de que você é subversivo”. Em 1972!

É que tínhamos ganhado a eleição da ditadura. Aí, sabem o que ele disse? “Mas, eu já andei por essa cidade: você é um dos melhores cidadãos daqui. Não quero nem lhe constranger. Estou na capitania dos portos...”. Mas para lá era mais difícil, ele tinha era uma missão: “Estou levando os contrabandistas de café. Não quero nem que você vá lá”. Fez um depoimento ali.

Então, essa Polícia Federal sempre existiu e foi muito digna. Não tem nada a ver com essa história. Romeu Tuma é um ícone – muitos antes –, era a estrela, o xerife da Polícia Federal. É uma instituição que temos que preservar.

Senador Alvaro Dias, há pouco eu estava atentamente ouvindo V. Ex^a. Osmar Dias, eu estava ouvindo o seu irmão – Alvaro Dias é o mais velho, não é? Ele teve coragem, e é por isso que querem acusá-lo. Querem envolvê-lo com esse dossiê, mas ele nunca entrou no Planalto, nunca entrou no Alvorada. Mas ele dizia: “O culpado é o Presidente”. E é. Isso existe, é exigência da Administração, isso é velho, quem estuda sabe. Henri Fayol: unidade de comando e unidade de direção. Nós só temos um Presidente, um comandante.

A dengue. É o povo, que paga imposto, o culpado pela dengue? A corrupção, os aloprados, o cartão corporativo, o dossiê, tudo isso é culpa do povo? Não. Unidade de comando e de direção. Esses são os princípios básicos da Administração. Só tem um comandante, uma direção, é o presidente sim: nós vivemos num regime presidencialista.

Na Itália, ontem, elegeram um Primeiro-Ministro. É diferente. Aqui a unidade de comando e a unidade de direção são do Presidente da República. Ele é que está ciente e deve aplicar os princípios gerais de Administração: planejar, designar, orientar, coordenar e fazer o controle, fazer o controle dessas coisas que estão aí.

Eu queria fazer um apelo ao Presidente da República em 1994, eu votei no nosso Presidente Luiz Inácio.

Ontem o Piauí apareceu, José Agripino, no *Jornal Nacional*, mas só suas mazelas. Quer dizer, eles mentem e mentem. Eu tinha lido, na semana anterior, um discurso do Deputado Estadual Roncalli Paulo – ele é até do PSDB –, um discurso bem feito, mostrando que, além das dificuldades que nós temos com essas enchentes, o agricultor enfrenta problemas.

O Piauí tem onze milhões de hectares de cerrado – é a última fronteira agrícola –, três milhões ao lado do rio Parnaíba.

Muitos sulistas – do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná –, seguindo a tradição de seus avós europeus, vocação agrícola, saíram de lá e foram para o Piauí, onde a terra é mais barata. Em um dia só, Senador João Durval – nós estávamos com saudades suas, muitas saudades –, instalaram-se no Piauí trezentas famílias gaúchas. Para vocês verem! E esse povo foi para trabalhar, mas agora está decepcionado porque não tem estrada. E eles denunciam, colocam as máquinas deles. A Bunge, que eu levei, está lá produzindo os derivados da soja. Acontece que não há estradas. E o Deputado Estadual reclamava disso – eu li aqui, e ontem saiu no *Jornal Nacional*. Tem gente ganhando a vida lá... Os tratores rebocando as carretas atoladas... Eles trabalharam para produzir soja. Era R\$50 a saca, mas, como não tem armazenamento, está sendo vendida por R\$30. Então o homem do campo cada vez fica mais pobre. Essa é a realidade.

Mas nós estamos aqui porque só vemos cacarejar de obra. Eu vim advertir o Presidente da República, Antonio Carlos Valadares. Um general mexicano, no palácio do México, teria escrito assim, João Durval: “Eu prefiro o adversário que me leve a verdade do que um aliado, um puxa-saco, que me leva a mentira e me engana” – o próprio Presidente Luiz Inácio reconheceu e os batizou de aloprados.

Mas vim fazer uma advertência. O Presidente Sarney tinha visão! Quando Presidente, viajou para a China e viu que aquele país estava se desenvolvendo, que ali estava nascendo o desenvolvimento.

Senador José Agripino, V. Ex^a, que é uma das maiores inteligências deste País, não apenas do Congresso, mas de todo o País, sabe que há um livro, **O Mundo é Plano**, do Professor Friedman, que trata da globalização e do desenvolvimento da China e da Índia. E V. Ex^a entende muito bem disso!

O Presidente Sarney viu que estavam começando com umas ZPEs na China.

Olhem o que é o Brasil e o que é este Governo! O Governo tem que dar continuidade às coisas. Este País

tem 508 anos, teve extraordinários governantes desde a época das capitânias hereditárias, dos governadores-gerais, dos reis, da Princesa, de D. Pedro II.

O Presidente Sarney, no dia 22 de dezembro de 1988, baixou o Decreto nº 97.406 e criou as ZPEs.

A ZPE caracteriza-se como uma área de livre comércio especialmente delimitada, destinada à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados exclusivamente no exterior. As empresas ali instaladas gozarão de um regime aduaneiro e cambial especial.

Os projetos de criação de ZPE nos Estados e os de instalação de empresas industriais são aprovados pelo Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação – CZPE, órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O Estado, ou município, interessado na instalação de uma ZPE deverá encaminhar projeto de instalação ao Conselho Nacional das ZPEs.

Cabe ao Estado constituir empresa com finalidade exclusiva de administrar a ZPE e providenciar o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório sobre o Impacto ao Meio Ambiente – EIA/RIMA, além de solicitar à Secretaria da Receita Federal o alfandegamento da área.

Conclusão: das vinte, só uma fez a infra-estrutura, e é lá do Piauí, Parnaíba.

Este Governo fez a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, dando um ano para se instalarem sob pena de perder os benefícios criados há vinte anos. Quer dizer, como a lei é de 20 de julho de 2007, está para se completar um ano, e vão perder.

Cacarejam aí as galinhas, mas está tudo parado, vai abortar. Está aqui o decreto dele, viu José Agripino? Foi assinado no dia 20 de julho de 2007. Em 20 de julho de 2008, já era. Só cacarejamento, propaganda, mentira! E faltam poucos dias, pouco mais de 120 dias. Não fizeram nada, só propaganda! Da minha cidade, Parnaíba... Eu coloquei, José Agripino, todas as minhas emendas, R\$ 17 milhões, para viabilizar o porto iniciado por Epitácio Pessoa.

Fizemos um documento e encaminhamos ao responsável, e ele responde o seguinte – é o Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Ivan Ramalho.

Ele diz que o governo municipal da cidade, que é do PT/PTB, e o do Estado não tomaram nenhuma providência. Ele é que diz.

Considerações finais constantes do documento enviado pelo Ministro. Vou resumir só o final do que ele diz:

A zona de processamento de exportação de Parnaíba foi criada pelo Decreto Presidencial nº 97.406, de 22 de dezembro 1988, após

parecer do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação – CZPE, constante do processo nº 004/88, que estabeleceu a sua área em 270,20 hectares, definiu seus limites territoriais e sua localização ao lado da BR-343.

Notamos, na justificativa do requerimento do nobre Senador Mão Santa, a preocupação de se manter a ZPE de Parnaíba no seu próprio local. Até o presente momento não existe no âmbito deste Ministério qualquer pedido de sua realocação. A nova legislação de regência da matéria estabelece que o ato de criação de ZPE já autorizada até 13 de outubro de 1994 caducará se no prazo de 12 (doze) meses [doze meses se completam em 20/7/2008], contado da publicação desta Lei, a administradora da ZPE não tiver iniciado, efetivamente, as obras de implantação (Lei 11.508/2007).

A análise dos atos necessários à implantação e comprovação do atendimento dos preceitos definidos pela Lei 11.508/07 dependerá da edição de decreto presidencial regulamentador, votação final da medida provisória nº 418, edição de decreto presidencial de recomposição do CZPE e da estruturação de sua secretaria executiva.

ARTHUR PIMENTEL

Diretor do Departamento de Operações de Comércio Exterior

Fizeram um cacarejamento louco! ZPE... Fizeram um cacarejamento para dizer que tinha aeroporto internacional. Mentira! Não tem nada de internacional, apenas nós somos preparados.

Fortaleza tem um aeroporto internacional. Todo aeroporto tem um próximo para casos de emergência. Isso sempre foi assim. Fortaleza é uma base aérea importante. Então, esse aeroporto de Parnaíba, numa emergência... Se tiver um temporal, pousa-se em Parnaíba. Aí eles dizem que tem avião internacional... Galinhas cacarejadoras! Podem comprar passagem que eu pago para ir para a Europa... Tem nada! É tudo mentira! Não tem mais nem teco-teco! João Durval, você, que é um homem do Nordeste, sabe disso.

José Agripino, quando eu era menino, saía de Parnaíba – terra de Evandro Lins e Silva e de João Paulo dos Reis Velloso – pelas aerovias: Aeronorte, Pan-Air – tinha até uma do Pará, que se chamava Paraense Transportes Aéreos, que apelidaram de PTA, Prepara a Tua Alma, porque de vez em quando caía. A gente

saía aprendendo geografia: pousava em Fortaleza, em Natal, em Recife e acabava chegando ao Rio.

Não tem nem teco-teco, e falam de aeroporto internacional! Dizem que, no Piauí, tem outro internacional em São Raimundo Nonato. Olha, só tem jumento na pista!

E aqui é a ZPE. O próprio Secretário de Comércio Exterior Welber Barral diz que não tem nada feito. ZPE... Cacarejaram!

Mas eu aprendi, lá no Piauí, que mentira tem pernas curtas.

Ontem, o *Jornal Nacional* mostrou as mazelas do Piauí – a gente só aparece assim. Mostrou tratores rebocando, o povo desesperado pela falta de estradas. Então, viemos dizer a Sua Excelência o Presidente da República que acertou quando disse que estava rodeado de aloprados: são eles que o estão enganando e mentindo.

Falo aqui como Cristo dizia: “Em verdade, em verdade, vos digo...” Em verdade, em verdade, vos digo. A Alemanha tinha um comunicador que se chamava Goebbels – um Duda nosso –, que disse que uma mentira repetida muitas vezes acaba se tornando verdade. É isso o que está acontecendo.

Então, queremos fazer um apelo a Sua Excelência o Presidente da República: veja esses aloprados que o estão enganando. No dia 20 de julho, já era, pela lei, a possibilidade de ZPE na cidade de Parnaíba.

Agradeço a V. Ex^a o prolongamento do tempo.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para falar pela liderança do PDT assim que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a fica inscrito logo após o próximo orador inscrito, o Senador Antonio Carlos Valadares.

Antes, porém, pelo critério de alternância, tem a palavra o Senador José Agripino, como Líder do Democratas. O Senador Antonio Carlos Valadares falará,

a seguir, como orador inscrito e, em seguida, o Senador Osmar Dias.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu estava ouvindo o Senador Mão Santa e esperando que S. Ex^a, que se referiu à Parnaíba, falasse sobre o assunto que vou abordar, que, para meu Estado, é tão grave quanto para o Estado dele. Creio que V. Ex^a deve ter as mesmas preocupações que tenho, Senador Mão Santa. Estou falando sobre a seca de empregos que, neste momento, assola o seu Piauí e o meu Rio Grande do Norte.

Senador Alvaro Dias, seca de emprego? O que é isso? É o que estou vendo. Estive no meu Estado. A nossa vida aqui é puxada, cheia de reuniões, cheia de definições, cheia de tomadas de posição, de determinações. É uma vida realmente estressante.

Interrompo meu pronunciamento, Sr. Presidente, para aguardar a chegada da autoridade da Índia que nos visita, com muita honra para todos nós.

Pergunto a V. Ex^a, Sr. Presidente, se devo interromper meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Creio, Senador Agripino, que seja oportuno que o faça. Depois da solenidade, V. Ex^a retornará à tribuna.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, penso que assim é melhor, até porque estamos tendo a honra de receber várias autoridades da Índia, a alta dignitária daquele país-irmão, que é membro do BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China. É um momento de grande regozijo para o nosso Congresso.

Desse modo, Sr. Presidente, peço a V. Ex^a permissão para interromper meu pronunciamento e para voltar a abordar o assunto da seca de empregos tão logo se encerre esta sessão de homenagem.

O Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr^{as} e Srs. Senadores, neste momento, a Presidência interrompe os trabalhos da Casa, nos termos do **caput** do art. 199 do Regimento Interno, para recepcionar Sua Excelência a Sr^a Prathiba Patil, Presidente da Índia.

A Presidência informa que, após atendida essa finalidade, os trabalhos serão retomados.

Vamos ouvir de pé os hinos nacionais da Índia e da República Federativa do Brasil.

(Execução dos hinos nacionais da Índia e da República Federativa do Brasil.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Exm^a Sr^a Prathiba Patil, Presidenta da Índia; Exm^{os} Srs. Ministros que a acompanham nesta visita ao nosso País; Exm^o Sr. Hardeep Singh Puri, Embaixador da Índia em Brasília; Sr^{as} e Srs. Senadores, é com grande satisfação que dou as boas-vindas à Exm^a Sr^a Prathiba Patil, Presidenta da Índia, cuja visita ao Congresso Nacional muito honra esta Casa e bem demonstra a importância conferida pelos dois países ao relacionamento bilateral.

Sr^a Presidenta, sua visita fortalece ainda mais nossas relações, após as históricas visitas do Chefe de Estado brasileiro à Índia, em 2004 e em 2007, e do Primeiro-Ministro indiano a Brasília, em 2006.

Brasil e Índia estão entre as maiores democracias do mundo e são exemplos de convivência harmônica entre as várias culturas e etnias que formam suas sociedades. A formação e a evolução dos Parlamentos brasileiro e indiano são também a história da consolidação da independência política e da democracia nos dois países.

O Congresso Nacional vê, com imensa satisfação, a disposição de V. Ex^a em compartilhar, com os Deputados e com os Senadores aqui presentes, as experiências de um país de tão importante tradição parlamentar e democrática.

Nossa disposição em assumir crescentes responsabilidades internacionais reflete o compromisso com a construção de uma ordem internacional mais justa, democrática e pluralista.

As afinidades entre Brasil e Índia sempre nortearam a convergência de posições defendidas por nossos países em foros multilaterais. Tais afinidades revelam-se, por exemplo, na coordenação de posições para as negociações internacionais no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Nesse fórum, a Índia tem-se mostrado parceira fundamental para consolidar a atuação do G-20, em defesa de resultados equilibrados que contemplem as necessidades e os interesses dos países em desenvolvimento.

São também coincidentes as posições defendidas por Brasil e Índia, juntamente com Alemanha e Japão, na esfera do G-4, acerca da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Tal como existe hoje, o Conselho é incapaz de articular uma visão equilibrada e inclusiva da ordem internacional, que reflita de forma satisfatória as percepções do mundo em desenvolvimento.

Sr^a Presidente, para nós, é fundamental e urgente promover a democratização das estruturas de governança global, e a reforma da Organização das Nações Unidas (ONU) não estará completa enquanto

o Conselho de Segurança não se tornar mais democrático, legítimo e representativo, ao incorporar países de todas as regiões do mundo em desenvolvimento como membros permanentes.

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, essa visão de mundo compartilhada entre Brasil e Índia, que igualmente se pauta pela defesa da multipolaridade e pela promoção da cooperação Sul-Sul, está na origem do surgimento do Fórum IBAS – Índia – Brasil – África do Sul –, que reúne três grandes democracias, de três continentes, influentes em suas regiões, que contam com sociedades multiétnicas.

Esses elementos, Sr^a Presidente, de significativa identidade permitiram a formação de um foro privilegiado para iniciativas de cooperação em diversas áreas, como agricultura, comércio, energia, saúde, ciência e tecnologia, não só entre seus três integrantes, mas também em países das regiões de seus três membros, como Haiti e Guiné Bissau.

Queremos ver essas convergências também refletidas cada vez mais em nossa relação bilateral. Nos últimos anos, impulsionados pelas constantes visitas de alto nível, nossos países vêm aprofundando a cooperação em áreas tais como energia, usos pacíficos da energia nuclear, agricultura, medicamentos e outros.

Sr^a Presidente, em sua recente visita ao Brasil, o Ministro de Relações Exteriores da Índia entrevistou-se com o Presidente da Câmara dos Deputados, ocasião em que ambos reafirmaram a disposição de reativar o Grupo Parlamentar Brasil-Índia e de incentivar o diálogo entre os Congressos dos dois países.

Sr^a Presidente Prathiba Patil, na qualidade de Presidente do Senado e do Congresso brasileiros, confiro meu apoio entusiasmado a essa proposta, que muito contribuirá para o adensamento de nossa relação parlamentar.

Sr^a Presidenta, uma vez mais, quero agradecer a V. Ex^a a presença nesta Casa, com a certeza de que a mensagem que nos trouxe contribuirá, de maneira extremamente positiva, para o estreitamento das relações entre o Brasil e a Índia e para a maior aproximação dos Legislativos em nossos dois países.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tenho a honra de conceder a palavra a Sua Excelência a Presidenta da Índia, Sr^a Prathiba Patil.

A SRA. PRATHIBA PATIL – Excelentíssimo Presidente do Senado, Senador Garibaldi Alves Filho; Excelentíssimos Membros do Senado; senhoras e senhores, estou profundamente honrada por ter a oportunidade

de me dirigir a esta Casa ilustre que epitoma as aspirações do povo brasileiro. A honra que vocês me concederam é uma manifestação da histórica, calorosa e cordial relação entre nossos países amistosos.

Estou lisonjeada por estar aqui nesta moderna e meticulosamente planejada cidade de Brasília, construída ao redor das plácidas águas do lago Paranoá. Estou impressionada com a arquitetura de sua maravilhosa cidade. O impressionante edifício do Congresso do Brasil é, em si, um marco.

Senhoras e senhores, a Índia é a maior democracia do mundo, com um eleitorado de mais de 670 milhões de pessoas. As raízes da democracia na Índia são firmes, profundas e duradouras. Apesar de tantos desafios que encontramos desde a proclamação de nossa independência, em 1947, o povo da Índia sempre teve uma fé inabalável nos ideais da democracia. A Índia já promoveu 14 eleições gerais desde a sua independência, e cada uma de suas eleições foi seguida por uma transição de governo tranqüila. O veredicto do povo da Índia sempre foi respeitado.

A experiência democrática da Índia é notável, porque a democracia alcançou as classes menos favorecidas, até mesmo os menores vilarejos. As quase 230 mil instituições governamentais da Índia compreendem cerca de 2,3 milhões de representantes, dos quais quase 1,2 milhão são mulheres. No mundo de hoje, essa é, com certeza, a maior expressão de desejo popular controlando o destino de um país.

A Índia tem orgulho de sua herança democrática e se alimenta diretamente de sua ética cultural de tolerância, de seu respeito por diferentes pontos de vista e de sua aceitação imediata das diversidades. O compromisso da Índia com a democracia está diretamente relacionado com seu compromisso com os valores do pluralismo e do liberalismo. O multiculturalismo está profundamente enraizado na herança e na civilização indianas. Não há precedentes históricos para a escala do experimento social-político de se construir um Estado moderno na Índia. Nosso sucesso dá validade à nossa crença na diversidade, no multiculturalismo e na democracia. O Pai da Nação, Mahatma Ghandi, não tinha dúvidas de que a libertação do governo colonial britânico não significaria nada a não ser que o povo da Índia fosse capacitado com a democracia. A Índia acredita que o ideal democrático é um patrimônio comum à humanidade.

Assim como no Brasil, o maior desafio que a Índia encontra hoje é o desenvolvimento econômico. Ambos os países estão determinados a melhorar as condições de vida de seu povo, e isso somente será possível se

os dois países procurarem se desenvolver de maneira rápida e socialmente inclusiva. No entanto, escolhemos trabalhar em direção a esse objetivo dentro dos parâmetros da democracia. A tarefa de desenvolvimento econômico, nunca uma tarefa fácil, é particularmente desafiadora quando precisa ser feita sob um sistema de governo democrático. No entanto, nosso compromisso com o crescimento econômico, com o desenvolvimento social e com a democracia é firme e resoluto.

Hoje, a Índia é uma economia de um trilhão de dólares, assim como o Brasil, e está crescendo cerca de 9% ao ano. A Índia tem o quarto maior Produto Interno Bruto (PIB) em termos de poder aquisitivo. O setor privatizado é confiante, competitivo e ansioso para se integrar mundialmente. A energia empreendedora tem se manifestado em forma de dinamismo em uma variedade de setores da atividade econômica.

Isso tem sido o resultado de constantes esforços de instituições nacionais e regionais, que fornecem os pilares de sustentação para o desenvolvimento econômico. Tem também sido o resultado de reformas econômicas que tem aumentado consideravelmente a competitividade de produtos e de serviços da Índia. Hoje, analistas econômicos concordam que a Índia, assim como o Brasil, tem o potencial de emergir como uma das maiores economias do mundo nas próximas décadas. O fato de que este progresso tem se inspirado na democracia, e, em retorno, tem tornado-a mais forte, é uma realização da qual podemos ficar muito orgulhosos.

As transformações econômicas sem precedentes que estão acontecendo na Índia e no Brasil abrem áreas de grande potencial para a cooperação bilateral. O comércio bilateral cresceu de meros US\$500 milhões em 2000 para US\$3,12 bilhões em 2007. Eu acredito que essa performance impressionante é um indicador de crescimento futuro. Temos agora o objetivo de alcançar US\$10 bilhões em comércio bilateral até 2010, o que parece iminentemente alcançável.

Os fluxos de mercado que estão crescendo entre nossos dois países irão, sem nenhuma sombra de dúvida, receber um incentivo ainda maior com a ratificação e implementação do Acordo de Comércio Preferencial Índia–Mercosul. A Índia espera que o Acordo de Comércio Preferencial, que foi assinado durante a visita do Presidente Lula à Índia em 2004, seja em breve ratificado por esta augusta Casa. O proposto alargamento e aprofundamento do ACP e sua prevista expansão para um Acordo de Livre Comércio Índia–Mercosul–SACU capacitarão nossas comunidades de negócios a forjar maiores e mais fortes conexões econômicas.

O perceptível aumento nos fluxos de investimentos entre os nossos dois países respeitam os florescentes laços de comércio. Enquanto o Brasil tem a presença de companhias indianas como a Tata Consultancy Services, Satyam Computers, Ranbaxy and Celofarm, que estão gerando empregos para milhares de brasileiros, a Índia é lar para várias companhias brasileiras, como a Marcopolo e a Stefanini. A ONGC Videsh Limited e a Petrobrás têm uma aliança ativa bilateral. Felizmente, o interesse da Índia em setores como açúcar, etanol, ferro e ferrovias no Brasil é espelhado pelo interesse brasileiro em aviação, no processamento de alimentos e nos setores de infra-estrutura da Índia.

Senhoras e Senhores, a parceria estratégica multilateral entre a Índia e o Brasil está construída sobre uma arquitetura institucional forte, cujos tijolos são os 37 acordos assinados nos últimos quatro anos. Esses acordos cobrem uma vasta multitude de áreas, incluindo defesa, espaço, ciência e tecnologia, comércio, indústria, agricultura, turismo e cultura. Estes serão ainda mais aprofundados e diversificados quando assinarmos os acordos adicionais amanhã. Nossos governos podem ficar satisfeitos com o fato de que eles criaram um ambiente propício para nossos laços bilaterais florescerem e prosperarem.

Estou convencida de que as novas dinâmicas da relação entre Índia e o Brasil indicam favoravelmente a prosperidade e o bem-estar dos nossos povos. Entretanto, é importante fazer esforços conscientes para uni-los. A distância geográfica precisa ser superada através da melhora das conexões aéreas. Para tal, é preciso que os principais operadores do setor de Aviação Civil, tanto públicos quanto privados, na Índia e no Brasil, tomem as iniciativas necessárias. O fluxo turístico entre os dois países deve ser encorajado, assim como intercâmbios entre estudantes, comunidades acadêmicas e intelectuais. Também precisamos construir pontes culturais entre nossos povos para que o déficit de informação existente entre nossos dois países possa ser superado. Os dois governos já resolveram organizar festivais culturais de forma recíproca mais tarde este ano. Nossa parceria deve evoluir de uma simples parceria entre governos para uma parceria entre povos.

Acredito que nossa parceria estratégica está fundamentada na convergência de visões mundiais e em visões compartilhadas sobre um mundo novo e multipolar. Temos coordenado de perto nossas posições nos fóruns multilaterais e estamos trabalhando juntos dentro do quadro do G-4 para conseguir nossa merecida e já há bastante tempo postergada posição permanente no Conselho de Segurança da ONU. Nossos interesses

mútuos fornecem uma base sólida para o crescimento de uma parceira que servirá para atingir a tarefa global de obter uma paz mundial segura, próspera e estável.

Mahatma Ghandi disse: “Democracia deve, em essência, significar (...) o bem de todos”. A essência da filosofia política de Ghandi, então, é a de fortalecimento de cada indivíduo. Tanto a Índia quanto o Brasil estão lutando uma batalha histórica pelo fortalecimento de seus cidadãos, independentemente de classe, credo e comunidade. Nossa democracia tem o objetivo de proteger a dignidade e o respeito de nossos cidadãos, assegurando-lhes uma vida próspera e feliz. Ambos os nossos países estão determinados a obter sucesso nessa tarefa vital, na qual nossos Parlamentos têm um papel crucial a desempenhar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço às autoridades aqui presentes ou representadas. Agradeço, sobretudo, a presença e a palavra de S. Ex^a a Presidenta da Índia, Sr^a Prathiba Patil.

A Presidência suspende a sessão por cinco minutos, para os cumprimentos à Sr^a Presidenta.

(Suspensa às 15 horas e 52 minutos, nos termos do caput do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a sessão é reaberta às 15 horas e 59 minutos.)

O Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Estão reabertos os trabalhos.

Com a palavra, o Senador José Agripino, pela Liderança do Democratas. O Senador Agripino retoma o seu discurso, já que foi interrompido para o início das homenagens à Presidente da Índia.

Com a palavra, o Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Alvaro Dias, Sr^{as} e Srs. Senadores, retomo do ponto em que interrompi meu pronunciamento para receber S. Ex^a a Presidenta eleita e empossada da Índia, que muito nos honrou com sua presença.

Eu falava, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sobre a seca de empregos, que pode parecer paradoxal, porque estamos vivendo, neste momento, no meu Estado, no Piauí, no Maranhão, no Ceará, na Paraíba e creio que em Pernambuco, cheias semelhantes às ocorridas em 1985. Como venho falar aqui de seca de empregos?

Estive, Presidente Alvaro Dias, no fim de semana de dez dias atrás, no Vale do Açu. Estive em Açu, em Ipanguaçu e me reuni com os prefeitos de todos os Municípios: de Macau – não de Pendências, porque a Prefeita não se pôde fazer presente –, de Alto do Rodrigues, de Ipanguaçu, de Açu, de Carnaubais, o ex-Prefeito de Itajá. Ouvei atentamente e vi com atenção o destroço provocado pelas águas.

Já tive oportunidade de falar aqui sobre a inundação dos campos de manga e das culturas de banana – e o Rio Grande do Norte é hoje um dos maiores produtores e exportadores de banana do Brasil; a destruição dos parques de criação de camarão em cativeiro; e a destruição de boa parcela do parque salinero do Rio Grande do Norte, principalmente o que fica no estuário do rio Açu.

Nesse sábado passado, três dias atrás, estive no Vale do Apodi. Estive em Apodi, estive em Felipe Guerra e passei por Mossoró, que, quando fui governador, em 1985, sofreu uma cheia inédita. Eu era governador, transferi o governo para Mossoró e tive a oportunidade de passar o mês inteiro com o comando das ações do governo do Estado lá em Mossoró. Trouxe, naquela época, já se vão 20 anos, os helicópteros da região todos para poder salvar vidas. Houve até parturiente que deu à luz no helicóptero entre uma cidade e outra. Cenas incríveis que nunca esqueci.

Fui agora a Apodi, e quero dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, que é importantíssimo ir e ver para crer, porque ouvir falar sem conversar com as pessoas e sem ver, nem você se sensibiliza, nem você se move no rumo da tomada de providências.

Estive na sede do sindicato rural, no sábado, por volta das 13 horas, com famílias desabrigadas, e tive oportunidade de conversar com uma família muito humilde que mora na comunidade Cipó. A Senadora Rosalba, que chega agora ao plenário, estava comigo e ouviu o depoimento. Na comunidade Cipó, aquela família tem um pedacinho de terra de onde tira o sustento. Aí é onde entra a seca de emprego. Ela tira o sustento de um pequeno pedaço de terra, onde ela tinha uma casa que está rachada, arrebentada, um poço que está entupido, porque a água entupiu; tinha energia elétrica, que faltou porque os postes caíram; a terra era cercada com cercas que caíram, porque a força das águas destruiu; tinha uma semente de gado, que não sei se tem mais; e tinha uma cultura de macaxeira, de milho e de feijão, que a água levou.

Fiquei imaginando, Senador Geraldo Mesquita, porque, como fui governador, vivi os pedidos do pequeno proprietário que solicitava a perfuração do poço – são

muitos pedidos –, e a perfuração do poço dá trabalho e é preciso ordenar recursos; que pedia energia elétrica, fundamental para que tenha a forrageirinha, tenha o mínimo de condições para se desenvolver. Como custou sacrifício para aquela energia chegar ali! A cerca, que seguramente fez com algum tipo de empréstimo; o gadinho, que ele comprou com um sobreesforço monumental; e a cultura, que certamente ele fez arranjando hora de trator com a prefeitura, conseguindo cimento sei lá onde. E tudo foi embora. Sabe o que está acontecendo agora? Além de estar desabrigado – me disse que não voltava para casa e já tinha perdido até a televisão, que estava na cobertura da casa e os ladrões levaram –, está agora com o banco executando a dívida que tinha e que estava vencendo. Pode? O banco está executando aquela família, que não tem para quem apelar. E aí é o ponto: não tem para quem apelar.

Senador Geraldo Mesquita, Senadora Ideli Salvatti, preste atenção ao que vou dizer, porque é importante – V. Ex^a que é Líder do PT: até agora, não foi ao meu Estado uma única autoridade do Governo. Todo dia a gente vê pela televisão as imagens das cheias no Piauí, no Maranhão, no Rio Grande do Norte; vê os empregos perdidos nas culturas de manga, de camarão, de banana, e não se vê uma autoridade da República, um ministro, um secretário-executivo, ninguém.

Quando fui governador, recebi ministros e ministros, autoridades e funcionários, um atrás do outro, porque eu pedia, eu exigia e eles iam lá.

Sua Excelência o Presidente Lula esteve já em Apodi, no lançamento de um programa festivo. Foi lá, com o avião da Presidência, fez as despesas normais de um deslocamento. Eu não entendo como Sua Excelência já não foi ao Nordeste para ver as cheias! Não entendo. Não cabe na minha cabeça, porque é uma calamidade. As pessoas estão desesperadas.

Eu pedi, Presidente Alvaro, aos prefeitos da região... Eu não sou Poder Executivo, tenho apenas um mandato legislativo, mas que dá autoridade para, como estou aqui agora falando, continuar falando para que as providências que se impõem, de recuperação de estradas, de açudes arrombados, de cercas, se façam, mas que a atividade produtiva prejudicada seja objeto de uma ação de governo. Eu não entendo...

O Sr. Carlos Dunga (PTB – PB) – Senador Agripino, permita-me um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Claro!

Eu não entendo como as autoridades que iam antes não vão mais. Eu não entendo. Não cabe na minha cabeça. Eu não aceito. É como se aquilo fosse terra de ninguém. É como se aquilo fosse, Senadora

Rosalba, terra de ninguém. E ficamos entregues à própria sorte?

Ouçó, com muito prazer, a Senadora Rosalba Ciarlini.

O Sr. Carlos Dunga (PTB – PB) – Senador Agripino...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Com muito prazer, Senador.

O Sr. Carlos Dunga (PTB – PB) – Eu queria apartear V. Ex^a exatamente para acostar-me à palavra de V. Ex^a em razão do meu Estado da Paraíba. A Paraíba está sofrendo a mesma coisa que o nosso vizinho Estado do Rio Grande do Norte. Inclusive, muita água que corre para o Rio Grande do Norte já cruza o Estado...

(Interrupção do som)

O Sr. Carlos Dunga (PTB – PB) – ... cidade de Aparecida, sendo interrompido o seu acesso à capital do Estado e também ao interior. Então, nós precisamos, urgentemente, de recursos e de condições para que não só o Rio Grande do Norte, mas também a Paraíba, saiam desse grande prejuízo pelo qual passamos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Carlos Dunga, ouço reconfortado esse depoimento de V. Ex^a, porque é importante que as pessoas aqui saibam que aquilo que está acontecendo no meu Estado, e que eu dizia que seguramente estaria acontecendo no Maranhão, no Piauí, no Ceará, seja confirmado por V. Ex^a, que é Senador da Paraíba, e que demonstra claramente... E V. Ex^a, que é um político experimentado, sabe que em outras intempéries – seca ou enchente – as autoridades sempre aparecem para levar uma palavra de conforto, tomar compromisso e ver para crer. Porque é importante você ver para crer.

Senador João Durval, V. Ex^a foi governador quando eu fui governador. V. Ex^a sabe que uma coisa é você ouvir dizer e outra coisa é você ver, conversar com as pessoas e voltar de bateria recarregada, sensibilizado pelo sofrimento daqueles que são seus irmãos e que estão passando necessidade, de quem você ouviu as dificuldades, para você, aí com determinação, ir buscar a solução. Por que as autoridades não vão lá para sentir, como eu senti, a necessidade, e tomarem iniciativas que podem tomar e devem tomar?

Ouçó, com prazer, a Senadora Rosalba.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador Agripino, estávamos no Vale do Apodi, como já estivemos no Vale do Açú, vendo toda aquela devastação. E, agora que as águas estão baixando, essa nossa segunda visita lá no Vale do Apodi, na cidade de Felipe Guerra e na cidade

do Apodi, nos deu uma dimensão dos estragos que estão ficando. O senhor está aí falando da questão das dívidas de pequenos proprietários que estão sendo executados. Não são grandes proprietários naquela região, Senador; são cerca de mil pequenos produtores que estão sendo executados sem dó nem piedade. Ora, quem já perdeu tudo, como pode pagar uma dívida? Ouvimos – e V. Ex^a estava presente –, no Sindicato da Lavoura, em Apodi, o próprio presidente do sindicato e os demais membros que ali estavam falando sobre as execuções. Diziam, com a ousadia da esperança do nordestino, que o que eles queriam não era passar calote, não, porque o nordestino, o homem do campo, o pequeno é um homem direito. Eles querem pagar as suas dívidas. Mas, agora, é impossível, numa situação dessas, sem ter tido a safra, perdendo tudo como perderam. Era a hora de o Governo suspender, sim, as execuções imediatamente. Não repactuar, mas perdoar as dívidas dos pequenos e médios, que estão sem condições de se recuperar, e apresentar um programa rápido, enérgico, de recuperação. Quando falei na esperança foi porque ouvi do presidente do sindicato, que dizia: “Se tivéssemos como recuperar, poderíamos plantar novamente e, baixando as águas como estão baixando, teríamos ainda produção este ano”. Então, vejam a vontade de trabalhar: eles perderam tudo, mas não perderam a esperança e a força de trabalho. E a insensibilidade do Governo é grande. Ontem, estive no Ministério da Fazenda, numa reunião da bancada nordestina, em que se discutiam dívidas, as dívidas agrícolas, e senti a insensibilidade dos tecnocratas, que não sabem o que está passando o homem do campo, porque...

(Interrupção do som.)

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Já concluo, Sr. Presidente: porque não foram lá, como nós fomos, sentir na pele a dor do nosso povo. Era isso o que queria lhe dizer, Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Obrigado, Senadora Rosalba. Estivemos juntos lá, e V. Ex^a fala com o sentimento que é próprio daqueles que vão, que sentem, que se sensibilizam e que se movem. Por isso é que reputo importante que, assim como nós fomos... Fomos a Felipe Guerra e encontramos lá o Prefeito Braz, o ex-Prefeito Hugo, os correligionários do nosso partido; conversamos com as pessoas do povo; fomos até o Brejo, vimos a inundação, vimos o rio Mossoró transbordado, conversamos com as pessoas e sentimos a aflição. Depois, fomos a Apodi, fomos à sede do sindicato rural, assistimos lá à eleição do novo presidente, conversamos com o Prefeito Pinheiro, com a Vice-Prefeita Gorete, com os nossos companheiros de

partido. Eram pessoas de diversos partidos, que nos apóiam, que não nos apóiam, mas que estavam lá, autoridades ou não, falando e procurando transmitir o sentimento local, que é de aflição, é de angústia, é de falta de perspectiva no futuro. Tenho certeza de que a nossa presença ajudou, com certeza, pelo menos por um lapso de tempo, no equilíbrio.

Importante seria que o Presidente da República, que esteve em Apodi, voltasse lá ou mandasse o Ministro da Integração ou alguém para ver para crer, para tomar providências. Senão, a insensibilidade dos que estão em Brasília vai determinar que as contas do pequeno agricultor – são mais de mil pequenos proprietários no Vale do Apodi, como aquele com quem eu conversei, aquele do Cipó, que está devendo no banco e que está com a sua conta sendo executada – se multipliquem.

Era o mínimo que o Governo tinha de fazer: suspender as execuções. Suspender. Parar isso para não matar as pessoas de susto. Não têm como pagar. Pagar com o quê?

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Até a televisão que tinha, que estava na cumeeira da casa, levaram... Vão pagar com o quê?

Então, é preciso que as pessoas se movam; vão lá! Que não fiquem falando: “Ah, Bolsa-Família...”, “Ah, a gente dá de comer aos pobres...” Os pobres estão precisando de solidariedade agora. São milhares, são mais de 500 mil no Maranhão, no Piauí, no Ceará, no Rio Grande do Norte, na Paraíba, em Pernambuco. Estão precisando mesmo, estão em extrema aflição, estão em carga de estresse completa, Senador Romeu Tuma.

É preciso ir lá para ver, para crer, e eu vou ficar falando aqui. Depois que os relatórios chegarem a Brasília, eu vou ficar cobrando as soluções. Até, se não quiserem, não vão. Agora, vão ter de mandar. Já foi anunciada a medida provisória com os valores: R\$ 613 milhões – não sei se vão ser suficientes. A aprovação dessa MP vai contar com a nossa absoluta solidariedade e com o nosso esforço, mas os recursos vão ter que chegar, as soluções dos problemas vão ter que chegar. E a solução passa por remover o produto da seca dos empregos. Essa cheia acabou com milhares de empregos no meu Estado. Não basta recuperar estrada, casa, cerca, poço etc. É preciso tomar conta da atividade produtiva, que garantia o sustento das pessoas, e é preciso ver para crer.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senador José Agripino.

Com a palavra, para uma breve comunicação, a Senadora Ideli Salvatti. V. Ex^a terá 5 minutos para seu discurso.

Depois, Senador Antonio Carlos Valadares e, depois, como Líder, Senador Osmar Dias.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós teremos em seguida uma reunião com os Líderes e o Presidente do Senado. Eu espero que, nesta reunião, tomemos alguma posição frente ao fato lamentável ocorrido mais uma vez na Comissão de Infra-Estrutura, na qual foram aprovados requerimentos absolutamente contrários ao Regimento desta Casa. E, numa afronta não só ao Regimento, mas também ao coletivo da Comissão, o Presidente foi interpelado e não acatou o recurso; não acatou inclusive que a própria Comissão deliberasse de forma efetiva sobre matéria da sua pertinência.

Mas venho à tribuna nesta tarde porque, hoje pela manhã, acompanhei a abertura da XI Marcha dos Prefeitos, Senador João Pedro, extremamente concorrida, com a participação de milhares de Prefeitos de todo o nosso País. É a XI Marcha e é a sexta vez – desde que está, portanto, na Presidência da República – que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva comparece à abertura da Marcha, não só na condição de Presidente da República, mas com todo seu Ministério, colocando o Governo absolutamente à disposição, para que os assuntos municipalistas, as reivindicações dos nossos mais de cinco mil Municípios possam ser tratadas com cada uma das áreas do Governo e para que nós possamos continuar tendo avanços e benefícios para a nossa população, que, como diz o próprio Presidente, é atendida no Município – mora, trabalha, estuda no Município. Portanto, é lá que as políticas têm de se desenvolver, é lá que as parcerias entre o Governo Federal e os governos municipais têm de ter concretude, para que o benefício à população se realize.

Na fala do Presidente, houve uma chamada contundente, para que, nas próximas marchas, haja participação efetiva dos Governadores, não só a presença de todo o Governo Federal, mas a participação de todos os Governadores, porque contribui para uma maior eficiência na instrumentalização e na operacionalização das políticas públicas essa parceria harmoniosa entre os três entes federados, Governo Federal, governo estadual e governo municipal.

Portanto, a palavra do Presidente foi muito firme, muito contundente nesses termos. Espero que tenhamos capacidade política, sim, de construir para a XII

Marcha no próximo ano essa parceria muito eficiente entre União, Estados e Municípios.

Gostaria de, mais uma vez, fazer um apelo. Pena que o Senador Arthur Virgílio não se encontre no plenário. Fizemos um acordo, mas infelizmente ainda não tivemos a concretização do acordo. Em 22 de maio do ano passado, apresentei um projeto que mexe com a questão do ISS, importante fonte arrecadatória dos Municípios e que, no caso, do **leasing**, tem uma distorção brutal.

No caso de **leasing** de veículos, por exemplo, o recolhimento do ISS não se dá para a prefeitura do município onde é feita a operação, Senador Agripino. Não! É feita onde? No município que o banco escolhe – e ele escolhe a dedo qual é o município que tem menor valor de ISS –, e normalmente concentra isso no município onde o banco tem a sua principal sede. Portanto, o município onde é realizada operação não tem o benefício.

Nós estamos apresentando projeto para modificar isso e fazer com que o ISS seja cobrado de outra forma, até indo ao encontro do espírito da reforma tributária, que é o da cobrança do imposto se dar no destino e não na origem. A intenção é beneficiar milhares de municípios e não apenas alguns – não chega a uma dúzia, efetivamente, o número de municípios que são beneficiados com esse procedimento.

Nós apresentamos o projeto. O Senador Osmar Dias é o relator e preparou um belo relatório, inclusive com emendas, aperfeiçoando-o. O projeto está na CAE. O Senador Arthur Virgílio, no mês de outubro do ano passado, apresentou um requerimento para ser ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. E parou tudo, Senador Tuma, como não pode ser diferente quando há requerimento. Desde outubro, o requerimento está aqui para ser apreciado. Então, não anda na CCJ, na CAE nem no plenário.

Essa é uma matéria importantíssima que nós poderíamos estar debatendo ou, quem sabe, até aprovando durante esta 11^a Marcha dos Prefeitos no Senado. Infelizmente, não vamos poder fazê-lo.

Nós fizemos um acordo, eu e o Senador Arthur Virgílio, para ele retirar o requerimento e nós podermos fazer uma audiência pública na CAE. Há, inclusive, abertura para fazermos uma negociação: se está muito alta a alíquota do ISS, se há algum aperfeiçoamento a ser feito. E fundamental que isso...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Obrigada, Sr. Presidente. Já vou concluir.

Portanto, eu quero, até em homenagem à 11ª Marcha dos Prefeitos, que o Senador Arthur Virgílio cumpra o acordo que fez, o acordo que nós fizemos de viva voz aqui no plenário. Que ele efetivamente retire o requerimento para a apreciação.

Não vejo nenhum problema se o projeto tiver de ir à CCJ após a audiência pública, depois dos esclarecimentos, com a participação da Febraban, da Confederação Nacional dos Municípios, da Associação dos Prefeitos de Capitais. Se nós chegarmos à conclusão de que é fundamental, imprescindível ouvir a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nós o faremos, mas a matéria é econômica e, efetivamente, vai trazer benefícios para milhares de municípios.

Vejo aqui o Senador ACM Júnior concordando. Acho que todos aqueles que têm vinculação com o movimento municipalista já perceberam que é uma grande fonte de arrecadação que acaba se perdendo, não indo para todos ou para a grande maioria dos municípios, mas apenas para alguns.

Inclusive, estava na pauta de hoje do Supremo Tribunal Federal uma ação do Município de Itajaí na qual se recorre para que, efetivamente, o recolhimento do ISS referente ao **leasing** ali feito seja feito aos cofres desse município. Infelizmente foi retirado de pauta, não houve o julgamento.

É muito importante que possamos, enquanto Senado da República, apreciar a matéria, Senador Romeu Tuma. Tenho certeza de que, com os ajustes que poderemos fazer aqui para chegar a uma alíquota adequada e a um controle adequado, poderá ser beneficiada a maioria dos municípios e não apenas meia dúzia de municípios que os bancos escolhem muito adequadamente para ter a menor tributação. Isso beneficia bem poucas prefeituras e bem poucos brasileiros em todo o País.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não.

Tem a palavra, pela ordem, o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero – e faço isso com muita tristeza – encaminhar à Mesa, o que já fiz, um requerimento pedindo inserção em Ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família e ao Estado da Bahia pelo falecimento do ex-Deputado Federal, ex-Vice-Governador e ex-Ministro da Educação Eraldo Tinoco, que faleceu na madrugada de hoje. Assinam o requerimento: eu,

como Líder dos Democratas, e o Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB.

Quero dizer a V. Ex^a que esse é um assunto que a nós, Democratas, choca profundamente. Ele deixa uma lacuna nos quadros políticos do partido, especialmente do Estado da Bahia, onde a vida toda foi militante do partido. Teve uma vida pública marcada pela seriedade, pela coerência, pela fidelidade partidária.

Eu estive na Bahia, numa festividade do Deputado ACM Neto há dez dias, e fui recebido no aeroporto por ele, Eraldo. Estava cheio de vida, tinha superado um problema de câncer. Foi vitimado por infecção generalizada de forma surpreendente.

De modo que eu quero apresentar este requerimento, manifestar de público, em nome do meu partido, as minhas sentidas condolências à família, ao partido e ao Estado da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador José Agripino.

A Presidência recebe o requerimento assinado pelo Senador José Agripino e pelo Senador Arthur Virgílio e também o requerimento de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior e do Senador César Borges.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 429, DE 2008

Requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do ex-deputado federal e ex-vice-governador da Bahia, Eraldo Tinoco de Melo:

- a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família e ao Estado.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2008. – Senador **José Agripino**, Líder do Democratas – Senador **Arthur Vigílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 430, DE 2008

(REQUERIMENTO Nº 7, DE 2008 – CCJ)

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto

das seguintes proposições: PLS nº 96, de 2008; PLS nº 503, de 2003; PLS nº 98, de 2002; e, PLS nº 60, de 2008, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2008. – Senador **Sibá Machado** – Senador **Flexa Ribeiro**.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Requerimento de tramitação em conjunto
PROPOSIÇÃO: Nº DE

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10 (104) 12008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[Handwritten Signature]</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)²	
SERYS SLHÉSSARENKO <i>[Handwritten Signature]</i>	1. JOÃO RIBEIRO
SIBÁ MACHADO <i>[Handwritten Signature]</i> (AUTOR)	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPLICY <i>[Handwritten Signature]</i>	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE <i>[Handwritten Signature]</i>	4. MARCELO CRIVELLA
IDELI SALVATTI <i>[Handwritten Signature]</i>	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[Handwritten Signature]</i>	6. JOSÉ NERY (PSOL) ³
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS <i>[Handwritten Signature]</i>	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON <i>[Handwritten Signature]</i>	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ <i>[Handwritten Signature]</i>	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA <i>[Handwritten Signature]</i>	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA <i>[Handwritten Signature]</i>	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES <i>[Handwritten Signature]</i>	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA <i>[Handwritten Signature]</i>	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ¹	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES <i>[Handwritten Signature]</i>	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU <i>[Handwritten Signature]</i>	4. ALVÁRIO DIAS ⁴
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>[Handwritten Signature]</i>	5. VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO <i>[Handwritten Signature]</i>	6. FLEXA RIBEIRO <i>[Handwritten Signature]</i> (AUTOR)
EDUARDO AZEREDO <i>[Handwritten Signature]</i>	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA <i>[Handwritten Signature]</i>	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI <i>[Handwritten Signature]</i>	9. MÁRIO COUTO
PTB⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA <i>[Handwritten Signature]</i>	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
JEFFERSON PÉRES <i>[Handwritten Signature]</i>	1. OSMAR DIAS

Atualizada em: 01/04/2008

1 Eleito Presidente da Comissão em 08/08/2007;
 2 O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07);
 3 Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;
 4 Vaga cedida pelo Democratas;
 5 Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008;

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, c, 8, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo, pela ordem, a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior e, depois, ao Senador Mário Couto.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje o Democratas está de luto pelo falecimento do ex-Deputado Federal, ex-Vice-Governador, ex-Ministro e ex-Secretário de Estado da Bahia Eraldo Tinoco Melo, que foi um político atuante, leal, honesto, com grande espírito público. Ele, que pertenceu a este Congresso durante cinco legislaturas, vai nos fazer muita falta.

Nós aqui, da Bahia, estamos entristecidos, porém fazendo as homenagens devidas a esse grande baiano, a esse grande político. Portanto, estamos apresentando, juntamente com o Senador César Borges, requerimento de voto de pesar pelo passamento do nosso grande amigo Eraldo Tinoco Melo e solicitando que isso seja comunicado à família.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 431, DE 200

Requeremos, nos termos regimentais, seja aprovado Voto de Pesar pelo falecimento, neste 15 de abril de 2008, do baiano, ex-Deputado Federal e ex-Vice-Governador da Bahia, Eraldo Tinoco.

Justificação

A Bahia amanheceu de luto: aos 64 anos, faleceu na madrugada desta terça-feira (15), o ex-Deputado Federal Eraldo Tinoco.

Natural de Ipiaú, na região sul do estado, Eraldo Tinoco, que era formado em administração pública, foi deputado federal por quatro vezes, além de vice-governador na gestão Paulo Souto. Eraldo Tinoco também ocupou os cargos de secretário de transportes, de educação e de comunicação do estado e foi ministro da educação no governo Fernando Collor.

Tinoco foi um homem público exemplar, que prestou serviços ao Brasil e à Bahia em todos os cargos

que ocupou, no âmbito federal, estadual, no Poder Executivo e no Legislativo.

Por tudo isso, o Senado Federal manifesta seu pesar e apresenta condolências ao Governo do Estado da Bahia e à família enlutada.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2008. – Senador **Antônio Carlos Junior** – Senador **César Borges**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 432, DE 2008

Nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e de acordo com as tradições da Casa, requeiro voto de louvor a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRGN, por seu cinquentenário.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2008. – Senadora **Rosalba Ciarlini**.

REQUERIMENTO Nº 433, DE 2008

Nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e de acordo com as tradições da Casa, requeiro voto de louvor aos 175 anos de Emancipação Política da cidade de ACARI, município do Rio Grande do Norte.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2008. – Senadora **Rosalba Ciarlini**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência encaminhará os votos de louvor solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

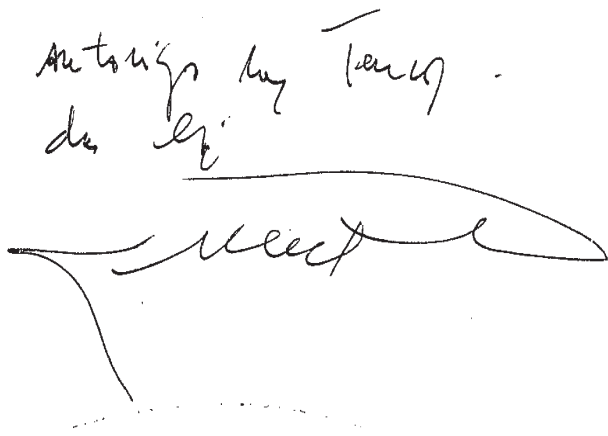
REQUERIMENTO Nº 434, DE 2008

Requeiro, nos termos do artigo 40 § 1º, inciso I do Regimento Interno, a necessária autorização para desempenhar missão no exterior, por indicação desta Presidência para participar, como representante do Senado Federal, no “Amazon Private Meeting” que terá lugar na Clarence House, em Londres, Inglaterra. O convite do evento encontra-se anexo.

Na oportunidade, comunico a Vossa Excelência em cumprimento ao disposto do art. 39, inciso I do Regimento Interno, que me ausentarei do País no período de 25 a 30 de abril do corrente ano, para o desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2008. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

Autógrafo do Senador
da Lei



O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 435, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 256, § 2º, do RISF, a retirada de Emenda oferecida ao PLC nº 123, de 2006, que “Altera dispositivos da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício profissional das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo, e dá outras providências, para instituir a representação federativa no plenário do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia”.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2008. – Senador **Marcelo Crivella**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência defere o requerimento lido, nos termos do art. 256, § 2º, do Regimento Interno.

O **Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2006**, será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 436, DE 2008

Requer Voto de Aplauso ao Desembargador Flávio Pascarelli, pelas suas considerações acerca dos critérios de eleição de presidentes de tribunais.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso ao Desembargador Flávio Pascarelli, pelas suas considerações, em entrevista à imprensa, acerca de critérios de eleição de presidentes de tribunais.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Dr. Pascarelli e ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Justificação

Empossado na semana passada no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Amazonas, o Dr. Flávio Pacarelli, que era Juiz de Direito desde 1984, defendeu, em entrevista à imprensa amazônica, novos critérios para a eleição de presidentes de tribunais. A seu ver, o dirigente do TJ-AM deveria ser escolhido pelo voto, por todos os magistrados, juizes e desembargadores. O ilustre Magistrado é reconhecido no meu Estado pela sua experiência e lucidez, pelo que faz jus a esta homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento que acaba de ser lido será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 437, DE 2008

Requer Voto de Aplauso ao massagista de equipes de futebol Raimundo dos Santos, de Manaus, um exemplo de vida e de dedicação, com 50 anos de bons serviços prestados ao esporte.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso ao massagista profissional Raimundo dos Santos, exemplo de vida dedicada ao esporte no Amazonas, com 50 anos de bons serviços prestados às agremiações do estado.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

Com 50 anos de bons serviços prestados ao esporte no Amazonas, o massagista profissional Raimundo dos Santos é exemplo de vida e de dedicação. Atualmente vinculado ao Libermorro/Atletas de Cristo,

Mundinho, como é carinhosamente chamado, viveu a época de ouro do futebol amazonense, passando por muitos dos clubes do estado. Ele faz **jus** a esta homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2008 – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 438, DE 2008

Requer Voto de Aplauso à Confederação Nacional de Municípios, pela realização, de 15 a 17 de abril de 2008, da XI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso à

Confederação Nacional de Municípios, pela realização, de 15 a 17 de abril de 2008, da XI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da direção da entidade.

Justificação

Pela 11ª vez, os municípios do Brasil vêm a Brasília, num movimento reivindicatório ordeiro e de cidadania, para a defesa dos interesses das nossas populações interioranas. A iniciativa, meritória, é da Confederação Nacional dos Municípios e, em sua pauta de reivindicações, constam pontos a serem debatidos para uma nova visão acerca do chamado Pacto Federativo. Por mais esse esforço, estão de parabéns os prefeitos e vereadores de todo o Brasil, pelo que requeiro ao Senado este Voto de Aplauso.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento que acaba de ser lido será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 439, DE 2008

Solicita ao Ministro de Estado da Integração Nacional informações sobre repasses de recursos federais para os projetos de irrigação em execução no Estado do Tocantins.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, observando estritamente o prazo estipulado pela Constituição Federal sob pena de crime de responsabilidade, seja solicitada ao Ministro de Estado da Integração Nacional, as seguintes informações:

1) relação dos repasses de recursos federais para os projetos de irrigação destinados ao Estado de Tocantins: **a)** Projeto de Fruticultura Irrigada de São João, no Município de Porto Nacional; **b)** Projeto de Irrigação Sampaio;

2) plano de trabalho com cronograma financeiro e de execução dos projetos de irrigação supracitados;

3) como será feita a seleção para ocupação dos lotes, qual a forma e quem fará essa seleção, OBSERVANDO estritamente o prazo estipulado pela Constituição Federal sob pena de crime de responsabilidade.

Justificação

É dever do Congresso Nacional fiscalizar, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade, a aplicação dos recursos da União, zelando pela correta utilização do dinheiro público.

O requerimento de informações ora proposto visa, dessa forma, a obter esclarecimentos sobre a destinação de verbas públicas para os Projetos de Irrigação nos municípios de Sampaio e Porto Nacional.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2008. – **Kátia Abreu**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Em nome, com certeza, de todos os membros do PSDB, quero me juntar a todos aqueles que transmitem seu voto de pesar à família do nosso querido amigo, colega, grande polí-

tico, homem de grande espírito público Eraldo Tinoco por seu passamento.

Foi um político que fez uma carreira brilhante defendendo o Estado da Bahia, onde foi Secretário de Estado, exercendo sempre com proficiência e qualidade de seu mandato e os cargos que ocupou.

Em nome do PSDB, queremos nos juntar a todos aqueles baianos, não-baianos, amigos e familiares por seu passamento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Mesa fará cumprir a solicitação de V. Ex^a

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, gostaria de saber de V. Ex^a se é possível me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os três inscritos para comunicações inadiáveis já falaram. Por isso, sugiro a V. Ex^a que procure falar como Líder ou pela Minoria.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado, Presidente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente Alvaro Dias, eu estava inscrito para uma comunicação inadiável, mas falei como orador inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a falou como orador inscrito?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Foi. Por isso,

cedo minha vez para o grande Senador do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Senador Mão Santa, a Assessoria me informa que V. Ex^a falou como...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... orador inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Como orador inscrito para breve comunicação.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então, cedo a comunicação inadiável ao nosso grande Senador pelo Pará Mário Couto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – O Senador Geraldo Mesquita Júnior estava na Presidência dos trabalhos e concedeu a palavra a V. Ex^a para uma comunicação inadiável.

O Senador Mário Couto falará como orador inscrito, substituindo o Senador Mão Santa assim que chegar a oportunidade.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – E qual é a ordem, Sr. Presidente? Informe-me, por obséquio.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Antonio Carlos Valadares é o próximo; depois o Senador Osmar Dias, que falará como Líder; em seguida o Senador Sibá Machado; e, depois o Senador Mário Couto.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – E eu, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador João Pedro antes; e depois o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, como orador inscrito, por dez minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho a honra e a imensa satisfação em comparecer a esta tribuna para registrar e comemorar um fato que engrandece o meu Estado, que engrandece o meu povo de Sergipe e que diz respeito à capital do nosso Estado, Aracaju.

Nossa capital desponta como a cidade brasileira de maior qualidade de vida. Já é a segunda pesquisa que põe Aracaju em destaque no item qualidade de vida da população. Neste caso temos uma pesquisa ainda mais profunda, abrangente e que, conduzida pelo Ministério da Saúde, procurava traçar um ranking das capitais mais saudáveis do Brasil. Aracaju foi escolhida como a primeira nos vários itens.

De pouco tempo para cá, Aracaju, já era reconhecida como a capital de maior qualidade de vida dentre as capitais do Norte e Nordeste, segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 2005. Agora, com essa pesquisa que abarcou 54 mil habitantes das 26 capitais e do Distrito Federal, chegamos ao topo desta homenagem que Aracaju ora recebe.

Várias capitais se destacaram na pesquisa do Ministério da Saúde. Goiânia, por exemplo, destacou-se por ser a capital onde mais se consome hortaliças; Tocantins chamou a atenção por ser a capital onde as mulheres têm menos excesso de peso; Vitória como a cidade do exercício físico; e Natal como a capital brasileira com menor número de fumantes. Mas foi Aracaju que totalizou maior soma de “bons comportamentos” e, portanto, alcançou a pontuação mais alta, sendo destaque em rede nacional de televisão.

O Globo Repórter, da última sexta-feira, dia 11 de abril, em seu especial sobre Saúde e Qualidade de Vida, coroou Aracaju como a capital onde o esforço do poder público foi o mais bem sucedido dentro da rubrica qualidade de vida.

Naquela pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, Aracaju já era apontada como a 12^a capital do Norte/Nordeste com melhores condições para se viver. E seu estudo tinha sido baseado no índice de satisfação dos habitantes em relação a doze quesitos dentre os quais oferta de serviços públicos, alimentação, moradia, renda e segurança.

A pesquisa atual, divulgada pela Rede Globo, na sexta-feira, dia 11, foi produzida a partir da avaliação de diferentes itens de qualidade de vida capital a capital, especialmente hábitos de saúde das pessoas e também da vida da própria cidade, das ruas, da limpeza. E a própria produção do programa da Globo, quando veio visitar Aracaju, na primeira quinzena de março, ficou encantada com a limpeza, a beleza e a organização da cidade.

O Globo Repórter deu destaque especialmente a dois itens, ou melhor, a dois programas deflagrados pela Prefeitura da cidade de Aracaju: o primeiro deles, o Programa Academia da Cidade, e o outro, a rede de ciclovias, que abarca um total de quase 40 Km de extensão.

Pessoalmente sou entusiasta dos dois programas. O primeiro, idealizado pela parceria Prefeitura/ Universidade Federal de Sergipe, atende a 15 bairros e, desde 2006, o Programa Academia da Cidade atende a 5 mil usuários. Ele significa, na prática, transformar espaços públicos de vários pontos da cidade em uma verdadeira academia a céu aberto. Atividades que agrupam pessoas de todas as idades são promovidas gratuitamente e vão desde ginástica localizada e aeróbica, ioga, recreação, danças populares até caminhadas. E tudo isso com avaliação física periódica, acompanhamento da pressão arterial e orientação de profissionais especializados. A Academia da Cidade atende três vezes por semana a cada comunidade e tornou-se um espaço não apenas de recreação e esporte, mas também de encontro e cidadania.

O outro programa, da prefeitura, é igualmente do maior interesse. Eu defendo prioridade para ciclovias em todas as capitais. Foi justamente este outro programa que elevou a cidade de Aracaju: o Programa das Ciclovias. Sou favorável a que todas as grandes cidades tenham uma ciclovia, assim como também as cidades de porte médio. Sou autor de emenda à lei que determina a inclusão de ciclovias nos planos diretores dos municípios com mais de 20 mil habitantes. Já existe a obrigatoriedade, no Estatuto das Cidades, de que as cidades com mais de 500 mil habitantes tenham ciclovias. Mas eu apresentei um projeto obrigando a que as cidades com 20 mil habitantes tenham um programa de construção de ciclovias. Ciclovias devem, naturalmente, dominar futuramente a infra-estrutura urbana das cidades do Brasil. Quero que o exemplo de Aracaju seja seguido por outras cidades e capitais. Na verdade, por qualquer cidade de mais de 20 mil habitantes.

Minha convicção, Sr. Presidente, é a de que qualidade de vida é também prevenção e sei – aliás, todos nós sabemos – que a melhor medicina é também a preventiva. Ciclovia permite qualidade de vida, permite

prevenção e, ao mesmo tempo, o convívio das pessoas e das famílias.

São políticas como essas que podem elevar o patamar da vida nas grandes cidades, normalmente tão estressadas e sufocadas por graves problemas de trânsito, que mal deixam espaço para o esporte da bicicleta, para o ar puro e para o silêncio.

Aqueles dois programas, que o Globo Repórter destacou são parte da preocupação permanente aqui do Senado, na Bancada da Saúde, da qual faço parte, cuja mais recente vitória foi a regulamentação da Emenda 29, que relatei e que já foi aprovada, nesta semana, pelo Plenário do Senado.

Ao ser sancionada pelo Presidente, esta Emenda injetará recursos da ordem de R\$23 bilhões até o ano de 2011 no setor saúde. Saúde é, portanto, um direito fundamental em qualquer foro em qualquer debate sobre a vida em sociedade, lado a lado com a segurança, educação, ambiente saudável, justiça social, habitação, paz, renda, alimentação e liberdade de expressão e pensamento. Na verdade, a saúde é o maior e o melhor recurso para o desenvolvimento social, econômico e pessoal. Por outro lado, quando se fala em qualidade de vida, naturalmente teremos que relacionar, estreita e intimamente, esses dois temas: não há qualidade de vida sem se levar em conta a saúde, e vice-versa, seja em termos individuais, seja em termos de comunidade.

Por outro lado, o conceito mais moderno de qualidade de vida é bem mais do que apenas ter uma boa saúde, seja ela física ou mental. É muito mais que isso! É claro que é essencial que cada um seja um bom gestor de sua saúde. Mas é crucial que cada um esteja de bem consigo mesmo, com sua comunidade, com as pessoas queridas e que esteja, ao mesmo tempo, engajado em alguma atividade produtiva, algum ideal coletivo – profissional, político, social –, alguma luta pela melhoria das condições de vida de sua coletividade, de seu próximo, de seu semelhante.

Isso significa que, todos nós, além de responsáveis por nossa própria qualidade de vida, sejamos também responsáveis pela qualidade ambiental e social, pela boa gestão de nossa vida em comunidade e nos integremos na luta pela boa gestão comunitária.

Somos finitos, nossos recursos ambientais são finitos, nossa luta precisa ser contínua e auto-sustentada para que nossa geração e as futuras gerações possam se desenvolver e ocupar seu lugar no ciclo infinito da vida.

Defendo, portanto, Sr. Presidente, a qualidade de vida como um meio e como uma luta incessante por um mundo melhor. Durante a vida, todas as pessoas necessitam de ambiente saudável, água e ar puro,

alimentação adequada, prevenção de problemas de saúde, educação, informação. Em outras palavras, estamos diante de fatores sociais, ambientais, econômicos e culturais que podem comprometer ou então melhorar e elevar a qualidade de vida.

Se queremos melhorar a qualidade de vida da coletividade, teremos que entrar com políticas públicas saudáveis, com políticas públicas comprometidas com a qualidade de vida e com a saúde da população.

Sr. Presidente, já estou encerrando.

Consciente disso e comprometido com essa bandeira, só posso saudar o Prefeito de Aracaju, Edivaldo Nogueira. S. Ex^a inaugurou com o Presidente Lula e com o Governador de Sergipe, Marcelo Deda, uma obra magistral, o viaduto de Aracaju, uma obra monumental e uma das mais bonitas do Brasil. Falo não só em termos de beleza, mas em termos de praticidade, porque está ajudando o tráfico de veículos na cidade de Aracaju.

Portanto, meus parabéns ao Prefeito Edivaldo Nogueira e ao Governador Marcelo Deda por essas conquistas, por seu empenho público para que nossa capital pudesse galgar aquele patamar e essa merecida projeção nacional.

Está de parabéns o nosso povo aracajuano, o nosso povo...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Estamos todos nós de parabéns pela concretização de um exemplo a ser seguido, a ser trilhado por outros gestores públicos com políticas acertadas em favor da qualidade de vida.

Em nome das aflições do nosso povo, entretanto, não posso deixar de registrar um outro combate necessário, uma outra política pública federal e estadual mais que necessária. Trata-se do combate contra uma chaga a ser extirpada das nossas capitais, de todas as grandes metrópoles nacionais, que é a praga da violência urbana e do caos do trânsito e da poluição urbana.

São chagas nacionais que exigem políticas emergenciais, medidas concretas – especialmente de combate à pobreza, ao desemprego e à exclusão social – de forma que aquelas conquistas de qualidade de vida, que não são apenas de Aracaju, mas pertencem às capitais do nosso País como um todo, não venham a ser comprometidas pelo avassalador crescimento de roubos, assassinatos e crimes comuns que assolam cada uma das nossas grandes capitais e cidades brasileiras.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

Com a palavra o Senador Osmar Dias, pela Liderança do PDT.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero comentar aqui a declaração dada pelo relator especial da ONU, Jean Ziegler, sobre a crise de alimentos que pode se abater sobre o mundo.

A meu ver, ele foi infeliz. Concordo com ele que estamos diante de uma questão de interesse mundial, a segurança alimentar. Ameaçados, vários países do mundo procuram os organismos internacionais, e a ONU se manifesta. Quando o relator Jean Ziegler diz que “o mundo pode passar fome em função de estarmos colocando os alimentos à disposição da produção de biocombustível”, ele comete um exagero, principalmente falando isso no momento em que se discute o assunto no Brasil, em congresso organizado pela FAO, um órgão do ONU. E é um exagero porque falamos de um país que tem área suficiente, clima bom, agricultores competentes para produzir tanto culturas que serão destinadas à alimentação quanto culturas que poderão ser destinadas à produção de biocombustíveis.

Os Estados Unidos queimaram, segundo a ONU, 138 milhões de toneladas de milho para a produção de álcool combustível. Mas esse é um caso que deve ser analisado do ponto de vista dos Estados Unidos. O ex-Presidente Fidel Castro dizia sempre que não se poderia combinar a produção de alimentos com a produção de energia, de biocombustível. Claro que em Cuba isso não é possível, porque não há espaço para as duas coisas. É claro que os Estados Unidos não têm a vocação que o Brasil tem, por exemplo, para a produção de álcool a partir da cana-de-açúcar.

Nós temos, no Brasil, um potencial produtivo que está longe de ser utilizado. Só de cerrado não utilizado temos noventa milhões de hectares; só de pastagens que podem ser utilizadas para a produção de grãos, cerca de 150 milhões de hectares, sem prejudicar a produção de carne. E este é um cenário positivo que se abre também no mundo para o Brasil.

Pois bem; o FMI, o Banco Mundial, enfim, os bancos de desenvolvimento também se manifestam dizendo que pode haver conflito – guerra mesmo – em função da disputa por alimento.

A situação é grave, mas nós não podemos entrar nesse discurso que está sendo patrocinado – e isso é evidente – por quem produz petróleo no mundo. Aqueles que produzem a energia a partir do petróleo não querem, evidentemente, o avanço do biocombustível.

Será que agora os ecologistas não vão se manifestar? Será que não é o momento das ONGs, que se manifestam sempre falando do aquecimento global, se manifestarem e dizerem que, conhecendo o Brasil, sabem que este País tem capacidade para suprir boa parte da demanda da população mundial por alimentos?

Quero lembrar que nós tínhamos, em 1960, uma crise de alimentos que afetava e condenava milhares de indianos e chineses à morte. Para lá, foi deslocado um agrônomo, Norman Borlaug, de Iowa, nos Estados Unidos, que, convocado pela FAO, foi para a região resolver o problema. Ele dobrou a produção de arroz na China, em dez anos, e dobrou a produção de trigo na Índia, em dez anos. Em 1970, ele recebeu o prêmio Nobel da paz, mas ele foi massacrado pelos movimentos ambientalistas que diziam que ele queria destruir as florestas do mundo. O que ele fez foi a chamada Revolução Verde. Hoje, 40% dos habitantes da China e da Índia devem as suas vidas exatamente ao movimento que ele proporcionou, a chamada Revolução Verde.

Agora, estamos diante de uma nova crise ou podemos estar entrando em uma nova crise de alimentos no mundo.

(Interrupção do som.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – O Presidente Lula foi até a Holanda para debater o assunto, mas levou poucas informações. Deveria ter levado mais informações. Por exemplo: o Brasil produz cerca de 800 milhões a 1 bilhão de litros de biodiesel. Já tem capacidade instalada para 3 bilhões de litros de biodiesel. E ninguém pode dizer que o Brasil deixou de exportar alimentos, porque a nossa capacidade de produção aumentou tanto que nós batemos um recorde atrás de outro.

Neste ano, sem uma política agrícola que possa ser dita adequada ao País, o Brasil vai produzir 140 milhões de toneladas. Bastam algumas alterações na política de apoio ao setor produtivo, e nós poderemos chegar rapidamente a 200 milhões de toneladas.

Hoje, o mundo tem 6 bilhões de pessoas que precisam comer. Serão 9 bilhões em torno do ano de 2025, e não há país que tenha a capacidade que o nosso tem para produzir alimentos e não há país que tenha a capacidade que o nosso tem de produzir energia a partir de culturas capazes de transformar-se em combustível.

Por isso, acredito que o Governo brasileiro está perdendo uma grande oportunidade, não apenas de se defender com discurso, mas de provar isso na prática, sendo arrojado, sendo ousado, colocando em prá-

tica uma política de apoio à produção de alimentos e de culturas para os biocombustíveis, sem ouvir essa cantilena, esses discursos que atendem a interesses de países que querem continuar vendendo petróleo a preço de ouro.

O Brasil não pode se curvar...

(Interrupção do som.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Peço só um minuto para concluir, Sr. Presidente.

O Brasil não pode se curvar diante desses interesses. Nós já fomos muito prejudicados por interesses da União Européia, que subsidiam fortemente os seus agricultores, que acabam com a agricultura da África, para onde mandam os seus excedentes. Os países africanos não conseguem produzir nem alimento, nem biocombustível, porque para lá são enviados os alimentos subsidiados produzidos na União Européia. Assim, é claro que os países africanos não conseguem concorrer.

O Brasil não pode se curvar diante dessa “conversa fiada”, porque o Brasil tem a liderança mundial. É o maior exportador de cerca de dez culturas e o segundo maior de outras cinco. Não podemos ficar ouvindo discursos e concordando. É preciso ousar, e para ser ousado é preciso colocar em prática alguns instrumentos de política de que voltarei a falar...

(Interrupção do som.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, apenas para concluir.

Voltarei a abordar o assunto desta tribuna, principalmente sobre a crise de abastecimento de trigo que está chegando, porque nenhum governo, até agora, acordou para o fato de que fica mais barato produzir trigo em nosso território que continuar dependendo do trigo argentino e canadense.

É hora de acordar!

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria enaltecer o pronunciamento do Senador Osmar Dias, que aborda temas de mais alta importância para o Brasil, em termos de posicionamento, em termos de futuro, inclusive no debate mundial sobre biocombustíveis e alimentos que está acontecendo. O Senador Osmar Dias pode, sem dúvida alguma, contribuir decisivamente para o esclarecimento dessas situações.

Sr. Presidente, eu gostaria de indagar a V. Ex^a se vamos ter sessão do Congresso Nacional para apreciação de vetos hoje. Alguma informação está

disponível, para podermos nos orientar em relação aos trabalhos?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sim, Senador Flávio Arns. Há uma sessão do Congresso Nacional prevista para 19 horas, a fim de deliberarmos sobre vetos.

Com a palavra o Senador Sibá Machado, por cessão da Senadora Fátima Cleide.

Em seguida, falará o Senador João Pedro.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado da República se reuniu hoje, em sessão especial, requerida por S. Ex^a o Senador Marco Maciel, para comemorar o bicentenário do Poder Judiciário independente no Brasil.

Como já foi registrado hoje, no dia 10 de maio de 1808, o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro foi elevada à condição de Casa de Suplicação do Brasil. Vale dizer que aquela Corte converteu-se em uma instância derradeira para a apelação dos processos iniciados no território brasileiro, ainda colônia de Portugal.

A agitação política que se seguiu à Revolução Liberal do Porto, em agosto de 1820, provocou o retorno de D. João VI a Lisboa, viagem que seria levada a efeito em abril do ano seguinte. Pouco antes de partir, em 7 de março de 1821, Sua Majestade assinou, ainda no Rio de Janeiro, decreto régio pelo qual aquiesce à convocação das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa. Convém lembrar que o chamamento da Assembléia Constituinte já se dera por ato de junta provisória que substituíra o regime de protetorado, caracterizado pelo governo do Lord Beresford.

As Cortes, ditas liberais e nacionalistas, em sua conformação majoritária, não tardaram em expressar seu ideal: eram favoráveis à instituição de uma monarquia constitucional e à restauração do Pacto Colonial. Sob o enfoque institucional, esse último aspecto implicava submeter órgãos administrativos e jurisdicionais em funcionamento no Brasil, desde a mudança da Corte para o Rio de Janeiro, à autoridade do Parlamento português. Essa política culminou com a edição do Decreto Legislativo de 29 de setembro de 1821, que dispôs sobre a transferência, para Lisboa, do Conselho da Fazenda, da Junta de Comércio e ainda da Mesa do Desembargo do Paço, da Consciência e Ordens e da já citada Casa de Suplicação.

As reações, no Brasil, não demoraram. “Resistir” era a palavra-de-ordem. As exigências impostas pelo movimento constitucionalista português motivaram, de forma expressiva, as articulações separatistas que culminaram com a Proclamação da Independência em

7 de setembro de 1822. E a Casa de Suplicação, que havia prevalecido antes mesmo da proclamação do novo Estado, firmou-se como instância final de jurisdição das lides propostas em território brasileiro. Nossa autonomia judicial, portanto, antecederia à própria afirmação de soberania do Estado brasileiro.

Mas as ressalvas de estilo, é claro, devem ser aqui consignadas. Não obstante a afirmação da autoridade da Casa de Suplicação, o preço exigido pela Grã-Bretanha, dentre outras imposições, por sua facilitação do reconhecimento do Estado brasileiro no concerto das nações foi a manutenção do Tratado de Navegação e Comércio, firmado em 19 de fevereiro de 1810.

Por esse instrumento, garantia-se ao Reino Unido o privilégio de nomear magistrados especiais para agir como juizes-conservadores nos portos e cidades do Brasil e demais domínios portugueses. Os juizes deviam se encarregar de todos os casos envolvendo súditos britânicos. Estes poderiam escolher o magistrado por maioria de votos, sujeito à ratificação de D. João VI ou seus sucessores. A remoção, por Portugal, dos juizes já investidos era possível tão-somente por apelo por intermédio do embaixador ou do ministro do Reino Unido.

Com o termo final de vigência do tratado previsto para 1825, a renovação e a manutenção dessa exceção ao princípio da territorialidade no exercício da jurisdição por uma comunidade política soberana tornaram-se a pedra-de-toque do intervencionismo de Londres nos negócios do novel Império, ao lado, é claro, das exigências de supressão do tráfico de escravos.

Embora a Constituição do Império de 1824 houvesse decretado a abolição de qualquer foro privilegiado, em 10 de novembro de 1827 o acordo era ratificado, mantidas todas as velhas vantagens do Reino Unido, inclusive as tocantes à regra de extraterritorialidade jurisdicional. Em seu Artigo IV constava que, como a Constituição do Império do Brasil havia abolido as jurisdições especiais, “o cargo de juiz conservador para a Nação Britânica” devia “subsistir apenas até que algum substituto satisfatório para essa jurisdição” fosse “estabelecido, capaz de servir, da mesma forma, à proteção das pessoas e da propriedade dos Súditos de Sua Majestade”.

Alan Manchester, em seu magistral **Preeminência Inglesa no Brasil**, assinala que “essa época nunca chegou e a jurisdição extraterritorial da Grã-Bretanha no Brasil continuou até que a Corte do Rio de Janeiro declarou nulo e se recusou a negociar um outro acordo”.

Paradoxalmente, esse inequívoco ato de soberania, que só veio a ocorrer em 9 de novembro de 1844, se deu como repulsa dos escravocratas brasileiros às

investidas de Londres contra o comércio negro. O ministro inglês Hamilton-Hamilton ainda tentou manter tratativas para assegurar a continuação dos juizes conservadores como instituição perpétua. Mas a entrada em vigor do *Aberdeen Act*, em 8 de agosto de 1845, pelo qual foram autorizadas as abordagens e apreensões, pela armada britânica, em alto-mar, de navios negreiros brasileiros foi a pá-de-cal nas negociações.

Dessa maneira, para defender a escravidão, demos um “basta” à relativização de soberania no que concerne ao exercício do poder jurisdicional pelos próprios brasileiros.

Isso não significou, todavia, àquela altura, a afirmação da autonomia do nosso Judiciário, no plano das relações internas entre os Poderes. A prerrogativa de controle de constitucionalidade das leis só viria a ser declarada na Constituição de 1891. O ingresso na carreira por concurso público e a estabilidade só viriam a ser universalizados com a promulgação da Constituição de 1934. A independência financeira, por seu turno, só veio a ser consagrada muito mais tarde, com o Estatuto Político de outubro de 1988.

Naqueles idos, devemos recordar, podia o Imperador, com suporte no Poder Moderador que lhe reconhecia a Carta de 1824, suspender de suas funções os magistrados contra os quais houvessem sido apresentadas queixas.

Assim, Sr. Presidente, ao me somar às comemorações do nascimento de nosso Poder Judiciário independente, quis eu, com essas breves observações, destacar uma idéia que me parece fundamental: a independência do Poder Judiciário é tarefa que não termina nunca; é trabalho diuturno de toda uma cidadania que ali tem a sua última cidadela contra toda e qualquer forma de arbítrio.

Alexander Hamilton assinalou, com muita propriedade, em um dos **Artigos Federalistas**, que

[...] todo aquele que considerar atentamente os diferentes poderes perceberá que, em um governo em que eles estão separados, o judiciário, pela natureza de suas funções, será sempre o menos perigoso para os direitos políticos da Constituição, por ser o menos capaz de transgredi-los ou violá-los. O executivo não só dispensa as honras como segura a espada da comunidade. O legislativo não só controla a bolsa como prescreve as regras pelas quais os deveres e direitos dos cidadãos são regulados. O judiciário, em contrapartida, não tem nenhuma influência sobre a espada nem sobre a bolsa; nenhum controle sobre a força nem sobre a riqueza da sociedade e não pode tomar nenhuma resolução ativa. Pode-se dizer que

não tem, estritamente, força nem vontade, mas tão-somente julgamento, estando em última instância na dependência do braço executivo até para a eficácia de seus julgamentos.

Nessa linha, podemos afirmar que o que de fato assegura a independência do Poder Judiciário é a autoridade moral de seus pronunciamentos, nos quais, sempre e cada vez mais, a autoridade do argumento há de prevalecer sobre o argumento de autoridade. E o argumento judicial, para ser respeitado, haverá de ser, em qualquer circunstância, o seguro e equilibrado ditado da garantia de encontro da liberdade com a igualdade. Só a apuração, de forma imparcial e independente, pelo magistrado da conduta correta a ser observada é a certeza de realização de um programa de metas escolhido democraticamente pela maioria dos cidadãos como projeto racional de sociedade justa.

Sr. Presidente, com essas palavras, quero prestar as minhas homenagens aos 200 anos do Judiciário brasileiro e dizer que, entre tantos momentos de dificuldades que o País viveu, ainda assim, essa tríade que nós temos da presença do Estado brasileiro – Executivo, Legislativo e Judiciário – é o que há de melhor acabado para a correlação de forças políticas e democráticas do nosso País.

Viva o Judiciário brasileiro! Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Sibá Machado, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Cumprimento o Senador Sibá Machado pelo seu discurso na tarde de hoje.

Viva o Poder Judiciário brasileiro!

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Expedito Júnior.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Uma informação, Sr. Presidente.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de verificar a ordem da nossa inscrição como Líder do PR.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – V. Ex^a tem direito à palavra, tendo em vista que já chegou a delegação da Liderança. V. Ex^a está na ordem de inscrição, e, nesse caso, temos inscritos os Senadores João Pedro, Mário Couto e o Senador...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é exatamente

te sobre isso. Quero dar a minha vez ao nosso Senador Expedito, porque amanhã, Sr. Presidente, estarei inscrito como segundo orador e o assunto que tenho posso falar amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Perfeito.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Agradeço, Sr. Presidente e retiro a minha inscrição. Vou falar na segunda inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – V. Ex^a vai falar por cessão do Senador Mário Couto.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Isso, mas é a segunda inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Mas V. Ex^a vai falar também pela Liderança do Partido. Nesse caso, V. Ex^a tem preferência para fazer uso da palavra. São cinco minutos para Liderança de Partido, e, por cessão do Senador Mário Couto, V. Ex^a tem dez minutos. V. Ex^a faz a opção: por cessão ou pela Liderança.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Não. Vou falar por cessão do Senador Mário Couto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Então, V. Ex^a tem que aguardar a ordem de inscrição.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – E agradeço ao Senador Mário Couto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Com a palavra o Senador João Pedro por dez minutos.

Senador Expedito Júnior, após o Senador João Pedro, V. Ex^a fará uso da palavra.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nestes primeiros minutos, quero registrar o deslocamento de um navio da Marinha brasileira para a fronteira do Brasil com o Peru para atender a um pleito das comunidades indígenas do Rio Javari, no Município de Atalaia do Norte. É um rio emblemático, porque é o rio que faz a fronteira do Brasil com o Peru, nosso país vizinho.

O navio-hospital Oswaldo Cruz, da Marinha brasileira, está-se deslocando para lá, justamente coincidindo com a Semana da Mobilização Indígena, por conta do dia 19 de abril, que é o dia que as instituições e o movimento indígena trabalham como o Dia Nacional do Índio.

Sr. Presidente, eu, há uns oito meses, vim a esta tribuna para levantar a situação da saúde das populações indígenas dessa região. São quase quatro mil

índios de várias etnias – vou ler algumas delas. É uma situação muito emblemática nesse rio de fronteira, com quatro mil índios das seguintes etnias: Marubo, Mayoruna, Kanamari, Matis, Kulina e Korubo.

Ora, eu trouxe para cá o clamor dos povos indígenas dessa região. Penso que o Estado brasileiro, a sociedade brasileira, o Governo brasileiro devem atenção ao clamor dos povos indígenas.

O meu pronunciamento... E mais um requerimento eu mandei ao Ministro da Saúde, Ministro Temporão, ao Presidente da Funasa, Dr. Danilo Fortes. Eles atenderam esse pleito. Mas não é um pleito meu, não, de um Senador. É um pleito de várias instituições nacionais, do Cimi, de várias organizações que trabalham com a questão indígena, por conta da situação de saúde precária dos povos indígenas lá da fronteira do Brasil com o Peru.

Eu tenho informações da Funasa, do Ministério da Saúde, Senador Arthur Virgílio, de que há um deslocamento de um navio-hospital da Marinha para atender, com uma equipe grande, uma equipe de mais de 40 profissionais.

A operação para atender a situação da saúde mobiliza não só os servidores da Funasa, como os servidores da Funai, da Aeronáutica, da Marinha e do Exército.

Eu quero aplaudir o gesto do Ministério da Saúde, da Funasa, por entender que é muito importante ouvir as reivindicações de populações que estão lá na fronteira do Brasil, em algum ponto da nossa Amazônia. Eu quero chamar atenção das autoridades daquela região e dizer da minha alegria pelo deslocamento de profissionais, de médicos, de enfermeiros, de bioquímicos para atender às reivindicações das lideranças indígenas e também de prefeitos, das Câmaras Municipais. Ali é uma tríplice fronteira e abrange também Municípios de meu Estado que estão na fronteira do Brasil com a Colômbia e o Peru. São os Municípios de Benjamin Constant, Tabatinga e Atalaia do Norte.

Sr. Presidente, alguns Senadores já se manifestaram acerca do tema, mas eu o trago novamente. Trata-se da manifestação feita, na Alemanha, pelo Relator Especial da ONU para Direitos à Alimentação, Sr. Jean Ziegler, que já esteve, inclusive, aqui no Senado, tem uma estória na Europa, fez debates na América do Sul. E ele veio a esta Casa para o conhecimento da produção do biodiesel e suas conseqüências para as populações mundiais, principalmente dos países da América do Sul, da Ásia e da África.

Sr. Presidente, há um equívoco nessa manifestação do representante da ONU. Primeiro, porque foi uma fala que generalizou – e essas falas são perigosas. Penso que nós, brasileiros – não só o Governo, mas

as instituições, os Governadores, os Parlamentares –, devemos responder à opinião de uma autoridade que considero equivocada sob o ponto de vista do Brasil, da pesquisa, das instituições, do debate interno nacional sobre a produção do biodiesel, do etanol, da bioenergia ou da energia limpa. Precisamos travar esse debate com profundidade e tranqüilidade. Falo como um homem da Amazônia.

Ontem fiz o registro de uma visita a um centro de excelência da Petrobras que trabalha a questão ambiental, que trabalha a questão do gás, do petróleo, lá no Estado da Amazonas. Fiz um registro em função da visita que fizemos.

Precisamos, mesmo na Amazônia, travar esse debate com a tranqüilidade de que é possível – tanto a sociedade civil como o Estado brasileiro, o Governo – discutir a produção, a pesquisa do biodiesel, sem comprometer o meio ambiente.

É preciso dizer que podemos ter o desenvolvimento sustentável com respeito ao meio ambiente, com o compromisso social, com o compromisso econômico sem devastar a nossa Amazônia, sem maltratar os povos indígenas, sem passar por cima das populações tradicionais.

Então, essa declaração de que o biodiesel vai impor a fome, a miséria, é equivocada, principalmente do olhar sobre o que o Brasil está fazendo – fez, está fazendo e fará.

É preciso que a União Européia reflita sobre o que ela fez, principalmente no passado, na América Latina e na África. O que a Inglaterra fez lá na Ásia, lá na Índia? E o que os países europeus fizeram e causaram ao povo africano, aos países do continente africano? O que a Espanha fez com os nossos países-irmãos na América Latina?

E hoje o Brasil, fruto da pesquisa, do debate duro, interno, está desenvolvendo, com mérito a várias instituições, a segmentos importantes da economia brasileira, o etanol. E essa pesquisa continua. O etanol não está derrubando a floresta, é preciso dizer isso. Ela avança na terra da pecuária, ela avança onde a pecuária já trabalhou. Estamos mudando; há uma mobilização no sentido de desenvolver a pecuária em território menor. É evidente que como homem da Amazônia, venho dizendo e mais uma vez digo: chega de derrubada irresponsável da nossa floresta! Chega de roubo da madeira nobre da Floresta Amazônica! Hoje, temos um padrão em que é possível, sim, fazermos o manejo florestal com responsabilidade, com renda e com pouco impacto na nossa floresta.

Então é preciso compatibilizar. Essa opinião, para o Brasil, não vale, porque temos um imenso território,

temos regiões importantes para trabalhar, incluindo populações que foram excluídas do processo produtivo.

É preciso fazer justiça.

Quero lembrar o Governo do Presidente Lula. O nosso Governo tem avançado – e muito – com responsabilidade social...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – ...e com respeito às populações tradicionais. Tenho de colocar aqui as populações tradicionais da Amazônia, porque isso não foi discutido. O Estado brasileiro fez questão de passar por cima e falar de um vazio demográfico, sem levar em consideração as particularidades da Amazônia.

É preciso construir políticas públicas com esse padrão de responsabilidade; é preciso restabelecer a inclusão de milhares de famílias no sistema produtivo. É possível hoje, sim, construir esses ambientes.

Aqui no Senado temos várias comissões. Hoje discutimos, numa subcomissão, as queimadas na nossa floresta. É preciso trazer as instituições, o Inpe, o Cipam, os Governadores, os Prefeitos, os movimentos sociais...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – ...e estabelecer uma agenda positiva, com padrão de responsabilidade, de compromisso social, ambiental e econômico para a nossa região. O que não posso aceitar – e quero compartilhar – é a opinião que generaliza e não bate com a realidade do nosso País.

O Governo tem uma proposta para o biodiesel; a sociedade e o Governo têm proposta para o etanol, e nós estamos discutindo projetos para a Amazônia. E a Amazônia não tem só esse noticiário de degradação. Há muita coisa positiva acontecendo na Amazônia com respeito ao meio ambiente e à geração de renda. No meu Estado mesmo, o Amazonas, eu posso falar de pelo menos dez grandes projetos com um padrão que pode ser uma referência para a Amazônia, para a geração de renda e a inclusão social na nossa região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Parabéns, Senador João Pedro.

Na ordem de inscrição, concedo a palavra ao ilustre Senador Expedito Júnior, representante do Estado de Rondônia.

Quero saudar e cumprimentar aqui, pela presença no plenário, os oficiais superiores e alunos dos cursos de Política e Estratégia do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Sejam bem-vindos à Casa do povo, ao Senado Federal.

Com a palavra o Senador Expedito Júnior, por dez minutos.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes, eu gostaria de agradecer ao Senador Mário Couto pela sua cessão para que eu pudesse fazer uso da palavra.

Eu estava inscrito pela liderança do PR, teria cinco minutos, e ganhei mais cinco minutos, Sr. Presidente. Agradeço ao Senador Mário Couto e quero cumprimentar V. Ex^a por estar presidindo os trabalhos neste momento. Com certeza V. Ex^a é um Senador que, além de representar com galhardia o seu Estado de Mato Grosso, representa também os cidadãos amazônicos.

Sr. Presidente, antes de iniciar o meu pronunciamento, eu gostaria de registrar que, além do ex-deputado Newton Capixaba, vieram nessa marcha dos prefeitos vários vereadores. Aqui estão alguns vereadores do Estado de Rondônia, principalmente do Município de Espigão do Oeste. Estão aqui o Presidente da Casa, Valtinho Lara, o Vice-Presidente, Amilton, o Genésio Mateus, o Nelson da Silva e o Vereador Aluizio Lara. Eu gostaria de registrar a presença desses nobres vereadores de Espigão do Oeste.

Tivemos a oportunidade, neste fim de semana, de percorrer alguns Municípios do Estado de Rondônia. Eu estive lá na divisa com a Bolívia, praticamente em Guajará-Mirim, e tive a oportunidade de reunir todos os líderes de bairro daquele Município, onde houve várias reivindicações. Estavam presentes o Presidente Raimundo Pereira Costa, o Presidente Luiz Gonzaga de Oliveira Filho, José Martins de Oliveira Filho, Maria de Lourdes Carvalho, Orivaldo Rodrigues Chaves, Edson Ribeiro do Nascimento.

Além de tratar de vários assuntos pela melhoria da qualidade de vida do povo de Guajará-Mirim, tive a oportunidade também de me deslocar até o distrito do Município de Guajará-Mirim, onde tivemos, já à noite, várias reuniões. A comunidade estava solicitando não só a melhoria na escola, mas também a recuperação dos seis quilômetros de rodovia ligando à BR 425, do Município de Guajará-Mirim até o Distrito de Iata. Nós também discutimos a implantação do segundo grau naquele Distrito. Enfim, eu tive a oportunidade de ser recebido por uma grande comunidade do Distrito de Iata. E faço questão de registrar aqui, Sr. Presidente, a maneira cortês como estamos sendo recebidos todas as vezes que adentramos o Estado de Rondônia.

Mas eu queria fazer um registro antes ainda do meu pronunciamento. Sr. Presidente, nós já buscamos o entendimento nesta Casa. Praticamente todos os líderes... O Líder Arthur Virgílio, do PSDB, foi quem deu

encaminhamento aqui, praticamente, ao requerimento de votação da transposição dos servidores do Estado de Rondônia, do quadro estadual para o quadro federal. Já há um consenso na Casa entre os líderes de oposição, líderes da base aliada do Governo, líderes do Congresso Nacional e líderes do Senado. Enfim, chegamos aqui a um consenso para que essa matéria possa ser apreciada e votada na Câmara dos Deputados, haja vista que essa PEC já foi votada aqui no Senado e precisa tão-somente ser votada naquela Casa.

Aproveito a presença de V. Ex^a à Mesa e faço um apelo no sentido de que se busque esse entendimento com o Presidente Arlindo Chinaglia para que possamos votar essa matéria e dar esse presente ao povo do meu Estado. Isso já foi feito com os ex-Territórios – Amapá e Roraima. Portanto, não é justo que se dê um tratamento diferenciado aos ex-servidores do ex-Território do Estado de Rondônia.

É uma questão de justiça, Senador Mesquita, V. Ex^a, que é vizinho do nosso Estado. É uma questão de justiça para com o povo que deu parte da sua vida para que se construísse o meu Estado, Rondônia, como é hoje.

Nós aprovamos, nesta Casa, a Resolução nº 034, em que se definiu a suspensão do pagamento da dívida do Banco do Estado de Rondônia – o Beron -, e até hoje o Governo Federal não cumpre uma decisão tomada pela maioria dos Senadores desta Casa. Até hoje o Governo Federal reluta em cumprir a decisão do Senado já pela quarta vez. Já é o quarto mês consecutivo em que o Governador de Rondônia sofre esse seqüestro nas contas do Estado. Foi uma decisão tomada pela maioria desta Casa, com os Senadores de Oposição, com os Senadores da Base aliada, e, infelizmente, o Governo teima em não cumpri-la. Nós estamos tentando reparar esse dano no Supremo, e espero que possamos, em poucos dias, estar com essa decisão nas mãos para verdadeiramente comemorarmos aquilo que foi feito por esta Casa.

Sr. Presidente, a coluna do Jornalista Cláudio Humberto na Internet, no último dia 10, publicou nota informando que o Jornalista Hélio Doyle assinou carta ao Ministro da Justiça, intitulada *Repúdio às Imorais Indenizações de Zivaldo e Jaguar*. Segundo a nota, a Comissão de Anistia beneficiou Zivaldo com a indenização de R\$1,2 milhão, e Jaguar, com a indenização de R\$1 milhão. Ambos foram fundadores do Semanário Pasquim e alegaram perseguições pela ditadura militar.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu gostaria de requerer a inclusão do texto da referida carta de Hélio Doyle nos **Anais** desta Casa. Eu quero elogiar a sua postura que repudiou a decisão, que chamou

de imoral, de afrontosa, de absurda, de injustificável, e que classificou as duas indenizações de acintosas e indecentes.

Recordo-me de que a publicação de portarias sobre essas anistias tem causado grande repercussão negativa junto à sociedade. Essa é mais uma delas. Por isso, resolvi vir a esta tribuna para falar sobre a sensação de falta de transparência e de falta de critérios objetivos que fica no ar toda vez que é divulgada notícia sobre a decisão da Comissão de Anistia. São indenizações exorbitantes, que podem até ser justas – eu não sei -, mas sem a devida divulgação dos critérios adotados. Em um país tão carente de recursos para saúde, saneamento e tantas outras coisas, assusta quando vemos, a todo instante, indenizações de R\$100 mil reais para cada caso que é levado ao exame daquela Comissão. Agora, vemos essas de mais de R\$ 1 milhão.

As poucas informações que são divulgadas sobre as indenizações acabam chegando em razão de novas indenizações concedidas e não por vontade dos conselheiros da Comissão de Anistia em dar transparência aos seus atos. Em seis anos, essas indenizações já representam mais de R\$ 2,3 bilhões.

Eu considero esses números absurdos! Convinhamos que são valores que no mínimo requerem a nossa fiscalização dentro da prerrogativa que cabe a esta Casa, que cabe ao Congresso Nacional. Não conheço os membros da Comissão de Anistia, mas acredito que tenham sido indicados justamente em razão de serem pessoas ilibadas. Imagino que até eles devem preferir uma maior transparência para que a cada nova decisão não fiquem pairando no ar dúvidas sobre os critérios que foram adotados.

Eu quero anunciar que, em setembro do ano passado, apresentei ao Senado Federal o Projeto de Lei nº 517, de 2007, justamente com o objetivo de dar mais transparência às decisões da Comissão sobre as indenizações. Essa matéria está sendo relatada na CCJ pelo Senador Demóstenes Torres, e quero fazer um apelo a S. Ex^a para que apresente o voto; para que apresente, se possível, o seu relatório.

Tomei conhecimento de que alguns cidadãos que estão com seus processos para reconhecimento na Comissão de Anistia ficaram preocupados se o meu projeto limita as indenizações. Isso não é verdade. O objetivo do nosso projeto – repito, Sr. Presidente – é dar mais transparência e fiscalização aos atos adotados pela Comissão de Anistia.

Quem pode ter medo da transparência? Quem pode ter medo da transparência? Quem pode ter medo da verdade? Essa é a pergunta que fica no ar que precisa ser respondida.

(Interrupção do som.)

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Acredito que estes dois aspectos – a transparência e a fiscalização – serão da maior importância para que não sejamos surpreendidos daqui a pouco com a necessidade de uma CPI para tratar desse assunto nesta Casa.

O PLS 517 propõe que a portaria do Ministro da Justiça que vier a deferir essas indenizações passe a discriminar claramente os valores relativos aos danos materiais (que são objetivos) e aos danos morais (que são subjetivos e, normalmente, mais elevados).

Sugerimos ainda que, antes do deferimento do valor da indenização – que tem sido sempre exorbitante –, o TCU se manifeste previamente quanto à capacidade orçamentária do Estado.

Para tanto, julgamos também importante que um representante do Tribunal de Contas da União passe a fazer parte da Comissão de Anistia.

E outro ponto que considero fundamental é o dispositivo que inseri no projeto,...

(Interrupção do som.)

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – ... determinando que os membros da Comissão de Anistia apresentem cópia da respectiva Declaração de Imposto de Renda antes da posse, a cada exercício como membro da Comissão, e no ato do seu desligamento.

Em síntese, Sr. Presidente, são esses os pontos mais importantes do PLS 517, de 2007, de nossa autoria.

Encerro meu pronunciamento, renovando minha admiração pela postura do jornalista Hélio Doyle, e faço questão de ler um último trecho de sua carta:

“Aplaudimos os demais jornalistas que fizeram o saudoso semanário pela decisão de não acompanharem Ziraldo e Jaguar nessa pilhagem, roubando dos brasileiros o dinheiro que deveria – e poderia – estar sendo utilizado na construção de hospitais, num país de doentes; de escolas, num país de analfabetos; na geração de empregos, num país de desempregados.”

(Interrupção do som.)

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de falar na tarde de hoje.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EXPEDITO JÚNIOR EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Repúdio às indenizações de Ziraldo e Jaguar

[View Current Signatures](#) - [Sign the Petition](#)

To: Ministério da Justiça

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Repúdio às imorais indenizações de Ziraldo e Jaguar

“Então eles não estavam fazendo uma rebelião, mas um investimento.”

Millôr Fernandes

Exmo. Sr.
Tarso Genro
Ministro da Justiça
Brasília – DF

Excelência,

Repudiamos a decisão imoral da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, que - de forma afrontosa, absurda e injustificável - premiou a título de “indenização” os cartunistas Ziraldo Alves Pinto e Sérgio de Magalhães Gomes Jaguaribe, o “Jaguar”, fundadores de “O Pasquim”, com acintosas e indecentes “indenizações”.

Sem desconhecer ou negar os méritos do extinto jornal e sua corajosa participação na luta contra o regime implantado pelo golpe de 1964, não se pode, de forma alguma, aceitar esse equívoco lamentável do Ministério da Justiça, que nos custará a bagatela de R\$ 1.253.000,24 (hum milhão duzentos e cinquenta e sete mil reais e vinte e quatro centavos) para Ziraldo, e outros R\$ 1.027.383,29 (hum milhão vinte e sete mil trezentos e oitenta e três reais e vinte e nove centavos) para Jaguar, além de polpudas pensões mensais e vitalícias. Isso tudo à custa de nosso trabalho, raspado de nossos bolsos, em decisão que enxovalha o Estado de Direito e a seriedade no trato dos dinheiros públicos.

Há que se registrar a cupidez vergonhosa de dois jornalistas do nível de Ziraldo e Jaguar, que encerram suas vidas profissionais desenhando em tinta marrom a charge da desmoralização de suas lutas e da degradação moral de suas biografias. Transformaram em negócio o que pensávamos ter sido feito por dignidade pessoal e bravura cívica. Receberam, por décadas, o nosso aplaudo sincero. Agora, por dinheiro, escarnecem de toda a cidadania, chocada e atônita com a revelação de suas verdadeiras personalidades e intenções.

Com a ditadura sofreram todos os brasileiros. Por isso não encaramos como negócio lucrativo, prebendário e vergonhoso o que se fez por idealismo, honradez e dever. A ditadura não só não provocou danos terríveis a Ziraldo e Jaguar, como agora o enriquece e os torna milionários à custa de um país de miseráveis e doentes.

Aplaudimos os demais jornalistas que fizeram o saudoso semanário pela decisão de não acompanharem Ziraldo e Jaguar nessa pilhagem, roubando dos brasileiros o dinheiro que deveria (e poderia) estar sendo utilizado na construção de hospitais, num país de doentes; de escolas, num país de analfabetos; na geração de empregos, num país de desempregados.

Que se degradem, que se desmoralizem, que se mostrem publicamente de uma forma que jamais poderíamos esperar. Mas não à custa de nossos bolsos, surrupiando o dinheiro suado de milhões de brasileiros que sofreram com o regime de exceção, mas nem por isso se acham no direito de “ganhar na loteria”.

Exigimos mais critério, seriedade e parcimônia na concessão de tais indenizações pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Para que se evitem espetáculos bisonhos como o que assistimos.

Ruy Nogueira Netto

Sincerely,

The Undersigned

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Cumprimento o Senador Expedito Júnior pela sua luta incessante, naturalmente, pelos direitos do povo de Rondônia.

V. Ex^a – eu tenho acompanhado – tem lutado muito para que os servidores daquele Estado sejam encampados pelo Governo Federal, até porque é questão de justiça, na medida em que, no Estado de Rondônia e no Estado do Amapá, já é o Governo Federal que paga.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Pela ordem, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a me inscrevesse para falar como Líder do PMDB, se possível, se não houver nenhum Líder inscrito, se for agora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Já temos inscrito o Senador Arthur Virgílio. Após o Senador Arthur Virgílio, fará uso da palavra o Senador Carlos Dunga e, depois, V. Ex^a.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Já foi aberta a Ordem do Dia ou não?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Não, não foi aberta.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Não haverá Ordem do Dia hoje?

Então eu fico para falar depois da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Estamos aguardando ainda o Sr. Presidente da Casa.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Pela ordem, a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de protocolar, neste momento, um pedido de informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional, Ministro Geddel, sobre repasses de recursos federais para os projetos de irrigação em execução no Estado de Tocantins.

Sr. Presidente, no Estado de Tocantins, nós temos três grandes projetos de irrigação que foram iniciados há vários anos.

O Projeto Indianópolis, que recentemente foi inaugurado pelo Presidente, começou ainda no governo anterior, em 2001. É um projeto de 5 mil hectares de fruticultura, que já consumiu R\$214 milhões.

Temos o Projeto de Irrigação Sampaio, que se iniciou também em 2001, portanto no Governo anterior

ainda, somando quase 9 anos. É um projeto de 1.000 hectares de arroz e fruticultura, cujo contrato é de R\$64 milhões, dos quais já foram liberados, autorizados e pagos, R\$48 milhões; e o Projeto de Fruticultura Irrigada de São João, em Porto Nacional, próximo à nossa capital, Palmas, um projeto de 3.500 hectares, cujo valor projetado é de R\$209 milhões, dos quais já foram pagos R\$112 milhões.

Sr. Presidente, gostaria que o Ministro Geddel, o Ministério como um todo e seus técnicos, pudesse dar uma informação para o Estado do Tocantins, por meio de minha pessoa, a respeito desses dois projetos especialmente, o Projeto Sampaio e o Projeto São João, cuja inauguração ainda não ocorreu e cujo plantio nessas áreas ainda não se iniciou, mesmo após 9 anos de existência praticamente. Por outro lado, o Propertins, que teve início 1 ano depois desses dois, já foi, inclusive, inaugurado pelo Presidente atual, pois começou no Governo anterior.

Nesse sentido, gostaria que o Ministro nos desse uma explicação a respeito do atraso em relação a esses dois projetos. Todos os anos, a bancada do Tocantins, Deputados e Senadores, nunca deixou de colocar recursos para esses dois projetos, porque são projetos de geração de emprego e de renda. Fruticultura e arroz irrigado são duas atividades que atraem muita mão-de-obra, em torno de 4 a 5 trabalhadores por hectare.

Então, Sr. Presidente, por estar preocupada com essa demora, ficaria muito agradecida por saber o que está acontecendo com esse cronograma, uma vez que o Propertins, em Dianópolis, já está inaugurado e suas áreas já estão sendo licitadas aos produtores rurais que se habilitaram para esse processo.

Gostaria de saber também sobre os projetos Sampaio, no Bico do Papagaio, e São João, em Porto Nacional, em relação aos quais não temos ainda notícias de quando poderão os produtores rurais do meu Estado e de outras regiões entrar na licitação para operar esse projeto de irrigação tão importante para o Estado de Tocantins.

Portanto, Sr. Presidente, peço que V. Ex^a encaminhe ao Ministério da Integração Nacional meu pedido de explicações em relação aos repasses de recursos federais para os projetos de irrigação destinados ao Estado de Tocantins, Projetos Sampaio e São João; plano de trabalho, com cronograma financeiro e de execução dos projetos de irrigação supracitados; como será feita a seleção para ocupação dos lotes e qual a forma e quem fará essa seleção, observando estritamente o prazo estipulado pela Constituição Federal, sob pena de crime de responsabilidade.

Se for o caso, o Ministro Geddel, contará com a companhia da bancada de Tocantins para fazer uma

visita **in loco** a esses dois projetos, para que possamos ver de perto o andamento do Projeto São João e o Projeto Sampaio, no Estado do Tocantins, onde ele será muito bem recebido.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Presidente Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Será atendida a Senadora Kátia Abreu, na forma regimental.

Pela ordem, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em meu nome e do Senador Paulo Duque – e, tenho certeza, de todos os Senadores e Senadoras –, quero fazer uma saudação aos oficiais da Marinha, do Exército e da Aeronáutica que fazem parte das escolas de políticas e estratégias das Forças Armadas, que neste momento visitam o plenário do Senado Federal, em uma visita ao Poder Legislativo, que é parte essencial ao Estado democrático de direito que todos defendemos e preservamos em nosso País.

Portanto, nossa saudação, como muito respeito e alegria, aos oficiais das Forças Armadas no plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – A Mesa agradece a presença dos nossos militares. Sentimo-nos honrados sobremaneira, até porque são vocês os verdadeiros guardiões deste País. Certamente as Forças Armadas têm um papel preponderante na soberania nacional.

Sejam bem-vindos à Casa do povo.

Com a palavra o ilustre Senador Arthur Virgílio, como Líder.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, antes de tudo uma explicação bem simples: ouvi muita reclamação sobre o gesto da Comissão de Infra-Estrutura de legitimamente aprovar um adendo à convocação da Ministra Dilma Rousseff, para que ela também falasse – e ela não teria como escapar de falar –, ao falar de PAC, de cartões corporativos.

Ouvi coisas terríveis, tais como a de que o Governo retiraria seus membros das comissões presididas por nós da Oposição – acho uma tolice arrematada –, ou que o Governo destituiria os presidentes eleitos. Nossa Senhora, isso é pior do que a bomba atômica em Hiroshima, isso é pior do que tudo.

E ainda ouvi falar uma coisa aberrante: líderes do Governo iriam levar o Senador Mário Couto para o

Conselho de Ética. Eu quase tive um ataque de risos ainda há pouco. Eu ia ter uma síncope de tanto riso porque é ridículo isso. Se começarem com a brincadeira, nós vamos ver quem merece mesmo ir para o Conselho de Ética. Portanto, eu duvi-de-o-dó, como dizia minha avó Luíza da Conceição.

Está feito, o conselho que dou ao Governo é trabalhar, manter gente de plantão na comissão, cumprir aquele trabalho mínimo. Aqui ninguém trabalha de graça; aqui todo mundo percebe subsídios e tem que trabalhar. Não trabalha, o Senador Marconi Perillo aprova o que quer. Se a maioria estivesse lá, não aprovaria.

Então, não há desculpas para a falta de trabalho deles. O Senador Perillo fala muito bem, aliás, quando diz que camarão quando fica dormindo a maré leva. Um outro adágio muito expressivo nos meios jurídicos diz que o direito não socorre o que dorme.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer algumas desobrigas muito relevantes. Primeiro, saudar, por meio de voto de aplauso, a Confederação Nacional de Municípios pela Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. A renda está muito concentrada nas mãos da União. É bom se pensar para valer nos Prefeitos, nos munícipes.

Com o Senador José Agripino, assinei requerimento de voto de pesar pelo falecimento do meu querido amigo, adversário nos tempos do regime autoritário, mas sempre muito amigo, Deputado Eraldo Tinoco, que também foi Secretário de Educação na Bahia.

Do mesmo modo, saúdo, com voto de aplauso, o Desembargador Flávio Pascarelli. Peço que conste nos Anais da Casa uma entrevista concedida por ele ao jornal **Diário do Amazonas**. Ele é o mais novo Desembargador do Estado do Amazonas, uma figura de muito valor, de muito relevo, de muita respeitabilidade, figura de liderança nacional entre os magistrados. Vai, com certeza, continuar nessa trajetória como desembargador.

Também homenageio uma figura do Amazonas, Raimundo dos Santos, massagista profissional, exemplo de dedicação ao esporte, com 50 anos de bons serviços prestados às agremiações futebolísticas do meu Estado.

E, ainda, requeiro voto de aplauso ao Prefeito de Parintins, Dr. Frank Bi Garcia pela inauguração da Escola Municipal “Charles Garcia”, grande poeta do meu Estado, uma escola que não fica a dever às melhores do País.

Do mesmo modo, em relação ao Dr. Eurípedes Ferreira Lins, Presidente do Sistema Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas e do Senar-AM, pelo recebimento, no dia 04 de abril de 2008, do título de “Cidadão Benemérito de Manacapuru”.

E, ainda, Sr. Presidente, voto de aplauso à Fundação Nokia de Ensino. Isso é importante porque ensino é essencial. Educação é o principal investimento. A Fundação Nokia de Ensino, do Amazonas, foi classificada como a escola de ensino médio profissionalizante de melhor desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) na Região Norte do País, com a média de 71,04, bem com aos seus alunos – minhas homenagens – que conquistaram medalhas de prata e bronze na Olimpíada Brasileira de Física, em 2007. E aqui quero citar os alunos: Anderson Rabelo Barros; Raphael Naranjo Batista; Ângelo Abner Gonçalves Souza; Diogo Mendonça de Souza; Alexandre Soares da Cruz; João Emanuel Rodrigues Mota; Dilermando da Costa Ferreira Neto; Erica Kido Shimomoto; Rafael Barros Bessa e Willy Ferreira Machado.

Ainda, Sr. Presidente, peço a inserção nos Anais desta Casa de matéria que mereceu as “páginas amarelas” da revista *Veja* do polemista e grande historiador brasileiro, Marco Antonio Villa, intitulada (o título que a revista **Veja** deu à matéria): “O bufão da América”. Ele se refere a Hugo Chávez e faz menção à política externa, claudicante, do Presidente Lula. Diz ele: “*Se Lula tivesse sido presidente na República Velha, o Acre seria dos bolivianos...*”.

E, ainda, para finalizar mesmo... Concluo, Sr. Presidente.

Em uma fase de tão pouco apreço à saúde pública, em um país tomado por epidemia de dengue e surto de febre amarela, me dá até vontade de pedir ao Presidente Lula que, de uma vez por todas, nomeie a Ministro da Saúde, já não mais as pessoas que estão aqui, quem sabe, Oswaldo Cruz resolvesse tantas mazelas que estão acumuladas.

Eu quero saudar a Marinha do Brasil, que, ontem, iniciou o deslocamento do Navio de Assistência Hospitalar, Oswaldo Cruz, às regiões ribeirinhas do Vale do Javari, no Amazonas. O barco deve chegar àquela região no dia 22 próximo para prestar assistência médico-hospitalar a uma população de quatro mil índios que ali vivem à mingua de serviços médicos. À mingua de tempo, eu deixo de dar, hoje, mais detalhe dessa expedição, mas saúdo a Marinha, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, além da inserção da matéria publicada nas “páginas amarelas da *Veja*, peço que meu discurso seja publicado na íntegra.

Por hoje, era, exatamente, o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

(DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.)

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

O bufão da América

Historiador diz que Hugo Chávez, presidente da Venezuela, é perigoso por ser ambicioso e imprevisível

Duda Teixeira

O historiador Marco Antonio Villa já escreveu 21 livros, com temas que variam da Idade Média à Revolução Mexicana. Ao investir contra mitos da história nacional em suas obras e artigos, esse professor da Universidade Federal de São Carlos colecionou polêmicas e fez dezenas de inimigos. Sete anos atrás, tornou-se *persona non grata* no estado de Minas Gerais ao sustentar que Tiradentes foi um herói construído pelos republicanos. Mais tarde, causou comoção ao escrever que o presidente João Goulart, deposto pelos militares em 1964, preparava o próprio golpe de estado para obter a reeleição. “Os historiadores costumam ter receio de polêmicas, mas é com elas que se transforma a visão de mundo de uma sociedade”, diz Villa, que tem 52 anos. Estudioso da diplomacia brasileira, ele vê com preocupação o sumiço da linha de diplomacia cunhada pelo barão do Rio Branco. “O barão profissionalizou o Itamaraty, que passou a atuar em busca dos interesses do país, e não de um governo ou partido.” Em sua casa na Zona Norte de São Paulo, o historiador deu a seguinte entrevista a VEJA.

Veja — *Como o senhor avalia a atual diplomacia brasileira?*

Villa — Nossa diplomacia se esquivava de defender os interesses nacionais na América Latina. Teima sempre em chegar a um acordo e, como não consegue, acaba cedendo aos vizinhos. Se Lula tivesse sido presidente na República Velha, o Acre seria hoje dos bolivianos e Santa Catarina, dos argentinos. Por aqui se pensa que o Brasil não pode ter interesses nacionais ou econômicos na América do Sul, uma vez que estamos em busca de uma integração regional. É um equívoco. Os interesses do Brasil não são os mesmos da Argentina. Os objetivos do Paraguai não são os do Brasil. A linguagem amena, educada, usada pelos nossos diplomatas apenas tem fortalecido os caudilhos da região, como o venezuelano Hugo Chávez e o boliviano Evo Morales, que se acham com autoridade para falar ainda mais grosso e aumentar as exigências.

Veja — *A diplomacia brasileira não era assim no passado?*

Villa — Não. No fim do século XIX, a Argentina reivindicou o oeste do Paraná e de Santa Catarina. Não fazia o menor sentido. O presidente Prudente de Mo-

raes, com a ajuda do barão do Rio Branco, resolveu a questão e evitou a doação da área. Não perdemos um hectare de terra. O barão sabia quais eram os interesses nacionais e os defendia. Além disso, profissionalizou o Itamaraty, que passou a coordenar uma política em nome do país, e não de um governo ou partido. Hoje, precisamos urgentemente que o barão do Rio Branco se incorpore no ministério das Relações Exteriores.

Veja — *O Brasil cede sempre?*

Villa — Só não o fazemos quando é impossível. Em negociações recentes com a argentina Cristina Kirchner e com Evo Morales, a Petrobras recusou-se a fornecer gás para a Argentina, que vive sob

ameaça de um apagão. Se cedesse, o Brasil teria um grave desabastecimento. Nos outros casos, somos sempre fregueses. O Brasil já sofreu no passado uma invasão de produtos argentinos e ninguém reclamou. Quando a situação se inverteu e a balança comercial tornou-se superavitária para o Brasil, os argentinos chiaram e conseguiram o que queriam. Com a Bolívia, aceitamos uma indenização simbólica pelas refinarias nacionalizadas, a um valor muito aquém do que foi investido pela Petrobras. Com Hugo Chávez, falamos sempre “não” na primeira hora, depois dizemos “sim”. Éramos contra o Banco do Sul. Hoje somos a favor. Fazemos o oposto do que recomendava Vladimir Lenin, para quem era preciso dar um passo atrás e depois dois para a frente. A diplomacia nacional dá um para a frente e dois para trás.

Veja — *Deportar turistas espanhóis é uma resposta inteligente à repatriação de brasileiros que tentavam ir para a Espanha?*

Villa — Foi um exagero. A política externa não é para ficar a cargo de um funcionário da Polícia Federal. As cenas dos espanhóis sendo deportados no aeroporto de Fortaleza são absurdas. Uma coisa é um turista que vai para Jericoacoara, outra é um brasileiro que, supostamente ou não, deseja trabalhar na Espanha. Quando faz diplomacia com a Europa, os Estados Unidos ou a Ásia, o Brasil tem sido muito agressivo. É como se o esforço para se afirmar como país, uma vez que não se realiza na América Latina, fosse todo desviado para os fóruns em outros continentes. Ser duro com um turista espanhol é fácil. Quero ver ser duro com Hugo Chávez.

Veja — *Chávez é o grande líder da América Latina?*

Villa — Quando se olha o que ocorre com os mais de vinte países da região, não há dúvida disso. Com a alta do preço do petróleo, Chávez construiu uma sólida rede de alianças. Foi uma sucessão de vitórias. Tem o apoio de Cuba, Nicarágua, Equador, Bolívia, Argentina. Quem está do lado do Brasil? Ninguém. Chávez é um ator que faz um monólogo. Eventualmente alguém da platéia sobe no palco e participa. O show é dele. Ele determina o que vai ser discutido e como. Os outros só correm atrás. Os países que estão se aproximando do Brasil, como Paraguai e Peru, fazem isso apenas porque não tiveram ainda um estabelecimento de relações com a Vene-

zuela. A história talvez comece a mudar agora. Não por obra de Lula, evidentemente, e sim de Álvaro Uribe, o presidente colombiano. Graças a ele, Chávez teve sua primeira derrota em política externa. A reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), que colocou panos quentes na discussão que se seguiu à morte do terrorista Raúl Reyes, pode sinalizar um futuro diferente.

“Com a alta do preço do petróleo, Chávez construiu uma sólida rede de alianças. Foi uma sucessão de vitórias. Tem o apoio de Cuba, Nicarágua, Equador, Bolívia, Argentina. Quem está do lado do Brasil? Ninguém”

Veja — *Por que o senhor considera que Chávez perdeu?*

Villa — Chávez é um caudilho e, como tal, precisa de um palanque para discursar. Quando reagiu com firmeza à morte de Raúl Reyes no Equador, ganhou um palco considerável. Só que durou pouquíssimo tempo. A solução rápida e eficaz do problema pela OEA, que estava sumida do mapa, tirou essa oportunidade dele. Chávez resignou-se porque a maioria dos países apoiou a resolução final, que condenava a invasão territorial no Equador e ao mesmo tempo acusava a presença das Farc naquele país. Uribe, ao pautar as negociações que esfriaram o conflito, mostrou que é possível dar um basta a Chávez. Sua atitude terá um impacto pedagógico até mesmo dentro da Venezuela, onde o povo tem aceitado as precárias condições internas do país ao ver que, externamente, seu presidente só obtém vitórias. Chávez teve sua primeira grande derrota no referendo constitucional. Agora, teve a segunda derrota, dessa vez em política externa.

Veja — *Por que o discurso é tão importante para um caudilho?*

Villa — Um caudilho não vive sem a oratória. O programa dominical *Aló Presidente* é o que vitamina Chávez. Fidel Castro adora discursar por horas. O mexicano Antonio López de Santa Anna foi ditador várias vezes, afundou seu país e, ferido e pensando que ia morrer, ditou suas últimas palavras. Foram quinze páginas. No fim, sobreviveu com uma perna amputada, que sepultou com honras militares. A oratória é uma tradição latino-americana, que ocorre paralelamente à dissociação entre discurso e prática. Para esses homens e para as suas platéias, é como se as palavras, sozinhas, tivessem um poder de mudar a realidade. Pura bobagem. Não existe tal mágica. Lula também aposta nesse artifício. Acha que ao divulgar o programa do PAC pode transformar o Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, em um bairro residencial em seis meses. Para os sucessores, a herança desse tipo de comportamento é terrível.

Veja — *Por que os latino-americanos possuem o vício da oratória?*

Villa — Em parte, há na América Latina uma forte tradição do bacharelismo. Muitos dos presidentes passaram por faculdades de direito. No Brasil, Getúlio Vargas e Jânio Quadros são exemplos. Epitácio Pessoa era chamado de “A Patativa do Norte”, em referência a uma ave cantora. Fidel Castro foi advogado. O argentino Juan Domingo Perón não era, mas a maioria dos seus auxiliares, sim. Para um advogado, o que importa não é a legitimidade da causa, mas o nível de retórica do advogado para defender seu acusado. Somos muito marcados por isso.

Veja — *Qual é o maior perigo de Chávez para o resto da América Latina?*

Villa — Ele está armando seu Exército e sua população. Compra fuzis, caças e faz acordos com o Irã. Ninguém parece levar isso a sério. A diplomacia brasileira sabe disso e vai contornando a situação. Uma hora Chávez vai invadir a Guiana. Ele reivindica quase dois terços do território desse país. Para Chávez, a Guiana é uma aventura fácil. E quem vai defendê-la? O que a Guiana conta na América do Sul? Nada.

Veja — *Chávez reagiu ao ataque colombiano às Farc no Equador com um discurso em defesa da soberania nacional. Ele invadiria a Guiana?*

Villa — Chávez é um bufão. Ele construiu um personagem. É um militar de boina vermelha que se emociona, chora e canta em público. Em um momento é simpático. No minuto seguinte, aparece totalmente irado. O bufão é isso. Nunca se podem prever suas atitudes. Pode abraçar um crítico ou mandá-lo para a prisão. Suas atitudes não se regem pelo mundo racional. O bufão trabalha em outro universo.

Veja — Por que Chávez defende as Farc?

Villa — Seu objetivo é enfraquecer Álvaro Uribe. Chávez vê de forma simplista a conjuntura latino-americana. O mundo para ele se divide de uma maneira muito primária; os que estão com ele e os que estão com os Estados Unidos. Considera que o presidente da Colômbia é um agente imperialista na América do Sul. O combate às Farc tem sido uma das mais fortes bandeiras de Uribe.

Veja — É legítimo usar grupos armados ou políticos de outros países para causar instabilidade?

Villa — Há uma incompatibilidade em defender a soberania e apoiar materialmente um movimento terrorista em um país vizinho. No Brasil, tivemos uma história parecida. No governo de João Goulart, as Ligas Camponesas tinham meia dúzia de campos guerrilheiros e contavam com o apoio financeiro cubano. Quando se descobriram os campos, foi um escândalo. Vivíamos um regime democrático e o governo brasileiro manifestava-se contrário à expulsão de Cuba da OEA, enquanto Cuba violava a soberania brasileira apoiando um movimento guerrilheiro que rompia com a legalidade constitucional. A defesa da soberania só valia para os cubanos. Eu imaginava que essa prática de violação da soberania fosse página virada da história latino-americana. Ledo engano.

Veja — Chávez foi o grande pacificador do conflito entre Colômbia e Equador, como disse Lula?

Villa — Não há nenhum fato que comprove isso. Os documentos que estavam no computador do guerrilheiro Raúl Reyes ainda mostram que Chávez apoiava financeiramente as Farc e também recebia ajuda dos narcoterroristas. Isso não tem nada a ver com paz. Lula não tinha por que falar isso. Diz essas asneiras porque está em um momento especial. A economia vai

muito bem, o que levou Lula a entender que ganhou um salvo-conduto para reescrever a história do Brasil. Discursou homenageando Severino Cavalcanti, que renunciou quando se comprovou que ele recebia um mensalinho de 10000 reais para deixar um restaurante funcionando na Câmara dos Deputados. Dois dias depois, defendeu sua amizade com Renan Calheiros, que teve suas contas pessoais

“Marco Aurélio Garcia é tido como um grande acadêmico, uma referência para qualquer estudo sobre relações internacionais. Curioso é que não se conhece nenhuma nota de rodapé que ele tenha escrito sobre o tema”

pagas por um lobista. Quando falou de Chávez, Lula disse que ele era um ex-guerrilheiro. Lula sabe que essas coisas não são verdade. Não é ingênuo e é bem assessorado. Mas fala como se fosse um iluminado. É um líder messiânico em plena campanha eleitoral. Os professores de história devem estar arrepiados.

Veja — Qual é a importância do Foro de São Paulo na condução da política externa brasileira?

Villa — O Foro de São Paulo é um clube da terceira idade. Basta ver as fotos. São senhores em idade propecta, como se dizia antigamente. São propectos também no sentido ideológico. Suas idéias pertencem ao passado. Não creio que tenham uma estratégia revolucionária para a América Latina tal como foi a Internacional Comunista. Durante o período da União Soviética, os partidos comunistas espalhados pelo mundo eram braços da política externa maoísta. O Foro de São Paulo não tem esse poder. Sua maior influência se dá pela pessoa de Marco Aurélio Gar-

cia, assessor especial para assuntos internacionais da Presidência da República, que tem grande participação no Foro.

Veja — Qual é a relevância de Marco Aurélio Garcia nas relações externas?

Villa — Desde o início da República, não há registro de um assessor com tanto poder como ele. Garcia aparece nas fotos quase sempre atrás de Lula. Dá pronunciamentos em pé de igualdade com o ministro das Relações Exteriores ou o secretário-geral do Itamaraty. Marco Aurélio Garcia é considerado um grande acadêmico, um gênio, uma referência para qualquer estudo sobre relações internacionais na América Latina. Curioso é que não se conhece nenhuma nota de rodapé que ele tenha escrito sobre o tema. Fui procurar seu currículo na plataforma Latex, do CNPq. Não há nada sobre ele. Marco Aurélio Garcia é o Pacheco das relações internacionais.

Veja — Quem é o Pacheco?

Villa — É um personagem de Eça de Queiroz que aparece no livro *A Correspondência de Fradique Mendes*. Pacheco era um sujeito tido como brilhante. No primeiro ano de Coimbra, as pessoas achavam estranho um estudante andar pela universidade carregando grossos volumes. No segundo ano, ele começou a ficar mais calvo e se sentava na primeira carteira. Começaram a achar que ele era muito inteligente, porque fazia uma cara muito pensativa durante as aulas e, vez por outra, folheava os tais volumes. No quarto ano, Portugal todo já sabia que havia um grande talento em Coimbra. Era o Pacheco. Virou deputado, ministro e primeiro-ministro. Quando morreu, a pátria toda chorou. Os jornalistas foram estudar sua biografia e viram que ele não tinha feito nada. Era uma fraude.

Veja — Que conseqüências a política externa do Brasil pode ter no futuro?

Villa — Pela primeira vez na história do país existe a possibilidade de a política externa tomar-se tema de eleição. Seria algo realmente inédito que, para acontecer, só depende de como Chávez vai agir nos próximos anos. As concessões dadas à Bolívia, os diversos acordos com Chávez e a recusa em classificar as Farc como um grupo terrorista estão provocando muita crítica dentro do Brasil e podem juntar-se em um único e potente tema central na próxima campanha presidencial. ■

Com a palavra, PT e Intercorp

O Ministério Público convoca dirigentes do partido e da empresa para esclarecimentos sobre os contratos com a Finatec. Surgem novos indícios de irregularidades

ANDREI MEIRELES E MURILO RAMOS

NA QUARTA-FEIRA, O CONSULTOR Luís Antônio Lima, o secretário nacional de Finanças do PT, Paulo Ferreira, e o assessor especial do Ministério da Justiça, Vicente Trevas, são esperados na sede do Ministério Público do Distrito Federal. Os três foram convocados para explicar a relação de prefeituras e governos do PT com as empresas Intercorp Consultoria Empresarial Ltda. e Camarero & Camarero, pertencentes a Luís Lima e sua mulher, Flávia Camarero. De 2001 a 2005, as duas empresas receberam pelos menos R\$ 22 milhões de administrações comandadas pelo PT, como o governo do Piauí e as Prefeituras do Recife, de Vitória e São Paulo (esta, durante a gestão da atual ministra do Turismo, Marta Suplicy), pela venda de métodos "estratégicos" de gestão. Paulo Ferreira e Vicente Trevas são apontados como supostos padrinhos políticos de Luís Lima, cujos negócios com as administrações petistas são pontuados por uma coincidência: em quase todos eles, investigações do Ministério Público, de tribunais de contas e de corregedorias internas apontam irregularidades nos próprios contratos ou em sua execução.

Todos os contratos foram firmados entre governos ou empresas públicas e a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), ligada à Universidade de Brasília (UnB). Como ÉPOCA revelou nas últimas semanas, suspeita-se que a Finatec tenha sido usada pelas empresas de Luís Lima para fechar negócios com órgãos públicos sem precisar disputar concorrência. Suspeitas de irregularidades cercam a parceria Finatec/Intercorp desde seu primeiro contrato, celebrado com uma administração petista. Isso aconteceu em agosto de 2001, quando o Banrisul, banco público do Rio Grande do Sul, acertou a implantação de um novo modelo de gestão. Na ocasião, o governador do Rio Grande do Sul era o petista Olívio Dutra.

Na semana passada, ÉPOCA teve acesso a pareceres de técnicos do Banrisul sobre o negócio. Em um deles, o advogado do banco Paulo Roberto Lontra afirma que a Finatec não comprovou capacidade técnica para produzir modelos de gestão. "Considerando que outras empresas do mesmo tipo foram contratadas, parecemos tratar-se de caso para uma licitação, em que o banco teria a oportunidade de exigir comprovação quanto a organização, equipe técnica, experiência, desempenho, estudos realizados etc.", afirma ►

o parecer de Lontra. Técnicos do Banrisul também consideraram elevado o preço cobrado pela parceria Finatec/Intercorp: R\$ 410 mil. Há correspondências internas do banco que registram uma redução de preço por Luís Lima. Mesmo com o abatimento, de acordo com o que escreveram técnicos do banco, o contrato foi fechado por um valor 21% mais alto que a proposta apresentada por uma fundação ligada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. "Não houve interferência política e desconhecimento o parecer contrário à contratação", disse Túlio Zamin, presidente do Banrisul em 2001.

A Intercorp estava preparada para fazer o serviço para o Banrisul? Segundo o sociólogo Eduardo Grin, principal assessor de Luís Lima na empresa, a resposta é não. "Tivemos que aprender tudo na hora. A gente nunca tinha trabalhado em banco nem tinha experiência como consultores", disse Grin a ÉPOCA. Como, então, essa consultoria, sob a cobertura de uma fundação universitária, conseguiu fazer esse negócio e outros tantos em valores tão altos? Como foi a transformação de Luís Lima de psicólogo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, a "consultor em gestão pública", com contratos milionários com prefeituras e governos? Essas são as respostas que o promotor Ricardo Souza, responsável pela investigação sobre a Finatec no Ministério Público do Distrito Federal, espera obter nos depoimentos dos petistas Vicente Trevas e Paulo Ferreira.

Trevas disse a ÉPOCA que foi ele quem indicou Lima e a Intercorp para a Prefeitura do Recife, o primeiro grande negócio com uma administração municipal fechado pela parceria Finatec/Intercorp. Sob a gestão do prefeito João Paulo (PT), o Recife pagou R\$ 9 milhões à Intercorp, por meio da Finatec. Foram dois contratos assinados em 2002 e um terceiro em 2003. "Depois disso, eu encontrei o Luís e o Eduardo Grin para conversas sobre reforma administrativa. Jantávamos juntos, mas não era uma relação empresarial", disse Trevas ao jornal Zero Hora. Paulo Ferreira, atual tesoureiro

nacional do PT, nega que tenha ajudado Luís Lima e afirma que o trabalho da Intercorp é "picaretagem".

Outro negócio estranho na gestão Olívio Dutra foi a contratação da Finatec pelo Detran gaúcho para uma consultoria de gestão, no valor de R\$ 321 mil. ÉPOCA teve acesso ao processo. O convênio foi assinado em 10 de julho de 2002 e, em seguida, publicado no *Diário Oficial*. No entanto, a Finatec só apresentou sua proposta para assessorar o Detran gaúcho em 26 de julho, mais de 15 dias depois da assinatura do contrato. O parecer jurídico que autorizou a dispensa de licitação é de 12 de agosto. O então diretor-geral do Detran gaúcho, Mauri Cruz, foi convocado para depor em uma CPI da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Os negócios de Luís Lima e da Finatec também estão na mira da CPI das ONGs no Congresso Nacional. Os senadores da CPI deverão votar requerimentos para a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Luís Lima, das empresas Intercorp e Camarero & Camarero e do ex-presidente da Finatec Antônio Manoel Dias Henriques. Criada em outubro do ano passado, a CPI pouco trabalhou nos primeiros quatro meses. As investigações só deslançaram depois do caso Finatec. Seu foco agora são as fundações vinculadas a universidades. Desde 1999, elas receberam R\$ 2,3 bilhões do governo federal. Boa parte desse dinheiro, em vez de ser destinado a montar laboratórios, adquirir equipamentos de última geração e financiar pesquisas científicas, foi gasto com empresas de consultoria e complementação de renda de professores. "Temos indícios de que o que aconteceu com a Finatec pode ter ocorrido no país inteiro", afirma o presidente da CPI, senador Raimundo Colombo (DEM-SC). "A solução é aumentar a fiscalização e criar regras para coibir os desvios de finalidade." ◆

FLÁVIO PASCARELLI

Juiz que não estudar não pode ser vitalício

MARCOS SANTOS

Da equipe do EM TEMPO

marcos.santos@emtempo.com.br

Fornado em direito pela Ufam, juiz de Direito desde 2 de abril de 1984, ex-coordenador da propaganda eleitoral e da Escola da Magistratura, presidente da Associação dos Magistrados do Amazonas (Amazon) e atualmente vice-presidente da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), Flávio Pascarelli chegou na quinta-feira ao cargo de desembargador. Nesta entrevista, ele levanta a bandeira de que o presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas deve ser eleito por todos os magistrados, juizes e desembargadores, e afirma que os dois cargos estão na mesma hierarquia. Defende, além disso, que os juizes sejam submetidos a dois anos de aprofundamento nos estudos, mesmo após aprovados em concurso público, antes de serem tornados vitalícios. Eis a íntegra da entrevista:

EM TEMPO - Mudou alguma coisa nessa passagem de juiz para desembargador?

Flávio Pascarelli - Eu tenho dito que mudou apenas o título. Minhas decisões não serão mais monocráticas, mas no âmbito de um órgão colegiado. Vou ter que, pela via da argumentação jurídica, convencer os demais membros desse órgão de que a minha posição é a mais correta. Mas, para mim, como pessoa, não alterou nada. Vou continuar defendendo os mesmos princípios, tenho uma história na Associação dos Magistrados, já fui presidente da AMB, e sou vice-presidente da AMB, e vou continuar pensando sempre no bem da magistratura e dos magistrados.

ET - O que não está nos autos não está no mundo?

Pascarelli - Nem sempre. Há até, hoje, uma linha que defende, principalmente, em razão da Internet, que o juiz pode se valer da rede para formar sua convicção, inclusive no que diz respeito a provas. Dou um exemplo: alegado excesso de prazo, num processo criminal, o desembargador pode acessar o sistema do Tribunal de Justiça e verificar se o excesso está configurado ou não. Não fica preso aos autos. É claro que essa informação ele vai levar para os autos, na hora de decidir.

ET - Qual é o peso que a opinião pública deve ter nas decisões judiciais?

Pascarelli - É delicado, até acredito que o juiz deve considerar, mas não deve ser determinante para decisão porque a experiência diz que nem sempre a opinião pública detém a razão. Creio que o verdadeiro juiz é aquele capaz de decidir contra a opinião pública, quando estiver convicto que essa é a decisão mais justa. É preciso coragem. Além da qualificação técnica, um dos maiores atributos do magistrado é a coragem. Juiz covarde é prejuízo incalculável para a sociedade.

ET - Qual sua opinião sobre a atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)?

Pascarelli - No geral, são decisões que têm correspondido à expectativa, inclusive da Associação dos Magistrados, que sempre foi contra a cria-

ção do CNJ.

ET - O senhor é a favor da existência do CNJ?

Pascarelli - Ele ainda não encontrou o seu caminho, mas está procurando. É um órgão muito novo e as suas funções ainda não estão bem claras para a magistratura. O que se observa é que tem sido importante, principalmente no que diz respeito aos tribunais menores, os dos Estados do Norte e do Nordeste, como instrumento muito útil para garantir as prerrogativas dos juizes de primeira instância.

ET - O juiz geralmente é um crítico do Tribunal de Justiça. Olhando agora desse ângulo diferente, digamos, qual a mudança de postura que o TJAM precisaria adotar para mudar isso?

Pascarelli - O grande problema não está no campo jurídico, no campo prático, mas no psicológico. Explico: o que nós, juizes - ainda não tomei posse e ainda sou juiz de primeira instância - percebemos é que ao ser alçado ao cargo de desembargador, alguns passam a se considerar superiores aos juizes de Direito. Essa ideia de que os desembargadores são superiores hierárquicos dos juizes passa para a população, mas não é verdadeira. Não existe hierarquia no sentido de o desembargador poder determinar o que o juiz deve fazer. Cada juiz deve agir de acordo com a sua convicção, no que diz respeito à decisão. O poder que o desembargador tem, em situações específicas, é de reformar a decisão do juiz, mas isso não significa superioridade hierárquica. Isso está compreendido num âmbito maior, para que nenhum agente do Estado detenha poder absoluto. Se eu decido e você considera minha decisão injusta, você tem a possibilidade do recurso e é por isso que o órgão colegiado, recursal, pode reformar a decisão do juiz.

ET - O senhor é a favor do projeto, que tramita no Congresso Nacional, aumentando a idade da aposentadoria compulsória dos desembargadores de 70 para 75 anos?

Pascarelli - Sou totalmente contra. Tenho atitudes, inclusive

neste tribunal, que estão perto da compulsória. Todos conhecem minha posição, porque sou vice-presidente da AMB e a AMB pensa assim, mas não vejo nenhuma vantagem técnica ou econômica nessa possibilidade. Há necessidade de os tribunais renovarem os seus quadros, para que novas ideias surjam, novos argumentos e a jurisprudência avance. Os que defendem o aumento de idade para 75 anos esquecem que desembargadores, geralmente detentores da ideia, são em menor número na magistratura, infinitamente menor, e que, passando essa ideia, os juizes, que já têm tempo para se aposentar, diante da falta de perspectiva de progressão da carreira, fatalmente vão pedir a aposentadoria, onerando ainda mais a Previdência Social.

ET - O senhor defende o voto de juizes na eleição para presidente do tribunal?

Pascarelli - Sim. Deve ser eleito por todos os magistrados. Isto é, juizes e desembargadores. O Judiciário não deve fugir a essa regra democrática. O presidente deve ser eleito pela vontade da maioria. O que acontece hoje é que sou eleito desembargador e já sei que, se não chegar à compulsória, um dia serei presidente do tribunal. Isso faz com que não se pense num plano de trabalho, um plano de gestão. Vou ser presidente por obra do destino. O mérito fica em segundo plano. Sempre vou defender o mérito.

ET - Como o senhor definiria sua eleição?

Pascarelli - Foi uma eleição onde se viu o exercício da democracia. O auditório estava lotado de juizes, promotores, procuradores, advogados. Cada voto foi fundamentado e todos puderam entender a razão pela qual cada um dos desembargadores votou.

ET - A campanha foi muito dura?

Pascarelli - Apesar de ser uma eleição dentro do Poder Judiciário, em determinados momentos ela se assemelhou a uma campanha política. Nós precisamos convencer os eleitores, que são qualificados, os desembargadores.

O juiz só vai ser vitaliciado, depois de dois anos após o concurso. Só será confirmado na carreira se passar, com aproveitamento de curso, na Escola da Magistratura. Uma vez vitaliciado, ele terá que continuar se submetendo aos cursos obrigatórios, sob pena de ser afastado das promoções por merecimento.

ET - Como isso ocorre?

Pascarelli - Com o contato pessoal, a conversa com cada um deles, mas, principalmente, a comprovação de que o candidato satisfaz os requisitos objetivos de resolução que orienta a eleição. Os requisitos, hoje, são objetivos. O desembargador não pode mais votar dizendo que o juiz deve ser promovido porque é seu amigo ou porque foi elogiado por um ministro. A promoção por merecimento deve ser feita com base na atividade intelectual, ou seja, os cursos de aprimoramento, e na produção, o trabalho que o juiz desenvolve na sua atividade diária. Se o voto não tiver como fundamento esses dois critérios, ele pode ser nulo.

ET - E possível vencer o acúmulo de processos no Judiciário?

Pascarelli - É uma tarefa difícil. Culpa se, geralmente, a morosidade do procedimento judicial, o Código de Processo Civil, mas o que eu sinto é que é possível vencer desde que o juiz tenha no seu juizado ou no seu gabinete, no caso do tribunal, uma equipe qualificada. O maior exemplo disso é que a produção dos juizes amazonenses aumentou, consideravelmente, depois que o Tribunal de Justiça criou o cargo de assessor de juiz. A produtividade do juiz pode ser sentida por qualquer um que opere no fórum.

ET - Em algum momento da sua carreira, o senhor chegou a pensar que jamais chegaria ao topo da carreira, ao cargo de desembargador?

Pascarelli - Eu tinha uma carreira tranqüila, até o momento em que me lancei candidato à presidência da Associação dos Magistrados do Amazonas. Depois de eleito, eu passei a ter problemas com alguns desembargadores, com a direção do Tribunal de Justiça, em razão da própria atividade de um presidente de associação, que é o de lutar pela melhoria das condições de trabalho e das prerrogativas dos juizes. Muitas vezes, o interesse dos juizes colidia com o interesse da administração e eu nunca deixei de enfrentar esses problemas. Lutamos para o aumento do número de desembargadores, que há muito tempo era de 14

e hoje é de 19, enviamos Projeto de Lei para a criação do cargo de assessor de juiz, reivindicamos questões ligadas aos vencimentos dos juizes, como a URV, e isso me afetou, no plano político, do Tribunal de Justiça. Muitos me viam como opositor ao tribunal, o que agora fica evidente que nunca aconteceu. Os desembargadores compreenderam minha posição naquele momento, até porque muitos dos que estão hoje aqui foram presidentes. Fizem parte da diretoria da Amazon, como é o caso dos desembargadores Arnaldo Carpinteiro Péres, Ari Jorge Moutinho da Costa, Alcemir Pessoa Figliuolo e do próprio Iêdo Simões, que também militou nesse campo.

ET - O que o senhor achou da postura do presidente do TJAM, Hosannah Florêncio?

Pascarelli - O desembargador Hosannah sempre teve a minha admiração, sentimento que aumentou ainda mais pela postura democrática que ele teve na minha eleição, uma vez que todos sabiam da preferência dele pelo colega Paulo Lima, que compôs a lista triplíce, mas acabou não sendo escolhido porque o presidente respeitou a vontade do tribunal. Afinal, dos 17 desembargadores 15 votaram em mim e essa é uma postura digna de elogios. Ele teve uma real postura de magistrado.

ET - O que é possível fazer para aprimorar o trabalho dos juizes?

Pascarelli - Temos uma escola nacional, que é a Enfam (Escola Nacional de Aperfeiçoamento de Magistrados), que orienta no sentido de que os juizes devem se atualizar constantemente. E como isso deve ser feito? O juiz só vai ser vitaliciado, depois de dois anos após o concurso. Só será confirmado na carreira se passar, com aproveitamento de curso, na Escola da Magistratura. Uma vez vitaliciado, ele terá que continuar se submetendo aos cursos oferecidos pela escola, durante toda a vida, sob pena de ser afastado das promoções por merecimento.

ET - Como o juiz se torna vitalício hoje?

Pas -

carelli - O juiz não é obrigado a fazer cursos. Ninguém pode obrigá-lo. Mas se ele não os fizer, repito, perderá a possibilidade de concorrer a promoções pelo critério do merecimento. Só para esclarecer: as promoções no Poder Judiciário são feitas pelos critérios de antiguidade e merecimento. Ou o juiz se submete aos cursos, que vão examiná-lo, não são de mera frequência, ou vai aguardar a promoção por antiguidade. Isso já está sendo implantado no Amazonas.

ET - Então o mérito, hoje, já faz restrição ao juiz que não estuda?

Pascarelli - Isso já é corrente na realidade forense. O juiz, uma vez investido no poder de julgar, parece que é ungido do conhecimento jurídico e por isso não teria mais que estudar. É claro que isso causa um grande prejuízo aos jurisdicionados, que esperam sempre que as decisões do Poder Judiciário sejam dadas por agentes qualificados tecnicamente.

ET - O juiz pensa que é Deus e o desembargador tem certeza?

Essa eu acho que é até uma anedota que corre nos meios forenses. Tem até outra: juiz pensa que é Deus, desembargador tem certeza e o juiz federal acha que a única diferença entre ele e Deus é que Deus não é juiz federal. Com a publicização das atividades jurisdicionais, com a presença do público nas audiências e, principalmente, com a vigilância da imprensa, creio que uma figura desse tipo está em extinção. Quero ressaltar, aliás, que antes de ser promovido passei seis meses convivendo com os atuais desembargadores do Tribunal de Justiça do Amazonas e pude perceber que, com relação a eles, a idóia não se aplica. Divergi, como juiz convocado, e nunca houve problema algum.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.**

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, numa fase de tão pouco apreço à saúde pública, num País tomado por epidemia de dengue e surtos de febre amarela, é louvável a atitude da Marinha do Brasil, que ontem iniciou o deslocamento do navio de assistência hospitalar Oswaldo Cruz às regiões ribeirinhas do Vale do Javari, no Amazonas.

O navio deverá chegar àquela região no dia 22 próximo, para prestar assistência médico-hospitalar a uma população de 4 mil índios que ali vivem à míngua de serviços médicos.

O Amazonas, sempre chamo a atenção das autoridades, é ainda, lamentavelmente, uma região quase completamente deixada à margem de qualquer assistência médico-hospitalar.

Felizmente, porém, aí está a nossa Marinha em mais uma de suas missões humanitárias na região. Serão beneficiadas 48 aldeias das etnias Marubo, Mayoruna, Kanamari, Matis, Kulina e Korubo. Com os médicos, enfermeiros e técnicos da Marinha, o navio leva também equipes da Funasa, para o atendimento preventivo e assistencial de combate e controle de malária, tuberculose, hepatite, sarampo e gripe.

Repito o que disse no começo deste discurso: a Marinha do Brasil está de parabéns pelo seu gesto. Notadamente numa época em que pouco é levado, em assistência médica, a regiões mais distantes da Amazônia.

O navio Oswaldo Cruz deverá permanecer no Vale do Javari 25 dias, segundo informa a Marinha do Brasil, que cumprimento por essa missão.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Carlos Dunga, do Estado da Paraíba, que substitui o ilustre Senador Cícero Lucena, e que, certamente, cumprirá o papel de defesa dos interesses do povo paraibano.

Com a palavra o Senador Carlos Dunga, que dispõe de dez minutos.

O SR. CARLOS DUNGA (PTB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cumprimento V. Ex^a e os demais Pares. Em sendo este Senado uma Casa política, eu gostaria de abordar alguns assuntos aqui relacionados. O primeiro é prestar minha homenagem a um homem, paraiba-

no, que ocupou a cadeira da Presidência desta Casa, Senador Humberto Lucena.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, dez anos se passaram desde o falecimento, para nós precoce, do nosso estimado Senador Humberto Lucena. Fiel batalhador da defesa da democracia, Lucena iniciou sua carreira no Partido Social Democrático, o velho PSD, nele permanecendo até que o bipartidarismo veio interromper o ciclo democrático da Constituição de 46. Fiel à sua luta pela democracia, Lucena se filiou ao Movimento Democrático Brasileiro, MDB, permanecendo no Partido quando ele se tornou o atual PMDB.

Estas, Sr^{as} e Srs. Senadores, talvez sejam as mais marcantes lembranças que Humberto Lucena nos tenha deixado: a da coerência associada à permanente busca do entendimento político e a preservação da unidade partidária do PMDB. Morreu em 1998 sem conhecer a cisão por que passou o seu Partido na Paraíba.

O Senador Lucena, na pessoa de sua filha, a Deputada Iraê Lucena, tem uma herdeira e uma continuadora política, na Paraíba, à altura de sua trajetória no cenário político nacional.

A luta pela preservação do entendimento no Estado da Paraíba o fez renunciar a um dos seus mais fortes objetivos que era o de ser Governador do Estado. Colocou o interesse coletivo e partidário acima de seus interesses pessoais. Com isso, apesar da bem-sucedida e profícua carreira, nunca pôde realizar seu sonho de governar o Estado, o que não foi preciso para que sua marca ficasse indelevelmente fixada na Paraíba e no Brasil.

Meus nobres Pares, o Senador Humberto Lucena foi, contudo, por duas vezes, Presidente desta Casa, dirigindo o Senado Federal nos biênios de 1987/1988 e 1993/1994. A lisura com que se conduzia na política o fez eleger-se Deputado Estadual em dois mandatos e Deputado Federal por quatro mandatos, até chegar a esta Casa. Ao final de seu último mandato como Deputado Federal, em 1978, elegeu-se Senador da República, exercendo três mandatos sucessivos até falecer em 1998. Pouco após sua posse, em 1978, torna-se Líder do seu Partido no Senado. Com a anistia e o fim do bipartidarismo, agora no PMDB, volta a liderar o Partido no período de 1982 a 1985.

Em 1985, passa a Líder do Governo José Sarney, firmando uma liderança incontestável entre seus Pares nesses anos de construção da democracia moderna.

Sr. Presidente, a família Lucena constitui uma das mais nobres estirpes da política paraibana nos últimos cem anos. Começa com Solon Lucena, Presidente da Paraíba em 1916, e de 1920 a 1924; continua com

Humberto Lucena, que, se nunca foi Governador do Estado, foi um dos seus mais influentes representantes na política nacional por quase cinco décadas. Tem hoje sua continuidade em Cícero de Lucena Filho, sobrinho do nosso estimado Senador Humberto Lucena, a quem tenho a honra de substituir nesta Casa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, dez anos se passaram desde o falecimento de Humberto Lucena. Contudo, a poeira do tempo não apagou a lembrança desse político paraibano que soube, como poucos, fazer do diálogo e do entendimento a mola mestre nas Casas Legislativas por onde passou, seja no Estado ou na Capital da República.

Não é, pois, supérfluo nem demasiado ressaltar a memória do Senador Humberto Lucena, destacar seu legado de luta pela democracia e liberdade neste País.

Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, tenho certeza de que se aqui estivesse, neste momento, também ele traria a Paraíba a este plenário para registro nos Anais do que ocorre lá no meu Estado, onde, nas últimas 72 horas, se agrava a situação em razão das chuvas recém-caídas.

Está a Paraíba, hoje, trazendo para todo o Brasil a sua necessidade, através de pronunciamentos das suas lideranças e de seus políticos, solicitando ao Governo Federal os recursos, não só para as vítimas das enchentes, mas também para os produtores rurais, que estão à mercê de uma seca de muita água, através da falta de emprego e, também, da falta de crédito, pois o refinanciamento das dívidas não foi efetivado no Nordeste e, principalmente, na Paraíba, como esperávamos.

Por isso, da tribuna desta Casa, Sr. Presidente, quero deixar registrada a necessidade de, urgentemente, o Governo Federal e os bancos oficiais chegarem a todo o Nordeste, especialmente a um Estado pobre como é o meu, a Paraíba, para que possam subsidiar, para que possam levantar mais recursos para uma população que não dispõe de recurso nenhum para promover o cultivo e a colheita para a subsistência de suas famílias e de seus filhos.

Quero dizer a V. Ex^a que, em nosso pronunciamento, assinalo com veemência este segundo detalhe, porque vejo o quanto está sofrendo o Nordeste, especialmente os Estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte, uma grande parte do Ceará e do Piauí e diversos outros Estados, em razão da grande enchente que está caindo em todo o Nordeste brasileiro.

Ouçõ com atenção V. Ex^a, nobre Senadora Rosalba.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador Carlos Dunga, ontem, no final do programa de Hebe

Camargo, ela apresentou imagens do seu Estado, a Paraíba, da enchente do rio Piranhas, e também do nosso Estado, para se ter uma dimensão da gravidade daquela situação. Realmente, o senhor traz aqui o seu sentimento de paraibano, de quem está sentindo na própria pele as dificuldades por que está passando seu povo. Quero parabenizá-lo, Senador, porque aqui está a voz. A sua voz é a voz da experiência, do homem nordestino que conhece a realidade, cada passo, cada milímetro das dificuldades que sofremos com uma época com cheia e outra época com seca. E nós, aqui, queremos nos somar para que possamos ser ouvidos e para que o Governo veja essa questão da renegociação das dívidas – importantíssima para dar condições à continuidade da atividade produtiva nos nossos Estados.

O SR. CARLOS DUNGA (PTB – PB) – Agradeço a V. Ex^a, nobre Senadora, e incorporo o aparte de V. Ex^a ao nosso pronunciamento.

Sr. Presidente, além da enchente, temos agora também o problema da dengue, problema para o qual o Governador Cássio Cunha Lima conclamou todo o seu Governo. Ele colocou todo o seu Governo em atenção para, no próximo dia 21, os prefeitos, o Governo do Estado, as instituições federais, todos irmanados fazermos um dia de luta, um dia de solidariedade a toda a Paraíba, para que a gente possa afastar, de uma vez por todas, essa questão da dengue. Já que temos enchente, já que não temos recursos, mas, pelo menos, vamos querer salvar os nossos irmãos. O Governo está empenhado com toda a sociedade civil do meu Estado para dizimar, tirar da Paraíba mais uma praga que é a dengue, principalmente na área atingida pelas grandes enchentes. Agradeço a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Carlos Dunga, o Sr. Jayme Campos, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Eu, gostaria, se V. Ex^a permitir, que, mesmo na Presidência, eu possa me incorporar à homenagem que V. Ex^a prestou ao Senador Humberto Lucena. Como Governador – e eu na Polícia –, como Senador também, como Diretor da Universidade, sempre nos tratou com distinção, como homem público de primeira grandeza. Quanto ao seu pedido de socorro para o Nordeste, incorporado ao da Senadora Rosalba, espero que o socorro não chegue para o enterro. Tenho certeza de que o socorro chegará a tempo de salvar aquela população sofrida, e não para o enterro daqueles que estão morrendo em razão das enchentes e, principalmente, agora, da dengue. Peço desculpas a V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Pela ordem, tem V. Ex^a tem a palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Eu gostaria de saber se a sessão do Congresso está confirmada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – A informação que recebi – foi feita a mesma pergunta para o Senador Alvaro Dias e S. Ex^a consultou –, é que a sessão está marcada para as 19 horas e 30 minutos. Não houve nenhuma informação contrária.

Sei que o Presidente está reunido com alguns Líderes, porque alguns se encontram aqui na Casa. Mas vou consultar se continua mantida a sessão do Congresso. Está sendo feita a consulta ao Presidente. Em dois segundos respondo a V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Eu gostaria de registrar o seguinte: eu acabo de receber a pauta.

Agora, são praticamente 18 horas. A sessão do Congresso é às 19h30. Eu, sinceramente, não sei como vou votar 37 matérias, recebendo tão em cima da hora assim. Como é que eu vou analisar se o Presidente agiu corretamente, vetando ou não? Vou votar “sim”, “não”, “abstenção”? Como vou votar? O meu Partido eu acho que não teve tempo de analisar também.

Eu só estou registrando, Sr. Presidente, que nós ficamos tanto tempo sem reunir o Congresso; de repente, reúne-se o Congresso com uma pauta colocada em cima da hora. Assim é lamentável.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – O que eu acho importante, Senador, vou deixar para o Presidente, é juntar o caderno com a justificativa do veto. Porque eu acho que é só a expressão resumida do veto. Não tem uma explicação nem do assunto que é tratado na matéria que foi vetada. Eu vi agora também. Parece um concurso vestibular, em que se põe o “xis” do lado: “sim”, “não”, ou opção.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Mas há matérias polêmicas, tanto é que foram vetadas pelo Presidente. E que eu gostaria, por exemplo, de saber como pensam os paranaenses a respeito dessas matérias. Eu tenho que ter mais tempo para estudar 37 projetos e votar aqui com a consciência tranqüila. É difícil assim, Presidente, porque é tanto tempo sem reunir o Congresso e, quando se reúne, é em cima da bucha para a gente votar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Eu vou levar ao conhecimento da Presidência a preocupação de V. Ex^a. Mas essa é a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – A Presidência comunica aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta a realizar-se hoje, dia 15 do corrente, às 19h15, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de vetos presidenciais. E informa,

ainda, que as cédulas de votação encontram-se à disposição dos Srs. Parlamentares nos gabinetes das lideranças partidárias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– De forma que eu acho que, na hora do início, V. Ex^a deve ponderar e pedir a suspensão da realização, se for o caso, em razão da preocupação correta de V. Ex^a.

Com a palavra a Senadora Rosalba Ciarlini. Depois, os Senadores Paulo Duque, Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, volto a esta tribuna, exatamente Senador Mão Santa, para relatar, para convocar, para suplicar, para pedir pela nossa região Nordeste. Às vezes, eu fico até inibida com o que podem pensar quando estamos aqui na tribuna, relatando o sofrimento e as dificuldades que a nossa região está enfrentando neste momento com as cheias. Antes, aqui estive muitas vezes para relatar as dificuldades da seca, e agora nós estamos vivendo a dificuldade das águas que São Pedro e São José mandaram demais.

Não é alarmismo, não. Não é drama, não. É a realidade que nós sentimos caminhando nas áreas que estão atingidas, porque eu tenho feito isso desde o início das cheias. Nos finais de semana, volto ao Estado, caminho nas áreas atingidas.

Eu vi quando estava no momento máximo, crítico, quando as águas transbordaram e cobriram praticamente toda a região rural, dizimando as culturas e tirando toda a oportunidade de homens e mulheres do campo que esperavam pelo inverno para terem um ano de muita bonança e de muita fartura.

Estive novamente lá neste final de semana, já com as águas começando a baixar. Apesar de a meteorologia dizer que as chuvas que vão continuar e que poderemos ter mais alguns picos de enchentes, se Deus quiser, isso não vai acontecer, porque, Senador, a dificuldade é grande.

Eu vi a luta de todos os prefeitos, eu vi as cidades solidárias, como em Felipe Guerra, onde estavam reunidas, independentemente de cores partidárias, todas as forças políticas, para levar a solidariedade a seus irmãos. Eu vi também o agricultor que agora olha para a terra devastada, para as cercas no chão, para os canos de irrigação, que foram adquiridos com tanta dificuldade. Todo aquele projeto está destruído. E ele ainda diz: “Senadora, se os homens [os homens é o Governo: o Presidente Lula e todo seu Ministério] entendessem e parassem com essa execução...” Pois, neste momento, Senadora Kátia, quando as cidades estão em estado de emergência e calamidade, os

bancos oficiais continuam executando aqueles que perderam tudo.

Ontem eu estive no Ministério da Fazenda para uma reunião onde estava a Bancada do Nordeste e do Norte, onde estava a Comissão de Agricultura da Câmara, apoiada pela Comissão de Agricultura do Senado, para tratar exatamente da renegociação de dívidas agrícolas. E o apelo que eu fiz ao Secretário de Desenvolvimento Econômico, o Dr. Bernardo Api, foi: “Pelo amor de Deus, mandem parar essas execuções”. Esses homens vão pagar com o quê? Eles não têm mais nada. Estão perdendo até a tranquilidade; mais do que a tranquilidade, eles estão com a mão na cabeça. Não vão ter como pagar nenhuma dívida. Se eles não têm para pagar a dívida mais recente do investimento para esta safra, imaginem aquelas outras que vêm desde 1995, que, em função das taxas de juros altíssimas, ficaram impagáveis.

Eu ouvi um pequeno proprietário dizer o seguinte: “Minha propriedade não vale nem 10% da dívida que tem aí”. E o pior: eles recebem a propriedade e depois fazem um leilão por qualquer valor, de forma a prejudicar ainda mais.

Senador Jaime Campos, ontem, nós da Bancada nordestina estivemos nessa reunião, apresentando uma proposta. O Governo vai editar uma medida provisória de renegociação das dívidas, e nós levamos uma proposta pedindo tratamento diferenciado, porque a nossa região é diferenciada.

Nos últimos 18 anos, durante 11 anos, praticamente, houve frustrações totais ou parciais da safra, ou por seca ou por enchente. Foram sete secas e quatro enchentes. Então, não é justo que não tenhamos um tratamento diferenciado. Mas o trabalhador nordestino, o homem do campo, a família que está no campo tem amor àquele chão, onde estão as suas raízes. Ela quer ver brotar e faz isso com o suor do seu rosto. Não é justo que se tire desses homens e dessas mulheres a oportunidade de continuarem produzindo na sua terra, e essa oportunidade o Governo tem a obrigatoriedade, a sensibilidade...

O Sr. Carlos Dunga (PTB – PB) – Nobre Deputada Rosalba.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Já lhe concederei um aparte, Senador.

Porque vivemos num ente federativo. Entendo que o Brasil federativo é o Brasil solidário, para que possam chegar, na hora certa, em momentos de angústia como este, não somente os recursos necessários para que essas famílias possam retomar as suas atividades agrícolas, as suas atividades produtivas – da agricultura, da carcinicultura, da cerâmica, enfim, das mais diversas atividades que estão prejudicadas –, mas que também chegue o dinheiro da medida provisória,

que estamos aqui dispostos a aprovar, tanto a nossa Bancada quanto a Bancada de V. Ex^a. Tenho certeza de que há solidariedade deste Senado e da Câmara para que esses recursos cheguem rapidamente. Eles já podem chegar, mas, até agora, os prefeitos me informam que ainda não receberam nada e já estão para perder a esperança.

Concedo um aparte ao nobre Senador Carlos Dunga.

O Sr. Carlos Dunga (PTB – PB) – Eu quero, apartando V. Ex^a, nobre Senadora, também trazer a vontade da Paraíba, a vontade do Nordeste como um todo, e também do Centro-Oeste, do Sudeste, de todas as regiões deste País, pela continuidade da renegociação das dívidas agrícolas. Isso aconteceu no ano passado, mas muitas ações ficaram fora: a securitização, o Pesa e tantas outras funções de débito, que não entraram no refinanciamento havido anteriormente. Por isso, apartando V. Ex^a, eu faço um apelo para que a renegociação tenha continuidade, para atender essa população, que sofre com água demais, que sofreu com água de menos, com estiagem e falta de crédito. Por isso, eu me incorporo ao pronunciamento de V. Ex^a, pedindo isso aí.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Senador, nós tivemos, nestes últimos anos, 11 renegociações, que não surtiram efeito para nós. Foram muito mais proveitosas para os bancos. Salvaram os bancos, não os produtores. E agora longe de mim ser contra medida provisória que vai beneficiar todo o Brasil, a Região Centro-Oeste, os produtores de soja, os produtores de arroz, de uva. Todos. Agora, o que nós queremos, Senadora Kátia Abreu, V. Ex^a que é da Comissão de Agricultura, é uma atenção diferenciada, devido à diferença que temos no Nordeste em função das questões climáticas, o que não é culpa nossa, pois não podemos, de forma alguma, muito pelo contrário, culpar aquele que é o nosso Pai maior, o Pai do universo.

Então fica aqui, mais uma vez, esse apelo de que o Governo seja sensível, pois a hora é agora. Essa medida já deveria ter sido feita, Senador Tuma, Presidente. Na hora da calamidade, todas as cobranças bancárias em relação aos produtores já deveriam ter sido suspensas. Não precisa chegar relatório, não; as imagens estão aí todos os dias nos jornais, nos noticiosos.

Ontem, Hebe Camargo fazia um apelo à solidariedade brasileira para os nossos irmãos nordestinos. Isso é doloroso, minha gente! Gostaria de estar aqui só falando das coisas bonitas e boas do nosso Nordeste, porque lá existe muita coisa bonita e boa. Quanto já contribuiu e contribui essa Região para impulsionar e fazer crescer o País? Temos o turismo, as praias lin-

das, e isso é maravilhoso! E, nesse final de semana, também vi o espetáculo das águas onde não há cheia, mas aquele açude lindo lá de Acari sangrando, e a população comemorando e festejando. Era outra região! Fui também ao açude Itans, de Caicó, onde vi o milagre das águas, mas que, quando é demais, faz com que a produção da nossa Região seja destruída. E aí temos de pedir socorro a quem? Ao Governo Federal, porque todos nós somos brasileiros. Todos nós somos brasileiros! E o Governo não pode ser de um nem de outro, não. O Governo tem que ser para todos.

Não queremos, de forma alguma, que o Sul, o Centro-Oeste, o Norte, que as outras regiões deixem de também ter seus direitos assegurados. Mas queremos o direito, mais do que nunca, no momento da calamidade, o direito da solidariedade. Tenho certeza de que, se fizessem uma pesquisa neste Brasil, perguntando a cada brasileiro se, em um momento como esse, eles gostariam que o Governo chegasse mais rápido...

(Interrupção do som.)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – ...com mais recursos para ajudar nossa gente, tenho certeza que o sim seria unanimidade, porque o povo brasileiro é bom, é generoso, é solidário. O povo brasileiro sabe que, por todo este Brasil, em São Paulo, na Região Norte, na Região Centro-Oeste, no Rio Grande do Sul, ele encontra também passo firme e forte do nordestino no trabalho, com sua inteligência, com sua competência e, principalmente, com sua generosidade. Somos brasileiros, um povo bom.

Que o Presidente, que também é nordestino, neste momento tenha agilidade. Uma ação urgente, Senador Paulo Paim. É isso que estamos precisando.

Eu, que já falei tanto aqui, que clamei tanto pela transposição do São Francisco, que defendo aqui para que, nos momentos de seca, possamos sobreviver, ter condições de enfrentar as dificuldades, agora clamo: a cheia chegou! Agora é momento de outra seca, a seca do emprego. Mas ela pode acabar facilmente se o Governo for solidário, der apoio ao pequeno agricultor.

Não estou falando aqui nas grandes empresas que têm seguro. Não estou falando aqui daqueles que já têm demais; estou falando do pequeno, da agricultura familiar, dos mais de mil pequenos proprietários só no Vale do Apodi. Isso sem contar as outras regiões, não somente do meu Estado, mas de todo o Nordeste.

Fica aqui, Senadores, o meu apelo. Peço a todos a solidariedade. Vamos ajudar esse povo bom e sofrido porque, com certeza, eles lhe retribuirão muito mais com a força do seu trabalho, com a sua luta e com o exemplo de fortaleza, que é não somente do Nordeste, mas do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Obrigado, Senadora. Somos solidários aos seus apelos, na esperança de que alguém do Governo esteja ouvindo a sua manifestação cheia de sentimentos.

Com a palavra o Senador Paulo Duque e, em seguida, o Senador Jayme Campos.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Romeu Tuma, que representa o Estado de São Paulo, meu caro Senador Francisco de Assis.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Há um orador na tribuna. Por favor, prestem atenção ao Senador Paulo Duque.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, os três oradores que me antecederam – Rosalba Ciarlini, do Rio Grande do Norte; Expedito Júnior, de Rondônia; e Carlos Dunga, da Paraíba – abordaram matéria de alta relevância, o que me faz acreditar, cada vez mais, que isto aqui é o Brasil. Apesar de todas as mazelas eventuais, as discordâncias, os escândalos que, de vez em quando, são publicados, isto é o Brasil.

A Senadora Rosalba Ciarlini me fez lembrar o livro de Euclides da Cunha: “O Nordeste é antes de tudo um forte”. Não foi ele que disse isso? Não é uma frase imortal do seu livro **Os Sertões**? E é, pela descrição que fez ali.

E a voz lá de Rondônia, distante, Estado que quero conhecer muito, preocupado com essas indenizações milionárias dos que se julgaram prejudicados pelos movimentos militares. Quero dizer que é preciso muita sublimidade para não ficar com inveja desses milhões – de jeito nenhum – ou ficar deprimido com essas notícias de indenizações pagas a quem se meteu na guerra.

Meu Deus do Céu! Quantas guerras e revoluções houve no Brasil? Inúmeras, amanhã mesmo vamos comemorar a Batalha dos Guararapes. Já imaginaram se os militares de 1935, as vítimas de 1935, de 1937, de 1938, se todos esses militares que faleceram, que foram até assassinados dentro do Palácio Guanabara, se suas famílias fossem pleitear indenizações? O Brasil ia à falência! Não tinha dinheiro para pagar essa gente toda – da Primeira ou da Segunda Guerra Mundial – ninguém mais iria conseguir sobreviver se a isso fosse dado prosseguimento. Espero que seja a primeira e a última vez. Deixa para lá, porque outras revoluções virão. Claro, qualquer país tem os seus movimentos políticos que podem resultar em conflitos armados. Mas e daí?

Sabe, Sr. Presidente, quais foram os mais beneficiados? Devo dizer: os advogados que pegaram essas causas. Não pense que foi de graça. É possível que tenham ganho muito mais do que os próprios autores

das ações. Houve advogado que pegou vários e vários e vários... Não sei quanto vai isso. Mas o que eu quero dizer é que não se pode, não se deve ficar com inveja de um eventual dinheiro que entrou de forma transversa no bolso daqueles que se julgaram prejudicados. Não, nada disso.

Rosalba Ciarlini falou sobre os males eventuais do Nordeste, mas o nosso País tem tanta coisa de positivo nesses oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados, tantas coisas positivas, que vamos deixar os malefícios passarem. E eu falo, porque tudo aconteceu no Rio de Janeiro. Tudo ocorreu no Rio de Janeiro. A dengue começou lá... Eu não conheço ninguém contaminado – eu não conheço, eu. Não conheço nenhum óbito de dengue no Rio de Janeiro. E lá há uma concentração. Quando estive aqui o representante do Ministério da Saúde, fiz uma simples indagação – V. Ex^a é médico, Senador Mão Santa, e dos grandes médicos brasileiros, estudou no Rio – eu perguntei: “Existe aqui no Rio de Janeiro cerca de quarenta e quatro mil detentos, internos, nas penitenciárias e eu não vi noticiário nenhum de alguém que tenha sido afetado – afetado, não morto, não ido a óbito – nas penitenciárias do Rio de Janeiro.” Isso é uma coisa que me intriga. Lá há uma grande concentração de gente, o que é favorável à proliferação desse tipo de epidemia.

Finalmente, falou aqui o Senador Carlos Dunga, que eu não conhecia. Recebi um cartão muito simpático. Ele assumiu aqui há pouco tempo e fez um belo pronunciamento, pois é daqueles que se lembram do passado, dos homens que engrandeceram o País, das coisas boas e merece, portanto, a minha admiração. Sou altamente otimista. Ele falou sobre o grande Deputado, um grande Governador do Nordeste, que foi Humberto Lucena, que eu não conheci pessoalmente. Humberto Lucena foi Presidente do Senado Federal aqui em Brasília. Assim o Senador Carlos Dunga mostra sua grandeza de espírito, pois é um homem público que faz questão de relembrar o passado.

Sr. Presidente, confesso que hoje ia falar sobre a fusão do Rio de Janeiro com o antigo Estado da Guanabara. Era o meu tema de hoje. Imagine V. Ex^a, de repente, o Presidente mandar, por qualquer motivo, uma mensagem fundindo o Estado de São Paulo com o Estado do Paraná, ou o Estado de Santa Catarina com o Estado do Rio Grande do Sul, ou o Estado do Amazonas com o Estado do Pará. Foi o que aconteceu conosco lá no Rio. De repente, o Presidente Geisel manda uma mensagem fundindo o Estado do Rio de Janeiro antigo com o Estado da Guanabara novo, que foi governado por três – para nossa sorte: Carlos Lacerda, Negrão de Lima e Chagas Freitas. A ex-Guanabara teve

a sorte de ser governada por três grandes estadistas. Esta foi, realmente, a nossa oportunidade.

Para lhe dar um exemplo, não fosse Chagas Freitas, que foi Deputado Federal muitos anos, o primeiro metrô do Brasil não teria saído. Foi o primeiro metrô do Brasil. As forças econômicas dos transportes, poderosíssimas, tudo fizeram para impedir que as obras do metrô fossem iniciadas e que se desse continuidade a elas. Foi inaugurado o primeiro trecho por Chagas Freitas e pelo General Geisel. Mas isso é uma outra história, mais longa, que exige mais tempo da tribuna e mais paciência dos Senadores.

Por isso, Sr. Presidente Romeu Tuma, ao me despedir da tribuna, quero lembrar apenas que falei sobre as palavras do Senador Expedito Júnior, da Senadora Rosalba Ciarlini e também do novel Senador Carlos Dunga.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Obrigado, Senador Paulo Duque.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Transcorre, hoje, o segundo dia em que as medidas provisórias constantes dos itens n^{os} 1 a 6 figuram na pauta.

Nos termos do acordo das lideranças, está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens adiados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2008 (*Proveniente da Medida Provisória nº 385, de 2007*) (*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §6º, do art. 62 da Constituição Federal.*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2008, que *altera a redação da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para dar novo prazo à aposentadoria especial de trabalhador rural empregado e para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991, e trata do Programa de Aquisição de Alimentos, PAA, instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. (proveniente da Medida Provisória nº 385, de 2007).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 7.10.2007)

Prazo final (prorrogado): 25.5.2008

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 405, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §6º, do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 405, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de cinco bilhões, quatrocentos e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e sete mil e seiscentos e sessenta reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 15.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 28.5.2008

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 406, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §6º, do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 406, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão duzentos e cinquenta milhões, setecentos e trinta e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 18.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 31.5.2008

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 407, DE 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 407, de 2007, que autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais; e altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União; as Leis nºs 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes –

DNTI e no Ministério da Cultura, respectivamente; e a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura.

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 408, DE 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 408, de 2007, que abre crédito extraordinário em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais, para os fins que especifica.

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 409, DE 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 409, de 2007, que abre crédito extraordinário em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, ten-

do como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 38, DE 2004

(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 50, DE 2006

(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de

Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 86, DE 2007

(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*.

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 57, DE 2005

(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999;
3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999;
3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário

o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando*

o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.

19

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande, favorável.

20

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

21

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

22

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.*

Pareceres sob os nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável com as Emendas nºs 1 a 12 – CCJ, que apresenta; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável com as Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda nº 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas nºs 13 a 18-CDR.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004,

na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Silhessarenko.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas*

como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 703, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea; e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

50

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

51

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que *sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

52

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Silhesarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

53

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

54

REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, *solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadía, líder do cartel colombiano.*

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

55

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Moza-

rildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

56

REQUERIMENTO Nº 1.072, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro “A era da turbulência: aventuras em um mundo novo.”*

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo.

57

REQUERIMENTO Nº 1.176, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, *solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

58

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

59

REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, *solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.*

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

60

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas.)*

61

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas.)*

62

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa,*

composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

63

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)*

64

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família.)*

65

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)*

66

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos*

de Lei do Senado n^{os} 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica.)

67

REQUERIMENTO N^o 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento n^o 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado n^o 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado n^{os} 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)*

68

REQUERIMENTO N^o 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento n^o 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado n^{os} 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado n^o 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de n^{os} 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)*

69

REQUERIMENTO N^o 352, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento n^o 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado n^o 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)*

70

REQUERIMENTO N^o 358, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento n^o 358, de 2008, de autoria da Sena-

dora Patrícia Saboya, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado n^o 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)*

71

REQUERIMENTO N^o 368, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento n^o 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado n^{os} 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).*

72

REQUERIMENTO N^o 417, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, §2^o, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento n^o 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

73

REQUERIMENTO N^o 418, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, §2^o, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento n^o 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada, num momento de soberania desta Casa, aprovamos o projeto do ilustre Senador Paulo Paim que estende o reajuste do salário mínimo para todas as faixas de aposentadorias pagas pelo INSS.

Foi um dia de auto-afirmação deste Parlamento diante das imposições do Executivo, da ditadura da

maioria e dos maléficis grilhões das medidas provisórias.

Lembro-me de que muitos de nós dizíamos, em tom de desabafo, que, enfim, aquele era um dia produtivo. Eu, particularmente, disse isso aqui nesta tribuna. Uma data para ser lembrada não pela simples aprovação da medida em si, mas porque todos nos sentimos úteis restituindo o direito a uma vida mais digna para centenas de milhares de brasileiros.

Qual não foi a minha surpresa quando li, nas páginas do jornal *O Globo*, declarações do Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, taxando de “irresponsável e insustentável” a decisão do Senado Federal.

Considero a opinião de S. Ex^a um insulto às nossas prerrogativas legislativas, uma afronta à nossa condição de representantes dos entes federados, eleitos de forma democrática pela população.

Além de deselegante, por se tratar de matéria vencida nesta Casa, a argumentação do Ministro, que pede aos Deputados da base aliada que não validem a matéria na Câmara Federal, está eivada de preconceitos contra uma classe que já contribuiu muito para o desenvolvimento do País.

Para o Ministro, segundo a reportagem de *O Globo*, o realinhamento de 5% para 9% nos proventos de aposentados e pensionistas causará uma sobrecarga de R\$4,5 bilhões no caixa da União neste ano. Ora, uma soma ínfima para os cofres públicos se for levado em consideração o bem-estar de compatriotas que necessitam de um reforço em seus modestos orçamentos familiares.

Portanto, dizer que a aprovação do projeto do Senador Paulo Paim é “irresponsável e insustentável” é, no mínimo, uma ofensa ao sofrimento dos aposentados do Brasil, é uma punhalada traiçoeira na soberania do Senado Federal. Pois, em uma atitude de pura defesa de nossa honra, poderíamos perguntar então: seria responsável a gestão que o Governo faz dos cartões corporativos? Ou ainda: é sustentável a blindagem política em torno da Ministra Dilma Rousseff?

Parece-me que o Ministro Paulo Bernardo deve se ater aos seus estritos compromissos constitucionais e não pode, a bem do equilíbrio entre os Poderes, emitir juízo de valor sobre decisão desta Casa. Ele poderia até recomendar votação contrária a seus aliados na Câmara, mas jamais insinuar que o Senado teve uma atitude imprópria ou irresponsável.

Ao falar demais, S. Ex^a tropeçou, numa frase, na linha que divide a sua obrigação de planejar ações do Governo com a autonomia e a independência do Legislativo.

De tal forma que eu quero aqui dizer que estou indignado pela infeliz matéria, ou seja, pela infeliz de-

claração do Ministro Paulo Bernardo que saiu, no dia de hoje, no jornal **O Globo**. Confesso que fiquei triste e não esperava jamais partir dele um assunto sobre uma matéria que passou por esta Casa. E todos nós brasileiros – e posso afiançar –, de maneira geral –, sobretudo os aposentados, estamos felizes com o projeto de lei apresentado aqui, de autoria do Senador Paulo Paim.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Jayme Campos, a bravura de V. Ex^a vem lá das origens do Mato Grosso: seu irmão... Atentai bem: Deus escreve certo por linhas tortas. Eu tinha visto e, depois, quis saber... Eu tinha comentado, hoje, com Paim isso. Mas eu fiquei tão indignado que eu perdi... Hoje, eu comentei com Paim. A gente lê tanto nessas viagens... Mas V. Ex^a, melhor do que eu, está interpretando isso com grandeza. Eu li isso e, depois, eu não reencontrei. Fiquei tão indignado, Senador. Olha a Presidência: Romeu Tuma irresponsável? Símbolo da instituição mais sagrada que tem este País, ícone, a Polícia Federal. Olha ali o outro quadro: Paulo Duque. Paulo Duque! Olha, ele estava do lado de Getúlio, fazendo as leis trabalhistas; tanto do lado, que casou com a secretária de Getúlio Vargas. Bela esposa! Mas eu, emocionado, hoje contava, Romeu Tuma, que, lá no meu Piauí... Eu li um livro de Chagas Freitas, o jornalista do PMDB, líder, que, em momento difícil, revolucionário, por eleição direta, foi duas vezes Governador da Guanabara. Jornalista do jornal *O Dia*, *A Notícia*, e o Paulo Duque estava lá do lado dele, inaugurando as obras. V. Ex^a, três vezes Prefeito. Eu fui uma só. Aí, pega esse aloprado aí a nos chamar... Ô Kátia, V. Ex^a, mulher, símbolo da mulher que trabalha, é líder, santa, pecuarista. Quer dizer, irresponsável? Paim é o melhor quadro do PT. Eu desconheço outro. Não há nenhum. Paim irresponsável? Primeiro, vamos analisar o salário. Esse fator previdenciário – o Espírito Santo baixou na cabeça de Paim, e ele fez a lei; eu fui o Relator – só existe no Brasil. Não existe em lugar nenhum do mundo. Nós não podemos ficar na história como os que perseguem os velhinhos aposentados. Enfim, para que me entendam: o Governo fez um contrato... Trabalharam 35 anos, pagaram para dez salários mínimos e estão recebendo quatro. Quem pagou para receber cinco está recebendo dois. Isso só o Brasil tem.

Aí, Paim fez a lei; eu fui o Relator, discutiram, aprovaram e tudo. Aquela lei também possibilita ao aposentado ter o mesmo benefício que ganha o trabalhador da ativa. Ontem, estava o Presidente Sarney

aqui, e eu fazia uma retrospectiva. Sarney é abençoado. A mãe dele, que hoje é Santa Kyola, disse – eu li na biografia do Sarney –: “Meu filho, não deixe perseguir os velinhos aposentados”. Sarney pagou! A vida toda! Não havia esse fator previdenciário, não! A mãe dele – está na biografia dele, no livro, e ontem ele estava aí – disse: “Meu filho, não deixe ninguém perseguir os aposentados”. Está aí, velhinha. Quer dizer, essa foi a página mais bela de coragem. A luta começou. Quero dizer que temos uma idéia de formarmos, acima dos partidos, pela democracia, pela altivez, pela justiça, pela dignidade, para restituirmos o que devemos aos velinhos aposentados, um bloco em solidariedade à manutenção da lei do Paim, que restitui... É um bloco independente. Eu já tenho alguns. Quero convidar V. Ex^a.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Conte comigo

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Já tem uns dez, é quase um partido aqui que vai nascer. E eu fiquei incumbido de convidar, para liderar – houve um desencontro –, o Senador Pedro Simon para esse bloco. Eu quero convidar. Nós não vamos ficar para a história como o único país que persegue os velinhos aposentados. Vamos enterrar isso, como enterramos a CPMF. V. Ex^a, com o Paim, são dois generais. E eu quero ser soldado desse movimento.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Concedo o aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Jayme Campos, primeiro, quero cumprimentar V. Ex^a por defender a Casa. Do alto da sua autoridade – o Senador Mão Santa foi muito feliz –, inúmeras vezes Prefeito, Governador do seu Estado, V. Ex^a está pedindo apenas bons modos. Eu diria isso. Discordar é legítimo; mudar de opinião, como muitos mudaram, é legítimo também. Agora, não pode se dirigir a uma Casa, onde todos têm uma história – Deputado Estadual, Federal, Governador, Senador, Presidente da República, Vice-Presidente da República... Muitas vezes eu fui à tribuna aqui quando entendi que um Senador tinha usado um termo inadequado em relação a um Ministro. Permita-me, Senador Mão Santa, uma vez conversei com V. Ex^a, e V. Ex^a, de pronto, pedi: “Presidente, retire, então, esse termo”. Então, com que autoridade, seja qual for o Ministro, se dirige à Casa da forma como alguns estão se dirigindo? Eu também não admito. Quer discordar, discorde; vamos para o debate democrático e de alto nível. E nós estamos dispostos a esse debate em qualquer lugar que seja necessário. Dialogar, concordar, discordar, construir alternativas. Mas querer dizer para mim que o fator previdenciário, tema sobre o qual fizemos até vigília nos tempos de

oposição para derrubar e perdemos... E quando temos a oportunidade de acabar com o fator e estabelecer a idade mínima... muita gente que fala não teve coragem de apresentar uma PEC da idade mínima, que existe em todo o mundo. Não há um país no mundo hoje que praticamente não trabalhe com tempo de contribuição e idade mínima. Fator previdenciário é uma invenção, eu diria, cruel contra os pobres no Brasil. Se chegamos a esse entendimento – e que bom que chegamos! –, oposição e situação, vamos retirar o fator e trabalhar com a idade mínima, que está na PEC nº 10 também por nós apresentada. Dizer que isso não é uma posição responsável? Desculpe-me. Mas há alguns Ministros que são o que chamo de faísca adiantada. Usam o termo inadequado num momento totalmente desproporcional. Sei que outros usaram um termo semelhante hoje, e, quando me perguntam, eu respondi: “Ele é jovem ainda. Com o tempo, ele vai aprender que não deve se dirigir assim ao Senado da República”. Vamos ao bom debate aqui e na Câmara. E que prevaleça a vontade da maioria. E, se prevalecer mesmo a vontade da maioria, com certeza derrubaremos o fator e garantiremos uma política de recuperação dos aposentados e pensionistas, que, juntos, somam mais de 40 milhões de pessoas neste País que serão beneficiadas de forma equilibrada, porque apontamos todas as fontes de recursos para cada um dos dois projetos. Meus parabéns a V. Ex^a!

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, pelo aparte.

Sr. Presidente, até porque o tempo está esgotando, permita-me concluir a minha fala. Refiro-me a outro assunto muito importante que acompanhei pela imprensa, assim como V. Ex^{as} têm acompanhado.

No sentido contrário, eu gostaria também de parabenizar aqui o Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal, pela serena declaração em que promete rever a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, que tem levado ao conflito os moradores da região.

Merecem reflexão, Kátia, as ponderações do Ministro Gilmar quando indica que existem riscos à soberania nacional, pois a reserva coincide com as fronteiras do Brasil com a Guiana e a Venezuela. Mais adiante, S. Ex^a propõe um novo modelo de extensão das áreas de preservação, com ilhas de reservas, em vez de territórios contínuos que ocupariam aproximadamente 60% das terras de Roraima.

Entendo que o Brasil precisa da lucidez e da coragem de homens como Gilmar Mendes, que não se vergam a pressões casuais, pois se mantêm íntegros diante do julgamento da História.

Essa é a minha fala, Sr. Presidente. Agradeço a sua generosidade em conceder-me um tempo a mais do que regimentalmente é previsto.

Muito obrigado, Senador Romeu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Eu é que agradeço a V. Ex^a.

Senadora Kátia Abreu.

O Senador Paim saiu?

Senador Jayme Campos, eu queria me dirigir ao Senador Paim, se a Senadora Kátia Abreu me desculpa, só para dizer que esta Casa respeita a outra Casa. Os Deputados foram eleitos legitimamente para representar o povo. Então não há nem ministro nem ninguém que possa determinar o comportamento dos Deputados. Eles têm a consciência livre para saber como votar em benefício daqueles que são sacrificados pela aposentadoria, pela idade e, principalmente, pelos salários humildes que recebem.

Qualquer um de nós que precisa ir a uma farmácia comprar um remédio contínuo sabe quanto custa um medicamento; provavelmente um salário mínimo não dê para pagar uma caixa de remédio.

Então, não há como desafiar a Câmara para exigir que ela anule uma votação legítima feita no Senado. Eles vão decidir com a consciência livre, Senadora Kátia. E isso é importante. O povo é representado pela Câmara; nós representamos os Estados e estamos defendendo o povo também! Então não há como impor uma decisão a uma das Casas para neutralizar a decisão da outra, porque o Congresso é uno. Então, peço licença a V. Ex^a, porque, ouvindo o Paim, começa a nos trazer uma profunda angústia.

Obrigado, Senadora Kátia, e desculpe.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Imagine. Obrigada, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero dar os parabéns ao Senador Jayme Campos pela sua manifestação e pela sua indignação. Está hoje no jornal *O Globo*: “*Proposta irresponsável e insustentável, diz Ministro*”, com relação ao reajuste, ao aumento, dos aposentados.

Quero dizer ao Sr. Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que é a segunda vez que ele chama o Senado Federal de irresponsável. Até posso entender que talvez seja um complexo, Senador Mão Santa, um desejo imenso de estar aqui, e não conseguir. Em segundo lugar, ele é um Ministro de Estado e deve respeito ao Senado Federal. Esse projeto de lei é de um Senador do seu Partido, um Senador de respeito, que é o Senador Paulo Paim, eleito pelo Rio Grande do Sul. A primeira vez, chamou-nos de irresponsáveis quando derrubamos a CPMF. E até hoje ele não teve a humildade de pedir desculpas à Oposição, depois

das arrecadações maiores que tivemos nos meses de janeiro, fevereiro e março deste ano. É assim que as pessoas honestas e justas fazem: quando cometem um erro, pedem desculpas.

E pela segunda vez nos chama de irresponsáveis, por estarmos cuidando dos idosos do País. Mas eu não vi o Ministro Paulo Bernardo, nenhuma vez, chamar os seus colegas Ministros de irresponsáveis quando usaram o cartão corporativo com o dinheiro do povo. Eu não vi, nenhuma vez, ele chamar o Ministro do Esporte de irresponsável, porque comeu tapioca usando o cartão, nem a Ministra, que foi ao *Free Shop* comprar perfumes com o cartão. Nenhuma vez eu o vi chamar seus colegas, seus parceiros, os aloprados, de irresponsáveis.

Então, peço ao senhor, Ministro Paulo Bernardo, que respeite esta Casa e que se dê o respeito para ser respeitado.

Quero também, Sr. Presidente, fazer uma reclamação à Casa. Não sei se justifica.

Senador Marconi Perillo, por favor, quer fazer um aparte?

O Sr. Marconi Perillo (PSDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a. Eu gostaria apenas de não perder a oportunidade de saudá-la, cumprimentá-la, extensivo a todos os outros colegas que abordaram o tema em relação à questão do indexador para os idosos. Há muito tempo estamos, aqui no Senado, aguardando, com expectativa, o dia da aprovação dessa matéria. Felizmente isso aconteceu na semana passada, e estou convencido, Senadora Kátia, de que estamos fazendo justiça àqueles que deram tanto de suas vidas em favor do nosso País e que merecem a nossa atenção. Parabéns a V. Ex^a.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Muito obrigada, Senador Marconi Perillo.

Sr. Presidente, eu gostaria de usar, mais uma vez, da palavra para falar a respeito da logística no País, especialmente a respeito dos portos brasileiros.

Sou do interior do Brasil, do Estado de Tocantins, o Estado mais central do País. Mas, mesmo estando longe do mar, o meu Estado vive em função do porto. Somos um Estado com vocação agropecuária. Exportamos soja exportamos carne, exportamos milho, exportamos fruta e os portos do Brasil nos interessam muito.

Não só o Tocantins levanta essa bandeira Sr. Presidente. Inúmeras vezes estive nesta tribuna e nas comissões da nossa Casa falando sobre as hidrovias, ferrovias e os portos brasileiros, porque são vitais para todos os Estados do Brasil, os 27 Estados do Brasil.

Além de tocantinense, nascida em Goiânia, eu sou brasileira, Sr. Presidente, e penso no meu País

como um todo. Quero que o meu País cresça junto, que todos os Estados possam ser fortes e possam ser grandes produtores e exportadores. Temos uma oportunidade ímpar de fazer algumas correções que quero aqui dizer que não têm nada a ver simplesmente com este Governo. A Lei dos Portos é uma legislação antiga que merece algumas correções, mas também temos alguns erros praticados agora, no momento, pela Antaq, neste Governo. Este momento é através da Medida Provisória nº 412, que ainda está na Câmara Federal para ser votada, que trata do relatório.

O conteúdo da medida provisória é excepcional, um conteúdo bom, que dá isenção fiscal a todos que estão investindo e implementando os portos do Brasil. Ainda ontem, tivemos matéria no *Estadão*, semana passada, na *Folha de S. Paulo*, também no *O Globo*, sobre o caos nos portos do Brasil. Inclusive, o Tribunal de Contas da União aprovou, por unanimidade, no dia 27 de março deste ano, uma auditoria nos portos do Brasil pelo perigo de apagão de eficiência.

Aí, Sr. Presidente, gostaria muito que pudéssemos, com a MP nº 412, fazer como sempre estamos fazendo aqui: pegar carona em medida provisória para aprovar e corrigir os rumos do País, porque não sobra tempo ao Senado Federal, ao Congresso Nacional como um todo, para aprovar os nossos projetos, de nossa autoria. Então, temos que fazer emendas, aproveitando as relatorias dos colegas, para pegar carona e aproveitar alguma coisa que seja boa e melhor para os brasileiros.

Em relação à Medida Provisória nº 412, que virá em seguida para o Senado, já tenho a palavra do Presidente desta Casa, Senador Garibaldi Alves Filho, de que terei o prazer de ser Relatora desta matéria. Não tenho nada contra o mérito da matéria. Pelo contrário, como disse agora há pouco. Dá uma isenção fiscal em todos os investimentos nos portos do Brasil. E isso é da máxima importância.

Para se ter uma idéia, Sr. Presidente, os portos do Brasil tiveram, em 1999, um investimento, por parte do Orçamento Geral da União, de 0,013% do PIB. Agora, em 2007, o último investimento foi de 0,014. São quase dez anos, e não tivemos nenhum investimento significativo nos portos do Brasil, enquanto as nossas exportações aumentaram com uma força tremenda.

Quero apenas citar papel e celulose. De 1997 a 2006, no mesmo prazo dos investimentos, aumentamos as exportações de papel e celulose em 114%; exportamos açúcar a mais, nesses dez anos, 196%; o álcool, 2.270% litros de álcool; bovinos, tivemos um crescimento nas exportações, em dez anos, de 950%.

Suínos, 764%; aves, 302%; soja e grãos, 199% de aumento nas exportações. E também não só exporta-

mos, como tivemos um aumento imenso com relação às importações de fertilizantes, que também usam os portos. Houve um aumento de 71% nas importações de fertilizantes, em nove anos, com investimento pífio nos portos do Brasil. De modo geral, os nossos investimentos em infra-estrutura têm sido baixos ao longo de muitos anos, mas especialmente com relação aos portos brasileiros. Realmente, Sr. Presidente, chega a ser vexatório.

Eu gostaria aqui de dizer que temos algumas emendas que estão sendo negociadas com a Casa Civil. Tivemos uma reunião já com o subchefe de assuntos institucionais parlamentares na Casa Civil, Dr. Marcos Lima, e também com o coordenador-geral de logística da Secretaria dos Portos, Dr. João Aparício dos Reis Costa. Discutimos as emendas que apresentei e as que pretendo apresentar como relatora, porque, a partir do momento em que o debate foi aumentando, outras pessoas interessadas nos procuraram para que pudessem também usar essa medida provisória e corrigir as distorções que existem nos portos do Brasil.

E eu começo, Sr. Presidente, pela principal emenda. Não porque seja mais importante do que as outras, mas porque é a mais polêmica de todas.

Existem três tipos de portos no Brasil e no Mundo. O porto privado é aquela empresa que tem produção própria e constrói um porto para exportar tudo o que produz; só produção própria. O segundo tipo é o porto organizado, um porto público em que o Governo faz o investimento necessário e depois privatiza as áreas. A iniciativa privada vai para a concorrência, ganha a licitação e se organiza nesse porto organizado com administração pública. Então, chama-se porto organizado; ele é público e privado ao mesmo tempo.

Mas também existe, Sr. Presidente, o porto privado misto. O cidadão pode construir um porto com recursos próprios e, por meio dele, exportar produção própria – algo produzido por ele –, mas também pode exportar produção de outras pessoas e de outras empresas.

Qual é a grande vantagem que a Constituição brasileira impõe nesse terceiro tipo de porto? Especialmente para nós, brasileiros, o ideal seria que tivéssemos – todo o Brasil, o Governo brasileiro – recursos para fazer o porto público e depois privatizar as áreas e os lotes. Mas nós sabemos – e eu acabei de ler aqui – como são os investimentos nos portos do Brasil. Nós não temos dinheiro para fazer portos, e não podemos podar a iniciativa privada, os empresários do Brasil que querem construir os portos privados mistos. Isso não significa que esses empresários não ficarão à mercê da regulação brasileira. Isso não significa que eles não ficarão sob a égide da Antaq, que é a agência reguladora. O que precisamos fazer? Nós

precisamos de porto privado; nós precisamos de porto organizado, público/privado; e nós precisamos do porto privado misto. Se alguém estiver no porto organizado e se sentir prejudicado...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Senadora, eu vou prorrogar seu tempo, mas já estou sob protesto da Senadora Lúcia Vânia, com razão, porque S. Ex^a está inscrita para falar pela liderança. Então, eu pediria brevidade a V. Ex^a.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Já vou encerrar, Sr. Presidente.

Senadora Lúcia Vânia, o que nós precisamos para acabar com esse apagão na logística dos portos do Brasil é permitir que os empresários possam construir portos privados mistos e que a regulação possa agir nesse momento. Que a regulação possa, inclusive, ressaltar o interesse público. Imagine que tenho um porto, em num lugar estratégico, que é privado e misto. Resolvo, de repente, não mais exportar soja de terceiros por esse porto. A Antaq pode fazer as normas e obrigar que os produtos de interesse público possam ser ressaltados e que o porto privado tenha a obrigação de exportar o produto. Então, não existe incompatibilidade entre o porto privado misto e o porto organizado.

O que nós solicitamos também para o pessoal do porto de Santos e do porto de Paranaguá, por exemplo, é que o Governo possa parar de cobrar as concessões todos os anos. Eles teriam uma compensação. Por não pagarem essa concessão todos os anos poderiam ficar competitivos com os portos privados mistos. Eles vêm pagando, ao longo de 30 anos, por exemplo, uma concessão. Todo ano pagam uma taxa. Ao final de 30 anos esse patrimônio é do Governo. Eles podem perder a licitação. Então, o porto organizado tem razão de estar preocupado.

Queremos resolver o problema de todos. Nosso negócio não é privilegiar uns em detrimento de outros. Se o porto organizado sente-se prejudicado, vamos trabalhar nessa medida provisória para que as concessões possam deixar de ser pagas. A iniciativa privada que está no porto vai dele cuidar, vai fazer os investimentos necessários. E as taxas cobradas pelo Poder Público poderão sustentar os investimentos de que tanto nossos portos precisam, como Santos e, especialmente, Paranaguá.

Ouç o aparte do Senador Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Senadora, o seu projeto é a lógica, é o normal, é o lúcido.

(Interrupção do som.)

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – É uma maneira de mostrarmos ao Brasil que o Governo bra-

sileiro quer que os empresários invistam em portos. A maneira como o Governo está tratando é mais ou menos a seguinte: você pode comprar um caminhão, mas não pode transportar mercadorias dos outros, só a sua.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Exatamente.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Quer dizer, é uma interferência cruel, dura, feita por uma portaria contra a legislação. É uma portaria contradizendo uma legislação.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Uma resolução.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Veja que o Espírito Santo, o maior complexo portuário do Brasil – oito portos –, apóia a emenda de V. Ex^a.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

E ficou também fora dessa isenção do Reporto o porto seco. Os portos secos servem de sustentação aos portos marítimos. Há empresários no Brasil que trabalham nos portos secos e que precisam também dessa mesma isenção, a exemplo de vários portos na costa, mas que não estão encostados no mar. Então, nada mais justo que possamos incluir os portos secos também nessa isenção do Reporto.

Enfim, eu teria aqui outras emendas muito importantes para o Brasil, mas, em respeito à Senadora Lúcia Vânia, ao tempo que V. Ex^a me concedeu, vou terminar por aqui, apenas deixando a última emenda para o agronegócio brasileiro.

O Fundo da Marinha Mercante, cobrado apenas no Brasil, é um subsídio à indústria naval. Não é custa do Governo, mas à custa do usuário brasileiro. De todo o frete naval deste País, cobram-se 25% para o Fundo da Marinha Mercante, a fim de financiar a indústria naval brasileira. Isso significa, Senadora Lúcia Vânia, que é de um Estado agrícola, assim como o meu Estado, Tocantins, ou Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, 5% no custo de produção de um saco de soja.

Queremos que, pelo menos, os fertilizantes defensivos sejam isentos desse Fundo da Marinha Mercante, para baratear o custo Brasil no agronegócio brasileiro. Mas quero dizer, de antemão, que sou contra, em princípio, o Fundo de modo geral.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Espero ter o apoio dos colegas à MP que está chegando a Casa e que possamos, de forma suprapartidária, melhorar a eficiência dos portos do Brasil,

para sairmos da lista internacional dos campeões de ineficiência portuária de todo o mundo.

Senadora Lúcia Vânia.

A Sr^a Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Senador Kátia, eu gostaria de cumprimentar V. Ex^a e gostaria de justificar: a minha indisposição não é com o discurso de V. Ex^a, com o tempo dedicado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Não. É contra o Presidente, é com o Presidente.

A Sr^a Lúcia Vânia (PSDB – GO) – O meu descontentamento é realmente com o Presidente, com a Mesa, uma vez que acredito que, quando temos o espaço garantido pela inscrição, isso tem de ser respeitado. É sempre muito desconfortável e desagradável sentirmos que a nossa inscrição não é respeitada. Portanto, Sr. Presidente, deixo registrado o meu descontentamento com V. Ex^a e com a Mesa. Espero que isso não aconteça novamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senadora, eu pediria a senhora a compreensão, porque eu havia lido, por mais de uma vez, a relação dos oradores. A carta do Senador Demóstenes Torres delegando a V. Ex^a a palavra para falar em nome do Bloco da Minoria chegou a esta Mesa às 18 horas e 10 minutos. Eu jamais desrespeitei qualquer Senadora e protesto sempre quando aqui sou atravessado pela ordem. Como eu havia lido por mais de uma vez o nome da Senadora, achei que não haveria inconveniente em aguardar o término do discurso para oferecer a V. Ex^a a palavra pela Liderança da Minoria.

Eu não gostaria nunca de que V. Ex^a ficasse ofendida comigo, pelo grande respeito que tenho pelo seu trabalho, pela sua dignidade e pelo seu comportamento ético nesta Casa.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, eu gostaria de me desculpar se coloquei V. Ex^a em dificuldade. O senhor tem presidido essa Mesa com muita elegância, determinação e consistência.

Peço desculpas também à Senadora Lúcia Vânia.

E deixo aqui um alerta, Sr. Presidente: há dezoito dias no **clipping** do Senado Federal não vem o jornal **O Estado de S. Paulo**. Não sei por quê, não tenho informações concretas. Mas eu gostaria muito que a Mesa pudesse tomar as providências para sabermos por que o *Estadão* não está incluído junto aos grandes jornais que estão no **clipping** do Senado Federal. Os outros jornais são superimportantes, mas o *Estadão* também deveria estar aqui, como sempre esteve.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Obrigada, Senadora.

Senadora Lúcia Vânia, aproveitando o protesto de V. Ex^a, eu gostaria que a Mesa da Casa – legitimamente eleita – tomasse providências para determinar uma regra para os oradores e qual o tempo que têm de usar, para acabar com o uso da palavra pela ordem.

Então, eu acho que isso é importante. Há realmente uma angústia daqueles que não têm oportunidade de usar da palavra em razão da inscrição, o terceiro ou quarto inscrito nunca conseguem o tempo. Mas V. Ex^a terá o tempo necessário para expor aquilo que deseja, em nome da Liderança da Minoria, cujo Líder aqui se encontra, Senador Demóstenes Torres.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão da oradora.) – Agradeço a V. Ex^a, mas eu gostaria de dizer que eu vou dispor apenas do tempo da Liderança, que são cinco minutos.

Portanto, assim como eu estou reclamando o acatamento das regras, quero também cumpri-las.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs Senadores, quero cumprimentar todos os Prefeitos de Goiás e de todo o Brasil que participam da XI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

Este é o principal evento do municipalismo brasileiro e visa refletir sobre questões que influenciam diretamente o dia-a-dia dos Municípios e sua comunidade, como saúde, educação, saneamento e consórcio.

Também são debatidos o financiamento e a gestão da saúde pública, o papel dos legislativos municipais, além das reformas tributária e política.

Entre os temas a serem discutidos pelo movimento, está a reforma tributária enviada pelo Governo ao Congresso Nacional, os ganhos e as perdas que a proposta trará para as prefeituras.

A discussão do pacto federativo para melhorar a distribuição dos tributos arrecadados também está na pauta. Vale lembrar que é preciso definir as responsabilidades do Governo Federal, dos Estados e dos Municípios em todos os setores.

Na ocasião, também será apresentado o balanço do primeiro ano do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e seus impactos sobre os Municípios.

Além dos debates das questões municipalistas, haverá homenagens aos Municípios que conseguiram alcançar os melhores Índices de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão (IRFS) nos últimos anos.

Outra reivindicação dos Prefeitos refere-se à aprovação de proposições que assegurem mais recursos às suas cidades. Entre essas matérias, está a proposta de emenda à Constituição (PEC 12/06) que define nova regra para o pagamento de precatórios – dívidas decorrentes de sentenças judiciais.

Recentemente esta Casa aprovou o projeto que regulamenta a Emenda Constitucional nº 29, que vincula os recursos da União, Estados e Municípios à saúde.

Os Prefeitos vão utilizar o evento para pressionar a Câmara dos Deputados se for confirmado naquela Casa o texto votado pelos Senadores. A medida deve garantir ao orçamento da saúde pública um reforço de R\$23 bilhões até 2011.

Estudo divulgado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) sobre as estimativas de participação dos entes da federação no novo bolo tributário da reforma tributária revela que Municípios perderão com o novo percentual de vinculação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Atualmente, o Fundo de Participação dos Municípios é vinculado apenas ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e ao Imposto de Renda (IR), num percentual de 23,5%.

De acordo com a proposta de reforma tributária, enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional em fevereiro, o Fundo de Participação dos Municípios terá um novo percentual de vinculação de 11,7% (23,5% de 49,7%) sobre o novo bolo, formado pelo Imposto de Renda (IR), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre Valor Adicionado (IVA-F).

Pelos números de arrecadação previstos para 2008 no Orçamento da União e se o novo Fundo de Participação dos Municípios estivesse valendo neste ano, os Municípios receberiam R\$1,5 milhão a menos do que pela fórmula atual.

Em tese, os cálculos foram feitos para Municípios não terem ganhos nem perdas, mas, desde 2005, a receita do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda juntos está crescendo mais do que a soma dos demais tributos que entrariam no novo bolo de repartição.

Como as novas vinculações ao Fundo de Participação dos Municípios foram calculadas pela arrecadação de 2006, desconsiderando o crescimento 2007/2008, os Municípios tendem a ter perdas com a mudança.

A reivindicação dos Municípios é que o cálculo seja refeito, considerando o aumento desses impostos até 2008.

A par dessa programação, é bom que se diga, alto e bom som, que somente a manutenção da união do movimento poderá levá-lo a alcançar os objetivos propostos e sedimentar os que já foram alcançados.

Os Prefeitos devem ter consciência de sua força política, que vem do fato de que eles representam um contingente populacional que nos motiva, a todos

nós, em nossa luta por políticas públicas conseqüentes e eficazes.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Obrigado a V. Ex^a.

Eu tenho de encerrar a sessão. Há dois inscritos: o Senador César Borges e o Senador Eduardo Azeredo. Eu pergunto a S. Ex^{as} se é possível falar cada um cinco minutos, pois estão pedindo para encerrarmos a sessão e participarmos da sessão do Congresso. (Pausa.)

Com a palavra o Senador César Borges; em seguida, Senador Eduardo Azeredo. Não haverá mais inscrição, para que se possa encerrar no horário previsto pela Presidência.

Muito obrigado, Srs. Senadores.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a compreensão. Eu não poderia deixar passar esta oportunidade, no momento em que a Bahia lamenta a morte de um grande homem público: Dr. Eraldo Tinoco, ex-Ministro da Educação, ex-Vice-Governador da Bahia, ex-Deputado Federal por cinco mandatos e ex-Secretário de Estado por quatro oportunidades, duas delas na área da educação, área pela qual marcou seu nome na história da Bahia. Uma dessas oportunidades foi quando eu fui Governador da Bahia e ele foi meu Secretário de Educação.

Em sua memória, apresentei hoje, junto com o Senador ACM Júnior, um requerimento para voto de pesar pelo seu desaparecimento.

Esse baiano ilustre, filho de Ibirataia, Ipiaú, dessa região – ele nasceu em Ibirataia, quando Distrito de Tesouras, no Município de Ipiaú –, morreu ontem precocemente, aos 64 anos.

Eraldo Tinoco merece ser lembrado por vários momentos de sua vida pública, mas suas maiores marcas, sem sombra de dúvida, estão na área de educação, que defendeu como Ministro e como Secretário de Estado duas vezes.

A segunda passagem de Eraldo Tinoco pela Secretaria de Educação ocorreu exatamente no meu Governo, quando a Bahia teve um grande avanço na parte quantitativa e qualitativa do ensino. Avanço quantitativo se deu quando nós alcançamos, na Bahia, a universalização das vagas no Ensino Fundamental, com o Fundef; do mesmo modo no Ensino Médio, quando conseguimos dobrar as vagas ofertadas aos jovens baianos.

Eraldo Tinoco sempre discutia comigo importantes projetos para a área de educação e para melhorar a qualidade do ensino. Foi nessa época que construímos

a rede de colégios-modelo, que batizamos de Colégio-Modelo Luís Eduardo Magalhães. No total, deixamos o governo com 23 colégios em funcionamento e 3 que deixamos em construção.

Como secretário, Tinoco montou um projeto brilhante de modernização do ensino, tanto assim que conseguimos recursos do Banco Mundial, de R\$70 milhões, para implantar o modelo de educação que, sem sombra de dúvidas, contribuiu para o avanço dessa área no nosso Estado.

Esse projeto previa a implantação de uma agência de avaliação do ensino, mais um sistema de planejamento estratégico através de um plano de desenvolvimento da escola. Foi como Secretário de Educação que ele criou o Programa Educar para Vencer, centrado nas necessidades do aluno, mas também capacitando os diretores – que passaram a ser concursados – para a gestão escolar, com um sistema de incentivos para elevar a qualidade de ensino e também da administração escolar.

Com a sua visão moderna, o saudoso Eraldo Tinoco também foi pioneiro ao implantar uma nova estratégia pedagógica chamada PEI, Programa de Enriquecimento Instrumental, uma das ações complementares do Programa Educar para Vencer, de autoria do psicopedagogo israelense Reuven Feuerstein. Através desse programa, foi possível estimular a capacidade cognitiva de crianças da rede pública.

Foi com esse homem de valor, Sr. Presidente, visionário, trabalhador, companheiro leal que tivemos a imensa honra de conviver e ao qual a Bahia será sempre grata e sentirá a inevitável ausência.

Portanto, Sr. Presidente, quero neste momento levar o meu abraço sentido e minha solidariedade à família do Deputado Eraldo Tinoco, que V. Ex^a deve ter conhecido, foi Ministro de Estado da Educação, por quatro vezes Secretário do Estado da Bahia e, até a última gestão, Vice-Governador do nosso Estado.

Portanto, fica aqui este registro mais do que justo a uma personalidade que marcou pela sua dedicação, pelo seu carinho, pelo seu amor à Bahia e à educação e que ilustrou, durante a sua vida, toda a sua caminhada sempre com muita determinação e muita competência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador César Borges, a Mesa pede licença para se incorporar às homenagens póstumas ao ex-Deputado e ex-Ministro Eraldo Tinoco. Muito obrigado.

Senador Eduardo Azeredo, peço a V. Ex^a que use da tribuna. Tenho certeza da sua concisão no pronun-

ciamento que fará, para podermos encerrar a sessão e autorizar a sua viagem com a delegação ao exterior.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Está ótimo, Sr. Presidente. Haverá também uma reunião do Congresso dentro de alguns minutos, não é isso?

Sr. Presidente, quero só comentar mais algumas contradições do Partido dos Trabalhadores no Governo. O noticiário todo mostra que o Governo vai cortar o ponto de funcionários em greve. Quem diria! O PT sempre incentivou essas greves, sempre brigou muito com outros partidos que estavam com a responsabilidade de governar e sempre criticava arduamente o fato de se cortar o ponto quando chega o momento de impasse. Agora estamos vendo o Governo do PT cortando o ponto de funcionários públicos em greve. Eu quero salientar essa contradição.

Da mesma maneira, Sr. Presidente, existe também uma contradição na viagem que o Presidente Lula fará a Belo Horizonte, na próxima quinta-feira, onde, evidentemente, ele será muito bem-vindo. É o Presidente da República e o que ele for levar de benefício será sempre importante. Mas um dos objetivos desta viagem dele, do Presidente, é inaugurar um terminal de integração do metrô. Nós já estamos no mês de abril de 2008. O Presidente Lula já está no governo há cinco anos e quatro meses, e o metrô de Belo Horizonte não tem um metro sequer de trilha a mais desde o início do Governo Lula. E o PT era extremamente ácido nas críticas, era um cobrador permanente: “Não é possível, esse metrô de Belo Horizonte começou em 1972 e não avança nada, está faltando vontade política!”

Aí o PT vira governo e o metrô pára mesmo. Se já estava devagar, agora parou. As obras não estão evoluindo de maneira alguma. Existe um ramal, Barreiro-Calafate, onde vai se instalar a nova rodoviária, que está abandonado mesmo. Algumas estações já sofreram depredação, e essa que é uma solução em todos os lugares do mundo para transporte de massa acaba ficando relegada a segundo plano.

Eu não estou falando apenas do metrô de Belo Horizonte, mas dos metrôs como um todo no Brasil. Não é possível que continuemos com os engarrafamentos constantes nas grandes cidades brasileiras, cada vez mais concentração, e não há um plano efetivo, que seja de médio, de longo prazo, para enfrentar essa situação. A solução, em qualquer grande cidade, é o transporte sobre trilhos, exatamente um transporte que tem maior capacidade de passageiros. Lamentavelmente, aqui no Brasil, os nossos projetos estão todos ou parados, ou como esse de Belo Horizonte em

que não se colocou nenhum metro a mais de trilho e que está sendo inaugurado agora.

É uma obra importante, sim, que é a integração de ônibus com metrô na ponta da linha que funciona hoje em Venda Nova, mas não podemos deixar de trazer aqui esta lembrança de mais uma contradição do PT, que brigava muito pelo metrô quando outros estavam no poder. Agora no poder, simplesmente, o ritmo é pior do que antes, quando efetivamente já tinha um ritmo meio lento. Falo isso com conhecimento de causa porque pude acompanhar essa obra de perto e espero que, ao fazer esta crítica, esteja colaborando para que o Governo realmente desperte para este tema tão importante que é o transporte urbano nas metrópoles brasileiras.

Sr. Presidente, o que eu queria trazer hoje eram essas palavras de alerta para que o transporte de massa no Brasil, na área urbana, tenha um plano que efetivamente nos permita enfrentar os congestionamentos nas nossas grandes cidades.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Eduardo Azeredo, nós sabemos o que São Paulo está sofrendo com isso! Uma cidade que se diz limpa, mas cujos congestionamentos estão envenenando sua população. Um medidor de saturação do ar na hora de um congestionamento de 200 quilômetros na cidade mostrará níveis em que a sensação que se tem é a de se estar respirando com o rosto dentro de uma chaminé.

E isso leva à morte. Talvez V. Ex^a esteja se referindo a um dos elementos principais, o transporte de massa, para se tentar resolver.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sim. Essa situação vai só piorando, quer dizer, não tem alternativa. Temos que acordar para o transporte sobre trilhos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Não tenha dúvida. Todos os Estados brasileiros sofrem do mesmo mal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Em votação os **Requerimentos nºs 424, 426, 427, 428 e 434, de 2008**, lidos anteriormente, de autoria, respectivamente, dos Srs. Senadores Tião Viana, Sérgio Guerra, Arthur Virgílio e Eduardo Suplicy.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Papaléo Paes, Alvaro Dias, Sérgio Guerra, Mário Couto, Flexa Ribeiro e Marconi Perillo enviaram discurso à Mesa que serão publicados na forma do disposto no art.

203, combinado com o art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da entrevista das páginas amarelas, intitulada “O bufão da América”, publicada pela revista *Veja*, de 16 de abril de 2008.

Na entrevista, o historiador Marco Antonio Villa, autor de 21 livros com temas que variam da Idade Média à Revolução Mexicana e estudioso da diplomacia brasileira, vê com preocupação o sumiço da linha diplomática cunhado pelo Barão do Rio Branco. “O barão profissionalizou o Itamaraty, que passou a atuar em busca do interesses do país, e não de um governo ou partido”, declara. Para o historiador, Hugo Chávez, é perigoso por ser ambicioso e imprevisível e que se Lula tivesse sido presidente na República Velha, o Acre seria dos Bolivianos e Santa Catarina, dos Argentinos.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para registrar a matéria intitulada “Com a palavra, PT e Intercorp”, publicada pela revista **Época**, em sua edição de 9 de março do corrente.

A referida matéria trata da relação entre prefeitos e governos do PT com as empresas Intercorp Consultoria Empresarial Ltda e Camarero & Camarero, pertencentes a Luís Lima e sua mulher, Flávia Camarero.

Segundo a matéria, “de 2001 a 2005, as duas empresas receberam pelo menos R\$22 milhões de administrações comandadas pelo PT”. Ainda segundo a matéria, os negócios dessas empresas com as administrações petistas são pontuados por uma coincidência: “em quase todos eles, investigações do Ministério Público, de tribunais de contas e de corregedorias internas apontam irregularidades nos próprios contratos ou em sua execução”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a matéria acima citada passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O bufão da América

Historiador diz que Hugo Chávez, presidente da Venezuela, é perigoso por ser ambicioso e imprevisível

Duda Teixeira

O historiador Marco Antonio Villa já escreveu 21 livros, com temas que variam da Idade Média à Revolução Mexicana. Ao investir contra mitos da história nacional em suas obras e artigos, esse professor da Universidade Federal de São Carlos colecionou polêmicas e fez dezenas de inimigos. Sete anos atrás, tornou-se *persona non grata* no estado de Minas Gerais ao sustentar que Tiradentes foi um herói construído pelos republicanos. Mais tarde, causou comoção ao escrever que o presidente João Goulart, deposto pelos militares em 1964, preparava o próprio golpe de estado para obter a reeleição. “Os historiadores costumam ter receio de polêmicas, mas é com elas que se transforma a visão de mundo de uma sociedade”, diz Villa, que tem 52 anos. Estudioso da diplomacia brasileira, ele vê com preocupação o sumiço da linha de diplomacia cunhada pelo barão do Rio Branco. “O barão profissionalizou o Itamaraty, que passou a atuar em busca dos interesses do país, e não de um governo ou partido.” Em sua casa na Zona Norte de São Paulo, o historiador deu a seguinte entrevista a VEJA.

Veja — *Como o senhor avalia a atual diplomacia brasileira?*

Villa — Nossa diplomacia se esquivava de defender os interesses nacionais na América Latina. Teima sempre em chegar a um acordo e, como não consegue, acaba cedendo aos vizinhos. Se Lula tivesse sido presidente na República Velha, o Acre seria hoje dos bolivianos e Santa Catarina, dos argentinos. Por aqui se pensa que o Brasil não pode ter interesses nacionais ou econômicos na América do Sul, uma

vez que estamos em busca de uma integração regional. É um equívoco. Os interesses do Brasil não são os mesmos da Argentina. Os objetivos do Paraguai não são os do Brasil. A linguagem amena, educada, usada pelos nossos diplomatas apenas tem fortalecido os caudilhos da região, como o venezuelano Hugo Chávez e o boliviano Evo Morales, que se acham com autoridade para falar ainda mais grosso e aumentar as exigências.

Veja — *A diplomacia brasileira não era assim no passado?*

Villa — Não. No fim do século XIX, a Argentina reivindicou o oeste do Paraná e de Santa Catarina. Não fazia o menor sentido. O presidente Prudente de Moraes, com a ajuda do barão do Rio Branco, resolveu a questão e evitou a doação da área. Não perdemos um hectare de terra. O barão sabia quais eram os interesses nacionais e os defendia. Além disso, profissionalizou o Itamaraty, que passou a coordenar uma política em nome do país, e não de um governo ou partido. Hoje, precisamos urgentemente que o barão do Rio Branco se incorpore no ministério das Relações Exteriores.

Veja — *O Brasil cede sempre?*

Villa — Só não o fazemos quando é impossível. Em negociações recentes com a argentina Cristina Kirchner e com Evo Morales, a Petrobras recusou-se a fornecer gás para a Argentina, que vive sob

ameaça de um apagão. Se cedesse, o Brasil teria um grave desabastecimento. Nos outros casos, somos sempre fregueses. O Brasil já sofreu no passado uma invasão de produtos argentinos e ninguém reclamou. Quando a situação se inverteu e a balança comercial tornou-se superavitária para o Brasil, os argentinos chamaram e conseguiram o que queriam. Com a Bolívia, aceitamos uma indenização simbólica pelas refinarias nacionalizadas, a um valor muito aquém do que foi investido pela Petrobras. Com Hugo Chávez, falamos sempre “não” na primeira hora, depois dizemos “sim”. Éramos contra o Banco do Sul. Hoje somos a favor. Fazemos o oposto do que recomendava Vladimir Lenin, para quem era preciso dar um passo atrás e depois dois para a frente. A diplomacia nacional dá um pará à frente e dois para trás.

Veja — *Deportar turistas espanhóis é uma resposta inteligente à repatriação de brasileiros que tentavam ir para a Espanha?*

Villa — Foi um exagero. A política externa não é para ficar a cargo de um funcionário da Polícia Federal. As cenas dos espanhóis sendo deportados no aeroporto de Fortaleza são absurdas. Uma coisa é um turista que vai para Jericoacoara, outra é um brasileiro que, supostamente ou não, deseja trabalhar na Espanha. Quando faz diplomacia com a Europa, os Estados Unidos ou a Ásia, o Brasil tem sido muito agressivo. É como se o esforço para se afirmar como país, uma vez que não se realiza na América Latina, fosse todo desviado para os fóruns em outros continentes. Ser duro com um turista espanhol é fácil. Quero ver ser duro com Hugo Chávez.

Veja — *Chávez é o grande líder da América Latina?*

Villa — Quando se olha o que ocorre com os mais de vinte países da região, não há dúvida disso. Com a alta do preço do petróleo, Chávez construiu uma sólida rede de alianças. Foi uma sucessão de vitórias. Tem o apoio de Cuba, Nicarágua, Equador, Bolívia, Argentina. Quem está do lado do Brasil? Ninguém. Chávez é um ator que faz um monólogo. Eventualmente alguém da platéia sobe no palco e participa. O show é dele. Ele determina o que vai ser discutido e como. Os outros só correm atrás. Os países que estão se aproximando do Brasil, como Paraguai e Peru, fazem isso apenas porque não tiveram ainda um estabelecimento de relações com a Vene-

zuela. A história talvez comece a mudar agora. Não por obra de Lula, evidentemente, e sim de Álvaro Uribe, o presidente colombiano. Graças a ele, Chávez teve sua primeira derrota em política externa. A reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), que colocou panos quentes na discussão que se seguiu à morte do terrorista Raúl Reyes, pode sinalizar um futuro diferente.

“Com a alta do preço do petróleo, Chávez construiu uma sólida rede de alianças. Foi uma sucessão de vitórias. Tem o apoio de Cuba, Nicarágua, Equador, Bolívia, Argentina. Quem está do lado do Brasil? Ninguém”

Veja — *Por que o senhor considera que Chávez perdeu?*

Villa — Chávez é um caudilho e, como tal, precisa de um palanque para discursar. Quando reagiu com firmeza à morte de Raúl Reyes no Equador, ganhou um palco considerável. Só que durou pouquíssimo tempo. A solução rápida e eficaz do problema pela OEA, que estava sumida do mapa, tirou essa oportunidade dele. Chávez resignou-se porque a maioria dos países apoiou a resolução final, que condenava a invasão territorial no Equador e ao mesmo tempo acusava a presença das Farc naquele país. Uribe, ao pautar as negociações que esfriaram o conflito, mostrou que é possível dar um basta a Chávez. Sua atitude terá um impacto pedagógico até mesmo dentro da Venezuela, onde o povo tem aceitado as precárias condições internas do país ao ver que, externamente, seu presidente só obtém vitórias. Chávez teve sua primeira grande derrota no referendo constitucional. Agora, teve a segunda derrota, dessa vez em política externa.

Veja — *Por que o discurso é tão importante para um caudilho?*

Villa — Um caudilho não vive sem a oratória. O programa dominical *Aló Presidente* é o que vitamina Chávez. Fidel Castro adora discursar por horas. O mexicano Antonio López de Santa Anna foi ditador várias vezes, afundou seu país e, ferido e pensando que ia morrer, ditou suas últimas palavras. Foram quinze páginas. No fim, sobreviveu com uma perna amputada, que sepultou com honras militares. A oratória é uma tradição latino-americana, que ocorre paralelamente à dissociação entre discurso e prática. Para esses homens e para as suas platéias, é como se as palavras, sozinhas, tivessem um poder de mudar a realidade. Pura bobagem. Não existe tal mágica. Lula também aposta nesse artifício. Acha que ao divulgar o programa do PAC pode transformar o Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, em um bairro residencial em seis meses. Para os sucessores, a herança desse tipo de comportamento é terrível.

Veja — *Por que os latino-americanos possuem o vício da oratória?*

Villa — Em parte, há na América Latina uma forte tradição do bacharelismo. Muitos dos presidentes passaram por faculdades de direito. No Brasil, Getúlio Vargas e Jânio Quadros são exemplos. Epiácio Pessoa era chamado de “A Patativa do Norte”, em referência a uma ave cantora. Fidel Castro foi advogado. O argentino Juan Domingo Perón não era, mas a maioria dos seus auxiliares, sim. Para um advogado, o que importa não é a legitimidade da causa, mas o nível de retórica do advogado para defender seu acusado. Somos muito marcados por isso.

Veja — *Qual é o maior perigo de Chávez para o resto da América Latina?*

Villa — Ele está armando seu Exército e sua população. Compra fuzis, caças e faz acordos com o Irã. Ninguém parece levar isso a sério. A diplomacia brasileira sabe disso e vai contornando a situação. Uma hora Chávez vai invadir a Guiana. Ele reivindicava quase dois terços do território desse país. Para Chávez, a Guiana é uma aventura fácil. E quem vai defendê-la? O que a Guiana conta na América do Sul? Nada.

Veja — *Chávez reagiu ao ataque colombiano às Farc no Equador com um discurso em defesa da soberania nacional. Ele invadiria a Guiana?*

Villa — Chávez é um bufão. Ele construiu um personagem. É um militar de boina vermelha que se emociona, chora e canta em público. Em um momento é simpático. No minuto seguinte, aparece totalmente irado. O bufão é isso. Nunca se podem prever suas atitudes. Pode abraçar um crítico ou mandá-lo para a prisão. Suas atitudes não se regem pelo mundo racional. O bufão trabalha em outro universo.

Veja — *Por que Chávez defende as Farc?*

Villa — Seu objetivo é enfraquecer Álvaro Uribe. Chávez vê de forma simplista a conjuntura latino-americana. O mundo para ele se divide de uma maneira muito primária: os que estão com ele e os que estão com os Estados Unidos. Considera que o presidente da Colômbia é um agente imperialista na América do Sul. O combate às Farc tem sido uma das mais fortes bandeiras de Uribe.

Veja — *É legítimo usar grupos armados ou políticos de outros países para causar instabilidade?*

Villa — Há uma incompatibilidade em defender a soberania e apoiar materialmente um movimento terrorista em um país vizinho. No Brasil, tivemos uma história parecida. No governo de João Goulart, as Ligas Camponesas tinham meia dúzia de campos guerrilheiros e contavam com o apoio financeiro cubano. Quando se descobriram os campos, foi um escândalo. Vivíamos um regime democrático e o governo brasileiro manifestava-se contrário à expulsão de Cuba da OEA, enquanto Cuba violava a soberania brasileira apoiando um movimento guerrilheiro que rompia com a legalidade constitucional. A defesa da soberania só valia para os cubanos. Eu imaginava que essa prática de violação da soberania fosse página virada da história latino-americana. Ledo engano.

Veja — *Chávez foi o grande pacificador do conflito entre Colômbia e Equador, como disse Lula?*

Villa — Não há nenhum fato que comprove isso. Os documentos que estavam no computador do guerrilheiro Raúl Reyes ainda mostram que Chávez apoiava financeiramente as Farc e também recebia ajuda dos narcoterroristas. Isso não tem nada a ver com paz. Lula não tinha por que falar isso. Diz essas asneiras porque está em um momento especial. A economia vai

muito bem, o que levou Lula a entender que ganhou um salvo-conduto para reescrever a história do Brasil. Discursou homenageando Severino Cavalcanti, que renunciou quando se comprovou que ele recebia um mensalinho de 10000 reais para deixar um restaurante funcionando na Câmara dos Deputados. Dois dias depois, defendeu sua amizade com Renan Calheiros, que teve suas contas pessoais

“Marco Aurélio Garcia é tido como um grande acadêmico, uma referência para qualquer estudo sobre relações internacionais. Curioso é que não se conhece nenhuma nota de rodapé que ele tenha escrito sobre o tema”

pagas por um lobista. Quando falou de Chávez, Lula disse que ele era um ex-guerrilheiro. Lula sabe que essas coisas não são verdade. Não é ingênuo e é bem assessorado. Mas fala como se fosse um iluminado. É um líder messiânico em plena campanha eleitoral. Os professores de história devem estar arrepiados.

Veja — *Qual é a importância do Foro de São Paulo na condução da política externa brasileira?*

Villa — O Foro de São Paulo é um clube da terceira idade. Basta ver as fotos. São senhores em idade propecta, como se dizia antigamente. São propectos também no sentido ideológico. Suas idéias pertencem ao passado. Não creio que tenham uma estratégia revolucionária para a América Latina tal como foi a Internacional Comunista. Durante o período da União Soviética, os partidos comunistas espalhados pelo mundo eram braços da política externa soviética. O Foro de São Paulo não tem esse poder. Sua maior influência se dá pela pessoa de Marco Aurélio Gar-

cia, assessor especial para assuntos internacionais da Presidência da República, que tem grande participação no Foro.

Veja — *Qual é a relevância de Marco Aurélio Garcia nas relações externas?*

Villa — Desde o início da República, não há registro de um assessor com tanto poder como ele. Garcia aparece nas fotos quase sempre atrás de Lula. Dá pronunciamentos em pé de igualdade com o ministro das Relações Exteriores ou o secretário-geral do Itamaraty. Marco Aurélio Garcia é considerado um grande acadêmico, um gênio, uma referência para qualquer estudo sobre relações internacionais na América Latina. Curioso é que não se conhece nenhuma nota de rodapé que ele tenha escrito sobre o tema. Foi procurar seu currículo na plataforma Lattes, do CNPq. Não há nada sobre ele. Marco Aurélio Garcia é o Pacheco das relações internacionais.

Veja — *Quem é o Pacheco?*

Villa — É um personagem de Eça de Queiroz que aparece no livro *A Correspondência de Fradique Mendes*. Pacheco era um sujeito tido como brilhante. No primeiro ano de Coimbra, as pessoas achavam estranho um estudante andar pela universidade carregando grossos volumes. No segundo ano, ele começou a ficar mais calvo e se sentava na primeira carteira. Começaram a achar que ele era muito inteligente, porque fazia uma cara muito pensativa durante as aulas e, vez por outra, folheava os tais volumes. No quarto ano, Portugal todo já sabia que havia um grande talento em Coimbra. Era o Pacheco. Virou deputado, ministro e primeiro-ministro. Quando morreu, a pátria toda chorou. Os jornalistas foram estudar sua biografia e viram que ele não tinha feito nada. Era uma fraude.

Veja — *Que conseqüências a política externa do Brasil pode ter no futuro?*

Villa — Pela primeira vez na história do país existe a possibilidade de a política externa tornar-se tema de eleição. Seria algo realmente inédito que, para acontecer, só depende de como Chávez vai agir nos próximos anos. As concessões dadas à Bolívia, os diversos acordos com Chávez e a recusa em classificar as Farc como um grupo terrorista estão provocando muita crítica dentro do Brasil e podem juntar-se em um único e potente tema central na próxima campanha presidencial. ■

Com a palavra, PT e Intercorp

O Ministério Público convoca dirigentes do partido e da empresa para esclarecimentos sobre os contratos com a Finatec. Surgem novos indícios de irregularidades

ANDREI MEIRELES E MURILO RAMOS

NA QUARTA-FEIRA, O CONSULTOR Luís Antônio Lima, o secretário nacional de Finanças do PT, Paulo Ferreira, e o assessor especial do Ministério da Justiça, Vicente Trevas, são esperados na sede do Ministério Público do Distrito Federal. Os três foram convocados para explicar a relação de prefeituras e governos do PT com as empresas Intercorp Consultoria Empresarial Ltda. e Camarero & Camarero, pertencentes a Luís Lima e sua mulher, Flávia Camarero. De 2001 a 2005, as duas empresas receberam pelos menos R\$ 22 milhões de administrações comandadas pelo PT, como o governo do Piauí e as Prefeituras do Recife, de Vitória e São Paulo (esta, durante a gestão da atual ministra do Turismo, Marta Suplicy), pela venda de métodos "estratégicos" de gestão. Paulo Ferreira e Vicente Trevas são apontados como supostos padrinhos políticos de Luís Lima, cujos negócios com as administrações petistas são pontuados por uma coincidência: em quase todos eles, investigações do Ministério Público, de tribunais de contas e de corregedorias internas apontam irregularidades nos próprios contratos ou em sua execução.

Todos os contratos foram firmados entre governos ou empresas públicas e a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), ligada à Universidade de Brasília (UnB). Como *ÉPOCA* revelou nas últimas semanas, suspeita-se que a Finatec tenha sido usada pelas empresas de Luís Lima para fechar negócios com órgãos públicos sem precisar disputar concorrência. Suspeitas de irregularidades cercam a parceria Finatec/Intercorp desde seu primeiro contrato, celebrado com uma administração petista. Isso aconteceu em agosto de 2001, quando o Banrisul, banco público do Rio Grande do Sul, acertou a implantação de um novo modelo de gestão. Na ocasião, o governador do Rio Grande do Sul era o petista Olívio Dutra.

Na semana passada, *ÉPOCA* teve acesso a pareceres de técnicos do Banrisul sobre o negócio. Em um deles, o advogado do banco Paulo Roberto Lontra afirma que a Finatec não comprovou capacidade técnica para produzir modelos de gestão. "Considerando que outras empresas do mesmo tipo foram contatadas, parece-nos tratar-se de caso para uma licitação, em que o banco teria a oportunidade de exigir comprovação quanto a organização, equipe técnica, experiência, desempenho, estudos realizados etc.", afirma ▶

o parecer de Lontra. Técnicos do Banrisul também consideraram elevado o preço cobrado pela parceria Finatec/Intercorp: R\$ 410 mil. Há correspondências internas do banco que registram uma redução de preço por Luís Lima. Mesmo com o abatimento, de acordo com o que escreveram técnicos do banco, o contrato foi fechado por um valor 21% mais alto que a proposta apresentada por uma fundação ligada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. "Não houve interferência política e desconheço o parecer contrário à contratação", disse Túlio Zamin, presidente do Banrisul em 2001.

A Intercorp estava preparada para fazer o serviço para o Banrisul? Segundo o sociólogo Eduardo Grin, principal assessor de Luís Lima na empresa, a resposta é não. "Tivemos que aprender tudo na hora. A gente nunca tinha trabalhado em banco nem tinha experiência como consultores", disse Grin a *ÉPOCA*. Como, então, essa consultoria, sob a cobertura de uma fundação universitária, conseguiu fazer esse negócio e outros tantos em valores tão altos? Como foi a transformação de Luís Lima de psicólogo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, a "consultor em gestão pública", com contratos milionários com prefeituras e governos? Essas são as respostas que o promotor Ricardo Souza, responsável pela investigação sobre a Finatec no Ministério Público do Distrito Federal, espera obter nos depoimentos dos petistas Vicente Trevas e Paulo Ferreira.

Trevas disse a *ÉPOCA* que foi ele quem indicou Lima e a Intercorp para a Prefeitura do Recife, o primeiro grande negócio com uma administração municipal fechado pela parceria Finatec/Intercorp. Sob a gestão do prefeito João Paulo (PT), o Recife pagou R\$ 9 milhões à Intercorp, por meio da Finatec. Foram dois contratos assinados em 2002 e um terceiro em 2003. "Depois disso, eu encontrei o Luís e o Eduardo Grin para conversas sobre reforma administrativa. Jantávamos juntos, mas não era uma relação empresarial", disse Trevas ao jornal *Zero Hora*. Paulo Ferreira, atual tesoureiro

nacional do PT, nega que tenha ajudado Luís Lima e afirma que o trabalho da Intercorp é "picaretagem".

Outro negócio estranho na gestão Olívio Dutra foi a contratação da Finatec pelo Detran gaúcho para uma consultoria de gestão, no valor de R\$ 321 mil. *ÉPOCA* teve acesso ao processo. O convênio foi assinado em 10 de julho de 2002 e, em seguida, publicado no *Diário Oficial*. No entanto, a Finatec só apresentou sua proposta para assessorar o Detran gaúcho em 26 de julho, mais de 15 dias depois da assinatura do contrato. O parecer jurídico que autorizou a dispensa de licitação é de 12 de agosto. O então diretor-geral do Detran gaúcho, Mauri Cruz, foi convocado para depor em uma CPI da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Os negócios de Luís Lima e da Finatec também estão na mira da CPI das ONGs no Congresso Nacional. Os senadores da CPI deverão votar requerimentos para a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Luís Lima, das empresas Intercorp e Camarero & Camarero e do ex-presidente da Finatec Antônio Manoel Dias Henriques. Criada em outubro do ano passado, a CPI pouco trabalhou nos primeiros quatro meses. As investigações só deslançaram depois do caso Finatec. Seu foco agora são as fundações vinculadas a universidades. Desde 1999, elas receberam R\$ 2,3 bilhões do governo federal. Boa parte desse dinheiro, em vez de ser destinado a montar laboratórios, adquirir equipamentos de última geração e financiar pesquisas científicas, foi gasto com empresas de consultoria e complementação de renda de professores. "Temos indícios de que o que aconteceu com a Finatec pode ter ocorrido no país inteiro", afirma o presidente da CPI, senador Raimundo Colombo (DEM-SC). "A solução é aumentar a fiscalização e criar regras para coibir os desvios de finalidade." ◆

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Hora de prestar contas”, publicada pela revista **Veja**, em sua edição de 05 de março do corrente.

A matéria destaca que o ex-Ministro da Fazenda Antonio Palocci é denunciado pelo STF pela quebra ilegal de sigilo do caseiro Francenildo Santos Costa.

Antonio Palocci é denunciado ao STF pela quebra ilegal de sigilo do caseiro Francenildo

Antonio Fernando de Souza, procurador-geral da República, denunciou na semana passada o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci pelo crime de quebra de sigilo bancário. Por ser deputado federal, Palocci tem foro privilegiado e, caso a denúncia seja aceita, ele será julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O procurador afirma que Palocci deu ordem a um subordinado, o então presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, também acusado de quebra de sigilo, para que levantasse a ficha bancária de Francenildo Costa, testemunha-bomba contra o ex-

Francenildo denunciou o ministro e foi perseguido

ministro, que se defendia da acusação de frequentar uma casa alugada por lobistas em Brasília. Francenildo era o caseiro da notória residência. Fernando de Souza relata que os extratos bancários do caseiro foram entregues nas mãos do então ministro em sua casa na noite de 16 de março de 2006.

O crime se agravaria com a entrada em cena de dois outros personagens, o jornalista Marcelo Netto, assessor de imprensa de Palocci, e a revista *Época*, que prestou serviço aos acusados ao publicar em seu site as informações sigilosas relativas à movimentação bancária do caseiro. Extratos telefônicos revelaram a troca de telefonemas entre Netto e a redação da revista *Época* nas 24 horas que antecederam a publicação. Em seu depoimento, Netto disse que as ligações nada tinham a ver com o caso do caseiro. Seriam apenas telefonemas pessoais para seu filho, um dos repórteres da revista.

O ex-ministro da Fazenda era apontado como o sucessor natural do presidente Lula tamanha a credibilidade que conquistou como âncora da bem-sucedida política econômica do governo. O

BETO BARATA/AE

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

escândalo cortou os motores da carreira ascendente de Palocci no cenário político brasileiro. Ele era uma unanimidade até que, em março de 2006, uma reportagem de VEJA revelou que o ministro frequentava uma casa em Brasília onde confraternizava com amigos lobistas, fantasmas de seu passado de político regional que ele não conseguira exorcizar. A temperatura do caso parecia ceder, mas acabou explodindo com a entrevista dada por Francenildo Costa a *O Estado de S. Paulo*. O caseiro forneceu ao jornal detalhes do que se passava no interior da casa. Tornou-se uma testemunha-bomba que, na visão dos assessores de Palocci, só poderia ser desativada pela desmoralização pública. Veio então a idéia luminosa de quebrar o sigilo da conta de Francenildo na Caixa Econômica Federal. Foi encontrado um depósito considerado suspeito (era legalíssimo) na conta do caseiro. O documento foi entregue à revista *Época*, que se incumbiu de lhe dar publicidade. Pronto. Estava consumado o crime que agora chega ao Supremo Tribunal Federal para exame e eventual punição dos responsáveis.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “A República dos Cartões”, publicada pela revista **Veja**, em sua edição de 13 de fevereiro de 2008.

A matéria destaca como a precariedade no controle dos gastos e a desfaçatez de funcionários do Governo desmoralizaram um instrumento criado para dar mais transparência aos gastos públicos. Ainda segundo a reportagem, o mau exemplo começa na Presidência, cujas faturas milionárias permanecem secretas.

Sr. Presidente, requero que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A REPUBLICA DOS CARTÕES

Como a precariedade no controle dos gastos e a desfaçatez de funcionários do governo desmoralizaram um instrumento criado para dar mais transparência aos gastos públicos. O mau exemplo começa na Presidência da República, cujas faturas milionárias permanecem secretas

Fábio Portela

No mundo real, um cartão de crédito é um instrumento que impõe uma série de regras ao seu portador. Em primeiro lugar, é preciso passar por uma análise da operadora, que definirá o limite a ser autorizado para as despesas.

Quem tenta gastar mais do que pode tem

o cartão bloqueado, e quem atrasa o pagamento é punido com juros de até 14% ao mês. No mundo real, um cartão também serve para sacar dinheiro vivo em caixas eletrônicos, mas isso sai caro, já que o banco cobra até 10 reais de taxa fixa por saque, mais os juros até o dia do vencimento da fatura. Há outro mundo, no entanto, habitado por uma casta de funcionários públicos federais, onde tudo é infinitamente mais fácil. Nele, qualquer um pode ter um cartão corporativo, desde que conte com a simpatia do chefe.

Não há limite para gastos nem para saques em espécie (por lei, o teto das despesas deveria ser definido em cada repartição pública, mas uma série de truques contábeis permite driblá-lo sem maiores problemas). Seus portadores não precisam se preocupar com as taxas que serão cobradas pelos bancos ou pela operadora, já que o dinheiro não é deles. Ah, sim, também não é preciso esquentar a cabeça com o pagamento da fatura no fim do mês — ele fica a cargo do Tesouro Nacional. Quanto às eventuais malversações ou “equivocos” cometidos no uso dos cartões, isso é o de menos.

HAJA EMERGÊNCIA

O governo Lula disseminou os cartões corporativos também entre os assessores palacianos. As faturas desses cartões cresceram exponencialmente desde 2003. O Palácio do Planalto se recusa a revelar como os cerca de vinte assessores palacianos mais próximos do presidente gastaram o dinheiro público. **VEJA** conseguiu identificar o total das despesas feitas desde o início do governo pelos dez auxiliares mais gastões de Lula, a partir de dados reservados do Tesouro Nacional

Os dez maiores gastadores do Palácio do Planalto e suas despesas no governo Lula, desde 2003

TITULAR	SAQUES EM DINHEIRO VIVO (EM REAIS)	TOTAL DE GASTOS (EM REAIS)
Cleber Pereira Fialho	263 500	2,4 milhões
José Carlos Ferreira Fernandes	175 300	1,4 milhão
José Roberto de Assis Possa	238 700	1,4 milhão
João Domingos da Silva Neto	181 500	1,3 milhão
Mauro Augusto da Silva	163 100	1,2 milhão
Jnsafá Fernandes de Araújo	163 600	1,1 milhão
Anderson Ferreira de Aguiar	209 400	1,1 milhão
Maria Emília Matheus Évora	104 400	870 000
Adhemar Paoliello Freire	188 000	540 000
José Ivo de Souza Barbosa	10 320	352 000

TOTAL 11,6 milhões de reais

Fonte: Siafi

A fiscalização dos gastos, como se provou nas últimas semanas, é conduzida com o rigor que já se tornou uma característica do atual governo. O mundo deles, convenhamos, é muito melhor do que o nosso — o real, construído com estudo e trabalho.

Os contribuintes começaram a informar-se do funcionamento desse mundo encantado dos burocratas federais há algumas semanas. Por lei, os cartões de crédito corporativos, adotados pelo governo em 2001, para conferir mais transparência aos gastos dos funcionários públicos, servem para que seus portadores possam fazer face a despesas “esporádicas e emergenciais”.

Mas está evidente que, na prática, eles se tornaram passaportes para uma verdadeira esbórnica com o dinheiro público. A primeira descoberta foi a de que alguns ministros se habituaram a usar o cartão a toda hora e da maneira que lhes dava na telha: para comer um lanchinho, fazer compras em free shop, hospedar-se com a família em hotéis de luxo e jantar em restaurantes caros (churrascarias parecem ter a predileção da maioria). Em seguida, soube-se que a bandalha envolvia milhares de funcionários, incluindo os que servem à Presidência da República.

Na semana passada, VEJA mostrou que até as despesas e adegas do Palácio da Alvorada e da Granja do Torto — residências oficiais da família Lula — vêm sendo abastecidas por meio de cartões corporativos. Um dos assessores mais próximos de Lula, José Henrique de Souza, usou o cartão em açougues, supermercados, padarias, peixarias e lojas de bebidas. O caso chama atenção porque manda a lei que os fornecedores da Presidência devem ser escolhidos por licitação — e não por acaso, ou por escolha pessoal de um assessor. Ao longo do ano passado, Souza gastou 115 000 reais com despesas aparentemente bem pouco emergenciais. No mundo real, trata-se de um bom dinheiro, suficiente para comprar um apartamento de dois quartos em São Paulo. No mundo encantado, porém, é uma mixaria. Para se ter uma idéia, dez colegas de Souza no Planalto, responsáveis por dar assistência a Lula e sua família e acompanhá-los em viagens oficiais, gastaram nada menos que 3,7 milhões de

reais em 2007. No que eles torraram a mufunfa? E segredo de estado, “questão de segurança”, segundo disse a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. O detalhamento dos gastos do despenseiro Souza, por exemplo, só veio à tona graças a um cochilo do governo.

O grupo dos dez não conhece limites. O maior gastador do gabinete presidencial no ano passado foi João Domingos da Silva Neto, com 585 900 reais. Desde que o PT chegou ao poder, em 2003, ele já fez despesas de 1,3 milhão de reais no cartão oficial — desse total, 181 500 reais foram sacados em dinheiro vivo. O campeão de gastos no acumulado da gestão petista, no entanto, é Clever Pereira Fialho. Suas faturas, somadas, chegam a 2,4 milhões de reais, dos quais 263 500 reais foram sacados em espécie. Juntos, os dez maiores gastões da secretaria da Presidência foram responsáveis por despesas de 11,6 milhões de reais desde 2003. Sem licitação, sem controle, sem medo de ser felizes. Tudo sob o manto da “questão de segurança”, uma explicação que não resiste à luz da legalidade. “Se a Presidência da República tem gastos, esses gastos devem ser revelados. Não há preceito na Constituição Federal que, interpretado e aplicado, direcione a esse sigilo quanto aos gastos do poder público”, afirmou o ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal.

A recusa do governo em detalhar os gastos dos assessores mais próximos do presidente Lula e de sua família não contribui em nada para desanuviar as suspeitas que se acumulam sobre os 11 510 cartões corporativos atualmente nas mãos de 7 145 funcionários públicos do governo federal (alguns têm mais de um). É justificável que os gastos realizados estritamente com a segurança presidencial sejam mantidos em sigilo. Mas há uma grande diferença entre gastos sigilosos e gastos clandestinos. No modelo atual, não há nenhum controle externo sobre boa parte das despesas da Presidência. Quem faz esse trabalho é um órgão ligado ao gabinete presidencial — ou seja, é a clássica história da raposa tomando conta do galinheiro. Uma das poucas tentativas de fiscalização do uso do cartão corporativo data de 2003, quando o deputado Carlos Sampaio, do PSDB paulista, pediu à Procuradoria da República esclarecimentos sobre os gastos dos assessores mais próximos de Lula. Na ocasião, o Tribunal de Contas da União iniciou uma nunca concluída auditoria sobre o tema. Os parquíssimos resultados divulgados até agora revelam,

no entanto, que, se algum dia o tribunal decidir empenhar-se na análise do tema, terá muito trabalho.

Sabe-se, por exemplo, que, em 2003, logo no início do governo, assessores palacianos transformaram em uma grande festa uma viagem de Lula ao interior de São Paulo, pagando diárias a pessoas que nem sequer estavam na comitiva oficial e superfaturando o pagamento de hospedagens. Uma análise superficial de um pacote de notas fiscais emitidas em nome da Presidência da República mostra a existência de fraudes primárias. A de número 7987, por exemplo, emitida em 2004 pela empresa Belini Pães e Gastronomia, teve seu valor rasurado de R\$ 9,44 para R\$ 99,44, como puderam notar os auditores do TCU. “O que mais preocupa é que essa nota foi encontrada em um trabalho de fiscalização por amostragem, que analisou apenas 2% do total de notas”, diz o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP). “É impossível saber quantas fraudes desse tipo foram feitas”, conclui.

Até o momento, os cartões corporativos do governo ora foram usados para desviar dinheiro público, ora para pagar gastos que não deveriam ser bancados por esse sistema. No caso das despesas feitas com cartão oficial pelos seguranças dos filhos do presidente Lula, nada indica que as despesas declaradas não ocorreram. A única filha do presidente, Lurian Cordeiro da Silva, mora com o marido e dois filhos em um condomínio em Florianópolis. Para protegê-la, o governo alugou uma casa na cidade. O imóvel funciona como centro de operações de uma equipe formada por meia dúzia de agentes que se revezam na tarefa de proteger Lurian e sua família. Com essa finalidade, entre abril e dezembro do ano passado, João Roberto Fernandes Júnior, servidor lotado no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, gastou 55 000 reais com um cartão corporativo do governo. A maior parte das despesas diz respeito a pagamentos em concessionárias de automóveis — referentes a

manutenção da frota que serve aos seguranças de Lurian —, casas de ferragens e lojas de aparelhos eletrônicos de segurança, como câmeras e alarmes. Em uma das lojas, a Dominik, foram compradas peças de ferro usadas na construção de alvos fixos para a prática de tiro. O cartão também bancou a instalação de grades na casa dos seguranças, lanches em padarias e material de escritório. Ao contrário do que ocorreu com os ministros de Lula, os funcionários a serviço de Lurian não gastaram dinheiro com diversão particular. O dado espantoso é que um segurança tenha autonomia para ordenar despesas dessa monta — o equivalente a um bom carro zero-quilômetro. Faz parte da boa administração do dinheiro público o critério na escolha de fornecedores e a cotação de preços, condutas normalmente observadas por funcionários especializados em compras — mas não necessariamente por um segurança.

Além de explicar os gastos dos assessores do Planalto — os públicos e os secretos —, a maior dor de cabeça para o governo diante da auditoria do TCU (se ela for para valer) será apresentar notas fiscais capazes de justificar não apenas as compras feitas com os cartões, mas, principalmente, os saques em espécie. Essa é uma das maiores caixas-pretas da administração Lula. Nos últimos anos, os petistas promoveram uma derama de cartões oficiais pela máquina pública. Hoje, os 11 510 cartões válidos estão nas mãos de servidores das mais variadas patentes, de ministros de estado a seguranças, passando por assessores palacianos, motoristas, reitores de universidades, pesquisadores e arapongas dos serviços de informação. No ano passado, todo esse pessoal sacou 58,7 milhões de reais em dinheiro. No Portal da Transparência — o site do governo que contém os dados sobre os cartões corporativos e se transformou em um hit da internet nas últimas semanas — é simplesmente impossível saber o destino dessa dinheirama. Com os saques em espécie sendo feitos aos borbotões, os cartões perdem sua função primordial: em vez de facilitar a fiscalização dos gastos públicos, acabam por dificultá-la.

As regras que deveriam orientar o uso dos cartões oficiais não estão claras para a maioria dos servidores. Por incrível que pareça, quem recebe um cartão oficial não é obrigado a assinar nenhum termo de responsabilidade, especificando em quais situações o instrumento pode ser usado. Essa foi a justificativa utilizada pela ex-ministra Matilde “Free Shop” Ribeiro, da Igualdade Racial, obrigada a pedir demissão depois que sua farra com os cartões veio a público.

Ela disse que os usou para pagar despesas pessoais porque não foi orientada corretamente. A mesma explicação deu o ministro Orlando Silva, dos Esportes, que devolveu 30800 reais aos cofres públicos — a totalidade de sua fatura em 2006 e 2007 —, para conseguir se manter no cargo. Ou seja, mais uma vez fica demonstrado que não dá para confiar na ética pessoal de cada um. Por isso, as regras precisam ser transparentes, escritas em linguagem simples e, por fim, assinadas por quem ocupa um cargo público.

No setor privado, onde os cartões corporativos surgiram, há normas bem delineadas para controlar os gastos dos executivos. Em geral, não se permitem saques em dinheiro. Quando essa possibilidade existe, o portador do cartão deve se submeter a uma rigorosa prestação de contas, apresentando notas fiscais que justifiquem a retirada. Em algumas empresas, isso deve ser feito em, no máximo, dez dias. No governo, o prazo é a perder de vista. Além disso, no mundo empresarial, não se pode usar o cartão em qualquer tipo de estabelecimento, mas apenas naqueles definidos pela empresa. Em muitos casos, o cartão só fica em poder do funcionário durante viagens a trabalho e é devolvido assim que ele retorna. Os executivos brasileiros que possuem cartões corporativos gastam, em média, 4 000 reais por ano. Os funcionários do governo federal despendem quase 70% a mais: 6 700 reais, em média. Já entre os servidores da Presidência da República, onde a maior parte dos gastos fica mantida em sigilo, os valores médios saltam para 56 000 reais por ano. Essa diferença mostra claramente que, quanto menor é o controle, maior é a gastança.

A transparência, no entanto, não é uma exclusividade do setor privado. Muitos governos conseguem controlar os gastos de suas autoridades sem maiores problemas. Um dos países onde o controle de cartões corporativos é mais eficiente é a Austrália. Além de ter sido uma das primeiras nações do mundo a adotar o cartão corporativo, ainda em 1989, a Austrália foi também uma das pioneiras na divulgação de gastos governamentais na internet. Há uma série de diferenças entre o modelo australiano e o brasileiro. Lá, existe um manual de uso do cartão com regras claras para os gastos. O funcionário que recebe esses cartões tem de assinar um termo de compromisso responsabilizando-se pelo uso. Isso faz com que o governo possa processá-lo, caso haja abuso de gastos. Também há diversas restrições. O cartão não pode ser usado para: despesas pessoais, combustível (para isso há um cartão específico), saque de dinheiro (a não ser com permissão por escrito de alguma autoridade),

compras em que o funcionário receba vantagens individuais na transação, como aquisição de passagens aéreas com ganho de milhas e gastos que, se fossem pagos em dinheiro ou em cheque, sairiam mais em conta. Na vizinha Nova Zelândia, o uso dos cartões de forma irregular — para pagar despesas pessoais ou sacar dinheiro em espécie, por exemplo — é causa de punições rigorosas, que vão de descontos na folha de pagamento à perda do cargo ou do mandato. Na França, até a ex-mulher do presidente Nicolas Sarkozy, Cécilia Sarkozy, teve de devolver um cartão de crédito funcional depois que a imprensa descobriu que ela o havia utilizado para pagar refeições a convidados em restaurantes.

Ao contrário das crises anteriores, quando o governo apenas reagia às denúncias de maneira atabalhoada, desta vez há uma estratégia bem definida. A ministra Matilde Ribeiro foi rapidamente demitida. E, pela primeira vez na administração Lula, o Palácio do Planalto se antecipou e pediu a instalação de uma CPI para investigar o próprio governo. A idéia foi sugerida ao ministro das Relações Institucionais, José Múcio, pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá. “Como a CPI no Senado era iminente, decidimos que nós mesmos iríamos sugerir a abertura da investigação”, diz José Múcio. Por telefone, o ministro consultou o presidente Lula, que está em férias no litoral de São Paulo. “Vamos em frente. Não temos nada a esconder”, disse Lula. O governo avalia que a crise é pequena e passageira se comparada a outros escândalos, como o mensalão. Teme, porém, as consequências políticas, porque considera o assunto de fácil entendimento pela população. Mordomagem de governantes, afinal, é uma das poucas coisas que ainda provocam indignação em muitos eleitores. Mas é uma ingenuidade pensar que o pedido de CPI apresentado pelo Palácio do Planalto é para esclarecer os fatos. Na verdade, não passa de uma estratégia para que a investigação não chegue a lugar algum.

“Propor a CPI nos dá a prerrogativa de estabelecer o foco das investigações — e o foco será amplo”, explica José Múcio. Com isso, as despesas do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso feitas antes da criação dos cartões corporativos foram incluídas no pedido de abertura. A devassa, segundo a proposta, retroage a 1998. O objetivo é esmiuçar todos os gastos com despesas administrativas no segundo mandato de FHC. O governo, evidentemente, não ampliou a investigação por acaso. Uma equipe de auditores, trabalhando sigilosamente dentro do Palácio do Planalto, já encontrou ves-

úgios de irregularidades em gastos durante a gestão dos tucanos. Por fim, da forma como a CPI foi proposta, as investigações arrastariam para o balcão mais três ex-presidentes da República — José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco. Os ex-presidentes têm direito à segurança oficial depois de deixar o cargo. As pequenas despesas da equipe também são custeadas com o uso dos cartões de crédito corporativos. Quebrar o sigilo dos gastos de Lula significa estender a medida a todos os ex. "Já tem senador de oposição querendo tirar a assinatura da CPI", diz José Mácio. A estratégia oficial ainda conta com o trunfo de mostrar que os gastos totais diminuíram no atual governo — e com a esperança de que a oposição "esqueça" que os saques em dinheiro aumentaram exponencialmente.

A fumaça do escândalo sobre o mau uso dos cartões de crédito do governo federal foi detectada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) há três anos. De lá para cá, o órgão já realizou três auditorias sobre o caso, mas curiosamente nunca encontrou nada parecido com as maracutaias que vieram a público nas últimas semanas. Na primeira investigação, realizada em 2005, o TCU descobriu que funcionários do Palácio do Planalto, cujas faturas somavam 3 milhões de reais, sacaram 2 milhões em espécie em apenas sete meses. Em vez de investigar a natureza desses gastos, estraiçando as notas fiscais que justificavam os gastos em dinheiro, o TCU limitou-se a recomendar ao governo que agisse com mais moderação na boca do caixa. Ao analisar um conjunto de apenas cinquenta notas fiscais, porém, uma equipe lotada no gabinete do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) encontrou quatro notas fiscais frias. A divulgação dos comprovantes fajutos levou o TCU a abrir a segunda investigação, no início de 2006.

De novo, porém, o tribunal se limitou a confirmar o que já se sabia. Ao detectar as notas frias, o TCU recomendou que os funcionários responsáveis pelo uso indevido dos cartões devolvessem o dinheiro aos cofres públicos. A terceira investigação, que está em curso, apura o uso de cartões de crédito por agentes da Agência Brasileira de Inteligência, a Abin. Na semana passada, diante das novas revelações sobre o escândalo dos cartões, o TCU anunciou que fará a quarta auditoria. Tudo indica que, de novo, não chegará a lugar algum. "Fiscalizamos as despesas de 12 000 órgãos públicos, mas temos apenas 1 500 analistas. A onipresença, nesse caso, é humanamente impossível", adianta o ministro Ubiratan Aguiar, do alto da experiência de quem já comandou duas investigações fracassadas. O mundo da burocracia federal é mesmo encantado.

OS MAIS GASTOES

ÓRGÃOS DO GOVERNO FEDERAL

Presidência da República — Com 93 funcionários autorizados a fazer despesas com cartões corporativos, a Presidência da República gastou 5,2 milhões de reais no ano passado, dos quais 10% são referentes a saques em dinheiro. A maior parte dos gastos está justificada no Siafi (sistema eletrônico que relaciona as despesas do governo federal) apenas como "suprimento de fundos", o que torna impossível identificar sua origem

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

— Responsável por 46% dos gastos com cartões corporativos do governo, o IBGE é também recordista no número de servidores que possuem o benefício: 1 746. Gastou 37 milhões de reais no ano passado. Quase 90% desse valor se refere a saques em dinheiro

Comando da Marinha

— Sozinho, foi responsável por 97% das despesas do Ministério da Defesa pagas com cartão corporativo em 2007. As faturas, que totalizam 915 000 reais, incluem compra de chocolates finos e de pedras brasileiras, além de almoços e jantares

Abin — A Agência Brasileira de Inteligência está entre os líderes de gastos nos cartões corporativos. Em 2007, foram 11,6 milhões de reais, dos quais pelo menos 1 milhão de reais em saques. Todas as faturas são secretas. Sabe-se apenas que o órgão usa, no mínimo, sessenta cartões

AGÊNCIAS REGULADORAS

Anvisa, Anatel, ANPRANT e Aneel, cinco das dez agências reguladoras do país, gastaram, juntas, mais de 1 milhão de reais com cartões. Entre as despesas, constam compras em supermercados, postos de gasolina e artigos para festas. A Anvisa foi a que mais gastou: 288 000 reais — dos quais quase um terço do valor foi sacado em dinheiro

SEGURANÇAS DOS FILHOS DO PRESIDENTE LULA

Funcionários que fazem a segurança da família do presidente Lula em São Bernardo do Campo (SP) gastaram 149 000 reais em cartões corporativos no ano passado. Já as faturas apresentadas pelos seguranças de Lulian, a filha do presidente que mora em Florianópolis (SC), somaram 55 000 reais

Os funcionários da Presidência da República gastam até

14 vezes mais

com cartões de crédito corporativos do que os executivos do setor privado

NÓS e...

Gasto médio anual do brasileiro com cartões de crédito

2 000 reais



Gasto médio anual de executivos brasileiros com cartões de crédito corporativos

4 000 reais



...ELES

Gasto médio anual dos funcionários do governo com cartões de crédito corporativos

6 700 reais

Gasto médio anual dos funcionários da Presidência da República com cartões de crédito corporativos

56 000 reais

COMO FUNCIONA EM OUTROS PAÍSES

Ao contrário do que ocorre no Brasil, a maioria dos governos que utilizam cartões corporativos proíbe o saque em dinheiro. O número de funcionários autorizados a usar o recurso também é mais limitado, assim como o leque de despesas permitidas

AUSTRÁLIA

Quem está autorizado a usar cartões corporativos: funcionários responsáveis pelo setor de compras e serviços dos departamentos e funcionários que viajam freqüentemente

Quem controla os gastos: Departamento de Tesouro e Finanças do Ministério da Fazenda

Saques: não são permitidos, a não ser mediante autorização por escrito

O que pode ser pago: serviços de comunicação (fax, telefone, correio), despesas de viagem, compras feitas por meio de leilão eletrônico promovido pelo governo e compras que não superem o equivalente a 4 400 dólares

NOVA ZELÂNDIA

Quem está autorizado a usar cartões corporativos: ministros, secretários de estado, diretores de departamento dos ministérios, diplomatas e funcionários cujo cargo exija viagens constantes e participação em compromissos oficiais

Quem controla os gastos: auditorias internas dos ministérios e auditoria externa por uma agência autônoma do Parlamento

Saques: não são permitidos

O que pode ser pago: despesas em viagens e compromissos oficiais

ESPAÑA

Quem está autorizado a usar cartões corporativos: ministros e secretários de estado

Quem controla os gastos: auditorias internas e o Ministério da Fazenda

Saques: não são permitidos, a não ser mediante autorização por escrito

O que pode ser pago: exclusivamente despesas de viagem

FRANÇA

Quem está autorizado a usar cartões corporativos: alguns funcionários do primeiro escalão do governo

Quem controla os gastos: Tribunal de Contas

Saques: não são permitidos, a não ser mediante autorização por escrito

O que pode ser pago: despesas de viagem (passagem, hospedagem, alimentação)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “Hora de Escancarar a Porteira”, publicada pela revista **Veja**, em sua edição de 30 de janeiro 2008.

A reportagem destaca que o Governo dá o sinal verde para o loteamento de cargos e cede espaço ao PMDB.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamen-

to, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Brasil.

HORA DE ESCANCARAR A PORTEIRA

Em 2003, o PT assumiu o poder proclamando-se mensageiro de uma nova era. Tendo passado toda a sua existência como pedra, e não vidraça, jactava-se de uma espécie de castidade que o faria diferente de “tudo isso que está aí”. Tentou manter a pose mesmo quando, em setembro daquele ano, o governo promoveu um festival de nepotismo de magnitude jamais vista no país, ao instalar petistas e amigos de petistas em 15 000 dos 21 000 cargos de confiança disponíveis na administração federal. Da degola que varreu do mapa os ocupantes anteriores, não escaparam nem mesmo motoristas e ascensoristas. A isso, o PT deu o nome de “renovação”. Em janeiro de 2004, não mais tão puro e casto assim, o governo petista abriu as portas para o PMDB pela primeira vez, cedendo as disputadas pastas das Comunicações e da Previdência Social a um partido historicamente conhecido pelo fisiologismo, pela flexibilidade de sua coluna vertebral e por uma densidade programática inversamente proporcional ao seu apetite por cargos. A isso, o PT deu o nome de “aliança político-programática”. Cinco anos depois da primeira posse de Lula, os petistas perderam qualquer resquício de constrangimento em imitar práticas que antes criticavam e o PMDB só ampliou o seu espaço no governo. Hoje, o número de ministros peemedebistas triplicou e o partido já detém oito dos cinquenta cargos mais “gastosos” (para ficar na expressão galhofeira do ex-deputado Roberto Jefferson) da administração federal — aqueles que exibem gordo

O governo dá sinal verde para o loteamento de cargos e cede ainda mais espaço ao PMDB

Marcelo Carneiro

orçamento e caneta com tinta suficiente para centenas de nomeações. O número se baseia em levantamento feito por VEJA em 2005 e que resultou no painel reproduzido nas páginas 54 e 55. Essa constatação — somada às cenas da última reunião ministerial, em que a única coisa que se discutiu foram as formas de cooptar o Congresso para aprovar projetos que atendam aos interesses eleitorais do governo — mostra que a administração Lula está passando por um franco processo de peemedebização. E isso, observada a origem da palavra, está longe de ser bom para o país.

Alianças partidárias são parte do jogo democrático. Ocorre que o PMDB é um partido cheio de peculiaridades — todas elas bem pouco abonadoras. Desde a sua fundação, ainda durante o regime militar, a legenda nunca primou pela coesão programática. “Sempre foi uma aglomeração de velhas e novas oli-

garquias, cuja única preocupação é capturar nacos do aparelho do estado para perpetuar sua força regional”, diz o sociólogo Demétrio Magnoli. A lista do atual elenco peemedebista é auto-explicativa. No Pará, o dono do partido é o deputado federal

Jader Barbalho. Em Alagoas, quem detém o comando da sigla é Renan Calheiros. Em Roraima, o manda-chuva chama-se Romero Jucá. Em São Paulo, o líder é Orestes Quércia. Todos esses políticos têm duas características em comum: serviram a vários governos e deixaram atrás de si denúncias de mau uso do dinheiro público. Barbalho (que acaba de conseguir a promessa de nomeação de um aliado para a presidência da Eletronorte — aliado esse que foi demitido do governo Itamar Franco por denúncias de corrupção e que, se nomeado, vai controlar um orçamento de 5,4 bilhões de reais) foi ministro da Previdência na gestão de José Sarney. Calheiros foi líder do governo Collor e ministro da Justiça

de Fernando Henrique Cardoso. Jucá conseguiu a façanha de ser líder do governo do PSDB na administração FHC e agora ocupa a mesma função no governo Lula. Para não falar de Geddel Vieira Lima, novo cacique baiano e a face mais rechonchuda do fisiologismo peemedebista.

Foi assim, servindo a todos e servindo-se deles, que o PMDB se tornou o maior partido do país, sem nunca ter eleito um presidente da República pelo voto direto. O fato de a sigla, desde 1994, não apresentar candidato ao Palácio do Planalto não impede que mantenha uma fortíssima musculatura eleitoral, sobretudo nos grotões. Um em cada cinco prefeitos brasileiros é filiado ao PMDB. Na Câmara, o partido tem uma bancada maior que a do PT, com 92 dos 513 deputados. No Senado, seus vinte parlamentares representam 25% do plenário da Casa. É de olho nesse poder, traduzido, entre outras coisas, em votos no Congresso; que Lula escancara as portas para o PMDB — e fecha os olhos para a ética, a probidade e a boa governança.

Há outros fatores que justificam a aproximação do governo com a sigla. Para analistas, Lula — que se distancia do

petismo para investir no “lulismo” — aposta em um projeto de longo prazo. “Nos planos do presidente, há espaço para uma aliança eleitoral com o PMDB, que pode ser implementada já a partir deste ano”, diz o historiador Marco Antonio Villa. Os primeiros passos desse acordo começaram a ficar explícitos na semana passada, quando o Planalto deu

A “peemedebização” do governo Lula

Devagarinho, devagarinho, o PMDB vai abocanhando cada vez mais espaço, e verbas, na administração petista. Dobrou a cota de ministros que tinha no governo em 2005 e já conquistou oito dos 50 cargos mais cobiçados na administração federal (reunidos em painel publicado por VEJA em julho de 2005)

sinal verde para que seus articuladores iniciassem conversações com a ala quer-

cista do PMDB, a fim de formalizar uma candidatura em conjunto com o PT na disputa pela prefeitura de São Paulo. Uma vez consolidada a aliança no plano municipal, o passo seguinte seria a tentativa de dar forma a uma candidatura que unisse o PT e o PMDB na eleição presidencial de 2010. “Isso interessa a Lula porque, pela primeira vez, o PT não terá um nome forte para apresentar na disputa e, portanto, vai precisar da capilaridade do PMDB para penetrar em todas as regiões do Brasil”, afirma Villa. A aproximação do governo com o PMDB é, portanto, ótima para as ambições do PT e melhor ainda para os planos de Lula. Quanto ao país, bem, isso é o de menos. A isso, dá-se o nome de desfaçatez. ■

Com reportagem de Naiara Magalhães e Victor De Martino

Participação do PMDB no governo

Em 2003

NENHUM MINISTRO

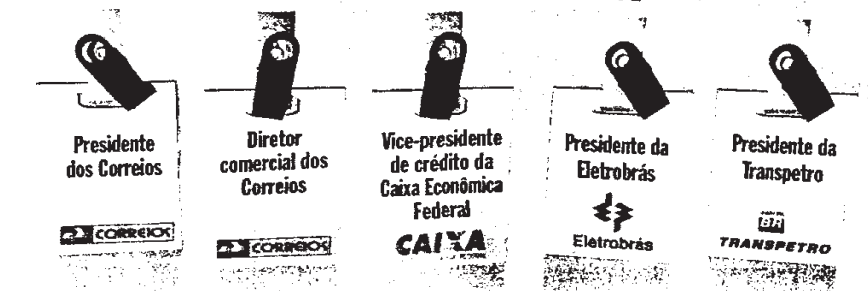
NENHUM DOS 50 CARGOS MAIS DISPUTADOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

NENHUM VALOR ADMINISTRADO

Em 2005

3 MINISTROS

5 DOS 50 CARGOS MAIS DISPUTADOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL



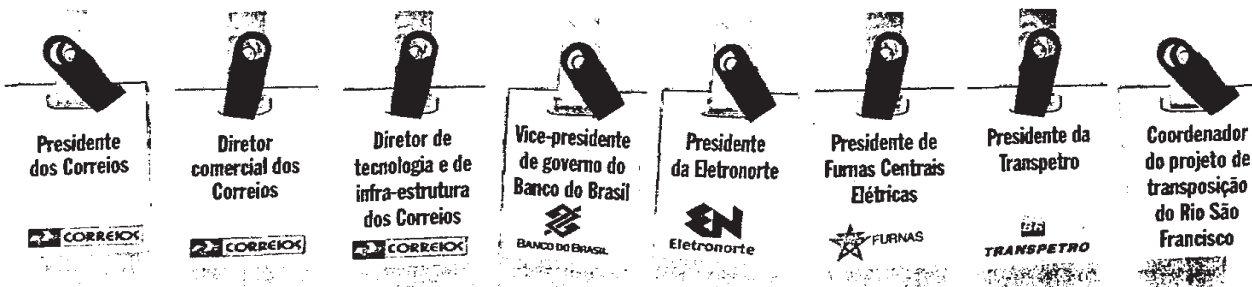
VALORES ADMINISTRADOS PELOS TITULARES DOS CARGOS

22,3 bilhões de reais

Em 2008

6 MINISTROS

8 DOS 50 CARGOS MAIS DISPUTADOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL



VALORES ADMINISTRADOS PELOS TITULARES DOS CARGOS

40,5 bilhões de reais

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Há espaço para crescer sem a pressão inflacionária”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 1º de março de 2008.

A matéria destaca que o economista Edmar Bacha, um dos pais do Plano Real e consultor sênior do Banco Itaú BBA, acredita que o avanço dos investimentos, que superam a velocidade do crescimento econômico do País há mais de três anos e continuam

em expansão, deve ganhar ainda mais força em 2008, elevando o PIB potencial do Brasil para 4,5%.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

‘Há espaço para crescer sem pressão inflacionária’

Para economista, avanço de investimentos vai elevar crescimento do PIB e manter a inflação sob controle em 2008

Ricardo Leopoldo Rio

O economista Edmar Bacha, um dos pais do Plano Real e consultor sênior do Banco Itaú BBA, acredita que o avanço dos investimentos, que superam a velocidade do crescimento do País há mais de três

anos e continuam em expansão, deve ganhar ainda mais força em 2008, elevando o Produto Interno Bruto (PIB) potencial do Brasil. O economista prevê que o PIB terá expansão de 4,5% este ano.

Segundo ele, além de o PIB potencial caminhar para um nível maior do que muitos analistas estimam, há outro fator bastante importante que pode ajudar a conter a inflação no médio prazo: o nível de utilização da capacidade instalada (Nuci) das indústrias, que aumentou bom nos últimos anos

e atingiu 85,3% em janeiro, ainda está distante da marca de 98% registrada entre 1968 e 1973, período conhecido como “milagre econômico”.

Como há ainda uma folga expressiva para a expansão do Nuci e o PIB potencial está subindo, Bacha acredita que o IPCA deve encerrar 2008 em 4,5%, bem no centro da meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional, o que lhe dá conforto para afirmar que o Banco Central não precisa aumentar os juros até o fim do ano.

Bacha acredita que a recessão

dos Estados Unidos deve ser prolongada. No entanto, mesmo na hipótese de profundo desaquecimento da maior economia do mundo, o Brasil crescerá pelo menos 3% em 2008. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Como o sr. avalia a trajetória da política monetária neste ano?

A economia está bastante aquecida e, pelos cálculos do Banco Central e de analistas de mercado, o crescimento de demanda vem superando a expansão da oferta. Isso coloca em risco a inflação dentro da meta de 4,5%, com as taxas de juros atuais. Mas eu seria favorável a que o BC mantivesse os juros constantes em março. Não custa esperar um pouco mais. Vamos registrar uma pequena barriga inflacionária na taxa de 12 meses no primeiro trimestre, mas as expectativas são de que, daqui para frente, especialmente com a ajuda do dólar, a inflação deve ser mantida perto da meta.

A recente desaceleração de vários índices de preços pode melhorar as expectativas de mercado para inflação no fim deste ano?

Eu acredito que o fator que atua nessa direção é a menor pressão sobre os preços dos alimentos no varejo, embora se contraponha a isso uma tendência mais recente de aumento das cotações das commodities agrícolas. Mas, se o dólar continuar a se desvalorizar, a pressão que vamos ter no setor de bens comercializáveis deve ser menor do que o previsto anteriormente. Eu tenho esperanças de que seja possível que o Brasil atue sem a necessidade de o Banco Central elevar os juros pois minha previsão é de que o IPCA deve fechar 2008 em 4,5%. Se ou estivesse no BC, eu votaria para manter os juros em 11,25% até o fim deste ano.

há alguma chance de que os juros deem a cair a partir do terceiro trimestre?

Muito pouco provável. Isso exigiria que haja uma redução no ritmo de crescimento da demanda. A conjuntura continua muito favorável, o crédito está expandindo, a política fiscal é expansionista e o emprego está aumentando. Não há nenhuma

perspectiva de redução da velocidade da demanda. O que poderia ocorrer é uma surpresa, que seria muito favorável, de um crescimento da oferta superior ao que estimamos para a expansão da economia. Mesmo assim, estamos falando de o PIB potencial passar de uma perspectiva de crescimento de 4% para talvez 5%.

O amadurecimento dos investimentos pode levar o PIB potencial para o nível de 5% neste ano? Dado o aumento de investimentos observado, eu acredito que está havendo uma elevação da capacidade produtiva. Além disso, há outro fator, que pode

Quem é:

Edmar Bacha

- Deu aulas em universidades brasileiras e americanas
- PhD em Economia (Yale) e pesquisador (Harvard e MIT)
- Foi presidente do BGE e do BNDES entre os governos Sarney e Fernando Henrique

ser comprovado estatisticamente: é uma relação razoavelmente estável entre o nível máximo de utilização da capacidade instalada e o grau de volatilidade de crescimento do PIB. Verdade que estamos perto das taxas máximas de utilização da capacidade instalada atingidas em 2004 e estamos próximos, senão ultrapassamos, os valores máximos das séries de dados iniciadas em 1991. Mas essas séries existem desde 1968.

Desde os anos 1980, o Brasil foi marcado por muita instabilidade no crescimento do PIB. Portanto, se justificava que os empresários preservassem um grau de utilização menor do que são capazes de manter hoje. Então, há ainda espaço, em comparação com o período do milagre econômico de 1968 a 1973, para o crescimento do grau de utilização da capacidade instalada das indústrias sem pressão inflacionária, dada a atual menor volatilidade de expansão do PIB. Então, posso concluir que os investimentos vão maturar mais e eu es-

to menos preocupado com o grau de utilização da capacidade instalada das indústrias do que o Banco Central e a mídia dos analistas do mercado.

O nível de utilização da capacidade

de instalada atingiu 85,3% em janeiro em termos de sazonalizações, de acordo com a FGV. Qual foi o pico do Nuci entre 1968 e 1973? A ordem de magnitude que eu me recordo é de 93%, uma diferença significativa para o atual nível de utilização da capacidade instalada.

O Nuci ainda poderia subir um pouco mais? Não haveria pressão inflacionária? Sim, na hipótese de que o grau de utilização computável com o crescimento não inflacionário em correlação estreita com a utilização do PIB, como acredito que tenha. Como o nível de utilização do PIB nos últimos anos está menor do que em 1968 e 1973, acho que varia fazer uma aposta de conexão dos juros neste ano.

Analistas ponderam que a valorização do câmbio está relacionada em a notícia de que o País é credor externo líquido, o que teria tornado mais próximo o Investment Grade. O senhor acredita que o Brasil receberá tal avaliação das agências de rating neste ano? O Investment Grade do Investment Grade neste ano está um pouco mais complicada por causa da crise de crédito internacional. O Investment Grade de que o Investment Grade somente de vir no começo de 2009, de que ficar mais claro que a atual crise internacional de crédito não vai se aprofundar.

O nível de desaquecimento dos EUA deve levar aquele país a uma recessão neste ano? Acredito que os EUA vão entrar em recessão, que será uma combinação de duas coisas: uma forte crise no setor de construção civil, que registrou um crescimento de bolha que estourou. E há também uma crise de desintermediação financeira desenvolvida ao longo dos últimos dez anos.

seu intenso combate contra atuação dos pseudocorretores, proporcionando à sociedade tranquilidade e segurança nas relações imobiliárias.”

“Além disso”, completou Augusto Viana, “estamos entrando em uma fase muito interessante, pois antigamente a população como os próprios profissionais encontravam-se refratários com relação ao financiamento. Depois da simplificação da legislação e do entrincheiramento do CRECI-SP com a Caixa, os corretores estão se preocupando em entender melhor a dinâmica do financiamento, auxiliando, desta maneira, a população em seus questionamentos. A comunidade passou a acreditar neste sistema, aquecendo desta forma o setor imobiliário.”

A presidente da Caixa afirmou ainda que este novo convênio é uma ferramenta para que as duas entidades estejam cada vez mais próximas. “Este é um acordo de consórcio que é estendido a todos os funcionários do CRECI-SP, além de possibilitar a abertura de contas a todos os dirigentes desta instituição, o que, para nós, é motivo de confirmação de uma parceria que existe, e que foi muito usada, no início dos Feirões da Casa Propria, pois foi uma aposta que o banco fez há quatro anos, no momento em que mercado não era tão aquecido quanto hoje. Foi uma inovação colocar em um mesmo espaço a Caixa, como uma instituição financeira, e os corretores de imóveis, fazendo a intermediação e esclarecendo as dúvidas dos clientes, ao lado dos cartórios e das construtoras. Então, o Conselho

Regional sempre foi um parceiro na primeira hora, portanto este novo convênio que assinamos consolidamos e ratificamos uma parceria que em 2008 dará muitos frutos.”

Augusto Viana ressaltou ainda, que ativamente os corretores de imóveis têm participado dos Feirões promovidos pela Caixa, prestando assessoria principalmente para a comunidade de baixa renda, onde se concentra o maior percentual de déficit habitacional. “Em 2008, a Caixa estará presente em todos os eventos realizados pela CRECI-SP e a entidade participará ativamente de todas as ações promovidas pelo banco.”

Segundo Augusto Bandeira Vargas, superintendente do banco, esta parceria fortalecerá ainda mais a relação entre o CRECI-SP e a Caixa Econômica Federal e permitirá que o mercado imobiliário se desenvolva cada vez mais, abrindo novos caminhos para acordos futuros em prol de toda a sociedade.

Estiveram presentes na reunião os diretores do CRECI-SP, Walter Alves de Oliveira e Jaime Tomaz Ramos - vice-presidentes; Antonio Simas - diretor secretário; Artur Boiajian - diretor; Francisco Pereira Afonso - diretor tesoureiro e Gilberto Yukihar Yogui, diretor 2º tesoureiro. Entre os representantes da Caixa participaram da reunião: Ângela Micali, gerente geral - Jardim Paulista, Luis Eduardo Pinhata, gerente de relacionamento - Jardim Paulista e Luiz Carlos Previlato, gerente regional de habitação. Na ocasião, Maria Fernanda apresentou todos os presentes na reunião, o novo superintendente nacional - representante do Estado de São Paulo, Maurício Antônio Quarezemim.

No dia 28 de fevereiro, o CRECI-SP e a Caixa Econômica Federal realizaram uma reunião em que estabeleceu uma nova parceria para abertura de contas-correntes aos diretores do Conselho Regional, com o objetivo proporcionar estreitamente das relações entre o Conselho Regional e a instituição financeira. Paralelamente, a presidente da Caixa Maria Fernanda Ramos Coelho assinou um outro convênio possibilitando, a todos os funcionários do CRECI-SP, o crédito consignado diferenciado dentro mercado, com menor taxa de juros, e um atendimento personalizado.

“Temos como objetivo orientar os corretores de imóveis para que sigam o mesmo caminho e posteriormente possam utilizar dos benefícios do banco para financiamentos de computadores, automóveis e aplicações. Desta maneira, estaremos fortalecendo ainda mais o relacionamento entre as entidades. Hoje o Estado de São Paulo conta com mais de 130 imobiliárias, que são habilitadas como agentes de negócios da Caixa Econômica Federal. Este número deverá crescer muito, pois temos mais de 18 mil empresas no Estado”, afirmou o presidente do CRECI-SP, José Augusto Viana Neto.

Augusto Viana ressaltou também, que os programas de treinamento aos corretores de imóveis direcionados aos financiamentos, estão sendo intensificados. “A divulgação do grande número de financiamentos está estimulando o interesse dos corretores de imóveis em se aprofundar nesta área. Este é um trabalho que a entidade realiza com grande satisfação, devido ao

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Se pudesse, faria mudança por decreto, diz Lula”, publicada pelo **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 28 de fevereiro de 2008.

A matéria destaca que a empresários o Presidente nega falta de empenho do Governo para aprovar medidas de desoneração.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CONTAS PÚBLICAS

‘Se pudesse, faria mudança por decreto’, diz Lula

A empresários, presidente nega falta de empenho do governo para aprovar medidas de desoneração

**Tânia Monteiro
Leonencio Nossa**
BRASÍLIA

Ao apresentar a proposta de reforma tributária a empresários, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que, se pudesse, faria a mudança por decreto. Em entrevista no Palácio do Planalto, antes do encontro, ele negou a falta de empenho do governo para aprovar medidas de desoneração.

Minutos depois, diante de representantes do setor produtivo, reclamou das pressões que o projeto deve enfrentar no Congresso. “Ninguém está querendo discutir as picuinhas deste País, que interessam apenas a quem pensa nas próximas eleições. O governo não está disposto a brincar em serviço.”

Lula avaliou, na entrevista, que, mesmo às vésperas das disputas eleitorais nos municípios, será possível discutir e aprovar a proposta tributária, que deve chegar hoje ao Legislativo. Resaltou que o projeto foi feito por várias mãos e cabeças, e não deve ser visto como uma proposta do governo. “Nós temos um ano político. Vocês conhecem o Congresso e sabem que, a partir de junho, está todo mundo na rua fazendo campanha”, disse. “O ideal é que, se a reforma tributária merece a pressa que todo

FHC: ‘Ele cospe no prato que comeu’

... O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso reagiu ontem à declaração de Lula, que chamou os antecessores de “pé-frio”. “Ele precisa olhar com um pouquinho mais de respeito aqueles que o antecederam. Fica feio, todo dia cospe no prato que está comendo”, afirmou.

No encontro com os empresários, Lula comentou que seu governo tinha sorte. “Um pouco de

sorte não faz mal a ninguém. Deus me livre ser pé-frio como outros foram neste país”, afirmou. “A sorte só ajuda quem trabalha duro.”

Ao falar da troca de posição do Brasil, de devedor para credor internacional, disse que a “sorte” foi possível com o ajuste fiscal de 2003 e o aumento do superávit para 4,23% do PIB. ● ROBERTO ALMEIDA

mundo diz que merece, eu penso que eles poderão discutir e votar este ano ainda.”

Na avaliação do presidente, as divergências em relação a pontos específicos da reforma poderão ser superadas no debate no Congresso. “Temos de colocar um terno novo na política tributária”, disse, avaliando que essa proposta acaba com a guerra fiscal “fratricida” dos governadores.

Ao comentar as críticas de que não há interesse do governo em aprovar as mudanças ele disse: “Se o governo pudesse faria por decreto. Como não pode, temos de mandar para as instâncias democráticas aprovarem”. O presidente comentou também sobre as dificuldades

dos Estados em aprovar a proposta. “Não é pouca coisa diminuir 27 legislações de ICMS e fazer uma só para o Brasil.”

No encontro com os empresários, Lula manteve o discurso otimista em relação ao andamento da proposta no Congresso. “Essa reforma deve ser tratada como uma profissão de fé.”

O presidente ressaltou que o Legislativo costuma aprimorar propostas do governo. “Nem sempre o Congresso piora as coisas. Eles melhoram.” Pouco antes, o empresário Emerson Kapaz tinha alertado que a reforma corria o risco de ser fadada no Congresso. ● //

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs.

Senadores,

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores,

Esta Casa de Lei, por meio da Comissão de Infra-Estrutura, aprovou requerimento para a convocação da Ministra Dilma Rousseff, para prestar esclarecimentos quanto à elaboração de Dossiê, no âmbito do Gabinete da Casa Civil, sobre os gastos do Presidente Fernando Henrique Cardoso com cartões corporativos.

Fato esse confirmado, pelo delegado Sérgio Menezes responsável pela Investigação que a Polícia Federal faz na Casa Civil, através de matéria jornalística divulgada hoje.

Senhor Presidente, a aprovação do requerimento segue à risca o que determina a Constituição Federal, no art. 50, §1º, que nos permitimos transcrever aqui, *in verbis*:

Art. 50. A Câmara dos Deputados ou o Senado Federal, bem como qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.

§ 1º Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério.

Valemo-nos, que se diga aqui, do princípio da hierarquia das leis para aprovar o requerimento, porque nenhum dispositivo legal é maior do que a Constituição Federal. Portanto, na mais lídima e cristalina interpretação da Carta Magna, não se pode vedar a qualquer Comissão da Casa o direito de convocar Ministro de Estado para prestar esclarecimentos sobre assunto previamente determinado.

Não estabeleceu o legislador originário qualquer vinculação entre as atribuições das respectivas Comissões das duas Casas do Congresso Nacional com o conteúdo dos esclarecimentos a serem prestados pelos Ministros ou pelas autoridades diretamente subordinadas à Presidência da República. E, se o legislador constituinte originário não exigiu a correlação é porque não pretendeu vedar a convocação por qualquer Comissão.

Aplica-se, portanto, aqui o princípio de o que não nos é vedado pela Lei – mormente pela Lei Maior – permitido é. Portanto, de forma legal, transparente e legítima, os membros da Comissão de Infra-Estrutura aprovaram o requerimento para que a Ministra Dilma Rousseff venha a esta Casa prestar esclarecimentos não só ao Senado e ao Congresso Nacional, mas também à Nação brasileira.

Não há negar, Senhor Presidente, que os cidadãos, no pleno exercício dos direitos, concebidos e assegurados pela Constituição Federal, clamam por explicações justas e claras sobre como se montou o Dossiê? Por que se montou o Dossiê? Com a autorização de quem se montou esse Dossiê? E quem, exatamente quem, montou esse dossiê?

Essas perguntas, Senhoras e Senhores Senadores, são perguntas que não querem calar, porque, se calarem, calarão a voz da democracia, a voz do princípio de freios e contrapesos, que não pode, nem deve, permitir que qualquer Poder da República se sobreponha a outro.

A vinda da Ministra Dilma Roussef a esta Casa de Rui Barbosa para prestar esclarecimentos sobre o Dossiê contra o Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso vai ao encontro dos sacramentos da Nação Republicana e fortifica a experiência democrática que temos vivido nesses últimos vinte anos de normalidade e funcionamento dos Poderes Constituídos.

A vinda da Ministra Dilma Roussef ao Senado Federal, para prestar esclarecimentos à Comissão de Infra-Estrutura, a qual presidimos como muita honra, significará um serviço ao Brasil, um serviço ao povo e à Nação brasileira.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Nada mais havendo a tratar, e tendo em vista a reunião do Congresso para exame de vetos, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2008 (PROVENIENTE DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 385, DE 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2008, que altera a redação da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para dar novo prazo à aposentadoria especial de trabalhador rural empregado e para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991, e trata do Programa de Aquisição de

Alimentos – PAA, instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. (proveniente da Medida Provisória nº 385, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 7.10.2007)

Prazo final (prorrogado): 25.5.2008

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 405, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 405, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de cinco bilhões, quatrocentos e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e sete mil e seiscentos e sessenta reais), para os fins que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 15.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 28.5.2008

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 406, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 406, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, duzentos e cinquenta milhões, setecentos e trinta e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 18.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 31.5.2008

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 407, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 407, de 2007, que *autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais; e altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União; as Lei nºs 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente; e a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 408, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 408, de 2007, que *abre crédito*

extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 409, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 409, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator:

Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006,

tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário

o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

17

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

18

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

19

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

20

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande, favorável.

21

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

22

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

23

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.*

Pareceres nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 12-CCJ, que apresenta;

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda nº 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade

das Emendas n^{os} 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas n^{os} 13 a 18-CDR.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator “*ad hoc*”: Senador Rodolpho Tourinho.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99,

na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob n^{os} 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas n^{os} 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros pri-*

vados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “ad hoc”: Senador Flávio Arns.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “ad hoc”: Senador Valter Pereira.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços*.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos*.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal*.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade*.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 703, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea, e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que al-

tera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

50

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

51

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

52

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator

ad hoc: Senador Flávio Arns, *concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

53

REQUERIMENTO Nº 1302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

54

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

55

REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, *solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder do cartel colombiano.*

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

56

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente.)*

57

REQUERIMENTO Nº 1072, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro "A era da turbulência: aventuras em um mundo novo".*

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo.

58

REQUERIMENTO Nº 1176, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, *solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

59

REQUERIMENTO Nº 1242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil)*

60

REQUERIMENTO Nº 1428, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, *solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.*

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

61

REQUERIMENTO Nº 1494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)*

62

REQUERIMENTO Nº 1495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra*

apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)

63

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

64

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)*

65

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família)*

66

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distri-*

buição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)

67

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que específica)*

68

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)*

69

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)*

70

REQUERIMENTO Nº 352, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio

Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)

71

REQUERIMENTO Nº 358, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)*

72

REQUERIMENTO Nº 368, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).*

73

REQUERIMENTO Nº 417, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

74

REQUERIMENTO Nº 418, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão

de Relações Exteriores e Defesa Nacional,
*solicitando a criação de um Dia Mundial de
Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-
Senadora Ingrid Betancourt.*

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 19 horas e 18
minutos.)*

Ata da 53ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 16 de abril de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Alvaro Dias, Gerson Camata,
César Borges, e Antonio Carlos Valadares

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 16/4/2008 07:39:53 até 16/4/2008 20:30:47

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X
PTB	PB	CARLOS DUNGA	X	X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	X
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	X	X
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	X	X
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
PTB	SP	ROMÉU TUMA	X	X
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	X	X

Compareceram: 68 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A lista de presença acusa o comparecimento de 68 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler:

É lido o seguinte:

Frente Nacional de Prefeitos

Ofício FNP N° 052/2008

Com muita honra e satisfação, que a pedido do presidente da Frente Nacional de Prefeitos, Sr. João Paulo Lima e Silva, prefeito de Recife/PE, encaminhamos a Vossa Excelência a **“MOÇÃO APROVADA PELA PLENÁRIA DA 52ª REUNIÃO GERAL DA FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS”**, ocorrida nos dias 3 e 4 de abril em Niterói/RJ.

Pela oportunidade firmamos os nossos reiterados votos de estima e consideração.

Cordiais saudações,



Gilberto Perre
Secretário Executivo da FNP

MOÇÃO APROVADA PELA PLENÁRIA DA 52ª REUNIÃO GERAL DA FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS

O advento do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, implantado pelo Governo do Presidente Lula, constitui-se, como amplamente reconhecido, no maior programa de investimento em infraestrutura da história recente do País.

Atento às maiores dificuldades vividas pela população em nossas cidades, o PAC transformou-se em instrumento concreto de inclusão social, geração de empregos e melhoria da qualidade de vida urbana.

Para nós, Prefeitos e Prefeitas do Brasil, tanto o PAC para os grandes e médios municípios como o Programa “Territórios da Cidadania” também implantado pelo Governo Federal para as pequenas cidades, representam inéditos e vultosos apoios à consecução de nossas tarefas constitucionais.

Considerando-se que por determinação do Presidente Lula, Vossa Excelência coordena estas marcantes ações, imprimindo um ritmo gerencial que alia planejamento, desburocratização de procedimentos e monitoramento permanente da execução das obras aprovadas, vimos suprapartidariamente expressar nosso maior reconhecimento à forma eficiente, republicana e ética com que Vossa Excelência dirige a Casa Civil da Presidência da República.

Niterói, 04 abril de 2008.



João Paulo Lima e Silva
Presidente
Frente Nacional de Prefeitos

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB –
ES) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.
É lida a seguinte:

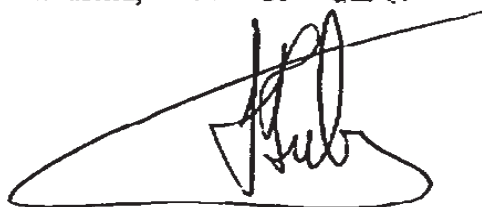
MENSAGEM
Nº 69, DE 2008
(nº 191/2008, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Irã.

Os méritos do Senhor Antonio Luis Espinola Salgado que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de abril de 2008.



EM No 00111 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 8 de abril de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Irã.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* do Senhor ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO

CPF.: 66717469749

ID.: 80000/MRE

- | | |
|------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 11/10/1951 | Filho de Antonio de Vicente da Silva Salgado e Gilda Espinola Salgado, nasce em 11 de outubro, no Rio de Janeiro/RJ |
| 15/12/1974 | Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica/RJ |
| 18/01/1980 | CPCD - IRBr |
| 15/12/1981 | Terceiro Secretário em 15 de dezembro |
| 16/12/1981 | Divisão de Estudos e Pesquisas de Mercado, assistente |
| 01/06/1983 | Embaixada em Lagos, Terceiro Secretário em missão transitória |
| 27/03/1984 | Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente |
| 17/12/1984 | Embaixada em Bonn, Terceiro e Segundo Secretário |
| 01/07/1986 | Segundo Secretário em 1º de julho |
| 07/02/1988 | Embaixada em Argel, Segundo Secretário |
| 10/03/1990 | CAD-IRBr |
| 26/08/1991 | Divisão das Nações Unidas, assessor |
| 21/12/1992 | Primeiro Secretário, por merecimento, em 21 de dezembro |
| 17/01/1994 | Missão Permanente em Genebra, Primeiro Secretário |
| 21/10/1997 | Divisão de Direitos Humanos, Chefe |
| 29/06/1999 | Conselheiro, por merecimento, em 29 de junho |
| 01/05/2000 | Embaixada em Santiago, Conselheiro |
| 19/05/2003 | CAE - IRBr, Direitos Humanos, Reconciliação Nacional e Consolidação Democrática: a Experiência Chilena |
| 29/09/2003 | Embaixada em Berna, Conselheiro |
| 28/11/2005 | Subsecretaria-Geral Política I, Chefe de Gabinete |
| 20/06/2006 | Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 20 de junho |
| 11/12/2006 | Embaixada no Panamá, Encarregado de Negócios em missão transitória |


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Subsecretaria-Geral Política (SGAP-II)

Departamento do Oriente Médio e Ásia Central (DOMA)

Divisão do Oriente Médio II (DOM II)

MENSAGEM AO CONGRESSO REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ

IRÃ - DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Islâmica do Irã
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	República teocrática
ÁREA	1.648.000 km ² (pouco maior à área do Estado do Amazonas)
POPULAÇÃO	65,3 milhões de habitantes (est. CIA, julho 2007)
COMPOSIÇÃO ÉTNICA	Muçulmanos xiitas (89%); muçulmanos sunitas (9%); zoroastras; judeus; cristãos e baha'is (2%).
DATA NACIONAL	1º de abril (Dia da proclamação da República Islâmica)
PIB (2007 est.)	US\$ 278,1 bilhões
UNIDADE MONETÁRIA	Rial iraniano
LÍDER SUPREMO	Aiatolá Ali-Hoseini Khamenei
CHEFE DE ESTADO	Presidente Mahmoud Ahmadinejad
MINISTRO DE RELAÇÕES EXTERIORES	Manouchehr Mottaki
DIVISÃO ADMINISTRATIVA	30 províncias, 295 municípios, 889 cidades e 2.305 povoados
LEGISLATIVO	O Legislativo compreende duas instituições, o <i>Majlis</i> e o Conselho dos Guardiães da Constituição. De 1906 a 1979, o <i>Majlis</i> , que significa "parlamento", constituía a câmara baixa do Legislativo iraniano enquanto a câmara alta era constituída pelo Senado (este último foi extinto durante a Revolução Islâmica de 1979). Atualmente, o <i>Majlis</i> possui 290 representantes. Está previsto na Constituição que todas as legislações devem ser primeiro aprovadas pelo <i>Majlis</i> , depois ratificadas pelo Conselho dos Guardiães, para posteriormente serem assinadas e transformadas em lei pelo presidente. Quando há diferença aguda de posições entre o <i>Majlis</i> e o Conselho dos Guardiães, em especial nos casos de interpretação da Xariá (lei islâmica) e de vetos específicos do Conselho de Guardiães, um terceiro órgão, o Conselho de Discernimento da Expediência (criado em 1988), cujos integrantes são indicados pelo Líder Supremo, é chamado a emitir um "voto de minerva".
PARTIDOS	O <i>Majlis</i> (Parlamento) está dividido entre os reformistas e os conservadores. Dentre os reformistas se destacam: a Confiança

Nacional e a Frente de Participação Islâmica do Irã. Dentre os principais movimentos conservadores, estão a Associação do Clero Militante, o Partido da Coalizão Islâmica e os Construtores do Irã Islâmico. Os segmentos conservadores lograram uma ampla vitória nas eleições de março de 2008, ante o impedimento da candidatura de vários políticos reformistas.

POLÍTICA INTERNA

Em conformidade com a Constituição de 1979, a autoridade máxima no Irã é o Líder Supremo (*Wali Fagih*), posição de natureza vitalícia que, desde a morte de Ruhollah Khomeini, em 1989, vem sendo ocupada pelo aiatolá Ali Khamenei. Suas atribuições ultrapassam o campo religioso. Encontram-se sob sua autoridade os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, sobre cujas decisões tem a última palavra. Exerce, ainda, o comando das Forças Armadas e tem poder de veto sobre os candidatos à presidência da República. A indicação do Líder Supremo é feita pela Assembléia dos Sábios, composta de clérigos, a qual se reúne duas vezes por ano. O Conselho dos Guardiães ocupa posição-chave no sistema político. Compõe-se de 12 membros (seis clérigos e seis peritos em lei islâmica) e tem por função aprovar as leis votadas pelo Parlamento. O Conselho de Expediência é o órgão consultivo do Líder Supremo e serve para mediar eventuais disputas entre o Parlamento e o Conselho dos Guardiães, sendo chefiado pelo ex-presidente Ali Rafsanjani. Há, atualmente, um domínio completo do aparelho estatal pela ala conservadora. Esse domínio, inicialmente restrito ao Poder Judiciário e ao Conselho de Expediência, estendeu-se, desde fevereiro de 2004, ao Parlamento e, com as eleições de junho de 2005, à Presidência da República.

O vigoroso retorno dos conservadores ao poder parece ter adiado indefinidamente qualquer veleidade de reforma na linha do que o ex-presidente Mohammad Khatami procurou introduzir no sistema político iraniano. Com efeito, eleito presidente por voto direto em maio de 1997 (70% do total dos votos), e reeleito em junho de 2001, desta vez com 77% dos votos (21 milhões de votos a seu favor), Khatami defendeu a modernização do país, maior liberdade de expressão na imprensa, flexibilização dos costumes e maior aproximação com o Ocidente. A sua reeleição, baseada em plataforma de direitos civis e democracia religiosa, consolidou-o, então, como o político mais popular do Irã, principalmente entre a juventude estudantil e a maioria das mulheres. O Governo Khatami manifestou a interlocutores estrangeiros a convicção de que o “processo de democratização é fundamental e necessário”. Considerou que as reformas políticas eram

importantes para a consolidação de um clima de estabilidade e para a adoção de legislação necessária ao desenvolvimento do país.

Apesar das pressões da ala conservadora, Khatami evitou o confronto direto com adversários, enfatizando o diálogo e invocando o respeito à “vontade popular”. No primeiro semestre de 2002, houve enfrentamentos entre os conservadores e diferentes segmentos da sociedade iraniana, com acusações de corrupção nos setores da hierarquia religiosa e divulgação de cifras negativas relativas à situação econômica do país (aumento da inflação e do desemprego). Khatami ameaçou, então, renunciar, caso o movimento reformista por ele conduzido continuasse a ser combatido e emperrado por aqueles que “tentavam criar tensões no seio da sociedade iraniana e pescar em águas turbulentas”.

A partir de então, a cisão entre reformistas e conservadores agravou-se. O clero começou a preparar-se para tomar o poder, visando ao fim do movimento reformista, do qual Khatami foi a voz mais importante. A crise política aprofundou-se contra um pano de fundo de agitações estudantis, duramente reprimidas pelos conservadores, prisões de liberais, julgamentos políticos e fechamento de jornais de tendência reformista.

Em fevereiro de 2003, realizaram-se, pela segunda vez desde a Revolução Islâmica de 1979, eleições para os conselhos locais. O pleito, marcado por elevado grau de absenteísmo do eleitorado, representou duro golpe nas correntes reformistas, já que teve resultados conservadores, sobretudo em Teerã, cidade considerada parâmetro da tendência nacional. O Conselho Municipal, dominado pelos conservadores, elegeu como prefeito o atual presidente Mahmoud Ahmadinejad. Aparentemente, a grande abstenção do eleitorado, sobretudo o de tendência reformista, se deveu ao desencanto e à frustração com os limitados e inconsistentes progressos do processo de liberalização do Governo Khatami.

Em maio do mesmo ano, o Conselho dos Guardiães rejeitou o projeto de lei apresentado pelo Parlamento, pelo qual seria ampliado o poder presidencial. Um possível retrocesso foi sinalizado por uma nova ameaça de renúncia do presidente Khatami, o que pôs em perigo o já precário equilíbrio interno.

Eleições parlamentares foram realizadas em fevereiro de 2004. Consolidaram a tendência de retomada do poder pelos conservadores. Por meio de manobras procedimentais que contaram com o apoio do Líder Supremo Ali Khamenei, as facções conservadoras conseguiram impedir vários candidatos reformistas de concorrer. Os conservadores obtiveram 190 dos 290 assentos do Parlamento, relegando o presidente Khatami a uma posição esvaziada e enfraquecida, à espera das eleições presidenciais de 2005, que efetivamente consagraram a vitória dos conservadores.

Apesar da existência de cerca de dez candidatos, as eleições presidenciais de junho de 2005 acabaram sendo polarizadas entre dois políticos egressos do conservadorismo – o ex-

presidente Ali Rafsanjani e o prefeito de Teerã, Mahmoud Ahmadinejad. Rafsanjani, presidente duas vezes (1989-1997), chefe do Conselho de Expediência e atual presidente da Assembléia dos Sábios, é considerado pragmático e hábil negociador, embora não seja popular. Roubou-lhe a vitória, dada como certa pela maioria dos observadores, um “homem do povo”, o quase desconhecido Ahmadinejad.

A inesperada vitória de Ahmadinejad foi explicada pela origem humilde, a vida simples e despojada, o discurso anti-corrupção, a prática religiosa, a imagem de “homem do povo” e o fato de não ser clérigo. Sua carreira política se desenvolveu junto aos meandros conservadores do regime (sobretudo na área de segurança). Contou com o apoio de clérigos, instituições e fundações religiosas e setores militares e paramilitares. Crucial para sua vitória foi ainda – e sobretudo – o apoio do Líder Supremo, Ali Khamenei, do qual é homem de confiança desde quando jovem estudante. Com efeito, o Líder Supremo teria podido dar sólido respaldo à candidatura do então pouco conhecido ex-prefeito de Teerã.

Contrariamente ao que se esperava, transcorridos mais de dois anos de seu governo, Ahmadinejad não se empenhou em implementar políticas abertamente conservadoras, sobretudo no que se refere à separação entre sexos e à vestimenta feminina (que muitos acreditaram fossem ser postas em prática imediatamente depois de sua posse). O presidente, que montou um ministério exclusivamente de conservadores e ultraconservadores, tem reiterado discurso de tom bastante moderado no plano interno, com apelo à “promoção da justiça” de uma forma geral. Tendo em vista o centralismo do regime, não parece que se possa esperar grandes inflexões nos fundamentos da ação política que vem sendo desenvolvida em anos recentes.

Caberia mencionar, ainda, que a eleição de 2005 contou com alto índice de participação popular (62% no primeiro turno e 59% no segundo). Esperava-se grande absenteísmo do eleitorado, o que teria sido fatal para a credibilidade do regime. A participação popular deu novo alento aos aiatolás e à República Islâmica.

O Parlamento iraniano tem defendido de forma veemente o programa nuclear e o direito do Irã de proceder ao enriquecimento de urânio, com o que, muitas vezes no Governo passado, contrariava ou atropelava as posições dos representantes diplomáticos responsáveis pelas negociações com a União Européia e com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Vale, entretanto, notar que o desenvolvimento do programa nuclear não é defendido apenas pelos conservadores. Em torno dele haveria consenso e apoio popular, e muitos integrantes da ala reformista têm afirmado não estarem de acordo com as restrições que os Estados Unidos, a União Européia e o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) têm imposto ao país.

Em dezembro de 2006, realizaram-se eleições para a Assembléia dos Sábios, órgão responsável pela escolha do Líder Supremo, para os Conselhos Municipais e parciais para o

Parlamento. No pleito para a Assembléia dos Sábios, o grande vencedor foi o aiatolá Rafsanjani, candidato derrotado à presidência nas eleições de 2005, que recebeu mais de 1,5 milhões de votos. Os resultados para o Conselho Municipal de Teerã revelam recuo dos partidários do presidente Ahmadinejad, pois o grupo liderado pelo atual prefeito “conservador-moderado” Mohammad Bagher Ghalibaf teria obtido a maioria dos assentos. Também houve ligeiro avanço do grupo de “reformistas”, ligado ao ex-presidente Khatami. Segundo a imprensa local, mais de 60% dos eleitores teriam votado, o que não deixa de ser um sinal de vitalidade do regime, uma vez que a realização de eleições periódicas para todos os níveis de representação política vem sendo mantida desde a implantação da República Islâmica.

Aparentemente, e ao contrário do que foi veiculado pela mídia ocidental, o resultado daquelas eleições regionais não deveria ser interpretado como um sinal de repúdio do eleitorado à gestão Ahmadinejad sobre os grandes temas (relações exteriores, questão nuclear, condução da política econômica). Questões de natureza paroquial ou local teriam orientado, de forma preponderante, a maneira de votar dos eleitores no pleito de dezembro de 2006. Não obstante, a curto e médio prazos, o desenlace da questão nuclear iraniana poderá condicionar a governabilidade de Ahmadinejad.

Com efeito, uma improvável queda nos preços internacionais do petróleo e o aprofundamento das sanções financeiras, econômicas e comerciais contra o Irã poderiam vir a desequilibrar a política de subsídios aos combustíveis e à alimentação praticada pelo Governo, gerando impopularidade crescente em uma sociedade que já convive com a alarmante taxa de desemprego de 25% e com padrões inflacionários em ascensão. Da mesma forma, um desfecho desfavorável ao lado persa na disputa pela continuidade de seu programa nuclear poderá desmoralizar o Governo Ahmadinejad interna e externamente, propiciando sua derrocada.

Em agosto de 2007, o presidente iraniano demitiu os ministros do Petróleo, Vaziri-Hamaneh, e da Indústria, Ali Reza Tahmasbi, e não hesitou em transformá-los em “bodes expiatórios” dos poucos resultados apresentados na condução da política econômica. Quinze dias depois, como parte do mesmo processo, o presidente do Banco Central Iraniano também pediu demissão. Com tais movimentos de reorganização do primeiro escalão de governo, Ahmadinejad buscou satisfazer os setores mais conservadores, que controlam os órgãos que homologam as candidaturas eleitorais.

A eleição de Hashemi Rafsanjani para a presidência da Assembléia dos Sábios, em 4 de setembro de 2007, foi considerada, no entanto, como uma “delimitação de território” de setores moderado-pragmáticos (clérigos reformistas, tecnocratas, setores de centro-direita e segmentos de elevada escolaridade) no sentido de procurar mostrar força ao eleitorado antes do pleito parlamentar de 14 de março de 2008.

Efetivamente, no texto da Constituição iraniana subsiste a norma segundo a qual todos os pré-candidatos ao Parlamento necessitam de aprovação pelo Conselho dos Guardiães, até uma semana antes do pleito. Este último órgão pode desqualificar os candidatos cujas credenciais foram reputadas insuficientes. Porta-voz do Conselho declarou à imprensa, em janeiro de 2008, que a tarefa seria executada como de costume, o que não deixa de remeter ao ocorrido nas eleições parlamentares de 2004, quando a maior parte das candidaturas reformistas foi impugnada (ainda assim, naquele pleito os conservadores não lograram ocupar mais do que 190 dos 290 assentos do Parlamento).

Exigiu-se dos candidatos, nas eleições de 14 de março de 2008, como de praxe, diversos requisitos, tais como: compromisso com o Islã e a República Islâmica, fidelidade à Constituição, boa saúde, educação superior em nível de mestrado ou equivalente e ausência de antecedentes criminais, além de idade entre 30 e 75 anos. Dos 7,5 mil pré-candidatos, apenas 4,6 mil foram aprovados pela comissão eleitoral: 4,3 mil considerados pró-governo e cerca de 200 opositores. Os reformistas puderam disputar apenas 120 das 290 vagas.

Apurados os votos desse último pleito, o Ministério do Interior anunciou a vitória da ala conservadora, que conquistou 71% dos votos para o Parlamento.

POLÍTICA EXTERNA

A política exterior do Irã assenta-se em princípios de natureza político-religiosa, diretamente definidos pelo núcleo do regime. O ex-presidente Khatami teve em sua atuação externa fator determinante do relativo sucesso de sua gestão à frente do Governo (1997-2005), apesar das dificuldades da conjuntura interna. Sua intensa atividade diplomática assegurou-lhe perfil internacional de grande destaque, que contribuiu para elevar seu papel no plano interno, reforçando as posições da ala reformista. As relações com a União Européia tiveram um bom momento, assim como o relacionamento com os vizinhos árabes do Golfo Pérsico, não obstante problemas tópicos como aquele relativo às três ilhas do Golfo, reivindicadas pelos Emirados Árabes Unidos (Grande Tunb, Pequena Tunb e Abu Musa).

A partir de março de 2006, já no Governo Ahmadinejad, o Irã estabeleceu algumas novas diretrizes para sua política externa, das quais a principal foi um marcado esforço de rompimento do isolamento imposto pelos Estados Unidos e Europa Ocidental. Como corolário, Teerã intensificou uma ofensiva diplomática de aproximação com a América Latina. Estabeleceram-se uma aliança estratégica com Venezuela e Cuba e relações privilegiadas com Bolívia, Equador e Nicarágua. Há sinalização de Teerã para intensificar também as relações com a Argentina, iniciativa essa

prejudicada pelo episódio do alegado envolvimento iraniano nas explosões da Embaixada de Israel e da agremiação judaica AMIA, em Buenos Aires. Nesse contexto, Teerã tem demonstrado querer elevar o patamar de suas relações com o Brasil, pelas dimensões, peso político e Governo – considerado progressista.

De outro lado, a evolução da questão nuclear iraniana favoreceu a manutenção da atitude de resistência e confrontação aos Estados Unidos e o processo de paulatino afastamento dos países da Europa ocidental.

No contexto médio-oriental, o imbróglcio nuclear persa é assunto delicado para os países do Golfo, que têm procurado manter-se à parte do confronto Irã-Occidente. Por um lado, os vizinhos do Irã defendem o direito de os países árabes desenvolverem tecnologia nuclear para uso pacífico (em 1996, por exemplo, o Conselho de Cooperação do Golfo – CCG – propôs o desenvolvimento de um programa nuclear para seus integrantes em cooperação com a AIEA). Por outro lado, posicionam-se contrários à presença de armas nucleares no Oriente Médio, sem deixar de apontar que a estabilidade da região não será alcançada enquanto Israel não eliminar seu arsenal nuclear e aderir ao TNP, além de aceitar as condições impostas pela AIEA.

As monarquias sunitas do Golfo temem que um Irã nuclearizado possa aumentar ainda mais seu protagonismo político e militar no Oriente Médio, ameaçando a estabilidade interna dos países da região. Além do próprio Irã, do *Hizbollah* libanês e de um Governo de maioria xiita no Iraque, um eventual “arco xiita” de inspiração iraniana englobaria em sua esfera de influência as demais comunidades xiitas que vivem em outros países do Golfo.

IRÃ – ISRAEL

Em outubro de 2005, teve lugar confrontação verbal entre os dois países, com ampla divulgação pela imprensa internacional das declarações de animosidade do presidente iraniano a Tel-Aviv. Ahmadinejad teria exortado à eliminação total do Estado de Israel, durante conferência em Teerã para estudantes e ativistas políticos, intitulada “O Mundo sem o Sionismo”. Suas declarações tiveram grande repercussão no Ocidente, que as condenou com veemência. Israel reagiu imediatamente, expressando completo repúdio à retórica de Ahmadinejad, que teria assumido conduta inteiramente contrária às normas de direito internacional. O então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, destacou que a Carta da ONU obrigava a todos os seus membros evitarem ameaças ou o uso da força contra a integridade territorial ou independência política de qualquer Estado.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros do Irã esclareceu não ter havido no discurso do presidente Ahmadinejad qualquer intenção de atacar Israel. Reafirmou o compromisso iraniano com

as obrigações estabelecidas pela Carta das Nações Unidas e destacou não ter o Irã jamais recorrido, ou ameaçado recorrer, ao uso da força contra outro país. O porta-voz do Parlamento iraniano informou haver distinção significativa entre “sionismo”, entendido como “agressão, ocupação” e judaísmo (palavras que teriam sido traduzidas erroneamente do discurso em farsi) e reiterou que os judeus nunca constituíram problema para o Irã ou para os muçulmanos. Os judeus são tradicionalmente aceitos na sociedade iraniana, onde perfazem um contingente de cerca de 25 mil praticantes, e contam com representação política – ainda que limitada – no Parlamento (*Majlis*).

Em outra ocasião, o presidente Ahmadinejad declarou ter dúvidas sobre a verdadeira existência do Holocausto, o que gerou protestos generalizados da comunidade internacional. Posteriormente, em dezembro de 2006, o Irã patrocinou a “Conferência Internacional sobre o Holocausto”. A iniciativa contou com a participação de especialistas de vários países e sua finalidade, segundo Teerã, teria sido a de oferecer um foro livre para a discussão do tema, cuja negação tem sido objeto de censura e criminalização em muitos Estados democráticos ocidentais.

A CRISE NO AFGANISTÃO

Irã e Afeganistão partilham, historicamente, laços e muitas afinidades culturais, étnicas e lingüísticas. Com a desintegração da União Soviética, os países da Ásia Central adquiriram uma nova perspectiva na política externa iraniana, que, subitamente, passou a contar com uma nova área de influência.

Teerã nunca manteve boas relações com as lideranças do Talibã, em razão do assassinato de dez diplomatas e um jornalista iranianos no consulado do Irã em Mazar-e-Sharif, no Afeganistão, em setembro de 1998. Em 2002, o Irã fechou suas fronteiras com o Afeganistão ao início da operação militar “Liberdade Duradoura”.

O combate ao Talibã por forças da OTAN agravou o problema dos refugiados afegãos em território iraniano. O país vem acolhendo milhões de refugiados, desde a invasão do Afeganistão pelos soviéticos, em 1979. Estimativas do escritório do ACNUR em Teerã indicaram, há algum tempo, a presença de cerca de 4 milhões de refugiados afegãos no Irã. Hoje, estariam reduzidos a menos de um milhão, compondo, contudo, importante fração da força de trabalho no país e formando o principal contingente de mão-de-obra não-qualificada.

O Irã exerce forte influência sobre as províncias ocidentais do Afeganistão, como Herat.

IRÃ-VENEZUELA

Ao chegar ao Palácio de Miraflores, em 1999, Chávez não ocultou seu intento de transformar a Venezuela em um interlocutor de influência nas grandes questões internacionais. Aliando uma intensa movimentação diplomática à importância da Venezuela como potência energética mundial e valendo-se de um discurso de contestação às potências do eixo norte-atlântico – em especial, os Estados Unidos – o mandatário venezuelano vem buscando estabelecer novos canais de interlocução com “potências alternativas”, capazes de ajudar na defesa da “Revolução Bolivariana”. Sob esse prisma, a política externa da Venezuela persegue, no plano político, o desenvolvimento de capacidade de resistência nacional às ofensivas – internas e/ou externas, diplomáticas e/ou militares – que possam surgir contra o processo revolucionário interno.

Em julho de 2007, o Presidente Chávez realizou visita de dois dias ao Irã, na qual reafirmou a “aliança estratégica” entre os dois países no combate ao “imperialismo” e participou do lançamento de projeto binacional para a construção da usina de metanol, no Golfo Pérsico (prevê-se construção de usina semelhante na Venezuela). Foram assinados memorandos de entendimento nas áreas de petróleo, indústria petroquímica, minas e energia, construção civil, agricultura, pesca, transporte, saúde, crédito e operações bancárias. A última passagem de Ahmadinejad por Caracas, em 27 de setembro de 2007, propiciou a firma de novos acordos de cooperação em petróleo e energia.

Em outubro de 2007, o Ministro da Energia e Petróleo e Presidente da PDVSA, Rafael Ramirez, anunciou a aceleração dos trabalhos conjuntos de exploração petrolífera no Bloco E do campo Ayacucho, na Faixa do Orenoco, o que envolverá investimentos de US\$ 4 bilhões pelos dois países. Nesse mesmo mês, Irã e Venezuela anunciaram uma nova *joint-venture* mundial de USD 1 bilhão. A Venezuelan-Iranian Oil & Gas Co., ou VENIROGC, será formada pela PDVSA e pela Petropars iraniana, com cada uma controlando 50% do capital. A empresa deverá operar fora da Venezuela e do Irã, na área internacional de petróleo e gás, ao longo de toda a cadeia produtiva, desde a extração até a distribuição de combustíveis no varejo.

Em 19 de novembro de 2007, Chávez chegou a Teerã para visita de um dia – sua quarta durante o Governo Ahmadinejad. Na oportunidade, o venezuelano declarou, mais uma vez, seu apoio ao programa nuclear iraniano e firmou novos acordos de cooperação.

PROGRAMA NUCLEAR

O programa nuclear iraniano teve início em 1957, quando Estados Unidos e Irã assinaram um acordo de cooperação atômica civil como parte da iniciativa estadunidense *Atoms for Peace*. O

esforço nuclear iraniano previa a construção de 20 usinas nucleares com apoio norte-americano e de outros países ocidentais. O Irã dos Pahlevi aderiu ao Tratado de Não-Proliferação (TNP) em 1968 e, em troca, passou a receber assistência técnica e urânio enriquecido dos Estados Unidos.

Com a queda da monarquia e a chegada ao poder dos partidários da Revolução Islâmica em 1979, encerra-se o endosso dos países norte-atlânticos ao programa nuclear iraniano. O novo governo decidiu continuar com o programa nuclear sem apoio ocidental, buscando adquirir tecnologia que lhe permitisse enriquecer autonomamente seu próprio urânio, o que foi facilitado pela descoberta de minas daquele material radioativo em território persa, em 1985.

Em agosto de 2002, Ali Reza Jafarzadeh, um dissidente iraniano, revelou à imprensa internacional a existência no Irã de duas unidades nucleares até então desconhecidas do Ocidente: uma usina de enriquecimento de urânio em Natanz e uma planta de água pesada em Arak.

A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) imediatamente solicitou ao Governo iraniano acesso de seus peritos a essas unidades, bem como informações e cooperação que levassem a uma maior transparência em relação a seu programa nuclear.

Em junho de 2003, o Diretor-Geral da AIEA, Mohammed El Baradei, declarou que o Irã não cumpriu seu dever de reportar à agência a existência de certos materiais e atividades nucleares e instou o Governo iraniano a adotar um padrão de maior cooperação com aquela organização.

A questão ganhou ampla repercussão na reunião da Junta dos Governadores da AIEA de setembro de 2005, culminando com a aprovação de resolução que abriu caminho para que o tema fosse referido ao CSNU. Face à decisão do Governo iraniano de retomar as atividades de pesquisa na área nuclear, decidiu-se convocar para o dia 2 de fevereiro de 2006 reunião extraordinária da AIEA. A resolução apresentada à Junta, naquela ocasião, foi aprovada por 27 votos favoráveis, três contrários e cinco abstenções.

Em 31 de julho de 2006, o CSNU aprovou a Resolução nº 1696, relativa ao programa nuclear iraniano. Seu objetivo residia em consolidar uma segunda fase do tratamento da questão naquele foro. A primeira etapa havia sido marcada pela declaração presidencial de 29 de março de 2006, com exortação ao Irã para cooperar e proposição de um “pacote” de incentivos em troca de concessões no tocante ao programa nuclear.

Após dois meses de negociações em torno de minutas de projeto de resolução apresentadas por Alemanha, França e Reino Unido, o CSNU adotou, em 23 de dezembro de 2006, a Resolução nº 1737, sob o Artigo 41 da Carta da ONU. A Resolução previu sanções direcionadas aos programas nuclear e missilístico iraniano e exigiu a suspensão total das atividades de enriquecimento e reprocessamento levadas a cabo por aquele país, bem como dos trabalhos ligados a projetos de água pesada que vem desenvolvendo. Ademais, o texto instou o Irã a adotar as medidas solicitadas pela Junta de Governadores da AIEA com vistas a recompor a confiança da comunidade internacional

nos propósitos pacíficos do seu programa nuclear e a equacionar pendências relativas aos seus compromissos com a Agência.

O Decreto nº6.045, de 21 de fevereiro de 2007, incorporou ao ordenamento jurídico brasileiro as obrigações previstas na íntegra da Resolução nº 1.737.

Na reunião do Conselho de Segurança de 24 de março de 2007, foi aprovada por unanimidade a Resolução nº 1747, que aprofundou o quadro de restrições impostas ao Irã pelo descumprimento dos dispositivos previstos nas resoluções 1696 e 1737. Pelo novo ato do CSNU, foi ampliada a lista de pessoas e entidades sujeitas a monitoramento e congelamento de bens e ativos no território dos Estados-membros devido ao envolvimento em atividades ligadas aos programas nuclear e/ou missilístico iranianos.

O Decreto nº 6.118, de 22 de maio de 2007, incorporou ao ordenamento jurídico brasileiro as obrigações previstas na íntegra da Resolução nº 1747 do Conselho de Segurança da ONU.

A divulgação, em 3 de dezembro de 2007, de relatório de inteligência norte-americano (“National Intelligence Estimate” – NIE) segundo o qual o Irã suspendeu o seu programa nuclear militar em 2003 dificultou os esforços levados a cabo por Washington para promover sanções contra o Governo iraniano.

A publicação do relatório fortaleceu a posição de El Baradei e da AIEA sobre a ausência de indícios de militarização das atividades nucleares do Irã. Durante visita do Diretor Geral daquela agência a Teerã, de 11 a 13 de janeiro de 2008, a parte iraniana comprometeu-se a concluir a implementação do plano de trabalho sobre as questões pendentes relacionadas ao programa nuclear antes da reunião seguinte da Junta de Governadores da Agência, ocorrida em março de 2008.

Em 3 de março de 2008, o CSNU adotou a Resolução nº 1803, que aprofunda o regime de sanções contra o Irã. Ao contrário das resoluções anteriores, o texto da Resolução nº 1803 não foi objeto de consenso, visto que a Indonésia se absteve após manifestar dúvidas sobre a oportunidade da resolução. A nova resolução autoriza inspeções de cargas suspeitas de conter equipamento proibido provenientes do Irã ou destinadas àquele país, torna mais rígido o monitoramento das instituições financeiras iranianas e amplia restrições a viagens e o congelamento de bens de pessoas e companhias envolvidas no programa nuclear iraniano.

RELAÇÕES BILATERAIS

RELAÇÕES POLÍTICAS

As relações bilaterais centenárias (1903) são corretas e cordiais, mas se situam aquém das potencialidades dos dois países. Teerã tem definido como prioritárias suas relações com a América Latina, as quais pretende venham a servir de modelo para o relacionamento Sul-Sul. O Irã objetiva incrementar suas relações com o Brasil, em função de afinidades que identifica no Governo brasileiro com relação a diversos pontos da agenda global. Seria desejo de Teerã compensar o amplo desequilíbrio da balança comercial a favor do Brasil, por meio de uma maior cooperação nos campos energético, de turismo, acadêmico, cultural e nas áreas afetas aos direitos humanos e à Organização das Nações Unidas.

Há, de fato, um considerável potencial de interlocução entre os dois países, assim como oportunidades de cooperação nos campos industrial, científico-tecnológico (pesquisa agrícola – Embrapa), cultural e social (desenvolvimento urbano).

O Brasil, por sua vez, tem, igualmente, interesse em ampliar o relacionamento, face à importância regional do Irã e às possibilidades de intensificação da cooperação econômica e do intercâmbio comercial. Em 2003, foram criados o Grupo de Amizade Parlamentar Brasil-Irã e a Câmara de Comércio Brasil-Irã, no Rio de Janeiro.

Brasil e Irã realizam, anualmente, reuniões de consultas políticas bilaterais em alto nível, alternadamente, em Brasília e Teerã, que contribuem para o adensamento das relações entre os dois países. A VI Reunião de Consultas Políticas Bilaterais foi realizada no último dia 12 de março, em Brasília, ocasião em que a delegação iraniana convidou o Brasil a participar das oportunidades geradas pelo recente programa de privatizações implementado por Teerã.

RELAÇÕES COMERCIAIS

Em 2007, o Irã manteve a posição, adquirida no ano anterior, de principal mercado de exportação do Brasil no Oriente Médio (ultrapassando posição então ocupada pela Arábia Saudita), absorvendo 28,7% das exportações brasileiras para a região. No entanto, em termos de comércio bilateral total (exportações mais importações), o relacionamento comercial Brasil-Arábia Saudita ainda é o mais importante para nosso país naquela região (com US\$ 3,1 bilhões), ocupando nosso intercâmbio total com o Irã (US\$ 1,9 bilhão) o segundo lugar (dados de 2007).

Em 2007, as exportações brasileiras para o Irã montaram a US\$ 1,837 bilhão, em razão, principalmente, do aumento das vendas de açúcar, milho e de carne bovina e de frango. Na importação, em que pauta atual é concentrada em especiarias e tapetes, no mesmo período o Brasil comprou de seu parceiro apenas US\$ 9,5 milhões em 2007, valor 70% inferior aos de 2006.

A participação das exportações brasileiras nas importações iranianas totalizou 3% em 2007. Já as importações brasileiras corresponderam a quase 0,1% das exportações iranianas, cujo saldo, no ano, foi de US\$ 76,5 bilhões.

A longo prazo, uma análise das importações brasileiras originárias do Irã mostra uma tendência de acentuada queda nas compras brasileiras. De 1997 a 2005, as importações, quase que exclusivamente de petróleo em bruto, decaíram, devido à substituição dos mercados fornecedores de petróleo para o Brasil e à auto-suficiência brasileira do produto. Em 2006, as importações brasileiras aumentaram devido à demanda dos gases propano e butano liqüefeitos e ferromolibdênio, que foram responsáveis por 90% do total. Em 2007, entretanto, os números voltaram a cair, pois não houve mais demanda por esses gases e o principal produto importado foi o trióxido de molibdênio, que atingiu 56% das importações. Esse fato mostra, por si só, como esta pauta é volátil a cada ano.

O Irã destaca-se como destino das exportações brasileiras nos seguintes produtos: milho em grãos (1º mercado) e óleo de soja (2º), açúcares e produtos de confeitaria (3º mercado), resíduos das indústrias alimentares, alimentos para animais (6º), veículos aéreos (7º) e veículos automóveis, tratores e ciclos (9º), o que mostra a grande capacidade do país em adquirir importantes produtos brasileiros. É importante ressaltar que os produtos industrializados exportados para o Irã representaram em 2006, aproximadamente, 61,6% da pauta de exportação; no entanto, em 2007, esse número já caiu para menos de 50%. Os principais produtos iranianos comprados pelo Brasil são: trióxido de molibdênio, uvas secas, pistaches frescos, couros e tapetes, entre outros.

No ano de 2006, 505 empresas brasileiras efetuaram vendas ao Irã. A Bunge Alimentos S/A (soja) foi responsável por 17% das exportações no período, o que representou mais de US\$ 267 milhões das exportações. No que concerne às importações, 68 empresas brasileiras importaram produtos originários do Irã, sendo duas acima de US\$ 1 milhão e 66 abaixo deste valor. Em 2007, a Bunge continuou responsável por um comércio superior a US\$ 100 milhões, ao passo que outras 7 companhias exportaram entre US\$ 50 milhões e US\$ 100 milhões e mais de 35 empresas brasileiras exportaram entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões àquele país.

O Irã importa, atualmente, grandes quantidades de produtos agrícolas. Com uma população de cerca de 70 milhões de habitantes e com apenas 10% de seu território cultivável, o Irã importa aproximadamente 50% do total do açúcar e arroz consumidos, 10% da carne bovina e de frango, 80% de óleos vegetais comestíveis e 100% da soja, milho e farelos para alimentação animal.

Ao longo dos últimos anos, o Brasil converteu-se no principal fornecedor para o Irã de uma série de produtos: complexo soja, milho, açúcar, carne bovina, papel e celulose. Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em 2006 o Irã assumiu o lugar de sexto principal mercado consumidor das exportações do agronegócio brasileiro – estas representaram 89% do total exportado para o Irã. Em 2007, o Irã se manteve na sexta colocação do mercado consumidor, sendo destino de 2,7% do total das exportações do agronegócio nacional. O Brasil exportou pouco mais de US\$ 1,5 bilhão em produtos agrícolas para aquele país, um crescimento de 12,3% em relação ao ano anterior.

Outro aspecto de particular interesse encontra-se na política de energia a ser adotada no futuro pelo Irã. Embora o país seja o segundo maior exportador de petróleo bruto no âmbito da OPEP, a economia persa é importadora líquida de combustíveis, em razão da limitada capacidade de sua indústria de refino (sucateada pela falta de investimentos e de tecnologia, desde a Revolução Iraniana) e do aumento exponencial da frota de veículos. Estima-se que o Irã despenda anualmente pelo menos US\$ 5 bilhões em importações de gasolina e óleo diesel, e que, mantidas as atuais tendências de consumo, por volta de 2015, passaria a ser importador líquido de petróleo bruto.

Em julho de 2004, a Petrobras estabeleceu-se no Irã com a assinatura de contrato com a estatal iraniana NIOC (National Iranian Oil Company) para a exploração de petróleo no Golfo Pérsico (bloco Tusan). A perfuração do primeiro dos dois poços exploratórios da Petrobras no Golfo Pérsico se deu em novembro de 2006. A companhia deverá investir na exploração desse bloco aproximadamente US\$ 35 milhões no quadriênio 2007-2011 e, se tiver sucesso, terá preferência para o desenvolvimento da produção.

Em janeiro de 2005, foi instalado escritório da Petrobras Middle East BV em Teerã, o único da empresa brasileira no Oriente Médio e considerado como ponto de partida para a nova estratégia da empresa brasileira de penetração naquela região. A Petrobras Middle East objetiva, também, a exploração de petróleo e gás natural no Mar Cáspio, cujas reservas têm despertado a cobiça de várias empresas estrangeiras presentes no Irã. A Petrobras tem dado continuidade a negociações sobre o assunto iniciadas em 2005, por meio do diálogo com as empresas estatais iranianas – NIOC, KEPCO (Khazar Exploration Production Company) – e com setores do Ministério do Petróleo, uma vez que o Parlamento do Irã autorizou a exploração e o desenvolvimento de dois dos blocos do país localizados no Mar Cáspio.

O alto consumo de combustíveis e suas conseqüências econômicas e ambientais (Teerã é hoje uma das metrópoles mais poluídas do mundo) tem levado o Governo iraniano a buscar alternativas energéticas. Nesse contexto, abrem-se novos espaços para a cooperação bilateral em matéria de biocombustíveis e transportes.

COMÉRCIO BRASIL – IRÃ

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL – IRÃ (US\$ mil)	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Exportações (fob)	491.512	869.101	1.132.680	968.467	1.567.911	1.837.597
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior (%)	11,0	77,0	30,3	-14,5	61,9	17,2
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o Oriente Médio	21,0	31,0	30,7	23,0	32,5	28,7
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,8	1,2	1,2	0,8	1,43	1,14
Importações (fob)	9.180	13.842	2.695	2.962	30.900	10.999
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior (%)	182,0	51,0	-80,5	9,9	943,2	-64,4
Part. (%) no total das importações brasileiras do Oriente Médio	0,6	0,9	0,11	0,12	0,19	0,34
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,04	0,01
Intercâmbio Comercial	500.692	882.943	1.135.376	971.429	1.598.812	1.848.596
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior (%)	12,5	76,0	28,6	-14,4	64,6	15,62
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil – Oriente Médio	13,0	20,0	18,9	14,3	17,9	19,2
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,5	0,7	0,7	0,5	0,82	0,66
Superávit brasileiro	482.332	855.259	1.129.984	965.505	1.537.011	1.826.598

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema ALICE

DOM-II
01.04.2008

Aviso nº 252 - C. Civil.

Em 14 de abril de 2008.

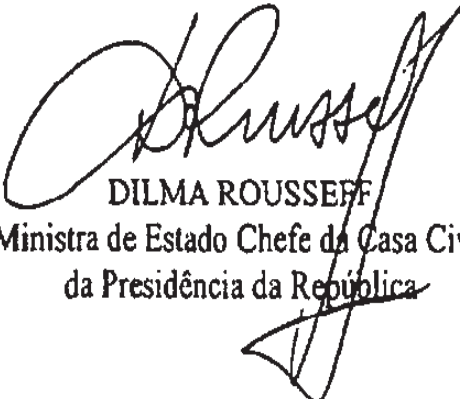
A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Irã.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A mensagem que acaba de ser lida vai à Comissão de Relações Exteriores.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2008

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na região leste do Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar Zona de Processamento de Exportação na região leste do Estado do Espírito Santo.

Parágrafo único. A Zona de Processamento de Exportação de que trata este artigo terá a sua criação, características, objetivos e funcionamento regulados pela legislação pertinente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) vêm sendo utilizadas, em diversos países, como importantes instrumentos de transformação de áreas carentes de maior dinamismo econômico, a partir da agregação de valor aos produtos provenientes de suas atividades econômicas tradicionais.

A atualização do marco regulatório das ZPE mediante a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, com posteriores alterações pela Medida Provisória nº 418, de 14 de fevereiro de 2008, traz a perspectiva de que essas áreas aduaneiras especiais possam contribuir para a redução das desigualdades

regionais, tão acentuadas no processo de desenvolvimento brasileiro.

O leste do Estado do Espírito Santo é composto por alguns municípios que representam pólos de desenvolvimento regional em relação às cidades menos populosas e de menor dinamismo econômico.

Além da própria capital, Vitória, existe na região leste do Estado, cidades como Linhares, São Mateus, Vila Velha, Cachoeiro do Itapemirim e Guarapari que, devido ao fato de apresentarem maior densidade econômica, influenciam as atividades produtivas dos municípios mais próximos.

A criação de uma Zona de Processamento de Exportação na região leste do Estado do Espírito Santo contribuiria para agregar valor às atividades econômicas tradicionais dos pequenos municípios, geralmente dependentes da agropecuária. Além disso, permitiria a diversificação da estrutura produtiva da região, o fortalecimento da indústria e do comércio e a geração de empregos, que se fazem necessários para reduzir a migração em direção às cidades maiores.

A região leste capixaba dispõe de condições de infra-estrutura adequadas para a implantação de uma ZPE, a exemplo do Complexo Portuário do Espírito Santo, com destaque para os portos de Vitória e de Tubarão. O estado é cortado por duas rodovias federais, que já transportam produtos agrícolas e industriais para exportação, provenientes de estados sem litoral.

Pelas razões expostas, na certeza de que a instalação de uma ZPE traria imensos benefícios à região leste do Estado do Espírito Santo, peço o apoio aos Nobres Pares para a aprovação do projeto de lei que ora apresento.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2008. – Senador **Gerson Camata**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.508, DE 20 DE JULHO DE 2007.

Mensagem de Veto

Dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências.

Texto compilado

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a criar, nas regiões menos desenvolvidas, Zonas de Processamento de Exportação (ZPE), sujeitas ao regime jurídico instituído por esta Lei, com a finalidade de reduzir desequilíbrios regionais, bem como fortalecer o balanço de pagamentos e promover a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do País.

Parágrafo único. As ZPE caracterizam-se como áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados no exterior, sendo consideradas zonas primárias para efeito de controle aduaneiro.

Art. 2º A criação de ZPE far-se-á por decreto, que delimitará sua área, à vista de proposta dos Estados ou Municípios, em conjunto ou isoladamente.

§ 1º A proposta a que se refere este artigo deverá satisfazer os seguintes requisitos:

I - indicação de localização adequada no que diz respeito a acesso a portos e aeroportos internacionais;

II - comprovação da disponibilidade da área destinada a sediar a ZPE;

III - comprovação de disponibilidade financeira, considerando inclusive a possibilidade de aportes de recursos da iniciativa privada;

IV - comprovação de disponibilidade mínima de infra-estrutura e de serviços capazes de absorver os efeitos de sua implantação;

V - indicação da forma de administração da ZPE; e

VI - atendimento de outras condições que forem estabelecidas em regulamento.

§ 2º A administradora da ZPE deverá atender às instruções dos órgãos competentes do Ministério da Fazenda quanto ao fechamento da área, ao sistema de vigilância e aos dispositivos de segurança.

§ 3º A administradora da ZPE proverá as instalações e os equipamentos necessários ao controle, à vigilância e à administração aduaneira local.

~~§ 4º O ato de criação de ZPE caducará se no prazo de 12 (doze) meses, contado da sua publicação, a administradora da ZPE não tiver iniciado, efetivamente, as obras de implantação de acordo com o cronograma previsto na proposta de criação.~~

§ 4º O ato de criação de ZPE caducará: (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I - se no prazo de doze meses, contado da sua publicação, a administradora da ZPE não tiver iniciado, efetivamente, as obras de implantação de acordo com o cronograma previsto na proposta de criação; e (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II - se as obras de implantação não forem concluídas, sem motivo justificado, no prazo de doze meses, contado da data prevista para sua conclusão, constante do cronograma da proposta de criação. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 5º A solicitação de instalação de empresa em ZPE será feita mediante apresentação de projeto, na forma estabelecida em regulamento. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

~~Art. 3º Fica mantido o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação - CZPE, criado pelo art. 3º do Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988, com as competências ali estabelecidas~~

~~de:~~
~~I - analisar as propostas de criação de ZPE;~~
~~II - analisar e aprovar os projetos industriais;~~
~~III - traçar a orientação superior da política das ZPE; e~~
~~IV - aplicar as sanções de que tratam os incisos I, II, IV e V do caput do art. 22.~~

~~§ 1º Para os efeitos do inciso I do caput deste artigo, o CZPE levará em conta, dentre outros, os seguintes aspectos:~~

~~I - compatibilidade com os interesses da segurança nacional;~~
~~II - observância das normas relativas ao meio ambiente;~~
~~III - atendimento às prioridades governamentais para os diversos setores da indústria nacional e da política econômica global; e~~

Art. 3º Fica mantido o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação - CZPE, criado pelo art. 3º do Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988, com competência para: (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I - analisar as propostas de criação de ZPE; (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II - aprovar os projetos industriais correspondentes, observado o disposto no § 5º do art. 2º, e (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

III - traçar a orientação superior da política das ZPE. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 1º Para fins de análise das propostas e aprovação dos projetos, o CZPE levará em consideração, entre outras que poderão ser fixadas em regulamento, as seguintes diretrizes: (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I - atendimento às prioridades governamentais para os diversos setores da indústria nacional e da política econômica global, especialmente para as políticas industrial, tecnológica e de comércio exterior; (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II - prioridade para as propostas de criação de ZPE localizada em área geográfica privilegiada para a exportação; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

III - valor mínimo em investimentos totais na ZPE por empresa autorizada a operar no regime de que trata esta Lei, quando assim for fixado em regulamento. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

IV - prioridade para as propostas de criação de ZPE localizada em área geográfica privilegiada para a exportação.

§ 2º (VETADO)

§ 3º O CZPE estabelecerá mecanismos e formas de monitoramento do impacto da aplicação do regime de que trata esta Lei na indústria nacional. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 4º Na hipótese de constatação de impacto negativo à indústria nacional relacionado à venda de produto industrializado em ZPE para o mercado interno, o CZPE poderá propor: (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I - elevação do percentual de receita bruta decorrente de exportação para o exterior, de que trata o **caput** do art. 18; ou (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II - vedação de venda para o mercado interno de produto industrializado em ZPE, enquanto persistir o impacto negativo à indústria nacional. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 5º O Poder Executivo, ouvido o CZPE, poderá adotar as medidas de que trata o § 4º. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 4º O início do funcionamento de ZPE dependerá do prévio alfandegamento da respectiva área.

~~Parágrafo único. O regulamento disporá sobre a situação em que as empresas tenham projetos aprovados para instalar em ZPE antes que tenha ocorrido o alfandegamento da área, devendo, nessa circunstância, prever controles alternativos.~~

Parágrafo único. O Poder Executivo disporá sobre as instalações aduaneiras, os equipamentos de segurança e de vigilância e os controles necessários ao seu funcionamento, bem como sobre as hipóteses de adoção de controle aduaneiro informatizado da ZPE e de dispensa de alfandegamento. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 5º É vedada a instalação em ZPE de empresas cujos projetos evidenciem a simples transferência de plantas industriais já instaladas no País.

Parágrafo único. Não serão autorizadas, em ZPE, a produção, a importação ou exportação de:

I - armas ou explosivos de qualquer natureza, salvo com prévia autorização do Comando do Exército;

II - material radioativo, salvo com prévia autorização da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN; e

III - outros indicados em regulamento.

~~Art. 6º - A solicitação de instalação de empresa em ZPE far-se-á mediante apresentação, ao CZPE, de projeto na forma estabelecida em regulamento. (Revogado pela Medida Provisória nº 418, de 2008)~~

~~§ 1º - Aprovado o projeto, os interessados deverão constituir, no prazo de 90 (noventa) dias, empresa que tenha: (Revogado pela Medida Provisória nº 418, de 2008)~~

~~I - capital social, em montante mínimo fixado no ato da aprovação do projeto, formado com o produto da conversão de moeda estrangeira, com a internação de bens de origem externa ou, ainda, nos casos a que se refere o parágrafo único do art. 17, com máquinas e equipamentos de fabricação nacional; e (Revogado pela Medida Provisória nº 418, de 2008)~~

~~II - (VETADO) (Revogado pela Medida Provisória nº 418, de 2008)~~

~~§ 2º - (VETADO) (Revogado pela Medida Provisória nº 418, de 2008)~~

~~§ 3º - (VETADO) (Revogado pela Medida Provisória nº 418, de 2008)~~

~~§ 4º - (VETADO) (Revogado pela Medida Provisória nº 418, de 2008)~~

~~§ 5º - (VETADO) (Revogado pela Medida Provisória nº 418, de 2008)~~

~~§ 6º - (VETADO) (Revogado pela Medida Provisória nº 418, de 2008)~~

Art. 6º-A. As importações ou as aquisições no mercado interno de bens e serviços por empresa autorizada a operar em ZPE terão suspensão da exigência dos seguintes impostos e contribuições: (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I - Imposto de Importação; (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI; (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

III - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS; (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

IV - Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior - COFINS-Importação; (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

V - Contribuição para o PIS/PASEP; (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

VI - Contribuição para o PIS/PASEP-Importação; e (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

VII - Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 1º A pessoa jurídica autorizada a operar em ZPE responde pelos impostos e contribuições com a exigibilidade suspensa na condição de: (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I - contribuinte, nas operações de importação, em relação ao Imposto de Importação, ao IPI, à Contribuição para o PIS/PASEP-Importação, à COFINS-Importação e ao AFRMM; e (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II - responsável, nas aquisições no mercado interno, em relação ao IPI, à Contribuição para o PIS/PASEP e à COFINS. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 2º A suspensão de que trata o **caput**, quando for relativa a máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, aplica-se a bens, novos ou usados, para incorporação ao ativo imobilizado da empresa autorizada a operar em ZPE. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 3º Na hipótese de importação de bens usados, a suspensão de que trata o **caput** será aplicada quando se tratar de conjunto industrial e que seja elemento constitutivo da integralização do capital social da empresa. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 4º Na hipótese do § 2º, a pessoa jurídica que não incorporar o bem ao ativo imobilizado ou revendê-lo antes da conversão em alíquota zero ou em isenção, na forma dos §§ 7º e 8º, fica obrigada a recolher os impostos e contribuições com a exigibilidade suspensa acrescidos de juros e multa de mora, na forma da lei, contados a partir da data da aquisição no mercado interno ou de registro da declaração de importação correspondente. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 5º As matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, importados ou adquiridos no mercado interno por empresa autorizada a operar em ZPE com a suspensão de que trata o **caput**, deverão ser integralmente utilizados no processo produtivo do produto final. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 6º Nas notas fiscais relativas à venda para empresa autorizada a operar na forma do **caput** deverá constar a expressão “Venda Efetuada com Regime de Suspensão”, com a especificação do dispositivo legal correspondente. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 7º Na hipótese da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação, da COFINS-Importação e do IPI, relativos aos bens referidos no § 2º, a suspensão de que trata este artigo converte-se em alíquota zero por cento depois de cumprido o compromisso de que trata o **caput** do art. 18 e decorrido o prazo de dois anos da data de ocorrência do fato gerador. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 8º Na hipótese do Imposto de Importação e do AFRMM, a suspensão de que trata este artigo, se relativos: (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I - aos bens referidos no § 2º, converte-se em isenção depois de cumprido o compromisso de que trata o **caput** do art. 18 e decorrido o prazo de cinco anos da data de ocorrência do fato gerador; e (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II - às matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, resolve-se com a: (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

a) reexportação ou destruição das mercadorias, às expensas do interessado; ou (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

b) exportação das mercadorias no mesmo estado em que foram importadas ou do produto final no qual foram incorporadas. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 9º Na hipótese de não ser efetuado o recolhimento na forma do § 4º deste artigo ou do inciso II do § 3º do art. 18 caberá lançamento de ofício, com aplicação de juros e da multa de que trata o art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 7º (VETADO)

~~Art. 8º - O ato que autorizar a instalação de empresa em ZPE relacionará os produtos a serem fabricados de acordo com a sua classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM e assegurará o tratamento instituído por esta Lei pelo prazo de até 20 (vinte) anos.~~

~~§ 1º - O tratamento assegurado poderá ser estendido, sucessivamente, por períodos iguais ao originalmente concedido, nos casos em que a empresa tenha atingido os objetivos, respeitados os requisitos e condições estabelecidos na autorização, e a continuação do empreendimento garanta a manutenção de benefícios iguais ou superiores para a economia do País.~~

~~§ 2º - Deverão ser imediatamente comunicadas ao CZPE as alterações que impliquem a fabricação de novos produtos, ou a cessação da fabricação de produtos aprovados no projeto, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 5º e no § 1º do art. 12.~~

~~§ 3º - Entende-se como novo produto aquele que tenha, na NCM, classificação distinta dos anteriormente aprovados no projeto.~~

~~§ 4º - Deverão ser previamente aprovados pelo CZPE projetos de expansão da planta inicialmente instalada.~~

Art. 8º O ato que autorizar a instalação de empresa em ZPE relacionará os produtos a serem fabricados de acordo com a sua classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM e assegurará o tratamento instituído por esta Lei pelo prazo de até vinte anos. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Parágrafo único. A empresa poderá solicitar alteração dos produtos a serem fabricados, na forma estabelecida pelo Poder Executivo. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

~~Art. 9º - A empresa instalada em ZPE não poderá constituir filial, firma em nome individual ou participar de outra localizada fora de ZPE ainda que para usufruir incentivos previstos na legislação tributária.~~

Art. 9º A empresa instalada em ZPE não poderá constituir filial ou participar de outra pessoa jurídica localizada fora de ZPE, ainda que para usufruir incentivos previstos na legislação tributária. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 10. (VETADO)

Art. 11. (VETADO)

Art. 12. As importações e exportações de empresa autorizada a operar em ZPE estarão sujeitas ao seguinte tratamento administrativo:

~~I - será dispensada a obtenção de licença ou de autorização de órgãos federais, com exceção dos controles de ordem sanitária, de interesse da segurança nacional e de proteção do meio ambiente, vedadas quaisquer outras restrições à produção, operação, comercialização e importação de bens e serviços que não as impostas por esta Lei; e~~
~~II - somente serão admitidas importações de equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos, matérias-primas, componentes, peças e acessórios e outros bens, novos ou usados, necessários à instalação industrial ou que integrem o processo produtivo.~~

I - dispensa de licença ou de autorização de órgãos federais, com exceção dos controles de ordem sanitária, de interesse da segurança nacional e de proteção do meio ambiente, vedadas quaisquer outras restrições à produção, operação, comercialização e importação de bens e serviços que não as impostas por esta Lei; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II - somente serão admitidas importações, com a suspensão do pagamento de impostos e contribuições de que trata o art. 6º-A, de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, novos ou usados, e de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem necessários à instalação industrial ou destinados a integrar o processo produtivo. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 1º A dispensa de licenças ou autorizações a que se refere o inciso I não se aplicará a exportações de produtos:

I - destinados a países com os quais o Brasil mantenha convênios de pagamento, as quais se submeterão às disposições e controles estabelecidos na forma da legislação em vigor;

II - sujeitos a regime de cotas aplicáveis às exportações do País, vigentes na data de aprovação do projeto, ou que venha a ser instituído posteriormente; e

III - sujeitos ao Imposto de Exportação.

§ 2º As mercadorias importadas poderão ser, ainda, mantidas em depósito, reexportadas ou destruídas, na forma prescrita na legislação aduaneira.

§ 3º O disposto no art. 17 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, não se aplica aos produtos importados nos termos do art. 6º-A, os quais, se usados, ficam dispensados das normas administrativas aplicáveis aos bens usados em geral. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 4º Não se aplica o disposto no § 3º aos bens usados importados fora das condições estabelecidas no § 3º do art. 6º-A. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

~~Art. 13. Serão permitidas compras no mercado interno de bens necessários às atividades da empresa:~~

~~I na hipótese e forma previstas no art. 19, dos bens mencionados no inciso II do art. 12; e~~
~~II de outros bens, desde que acompanhados de documentação fiscal hábil e o pagamento seja realizado em moeda nacional, convertida na forma prevista no inciso II do § 4º do art. 6º.~~

~~Parágrafo único. As mercadorias adquiridas no mercado interno poderão ser, ainda, mantidas em depósito, remetidas para o exterior ou destruídas, na forma prescrita na legislação aduaneira.~~

Art. 13. Somente serão permitidas aquisições no mercado interno, com a suspensão do pagamento de impostos e contribuições de que trata esta Lei, de bens necessários às atividades da empresa, mencionados no inciso II do art. 12. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Parágrafo único. As mercadorias adquiridas no mercado interno poderão ser, ainda, mantidas em depósito, exportadas ou destruídas, na forma prescrita na legislação aduaneira. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 14. (VETADO)

~~Art. 15. O Banco Central do Brasil não assegurará, direta ou indiretamente, cobertura cambial para os compromissos de empresa instalada em ZPE.~~

Art. 15. Aplicam-se às empresas autorizadas a operar em ZPE as mesmas disposições legais e regulamentares relativas a câmbio e capitais internacionais aplicáveis às demais empresas nacionais. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Parágrafo único. Os limites de que trata o caput do art. 1º da Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006, não se aplicam às empresas que operarem em ZPE. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 16. (VETADO)

Art. 17. A empresa instalada em ZPE não poderá usufruir de quaisquer incentivos ou benefícios não expressamente previstos nesta Lei.

~~Parágrafo único. A pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliada no País, que pretenda realizar investimentos em empresa instalada ou a se instalar em ZPE, deverá satisfazer as condições estabelecidas para investimentos brasileiros no exterior. (Revogado pela Medida Provisória nº 418, de 2008)~~

~~Art. 18. A mercadoria produzida em ZPE poderá ser introduzida para consumo, no mercado interno, desde que o valor anual da internação não seja superior a 20% (vinte por cento) do valor da respectiva produção, realizada pela mesma empresa, no ano imediatamente anterior, tendo como referencial a sua classificação na NCM.~~

~~§ 1º A venda de mercadoria para o mercado interno estará sujeita ao mesmo tratamento administrativo e cambial das importações, observada a legislação específica quando a internação for realizada em zona franca ou área de livre comércio.~~

§ 2º A mercaderia produzida em ZPE e introduzida para consumo no mercado interno ficará sujeita ao pagamento de tributos e encargos, conforme discriminado:

I sobre o valor da internação:

a) Imposto sobre Produtos Industrializados;

b) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); e

c) Contribuição para os Programas de Integração Social - PIS e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Pasep;

II sobre o valor das matérias primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, importados, que integrarem o produto internado:

a) Imposto de Importação;

b) Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior - Cofins-Importação;

c) Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços do Exterior - PIS/Pasep-Importação;

d) Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante; e

e) Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro e sobre Operações relativas a Valores Mobiliários;

III sobre o valor das matérias primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, adquiridos no mercado interno, que integrarem o produto internado, encargo cujo percentual será somatório das alíquotas em vigor no momento da internação, para:

a) a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins);

b) a Contribuição para os Programas de Integração Social - PIS e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Pasep; e

c) o crédito presumido de que trata a Lei nº 9.363, de 13 de dezembro de 1996, e alterações posteriores, quando couber.

§ 3º Os valores relativos aos produtos internados, que tenham sido fabricados por empresas localizadas em ZPE, não serão computados para os efeitos da limitação de que trata o caput deste artigo, quando as compras correspondentes forem efetuadas pela União, Estado, Distrito Federal, Municípios e suas respectivas autarquias, e tiverem sido realizadas em virtude de concorrência internacional.

§ 4º A energia elétrica produzida por empresa em ZPE, excedente ao seu consumo, poderá ser vendida no mercado interno, observado o mesmo tratamento tributário dado à energia elétrica produzida e distribuída no País, sujeitando-se ao mesmo percentual de internação presente nesta Lei.

§ 5º Será permitida, sob condições previstas em regulamento, a aplicação dos seguintes regimes aduaneiros especiais à mercaderia saída de ZPE:

I trânsito aduaneiro;

II admissão temporária; e

III o previsto no inciso II do art. 78 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966.

Art. 18. Somente poderá instalar-se em ZPE a pessoa jurídica que assuma o compromisso de auferir e manter, por ano-calendário, receita bruta decorrente de exportação para o exterior de, no mínimo, oitenta por cento de sua receita bruta total de venda de bens e serviços. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 1º A receita bruta de que trata o caput será considerada depois de excluídos os impostos e contribuições incidentes sobre as vendas. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 2º O percentual de receita bruta de que trata o caput será apurado a partir do ano-calendário subsequente ao do início da efetiva entrada em funcionamento do projeto, em

cujo cálculo será incluída a receita bruta auferida no primeiro ano-calendário de funcionamento. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 3º Os produtos industrializados em ZPE, quando vendidos para o mercado interno, estarão sujeitos ao pagamento: (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I - de todos os impostos e contribuições normalmente incidentes na operação; e (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II - do Imposto de Importação e do AFRMM relativos a matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem de procedência estrangeira neles empregados, com acréscimo de juros e multa de mora, na forma da lei. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 4º Será permitida, sob as condições previstas na legislação específica, a aplicação dos seguintes incentivos ou benefícios fiscais: (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I - regimes aduaneiros suspensivos previstos em regulamento; (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II - previstos para as áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, instituída pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, instituída pela Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007; (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

III - previstos no art. 9º da Medida Provisória nº 2.159-70, de 24 de agosto de 2001; (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

IV - previstos na Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; e (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

V - previstos nos arts. 17 a 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 5º Aplica-se o tratamento estabelecido no art. 6º-A para as aquisições de mercadorias realizadas entre empresas autorizadas a operar em ZPE. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 6º A receita auferida com a operação de que trata o § 5º será considerada receita bruta decorrente de venda de mercadoria no mercado interno. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 7º Excepcionalmente, em casos devidamente autorizados pelo CZPE, as matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem adquiridos no mercado interno ou importados com a suspensão de que trata o art. 6º-A poderão ser revendidos no mercado

interno, observado o disposto nos §§ 3º e 6º. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 19. (VETADO)

Art. 20. O Poder Executivo estabelecerá em regulamento as normas para a fiscalização, o despacho e o controle aduaneiro de mercadorias em ZPE e a forma como a autoridade aduaneira exercerá o controle e a verificação do embarque e, quando for o caso, da destinação de mercadoria exportada por empresa instalada em ZPE.

Art. 21. Para efeitos fiscais, cambiais e administrativos, aplicar-se-á aos serviços o seguinte tratamento:

I - (VETADO)

II - os prestados em ZPE, por residente ou domiciliado no exterior, para empresas ali instaladas, serão considerados como prestados no exterior;

III - (VETADO)

IV - (VETADO)

§ 1º (VETADO)

§ 2º (VETADO)

~~Art. 22. Sem prejuízo das sanções de natureza fiscal, cambial, administrativa e penal constantes da legislação em vigor, o descumprimento das disposições previstas nesta Lei sujeitará a empresa instalada em ZPE às seguintes penalidades, tendo em vista a gravidade da infração e observado o disposto em regulamento:~~

~~I - advertência;~~

~~II - multa equivalente ao valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);~~

~~III - perdimento de bens;~~

~~IV - interdição do estabelecimento industrial; e~~

~~V - cassação da autorização para funcionar em ZPE.~~

Art. 22. As sanções previstas nesta Lei não prejudicam a aplicação de outras penalidades, inclusive o disposto no art. 76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

~~Art. 23. Considerar-se-á dano ao Erário, para efeito de aplicação da pena de perdimento, na forma da legislação específica:~~

~~I - a introdução no mercado interno de mercadoria procedente de ZPE, que tenha sido importada, adquirida no mercado interno ou produzida em ZPE, fora dos casos autorizados nesta Lei;~~

~~II - a introdução em ZPE de mercadoria estrangeira não permitida; e~~

~~III - a introdução em ZPE de mercadoria nacional não submetida aos procedimentos regulares de exportação de que trata o art. 19, ou sem observância das disposições contidas no inciso II do art. 13.~~

~~Parágrafo único. A pena de perdimento de bens será aplicada pelo órgão fazendário competente.~~

Art. 23. Considera-se dano ao Erário, para efeito de aplicação da pena de perdimento, na forma da legislação específica, a introdução: (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I - no mercado interno, de mercadoria procedente de ZPE, que tenha sido importada, adquirida no mercado interno ou produzida em ZPE, fora dos casos autorizados nesta Lei; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II - em ZPE, de mercadoria estrangeira não permitida. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para efeitos de aplicação e julgamento da pena de perdimento estabelecida neste artigo. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

~~Art. 24. O descumprimento total ou parcial do compromisso de exportação ou de retorno da mercadoria à ZPE assumido pela beneficiária dos regimes aduaneiros especiais de que tratam os incisos II e III do § 5º do art. 18, sujeitará a infratora às seguintes penalidades, aplicáveis isolada ou cumulativamente: (Revogado pela Medida Provisória nº 418, de 2008)~~

~~I - multa de 100% (cem por cento) do valor da mercadoria procedente da ZPE; e (Revogado pela Medida Provisória nº 418, de 2008)~~

~~II - proibição de usufruir os referidos regimes. (Revogado pela Medida Provisória nº 418, de 2008)~~

Art. 25. O ato de criação de ZPE já autorizada até 13 de outubro de 1994 caducará se no prazo de 12 (doze) meses, contado da publicação desta Lei, a administradora da ZPE não tiver iniciado, efetivamente, as obras de implantação.

Art. 26. (VETADO)

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 28. Revogam-se o Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988, as Leis nºs 8.396, de 2 de janeiro de 1992, e 8.924, de 29 de julho de 1994, o inciso II do § 2º do art. 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e o inciso XVI do caput do art. 88 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

Brasília, 20 de julho de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ	INÁCIO	LULA	DA	SILVA
<i>Tarso</i>				<i>Genro</i>
<i>Celso</i>	<i>Luiz</i>		<i>Nunes</i>	<i>Amorim</i>
<i>Guido</i>				<i>Mantega</i>
<i>Miguel</i>				<i>Jorge</i>
<i>Paulo</i>		<i>Bernardo</i>		<i>Silva</i>
<i>José Antonio Dias Toffoli</i>				

LEGISLAÇÃO CITADA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 418,
DE 14 DE FEVEREIRO DE 2008.

Altera as Leis nºs 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e 8.256, de 25 de novembro de 1991, que cria áreas de livre comércio nos municípios de Pacaraima e Bonfim, no Estado de Roraima, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 6º—A. As importações ou as aquisições no mercado interno de bens e serviços por empresa autorizada a operar em ZPE terão suspensão da exigência dos seguintes impostos e contribuições:

I – Imposto de Importação;

II – Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI;

III – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS;

IV – Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior – COFINS–Importação;

V – Contribuição para o PIS/PASEP;

VI – Contribuição para o PIS/PASEP–Importação; e

VII – Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante– AFRMM.

§ 1º A pessoa jurídica autorizada a operar em ZPE responde pelos impostos e contribuições com a exigibilidade suspensa na condição de:

I – contribuinte, nas operações de importação, em relação ao Imposto de Importação, ao IPI, à Contribuição para o PIS/PASEP–Importação, à COFINS–Importação e ao AFRMM; e

II – responsável, nas aquisições no mercado interno, em relação ao IPI, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Cofins.

§ 2º A suspensão de que trata o caput, quando for relativa a máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, aplica-se a bens, novos ou usados, para incorporação ao ativo imobilizado da empresa autorizada a operar em ZPE.

§ 3º Na hipótese de importação de bens usados, a suspensão de que trata o caput será aplicada

quando se tratar de conjunto industrial e que seja elemento constitutivo da integralização do capital social da empresa.

§ 4º Na hipótese do § 2º, a pessoa jurídica que não incorporar o bem ao ativo imobilizado ou revendê-lo antes da conversão em alíquota zero ou em isenção, na forma dos §§ 7º e 8º, fica obrigada a recolher os impostos e contribuições com a exigibilidade suspensa acrescidos de juros e multa de mora, na forma da lei, contados a partir da data da aquisição no mercado interno ou de registro da declaração de importação correspondente.

§ 5º As matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, importados ou adquiridos no mercado interno por empresa autorizada a operar em ZPE com a suspensão de que trata o caput, deverão ser integralmente utilizados no processo produtivo do produto final.

§ 6º Nas notas fiscais relativas à venda para empresa autorizada a operar na forma do caput deverá constar a expressão “Venda Efetuada com Regime de Suspensão”, com a especificação do dispositivo legal correspondente.

§ 7º Na hipótese da Contribuição para o PIS/PASEP, da Cofins, da Contribuição para o PIS/PASEP–Importação, da COFINS–Importação e do IPI, relativos aos bens referidos no § 2º, a suspensão de que trata este artigo converte-se em alíquota zero por cento depois de cumprido o compromisso de que trata o caput do art. 18 e decorrido o prazo de dois anos da data de ocorrência do fato gerador.

§ 8º Na hipótese do Imposto de Importação e do AFRMM, a suspensão de que trata este artigo, se relativos:

I – aos bens referidos no § 2º, converte-se em isenção depois de cumprido o compromisso de que trata o caput do art. 18 e decorrido o prazo de cinco anos da data de ocorrência do fato gerador; e

II – às matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, resolve-se com a:

a) reexportação ou destruição das mercadorias, às expensas do interessado; ou

b) exportação das mercadorias no mesmo estado em que foram importadas ou do produto final no qual foram incorporadas.

§ 9º Na hipótese de não ser efetuado o recolhimento na forma do § 4º deste artigo ou do inciso II do § 3º do art. 18 caberá lançamento de ofício, com aplicação de juros e da multa de que trata o art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.” (NR)

Art. 2º Os arts. 2º, 3º, 4º, 8º, 9º, 12, 13, 15, 18, 22 e 23 da Lei nº 11.508, de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

§ 4º O ato de criação de ZPE caducará:

I – se no prazo de doze meses, contado da sua publicação, a administradora da ZPE não tiver iniciado, efetivamente, as obras de implantação de acordo com o cronograma previsto na proposta de criação; e

II – se as obras de implantação não forem concluídas, sem motivo justificado, no prazo de doze meses, contado da data prevista para sua conclusão, constante do cronograma da proposta de criação.

§ 5º A solicitação de instalação de empresa em ZPE será feita mediante apresentação de projeto, na forma estabelecida em regulamento.” (NR)

“Art. 3º Fica mantido o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação – CZPE, criado pelo art. 3º do Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988, com competência para:

I – analisar as propostas de criação de ZPE;

II – aprovar os projetos industriais correspondentes, observado o disposto no § 5º do art. 2º; e

III – traçar a orientação superior da política das ZPE.

§ 1º Para fins de análise das propostas e aprovação dos projetos, o CZPE levará em consideração, entre outras que poderão ser fixadas em regulamento, as seguintes diretrizes:

I – atendimento às prioridades governamentais para os diversos setores da indústria nacional e da política econômica global, especialmente para as políticas industrial, tecnológica e de comércio exterior;

II – prioridade para as propostas de criação de ZPE localizada em área geográfica privilegiada para a exportação; e

III – valor mínimo em investimentos totais na ZPE por empresa autorizada a operar no regime de que trata esta Lei, quando assim for fixado em regulamento.

...

§ 3º O CZPE estabelecerá mecanismos e formas de monitoramento do impacto da aplicação do regime de que trata esta Lei na indústria nacional.

§ 4º Na hipótese de constatação de impacto negativo à indústria nacional relacionado à venda de produto industrializado em ZPE para o mercado interno, o CZPE poderá propor:

I – elevação do percentual de receita bruta decorrente de exportação para o exterior, de que trata o caput do art. 18; ou

II – vedação de venda para o mercado interno de produto industrializado em ZPE, enquanto persistir o impacto negativo à indústria nacional.

§ 5º O Poder Executivo, ouvido o CZPE, poderá adotar as medidas de que trata o § 4º.” (NR)

“Art. 4º

Parágrafo único. O Poder Executivo disporá sobre as instalações aduaneiras, os equipamentos de segurança e de vigilância e os controles necessários ao seu funcionamento, bem como sobre as hipóteses de adoção de controle aduaneiro informatizado da ZPE e de dispensa de alfandegamento.” (NR)

“Art. 8º O ato que autorizar a instalação de empresa em ZPE relacionará os produtos a serem fabricados de acordo com a sua classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM e assegurará o tratamento instituído por esta Lei pelo prazo de até vinte anos.

Parágrafo único. A empresa poderá solicitar alteração dos produtos a serem fabricados, na forma estabelecida pelo Poder Executivo.” (NR)

“Art. 9º A empresa instalada em ZPE não poderá constituir filial ou participar de outra pessoa jurídica localizada fora de ZPE, ainda que para usufruir incentivos previstos na legislação tributária.” (NR)

“Art. 12. ...

I – dispensa de licença ou de autorização de órgãos federais, com exceção dos controles de ordem sanitária, de interesse da segurança nacional e de proteção do meio ambiente, vedadas quaisquer outras restrições à produção, operação, comercialização e importação de bens e serviços que não as impostas por esta Lei; e

II – somente serão admitidas importações, com a suspensão do pagamento de impostos e contribuições de que trata o art. 6º–A, de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, novos ou usados, e de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem necessários à instalação industrial ou destinados a integrar o processo produtivo.

§ 3º O disposto no art. 17 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, não se aplica aos produtos importados nos termos do art. 6º–A, os quais, se usados, ficam dispensados das normas administrativas aplicáveis aos bens usados em geral.

§ 4º Não se aplica o disposto no § 3º aos bens usados importados fora das condições estabelecidas no § 3º do art. 6º–A.” (NR)

“Art. 13. Somente serão permitidas aquisições no mercado interno, com a suspensão do pagamento de impostos e contribuições de que trata esta Lei, de bens necessários às atividades da empresa, mencionados no inciso II do art. 12.

Parágrafo único. As mercadorias adquiridas no mercado interno poderão ser, ainda, mantidas em depósito, exportadas ou destruídas, na forma prescrita na legislação aduaneira.” (NR)

“Art. 15. Aplicam-se às empresas autorizadas a operar em ZPE as mesmas disposições legais e regu-

lamentares relativas a câmbio e capitais internacionais aplicáveis às demais empresas nacionais.

Parágrafo único. Os limites de que trata o caput do art. 1º da Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006, não se aplicam às empresas que operarem em ZPE.” (NR)

“Art. 18. Somente poderá instalar-se em ZPE a pessoa jurídica que assuma o compromisso de auferir e manter, por ano-calendário, receita bruta decorrente de exportação para o exterior de, no mínimo, oitenta por cento de sua receita bruta total de venda de bens e serviços.

§ 1º A receita bruta de que trata o **caput** será considerada depois de excluídos os impostos e contribuições incidentes sobre as vendas.

§ 2º O percentual de receita bruta de que trata o **caput** será apurado a partir do ano-calendário subsequente ao do início da efetiva entrada em funcionamento do projeto, em cujo cálculo será incluída a receita bruta auferida no primeiro ano-calendário de funcionamento.

§ 3º Os produtos industrializados em ZPE, quando vendidos para o mercado interno, estarão sujeitos ao pagamento:

I – de todos os impostos e contribuições normalmente incidentes na operação; e

II – do Imposto de Importação e do AFRMM relativos a matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem de procedência estrangeira neles empregados, com acréscimo de juros e multa de mora, na forma da lei.

§ 4º Será permitida, sob as condições previstas na legislação específica, a aplicação dos seguintes incentivos ou benefícios fiscais:

I – regimes aduaneiros suspensivos previstos em regulamento;

II – previstos para as áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, instituída pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, instituída pela Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007;

III – previstos no art. 9º da Medida Provisória nº 2.159–70, de 24 de agosto de 2001;

IV – previstos na Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; e

V – previstos nos arts. 17 a 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

§ 5º Aplica-se o tratamento estabelecido no art. 6º–A para as aquisições de mercadorias realizadas entre empresas autorizadas a operar em ZPE.

§ 6º A receita auferida com a operação de que trata o § 5º será considerada receita bruta decorrente de venda de mercadoria no mercado interno.

§ 7º Excepcionalmente, em casos devidamente autorizados pelo CZPE, as matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem adquiridos no mercado interno ou importados com a suspensão de que trata o art. 6º–A poderão ser revendidos no mercado interno, observado o disposto nos §§ 3º e 6º.” (NR)

“Art. 22. As sanções previstas nesta Lei não prejudicam a aplicação de outras penalidades, inclusive o disposto no art. 76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.” (NR)

“Art. 23. Considera-se dano ao Erário, para efeito de aplicação da pena de perdimento, na forma da legislação específica, a introdução:

I – no mercado interno, de mercadoria procedente de ZPE, que tenha sido importada, adquirida no mercado interno ou produzida em ZPE, fora dos casos autorizados nesta Lei; e

II – em ZPE, de mercadoria estrangeira não permitida.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para efeitos de aplicação e julgamento da pena de perdimento estabelecida neste artigo.” (NR)

Art. 3º Para efeito de interpretação do art. 5º da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, licitação internacional é aquela promovida tanto por pessoas jurídicas de direito público como por pessoas jurídicas de direito privado do setor público e do setor privado.

§ 1º Na licitação internacional de que trata o caput, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado do setor público deverão observar as normas e procedimentos previstos na legislação específica, e as pessoas jurídicas de direito privado do setor privado, as normas e procedimentos das entidades financiadoras.

§ 2º Na ausência de normas e procedimentos específicos das entidades financiadoras, as pessoas jurídicas de direito privado do setor privado observarão aqueles previstos na legislação brasileira, no que couber.

§ 3º O Poder Executivo regulamentará, por decreto, no prazo de sessenta dias contados da entrada em vigor desta Medida Provisória, as normas e procedimentos específicos a serem observados nas licitações internacionais promovidas por pessoas jurídicas de direito privado do setor privado a partir de 1º de maio de 2008, nos termos do § 2º.

Art. 4º A Área de Livre Comércio de Pacaraima (ALCP), no Estado de Roraima, de que trata a Lei nº

8.256, de 25 de novembro de 1991, passa a denominar-se Área de Livre Comércio de Boa Vista (ALCBV).

Art. 5º Os arts. 7º, 11 e 12 da Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O Poder Executivo fará demarcar áreas contínuas com superfícies de oitenta quilômetros quadrados no Município de Boa Vista e de vinte quilômetros quadrados no Município de Bonfim, envolvendo, inclusive, seus perímetros urbanos, onde funcionarão as Áreas de Livre Comércio de que trata esta Lei, incluindo locais próprios para entrepostamento de mercadorias a serem nacionalizadas ou reexportadas.

.....” (NR)

“Art. 7º

§ 2º Estão excluídos dos benefícios fiscais de que trata este artigo os produtos abaixo mencionados, compreendidos nos capítulos ou nas posições indicadas na Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM:

.....
III – bebidas alcoólicas: Posições 2203 a 2206 e 2208, exceto o código 2208.90.00 do Capítulo 22;

.....” (NR)

“Art. 11

Parágrafo único. A Suframa cobrará, na forma da Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000, Taxa de Serviço Administrativo – TSA pela utilização de suas instalações e pelos serviços de autorização, controle de importações e internamento de mercadorias nas Áreas de Livre Comércio de que trata esta Lei, ou destas para outras regiões do País.” (NR)

“Art. 12. As receitas decorrentes da cobrança da Taxa de Serviços Administrativos – TSA de que trata o parágrafo único do art. 11 desta Lei serão destinadas às finalidades instituídas na Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000.” (NR)

Art. 6º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, observado, quanto ao art. 3º, caput, o disposto no art. 106, inciso I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.

Art. 7º Ficam revogados o art. 6º, o parágrafo único do art. 17 e o art. 24 da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007.

Brasília, 14 de fevereiro de 2008; 187º da Independência e 120º da República. – **LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA.** – **Guido Mantega.** – **Miguel Jorge.**

Este texto não substitui o publicado no DOU de 15–2–2008.

(Às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo, e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 133, DE 2008

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Colatina, no Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar Zona de Processamento de Exportação no Município de Colatina, no Estado do Espírito Santo.

Parágrafo único. A Zona de Processamento de Exportação de que trata este artigo terá a sua criação, características, objetivos e funcionamento regulados pela legislação pertinente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) vêm sendo utilizadas, em diversos países, como importantes instrumentos de transformação de áreas carentes de maior dinamismo econômico, a partir da agregação de valor aos produtos provenientes de suas atividades econômicas tradicionais.

A atualização do marco regulatório das ZPE, mediante a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, com posteriores alterações pela Medida Provisória nº 418, de 14 de fevereiro de 2008, traz a perspectiva de que essas áreas aduaneiras especiais possam contribuir para a redução das desigualdades regionais, tão acentuadas no processo de desenvolvimento brasileiro.

O município de Colatina está situado no noroeste do Estado do Espírito Santo, às margens do Rio Doce. Seu posicionamento é estratégico para a implantação de atividades econômicas voltadas para a exportação, já que ele é cortado pela BR-259, que faz conexões com as BRs-101 e 116, facilitando o escoamento da produção local. Lembremo-nos que o Espírito Santo possui um importante Complexo Portuário, com destaque para os portos de Vitória e de Tubarão.

Colatina pode ser considerada um pólo de desenvolvimento capixaba, já que conta com mais de cento e dez mil habitantes. Por ser um centro comercial e industrial importante, sua área de influência abrange toda a área setentrional do Espírito Santo e também partes de Minas Gerais e do Sul da Bahia.

Em sua economia têm destaque a produção e a comercialização de café robusta, a indústria de confecções e o comércio atacadista, este último refletindo a condição de pólo regional do município. Caso seja instalada uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) em Colatina, poder-se-á agregar valor à produção local, aumentando a renda do município. Mas notem

que o efeito positivo de uma ZPE localizada em Colatina não se restringiria ao município, mas se espalharia por todo o Norte do Estado do Espírito Santo e por partes de outros estados da Federação, dada sua condição de pólo regional de desenvolvimento.

Temos então o seguinte quadro: há produtos passíveis de agregação de valor no município, há facilidade de escoamento da produção local para o exterior, dada a estratégica localização geográfica de Colatina, e o impacto da melhora das condições econômicas e sociais não se encerra no município, dada

a sua área de influência. Em suma, Colatina reúne todas as condições estabelecidas nos diplomas legais para abrigar uma ZPE.

Pelas razões expostas, na certeza de que a instalação de uma ZPE em Colatina traria imensos benefícios para o Estado do Espírito Santo, para o leste de Minas Gerais e para o sul da Bahia, peço o apoio aos Nobres Pares para a aprovação do projeto de lei que ora apresento.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2008. – Senador **Gerson Camata**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.508, DE 20 DE JULHO DE 2007.

Dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a criar, nas regiões menos desenvolvidas, Zonas de Processamento de Exportação (ZPE), sujeitas ao regime jurídico instituído por esta Lei, com a finalidade de reduzir desequilíbrios regionais, bem como fortalecer o balanço de pagamentos e promover a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do País.

Parágrafo único. As ZPE caracterizam-se como áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados no exterior, sendo consideradas zonas primárias para efeito de controle aduaneiro.

Art. 2º A criação de ZPE far-se-á por decreto, que delimitará sua área, à vista de proposta dos Estados ou Municípios, em conjunto ou isoladamente.

§ 1º A proposta a que se refere este artigo deverá satisfazer os seguintes requisitos:

I - indicação de localização adequada no que diz respeito a acesso a portos e aeroportos internacionais;

II - comprovação da disponibilidade da área destinada a sediar a ZPE;

III - comprovação de disponibilidade financeira, considerando inclusive a possibilidade de aportes de recursos da iniciativa privada;

IV - comprovação de disponibilidade mínima de infra-estrutura e de serviços capazes de absorver os efeitos de sua implantação;

V - indicação da forma de administração da ZPE; e

VI - atendimento de outras condições que forem estabelecidas em regulamento.

§ 2º A administradora da ZPE deverá atender às instruções dos órgãos competentes do Ministério da Fazenda quanto ao fechamento da área, ao sistema de vigilância e aos dispositivos de segurança.

§ 3º A administradora da ZPE proverá as instalações e os equipamentos necessários ao controle, à vigilância e à administração aduaneira local.

~~§ 4º O ato de criação de ZPE caducará se no prazo de 12 (doze) meses, contado da sua publicação, a administradora da ZPE não tiver iniciado, efetivamente, as obras de implantação de acordo com o cronograma previsto na proposta de criação.~~

§ 4º O ato de criação de ZPE caducará: (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I - se no prazo de doze meses, contado da sua publicação, a administradora da ZPE não tiver iniciado, efetivamente, as obras de implantação de acordo com o cronograma previsto na proposta de criação; e (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II - se as obras de implantação não forem concluídas, sem motivo justificado, no prazo de doze meses, contado da data prevista para sua conclusão, constante do cronograma da proposta de criação. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 5º A solicitação de instalação de empresa em ZPE será feita mediante apresentação de projeto, na forma estabelecida em regulamento. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

~~Art. 2º Fica mantido o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação - CZPE, criado pelo art. 3º do Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988, com as competências ali estabelecidas de:~~

- ~~I - analisar as propostas de criação de ZPE;~~
- ~~II - analisar e aprovar os projetos industriais;~~
- ~~III - traçar a orientação superior da política das ZPE; e~~
- ~~IV - aplicar as sanções de que tratam os incisos I, II, IV e V de caput do art. 22.~~

~~§ 1º Para os efeitos do inciso I de caput deste artigo, o CZPE levará em conta, dentre outros, os seguintes aspectos:~~

- ~~I - compatibilidade com os interesses da segurança nacional;~~
- ~~II - observância das normas relativas ao meio ambiente;~~
- ~~III - atendimento às prioridades governamentais para os diversos setores da indústria nacional e da política econômica global; e~~

Art. 3º Fica mantido o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação - CZPE, criado pelo art. 3º do Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988, com competência para: (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I - analisar as propostas de criação de ZPE; (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II - aprovar os projetos industriais correspondentes, observado o disposto no § 5º do art. 2º; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

III - traçar a orientação superior da política das ZPE. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 1º Para fins de análise das propostas e aprovação dos projetos, o CZPE levará em consideração, entre outras que poderão ser fixadas em regulamento, as seguintes diretrizes: (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I - atendimento às prioridades governamentais para os diversos setores da indústria nacional e da política econômica global, especialmente para as políticas industrial, tecnológica e de comércio exterior; (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II - prioridade para as propostas de criação de ZPE localizada em área geográfica privilegiada para a exportação; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

III - valor mínimo em investimentos totais na ZPE por empresa autorizada a operar no regime de que trata esta Lei, quando assim for fixado em regulamento. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

IV - prioridade para as propostas de criação de ZPE localizada em área geográfica privilegiada para a exportação.

§ 2º (VETADO)

§ 3º O CZPE estabelecerá mecanismos e formas de monitoramento do impacto da aplicação do regime de que trata esta Lei na indústria nacional. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 4º Na hipótese de constatação de impacto negativo à indústria nacional relacionado à venda de produto industrializado em ZPE para o mercado interno, o CZPE poderá propor: (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I - elevação do percentual de receita bruta decorrente de exportação para o exterior, de que trata o caput do art. 18; ou (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II - vedação de venda para o mercado interno de produto industrializado em ZPE, enquanto persistir o impacto negativo à indústria nacional. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 5º O Poder Executivo, ouvido o CZPE, poderá adotar as medidas de que trata o § 4º. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 4º O início do funcionamento de ZPE dependerá do prévio alfandegamento da respectiva área.

~~Parágrafo único. O regulamento disporá sobre a situação em que as empresas tenham projetos aprovados para instalar em ZPE antes que tenha ocorrido o alfandegamento da área, devendo, nessa circunstância, prever controles alternativos.~~

Parágrafo único. O Poder Executivo disporá sobre as instalações aduaneiras, os equipamentos de segurança e de vigilância e os controles necessários ao seu funcionamento, bem como sobre as hipóteses de adoção de controle aduaneiro informatizado da ZPE e de dispensa de alfandegamento. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 5º É vedada a instalação em ZPE de empresas cujos projetos evidenciem a simples transferência de plantas industriais já instaladas no País.

Parágrafo único. Não serão autorizadas, em ZPE, a produção, a importação ou exportação de:

- I - armas ou explosivos de qualquer natureza, salvo com prévia autorização do Comando do Exército;
- II - material radioativo, salvo com prévia autorização da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN; e
- III - outros indicados em regulamento.

~~Art. 6º A solicitação de instalação de empresa em ZPE far-se-á mediante apresentação, ao CZPE, de projeto na forma estabelecida em regulamento. (Revogado pela Medida Provisória nº 418, de 2008)~~

~~§ 1º Aprovado o projeto, os interessados deverão constituir, no prazo de 90 (noventa) dias, empresa que tenha:~~

~~I - capital social, em montante mínimo fixado no ato da aprovação do projeto, formado com o produto da conversão de moeda estrangeira, com a internação de bens de origem externa ou, ainda, nos casos a que se refere o parágrafo único do art. 17, com máquinas e equipamentos de fabricação nacional; e (Revogado pela Medida Provisória nº 418, de 2008)~~

~~II - (VETADO) (Revogado pela Medida Provisória nº 418, de 2008)~~

~~§ 2º (VETADO) (Revogado pela Medida Provisória nº 418, de 2008)~~

~~§ 3º (VETADO) (Revogado pela Medida Provisória nº 418, de 2008)~~

~~§ 4º (VETADO) (Revogado pela Medida Provisória nº 418, de 2008)~~

~~§ 5º (VETADO) (Revogado pela Medida Provisória nº 418, de 2008)~~

~~§ 6º (VETADO) (Revogado pela Medida Provisória nº 418, de 2008)~~

Art. 6º-A. As importações ou as aquisições no mercado interno de bens e serviços por empresa autorizada a operar em ZPE terão suspensão da exigência dos seguintes impostos e contribuições: (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I - Imposto de Importação; (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI; (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

III - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS; (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

IV - Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior - COFINS-Importação; (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

V - Contribuição para o PIS/PASEP; (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

VI - Contribuição para o PIS/PASEP-Importação; e (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

VII - Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 1º A pessoa jurídica autorizada a operar em ZPE responde pelos impostos e contribuições com a exigibilidade suspensa na condição de: (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I - contribuinte, nas operações de importação, em relação ao Imposto de Importação, ao IPI, à Contribuição para o PIS/PASEP-Importação, à COFINS-Importação e ao AFRMM; e (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II - responsável, nas aquisições no mercado interno, em relação ao IPI, à Contribuição para o PIS/PASEP e à COFINS. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 2º A suspensão de que trata o caput, quando for relativa a máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, aplica-se a bens, novos ou usados, para incorporação ao ativo imobilizado da empresa autorizada a operar em ZPE. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 3º Na hipótese de importação de bens usados, a suspensão de que trata o caput será aplicada quando se tratar de conjunto industrial e que seja elemento constitutivo da integralização do capital social da empresa. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 4º Na hipótese do § 2º, a pessoa jurídica que não incorporar o bem ao ativo imobilizado ou revendê-lo antes da conversão em alíquota zero ou em isenção, na forma dos §§ 7º e 8º, fica obrigada a recolher os impostos e contribuições com a

exigibilidade suspensa acrescidos de juros e multa de mora, na forma da lei, contados a partir da data da aquisição no mercado interno ou de registro da declaração de importação correspondente. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

· § 5º As matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, importados ou adquiridos no mercado interno por empresa autorizada a operar em ZPE com a suspensão de que trata o **caput**, deverão ser integralmente utilizados no processo produtivo do produto final. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 6º Nas notas fiscais relativas à venda para empresa autorizada a operar na forma do **caput** deverá constar a expressão "Venda Efetuada com Regime de Suspensão", com a especificação do dispositivo legal correspondente. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 7º Na hipótese da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação, da COFINS-Importação e do IPI, relativos aos bens referidos no § 2º, a suspensão de que trata este artigo converte-se em alíquota zero por cento depois de cumprido o compromisso de que trata o **caput** do art. 18 e decorrido o prazo de dois anos da data de ocorrência do fato gerador. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 8º Na hipótese do Imposto de Importação e do AFRMM, a suspensão de que trata este artigo, se relativos: (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I - aos bens referidos no § 2º, converte-se em isenção depois de cumprido o compromisso de que trata o **caput** do art. 18 e decorrido o prazo de cinco anos da data de ocorrência do fato gerador; e (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II - às matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, resolve-se com a: (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

a) reexportação ou destruição das mercadorias, às expensas do interessado; ou (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

b) exportação das mercadorias no mesmo estado em que foram importadas ou do produto final no qual foram incorporadas. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 9º Na hipótese de não ser efetuado o recolhimento na forma do § 4º deste artigo ou do inciso II do § 3º do art. 18 caberá lançamento de ofício, com aplicação de juros e da multa de que trata o art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 7º (VETADO)

~~Art. 8º O ato que autorizar a instalação de empresa em ZPE relacionará os produtos a serem fabricados de acordo com a sua classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM e assegurará o tratamento instituído por esta Lei pelo prazo de até 20 (vinte) anos.~~

~~§ 1º O tratamento assegurado poderá ser estendido, sucessivamente, por períodos iguais ao originalmente concedido, nos casos em que a empresa tenha atingido os objetivos, respeitadas as condições estabelecidas na autorização, e a continuação do empreendimento garanta a manutenção de benefícios iguais ou superiores para a economia do País.~~

~~§ 2º Deverão ser imediatamente comunicadas ao CZPE as alterações que impliquem a fabricação de novos produtos, ou a cessação da fabricação de produtos aprovados no projeto, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 5º e no § 1º de art. 12.~~

~~§ 3º Entende-se como novo produto aquele que tenha, na NCM, classificação distinta dos anteriormente aprovados no projeto.~~

~~§ 4º Deverão ser previamente aprovados pelo CZPE projetos de expansão da planta inicialmente instalada.~~

Art. 8º O ato que autorizar a instalação de empresa em ZPE relacionará os produtos a serem fabricados de acordo com a sua classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM e assegurará o tratamento instituído por esta Lei pelo prazo de até vinte anos. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Parágrafo único. A empresa poderá solicitar alteração dos produtos a serem fabricados, na forma estabelecida pelo Poder Executivo. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

~~Art. 9º A empresa instalada em ZPE não poderá constituir filial, firma em nome individual ou participar de outra localizada fora de ZPE ainda que para usufruir incentivos previstos na legislação tributária.~~

Art. 9º A empresa instalada em ZPE não poderá constituir filial ou participar de outra pessoa jurídica localizada fora de ZPE, ainda que para usufruir incentivos previstos na legislação tributária. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 10. (VETADO)

Art. 11. (VETADO)

Art. 12. As importações e exportações de empresa autorizada a operar em ZPE estarão sujeitas ao seguinte tratamento administrativo:

~~I - será dispensada a obtenção de licença ou de autorização de órgãos federais, com exceção dos controles de ordem sanitária, de interesse da segurança nacional e de proteção do meio ambiente, vedadas quaisquer outras restrições à produção, operação, comercialização e importação de bens e serviços que não as impostas por esta Lei; e~~

~~II - somente serão admitidas importações de equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos, matérias-primas, componentes, peças e acessórios e outros bens, novos ou usados, necessários à instalação industrial ou que integrem o processo produtivo.~~

I - dispensa de licença ou de autorização de órgãos federais, com exceção dos controles de ordem sanitária, de interesse da segurança nacional e de proteção do meio ambiente, vedadas quaisquer outras restrições à produção, operação, comercialização e importação de bens e serviços que não as impostas por esta Lei; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II - somente serão admitidas importações, com a suspensão do pagamento de impostos e contribuições de que trata o art. 6º-A, de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, novos ou usados, e de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem necessários à instalação industrial ou destinados a integrar o processo produtivo. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 1º A dispensa de licenças ou autorizações a que se refere o inciso I não se aplicará a exportações de produtos:

I - destinados a países com os quais o Brasil mantenha convênios de pagamento, as quais se submeterão às disposições e controles estabelecidos na forma da legislação em vigor;

II - sujeitos a regime de cotas aplicáveis às exportações do País, vigentes na data de aprovação do projeto, ou que venha a ser instituído posteriormente; e

III - sujeitos ao Imposto de Exportação.

§ 2º As mercadorias importadas poderão ser, ainda, mantidas em depósito, reexportadas ou destruídas, na forma prescrita na legislação aduaneira.

§ 3º O disposto no art. 17 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, não se aplica aos produtos importados nos termos do art. 6º-A, os quais, se usados, ficam dispensados das normas administrativas aplicáveis aos bens usados em geral. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 4º Não se aplica o disposto no § 3º aos bens usados importados fora das condições estabelecidas no § 3º do art. 6º-A. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

~~Art. 12. Serão permitidas compras no mercado interno de bens necessários às atividades da empresa:~~

~~I - na hipótese e forma previstas no art. 10, dos bens mencionados no inciso II do art. 12; e~~

~~II - de outros bens, desde que acompanhados de documentação fiscal hábil e o pagamento seja realizado em moeda nacional, convertida na forma prevista no inciso II do § 4º do art. 6º.~~

~~Parágrafo único. As mercadorias adquiridas no mercado interno poderão ser, ainda, mantidas em depósito, remetidas para o exterior ou destruídas, na forma prescrita na legislação aduaneira.~~

Art. 13. Somente serão permitidas aquisições no mercado interno, com a suspensão do pagamento de impostos e contribuições de que trata esta Lei, de bens necessários às atividades da empresa, mencionados no inciso II do art. 12. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Parágrafo único. As mercadorias adquiridas no mercado interno poderão ser, ainda, mantidas em depósito, exportadas ou destruídas, na forma prescrita na legislação aduaneira. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 14. (VETADO)

~~Art. 15. O Banco Central do Brasil não assegurará, direta ou indiretamente, cobertura cambial para os compromissos de empresa instalada em ZPE.~~

Art. 15. Aplicam-se às empresas autorizadas a operar em ZPE as mesmas disposições legais e regulamentares relativas a câmbio e capitais internacionais aplicáveis às demais empresas nacionais. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Parágrafo único. Os limites de que trata o caput do art. 1º da Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006, não se aplicam às empresas que operarem em ZPE. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 16. (VETADO)

Art. 17. A empresa instalada em ZPE não poderá usufruir de quaisquer incentivos ou benefícios não expressamente previstos nesta Lei.

Parágrafo único. A pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliada no País, que pretenda realizar investimentos em empresa instalada ou a se instalar em ZPE, deverá satisfazer as condições estabelecidas para investimentos brasileiros no exterior. (Revogado pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 18. A mercadoria produzida em ZPE poderá ser introduzida para consumo, no mercado interno, desde que o valor anual da interação não seja superior a 20% (vinte por cento) do valor da respectiva produção, realizada pela mesma empresa, no ano imediatamente anterior, tendo como referencial a sua classificação na NCM.

§ 1º A venda de mercadoria para o mercado interno estará sujeita ao mesmo tratamento administrativo e cambial das importações, observada a legislação específica quando a interação for realizada em zona franca ou área de livre comércio.

§ 2º A mercadoria produzida em ZPE e introduzida para consumo no mercado interno ficará sujeita ao pagamento de tributos e encargos, conforme discriminado:

I sobre o valor da interação:

a) Imposto sobre Produtos Industrializados;

b) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); e

c) Contribuição para os Programas de Integração Social - PIS e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP;

II sobre o valor das matérias primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, importados, que integrem o produto internado:

a) Imposto de Importação;

b) Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços de Exterior - Cofins Importação;

c) Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços de Exterior - PIS/PASEP Importação;

d) Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante; e

e) Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro e sobre Operações relativas a Valores Mobiliários;

III sobre o valor das matérias primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, adquiridos no mercado interno, que integrem o produto internado, encargo cujo percentual será somatório das alíquotas em vigor no momento da interação, para:

a) a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins);

b) a Contribuição para os Programas de Integração Social - PIS e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP;

e

c) o crédito presumido de que trata a Lei nº 9.362, de 13 de dezembro de 1996, e alterações posteriores, quando couber.

§ 3º Os valores relativos aos produtos internados, que tenham sido fabricados por empresas localizadas em ZPE, não serão computados para os efeitos da limitação de que trata o caput deste artigo, quando as compras correspondentes forem efetuadas pela União, Estado, Distrito Federal, Municípios e suas respectivas autarquias, e tiverem sido realizadas em virtude de concorrência internacional.

§ 4º A energia elétrica produzida por empresa em ZPE, excedente ao seu consumo, poderá ser vendida no mercado interno, observado o mesmo tratamento tributário dado à energia elétrica produzida e distribuída no País, sujeitando-se ao mesmo percentual de interação presente nesta Lei.

§ 5º Será permitida, sob condições previstas em regulamento, a aplicação dos seguintes regimes aduaneiros especiais à mercadoria saída de ZPE:

I trânsito aduaneiro;

II admissão temporária; e

III o previsto no inciso II do art. 78 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966.

Art. 18. Somente poderá instalar-se em ZPE a pessoa jurídica que assuma o compromisso de auferir e manter, por ano-calendário, receita bruta decorrente de exportação para o exterior de, no mínimo, oitenta por cento de sua receita bruta total de venda de bens e serviços. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 1º A receita bruta de que trata o caput será considerada depois de excluídos os impostos e contribuições incidentes sobre as vendas. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 2º O percentual de receita bruta de que trata o caput será apurado a partir do ano-calendário subsequente ao do início da efetiva entrada em funcionamento do projeto, em cujo cálculo será incluída a receita bruta auferida no primeiro ano-calendário de funcionamento. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 3º Os produtos industrializados em ZPE, quando vendidos para o mercado interno, estarão sujeitos ao pagamento: (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I - de todos os impostos e contribuições normalmente incidentes na operação; e (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II - do Imposto de Importação e do AFRMM relativos a matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem de procedência estrangeira neles empregados, com acréscimo de juros e multa de mora, na forma da lei. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 4º Será permitida, sob as condições previstas na legislação específica, a aplicação dos seguintes incentivos ou benefícios fiscais: (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I - regimes aduaneiros suspensivos previstos em regulamento; (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II - previstos para as áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, instituída pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, instituída pela Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007; (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

III - previstos no art. 9º da Medida Provisória nº 2.159-70, de 24 de agosto de 2001; (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

IV - previstos na Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; e (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

V - previstos nos arts. 17 a 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 5º Aplica-se o tratamento estabelecido no art. 6º-A para as aquisições de mercadorias realizadas entre empresas autorizadas a operar em ZPE. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 6º A receita auferida com a operação de que trata o § 5º será considerada receita bruta decorrente de venda de mercadoria no mercado interno. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

§ 7º Excepcionalmente, em casos devidamente autorizados pelo CZPE, as matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem adquiridos no mercado interno ou importados com a suspensão de que trata o art. 6º-A poderão ser revendidos no mercado interno, observado o disposto nos §§ 3º e 6º. (Incluído pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Art. 19. (VETADO)

Art. 20. O Poder Executivo estabelecerá em regulamento as normas para a fiscalização, o despacho e o controle aduaneiro de mercadorias em ZPE e a forma como a autoridade aduaneira exercerá o controle e a verificação do embarque e, quando for o caso, da destinação de mercadoria exportada por empresa instalada em ZPE.

Art. 21. Para efeitos fiscais, cambiais e administrativos, aplicar-se-á aos serviços o seguinte tratamento:

I - (VETADO)

II - os prestados em ZPE, por residente ou domiciliado no exterior, para empresas ali instaladas, serão considerados como prestados no exterior;

III - (VETADO)

IV - (VETADO)

§ 1º (VETADO)

§ 2º (VETADO)

Art. 22. Sem prejuízo das sanções de natureza fiscal, cambial, administrativa e penal constantes da legislação em vigor, o descumprimento das disposições previstas nesta Lei sujeitará a empresa instalada em ZPE às seguintes penalidades, tendo em vista a gravidade da infração e observado o disposto em regulamento:

— I - advertência;

— II - multa equivalente ao valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

- ~~— III — perdimento de bens;~~
- ~~— IV — interdição do estabelecimento industrial; e~~
- ~~— V — cassação da autorização para funcionar em ZPE.~~

Art. 22. As sanções previstas nesta Lei não prejudicam a aplicação de outras penalidades, inclusive o disposto no art. 76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

~~Art. 23. Considerar-se á dano ao Erário, para efeito de aplicação da pena de perdimento, na forma da legislação específica:~~

- ~~— I — a introdução no mercado interno de mercadoria procedente de ZPE, que tenha sido importada, adquirida no mercado interno ou produzida em ZPE, fora dos casos autorizados nesta Lei;~~
 - ~~— II — a introdução em ZPE de mercadoria estrangeira não permitida; e~~
 - ~~— III — a introdução em ZPE de mercadoria nacional não submetida aos procedimentos regulares de exportação de que trata o art. 19, ou sem observância das disposições contidas no inciso II do art. 13.~~
- ~~Parágrafo único. A pena de perdimento de bens será aplicada pelo órgão fazendário competente.~~

Art. 23. Considera-se dano ao Erário, para efeito de aplicação da pena de perdimento, na forma da legislação específica, a introdução: (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

I - no mercado interno, de mercadoria procedente de ZPE, que tenha sido importada, adquirida no mercado interno ou produzida em ZPE, fora dos casos autorizados nesta Lei; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

II - em ZPE, de mercadoria estrangeira não permitida. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para efeitos de aplicação e julgamento da pena de perdimento estabelecida neste artigo. (Redação dada pela Medida Provisória nº 418, de 2008)

~~Art. 24. O descumprimento total ou parcial do compromisso de exportação ou de retorno da mercadoria à ZPE assumido pela beneficiária dos regimes aduaneiros especiais de que tratam os incisos II e III do § 5º do art. 18, sujeitará a infratora às seguintes penalidades, aplicáveis isolada ou cumulativamente: (Revogado pela Medida Provisória nº 418, de 2008)~~

- ~~— I — multa de 100% (cem por cento) do valor da mercadoria procedente da ZPE; e (Revogado pela Medida Provisória nº 418, de 2008)~~
- ~~— II — proibição de usufruir os referidos regimes. (Revogado pela Medida Provisória nº 418, de 2008)~~

Art. 25. O ato de criação de ZPE já autorizada até 13 de outubro de 1994 caducará se no prazo de 12 (doze) meses, contado da publicação desta Lei, a administradora da ZPE não tiver iniciado, efetivamente, as obras de implantação.

Art. 26. (VETADO)

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 28. Revogam-se o Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988, as Leis nºs 8.396, de 2 de janeiro de 1992, e 8.924, de 29 de julho de 1994, o inciso II do § 2º do art. 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e o inciso XVI do caput do art. 88 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

Brasília, 20 de julho de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Tarso Genro

Celso Luiz Nunes Amorim

Guido Mantega

Miguel Jorge

Paulo Bernardo Silva

José Antonio Dias Toffoli

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 418, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2008.

Altera as Leis nºs 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e 8.256, de 25 de novembro de 1991, que cria áreas de livre comércio nos municípios de Pacaraima e Bonfim, no Estado de Roraima, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 6º-A. As importações ou as aquisições no mercado interno de bens e serviços por empresa autorizada a operar em ZPE terão suspensão da exigência dos seguintes impostos e contribuições:

I - Imposto de Importação;

II - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI;

III - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS;

IV - Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior - COFINS-Importação;

V - Contribuição para o PIS/PASEP;

VI - Contribuição para o PIS/PASEP-Importação; e

VII - Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM.

§ 1º A pessoa jurídica autorizada a operar em ZPE responde pelos impostos e contribuições com a exigibilidade suspensa na condição de:

I - contribuinte, nas operações de importação, em relação ao Imposto de Importação, ao IPI, à Contribuição para o PIS/PASEP-Importação, à COFINS-Importação e ao AFRMM; e

II - responsável, nas aquisições no mercado interno, em relação ao IPI, à Contribuição para o PIS/PASEP e à COFINS.

§ 2º A suspensão de que trata o **caput**, quando for relativa a máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, aplica-se a bens, novos ou usados, para incorporação ao ativo imobilizado da empresa autorizada a operar em ZPE.

§ 3º Na hipótese de importação de bens usados, a suspensão de que trata o **caput** será aplicada quando se tratar de conjunto industrial e que seja elemento constitutivo da integralização do capital social da empresa.

§ 4º Na hipótese do § 2º, a pessoa jurídica que não incorporar o bem ao ativo imobilizado ou revendê-lo antes da conversão em alíquota zero ou em isenção, na forma dos §§ 7º e 8º, fica obrigada a recolher os impostos e contribuições com a exigibilidade suspensa acrescidos de juros e multa de mora, na forma da lei, contados a partir da data da aquisição no mercado interno ou de registro da declaração de importação correspondente.

§ 5º As matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, importados ou adquiridos no mercado interno por empresa autorizada a operar em ZPE com a suspensão de que trata o **caput**, deverão ser integralmente utilizados no processo produtivo do produto final.

§ 6º Nas notas fiscais relativas à venda para empresa autorizada a operar na forma do **caput** deverá constar a expressão “Venda Efetuada com Regime de Suspensão”, com a especificação do dispositivo legal correspondente.

§ 7º Na hipótese da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação, da COFINS-Importação e do IPI, relativos aos bens referidos no § 2º, a suspensão de que trata este artigo converte-se em alíquota zero por cento depois de cumprido o compromisso de que trata o **caput** do art. 18 e decorrido o prazo de dois anos da data de ocorrência do fato gerador.

§ 8º Na hipótese do Imposto de Importação e do AFRMM, a suspensão de que trata este artigo, se relativos:

I - aos bens referidos no § 2º, converte-se em isenção depois de cumprido o compromisso de que trata o **caput** do art. 18 e decorrido o prazo de cinco anos da data de ocorrência do fato gerador; e

II - às matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, resolve-se com a:

a) reexportação ou destruição das mercadorias, às expensas do interessado; ou

b) exportação das mercadorias no mesmo estado em que foram importadas ou do produto final no qual foram incorporadas.

§ 9º Na hipótese de não ser efetuado o recolhimento na forma do § 4º deste artigo ou do inciso II do § 3º do art. 18 caberá lançamento de ofício, com aplicação de juros e da multa de que trata o art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.” (NR)

Art. 2º Os arts. 2º, 3º, 4º, 8º, 9º, 12, 13, 15, 18, 22 e 23 da Lei nº 11.508, de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....

§ 4º O ato de criação de ZPE caducará:

I - se no prazo de doze meses, contado da sua publicação, a administradora da ZPE não tiver iniciado, efetivamente, as obras de implantação de acordo com o cronograma previsto na proposta de criação; e

II - se as obras de implantação não forem concluídas, sem motivo justificado, no prazo de doze meses, contado da data prevista para sua conclusão, constante do cronograma da proposta de criação.

§ 5º A solicitação de instalação de empresa em ZPE será feita mediante apresentação de projeto, na forma estabelecida em regulamento.” (NR)

“Art. 3º Fica mantido o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação - CZPE, criado pelo art. 3º do Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988, com competência para:

I - analisar as propostas de criação de ZPE;

II - aprovar os projetos industriais correspondentes, observado o disposto no § 5º do art. 2º; e

III - traçar a orientação superior da política das ZPE.

§ 1º Para fins de análise das propostas e aprovação dos projetos, o CZPE levará em consideração, entre outras que poderão ser fixadas em regulamento, as seguintes diretrizes:

I - atendimento às prioridades governamentais para os diversos setores da indústria nacional e da política econômica global, especialmente para as políticas industrial, tecnológica e de comércio exterior;

II - prioridade para as propostas de criação de ZPE localizada em área geográfica privilegiada para a exportação; e

III - valor mínimo em investimentos totais na ZPE por empresa autorizada a operar no regime de que trata esta Lei, quando assim for fixado em regulamento.

.....

§ 3º O CZPE estabelecerá mecanismos e formas de monitoramento do impacto da aplicação do regime de que trata esta Lei na indústria nacional.

§ 4º Na hipótese de constatação de impacto negativo à indústria nacional relacionado à venda de produto industrializado em ZPE para o mercado interno, o CZPE poderá propor:

I - elevação do percentual de receita bruta decorrente de exportação para o exterior, de que trata o **caput** do art. 18; ou

II - vedação de venda para o mercado interno de produto industrializado em ZPE, enquanto persistir o impacto negativo à indústria nacional.

§ 5º O Poder Executivo, ouvido o CZPE, poderá adotar as medidas de que trata o § 4º.” (NR)

“Art. 4º

Parágrafo único. O Poder Executivo disporá sobre as instalações aduaneiras, os equipamentos de segurança e de vigilância e os controles necessários ao seu funcionamento, bem como sobre as hipóteses de adoção de controle aduaneiro informatizado da ZPE e de dispensa de alfandegamento.” (NR)

“Art. 8º O ato que autorizar a instalação de empresa em ZPE relacionará os produtos a serem fabricados de acordo com a sua classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM e assegurará o tratamento instituído por esta Lei pelo prazo de até vinte anos.

Parágrafo único. A empresa poderá solicitar alteração dos produtos a serem fabricados, na forma estabelecida pelo Poder Executivo.” (NR)

“Art. 9º A empresa instalada em ZPE não poderá constituir filial ou participar de outra pessoa jurídica localizada fora de ZPE, ainda que para usufruir incentivos previstos na legislação tributária.” (NR)

“Art. 12

I - dispensa de licença ou de autorização de órgãos federais, com exceção dos controles de ordem sanitária, de interesse da segurança nacional e de proteção do meio ambiente, vedadas quaisquer outras restrições à produção, operação, comercialização e importação de bens e serviços que não as impostas por esta Lei; e

II - somente serão admitidas importações, com a suspensão do pagamento de impostos e contribuições de que trata o art. 6º-A, de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, novos ou usados, e de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem necessários à instalação industrial ou destinados a integrar o processo produtivo.

.....

§ 3º O disposto no art. 17 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, não se aplica aos produtos importados nos termos do art. 6º-A, os quais, se usados, ficam dispensados das normas administrativas aplicáveis aos bens usados em geral.

§ 4º Não se aplica o disposto no § 3º aos bens usados importados fora das condições estabelecidas no § 3º do art. 6º-A.” (NR)

“Art. 13. Somente serão permitidas aquisições no mercado interno, com a suspensão do pagamento de impostos e contribuições de que trata esta Lei, de bens necessários às atividades da empresa, mencionados no inciso II do art. 12.

Parágrafo único. As mercadorias adquiridas no mercado interno poderão ser, ainda, mantidas em depósito, exportadas ou destruídas, na forma prescrita na legislação aduaneira.” (NR)

“Art. 15. Aplicam-se às empresas autorizadas a operar em ZPE as mesmas disposições legais e regulamentares relativas a câmbio e capitais internacionais aplicáveis às demais empresas nacionais.

Parágrafo único. Os limites de que trata o **caput** do art. 1º da Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006, não se aplicam às empresas que operarem em ZPE.” (NR)

“Art. 18. Somente poderá instalar-se em ZPE a pessoa jurídica que assuma o compromisso de auferir e manter, por ano-calendário, receita bruta decorrente de exportação para o exterior de, no mínimo, oitenta por cento de sua receita bruta total de venda de bens e serviços.

§ 1º A receita bruta de que trata o **caput** será considerada depois de excluídos os impostos e contribuições incidentes sobre as vendas.

§ 2º O percentual de receita bruta de que trata o **caput** será apurado a partir do ano-calendário subsequente ao do início da efetiva entrada em funcionamento do projeto, em cujo cálculo será incluída a receita bruta auferida no primeiro ano-calendário de funcionamento.

§ 3º Os produtos industrializados em ZPE, quando vendidos para o mercado interno, estarão sujeitos ao pagamento:

I - de todos os impostos e contribuições normalmente incidentes na operação; e

II - do Imposto de Importação e do AFRMM relativos a matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem de procedência estrangeira neles empregados, com acréscimo de juros e multa de mora, na forma da lei.

§ 4º Será permitida, sob as condições previstas na legislação específica, a aplicação dos seguintes incentivos ou benefícios fiscais:

I - regimes aduaneiros suspensivos previstos em regulamento;

II - previstos para as áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, instituída pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, e da Superintendência do

Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, instituída pela Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007;

III - previstos no art. 9º da Medida Provisória nº 2.159-70, de 24 de agosto de 2001;

IV - previstos na Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; e

V - previstos nos arts. 17 a 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

§ 5º Aplica-se o tratamento estabelecido no art. 6º-A para as aquisições de mercadorias realizadas entre empresas autorizadas a operar em ZPE.

§ 6º A receita auferida com a operação de que trata o § 5º será considerada receita bruta decorrente de venda de mercadoria no mercado interno.

§ 7º Excepcionalmente, em casos devidamente autorizados pelo CZPE, as matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem adquiridos no mercado interno ou importados com a suspensão de que trata o art. 6º-A poderão ser revendidos no mercado interno, observado o disposto nos §§ 3º e 6º.” (NR)

“Art. 22. As sanções previstas nesta Lei não prejudicam a aplicação de outras penalidades, inclusive o disposto no art. 76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.” (NR)

“Art. 23. Considera-se dano ao Erário, para efeito de aplicação da pena de perdimento, na forma da legislação específica, a introdução:

I - no mercado interno, de mercadoria procedente de ZPE, que tenha sido importada, adquirida no mercado interno ou produzida em ZPE, fora dos casos autorizados nesta Lei; e

II - em ZPE, de mercadoria estrangeira não permitida.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para efeitos de aplicação e julgamento da pena de perdimento estabelecida neste artigo.” (NR)

Art. 3º Para efeito de interpretação do art. 5º da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, licitação internacional é aquela promovida tanto por pessoas jurídicas de direito público como por pessoas jurídicas de direito privado do setor público e do setor privado.

§ 1º Na licitação internacional de que trata o **caput**, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado do setor público deverão observar as normas e procedimentos previstos na legislação específica, e as pessoas jurídicas de direito privado do setor privado, as normas e procedimentos das entidades financiadoras.

§ 2º Na ausência de normas e procedimentos específicos das entidades financiadoras, as pessoas jurídicas de direito privado do setor privado observarão aqueles previstos na legislação brasileira, no que couber.

§ 3º O Poder Executivo regulamentará, por decreto, no prazo de sessenta dias contados da entrada em vigor desta Medida Provisória, as normas e procedimentos específicos a serem observados nas licitações internacionais promovidas por pessoas jurídicas de direito privado do setor privado a partir de 1º de maio de 2008, nos termos do § 2º.

Art. 4º A Área de Livre Comércio de Pacaraima (ALCP), no Estado de Roraima, de que trata a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, passa a denominar-se Área de Livre Comércio de Boa Vista (ALCBV).

Art. 5º Os arts. 2º, 7º, 11 e 12 da Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O Poder Executivo fará demarcar áreas contínuas com superfícies de oitenta quilômetros quadrados no Município de Boa Vista e de vinte quilômetros quadrados no Município de Bonfim, envolvendo, inclusive, seus perímetros urbanos, onde funcionarão as Áreas de Livre Comércio de que trata esta Lei, incluindo locais próprios para entrepostamento de mercadorias a serem nacionalizadas ou reexportadas.

.....” (NR)

“Art. 7º.....

§ 2º Estão excluídos dos benefícios fiscais de que trata este artigo os produtos abaixo mencionados, compreendidos nos capítulos ou nas posições indicadas na Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM:

.....
III - bebidas alcoólicas: Posições 2203 a 2206 e 2208, exceto o código 2208.90.00 do Capítulo 22;

.....” (NR)

“Art. 11.

Parágrafo único. A SUFRAMA cobrará, na forma da Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000, Taxa de Serviço Administrativo – TSA pela utilização de suas instalações e pelos serviços de autorização, controle de importações e internamento de mercadorias nas Áreas de Livre Comércio de que trata esta Lei, ou destas para outras regiões do País.” (NR)

“Art. 12. As receitas decorrentes da cobrança da Taxa de Serviços Administrativos - TSA de que trata o parágrafo único do art. 11 desta Lei serão destinadas às finalidades instituídas na Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000.” (NR)

Art. 6º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, observado, quanto ao art. 3º, caput, o disposto no art. 106, inciso I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

Art. 7º Ficam revogados o art. 6º, o parágrafo único do art. 17 e o art. 24 da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007.

Brasília, 14 de fevereiro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ <i>Guido</i> <i>Miguel Jorge</i>	INÁCIO	LULA	DA	SILVA <i>Mantega</i>
---------------------------------------------	--------	------	----	-------------------------

(Às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo, e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 134, DE 2008

Denomina “Rodovia Guimarães Rosa” o trecho da rodovia BR-135 entre o entroncamento com a rodovia BR-040, no Município de Curvelo, e Januária, no Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominado “Rodovia Guimarães Rosa” o trecho da rodovia BR-135, situado entre o entroncamento com a rodovia BR-040, no Município de Curvelo, e a cidade de Januária, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

João Guimarães Rosa (1908–1967) é reconhecido como um dos maiores escritores brasileiros. Em obras como *Sagarana*, *Corpo de Baile* e *Grande Sertão: Veredas*, retratou as riquezas do sertão mineiro: os falares, crenças e estilo de vida de sua gente, bem como a paisagem natural da região, povoada por matas de cerrado, chapadões, serras, veredas e seus buritis.

Para “respirar a alma daqueles campos e lugares”, o escritor, como Riobaldo, de *Grande Sertão: Veredas*, percorreu em diversas oportunidades a “diversidade de terras” das gerais, devassando “a raso este mar de territórios, para sortimento de conferir o

que existe”, muitas vezes ao lado de “vaqueiros que viajam a boiada, mediante o madrugal, com lua no céu, dia depois de dia”, “redeando (...) em tralha e tórto, por aquele a-fora”.

Além de retratar com grande beleza e sensibilidade o meio social e natural das terras das gerais, a obra de Guimarães Rosa é rica em simbolismos e alegorias, que revelam as preocupações filosóficas e teológicas de um erudito profundamente interessado em temas universais.

As inovações de linguagem constituem outro grande mérito do escritor. A partir da observação das falas populares e de seus conhecimentos lingüísticos, Guimarães Rosa criou novas palavras e recuperou arcaísmos, ao mesmo tempo em que promoveu experiências sintáticas.

Eleito por unanimidade para a Academia Brasileira de Letras, em 1963, Guimarães Rosa foi, ainda, médico e diplomata. Quando servia em Hamburgo, na Alemanha, durante a ‘Segunda Guerra Mundial, ajudou a vinda de refugiados judeus para o Brasil. Por isso, juntamente com sua segunda esposa, Aracy, tem seu nome inscrito no Jardim dos Justos entre as Nações, no Museu do Holocausto, em Israel.

A BR-135 é uma das mais longas rodovias do País. Liga Belo Horizonte a São Luís, no Maranhão. É concorrente com a BR-040 até o entroncamento entre as duas rodovias na entrada do Município de Curvelo, muito próximo a Cordisburgo, cidade natal do escritor.

A partir desse ponto, essa “estrada rodageira” deixa a direção noroeste e corre para o norte do Estado, cortando a região das gerais. Depois de Curvelo, o trecho destacado neste projeto passa, entre outras, pelas cidades de Corinto, Montes Claros, Bocaiúva e termina em Januária, pouco após cruzar o São Francisco, rio rico de significados para o escritor – citado mais de cinquenta vezes em Grande Sertão: Veredas, conforme a contagem do ensaísta Alan Viggiano.

Conferir ao mencionado trecho da BR-135 o nome de Guimarães Rosa constitui uma tocante e justa homenagem a um homem que tanto amou sua terra e soube, com maestria, transformá-la em obra de arte.

Em vista do exposto, solicito a meus Pares o apoio para transformar em lei este projeto.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 2008. – Senador **Eduardo Azeredo**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135, DE 2008

Altera o inciso III do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto de Renda da Pessoa Física os rendimentos auferidos a título de pensão alimentícia judicial.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, será acrescido do inciso XXII com a seguinte redação:

“Art. 6º.....
.....

XXII – os rendimentos auferidos a título de pensão judicial. (NR)”

Art. 2º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia de receita decorrente do disposto nesta lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta, bem como incluirá a renúncia mencionada nas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. A isenção de que trata esta lei só terá efeitos no exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 2º.

Justificação

A pensão alimentícia, como o próprio nome já revela, tem por objetivo garantir o sustento digno de pessoas impossibilitadas de fazê-lo por meios próprios. Ela é fixada judicialmente, tomando-se como base as necessidades do alimentando e as possibilidades do alimentante. Via de regra, é fixada em patamares mínimos.

Segundo o art. 43 do Código Tributário Nacional, o fato gerador do Imposto de Renda é a aquisição de disponibilidade econômica, em todos os casos, definido em torno do conceito de acréscimo, patrimonial. Ainda assim, a legislação, hoje, equivocadamente, não dissocia o valor recebido a título de pensão do conceito de renda, tributando valores que, efetivamente, não constituem acréscimo patrimonial.

Não se trata, pois, de favor fiscal aos pensionistas, mas da aplicação correta do princípio da pessoalidade e da capacidade contributiva a pessoas, em regra, hipossuficientes.

A nossa proposta visa a corrigir essa distorção, acrescentando à lista de isenções do art. 6º da Lei nº 7.713, de 1988, os valores recebidos a título de pensão judicial.

Por estarmos certos da justiça e da necessidade da mudança proposta, contamos com o apoio dos colegas para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2008. – Senador **João Durval**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.713, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1988

“Art. 6º Ficam isentos do Imposto de Renda os seguintes rendimentos percebidos por pessoas físicas:

I – a alimentação, o transporte e os uniformes ou vestimentas especiais de trabalho, fornecidos gratuitamente pelo empregador a seus empregados, ou a diferença entre o preço cobrado e o valor de mercado;

II – as diárias destinadas, exclusivamente, ao pagamento de despesas de alimentação e hospedagem, por serviço eventual realizado em município diferente do da sede de trabalho;

III – o valor locativo do prédio construído, quando ocupado por seu proprietário ou cedido gratuitamente para uso do cônjuge ou de parentes de primeiro grau;

IV – as indenizações por acidentes de trabalho;

V – a indenização e o aviso prévio pagos por despedida ou rescisão de contrato de trabalho, até o limite garantido por lei, bem como o montante recebido pelos empregados e diretores, ou respectivos beneficiários,

referente aos depósitos, juros e correção monetária creditados em contas vinculadas, nos termos da legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

VI – o montante dos depósitos, juros, correção monetária e quotas-partes creditados em contas individuais pelo Programa de Integração Social e pelo Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público;

VII – os seguros recebidos de entidades de previdência privada decorrentes de morte ou invalidez permanente do participante.

VIII – as contribuições pagas pelos empregadores relativas a programas de previdência privada em favor de seus empregados e dirigentes;

IX – os valores resgatados dos Planos de Poupança e Investimento – PAIT, de que trata o Decreto-Lei nº 2.292, de 21 de novembro de 1986, relativamente à parcela correspondente às contribuições efetuadas pelo participante;

X – as contribuições empresariais a Plano de Poupança e Investimento – PAIT, a que se refere o art. 5º, § 2º, do Decreto-Lei nº 2.292, de 21 de novembro de 1986;

XI – o pecúlio recebido pelos aposentados que voltam a trabalhar em atividade sujeita ao regime previdenciário, quando dela se afastarem, e pelos trabalhadores que ingressarem nesse regime após completarem sessenta anos de idade, pago pelo Instituto Nacional de Previdência Social ao segurado ou a seus dependentes, após sua morte, nos termos do art. 1º da Lei nº 6.243, de 24 de setembro de 1975;

XII – as pensões e os proventos concedidos de acordo com os Decretos-Leis, nºs 8.794 e 8.795, de 23 de janeiro de 1946, e Lei nº 2.579, de 23 de agosto de 1955, e art. 30 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, em decorrência de reforma ou falecimento de ex-combatente da Força Expedicionária brasileira;

XIII – capital das apólices de seguro ou pecúlio pago por morte do segurado, bem como os prêmios de seguro restituídos em qualquer caso, inclusive no de renúncia do contrato;

XIV – os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a

doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma;

XV – os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, de transferência para a reserva remunerada ou de reforma pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno ou por entidade de previdência privada, a partir do mês em que o contribuinte completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, sem prejuízo da parcela isenta prevista na tabela de incidência mensal do imposto, até o valor de:

a) R\$1.313,69 (mil, trezentos e treze reais e sessenta e nove centavos), por mês, para o ano-calendário de 2007;

b) R\$1.372,81 (mil, trezentos e setenta e dois reais e oitenta e um centavos), por mês, para o ano-calendário de 2008;

c) R\$1.434,59 (mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e cinquenta e nove centavos), por mês, para o ano-calendário de 2009;

d) R\$1.499,15 (mil, quatrocentos e noventa e nove reais e quinze centavos), por mês, a partir do ano-calendário de 2010;

XVI – o valor dos bens adquiridos por doação ou herança;

XVII – os valores decorrentes de aumento de capital:

a) mediante a incorporação de reservas ou lucros que tenham sido tributados na forma do art. 36 desta lei;

b) efetuado com observância do disposto no art. 63 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, relativamente aos lucros apurados em períodos-base encerrados anteriormente à vigência desta lei;

XVIII – a correção monetária de investimentos, calculada aos mesmos índices aprovados para os Bônus do Tesouro Nacional – BTN, e desde que seu pagamento ou crédito ocorra em intervalos não inferiores a trinta dias;

XIX – a diferença entre o valor de aplicação e o de resgate de quotas de fundos de aplicações de curto prazo;

XX – ajuda de custo destinada a atender às despesas com transporte, frete e locomoção do beneficiário e seus familiares, em caso de remoção de um município para outro, sujeita à comprovação posterior pelo contribuinte.

XXI – os valores recebidos a título de pensão quando o beneficiário desse rendimento for portador das doenças relacionadas no inciso XIV deste artigo, exceto as decorrentes de moléstia profissional, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo

que a doença tenha sido contraída após a concessão da pensão.”

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

“Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta lei complementar:

II – será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária. (Vide Adin nº 2.238-5)

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afe-

tará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o **caput** deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.”

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

“Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966

Denominado Código Tributário Nacional:

“Art. 43. O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica:

I – de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos;

II – de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior.

§ 1º A incidência do imposto independe da denominação da receita ou do rendimento, da localização,

condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem e da forma de percepção.

§ 2º Na hipótese de receita ou de rendimento oriundos do exterior, a lei estabelecerá as condições e o momento em que se dará sua disponibilidade, para fins de incidência do imposto referido neste artigo.”

.....
(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 136, DE 2008

Acrescenta dispositivos aos arts. 31 e 55 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de estipulação de domicílio bancário para os contratados, de forma a facilitar-lhes o acesso ao crédito.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 31 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 31.

.....
 IV – declaração de domicílio bancário, informando a conta-corrente em instituição financeira na qual a Administração deverá efetuar os pagamentos relativos ao cumprimento de suas obrigações contratuais, nos termos do art. 55, § 4º, desta lei.

..... .(NR)”

Art. 2º O art. 55 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 55.

XIV – o domicílio bancário do contratado, correspondente à conta bancária em que deverão ser depositados os valores referentes ao pagamento das obrigações contratuais da Administração.

.....

§ 4º Os pagamentos efetuados pela Administração em cumprimento de suas obrigações contratuais deverão, obrigatoriamente, ser depositados na conta bancária informada nos termos do inciso XIV do caput deste artigo, vedada sua alteração, ao longo da vigência do contrato, salvo com autorização expressa da instituição financeira.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

É sabido que a dificuldade de acesso ao crédito afeta a imensa maioria das empresas em nosso país, prejudicando especialmente as companhias de menor porte. Esse constrangimento reduz significativamente o potencial de crescimento da nossa economia, tolhendo os esforços de inúmeros empreendedores, que deixam, com isso, de gerar empregos e dar melhores condições de vida à população em geral.

A proposta que apresentamos cria a possibilidade de que os fornecedores de bens e serviços aos órgãos da Administração Pública possam contratar operações de crédito oferecendo como garantia os valores que têm a receber em decorrência da execução desses contratos de fornecimento. O depósito desses valores em contas bancárias mantidas nas instituições que oferecerem o crédito torna essas operações mais seguras e reduz o risco de inadimplência, o que produz, como consequência, uma redução na taxa de juros cobrada e um aumento no volume de recursos destinado a tais empréstimos.

O objetivo desta proposta é aproveitar o enorme potencial representado pelo volume de recursos utilizados pelo Poder Público no pagamento de seus fornecedores de bens e serviços para facilitar o acesso das empresas ao crédito. São promovidos, dessa forma, os já citados efeitos positivos sobre o crescimento econômico do país, além de serem reduzidos os custos de financiamento das empresas, o que deve possibilitar a elas o oferecimento de preços mais vantajosos para a própria Administração Pública.

Por essas razões, convencidos do mérito dessas medidas, submetemos este projeto à consideração de nossos Pares, solicitando apoio para sua aprovação.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2008.– Senador **Expedito Júnior**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

.....
 Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

.....
 XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os

concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

.....
LEI Nº 8.666, DE 1º DE MAIO DE 1943
.....

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I – balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II – certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

III – garantia nas mesmas modalidades e critérios previstos no **caput** e § 1º do art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 2º A Administração nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

§ 4º Poderá ser exigida, ainda, a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função

do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.

§ 5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, por meio do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

§ 6º (Vetado).

.....
Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I – o objeto e seus elementos característicos;

II – o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III – o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV – os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

V – o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

VI – as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;

VII – os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VIII – os casos de rescisão;

IX – o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta lei;

X – as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XI – a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XII – a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

XIII – a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

§ 1º (Vetado).

§ 2º Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar

necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no § 6º do art. 3º desta lei.

§ 3º No ato da liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, estado ou município, as características e os valores pagos, segundo o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

.....
(Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 310, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 278, de 2007 (nº 2.186/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização a Associação Rádio Comunitária de Dionísio Cerqueira – ARCOM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina.

Relatora: Senadora **Ideli Salvatti**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 278, de 2007 (nº 2.186, de 2006, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária de Dionísio Cerqueira – ARCOM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição.

Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

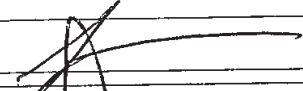
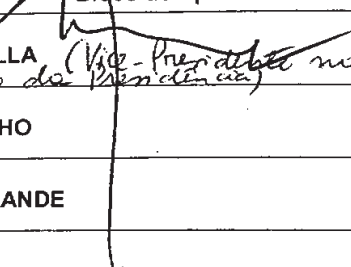
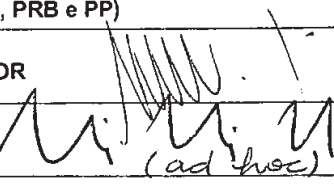

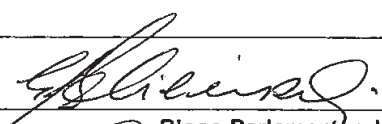
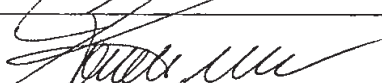
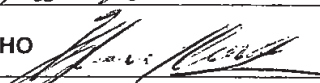
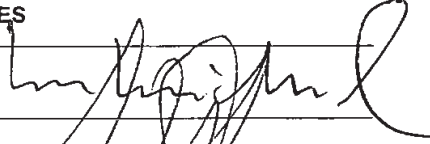
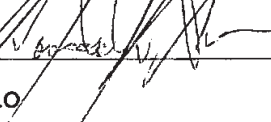
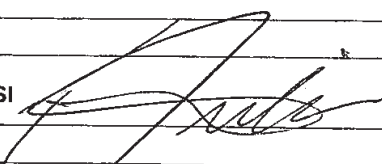
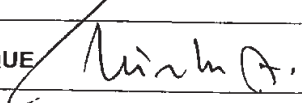
O exame da documentação que acompanha o PDS nº 278, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 278, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Dionísio Cerqueira – ARCOM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 9 de abril de 2008.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS 278/2007 NA REUNIÃO DE 09/09/2008
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  (Senador Wellington Salgado de Oliveira)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA  (Vice-Presidente no exercício da Presidência)	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS  (ad hoc)
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI RELATORA	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
Maioria (PMDB)	
VALDIR RAUPP 	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA 	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRÉS	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA 	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO 	3. MARCO MACIEL 
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO 
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PÉRILLO
VAGO	7. PAPALÉO PAES
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI 	
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE 	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 278 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO					FLÁVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE					JOÃO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FÁTIMA CLEIDÉ				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERÁCLITO FORTES				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL	X			
ANTONIO CARLOS JUNIOR					ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
(VAGO)					PAPALÉO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				(VAGO)				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X								

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 09 / 04 / 2008

SENADOR MARCELO CRIVELLA
 Vice-Presidente, no exercício da presidência,
 da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação
 e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 311, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 294, de 2007 (nº 115/ 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o a o que renova a concessão outorgada à Rádio Aliança Ltda. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na

cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina.

Relatora: Senadora **Ideli Salvatti**

Relator **ad hoc**: Senador **Flávio Arns**.

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 294, de 2007 (nº 115, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Aliança Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão,

permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 294, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatou-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 294, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Aliança Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 9 de abril de 2008.

COMISSAO DE CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVACAO, COMUNICACAO E INFORMATICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS 294/2007 NA REUNIÃO DE 09/04/08
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: <i>(Smada Wellington Salgado de Oliveira)</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA, <i>Vice Presidente no exercício da Presidência</i>	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS <i>(hol hoo)</i>
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI RELATORA	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
Maioria (PMDB)	
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA <i>(assinatura)</i>	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA <i>(assinatura)</i>	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO <i>(assinatura)</i>	3. MARCO MACIEL <i>(assinatura)</i>
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO <i>(assinatura)</i>
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
VAGO	7. PAPALÉO PAES
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI <i>(assinatura)</i>	
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE <i>(assinatura)</i>	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 294 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO					FLÁVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE					JOÃO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	FÁTIMA CLEIDE				
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCA	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES	X				MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERÁCLITO FORTES				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL	X			
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
(VAGO)					PAPALÉO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				(VAGO)				

TOTAL: 12 SIM: 14 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

-SALA DAS REUNIÕES, EM 03/04/2008

SENADOR MARCELO CRIVELLA

Vice-Presidente, no exercício da presidência,
da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação
e Informática

Of. nº 42/2008 – CCT

Brasília, 9 de abril de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, os Projetos de Decretos Legislativos nºs 278, 294, 325, 338, 339, 353, 361, 364, 371, 378, 388, 409, 419, 445, 451, 457, 469, 477, 479, 480, 481, 485 de 2007 e 01 e 07 de 2008.

Atenciosamente, – Senador **Marcelo Crivella**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 312, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 325, de 2007 (nº 184, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores da Vila Santo Antônio e Vizinhos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Andradas, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Eliseu Resende**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 325, de 2007 (nº 184, de 2007, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação de Moradores da Vila Santo Antônio e Vizinhos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Andradas, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão

e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita

consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 325, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 325, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Moradores da Vila Santo Antônio e Vizinhos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Andradas, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 9 de abril de 2008.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 325/2007 NA REUNIÃO DE 09/04/08
OS SENHORES SENADORES:**

102 - PRESIDENTE:
o exercício da presidência

(Senador Marcelo Crivella)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE

Maioria (PMDB)

VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (AD HOC)	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1. ELÍSEU RESENDE RELATOR
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO	3. MARCO MACIEL
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
VAGO	7. PAPALÉO PAES

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI	
-----------------	--

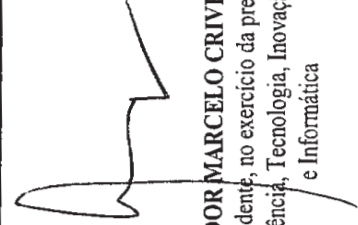
PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- VAGO
-------------------	---------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 325 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO					FLÁVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE					JOÃO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERACLITO FORTES				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL	X			
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
(VAGO)					PAPALÉO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				(VAGO)				



SENADOR MARCELO CRIVELLA
 Vice-Presidente, no exercício da presidência,
 da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação
 e Informática

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 09/04/2008

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 313, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 338, de 2007 (nº 172 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Vizinhança de Difusão Comunitária de Águas Lindas de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Águas Lindas de Goiás, Estado de Goiás.

Relator: Senador **Demóstenes Torres**,

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 338, de 2007 (nº 172, de 2007, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Vizinhança de Difusão Comunitária de Águas Lindas de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Águas Lindas de Goiás, Estado de Goiás. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o refe-

rido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 338, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 338, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Vizinhança de Difusão Comunitária de Águas Lindas de Goiás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Águas Lindas de Goiás, Estado de Goiás, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 9 de abril de 2008.

**COMISSAO DE CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVACAO, COMUNICACAO E INFORMATICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 338/2007 NA REUNIAO DE 09/04/08
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE: <i>(Senador Wellington Salgado de Oliveira)</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
<i>vice presidente no exercicio da presidencia</i> MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
Maioria (PMDB)	
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES RELATOR	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGINIO DE CARVALHO (AD HOC)	3. MARCO MACIEL
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
VAGO	7. PAPALÉO PAES
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 338 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO					FLÁVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE					JOÃO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERÁCLITO FORTES				
VIRGÍNIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL	X			
ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X				ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
(VAGO)					PAPALEO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				(VAGO)				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 09/04/2008

SENADOR MARCELO CRIVELLA
 Vice-Presidente, no exercício da presidência,
 da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação
 e Informática

Of. Nº 42/2008 – CCT

Brasília, 9 de abril de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, os Projetos de Decretos Legislativos nºs 278, 294, 325, 338, 339, 353, 361, 364, 371, 378, 388, 409, 419, 445, 451, 457, 469, 477, 479, 480, 481, 485 de 2007 e 1 e 7 de 2008.

Atenciosamente, Senador **Marcelo Crivella**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615 DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 314, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 339, de 2007 (nº 173/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Pomerode Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pomerode, Estado de Santa Catarina.

Relatora: Senadora **Ideli Salvatti**

Relator *ad hoc*: Senador **Flávio Arns**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 339, de 2007 (nº 173, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Pomerode Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pomerode, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se tam-

bém sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 339, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatou-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 339, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Pomerode Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pomerode, Estado de Santa Catarina, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 9 de abril de 2008.

COMISSAO DE CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMATICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS 339/2007 NA REUNIÃO DE 09/04/08
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: <i>Senador Wellington Salgado de Oliveira</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA <i>Vice Presidente, no cargo da Presidência</i>	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS <i>(Ad hoc)</i>
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI RELATORA	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
Maioria (PMDB)	
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA <i>Blencio</i>	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO	3. MARCO MACIEL
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PÉRILLO
VAGO	7. PAPALÉO PAES
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE <i>Wink A.</i>	1- VAGO

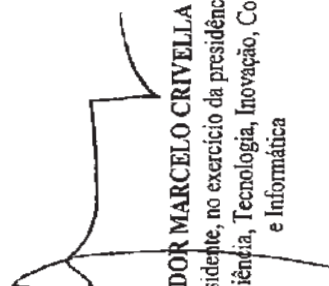
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 339 12007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JÚNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO					FLÁVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE					JOÃO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERÁCLITO FORTES				
VIRGÍNIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL	X			
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR					ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
(VAGO)					PAPALÉO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				(VAGO)				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 09/04/2008



SENADOR MARCELO CRIVELLA
Vice-Presidente, no exercício da presidência,
da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação
e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional
.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

.....
CAPÍTULO V
Da Comunicação Social
.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....
PARECER Nº 315, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2007 (nº 152/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Amigos de Porto Belo – SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Belo, Estado de Santa Catarina.

Relatora: Senadora **Ideli Salvatti**
Relator *ad hoc*, Senador **Flávio Arns**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 353, de 2007 (nº 152, de 2007, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Amigos de Porto Belo – SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Belo, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição.

Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 353, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 353, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade,

juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária Amigos de Porto Belo – SC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 9 de abril de 2008.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA ASSINAM O PARECER AO PDS 353/2007 NA REUNIÃO DE 09/04/08 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:		(Senador Wellington Salgado de Oliveira)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)		
MARCELO CRIVELLA	<i>vice-presidente, no exercício da presidência</i>	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO		2. FLÁVIO ARNS (Ad hoc)
RENATO CASAGRANDE		3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI RELATORA		4. FRANCISCO DORNELLES
		5. FÁTIMA CLEIDE
Maioria (PMDB)		
VALDIR RAUPP		1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES		3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA		4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)		
DEMÓSTENES TORRES		1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA		2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO		3. MARCO MACIEL
ANTONIO CARLOS JÚNIOR		4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO		5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO		6. MARCONI PERILLO
VAGO		7. PAPALÉO PAES
PTB		
SÉRGIO ZAMBIASI		
PDT		
CRISTOVAM BUARQUE		1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 353 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JÚNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO					FLÁVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE					JOÃO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERACLITO FORTES				
VIRGÍNIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL	X			
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR					ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
(VAGO)					PAPALÉO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				(VAGO)				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

-SALA DAS REUNIÕES, EM 05/04/2008

SENADOR MARCELO CRIVELLA

Vice-Presidente, no exercício da presidência,
da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação
e Informática

Of. n° 42/2008 – CCT

Brasília, 9 de abril de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, os Projetos de Decretos Legislativos n°s 278, 294, 325, 338, 339, 353, 361, 364, 371, 378, 388, 409, 419, 445, 451, 457, 469, 477, 479, 480, 481, 485 de 2007 e 1 e 7 de 2008.

Atenciosamente, – Senador **Marcelo Crivella**,
Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI N° 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei n° 10.597, de 11.12.2002)

DECRETO N° 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR N° 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis,

conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

PARECER Nº 316, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2007 (nº 209/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Cultura e Arte de Aimorés – MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aimorés, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Eliseu Resende**

Relator **ad hoc**: Senador **Wellington Salgado de Oliveira**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 361, de 2007 (nº 209, de 2007, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Cultura e Arte de Aimorés – MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aimorés, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 361, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 361, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Cultura e Arte de Aimorés – MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aimorés, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 9 de abril de 2008.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS 361/2007 NA REUNIÃO DE 09/04/08
 OS SENHORES SENADORES:

122-PRESIDENTE:

no exercício da presidência

Senador Marcelo Crivella

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA

1. EXPEDITO JÚNIOR

AUGUSTO BOTELHO

2. FLÁVIO ARNS

RENATO CASAGRANDE

3. JOÃO RIBEIRO

IDELI SALVATTI

4. FRANCISCO DORNELLES

5. FÁTIMA CLEIDE

Maioria (PMDB)

VALDIR RAUPP

1. ROMERO JUCÁ

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(AD Hoc)

2. GERSON CAMATA

GILVAM BORGES

3. MÃO SANTA

VALTER PEREIRA

4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

1. ELISEU RESENDE
RELATOR

ROMEU TUMA

2. HERÁCLITO FORTES

VIRGÍNIO DE CARVALHO

3. MARCO MACIEL

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

4. ROSALBA CIARLINI

JOÃO TENÓRIO

5. FLEXA RIBEIRO

EDUARDO AZEREDO

6. MARCONI FERILLO

VAGO

7. PAPALÉO PAES

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE

1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 361 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO					FLÁVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE					JOÃO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERACLITO FORTES				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL	X			
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENORIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
(VAGO)					PAPALÉO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				(VAGO)				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				(VAGO)				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 09/04/2008

SENADOR MARCELO CRIVELLA
 Vice-Presidente, no exercício da presidência,
 da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação
 e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art.49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPITULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11.12.2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 317, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2007 (nº 213/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Novos Tempos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Eliseu Resende**

Relator: **ad hoc**: Senador **Wellington Salgado de Oliveira**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 364, de 2007 (nº 213, de 2007, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Novos Tempos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação: aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104–C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 364, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 364, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos – pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Novos Tempos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 9 de abril de 2008.

COMISSAO DE CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVACAO, COMUNICACAO E INFORMATICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS 364/2007 NA REUNIÃO DE 09/04/08
 OS SENHORES SENADORES:

*102 - PRESIDENTE,
 o exercício da presidência*

Senador Marcelo Crivella

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE

Maioria (PMDB)

VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (AB KOL)	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE RELATOR
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO	3. MARCO MACIEL
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
VAGO	7. PAPALÉO PAES

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI	
-----------------	--

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- VAGO
-------------------	---------

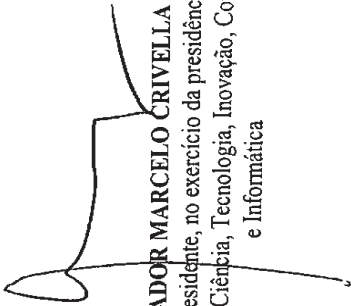
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 364 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO					FLAVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE					JOÃO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERACLITO FORTES				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL	X			
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENORIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
(VAGO)					PAPALÉO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				(VAGO)				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 09/04/2008


SENADOR MARCELO CRIVELLA
 Vice-Presidente, no exercício da presidência,
 da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação
 e Informática

Of. n°. 42/2008 – CCT

Brasília, 9 de abril de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, os Projetos de Decretos Legislativos n° 278, 294, 325, 338, 339, 353, 361, 364, 371, 378, 388, 409, 419, 445, 451, 457, 469, 477, 479, 480, 481, 485 de 2007 e 1 e 7 de 2008.

Atenciosamente, – Senador **Marcelo Crivella**,
Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998.

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal. e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 318, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,

sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2007 (nº 261/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Rio Negrinho Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina.

Relatora: Senadora **Ideli Salvatti**

Relator: ad hoc, Senador **Flávio Arns**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 371, de 2007 (nº 261, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Rio Negrinho Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 32, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se tam-

bém sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 371, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não confraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS Nº 371, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Rio Negrinho Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 9 de abril de 2008.

COMISSAO DE CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS 371/2007 NA REUNIÃO DE 09/10/08
 OS SENHORES SENADORES:

PRÉSIDENTE:	<i>1 Senador Wellington Salgado de Oliveira</i>
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA <i>vice presidente no exercício da Função</i>	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS <i>(ad hoc)</i>
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
RELATORA	5. FÁTIMA CLEIDE
Maioria (PMDB)	
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA <i>Relator</i>	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO	3. MARCO MACIEL
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
VAGO	7. PAPALÉO PAES
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE <i>Relator</i>	1- VAGO

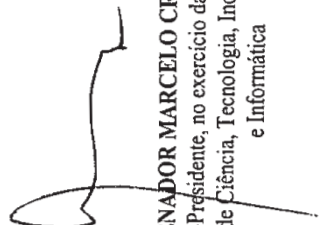
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 371 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO					FLAVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE					JOÃO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCÁ				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERÁCLITO FORTES				
VIRGÍNIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL	X			
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR					ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
(VAGO)					PAPALÉO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				(VAGO)				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				(VAGO)				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: 1 ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

LA DAS REUNIÕES, EM 09/04/2008



SENADOR MARCELO CRIVELLA
 Vice-Presidente, no exercício da presidência,
 da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação
 e Informática

Of. n° 42/2008 – CCT

Brasília, 9 de abril de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, os Projetos de Decretos Legislativos n°s 278, 294, 325, 338, 339, 353, 361, 364, 371, 378, 388, 409, 419, 445, 451, 457, 469, 477, 479, 480, 481, 485 de 2007 e 1° e 7 de 2008.

Atenciosamente – Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1° O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2° e § 4°, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2° A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3° O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4° O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5° O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER N° 319, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n° 378, de 2007 (n° 279/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Goiatuba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goiatuba, Estado de Goiás.

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

Relator **ad hoc**: Senador **Virgínio de Carvalho**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) n° 378, de 2007 (n° 279, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Goiatuba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goiatuba, Estado de Goiás. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3°, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi

instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 378, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 378, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goiatuba, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 9 de abril de 2008.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS 378/2007 NA REUNIÃO DE 09/04/08
 OS SENHORES SENADORES:

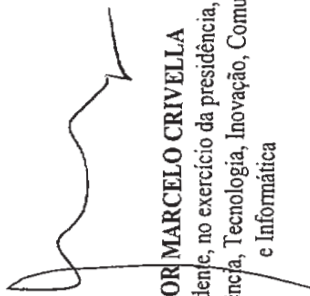
PRESIDENTE: <i>(Senador Wellington Salgado de Oliveira)</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA <i>ice-presidência, no exercício da presidência</i>	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS <i>[Signature]</i>
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
Maioria (PMDB)	
VALDIR RAUPP <i>[Signature]</i>	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA <i>[Signature]</i>	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES RELATOR	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA <i>[Signature]</i>	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO (AD. HDL) <i>[Signature]</i>	3. MARCO MACIEL <i>[Signature]</i>
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>[Signature]</i>	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO <i>[Signature]</i>
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
VAGO	7. PAPALÉO PAES
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI <i>[Signature]</i>	
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE <i>[Signature]</i>	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 378 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO					FLAVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE					JOAO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FATIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERÁCLITO FORTES				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL	X			
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
(VAGO)					PAPALÉO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				(VAGO)				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: -- ABS: -- AUTOR: -- PRESIDENTE: 01


SENADOR MARCELO CRIVELLA
 Vice-Presidente, no exercício da presidência,
 da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação
 e Informática

SALA DAS REUNIÕES, EM 09/04/2008

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

Seção II DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º - O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º - A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º - O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º - O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º - O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 320, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2007 (nº 162) 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Videira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina.

Relatora: Senadora **Ideli Salvatti**

Relator *ad hoc*: **Flávio Arns**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 388, de 2007 (nº 162, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Videira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem

instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 388, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em visto que o reexame da documentação que acompanha o PDS nº 388, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Videira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 9 de abril de 2008.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS 388/2007 NA REUNIÃO DE 09/04/08
 OS SENHORES SENADORES:

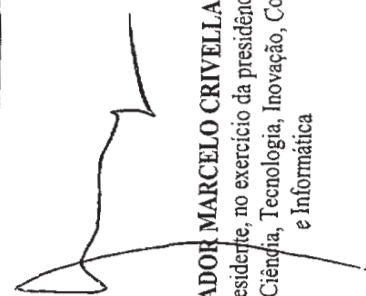
PRESIDENTE:		(Senador Wellington Salgado de Oliveira)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)		
MARCELO CRIVELLA	Vice-Presidente no exercício da Presidência	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO		2. FLÁVIO ARNS (Ad hoc)
RENATO CASAGRANDE		3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI		4. FRANCISCO DORNELLES
RELATORA		5. FÁTIMA CLEIDE
Maioria (PMDB)		
VALDIR RAUPP		1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES		3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA		4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)		
DEMÓSTENES TORRES		1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA		2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO		3. MARCO MACIEL
ANTONIO CARLOS JÚNIOR		4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO		5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO		6. MARCONI PERILLO
VAGO		7. PAPALÉO PAES
PTB		
SÉRGIO ZAMBIASI		
PDT		
CRISTOVAM BUARQUE		1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 388 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO					FLAVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE					JOÃO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERACLITO FORTES				
VIRGINO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL	X			
ANTONIO CARLOS JUNIOR					ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
(VAGO)					PAPALEO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				(VAGO)				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO					
CRISTOVAM BUARQUE	X								

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01



SENADOR MARCELO CRIVELLA
 Vice-Presidente, no exercício da presidência,
 da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação
 e Informática

A DAS REUNIÕES, EM 09/04/2008

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 321, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 409, de 2007 (nº 288, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Momento FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina.

Relatora: Senadora **Ideli Salvatti**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 409, de 2007 (nº 288, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Momento FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 409, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 409, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Momento FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 9 de abril de 2008.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 409/2007 NA REUNIÃO DE 09/04/2008.
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:	
<i>Sen. Wellington Salgado de Oliveira</i> Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO GRIVELLA <i>Vice-presidente no exercício da Presidência.</i>	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS <i>(ad hoc)</i>
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI RELATORA	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
Maioria (PMDB)	
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO	3. MARCO MACIEL
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
VAGO	7. PAPALÉO PAES
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE <i>Mink A.</i>	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 409 / 2007.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO					FLÁVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE					JOÃO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCÁ				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERACLITO FORTES				
VIRGÍNIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL	X			
ANTÔNIO CARLOS JUNIOR					ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
(VAGO)					PAPALÉO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				(VAGO)				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO					
CRISTOVAM BUARQUE	X								

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 09/04/2008

SENADOR MARCELO CRIVELLA
 Vice-Presidente, no exercício da presidência,
 da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação
 e Informática

Of. nº 42/2008 – CCT

Brasília, 9 de abril de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, os Projetos de Decretos Legislativos nº 278, 294, 325, 338, 339, 353, 361, 364, 371, 378, 388, 409, 419, 445, 451, 457, 469, 477, 479, 480, 481, 485 de 2007 e 01 e 07 de 2008.

Atenciosamente – Senador **Marcelo Crivella**,
Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 322, DE 2008

Da comissão de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 419, de 2007 (nº 148/444 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização ao Governo do Estado de Mato Grosso para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

Relator: Senador **Valter Pereira**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 419, de 2007 (nº 148, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização ao Governo do Estado de Mato Grosso para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, por intermédio da Assembléia Legislativa Estadual. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi

instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerada, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

Devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, estados e municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação

de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

II – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 419, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização ao Governo do Estado de Mato Grosso para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, por intermédio da assembleia legislativa estadual, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 9 de abril de 2008.

COMISSÃO DE CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMATICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS 419/2007 NA REUNIÃO DE 09/04/2008
 OS SENHORES SENADORES:

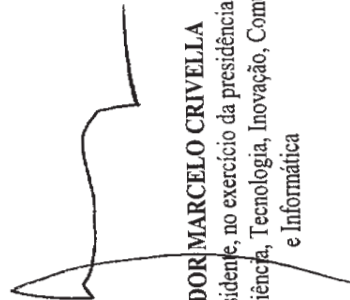
PRESIDENTE:	
<i>Senador Wellington Salgado de Oliveira</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA <i>vice-presidente, no exercício da presidência</i>	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS <i>[Handwritten signature]</i>
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
Maioria (PMDB)	
VALDIR RAUPP <i>[Handwritten signature]</i>	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA RELATOR <i>[Handwritten signature]</i>	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA <i>[Handwritten signature]</i>	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO <i>[Handwritten signature]</i>	3. MARCO MACIEL <i>[Handwritten signature]</i>
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>[Handwritten signature]</i>	4. ROSALBA CIARLINI <i>[Handwritten signature]</i>
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO <i>[Handwritten signature]</i>
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PÉRILLO
VAGO	7. PAPALÉO PAES
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI <i>[Handwritten signature]</i>	
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE <i>[Handwritten signature]</i>	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 419/2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO					FLAVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE					JOÃO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPEL	X				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERÁCLITO FORTES				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL	X			
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
(VAGO)					PAPALÉO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				(VAGO)				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01



SENADOR MARCELO CRIVELLA
 Vice-Presidente, no exercício da presidência,
 da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação
 e Informática

SALA DAS REUNIÕES, EM 09/04/2008

Ofício nº 42/2008 – CCT

Brasília, 9 de abril de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, os Projetos de Decretos Legislativos nºs 278, 294, 325, 338, 339, 353, 361, 364, 371, 378, 388, 409, 419, 445, 451, 457, 469, 477, 479, 480, 481, 485 de 2007 e 1 e 7 de 2008.

Atenciosamente, – Senador **Marcelo Crivella**,
Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da comunicação social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64. § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962.

Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) União;
- b) os estados, territórios e municípios;
- c) as universidades brasileiras;
- d) as fundações constituídas no Brasil, cujos estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As universidades e fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

PARECER Nº 323, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 445, de 2007 (nº 125/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão e Comunicação Comunitária de Águas de Lindóia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas de Lindóia, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 445, de 2007 (nº 125/2007, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão e Comunicação Comunitária de Águas de Lindóia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas de Lindóia, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do ministro das comunicações ao presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi

considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 445, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 445, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Radiodifusão e Comunicação Comunitária de Águas de Lindóia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas de Lindóia, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 9 de abril de 2008.

**COMISSAO DE CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMATICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS 445/2007 NA REUNIÃO DE 09/04/2008
 OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

Senador Wellington Salgado de Oliveira
 Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA
Vice-presidente, no exercício da presidência

1. EXPEDITO JÚNIOR

AUGUSTO BOTELHO

2. FLÁVIO ARNS

RENATO CASAGRANDE

3. JOÃO RIBEIRO

IDELI SALVATTI

4. FRANCISCO DORNELLES

5. FÁTIMA CLEIDE

Maioria (PMDB)

VALDIR RAUPP

1. ROMERO JUCÁ

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

2. GERSON CAMATA

GILVAM BORGES

3. MÃO SANTA

VALTER PEREIRA

4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

1. ELISEU RESENDE

ROMEU TUMA
 RELATOR

2. HERÁCLITO FORTES

VIRGÍNIO DE CARVALHO

3. MARCO MACIEL

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

4. ROSALBA CIARLINI

JOÃO TENÓRIO

5. FLEXA RIBEIRO

EDUARDO AZEREDO

6. MARCONI PERILLO

VAGO

7. PAPALÉO PAES

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE

1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

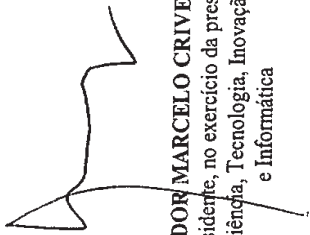
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PDS 445 12007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JÚNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO					FLÁVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE					JOÃO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERACLITO FORTES				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL	X			
ANTONIO CARLOS JUNIOR					ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
(VAGO)					PAPALEO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				(VAGO)				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				(VAGO)				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 09/04/2008



SENADOR MARCELO CRIVELLA
Vice-Presidente, no exercício da presidência,
da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação
e Informática

Of. nº 42/2008 – CCT

Brasília, 9 de abril de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, os Projetos de Decretos Legislativos nºs 278, 294, 325, 338, 339, 353, 361, 364, 371, 378, 388, 409, 419, 445, 451, 457, 469, 477, 479, 480, 481, 485 de 2007 e 1 e 7 de 2008.

Atenciosamente, – Senador **Marcelo Crivella**,
Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e informática.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1 O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada nela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95.
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 324 DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 451, de 2007 (nº 214, 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Schappo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miguelópolis, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 451, de 2007 (nº 214, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Schappo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miguelópolis, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se tam-

bém sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 451, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 451, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio e TV Schappo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miguelópolis, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 9 de abril de 2008.

COMISSAO DE CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMATICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS 451/2007 NA REUNIÃO DE 09/04/2008
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Senador Wellington Salgado de Oliveira
 Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA

vice-presidente, no exercício da presidência

1. EXPEDITO JÚNIOR

AUGUSTO BOTELHO

2. FLÁVIO ARNS

RENATO CASAGRANDE

3. JOÃO RIBEIRO

IDELI SALVATTI

4. FRANCISCO DORNELLES

5. FÁTIMA CLEIDE

Maioria (PMDB)

VALDIR RAUPP

1. ROMERO JUCÁ

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

2. GERSON CAMATA

GILVAM BORGES

3. MÃO SANTA

VALTER PEREIRA

4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

1. ELISEU RESENDE

ROMEU TUMA
 RELATOR

2. HERÁCLITO FORTES

VIRGÍNIO DE CARVALHO

3. MARCO MACIEL

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

4. ROSALBA CIARLINI

JOÃO TENÓRIO

5. FLEXA RIBEIRO

EDUARDO AZEREDO

6. MARCONI PERILLO

VAGO

7. PAPALÉO PAES

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE

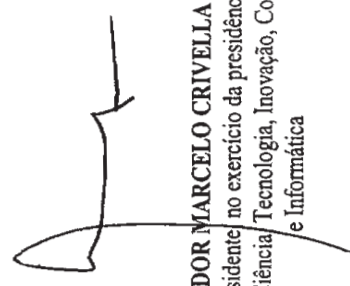
1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 451 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO					FLÁVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE					JOÃO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERÁCLITO FORTES				
VIRGÍNIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL	X			
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR					ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
(VAGO)					PAPALÉO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				(VAGO)				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01



SENADOR MARCELO CRIVELLA
 Vice-Presidente no exercício da presidência,
 da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação
 e Informática

SALA DAS REUNIÕES, EM 09/04/2008

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 325, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 457, de 2007 (nº 281 de 2007, Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Nova Amparo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Amparo, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 457, de 2007 (nº 281, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Nova Amparo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Amparo, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 457, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 457, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Nova Amparo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Amparo, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 9 de abril de 2008.

**CÔMISSAO DE CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 457/2007 NA REUNIÃO DE 09/04/2008
OS SENHORES SENADORES:**

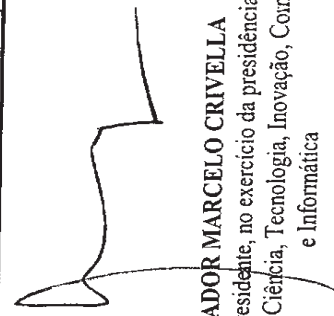
PRESIDENTE: <i>(Senador Wellington Salgado de Oliveira)</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA <i>Vice-Presidente, no exercício da Presidência</i>	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
Maioria (PMDB)	
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA RELATOR	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO	3. MARCO MACIEL
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
VAGO	7. PAPALÉO PAES
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 457 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO					FLÁVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE					JOÃO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FATIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERACLITO FORTES				
VIRGÍNIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL	X			
ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X				ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
(VAGO)					PAPALÉO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				(VAGO)				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: 1 ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01



SENADOR MARCELO CRIVELLA
 Vice-Presidente, no exercício da presidência,
 da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação
 e Informática

SALA DAS REUNIÕES, EM 09 / 04 / 2008

Ofício nº 42/2008 – CCT

Brasília, 9 de abril de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, os Projetos de Decretos Legislativos nºs 278, 294, 325, 338, 339, 353, 361, 364, 371, 378, 388, 409, 419, 445, 451, 457, 469, 477, 479, 480, 481, 485 de 2007 e 1º e 7 de 2008.

Atenciosamente, – Senador **Marcelo Crivella**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 326, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo Nº 469, de 2007 (nº 328/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à rádio Ultra FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro.

Relator: Senador **Francisco Dornelles**

Relator *ad hoc*: Senador **Marcelo Crivella**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 469, de 2007 (nº 328, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ultra FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem servi-

ços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 469, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais

relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 469, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Ultra FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 9 de abril de 2008.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 469/2007 NA REUNIÃO DE 09/04/08
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:	
(Senador Wellington Salgado de Oliveira)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA <i>Ad Hoc</i>	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES RELATOR
	5. FÁTIMA CLEIDE
Maioria (PMDB)	
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO	3. MARCO MACIEL
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
VAGO	7. PAPALÉO PAES
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 469 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA	X				EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO					FLAVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE					JOÃO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCÁ				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERACLITO FORTES				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL	X			
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO (VAGO)					MARCONI PERILLO				
					PAPALÉO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				(VAGO)				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 09/04/2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 327, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação E Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2007 (nº 304/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o to que outorga autorização à Associação Comunitária Paraíso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Relator: Senador **Marcelo Crivella**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 477, de 2007 (nº 304, de 2007, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Paraíso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição.

Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 477, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 477, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo

reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Paraíso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 9 de abril de 2008.

**COMISSÃO DE CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 477/2007 NA REUNIÃO DE 09/04/2008.
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:		<i>Sen. Wellington Salgado de Oliveira</i>
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)		
MARCELO CRIVELLA RELATOR	<i>[assinatura]</i>	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO		2. FLÁVIO ARNS <i>[assinatura]</i>
RENATO CASAGRANDE		3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI		4. FRANCISCO DORNELLES
		5. FÁTIMA CLEIDE
Maioria (PMDB)		
VALDIR RAUPP	<i>[assinatura]</i>	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES		3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA	<i>[assinatura]</i>	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)		
DEMÓSTENES TORRES	<i>[assinatura]</i>	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	<i>[assinatura]</i>	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO	<i>[assinatura]</i>	3. MARCO MACIEL <i>[assinatura]</i>
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	<i>[assinatura]</i>	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	<i>[assinatura]</i>	5. FLEXA RIBEIRO <i>[assinatura]</i>
EDUARDO AZEREDO		6. MARCONI PÉRILLO
VAGO		7. PAPALÉO PAES
PTB		
SÉRGIO ZAMBIASI	<i>[assinatura]</i>	
PDT		
CRISTOVAM BUARQUE	<i>[assinatura]</i>	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 477 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA	X				EXPEDITO JUNIOR				
AUGUSTO BOTELHO					FLAVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE					JOAO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					MAO SANTA				
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERÁCLITO FORTES				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL	X			
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				ROSALBA CIARLINI				
JOAO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
(VAGO)					PAPALÉO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				(VAGO)				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 09/04/2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

Of. nº42/2008 – CCT

Brasília, 9 de abril de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, os Projetos de Decretos Legislativos nºs 278, 294, 325, 338, 339, 353, 361, 364, 371, 378, 388, 409, 419, 445, 451, 457, 469, 477, 479, 480, 481, 485 de 2007 e 1 e 7 de 2008,

Atenciosamente, – Senador **Marcelo Crivella**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 328 DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 479, de 2007 (nº 316, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos de Novo Progresso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Novo Progresso, Estado do Pará.

Relator: Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 479, DE 2007 (nº 316, de 2007, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Amigos de Novo Progresso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Novo Progresso, Estado do Pará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre

à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição.

Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 479, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 479, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Amigos de Novo Progresso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Novo Progresso, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 9 de abril de 2008.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS 479/2007 NA REUNIÃO DE 09/04/2008
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: <i>(Sem. Wellington Salgado de Oliveira)</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA <i>Vice-Presidente, no exercício da Presidência</i>	1. EXPEDITO JÚNIOR <i>(assinado)</i>
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS <i>(assinado)</i>
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
Maioria (PMDB)	
VALDIR RAUPP <i>(assinado)</i>	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA <i>(assinado)</i>	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES <i>(assinado)</i>	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA <i>(assinado)</i>	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO <i>(assinado)</i>	3. MARCO MACIEL <i>(assinado)</i>
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>(assinado)</i>	4. ROSALBA CIARLINI <i>(assinado)</i>
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO RELATOR <i>(assinado)</i>
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO <i>(assinado)</i>
VAGO	7. PAPALÉO PAES
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI <i>(assinado)</i>	
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE <i>(assinado)</i>	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 479 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA	EXPEDITO JUNIOR					X			
AUGUSTO BOTELHO	FLÁVIO ARNS					X			
RENATO CASAGRANDE	JOÃO RIBEIRO								
IDELI SALVATTI	FRANCISCO DORNELLES								
	FÁTIMA CLEIDE								
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	ROMERO JUCA	X							
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	GERSON CAMATA	X							
GILVAM BORGES	MÃO SANTA								
VALTER PEREIRA	LEOMAR QUINTANILHA	X							
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	ELISEU RESENDE								
ROMEU TUMA	HERÁCLITO FORTES	X							
VIRGINIO DE CARVALHO	MARCO MACIEL	X							
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	ROSALBA CIARLINI	X							
JOÃO TENORIO	FLEXA RIBEIRO					X			
EDUARDO AZEREDO	MARCONI PERILLO								
(VAGO)	PAPALEO PAES								
TITULAR - PTB	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	(VAGO)	X							
TITULAR - PDT	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	(VAGO)	X							

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 02 / 04 / 2008

SENADOR MARCELO CRIVELLA
 Vice-Presidente, no exercício da presidência,
 da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação
 e Informática

Of. nº 42/2008 – CCT

Brasília, 9 de abril de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aprovou, em caráter terminativo, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 278, 294, 325, 338, 339, 353, 361, 364, 371, 378, 388, 409, 419, 445, 451, 457, 469, 477, 479, 480, 481, 485, de 2007 e 1º e 7, de 2008.

Atenciosamente, – Senador **Marcelo Crivella**,
Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 329, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 480, de 2007 (nº 317/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parobé, Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 480, de 2007 (nº 317, de 2007, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parobé, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre

à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 480, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 480, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parobé, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 9 de abril de 2008.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS 480/2007 NA REUNIÃO DE 09/04/2008
 OS SENHORES SENADORES:

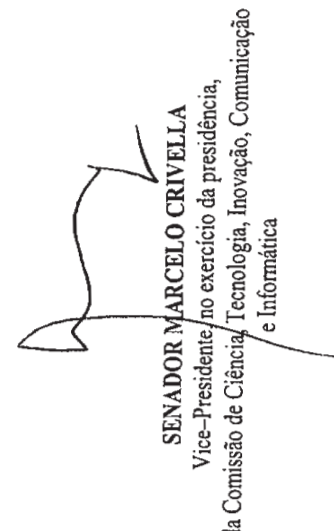
PRESIDENTE: <i>Senador Wellington Salgado de Oliveira</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA <i>Vice-Presidente, no exercício da Presidência.</i>	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS <i>[Handwritten signature]</i>
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
Maioria (PMDB)	
VALDIR RAUPP <i>[Handwritten signature]</i>	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA <i>[Handwritten signature]</i>	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA <i>[Handwritten signature]</i>	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO <i>[Handwritten signature]</i>	3. MARCO MACIEL <i>[Handwritten signature]</i>
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>[Handwritten signature]</i>	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO <i>[Handwritten signature]</i>
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
VAGO	7. PAPALÉO PAES
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI RELATOR <i>[Handwritten signature]</i>	
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE <i>[Handwritten signature]</i>	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 480 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO					FLAVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE					JOAO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERÁCLITO FORTES				
VIRGÍNIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL	X			
ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X				ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
(VAGO)					PAPALEO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				(VAGO)				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01



SENADOR MARCELO CRIVELLA
Vice-Presidente no exercício da presidência,
da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação
e Informática

5ª LA DAS REUNIÕES, EM 09/04/2008

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do

Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 330, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 481, de 2007 (nº 329, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Piranhas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piranhas, Estado de Alagoas.

Relator: Senador **João Tenório**

Relator **ad hoc**: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 481, de 2007 (nº 329, de 2007, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Piranhas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piranhas, Estado de Alagoas. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presi-

dencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição.

Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 481, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 481, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Piranhas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piranhas, Estado de Alagoas, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 9 de abril de 2008.

COMISSÃO DE CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS 481/2007 NA REUNIÃO DE 09/04/08
 OS SENHORES SENADORES:

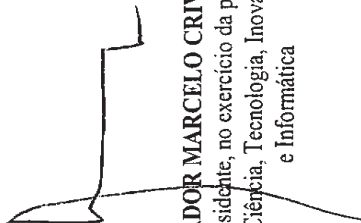
PRESIDENTE: <i>(Senador Wellington Salgado de Oliveira)</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA <i>Vice Presidente, no exercício da Presidência</i>	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS <i>[Handwritten Signature]</i>
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
Maioria (PMDB)	
VALDIR RAUPP <i>[Handwritten Signature]</i>	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA <i>[Handwritten Signature]</i>	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA <i>[Handwritten Signature]</i>	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA <i>(Ad. Int.) [Handwritten Signature]</i>	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO <i>[Handwritten Signature]</i>	3. MARCO MACIEL <i>[Handwritten Signature]</i>
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>[Handwritten Signature]</i>	4. ROSALBA CIARLINI <i>[Handwritten Signature]</i>
JOÃO TENÓRIO RELATOR	5. FLEXA RIBEIRO <i>[Handwritten Signature]</i>
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
VAGO	7. PAPALÉO PAES
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI <i>[Handwritten Signature]</i>	
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE <i>[Handwritten Signature]</i>	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 481 12007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO					FLÁVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE					JOÃO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERACLITO FORTES				
VIRGÍNIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL	X			
ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X				ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO (VAGO)					MARCONI PERILLO				
					PAPALÉO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				(VAGO)				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01



SENADOR MARCELO CRIVELLA
 Vice-Presidente, no exercício da presidência,
 da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação
 e Informática

SALA DAS REUNIÕES, EM 09/04/2008

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 331, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 485, de 2007 (nº 267/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Filadélfia – ACCFI, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tucuruí, Estado do Pará.

Relator: Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 485, de 2007 (nº 267/2007, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à

Associação Comunitária Cultural Filadélfia – ACCFI, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tucuruí, Estado do Pará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal,

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de feverei-

ro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição.

Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 485, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 485, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Filadélfia – ACCFI, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tucuruí, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 9 de abril de 2008.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS 485/2007 NA REUNIÃO DE 09/04/2008
 OS SENHORES SENADORES:

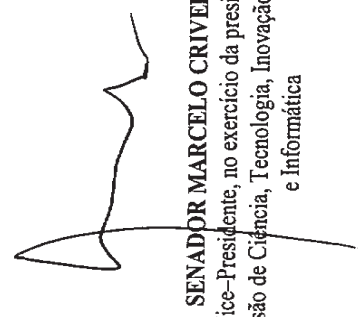
PRESIDENTE:		<i>(Sen. Wellington Salgado de Oliveira)</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)			
MARCELO CRIVELLA <i>Vice-Presidente no exercício de Presidência</i>		1. EXPEDITO JÚNIOR	<i>[Signature]</i>
AUGUSTO BOTELHO		2. FLÁVIO ARNS	<i>[Signature]</i>
RENATO CASAGRANDE		3. JOÃO RIBEIRO	
IDELI SALVATTI		4. FRANCISCO DORNELLES	
		5. FÁTIMA CLEIDE	
Maioria (PMDB)			
VALDIR RAUPP	<i>[Signature]</i>	1. ROMERO JUCÁ	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		2. GERSON CAMATA	
GILVAM BORGES		3. MÃO SANTA	
VALTER PEREIRA	<i>[Signature]</i>	4. LEOMAR QUINTANILHA	
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)			
DEMÓSTENES TORRES	<i>[Signature]</i>	1. ELISEU RESENDE	
ROMEU TUMA	<i>[Signature]</i>	2. HERÁCLITO FORTES	
VIRGÍNIO DE CARVALHO	<i>[Signature]</i>	3. MARCO MACIEL	<i>[Signature]</i>
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	<i>[Signature]</i>	4. ROSALBA CIARLINI	<i>[Signature]</i>
JOÃO TENÓRIO		5. FLEXA RIBEIRO RELATOR	<i>[Signature]</i>
EDUARDO AZEREDO		6. MARCONI PERILLO	
VAGO		7. PAPALÉO PAES	
PTB			
SÉRGIO ZAMBIASI	<i>[Signature]</i>		
PDT			
CRISTOVAM BUARQUE	<i>[Signature]</i>	1- VAGO	

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 4KS / 2007.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JÚNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO					FLÁVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE					JOÃO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERACLITO FORTES				
VIRGÍNIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL	X			
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	X				ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
(VAGO)					PAPALÉO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				(VAGO)				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: 1 ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01



SENADOR MARCELO CRIVELLA
 Vice-Presidente, no exercício da presidência,
 da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação
 e Informática

SALA DAS REUNIÕES, EM 09 / 04 / 2008

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 332, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2008 (nº 163/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Canaã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo.

Relator: Senador **Gerson Camata**

Relator *ad hoc*: Senador **Cristovam Buarque**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 1, de 2008 (nº 163, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Canaã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos

termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 1, de 2008, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatou-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 1, de 2008, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão à Rádio Canaã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 9 de abril de 2008.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS 001/2008 NA REUNIÃO DE 09/04/08
 OS SENHORES SENADORES:

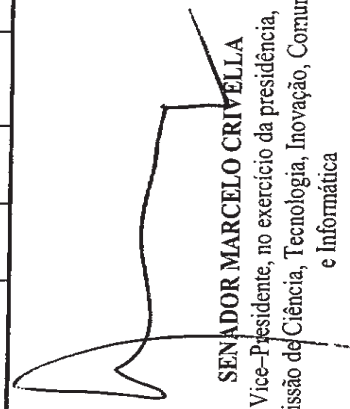
PRESIDENTE: <i>(Senador Wellington Salgado de Oliveira)</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA <i>ex-presidente, no exercício da presidência</i>	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS <i>[Handwritten signature]</i>
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
Maioria (PMDB)	
VALDIR RAUPP <i>[Handwritten signature]</i>	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA RELATOR
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA <i>[Handwritten signature]</i>	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES <i>[Handwritten signature]</i>	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA <i>[Handwritten signature]</i>	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO <i>[Handwritten signature]</i>	3. MARCO MACIEL <i>[Handwritten signature]</i>
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>[Handwritten signature]</i>	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO <i>[Handwritten signature]</i>
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
VAGO	7. PAPALÉO PAES
PTB-	
SÉRGIO ZAMBIASI <i>[Handwritten signature]</i>	
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE <i>[Handwritten signature]</i> <i>AD 1406</i>	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 004/2008

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO					FLAVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE					JOÃO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FATIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEÚ TUMA	X				HERÁCLITO FORTES				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL	X			
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
(VAGO)					PAPALÉO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				(VAGO)				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01



SENADOR MARCELO CRIVELLA
 Vice-Presidente, no exercício da presidência,
 da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação
 e Informática

SALA DAS REUNIÕES, EM 09/04/2008

Of. nº 42/2008 – CCT

Brasília, 9 de abril de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aprovou, em caráter terminativo, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 278, 294, 325, 338, 339, 353, 361, 364, 371, 378, 388, 409, 419, 445, 451, 457, 469, 477, 479, 480, 481, 485, de 2007 e 1 e 7, de 2008.

Atenciosamente, Senador **Marcelo Crivella**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 333, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2008 (nº 350, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Mairi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mairi, Estado da Bahia.

Relator: Senador **Antonio Carlos Junior**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 7, de 2008 (nº 350, de 2007, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Mairi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mairi, Estado da Bahia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 7, de 2008, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 7, de 2008, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Mairi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mairi, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 9 de abril de 2008.

**COMISSAO DE CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVACAO, COMUNICACAO E INFORMATICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 007/2008 NA REUNIAO DE 09/04/2008.
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:	
<i>(Sen. Wellington Salgado de Oliveira)</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA <i>V. o. Presidente, no exercício do Poder Executivo</i>	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
Maioria (PMDB)	
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO	3. MARCO MACIEL
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR RELATOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
VAGO	7. PAPALÉO PAES
	PTB
SÉRGIO ZAMBIASI	
	PDT
CRISTOVAM BUARQUE	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 007 / 2008.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO					FLAVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE					JOÃO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERACLITO FORTES				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL	X			
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
(VAGO)					PAPALÉO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				(VAGO)				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 03

SALA DAS REUNIÕES, EM 09/04/2008

SENADOR MARCELO CRIVELLA
Vice-Presidente, no exercício da presidência,
da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação
e Informática

Of. d. 42/2008 - CCT

Brasília, 09 de abril de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, os Projetos de Decretos Legislativos n^{os} 278, 294, 325, 338, 339, 353, 361, 364, 371, 378, 388, 409, 419, 445, 451, 457, 469, 477, 479, 480, 481, 485 de 2007 e 01 e 07 de 2008.

Atenciosamente, – Senador **Marcelo Crivella**, Vice-Presidente, *no* exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612 DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar a entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11.12.2002)

DECRETO Nº 2.615 DE 3 DE JUNHO DE 1998.

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis; conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com referência aos pareceres que acabam de ser lidos, a Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Ofício nº 42, de 2008**, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, comunicando a aprovação em caráter terminativo dos **Projetos de Decreto Legislativo nºs 278, 294, 325, 338, 339, 353, 361, 364, 371, 378, 388, 409, 419, 445, 451, 457, 469, 477, 479, 480, 481, 485, de 2007 e 1 e 7, de 2008.**

Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

É o seguinte o Ofício recebido:

Of. nº 42/2008 – CCT

Brasília, 09 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, os Projetos de Decretos Legislativos nºs 278, 294, 325, 338, 339, 353, 361, 364, 371, 378, 388, 409, 419, 445, 451, 457, 469, 477, 479, 480, 481, 485 de 2007 e 1 e 7 de 2008.

Atenciosamente, – Senador **Marcelo Crivella**, Vice-Presidente, no exercíci da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 440, DE 2008

Senhor Presidente,

Tendo sido autorizado por Vossa Excelência para representar o Senado Federal na Cerimônia oficial do “Ano de Intercâmbio Japão-Brasil/Centendrio da Imigração Japonesa no Brasil, a realizar-se na cidade de Tóquio no Japão, no dia 24 de Abril de 2008, requeiro nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 22 a 26 de Abril do corrente, para desempenhar a mencionada missão.

Comunico, nos termos do art. 39, inciso I do Regimento Interno, que estarei ausente do País no período de 20-4 a 4-5 de 2008.

Sala das Sessões, 16 de abril 2008. – **Eduardo Azeredo**.

REQUERIMENTO Nº 441, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, llicença para tratamento de saúde, conforme laudo médico anexo, pelo prazo de 130 dias, a partir de 17 de abril do corrente.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2008. – Senador **Gilvam Borges**, PMDB/AP.

REQUERIMENTO Nº 442, DE 2008

Requeiro, nos termos do artigo 40 do Regimento interno do Senado Federal, autorização para ausentar-me dos trabalhos desta Casa nos dias 29 e 30 de abril de 2008, ocasião em que estarei representando o Senado no Seminário Nacional “Violência: Uma Epidemia Silenciosa”, na condição de palestrante. O evento será realizado em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2008. – Senador **Marconi Perillo**, PSDB-GO.

REQUERIMENTO Nº 443, DE 2008

Requeiro, na forma do artigo 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado Federal, no dia 03 de julho de 2008, destinada a comemorar os 30 anos do Tratado de Cooperação Amazônica - TCA.

Justificação

O Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) foi assinado em 3 de julho de 1978 pela Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela com o objetivo de promover ações conjuntas para o desenvolvimento harmônico da Bacia Amazônica.

Os Países Membros assumiram à época o compromisso comum com a preservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais da Amazônia.

Ao assinar o TCA, os .oito Países Membros se comprometeram a realizar esforços e ações conjuntas para promover o desenvolvimento harmônico de seus territórios amazônicos, por meio da conservação e uso racional dos recursos naturais com resultados eqüitativos e mutuamente proveitosos.


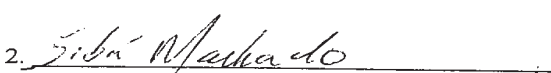

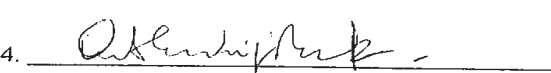


Em 1995, as oito nações decidiram criar a OTCA para fortalecer e implementar os objetivos do Tratado. A emenda ao TCA foi aprovada três anos depois e a Secretaria Permanente se estabeleceu em Brasília em dezembro de 2002.

A OTCA tem a convicção de que a Amazônia, por possuir um dos mais ricos patrimônios naturais do Planeta, é estratégica para impulsionar o futuro desenvolvimento dos países e da região; um patrimônio que deve ser preservado, mas essencialmente, promovido, em consonância com os princípios de desenvolvimento sustentável.

Desde o estabelecimento da Secretaria Permanente da OTCA em Brasília, foram assinados acordos e implementados projetos com o objetivo de estimular o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Para tanto, a Organização está aberta ao apoio técnico e financeiro de organismos multilaterais e países cooperantes.

Maior esforço de integração regional na história da Amazônia, a OTCA vem se transformando em um importante instrumento de aproximação e unidade na América do Sul.

Sala de sessões, 16 de abril de 2008.

1. 
2. 
3. 
4. 
5. 
6. 

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão apreciados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 444, DE 2008

Requer Voto de Aplauso às jornalistas DAD SQUARISI e ARLETE SALVADOR, pelo lançamento, em Brasília, DF, do livro “Escrever Melhor”.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso às jornalistas DAD SQUARISI e ARLETE SALVADOR, pelo recente lançamento, em noite de autógrafa, em Brasília, DF, do livro “**Escrever Melhor**”, *guia para passar os textos a limpo*, como esclarece.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento das homenageadas.

Justificação

As jornalistas Dad Squarisi e Arlete Salvador lançaram há dias, em noite de autógrafos realizada em Brasília-DF, um livro de grande utilidade para todos os que se preocupam em escrever com clareza, precisão, correção, elegância, enfim, com mais apuro. Seu título diz tudo: “**Escrever Melhor**”, seguido da informação: “*guia para passar os textos a limpo*”. A Dad já presta, há anos, excelente serviço ao idioma em sua coluna *Dicas de Português*, regularmente publicada no **Cor-**

reio Braziliense, do qual é editora de Opinião. Ela, que é também professora, nos proporciona, com a coluna, ensinamentos agradáveis, bem humorados, ajudando a tirar dúvidas e a aprender um pouco mais de português. A Arlete, analista de política brasileira do Consulado Geral dos Estados Unidos, em São Paulo, é profissional muito qualificada. Trabalhou na revista **Veja**, nos jornais **O Estado de S. Paulo** e **Correio Braziliense** e fez parte do grupo de cinco brasileiros selecionados pelo Departamento de Estado norte-americano para o programa **Humphry** de estudos nos Estados Unidos, tendo passado um ano na Universidade de Boston. Por sua atividade profissional e pelo lançamento do “**Escrever Melhor**”, elas fazem jus à homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2008. Senador **Artrur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 445, DE 2008

Nos termos do art. 71, VII da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, solicito que seja encaminhado por completo o Relatório de Auditoria TC - 016.236/05-6 incluindo seus dois anexos.

Justificação

Em razão de determinação constitucional, o Tribunal de Contas da União realizou, a pedido, inicialmente, do Senado Federal e, em seguida, da Câmara dos Deputados, auditoria na Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República, em 2005, com o objetivo de verificar a regularidade das despesas realizadas por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal.

A inspeção foi feita com base em procedimentos padrão de auditoria, tal como a utilização de uma amostra de documentos, e não a verificação de sua totalidade. O Relatório TC - 016.236/05-6 foi elaborado com dois anexos que, inexplicavelmente, não foram encaminhados ao Congresso Nacional, em que pese o mandamento constitucional exposto no art. 49, X, que dá ao Poder Legislativo a competência exclusiva de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo.

Portanto, não há justificativa para que o Tribunal, a pretexto de atender a um pedido da Casa Civil sobre uma interpretação equivocada a respeito do sigilo de dados de gastos pessoais da Presidência da República, não encaminhe os referidos anexos que, conforme já foi mencionado, não conta com a totalidade das notas fiscais dos gastos e sim com uma pequena amostra. O sigilo, se

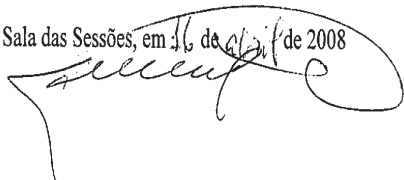
houver, será aqui tão resguardado quanto no seu local de origem. O art. 71 da Constituição Federal é absolutamente claro e indubitável quando atribui ao Congresso Nacional a responsabilidade pelo controle externo, sendo exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União. Os atos deste são um prolongamento da atuação de controle externo do Poder Legislativo, não podendo haver qualquer óbice na transferência de informações.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2008. – Senador **Alvaro Dias**.

DESPACHO

Considerando que o objeto do Requerimento nº 445, de 2008, decorre do Relatório de Auditoria produzido pelo Tribunal de Contas da União no processo nº TC-016.236/2005-6, oriundo do Requerimento nº 604, de 2005, formulado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, a Presidência determina a juntada do presente Requerimento ao processado do Requerimento nº 604, de 2005, e o seu envio ao exame daquela Comissão, nos termos do art. 101 do Regimento Interno da Casa, para posterior apreciação pelo Plenário.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 2008



O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O requerimento lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUEMMENTO Nº 446 DE 2008

Solicita informações ao Sr. Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação Social sobre a contratação de assessoria de imprensa para promoção do Brasil no exterior.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação Social sobre a contratação de assessoria de imprensa para promoção do Brasil no exterior:

1. Há previsão de contratação de assessoria de imprensa para promoção da imagem do Brasil no exterior?

2. Na referida contratação está sendo respeitado o disposto na Lei nº 8.666/93?

3. Qual o orçamento estimado para essa finalidade?

4. Anexar cópia dos documentos referentes ao procedimento licitatório.

Justificação

A jornalista Mônica Bergamo, em sua coluna publicada no último dia 9 de abril do corrente pelo jornal Folha de S. Paulo, informa: “O governo Lula está contratando assessoria de imprensa ‘para promover o Brasil no exterior’ A Casa Civil justifica a despesa alegando que ‘a imagem do país no exterior apresenta aspectos negativos, principalmente nos países desenvolvidos, e é simplificada, devido a situações pontuais’ A assessoria vai funcionar permanentemente nos EUA, com apoios na Europa e na Ásia”.

Enfim, senhor Presidente, as informações que ora requeiro tem por objetivo esclarecer a nota publicada pela jornalista Mônica Bergamo para que se tenha a total transparência na aplicação adequada dos recursos públicos por parte do atual governo.

Sala das Sessões, em de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, LÍDER DO PSDB.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas comissões, poderão convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.

2º. As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação aos Ministros de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

REGIMENTO INTERNO

SUBSEÇÃO II

Dos Requerimentos de Informações (Const., art. 50, 5 2º-)

Art. 215. São escritos os requerimentos não referidos no art. 214 e dependem de votação por maioria

simples, presente a maioria da composição do Senado, salvo os abaixo especificados:

I - dependentes de decisão da Mesa:

a) de informação a Ministro de Estado ou a qualquer titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República (Const., art. 50, 2º);4

.....
 Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I - serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

Art. 217. O requerimento de remessa de documentos equipara-se ao de pedido de informações.

.....
O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 447, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial para homenagear o ex- presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador Humberto Lucena, no transcurso do 10º ano de seu falecimento.

Sala das Sessões. 16 de abril de 2008.

Senador José Maranhão
 N. J. J.
 C. J. J.
 M. J. J.
 P. J. J.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação, e será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 448, 2008

Requerem Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido hoje, dia 16, de abril de 2008, em Recife, da Sra. Maria Gerusa Melo Maciel, cunhada do Senador Marco Maciel

Requeremos, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento ocorrido em Recife, no dia 16 de abril de 2008, da Srª Maria-Gerusa Melo Maciel, cunhada do Senador Marco Maciel.

Requeremos, ademais, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento do ilustre Senador Marco Maciel e, por seu intermédio, aos demais familiares.

Justificação

Todos nós, colegas do ilustre Senador Marco Maciel, fomos surpreendidos hoje, poucos minutos antes do início da reunião ordinária semanal da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a triste notícia do falecimento, em Recife, da Srª Maria Gerusa Azevedo Maciel, casada com o Sr. José do Rego Maciel Júnior, irmão do nosso colega Senador Marco Maciel.

Pelo doloroso transe, requeremos este Voto de Pesar como homenagem do Senado da República à memória da Sra. Gerusa.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2008. – Senador **Demóstenes Torres** Senador José Agripino – Senador **Arthur Virgílio**.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência lembra às Srªs e aos Srs. Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às dez horas, destinada a homenagear o Dia do Exército Brasileiro, de acordo com o **Requerimento nº 159, de 2008**, do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores.

Lembra, ainda, que usarão da palavra os Líderes ou quem Suas Excelências indicarem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a homenagear o jornalista Assis Chateaubriand, tendo em vista o transcurso dos 40 anos do seu falecimento, de acordo com o **Requerimento nº 366, de 2008**, do Senador Garibaldi Alves Filho e outros Senhores Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência recebeu, da Câmara Municipal de Ourilândia do Norte, Estado do Pará, o **Ofício nº 39/2008, de 9 do corrente**, manifestando-se sobre a **Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003**.

O expediente será juntado ao processado da matéria, que volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 156/08

Brasília 16 de março de 2003

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o nome do Deputado **Ciro Pedrosa – PV/MG**, em substituição ao Deputado **Edson Duarte – PV/BA**, para integrar na condição de Suplente, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (Cartões Corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomos.

Atenciosamente, – Deputado **Sarney Filho**, Líder do PV.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF.GLPMDB Nº 103/2008

Brasília, 04 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 7º da Resolução n.º 1, de 2006 — CN, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência os nomes dos Senadores, membros da Bancada do PMDB, que integrarão a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

TITULARES	SUPLENTES
Senador GilvamBorges - PMDB/AP	1. Senadora Roseana Sarney - PMDB/MA
Senador Neuto de Conto (PMDB/SC)	2. Senador Paulo Duque (PMDB/RJ)

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Valdir Raupp**, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência designa os Srs. Senadores **Gilvam Borges** e **Neuto de Conto**, como titulares, e a Srª Senadora **Roseana Sarney** e o Senador **Paulo Duque**, como suplentes para comporem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF/GAB/I/Nº 368

Brasília, de abril de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação do Deputado **ZEZEU RIBEIRO - PT** para participar, na qualidade de Suplente, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado **FERNANDO LOPES**.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Henrique Eduardo Alves**, Líder do Bloco.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora **Ideli Salvatti**.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, da mesma forma como ocorreu no dia de ontem, V. Exª foi o primeiro a chegar ao plenário para se inscrever para uma comunicação inadiável. Então, por uma questão de justiça, já quero deixar registrado, porque V. Exª está presidindo a sessão neste momento, que V. Exª é o primeiro inscrito. Em segundo lugar, quero, também, já solicitar a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Obrigado a V. Exª.

V. Exª está inscrita, na forma do Regimento Interno.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador **Mão Santa**, pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria que V. Exª, com sensibilidade e competência...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Exª é o primeiro orador inscrito.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então, pronto, pois era o que eu queria.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – E vai receber a palavra dentro de alguns segundos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E V. Ex^a é o Presidente número um aqui.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O segundo orador é o Senador Mário Couto, e o seguinte, o Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a é o terceiro inscrito.

Vamos iniciar a lista de oradores.

O primeiro orador inscrito é o Senador Mão Santa. S. Ex^a tem a palavra pelo tempo regimental de dez minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Camata, que preside esta sessão do dia 16 de abril, parlamentares, brasileiras e brasileiros presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, penso que somos os pais da Pátria, ou as mães, como queiram.

No Senado romano, Cícero disse: “Até quando, ó Catilina, abusarás da nossa paciência?”.

Aloprados. Ô Luiz Inácio, dê jeito nos aloprados e alopradas que o cercam.

Ontem, revi um pronunciamento, com tanta indignação, Mário Couto, dessas alopradas e desses aloprados que ficam em torno do Luiz Inácio, que até perdi o jornal.

Esta é uma Casa de homens responsáveis, como V. Ex^a, por isso eu digo que é o número um. Cento e oitenta e três anos, e quantos Presidentes como V. Ex^a que os simboliza aí?

Atentai bem. Eu tremi de indignação quando li que um aloprado nos chamou de irresponsáveis, o Senado da República.

O Luiz Inácio chamou, ali, de 300 picaretas.

Olhe para cá direito, Luiz Inácio, pois se há picaretas eles são de vocês. Aqui não há isso, não. Não estou aqui para admitir isso, não. Eu me preparei e foi muito. Agora, estou exausto de ensinar a esses ignorantes por aí.

Jayme Campos, do Mato Grosso, foi prefeito por três vezes. Atentai bem, Luiz Inácio: três vezes prefeito.

V. Ex^a já foi prefeito, Camata? É muita luta, é muita experiência, é muita provação! Não é isso?

Então, ele foi mais objetivo, porque, ontem, fez um pronunciamento: “Jayme Campos critica declaração do Ministro do Planejamento”, do aloprado Paulo Bernardo, que nos chamou de irresponsáveis, a todos nós, por criarmos um Brasil “insustentável”.

Ele é o Ministro, um ministrinho porcaria. Pode botar aí, porque eu não tiro uma palavra – nunca tirei – do que disse. Quase 700 mil piauienses, homens e mulheres – acho que a maioria mulheres, que eu amo, abraço e entendo –, decidiram me mandar para cá.

Então, não bastasse, ontem, o nosso Jayme Campos....

Já dizia um jovem, médico como eu: “Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros”. Che Guevara.

Meu companheiro Camata, da luta, da mulher bela e amada, Rita, da Vitória do Espírito Santo, que eu conheço, V. Ex^a simboliza esta Casa. Eu o conheço.

Disse o Ministro que somos irresponsáveis e que fizemos uma ação, Flexa Ribeiro, insustentável. Essas porcarias não estudaram, não se prepararam e veio o Ministro do Planejamento... Tanto é assim, que o próprio Luiz Inácio, nosso Presidente, criou outro planejamento, de futuro.

O próprio planejamento, Luiz Inácio, já é futuro. Administrar é planejar, designar, orientar, coordenar e fazer o controle. Planejar é uma ponte de onde nós estamos para onde queremos ir.

Agora já tem dois, não é? Porque o Luiz Inácio viu que esse aqui era uma porcaria: não junta coisa com coisa – e bota PORCARIA com todas as letras grandes, bem grandes.

Aí, escalaram outro. Não teve aquele, um Mangabeira? Ministro era aquele do Piauí, que veio aqui como eu, João Paulo dos Reis Velloso. Fez o I PND e o II PND. Quinze, vinte anos sendo a luz, o farol do período revolucionário. Ô José Nery, nenhuma imoralidade, nenhuma indignidade, nenhuma corrupção. Assim somos nós, do Piauí.

Agora, vem uma porcaria, aqui, chamar-nos de irresponsáveis, de ação insustentável?

Camata, eu queria um Enem para ver o pau nesses bichos e bichas.

Olha aí, presta atenção, a bem da verdade: cheguei na CAE – votei no Luiz Inácio e no Governador do Piauí, do PT, *errare humanum est* –, aí, caiu nas minhas mãos um projeto deste extraordinário homem de visão, Senador Paulo Octávio, que é, hoje, Vice-Governador. Paulo Octávio, além de ter uma estrutura fabulosa, pois todo mundo sabe que ele é um empresário rico e poderoso, Camata, fez um estudo mostrando que a Previdência Social jamais entraria em falência

se o dinheiro arrecadado fosse administrado, colocado na poupança, em suas contas. Eles contavam com o meu desencontro. Olha, quando viram que eu estava concordando com o relatório, usaram todos os meios para eu mudá-lo. Você entendeu o negócio? E eu, de peito aberto, porque sou do Piauí. Não temos medo. Nós enfrentamos, nós botamos os portugueses para fora, em guerra. Na luta, o teu filho é o primeiro que chega. “Piauí, terra querida, filha do sol do Equador”, na luta, é o primeiro. Então, eu olhei para a portadora: “Olha, eu vou dar uma chance. Eu volto hoje, mas, daqui a uma semana, eu venho”. Reuniu-se a CAE. Foi sete a sete. Aí mudaram o Presidente. Era o Ramez Tebet, gente boa. Tirou licença. Entrou o Hélio Costa. Eu perdi. Aí, é que eles viram que não eram capazes e fortes. Sete a sete. Estou contando a verdade. Mas fui para o pau. Mudaram o Presidente para decidir que jamais a Previdência... É porque tiram o dinheiro da Previdência. Dão o dinheiro para os aloprados, dão para os cartões corporativos, dão para as ONGs que roubam este País. A corrupção. Isso é a verdade. Eu defendi. Foi sete a sete. Mudaram o Presidente. Perdi. O que eu posso fazer? Mas existe.

Então, essa PORCARIA – bota aí, em letra grande, eu não tiro nenhuma não... Como é o nome dele aqui? Paulo Bernardo. Esse negócio de chamar de irresponsável... E é um projeto de lei do Paim. O melhor deles. Não é que não tenha gente boa. Tem. Quer que eu lhe diga uma? O candidato a Prefeito do PT de Teresina é um homem probo, honrado, correto. É um médico. Eu disputei a eleição com ele em 1994. É que tinha que ganhar um. Mas é um homem decente. Tem. Mas, aqui, chamar a gente... Chamar o Camata de irresponsável? Criou uma situação insustentável? E o projeto de lei foi feito pelo Paim. Deles.

Ô Luiz Inácio, permita-me o termo: Vossa Excelência deve aos velhinhos, Vossa Excelência deve aos aposentados. Eu fui Relator. Nós ganhamos, ganhamos mesmo. Foi aprovado aqui. Eles estão apelando...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a dispõe de dois minutos para encerrar o pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E, aí, diz: “Mas tudo bem”.

Aqui, ontem, o Jayme Campos... Ô Camata, para V. Ex^a se indignar. Hoje, vem outro Ministro aqui. Olhe aqui, ô Camata: “*Marinho classifica projetos do Senado de ‘enganadores’*”. Ô Mário Couto, enganadores! Nós somos enganadores. Agora, o Paim provou que, no mundo, só o País tem esse fator previdenciário.

Para que me entendam o brasileiro e a brasileira: a brasileira que trabalha de vergonha, a mulher amada que trabalhou pela família 35 anos, pagava para dez salários mínimos, e está recebendo quatro. Quem pagou para cinco, está recebendo dois. Isso é o que nós arrumamos. Lugar nenhum do mundo tem isso, Luiz Inácio. Foi o Paim. Isso é ser irresponsável? Nós vamos ficar para a história do mundo como o único país que persegue os velhinhos e os aposentados? Ignorantes, não. Nós somos é preparados. Eu sou é preparado. Eu quero um Enem aqui. Vai rodar um bocado de gente.

Essa é a verdade. Mas, além do de ontem, veio outro. Bote aí: porcaria. O Ministro... Como é o nome desta porcaria aqui? É escrito. Eu quero ir para toda coisa... Bote em letra grande, não é em pequena, não. Luiz Marinho. Nós somos enganadores. E é uma página para você se envergonhar, Senador, para você se indignar. Só a manchete: “*Marinho classifica projetos do Senado de ‘enganadores’*”. E diz que a Câmara vai nos dar juízo corrigindo isso. Essa é demais, Camata.

Eu sei que o tempo está passando. Dá apenas para eu fazer como Castro Alves,...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ...indignado em *O Navio Negreiro*: Ó Deus, ó Deus, até quando vai permitir esses aloprados?

Luiz Inácio, eu estou preocupado, e Vossa Excelência também.

O Luiz Inácio, nosso Presidente da República – atentai para a preocupação –, vai ao interior do Ceará – eu me formei lá – e diz: “Olha, que esse juizinho não meta o bico aqui em política, não. Esse juizinho, se quiser meter o bico em política, que saia daí e venha disputar a eleição, que não se elege a vereador”. O Juiz Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, Presidente do TSE, uma das glórias da Justiça do Brasil.

E, agora, os Senadores, ontem... Está aqui o artigo do homem. Olhe do que ele nos chamou ontem...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Que nós éramos irresponsáveis...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB – ES. Fazendo soar a campainha.) – A Presidência pede a colaboração de V. Ex^a por um minuto.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E eu peço a sua decisão de indignação com essas porcarias que querem destruir a nossa democracia.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Obrigado a V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, inscrita para uma comunicação inadiável. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

A seguir, o Senador Mário Couto e, por delegação da Liderança, o Senador Flexa Ribeiro, por cinco minutos.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, agradeço, de público, ao Senador Jefferson Péres, que foi o Relator da matéria, e a todos os participantes da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta manhã, que aprovou proposta de emenda à Constituição de nossa autoria que vinha tramitando há muito tempo. Dei entrada na PEC em 2003. Foi uma de minhas primeiras iniciativas legislativas. Hoje, conseguimos finalmente aprová-la na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a partir de um apelo, tendo em vista que será realizada de segunda a sexta-feira desta semana a Conferência Nacional de Educação Básica. Cerca de 1.500 delegados, delegadas e observadores participam desse debate tão importante, que tem como objetivo central a construção do Sistema Nacional Articulado de Educação.

A emenda à Constituição de nossa autoria, aprovada esta manhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, é fruto de acordo feito no final do ano passado, quando debatíamos a prorrogação da CPMF e da DRU.

No caso da educação, a Desvinculação das Receitas da União – DRU, seria gradualmente retirada, ou seja, não atingiria mais a educação brasileira, haveria uma redução de investimentos na área da educação. E, hoje, aprovamos por unanimidade. Espero que venha também rapidamente para o plenário e que em uma das janelas entre as medidas provisórias, como ocorreu na semana passada com a regulamentação da Emenda nº 29, seja possível aprovar rapidamente a redução gradual da desvinculação das receitas da União em educação.

De acordo com o texto aprovado – baseado no relatório do Senador Jefferson Peres –, no próximo ano, ao invés de haver uma desvinculação, uma retirada da educação, de 20% dos recursos, esta será de apenas 10%; em 2010, de apenas 5%; e a partir de 2011, a educação terá aplicação plena, conforme determina a Emenda Calmon, já há muito tempo, ou seja, que 18% do que é arrecadado pela União seja integralmente aplicado no desenvolvimento do ensino.

Senador José Nery, não houve grito, não houve apito, não houve nada, mas chegamos a um resultado extremamente positivo. É óbvio que discursos contundentes fazem parte de nosso trabalho aqui no Parlamento, mas não pode haver apenas discurs-

so contundente, tem que haver resultado, propostas, projetos para serem apreciados e aprovados, como o que estou comemorando nesta quarta-feira, depois da reunião tão produtiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Portanto, fica aqui o meu agradecimento a todos os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de forma muito especial, ao Senador Jefferson Péres.

E não poderia deixar de registrar aqui, como o fiz na Comissão, de que toda esta evolução, a da retirada da DRU sobre a educação, foi fruto de uma posição muito firme do Senador Cristovam Buarque, que, no final do ano passado, numa mesa de negociação com os Ministros Fernando Haddad e Guido Mantega, colocou de forma muito clara: “Sou a favor da prorrogação da CPMF, mas não posso prorrogar a CPMF e manter a DRU sobre a educação. Então, como fruto exatamente dessa posição, conseguimos construir, pautar isso dentro das negociações.

Senador Gerson Camata, outro agradecimento que gostaria de fazer aqui, de público, é pela escolha feita pela Coordenação Geral do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da América Latina, órgão da ONU. Eles estão preparando novo relatório sobre a democracia na América Latina. Diferentemente do relatório anterior, feito em 2004, as propostas de reforma e as decisões relevantes que esse relatório vai produzir têm como objetivo central oferecer a análise, para melhorar a qualidade da democracia na América Latina. As análises feitas pelas lideranças que estão sendo entrevistadas vão nortear, a realização de seminários que o PNUD promoverá no Continente, agora no próximo período.

A Coordenação Geral do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da América Latina escolheu 26 personalidades no Brasil, para serem ouvidas sobre a realidade da democracia no Brasil e no continente latino-americano. Fui uma dessas 26 pessoas escolhidas. Para mim foi uma grande honra ter participado desse processo, ter concedido a entrevista, ter contribuído com a minha análise, com a minha opinião modesta, obviamente, como uma Liderança que, há bem pouco tempo, está aqui no cenário nacional. Tenho buscado, efetivamente, dar a minha contribuição para o aprimoramento da democracia – da democracia que só enxergamos possível com a inclusão social, com políticas públicas que façam com que as classes tenham mobilidade e acesso aos direitos elementares da pessoa humana.

Também quero agradecer à Coordenação Geral do PNUD ter me incluído nessa seletíssima lista de 26 personalidades, para contribuir com essa avaliação do

processo democrático, da consolidação da democracia não só no território brasileiro, mas também em todo o continente latino-americano, que efetivamente tem dado demonstrações de evolução. Refiro-me à evolução não só das instituições, das eleições, do processo democrático institucional, como também da democracia sob a óptica daquilo que entendemos crucial para fortalecer qualquer democracia, que é dar a todas as pessoas que compõem a Nação oportunidade efetiva de acesso à saúde, à educação, ao saneamento, à habitação, ao trabalho, à remuneração digna.

Portanto, é muito importante o processo que a gente vem vivendo no Brasil. Para concluir, Sr. Presidente, a Organização das Nações Unidas está fazendo um debate, uma avaliação minuciosa, país a país, a respeito dos direitos humanos. Na semana passada, dia 9, houve uma reunião da ONU com representantes das ONGs que atuam aqui no Brasil – representantes governamentais. É muito importante esse trabalho todo de avaliação quase permanente.

A ONU critica as questões de segurança – que, todos sabemos, são bastante delicadas no nosso Brasil –, mas elogia, de forma contundente, as políticas públicas de inclusão social e, efetivamente, todo o trabalho realizado pelo Bolsa-Família e pelo Fome Zero, como sendo um salto de qualidade, sob a óptica dos direitos humanos, ou seja, por serem políticas públicas que não só fortalecem a democracia, mas também resgatam o papel fundamental dos direitos da maioria da população, os direitos humanos, conforme consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Era isso, Sr. Presidente.

Agradeço muito a V. Ex^a a condescendência de alguns minutinhos a mais.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a os merece, por ser uma fiel cumpridora do Regimento da Casa.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Mário Couto. S. Ex^a tem a palavra pelo tempo regimental de dez minutos.

A seguir, falará o Senador César Borges, como Líder.

Com a permissão do orador, quero registrar a presença do Sr. Mahendra Amarasuriya, Presidente do Lions Internacional, que veio do Sri Lanka para uma visita ao Brasil.

Também sejam bem-vindos ao Senado brasileiro os presidentes regionais, que serão saudados depois pelo Senador César Borges.

Muito obrigado.

Senador Mário Couto, desculpe-me. V. Ex^a tem a palavra pelo tempo de dez minutos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto hoje a esta tribuna para dedicar minhas palavras ao querido Estado do Pará, especialmente ao povo de Santarém, uma cidade situada no oeste do Pará, com 250 mil habitantes.

Os Municípios que integram aquela região são Alenquer, Belterra, Curuá, Monte Alegre, Placas, Prainha, num total de 381.938 habitantes. Outros Municípios vizinhos são Rurópolis, Óbidos, Uruará, Juruti, Altamira e Aveiro, 271.023 habitantes. Todos eles somam 652.961 habitantes.

Por que fiz questão de citar todas essas cidades? Porque vamos falar hoje, continuando o nosso pronunciamento de segunda-feira, sobre uma questão estarrecedora, brasileiras e brasileiros. Vejam o que ainda acontece neste Brasil; meditem e depois percebam o que a política de ódio consegue fazer com as pessoas. Repito: o que a política de ódio consegue fazer com as pessoas.

Vejo hoje, na tribuna de honra deste Senado, dois Deputados daquela região: José Megale e Alexandre Von, os dois Deputados mais votados no oeste do Pará.

Pedi que viessem aqui, para testemunhar aquilo que vou falar e para que o povo do Estado do Pará, especialmente o de Santarém, soubesse da responsabilidade de V. Ex^{as}; para que soubesse que V. Ex^{as} estão preocupados com o que está acontecendo hoje, em Santarém, com relação ao hospital. Agradeço a V. Ex^{as} por estarem aqui.

Brasileiros e brasileiras, paraenses, quero mostrar primeiro a foto.

Peço que a TV Senado, por favor, aproxime suas câmaras, para mostrar a foto desse hospital.

Esse é um dos maiores hospitais do Estado do Pará. Novo, zero quilômetro. Construído e inaugurado há um ano e três meses, talvez um dos maiores do norte do Brasil. A pediatria foi construída especialmente para atender a necessidade das crianças que fazem parte desse contingente de mais 600 mil habitantes daquela região.

Por que o Senador Mário Couto está falando disso aqui? O que está acontecendo? Por que o Senador mostra as fotos, menciona a população e diz que o hospital é um dos maiores do Estado do Pará, talvez o maior do norte do Brasil? Por que tudo isso? Por que essa indignação?

Aí é que diz o povo de Santarém. A Governadora do Estado do Pará teve 78 mil votos naquela cidade. E toda vez que falo da Governadora do Pará aqui dizem que o Senador está falando mal da Governadora. Não pensem assim, paraenses. Estou defendendo o meu

Estado. Vim para cá exatamente para isso! Ninguém vai calar minha boca, Deputados, principalmente quando a Governadora – e aí é o xis da questão –, por ódio político, por rancor em seu coração, não faz funcionar o hospital, pronto, equipado. Será um dos mais modernos do Pará – equipadíssimo. Não funciona porque o hospital foi construído pelo governo do PSDB, pelo Governador Simão Jatene. “Não; eu não quero que o hospital funcione porque não fui eu que o construí; foi o governador anterior; eu não gosto dele, e a população de Santarém e dos municípios vizinhos têm que sofrer”.

Pasmem, senhoras e senhores, o Vice-Governador do Estado nasceu em Santarém. O Vice-Prefeito de Santarém morreu de infarto. Olha o castigo! O vice-Prefeito de Santarém morreu de infarto. Se esse hospital estivesse funcionando, com médicos e equipado como está, não morreria o Vice-Prefeito, senhoras e senhores, brasileiros e brasileiras.

Vejam como é a política neste Brasil, especialmente no meu Estado do Pará. O hospital custou R\$95 milhões. A Assembléia Legislativa do Estado do Pará realizou uma sessão nesta semana. Disse a Secretária de Saúde que daqui a dois meses o hospital vai funcionar.

Como no Brasil se aprendeu a resolver as coisas por pressão, já falei na segunda-feira, indignado por esta situação. Não podemos comungar mais com isso neste País. Não podemos usar as pessoas, prejudicá-las. As pessoas não têm onde se proteger.

Peço mais uma vez à Prefeita de Santarém, minha amiga Maria do Carmo... Uma pessoa maravilhosa, mas não tem absolutamente nenhuma capacidade para administrar uma cidade como Santarém. Pediu a Prefeita: “Vou resolver o problema. Vou administrar o hospital”. Eu mesmo fui pessoalmente ver os hospitais municipais para saber se a Prefeita tinha condição de administrar o hospital estadual. Fui a Mujuí dos Campos. Meu Deus do Céu! Médico, três, quatro vezes apenas por semana; hospitais sem nenhuma medicação, terrivelmente abandonados. Como é que a Prefeita quer administrar o hospital estadual?

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permita-me um aparte, nobre Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Só um instante, Senador.

Tão ruim a administração da Prefeita, paraenses, que uma emissora de televisão fez um programa cujo título era “Tome conta de um buraco”, tão esburacada estava a cidade de Santarém. Quando descii no aeroporto, parecia que Santarém tinha acabado de sair de uma guerra: toda danificada, toda quebrada, estraçalhada, abandonada! E a Prefeita – pasmem, senhoras e senhores – ainda quer tomar conta do hospital. Não, Prefeita! Venha ao Lula, que é seu amigo; vá à Gover-

nadora; peça para ela deixar de ter ódio no coração e prestar atenção àquelas pessoas que precisam sobreviver, para que faça aquele hospital funcionar.

Santarenos, podem ter a certeza de que não vou me calar enquanto esse hospital não funcionar. Se preciso for... Não sou radical, não torço pela derrota de ninguém, não torço pela desgraça de ninguém, mas tenho o dever de servir ao meu povo, especialmente a uma cidade querida que confiou em mim, que é Santarém. Vocês terão de mim toda sinceridade e honestidade; vocês terão um Senador nas ruas fazendo campanha para que esse hospital funcione.

(Interrupção do som.)

O Sr. Presidente (Gerson Camata. PMDB – ES) – Senador, V. Ex^a dispõe de dois minutos para concluir o seu pronunciamento.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Vocês terão um Senador na porta do hospital até que ele funcione. Vocês terão um Senador não fazendo politicagem – porque não preciso disso – mas defendendo os interesses de todo um povo que está precisando de um grande hospital e que está pronto e equipado. “Ah, é exagero de Mário Couto”. Não é não. Eu tenho batido aqui, desta tribuna; tenho lutado pelo meu Estado e tenho denunciado.

Denunciei o tráfico de crianças na Ilha do Marajó, aonde eu nasci. Não deram nem bola; um desprezo total. Olhem aqui a manchete de *O Liberal* – do Estado do Pará, da região do Marajó. Vejam como não se trata de politicagem; vejam como é sério. Ouçam o que diz o Bispo: “Estado está ingovernável”.

Por favor, peço que mostrem esta outra foto aqui, para que os brasileiros e as brasileiras não digam que o Mário Couto está aqui, na tribuna do Senado, fazendo politicagem.

Santarenos, nós iremos lutar. O Bispo diz que Pará está ingovernável. Vou ler o que diz o Bispo:

Um Estado em situação de ingovernabilidade, omisso diante da exploração sexual infantil e com forte presença do narcotráfico. O quadro descrito ontem pelo bispo do Marajó, dom José Luiz Azcona, em entrevista em Belém, estende-se a todo o Pará...

Santarenos, eis aqui um Senador eleito por todos vocês, atento a todos os problemas desse Estado, e esse problema é sério. Senador Mão Santa, é um problema com o qual todos nós estamos indignados, pela postura anti-social, pela postura de raiva, esquecendo aqueles políticos que não querem fazer funcionar aquele hospital, Deputados, que o primeiro artigo da nossa Constituição, Deputados, no seu parágrafo único, diz o seguinte, Senador Mão Santa: “o poder emana do

povo”, o poder vem do povo. No seu primeiro artigo. Esquecem os políticos, que lá estão que foi o povo que os colocou lá. Se não fosse o povo, não estaria lá a governadora, não estaria lá a prefeita.

Pergunto a cada um dos Senadores – já vou descer da tribuna, Sr. Presidente –, e a cada um dos que me escutam nessas galerias: será que um mês antes, quinze dias antes, uma semana antes das eleições, a Governadora iria ao palanque, em Santarém, dizer que ela não ia colocar o hospital para funcionar? Será que ela teria coragem de dizer isso?! Será que a Prefeita Maria do Carmo, também do PT, teria coragem de dizer isso?

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Mesa pede a colaboração de V. Ex^a, que tem um minuto para encerrar a sua fala.

Muito obrigado.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Agora se esquecem que o povo necessita delas e viram as costas para o povo. Governadora do meu Estado, o País tem eleições de dois em dois anos. Não esqueça, Governadora! Agora mesmo, estamos num ano eleitoral, eleições para Prefeito. Não esqueçam! Se eu estou aqui, Mão Santa, se V. Ex^a está aqui, se o Senador Colombo está aqui é porque os povos dos seus Estados fizeram com que V. Ex^as pudessem vir aqui defender os seus Estados, assim como eu. Espero que o povo do meu Estado diga não a essas atitudes que só fazem...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Mesa pede a colaboração de V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou descer, Sr. Presidente. Só fazem com que a gente traga aqui a nossa indignação. Se é para radicalizar, nós vamos radicalizar, vamos entrar em contato com a Assembléia Legislativa do Estado do Pará e vamos marcar data para ir às ruas. Vamos marcar data para ir às ruas! Ou funciona por bem, ou funciona por mal!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Obrigado a V. Ex^a.

Próximo orador. Como Líder, fala o Senador César Borges. S. Ex^a dispõe do tempo de cinco minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Casa hoje recebe, para nossa honra, dirigentes importantes de um movimento que abrange quase todo o mundo, o Lions Clube.

Aqui nós temos – e eu o saúdo neste momento – o Presidente Internacional do Lions Clubes, Sr. Mahendra Amarasuriya. *(Palmas na tribuna de honra.)* Originário de Colombo, Sri Lanka, foi eleito para exercer o cargo

de Presidente da Associação Internacional de Lions Clubes, na 90^a Convenção Internacional, realizada em Chicago, nos Estados Unidos, em julho de 2007.

Mas, Sr. Presidente, o motivo desta comemoração é que o Lions Clube completa 56 anos de atuação no nosso País. E é com grande satisfação que rendo homenagens – Leão que sou também desde criança, porque freqüentava com meu pai, fundador do Lions Clube de Jequié – a essa instituição que vem prestando os mais relevantes serviços à sociedade brasileira.

A origem do movimento está no início do século passado. Em 1917, um agente de seguros de Chicago, Melvin Jones, chegou à conclusão de que cada um de nós pode ser fundamental na construção de um mundo melhor.

Decidido a levar adiante suas idéias, conclamou empresários, profissionais liberais e líderes corporativos a criar uma associação, de âmbito nacional, que tivesse como propósito a melhoria das condições de vida de suas comunidades.

Nascia, ali, a Associação Internacional de Lions Clubes, inspirada no princípio formulado por Melvin Jones, ou seja: “você não pode ir muito longe se não fizer alguma coisa por seus semelhantes”.

Como base nesse princípio – um princípio de inquestionável sabedoria; um princípio impregnado do espírito cristão –, foram definidos os objetivos do Lions. Objetivos, por sinal, que todos deveríamos ter sempre em mente, na medida em que nos apontam um louvável conjunto de valores, entre outros:

- criar e fomentar um espírito de compreensão entre os povos da Terra;
- incentivar os princípios do bom governo e da boa cidadania;
- interessar-se ativamente pelo bem-estar cívico, cultural, social e moral da comunidade;
- unir os clubes pelos laços de amizade, bom companheirismo e compreensão mútua;
- promover um fórum para a livre discussão de todos os assuntos de interesse público, excetuando-se, entretanto, o partidarismo político e o sectarismo religioso;
- incentivar as pessoas bem intencionadas a servir suas comunidades sem benefício financeiro, estimular a eficiência e promover elevados padrões éticos em todas as atividades profissionais.

São objetivos, Sr^{as} e Srs. Senadores, que vão muito além da simples convivência agradável entre pessoas que se prezam. São objetivos que ultrapassam também a elogiável prática de atividades assistencialistas. Mais

que tudo, representam, na verdade, um chamamento ao tão necessário exercício da cidadania.

E tão fortes se mostraram esses valores, Sr. Presidente, que o Lions acabou vingando e vingou também aqui, em terras brasileiras.

No início da década de 50, atuando paralelamente, cidadãos do Rio de Janeiro e de São Paulo trabalhavam para trazer ao Brasil os ideais do Lions. De modo que, em pouco tempo, nosso País ganhou seus dois primeiros Clubes. No Rio de Janeiro, em 16 de abril de 1952, Armando Fajardo reunia cerca de 40 pessoas para receberem o título e o distintivo de Leões. E em São Paulo, no dia 23 de julho do mesmo ano, Floriano Peixoto Santos juntava 56 companheiros para fundar o Lions Paulista.

Essas, Sr^{as} e Srs. Senadores, são as origens do Lions, uma instituição que, ao longo do tempo, tem-se mantido fiel a seus valores e a seus ideais. Uma instituição que, exatamente por se manter fiel a seus valores e a seus ideais, se torna cada vez mais digna de admiração e respeito.

No mundo, entre os clubes que prestam serviços à comunidade, o Lions se destaca não apenas como o pioneiro, mas também como o que exibe números mais grandiosos. A organização está assentada hoje em mais de 200 países. São 45 mil Clubes, com 1,3 milhão associados.

No Brasil, o Lions marca presença em mais de 1.300 Municípios. Neles, existem 1.600 Clubes, com 38 mil associados.

São pessoas, Sr. Presidente, que se dedicam à construção e à manutenção de hospitais, escolas, creches e centros de apoio a crianças, jovens e idosos; que desenvolvem programas de combate às drogas e de preservação do meio ambiente; que trabalham de uma maneira muito especial com os jovens, procurando desenvolver suas habilidades para liderança e atuação comunitária.

Exemplo dessa saudável militância é o Programa Visão em Primeiro Lugar – em inglês, **SightFirst** –, que vem sendo desenvolvido desde 1990 com muito êxito.

Por tudo isso, Sr. Presidente, por esses 56 anos de cidadania, dedicação, competência, desprendimento e amor ao próximo, quero, neste momento – em meu nome pessoal e creio que do Senado – saudar, efusivamente, todo os que fazem a grandeza do Lions em nosso País. Cumprimentamos os quatro Distritos Múltiplos, seus Distritos, Regiões e Divisões Leonísticas aqui representadas. São brasileiros que usam o lema da instituição: “Nós servimos”.

Aproveito, Sr. Presidente, para saudar os demais dirigentes aqui presentes: o Diretor Internacional do Lions Clubes, Francisco Fabrício de Oliveira Neto; o

ex-Diretor Internacional do Lions Clube, Zander Campos da Silva, presidentes de conselho de governadores dos distritos múltiplos do Brasil, em especial meu prezado amigo Jorge Brugni, que aqui está com sua esposa, Dr^a Ana Célia, Dr. Maurício Pereira de Souza, Antônio Carlos Tosi e Orley Ademar Ikert.

Se V. Ex^a me permitir, gostaria de ouvir os apartes dos Senadores Flexa Ribeiro e José Nery.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB – ES) – Os apartes não são permitidos, porque o Senador César Borges fala como Líder.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Quero apenas associar-me às homenagens ao Lions Clube. É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB – ES) – Obrigado a V. Ex^a e ao Senador José Nery.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Sr. Presidente, Senador César Borges...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB – ES) – Não são permitidos apartes, eles são anti-regimentais.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Queria me associar ao pronunciamento que faz o Senador César Borges e cumprimentar todos os membros dos Lions Clubes do Brasil e seu Presidente Internacional. Na juventude, tive militância no movimento leonístico como presidente do Lions Clube lá do Estado do Ceará. Meus cumprimentos a todos. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Muito obrigado, Srs. Senadores Flexa Ribeiro e José Nery. Tenho certeza de que todos os Senadores conhecem esse trabalho inestimável realizado pelo Lions Clube.

Sr. Presidente, vamos agora nos dirigir à Presidência desta Casa para que os representantes do Lions e seu Presidente Internacional possam ser recebidos pelo Presidente da Casa, o Senador Garibaldi Alves Filho.

É um prazer, para mim, poder participar nesta data, como Senador da República, desta homenagem a esta grande entidade que é o Lions Clube, que honra a todos os que dele participam.

Muito obrigado.

Parabéns ao Lions Clube!

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência se associa aos sentimentos de V. Ex^a e se sente honrada com a presença do Sr. Mahendra Amarasuriya, Presidente Internacional do Lions Clube.

O próximo orador inscrito é o Senador Flexa Ribeiro, que dispõe de dez minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Gerson Camata, Srs. Senadores, vai chegar o dia em que vou subir a esta tribuna para elogiar a Governadora do meu Estado pelas ações que ela possa vir a fazer em benefício da população do Estado do Pará, que a elegeu. Ainda não é hoje. Lamentavelmente, ainda não é hoje.

Antes de iniciar o meu pronunciamento, Sr. Presidente, quero fazer aqui uma homenagem aos prefeitos de todo Brasil, que se deslocaram até Brasília numa nova marcha, para fazer suas reivindicações, que, em sua maioria, não são atendidas pelo Governo Federal apesar de serem justas. Aqui da tribuna, temos lutado para que elas sejam atendidas pelo Executivo Federal.

Quero homenagear todos os que para cá se deslocaram em nome dos prefeitos do meu Estado do Pará que aqui se encontram na Tribuna de Honra: o nosso Prefeito de Trairão, Ademar Baú, Presidente da Amut; o nosso Prefeito de Jacareacanga, o Carlos Veiga; o nosso Prefeito de Porto de Moz, o Edilson Cardoso; o nosso Prefeito de Rurópolis, Aparecido Florentino; o nosso Prefeito de Bujaru, Emanuel Muniz; o nosso Prefeito de Itaituba, Roselito; o nosso Prefeito de Anapu, Reis, e em seus nomes quero homenagear todos os Prefeitos do Estado do Pará, todos os nossos 143 prefeitos, que lutam com as dificuldades, evidentemente, de cada município.

Presidente Gerson Camata, o Estado do Pará é o segundo maior Estado em dimensões da Federação brasileira. É um Estado que tem uma potencialidade de crescimento enorme. Lamentavelmente, está sem governo no período atual.

Quero aqui homenagear o nosso Líder do PSDB, Deputado José Megale, da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, e o nosso Deputado Alexandre Von, do oeste do Pará, do Município de Santarém – o Senador Mário Couto, que me antecedeu há pouco, fez todos os comentários que eu já tinha aqui repetidas vezes feito, repetidas vezes, a respeito do Hospital Regional de Santarém.

Na última sexta-feira, estivemos em Santarém, no III Encontro Regional do PSDB, e quero agradecer ao Deputado Alexandre Von, que organizou esse encontro que reuniu mais de 39 vereadores, seis prefeitos, sete ex-prefeitos, cinco vice-prefeitos e doze candidatos a prefeito num universo de dezoito municípios lá reunidos.

A presença do Deputado Alexandre Von e Deputado Megale, foi uma demonstração de que o PSDB está unido e forte, pronto para o embate eleitoral. Faremos vários prefeitos no Pará, especialmente, o de Santarém, que é a terra que tão bem o Deputado Alexandre Von defende.

Presidente Gerson Camata, nesse encontro tivemos a honra de ter também a presença do Senador Sérgio Guerra, Presidente Nacional do PSDB; do Deputado Federal Rodrigo de Castro, Secretário Geral do PSDB Nacional; e do Senador Arthur Virgílio, que foram lá prestigiar o PSDB do Estado do Pará. Junto comigo, lá estiveram também o ex-Governador Simão Jatene, o Senador Mário Couto, os Deputados Federais Zenaldo Coutinho, Nilson Pinto, Lira Maia, os Deputados Estaduais, Megale, que aqui está; o Deputado Alexandre Von, a Deputada Tetê, o Deputado Pioneiro, a Deputada Suleima e o Deputado Ítalo Mácola.

Deputado Alexandre Von, foi um encontro da maior importância. Todo o Estado do Pará, que nos vê pela TV Senado e que nos ouve pela Rádio Senado, sabe que, em 2010, o PSDB vai voltar ao comando do Estado do Pará, mas antes disso faremos um grande número de prefeituras, um grande número de prefeitos, de vice-prefeitos e de vereadores em todos os municípios do Estado do Pará com o apoio dos nossos atuais e futuros prefeitos. Então, novamente, quero transmitir meus agradecimentos por esse encontro em Santarém, onde fomos tão bem recebidos.

No sábado, Senador Mário Couto, estive com o Deputado Nilson Pinto em Terra Santa, que é um município que fica a uma hora de avião de Santarém – lá no Pará, Senador Gerson Camata, não é como no seu Estado do Espírito Santo, onde se viaja de carro: lá, a gente conta a distância por hora de voo, de jato ou de bimotor, como foi o nosso caso. A uma hora de avião de Santarém fica Terra Santa, onde fomos fazer um encontro, também do PSDB, com o nosso pré-candidato Carlinhos Bentes. O Deputado Nilson Pinto nos acompanhou e lá tivemos a presença da Vereadora Isaura, do PV, que é pré-candidata à Vice-Prefeita; do Vereador Wandinho, Presidente da Câmara; do Deputado Júlio Ferrari; e do Vereador Dóia. Aliás, o Vereador Dóia – é interessante que o Brasil saiba disso, Senador Colombo – é irmão do atual prefeito, mas, como o desempenho de seu irmão à frente da prefeitura é muito ruim, o Vereador Dóia se apresenta como ex-irmão – como se existisse ex-irmão! Ele faz questão de se apresentar como ex-irmão, ele não quer ser irmão do prefeito para não prejudicar a candidatura dele. Essa é a situação de Terra Santa. Essa é a situação que vive aquele município. Criou-se a figura do ex-irmão!

Mas eu quero me referir, lamentavelmente, à questão do Estado do Pará, começando por Santarém.

Com relação a Santarém, nós já estivemos aqui e fizemos vários pronunciamentos sobre o Hospital Regional. Uma comissão do Senado Federal composta por vários Senadores foi a Santarém, onde visitamos o Hospital Regional.

A Governadora quis enganar os Senadores! É bom que a população do Brasil saiba disso!

Presidente Gerson Camata, sabe o que fez a Governadora?

No dia em que a Comissão Externa do Senado, composta por cinco Senadores – José Nery, Sibá Machado, Augusto Botelho, do PT, Arthur Virgílio e por mim, Flexa Ribeiro -, esteve em Santarém – e avisamos à Governadora que iríamos lá para ver a situação do Hospital Regional, onde foram investidos R\$95 milhões da sociedade paraense e que está há um ano e meio sem funcionar – sabe o que fez a Governadora juntamente com a Prefeita? Pegou, na véspera, Senador Colombo – só rindo! -, os pacientes que estavam no Hospital Municipal, à noite – chegaríamos no dia seguinte, pela manhã -, e os transferiu para o Hospital Regional, para que, quando chegasse a comissão composta pelos cinco Senadores, houvesse lá pacientes internados.

Ora, a Governadora esteve aqui no Senado, passou quatro anos conosco e sabe que não pode nos enganar, tampar o sol com a peneira.

Chegávamos até os pacientes, Senador Raimundo Colombo, Senador Mário Couto e Senador José Nery, e perguntávamos:

– Como foi a sua cirurgia? Quando foi a sua cirurgia?

E eles respondiam:

- Ainda não fiz a cirurgia!
- Quando o senhor se internou?
- Hoje de manhã!

Chegávamos em outros pacientes e perguntávamos:

– O que o senhor tem? Quando se internou?

– Ontem à noite!

Isso para enganar os Senadores! Não é isso! Não estávamos lá para atrapalhar o Estado do Pará, Governadora! Estávamos lá para ajudá-la!

Estamos aqui – e tenho certeza de que falo em meu nome, falo em nome do Senador Mário Couto, falo em nome do Senador José Nery. Os três Senadores do Pará estão aqui para ajudá-la, Governadora, para ajudar a sua administração. Queremos que V. Ex^a faça uma ótima administração. Ajude os prefeitos que estão aqui, porque, desta forma, o Pará vai avançar. Deputado Alexandre Von, Deputado José Megale, quando recuperarmos, pela vontade do povo, o Governo do Pará em 2010, não teremos que fazer mais do que V. Ex^a fará. Agora, V. Ex^a não fazendo nada, prejudicará o povo do Pará e ajudará a retomada do poder. Não

queremos facilidade, não! Queremos progresso. Então, estamos aqui para ajudá-la.

E, lamentavelmente, todas as manchetes do Estado do Pará são deste tipo que quero registrar: “Planalto pede a Ana Júlia controle do MST”.

O MST anuncia antecipadamente para o Brasil inteiro que vai fazer um sem número de invasões no “abril vermelho”. E o Governo Federal e o Governo estadual não tomam nenhuma providência para coibir ações marginais, ações fora da lei. O Estado de direito brasileiro não pode aceitar esse tipo de movimento. Eles agora querem que a Vale do Rio Doce seja estatizada. Essa é a pauta do MST, Senador Mário Couto. Não é a pauta de um movimento social, Senador Jefferson Péres. É a pauta de um programa de Governo.

Eles querem reestatizar a Vale do Rio Doce. Eles querem construir rodovias. Querem trazer energia. É uma pauta de governo. Não é uma pauta social. Como dizem que não são atendidos, e não são atendidos pelo Governo Federal, querem fazer – desculpem a expressão – na marra, à margem da lei; e a Governadora os recebe de braços abertos.

Temos aqui outra manchete: “Invasores tomaram área da Amafrutas”. Sabem o que é Amafrutas? A Amafrutas é aquela do caso do alopado do PT, o Lorenzetti, que colocou uma ONG no Pará, e o Presidente Lula esteve...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a dispõe de um minuto para encerrar seu pronunciamento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O Presidente Lula esteve na Amafrutas com quem Sua Excelência chamou de alopado, o Lorenzetti, só que nessa empresa sumiram R\$35 milhões do Banco Basa, que entregou para a ONG. Essa Amafrutas está abandonada. E está na CPI das ONGs, que ninguém consegue quebrar sigilo. Ninguém consegue fazer nada. Trinta e cinco milhões de reais da sociedade brasileira desapareceram.

Há aqui também, e quero pedir que esse registro conste nos Anais da Casa... Vou ter que retornar à tribuna na terça-feira para dar continuidade ao meu discurso, Deputados Alexandre Von e José Megale, mas quero fazer constar...

Sr. Presidente, Senador César Borges, se V. Ex^a, pela sua generosidade, conceder-me mais três minutos, concluo meu pronunciamento.

Quero fazer constar aqui que, na segunda-feira, o setor produtivo,

Senador Jefferson Péres, Senador Gerson Camata, Senador Mão Santa, do Estado do Piauí, empresários e trabalhadores, Senador José Nery, V. Ex^a não

esteve lá, empresários e trabalhadores se reuniram no hotel para, juntos, lançarem essa declaração de princípios que está aqui, a qual quero pedir à Presidência que faça a inserção nos Anais do Congresso.

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – A manchete do jornal *O Liberal* de hoje já diz: “Empresariado vê com desagrado as diretrizes econômicas para o Pará”. Sabe o que a Governadora Ana Júlia fez, Senador César Borges? V. Ex^a, que foi Governador, levou a Ford para a Bahia e mudou o Estado junto com o Senador Antonio Carlos Magalhães, sabe a importância da política de incentivos para que o Estado de uma região como a nossa possa se desenvolver. O Pará tinha uma política de incentivos que já tinha levado para o nosso Estado mais de 150 empresas. Sabe o que a Governadora fez? Cancelou a política de incentivos, porque era do Governo do PSDB e era exitosa. E sabe o que ela fez? Criou uma nova que não incentiva nada, pelo contrário, “desincentiva”. Sabe quantas empresas se propuseram a aderir à nova lei? Nenhuma. E não vai ter nenhuma, Senador Mário Couto.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Só um aparelho pequeno, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pois não, Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – O Amazonas está muito grato à Governadora do Pará, porque estamos de braços abertos para receber essas empresas. Muito obrigado, Ana Júlia!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Jefferson Péres, tenho certeza absoluta que, depois do brilhante aparte de V. Ex^a, a Governadora vai reconsiderar o que está fazendo e aumentar os incentivos para que o Estado-irmão, que é o Estado do Amazonas, que tem uma zona franca, possa, junto com o Pará, também atrair investimentos.

Obrigado por V. Ex^a nos ajudar a que a Governadora possa olhar não para o Pará da próxima eleição e, sim, para o Pará do futuro.

Então, pediria, Senador César Borges, que constassem nos Anais todos esses adendos, pois o Estado está ingovernável.

Quero fazer um registro, Senador Raimundo Colombo e Senador Antonio Carlos Valadares: o Prefeito do PT da cidade de Parauapebas, onde está o núcleo da Vale do Rio Doce de Carajás, segundo publicado no jornal *O Globo* de segunda-feira, para o Brasil inteiro, assomou a um palanque, um caminhão e incitou o MST, Senador Jefferson Péres, a ocupar a estrada de ferro de Carajás, as propriedades da Vale. Vou repetir aqui rapidamente o que disse: “Em Parauapebas, o

apoio do Prefeito local ao MST foi registrado em vídeo, com fita exibida nos principais jornais do País. *O Jornal Nacional*, da Rede Globo, veiculou:

Em tom panfletário, o Prefeito Darci Lermen incita atos de violência contra as instalações da Vale, com camisa vermelha e bonezinho do MST, dizendo em palanque: “*Se a Vale entende que não precisa respeitar ninguém, então me cabe o direito de achar também que não preciso respeitar ninguém*”.

Essa é a posição do Prefeito Darci...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ... Lermen, de Parauapebas, do PT.

E Parauapebas é um dos Municípios de maior importância no Estado do Pará, porque é minerador, recebe **royalty**, recebe CFEM, tem uma receita de mais de R\$30 milhões. Então, esse Prefeito tinha, sim, de atender os investimentos necessários, porque está espantando os investidores que terão de ir para o seu Município.

Vou encerrar, Senador César Borges, pedindo que seja, como eu disse, transcrita a Declaração de Princípio das Lideranças Empresariais, Profissionais e de Trabalhadores do Estado do Pará e também a Moção de Repúdio ao não funcionamento do Hospital Regional de Sanarem, aprovada no encontro do PSDB. Acontece que estamos perdendo vidas em Santarém, então, não podemos mais...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA. Fazendo soar a campanha.) – Senador, peça que conclua.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Concluindo, não podemos mais aceitar essa condição.

A atual Secretária Laura Rossetti deu uma entrevista dizendo que, dentro de 90 dias... Porque assumiu agora que o Governo retirou a OS, que estava lá desde janeiro de 2007, de forma incorreta, e ela, agora, contratou a OS, que foi a segunda colocada na licitação do Governo Jatene, a Pró-Saúde, para colocar o hospital para funcionar em 90 dias.

Deus queira que isso aconteça, porque o povo do oeste do Pará não precisa sofrer de tal forma por este desgoverno do PT, perdendo vidas preciosas de paraenses que nos ajudam a desenvolver o Estado.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

MOÇÃO DE REPÚDIO AO NÃO FUNCIONAMENTO DO HOSPITAL REGIONAL

O HOSPITAL REGIONAL DO OESTE DO PARÁ, FEITO E INAUGURADO NA GESTÃO DO GOVERNO SIMÃO JATENE, DEFINE O MAIS SIGNIFICATIVO INVESTIMENTO GOVERNAMENTAL NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA DESTE INÍCIO DE SÉCULO, TAL A ABRANGÊNCIA DO SEU ALCANCE SOCIAL/REGIONAL, COM UM APORTE DE QUASE RS-90.000,00 (NOVENTA MILHÕES DE REAIS);

ALÉM DO SEU ASPECTO MACRO, PERMEADO POR MODERNÍSSIMA CONCEPÇÃO ARQUITETÔNICA E AMBIENTAL, ESSE HOSPITAL TERIA E TEM TUDO PARA EXPRESSAR UMA OBRA-PRIMA NO SEU OBJETIVO-FIM, TAL A DIVERSIDADE DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES DE *MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE* A SEREM OFERECIDOS À SOCIEDADE LOCAL E REGIONAL, SUSTENTADA EM UMA MEGA, MODERNA E SOFISTICADA ESTRUTURA INTEGRADA POR EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES DE ÚLTIMA GERAÇÃO, INCLUSIVE QUEBRA NDO O PARÂMETRO, HISTORICAMENTE PREVALENTE, DE QUE O "SOFISTICADO" EM SAÚDE NÃO PODE SER OFERECIDO *GRATUITAMENTE* À POPULAÇÃO CARENTE, NA MEDIDA DO SEU PERFIL EMINENTEMENTE PÚBLICO, QUE GARANTE ESSA CONDIÇÃO.

É DE SE MEMORIZAR, SEMPRE, QUE ESSE IMPORTANTÍSSIMO EMPREENDIMENTO EM SAÚDE, TRADUZ UMA RESPOSTA ADMINISTRATIVAMENTE CORRETA E RACIONAL DAQUELE GOVERNO (JATENE) A UM REITERADO PROCESSO DE LUTA E DE JUSTO ANSEIO DE UMA REGIÃO, PARA POTENCIALIZAR A QUALIDADE DE VIDA, COM CONCRETAS POSSIBILIDADES DE MANTER ESSE SUPREMO BEM DE SEUS HABITANTES, OUTRORA AMEAÇADO E/OU SACRIFICADO PELA AUSÊNCIA DESSE TIPO DE "REFERÊNCIA", ENTÃO SÓ POSSÍVEL EM BELÉM, MANAUS E EM OUTROS CENTROS. LOGO, NÃO HÁ COMO JAMAIS SE TOLERAR QUE ESSA "CONQUISTA" SEJA DEFINITIVAMENTE CONVERTIDA NA FRUSTRAÇÃO QUE O ATUAL GOVERNO ESTADUAL VEM NOS IMPONDO, PELA VIA TORTA DA SABOTAGEM ADMINISTRATIVA FINANCIADA PELO INTERESSE POLÍTICO MARGINAL E PELA MESQUINHARIA ELEITOREIRA, AINDA QUE SOB O PERVERSO PREÇO ADICIONAL DO BOICOTE PROGRESSIVO DOS SERVIÇOS RESPECTIVOS E DAS PERDAS HUMANAS QUE VÊM SE ACUMULANDO.

PIOR DO QUE ISSO, SÓ O PRÓPRIO CAOS QUE SE ANUNCIA, COM A SUPOSTA TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DO HOSPITAL PARA A PREFEITURA LOCAL. ORA, SE ISSO OCORRESSE, ALÉM DA DETURPAÇÃO QUE TAL FEITO CAUSARIA A UM PROJETO DE CARÁTER REGIONAL, CABERIA PERGUNTAR: O QUE PODERIA SE ESPERAR DE UM MUNICÍPIO, NESSE PAPEL, QUE NÃO DÁ CONTA NEM DA SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL?

AINDA QUANTO AO HOSPITAL, O *PSDB* LOCAL SE CONSIDERA EM PAZ, POIS JAMAIS ESTEVE OMISSO, DESDE A LUTA POLÍTICA PARA CONSTRUÍ-LO, PASSANDO PELAS PERMANENTES DILIGÊNCIAS QUE VEM ADOTANDO PARA ABRÍ-LO - DENUNCIANDO, PROVOCANDO AS INSTÂNCIAS DE PODER, INCLUSIVE JUNTO AO SENADO DA REPÚBLICA, E AGORA RENOVANDO O SEU COMPROMISSO DE CONTINUAR ATUANDO, ATÉ QUE ESSE INCIDIOSO DESCALABRO ADMINISTRATIVO ESTADUAL SEJA DERROTADO, *CONVOCANDO, PARA TANTO, PREFEITOS, VEREADORES, DIRIGENTES POLÍTICOS E LIDERANÇAS DA REGIÃO, NO SENTIDO DA PRÁTICA DE UMA AÇÃO SOLIDÁRIA, NUM PROCESSO QUE CABE A TODOS NÓS.*

FINALMENTE, **REPUDI**A O GESTO DE INVULGAR DESMANDO DO GOVERNO DO ESTADO, AQUI REFERIDO E NOVAMENTE DENUNCIADO, E *SOLIDARIZA-SE* COM A POPULAÇÃO DO OESTE DO PARÁ, POR TODO O CONSTRANGIMENTO E SACRIFÍCIOS QUE POR CONTA DO PROBLEMA EXPERIMENTA.

SAUDAÇÕES AO POVO DO OESTE PARAENSE!

PSDB
(DIRETÓRIO MUNICIPAL DE SANTARÉM)

Esta a versão preliminar número 20

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS
DAS LIDERANÇAS EMPRESARIAIS, PROFISSIONAIS
E DE TRABALHADORES DO ESTADO DO PARÁ

As entidades federativas empresariais e de trabalhadores, sindicatos e representações das categorias profissionais, instituições de ensino e pesquisa e lideranças políticas signatárias deste documento, em reunião realizada em Belém do Pará, vem expressar às autoridades federais, estaduais e municipais integrantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e à sociedade brasileira, com a presente **DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS**, os sentimentos de extrema preocupação e perplexidade com o quadro que está sendo delineado pelas diretrizes econômicas e estratégias políticas voltadas à nossa região e que afetam especialmente o Estado do Pará, em reiterada tentativa de criar obstáculos ao nosso desenvolvimento socioeconômico, baseados nos seguintes pressupostos:

1) No preâmbulo da Carta Magna de 1988, está expresso que o Brasil é um Estado Democrático no qual é assegurado “o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias...”. No inciso IV do Art. 1º está expresso que “os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa” se consagram como um dos fundamentos da nossa República Federativa que, entre seus objetivos, destaca nos incisos II e III do Art. 3º: “II – garantir o desenvolvimento nacional” e “III – erradicar a pobreza e a marginalidade e reduzir as desigualdades sociais e regionais”.

2) No caso do Pará, integrante da Amazônia, mas detentor de peculiaridades tais que o faz distinto das demais unidades federativas da mesma Região, existe uma história de discriminação, de endocolonialismo e de vazios de poder responsáveis pelos atuais ilícitos e conflitos sociais por ação ou omissão, do Poder Executivo Federal. O afã, no passado, de “*integrar para não entregar*”, gerou o fenômeno migratório de milhares de pessoas que atenderam ao apelo do slogan “*terra sem homens para homens sem terra*”. O Pará, notadamente na sua área sul-sudeste, foi ocupado por brasileiros que ansiavam participar de um amplo processo colonizador. Nessa época, o condicionante para a entrega de títulos de terra era o desmatamento de 50% da área requerida. O Estado, que durante anos importava a carne que consumia, foi estimulado a exercer sua vocação pecuária chegando, hoje, a possuir um rebanho da ordem de 20 milhões de animais.

3) A União Federal, a quem compete o estabelecimento de uma política de reforma agrária capaz de contemplar o ordenamento fundiário, a assistência técnica, a transferência de tecnologia, a manutenção da infra-estrutura de transportes e a alocação de

financiamentos compatíveis, sempre foi a grande ausente, deixando ao governo estadual a gerência dos grandes impasses advindos dessa ocupação desordenada, entre eles os conflitos pela posse da terra. Os problemas fundiários adquirem um novo componente com o processo de verdadeiro confisco das terras paraenses para a União, sob a capa de reservas indígenas, áreas de proteção ambiental e florestas nacionais. Em paralelo, a mesma União estimula, pela inércia, impunidade e apoio institucional sob variadas formas, o surgimento de organizações paramilitares civis, travestidas de “movimentos sociais”, que, pretensamente defendendo o “direito à terra”, agridem ostensivamente a Constituição que garante o direito à propriedade, estabelecendo, no campo e nas cidades, um regime de autêntico terror, com invasões de áreas produtivas, saques ao patrimônio privado e danos ao meio ambiente com a derrubada indiscriminada da floresta dentro da reserva legal das propriedades invadidas.

4) Na busca do resguardo de seus direitos, os cidadãos brasileiros, trabalhadores, profissionais liberais de todas as categorias econômicas, assim como as empresas privadas que têm sido vítimas dessa perversa orquestração e atuam dentro da legalidade, recorrem ao Poder Judiciário, guardião da defesa dos direitos constitucionais, mas contemplam, com desesperança, que as decisões judiciais deixam de ser cumpridas. A culpa não é da Justiça, que vêm exercendo com altivez as suas funções, mas o fato culmina por incentivar as ações criminosas de certos movimentos, pela certeza da impunidade. Em contraposição, autarquias federais, sem o respaldo do Judiciário, condenam empresas e empresários, sem a observância de qualquer princípio da ampla defesa e do contraditório.

5) A economia paraense, em processo de decolagem, precisando de apoio para enfrentar obstáculos na conquista de mercados, recebe o impacto frustrante da revogação da política de Incentivos Fiscais, numa economia já fragilizada por significativas deficiências institucionais e infra-estruturais, bem como pela ausência, insuficiência, instabilidade e inadequação de marcos regulatórios, conformando um ambiente adverso a investimentos produtivos. Em paralelo, a imobilidade governamental, alicerçada em princípios burocráticos, dificulta a concessão de licenciamentos, entretendo processos de implantação de novos projetos e a ampliação dos já existentes. O setor minero/metalúrgico, em franca expansão e marcando presença no mercado externo, responsável pelo desenvolvimento não só da Região como do País é um exemplo.

6) Embora com o franco desrespeito ao princípio constitucional que garante a livre iniciativa, é visível uma inadequada intervenção do Estado com reflexos negativos no desenvolvimento econômico, gerando entraves de difícil contorno. Em contrapartida, o mesmo Estado não realiza as obras de infra-estrutura indispensáveis ao desenvolvimento como soem ser, entre outras, a conclusão e pavimentação das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá e as eclusas de Tucuruí.

7) A esse grave cenário interno reúne-se a também histórica ambição internacional que, modernamente, sob o pretexto da defesa do meio ambiente, deseja impor à Amazônia o engessamento econômico, condenando-nos à condição de mero almoxarifado do planeta, ignorando-nos como população de vinte milhões de brasileiros que têm o direito de produzir para atender às suas necessidades e garantir à sua posteridade idêntica prerrogativa. Esse contingente populacional, em sua expressiva maioria, sofre, hoje, com a carência dos serviços públicos que lhes possa garantir segurança, habitação, assistência de saúde, educação, transporte e, até mesmo, os mais elementares direitos do cidadão (registro de nascimento, identidade, título de eleitor e carteira de trabalho).

8) Em tais condições, o que se vislumbra é um panorama de indução ao atraso na economia, comprometendo a geração de emprego, contribuindo para o aumento da violência no campo e nas cidades. Violência, aliás, já insuportável para todos os cidadãos que, obrigados a uma carga tributária das mais pesadas do planeta, não têm a garantia do respeito aos seus humanos direitos. Violência essa que afugenta, igualmente, a possibilidade de novos investidores.

Isto posto, proclamamos que:

I - Defendemos intransigentemente o princípio da **LEGALIDADE** e não aceitamos ser tratados, indistintamente, como marginais, aos quais devem ser aplicadas punição exemplar, nos ditames da Justiça.

II - Exigimos o **RESPEITO AO PACTO FEDERATIVO** e a inserção do Pará nas prioridades do desenvolvimento nacional. Temos, constitucionalmente, o direito a esse desenvolvimento e à superação das desigualdades regionais que hoje nos limitam.

III - Não é possível o progresso sem a **PAZ SOCIAL** e que, sem **SEGURANÇA**, inclusive a institucional, não poderemos realizar nenhum tipo de investimento capaz de gerar emprego e renda para os milhões de brasileiros que aqui vivem.

IV - Somos intransigentes defensores da **PRESERVAÇÃO DA FLORESTA AMAZÔNICA E DO MEIO AMBIENTE**, através de legislação adequada e baseada em critérios técnico-científicos e sociais que atendam às peculiaridades dos ecossistemas envolvidos. Assim, é fundamental o detalhamento do **MACROZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONOMICO DO ESTADO DO PARÁ**, aprovado à unanimidade dos deputados estaduais, para orientar a implantação de novos investimentos de forma ordenada e sustentável, com responsabilidade social.

V - O **RESPEITO AO POVO DO PARÁ** é uma consequência natural do seu direito de usufruir melhores oportunidades de trabalho, de elevação de seu padrão de vida, que pode, sim, ser obtido através do uso racional, do manejo adequado, responsável e sustentável dos recursos naturais que constituem, também, nosso patrimônio.

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Gerson Camata, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. César Borges, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Eu que agradeço.

V. Exª será atendido de acordo com o Regimento quanto à transcrição de todo o material que agregar ao seu discurso.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Antes de conceder a palavra pela ordem, quero anunciar o próximo orador, Senador Gerson Camata, pelo tempo de dez minutos, como orador inscrito.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É apenas para pedir minha inscrição pela Liderança do PDT, antes da Ordem do Dia, se possível.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – V. Exª será atendido, Senador Jefferson Péres.

Só retificando, o Senador Gerson Camata tem a palavra por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, vou voltar a um assunto que focalizei já há algum tempo num apelo que fiz à Agência Nacional do Petróleo, ao Sr. Ministro de Minas e Energia, que é nosso colega, Senador Edison Lobão, e também ao Senhor Presidente da República.

Os brasileiros que saem do Brasil e vão até o Uruguai, Argentina, Chile, Peru têm oportunidade de encontrar automóveis brasileiros como Montana, Corsa, Ford Ka, todos movidos a motores *diesel*, fazendo uma média de 25 a 30km com um litro de óleo *diesel*. E esses carros, Sr. Presidente, são fabricados no Brasil.

Veja em que situação o Brasil chegou. Nós podemos fabricar carros bons, econômicos, mas não podemos usá-los. Temos de vendê-los para os outros. Isso é abusar do povo brasileiro. Isso é uma vergonha, e nos envergonha sermos brasileiros.

E, aí, nós observamos. Havia uma portaria do Conselho Nacional do Petróleo – porque, antigamente, o *diesel* era subsidiado. Quem comprava gasolina, pagava um pouquinho do óleo *diesel* para subsidiar o transporte. E, aí, diziam que não podiam permitir o uso de carros de passeio a *diesel* porque o *diesel* era subsidiado.

Depois, no lugar do Conselho Nacional do Petróleo, entrou o Departamento Nacional do Petróleo, que reformulou a portaria: no Brasil, é permitido fa-

bricar carros econômicos e modernos a *diesel*, mas não para os brasileiros e sim para os uruguaios, para os argentinos e, agora, até para os chineses. Para os brasileiros é proibido.

Posteriormente, entrou a Agência Nacional do Petróleo. “Ah, agora vai liberar a livre concorrência, o livre comércio. Os brasileiros serão iguais a todos os cidadãos do mundo em matéria de consumo de energia”. Colocou-se, novamente, a portaria: Não se pode fabricar carro econômico a *diesel* para brasileiro – só para estrangeiro, só para uruguaio, só para argentino, só para peruano.

A contradição de tudo isso, Sr. Presidente, é que quem é rico e pode comprar um carro de R\$100 mil, compra um carro importado a *diesel* e passa na frente do pobre, que tem um carro que faz 7 ou 8km com gasolina, fazendo 22km com um litro de óleo *diesel*.

Mas que diabo de igualdade é essa que nós estamos colocando no Brasil? Eu acho que há necessidade de se reformular isso. Agora, estão dizendo que não pode porque o *diesel* é importado. Mas se importamos mais *diesel*, diminuirá o consumo de gasolina. Diminuindo o consumo de gasolina, exporta-se a gasolina, que é mais cara, e importa-se o *diesel*, que é mais barato. Essa medida permite aos brasileiros que andem em automóveis brasileiros que façam de 25 a 30km com um litro de óleo *diesel*.

Recentemente, por exemplo, li nos jornais que o governo alemão fez um concurso dentro da Alemanha – o que o Brasil também deveria fazer –, para premiar o carro mais econômico – não é carro demonstração –, que efetivamente caminhe e ande pelas ruas. A Volkswagen, que ganhou o prêmio, produziu um carro que faz 60km com um litro de óleo *diesel*, que hoje circula nas ruas da Alemanha.

Ora, aqui no Brasil, se queremos economizar combustível, não precisamos ficar inventando carro elétrico. Na hora em que a maioria da população estiver andando com carros que façam 40 a 50km com um litro de óleo *diesel*, o Brasil estará muito melhor ecológicamente colocado do que produzindo álcool.

Desconfio, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que, atrás disso, há o **lobby** dos produtores de álcool, o **lobby** de interesses da Petrobras.

Outro aspecto que tem de ser colocado é: o que adiantou para os brasileiros serem auto-suficiente em petróleo? Nada! Na Venezuela, R\$0,10 o litro; na Argentina, R\$1,40; no Uruguai, R\$1,80; no Brasil, R\$2,90. Quer dizer, somos cidadãos de um país auto-suficiente em petróleo e pagamos o petróleo mais caro da América Latina. Mais caro que os Estados Unidos.

O que adiantou ao povo brasileiro essa auto-suficiência, da qual tenho dúvidas? Dizem que o Bra-

sil importou agora US\$3 bilhões de combustível. Que diabo de auto-suficiência é essa que não favorece a população brasileira, não faz bem ao Brasil e não permite que os brasileiros sejam cidadãos iguais dentro do seu próprio País?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Obrigado, Senador Gerson Camata. Agradeço a V. Ex^a a forma como se portou, falando dentro do seu tempo, de forma brasileira, não inglesa.

Concedo a palavra ao Senador José Nery, para uma comunicação inadiável, pelo tempo de cinco minutos. A seguir, o Senador Jefferson Péres falará pela Liderança.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente César Borges, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, quero, no início do meu pronunciamento, saudar a delegação de Prefeitos do Estado do Pará que participam da 11^a Marcha Nacional a Brasília, trazendo uma pauta das mais importantes, no sentido do fortalecimento dos recursos, para os Municípios brasileiros cumprirem suas obrigações constitucionais.

Saúdo os Prefeitos de todo o Brasil que estão em Brasília nestes três dias, mas, em especial, os que, neste momento, compõem a tribuna de honra da nossa Casa: Edilson Cardoso, Prefeito de Porto de Moz; Aparecido Florentino, Prefeito de Rurópolis; Ademar Baú, Prefeito de Trairão; Carlos Veiga, Prefeito de Jacareacanga; Luiz dos Reis Carvalho, Prefeito de Anapu; e Roselito Soares, Prefeito de Itaituba.

Também aproveito a oportunidade para cumprimentar os Deputados Estaduais José Megale e Alexandre Von, que nos honram com sua presença no plenário, numa tarde em que a Bancada paraense no Senado tem a oportunidade de se pronunciar sobre temas relevantes e de interesse do nosso Estado do Pará.

Sintam-se acolhidos no plenário do Senado Federal e recebam minha manifestação de agradecimento pelas honrosas visitas!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muita satisfação que utilizo esta tribuna para saudar a realização de mais um Acampamento Terra Livre, programação já consolidada dentro da agenda do Movimento Indígena Nacional, que repercute na sociedade como uma das principais ações do Abril Indígena. Em todo o Brasil, os povos indígenas se mobilizam para denunciar os cada vez mais graves crimes de que são vítimas e para exigir a punição de quem os pratica.

No final da tarde de hoje, terei a oportunidade de visitar o acampamento do Movimento Indígena, o Acampamento Terra Livre, em frente ao Congresso Nacional, na Esplanada dos Ministérios, quando leva-

rei minha solidariedade e meu apoio à luta dos povos indígenas, à luta pela garantia dos seus direitos.

Entre os crimes que ora se evidenciam e que ocupam as manchetes de revistas, de jornais e de canais televisivos, está o caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima. Esta foi homologada pelo Governo brasileiro desde o dia 15 de abril de 2005, depois do cumprimento de longo trâmite burocrático e das pressões do movimento indígena para que a propriedade da terra fosse, definitivamente, destinada aos povos Macuxi, Wapichana, Taurepang, Ingarinkó e Patamona.

Desde esse período, essas comunidades, num total de 18.992 índios, aguardam a retirada dos ocupantes não-indígenas, particularmente de um grupo de somente seis arroteiros que tem desafiado o poder estatal federal ao empreender ações de extrema violência, como espancamento de lideranças indígenas, queima e destruição de pontes e escolas, bloqueio de estradas, manutenção de reféns, utilizando-se até de bombas caseiras para aterrorizar a população, anunciando, assim, um “derramamento de sangue” na região da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Tudo isso ocorre, Sr. Presidente, porque, desde o dia 27 de março de 2008, quase três anos após a homologação, o Governo anunciou, oficialmente, o início da operação de retirada dos invasores. A Polícia Federal está em Roraima e está comprometida a completar a operação, para, definitivamente, cumprir a lei e “desintrusar” os invasores da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores, que essa questão expõe, de forma explícita, toda uma série de problemas das terras amazônicas, concentrados em Estados como Pará, Maranhão, Amazonas, Rondônia, Roraima, problemas esses que passam pelo desmatamento e pela poluição de grandes áreas, pela apropriação indevida dos recursos naturais, pela sonegação deliberada e generalizada de impostos devidos aos poderes públicos, pela violação sistemática da lei e dos costumes dos núcleos invadidos, tudo engendrado pelo poder do grande capital nas mãos de grandes empresários do agronegócio, de madeireiros, das grandes mineradoras, dos grileiros de terras, o que ocasiona uma sucessão de conflitos entre os detentores do capital contra os povos indígenas, as comunidades atingidas por barragens, os núcleos quilombolas presentes em muitos desses Estados e os trabalhadores e trabalhadoras rurais vítimas do trabalho escravo ainda vigente.

A Amazônia, como espaço de territorialidade e sociabilidade de povos tão diversos que, historicamente, a ocuparam, nunca esteve tão ameaçada em sua

soberania quanto neste momento em que arroteiros, produtores de soja e biopiratas de nossa diversidade querem fazer avançar as fronteiras agrícolas, passando por cima de vidas, de povos, de culturas e de histórias que fazem exatamente o diferencial em nosso País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a ação desencadeada pelo Governo Federal envolve um conjunto de instituições públicas e montou a Operação Upatakon 3. Estão mobilizados a Polícia Federal, a Guarda de Segurança Nacional, diversos agentes de órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Fundação Nacional do Índio (Funai), juntamente com as comunidades indígenas que apóiam a “desintrusão” imediata de suas terras e querem fazer cumprir a lei, diante da intransigência e das ações criminosas e fascistas de grupos ligados à extrema direita, que convocam todos à desobediência civil e ao descumprimento da Constituição, nossa Lei Maior.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Queira encerrar, Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – O Senado Federal, como instituição que tem lugar na História, não pode ignorar as demandas desses povos indígenas, dos ribeirinhos, dos quilombolas, dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais que vivem e sobrevivem na Amazônia muito antes da ganância do grande capital chegar e transformar rios, matas, animais e gente em dinheiro e lucro.

Sr. Presidente, eu gostaria que o inteiro teor do meu pronunciamento fosse considerado e registrado, tendo em vista, pela exiguidade do tempo, que não posso fazer, aqui, toda a contextualização dessas lutas, desses enfrentamentos, e, principalmente, a declaração clara e direta da minha determinação em apoiar a luta dos povos indígenas por suas terras e em defender a garantia das políticas sociais de educação e de saúde, direitos fundamentais das populações indígenas da Amazônia e do Brasil.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JOSÉ NERY.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muita satisfação que utilizo mais uma vez este plenário para saudar a realização de mais um Acampamento Terra Livre, programação já consolidada dentro da agenda do Movimento Indígena Nacional, que repercute na sociedade como uma das principais ações do Abril Indígena. Em todo o Brasil,

os Povos Indígenas se mobilizam para denunciar e exigir punição aos cada vez mais graves crimes de que são vítimas.

Entre os crimes que ora se evidenciam e que ocupam as manchetes de revistas, jornais e canais televisivos, está o caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima. Esta foi homologada pelo governo brasileiro desde o dia 15 de abril de 2005, depois de cumprir um longo trâmite burocrático e das pressões que o movimento indígena organizou, tornando a terra de propriedade definitiva dos povos Macuxi, Wapichana, (lê-se Uapichana), Taurepang, Ingarinkó e Patamona.

Pois desde este período essas comunidades, num total de 18.992 índios, aguardam a retirada dos ocupantes não-indígenas, particularmente de um grupo de seis arroteiros somente, que tem desafiado o poder estatal federal, ao empreender ações de extrema violência, como espancamento de lideranças indígenas, queima e destruição de pontes e escolas, bloqueio de estradas, manutenção de reféns, e até se utilizando de bombas caseiras para aterrorizar a população, anunciando assim um “derramamento de sangue” na região da Raposa.

Tudo isso porque desde o dia 27 de março de 2008 quase três anos após a homologação, o governo anunciou oficialmente o início da operação de retirada dos invasores. A Polícia Federal está em Roraima e estão comprometidos a completar a operação, para definitivamente cumprir a lei e desintrusar os invasores da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Mas vejam, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores, que esta questão expõe de forma explícita toda uma série de problemas das terras amazônicas concentrados em estados como Pará, Maranhão, Amazonas, Rondônia, Roraima, problemas esses que passam pelo desmatamento e poluição de grandes áreas, a apropriação indevida dos recursos naturais, a sonegação deliberada e generalizada de impostos devidos aos poderes públicos, a violação sistemática da lei e dos costumes dos núcleos invadidos, tudo engendrado pelo poder do grande capital nas mãos de empresários do agronegócio, de madeireiros, das grandes mineradoras, dos grileiros de terras, o que ocasiona uma sucessão de conflitos entre os detentores do capital, contra os povos indígenas, as comunidades atingidas por barragens, os núcleos quilombolas presentes em muitos destes estados e os trabalhadores e trabalhadoras rurais vítimas do trabalho escravo ainda vigente.

A Amazônia, como espaço de territorialidade e sociabilidade de povos tão diversos, que historicamente a ocuparam, nunca esteve tão ameaçada em sua

soberania quanto neste momento, onde arroteiros, produtores de soja e os biopiratas de nossa diversidade, querem fazer avançar as fronteiras agrícolas, passando por cima de vidas, povos, culturas, histórias que fazem exatamente o diferencial em nosso país. As riquezas da biodiversidade e minerais que são de todos os brasileiros, estão ameaçadas de passar às mãos do capital privado. E quem é que disse que eles serão os melhores guardiões de nossas fronteiras? Quem pode afirmar que há algum interesse nas coletividades amazônicas por parte destes grupos que criminosamente dilapidam nosso patrimônio nacional há 500 anos?

Por isso, junto a minha voz à de todos estes lutadores e lutadoras sociais que, mesmo possuindo línguas, costumes e culturas diferenciadas são cidadãos brasileiros e não podem ser tratados como povos de segunda classe! O governo federal ao implementar suas ações desenvolvimentistas, tem executado uma política que em muitos aspectos tem penalizado grande parte da população indígena de nosso país. Não podemos esquecer das obras do Programa de Aceleração do Crescimento(PAC), que já provoca tensões, medos e perspectivas futuras de total incerteza quanto ao destino destes povos, seja na região do Semi-Árido, por conta do projeto da Transposição do Rio São Francisco, seja na construção da hidrelétrica de Estreito no Maranhão ou mesmo nos projetos hidrelétricos de Jirau e Sto. Antônio, em Rondônia também geradores de energia à custa de muita devastação e desestruturação de povos e famílias destas regiões atingidas.

Mas o que temos agora, entretanto, é uma ação das mais legítimas do governo federal, que se organizou e montou a Operação Upatakon 3, onde estão mobilizados a Polícia Federal, a Guarda de Segurança Nacional, bem como diversos agentes de órgãos como o IBAMA, o INCRA, a FUNAI onde, juntamente com as comunidades indígenas que apóiam a desintrusão imediata de suas terras, querem fazer cumprir a lei, diante da intransigência, das ações criminosas e fascistas de grupos ligados à extrema direita convocando todos à desobediência civil contra o cumprimento da Constituição, nossa lei maior.

O Senado Federal, como instituição que tem seu lugar na história, não pode ignorar as demandas desses povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, trabalhadores e trabalhadoras rurais que vivem e sobrevivem na Amazônia muito antes da ganância do grande capital chegar e tentar transformar rios, matas, animais e gentes em dinheiro e lucro.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – V. Ex^a será atendido, com a transcrição completa do seu pronunciamento.

Concedo a palavra, por cinco minutos, pela Liderança, ao Senador Jefferson Péres. Em seguida, falará o Senador Raimundo Colombo, como orador inscrito.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assomo à tribuna, hoje, para cumprimentar o Partido dos Trabalhadores pela sua Executiva Nacional, que, ontem, decidiu desautorizar e negar apoio, portanto, a esse movimento estapafúrdio a favor de um terceiro mandato para o Presidente Lula.

Sábia, sensata decisão da direção do PT. Essa idéia esdrúxula não vai prosperar, Sr. Presidente. Ela fere um dos fundamentos da democracia, que é a alternância no poder. Instituir um terceiro mandato seria um pulo para o quarto, para o quinto, para o sexto, enfim, para a permanência indefinida do Presidente Lula ou de outro no poder. Isso seria a negação da democracia.

Dir-se-á: “E se o povo aprovasse em plebiscito?”

Nem assim, Sr. Presidente.

Não se pode usar dos instrumentos da democracia para destruir a própria democracia.

Eu pergunto a V. Ex^a: e se o povo apoiasse, em plebiscito, o fechamento do Congresso ou o fechamento do Supremo Tribunal Federal, nós fecharíamos? Claro que não. A maioria pode muito, mas não pode tudo. Ela não pode destruir o Estado Democrático de Direito. E é basililar, no Estado Democrático de Direito, repito, a rotatividade no poder.

Sr. Presidente, fiquei tranqüilizado, há alguns dias, quando, no encontro da Bancada do PDT com o Presidente Lula, ele nos disse, e me pareceu sincero, a menos que seja um mestre da dissimulação, foi veementemente o nos dizer que, em hipótese alguma, aceitaria um terceiro mandato e até romperia com seu Partido se insistisse nisso.

Creio que fez isso não apenas por convicção, mas por inteligência. Ele sabe a agitação em que mergulharia este País. Ele sabe que uma emenda à Constituição não passaria neste Congresso e incendiaria esta Casa, porque nem mesmo os Senadores da base governista apoiariam isso. E nós, do PDT, com absoluta certeza, e por quase unanimidade, rejeitaríamos essa emenda. Portanto, Sr. Presidente, entendo que ela é natimorta.

E até faria um apelo à imprensa brasileira: não se ocupem mais desse assunto; isso é coisa de desocupado, de fâmulos, de bajulador que quer agradar o detentor do poder. Isso não vai prosperar. Isso é um

factóide. Espero que essa idéia morra definitivamente, inclusive nas páginas dos jornais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Muito obrigado, Senador Jefferson Péres.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço permissão a V. Ex^a para fazer uso da palavra pela ordem, porque admito o assunto como extremamente importante. Trata-se da conseqüência de uma votação que houve aqui no dia 1º de abril. Posteriormente, fiquei muito preocupado com a data – 1º de abril – em que apreciamos aqui a Medida Provisória nº 401. Já estava feito o acordo entre as Lideranças, tudo direitinho. A Medida Provisória concedeu aumento aos policiais do Distrito Federal. Inicialmente, a discussão foi feita com base no fato de que estavam recebendo somente os policiais militares do Distrito Federal por se tratar de Fundo Constitucional do Distrito Federal. Esse Fundo daria direito e até condições de cofre, de recursos, para, merecidamente, fazer o reajuste dos servidores do Distrito Federal. Mas esse Fundo se destina ao aparelhamento das Polícias do Distrito Federal, não ao pagamento de pessoal.

Começamos aqui uma discussão, em que o Governo não tinha mais quórum, e íamos pedir, os Senadores Mário Couto, Expedito Júnior e Mão Santa e eu, a meu pedido, verificação de quórum. Derrubaríamos, com certeza, essa Medida Provisória, porque o Governo não tinha mais quórum aqui para votar, não tinha como colocar aqui 41 Srs. Senadores. De repente, surge um movimento, já que ia passar de mansinho essa Medida Provisória, e o Líder do Governo, Senador Romero Jucá, que é Senador de um ex-Território – e estou falando em nome dos ex-Territórios e do ex-Distrito Federal, o Rio de Janeiro –, como Senador do ex-Território de Roraima, Líder do Governo nesta Casa, pediu um tempo e trouxe a solução que vou ler para o Sr. Presidente, para as Sr^{as} Senadoras, para os Srs. Senadores e para todos os que aqui estão presentes. Relembro a fala do Senador Romero Jucá:

O que eu fiz? Mantive contato com o Ministro [do Planejamento] Paulo Bernardo e recebi a garantia do Ministro Paulo Bernardo de que o aumento dos militares dos ex-Territórios será tratado quando da discussão do aumento dos militares ou do aumento do pessoal civil. Na primeira oportunidade, nós iremos tratar

disso. Fica aqui o meu compromisso [do Líder do Governo], inclusive, de emendar, aqui no plenário, se não vier na proposta do Executivo, o aumento dos policiais militares e dos bombeiros dos ex-Territórios.

Falo da Medida Provisória nº 401, porque os ex-Territórios têm o mesmo direito do Distrito Federal. Entendeu, Sr. Presidente?

Portanto, solicito, ao Líder do Governo... Infelizmente, não há ninguém do PT aqui, como sempre. Não há ninguém aqui. Não sei por onde andam. É Hora do Expediente, e pelo menos alguém do Governo deveria estar presente para argumentar ou contra-argumentar conosco. Não há ninguém aqui.

Deixo, mais uma vez, registrado nesta Casa que, mais uma vez, o Governo se compromete, por meio de seu Líder. Da mesma forma, comprometeu-se em uma medida provisória que cometeu a mesma prática ilícita contra os ex-Territórios e o Distrito Federal: o Senador Aloizio Mercadante, o homem sério em que acreditamos e que realmente representava o Governo aqui com dignidade, deixou desconfiança entre nós quando usou o nome do Governo e quando não cumpriram o que S. Ex^a havia prometido.

Como se tratou de solução dada no dia 1º de abril, duvidei de que isso viesse a acontecer.

Ontem, o Senador Gilvam Borges participou de reunião com o Ministro Paulo Bernardo, e o Coronel Roberto, presente, acabou de me dizer que o Ministro Paulo Bernardo garantiu que dariam o reajuste aos policiais militares dos ex-Territórios e do ex-Distrito Federal juntamente com o das Forças Armadas.

Hoje, o Líder do Governo nesta Casa – vou encerrar, Sr. Presidente – já disse: “Parece que não vem”. Ontem, o Ministro do Planejamento disse que vem, mas o Sr. Luiz Baião, assessor parlamentar do Ministério do Planejamento, disse que acha que não vem ou garantiu que não vem.

Sr. Presidente, o assunto é extremamente sério. Por isso, pedi a palavra pela ordem, em um momento indevido, burlando até o Regimento.

Para encerrar, quero dizer que, neste Governo em que não há ordem, em que dificilmente se obedece à hierarquia, em que há mentiras em meio a essas negociações, em que há promessas não cumpridas, esperamos pelo menos que o Líder do Governo nesta Casa e o Ministro do Planejamento arquem com os compromissos que fizeram com os Parlamentares presentes naquele dia.

Chamo a atenção dos Senadores dos ex-Territórios e do Rio de Janeiro, como o Senador Paulo Duque – falei até com o Senador Marcelo Crivella, que não sabia que a matéria seria votada naquele dia –,

para que façamos uma corrente em prol desses servidores esquecidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Senador Papaléo Paes, pelo máximo apreço que tenho por V. Ex^a, V. Ex^a, na realidade, usou a palavra para uma comunicação inadiável, e não pela ordem. Mas a importância do assunto foi devidamente registrada.

Concedo a palavra, como orador inscrito, pelo tempo de dez minutos, ao nobre Senador Raimundo Colombo, por permuta com a Senadora Rosalba Ciarlini.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC. Prouncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna para registrar a XI Marcha dos Prefeitos a Brasília. Outros Senadores já o fizeram.

Ontem, participei de uma reunião com os prefeitos do meu Estado, em Santa Catarina. Eram mais de 200 prefeitos, pois temos 293 Municípios.

Brasília está vivendo uma avalanche de prefeitos, mais de três mil estão aqui. E o número já diz, é a XI Marcha. Não trago nenhuma novidade, apenas o reforço das reivindicações que se vêm estendendo ao longo dos anos. Elas são encaminhadas, mas não são atendidas. As ações não são resolvidas.

Vivemos esse quadro. Tenho dito aqui muitas vezes – este é o meu entendimento muito claro – que o modelo do Estado brasileiro está errado. E um dos grandes erros desse modelo, que é cartorial e vem desde Dom João VI, é o de que, baseado na colonização portuguesa, apresenta um conceito de concentração, em que a unidade forte é a unidade central. Isso é um absurdo, um erro. Essa é a realidade, que se mostra claramente, por exemplo, na distribuição dos impostos arrecadados. Aqui, em Brasília, ficam 65% dos recursos; nos Estados, 22%; e, nos Municípios, apenas 13%. É, aí, exatamente que está o erro, porque é no Município que vivemos, é lá que está o nosso endereço, é ali que encaminhamos a solução dos nossos pleitos, é onde vivem os nossos filhos, é onde temos o sentimento aflorado, a realidade presente, um pouco mais longe da burocracia que aterroriza e complica a vida do povo brasileiro.

Num estado cartorial gigantesco como este, que, aliás, o PT trata de aumentar ainda mais, espraia-se, a cada dia, de forma muito clara, um Governo sem transparência, que impede ou dificulta as investigações e que está longe das pessoas, cada vez mais longe, e de costas para os mais pobres. É lá no Município que resolvemos o problema do dia-a-dia; é lá que há a fila médica; é lá que as pessoas estão esperando para se-

rem atendidas no posto de saúde; é lá que o paciente é atendido pelo médico, e, quando é encaminhado para o atendimento de um especialista, leva um tempão para ser atendido, ou, quando tem de fazer um exame de maior complexidade, leva, às vezes, um, dois e até três anos em alguns lugares, para consegui-lo. Não adianta o dinheiro estar aqui em Brasília para ser espoliado, como vem sendo, quando a vida das pessoas, o pleito, as ações se desenvolvem lá.

Aqui, falamos que há um déficit habitacional de 10 milhões de casas. Quem dimensiona isso? No Município, passamos na rua e vemos as pessoas vivendo em casas sem condições e até mesmo em barracas. Se o dinheiro estivesse lá, a solução seria mais imediata, até porque é mais ágil, mais simples, mais barato. A melhor forma de resolver os pleitos e as injustiças é conviver com elas, não estar longe delas.

Por exemplo, a Organização Mundial da Saúde determina 22 óbitos por mil nascimentos no primeiro ano de vida. O que é isso? É uma estatística. Como isso funciona em Brasília? É um papel que fica na gaveta de um burocrata? Como é no Município? Vamos ao velório, acompanhamos a vida das pessoas. Sabemos se o remédio chegou, se o médico estava presente, se o hospital funcionou, se o atendimento podia ser feito. É totalmente diferente. É questão de conceito, de prática, de resultado. É exatamente isso que se tenta mudar ao longo do tempo, e não se consegue.

O movimento dos prefeitos traz, no seu bojo, a sua reivindicação maior: a influência, a atuação presente em relação à discussão e ao resultado da tão famosa, falada e há tantos anos discutida reforma tributária. É exatamente nesse campo que os prefeitos precisam de fato pressionar, agir, estar presentes; eles precisam fazer tantas mobilizações quanto essa, tantas quantas forem necessárias para pressionar o Congresso Nacional e o Executivo brasileiro, de tal forma que se discuta e se vote a reforma e que se privilegie, de forma clara, a unidade da Federação que tenha capacidade de resolver as questões de forma mais prática, mais barata, sem tanta burocracia e junto com as pessoas, que é exatamente o Município.

Fui prefeito três vezes e, ao longo do tempo, aprendi que um bom prefeito é aquele que cuida da manutenção das coisas. É muito mais importante ter uma rua em boa condição do que estar tentando asfaltar outra. É fundamental que a malha seja bem-feita, que seja bem cuidada, que tenha condição de trafegabilidade ideal. É fundamental, antes de fazer mais um posto de saúde, que os já existentes tenham boa operacionalidade, boa funcionalidade, bom resultado.

É exatamente isso que se discute no Município. Nas unidades mais distantes, discutem-se novas obras,

até para repercutir, para haver ganho político, mas no Município se tem de discutir o funcionamento delas, se a pessoa está sendo atendida, se o atendimento tem boa qualidade, se há sensibilidade humana, se há respeito, se há compreensão, se há solução.

Outra coisa que os prefeitos reivindicam são as emendas parlamentares, indo de gabinete em gabinete, visitando os representantes dos Estados, percorrendo essa caminhada longa para poder conseguir conquistar, por intermédio do parlamentar, uma emenda. E isso parece que fica resolvido, mas, não, é apenas o início de uma longa e complicada caminhada. Depois que o parlamentar libera, autoriza a sua emenda, vem uma longa caminhada, que é aquela de fazer com que se consiga um empenho. Mas, antes do empenho, já saiu na imprensa, já se noticiou, e o prefeito, para as pessoas que receberam a informação, já recebeu o dinheiro, quando, na verdade, isso não aconteceu. Depois que ela é empenhada – o que acontece no final do ano –, vem outra longa jornada, que é a liberação dos recursos. Aí, novamente vai lá para o jornal: “Está chegando o dinheiro”. E o povo acha que é a segunda ou a terceira vez que estão pagando uma coisa que ainda não chegou e começa a cobrar dos prefeitos: “Onde está o dinheiro? Por que não fez a obra?”. Na verdade, esse dinheiro não chegou.

Nós, que somos da oposição – esse é um processo que vem acontecendo ao longo do tempo –, às vezes fazemos um trabalho longo, discutimos profundamente, desgastamo-nos na discussão com alguns que são contemplados e com outros que não o são; depois, o Governo acaba não liberando, exclusivamente porque somos da oposição.

Portanto, é um jogo de engana, que desgasta todo mundo.

Por isso, saúdo a caminhada dos prefeitos, a determinação de estarem presentes, trazendo para a pauta da política nacional, para a grande imprensa, este assunto fundamental: a discussão da reforma tributária.

A proposta feita pelo Governo é apenas o início de uma discussão, porque ela, de fato, simplifica e tem esse benefício, esse mérito. E estamos aqui para reconhecer o que é bom. Vamos reconhecer, ajudar, aceitar e apoiar. Mas é apenas isso. Há um outro aspecto fundamental que precisa estar contemplado: a diminuição da carga tributária. Nenhum povo no mundo paga tanto imposto quanto o brasileiro, para ter, no entanto, um Estado ineficiente, caro e de costas para as pessoas mais pobres

Então, além de distribuir melhor, deve-se não somente simplificar, mas também reduzir a carga tributária de forma clara, forte. E essa redução não significa, para quem conhece o sistema, que vai haver diminuição da

arrecadação. Pelo contrário, vai haver mais atividade econômica, maior resultado, e isso vai fazer com que a arrecadação aumente. Quanto maior a atividade econômica, maior a arrecadação. Quando se coloca a carga tributária acima daquilo que pode ser pago, daquilo que é plausível, que é aceitável, começa a haver a sonegação e, conseqüentemente, a injustiça, porque a sonegação tem dois prejuízos: primeiro, a desonestidade, que beneficia quem sonega; segundo, prejuízo para quem paga em dia e perde a competitividade. Portanto, quando se eleva a carga tributária em nível estratosférico, como é o caso do Brasil, e com um sistema complexo e de difícil fiscalização, como o nosso, o resultado é este: ajuda-se e premia-se o mau brasileiro, o mau empreendedor, que sonega e se beneficia dessa desonestidade, e prejudica-se e tira-se a competitividade daquele que paga o correto e em dia. Isso também faz com que se desviem os recursos públicos.

Os prefeitos estão aí, por todos os gabinetes, caminhando nos Ministérios, apresentando seus pleitos com humildade, com esperança e com vontade de fazer um grande trabalho, de fazer com que cada um dos seus munícipes veja nele o agente, o líder da comunidade, realizando obras, motivando as ações em cada um dos Municípios.

Costumo dizer que nenhum outro cargo público é tão gratificante e tão honroso quanto o de prefeito, porque, como governador, como presidente, como parlamentar, acaba-se estabelecendo uma relação com as lideranças, com os interesses das lideranças. No cargo de prefeito, tem-se uma relação direta com as pessoas, com o povo, com a sensibilidade dele – com o sonho e com a vontade de fazer. Aflora-se uma relação mais justa, mais humana e mais meritória, que faz com que o serviço público tenha o espírito de missão, de ajudar as pessoas, de ser a voz de quem não tem voz, de ser a esperança para quem não acredita, de ser a oportunidade para quem não a tem. Por isso, nenhum outro cargo é tão nobre na estrutura pública brasileira quanto o de prefeito.

Por isso, saudando todos os prefeitos, especialmente os do meu Estado, Santa Catarina, quero cumprimentar cada um pela disposição de participar dessa marcha, pela esperança e pelo ânimo de influenciar nesse processo que, sem dúvida – não sei em quanto tempo, espero que muito brevemente –, haverá de melhorar essa relação e essa distribuição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Raimundo Colombo, o Sr. César Borges, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Obrigado a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, concedo a palavra ao Líder Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, pelo art. 14 do Regimento Interno, peço dois minutos a V. Ex^a. Fui citado pelo Senador Papaléo Paes, e é um assunto que interessa a todos os ex-Territórios. Gostaria, pela Liderança do Governo, de fazer um esclarecimento.

Fizemos aqui, alguns dias atrás, um acordo para votarmos o aumento dos policiais civis e militares do Distrito Federal. Nesse acordo, ficou pactuado, com as bancadas de Roraima, do Amapá, de Rondônia e do Acre, que teríamos o reajuste dos salários dos policiais dos ex-Territórios e dos bombeiros no momento em que houvesse também o reajuste dos militares do Governo Federal. Ajudei a firmar esse compromisso aqui no plenário. Quero registrar que, para firmar esse compromisso, mantive entendimentos com o Ministro Paulo Bernardo, do Planejamento.

Quero dizer que, se, na proposta de reajuste dos militares da União, não vier contida a proposta de aumento dos policiais militares e bombeiros dos ex-Territórios, nós iremos emendar essa proposta do Executivo para aprovar o reajuste dos militares dos ex-Territórios.

Já mantive, hoje, contato com a bancada de Deputados de Roraima; temos prontas as emendas que serão apresentadas se esse processo não for contemplado pelo Executivo. Espero que venha na proposta do Executivo. Se não vier, eu, o Presidente Sarney, o Senador Papaléo, o Senador Raupp, todos nós estaremos vigilantes para fazer justiça aos policiais militares dos ex-Territórios, porque, além de ter sido feito um compromisso, esses policiais já tiveram suas desvinculações da remuneração do Distrito Federal, o que já foi um atraso para os ex-Territórios.

Então, não vamos permitir que se faça essa injustiça. Iremos cobrar. E eu, como Líder do Governo, irei cobrar o cumprimento do acordo que foi firmado.

Era esse o esclarecimento que eu gostaria de prestar à Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Presidente Sarney, é um prazer.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria

apenas dizer que as palavras do Líder Romero Jucá são as mesmas que eu diria sobre esse assunto, porque, na realidade, esse é um compromisso que vem desde o Líder Aloizio Mercadante, feito nesta tribuna, a respeito de que os policiais dos ex-Territórios teriam os mesmos direitos dos policiais do Distrito Federal. E eles estão constituindo um quadro à parte, em extinção, há mais de dez anos sem qualquer condição de melhoria de salários e, pior ainda, sem acesso a promoções, o que é uma grande injustiça.

Como o Senador Jucá disse, esperamos que o Governo mande, na proposta de aumento dos militares, também esse assunto, que é um compromisso que tem mais de cinco anos. Mas eu agora, depois de uma certa idade, com muitos anos nesta Casa, comecei a entender que os compromissos assumidos aqui não são tão levados a sério, como eu pensava antigamente.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, V. Ex^a tem a palavra.

Um momento, Senadora Kátia Abreu.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer coro também com a fala do Senador Jucá, do Presidente José Sarney com respeito aos servidores militares dos ex-Territórios.

Fizemos aqui um acordo. Retirei um destaque que tinha numa medida provisória que veio da Câmara dos Deputados para contemplar junto com aumentos de outros servidores. Pediram-me que retirasse o destaque para não prejudicar os policiais civis e militares do Distrito Federal, porque seriam incluídos os de Rondônia, Amapá e Roraima quando viesse o aumento das Forças Armadas – da Marinha, da Aeronáutica e do Exército. Então, se isso não vier, Sr. Presidente, acho que nada do que a gente trata aqui tem valor. O presidente Sarney tem razão.

Então, peço ao Líder do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Esse acordo, V. Ex^a pode me informar, foi com o Ministro do Planejamento, com o Ministro da Fazenda, ou com os dois?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Foi com o Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva Ferreira, e o Secretário, Assessor Parlamentar do Ministério do Planejamento aqui no Senado Federal, Luiz Baião. Espero que isso realmente seja cumprido.

Já que eu falaria como Líder, Sr. Presidente, intercalando com oradores inscritos, mas a Senadora Kátia Abreu pediu preferência e eu vou ter que sair daqui a dois ou três minutinhos para uma audiência

fora também, eu queria aproveitar mais um minutinho da paciência de V. Ex^a e da Senadora Kátia Abreu para me solidarizar com a XI Marcha dos Prefeitos a Brasília; mais de dois mil Prefeitos, acho que três mil, reunidos em Brasília, sempre reivindicando aquilo que é de direito.

Nós já aprovamos, no ano passado, um ponto percentual a mais no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para os municípios, o que deu um fôlego para eles. Quero dizer que, atendendo a um apelo da Marcha dos Prefeitos, demos entrada, ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) uma relatoria importante da PEC 12, que é de autoria do Senador Renan Calheiros, que vem beneficiar também os Estados e os Municípios brasileiros, que é a PEC dos Precatórios. Isso vai dar um fôlego de até quinze anos para que os Estados e os Municípios possam pagar um estoque de mais de R\$100 bilhões, que é um passivo de vinte, trinta, talvez até quarenta anos de precatórios sem pagar, sentenciados, julgados em última instância e não pagos pelos administradores anteriores, e os atuais não têm a menor possibilidade de pagar isso de uma hora para outra. A todo o momento, tem seqüestro sendo feito pela Justiça e deixando o município sem condição de tocar a saúde e a educação, como já ocorreu em vários municípios brasileiros.

Então, essa PEC, se aprovada na CCJ – que eu espero que seja aprovada o mais rapidamente possível – e no plenário do Senado, indo para a Câmara dos Deputados, em breve, estará beneficiando todos os Estados brasileiros e os municípios.

Levando em conta que a União é a prima rica, hoje a União já está em dia. Teve no passado muitos problemas, hoje está rigorosamente em dia com seus precatórios. Já os municípios brasileiros e os Estados enfrentam essa dificuldade.

Por fim, Sr. Presidente, eu queria agradecer ao Senador Renan, que foi o autor desta PEC. O Senador César Borges, por um período relator, não conseguiu concluir, porque teve ascensão à Mesa. S. Ex^a foi eleito membro da Mesa e não pôde continuar com a relatoria na CCJ. Foi passada a mim essa incumbência, para que eu desse continuidade a esse relatório. Fechamos no dia de ontem, assinado na frente dos Presidentes das entidades municipalistas e também do Presidente do Senado Federal e do Presidente da CCJ, Senador Marco Maciel.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado pela paciência de V. Ex^a, da Senadora Kátia Abreu e dos demais Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Na forma regimental, determino à

assessoria da Mesa que recolha as notas taquigráficas com os pronunciamentos dos Senadores Papaléo Paes, José Sarney, Valdir Raupp e do Líder do Governo Romero Jucá, para serem enviadas aos Ministros do Planejamento e da Fazenda, principalmente ao Ministro do Planejamento, de vez que o acordo sobre o assunto em tela foi feito com aquiescência daquele Ministério.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, Senadora Kátia Abreu, por permuta com o Senador Raimundo Colombo.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, venho aqui também, como os demais Senadores que me antecederam, dar boas-vindas à XI Marcha dos Prefeitos a Brasília. Trata-se de mais uma marcha que vem do Brasil inteiro trazendo as reivindicações não dos prefeitos, mas as reivindicações do povo brasileiro.

O prefeito é o político mais próximo da população e ouve os problemas municipais todos os dias na prefeitura municipal, principalmente das cidades menores, onde a população conhece o endereço do prefeito, conhece o seu local de trabalho, conhece a sua esposa, conhece seus hábitos e tem uma intimidade muito grande com ele. Temos que respeitar essa marcha, porque hoje aqui não contamos apenas com 5.200 prefeitos; na realidade, eles representam 190 milhões de brasileiros espalhados por todo o Brasil, no litoral e no grande Brasil do interior, que muita gente ainda não conhece.

À XI Marcha dos Prefeitos a Brasília em Defesa dos Municípios, quero dar as boas-vindas especialmente aos prefeitos do meu Estado do Tocantins, em nome do Prefeito Wached, Presidente da Associação Tocantinense de Municípios.

Sr. Presidente, hoje de manhã fizemos uma reunião, em meu gabinete, com vários prefeitos do meu Estado para que pudéssemos objetivar a Marcha a Brasília, principalmente no que diz respeito às reivindicações do meu Estado, Tocantins, que é da minha obrigação pessoal.

Sinto que as reivindicações são inúmeras, como todas as entidades do Brasil possuem, mas o melhor jeito de não ganhar nada é quando se quer tudo. Precisamos objetivar esta marcha. Os prefeitos vêm de longe, gastam dinheiro do bolso com passagem aérea, com diária de hospedagem para vir fazer o movimento político e têm que sair com alguma praticidade deste movimento.

Quero apenas fazer um reparo ao Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, que é um ex-prefeito, aqui recebendo o patrocínio de cinco entida-

des governamentais para vir lutar contra o Governo. Quero deixar registrado que é uma incoerência. Seria o mesmo que os produtores rurais do Brasil virem à praça pública, em frente ao Congresso Nacional, pedir pelas renegociações da dívida rural junto ao Governo Federal e ao Banco do Brasil e pedir patrocínio para essas duas entidades. É algo que não combina bem.

Inclusive, Sr. Presidente, acho que esses patrocínios têm de ser muito transparentes, porque, já que os Prefeitos pagaram suas passagens e suas diárias, em que foram investidos esses R\$750 mil recebidos a título de patrocínio para essa marcha?

Mas estabelecemos o ponto crítico, Sr. Presidente, dos Prefeitos da maioria dos Estados do Brasil: o INSS está consumindo todo o FPM do Município. Os Prefeitos recebem o FPM em três parcelas: nos dias 10, 20 e 30. As parcelas renegociadas, de administrações anteriores, as multas e juros e mais a Previdência atual têm consumido todo o caixa da Prefeitura, deixando a população à mercê, sem um centavo nos cofres municipais para que o Prefeito possa administrar até o final do mês.

A proposta dos Prefeitos, Sr. Presidente, é que possa haver uma nova renegociação das dívidas do INSS do passado. Os Prefeitos querem pagar, mas não querem sacrificar a população. Não é o próprio Prefeito. Mas nós precisamos fazer essa renegociação e que a parcela desse parcelamento não passe de 2% da receita líquida do Município, ou o Município fica abandonado, sem recurso público.

E o que é mais importante, Sr. Presidente. Eu trouxe alguns exemplos do meu Estado de Tocantins. O caixa da cidade de Brejinho de Nazaré, que tem 5.300 habitantes, no dia 10 de março, quando recebeu o FPM, pagou as parcelas do INSS, retirou o dinheiro da saúde e da educação, foi zero, Sr. Presidente. A Prefeita Miyuki, de Brejinho, ficou sem um centavo nos cofres públicos.

Também está aqui o exemplo de Tupirama, no Estado Tocantins. No dia 10 de abril, Sr. Presidente, uma cidade de quase 2 mil habitantes ficou com apenas R\$30 mil reais no cofre da Prefeitura para administrar até o final do mês, depois de retirados os valores do INSS.

Na cidade de Araguaçu, no Tocantins, que tem 9 mil habitantes, a Prefeita Waltyr recebeu, no dia 10 de maio, o FPM e a parcela do IPI. Após retirar o valor da educação, da saúde e da renegociação do INSS, sobrou no caixa de Araguaçu, que tem uma Prefeita séria, correta, trabalhadora, nada mais, nada menos do que zero centavo na conta da Prefeitura da minha cidade.

Em Bernardo Sayão não foi diferente. Numa cidade com mais de 5 mil habitantes, a Prefeita Bentina também, no final do mês de março, ficou com um pouco menos de R\$30 mil para administrar a Prefeitura até o final do mês.

Sr. Presidente, é impossível fazermos isso com os Prefeitos do Brasil, com os Prefeitos do meu Estado. Nós temos de repactuar o pacto federativo. Não é mais possível que o bolo da União seja dividido dessa forma. Isso é injusto não com os Prefeitos, mas com a população brasileira que paga os impostos lá no Município.

Eu nunca vi alguém morar na União, no Governo do Estado. Só vejo o povo brasileiro morar na cidade, no Município, em frente à escola, do lado do hospital, em frente à igreja, e estudar no Município.

Hoje – pasmem aqueles que nos dão o prazer de assistir à TV Senado –, de todos os impostos que o Brasil arrecada, mais da metade, 55% ficam com o Governo Federal, 28% com os Governadores de Estado e apenas 16% com os Prefeitos. O dinheiro arrecadado sai do Município, faz um passeio no governo do Estado e vem passear em Brasília, para depois voltar novamente para o Município. E só Deus sabe por que estradas turvas e tortuosas passa esse dinheiro, esses recursos, na ida e na volta.

Nós precisamos encarar essa questão na reforma tributária, Sr. Presidente. Não há mais possibilidade de usar esse instrumento – não só deste Governo, mas de governos anteriores – em que o Prefeito tem de vir ao gabinete do Deputado com o pires na mão; e o Deputado e Senador têm que ir com o pires na mão aos ministérios, tomando chá de cadeira, comprometendo seu mandato com votações importantes, porque o Governo usa essas emendas como pressão aos Parlamentares; e o Parlamentar, querendo levar o recurso para o seu Município, às vezes vota matérias a contragosto, contra o País e os seus ideais.

Nós precisamos dar um basta nessa escravidão, que não foi criada neste Governo – repito, apesar de ser de Oposição –, mas que vem ao longo do tempo aumentando a escravidão dos Prefeitos e dos Parlamentares do Congresso Nacional. A base do Governo, principalmente, se vê oprimida. Em favor das emendas, para ajudar os Municípios, se vê impelida a votar a favor em matérias nas quais gostaria de votar contra.

Outra questão, Sr. Presidente, é o transporte escolar em um Brasil que tem 850 milhões de hectares e 5.200 Municípios. Nós somos um país de tamanho continental.

E o transporte escolar pago aos nossos Prefeitos, às nossas Prefeituras, que é para os alunos da zona rural, é pago por aluno, sem levar em consideração a

dimensão territorial do Município. Um Município que tenha uma dimensão maior precisa receber um pouco mais, proporcionalmente a um Município que tenha uma base territorial menor. Quero aqui dar um exemplo: o Município de Pium, o terceiro maior do Estado de Tocantins em território, tem uma área de 10.840 km² e oito linhas de transporte escolar no Município. O Prefeito, Sr. Nilton, que é um administrador responsável, gasta por mês R\$47 mil para cumprir com a sua obrigação de buscar os alunos na zona rural. Ele gasta R\$47 mil por mês e só recebe do Governo Federal R\$28 mil por ano, ainda divididos em dez parcelas! Ele gasta R\$48 mil ao mês e recebe R\$28 mil ao ano. Às vezes, a população não compreende isso e cobra do Prefeito aquilo que ele não consegue fazer com esses recursos acumulados na União.

Então, Presidente, nós precisamos, nessa reforma tributária, corrigir essas distorções, que são inadmissíveis hoje para a estruturação dos nossos Municípios.

Senador Adelmir Santana e, posteriormente, Senador Tuma, que pediram aparte; por favor.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senadora Kátia Abreu, quero me solidarizar com V. Ex^a, principalmente no que diz respeito à Marcha dos Prefeitos a Brasília, e dizer que nós temos, neste instante, quem sabe, a oportunidade de corrigir essa questão do pacto federativo. Na verdade, as pessoas vivem nos Municípios. E digo correção do pacto federativo porque todos nós sabemos que está sendo discutida na Câmara – e deverá chegar ao Senado – a tão esperada reforma tributária. Então, é a oportunidade para que esses aspectos voltem à discussão e, efetivamente, a gente possa discutir a questão do pacto federativo e o envolvimento dos Estados, dos Municípios e da União. A concentração dos recursos na União é que realmente promove essa verdadeira peregrinação de Prefeitos aos gabinetes de Deputados, de Senadores e aos Ministérios. Então, queria solidarizar-me com V. Ex^a e dizer que o caminho passa por uma reforma tributária efetiva nessa direção, em que se discuta inclusive o pacto federativo.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Senador Adelmir Santana, obrigada a V. Ex^a.

Senador Romeu Tuma, com prazer, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Serei rápido porque já se esgotou o tempo de V. Ex^a, mas, praticamente, a minha intenção era a mesma do Senador Adelmir Santana. Não diria caminhada, mas uma proclamação, porque os Prefeitos vêm pedir esmola, Senadora. Quero homenagear os Prefeitos do meu Estado, aproveitando a oportunidade desse aparte, e dizer que São Paulo também é um Estado cujos Prefeitos es-

tão sofrendo muito, principalmente naqueles Municípios que não conseguem sobreviver sem o Fundo de Participação. Lembro aqui – e acredito que a senhora deve ter visto na televisão recentemente – o caso de um menino com deficiência física cujo pai o levava no carrinho de pedreiro, porque não tinha condução para ir à escola. Andava mais de um quilômetro, num terreno difícil de caminhar...

(Interrupção do som.)

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – (...) e, não tendo como ir a pé, levava o filho no carrinho de mão. Mesmo no tempo em que eu estava na Polícia, lembro da grande dificuldade que enfrentavam os prefeitos nessa questão, que, primeiro, levavam as crianças em boléia de caminhão e, depois, foram obrigados a levar de ônibus. Há um projeto do governo segundo o qual é obrigatório o fornecimento de ônibus – de repente querem ambulância, e aí vêm os sanguessugas... Mas ninguém quer lembrar que os ônibus servem às crianças para garantir a segurança delas. Eu acho que o pacto federativo que ele diz... Eu estive na Fiesp, segunda-feira, quando foi feita uma apreciação sobre a reforma tributária. A grande grita é em função da ausência de apoio para as prefeituras, principalmente pelo ônus...

(Interrupção do som.)

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – (...) que estão recebendo dos governos federal e estadual no que se refere ao ensino, à saúde, ao trânsito local. Elas não têm tido verbas suficientes para responder à altura das necessidades da população. Parabéns a V. Ex^a. Espero que o seu grito seja ouvido.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Com certeza, Senador Tuma. Para se ter uma idéia, na última década, a arrecadação do País aumentou 20%. No entanto, de cada R\$1,00 arrecadado no País, R\$0,84 ficaram com a União e com os Estados e apenas R\$0,16 com os Municípios. Realmente é uma aberração!

Eu disse aos meus prefeitos, que estiveram comigo em meu gabinete, e digo a todos os prefeitos do Brasil: vamos conversar com os nossos Parlamentares, Deputados e Senadores; vamos oferecer opções para a reforma tributária, para a redivisão do bolo. Que abram mão das emendas individuais se for preciso. Abram mão dos R\$100 mil – às vezes ficam ameaçando os Deputados e Senadores de não pagar –, porque lá na frente vamos ganhar com essa redivisão do bolo através da discussão do pacto federativo que deveremos fazer na reforma tributária.

O Sr. Carlos Dunga (PTB – PB) – Senadora Kátia, permita-me um aparte.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Vamos dizer “não” à escravidão, vamos dizer “sim” à redivisão

do bolo e apelar para que os nossos Deputados e Senadores votem a favor dos nossos Municípios.

O Sr. Carlos Dunga (PTB – PB) – Senadora Kátia.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – A Senadora Rosalba pede a palavra, mas vou ouvir primeiro o Senador Dunga, que já havia pedido a palavra.

O Sr. Carlos Dunga (PTB – PB) – Gostaria, Senadora Kátia, de parabenizá-la por seu pronunciamento e, associando-me a ele, dizer que, além de tudo isso que foi colocado por V. Ex^a, existem ainda as dificuldades que a Caixa Econômica impõe aos senhores prefeitos, haja vista o montante de certidões que são pedidas e a burocracia que lhes é imposta. Parabenizo V. Ex^a pelo pronunciamento feito nesta tarde.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Muito obrigada, Senador.

Para complementar o que V. Ex^a disse, registro que fiz uma reivindicação à Caixa Econômica Federal, três meses atrás, para que informatizasse as informações. Às vezes, o prefeito tem que andar quinhentos quilômetros para ir à Caixa Econômica Federal para ouvir que está com a certidão negativa. Esse tipo de informação deveria ser informatizada, para que o prefeito pudesse ter acesso mais facilmente a ela e saber de sua real situação sem precisar se deslocar. Assim, ao chegar na capital, na Caixa Econômica mais próxima, poderá levar os documentos necessários sem perder tempo.

Segundo notícias que tive, o Governo Federal vai acatar esse pleito que fiz ao Governo Federal, à Casa Civil e à Caixa Econômica Federal no sentido da informatização dessas informações, com economia para os cofres da prefeitura.

Senadora Rosalba, ouço V. Ex^a.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senadora Kátia Abreu, quero parabenizá-la por trazer à tribuna do plenário do Senado este assunto, que é importantíssimo. A Marcha dos Prefeitos acontece há onze anos, e dela participei como prefeita. Estou na Frente Municipalista, apoiando todas as questões que visam fortalecer o município. E, para fortalecê-lo, precisamos, sim, que essa pirâmide seja invertida. Não é possível que, hoje, mais de 60% de tudo o que a Nação arrecada se concentre no Governo Federal, cabendo aos Estados praticamente 20% e, aos Municípios, 15%. Onde é que o cidadão adocece e precisa de saúde? No seu município. Onde é que precisa de educação de qualidade? No seu município. Onde ele precisa de oportunidades de trabalho? No seu município. Então, é justo que, na reforma tributária, promovamos alterações para corrigir essa distorção. Vamos analisar o problema, a Câmara

e o Senado, e criar condições para que os Municípios possam ter mais recursos.

(Interrupção do som.)

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Não é possível que as contribuições, que hoje representam mais do que os impostos arrecadados, não entrem no bolo para a distribuição do FPM! Não é possível, Senadora, que, para se resolver um problema de transporte escolar, seja necessário o repasse de recursos federais para os Estados e dos Estados para os Municípios! Não é possível que os prefeitos tenham que fazer convênios com os Estados, que não repassam os recursos! A cobrança pelos ônibus de transporte escolar recai sobre o prefeito, que não pode deixar de transportar os alunos. Ele sabe dessa necessidade, mas não têm meios para fazer isso porque não recebe. Isso deveria ir diretamente para o prefeito. Além do mais, em todas as outras questões, temos que aumentar recursos para o município, onde estão os cidadãos, que sabem realmente de suas necessidades e de suas angústias. Parabéns à Senadora por trazer assunto tão importante! Quero aqui me somar, mais uma vez, a essa luta que não pode ser somente minha e sua, mas de todo o Senado. Parabéns, Senadora!

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Eu é que quero parabenizá-la, Senadora Prefeita – V. Ex^a foi Prefeita de Mossoró e se elegeu em sua cidade e região com mais de 80% dos votos porque sabe e foi responsável à frente de sua prefeitura no Rio Grande do Norte, em Mossoró.

Sr. Presidente, antes de encerrar, eu ainda gostaria de discutir e de oferecer à reflexão dos nossos colegas Senadores e Senadoras a seguinte situação: além do que já foi dito, o Governo ainda faz o prefeito de empregado.

Quando as empreiteiras, as empresas construtoras vão fazer obras no município, a Previdência quer que o prefeito seja responsável pelo recolhimento da empreiteira, ou seja, o Governo prefere fiscalizar cinco mil prefeitos a duzentas mil empreiteiras pelo País afora. Então, o prefeito faz um trabalho extra, de graça, para o Governo Federal, para a Previdência, no sentido de que, se a empreiteira não cumprir suas obrigações previdenciárias, a responsabilidade é da prefeitura, e ela tem que pagar, mesmo quando os recursos que custeiam a obra não são do município, mesmo quando são obras federais ou estaduais.

Não podemos permitir que os nossos prefeitos arquem com essa responsabilidade. Que a Previdência vá fiscalizar as empreiteiras, as empresas, como faz com todas as empresas do País, e não faça dos

prefeitos e das prefeitas fiscais e recolhedores de impostos; eles não foram eleitos para isso.

A mesma coisa com o ISSQN: não existe normatização e obrigatoriedade. Quando os recursos são do município, o prefeito paga a construtora e recolhe o ISS; porém, quando a obra é estadual ou federal, o prefeito fica sem condições de arrecadar o ISS. Precisamos obrigar tanto o Governo Federal como o estadual a exigir certidão da prefeitura com relação ao pagamento do ISSQN, porque esse é um tributo importante para o prefeito.

Precisamos estar atentos na análise da reforma tributária e nos colocar ao lado não dos prefeitos, mas da população, porque os prefeitos é que representam 190 milhões de brasileiros, inclusive nós, Senadores, que também moramos no município.

Ouçõ o Senador Jayme Campos e, depois, a Senadora Lúcia Vânia.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Prezada Senadora Kátia, V. Ex^a hoje trata de um assunto muito importante nesta Casa. Eu, particularmente, sou suspeito ao defender os Municípios brasileiros, porque fui prefeito três vezes, ou seja, durante catorze anos dirigi a minha cidade de Várzea Grande – sou um verdadeiro sofredor, como V. Ex^a está dizendo. Na verdade, hoje há uma grande concentração da arrecadação na mão do Governo Federal, como bem disse a Senadora Rosalba. Sessenta por cento de toda a receita nacional fica com o Governo Federal, 26% vão para os Estados e apenas 14% para os Municípios. Ora, o município está sendo inviabilizado, na medida em que o Governo Federal, nos últimos tempos, transferiu uma série de ônus para os municípios sem, todavia, transferir mais recursos. Ora, o que temos de fazer urgentemente, Senadora Kátia, é a discussão da reforma tributária, de um novo pacto federativo, buscando uma melhor distribuição. O Governo Federal – e vejo todos os dias na propaganda institucional – fala do programa PSF. É verdade! É um grande programa. Entretanto – talvez V. Ex^a não saiba –, o Governo Federal contribui apenas com 34% de todas as transferências para atender...

(Interrupção do som.)

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Jayme Campos, Senadora Kátia Abreu, eu gostaria de iniciar a Ordem do Dia, de acordo com a solicitação dos próprios Senadores.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Com certeza.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Já estou concluindo, Sr. Presidente. Muito obrigado. Senadora, na verdade, temos que discutir urgentemente a reforma tributária. Por quê? Porque os Municípios não estão agüentando bancar o PSF, já que entram com quase 70% dos recursos para pagamento do médico, do enfermeiro-padrão, da energia, do remédio etc. Então, a fala de V. Ex^a é muito pertinente. Conte comigo nessa grande cruzada na defesa dos interesses dos Municípios brasileiros. Muito obrigado.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – V. Ex^a só se esqueceu de dizer que, além de Prefeito por três mandatos, foi um excelente Governador pelo Estado de Mato Grosso.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Obrigado.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Presidente, não posso deixar de dar um aparte à Senadora Lúcia Vânia, por um minuto.

A Sr^a Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Serei rápida. Gostaria de cumprimentá-la, Senador Kátia Abreu, pelo seu pronunciamento. Seu pensamento é o pensamento desta Casa. Aproveito a oportunidade para convidá-la, bem como os demais Senadores, para uma audiência pública que faremos realizar amanhã, na Comissão de Desenvolvimento Regional, com a presença do Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios; o Presidente do IBGE, que virá falar sobre a redução do FPM em 25% dos Municípios. Vamos discutir também a questão dos precatórios – e sou a Relatora dos precatórios na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – e vamos discutir também a Reforma Tributária. Portanto, será oportuna a presença de V. Ex^a, que tão bem defende os Municípios brasileiros, especialmente de seu Estado do Tocantins. Meus cumprimentos, mais uma vez, pela oportunidade do pronunciamento.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Obrigada, Senadora Lúcia Vânia. Parabéns também pela iniciativa de debater na Comissão de Desenvolvimento Regional um assunto tão importante para o Brasil!

Para encerrar, já que só tenho um minuto, sugiro que façamos um levante dos Prefeitos do Brasil. Cada Prefeito só tem um Deputado e três Senadores. Bastam três conversas com Senadores e uma com um Deputado. São quatro encontros – ou se pode fazer um só.

Eu abro mão da minha emenda este ano, se for preciso, mas quero a divisão igualitária do bolo. Vamos dar liberdade ao Deputado e ao Senador para trabalharem. Deputado, Senador, não precisam se preocupar com a emenda neste ano, abrimos mão, mas queremos o aumento do bolo. Em princípio, pode parecer que vamos perder R\$100 ou R\$200 mil, mas tenho

certeza absoluta que vamos ganhar para o resto da vida uma divisão mais digna.

Vamos trabalhar duro, conversando com os Parlamentares dos seus Estados e que representam os seus Municípios. Tenho certeza absoluta de que na reforma tributária nenhum Deputado ou Senador, à unanimidade, vai ficar contra o povo dos seus Estados, dos seus Municípios e seus representantes Prefeitos.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Kátia Abreu, o Sr. Antonio Carlos Valadares, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

Durante o discurso da Sra. Kátia Abreu, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição pela Liderança do Democratas, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Antes da Ordem do Dia?

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Se V. Ex^a me permitisse, gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou conceder a V. Ex^a a palavra por cinco minutos. Mas, depois de V. Ex^a, não poderei conceder mais a palavra a nenhum Senador, porque os Líderes solicitaram que eu iniciasse a Ordem do Dia às 16 horas. E estou aqui atendendo a um apelo dos Líderes.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pela Liderança do DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já começo agradecendo a compreensão de V. Ex^a.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero compartilhar com todos os senhores e com toda a população do Distrito Federal a alegria que senti, nesta manhã, ao participar da inauguração da Estação do Metrô na Ceilândia.

Depois de esperar 13 anos, Ceilândia, a maior cidade do Distrito Federal, agora conta com o metrô de ponta a ponta, levando os moradores daquela cidade

até à Estação da Rodoviária, no Plano Piloto. Uma obra que estava parada desde 1994 e que, em apenas 13 meses, foi concluída graças ao trabalho comprometido do nosso Governador José Roberto Arruda, um Governo que deixa de lado as divergências políticas e trabalha lado a lado com o Governo Federal para entregar essa obra, em tempo recorde, aos moradores da Ceilândia. A emoção que todos nós sentimos – nós, Parlamentares; nós, população de Brasília e, em especial, a população da Ceilândia – foi, sem dúvida, motivo de muita alegria para todos.

O Presidente Lula, hoje pela manhã, fez questão de andar na nova linha do metrô e quero ressaltar a importância desse gesto. Desde quando assumiu o Governo do Distrito Federal, o Governador José Roberto Arruda não tem deixado que disputas partidárias impeçam o andamento de obras e de projetos de importância para a população.

Assim, Sr. Presidente, a cidade ganha muito e vai continuar ganhando. Com a finalização das obras do metrô na Ceilândia, 140 mil pessoas serão beneficiadas diretamente por esse evento. Indiretamente, a cidade ganha com a diminuição de aproximadamente 30 mil veículos que irão deixar de circular entre a Ceilândia e o Plano Piloto.

Muita emoção é o que sentimos ao ver os parques das estações cheios de transportes individuais e as pessoas já usando essas linhas de metrô. Só para se ter uma idéia do que uma obra como essa representa de melhoria à população, a economia que um morador da Ceilândia irá fazer para chegar ao trabalho e voltar a sua casa utilizando somente o metrô chega a R\$50,00 (cinquenta reais) por mês, além de ser um transporte seguro, eficiente e rápido.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como Senador pelo Distrito Federal, e em nome pessoal do Senador Gim Argello e do Senador Cristovam Buarque, quero agradecer a parceria com o Governo do Distrito Federal que ainda irá resultar, certamente, em muitas outras melhorias para a nossa cidade.

Devo dizer que isso se deve também à grandeza da Bancada do Distrito Federal, que fez emendas coletivas, emendas de Bancada, objetivando a liberação daqueles recursos; recursos que foram liberados em agosto do ano passado, possibilitando a conclusão da obra em apenas 13 ou 14 meses.

Hoje, o sistema de metrô do Distrito Federal, Sr. Presidente, compreende 41 quilômetros e conta com 20 trens, mas em 2009 os usuários do sistema de metrô já poderão contar com três outras novas estações.

E há ainda uma quantidade enorme de novos trens previstos para aquisição.

Além disso, Sr. Presidente, na Copa de 2014, o Distrito Federal já estará equipado com um sistema completo de metrô, inclusive com a implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), que vai ligar o aeroporto ao estádio e ao setor hoteleiro do Distrito Federal, que é o setor mais central da nossa Capital.

Quero agradecer a paciência e a compreensão de V. Ex^a para que eu pudesse fazer este comunicado em nome do Governador do Distrito Federal, em nome da Bancada do Distrito Federal no Senado Federal, e dizer a alegria que sentimos em dotar o Distrito Federal de uma linha de 41 quilômetros de metrô até a Ceilândia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Mário Couto, lembrando a S. Ex^a que preciso iniciar a Ordem do Dia, de acordo até com o apelo de todos os Senadores. Acho que V. Ex^a também está interessado nisso.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela Ordem. Sem revisão do orador.) – Lógico, Sr. Presidente. Quem sou eu para atrapalhar a Ordem do Dia. Vou fazê-lo apenas porque não poderia deixar de fazê-lo. Se o meu sentimento permitisse que eu não o fizesse, eu iria para a minha casa, hoje, constrangido. Tenho certeza de que Nossa Senhora de Nazaré não me perdoaria. Por isso, peço desculpas a V. Ex^a por interromper a abertura da Ordem do Dia, mas é para lhe agradecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, Senador, desculpe-me. V. Ex^a tem razão.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu quero lhe agradecer do fundo do meu coração por V. Ex^a ter cumprido com a sua palavra, por toda determinação que V. Ex^a teve, na semana passada, em colocar em pauta os projetos que tratavam dos benefícios aos aposentados.

Tenho certeza absoluta de que, se já havia muitos rezando por V. Ex^a, terá mais oito milhões de aposentados rezando por V. Ex^a daqui para frente.

Tenha os meus profundos agradecimentos, tenha a certeza de que, se eu já confiava em V. Ex^a, aumentou agora a confiança em V. Ex^a. Todos nós, brasileiras e brasileiros, aposentadas e aposentados, pensionistas deste País, dizem a V. Ex^a: muito obrigado, Presidente. Não vou atrapalhar a Ordem do Dia.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, gostaria de saber quais

as matérias que vão constar da Ordem do Dia da sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço, Senador Mário Couto, a V. Ex^a pelas palavras pronunciadas há pouco aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, gostaria de pedir que V. Ex^a relacionasse as matérias que vão constar da Ordem do Dia da sessão de hoje. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agora mesmo, vamos apreciar, submeter à deliberação do Senado, a indicação de Mário Rodrigues Júnior para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transporte Terrestre.

Em seguida, temos mais cinco embaixadores de países diversos, depois temos a escolha do Sr. Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva para compor o Conselho Nacional do Ministério Público e depois teremos as três medidas provisórias que estão truncando a pauta.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Houve acordo nas medidas provisórias Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Houve acordo e espero que ele persista hoje.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero parabenizá-lo, porque V. Ex^a, na reunião do Colégio de Líderes, disse que iria iniciar a Ordem do Dia às 16 horas, e às 16 horas V. Ex^a estava na Presidência apenas aguardando os oradores terminarem os seus pronunciamentos para que pudéssemos iniciar a Ordem do Dia. Vamos votar as autoridades que estão aí e, em seguida, dentro do acordo de Liderança as medidas provisórias.

E como foi aqui colocado pelo Senador Mário Couto, quero parabenizá-lo pelo cumprimento de ter colocado na semana passada em votação os projetos do Senador Paulo Paim, que atendem os aposentados, e o projeto do Senador Tião Viana, que atende os recursos para a área da saúde.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a Ex^a.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item extrapauta:

PARECER Nº 309, DE 2008

(Escolha de autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 309, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Expedito Júnior, sobre a Mensagem nº 51, de 2008, (nº 91/2008, na origem) pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor *Mário Rodrigues Júnior* para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, combinado com o art. 291, inciso I, alínea e, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar. Peço aos Srs. Senadores que estão em seus gabinetes ou em outras dependências do Senado Federal para que venham ao plenário, pois teremos várias votações nominais no dia de hoje. Faço um apelo às Lideranças para que procedam à convocação de seus liderados, no sentido de que possamos ter aqui o quórum necessário para as votações.

O Senador Renato Casagrande pede a palavra.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras. Hoje a CCJ, Sr. Presidente, tomou a decisão de determinar que qualquer recurso repassado a ONGs seja por meio de convênios, que se dê transparência a esses recursos repassados às instituições. Essa é uma medida importante.

Lembrou-me, Sr. Presidente, da Lei de Licitações que está pronta para vir ao plenário do Senado. Fiz uma emenda na nova Lei de Licitações dizendo que as fundações de ensino e de pesquisa têm um limite de atuação na área de educação, de pesquisa. Para serem contratadas pela administração pública, Sr. Presidente, precisam ter um mínimo de pessoal para não servirem apenas de intermediárias entre um contrato, uma instituição e a fundação. Na verdade, quem está sendo contratada é uma terceira que vai ser contratada por uma fundação.

Parte das denúncias que envolveram a Fnatec foram motivadas pela suspeição de que a fundação funcionava apenas como uma intermediária para a contratação de empresas privadas que não precisariam participar, em um caso como esse, de processo licitatório.

A nova Lei de Licitações está pronta para vir ao plenário. Há um ou dois pontos que precisam ainda ser resolvidos. Acho que poderão ser resolvidos aqui no plenário do Senado, mas seria fundamental – é uma das medidas que faz parte da pauta municipalista, da pauta dos prefeitos, da nova Lei de Licitações, depois que desobstruirmos a pauta –, sem dúvida nenhuma. É uma oportunidade porque ela inclui essa limitação na contratação sem licitação das fundações. Então, iria complementar o projeto aprovado hoje na CCJ, exigindo licitação para os convênios com ONGs. Essa é uma lembrança que eu gostaria de fazer ao Presidente.

A outra lembrança, Sr. Presidente – acho que posso ainda ter um minuto da atenção de V. Ex^a –, refere-se ao fato de que ontem V. Ex^a colocou em votação um requerimento que apresentei para instalação de uma comissão mista especial para debater a reforma política.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas isso no Congresso.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – No Congresso. V. Ex^a colocou em votação ontem no Congresso.

O Deputado Aleluia pediu um tempo, porque ele quer resolver antes como a oposição irá participar, se na presidência, se na relatoria. O tema reforma política não divide oposição e governo. Esse tema interessa aos partidos políticos. Se não votarmos a reforma política ou alguns dos pontos da reforma política este ano, teremos dificuldade de votá-la ano que vem, quando o nível de contaminação das eleições de 2010 vai ser muito maior do que este ano. Então, seria fundamental que buscássemos um entendimento.

Já falei com a Líder do Governo no Congresso sobre a necessidade de um entendimento para compormos essa comissão. Pode ser presidência da oposição ou do governo e relatoria da oposição ou do governo, para que pudéssemos avançar com relação ao tema da reforma política.

A reforma política cumpriria alguns objetivos. O primeiro é que nós, na verdade, teríamos um tema consistente para ser debatido no Senado da República. Há diversos temas em pauta, mas a reforma política atrai o interesse, promove debates, provoca um debate acirrado. É por isto que acho importante que

começamos a debater a reforma política: porque vai ajudar na imagem do Senado Federal.

Outro objetivo que cumpre o debate da reforma política é o de fazer com que possamos enterrar de vez qualquer iniciativa que trate de prorrogação de mandato ou de um terceiro mandato. Ninguém deseja isso, os Partidos não desejam, mas, de vez em quando, isso está na imprensa, está na mídia, está no debate, e uma reforma política votada agora, ainda este ano, provocaria o fim desse debate para o ano que vem.

Então, estou fazendo um apelo à Líder, Senadora Roseana Sarney, para que possamos, de fato, fazer essa composição e montar essa comissão especial para debater a reforma política.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na condição de Vice-Líder do PMDB, para orientar a nossa Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não, Senador.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – O voto é favorável nesta deliberação.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apenas para fazer a chamada.

Nós ainda temos vários Parlamentares do PT e do Bloco de Apoio ao Governo que estão fora do plenário.

Então, apelamos para que S. Ex^{as} compareçam. Haverá algumas votações nominais de autoridades, sendo importante a presença de todos.

O voto é secreto, mas, pela importância da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), quero dizer que a indicação do Sr. Mário Rodrigues Júnior passou, se não me falha a memória, por unanimidade, na Comissão de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É verdade, Senadora Ideli Salvatti.

Faço um apelo aos Senadores que estão fora do plenário para que compareçam à votação.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveitando o final da votação, sendo bem objetivo, quero dizer que ouvi muitos discursos apoiando a Marcha dos Prefeitos, e todos acham que deve haver uma distribuição melhor dos recursos. Também penso assim, porque o Governo concentra praticamente 60% das receitas na União, 25% vão para os Estados, e sobram 15% para os Municípios. Mas há uma solução, Sr. Presidente. A Emenda Constitucional nº 60, de minha autoria, propõe que 10% das contribuições sociais sejam destinadas aos Municípios e que 10% vão para os Estados. Com isso, teríamos R\$17 bilhões a mais para os Municípios e R\$17 bilhões a mais para os Estados.

Pedi a palavra pela ordem, Sr. Presidente, para solicitar a V. Ex^a que colocasse em pauta essa Medida Provisória, porque ela está exatamente dentro da pauta de reivindicação dos Prefeitos. Poderíamos aproveitar para votá-la, derrotando-a ou aprovando-a. Vamos votar essa Medida Provisória, porque ajudaria muito os Municípios brasileiros e daria, assim, a oportunidade para quem está discursando aqui a favor dos Prefeitos e dos Municípios de votar algo concreto que seria, no meu entendimento, um passo muito grande para a solução dos problemas financeiros dos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Osmar Dias, já estamos determinando que se localize o processo, para que possa haver a sua inclusão na Ordem do Dia.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou pedindo a inserção, nos Anais do Senado da República, da matéria publicada no jornal **O Globo**, edição de hoje, do conhecido e renomado jornalista e escritor Zuenir Ventura, a qual que tem o título “Tibete, e nós com isso?”. É uma reflexão importante acerca da independência do Tibete e contra a presença militar chinesa nesse país. É uma matéria que merece ser lida e refletida em defesa da paz e da autonomia dos povos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO PEDRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Zuenir Ventura

Tibete, e nós com isso?

Estar ao lado do Tibete não é nem vantagem. Não há hoje no mundo uma causa mais simpática e aparentemente simples a defender. O Dalai Lama lembra alguns heróis da resistência pacífica de outros tempos, como Gandhi, Mandela e Luther King. Muito por ele, a tocha chinesa por onde passa corre o risco de ser apagada. Há quem considere o risonho monge budista um derrotado, ao contrário dos que acabo de citar, que mudaram o rumo de muitos acontecimentos. Parece que mesmo os jovens rebeldes tibetanos já se mostram meio impacientes com a moderação do seu líder religioso, enquanto o governo da China está convertendo as manifestações externas num complô contra o país e, com isso, despertando uma reação nacionalista. Sem falar no pragmatismo econômico das grandes potências, que não querem perder o maior mercado do planeta.

De qualquer maneira, os protestos já estragaram um pouco a tão planejada festa dos chineses. Como se sabe, pelo menos desde os jogos de 1936, em Berlim, as Olimpíadas deixaram de ser um evento de promoção da paz e da amizade entre os povos, para se transformarem numa disputa política. Agora, por exemplo, se os jogos forem um sucesso e fizerem esquecer que a China é uma ditadura feroz, acredita-se que isso venha a estimular uma abertura política; se fracassarem, o país vai se fechar, inclusive economicamente, alegando que o mundo conspirou contra ela. Nada é simples e puro na nova ordem mundial.

O filósofo esloveno Slavo Zizek publicou na "Folha de S. Paulo" de domingo um artigo quebrando o encantamento e a unanimidade em torno do Tibete, que, segundo ele, não era "nenhum Xangri-Láantes de 1949, quando a China ocupou-o ilegalmente e promoveu a destruição brutal de sua religião e de sua identidade". Seria um país feudal, corrupto, com uma expectativa de vida de 30 anos e que só saiu da miséria graças aos invasores. Na origem dos ânimos beligerantes anti-China, nos anos 50, já estaria a CIA. Para o filósofo, a terra do Dalai Lama é uma entidade mítica sobre a qual projetamos nossos sonhos e a "espiritualidade hedonista *new age*" propagada no mundo pelo carismático monge. Nossa preocupação não seria propriamente com o Tibete, mas conosco mesmo. No fundo, estaríamos querendo que os tibetanos "fossem espirituais por nós, para continuarmos nosso desvairado jogo consumista".

Pode até ser por isso, mas no momento não abro mão de torcer contra a China. Se hay ditadura, soy contra. Só não faço como meu amigo Arthur Dapieve, que em sinal de protesto não vai assistir pela televisão às Olimpíadas de Pequim, porque não quero, com meu boicote, criar um problema diplomático para o governo brasileiro. Já imaginaram se Hu Jintao telefona para o companheiro Lula denunciando uma conspiração contra o seu país com a participação de colunistas do GLOBO?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador João Pedro.

Há o registro de voto de 46 Senadores, mas registraram presença 61 Senadores. Isso significa que vários Senadores estão ausentes do plenário. Faze-

mos um apelo para que venham votar a partir de agora. (Pausa.)

Vamos abrir o painel e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

PARECER Nº 309, DE 2008 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 16/4/2008

Num.Votação: 1
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 16/4/2008 16:34:06
Encerramento: 16/4/2008 16:45:39

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PTB	PB	CARLOS DUNGA	Votou
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
PTB	SP	ROMEU TUMA	Votou
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAÜPP	Votou
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	Votou

Partido UF Nome do Senador Voto

Primeiro-Secretário

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : 40
Votos NÃO : 06
Votos ABST. : 01

Total : 47

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 40 Srs. Senadores; e NÃO, 6.

Houve uma abstenção.

Total: 47 votos

Foi aprovada a indicação do Sr. Mário Rodrigues Júnior para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Marisa Serrano.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, só quero me justificar: perdi a votação, mas estava aqui.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a terá seu voto registrado na ata dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 276, DE 2007

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 276, de 2007 (nº 987/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do *Sr. Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Paquistão e, cumulativamente, o de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Afeganistão e à República do Tadjiquistão.

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – o Relator *ad hoc* é o Senador Mozarildo Cavalcanti –, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

PARECER Nº 334, DE 2008 – CRE

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP.) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com 14 votos favoráveis e nenhum voto contrário, portanto pela unanimidade dos membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, VII, do Regimento In-

terno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

Vamos abrir o painel para que os Senadores e as Senadoras já possam votar.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, enquanto os Senadores estão votando eu gostaria de fazer uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, alguns Senadores e algumas Senadoras já se manifestaram a respeito da Marcha dos Prefeitos, que, mais uma vez, está aqui, em Brasília. Há diversas reivindicações dos Prefeitos municipais em pauta. V. Ex^a começou a vida como Prefeito?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, foi como Deputado Estadual. Depois, fui Prefeito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Também fui Prefeito e sei o que é exercer um cargo executivo, um cargo de comando num Município, principalmente num Município do Nordeste. Penso que uma das situações mais graves em termos de receita por que passam os Municípios é a questão previdenciária, são as dívidas contraídas pelos Municípios em função de fiscalizações que foram feitas, muitas delas sem o devido controle do próprio Executivo, e que redundaram em cobranças equivocadas, exageradas. Com isso, não receberam o recurso devido, tanto o recurso administrativo como o recurso perante a Justiça.

Em razão disso, os Prefeitos que assumiram administrações nas eleições passadas receberam como herança essa verdadeira bomba-relógio que são as dívidas previdenciárias, além dos precatórios. Se, na reforma tributária ou em qualquer outra discussão ou debate, chegássemos a uma conclusão, a uma solução para resolver em definitivo essa questão das dívidas previdenciárias e dos precatórios, quem sabe nem precisaríamos bulir nas receitas dos Municípios em relação ao Fundo de Participação? Porque sobrariam muitos recursos, Sr. Presidente.

Há Municípios que estão pagando à Previdência, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mais de 50% de suas receitas. Isso está tornando os Municípios praticamente inviabilizados em termos administrativos. Se não fossem as emendas parlamentares, a ajuda dos governos estaduais e a ajuda do Governo Federal, muitos Municípios já teriam fechado suas portas.

Portanto, Sr. Presidente, faço uma advertência: devemos colocar um limite ao endividamento dos Municípios para com o INSS. Do contrário, será impossível resolver em definitivo essa questão dos recursos para os Municípios.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente. Sei que V. Ex^a é municipalista e vê com bons olhos qualquer solução que venha a atender às reivindicações dos Prefeitos municipais.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Antonio Carlos Valadares, a respeito dessa comunicação de V. Ex^a, quero dizer que finalmente se chegou a um acordo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre o pagamento de precatórios. O parecer do Senador Valdir Raupp, a ser apresentando na CCJ, vai levar os Estados e os Municípios a uma situação de desafogo com relação ao problema dos precatórios, justamente por esse limite. Há um limite de 2% da receita líquida, para que Municípios e Estados paguem os precatórios. Para dar uma informação exata, vou até solicitar ao Senador Valdir Raupp, que sabe exatamente os termos do que foi acordado, que dê uma informação ainda mais precisa que a minha.

Isso foi resultado de um consenso. Participaram da discussão do parecer representantes dos Governos Estaduais de Minas Gerais, de São Paulo e de Recife, representantes da Associação dos Prefeitos das Capitais, por meio do Presidente João Paulo, e ainda representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que, diga-se de passagem, foi a instituição que terminou não concordando com a solução final que foi dada pelo Senador Valdir Raupp.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Também peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou inscrevê-los, porque, agora, são cinco oradores de uma vez.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Inscreva-me também pela ordem, Senador Garibaldi Alves.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, apenas quero orientar a Bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a tem a palavra. Só lembro que a votação é secreta. Estamos fazendo apenas um apelo para que os Senadores aqui compareçam.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – É exatamente nesse sentido, Sr. Presidente, que vou fazer um apelo aos Pares do PMDB, para que se façam presentes no plenário, para exercer o direito de voto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – De acordo com a relação de oradores, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Sibá Machado. Vou destinar três minutos para cada orador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Vou me dirigir exatamente a V. Ex^a. Diante daquela conversa em seu gabinete, tivemos, então, o entendimento de apresentar um requerimento de apensamento das matérias que tramitam no Senado sobre a regularização do artigo da Constituição que trata da emancipação e da fusão de Municípios.

Então, pergunto a V. Ex^a se necessita da aprovação do requerimento em plenário ou de um simples despacho da Presidência, tendo em vista que já concordamos que as demais matérias todas serão canalizadas para a relatoria do Senador José Maranhão – que, no meu entendimento, já está pronto para apresentar o seu parecer – e diante daquele prazo dado pelo Supremo Tribunal Federal, que exige que o Congresso Nacional, parece-me que até o mês de junho, deverá ter feito essa regulamentação.

Esse é o motivo da minha pressa, Sr. Presidente.

Então, pergunto a V. Ex^a se precisamos da votação e, se for o caso, pediria que V. Ex^a colocasse em votação ainda na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Sibá Machado, a matéria está pronta para votação pela Mesa Diretora desta Casa. Possivelmente, teremos uma reunião amanhã, às 10 horas. Havendo quórum, havendo reunião, a matéria será votada pela Mesa.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Então, a matéria será votada na reunião da Mesa Diretora. É isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É. Da Mesa Diretora.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não é do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não. Pode depois haver algum recurso para o plenário. Por ora, será votada pela Mesa Diretora da Casa.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Mário Couto.

Vamos abrir o painel e apresentar o resultado.

Com a palavra o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ainda com referência aos aposentados, vamos, mais uma vez, precisar do apoio de V. Ex^a.

Combinamos com os Senadores Paim, Geraldo Mesquita, Flexa Ribeiro e outros interessados de solicitar que V. Ex^a marcasse, com o Presidente da Câmara, uma audiência para que tivéssemos um espaço na

pauta daquela Casa para votarmos projetos referentes ao aposentado.

Vamos, mais uma vez, precisar do apoio de V. Ex^a para marcar essa reunião e, se possível também, nos acompanhar. Senão, os Senadores interessados irão a essa audiência, se não for exigir muito da sua bondade, Sr. Presidente, o mais breve possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a. Solicitarei a audiência ao Presidente da Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia.

Encerrada a votação.

Vamos abrir o painel e apresentar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

MENSAGEM Nº 276, DE 2007 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

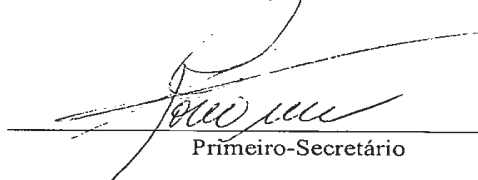
Sr. CARLOS EDUARDO SETTE CAMARA DA FONSECA COSTA, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO PAQUISTÃO E, CUMULATIVAMENTE, O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO A REPÚBLICA ISLÂMICA DO AFGANISTÃO E À REPÚBLICA DO TADJIQUISTÃO

Num.Sessão: 1 Num.Votação: 2 Abertura: 16/4/2008 16:48:16
Data Sessão: 16/4/2008 Hora Sessão: 14:00:00 Encerramento: 16/4/2008 16:58:27

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PTB	PB	CARLOS DUNGA	Votou
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	Votou
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
PTB	SP	ROMEU TUMA	Votou
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
---------	----	-----------------	------

Votos ABST. : 00



Primeiro-Secretário

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : 42
Votos NÃO : 06 Total : 48

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 42 Srs. Senadores; e NÃO, 6.

Não houve abstenção.

Total: 48 votos.

Está aprovado o nome do Embaixador Carlos Eduardo Sette Camara da Fonseca Costa, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Paquistão, à República Islâmica do Afeganistão e à República do Tadjiquistão.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Antes de dar a palavra à Senadora Ideli Salvatti, eu gostaria de ler, para submeter à votação, a seguinte mensagem:

Item extrapauta:

MENSAGEM Nº 41, DE 2008

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 41, de 2008 (nº 28/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. *Raul Campos e Castro*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos.

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, que será lido pelo Sr. Primeiro-Secretário, em exercício, Senador Romeu Tuma.

PARECER Nº 335, DE 2008—CRE

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP.) – Sr. Presidente, votos favoráveis, 16; contrários, zero; em branco, zero; nulos, zero; abstenções, zero.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Discussão do parecer.

Se nenhum Senador ou Senadora quer discutir o parecer, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, VII, do Regimento Interno, deverá ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

O painel já está aberto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Estava procurando atentamente o Senador Arthur Virgílio, porque, ontem, tive a oportunidade de, num dos meus pronunciamentos, fazer mais uma vez um apelo para que pudéssemos ter o acordo que fizemos de viva-voz aqui no plenário, há mais de um mês, para que o Senador Arthur Virgílio retirasse o requerimento de manifestação da Comissão de Constituição e Justiça no Projeto nº 266, de minha autoria, que trata da cobrança do ISS nos arrendamentos mercantis, nos *leasings*.

O projeto está na Comissão de Assuntos Econômicos, o Relator é o Senador Osmar Dias, e há um entendimento no sentido de fazermos uma audiência pública. O Senador Aloizio Mercadante está aguardando a retirada do requerimento aqui do plenário para marcar a audiência pública.

Depois dessa audiência, se houver necessidade de ouvirmos a Comissão de Constituição e Justiça, não haverá problema algum. Para não ficarmos, como já estamos desde outubro, com o requerimento aqui na Mesa, sem que se avance o projeto nem na CCJ nem na CAE, e como estamos em plena XI Marcha dos Prefeitos, é muito importante esse projeto, porque vai melhorar, e muito, a arrecadação da ampla maioria dos municípios, uma vez que hoje o ISS é recolhido, no arrendamento mercantil, para poucos municípios, apenas aqueles onde os bancos têm a sua sede. E, só para dar a dimensão do que estamos falando, Senador Garibaldi Alves, a Associação Brasileira das Empresas de Leasing apresentou um relatório que mostrava que, em 2007, eles movimentaram nada mais, nada menos do que R\$64 bilhões.

Portanto, se fosse cobrada efetivamente a alíquota dos 2%, como a lei prevê, teríamos tido quase R\$1,3 bilhão, mais do que aquele 1% do FPM, que os municípios tanto brigaram para conquistar no ano passado.

O projeto tem essa perspectiva de ampliar a arrecadação e distribuir para a maior parte dos municípios brasileiros, não apenas para alguns que sediam as instituições financeiras.

Por isso, faço mais uma vez um apelo ao Senador Arthur Virgílio de que retire o requerimento para podermos marcar a audiência pública na CAE.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Perfeitamente, Sr. Presidente. Estamos de acordo com isso. A Líder me lembrou ontem, e já autorizei a minha assessoria.

Estou agora pedindo à Mesa que proceda a essa etapa para que eu possa cumprir minha parte no acor-

do. E mais: acho que era a hora de pensarmos mais amplamente nos municípios. Aqui estão os Prefeitos, na sua XI Marcha, e seria bom, quem sabe, vermos qual é a forma definitiva que deve assumir a PEC que é relatada pelo Senador Valdir Raupp, sobre os precatórios, porque sobretudo os pequenos municípios sofrem muito com o indiscriminado seqüestro de recursos seus a partir de dívidas de outras gestões.

Então, seria muito bom se nós firmássemos uma posição de Senado definitiva em relação à matéria que está nas mãos do Senador Valdir Raupp, que está trabalhando com muito denodo para que isso saia. Ou seja, quem sabe uma pauta dos municípios.

O meu Partido endossa toda a pauta que vem da Confederação Nacional dos Municípios, está disposto a colaborar com todas as medidas ali propostas, do mesmo modo que saúda a presença em Brasília de tantos prefeitos que vieram aqui em busca de algo que é essencial: uma repactuação federativa. Há recursos demasiados nas mãos da União e recursos diminutos em excesso nas mãos dos municípios, que precisam ser mais bem aquinhoados. Então, é hora de olharmos como um todo.

Em relação ao particular, que é o projeto a que se referiu a Senadora Ideli Salvatti, é óbvio que estou de acordo. Minha palavra, eu a mantenho em qualquer circunstância. Estou autorizando a Mesa a proceder a esse gesto, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a. A Mesa está tomando as providências para a votação do requerimento.

Com a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini.

Peço silêncio ao Plenário.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria de louvar o grande interesse que sentimos agora nós, democratas, que somos a favor da PEC, que venha exatamente trazer melhores condições, ser mais justa com o município, com relação aos precatórios. Louvo a posição do PSDB, por intermédio de seu Líder, Senador Arthur Virgílio.

Gostaria de me reportar à questão que foi levantada pelo Senador Antonio Carlos Valadares, com relação ao INSS. Se há algo que está trazendo transtornos para praticamente todos os municípios brasileiros é exatamente a falta de um percentual limite quando da repactuação, quando da renegociação de dívidas com o INSS.

O que acontece, Sr. Presidente? Isso é feito, muitas vezes, sem que o prefeito possa ter nem conhecimento. Os levantamentos são feitos pelo próprio INSS,

com suas correções, com todos os acréscimos que eles julgam devidos, sem que seja muito claro para os municípios. Depois são definidos, nessa repactuação, os valores. E o que acontece? A grande maioria dos municípios que fazem a renegociação, quando chega a primeira parcela do FPM, não recebe nada, porque, se o Governo anuncia que dá condições para renegociação da dívida e se o município não estiver com a certidão negativa de que está com todos os encargos sociais pagos, ele não tem direito a receber nada e, muitas vezes, ele tem que responder, o administrador daquele momento, por questões, seqüelas deixadas por outras administrações. E esse índice não chega ao patamar que possa ser absorvido pelo administrador, pela administração, para que eles possam atender às outras demandas da administração. O que está acontecendo? O Governo dá com uma mão e está tirando com duas.

Então, queremos nos somar à preocupação do Senador Valadares, que é uma preocupação de todos os que participam da XI Marcha dos Prefeitos, de todos os Senadores, de todos os Parlamentares. Quero também dizer que precisamos avançar nessa questão. É necessário ter um limite para que o município possa honrar as suas dívidas, mas podendo também, em primeiro lugar, honrar os compromissos urgentes e necessários com a sua população.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço e concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em reunião realizada ontem na CAE – Comissão de Assuntos Econômicos, foi feita exposição sobre os *royalties*, e ficou uma dúvida em relação à Marinha. A lei manda destinar 20% dos *royalties* para a Marinha.

Então, Sr. Presidente, estou apresentando um requerimento para que tenhamos informações corretas sobre esse dinheiro, R\$1,2 milhão por ano. A informação de bastidor é que esse dinheiro não está sendo entregue à Marinha. Está sendo recolhido, é de direito pelo uso da plataforma marítima para extração do petróleo, mas o dinheiro fica no caixa único.

Estou encaminhando esse requerimento e aproveito apenas esse momento da votação para fazer a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Mesa vai aguardar o requerimento de V. Ex^a para dar curso regimental ao seu pleito.

Senador Osmar Dias, V. Ex^a solicitou a votação de uma emenda à Constituição que diz respeito ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios; 10%

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 44 Senadores; e NÃO, 5 Srs. Senadores.

Não houve abstenções.

Total: 49 votos.

Fica, portanto, aprovada a escolha de Raul Campos e Castro, Ministro de Segunda Classe da Carreira Diplomática do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 48, DE 2008

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 48, de 2008 (nº 79/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Cesário Melantonio Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito e, cumulativamente, o de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Eritreia e na República Democrática Somali, desde que obtidos os agréments dos governos desses países.

Sobre a mesa parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Relator ad hoc: Senador Jarbas Vasconcelos. O Parecer terá a informação sobre o seu resultado lida pelo Sr. 1º Secretário.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma, para a leitura do parecer.

PARECER Nº 336, DE 2008 – CRE

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP.) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. Cesário Melantonio Neto obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com 14 votos favoráveis e nenhum voto contrário; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes. Não houve abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão o parecer. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Passa-se à votação por escrutínio secreto, em sessão pública.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho, quero registrar a presença, na tribuna de honra, do Prefeito da cidade de Paragominas, Adnan Demachki, que nos honra com sua visita ao plenário do Senado Federal. S. Ex^a veio para acompanhar a Marcha dos Prefeitos à Brasília e receber mais um prêmio – mais um, de uma grande coleção de reconhecimento que o Município de Paragominas tem tido ao longo de 12 anos de administração do PSDB.

Foram duas gestões de Sidney Rosa e uma gestão de Adnan Demachki, que, com certeza absoluta, é o nosso candidato para mais um mandato lá em Paragominas.

É importante, Sr. Presidente Garibaldi Alves, que V. Ex^a tenha conhecimento de que Paragominas é um Município modelo na questão ambiental, tendo assinado recentemente um termo de ajuste de conduta entre o Governo Municipal, o Governo Estadual e o Governo Federal, representado pelo Ministério do Meio Ambiente. Houve um esforço do setor produtivo, dos empresários, dos trabalhadores e da população do Município para que Paragominas fosse reconhecido como o primeiro Município do Pará com desmatamento zero. Apesar disso, apesar de todas as ações que o Prefeito Adnan tem colocado em prática no Município, lamentavelmente o Município de Paragominas está incluído na operação Arco de Fogo e tem, hoje, a incômoda presença da Polícia Federal, da Força Nacional e da Polícia Militar do Estado do Pará, que não querem apoiar a extração legalizada das riquezas das nossas florestas.

Senador Garibaldi Alves, V. Ex^a aprovou aqui a instalação de uma comissão externa do Senado Federal, uma subcomissão temporária da Subcomissão de Meio Ambiente. Viajaremos amanhã, com o apoio de V. Ex^a, ao Pará. Pela manhã, teremos uma reunião na Assembléia Legislativa do Estado; à tarde, vamos a Tailândia, Município por onde já passou a operação Arco de Fogo. Na sexta-feira, iremos a Paragominas, na parte da manhã, e, à tarde, ao Município de Breves. Trata-se de uma comissão formada por vários Senadores, à qual tivemos a adesão de Deputados federais da bancada do Pará e de Deputados estaduais.

Faço, então, esse registro aproveitando a presença do nosso Prefeito Adnan, que já recebeu vários prêmios, quase todos no Governo do Presidente Lula, do PT.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero somente fazer o registro da votação realizada hoje, na Câmara dos Deputados, na Comissão Especial que analisava a proposta de emenda à Constituição que trata da regulamentação da edição de medidas provisórias.

A Comissão Especial tomou a decisão, Sr. Presidente, de regulamentar, estabelecendo que não haverá mais trancamento de pauta pelas MPs, que continuam com o prazo de 120 dias de vigência; e que a MP tem de tratar de assunto único – terão que ser monotemáticas.

Então, a decisão da Comissão Especial, mesmo que ainda haja divergências com relação à edição de medida provisória quando tratam de orçamento, foi um avanço importante.

O que nós esperamos, sinceramente, é que o Plenário da Câmara possa votar com rapidez a proposta de emenda à Constituição, assim que conseguir desobstruir a pauta, e que essa emenda possa vir ao Senado para ser votada.

V. Ex^a, que trabalhou desde sua posse para que tenhamos no futuro o aperfeiçoamento da edição de medidas provisórias, sabe que o passo dado na Câmara hoje, por meio da Comissão Especial, foi importante. Quero saudar a decisão da Comissão Especial, mesmo me resguardando o direito de debater um ou outro tema. Mas só de ter sido votado, adiantado o processo e criado a expectativa de votação da matéria no plenário da Câmara já é um passo importante para o Congresso, cuja pauta está trancada há muito tempo.

Ontem, V. Ex^a cobrou essa questão na abertura da Marcha dos Prefeitos. O Presidente Lula disse que esse é um ponto; o outro ponto diz respeito aos regimentos da Casa. Também concordo com o Presidente de que os regimentos acabam obstruindo, mas o Congresso Nacional não pode ser um fórum, um poder, uma instituição que também não dê oportunidades, para a Oposição ou para a Base do Governo, de usar o instrumento da obstrução de acordo com os interesses, táticas e estratégias.

Estou animado porque poderemos votar aqui, nos próximos dias, essa regulamentação da Constituição brasileira quando se tratar de medida provisória.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a comunicação de V. Ex^a.

Vamos ter de examinar o teor do parecer que foi vitorioso na Comissão Especial da Câmara.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero também aproveitar o momento de votação para registrar a minha posição sobre a Marcha dos Prefeitos e sobre aquilo que consideramos essencial se discutir no Congresso Nacional este ano.

O Presidente da República foi aplaudido pelos Prefeitos ontem. De forma elegante, os Prefeitos de todos os partidos aplaudiram o Presidente da República, que precisa responder a essa elegância com um gesto de elegância maior. Há, na Câmara dos Deputados, a proposta aprovada pelo Senado Federal que regulamenta a Emenda nº 29. Este é um item essencial na pauta dos Prefeitos municipais: a definição dos 10% da União para sustentar o serviço de saúde pública no País.

A meu ver, o Presidente da República tem o dever de liderar o processo de votação na Câmara dos Deputados, para que aquilo que foi aprovado no Senado Federal possa ser confirmado naquela Casa.

De outro lado, há a reforma tributária. Os Prefeitos não podem ser decepcionados mais uma vez. Essa é a oportunidade de se estabelecer um modelo de correção e justiça, não só no que diz respeito à arrecadação de tributos, mas também no que diz respeito à distribuição da receita entre as unidades federativas.

As prefeituras municipais, ao longo dos últimos anos, receberam encargos maiores do Poder Executivo federal. Não houve repasse dos recursos de forma compatível com o que se repassou de encargos novos para as administrações municipais.

É hora de corrigir as distorções na discussão da reforma tributária. O modelo que se exige para o País é um modelo moderno, que associa justiça fiscal a uma correta distribuição dos encargos nos diversos segmentos da economia do País, mas, também, com a correta distribuição dos recursos arrecadados.

Sr. Presidente, a nossa esperança é que não seja apenas uma encenação, que o debate da reforma tributária ocorra para valer; que o objetivo seja realmente a instituição de um modelo compatível com a realidade econômica e social do nosso País.

Espero que, ao final, os prefeitos não tenham que chorar em razão da decepção, uma vez que daqui foram embora com a esperança de que, desta vez, encontraram, no Congresso Nacional, a caixa de ressonância para suas aspirações e, no Presidente da República,

a compreensão necessária para que se possa fazer justiça a eles.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já concederei a palavra aos Senadores.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já concederei a palavra aos Senadores. Antes, porém, vou abrir o painel e apresentar o resultado.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Há algum Senador que ainda não votou?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos, então, registrar a presença de V. Ex^a em Ata, porque...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está encerrada?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, eu não votei.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos registrar a presença de V. Ex^a em Ata, Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está encerrada a votação. (Pausa.)

(*Procede-se à apuração.*)

MENSAGEM Nº 48, DE 2008 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. CESÁRIO MELANTONIO NETO, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA ÁRABE DO EGITO, E, CUMULATIVAMENTE, JUNTO AO ESTADO DA ERITRÉIA E NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA SOMALI, DESDE QUE OBITADOS OS AGRÉMENTS DOS GOVERNOS DESSES PAÍSES

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 16/4/2008

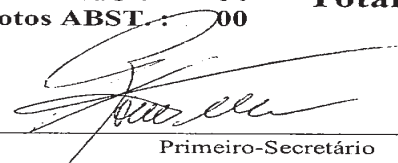
Num.Votação: 4
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 16/4/2008 17:13:26
Encerramento: 16/4/2008 17:25:17

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Blcco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
Blcco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PTB	PB	CARLOS DUNGA	Votou
Blcco-PR	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Blcco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	Votou
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Blcco-PT	SP	EDUARDO DUPLICY	Votou
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
Blcco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
Blcco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
Blcco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
Blcco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	Votou
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou
Blcco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Blcco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PTB	SP	ROMEU TUMA	Votou
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Blcco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Blcco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	Votou

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Votos NÃO :			04
Votos ABST :			00
			Total : 49


Primeiro-Secretário

Votos SIM : 45

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 45 Srs. Senadores; e NÃO, 04.

Não houve abstenção.

Total: 49 votos.

Está aprovado o nome do Sr. Cesário Melantonio Neto, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito e, cumulativamente, o de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Eritreia e na República Democrática Somali.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente, peço que registre o meu voto...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente, para registrar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A questão de ordem tem prioridade. Assim, com a palavra o nobre Senador Fernando Collor de Mello.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Ex^a que consignasse a minha presença nos dois primeiros itens que foram votados na Casa no dia de hoje, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Será V. Ex^a atendido por meio do registro da presença na Ata dos nossos trabalhos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu também gostaria que consignasse em Ata a minha presença nas duas votações anteriores.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente, com o mesmo objetivo.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendida.

Tem a palavra a Senadora Patrícia Saboya. (Pausa.)

A Senadora Patrícia Saboya solicita também que seja registrado em Ata o voto dela.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Também da mesma forma, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Papaléo Paes, V. Ex^a também?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Também, nesta votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Da mesma forma, V. Ex^a será atendido.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Carlos Dunga; em seguida, o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Epitácio Cafeteira, que querem também fazer o registro de seus votos em Ata.

O SR. CARLOS DUNGA (PTB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveitando o espaço cedido por V. Ex^a, eu gostaria de registrar nos Anais desta Casa, na tarde de hoje, a inauguração amanhã, no Estado da Paraíba, vizinho ao Rio Grande do Norte, do primeiro Parque Eólico da Paraíba. Por isso, eu não poderia deixar de comentar aqui nesta Casa o acontecimento que trará alegria ao povo nordestino-grandense e ao povo paraibano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu quero parabenizar V. Ex^a e os paraibanos por esse evento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que registre o meu voto favorável na indicação do Embaixador brasileiro para o Egito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido. A Ata registrará o pedido de V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, o Senador Almeida Lima.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por estar participando de conferência juntamente com a

Secretária Nacional de Renda e Cidadania, Rosane Cunha, e do encontro da Marcha Nacional dos Prefeitos e Prefeitas, eu não pude estar presente aqui. Por isso, eu desejo registrar o meu voto favorável tanto à indicação do Sr. Mário Rodrigues Júnior para a Agência Nacional do Petróleo, quanto à do Embaixador Sr. Raul Campos e Castro para os Emirados Árabes Unidos e à do Embaixador Carlos Sette Câmara Fonseca da Costa para o Paquistão. Na indicação do Sr. Cesário Melantonio, eu votei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se temos ainda votação nominal, eu sugeriria a V. Ex^a que incluísse um outro item para deliberação. Logo a seguir, enquanto estiverem votando, eu poderei fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a sugestão de V. Ex^a. Vou fazer isso agora.

Item extrapauta:

MENSAGEM Nº 49, DE 2008

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 49, de 2008 (nº 80/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Edgard Antonio Casciano, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe da Síria.

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, cujo Relator é o Senador Romeu Tuma.

Peço que seja lido o resultado da votação do parecer na comissão.

PARECER Nº 337, DE 2008–CRE

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP.) – Votos favoráveis: 16; votos contrários: 0; votos em branco: 0; votos nulos: 0; abstenções: nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Discussão do parecer. (Pausa.)

Encerrada a discussão, passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a presença de nossa querida Senadora Emilia Fernandes, do Rio Grande do Sul, que nos visita nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu me associo a V. Ex^a na satisfação de ter aqui a ex-Senadora Emilia Fernandes.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu aproveito a oportunidade em que os nossos Pares estão exercendo o direito de voto para fazer um registro e um apelo, sobretudo ao Ministro de Estado da Saúde. Todos sabemos que vários Estados e regiões brasileiras padecem nesse instante de surto em alguns, epidemia em outros, de dengue. O Estado de Sergipe, lamentavelmente, não é exceção; ao contrário, faz parte dessa regra, sobretudo a nossa capital Aracaju, que já soma, lamentavelmente para nós, um número muito grande de óbitos, já que Sergipe, no dia de hoje, acaba de registrar sete mortes. Tratando-se de um Estado pequeno e de uma população igualmente pequena, é número extremamente considerável.

Sabemos, Sr. Presidente, que um grave problema neste instante é exatamente a falta de sangue em todos os bancos de sangue dos hospitais da rede pública deste País, como decorrência de grande demanda, tendo em vista o estado de saúde de muitos brasileiros, sobretudo aqueles que padecem do mal decorrente da dengue hemorrágica. O número de plaquetas no sangue das pessoas diminui, e a solução para elevar esse número é a transfusão de sangue.

Quero deixar aqui um registro: sabemos que, nos diversos Estados, o contingente maior de pessoas que se prestam a doar sangue é de militares, até em decorrência do benefício de um dia de folga, além da conscientização que recebem nos quartéis. Mas em Sergipe, lamentavelmente, os militares estão sendo quase proibidos dessa prática para que não tenham esse dia de folga.

Como se trata de um problema grave em todo o País, acho, Sr. Presidente, que vale fazer, da tribuna do Senado, um apelo ao Ministro da Saúde, para que estabeleça algum programa de compensação àquelas pessoas que se colocarem à disposição para doar sangue. Quem sabe até uma remuneração, porque, no estado de calamidade em que nos encontramos, a demanda vai aumentar.

Aqui transmito não uma opinião pessoal, mas a de representante do povo de Sergipe, recebendo orientações e pedidos do segmento dos profissionais que fazem a saúde em nosso Estado. Faço aqui um apelo ao Governo Federal, sobretudo ao Ministro da Saúde, para que estabeleça uma espécie de compensação – quem sabe até financeira – para aqueles que procurarem os bancos de sangue para a devida doação.

Era esse o apelo, Sr. Presidente, que desejava fazer neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Vamos abrir o painel e apresentar o resultado da votação.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr. Presidente, gostaria de registrar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, vamos dar três minutos de prorrogação.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, enquanto isso, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria só de registrar que hoje a Comissão de Constituição e Justiça aprovou, por unanimidade, emenda

de minha autoria que trata de um fundo de recursos emergenciais para reforço à segurança de fronteira. O parecer favorável foi do Senador Demóstenes Torres, que acolheu os nossos argumentos para que essa matéria pudesse integrar a PEC do fundo de combate à violência, de autoria do ex-Senador Antonio Carlos Magalhães.

Foi uma feliz coincidência, Sr. Presidente: na mesma reunião em que a emenda do fundo de segurança das fronteiras, de minha autoria, foi acolhida para fazer parte da PEC do Senador Antonio Carlos Magalhães, iniciou-se em seguida uma reunião solene na CCJ, em que esta Casa prestou uma justa homenagem, incluindo o retrato do Senador Antonio Carlos Magalhães na galeria dos ex-Presidentes da CCJ.

Faço este registro ao mesmo tempo em que apelo a V. Ex^a, Sr. Presidente, para que inclua, na Ordem do Dia, a PEC do Senador Antonio Carlos Magalhães o mais rápido possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tenho uma comunicação a fazer aos Senadores e Senadoras.

Na sessão de ontem do Congresso Nacional, foi adotada a sistemática da cédula única para apreciação de vetos presidenciais.

A apuração processou-se na manhã de hoje pelo Prodasen, tendo sido acompanhada pelos Deputados Gilmar Machado, Saturnino Masson e Otávio Leite.

Votaram 419 Srs. Deputados, e 57 Srs. Senadores.

Comunico ainda ao Plenário que os vetos constantes da cédula única de votação foram mantidos, não tendo sido apreciados os vetos correspondentes aos Itens 3, 7 e 12 da cédula, que foram retirados da pauta por meio de requerimentos de destaque dos Srs. Líderes.

Na próxima semana, vamos prosseguir na apreciação dos vetos pelo Congresso Nacional, que é um dos compromissos assumidos por nós, de que não deixaríamos de votar esses vetos.

(É a seguinte a lista de votação)

Apuração Final dos Vetos

<u>Casa</u>	<u>Item</u>	<u>Descrição</u>	<u>Sim</u>	<u>Não</u>	<u>Abstenção</u>	<u>Branco</u>	<u>Nulo</u>	<u>Quorum</u>	<u>Geral</u>	<u>Resultado</u>
SF	009.01	- § 6º B do art. 135 da Lei nº 4.737, de 15-7-1965, com a redação dada pelo art. 1º do projeto.	42	4	1	7	2	49	56	Mantido
	010.00	- Projeto de Lei do Senado nº 179, de 1996 (nº 3.162/1997, na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre o registro geral de recém-nascidos e dá outras providências". (Mensagem nº 749, de 2001-CN). (Veto Total nº 39, de 2001)	43	3	1	7	2	49	56	Mantido
	024.00	- Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2000 (nº 6.955/2002, na Câmara dos Deputados), que "Altera a redação dos §§ 7º e 8º do art. 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994". (Mensagem nº 147, de 2004-CN). (Veto Total nº 21, de 2004)	43	3	1	7	2	49	56	Mantido
	029.01	- inciso II do art. 2º;	43	3	1	7	2	49	56	Mantido
	029.02	- "caput" do inciso III do art. 2º;	43	3	1	7	2	49	56	Mantido
	029.03	- alínea "a" do inciso III do art. 2º;	44	3	1	6	2	50	56	Mantido
	029.04	- alínea "b" do inciso III do art. 2º;	43	3	1	7	2	49	56	Mantido
	029.05	- alínea "c" do inciso III do art. 2º;	43	3	1	7	2	49	56	Mantido
	029.06	- alínea "d" do inciso III do art. 2º;	44	3	1	6	2	50	56	Mantido
	029.07	- alínea "e" do inciso III do art. 2º; e	43	3	1	7	2	49	56	Mantido
	029.08	- inciso VII do art. 2º.	43	3	1	7	2	49	56	Mantido
	031.00	- Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2002 (nº 7.509/2006, na Câmara dos Deputados) que "Acrescenta parágrafo ao art. 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro". (Veto Total nº 30, de 2007)	32	16	1	5	2	51	56	Mantido
	034.00	- Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2003 (nº 7.362/2006, na Câmara dos Deputados) que "Altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder adicional de periculosidade aos carteiros e dá outras providências". (Veto Total nº 34, de 2007)	36	11	1	6	2	50	56	Mantido

Casa	Item	Descrição	Sim	Não	Abstenção	Branco	Nulo	Quorum	Geral	Resultado
CD	001.01	- § 2º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24-7-1991, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	321	40	3	37	14	378	415	Mantido
	001.02	- alínea "b" do § 8º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24-7-1991, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	320	40	2	40	13	375	415	Mantido
	001.03	- § 2º do art. 97 da Lei nº 8.212, de 24-7-1991, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	321	39	2	40	13	375	415	Mantido
	001.04	- § 5º do art. 86 da Lei nº 8.213, de 24-7-1991, com a redação dada pelo art. 2º do projeto;	319	41	2	40	13	375	415	Mantido
	001.05	- parágrafo único do art. 2º;	319	40	2	41	13	374	415	Mantido
	001.06	- § 2º do art. 5º; e	301	61	2	34	17	381	415	Mantido
	001.07	- parágrafo único do art. 15.	318	39	2	43	13	372	415	Mantido
	002.01	- art. 79-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a redação dada pelo art. 1º do projeto.	324	38	2	38	13	377	415	Mantido
	004.01	- art. 390A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	315	49	3	35	13	380	415	Mantido
	004.02	- "caput" do art. 390D do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	313	50	3	36	13	379	415	Mantido
	004.03	- inciso I do art. 390D do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	314	49	3	36	13	379	415	Mantido
	004.04	- inciso II do art. 390D do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	311	52	3	36	13	379	415	Mantido
	004.05	- "caput" do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	311	52	3	36	13	379	415	Mantido
	004.06	- inciso I do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	311	52	3	36	13	379	415	Mantido
	004.07	- "caput" do inciso II do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	312	51	3	36	13	379	415	Mantido
	004.08	- alínea "a" do inciso II do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	312	51	3	36	13	379	415	Mantido
	004.09	- alínea "b" do inciso II do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	312	51	3	36	13	379	415	Mantido
	004.10	- "caput" do parágrafo único do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	312	51	3	36	13	379	415	Mantido
	004.11	- inciso I do parágrafo único do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	312	51	3	36	13	379	415	Mantido
	004.12	- inciso II do parágrafo único do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	312	51	3	36	13	379	415	Mantido
	004.13	- inciso III do parágrafo único do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	314	49	3	36	13	379	415	Mantido
	004.14	- "caput" do art. 401B do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	313	50	3	36	13	379	415	Mantido
	004.15	- inciso I do art. 401B do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto; e	314	49	3	36	13	379	415	Mantido
	004.16	- inciso II do art. 401B do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;	314	48	3	37	13	378	415	Mantido
	005.01	- parágrafo único do art. 1º; e	321	45	0	36	13	379	415	Mantido
	005.02	- art. 3º.	316	42	0	44	13	371	415	Mantido
	006.01	- inciso III do art. 4º;	319	44	1	38	13	377	415	Mantido
	006.02	- § 5º do art. 4º;	313	48	1	40	13	375	415	Mantido
	006.03	- "caput" do art. 15;	316	44	1	41	13	374	415	Mantido
	006.04	- § 1º do art. 15;	316	44	1	41	13	374	415	Mantido

Casa	Item	Descrição	Sím	Não	Abstenção	Branco	Nulo	Quorum	Gezal	Resultado
CTD	006.05	- § 2º do art. 15;	315	44	1	42	13	373	415	Mantido
	006.06	- § 3º do art. 15; e	315	43	1	43	13	372	415	Mantido
	006.07	- § 3º do art. 21.	316	43	1	42	13	373	415	Mantido
	008.01	- parágrafo único do art. 431 do Decreto-Lei n° 5.452, de 1º -5-1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto.	324	37	2	39	13	376	415	Mantido
	011.01	- inciso V do art. 32 da Lei 8.212, de 24-7-1991, com a redação dada pelo art. 1º do projeto.	319	41	2	40	13	375	415	Mantido
	013.00	- Projeto de Lei da Câmara n° 80, de 2002 (n° 2.173/1999, na Casa de origem) que "Dispõe sobre as empresas de asseio e conservação". (Mensagem n° 3, de 2003-CN). (Veto Total n° 2, de 2003)	328	32	2	39	14	376	415	Mantido
	014.00	- Projeto de Lei da Câmara n° 4, de 2001 (n° 3.049/2000, na Casa de origem) que "Altera dispositivos da Lei n° 8.287, de 20 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego a pescadores profissionais, durante os períodos de defesoç". (Veto Total n° 6, de 2003)	316	46	2	38	13	377	415	Mantido
	015.01	- art. 9; e	321	39	3	38	14	377	415	Mantido
	015.02	- inciso I do art. 15 da Lei n° 5.010 de 30/05/66, com a redação dada pelo art. 8º do projeto.	320	39	3	40	13	375	415	Mantido
	016.01	- parágrafo único do art. 2º.	317	43	3	38	14	377	415	Mantido
	017.01	- § 2º do art. 44.	269	92	2	38	14	377	415	Mantido
	018.00	- Projeto de Lei da Câmara n° 104, de 2002 (n° 5.226/2001, na Casa de origem) que "Altera o art. 159 da Lei n° 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir na Carteira Nacional de Habilitação os dados que especifica". (Mensagem n° 84, de 2004-CN). (Veto Total n° 8, de 2004)	317	45	1	39	13	376	415	Mantido
	019.01	- parágrafo único do art. 5º; e	324	38	1	39	13	376	415	Mantido
	019.02	- parágrafo único do art. 25.	323	37	1	41	13	374	415	Mantido
	020.01	- "caput" do art. 4º;	299	59	4	40	13	375	415	Mantido
020.02	- inciso I do art. 4º;	298	59	4	41	13	374	415	Mantido	
020.03	- inciso II do art. 4º;	298	59	4	41	13	374	415	Mantido	
020.04	- inciso III do art. 4º;	298	59	4	41	13	374	415	Mantido	
020.05	- inciso IV do art. 4º;	298	59	4	41	13	374	415	Mantido	
020.06	- inciso V do art. 4º;	297	59	4	42	13	373	415	Mantido	
020.07	- inciso VI do art. 4º;	298	59	4	41	13	374	415	Mantido	
020.08	- inciso VII do art. 4º;	298	59	4	41	13	374	415	Mantido	
020.09	- art. 7º;	298	59	4	41	13	374	415	Mantido	
020.10	- art. 8º;	297	59	4	41	13	374	415	Mantido	
020.11	- "caput" do art. 9º;	297	59	4	42	13	373	415	Mantido	
020.12	- § 1º do art. 9º;	297	59	4	42	13	373	415	Mantido	
020.13	- § 2º do art. 9º;	298	59	4	41	13	374	415	Mantido	
020.14	- § 3º do art. 9º;	298	59	4	41	13	374	415	Mantido	
020.15	- "caput" do art. 10;	296	59	4	43	13	372	415	Mantido	
		298	59	4	41	13	374	415	Mantido	

Casa	Item	Descrição	Sim	Não	Abstenção	Branco	Nulo	Quorum	Geral	Resultado
CD	020.16	- parágrafo único do art. 10;	298	59	4	41	13	374	415	Mantido
	020.17	- "caput" do art. 14;	297	59	4	42	13	373	415	Mantido
	020.18	- § 1º do art. 14; e	298	59	4	41	13	374	415	Mantido
	020.19	- § 2º do art. 14.	297	59	4	42	13	373	415	Mantido
	021.01	- art. 1º.	323	40	2	37	13	378	415	Mantido
	022.01	- § 5º do art. 10.	321	41	2	37	14	378	415	Mantido
	023.00	- Projeto de Lei da Câmara n° 37, de 2004 (n° 3.113/2000, na Casa de origem), que "Institui o Programa de Bolsas de Manutenção para Atletas". (Mensagem n° 131, de 2004-CN). (Veto Total n° 17, de 2004)	319	40	4	39	13	376	415	Mantido
	025.01	- § 1º do art. 4º-A da Lei n° 10.748, de 22-10-2003, com a redação dada pelo art. 2º do projeto.	312	48	3	39	13	376	415	Mantido
	026.01	- parágrafo único do art. 5º.	316	42	2	42	13	373	415	Mantido
	027.01	- "caput" do art. 6º;	323	40	1	38	13	377	415	Mantido
	027.02	- inciso I do art. 6º; e	322	39	1	40	13	375	415	Mantido
	027.03	- inciso II do art. 6º.	320	40	1	41	13	374	415	Mantido
	028.01	- parágrafo único do art. 3º.	274	80	3	45	13	370	415	Mantido
	030.01	- art. 2º da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, com a redação dada pelo art. 20 do projeto;	286	73	2	41	13	374	415	Mantido
	030.02	- art. 1º da Lei n° 11.491, de 20 de junho de 2007, com a redação dada pelo art. 21 do projeto; e	287	72	2	41	13	374	415	Mantido
	030.03	- § 3º do art. 5 da Medida Provisória n° 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a redação dada pelo art. 23 do projeto.	287	72	2	41	13	374	415	Mantido
	032.01	- alínea "b" do inciso III do art. 12.	283	79	2	38	13	377	415	Mantido
	033.00	- Projeto de Lei da Câmara n° 132, de 2005 (n° 4.412/2001, na Casa de origem) que "Regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências". (Veto Total n° 32, de 2007)	320	44	1	37	13	378	415	Mantido
	035.01	- caput do art. 4º;	278	85	1	38	13	377	415	Mantido
	035.02	- § 1º do art. 4º; e	276	85	1	40	13	375	415	Mantido
	035.03	- § 2º do art. 4º.	276	85	1	40	13	375	415	Mantido
	036.01	- parágrafo único do art. 1º.	320	44	1	37	13	378	415	Mantido
	037.01	- inciso V do art. 7º;	315	39	2	46	13	369	415	Mantido
	037.02	- art. 15; e	316	39	2	45	13	370	415	Mantido
	037.03	- art. 19.	316	39	2	45	13	370	415	Mantido

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Com a palavra o Senador José Maranhão. (Pausa.)

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer uma simples comunicação à Casa que, nesta tarde, encaminhei à Mesa do Senado requerimento de uma sessão especial para homenagear a memória do Senador Humberto Coutinho de Lucena, que foi Presidente desta Casa duas vezes, pelo transcurso do 10º aniversário de seu falecimento.

Quero registrar aqui também que hoje à tarde a Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba está

prestando idêntica homenagem ao ilustre Senador, que, como todos sabem, foi um homem que teve uma influência muito grande no Congresso Nacional e nesta Casa em particular pelo seu exemplo de vida, pela sua retidão e, sobretudo, pela coerência com que exerceu os vários mandatos que conquistou.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Vamos encerrar a votação e apresentar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)


MENSAGEM Nº 49, DE 2008 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. EDGARD ANTONIO CASCIANO, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA ÁRABE DA SÍRIA

Num.Sessão: **1** Num.Votação: **5** Abertura: **16/4/2008 17:31:07**
Data Sessão: **16/4/2008** Hora Sessão: **14:00:00** Encerramento: **16/4/2008 17:40:52**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PTB	PB	CARLOS DUNGA	Votou
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SÚPLICY	Votou
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PMDB	AP	GILVAM BORGES	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
PSDB	PA	MARIO COUTO	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	Votou
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PTB	SP	ROMEU TUMA	Votou
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Votos SIM :	50		
Votos NÃO :	04	Total : 54	
Votos ABST. :	00		


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 50 Srs. Senadores; e NÃO, 4.

Não houve abstenção.

Total: 54 votos.

Aprovada a Mensagem nº 49, de 2008, do Presidente da República, que submeteu à deliberação do Senado a escolha do Sr. Edgard Antonio Casciano para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe da Síria.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Comunico ao Plenário que, após a votação da Mensagem nº 53, vamos votar uma mensagem que vai exigir maioria absoluta. Refiro-me à discussão em turno único da indicação do Sr. Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Item extrapauta:

MENSAGEM Nº 53, DE 2008

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 53, de 2008 (nº 103/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. José Fiúza Neto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné.

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo como Relator o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O resultado da votação será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Gim Argello.

PARECER Nº 338, DE 2008–CRE

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF. Para preferir parecer.) – Votos favoráveis: 14. Nenhum voto contrário. Nenhum voto em branco. Nenhuma abstenção. Aprovada, na Comissão, a indicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 06 de maio de 1998 e nos termos do disposto no art. 383, VII, do Regimento Interno, deve ser por escrutínio secreto em sessão pública.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ressalto um convite que sei que é de V. Ex^a e de todos os Srs. Senadores. Hoje, às 18 horas e 30 minutos, prestaremos uma homenagem ao Senador Antonio Carlos Magalhães, pois será inaugurada a galeria com o nome dele, conforme projeto de resolução. É uma homenagem do Senado Federal a um dos mais combativos Senadores da História brasileira. É do conhecimento de todos sua biografia, da qual não me compete falar agora. Seria um gesto de muito carinho se todos os Srs. Senadores estivessem lá para prestar essa homenagem que V. Ex^a concede hoje ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

Sei que o Senador Renan Calheiros, quando Presidente, fez toda a defesa da vida do Senador Antonio Carlos Magalhães. Procurou acolhê-lo em solidariedade, em respeito aos últimos momentos de luta dele. Tenho certeza de que este momento reflete uma homenagem justa do Senado Federal a um dos mais importantes Senadores que esta instituição já teve.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Atendendo à solicitação de V. Ex^a, convido todos para que possamos, juntos, novamente, homenagear o Senador Antonio Carlos Magalhães, que já foi homenageado, na manhã de hoje, com aposição de seu retrato na galeria de Presidentes da Comissão de Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto a votação se processa, encaminho à Mesa pronunciamento em que resumo as reivindicações básicas dos Prefeitos brasileiros em sua marcha.

Na verdade, eles voltam a bater às portas de Brasília, que nem sempre são sensíveis, a começar pela porta principal, a porta do Palácio do Planalto. Eles pleiteiam, com certeza, uma nova política tributária. Recursos demasiadamente concentrados nas mãos da União precisam ser compartilhados com Estados e, sobretudo, com Municípios. Pleiteiam a repartição de todos os tributos federais com Estados e Municípios: o PIS, a Cofins, a Contribuição sobre o Lucro Líquido, a Cide, o Imposto de Renda, o IPI e o salário educação.

Sr. Presidente, pedem também os Prefeitos que, daqui para frente, o Governo Federal não crie mais quaisquer contribuições, quaisquer impostos, quaisquer

contribuições aliás, porque o Governo, justamente hoje em dia, cria contribuições para evitar criar impostos, porque o imposto tem que ser compartilhado, mas que não crie nenhum tributo que seja para arrecadação exclusiva do Governo. Mais ainda, estão propondo a retirada da Constituição do critério de partilha, que hoje existe, que é por ele e por nós considerado injusto. Muito bem.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de voltar à tese dos precatórios, que está aqui em nossas mãos. O Senador Valdir Raupp está fazendo um trabalho muito bom e é preciso que nós o apoiemos e cheguemos, com ele, a um consenso. O fato é que prefeituras pequenas e médias não podem mais ficar à mercê de uma decisão judicial de primeira instância que seqüestre recursos que, simplesmente, liquidem, pelo seqüestro, toda a perspectiva de planejamento dessas prefeituras. Então, é hora de sensibilidade, e que o Governo Federal saiba acolher os Prefeitos. Mais que discursos e boas palavras, saiba acolhê-los com gestos. De nossa parte, estamos aqui prontos para colaborar no sentido de transformarmos, em realidade, muitas das reivindicações que aqui estão contidas neste documento que encaminho à Mesa para inteira publicação nos Anais da Casa, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs., Senadores, “The Voice” foi o nome com que o mundo perenizou o grande Frank Sinatra, dos Estados Unidos. No Brasil, Voz, em bom português, lembra outro cantor. Outro e nosso. O também saudoso Francisco Alves, o Rei da Voz. E voz, ainda em português, pode evocar o potente Tim Maia, que deixou no ar a sonoridade do seu cantar. Ou a atualíssima Maria Rita, que herdou o timbre, a voz, da mãe, Elis Regina. Ou, ainda, da maravilhosa entonação de Denise Tavares, que entenece este ambiente com a expressão musical que ouvimos. De viva voz. Ou, como é costume dizer, ao vivo!

Voz, portanto, com esse desfilar de nomes e de lembranças, é, sim, vida. E, afinal, vida e voz acabam se fundindo numa nota só, no mesmo timbre.

E para não dizer que não falamos em oratória, como sugere uma casa legislativa, a Voz, para nós, parlamentares, se não é pré-requisito, é quase instrumento. De protesto ou para declarar voto; de reconhecimento ou de apreço, de defesa sempre!

Neste momento, por exemplo, uso-a para falar dela mesma, a Voz. Não apenas para lembrar a sua data, o Dia da Voz, que transcorre hoje.

Falo (e falo porque tenho voz) para, muito mais do que comemorar uma data, ressaltar a importância dessa faculdade, a vibração das pregas vocais, presença que, no ser humano, ganha forma de mensagens.

A voz, quando sonora, a todos nos encanta, na forma de som, dos nossos cantores e cantoras e, por quê não, também de aves canoras, do vento, do mar. Ou nos apavora no de repente de temidos raios e trovões.

Minha fonoaudióloga, a Dr^a Maria Lúcia Torres, acompanha-me de há muito com os ensinamentos em que privilegia o dom que nos permite falar, orar ou cantar e muito mais, talvez. Ela jamais deixa de se referir à Voz sem dissociá-la à arte de falar bem, lembrando as técnicas de que é detentora.

Com a Voz, a Dr^a Maria Lúcia compõe o que, a seu ver, é o tripé da boa comunicação verbal: conteúdo-expressão-voz.

Hoje, nesta comemoração do Dia Mundial da Voz, ergo a minha, no timbre adequado, para aplaudir a iniciativa da Associação Brasileira de Laringologia e Voz, pela criação da data e pelas campanhas que realiza anualmente. Essas campanhas são meritórias e com o próprio uso a voz, chama a atenção para os cuidados que ela merece, em favor, de imediato, da saúde de cada um de nós.

Encerro, cumprimentando os profissionais da área. E felicito-os pelo bom tom com que propaga, todos os anos, a Semana Nacional da Voz, fazendo, na melhor forma, a vocal, com que todos ouçam o que seus técnico falam.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os Municípios brasileiros voltam a bater à porta de Brasília, nem sempre sensível, a começar pela porta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Planalto.

O que quase sempre ocorre são evasivas, acompanhadas sistematicamente das frases a que ele já se habituou, supondo que consegue empurrar para o além as reivindicações dos Prefeitos.

Ontem, foi exatamente assim. Lula lá esteve, na abertura da XI Marca dos Prefeitos e o que ele disse foram coisas do gênero:

“Gente, pelo amor de Deus, vamos dar a este país uma política tributária decente. Certamente não é a que mandamos para o Congresso, mas que façamos alguma. O que nós queremos com a política tributária é melhorar este país”.

Os 3 mil e 600 da Marcha ouviram com respeito a fala presidencial. Mas ouviram o quê? Isso e nada é a mesma coisa. No puro estilo de se sair bem.

Se os Prefeitos pudessem indagar: Se é preciso que façamos alguma política tributária, por que não fazer logo, ao invés de ficar repetindo fraseados chochos.

O presidente disse ainda mais algumas de suas habituais tiradas:

(...) “mesmo quando a gente está em família, vendo jogo pela televisão, todo mundo torcendo para o mesmo time, a gente ainda discute se foi pênalti ou se não foi, se o juiz roubou ou não roubou”. “Imagine na política tributária, que vai mexer no bolso de todo mundo e, sobretudo, nos cofres de todo mundo.”

Não estou inventando nada. Apenas reproduzo a fala do Presidente, registrada hoje em todos os jornais. Um primor de engambelação ou adulação. Ele fala, fala, imagina que está sendo engraçado, vira as costas e tiau e benção!

Mais aspas para Lula:

“Nossa proposta é partilhar, ou melhor, repartir todos os tributos federais com estados e municípios. O PIS, a Cofins, a CSLL, além da Cide, do Imposto de Renda, do IPI e do salário educação”.

E mais:

“Nós precisamos acabar com essa história de o governo federal criar imposto para a sua arrecadação exclusiva.”

Seria o caso de, em nome dos Municípios, perguntar ao ilustre Presidente por que não acaba logo com isso, isso que ele chama de história?

E para não dizer que foi tão evasivo, o Presidente encerrou com um aceno, que não se sabe se foi para valer ou não. Garantiu, então:

(...)“Estamos propondo a retirada, da Constituição, do critério de partilha injusto que existe hoje. Uma forma de distribuição será então proposta, em acordo com as entidades [interessadas], por meio de lei complementar.”

O que está esperando o Presidente?

Encerro, saudando os Municípios do Brasil, que aqui estão representados pelos seus Prefeitos e Vereadores. Saúdo, sim, com reprimendas ao Presidente, de quem deve partir a iniciativa para as propostas de que tanto fala sem nada levar adiante.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**XI MARCHA A BRASÍLIA
EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS
A VISÃO DOS MUNICÍPIOS SOBRE O PACTO FEDERATIVO**

Índice

FINANÇAS

Senado Federal
Câmara dos Deputados

PREVIDÊNCIA

Senado Federal
Câmara dos Deputados

DEMAIS ÁREAS

Senado Federal
Câmara dos Deputados

Apresentação

A Confederação Nacional de Municípios – CNM está em constante trabalho de aperfeiçoamento do monitoramento das atividades legislativas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para identificar proposições de interesse dos municípios, divulgando-as e buscando, com apoio das Entidades Estaduais e Microrregionais, garantir que sejam aprovadas propostas coerentes com os interesses dos municípios brasileiros e do Movimento Municipalista.

A partir da avaliação contínua dos projetos em tramitação, cerca de 4000, identificamos as prioridades tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado Federal e as listamos nesse documento de forma a facilitar o acompanhamento da tramitação das principais proposições.

Os projetos foram classificados por ordem de relevância, priorizando-se aqueles que visam corrigir os problemas estruturais do Pacto Federativo brasileiro, que se constitui principalmente numa distribuição irregular de atribuições e recursos para o atendimento das demandas de nossa população por serviços públicos de melhor qualidade.

A Pauta de Reivindicações da Confederação Nacional de Municípios é o documento que baliza e orienta os debates da Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, com o objetivo consolidar e focar os pleitos municipais, buscando maior eficácia nas ações do Movimento Municipalista ao influenciar o Legislativo Federal para o atendimento às demandas e anseios dos Municípios brasileiros.

Nesse sentido, esse documento visa motivar a discussão e o aperfeiçoamento de projetos que tenham impacto no desenvolvimento dos municípios, e também na construção de políticas públicas e programas de governo que respeite a autonomia federativa dos municípios e seu importante e decisivo papel no desenvolvimento e crescimento do País.

Durante todo o ano a CNM acompanhará e monitorará as proposições apresentadas no Congresso nacional, o que significa que outras matérias poderão ser destacadas como de interesse prioritário dos Municípios ao longo do ano.



Paulo Ziulkoski
Presidente da CNM

Pauta Prioritária

Senado Federal

PEC 12/2006

Autor: Senador Renan Calheiros

A matéria foi originada a partir de gestões e debates promovidos pelo Ministro Nelson Jobim, então presidente do Supremo Tribunal Federal. O formato da PEC cria regime no qual a União, Estados e o DF tomariam disponíveis recursos para aplicação no pagamento de precatórios de 3% da despesa primária líquida, e os Municípios aplicariam 1,5% da despesa primária líquida da mesma forma. Os recursos mencionados seriam distribuídos em: 70% destinados para leilões com deságio para pagamento à vista de precatórios e, 30% destinados para o pagamento dos precatórios não quitados por leilão, sendo estabelecida uma ordem crescente de valores. Desse modo, a atual ordem cronológica dos precatórios ficaria extinta. Cumprindo a aplicação de recursos determinada na PEC, o poder público estaria isento da possibilidade de sofrer seqüestros pelos tribunais de justiça.

PEC 53/2007

Autor: Senador Almeida Lima

Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acréscidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis. A CNM é favorável à aprovação do PEC, uma vez que passam para o domínio do Município, entre outros, os imóveis nos quais tenham sido edificadas prédios públicos que abriguem órgãos ou entidades da administração municipal e atualmente locados ou arrendados a terceiros pela União.

PLC 123/2007

Autor: Poder Executivo

Acrescenta o inciso XXIX ao caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o inciso XXI do caput do art. 37 da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública. Torna mais ágil e transparente os processos de licitação. A CNM defende a redação aprovada na Câmara dos Deputados que reajusta em 50% as diversas faixas das modalidades de licitação.

Câmara dos Deputados

PLP , de 2008 (Aguarda numeração da Câmara, ex-PLS 121/2007 do Senado)

Autor: Senador Tião Viana

Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, alterado pela Emenda 29, que vincula recursos federais, estaduais e municipais para a área da saúde. A matéria visa regulamentar e definir o montante dos recursos a ser destinado para ações e serviços de saúde pública de saúde pela União, DF e Municípios: os critérios de rateio e a fiscalização e controle desses recursos. A CNM defende a vinculação de montante equivalente a 10% da Receita Corrente Bruta da União para a saúde.

Pauta Prioritária

PEC 233/2008

Autor: Poder Executivo

A PEC nº 233/2008 atende dois grandes apelos do movimento municipalista: a partilha de todos os tributos federais e a desconstitucionalização do VAF no índice de retorno do ICMS. Mas traz algumas preocupações: o possível conflito da base de cálculo do IVA-F com o ISS, a falta de partilha do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional com os Municípios, especialmente da região sul, a possível perda de R\$ 1 bi com o fim da Lei Kandir, entre outras.

PLP 12/2007

Autor: Deputado Sarney Filho

Fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no que se refere às competências comuns previstas nos incisos VI e VII do art. 23 da Constituição Federal no que diz respeito a proteção ao meio ambiente. O PL 388/2007, do Deputado Fernando Coruja, também trata dessa matéria. Esse é o projeto de maior interesse para os Municípios na área ambiental.

PLP 141/2007

Autor: Senador Romero Jucá

Com a extinção dos redutores no final de 2007 e os efeitos da contagem populacional do IBGE de 2007 sobre os coeficientes do FPM para 2008, 456 Municípios no país, 31 no RS, caíram de faixa no FPM, o que significará perdas de cerca de R\$ 1 milhão nesse ano. Sendo um ano de fim de mandato, estamos acompanhando a tramitação do PLC nº 141/2007 que mantém por um ano os coeficientes dos Municípios que cairiam, sem restabelecer os redutores nem impedir que os Municípios que tenham de subir subam.

PL 7.431/2006

Autor: Senador Cristovam Buarque

O PL nº 7.431/2006, está estabelecendo um piso para os professores de nível médio, com carga horária de 40 horas em R\$ 950,00, sendo que apenas até 2010 poderão ser contabilizadas as vantagens adquiridas pelos professores para a integralização desse valor. A CNM está lutando para que haja uma complementação da União nos casos em que os Estados e Municípios não conseguirem cumprir com o Piso dentro dos valores vinculados para a educação.

PL 341/2007

Autor: Deputado Julio César

Estabelece novo critério de distribuição de compensação financeira (royalties) e participação especial pela produção de petróleo, gás natural e xisto betuminoso, entre os Estados, Distrito Federal e Municípios, adotando os mesmos critérios de repartição do FPE e do FPM. Revoga o art. 48 da Lei nº 9.478, de 1997. Apensado ao PL 299/2007. Além de novo critério de distribuição a proposição estabelece ainda participação especial pela produção de petróleo, gás natural e xisto betuminoso, entre os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, adotando os mesmos critérios de repartição FPE e do FPM. A proposta sugere que os recursos seriam distribuídos igualmente pelos entes federados:

Pauta Prioritária

50% seriam destinados aos estados e os outros 50%, aos municípios. Isso representa aumento de R\$ 4,7 bilhões nas receitas de todos os municípios do Brasil, conforme cálculos feitos sobre os valores distribuídos em 2006. A proposta também sugere que a distribuição dos royalties e participações especiais do petróleo sejam baseadas nos mesmos critérios adotados para repartição do Fundo de Participação dos Estados e Fundo de Participação dos Municípios.

Governo Federal

ITR

Apesar de a Emenda Constitucional nº 42/2003 assegurar que os Municípios que optarem por assumir a cobrança e a fiscalização do ITR receberão 100% do mesmo, a Receita Federal vem impedindo que tal conquista se realize, pois assinou convênio de fiscalização com apenas um Município até hoje. Estamos debatendo com o Governo Federal uma medida que viabilize o cumprimento da vontade já expressa do Presidente da República e do Congresso Nacional.

Criação, fusão e incorporação de Municípios

Existem nas Assembléias Legislativas 808 pedidos de criação de novos Municípios. Entretanto desde 1996 a criação de Municípios está impedida, pois a Emenda Constitucional nº 15/96 retirou a competência das assembleias de legislar sobre a matéria e a transferiu para o Congresso Nacional. Como este ainda não aprovou a Lei Complementar que regulamentará a criação de Municípios, tal possibilidade inexistirá, além de existirem 57 Municípios no país em risco de serem extintos. Defendemos regulamentação da EC nº 15/96, com critérios que permitam a criação de Municípios viáveis.

Pauta Temática

EDUCAÇÃO

Senado Federal

PLS 388/2007

Autor: Senador Wilson Matos

Altera o inciso I do art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para aumentar a carga horária mínima anual nos níveis fundamental e médio. Ao prevê fonte de financiamento para custear o aumento de despesas para Estados e Municípios em função dessa medida.

PLS 363/2007

Autor: Senador Raimundo Colombo

Altera os arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para considerar como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas com alimentação escolar.

PLS 540/2007

Autor: Senador Cristovam Buarque

Insere o art. 72-A na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para prever a responsabilização dos gestores municipais que descumprirem deveres de natureza educacional.

PLS 144/2007

Autor: Senador Cristovam Buarque

Fixa as responsabilidades dos gestores públicos e das famílias quanto às garantias dos cidadãos em relação a seus direitos à educação escolar básica.

PLS 45/2003

Autor: Senador Eurípedes Camargo

Insere parágrafo no artigo 87 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), de modo a assegurar, aos docentes da rede pública que não tenham habilitação em nível superior, vagas nos cursos de graduação de formação de professores.

Pauta Temática

Câmara dos Deputados

PL 736/2007

Autor: Deputado Lira Maia

Altera a Lei nº 10.880, de 09 de junho de 2004 que "Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 4º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996" e dá outras providências. Estabelece que os recursos financeiros do PNATE sejam repassados diretamente a quem efetivamente presta o atendimento, os municípios. Tratam do mesmo assunto os PLs 1640/2007, do Deputado Antônio José Medeiros, 1264/2007, do Deputado Lelo Coimbra, 5622/2005, do Deputado Humberto Michiles, 4245/2004, do Deputado Fernando Fabinho e 886/2007, da Deputada Rose de Freitas.

PL 355/2007

Autor: Deputado Luiz Carlos Hauly

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional". Estabelece que o ensino fundamental será ministrado, obrigatoriamente, em tempo integral para os menores de 7 (sete) a 14 (quatorze) anos de idade. Tratam do mesmo assunto os PLs 2202/2007, do Deputado Vieira da Cunha, 6636/2005, do Deputado Sandes Júnior, 7650/2006, do Senador Marcos Guerra, 1327/2007, do Deputado Marcos Antonio, 1383/2007, do Deputado Ruy Pauletti e a PEC Nº 141/2007, do Deputado Alcení Guerra. Nenhum aponta a origem dos recursos para o custeio dessas novas despesas que serão geradas para Estados e Municípios.

PL 1109/2007

Autor: Deputado Silvinho Peccioli

Dê-se nova redação aos arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Permite que os municípios possam utilizar o repasse da União Federal ao Fundeb, ao Salário Educação e vinculados a educação em programas suplementares de alimentação de sua rede escolar. Tratam do mesmo assunto os PLs 1123/2007, do Deputado Walter Ihoshi e 6089/2005, do Deputado Alex Canziani.

PL 1673/2007

Autor: Deputado Sandes Júnior

Dispõe sobre o atendimento às necessidades de alimentação diferenciada para os estudantes portadores de diabetes ou de anemias, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Tratam do mesmo assunto os PLs 1699/2003, do Deputado Geraldo Resende, 6483/2006, do Deputado Celso Russomano, 509/2007, do Deputado Dr. Basegio, 1412/2007, da Deputada Janete Rocha Pietá, 2182/2007, do Deputado Vinicius Carvalho e 127/2007, do Deputado Lobbe Neto. Nenhum dos Projetos prevê fonte de financiamento para a nova despesa que estará sendo gerada para Estados e Municípios.

Pauta Temática

PL 6067/2005

Autor: Wilson Cignachi

Reduz as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes da venda de produtos destinados à merenda escolar. Altera a Lei nº 10.865 de 2004.

PL 7467/2006

Autor: Nelson Proença

Altera a Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, que dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar e dá outras providências. Inclui os alunos matriculados em creches ou pré-escolas comunitárias ou classificadas como organização da sociedade civil de interesse público (Oscip), conveniadas com o Município, como beneficiários do PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar. Trata do mesmo assunto o PL 7629/2006, do Senador Paulo Paim.

PL 7545/2006

Autor: Heleno Silva

Dispõe sobre o incentivo aos professores por meio de bonificações. Aplicação de 10% (dez por cento) dos recursos em educação. Obrigatoriedade, aplicação de recursos, pagamento, bonificação, bônus, salário, professor.

PL 1641/2007

Autor: Antonio José Medeiros

Revoga a Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, e dispõe sobre as Quotas do Salário-Educação. Estabelece critérios para distribuição de quota federal, estadual e municipal do salário-educação, além da quota especial no percentual de 10% (dez por cento), a ser creditada às Secretarias de Educação dos Estados e Municípios, dos estados que tenham IDH abaixo da média nacional, para financiamento de programas, projetos e ações da educação básica. Revoga dispositivos da Lei nº 9.766, de 1998 (Leis nºs 9.424, de 1996 e 10.832, de 2003).

PEC 393/2005

Autor: Senadora Heloísa Helena

Altera o caput e o inciso IV do art. 208 da Constituição Federal, para dispor sobre a obrigatoriedade e gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade. Alteração, Constituição Federal, Educação, obrigatoriedade, Poder Público, oferta, ensino obrigatório gratuito, educação pré-escolar, pré-escola, garantia, vaga, educação infantil, criança, limite de idade. Não prevê fonte de financiamento para essa nova despesa que será gerada para os Municípios. Trata da mesma matéria a PEC 487/2002, do Deputado Léo Alcântara.

Pauta Temática

PL 1680/2007

Autor: Lelo Coimbra

Dispõe sobre o dever do Estado e a responsabilidade dos gestores públicos na oferta da educação de qualidade. Deveres, Estado, Poder Público, oferta, educação, qualidade, ensino, censo escolar, necessidade, ensino obrigatório gratuito, educação básica, ensino médio, educação infantil, educação especial, educação de jovens e adultos, cumprimento, carga horária, aula, reforço, transporte escolar, zona urbana, zona rural, formação profissional, avaliação de desempenho, professor, magistério, rendimento, estudante, redução, evasão escolar, aluno repetente, programa, acesso, educação superior, curso de graduação, infra-estrutura, estabelecimento de ensino, proibição, União Federal, transferência voluntária, recursos públicos, Estados, gestor, descumprimento, infrator, crime de responsabilidade, improbidade administrativa.

PL 7666/2006

Autor: Ricardo Santos

Dispõe sobre o regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na organização dos seus sistemas de ensino e dá outras providências. Normas, regime, colaboração, União Federal, Estados, (DF), Municípios, organização, sistema de ensino, cooperação técnica, cooperação financeira, gestão, política educacional, programa, formação profissional, magistério, pessoal, patrimônio. _ Transferência, Estados, responsabilidade, Municípios, educação infantil, ensino fundamental, realização, consórcio, convênio, ensino médio, criação, Conselho de Educação.

PL 810/2007

Autor: Vital do Rêgo Filho

Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre veículo utilizado no transporte escolar. Proíbe a utilização de veículos de carga ou mistos para transporte escolar. Alteração, Código de Trânsito Brasileiro, proibição, veículo automotor, transporte de carga, caminhão, utilização, transporte escolar. Tratam do mesmo assunto os PLs 2397/2007, do Deputado João Campos e 2561/2007, do Deputado Paulo Henrique Lustosa.

PL 928/2007

Autor: Paulo Piau

Dá nova redação ao inciso III do art. 136 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, que trata da condução de escolares, admitindo a utilização de faixa adesiva ou de pintura do dístico ESCOLAR, desde que atendidas as demais especificações. Alteração, Código de Trânsito Brasileiro, possibilidade, utilização, faixa, adesivo, indicação, veículo automotor, transporte escolar.

PL 1252/2007

Autor: Professor Ruy Pauletti

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para introduzir modificações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Estabelece que a União deverá assumir juntamente com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em

Pauta Temática

percentuais iguais, os custos do transporte escolar da rede pública. Alteração, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Darcy Ribeiro, competência, União Federal, divisão, custo, transporte escolar, aluno, rede pública, ensino, Estados, (DF), Municípios.

PL 7440/2006

Autor: Luiz Carlos Hauly

Cria o Programa Nacional para aquisição de unidades de veículos automotores de transporte coletivo destinados ao transporte escolar coletivo e dá outras providências. Criação, Programa Nacional, aquisição, veículo automotor, ônibus, transporte escolar, atendimento, escola pública, edital, pregão eletrônico, participação, empresa montadora, Comitê Gestor, critérios, destinação, instituição de ensino, isenção fiscal, (IPI), (ICMS), compra, veículos.

SAÚDE

Senado Federal

PL 010/2008

Autor: Senador Expedito Júnior

Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para estabelecer normas sobre o repasse de recursos da União destinados ao pagamento dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias admitidos pelos gestores locais do Sistema Único de Saúde.

PL 281/2006

Autor: Senador Flexa Ribeiro

Insera parágrafo único no art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre atendimento médico e odontológico aos estudantes do ensino fundamental público.

PLS 48/07

Autor: Senador Leomar Quintanilha

Estabelece normas para o provimento de cargos e empregos de agentes comunitários de saúde a que se refere o art. 9º da Lei nº 11.350, de 05 de outubro de 2006. CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Apenas estabelece critérios de pontuação na prova de seleção para Agentes Comunitários de Saúde.

PLS 101/05

Autor: Senador Pedro Simon

Dispõe sobre os direitos dos pacientes em serviços de saúde. O PLS em análise perde o sentido de tramitação, pois já foi elaborada pelo Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde e Comissão Intergestora Tripartite, a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde que se baseia nos seis princípios básicos de cidadania.

PLS 619/07

Autor: Senador Tião Viana

Consolida a Legislação Sanitária Federal. A consolidação da legislação sanitária facilita a apropriação do tema para aqueles que precisam conhecer, utilizar e fazer cumprir as normas.

Câmara dos Deputados

PL 7495/2006

Autor: Senador Rodolpho Tourinho

Regulamenta os §§ 4º e 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências. A CNM entende que a Lei nº 11.350/2006 é inconstitucional.

PL 7437/2006

Autor: Deputado Luis Carlos Hauly

Cria o Programa Nacional para aquisição de unidades de atendimento móvel de urgência médico-hospitalar e dá outras providências. Considerando que: as aquisições de unidades de atendimento móveis serão realizadas, centralizadamente, pelo Governo Federal, mediante pregão eletrônico; que os recursos serão de 80% oriundos do Governo Federal e 20% dos Municípios e que somente municípios grandes deverão participar do programa proposto a CNM posiciona-se favorável ao PL.

PL 164/2007

Autora: Deputada Vanessa Grazziotin

Dispõe sobre a imunização de mulheres na faixa etária de 9 a 26 anos com a vacina contra o papilomavírus humano (HPV), na rede pública do Sistema Único de Saúde de todos os estados e municípios brasileiros. Considerando que para os municípios, apesar da função de executores dos programas de vacinação, a inclusão da vacina citada no Projeto de Lei 164/07, não refletirá em impacto econômico para os mesmos, visto que cabe a união a aquisição das vacinas, e que os municípios poderão utilizar a logística já existente para execução do atual Calendário Básico de Vacinação, a CNM posiciona-se favorável ao referido PL.

PL 2013/2003

Autor: Senador Tião Viana

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Tramita no Senado o PLS 121 que trata do rateio dos recursos da União transferidos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para ações e serviços públicos de saúde. O referido PL considera que os repasses sejam realizados segundo o critério das necessidades de saúde da população e levará em consideração as dimensões epidemiológica, demográfica, socioeconômica, espacial, a capacidade de oferta de ações e de serviços de saúde e a necessidade de reduzir as desigualdades regionais. Portanto o critério do artigo 35 da Lei 8080 deve ser substituído devido a dificuldade de sua mensuração, tornando o PL 2013 sem sentido.

PL 2350/2007

Autor: Deputado Felipe Bornier

Dispõe sobre a obrigatoriedade da vacinação contra hepatites A e B e campanha educativa para a Hepatite C. O Calendário Básico de Vacinação da Criança, do Adolescente e do Adulto já contemplam a vacina contra hepatite B. Quanto à inclusão da vacinação contra hepatite A no referido calendário, esta não promoverá impacto negativo nos municípios, pois cabe a união a aquisição das vacinas.

PL 2634/2007

Autor: Deputado Valtenir Pereira

Dispõe sobre a implantação do Sistema Nacional de Cadastro da Saúde a ser utilizado no armazenamento e gerenciamento, on line, dos registros clínicos dos pacientes. Em 2002, o Ministério da Saúde instituiu o Cartão Nacional de Saúde ou cartão SUS, mediante a Portaria no 1.560, que é utilizado como base para o Cadastramento Nacional de Usuários do Sistema Único de Saúde, contendo informações pessoais e prontuários clínicos. Portanto o PL 2634 perde o sentido de sua aplicação no âmbito do SUS.

PL 1520/2007

Autor: Deputado Giacobbo

Dispõe sobre o fomento à implementação do programa suplementar de assistência à saúde do educando do ensino fundamental. O Projeto de Lei nº 1520, de 2007, não cria obrigações nem deveres, apenas convoca a União a estimular, através de programas próprios, a atuação integrada dos dois setores, de forma que seja implementado efetivamente o programa suplementar de assistência à saúde do educando do ensino fundamental, previsto no art. 208, VII, da Constituição Federal. O projeto em análise já foi contemplado pelas medidas divulgadas no denominado PAC da Saúde do Governo Federal - Projeto Mais Saúde. Dentre as medidas do programa destaca-se a implementação nas escolas, em articulação com o Ministério da Educação, da avaliação clínica, nutricional, saúde bucal e psicossocial em 26 milhões de alunos no ensino fundamental e médio, em escolas dos municípios cobertos pelo Programa Saúde da Família.

PL 1072/2007

Autor: Deputado Silvinho Peccioli

Cria o Fundo Nacional de Amparo às Santas Casas de Misericórdia, destinando-lhe parte da arrecadação dos tributos federais incidentes sobre o fumo e as bebidas alcoólicas. O PL especifica que o fundo contábil em questão será formado: por dotações orçamentárias consignadas no Orçamento da União, por parcela de um por cento dos tributos arrecadados sobre a produção e comercialização de bebidas, pelos rendimentos das aplicações financeiras do próprio fundo e por receitas patrimoniais. As Santas Casas representam assistência à saúde de cerca de 600 mil pacientes internados e aproximadamente um milhão e duzentas mil consultas ambulatoriais a cada mês. Considerando que os municípios não sofrerão impacto no orçamento e que a presença das Santas Casas se faz marcante na grande maioria dos municípios brasileiros onde não existem outros hospitais ou serviços de saúde, a CNM posiciona-se favorável ao pleito.

PL 1273/2007

Autor: Deputado Alexandre Silveira

Inclui as vacinas contra meningites pneumocócicas e meningocócicas no Calendário Básico de Vacinação da Criança. Considerando que para os municípios, apesar de possuírem a função de executores dos programas de vacinação, a inclusão das vacinas citadas no Projeto de Lei 1273/07, não refletirá em impacto econômico para os mesmos, visto que cabe a união a aquisição das vacinas, e que os municípios poderão utilizar a logística já existente para execução do atual Calendário Básico de Vacinação da Criança do Ministério da Saúde. No setor da Vigilância Epidemiológica dos Municípios, porém, deverá ocorrer um acréscimo de atividades, devendo os técnicos ser submetidos a novas capacitações. A CNM posiciona-se favorável ao PL.

PL 45/2007

Autor: Deputado Perpétua Almeida

Dispõe sobre o fornecimento de transporte, alimentação e pousada, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), aos pacientes cujo tratamento se realizar fora de seu domicílio, em atendimento aos preceitos da lei no 8080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde). O PL 45, caso seja aprovado resultará em impacto no orçamento dos municípios. O PL não define quais os procedimentos que comporão a responsabilidade de cada ente pelo encargo das despesas decorrentes com o objeto proposto, portanto em desacordo com o § 1º do artigo 17 da Lei Complementar 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal). O PL também não considera a diversidade regional do país com seus diferentes recursos tecnológicos. Considerando o exposto a CNM posiciona-se pelo arquivamento da matéria.

PL 3257 de 2004

Autor: Deputado Geraldo Resende

Acresce parágrafo ao art. 3º da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, a qual dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Os recursos consignados no orçamento da União para transferência aos Estados, DF e Municípios para financiamento das ações e serviços de saúde, alocados no Fundo Nacional de Saúde, deveriam ser repassados de forma automática, conforme critérios previstos na Lei Orgânica da Saúde e desde que os

Municípios, Estados e DF preenchem os requisitos previstos na Lei, a saber: contar com fundo de saúde, conselho de saúde, plano de saúde, relatório de gestão, contrapartida no orçamento e comissão para elaboração do plano de carreira, cargos e salários.

PL1302 de 2007

Autor: Deputado Felipe Maia

Autoriza a aceitação da prestação de serviços de utilidade pública na área de saúde pública como garantia da execução ou de extinção de créditos inscritos em Dívida Ativa.

PL 2583 DE 2007

Autor: Deputado Walter Brito Neto

Dispõe sobre a internação de pacientes em estado grave na rede privada de hospitais, quando solicitado por médico do SUS - Sistema Único de Saúde, em caso de não haver vaga na rede pública.

MEIO AMBIENTE

Senado Federal

PLS 320/05

Autor: Senador Papaléo Paes

Prioriza aplicação de recursos em municípios que tenham áreas em UCs. Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente, para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais.

Câmara dos Deputados

PL 2457/07

Autor: Wandenkolk Gonçalves

Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, dispondo sobre o repasse de recursos advindos das concessões a Estados e Municípios. O Projeto de Lei se aprovado como está será favorável aos Estados e Municípios, pois trará um aumento de repasses financeiros.

DESENVOLVIMENTO URBANO

Senado Federal

PLS 44, de 2003

Autor: Senador Eurípedes Camargo

Propõe a alteração o Decreto-Lei nº 3365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, e a Lei nº 6766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para estabelecer, nos casos que especifica, critérios para o pagamento de justa indenização.

Câmara dos Deputados

PL 20/2007

Autor: Deputado Fernando Chucre

Dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos e sobre a regularização fundiária sustentável de áreas urbanas, e dá outras providências. Trata da mesma matéria o PL 3057/2000, do Deputado Bispo Wanderval. A CNM é favorável à aprovação do PL na medida em que confere ao Município maior poder de gestão sobre o território e disponibiliza instrumentos para a promoção efetiva da regularização fundiária de áreas urbanas.

PL 3460/2004

Autor: Deputado Walter Feldman

Institui diretrizes para a Política Nacional de Planejamento Regional Urbano, cria o Sistema Nacional de Planejamento e Informações Regionais Urbanas e dá outras providências. Trata-se de uma boa iniciativa, na medida em que estabelece regras de cooperação federativa e articulação para as regiões metropolitanas. No entanto, é necessário ampliar a discussão em relação às regras estabelecidas pelo PL, de modo a preservar o equilíbrio entre dos municípios de grande, médio e pequeno porte que integram as regiões metropolitanas.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Senado Federal

PLS 22/2007

Autor: Senador Valter Pereira

Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre o acesso público à relação de beneficiários do Programa Bolsa Família e vedar a concessão de novos benefícios nos cento e oitenta dias que antecedem as eleições.

Câmara dos Deputados

PL 1486/2007

Autor: Deputado Antônio Roberto

Dispõe sobre a obrigatoriedade da assistência social às populações de áreas inundadas e dá outras providências.

PL 4362/2004

Autor: Deputado Davi Alcolumbre

Altera a Lei nº 9.604, de 05 de fevereiro de 1998, para permitir o repasse de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social a entidades ou organizações civis regulares.

PL 3254/2004

Autor: Deputado Geraldo Resende

Inclui profissionais de assistência social nos Programas de Saúde da Família do Ministério da Saúde.

PL 64/2007

Autor: Deputado Vanderlei Macris

Cria o Índice Nacional de Responsabilidade Social (INRS) e o Cadastro Nacional de Inadimplentes Sociais (CNIS).

PL 924/2007

Autor: Deputado Marcelo Serafim

Altera o § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social. Aumenta para 1 (um) salário mínimo per capita a renda familiar para a concessão do benefício de prestação continuada.

PL 1234/2007

Autor: Deputado Eduardo Gomes

Estabelece princípios e diretrizes para as ações voltadas para a educação nutricional e segurança alimentar e nutricional da população e dá outras providências.

PL 1258/2007

Autor: Senador Paulo Paim

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da seguridade social, institui plano de custeio, e dá outras providências.

PL 1436/2007

Autor: Celso Russomanno

Torna obrigatório o teste vocacional na escolarização e profissionalização do menor em regime de semiliberdade.

PL 1627/2007

Autor: Poder Executivo

Dispõe sobre os sistemas de atendimento socioeducativo, regulamenta a execução das medidas destinadas ao adolescente, em razão de ato infracional, altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

PL 1839/2007

Autor: Deputado Edigar Mão Branca

Altera os arts. 2º e 3º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências, para instituir benefício destinado à alfabetização de jovens e adultos.

PL 1841/2007

Autor: Marcelo Ortiz

Altera o inciso VIII do art. 30 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre contribuição da construção residencial unifamiliar à Seguridade Social. Fixa em noventa metros quadrados a área da construção de residência unifamiliar para uso próprio isenta de contribuição à Seguridade Social.

PL 1970/2003

Autor: Deputado Bernardo Ariston

Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Inclui nos objetivos da Assistência Social a garantia às pessoas idosas e aos portadores de deficiência da gratuidade dos serviços de transporte coletivo público.

PL 7077/2006

Autor: Comissão de Legislação Participativa

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Faculta ao Município com menos de cinco mil habitantes a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; atribui ao Ministério Público iniciativa para apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente.

PL 7079/2006

Autor: Comissão de Legislação Participativa

Dispõe sobre assistência jurídica gratuita concedida às crianças, adolescentes e seus responsáveis.

MP 411/2007

Autor: Poder Executivo

Destina o novo ProJovem aos jovens entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos, que será dividido em quatro modalidades: ProJovem Adolescente - Serviço Socioeducativo; ProJovem Urbano; ProJovem Campo - Saberes da Terra e ProJovem Trabalhador; autoriza a concessão de auxílio financeiro aos beneficiários no valor de R\$ 100,00 (cem reais). Revoga a Lei nº 10.748, de 2003, e dispositivos das Leis nºs 9.608, de 1998; 10.748, de 2003 e 10.940, de 2004.

PL 917/2007

Autor: Sandro Matos

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização de Assistência Social e dá outras providências, para estender o benefício de prestação continuada ao responsável por pessoa portadora de deficiência.

FINANÇAS

Senado Federal**PEC 59/2005**

Autor: Senador Arthur Virgílio

Acrescenta § 5º ao artigo 239 da CF para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios. A proposta prevê que os recursos arrecadados com o PASEP deverá ser mantido em cada ente da federação que arrecadou. O objetivo é criar um fundo de amparo aos servidores públicos que passaria a reter e aplicar o PASEP. A proposta resolveria a distorção em relação aos funcionários públicos que contam com estabilidade no emprego que constam com estabilidade no emprego e não são beneficiados por programas de treinamento como o Planfor.

PEC 50, de 2005

Autor: Senador Osmar Dias

Destina ao fpm 10% do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção do domínio econômico. O sistema constitucional tributário brasileiro é absolutamente rígido, pois discrimina de modo taxativo as competências impositivas de cada esfera de governo. A união, os estados, o distrito federal e os municípios têm definidas as espécies tributárias que cada qual pode instituir para garantir o seu autogoverno. Na repartição dessas competências, observa-se nítida vantagem da união sobre os estados e destes para com os municípios. A proposta visa remediar as injustiças e injuridicidades que vêm paulatinamente fortalecendo a união do ponto de vista do incremento de suas receitas, em detrimento dos estados e municípios limitados às receitas de seus impostos e às transferências constitucionais.

PEC 16, de 2005

Autor: Senador Siqueira Campos

Propõe alteração do art. 159 da CF, para determinar a transferência aos municípios, de 5% das contribuições sociais de que trata o art. 195. A proposta sugere que 5% das receitas das contribuições para o financiamento da seguridade social (COFINS) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) sejam repartidas entre os municípios. Uma simulação simples dá uma idéia dos valores envolvidos. Em 2004, arrecadaram-se R\$ 96,2 bilhões a título de COFINS e CSLL, dos quais 20%, ou seja, R\$ 19,24 foram desvinculados pela DRU, restando R\$ 76,96 bilhões. Se a regra aqui proposta estivesse em vigor, R\$ 3,85 bilhões teriam sido repassados aos municípios, enquanto os restantes R\$ 92,35 bilhões teriam permanecido na órbita federal. É fácil de perceber que essa repartição não afetaria significativamente as contas federais.

PLS 138/2003

Autor: Senador Mozarildo Cavalcanti

Propõe que parte da parcela do CPMF que é destinada à Fundação Nacional de Saúde seja devolvida ao município de origem.

PLS 75/2004

Autor: Senador César Borges

Isenta as prefeituras do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre máquinas e equipamentos.

PEC 17, de 2007

Autor: Senador Francisco Dorneles

Dá nova redação ao inciso I do art. 159 da Constituição Federal, para incluir o produto da arrecadação das contribuições sociais que especifica no compartilhamento com Estados e Municípios.

Pauta Temática

PLS 105, de 2003

Autora: Senadora Ana Júlia Carepa

Propõe alteração do art. 6º da Lei 7.990/89, que institui compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais, e alteração no artigo 2º da Lei nº 8001, de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990 de 1989. Visa modificar os percentuais das alíquotas pela exploração de recursos minerais, e transfere para municípios limítrofes 40% da arrecadação de compensação financeira a que faz jus município onde se situa a lavra.

PLS 56, de 2004

Autor: Senador Tião Viana

Propõe alteração do dispositivo da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000. Beneficia, pela compensação financeira, os Estados e Municípios que possuem nascentes de rios, cuja vazão é aproveitada para a geração de energia em hidrelétrica.

PEC 58, de 2005

Autor: Senador Flexa Ribeiro

Propõe alteração no art. 159 da CF para determinar a transferência aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de sua balança comercial com o exterior.

PLS 60, de 2002

Autor: Senador Osmar Dias

Dispõe sobre o parcelamento de débitos relativos às contribuições de Estados, do Distrito Federal e municípios ao PASEP.

PLS 359, de 2003

Autor: Senador César Borges

Dispõe sobre a aquisição, pela União, de créditos relacionados à participação governamental obrigatória dos Municípios na exploração de recursos hídricos para fins de energia elétrica, petróleo e gás natural.

PLS 367, de 2004

Autor: Senador Sérgio Cabral

Adiciona um artigo à Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, para o fim de conceder participação aos Estados e Municípios no resultado da exploração de energia nuclear.

Pauta Temática

PLS 145, 2005

Autor: Senador Cristovam Buarque

Propõe a determinação que a União efetue abatimento de 20% do pagamento mensal do serviço da dívida pública dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal em favor da Educação. Propor a troca da dívida financeira por dívida social é objetivo da proposta. Possibilitando que os estados, os municípios e o DF, invistam integralmente os recursos economizados em educação, para garantir o acesso e a permanência das crianças e adolescentes na escola e na elevação de qualidade de suas escolas, incluindo a elevação dos salários dos trabalhadores na educação, especialmente, os professores.

Câmara dos Deputados

PL 341, de 2007

Autor: Deputado Julio César

Estabelece novo critério de distribuição de compensação financeira (royalties) e participação especial pela produção de petróleo, gás natural e xisto betuminoso, entre os Estados, Distrito Federal e Municípios, adotando os mesmos critérios de repartição do FPE e do FPM. Revoga o art. 48 da Lei nº 9.478, de 1997. Apensado ao PL 299/2007. Além de novo critério de distribuição a proposição estabelece ainda participação especial pela produção de petróleo, gás natural e xisto betuminoso, entre os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, adotando os mesmos critérios de repartição FPE e do FPM. A proposta sugere que os recursos seriam distribuídos igualmente pelos entes federados: 50% seriam destinados aos estados e os outros 50%, aos municípios. Isso representa aumento de R\$ 4,7 bilhões nas receitas de todos os municípios do Brasil, conforme cálculos feitos sobre os valores distribuídos em 2006. A proposta também sugere que a distribuição dos royalties e participações especiais do petróleo sejam baseadas nos mesmos critérios adotados para repartição do Fundo de Participação dos Estados e Fundo de Participação dos Municípios.

PLP 183, de 2001

Autor: Deputado Paulo Gouveia

Altera a lista de serviços anexa do Decreto - Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, com a redação dada pela Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987. NOVA EMENTA DO SUBSTITUTIVO DO SENADO: Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. A Confederação Nacional de Municípios - CNM está preocupada com as perdas na arrecadação do ISS que serão ocasionadas caso esse projeto seja aprovado.

PLP 360, de 2006

Autor: Deputado Mário Heringer

Sujeito à apreciação conclusiva das Comissões. Altera a Lei Complementar 87/96, com o escopo de isentar a incidência do ICMS a aquisição de máquinas e tratores efetuados pelas Prefeituras Municipais nos municípios com população igual ou inferior a 25.000 habitantes.

Pauta Temática

PL 7235, de 2006

Autor: Deputado Paulo Bauer

Concede isenção do IPI nas aquisições de veículos, máquinas e equipamentos feitas pelas prefeituras municipais. Tratam da mesma matéria os PLs 7045/2006, do Deputado Mário Heringer, 7168/2006, do Deputado João Hermann Neto, 2230/2005, do Deputado Augusto Nardes, 3056/2003, do Deputado Valdemir Moka e 6343/2005, do Deputado Leodegar Tiscoski.

PEC 556, de 2006

Autor: Deputado Francisco Turra

Acrescenta o inciso "IV" ao art. 159 da Constituição, insere os arts. 95, 96 e 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, assegura o ressarcimento de receitas aos Estados, ao Distrito Federal e Municípios por desonerações tributárias e fixa limites para os contratos de parcelamento de dívidas dos entes federados para com a União.

PEC 23, de 2007

Autor: Deputado Fernando Coruja

Altera o art. 159 da CF e acrescenta os arts. 95 e 06 ao ADCT para que as contribuições que determina passem a ser divididas entre os Estados e Municípios.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Senado Federal

PLS 67/07

Autor: Senador César Borges

Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para modificar as fontes de receita do Fundo Nacional de Segurança Pública e estabelecer a obrigatoriedade de repasse de, no mínimo, oitenta por cento dos recursos aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para aplicação em ações de segurança pública.

PEC 22/07

Autor: Senador Paulo Paim

Estabelece normas para o reajuste das aposentadorias e pensões concedidas no âmbito dos regimes próprios de previdência social destinados aos servidores públicos.

Pauta Temática

PL 214/2000

Autor: Senador Paulo Paim

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o benefício adicional a ser concedido ao aposentado do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, que permanecer em atividade ou a ela retornar, e dá outras providências.

Câmara dos Deputados

PL 1992/07

Autor: Poder Executivo

Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição, autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar denominada Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal - FUNPRESP, e dá outras providências.

DEMAIS ÁREAS

Senado Federal

PEC 10, de 2007

Autor: Senador Renato Casagrande

Altera a redação do art. 158 da constituição federal. (Dispõe sobre repartição das receitas tributárias). A proposta estabelece que no mínimo 50% (cinquenta por cento) da parcela do icms pertencente aos municípios seja distribuída proporcionalmente com o valor adicionado. E que sejam mantidos os atuais 75%. Estabelece ainda que até 50% (cinquenta por cento) seja distribuído de acordo com a lei estadual, o que viabiliza a manutenção dos atuais 25%. Ainda de acordo com a proposta as assembleias legislativas estaduais devem decidir pelo mérito da alteração da forma de repartição atual. As que desejarem mudar poderão fazê-lo e, assim, mitigar a situação de penúria em que vivem alguns de seus municípios. E responsáveis pela determinação da forma de distribuição entre seus municípios da parcela do icms, desde que essa distribuição seja feita na forma de, no mínimo, 50% de acordo com o valor adicionado e de, no máximo, 50% de acordo com a lei estadual.

PEC 13, de 2003

Autor: Senador Sergio Zambiasi

Altera a redação do § 4º do artigo 18 da constituição federal, dispondo sobre a organização dos municípios. A proposta propõe que seja devolvido aos estados a competência para legislar sobre a criação e desmembramento de municípios.

Pauta Temática

PLS 98, de 2002

Autor: Senador Mozarildo Cavalcanti

Regulamenta o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios e dá outras providências (artigo 18, § 4º, da Constituição Federal).

PLS 503, de 2003

Autor: Senador Siba Machado

Dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, regulamentando o § 4º do artigo 18 da Constituição Federal, e dá outras providências.

PLS 651/2007

Autor: Senador Marconi Perillo

Institui o Conselho de Gestão Fiscal e dispõe sobre sua composição e forma de funcionamento, nos termos do art. 67 da Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000.

PEC 29, de 2003

Autor: Senador Lúcia Vânia

Altera o art. 193 da Constituição Federal – Ordem Social. A proposta objetiva que a ordem social seja avaliada por meio de indicadores de responsabilidade social, que serão definidos por lei complementar posteriormente.

PEC 41, de 2003

Autor: Senador Siba Machado

Trata sobre a Reeleição dos Prefeitos. Altera a redação do § 5º do art. 14 da Constituição Federal, acabando com a reeleição em todos os níveis da federação, a partir das eleições de 2010.

PEC 44, de 2004

Autor: Senador Almeida Lima

Dispõe sobre os percentuais máximos das Receitas Correntes Líquidas para custear despesas das Câmaras Municipais.

Câmara dos Deputados

PEC 550, de 2006

Autor: Deputado Jutahy Junior e outros

Altera os arts. 166, 167 e acrescenta o art. 169-A ao texto constitucional, vedando a apresentação de emendas parlamentares de caráter individual ao projeto de lei relativo ao orçamento anual e àqueles que o modifiquem. Atualmente, as emendas individuais são utilizadas pelo Poder Executivo de forma a garantir uma base de apoio no parlamento. Vedar a possibilidade de apresentação de emendas individuais, nem sempre atendidas, contribuirá para uma lei orçamentária mais transparente.

PEC 495, de 2006

Autor: Senador Luiz Otávio

Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias sobre a formação de novos municípios até o ano 2.000. A Emenda Constitucional 15, de 1996 alterou o processo de criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, determinando que tais atos seriam disciplinados por lei complementar, que estabelecem consulta popular às populações dos Municípios envolvidos. Como não foi criada lei complementar, houve interrupção imediata de todos os processos emancipatórios em andamento. Matéria já aprovada no Senado Federal. Na Câmara está sendo constituída comissão especial.

PEC 320, de 1996

Autor: Deputado Matheus Schmidt

Acrescenta alínea "d" ao inciso II do artigo 105 da Constituição Federal. Embora o prefeito goze de foro privilegiado, a CF não prevê o recurso ordinário que possibilite uma instância revisora superior reexaminar o mérito da causa, em caso de condenação. O projeto visa suprir esta lacuna submetendo o julgamento dos Prefeitos ao "duplo grau de jurisdição", pelo qual se permite ao cidadão sujeito a julgamento submeter decisão a uma instância superior, para que confirme ou revise decisão, como, aliás, é tradição do Direito Brasileiro.

PEC 333/2004

Autor: Deputado Pompeo de Mattos

Modifica a redação do art. 29-A e acrescenta art. 29-B à Constituição Federal para dispor sobre o limite de despesas e a composição das Câmaras de Vereadores e dá outras providências.

PEC 6/2007

Autor: Deputado Flávio Dino

Prorroga os mandatos de eleitos nos anos de 2004 e 2006, visando à realização de eleições gerais em 2010 e à fixação de novas datas para as posses nos Poderes Executivos.

PEC 11/2007

Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos

Da nova redação ao § 5 do art. 14, ao § 1 do caput do art. 28, ao inciso I do art. 29, ao parágrafo único do art. 44, ao caput do art. 45 aos §§ 1 e 2, do art. 46, ao art. 82, da CF e acrescenta dispositivos ao ADTC, proibindo a reeleição para Presidente da República, Governadores e Prefeitos, fixando em cinco anos a duração dos mandatos dos cargos eletivos nos Poderes Executivos e Legislativos em todos os níveis e determinando a simultaneidade das eleições.

PL 3744/2000

Autor: Poder Executivo

Institui o Conselho de Gestão Fiscal e dispõe sobre sua composição e forma de funcionamento, nos termos do art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Órgão de deliberação coletiva, integrante da administração pública federal, vinculado ao Ministério do Planejamento, com a participação de representantes da União, dos Estados, do DF, dos Municípios e entidades técnicas representativas da sociedade. O relatório do Deputado Marcelo Castro, propõe que os Municípios tenham três assentos sendo dois indicados pela CNM e FNP, e outro do poder legislativo indicado pela ABRACAM.

PL 5959/2005

Autor: Deputado Chico Sardelli

Dispõe sobre a regulamentação, atribuição e competências das Guardas Municipais como órgão do Sistema de Segurança Pública em todo o território nacional. Tramita em conjunto com o PL 1332/2003. Matéria terminativa nas comissões.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento, Senador Arthur Virgílio.

Além disso, quero comunicar a V. Ex^a que o parecer do Senador Valdir Raupp já foi concluído e já foi entregue à Comissão de Constituição e Justiça. Foi entregue nas mãos do Senador Marco Maciel.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, peço que compareçam ao plenário, pois precisamos do quórum de maioria absoluta para a próxima votação.

Também faço um apelo para que votem esse Embaixador, que, inclusive, é meu conterrâneo e conterrâneo do Senador José Agripino. Todos nós o conhecemos e sabemos da sua integridade, da sua dedicação

à carreira. O Sr. José Fiuza Neto, conterrâneo também da Senadora Rosalba Ciarlini, está sendo indicado para a República da Guiné. (Pausa.)

O Senador Flexa Ribeiro pede que seja aberto o painel de votação. Trata-se de um conterrâneo nosso. O seguro morreu de velho, Senador Flexa Ribeiro.

Vou atender ao pedido do Senador Flexa Ribeiro.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já votaram?

O Sr. Senador Valdir Raupp vai votar.

O Senador Mão Santa já votou? (Pausa.)

Vou abrir o painel e proclamar o resultado. (Pausa.)

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 42 Srs. Senadores; e NÃO, 03. Não houve abstenção.

Total: 45 votos.

Está aprovado o nome do norte-rio-grandense Sr. José Fiúza Neto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inclusive, já falei com as demais Lideranças.

A próxima votação, parece-me, é para membro do Conselho Nacional de Justiça, que precisa de maioria absoluta. O quórum está baixo. Esse membro tem que ser aprovado com 41 votos SIM. Então, solicito a V. Ex^a que deixemos essa votação para a próxima terça-feira, para não expor o indicado, e que passemos diretamente ao acordo das três medidas provisórias, que foi construído com a Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a sugestão de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, tem a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar a presença entre nós do ex-Governador Paulo Souto, ex-Senador, grande e prócer político do Estado da Bahia. Político de grande qualidade que nos visita e que, com certeza, estará presente à inauguração da Ala Senador Antonio Carlos Magalhães.

Quero, em nome do meu Partido, manifestar a alegria pela presença do nosso ex-companheiro, de nosso ex-Governador Paulo Souto, do Estado da Bahia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero me associar a V. Ex^a, Senador José Agripino, na manifestação de satisfação por termos aqui o Governador, Senador Paulo Souto, que tanto honrou esta Casa, como honrou no Governo da Bahia o mandato de Governador.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, do mesmo modo o PSDB se regozija com a presença, nesta Casa, do Governador Paulo Souto.

V. Ex^a tem toda razão ao dizer que desempenhou ele um mandato profícuo, sério, responsável, seja como Governador do Estado da Bahia, seja como Senador da República pelo mesmo Estado.

Mas, Sr. Presidente, quero apenas comunicar que já encaminhei à Mesa, nos termos do disposto no inciso I, do art. 256 do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 1242, de 2007, conforme acordo que a Liderança do PSDB fez com a Liderança do PT na Casa, para facilitarmos um dos pontos, entre os tantos que são reivindicados pelos Municípios, de alguma forma a vida dos Municípios brasileiros.

Então, a nossa palavra está cumprida, como é praxe do PSDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, de 2008
(Proveniente da Medida Provisória nº 385, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2008, que *altera a redação da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para dar novo prazo à aposentadoria especial de trabalhador rural empregado e para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991, e trata do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003* (proveniente da Medida Provisória nº 385, de 2007).

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve sua apreciação transferida para hoje, por acordo de Lideranças.

Transcorre hoje a terceira sessão da matéria constando da pauta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu chamo a atenção, especialmente do Líder do Governo, Senador Romero Jucá, porque nós estamos diante de uma matéria que... Não se tra-

taria aqui de discutir o mérito dela, mas, sim, Senador Jucá, o fato de que esta matéria, dias atrás, foi retirada de tramitação, nesta Casa, no intuito de se cumprir a tática do Governo, que era favorecer a votação da medida provisória que criava – e que criou – a TV estatal, a chamada TV Pública.

Eu gostaria de deixar bem claro, primeiro, que há uma discordância muito grande de nossa parte em relação à forma como se criou a chamada TV Pública. Já vimos depois todos esses casos: a denúncia de Eugênio Bucci, de aparelhamento da Radiobrás; a denúncia de Luiz Lobo, de aparelhamento da TV estatal. Em vez de falar “dossiê”, teria que falar “coleta de dados” ou algo parecido – caça às bruxas verdadeira, ou macarthismo supostamente de esquerda, mas é o que eu tenho visto lá.

E aí Senador Romero Jucá, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer, Senador Jucá, dizer de maneira bem clara, Sr. Presidente, que para mim nós temos aqui um compromisso muito claro, muito nítido. O compromisso é: depois das concessões feitas pelo Governo, na semana passada, que redundaram na votação da emenda do Senador Paulo Paim e do projeto do Senador Tião Viana que regulamenta a Emenda nº 29, ou seja, mais recursos para a saúde, eu não tenho como chegar aqui e não votar, não cumprir com o acordo que fiz, até porque eu entendo que acordo feito por mim é para que eu me esbarrache todo se necessário, mas é para cumpri-lo. Se perco, se ganho, é coisa para a gente ver depois. O importante é cumprir a palavra estritamente. Eu fico muito mais preocupado com eu próprio não cumprir a palavra do que com alguém não cumprir a palavra comigo. Eu prefiro que alguém não cumpra comigo a eu não cumprir com alguém. Então, Senador Romero Jucá, eu estou completamente à disposição de V. Ex^a para cumprir o acordo, embora eu deva fazer aqui uma observação que julgo grave. Foi esta matéria que foi retirada de votação para facilitar a votação da TV Pública, o que gerou toda aquela crise, inclusive com a retirada das Oposições do plenário.

Hoje a matéria volta a análise da Casa, o que causa, sem dúvida alguma, um grande mal-estar, porque afinal de contas o que não era urgente naquele momento passou a ser urgente outra vez. E eu gostaria com muita ponderação de dizer a V. Ex^a: se V. Ex^a insiste em dizer “Vamos votar”, eu sou preso à palavra que empenhei. Vamos votar? Vamos votar. Eu voto contra. Nós protestaremos, faremos discursos de protesto. Eu voto contra, mas voto. Se V. Ex^a, por outro lado, entendesse de dar um passo gigantesco na direção da retomada de entendimentos frutíferos, construtivos na

Casa, novamente, e desta vez com o agrado de todos, porque com a autorização dos seus liderados e com o respeito da Oposição, se V. Ex^a desta vez retira a matéria, eu tenho a impressão que aí nos teríamos visto uma demonstração real de boa vontade.

Então, eu volto a dizer: Nós não obstruiremos – nós do PSDB – nós não fugiremos à palavra empenhada, mas estamos profundamente incomodados com termos, Sr. Presidente, de votar algo que nos constrange. Mas votaremos. Foi o acerto que fiz com V. Ex^a e que fiz com o Senador José Agripino. Votaremos hoje três medidas provisórias. Era o acordo da semana passada. Vamos cumpri-lo. Esse acordo vai ser cumprido na íntegra, doa a quem doer, custe o que custar, dê no que der, haja o que houver. Esse é o nosso procedimento.

Agora, em seguida, evidentemente, nós temos que rediscutir as matérias outras que estão trancando a pauta, mas eu devo dizer que há um constrangimento e que o constrangimento é precisamente nós termos tido todo aquele percalço da vez passada e a matéria estar de novo em tela criando desinteligências nas nossas hostes, porque companheiros nossos legitimamente dizem: “Por que vamos votar isso de novo?”. E eu digo: “Vamos votar porque temos um acordo”.

Mas eu quero ouvir a palavra de V. Ex^a em cima de duas premissas: saber que passo que V. Ex^a poderia dar no sentido de fazer uma abertura efetiva para o diálogo conosco...

(O Sr. Presidente fazendo soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Para concluir.

O primeiro seria que passo V. Ex^a daria maiúsculo na direção de um compromisso conosco.

Segundo, não podendo dar esse passo, por mais que nos contrarie, por mais que nos constranja, o PSDB votará, votará contra, mas votará, porque foi o acordo feito e eu entendo que acordo feito é para ser cumprido, ainda que isso possa estragar o meu humor ou de quem mais, mas acordo é para ser cumprido e nós vamos cumprir o acordo.

Eu gostaria muito de ouvir V. Ex^a, porque estou aqui pronto, com a consciência tranqüila, para dizer que V. Ex^a tem uma oportunidade de ouro nas mãos para fazer um belo momento de diálogo.

E eu tenho, nas minhas mãos, outra certeza: a de que, de um jeito ou de outro, eu vou cumprir a palavra, porque jamais deixarei de proceder desse jeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá, relator-revisor da matéria.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Deixe o Senador Agripino falar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pelo santo se beija o altar; ajoelhou, tem que rezar. O que eu quero dizer com isso? Nós fizemos um acordo na semana passada. Fui eu quem propus – fui eu quem propus! –, na tribuna, ao Senador Arthur Virgílio e ao Senador Romero Jucá, para que nós desobstruíssemos a pauta e votássemos fundamentalmente a Emenda nº 29, que garantia recursos para a saúde, e votássemos o reajuste dos aposentados em um percentual equivalente ou semelhante ao reajuste do salário mínimo. O Líder do Governo aceitou, o Líder do PSDB aceitou; votamos por unanimidade. Muito bem.

O que é que o Senador Romero Jucá pediu em contrapartida? Qual foi a negociação? Que nós desobstruíssemos a pauta foi o que eu propus. Ele contrapropôs que votaria, sim, aquelas duas matérias – o reajuste dos aposentados e o acréscimo de recursos para a saúde pela Emenda nº 29 –, mas com o compromisso de nós votarmos as três MPs que estavam já lidas, independente das três que foram lidas depois e que ainda estão em processo de busca de entendimento. Nós topamos. Foi feito um acordo aqui embaixo.

Qual é a primeira delas? É essa que V. Ex.^a acabou de anunciar. Eu quero só ver qual vai ser a atitude do Governo. Eu quero só ver, porque essa medida provisória foi retirada pelo Líder do Governo por entendê-la como não urgente, não relevante, para que a TV Pública fosse votada e aprovada naquela triste reunião.

Eu quero fazer este registro, porque acordo feito, como disse o Senador Arthur Virgílio, é para ser cumprido. E eu não vou quebrar. Eu vou votar contra, mas vou manter o compromisso. Agora, eu vou ficar atentíssimo à atitude do Senador Romero Jucá. Ele retirou essa matéria da apreciação, e ela voltou à apreciação.

Eu vou ficar aqui pronto, ouvindo a palavra do Senador Romero Jucá, anunciando, desde já, a minha indignação, mas dizendo que não sou contra o mérito dela. Não sou! Ela beneficia o trabalhador rural sem carteira assinada, a quem é dado um prazo alongado

para pedir aposentadoria por idade, benefício que já é concedido ao trabalhador rural que tem carteira assinada. É verdade que essa matéria desceu de pára-quedas numa outra que objetiva dar ao trabalhador rural pequeno a oportunidade de entregar à Conab a sua pequena produção sem pagar imposto.

De qualquer maneira, o mérito não é desprezível. O mérito é oportuno. Agora, o Governo considerou que essa matéria era não urgente, não relevante e não constitucional. Quero ver qual será a atitude do Governo, porque estamos aqui para cumprir o acordo, mas queremos ver coerência.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Romero Jucá, relator-revisor da matéria.

PARECER Nº 339, DE 2008–PLEN

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Líderes da Oposição, há alguns dias, na noite em que votamos a medida provisória da TV Pública, matéria igual a essa tramitava em outra medida provisória e eu fiz questão de ser o relator. Naquele momento, dei um parecer pela não-urgência, tendo em vista que a matéria tramitava em outro dispositivo legal. Derrubamos, então, a medida provisória. Com a derrubada daquela medida provisória – aquela medida provisória era a que suspendia os efeitos desta Medida Provisória nº 385 –, em princípio, automaticamente, a Medida Provisória nº 385 voltou novamente a funcionar. Voltou à contagem do seu procedimento como medida provisória.

Pedi para relatar novamente, hoje, essa medida provisória para manter a coerência da minha posição naquela noite. Esse dispositivo será encaminhado e resolvido de outra forma. Então, para manter a coerência, para manter a posição do Senado e da Base do Governo, estou dando o parecer contrário à urgência dessa medida, para que possamos rejeitá-la como fizemos anteriormente, cumprindo, assim, o mesmo posicionamento e possamos votar as duas medidas provisórias seguintes.

Entendo o posicionamento da Oposição e nem quero levar a mim mesmo ao constrangimento, nem à Base nem à Oposição de votar algo que tivemos que derrubar há 15 ou 20 dias. Portanto, o parecer é pela constitucionalidade, agora pela não-urgência, por conta de outros dispositivos que encaminharão e ensejarão a solução dessa questão que está colocada nessa medida provisória.

Esse é o parecer.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Estando em votação a matéria, eu concedo a palavra a V. Ex^a para discuti-la, pois já estamos em votação.

Estão em votação os pressupostos de relevância e urgência e constitucionalidade.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras, este é um fato que nos leva ao absurdo e, oportunamente, o Senador Romero Jucá procura corrigir. Só tem a possibilidade de corrigir parcialmente, não de forma plena, porque esse episódio revela, Sr. Presidente, o despreço que tem o Governo pelo Poder Legislativo.

Esta matéria tramita nesta Casa desde o ano de 2002, quando, assessorado por uma jurista que conhece legislação, apresentei um projeto que procurava estender o prazo para que o trabalhador rural pudesse requerer a sua aposentadoria. Esse prazo seria estendido por 30 anos a contar de 2002. Esse projeto tramitou durante alguns anos, até que chegamos à discussão da reforma da Previdência.

O Governo justificou, por intermédio de suas lideranças no Congresso Nacional, que a matéria deveria ser debatida com a reforma da Previdência. Não o foi. Passou a reforma da Previdência, e o projeto não retornou. Terminou o período legislativo e, no início do novo período legislativo, no início de 2007, rerepresentei a proposta. Houve um pedido de vista feito pela Liderança do Governo, e a matéria não retornou mais, até que o Governo encaminhasse medida provisória à Câmara dos Deputados. E o fez uma, retirou em função da votação da CPMF, rerepresentou, retirou em função da votação da TV pública, e o trabalhador rural ficando sempre em segundo plano.

Portanto, Sr. Presidente, esse é um fato que deve recrudescer a posição do Presidente da Casa e de todos nós Senadores relativamente ao abuso em matéria de edição de medidas provisórias e sobretudo em relação ao despreço ao Poder Legislativo.

As matérias de autoria de Senadores para o Governo não têm valor. Elas não valem. As matérias que têm origem numa das Casas do Congresso Nacional...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vou concluir, Sr. Presidente. Aguardando sempre desobstrução da

pauta em razão da enxurrada de medidas provisórias que aqui aportam.

Mas, neste caso – e aqui já se falou tantas vezes em pirataria –, eu confesso, Senador Arthur Virgílio, que até gosto quando o Governo copia um projeto de qualquer Parlamentar da Oposição, porque significa que, ao copiar, o objetivo será alcançado. Não importa que o autor não seja o Parlamentar. Pode ser o Governo. O importante é que a medida seja adotada e o benefício seja concedido.

Mas, neste caso, são seis anos de tramitação de uma matéria para que o Governo a apresente em termos semelhantes – não nos mesmos termos, porque os prazos são diferentes. Entretanto, mesmo que o Governo quisesse estabelecer prazos diferentes, poderia simplesmente emendar a proposta em tramitação no Poder Legislativo.

Lavro também, Sr. Presidente, o meu protesto em relação a esse procedimento do Governo. E imagino que, neste caso, as lideranças governistas poderiam ser mais Poder Legislativo do que Presidente da República. Imagino que nós estamos aqui muito mais para respeitar a instituição e respeitar a sociedade brasileira do que para obedecer ao Presidente da República, que, muitas vezes, se apresenta com resquícios autoritários imperdoáveis.

Não há por que assumir essa postura de imposição permanente em relação ao processo legislativo. É possível compartilhar conosco essa tarefa, sim. Mas, sobretudo, quando há propostas que nascem aqui com longa antecedência, não há razão para se valer da pirataria, desrespeitando o Poder Legislativo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, para encaminhar a votação dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, é apenas para justificar a minha votação.

Nas votações anteriores, Senadora Kátia Abreu acompanhou o Partido. Estava envolvida na votação, na Câmara, da MP nº 412, aquela da qual V. Ex^a me deu o prazer de ser relatora.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendida. O registro será feito na Ata.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio para encaminhar a votação do parecer do Senador Romero Jucá.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sem dúvida, Sr. Presidente Garibaldi Alves, a favor do relatório do Senador Jucá, que considera inadmissível a urgência para essa matéria.

Portanto, o PSDB vota pela rejeição, pela derrubada da Medida Provisória. Considero isso uma conquista, e uma conquista não só da Oposição desta vez, uma conquista do Governo também, pelo reconhecimento que houve de que não era possível algo não urgente três semanas atrás, que deu em toda aquela crise, virar urgente três semanas depois.

Creio que isso é que vai construindo, aos poucos, os pilares de um diálogo que engrandeça o convívio no Parlamento.

Sr. Presidente, gostaria de dizer a V. Ex^a ainda que a preocupação essencial é com os beneficiários da medida provisória, portanto os trabalhadores rurais. Tranquilei-me com a assertiva, com a declaração muito clara do Senador Romero Jucá quanto a outro instrumento, em espaço breve de tempo, de receber as reivindicações dos trabalhadores rurais; ou seja, eles, que são o objetivo final desse processo todo, não perderão. E nós, por outro lado, não poderíamos ignorar o aspecto formal, que é estarmos presos ao cumprimento de uma palavra, que vamos cumprir. Felizmente, o líder não libera disso com a atitude que tomou, mas estaríamos muito constrangidos se tivéssemos que votar, desta vez, algo que, há pouco tempo, foi descartado pelo Governo. Então, vamos deixar bem claro, os trabalhadores rurais não perderão, porque outro instrumento legislativo receberá as suas reivindicações.

Segundo, o Governo toma uma bela atitude que leva a um diálogo muito melhor e de muito melhor nível conosco, parafraseando um querido colega nosso, “um debate mais qualificado nesta Casa”.

E terceiro, Sr. Presidente, entendemos que, a cada momento, vai ganhando corpo a idéia de sermos mais criteriosos em relação à própria visão do Congresso sobre as medidas provisórias, porque é um instrumento necessário, repito, essencial para a governabilidade, mas com excessos que saltam aos olhos, excessos que prejudicam de fato a tramitação de matérias outras importantes nesta Casa.

Portanto, parabeno o Senador Jucá pela atitude que tomou. Fico tranquilo porque isso tira um peso da nossa cabeça.

Em relação às duas matérias outras, que são de crédito extraordinário, nossa posição, cumprindo a palavra, não é a de obstruir, mas de votar contra, e de votar contra pelo voto nominal. Então, minha idéia é que façamos a votação nominal, com cada grupo dando seu quórum e cada grupo mostrando o que pensa da matéria.

Levando em conta que hoje é dia de homenagem ao Senador Antonio Carlos Magalhães, levando em conta que hoje temos uma agenda excepcionalmente muito apertada fora do plenário do Congresso, eu gostaria, Sr. Presidente, de dizer que minha proposta, Senador Agripino e Senador Jucá, seria, independentemente dessa história de transcorrer uma hora ou não, acertarmos aqui duas votações nominais, não importa se uma às cinco e a outra às cinco e cinco. Seriam duas votações nominais, com os dois grupos se fazendo presentes para cada um mostrar a sua face perante a Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O parecer do Senador Romero Jucá é pela não-urgência da matéria.

Em votação o parecer no tocante aos pressupostos.

Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Democratas vota solidário com o Relator, absolutamente solidário com o Relator, e o cumprimenta efusivamente pela lucidez e pela coerência.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou encaminhar pelo PDT. Não posso votar com o Relator. Vou votar contra porque, para mim, esta matéria é urgente, sim. É para dar aos trabalhadores rurais o direito de prorrogarem o prazo para que solicitem suas aposentadorias e também para dar aos agricultores familiares o direito de venderem seus produtos à Conab sem impostos.

Portanto, é uma medida extremamente urgente porque passa do tempo de este País considerar e reconhecer o direito de quem trabalhou a vida inteira para sustentar o País: os trabalhadores rurais.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação a matéria.

O parecer do Senador Romero Jucá é pela rejeição da matéria em função da ausência de urgência.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam os pressupostos queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitados os pressupostos, a matéria vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002.

Será feita a devida comunicação ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item 2:**

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a pede a palavra para...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente, justamente sobre a matéria que vai ser colocada em tramitação. É um apelo que tenho que fazer ao Líder Romero Jucá, fazendo um histórico breve do que...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu gostaria de solicitar a V. Ex^a que me permitisse ler o enunciado da matéria. Depois V. Ex^a faria a intervenção que deseja.

Item 2:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 405, DE 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 405, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de cinco bilhões, quatrocentos e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e sete mil e seiscentos e sessenta reais, para os fins que especifica.*

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando deixou de ser apreciada em virtude da não-deliberação do item 1 da pauta.

Transcorre hoje a terceira sessão da matéria constando da pauta.

Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande, Relator-revisor da matéria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, volto a dizer que estamos aqui para cumprir o acordo. O acordo

foi aprovamos três medidas provisórias hoje em troca da concessão que o Governo fez de não obstaculizar a votação dos dois projetos de peso, importantes, aprovados na semana passada. Então, estamos aqui para cumprir o acordo. Porém, quero fazer uma ponderação ao Líder Romero Jucá.

O PSDB ingressou no Supremo, recentemente, com ações diretas de inconstitucionalidade questionando a constitucionalidade de sete medidas provisórias que versam sobre a abertura de créditos extraordinários. Em função disso, adotamos, em passado recente, a obstrução para evitar que essas medidas provisórias fossem votadas aqui no Plenário do Senado como forma de impedir a obtenção do quórum mínimo para a deliberação.

Pois bem. Na semana passada, por meio de acordo, acertamos que, após a Ordem do Dia de quarta-feira, seria feita a leitura de três medidas provisórias, com o compromisso de que elas seriam votadas hoje. Este é o compromisso.

No entanto, Sr. Presidente, fui informado – e é sobre isso que eu quero alertar o Líder Romero Jucá – de que a Adin que se refere à MP nº 405 será julgada amanhã, a partir das 14 horas, no Supremo Tribunal Federal.

Em função disso, solicito a compreensão do Líder Romero Jucá para que estude a possibilidade de deixar para a semana que vem, ou seja, para após a decisão do Supremo, a deliberação disso. Justifico essa solicitação também pelo fato de que a decisão do Supremo amanhã será determinante para toda dinâmica de procedimento a respeito de MPs desse tipo no Congresso. É uma votação importante a que se procederá na Suprema Corte amanhã.

E mais, Sr. Presidente, a decisão do Supremo, de amanhã, em nada impactará a previsão dos recursos nela previstos, na MP, porque já foram devidamente executados. Volto a dizer: estou aqui para cumprir a palavra. Mas, em homenagem ao Senador Antonio Carlos Magalhães e para não dificultar o acesso dos Senadores às homenagens a S. Ex^a no dia de hoje, retiro a cobrança que fiz de votações nominais. Ou seja, aceito a votação simbólica, se for essa a determinação do Líder, porque vamos cumprir estritamente a palavra, mas gostaria muito que o Líder examinasse porque, afinal de contas, o Supremo, amanhã, vai-se manifestar sobre isso e será de acordo com o que o Supremo deliberar daí em diante.

De qualquer jeito, se votarmos na semana que vem, o acordo será cumprido; se votarmos agora, o acordo será cumprido. Abro mão da votação nominal

em função das homenagens que serão prestadas ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu também gostaria de falar, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo ao Senador Arthur Virgílio e ao Senador José Agripino para que possamos cumprir o acordo e votar simbolicamente as duas medidas provisórias de crédito.

Registro que amanhã está programado o Supremo votar. Dependendo do posicionamento do Supremo, as novas medidas provisórias terão um outro tipo de encaminhamento. Além disso, hoje, na Comissão Especial da Câmara, foi aprovada já uma nova norma de medida provisória que trata inclusive de medidas provisórias de crédito. Vai restringir a medida provisória de crédito e haverá uma nova sistemática que vai funcionar via Comissão de Orçamento sem validade plena da medida provisória. Portanto, até chegarmos ao modelo ideal, peço que possamos, hoje, cumprir o que foi acordado, para que tenhamos condição de votar simbólica e rapidamente essas duas medidas provisórias e que todos nós possamos, justamente, homenagear o Senador Antonio Carlos Magalhães com a inauguração 7da ala que leva o seu nome.

Solicito o cumprimento do entendimento e que possamos partir rapidamente para a votação das duas matérias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Garibaldi, falo muito mais para fazer um pedido de reconsideração do Senador Arthur Virgílio sobre o encaminhamento que ele fez.

Entendo que o Supremo Tribunal Federal é imprescindível, é essencial a tudo que temos de democracia como Estado republicano e entendo a dificuldade do Congresso hoje na convivência com as medidas provisórias. Estamos sofrendo como instituição. O Senador Arthur Virgílio, seguramente, está envolvido nesse sentimento quando trouxe a abordagem que fez aqui. No entanto, acho que algo mais forte deve nos mover nesta hora: o posiciona-

mento firme também de rejeição à judicialização da política.

Quando transferimos – e não foi a intenção do Senador Arthur Virgílio, eu sei, um dos maiores defensores da história do Parlamento, das prerrogativas do Poder Legislativo –, mas quando transferimos o rito das medidas provisórias, que é um problema nosso com o Governo, que temos de superar com o Governo, acho que podemos abrir mais um espaço para esta atitude constante que tem nos incomodado tanto: do ativismo judiciário na política brasileira. O problema da política deve ser resolvido por nós.

Sei que não foi a intenção do Líder Arthur Virgílio, mas faço um apelo pela reconsideração, para que, amanhã, a decisão do Supremo não interfira na solução do impasse das medidas provisórias entre nós e o Poder Executivo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a discussão da nova tramitação para medida provisória que está na Câmara – eu venho participando, e V. Ex^a também, de entendimento entre Câmara e Senado – já pressupõe que medida provisória não será instrumento, diploma legislativo, para crédito extraordinário.

Estamos com o encaminhamento em curso. Fizemos um acordo com o Senador Romero Jucá e vamos cumpri-lo. Eu até estava na tese de exigir votação nominal, pelo menos para a primeira.

Creio até que cairia a sessão, mas atendo ao apelo do Senador Arthur Virgílio para que possamos, antes da decisão do Ministro Gilmar Mendes, que, amanhã, no Supremo Tribunal Federal, decidirá sobre a legalidade ou não, constitucionalidade ou não da edição de medida provisória tratando de crédito extraordinário... Nós votaríamos até simbolicamente. Eu adianto, desde já, o voto do meu Partido: V. Ex^a vai computar 14 votos “Não”. Serão 14 votos “Não”.

Vamos colaborar até para que possamos, às 18h30, fazer a inauguração da Ala Antonio Carlos Magalhães, com a nossa manifestação reiterada: o acordo está cumprido, mas o nosso voto é “Não”, por dever de coerência.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador José Agripino, já são 18 horas e 32 minutos.

Vamos ouvir o parecer do Senador Relator revisor da matéria, Renato Casagrande.

PARECER Nº 340, DE 2008–PLEN

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, não gastarei mais do que meio minuto neste relato.

Quanto à medida provisória, com relação aos pressupostos de urgência e relevância, nós manifestamos nosso voto favorável à urgência e à relevância da matéria, que trata de um crédito extraordinário de R\$5.455.677.660,00 (cinco bilhões, quatrocentos e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e sete mil e seiscentos e sessenta reais), Sr. Presidente.

Com relação ao mérito da matéria, também nos posicionamos favoravelmente, porque este crédito extraordinário foi distribuído e encaminhado a diversos órgãos do Poder Executivo, a diversos Ministérios do Poder Executivo, a diversos órgãos do Poder Judiciário, inclusive a Justiça Eleitoral.

Então, nós estamos favoráveis ao mérito da matéria.

É o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Fui informado agora pelo cerimonial que está tratando da inauguração, que todos já estão presentes, inclusive os familiares do Senador Antonio Carlos, na expectativa da presença dos Senadores que estão aqui.

Então, eu faço um apelo para que possamos votar imediatamente. Mas, mesmo assim, o Senador Heráclito Fortes pede a palavra.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na semana passada, quarta-feira, estava para ser votado, produto de um entendimento, a matéria da incorporação do Banco do Estado do Piauí junto ao Banco do Brasil. Foi relatada pelo Senador Inácio Arruda, na Comissão.

Mas, quarta-feira passada, ainda havia um impasse em entendimento firmado por mim com o Secretário de Fazenda do Estado do Piauí, que se encontra aqui, o Dr. Antônio Neto, sobre um compromisso do Governador – que terá R\$180 milhões nas mãos desse brilhante secretário para gastar em obras no Piauí, sem nenhum compromisso, porque é um dinheiro limpo que ele recebe – para que fosse feita a Ponte Santa Filomena, que é uma reivindicação antiga do Estado, principalmente dos produtores daquela área.

Recebi – para mim, não foi nenhum motivo de surpresa – o compromisso do Secretário Antônio Neto, que está aqui acompanhado do Dr. Roberto John, Se-

cretário do Escritório do Piauí em Brasília, confirmando a construção dessa obra de fundamental importância para o meu Estado.

Daí por que o acordo está firmado. Não há mais da parte deste Senador, em defesa da região sul do Piauí, nenhum obstáculo.

De forma que solicito a V. Ex^a que, tão logo haja essa desobstrução e seja possível, fique colocada, como estava, a matéria em pauta do dia. Se o Piauí merecer uma homenagem de V. Ex^a, que seja o primeiro item da pauta.

Esse era o esclarecimento que gostaria de fazer, agradecendo ao Senador Casagrande e ao Senador Paulo Paim, que, embora defendessem o pleito do Piauí, tiveram o respeito e a consideração ao companheiro, porque estava se sentindo aliado no acordo previamente feito.

Agora, há o entendimento e, da minha parte – tenho certeza de que da parte do Senador Mão Santa –, não haverá dificuldade alguma para a votação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O parecer preliminar do Relator-Revisor, Senador Renato Casagrande, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

No mérito, pela aprovação.

Em votação os pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Passa-se à apreciação do mérito.

Discussão da Medida Provisória e das emendas, em turno único. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Votação da medida provisória, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam as emendas de parecer contrário queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Estão rejeitadas as emendas.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 405, DE 2007

Abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 5.455.677.660,00 (cinco bilhões, quatrocentos e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e sete mil, seiscentos e sessenta reais), para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 5.455.677.660,00 (cinco bilhões, quatrocentos e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e sete mil, seiscentos e sessenta reais), para atender à programação constante dos Anexos I e III desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, no valor de R\$ 3.995.542.240,00 (três bilhões, novecentos e noventa e cinco milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, duzentos e quarenta reais);

II - excesso de arrecadação no valor de R\$ 670.252.213,00 (seiscentos e setenta milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, duzentos e treze reais);

III - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 370.837.862,00 (trezentos e setenta milhões, oitocentos e trinta e sete mil, oitocentos e sessenta e dois reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei;

IV - ingresso de operação de crédito relativa ao lançamento de Títulos da Dívida Agrária, no valor de R\$ 417.115.345,00 (quatrocentos e dezessete milhões, cento e quinze mil, trezentos e quarenta e cinco reais); e

V - repasse da União sob a forma de participação no capital de empresas estatais, no valor de R\$ 1.930.000,00 (um milhão, novecentos e trinta mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 08 de Abril de 2008.



ORGAO : 34998 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14113 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAS/ACAOES/ATIVIDADES/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									7.500.000
PROJETOS									
01 112	0570 7217	AQUISICAO DE IMOVEIS PARA CARTORIOS ELEITORAIS							7.500.000
02 122	0570 7217 1403	AQUISICAO DE IMOVEIS PARA CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE - MG (CREDITO EXTRAORDINARIO)							7.500.000
			F	5	2	90	0	100	6.000.000
			F	5	2	90	0	300	1.500.000
TOTAL - FISCAL									7.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.500.000

ORCAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
 UNIDADE : 20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

ANEXO I			CREDITO EXTRAORDINARIO					
PROGRAMA DE TRABALHO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00					
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AO SUBSTITUI O PRODUTO	E F	R P	M D	I U	F T	VALOR
1032 DEMOCRATIZACAO DO ACESSO A INFORMACAO JORNALISTICA, EDUCACIONAL E CULTURAL								6.000.000
ATIVIDADES								
04 722	1032 2670	SERVICOS DE RADIODIFUSAO DE PROGRAMAS CULTURAIS E EDUCACIONAIS (ACERP - OS)						6.000.000
04 722	1032 2670 0101	SERVICOS DE RADIODIFUSAO DE PROGRAMAS CULTURAIS E EDUCACIONAIS (ACERP - OS) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	50	0	300
TOTAL - FISCAL								6.000.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								6.000.000

ORCAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
 UNIDADE : 20124 - SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA PESCA

ANEXO I			CREDITO EXTRAORDINARIO					
PROGRAMA DE TRABALHO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00					
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AO SUBSTITUI O PRODUTO	E F	R P	M D	I U	F T	VALOR
1342 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA PESCA								20.000.000
OPERACOES ESPECIAIS								
20 845	1342 0080	SUBVENCAO ECONOMICA AO PRECO DO OLEO DIESEL DE EMBARCACOES PESQUEIRAS						20.000.000
20 845	1342 0080 0101	SUBVENCAO ECONOMICA AO PRECO DO OLEO DIESEL DE EMBARCACOES PESQUEIRAS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300
TOTAL - FISCAL								20.000.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								20.000.000

ORGAO : 10000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
 UNIDADE : 20128 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA - FASE/INT/P/PRODUTO	E	S	R	M	I	F	VALOR
			3	2	1	0	0	300	
0225 GESTAO DA POLITICA DOS TRANSPORTES									9.885.200
ATIVIDADES									
26 305	0225 20BA	PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA							9.885.200
26 305	0225 20BA 0101	PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	1.104.200
			F	4	2	90	0	300	8.781.000
6909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS									1.930.000
OPERACOES ESPECIAIS									
26 846	0909 00A4	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA							450.000
26 846	0909 00A4 0101	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	450.000
26 846	0909 00A5	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA							150.000
26 846	0909 00A5 0101	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	150.000
26 846	0909 00A6	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO CEARA - PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA							280.000
26 846	0909 00A6 0101	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO CEARA - PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA - NO ESTADO DO CEARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	280.000
26 846	0909 00A7	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA							150.000
26 846	0909 00A7 0101	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA - NO ESTADO DO BAHIA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	150.000
26 846	0909 00A8	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO PARA - PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA							150.000
26 846	0909 00A8 0101	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO PARA - PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA - NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	150.000
26 846	0909 00A9	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO - PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA							750.000
26 846	0909 00A9 0101	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO - PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA - NO ESTADO DE SAO PAULO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	750.000
TOTAL - FISCAL									11.815.200
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.815.200

ORÇAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
 UNIDADE : 28928 - FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE - FNCA

ANEXO I			CREDITO EXTRAORDINARIO				
PROGRAMA DE TRABALHO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.000				
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA / SUBPROGRAMA / PROJETO	ESPECIFICACAO	MODALIDADE	UNIDADE	FUNCAO	VALOR
0152 ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI							23.700.000
OPERACOES ESPECIAIS							
14 243	0152 0878	APOIO A CONSTRUCAO, REFORMA E AMPLIACAO DE UNIDADES DE INTERNACAO RESTRITIVA E PROVISORIA					23.700.000
14 243	0152 0878 0101	APOIO A CONSTRUCAO, REFORMA E AMPLIACAO DE UNIDADES DE INTERNACAO RESTRITIVA E PROVISORIA - NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S 3	2	30	0 300	1.300.000
			S 4	2	30	0 300	900.000
14 243	0152 0878 0103	APOIO A CONSTRUCAO, REFORMA E AMPLIACAO DE UNIDADES DE INTERNACAO RESTRITIVA E PROVISORIA - NO ESTADO DA BAHIA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S 4	2	30	0 300	4.800.000
14 243	0152 0878 0105	APOIO A CONSTRUCAO, REFORMA E AMPLIACAO DE UNIDADES DE INTERNACAO RESTRITIVA E PROVISORIA - NO ESTADO DE MINAS GERAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S 4	2	30	0 300	4.800.000
14 243	0152 0878 0107	APOIO A CONSTRUCAO, REFORMA E AMPLIACAO DE UNIDADES DE INTERNACAO RESTRITIVA E PROVISORIA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S 3	2	30	0 300	4.800.000
			S 4	2	30	0 300	6.300.000
14 243	0152 0878 0109	APOIO A CONSTRUCAO, REFORMA E AMPLIACAO DE UNIDADES DE INTERNACAO RESTRITIVA E PROVISORIA - NO ESTADO DE SANTA CATARINA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S 3	2	30	0 300	900.000
			S 4	2	30	0 300	5.400.000
14 243	0152 0878 0111	APOIO A CONSTRUCAO, REFORMA E AMPLIACAO DE UNIDADES DE INTERNACAO RESTRITIVA E PROVISORIA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S 4	2	30	0 300	4.800.000
			S 3	2	30	0 300	1.300.000
			S 4	2	30	0 300	900.000
			S 4	2	30	0 300	600.000
TOTAL - FISCAL							0
TOTAL - SEGURIDADE							23.700.000
TOTAL - GERAL							23.700.000

ORGÃO : 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AMB. - TCU - ANEXO
 UNIDADE : 22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROG. NA ATIVIDADE E O PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			EX	OR	MO	IN	FI		
8357 SEGURANCA FITOZOSSANITARIA NO TRANSITO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS									11.928.908
ATIVIDADES									
20 305	0357 20BA	PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA							11.928.908
20 305	0357 20BA 0107	PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							11.928.908
			F	3	2	90	0	300	1.204.900
			F	4	2	90	0	300	10.724.000
6803 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUARIO									40.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
20 606	6803 085A	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUARIO							40.000.000
20 606	6803 085A 0631	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUARIO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							40.000.000
			F	4	2	40	0	300	40.000.000
TOTAL - FISCAL									31.928.900
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									31.928.900

ORGÃO : 24000 - MINISTÉRIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
 UNIDADE : 24101 - MINISTÉRIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROG. NA ATIVIDADE E O PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			EX	OR	MO	IN	FI		
0461 PROMOCAO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO									54.000.000
PROJETOS									
19 571	0461 116C	IMPLANTACAO DO CENTRO DE EXCELENCIA EM TECNOLOGIA ELETROICA AVANÇADA - CETEC							54.000.000
19 571	0461 116C 0191	IMPLANTACAO DO CENTRO DE EXCELENCIA EM TECNOLOGIA ELETROICA AVANÇADA - CETEC - NO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE - RS (CREDITO EXTRAORDINARIO)							54.000.000
			F	4	2	90	0	300	54.000.000
0681 GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS									400.000
OPERACOES ESPECIAIS									
19 212	0681 0191	CONTRIBUICAO A REDE DE INFORMACAO TECNOLOGICA LATINO-AMERICANA - RUTLA							400.000
19 212	0681 0191 0101	CONTRIBUICAO A REDE DE INFORMACAO TECNOLOGICA LATINO-AMERICANA - RUTLA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							400.000
			F	3	2	80	0	100	400.000
TOTAL - FISCAL									54.400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									54.400.000

ORCAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25100 - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA DE TRABALHO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	O	O	P	T	
			C	C	C	C	C	C	
0773 GESTAO DA POLITICA DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA E CONTABIL DA UNIAO									10.000.000
ATIVIDADES									
04 126	0773 2086	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA - SIAFI							10.000.000
04 126	0773 2086 0105	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA - SIAFI - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	10.000.000
TOTAL - FISCAL									10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.000.000

ORCAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25103 - RECEITA FEDERAL DO BRASIL

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA DE TRABALHO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	O	O	P	T	
			C	C	C	C	C	C	
9004 ARRECADACAO DE RECEITAS PREVIDENCIARIAS									50.000.000
ATIVIDADES									
09 126	0084 2580	SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA GUIA DE PREVIDENCIA SOCIAL - GPS E DA GUIA DE RECOLHIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVICO E INFORMACOES A PREVIDENCIA SOCIAL - GFIP							50.000.000
09 126	0084 2580 0105	SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA GUIA DE PREVIDENCIA SOCIAL - GPS E DA GUIA DE RECOLHIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVICO E INFORMACOES A PREVIDENCIA SOCIAL - GFIP - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	300	50.000.000
0770 ADMINISTRACAO TRIBUTARIA E ADUANEIRA									270.390.000
ATIVIDADES									
04 126	0770 2247	SISTEMA INTEGRADO DE COMERCIO EXTERIOR - SISCOMEX							78.833.255
04 126	0770 2247 0103	SISTEMA INTEGRADO DE COMERCIO EXTERIOR - SISCOMEX - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	132	78.833.255
04 126	0770 2248	SISTEMAS INFORMATIZADOS DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL							191.556.745
04 126	0770 2248 0103	SISTEMAS INFORMATIZADOS DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	132	191.556.745
TOTAL - FISCAL									270.390.000
TOTAL - SEGURIDADE									50.000.000
TOTAL - GERAL									320.390.000

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26101 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	C	M	I	F	VALOR	
									S
1073 - UNIVERSIDADE DO SEculo XXI								29.764.261	
ATIVIDADES									
12.364	1073.8551	COMPLEMENTACAO PARA O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR						29.764.261	
12.364	1073.8551.0101	COMPLEMENTACAO PARA O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						29.764.261	
			F	3	2	90	0	100	500.000
			F	3	2	90	0	112	19.500.000
			F	4	2	90	0	112	9.764.261
TOTAL - FISCAL								29.764.261	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								29.764.261	

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26291 - FUNDAÇÃO COORDENACAO DE APLICACAO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUPERIOR - CAPES

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	C	M	I	F	VALOR	
									S
1375 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA POS-GRADUACAO E DA PESQUISA CIENTIFICA								18.000.000	
OPERACOES ESPECIAIS									
12.364	1375.0935	CONCESSAO E MANUTENCAO DE BOLSAS DE ESTUDOS NO EXTERIOR						15.000.000	
12.364	1375.0935.0101	CONCESSAO E MANUTENCAO DE BOLSAS DE ESTUDOS NO EXTERIOR - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						15.000.000	
			F	3	2	90	0	300	15.000.000
ATIVIDADES									
12.364	1375.4011	AVALIACAO E ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS DE POS-GRADUACAO E DE FOMENTO						3.000.000	
12.364	1375.4011.0101	AVALIACAO E ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS DE POS-GRADUACAO E DE FOMENTO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						3.000.000	
			F	3	2	90	0	300	3.000.000
TOTAL - FISCAL								18.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								18.000.000	

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AIACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	M	I	F	VALOR	
									S
1061		BRASIL ESCOLARIZADO						685.692.299	
		OPERACOES ESPECIAIS							
12 361	1061 0209	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA						685.692.299	
12 361	1061 0509 0103	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						685.692.299	
			F	3	2	30	0	100	8.400.000
			F	3	2	90	0	100	6.414.016
			F	3	2	90	0	113	29.792.200
			F	3	2	90	0	282	98.000.000
			F	3	2	90	0	300	218.583.984
			F	4	2	90	0	100	49.701.966
			F	4	2	90	0	113	250.798.034
			F	4	2	90	0	300	14.000.000
		TOTAL - FISCAL						685.692.299	
		TOTAL - SEGURIDADE						0	
		TOTAL - GERAL						685.692.299	

ORGAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
 UNIDADE : 30101 - MINISTERIO DA JUSTICA

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AIACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	M	I	F	VALOR	
									S
0750		APOIO ADMINISTRATIVO						16.542.000	
		ATIVIDADES							
14 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE						16.542.000	
14 122	0750 2000 0503	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						16.542.000	
			F	3	2	90	0	300	16.542.000
		TOTAL - FISCAL						16.542.000	
		TOTAL - SEGURIDADE						0	
		TOTAL - GERAL						16.542.000	

ORGAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
 UNIDADE : 30107 - DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL

ANEXO I			CREDITO EXTRAORDINARIO					
PROGRAMA DE TRABALHO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAçAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S I	G R P L	M O 3	J U 0	F T 1	VALOR
0663 SEGURANCA PUBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS								11.121.000
ATIVIDADES								
06 181	0663 2723	POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS						11.121.000
06 181	0663 2723 0103	POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	174
			F	4	2	90	0	174
1386 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL								16.879.000
PROJETOS								
06 181	1386 1821	REFORMA DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL						3.000.000
06 181	1386 1821 0101	REFORMA DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	174
			F	4	2	90	0	174
06 181	1386 1835	MODERNIZACAO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO						13.879.000
06 181	1386 1835 0101	MODERNIZACAO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	174
			F	4	2	90	0	174
TOTAL - FISCAL								28.000.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								28.000.000

ORGAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
 UNIDADE : 30108 - DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL

ANEXO I			CREDITO EXTRAORDINARIO					
PROGRAMA DE TRABALHO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAçAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S I	G R P L	M O 3	J U 0	F T 1	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								55.200.000
ATIVIDADES								
06 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE						55.200.000
06 122	0750 2000 0497	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300
			F	4	2	90	0	300
TOTAL - FISCAL								55.200.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								55.200.000

ORÇAO : 3000 - MINISTERIO DA JUSTICA
 UNIDADE : 30202 - FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO Recursos de todas as fontes - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAS/ACAOES/PROJETOS/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	P	O	O	U	T	
			!	L	J	N	=		
0150 IDENTIDADE ETNICA E PATRIMONIO CULTURAL DOS POVOS INDIGENAS									1.000.000
		ATIVIDADES							
14 423	0150 2384	ATENDIMENTO SOCIAL AOS POVOS INDIGENAS							1.800.000
14 423	0150 2384 0101	ATENDIMENTO SOCIAL AOS POVOS INDIGENAS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							1.000.000
			F	3	2	90	0	300	1.000.000
0151 PROTECAO DE TERRAS INDIGENAS, GESTAO TERRITORIAL E ETNO-DESENVOLVIMENTO									1.500.000
		ATIVIDADES							
14 125	0151 2707	FISCALIZACAO DE TERRAS INDIGENAS							1.300.000
14 125	0151 2707 0101	FISCALIZACAO DE TERRAS INDIGENAS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							1.300.000
			F	3	2	90	0	300	1.300.000
14 423	0151 6914	LOCALIZACAO E PROTECAO ETNO-AMBIENTAL DE INDIOS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO							200.000
14 423	0151 6914 0101	LOCALIZACAO E PROTECAO ETNO-AMBIENTAL DE INDIOS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							200.000
			F	3	2	90	0	300	200.000
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									3.000.000
		ATIVIDADES							
14 123	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE.							3.000.000
14 123	0750 2000 0305	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							3.000.000
			F	3	2	90	0	300	3.000.000
TOTAL - FISCAL									5.500.000
TOTAL - SEGURDADE									0
TOTAL - GERAL									5.500.000

ORGAO : 30900 - MINISTERIO DA JUSTICA
 UNIDADE : 30907 - FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL - FUNFEN

ANEXO I			CREDITO EXTRAORDINARIO					VALOR
PROGRAMA DE TRABALHO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00					
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMACAO/SUBSTITUI/PRODUTO	E S I M P L E	R E M O D O	M O D O	U T I L I Z A C A O	F I N A N C I A M E N T O	
0661 APERMOVAMENTO DA EXECUCAO PENAL							218.718.000	
OPERACOES ESPECIAIS								
14 421	0661 0801	APOIO A SERVICOS DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUCAO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS					6.000.000	
14 421	0661 0801 0101	APOIO A SERVICOS DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUCAO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F 3	2	30	0	374	
			F 3	2	30	0	380	
			F 4	2	30	0	380	
							1.719.000	
							1.881.000	
							2.400.000	
14 128	0661 0102	APOIO A IMPLANTACAO E AO REAPARELHAMENTO DE ESCOLAS PENITENCIARIAS					1.000.000	
14 128	0661 0102 0101	APOIO A IMPLANTACAO E AO REAPARELHAMENTO DE ESCOLAS PENITENCIARIAS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F 4	2	30	0	380	
							1.000.000	
PROJETOS								
14 421	0661 11TW	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS ESTADUAIS					145.718.000	
14 421	0661 11TW 0103	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS ESTADUAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F 3	2	90	0	319	
			F 4	2	30	0	316	
			F 4	2	30	0	324	
			F 4	2	30	0	350	
							724.966	
							98.404.034	
							25.736.000	
							20.853.006	
14 421	0661 1701	APARELHAMENTO E REAPARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS					53.000.000	
14 421	0661 1701 0103	APARELHAMENTO E REAPARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F 4	2	30	0	380	
							53.000.000	
ATIVIDADES								
14 421	0661 2314	REINTEGRACAO SOCIAL DO PRESO, INTERNADO E EGRESSO					6.000.000	
14 421	0661 2314 0103	REINTEGRACAO SOCIAL DO PRESO, INTERNADO E EGRESSO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F 3	2	30	0	380	
			F 4	2	30	0	380	
							3.000.000	
							3.000.000	
14 128	0661 2526	CAPACTTACAO EM SERVICOS PENAIS					2.000.000	
14 128	0651 2526 0103	CAPACTTACAO EM SERVICOS PENAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F 3	2	30	0	350	
			F 3	2	30	0	374	
							221.000	
							1.779.000	
PROJETOS								
14 421	0661 3908	INTEGRACAO DOS SISTEMAS DE INFORMACOES PENITENCIARIAS EM BASE NACIONAL					5.000.000	
14 421	0661 3908 0103	INTEGRACAO DOS SISTEMAS DE INFORMACOES PENITENCIARIAS EM BASE NACIONAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F 3	2	90	0	350	
			F 4	2	90	0	350	
							1.500.000	
							3.500.000	
TOTAL - FISCAL							218.718.000	
TOTAL - SEGURIDADE							0	
TOTAL - GERAL							218.718.000	

ORCAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
 UNIDADE : 30909 - FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPIANIZACAO DAS ATIVIDADES-FIN DA POLICIA FEDERAL - FUNAPOL

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/INSTITUTO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
0661 COMBATE A CRIMINALIDADE									10.900.000
ATIVIDADES									
06181	0662 2726	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVICOS E INTERESSES DA UNIAO							10.900.000
06181	0662 2726 0103	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVICOS E INTERESSES DA UNIAO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	174	4.000.000
			F	4	2	90	0	174	6.900.000
TOTAL - FISCAL									10.900.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.900.000

ORCAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
 UNIDADE : 30911 - FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/INSTITUTO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
1127 SISTEMA UNICO DE SEGURANCA PUBLICA - SUSP									30.000.000
PROJETOS									
06181	1127 7797	REAPARELHAMENTO DAS INSTITUICOES DE SEGURANCA PUBLICA - PNAPOF							30.000.000
06181	1127 7797 6127	REAPARELHAMENTO DAS INSTITUICOES DE SEGURANCA PUBLICA - PNAPOF - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	300	30.000.000
TOTAL - FISCAL									30.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									30.000.000

ORGAO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL
 UNIDADE : 33201 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ANEXO 1

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
0083 PREVIDENCIA SOCIAL BASICA									127.768.000
ATIVIDADES									
09 126	0083 2292	SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS							54.353.020
09 126	0083 2292 0103	SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	351	54.353.020
09 126	0083 2564	CADASTRO NACIONAL DE INFORMACOES SOCIAIS - CNIS							30.111.354
09 126	0083 2564 0103	CADASTRO NACIONAL DE INFORMACOES SOCIAIS - CNIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	351	30.111.354
09 271	0083 2593	FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA PREVIDENCIA SOCIAL							43.303.626
09 271	0083 2593 0103	FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA PREVIDENCIA SOCIAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	351	43.303.626
			S	4	2	90	0	351	28.302.626
									75.009.000
0085 QUALIDADE DOS SERVICOS PREVIDENCIARIOS									41.632.000
PROJETOS									
09 126	0085 3896	MODERNIZACAO E EXPANSAO DA CAPACIDADE DE TECNOLOGIA E INFORMACAO DA PREVIDENCIA SOCIAL							19.332.000
09 126	0085 3896 0103	MODERNIZACAO E EXPANSAO DA CAPACIDADE DE TECNOLOGIA E INFORMACAO DA PREVIDENCIA SOCIAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	351	19.332.000
			S	4	2	90	0	351	332.000
									19.664.000
09 271	0085 5509	REFORMULACAO DAS AGENCIAS DE ATENDIMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL							22.900.000
09 271	0085 5509 0103	REFORMULACAO DAS AGENCIAS DE ATENDIMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	351	22.900.000
			S	4	2	90	0	351	9.350.000
									12.750.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									169.200.000
TOTAL - GERAL									169.200.000

ORGAO : 35000 - MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES
 UNIDADE : 35101 - MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES

ANEXO 1

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
1244 RELACOES DO BRASIL COM ESTADOS ESTRANGEIROS									19.000.000

		ATIVIDADES							
07 211	1264 2D25	OPERACOES DE ASSISTENCIA ESPECIAL NO EXTERIOR OPERACOES DE ASSISTENCIA ESPECIAL NO EXTERIOR - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						19.000.000	
07 211	1264 2D25 0101							19.000.000	
			F	3	2	90	0	300	19.800.000
TOTAL - FISCAL								19.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								19.000.000	

ORCAO : 38008 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
UNIDADE : 38201 - FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
PROGRAMA DE TRABALHO CURSOS DE TODAS AS PONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/PRODUTO	E S	G E	M P	I O	L U	F T	VALOR
1124		SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO							560.000
		ATIVIDADES							
11 128	1184 4814	QUALIFICAÇÃO EM SEGURANÇA E SAÚDE NO AMBIENTE DE TRABALHO							560.000
11 128	1184 4814 0103	QUALIFICAÇÃO EM SEGURANÇA E SAÚDE NO AMBIENTE DE TRABALHO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							560.000
			F	3	2	90	0	381	560.000
TOTAL - FISCAL								560.000	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								560.000	

ORCAO : 38008 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
UNIDADE : 38901 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
PROGRAMA DE TRABALHO CURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/PRODUTO	E S	G E	M P	I O	L U	F T	VALOR
8099		INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA							3.081.443
		ATIVIDADES							
11 126	0099 2621	RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS							3.081.443
11 126	0099 2621 0101	RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							3.081.443
			S	3	2	90	0	176	3.081.443
8186 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA								4.959.600	

		ATIVIDADES							
11 122	0106 4815	FUNIONAMENTO DAS UNIDADES REGIONAIS					6.959.600		
11 122	0106 4815 0101	FUNIONAMENTO DAS UNIDADES REGIONAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)					6.959.600		
			S	3	2	90	0	176	6.959.600
TOTAL - FISCAL								0	
TOTAL - SEGURIDADE								10.041.043	
TOTAL - GERAL								10.041.043	

ORGAO : 3900 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39101 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO 5.2.1 - USOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	M	I	F	VALOR	
			S	R	O	O	T		
0225 GESTAO DA POLITICA DOS TRANSPORTES 176.669.037									
			OPERACOES ESPECIAIS						
26 846	0225 8C30	DISSOLUCAO E LIQUIDACAO DA COMPANHIA DE NAVEGACAO DO SAO FRANCISCO - FRANAVE						650.000	
26 846	0225 8C30 0101	DISSOLUCAO E LIQUIDACAO DA COMPANHIA DE NAVEGACAO DO SAO FRANCISCO - FRANAVE - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						650.000	
			F	4	1	90	0	100	596.490
			F	1	1	90	0	250	53.510
26 846	0225 0713	EXTINCAO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DNER						176.019.037	
26 846	0225 0713 0101	EXTINCAO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DNER - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						176.019.037	
			F	3	2	90	0	300	47.867.033
			F	4	2	90	0	300	128.152.004
TOTAL - FISCAL								176.669.037	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								176.669.037	

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO 5.2.1 - USOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	M	I	F	VALOR
			S	R	O	O	T	
0229 CORREDOR SAO FRANCISCO 13.000.000								

		PROJETOS							
26 782	0229 1332	CONSTRUCAO DE PONTE - NO MUNICIPIO DE CABLINHANHA - NA BR-030 - NO ESTADO DA BAHIA							13.000.000
26 782	0229 1332 0103	CONSTRUCAO DE PONTE - NO MUNICIPIO DE CABLINHANHA - NA BR-030 - NO ESTADO DA BAHIA - NO ESTADO DA BAHIA (CREDITO EXTRAORDINARIO)							13.000.000
									13.000.000

0230 CORREDOR LESTE

37.500.000

		PROJETOS							
26 782	0230 115Y	ADEQUACAO DE TRAVESSIA URBANA - NO MUNICIPIO DE PATOS DE MINAS - NA BR-365/354 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							14.000.000
26 782	0230 115Y 0101	ADEQUACAO DE TRAVESSIA URBANA - NO MUNICIPIO DE PATOS DE MINAS - NA BR-365/354 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO)							14.000.000
									14.000.000
26 782	0230 5E27	CONSTRUCAO DE PASSAGEM SUPERIOR SOBRE LINHA FERREA - NO MUNICIPIO DE CAMPOS ALTOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							3.500.000
26 782	0230 5E27 0101	CONSTRUCAO DE PASSAGEM SUPERIOR SOBRE LINHA FERREA - NO MUNICIPIO DE CAMPOS ALTOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO)							3.500.000
									3.500.000
26 782	0230 5789	CONSTRUCAO DE CONTORNO RODOVIARIO - NO MUNICIPIO DE VOLTA REDONDA - NA BR-393 - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							20.000.000
26 782	0230 5789 0107	CONSTRUCAO DE CONTORNO RODOVIARIO - NO MUNICIPIO DE VOLTA REDONDA - NA BR-393 - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO)							20.000.000
									20.000.000

0232 CORREDOR SUDOESTE

43.950.000

		PROJETOS							
26 782	0232 116B	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIVISA COMMS - CORUMBA (FRONTEIRA BRASIL/BOLIVIA) - NA BR-359 - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL							10.000.000
26 782	0232 116B 0101	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIVISA COMMS - CORUMBA (FRONTEIRA BRASIL/BOLIVIA) - NA BR-359 - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							10.000.000
									10.000.000
26 782	0232 7F46	CONSTRUCAO DE PONTE SOBRE O RIO PARANA E SEUS ACESSOS - LIGACAO CASTILHO/SP - TRES LAGOAS/MS - BR 262/MS							33.950.000
26 782	0232 7F46 0101	CONSTRUCAO DE PONTE SOBRE O RIO PARANA E SEUS ACESSOS - LIGACAO CASTILHO/SP - TRES LAGOAS/MS - BR 262/MS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							33.950.000
									33.950.000

0233 CORREDOR MERCOSUL

13.500.000

		PROJETOS							
26 782	0233 114Y	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - CANDELARIA - CRUZ ALTA - NA BR-481/RS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							2.500.000
26 782	0233 114Y 0101	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - CANDELARIA - CRUZ ALTA - NA BR-481/RS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							2.500.000
									2.500.000
26 782	0233 116A	CONSTRUCAO DE ACESSO RODOVIARIO - NO MUNICIPIO DE BLUMENAU - NA BR-470 - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							4.000.000
26 782	0233 116A 0101	CONSTRUCAO DE ACESSO RODOVIARIO - NO MUNICIPIO DE BLUMENAU - NA BR-470 - NO ESTADO DE SANTA CATARINA - NO ESTADO DE SANTA CATARINA (CREDITO EXTRAORDINARIO)							4.000.000
									4.000.000

26 782	0233 7F13	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIVISA SC/RS - SAO JOSE DO NORTE - NA BR-101 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.								7.000.000
26 782	0233 7F13 0101	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIVISA SC/RS - SAO JOSE DO NORTE - NA BR-101 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								7.000.000
			F	4	2	90	0	311		7.000.000
0235 CORREDOR NORDESTE										48.000.000
PROJETOS										
26 782	0235 115Z	ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - TIBURCIO (ENTRONCAMENTO BR 101) - AEROPORTO (ENTRONCAMENTO AL-210) NA BR-104 - NO ESTADO DE ALAGOAS								18.000.000
26 782	0235 115Z 0101	ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - TIBURCIO (ENTRONCAMENTO BR 101) - AEROPORTO (ENTRONCAMENTO AL-210) NA BR-104 - NO ESTADO DE ALAGOAS - NO ESTADO DE ALAGOAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)								20.000.000
			F	4	2	90	0	311		20.000.000
26 782	0235 7441	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - JERUMENHA - BERTOLINEA - BR-135 - NO ESTADO DO PIAUI								20.000.000
26 782	0235 7441 0103	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - JERUMENHA - BERTOLINEA - BR-135 - NO ESTADO DO PIAUI - NO ESTADO DO PIAUI (CREDITO EXTRAORDINARIO)								20.000.000
			F	4	2	90	0	311		20.000.000
0237 CORREDOR ARAGUAIA-YOCANTINS										34.268.000
PROJETOS										
26 782	0237 11V8	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIVISA TOMA - APARECIDA DO RIO NEGRO - NA BR-010 - NO ESTADO DE TOCANTINS								22.400.000
26 782	0237 11V8 0105	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIVISA TOMA - APARECIDA DO RIO NEGRO - NA BR-010 - NO ESTADO DE TOCANTINS - NO ESTADO DO TOCANTINS (CREDITO EXTRAORDINARIO)								22.400.000
			F	4	2	90	0	311		22.400.000
26 782	0237 115T	ADEQUACAO DE TRAVESSIA URBANA - NO MUNICIPIO DE NOVA OLINDA DO MARANHAO - NA BR-316 - NO ESTADO DO MARANHAO								4.988.000
26 782	0237 115T 0101	ADEQUACAO DE TRAVESSIA URBANA - NO MUNICIPIO DE NOVA OLINDA DO MARANHAO - NA BR-316 - NO ESTADO DO MARANHAO - NO ESTADO DO MARANHAO (CREDITO EXTRAORDINARIO)								4.988.000
			F	4	2	90	0	311		4.988.000
26 782	0237 115U	ADEQUACAO DE TRAVESSIA URBANA - NO MUNICIPIO DE PIO XII - NA BR-316 - NO ESTADO DO MARANHAO								6.980.000
26 782	0237 115U 0101	ADEQUACAO DE TRAVESSIA URBANA - NO MUNICIPIO DE PIO XII - NA BR-316 - NO ESTADO DO MARANHAO - NO ESTADO DO MARANHAO (CREDITO EXTRAORDINARIO)								6.980.000
			F	4	2	90	0	311		6.980.000
0239 CORREDOR FRONTEIRA NORTE										52.981.302
PROJETOS										
26 782	0238 115S	ADEQUACAO DE TRAVESSIA URBANA - NO MUNICIPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO - NA BR 174 - ESTADO DO AMAZONAS.								2.981.302
26 782	0238 115S 0101	ADEQUACAO DE TRAVESSIA URBANA - NO MUNICIPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO - NA BR 174 - ESTADO DO AMAZONAS - NO ESTADO DO AMAZONAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)								2.981.302
			F	4	2	90	0	311		2.981.302
26 782	0238 7E9S	CONSTRUCAO DE CINTURNO RODOVIARIO - NO MUNICIPIO DE BOA VISTA (SUL E NORTE) (KM 496,10 - KM 524,10) - NA BR-174 - NO ESTADO DE RORAIMA								50.000.000
26 782	0238 7E9S 0101	CONSTRUCAO DE CINTURNO RODOVIARIO - NO MUNICIPIO DE BOA VISTA (SUL E NORTE) (KM 496,10 - KM 524,10) - NA BR-174 - NO ESTADO DE RORAIMA - NO ESTADO DE RORAIMA (CREDITO EXTRAORDINARIO)								50.000.000
			F	4	2	90	0	311		50.000.000
0663 SEGURANCA PUBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS										34.900.000

		ATIVIDADES						VALOR	
26 752	0663 2036	CONTROLE DE VELOCIDADE NA MARINHA MERCANTE FEDERAL					34.900.000		
26 752	0663 2036 0101	CONTROLE DE VELOCIDADE NA MARINHA MERCANTE FEDERAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)					34.900.000		
			F	3	2	90	0	300	34.900.000
TOTAL - FISCAL								270.191.302	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								270.191.302	

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39901 - FUNDO DA MARINHA MERCANTE - FMFM

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA DE TRABALHO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	3	2	90	0	300	
		8768 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA MARINHA MERCANTE E DA INDUSTRIA NAVAL							8.800.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
26 845	8768 093F	SUBVENCAO ECONOMICA SOBRE O PREMIO SEGURO-GARANTIA OU SOBRE OS CUSTOS DE CARTA DE FIANCA AOS MUTUARIOS DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE							8.800.000
26 845	8768 093F 0101	SUBVENCAO ECONOMICA SOBRE O PREMIO SEGURO-GARANTIA OU SOBRE OS CUSTOS DE CARTA DE FIANCA AOS MUTUARIOS DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							8.800.000
			F	3	2	90	0	135	8.800.000
TOTAL - FISCAL								8.800.000	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								8.800.000	

ORGAO : 41000 - MINISTERIO DAS COMUNICACOES
 UNIDADE : 41101 - MINISTERIO DAS COMUNICACOES

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA DE TRABALHO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	3	2	90	0	300	
		0999 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS							200.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
24 846	0999 00AE	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS SA							200.000.000
24 846	0999 00AE 0101	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS SA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							200.000.000
			F	3	2	90	0	300	200.000.000
TOTAL - FISCAL								200.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								200.000.000	

ORÇAO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA
UNIDADE : 41902 - FUNDO NACIONAL DE CULTURA

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

CURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/FAIXA/SUBTITULO/PROJETO	E	G	R	M	I	F	VALOR
0168 LIVRO ABERTO									10.000.000
PROJETOS									
13 392	0168 7367	MODERNIZACAO DE BIBLIOTECAS PUBLICAS							10.000.000
13 392	0168 7367 0101	MODERNIZACAO DE BIBLIOTECAS PUBLICAS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							10.000.000
			F 3	2	30	0	300		6.000.000
			F 4	2	30	0	300		4.000.000
0169 BRASIL, SOM E IMAGEM									48.000.000
ATIVIDADES									
13 392	0169 4795	FOMENTO A PROJETOS CINEMATOGRAFICOS E AUDIOVISUAIS							48.000.000
13 392	0169 4795 0101	FOMENTO A PROJETOS CINEMATOGRAFICOS E AUDIOVISUAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							48.000.000
			F 3	2	90	0	300		32.000.000
			F 4	2	90	0	300		8.000.000
1141 CULTURA, EDUCACAO E CIDADANIA									10.000.000
PROJETOS									
13 392	1141 5104	INSTALACAO E MODERNIZACAO DE ESPACOS CULTURAIS - PONTOS DE CULTURA							10.000.000
13 392	1141 5104 0101	INSTALACAO E MODERNIZACAO DE ESPACOS CULTURAIS - PONTOS DE CULTURA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							10.000.000
			F 3	2	30	0	300		5.010.000
			F 4	2	30	0	300		5.000.000
1142 ENGENHO DAS ARTES									78.010.000
PROJETOS									
13 392	1142 1617	INSTALACAO DE ESPACOS CULTURAIS							48.000.000
13 392	1142 1617 1401	INSTALACAO DE ESPACOS CULTURAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							40.000.000
			F 3	2	30	0	300		4.000.000
			F 4	2	30	0	300		35.200.000
ATIVIDADES									
13 392	1142 4796	FOMENTO A PROJETOS EM ARTE E CULTURA							38.000.000
13 392	1142 4796 0709	FOMENTO A PROJETOS EM ARTE E CULTURA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							30.000.000
			F 3	2	30	0	300		16.000.000
			F 4	2	90	0	300		14.000.000
TOTAL - FISCAL									130.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									130.000.000

ORGAO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE.
 UNIDADE : 44201 - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE P JOSS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAS/ACAOES/TITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
0499 AREAS PROTEGIDAS DO BRASIL									4.058.347
ATIVIDADES									
18 305	0499 208A	PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA							4.058.347
18 305	0499 208A 0105	PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							4.058.347
			F	3	2	90	0	174	624.240
			F	3	2	90	0	174	1.036.167
			F	4	2	90	0	174	2.396.000
1145 COMUNIDADES TRADICIONAIS									2.400.000
ATIVIDADES									
18 541	1145 607N	FOMENTO A PROJETOS DE GESTAO AMBIENTAL DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS DA AMAZONIA (PROGRAMA-PILOTO)							2.400.000
18 541	1145 607D 0101	FOMENTO A PROJETOS DE GESTAO AMBIENTAL DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS DA AMAZONIA (PROGRAMA-PILOTO) - NA REGIAO NORTE (CREDITO EXTRAORDINARIO)							2.400.000
			F	3	2	30	0	174	500.000
			F	3	2	90	0	174	1.500.000
			F	4	2	30	0	174	200.000
			F	4	2	90	0	174	200.000
TOTAL - FISCAL									6.458.347
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.458.347

ORGAO : 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E EST/ 1
 UNIDADE : 47101 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO, RGLTAD

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAS/ACAOES/TITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
1003 GESTAO DA POLITICA NA AREA DE PLANEJAMENTO									551.000.000

		OPERACOES ESPECIAIS											
04 846	1003 0001	INTEGRALIZACAO DE COTAS DA CORPORACAO ANDINA DE FOMENTO - CAF										551.000.000	
04 846	1003 0001 0101	INTEGRALIZACAO DE COTAS DA CORPORACAO ANDINA DE FOMENTO - CAF - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)					F	3	0	90	0	300	551.000.000
TOTAL - FISCAL											551.000.000		
TOTAL - SEGURIDADE											0		
TOTAL - GERAL											551.000.000		

ORÇAO : 49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO
 UNIDADE : 49101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMA LICA	PROJETO DE LICITACAO/SUBPROJETO/PRODUTO	E	R	M	I	F	VALOR			
			GR	NT	OU	UT					
			L	L	L	L					
0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF								138.374.100			
OPERACOES ESPECIAIS											
21 846	0351 0359	CONTRIBUICAO AO FUNDO GARANTIA-SAFRA (LEI N° 10.700, DE 2003)						135.000.000			
21 846	0351 0359 0101	CONTRIBUICAO AO FUNDO GARANTIA-SAFRA (LEI N° 10.700, DE 2003) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	1	90	0	300	135.000.000		
ATIVIDADES											
21 305	0351 200A	PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA						3.374.100			
21 305	0351 200A 0105	PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	3.374.100		
			F	4	2	90	0	300	2.756.100		
								618.000			
1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS								29.592.314			
OPERACOES ESPECIAIS											
21 127	1334 0620	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVICOS EM TERRITORIOS RURAIS						14.592.314			
21 127	1334 0620 0312	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVICOS EM TERRITORIOS RURAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	300	14.592.314		
ATIVIDADES											
21 606	1334 8394	FOMENTO AOS EMPREENDIMIENTOS ASSOCIATIVOS E COOPERATIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRARIA						15.000.000			
21 606	1334 8394 0101	FOMENTO AOS EMPREENDIMIENTOS ASSOCIATIVOS E COOPERATIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRARIA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	15.000.000		
			F	3	2	90	0	300	6.500.000		
								8.500.000			
TOTAL - FISCAL											167.966.414
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											167.966.414

ORÇAO : 49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO
 UNIDADE : 49201 - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA - AÇAO SUBTITULO - PRODUTO	E	Q	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
0135 ASSENTAMENTOS SUSTENTAVELIS PARA TRABALHADORES RURAIS									528.198.265
ATIVIDADES									
21 631	0135 2C74	REMUNERACAO AO AGENTE FINANCEIRO PELA OPERACIONALIZACAO DO CREDITO INSTALACAO - IMPLANTACAO							3.745.805
21 631	0135 2C74 0101	REMUNERACAO AO AGENTE FINANCEIRO PELA OPERACIONALIZACAO DO CREDITO INSTALACAO - IMPLANTACAO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	3.745.805
21 122	0135 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							5.500.000
21 122	0135 2272 0187	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	5.500.000
21 631	0135 4274	ACOES PREPARATORIAS PARA OBTENCAO DE IMOVEIS RURAIS							4.624.000
21 631	0135 4274 0101	ACOES PREPARATORIAS PARA OBTENCAO DE IMOVEIS RURAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	4.624.000
21 631	0135 4460	OBTENCAO DE IMOVEIS RURAIS PARA REFORMA AGRARIA							506.820.460
21 631	0135 4460 0101	OBTENCAO DE IMOVEIS RURAIS PARA REFORMA AGRARIA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	506.820.460
21 128	0135 4464	ASSISTENCIA TECNICA E CAPACITACAO DE ASSENTADOS							7.500.000
21 128	0135 4464 0101	ASSISTENCIA TECNICA E CAPACITACAO DE ASSENTADOS - IMPLANTACAO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	7.500.000
0137 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL NA REFORMA AGRARIA									12.182.881
ATIVIDADES									
21 631	0137 2C75	REMUNERACAO AO AGENTE FINANCEIRO PELA OPERACIONALIZACAO DO CREDITO INSTALACAO - RECUPERACAO							1.182.881
21 631	0137 2C75 0101	REMUNERACAO AO AGENTE FINANCEIRO PELA OPERACIONALIZACAO DO CREDITO INSTALACAO - RECUPERACAO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	1.182.881
21 122	0137 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							3.500.000
21 122	0137 2272 0189	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	3.500.000
21 128	0137 4470	ASSISTENCIA TECNICA E CAPACITACAO DE ASSENTADOS - RECUPERACAO							7.500.000
21 128	0137 4470 0101	ASSISTENCIA TECNICA E CAPACITACAO DE ASSENTADOS - RECUPERACAO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	7.500.000
0138 REGULARIZACAO E GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA									19.999.400
ATIVIDADES									
21 631	0138 2310	REGULARIZACAO FUNDIARIA DE IMOVEIS RURAIS							5.000.000
21 631	0138 2310 0101	REGULARIZACAO FUNDIARIA DE IMOVEIS RURAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	5.000.000
21 127	0138 4426	GERENCIAMENTO DE IMOVEIS RURAIS							14.999.400
21 127	0138 4426 0101	GERENCIAMENTO DE IMOVEIS RURAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	14.999.400
4750 APOIO ADMINISTRATIVO									15.530.000

		ATIVIDADES							
21 022	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE							15.530.000
21 122	0750 2000 0513	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							15.530.000
									15.530.000
1120 PAZ NO CAMPO									5.000.000
		ATIVIDADES							
21 631	1120 2109	ASSISTENCIA SOCIAL, TECNICA E JURIDICA AS FAMILIAS ACAMPADAS							5.000.000
21 631	1120 2109 0101	ASSISTENCIA SOCIAL, TECNICA E JURIDICA AS FAMILIAS ACAMPADAS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							5.000.000
									5.000.000
1336 BRASIL QUILOMBOIA									1.931.040
		PROJETOS							
21 127	1336 1642	RECONHECIMENTO, DEMARCAÇÃO E TITULAÇÃO DE ÁREAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS							1.931.040
21 127	1336 1642 0101	RECONHECIMENTO, DEMARCAÇÃO E TITULAÇÃO DE ÁREAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							1.931.040
									1.931.040
1350 EDUCACAO DO CAMPO (PRONERA)									1.200.000
		ATIVIDADES							
21 122	1350 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							600.000
21 122	1350 2272 0101	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							600.000
									600.000
21 363	1350 8643	CAPACITACAO E FORMACAO DE PROFISSIONAIS DE NIVEL MEDIO ADAPTADOS A REFORMA AGRARIA E AGRICULTURA FAMILIAR							600.000
21 363	1350 8643 0101	CAPACITACAO E FORMACAO DE PROFISSIONAIS DE NIVEL MEDIO ADAPTADOS A REFORMA AGRARIA E AGRICULTURA FAMILIAR - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							600.000
									600.000
TOTAL - FISCAL									584.033.566
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									584.033.566

ORGAO : 51906 - MINISTERIO DO ESPORTE
 UNIDADE : 51101 - MINISTERIO DO ESPORTE

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA / NOME DO PROJETO / PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			1	2	3	4	5	6	
0181 BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO									47.037.000
OPERACOES ESPECIAIS									
27 811	0181 0911 W	CONCESSAO DE BOLSA A ATLETAS							12.500.000
27 811	0181 09HW 0101	CONCESSAO DE BOLSA A ATLETAS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	12.500.000
PROJETOS									
27 811	0181 1055	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE CENTROS CIENTIFICOS E TECNOLOGICOS PARA O ESPORTE							3.537.000
27 811	0181 1055 0101	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE CENTROS CIENTIFICOS E TECNOLOGICOS PARA O ESPORTE - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	3.537.000
			F	4	2	90	0	300	400.000
									3.137.000
ATIVIDADES									
27 811	0181 2360	CAPTACAO DE EVENTOS ESPORTIVOS INTERNACIONAIS DE ALTO RENDIMENTO							6.000.000
27 811	0181 2360 0101	CAPTACAO DE EVENTOS ESPORTIVOS INTERNACIONAIS DE ALTO RENDIMENTO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	6.000.000
27 811	0181 2490	PROMOCAO E PARTICIPACAO EM COMPETICOES INTERNACIONAIS DE ALTO RENDIMENTO							25.000.000
27 811	0181 2490 0201	PROMOCAO E PARTICIPACAO EM COMPETICOES INTERNACIONAIS DE ALTO RENDIMENTO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	25.000.000
			F	3	2	50	0	300	25.000.000
1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE									68.900.000
PROJETOS									
27 812	1250 5450	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER							68.900.000
27 812	1250 5450 5769	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	40	0	300	68.900.000
TOTAL - FISCAL									115.937.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									115.937.000

ORÇAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52113 - COMANDO DA AERONAUTICA

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/FAÇA O/SUBITEM/O PRODRITO	E S F	G N P	M D S	I D 3	I 17	F 7	V 1	VALOR
0621 PREPARO E EMPREGO DA FORÇA AEREA										200.000.000
ATIVIDADES										
05 151	0621 2048	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MATERIAL AERONAUTICO								200.000.000
05 151	0621 2048 0101	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MATERIAL AERONAUTICO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300		183.000.000
			F	4	2	90	0	300		15.000.000
0627 TECNOLOGIA DE USO AEROESPACIAL										3.059.660
PROJETOS										
05 572	0627 3122	DESENVOLVIMENTO DO AM-X								3.059.660
05 572	0627 3122 0103	DESENVOLVIMENTO DO AM-X - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	300		3.059.660
0632 REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DA FORÇA AEREA BRASILEIRA										235.930.340
PROJETOS										
05 151	0632 3123	AQUISICAO DE AERONAVES								214.038.864
05 151	0632 3123 0103	AQUISICAO DE AERONAVES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	300		214.038.864
05 151	0632 3128	MODERNIZACAO E REVITALIZACAO DE AERONAVES								21.891.476
05 151	0632 3128 0103	MODERNIZACAO E REVITALIZACAO DE AERONAVES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	300		21.891.476
0637 SERVICO DE SAUDE DAS FORÇAS ARMADAS										36.000.000
ATIVIDADES										
05 302	0637 2059	ATENDIMENTO MEDICO-HOSPITALAR/FATOR DE CUSTO								36.000.000
05 302	0637 2059 0103	ATENDIMENTO MEDICO-HOSPITALAR/FATOR DE CUSTO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	300		36.000.000
0750 APOIO ADMINISTRATIVO										47.000.000
ATIVIDADES										
05 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE								47.000.000
05 122	0750 2000 0507	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300		29.000.000
			F	4	2	90	0	300		15.000.000
TOTAL - FISCAL										486.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										36.000.000
TOTAL - GERAL										522.000.000

ORGAO : 53000 - MINISTERIO DA DEFESA
 UNIDADE : 32121 - COMANDO DO EXERCITO

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROJ. NA ANEXO SUBSTITUTIVO/PRODUTO	E	G	R	M	J	F	VALOR
			1	2	3	4	5	6	
0620 PREPARO E EMPREGO DA FORCA TERRESTRE									28.422.155
			ATIVIDADES						
05 153	0620 2857	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MUNICOES							32.647.095
05 153	0620 2857 0103	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MUNICOES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	30.000.000
			F	4	2	90	0	300	2.647.095
05 153	0620 2890	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MATERIAL BELICO							3.473.000
05 153	0620 2890 0103	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MATERIAL BELICO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	3.473.000
05 153	0620 2894	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MATERIAL DE INTENDENCIA							2.302.060
05 153	0620 2894 0105	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MATERIAL DE INTENDENCIA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	300	2.302.060
0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DO EXERCITO BRASILEIRO									24.500.000
			PROJETOS						
05 153	0628 3134	INSTALACAO E ADEQUACAO DE ORGANIZACOES MILITARES							4.500.000
05 153	0628 3134 0101	INSTALACAO E ADEQUACAO DE ORGANIZACOES MILITARES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	300	4.500.000
05 153	0628 5375	MODERNIZACAO OPERACIONAL DAS ORGANIZACOES MILITARES DO EXERCITO							20.000.000
05 153	0628 5375 0101	MODERNIZACAO OPERACIONAL DAS ORGANIZACOES MILITARES DO EXERCITO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	300	20.000.000
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									3.000.000
			ATIVIDADES						
05 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE							3.000.000
05 122	0750 2000 0509	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	300	3.000.000
TOTAL - FISCAL									65.922.155
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									65.922.155

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52131 - COMANDO DA MARINHA

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
0622 PREPARO E EMPREGO DO PODER NAVAL									5.500.000
ATIVIDADES									
05 152	0622 2859	AFRESTAMENTO DAS FORÇAS NAVAIS							2.950.000
01 152	0622 2859 0103	AFRESTAMENTO DAS FORÇAS NAVAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	342	2.950.000
05 152	0622 2868	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES							2.550.000
05 152	0622 2868 0109	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	342	2.550.000
0626 REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DA MARINHA DO BRASIL									60.800.000
PROJETOS									
05 152	0626 1944	MODERNIZACAO DE MEIOS NAVAIS							6.000.000
05 152	0626 1944 0101	MODERNIZACAO DE MEIOS NAVAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	342	6.000.000
05 152	0626 1948	AQUISICAO DE MEIOS NAVAIS							12.500.000
05 152	0626 1948 0101	AQUISICAO DE MEIOS NAVAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	342	12.500.000
05 152	0626 1949	AQUISICAO DE SISTEMAS OPERATIVOS							42.800.000
05 152	0626 1949 0103	AQUISICAO DE SISTEMAS OPERATIVOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	342	42.800.000
			F	4	2	90	0	342	28.100.000
			F	4	2	90	0	342	14.200.000
0637 SERVICO DE SAUDE DAS FORÇAS ARMADAS									10.973.000
ATIVIDADES									
05 302	0637 2059	ATENDIMENTO MEDICO-HOSPITALAR/FATOR DE CUSTO							10.973.000
01 302	0637 2059 0107	ATENDIMENTO MEDICO-HOSPITALAR/FATOR DE CUSTO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	300	10.973.000
			S	4	2	90	0	300	3.700.000
			S	4	2	90	0	300	7.273.000
TOTAL - FISCAL									66.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									10.973.000
TOTAL - GERAL									77.473.000

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
 UNIDADE : 52201 - AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - ANAC

ANEXO 1

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

DEBITOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S I	G R U P O	M O D O	J U L	F U T	VALOR
0630		DESENVOLVIMENTO DA AVIACAO CIVIL						2.633.495
		ATIVIDADES						
05 125	0630 2912	FISCALIZACAO DA AVIACAO CIVIL						2.433.495
05 125	0630 2912 0103	FISCALIZACAO DA AVIACAO CIVIL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0 175	2.433.495
			F	3	2	90	0 250	933.495
								1.500.000
05 125	0630 2925	HOMOLOGACAO, REGISTRO E CONTROLE DE EMPRESAS, EQUIPAMENTOS E PESSOAL ESPECIALIZADO						200.000
05 125	0630 2925 0103	HOMOLOGACAO, REGISTRO E CONTROLE DE EMPRESAS, EQUIPAMENTOS E PESSOAL ESPECIALIZADO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0 175	200.000
		TOTAL - FISCAL						2.633.495
		TOTAL - SEGURIDADE						0
		TOTAL - GERAL						2.633.495

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
 UNIDADE : 52911 - FUNDO AERONAUTICO

ANEXO 1

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

DEBITOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S I	G R U P O	M O D O	J U L	F U T	VALOR
0750		APOIO ADMINISTRATIVO						3.809.617
		ATIVIDADES						
05 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE						3.809.617
05 122	0750 2000 0511	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0 250	3.809.617
			F	4	2	90	0 281	2.903.494
								906.123
		TOTAL - FISCAL						3.809.617
		TOTAL - SEGURIDADE						0
		TOTAL - GERAL						3.809.617

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52921 - FUNDO DO EXERCITO

ANEXO 1

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S	G R P O	M O U	I T L	VALOR	
0637		SERVICO DE SAUDE DAS FORÇAS ARMADAS					14.511.450	
		ATIVIDADES						
05 302	0637 2887	MANUTENCAO DOS SERVICOS MEDICO-HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS					14.511.450	
05 302	0637 2887 0107	MANUTENCAO DOS SERVICOS MEDICO-HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	4	2	90	0 250	14.511.450
TOTAL - FISCAL							0	
TOTAL - SEGURIDADE							14.511.450	
TOTAL - GERAL							14.511.450	

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52931 - FUNDO NAVAL

ANEXO 1

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S	G R P O	M O U	I T L	VALOR	
0639		SEGURANCA DA NAVEGACAO AQUAVIARIA					23.100.000	
		ATIVIDADES						
05 784	0639 2501	SINALIZACAO NAUTICA					16.500.000	
05 784	0639 2501 0103	SINALIZACAO NAUTICA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0 650	7.500.000
			F	4	2	90	0 650	9.000.000
05 125	0639 2502	REGISTRO E FISCALIZACAO DE EMBARCACOES					6.600.000	
05 125	0639 2502 0101	REGISTRO E FISCALIZACAO DE EMBARCACOES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0 650	4.600.000
			F	4	2	90	0 650	2.000.000
TOTAL - FISCAL							23.100.000	
TOTAL - SEGURIDADE							0	
TOTAL - GERAL							23.100.000	

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
 UNIDADE : 52931 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL MARITIMO

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAVACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S I	G R P O	M O D	I U T	F T E	VALOR
		0639 SEGURANCA DA NAVEGACAO AQUAVIARIA						11.300.000
		ATIVIDADES						
05 363	0639 2510	ENSINO PROFISSIONAL MARITIMO DE NIVEL MEDIO ENSINO PROFISSIONAL MARITIMO DE NIVEL MEDIO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						5.000.000
05 363	0639 2510 0101							5.000.000
			F 3	2	90	0	376	3.500.000
			F 4	2	90	0	376	1.500.000
05 363	0639 2511	ENSINO PROFISSIONAL MARITIMO DE NIVEL SUPERIOR ENSINO PROFISSIONAL MARITIMO DE NIVEL SUPERIOR - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						6.300.000
05 363	0639 2511 0101							6.300.000
			F 3	2	90	0	376	4.000.000
			F 4	2	90	0	376	2.300.000
		TOTAL - FISCAL						11.300.000
		TOTAL - SEGURIDADE						0
		TOTAL - GERAL						11.300.000

ORGAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 UNIDADE : 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAVACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S I	G R P O	M O D	I U T	F T E	VALOR
		1025 PROMOCAO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPACOS SUB-REGIONAIS - PROMISSO						30.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS						
04 845	1025 005E	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGRADO APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGRADO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						30.000.000
04 845	1025 005E 0233							30.000.000
			F 4	2	90	0	300	30.000.000
		TOTAL - FISCAL						30.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE						0
		TOTAL - GERAL						30.000.000

ORGAO : 54000 - MINISTERIO DO TURISMO
UNIDADE : 54101 - MINISTERIO DO TURISMO

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	C	R	M	I	F	VALOR
1166 TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS										70.000.000
OPERACOES ESPECIAIS										
23 695	1166 0564	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA								50.000.000
23 693	1166 0364 2001	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	300		50.000.000
ATIVIDADES										
23 695	1166 4620	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO								20.000.000
23 695	1166 4620 0501	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300		20.000.000
TOTAL - FISCAL										70.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										70.000.000

ORGAO : 55000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
UNIDADE : 55901 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	C	R	M	I	F	VALOR
1354 PROTECAO SOCIAL BASICA										10.000.000
ATIVIDADES										
08 126	1354 2583	SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA E DA RENDA MENSAL VITALICIA A PESSOA COM DEFICIENCIA E A PESSOA IDOSA								10.000.000
08 126	1354 2583 0101	SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA E DA RENDA MENSAL VITALICIA A PESSOA COM DEFICIENCIA E A PESSOA IDOSA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	351		10.000.000
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										10.000.000
TOTAL - GERAL										10.000.000

ORGÃO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES
 UNIDADE : 56101 - MINISTERIO DAS CIDADES

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBSTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	T	P	O	()	
			T						
0310 GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO									295.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
15 451	0310 0816	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO							295.000.000
15 451	0310 0816 0101	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	300	295.000.000
9989 MORTALIDADE URBANA									20.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
15 453	9989 0E28	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE LINHAS E TRECHOS DE SISTEMAS DE TRENS URBANOS DE ESTADOS E MUNICIPIOS							5.000.000
15 453	9989 0E28 0101	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE LINHAS E TRECHOS DE SISTEMAS DE TRENS URBANOS DE ESTADOS E MUNICIPIOS - IMPLANTACAO DA LINHA 3 DO METRO DO RIO DE JANEIRO - RJ (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	100	5.000.000
15 451	9989 0E40	APOIO A PROJETOS DE CORREDORES ESTRUTURAIS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO							15.000.000
15 451	9989 0E40 0103	APOIO A PROJETOS DE CORREDORES ESTRUTURAIS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO - ADEQUACAO DA LINHA DA BR - 040 - DUQUE DE CAXIAS - LINHA VERMELHA - RIO DE JANEIRO - RJ (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	100	15.000.000
TOTAL - FISCAL									315.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									315.000.000

ORGÃO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES

UNIDADE : 56901 - FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA E EDUCACAO DO TRANSITO - FUNSET

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBSTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	T	P	O	()	
			T						
0640 SEGURANCA E EDUCACAO DE TRANSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS									21.924.000

		ATIVIDADES							
15 126	0660 4410	SISTEMA DE INFORMACOES DO SISTEMA NACIONAL DE TRANSITO						17.731.000	
15 126	0660 4410 0103	SISTEMA DE INFORMACOES DO SISTEMA NACIONAL DE TRANSITO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	350	17.731.000
15 452	0660 4414	EDUCACAO PARA A CIDADANIA NO TRANSITO							5.195.000
15 452	0660 4414 0101	EDUCACAO PARA A CIDADANIA NO TRANSITO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	350	5.195.000
TOTAL - FISCAL								22.926.000	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								22.926.000	

ORGAO : 71800 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO
 UNIDADE : 71101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	P	O	U	T		
0909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS									40.000.000
			OPERACOES ESPECIAIS						
28 846	0909 0605	RESSARCIMENTO AO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZACAO (LEI Nº 9.491, DE 1997)							40.000.000
28 846	0909 0605 0101	RESSARCIMENTO AO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZACAO (LEI Nº 9.491, DE 1997) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	0	90	0	100	40.000.000
TOTAL - FISCAL								40.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								40.000.000	

ORGAO : 73000 - TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS
 UNIDADE : 73100 - TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	SISTEMA NACIONAL DE DESESTATIZACAO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	P	O	U	T		
0903 OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLACAO ESPECIFICA									1.148.261

		OPERACOES ESPECIAIS							
28 845	0903 0C33	FUNDO DE MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA E DE VALORIZACAO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO - FUNDEB							1.148.261
28 845	0903 0C33 0101	FUNDO DE MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA E DE VALORIZACAO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO - FUNDEB - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							1.148.261
			F	3	1	40	0	102	1.148.261
TOTAL - FISCAL									1.148.261
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.148.261

ORGAO : 74000 - OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO
UNIDADE : 74101 - RECURSOS SOB A SUPERVISAO DA SECRETARIA DO TERMINO NACIONAL - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	EG	GR	M	I	F	VALOR	
			FD	PD	OD	FE	FE		
0352 ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR								180.000.000	
			OPERACOES ESPECIAIS						
28 846	0352 0301	EQUALIZACAO DE JUROS E DE OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS EM OPERACOES DE INVESTIMENTO RURAL E AGROINDUSTRIAL (LEI Nº 8.427, DE 1992)						180.000.000	
28 846	0352 0301 0101	EQUALIZACAO DE JUROS E DE OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS EM OPERACOES DE INVESTIMENTO RURAL E AGROINDUSTRIAL (LEI Nº 8.427, DE 1992) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						180.000.000	
			F	3	1	90	0	360	180.000.000
TOTAL - FISCAL									180.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									180.000.000

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14113 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S T I T	G R P O	M O D	I N I C	F I N A N C	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL								7.500.000
ATIVIDADES								
02 122	0570 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA						6.000.000
02 122	0570 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	F	3	2	90	0 100	6.000.000
PROJETOS								
02 122	0570 7217	AQUISICAO DE IMOVEIS PARA CARTORIOS ELEITORAIS						1.500.000
02 122	0570 7217 0669	AQUISICAO DE IMOVEIS PARA CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE CONTAGEM - MG	F	3	2	90	0 300	1.500.000
TOTAL - FISCAL								7.500.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								7.500.000

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
 UNIDADE : 24101 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S T I T	G R P O	M O D	I N I C	F I N A N C	VALOR
0473 GESTAO DA POLITICA DE CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO								400.000
ATIVIDADES								
19 212	0473 6147	COOPERACAO INTERNACIONAL EM CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO						400.000
19 212	0473 6147 0001	COOPERACAO INTERNACIONAL EM CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO - NACIONAL	F	3	2	90	0 100	400.000
TOTAL - FISCAL								400.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								400.000

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26102 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	T	C	L	T	
			1	2	3	4	5	6	
1067 GESTAO DA POLITICA DE EDUCACAO									808.000
ATIVIDADES									
12 122	1067 4083	GERENCIAMENTO DAS POLITICAS DO ENSINO SUPERIOR							500.000
12 122	1067 4083 0001	GERENCIAMENTO DAS POLITICAS DO ENSINO SUPERIOR - NACIONAL	F	3	2	90	0	112	490.000
			F	4	2	90	0	112	10.000
12 128	1067 6334	CAPACITACAO DE GESTORES PARA O MONITORAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS EDUCACIONAIS							300.000
12 128	1067 6334 0001	CAPACITACAO DE GESTORES PARA O MONITORAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS EDUCACIONAIS - NACIONAL	F	3	2	90	0	112	300.000
1073 UNIVERSIDADE DO SEculo XXI									498.839
ATIVIDADES									
12 364	1073 6344	CREDECENCIAMENTO DOS CURSOS DE GRADUACAO E DE INSTITUICOES PUBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR							498.839
12 364	1073 6344 0001	CREDECENCIAMENTO DOS CURSOS DE GRADUACAO E DE INSTITUICOES PUBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR - NACIONAL	F	3	2	90	0	112	498.839
TOTAL - FISCAL									1.298.839
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.298.839

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26298 - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	T	C	L	T	
			1	2	3	4	5	6	
1060 BRASIL ALFABETIZADO E EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS									8.729.787
ATIVIDADES									
12 366	1060 6290	AVALIACAO NACIONAL DE COMPETENCIAS DA EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - ANCEJA							8.729.787
12 366	1060 6290 0001	AVALIACAO NACIONAL DE COMPETENCIAS DA EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - ANCEJA - NACIONAL	F	3	2	90	0	112	8.729.787
1061 BRASIL ESCOLARIZADO									6.927.500
ATIVIDADES									
12 362	1061 4017	AVALIACAO NACIONAL DE COMPETENCIAS - ANC							1.000.000
12 362	1061 4017 0001	AVALIACAO NACIONAL DE COMPETENCIAS - ANC - NACIONAL	F	3	2	90	0	112	1.000.000

12 124	1061 4022	SISTEMA NACIONAL DE AVALIACAO DA EDUCACAO BASICA - SAEB								5.091.045
12 126	1061 4022 0001	SISTEMA NACIONAL DE AVALIACAO DA EDUCACAO - BASICA - SAEB - NACIONAL								5.091.045
			F	3	2	30	0	112		626.045
			F	3	2	40	0	112		300.000
			F	3	2	90	0	100		3.000.000
			F	3	2	90	0	112		1.165.000
12 212	1061 6291	AVALIACAO INTERNACIONAL DE ALUNOS - PISA								200.000
12 212	1061 6291 0001	AVALIACAO INTERNACIONAL DE ALUNOS - PISA - NACIONAL								200.000
			F	3	2	90	0	112		200.000
12 362	1061 6292	AVALIACAO NACIONAL DAS CONDICAOES DE OFERTA DA EDUCACAO BASICA - ACEB								636.535
12 362	1061 6292 0001	AVALIACAO NACIONAL DAS CONDICAOES DE OFERTA DA EDUCACAO BASICA - ACEB - NACIONAL								636.535
			F	3	2	90	0	112		636.535
1067 GESTAO DA POLITICA DE EDUCACAO										923.550
ATIVIDADES										
12 573	1067 4000	ESTUDOS, PESQUISAS E AVALIACOES EDUCACIONAIS								250.000
12 573	1067 4000 0001	ESTUDOS, PESQUISAS E AVALIACOES EDUCACIONAIS - NACIONAL								250.000
			F	3	2	80	0	100		250.000
12 124	1067 4021	SISTEMA INTEGRADO DE INFORMACAO EDUCACIONAL - SIED								673.550
12 126	1067 4021 0001	SISTEMA INTEGRADO DE INFORMACAO EDUCACIONAL - SIED - NACIONAL								673.550
			F	3	2	80	0	100		534.538
			F	3	2	90	0	112		139.020
1073 UNIVERSIDADE DO SECULO XXI										27.310.076
ATIVIDADES										
12 364	1073 6303	AVALIACAO DO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DOS CURSOS DE GRADUACAO - ENADE								8.085.592
12 364	1073 6303 0001	AVALIACAO DO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DOS CURSOS DE GRADUACAO - ENADE - NACIONAL								8.085.592
			F	3	2	90	0	112		8.085.592
12 364	1073 6503	CENSO DA EDUCACAO SUPERIOR								950.000
12 364	1073 6503 0001	CENSO DA EDUCACAO SUPERIOR - NACIONAL								950.000
			F	3	2	50	0	112		950.000
12 364	1073 8257	AVALIACAO DE INSTITUICOES E CURSOS DE EDUCACAO SUPERIOR								18.283.443
12 364	1073 8257 0001	AVALIACAO DE INSTITUICOES E CURSOS DE EDUCACAO SUPERIOR - NACIONAL								18.283.443
			F	3	2	50	0	100		150.000
			F	3	2	90	0	100		12.000.000
			F	3	2	90	0	112		6.133.443
TOTAL - FISCAL										43.899.960
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										43.899.960

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO EXTRAORDINARIO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA / SUBPROGRAMA / PROJETO / PRODUTO	E	G	M	I	F	VALOR
			S	N	D	O	T	
7660 BRASIL ALFABETIZADO E EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS								18.808.000
OPERACOES ESPECIAIS								
12 366	7660 0001	APOIO A AMPLIACAO DA OFERTA DE VAGAS DO ENSINO FUNDAMENTAL A JOVENS E ADULTOS - FAZENDO ESCOLA						7.800.000
12 366	7660 0001 0001	APOIO A AMPLIACAO DA OFERTA DE VAGAS DO ENSINO FUNDAMENTAL A JOVENS E ADULTOS - FAZENDO ESCOLA - NACIONAL	F	3	1	30	0 113	2.800.000
			F	3	4	48	0 113	5.000.000
12 366	7660 0507	APOIO A INICIATIVAS PARA MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS						11.000.000
12 366	7660 0507 0001	APOIO A INICIATIVAS PARA MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NACIONAL	F	3	2	38	0 113	9.267.000
			F	3	2	40	0 113	1.733.000
7661 BRASIL ESCOLARIZADO								49.681.444
OPERACOES ESPECIAIS								
12 306	7661 0513	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA						49.681.444
12 306	7661 0513 0001	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NACIONAL	S	3	1	30	0 100	15.932.725
12 306	7661 0513 0011	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DE RONDONIA	S	3	1	30	0 100	633.226
12 306	7661 0513 0012	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO ACRE	S	3	1	30	0 100	633.226
12 306	7661 0513 0013	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO AMAPAZ	S	3	1	30	0 100	424.673
12 306	7661 0513 0014	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO AROIA	S	3	1	30	0 100	424.673
12 306	7661 0513 0015	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO BAHIA	S	3	1	30	0 100	1.531.229
12 306	7661 0513 0016	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DE BIA	S	3	1	30	0 100	494.947
12 306	7661 0513 0017	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO CEARA	S	3	1	30	0 100	213.563
12 306	7661 0513 0018	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO ESPRITO SANTO	S	3	1	30	0 100	91.527
12 306	7661 0513 0019	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO GUA	S	3	1	30	0 100	122.036
12 306	7661 0513 0020	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO MARA	S	3	1	30	0 100	281.984
12 306	7661 0513 0021	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	S	3	1	30	0 100	281.984
12 306	7661 0513 0022	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DE MICO	S	3	1	30	0 100	281.984
12 306	7661 0513 0023	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO PIAUI	S	3	1	30	0 100	395.388
12 306	7661 0513 0024	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO PIAUI	S	3	1	30	0 100	650.899
12 306	7661 0513 0025	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO RIO G	S	3	1	30	0 100	278.952
12 306	7661 0513 0026	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO RIO G	S	3	1	30	0 100	371.937
12 306	7661 0513 0027	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO RIO G	S	3	1	30	0 100	498.151
12 306	7661 0513 0028	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO RIO G	S	3	1	30	0 100	213.473
12 306	7661 0513 0029	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO RIO G	S	3	1	30	0 100	284.658
12 306	7661 0513 0030	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO RIO G	S	3	1	30	0 100	22.714
12 306	7661 0513 0031	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO RIO G	S	3	1	30	0 100	9.563
12 306	7661 0513 0032	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO RIO G	S	3	1	30	0 100	12.751
12 306	7661 0513 0033	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO RIO G	S	3	1	30	0 100	407.260
12 306	7661 0513 0034	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO RIO G	S	3	1	30	0 100	174.540
12 306	7661 0513 0035	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO RIO G	S	3	1	30	0 100	232.720
12 306	7661 0513 0036	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO RIO G	S	3	1	30	0 100	2.558.631
12 306	7661 0513 0037	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO RIO G	S	3	1	30	0 100	1.096.556
12 306	7661 0513 0038	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO RIO G	S	3	1	30	0 100	1.462.075
12 306	7661 0513 0039	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO RIO G	S	3	1	30	0 100	2.281.311
12 306	7661 0513 0040	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO RIO G	S	3	1	30	0 100	1.642.188
12 306	7661 0513 0041	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO RIO G	S	3	1	30	0 100	639.123
12 306	7661 0513 0042	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO RIO G	S	3	1	30	0 100	669.617
12 306	7661 0513 0043	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO RIO G	S	3	1	30	0 100	669.617
12 306	7661 0513 0044	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO RIO G	S	3	1	30	0 100	432.259
12 306	7661 0513 0045	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO RIO G	S	3	1	30	0 100	432.259

12 306	1061 0513 0029	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DA BAHIA	S	3	3	30	0	100	5.916.360
12 306	1061 0513 0031	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	3	1	30	0	100	5.377.769
12 306	1061 0513 0032	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	S	3	1	30	0	100	5.377.769
12 306	1061 0513 0033	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	3	1	30	0	100	1.305.708
12 306	1061 0513 0034	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DE SAO PAULO	S	3	1	30	0	100	878.517
12 306	1061 0513 0035	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	S	3	1	30	0	100	435.226
12 306	1061 0513 0036	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO PARANA	S	3	1	30	0	100	1.059.758
12 306	1061 0513 0037	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	S	3	1	30	0	100	1.059.758
12 306	1061 0513 0038	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	3	1	30	0	100	860.903
12 306	1061 0513 0039	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	3	1	30	0	100	2.496.767
12 306	1061 0513 0040	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO MATO GROSSO	S	3	1	30	0	100	1.406.761
12 306	1061 0513 0041	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO MATO GROSSO	S	3	1	30	0	100	1.203.041
12 306	1061 0513 0042	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DE GOIAS	S	3	1	30	0	100	1.203.041
12 306	1061 0513 0043	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DE GOIAS	S	3	1	30	0	100	1.093.236
12 306	1061 0513 0044	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO DISTRITO FEDERAL	S	3	1	30	0	100	1.093.236
12 306	1061 0513 0045	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO DISTRITO FEDERAL	S	3	1	30	0	100	1.256.591
12 306	1061 0513 0046	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	S	3	1	30	0	100	1.256.591
12 306	1061 0513 0047	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	S	3	1	30	0	100	769.407

1072 VALORIZACAO E FORMACAO DE PROFESSORES E TRABALHADORES DA EDUCACAO BASICA 86.376.317

		OPERACOES ESPECIAIS							
12 128	1072 0A39	CONCESSAO DE BOLSA DE INCENTIVO A FORMACAO DE PROFESSORES PARA A EDUCACAO BASICA							84.585.984
12 128	1072 0A30 0001	CONCESSAO DE BOLSA DE INCENTIVO A FORMACAO DE PROFESSORES PARA A EDUCACAO BASICA - NACIONAL	F	3	2	90	0	113	52.000.000
			F	3	2	90	0	300	32.585.984
		ATIVIDADES							
12 128	1072 2C62	FORMACAO EM SERVICO E CERTIFICACAO EM NIVEL SUPERIOR DE PROFESSORES NAO-TITULADOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO - PRO-LICENCIATURA							1.689.333
12 128	1072 2C62 0001	FORMACAO EM SERVICO E CERTIFICACAO EM NIVEL SUPERIOR DE PROFESSORES NAO-TITULADOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO - PRO-LICENCIATURA - NACIONAL	F	3	2	30	0	113	70.000
			F	3	2	50	0	113	100.000
			F	3	2	90	0	113	860.000
			F	4	2	30	0	113	400.000
			F	4	2	90	0	113	259.333
12 128	1072 2C95	FORMACAO EM SERVICO E CERTIFICACAO EM NIVEL MEDIO-TECNICO PROFISSIONAL DE FUNCIONARIOS DA EDUCACAO BASICA - PROFUNCONARIO							101.000
12 128	1072 2C95 0001	FORMACAO EM SERVICO E CERTIFICACAO EM NIVEL MEDIO-TECNICO PROFISSIONAL DE FUNCIONARIOS DA EDUCACAO BASICA - PROFUNCONARIO - NACIONAL	F	3	2	90	0	113	101.000

1376 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL 3.000.000

		OPERACOES ESPECIAIS							
12 361	1376 09CK	APOIO A AMPLIACAO DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA 9 ANOS							3.000.000
12 361	1376 09CK 0001	APOIO A AMPLIACAO DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA 9 ANOS - NACIONAL	F	3	2	30	0	113	3.000.000

TOTAL - FISCAL 103.176.317

TOTAL - SEGURIDADE 49.051.444

TOTAL - GERAL 152.227.761

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39202 - COMPANHIA DE NAVEGACAO DO SAO FRANCISCO (EM LIQUIDACAO)

ANEXO II CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) R\$ UTILIZADOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	C	R	M	I	F	VALOR
			S	M	P	D	U	T	
0229		CORREDOR SAO FRANCISCO							277.272
ATIVIDADES									
26 822	0229 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							277.272
26 827	0229 7772 0107	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NO MUNICIPIO DE PRAPORA - MG							277.272
			F	1	1	90	0	100	223.762
			F	1	1	90	0	250	53.510
TOTAL - FISCAL									277.272
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									277.272

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNT

ANEXO II CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) R\$ UTILIZADOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	C	R	M	I	F	VALOR
			S	M	P	D	U	T	
0230		CORREDOR LESTE							14.000.000
PROJETOS									
26 782	0230 7E87	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - ENTRONCAMENTO BR-153 - DIVISA MOGO - NA BR-364 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							14.000.000
26 782	0230 7E87 0056	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - ENTRONCAMENTO BR-153 - DIVISA MOGO - NA BR-364 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							14.000.000
			F	4	2	99	0	111	14.000.000
0232		CORREDOR SUDESTE							33.950.000
PROJETOS									
26 783	0232 5E52	CONSTRUCAO DE TERMINAL INTERMODAL - NO MUNICIPIO DE CAMPO GRANDE - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL							18.808.000
26 783	0232 5E52 0056	CONSTRUCAO DE TERMINAL INTERMODAL - NO MUNICIPIO DE CAMPO GRANDE - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL							10.000.000
			F	4	2	40	0	311	10.000.000
26 783	0232 7F26	CONSTRUCAO DE CONTORNO FERROVIARIO - NO MUNICIPIO DE TRES LAGOAS							23.950.000
26 783	0232 7F26 0036	CONSTRUCAO DE CONTORNO FERROVIARIO - NO MUNICIPIO DE TRES LAGOAS - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL							23.950.000
			F	4	2	50	0	311	23.950.000
0233		CORREDOR MERCOSUL							6.506.000

		PROJETOS									
26 782	0233 7E99	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA									4.000.000
26 782	0233 7E99 0056	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	F	4	2	90	0	311			4.000.000
26 782	0233 7F14	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIVISA SC/RS - BOM JESUS - ENTRONCAMENTO BR-477/BR-287 - NA BR-285 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL									2.500.000
26 782	0233 7F14 0056	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIVISA SC/RS - BOM JESUS - ENTRONCAMENTO BR-477/BR-287 - NA BR-285 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	F	4	2	00	0	311			2.500.000
0238 CORREDOR FRONTEIRA NORTE											25.381.302
		PROJETOS									
26 782	0238 1428	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - BOCA DO ACRE - DIVISA AM/AC - NA BR-317 - NO ESTADO DO AMAZONAS									2.981.302
26 782	0238 1428 0013	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - BOCA DO ACRE - DIVISA AM/AC - NA BR-317 - NO ESTADO DO AMAZONAS - NO ESTADO DO AMAZONAS	F	4	2	30	0	311			2.981.302
26 782	0238 7E96	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - VILA CENTRAL - NOVO PARAISO - NA BR-432 - NO ESTADO DE RORAIMA									22.400.000
26 782	0238 7E96 0056	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - VILA CENTRAL - NOVO PARAISO - NA BR-432 - NO ESTADO DE RORAIMA - NO ESTADO DE RORAIMA	F	4	2	30	0	311			22.400.000
TOTAL - FISCAL											79.831.302
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											79.831.302

ORGAO : 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO
 UNIDADE : 47101 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO

ANEXO II CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROG. DE ATIVIDADES DE CREDITO	E	G	R	M	1	F	VALOR		
			C	P	P	C	0	T			
1054 GESTAO DE RECURSOS HUMANOS E DEMOCRATIZACAO DAS RELACOES DE TRABALHO NO SETOR PUBLICO											372.728
		OPERACOES ESPECIAIS									
04 846	1054 0912	PAGAMENTO DE PESSOAL DECORRENTE DE PROVIMENTOS POR MEIO DE CONCURSOS PUBLICOS, DE PLANOS DE CARGOS E EMPREGOS, DE ACORDOS COLETIVOS, DE DISSIDIOS E DE SENTENCAS JUDICIAIS NO AMBITO DE EMPRESAS PUBLICAS DEPENDENTES								372.728	
04 846	1054 0912 0001	PAGAMENTO DE PESSOAL DECORRENTE DE PROVIMENTOS POR MEIO DE CONCURSOS PUBLICOS, DE PLANOS DE CARGOS E EMPREGOS, DE ACORDOS COLETIVOS, DE DISSIDIOS E DE SENTENCAS JUDICIAIS NO AMBITO DE EMPRESAS PUBLICAS DEPENDENTES - NACIONAL	F	1	1	00	0	100		372.728	
TOTAL - FISCAL											372.728
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											372.728

ORCAO : 5600 - MINISTERIO DAS CIDADES
 UNIDADE : 56101 - MINISTERIO DAS CIDADES

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAS/ALOS/INICIATIVAS/PRODUTO	E	G	M	I	F	VALOR	
			S	P	O	L	T		
9999 MOBILIDADE URBANA								40.000.000	
		OPERACOES ESPECIAIS							
15 453	9999 0018	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE LINHAS E TRECHOS DE SISTEMAS DE TRENS URBANOS DE ESTADOS E MUNICIPIOS						40.000.000	
15 453	9999 0028 0058	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE LINHAS E TRECHOS DE SISTEMAS DE TRENS URBANOS DE ESTADOS E MUNICIPIOS - IMPLANTACAO DE LINHA DE METRO - TRECHO RIO DE JANEIRO-NITEROI-SAO GONCALO - ESTADO DO RIO DE JANEIRO						40.000.000	
			F	4	2	30	0	100	40.000.000
TOTAL - FISCAL								40.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								40.000.000	

ORCAO : 7000 - OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO
 UNIDADE : 74101 - RECURSOS SOB A SUPERVISAO DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAS/ALOS/INICIATIVAS/PRODUTO	E	G	M	I	F	VALOR	
			S	P	O	L	T		
0412 DESENVOLVIMENTO DO COMERCIO EXTERIOR E DA CULTURA EXPORTADORA								40.000.000	
		OPERACOES ESPECIAIS							
23 846	0412 8A84	FINANCIAMENTO PARA PROMOCAO DAS EXPORTACOES - PROEX (LEI N° 10.184, DE 2001)						40.000.000	
23 846	0412 0A84 0001	FINANCIAMENTO PARA PROMOCAO DAS EXPORTACOES - PROEX (LEI N° 10.184, DE 2001) - NACIONAL						40.000.000	
			F	5	0	90	0	100	40.000.000
TOTAL - FISCAL								40.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								40.000.000	

ANEXO III		CREDITO EXTRAORDINARIO	
PROGRAMA DE TRABALHO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
26 TRANSPORTE		TOTAL - GERAL	1.930.000
			1.930.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		TOTAL - GERAL	1.930.000
			1.930.000
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/PROGRAMAS			
26 TRANSPORTE			1.930.000
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		TOTAL - GERAL	1.930.000
			1.930.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0129 CORREDOR SÃO FRANCISCO			150.000
0130 CORREDOR LESTE			600.000
0131 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO			750.000
0135 CORREDOR NORDESTE			280.000
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS			150.000
		TOTAL - GERAL	1.930.000
QUADRO SINTESE POR ORGAO			
20000 PRESIDENCIA DA REPUBLICA		TOTAL - GERAL	1.930.000
			1.930.000
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			1.930.000
6.1.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO			1.930.000
6.2.1.0.00.00 TESOURO			1.930.000
6.2.1.1.00.00 DIRETO			1.930.000
TOTAL DA RECEITA	1.930.000	RECEITAS CORRENTES	0
		RECEITAS DE CAPITAL	1.930.000
ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA			

ANEXO III		CREDITO EXTRAORDINARIO	
PROGRAMA DE TRABALHO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ORGAO : R\$ 1.930.000			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
16 TRANSPORTE			1.930.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			1.930.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0129 CORREDOR SÃO FRANCISCO			150.000
0130 CORREDOR LESTE			600.000
0131 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO			750.000
0135 CORREDOR NORDESTE			280.000
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS			150.000
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS			
20205 COMPANHIA DOCS DO CEARA - CDC			280.000
20206 COMPANHIA DOCS DO ESPRITO SANTO - CODESA			150.000
20207 COMPANHIA DAS DOCS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA			150.000
20208 COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SAO PAULO - CODESP			750.000
20210 COMPANHIA DOCS DO PARA - CDP			150.000
20211 COMPANHIA DOCS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ			450.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
425 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			1.930.000
TOTAL			1.930.000
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			1.930.000
6.1.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO			1.930.000
6.2.1.0.00.00 TESOURO			1.930.000
6.2.1.1.00.00 DIRETO			1.930.000
TOTAL DA RECEITA	1.930.000	RECEITAS CORRENTES	0
		RECEITAS DE CAPITAL	1.930.000
ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA			
UNIDADE: : 20205 - COMPANHIA DOCS DO CEARA - CDC			

ANEXO III		CREDITO EXTRAORDINARIO	
PROGRAMA DE TRABALHO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 280.000			

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES		
26 TRANSPORTE		280.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES		
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		280.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
0235 CORREDOR NORDESTE		280.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		280.000
TOTAL		280.000
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA		
6.8.8.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		280.000
6.2.8.8.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		280.000
6.2.1.8.00.00 TESOURO		280.000
6.2.1.1.00.00 DIRETO		280.000
TOTAL DA RECEITA	280.000 RECEITAS CORRENTES	0 RECEITAS DE CAPITAL

ORÇAO : 20009 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
 UNIDADE : 29205 - COMPANHIA DOCS DO CEARA - CDC

ANEXO III
 PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO EXTRAORDINARIO
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ES	GN	RP	MOD	TE	FT	VALOR
0235 CORREDOR NORDESTE									280.000
PROJETOS									
26 784	0235 1150	PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA (CE)							280.000
26 784	0235 1150 0023	PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA (CE) - NO ESTADO DO CEARA PLANO IMPLANTADO (UNIDADE) I	1	4 - INV	2	90	0	495	280.000
TOTAL - INVESTIMENTO									280.000

ORÇAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
 UNIDADE : 20206 - COMPANHIA DOCS DO ESPIRITO SANTO - CODESA

ANEXO III
 PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO EXTRAORDINARIO
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 150.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES		
26 TRANSPORTE		150.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES		
184 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		150.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
0230 CORREDOR LESTE		150.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		150.000
TOTAL		150.000
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA		
6.8.8.8.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		150.000
6.2.8.8.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		150.000
6.2.1.8.00.00 TESOURO		150.000
6.2.1.1.00.00 DIRETO		150.000
TOTAL DA RECEITA	150.000 RECEITAS CORRENTES	0 RECEITAS DE CAPITAL

ORÇAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20206 - COMPANHIA DO CAS DO ESPIRITO SANTO - CODESA

ANEXO III PROGRAMA DE TRABALHO			CREDITO EXTRAORDINARIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN	RP	MOD	U	FTE	VALOR
0230 CORRETORES LESTE									150.000
PROJETOS									
26 784	0230 115F	PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA (ES)							150.000
26 784	0230 115E 0032	PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							150.000
		PLANO IMPLANTADO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	150.000
TOTAL - INVESTIMENTO									150.000

ORÇAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20207 - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

ANEXO III PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO EXTRAORDINARIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 150.000									
QUADRO SINTESE POR FUNCOES									
26 TRANSPORTE									150.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES									
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO									150.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS									
0229 CORRETORES SÃO FRANCISCO									150.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA									
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO									150.000
TOTAL									150.000
QUADRO SINTESE POR RECEITA									
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO									150.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									150.000
6.2.1.0.00.00 TESOURO									150.000
6.2.1.1.00.00 DIRETO									150.000
TOTAL DA RECEITA									150.000
150.000 RECEITAS CORRENTES									0 RECEITAS DE CAPITAL

ORÇAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20207 - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

ANEXO III PROGRAMA DE TRABALHO			CREDITO EXTRAORDINARIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN	RP	MOD	U	FTE	VALOR
0229 CORRETORES SÃO FRANCISCO									150.000
PROJETOS									
26 784	0229 115F	PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA (BA)							150.000
26 784	0229 115F 0029	PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA (BA) - NO ESTADO DA BAHIA							150.000
		PLANO IMPLANTADO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	150.000
TOTAL - INVESTIMENTO									150.000

ORGÃO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
 UNIDADE : 20200 - COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SAO PAULO - CODESP

ANEXO III PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO EXTRAORDINARIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 750.000		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 26 TRANSPORTE		750.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		750.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO		750.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		750.000
TOTAL		750.000
QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.000.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		750.000
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO		750.000
6.2.1.0.00.00 TESOURO		750.000
6.2.1.1.00.00 DIRETO		750.000
TOTAL DA RECEITA	750.000 RECEITAS CORRENTES	0 RECEITAS DE CAPITAL
		750.000

ORGÃO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
 UNIDADE : 20200 - COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SAO PAULO - CODESP

ANEXO III PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO EXTRAORDINARIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PROPOSTA	E	G	R	M	I	F	VALOR
			0	N	P	O	L	T	
			0	D	D	I	E		
0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO									750.000
PROJETOS									
26	784	0231 115G							750.000
			PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA (SP)						
26	784	0231 115G 0035							750.000
			PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO						
			PLANO IMPLANTADO (UNIDADE) 1						
			1	4 - INV	2	90	0	495	750.000
TOTAL - INVESTIMENTO									750.000

ORGÃO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
 UNIDADE : 20210 - COMPANHIA DOCS DO PARA - COP

ANEXO III PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO EXTRAORDINARIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 150.000		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 26 TRANSPORTE		150.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		150.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0237 CORREDOR ABAGUAIA-TOCANTINS		150.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		150.000
TOTAL		150.000

QUADRO SINTESE POR RECEITA				
6.0.0.00.00	RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			150.000
6.2.0.00.00	RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO			150.000
6.2.1.0.00.00	TESOURO			150.000
6.2.1.1.00.00	DIRETO			150.000
TOTAL DA RECEITA	150.000	RECEITAS CORRENTES	0	RECEITAS DE CAPITAL

ORGÃO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20210 - COMPANHIA DO CAS DO PARA - COP

ANEXO III
PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO EXTRAORDINARIO
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	C O N D	R P	M O D	I U	P T E	VALOR
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS									150.000
PROJETOS									
26 784	0237 115H	PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA (PA)							150.000
26 784	0237 115H 0015	PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA (PA) - NO ESTADO DO PARA PLANO IMPLANTADO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	150.000
TOTAL - INVESTIMENTO									150.000

ORGÃO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20211 - COMPANHIA DO CAS DO RIO DE JANEIRO - CDRI

ANEXO III
PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO EXTRAORDINARIO
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 450.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
26 TRANSPORTE

450.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

450.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0230 CORREDOR LESTE

450.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

450.000

TOTAL

450.000

QUADRO SINTESE POR RECEITA				
6.0.0.00.00	RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			450.000
6.2.0.00.00	RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO			450.000
6.2.1.0.00.00	TESOURO			450.000
6.2.1.1.00.00	DIRETO			450.000
TOTAL DA RECEITA	450.000	RECEITAS CORRENTES	0	RECEITAS DE CAPITAL

ORGÃO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20211 - COMPANHIA DO CAS DO RIO DE JANEIRO - CDRI

ANEXO III
PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO EXTRAORDINARIO
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	C O N D	R P	M O D	I U	P T E	VALOR
0230 CORREDOR LESTE									450.000
PROJETOS									
26 784	0230 115I	PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA (RJ)							450.000
26 784	0230 115I 0032	PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PLANO IMPLANTADO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	450.000
TOTAL - INVESTIMENTO									450.000

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB

– RN) – **Item 3:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 406, DE 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 406, de 2007, que *abre crédito extraordinário em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global um bilhão, duzentos e cinquenta milhões, setecentos e trinta e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais, para os fins que especifica.*

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando deixou de ser apreciada em virtude da não deliberação do item 1 da pauta.

Transcorre hoje a terceira sessão da matéria constando da pauta.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- à Medida Provisória foram apresentadas duas emendas;
- a Proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 19 de fevereiro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 1º de abril;
- o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Fernando Coelho Filho (PSB – PE);
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 8, de 2008, e se esgotará no dia 31 de maio;
- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 9 de abril.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gim Argello, Relator-Revisor da matéria.

PARECER Nº 341, DE 2008–PLEN

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, depois de uma análise da referida matéria, somos favoráveis; a constitucionalidade está perfeita, e somos favoráveis, pelo mérito.

Portanto, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O parecer preliminar do Relator-Revisor é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

No mérito, pela aprovação.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária.

As Srs^a e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Passa-se à apreciação do mérito.

Discussão da Medida Provisória e das emendas, em turno único. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Votação da Medida Provisória, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Votação, em globo, das emendas de parecer contrário.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas as emendas.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 406, DE 2007

Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.250.733.499,00 (um bilhão, duzentos e cinquenta milhões, setecentos e trinta e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais), para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.250.733.499,00 (um bilhão, duzentos e cinquenta milhões, setecentos e trinta e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais), para atender à programação constante dos Anexos I e III desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2006, no valor de R\$ 491.846.337,00 (quatrocentos e noventa e um milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, trezentos e trinta e sete reais), sendo:

a) R\$ 485.450.919,00 (quatrocentos e oitenta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta mil, novecentos e dezoito reais) de Recursos Ordinários; e

b) R\$ 6.395.419,00 (seis milhões, trezentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e dezenove reais) de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis;

II - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 744.887.162,00 (setecentos e quarenta e quatro milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, cento e sessenta e dois reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei; e

III - repasse da União sob a forma de participação no capital de empresas estatais, no valor de R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORCAO : 2008 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
 UNIDADE : 28128 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAVACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	C	R	M	I	F	VALOR
			F	D	P	O	D	U	T	
0909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS										14.000.000
OPERACOES ESPECIAIS										
25 846	0909 0A63	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO PARA - CONSTRUCAO DA RAMPA FLUVIAL ROLL-ON-ROLL-OFF NO POSTO DE VELA DO CONDE - NO ESTADO DO PARA								4.500.000
25 846	0909 0A63 0101	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO PARA - CONSTRUCAO DA RAMPA FLUVIAL ROLL-ON-ROLL-OFF NO PORTO DE VELA DO CONDE - NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	S	3	90	0	311		4.500.000
25 846	0909 0E23	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESPRITO SANTO - CONTERCAO DO CAIS DO PORTO DE VITORIA - NO ESTADO DO ESPRITO SANTO								5.000.000
25 846	0909 0E23 0101	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESPRITO SANTO - CONTERCAO DO CAIS DO PORTO DE VITORIA - NO ESTADO DO ESPRITO SANTO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	S	3	90	0	311		5.000.000
PROJETOS										
25 846	0909 1160	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO PARA - CONSTRUCAO DO FIEER 400 NO PORTO DE VELA DO CONDE (PA)								4.500.000
25 846	0909 1160 0101	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO PARA - CONSTRUCAO DO FIEER 400 NO PORTO DE VELA DO CONDE (PA) - NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	S	3	90	0	311		4.500.000
TOTAL - FISCAL										14.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										14.000.000

ORCAO : 2008 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 31871 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAVACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	C	R	M	I	F	VALOR
			F	D	P	O	D	U	T	
1115 GEOLOGIA DO BRASIL										
										825.000

		PROJETOS							
22 663	1115 1K36	LEVANTAMENTOS GEOFISICOS (PROJETO-PILOTO DE INVESTIMENTOS PUBLICOS)							826.000
22 663	1115 1K36 0101	LEVANTAMENTOS GEOFISICOS (PROJETO-PILOTO DE INVESTIMENTOS PUBLICOS) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							826.000
			F	3	3	90	0	142	826.000
TOTAL - FISCAL									826.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									826.000

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
 UNIDADE : 36211 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACTO/SUBPROG/PLANO	S	G	N	F	P	I	F	VALOR
			S	G	N	F	P	I	F	
0122 SERVICOS URBANOS DE AGUA E ESGOTO										118.478.947
PROJETOS										
10 512	0122 10CE	IMPLANTACAO E MELHORIA DE SISTEMAS PUBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS DE ATÉ 50.000 HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS, EXCLUSIVE DE REGIOES METROPOLITANAS OU REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE)								80.963.239
10 512	0122 10CE 0101	IMPLANTACAO E MELHORIA DE SISTEMAS PUBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS DE ATÉ 50.000 HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS, EXCLUSIVE DE REGIOES METROPOLITANAS OU REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								80.963.239
			S	4	2	40	0	151		37.359.277
			S	4	2	40	0	351		43.603.962
10 512	0122 7653	IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA PREVENCAO E CONTROLE DE AGRAVOS								29.515.688
10 512	0122 7653 0493	IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA PREVENCAO E CONTROLE DE AGRAVOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								29.515.688
			S	4	2	40	0	351		29.515.688
1138 DRENAGEM URBANA SUSTENTAVEL										10.558.856
PROJETOS										
10 512	1138 3883	IMPLANTACAO E MELHORIA DE SERVICOS DE DRENAGEM E MANEJO AMBIENTAL PARA PREVENCAO E CONTROLE DA MALARIA								10.558.856
10 512	1138 3883 0101	IMPLANTACAO E MELHORIA DE SERVICOS DE DRENAGEM E MANEJO AMBIENTAL PARA PREVENCAO E CONTROLE DA MALARIA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								10.558.856
			S	4	2	40	0	351		10.558.856
1287 SANEAMENTO RURAL										37.398.313

		PROJETOS						
10 511	1287 3031	IMPLANTACAO DE MELHORIAS HABITACIONAIS PARA CONTROLE DA DOENCA DE CHAGAS						30.737.460
10 511	1287 3021 0125	IMPLANTACAO DE MELHORIAS HABITACIONAIS PARA CONTROLE DA DOENCA DE CHAGAS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						30.737.460
10 511	3287 7636	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DO SERVICO DE SANEAMENTO EM AREAS RURAIS, EM AREAS ESPECIAIS (QUILOMBOS, ASSENTAMENTOS E RESERVAS EXTRATIVISTAS) E EM LOCALEDADES COM POPULACAO INFERIOR A 1.500 HABITANTES PARA PREVENCAO E CONTROLE DE AGRAVOS						6.450.753
30 511	1287 7656 0101	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DO SERVICO DE SANEAMENTO EM AREAS RURAIS, EM AREAS ESPECIAIS (QUILOMBOS, ASSENTAMENTOS E RESERVAS EXTRATIVISTAS) E EM LOCALEDADES COM POPULACAO INFERIOR A 2.500 HABITANTES PARA PREVENCAO E CONTROLE DE AGRAVOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						6.450.753
TOTAL - FISCAL							0	
TOTAL - SEGURIDADE							158.226.016	
TOTAL - GERAL							158.226.016	

ORGAO : 39889 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 36287 - VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUCOES E FERROVIAS S.A.

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	F	O	N	D	P	M	O	D	I	M	F	T	E	VALOR
6237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS																	161.495.555	
PROJETOS																		
26 783	6237 114E	CONSTRUCAO DA FERROVIA NORTE-SUL - ANAPOLIS - URUACU - NO ESTADO DE GOIAS															161.495.555	
26 783	6237 114E 0101	CONSTRUCAO DA FERROVIA NORTE-SUL - ANAPOLIS - URUACU - NO ESTADO DE GOIAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)															161.495.555	
TOTAL - FISCAL																	161.495.555	
TOTAL - SEGURIDADE																	0	
TOTAL - GERAL																	161.495.555	

ORGAO : 39888 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	F	O	N	D	P	M	O	D	I	M	F	T	E	VALOR
6236 MANUTENCAO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL																	58.782.788	
PROJETOS																		
26 783	6136 1J36	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA MAIPA - ENTR. BR-368/316 - NA BR-010 - NO ESTADO DO PARA															58.782.788	

		PROJETOS									
25 782	0233 111T	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - SAO MIGUEL DO OESTE - FRONTEIRA BRASL/ARGENTINA - NA BR-382 - NO ESTADO DE SANTA CATARINA									21.045.000
25 782	0233 111T 0101	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - SAO MIGUEL DO OESTE - FRONTEIRA BRASL/ARGENTINA - NA BR-382 - NO ESTADO DE SANTA CATARINA (CREDITO EXTRAORDINARIO)									21.045.000
F 4 3 90 0 315											21.045.000
0233 CORREDOR NORDESTE											42.090.000
		PROJETOS									
26 783	0235 1000K	DESAPROPRIACAO DE AREA PARA CONSTRUCAO DA FERROVIA TRANSNORDESTINA									16.000.000
26 783	0235 1000K 0101	DESAPROPRIACAO DE AREA PARA CONSTRUCAO DA FERROVIA TRANSNORDESTINA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)									16.000.000
F 4 2 90 0 315											16.000.000
26 782	0235 7E9E	ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - ENTRONCAMENTO PE-148 (PAO DE ACUCAR) - ENTRONCAMENTO PE-148 (AGRESTINA) (KM 19,8 - KM 71,2) - NA BR-104 - NO ESTADO DE PERNAMBUCO									30.000.000
26 782	0235 7E9E 0103	ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - ENTRONCAMENTO PE-148 (PAO DE ACUCAR) - ENTRONCAMENTO PE-148 (AGRESTINA) (KM 19,8 - KM 71,2) - NA BR-104 - NO ESTADO DE PERNAMBUCO (CREDITO EXTRAORDINARIO)									30.000.000
F 4 2 90 0 315											30.000.000
0236 CORREDOR OESTE-NORTE											16.398.000
		PROJETOS									
26 783	0236 1424	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIAMANTINO - SAFEZAL - COMODORO - NA BR-364 - NO ESTADO DO MATO GROSSO									14.398.000
26 782	0236 1424 0103	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIAMANTINO - SAFEZAL - COMODORO - NA BR-364 - NO ESTADO DO MATO GROSSO (CREDITO EXTRAORDINARIO)									14.398.000
F 4 3 90 0 315											18.750.000
F 4 3 90 0 315											5.400.000
TOTAL - FISCAL											146.177.788
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											146.177.788

ORCAO : 0398 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 UNIDADE : 03101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

ANEXO 3

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACA O/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	M	O	1	F	VALOR	
			S	M	D	U	T			
0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA										70.000.000
		PROJETOS								
30 607	0379 1670	IMPLANTACAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO SAO JOAO COM 3.582 HA NO ESTADO DE TOCANTINS							70.000.000	
30 607	0379 1670 0103	IMPLANTACAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO SAO JOAO COM 3.582 HA NO ESTADO DE TOCANTINS - NO MUNICIPIO DE PORTO NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							70.000.000	
F 4 3 90 0 300										70.000.000

28 607	0379 5932	IMPLANTACAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO PROPRIETINS COM 21.000 HA NO ESTADO DO TOCANTINS								3.000.000
20 607	0379 5932 0101	IMPLANTACAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO PROPRIETINS COM 20.000 HA NO ESTADO DO TOCANTINS - NO ESTADO DO TOCANTINS (CREDITO EXTRA ORDINARIO)	F	4	3	90	0	300		3.000.000
TOTAL - FISCAL										73.803.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										73.803.000

ORÇAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
 UNIDADE : 53201 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARANAÍBA - CODEVASF

ANEXO 1

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	J	F	VALOR
			S	N	P	D	U	T	
			F	D		D		E	
0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA									268.600
PROJETOS									
28 607	0379 5314	IMPLANTACAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO BARRIO DE IRECE COM 59.375 HA NO ESTADO DA BAHIA							268.600
20 607	0379 5314 0101	IMPLANTACAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO BARRIO DE IRECE COM 59.375 HA NO ESTADO DA BAHIA - NO ESTADO DA BAHIA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	300	268.600
1305 REVITALIZACAO DE BACIAS HIDROGRAFICAS EM SITUACAO DE VULNERABILIDADE E DEGRADACAO AMBIENTAL									24.483.842
PROJETOS									
18 511	1305 116F	ABASTECIMENTO PUBLICO DE AGUA EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO RIO SÃO FRANCISCO - AGUA PARA TODOS							24.483.842
18 511	1305 116F 0101	ABASTECIMENTO PUBLICO DE AGUA EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO RIO SÃO FRANCISCO - AGUA PARA TODOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	5	4	3	90	0	300	24.483.842
TOTAL - FISCAL									268.600
TOTAL - SEGURIDADE									24.483.842
TOTAL - GERAL									24.752.442

ORÇAO : 5388 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
 UNIDADE : 5384 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	M	I	F	VALOR
			S	R	O	U	T	
			F	P	D	E	E	
0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA								608.546
PROJETOS								
21 607	0379 1017	IMPLANTACAO DO PERMETRO DE IRRIGACAO TABULEIRO DE RUSSAS - 2ª ETAPA - COM 3.680 HA NO ESTADO DO CEARA						608.546
20 607	0379 1017 0101	IMPLANTACAO DO PERMETRO DE IRRIGACAO TABULEIRO DE RUSSAS - 2ª ETAPA - COM 3.680 HA NO ESTADO DO CEARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)						608.546
			2	4	3	98	0	300
3438 TRANSFERENCIA DA GESTAO DOS PERMETROS PUBLICOS DE IRRIGACAO								1.535.872
PROJETOS								
20 607	1038 5948	TRANSFERENCIA DA GESTAO DO PERMETRO DE IRRIGACAO BAIXO ACARAU COM 1.335 HA NO ESTADO DO CEARA						1.535.872
20 607	1038 5948 0101	TRANSFERENCIA DA GESTAO DO PERMETRO DE IRRIGACAO BAIXO ACARAU COM 1.335 HA NO ESTADO DO CEARA - NO ESTADO DO CEARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)						1.535.872
			2	4	3	90	0	300
TOTAL - FISCAL								2.164.418
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								2.164.418

ORÇAO : 5688 - MINISTERIO DAS CIDADES
 UNIDADE : 56101 - MINISTERIO DAS CIDADES

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	M	I	F	VALOR
			S	R	O	U	T	
			F	P	D	E	E	
0121 SERVICOS URBANOS DE AGUA E ESGOTO								22.598.246

		OPERACOES ESPECIAIS							
17 512	0121 0067	APOIO A SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES							28.590.246
17 512	0122 0067 0109		APOIO A SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES - NO ESTADO DA BAHIA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	4	3	30	0	300
0310 GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO									5.400.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
15 451	0310 0816	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO							5.400.000
15 451	0310 0816 0101		APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	40	0	300
1128 URBANIZACAO, REGULARIZACAO FUNDIARIA E INTEGRACAO DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS									97.213.802
		OPERACOES ESPECIAIS							
17 512	1128 0062	APOIO A EMPREENDIMENTOS DE SANEAMENTO INTEGRADO EM ASSENTAMENTOS PRECARIOS EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO OU MUNICIPIOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES							11.753.802
17 512	1128 0062 0111		APOIO A EMPREENDIMENTOS DE SANEAMENTO INTEGRADO EM ASSENTAMENTOS PRECARIOS EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO OU MUNICIPIOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES - NO ESTADO DE MINAS GERAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	4	3	30	0	300
17 512	1128 0062 0139	APOIO A EMPREENDIMENTOS DE SANEAMENTO INTEGRADO EM ASSENTAMENTOS PRECARIOS EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO OU MUNICIPIOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	4	3	30	0	300	4.713.802
15 451	1128 0644	APOIO A URBANIZACAO DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS (HABITAR-BRASIL)							95.588.000
15 451	1128 0644 0183		APOIO A URBANIZACAO DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS (HABITAR-BRASIL) - NO ESTADO DE SAO PAULO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	40	0	300
15 451	1128 0644 0107	APOIO A URBANIZACAO DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS (HABITAR-BRASIL) - NO ESTADO DE MINAS GERAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	40	0	300	57.000.000
15 451	1128 0644 0127	APOIO A URBANIZACAO DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS (HABITAR-BRASIL) - NO ESTADO DO MARANHAO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	40	0	300	3.500.000
9807 RESIDUOS SOLIDOS URBANOS									5.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
17 512	9807 08AG	APOIO A SISTEMAS PUBLICOS DE MANEJO DE RESIDUOS SOLIDOS EM MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS							5.000.000
17 512	9807 08AG 0101		APOIO A SISTEMAS PUBLICOS DE MANEJO DE RESIDUOS SOLIDOS EM MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	4	3	40	0	300
3991 HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL									500.000.000

		OPERACOES ESPECIAIS						
28 845	9991 00AF	TRANSFERENCIA AO FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL - FAR						500.000.000
28 845	9991 00AF 0101	TRANSFERENCIA AO FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL - FAR - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						300.000.000
							6 3 2 90 0 300	500.000.000
TOTAL - FISCAL							990.900.000	
TOTAL - SEGURIDADE							43.304.048	
TOTAL - GERAL							636.204.048	

ORGAO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES
 UNIDADE : 86302 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CSTU

ANEXO 3 CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAOSUBTITULO/PRODUTO	U	R	M	O	D	J	F	T	E	VALOR	
1295 DESCENTRALIZACAO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS												2.400.000	
PROJETOS													
15 453	1295 5754	IMPLANTACAO DO TRECHO TIPI-TIMBI E MODERNIZACAO DO TRECHO RODOVIARIA-RECIFE-CABO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE - PE											2.400.000
15 453	1295 2734 0107	IMPLANTACAO DO TRECHO TIPI-TIMBI E MODERNIZACAO DO TRECHO RODOVIARIA-RECIFE-CABO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE - PE - NO ESTADO DE PERNAMBUCO (CREDITO EXTRAORDINARIO)											2.400.000
							F	4	3	90	0	311	2.400.000
TOTAL - FISCAL												2.400.000	
TOTAL - SEGURIDADE												0	
TOTAL - GERAL												2.400.000	

ORGAO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES
 UNIDADE : 86902 - FUNDO NACIONAL DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL - FNIOS

ANEXO 1 CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAOSUBTITULO/PRODUTO	U	R	M	O	D	J	F	T	E	VALOR	
9991 HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL												5.731.299	
OPERACOES ESPECIAIS													
16 402	9991 0862	APOIO A ELABORACAO DE PLANOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL											5.731.299
16 402	9991 0862 0101	APOIO A ELABORACAO DE PLANOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)											5.731.299
							F	3	2	40	0	300	5.731.299

16 482	9991 0648	APOIO AO PODER PUBLICO PARA CONSTRUCAO HABITACIONAL PARA FAMILIAS DE BAIXA RENDA								5.755.333
16 482	9991 0648 0859	APOIO AO PODER PUBLICO PARA CONSTRUCAO HABITACIONAL PARA FAMILIAS DE BAIXA RENDA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								5.755.333
										5.755.333
TOTAL - FISCAL										11.487.232
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										11.487.232

ORGAO : 30000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20128 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBSTITULO/PRODUTO	E S F	C N D	G R P	M O D	I U E	F T E	VALOR
0909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS									38.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
26 346	0909 6E18	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO - DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO CANAL DE ACESSO, NA RACIA DE EVOLUCAO E JUNTO AO CAIS NO PORTO DE SANTOS - NO ESTADO DE SAO PAULO							34.000.000
26 846	0909 0E10 0035	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO - DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO CANAL DE ACESSO, NA RACIA DE EVOLUCAO E JUNTO AO CAIS NO PORTO DE SANTOS - NO ESTADO DE SAO PAULO							24.000.000
			F	5	3	90	0	118	24.000.000
26 846	0909 009C	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - DRAGAGEM NA REGIAO DE INFLUENCIA DO PORTO DE ITAGUAI - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							14.000.000
26 846	0909 009C 0101	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - DRAGAGEM NA REGIAO DE INFLUENCIA DO PORTO DE ITAGUAI - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO)							14.000.000
			F	5	3	90	0	311	14.000.000
TOTAL - FISCAL									38.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									38.000.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32282 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBSTITULO/PRODUTO	E S F	C N D	G R P	M O D	I U E	F T E	VALOR
1115 GEOLOGIA DO BRASIL									826.000

		PROJETOS							
22 663	1115 1337	LEVANTAMENTOS GEOLOGICOS (PROJETO-PILOTO DE INVESTIMENTOS PUBLICOS)							826.000
22 663	1115 1K37 0001	LEVANTAMENTOS GEOLOGICOS (PROJETO-PILOTO DE INVESTIMENTOS PUBLICOS) - NACIONAL							826.000
			1	3	90	0	142		826.000
		TOTAL - FISCAL							826.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							826.000

ORCAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
 UNIDADE : 36211 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CA/OSUBSTITULO/PRODUTO	ES	SN	FD	MP	MO	DI	UF	TE	VALOR
0123		SERVICOS URBANOS DE AGUA E ESGOTO									86.351.573
		OPERACOES ESPECIAIS									
10 512	0123 002L	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA PUBLICO DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS									5.315.707
10 512	0123 002L 0215	E REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) PARA PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS									5.315.707
		APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA PUBLICO DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS	5	4	2	30	0	351			1.257.428
		E REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) PARA PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	5	4	2	40	0	351			2.058.279
10 512	0122 002M	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA PUBLICO DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS									4.005.758
10 512	0122 002M 0123	E REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) PARA PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS									4.005.758
		APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA PUBLICO DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS	5	4	2	30	0	351			2.599.398
		E REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) PARA PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	5	4	2	40	0	351			1.406.360
10 512	0122 0796	APOIO AO CONTROLE DE QUALIDADE DA AGUA PARA CONSUMO HUMANO									8.610.107
10 512	0122 0796 0001	APOIO AO CONTROLE DE QUALIDADE DA AGUA PARA CONSUMO HUMANO - NACIONAL									8.610.107
			5	4	2	40	0	150			8.610.107

		PROJETOS							
10 512	0122 10GD	IMPLANTACAO E MELHORIA DE SISTEMAS PUBLICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS DE ATÉ 50.000 HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS, EXCLUSIVE DE REGIOES METROPOLITANAS OU REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE)							68.420.001
10 512	0122 10GD 0101	IMPLANTACAO E MELHORIA DE SISTEMAS PUBLICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS DE ATÉ 50.000 HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS, EXCLUSIVE DE REGIOES METROPOLITANAS OU REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							68.420.001
			5	4	2	40	0	351	68.420.001
1036 INTEGRACAO DE BACIAS HIDROGRAFICAS									9.829.400
		PROJETOS							
10 512	1036 10SK	SISTEMAS PUBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS DAS BACIAS RECEPTORAS DO SAO FRANCISCO COM ATÉ 50.000 HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS, EXCLUSIVE DE REGIOES METROPOLITANAS OU INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE)							3.200.000
10 512	1036 10SK 0101	SISTEMAS PUBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS DAS BACIAS RECEPTORAS DO SAO FRANCISCO COM ATÉ 50.000 HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS, EXCLUSIVE DE REGIOES METROPOLITANAS OU INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) - NACIONAL - (CREDITO EXTRAORDINARIO)							3.200.000
			5	4	2	40	0	351	3.200.000
10 512	1036 10SL	SISTEMAS PUBLICOS DE MANEJO DE RESIDUOS SOLIDOS EM MUNICIPIOS DAS BACIAS RECEPTORAS DO RIO SAO FRANCISCO COM ATÉ 50.000 HAB. OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS, EXCLUSIVE DE REGIOES METROPOLITANAS OU INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE)							2.500.000
10 512	1036 10SL 0101	SISTEMAS PUBLICOS DE MANEJO DE RESIDUOS SOLIDOS EM MUNICIPIOS DAS BACIAS RECEPTORAS DO RIO SAO FRANCISCO COM ATÉ 50.000 HAB. OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS, EXCLUSIVE DE REGIOES METROPOLITANAS OU INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) - NACIONAL - (CREDITO EXTRAORDINARIO)							2.500.000
			5	4	2	40	0	351	2.500.000
10 512	1036 10SV	SISTEMAS PUBLICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS DAS BACIAS RECEPTORAS DO SAO FRANCISCO COM ATÉ 50.000 HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS, EXCLUSIVE DE REGIOES METROPOLITANAS OU INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE)							3.829.400
10 512	1036 10SV 0101	SISTEMAS PUBLICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS DAS BACIAS RECEPTORAS DO SAO FRANCISCO COM ATÉ 50.000 HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS, EXCLUSIVE DE REGIOES METROPOLITANAS OU INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							3.829.400
			5	4	2	40	0	351	3.829.400
1287 SANEAMENTO RURAL									24.442.076
		PROJETOS							
10 511	1287 10LP	ABASTECIMENTO PUBLICO DE AGUA PARA COMUNIDADES RURAIS DISPERSAS SITUADAS AS MARGENS DO RIO SAO FRANCISCO - AGUA PARA TODOS							24.442.076
10 511	1287 10LP 0101	ABASTECIMENTO PUBLICO DE AGUA PARA COMUNIDADES RURAIS DISPERSAS SITUADAS AS MARGENS DO RIO SAO FRANCISCO - AGUA PARA TODOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							24.442.076
			5	4	2	40	0	351	24.442.076
			5	4	2	40	0	352	41.744

26 782	0220 0K12	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA AL/SE - DIVISA SE/BA - NA BR-101 - NO ESTADO DE SERGIPE								3.000.000
26 782	0220 1K12 0028	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA AL/SE - DIVISA SE/BA - NA BR-101 - NO ESTADO DE SERGIPE - NO ESTADO DE SERGIPE								3.000.000
26 782	0220 1K06	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - UNIAO DA VITORIA - DIVISA PR/SC - NA BR-153 - NO ESTADO DO PARANA	F	4	3	90	0	110		6.600.000
26 782	0220 1K16 0041	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - UNIAO DA VITORIA - DIVISA PR/SC - NA BR-153 - NO ESTADO DO PARANA								6.600.000
ATIVIDADES										
26 782	0220 204W	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-267 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS								3.000.000
26 782	0220 204W 0101	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-267 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS - NO ESTADO DO MINAS GERAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	110		3.000.000
26 782	0220 205U	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-451 - NO ESTADO DE GOIAS								2.320.000
26 782	0220 205U 0101	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-451 - NO ESTADO DE GOIAS - NO ESTADO DE GOIAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	110		2.320.000
26 782	0220 2325	OPERACAO DO SISTEMA DE PESAGEM DE VEICULOS								37.273.000
26 782	0220 2325 0001	OPERACAO DO SISTEMA DE PESAGEM DE VEICULOS - NACIONAL	F	3	3	90	0	310		37.273.000
			F	4	2	90	0	310		9.575.000
26 782	0220 2834	RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS								26.694.009
26 782	0220 2834 0011	RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS - NO ESTADO DE RONDONIA	F	4	3	90	0	310		2.300.000
26 782	0220 2834 0012	RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS - NO ESTADO DO ACRE								15.800.000
26 782	0220 2834 0015	RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS - NO ESTADO DO PARA	F	4	3	90	0	310		15.800.000
26 782	0220 2834 0032	RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS - NO ESTADO DO ESPRITO SANTO	F	4	2	90	0	310		3.527.000
26 782	0220 2834 0054	RESTAURACAO DE RODOVIAS FEDERAIS - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	F	4	2	90	0	310		5.600.000
			F	4	3	90	0	310		3.400.000
			F	4	3	90	0	310		267.009
26 782	0220 2841	CONSERVACAO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS								13.318.000
26 782	0220 2841 0012	CONSERVACAO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS - NO ESTADO DO ACRE	F	4	2	90	0	310		1.200.000
26 782	0220 2841 0121	CONSERVACAO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS - NO ESTADO DO ACRE (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	310		6.000.000
26 782	0220 2841 0153	CONSERVACAO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS - NO ESTADO DO ESPRITO SANTO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	310		1.800.000
			F	4	3	90	0	310		3.318.000
PROJETOS										
26 782	0220 3E13	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - VITORIA - DIVISA ES/MG - NA BR-262 - NO ESTADO DO ESPRITO SANTO								2.000.000
26 782	0220 3E13 0013	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - VITORIA - DIVISA ES/MG - NA BR-262 - NO ESTADO DO ESPRITO SANTO - NO ESTADO DO ESPRITO SANTO	F	4	3	90	0	110		2.000.000
26 782	0220 3E44	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - MONTES CLAROS - DIVISA MG/GO - NA BR-365 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS								230.023
26 782	0220 3E44 0031	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - MONTES CLAROS - DIVISA MG/GO - NA BR-365 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	F	4	3	90	0	110		230.023
8225 GESTAO DA POLITICA DOS TRANSPORTES										10.200.000

		PROJETOS							
26 121	0225 1D47	ESTUDOS E PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES							4.725.000
26 121	0225 1D47 0001	ESTUDOS E PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - NACIONAL							4.725.000
			F	3	3	90	0	111	4.725.000
26 122	0225 1D48	MODERNIZACAO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES							3.000.000
26 122	0225 1D48 0101	MODERNIZACAO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							3.000.000
			F	4	3	90	0	311	3.000.000
26 572	0225 1D99	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO PARA A ENGENHARIA DE TRANSPORTES (PROJETO PILOTO DE INVESTIMENTOS PUBLICOS)							2.555.000
26 572	0225 1D99 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO PARA A ENGENHARIA DE TRANSPORTES (PROJETO PILOTO DE INVESTIMENTOS PUBLICOS) - NACIONAL							2.555.000
			F	3	3	90	0	111	2.555.000
0230 CORREDOR LESTE									4.875.264
		PROJETOS							
26 783	0230 11E1	ADEQUACAO DE RAMAL FERROVIARIO - NO PERIMETRO URBANO DE BARRA MANSA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							4.236.846
26 783	0230 11E1 0033	ADEQUACAO DE RAMAL FERROVIARIO - NO PERIMETRO URBANO DE BARRA MANSA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							2.336.846
			F	4	3	90	0	311	2.336.846
26 783	0230 11E1 0100	ADEQUACAO DE RAMAL FERROVIARIO - NO PERIMETRO URBANO DE BARRA MANSA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO)							2.400.000
			F	4	3	90	0	311	2.400.000
26 782	0230 1310	ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - APARECIDA DE GOIANIA - ITUMBARA - NA BR-153 - NO ESTADO DE GOIAS							198.518
26 782	0230 1310 0109	ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - APARECIDA DE GOIANIA - ITUMBARA - NA BR-153 - NO ESTADO DE GOIAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)							198.518
			F	4	3	90	0	311	198.518
0233 CORREDOR MERCOSUL									16.187.709
		PROJETOS							
26 782	0233 11VC	ADEQUACAO DE CONTOURNO RODOVIARIO - MUNICIPIO DE CURITIBA (LESTE) - NA BR-116 - NO ESTADO DO PARANA							919.999
26 782	0233 11VC 0041	ADEQUACAO DE CONTOURNO RODOVIARIO - MUNICIPIO DE CURITIBA (LESTE) - NA BR-116 - NO ESTADO DO PARANA							225.665
			F	4	3	90	0	311	225.665
26 782	0233 11VC 0083	ADEQUACAO DE CONTOURNO RODOVIARIO - MUNICIPIO DE CURITIBA (LESTE) - NA BR-116 - NO ESTADO DO PARANA (CREDITO EXTRAORDINARIO)							694.334
			F	4	3	90	0	311	694.334
26 782	0233 1214	ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - RIO GRANDE - PELotas - NA BR-392 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							15.267.709
26 782	0233 1214 0103	ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - RIO GRANDE - PELotas - NA BR-392 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							15.267.709
			F	4	3	90	0	311	15.267.709
0236 CORREDOR LESTE-NORTE									106.788.470
		PROJETOS							
26 784	0236 1B71	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - EM CACAUIREIRA - NO ESTADO DO AMAZONAS							3.735.547
26 784	0236 1B71 0013	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - EM CACAUIREIRA - NO ESTADO DO AMAZONAS - NO ESTADO DO AMAZONAS							3.735.547
			F	4	3	90	0	311	3.735.547

26 784	0236 1053	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - NO MUNICIPIO DE BOCA DO ACRE - NO ESTADO DO AMAZONAS								969.600
26 784	0236 1053 0013	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - NO MUNICIPIO DE BOCA DO ACRE - NO ESTADO DO AMAZONAS - NO ESTADO DO AMAZONAS								969.600
26 782	0236 1087	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - ENTRONCAMENTO BR-238 (RUILOPOLIS) - TAUARI - NA BR-163 - NO ESTADO DO PARA	F	4	3	90	0	311		969.600
26 782	0236 1087 0013	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - ENTRONCAMENTO BR-238 (RUILOPOLIS) - TAUARI - NA BR-163 - NO ESTADO DO PARA - NO ESTADO DO PARA								21.500.000
26 782	0236 1088	CONSTRUCAO DE PONTES - DIVISA MT/PA - SANTAREM - NA BR-163 - NO ESTADO DO PARA	F	4	3	90	0	311		21.500.000
26 782	0236 1088 0013	CONSTRUCAO DE PONTES - DIVISA MT/PA - SANTAREM - NA BR-163 - NO ESTADO DO PARA - NO ESTADO DO PARA								11.645.000
26 784	0236 1078	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - NO MUNICIPIO DE ABAETETUBA - NO ESTADO DO PARA	F	4	3	90	0	311		11.645.000
26 784	0236 1078 0101	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - NO MUNICIPIO DE ABAETETUBA - NO ESTADO DO PARA - NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)								11.645.000
26 784	0236 1080	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - NO MUNICIPIO DE ALTAMIRA - NO ESTADO DO PARA	F	4	3	90	0	311		11.645.000
26 784	0236 1080 0101	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - NO MUNICIPIO DE ALTAMIRA - NO ESTADO DO PARA - NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)								11.645.000
26 784	0236 1082	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - NO MUNICIPIO DE AUGUSTO CORREA - NO ESTADO DO PARA	F	4	3	90	0	311		1.200.000
26 784	0236 1082 0101	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - NO MUNICIPIO DE AUGUSTO CORREA - NO ESTADO DO PARA - NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)								1.200.000
26 784	0236 1083	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - NO MUNICIPIO DE AVEIRO - NO ESTADO DO PARA	F	4	3	90	0	311		1.200.000
26 784	0236 1083 0101	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - NO MUNICIPIO DE AVEIRO - NO ESTADO DO PARA - NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)								300.000
26 782	0236 0498	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIVISA MT/PA - SANTAREM - NA BR-163 - NO ESTADO DO PARA	F	4	3	90	0	311		300.000
26 782	0236 1490 0103	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIVISA MT/PA - SANTAREM - NA BR-163 - NO ESTADO DO PARA - NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)								74.607.543
5237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS										26.308.000
PROJETOS										
26 782	0237 11VA	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIVISA PA/MT - RIBEIRAO CASCALHEIRA - NA BR-158 - NO ESTADO DO MATO GROSSO								13.300.000
26 782	0237 11VA 0033	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIVISA PA/MT - RIBEIRAO CASCALHEIRA - NA BR-158 - NO ESTADO DO MATO GROSSO - NO ESTADO DO MATO GROSSO								10.800.000
26 782	0237 11VA 0103	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIVISA PA/MT - RIBEIRAO CASCALHEIRA - NA BR-158 - NO ESTADO DO MATO GROSSO - NO ESTADO DO MATO GROSSO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	311		10.800.000
26 782	0237 7542	ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - BRASILIA - DIVISA DF/GO - NA BR-060 - NO DISTRITO FEDERAL	F	4	3	90	0	311		2.500.000
26 782	0237 7542 0033	ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - BRASILIA - DIVISA DF/GO - NA BR-060 - NO DISTRITO FEDERAL - NO DISTRITO FEDERAL								13.000.000
26 782	0037 7542 0103	ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - BRASILIA - DIVISA DF/GO - NA BR-060 - NO DISTRITO FEDERAL - NO DISTRITO FEDERAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	311		11.600.000
5238 CORREDOR DE FRONTEIRA NORTE										3.400.000

		PROJETOS							
26 782	0238 1838	ESTUDOS E PROJETOS PARA CONSTRUCAO DE PONTE SOBRE O RIO OIAPOQUE - ESTACIONAL - NA BR-156 - NO ESTADO DO AMAPA						3.400.000	
26 782	0238 1838 0816	ESTUDOS E PROJETOS PARA CONSTRUCAO DE PONTE SOBRE O RIO OIAPOQUE - ESTACIONAL - NA BR-156 - NO ESTADO DO AMAPA						3.400.000	
			F	3	2	90	0	318	3.400.000
		TOTAL - FISCAL						277.277.924	
		TOTAL - SEGURIDADE						0	
		TOTAL - GERAL						277.277.924	

ORCAO : 5300 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 UNIDADE : 5310 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CARCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAVACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	C	N	M	S	F	VALOR	
			S	R	O	O	L	T		
			F	D	D	D		E		
0515 PROAGUA INFRA-ESTRUTURA										21.797.725
PROJETOS										
18 544	0515 1868	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA DE PALMEIRA DOS INDIOS NO ESTADO DE ALAGOAS							4.649.324	
18 544	0515 1868 0827	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA DE PALMEIRA DOS INDIOS NO ESTADO DE ALAGOAS - NO ESTADO DE ALAGOAS							4.649.324	
			F	4	3	90	0	300	4.649.324	
18 544	0515 1848	IMPLANTACAO DAS ESTACOES DE TRATAMENTO DE LODO DAS ETAS DE BARRA DO CHOCA E PLANALTO NO ESTADO DA BAIHA (PROAGUA NACIONAL)							388.000	
18 544	0515 1848 0829	IMPLANTACAO DAS ESTACOES DE TRATAMENTO DE LODO DAS ETAS DE BARRA DO CHOCA E PLANALTO NO ESTADO DA BAIHA (PROAGUA NACIONAL) - NO ESTADO DA BAIHA							300.000	
			F	4	2	30	1	100	380.000	
18 544	0515 184K	IMPLANTACAO DO SISTEMA ADUTOR DE BOCAINA COM 122 KM NO ESTADO DO PIAUI (PROAGUA NACIONAL)							224.461	
18 544	0515 184K 0820	IMPLANTACAO DO SISTEMA ADUTOR DE BOCAINA COM 122 KM NO ESTADO DO PIAUI (PROAGUA NACIONAL) - NA REGIAO NORDESTE							224.461	
			F	4	1	30	1	100	224.461	
18 544	0515 1829	IMPLANTACAO DA ADUTORA GAVIAO-PECÉM NO ESTADO DO CEARA							5.000.000	
18 544	0515 1829 0181	IMPLANTACAO DA ADUTORA GAVIAO-PECÉM NO ESTADO DO CEARA - NO ESTADO DO CEARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)							5.000.000	
			F	4	3	90	0	300	5.000.000	
18 544	0515 18GM	ESTUDOS E PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							2.990.802	
18 544	0515 18GM 0101	ESTUDOS E PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							2.990.802	
			F	4	3	90	0	300	2.990.002	
18 544	0515 11NK	CONSTRUCAO DO CANAL DE 15 KM E ADUTORA DE 10 KM INTERLIGANDO O ACUDE OROS - FEITICEIRA NO ESTADO DO CEARA							2.453.938	
18 544	0515 11NK 0823	CONSTRUCAO DO CANAL DE 15 KM E ADUTORA DE 10 KM INTERLIGANDO O ACUDE OROS - FEITICEIRA NO ESTADO DO CEARA - NO ESTADO DO CEARA							2.453.938	
			F	4	3	90	0	300	2.453.938	

18 544	0515 115K	MODERNIZACAO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE RELO JARDIM - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							930.000
18 544	0515 115K 0101	MODERNIZACAO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE RELO JARDIM - NO ESTADO DE PERNAMBUCO - NO ESTADO DE PERNAMBUCO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	300	930.000
18 544	0515 3445	CONSTRUCAO DA BARRAGEM E DO SISTEMA ADUTOR DO CORREGO JOAO LEITE NO ESTADO DE GOIAS							5.050.000
18 544	0515 3445 0032	CONSTRUCAO DA BARRAGEM E DO SISTEMA ADUTOR DO CORREGO JOAO LEITE NO ESTADO DE GOIAS - NO ESTADO DE GOIAS	F	4	3	90	0	300	5.050.000
TOTAL - FISCAL									31.797.725
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									31.797.725

ORGAO : 53008 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL.
 UNIDADE : 53201 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE SAO FRANCISCO E DO PARNAIABA - CODEVASE

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAVACAO/SUBTITULO/PRODUTO	SAN	FIN	EL	MOD	LI	U	FE	VALOR
8379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA										13.061.555
PROJETOS										
20 607	0379 1686	IMPLANTACAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO MARITUBA COM 3.136 HA NO ESTADO DE ALAGOAS								5.201.929
20 607	0379 1686 0027	IMPLANTACAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO MARITUBA COM 3.136 HA NO ESTADO DE ALAGOAS - NO ESTADO DE ALAGOAS	F	4	3	90	0	100		5.201.929
20 607	0379 1692	IMPLANTACAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO SALITRE COM 31.303 HA NO ESTADO DA BAHIA								4.427.044
20 607	0379 1692 0029	IMPLANTACAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO SALITRE COM 31.303 HA NO ESTADO DA BAHIA - NO ESTADO DA BAHIA	F	4	3	90	0	300		4.427.044
20 607	0379 5260	IMPLANTACAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO FONTAL COM 7.862 HA NO ESTADO DE PERNAMBUCO								3.652.194
20 607	0379 5260 0101	IMPLANTACAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO FONTAL COM 7.862 HA NO ESTADO DE PERNAMBUCO - NO ESTADO DE PERNAMBUCO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	300		3.652.194
20 607	0379 5322	IMPLANTACAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO JAIBA - 1ª ETAPA - COM 12.000 HA NO ESTADO DE MINAS GERAIS								9.780.388
20 607	0379 5322 0031	IMPLANTACAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO JAIBA - 1ª ETAPA - COM 12.000 HA NO ESTADO DE MINAS GERAIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	F	4	3	90	0	300		9.780.388
1305 REVITALIZACAO DE BACIAS HIDROGRAFICAS EM SITUACAO DE VULNERABILIDADE E DEGRADACAO AMBIENTAL										27.463.816
PROJETOS										
18 544	1305 1082N	OBRAS DE REVITALIZACAO E RECUPERACAO NAS BACIAS DO SAO FRANCISCO E PARNAIABA								2.855.113
18 544	1305 1082N 0101	OBRAS DE REVITALIZACAO E RECUPERACAO NAS BACIAS DO SAO FRANCISCO E PARNAIABA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	300		2.855.113

		ATIVIDADES						
18 543	1385 8848	RECUPERACAO E CONTROLE DE PROCESSOS EROSIVOS EM MUNICIPIOS DAS BACIAS DO SAO FRANCISCO E PARNASSA						24.807.908
18 543	1305 8845 0101	RECUPERACAO E CONTROLE DE PROCESSOS EROSIVOS EM MUNICIPIOS DAS BACIAS DO SAO FRANCISCO E PARNASSA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						24.807.908
TOTAL - FISCAL								29.724.571
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								29.724.571

ORGAO : 5388 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 UNIDADE : 5324 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE CERRAS CONTR: AS SECAS - BWOCS

ANEXO II CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FURC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/A CAO/SUBTTULO/PRODUTO	EXERCÍCIO	GRUPO	MODALIDADE	UNIDADE	PROPOSTA	VALOR
0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA								1.000.000
		PROJETOS						
20 607	0379 1002	ESTUDOS E PROJETOS PARA MODELAGEM DA GESTAO DE PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA IRRIGADA						1.000.000
20 607	0379 1005 0101	ESTUDOS E PROJETOS PARA MODELAGEM DA GESTAO DE PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA IRRIGADA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						1.000.000
1838 TRANSFERENCIA DA GESTAO DOS PERIMETROS PUBLICOS DE IRRIGACAO								1.164.418
		PROJETOS						
20 607	1838 5936	TRANSFERENCIA DA GESTAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO TABULEIRO DE RUSSAS - 1ª ETAPA - COM 18.700 HA NO ESTADO DO CEARA						1.164.418
20 607	1078 5936 0023	TRANSFERENCIA DA GESTAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO TABULEIRO DE RUSSAS - 1ª ETAPA - COM 18.700 HA NO ESTADO DO CEARA - NO ESTADO DO CEARA						1.164.418
TOTAL - FISCAL								2.164.418
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								2.164.418

ORÇAO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES
UNIDADE : 56101 - MINISTERIO DAS CIDADES

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	C	R	M	J	F	VALOR	
			S	4	2	30	0	300		
0122		SERVICOS URBANOS DE AGUA E ESGOTO								12.915.688
		OPERACOES ESPECIAIS								
17 512	0122 004E	APOIO A SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES								6.611.307
17 512	0122 006E 0113	APOIO A SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES - NO ESTADO DE PERNAMBUCO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	5	4	2	30	0	300	6.068.000	
17 512	0122 006E 0117	APOIO A SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES - NO ESTADO DE ALAGOAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	5	4	2	30	0	300	6.068.000 279.072	
17 512	0122 006E 0137	APOIO A SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (CREDITO EXTRAORDINARIO)	5	4	2	30	0	300	279.072 264.233	
17 512	0122 006F	APOIO A SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES	5	4	2	30	0	300	264.233	
17 512	0122 006F 0117	APOIO A SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES - NO ESTADO DE ALAGOAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)								6.394.387
17 512	0122 006F 0139	APOIO A SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (CREDITO EXTRAORDINARIO)	5	4	2	30	0	300	1.563.966	
17 512	0122 006F 0145	APOIO A SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	5	4	2	30	0	300	1.563.966 1.797.368	
17 512	0122 006F 0145	APOIO A SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	5	4	2	30	0	300	1.797.368 2.943.047	
0128		URBANIZACAO, REGULARIZACAO FUNDIARIA E INTEGRACAO DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS								9.554.839

		OPERACOES ESPECIAIS							
17 512	1128 064E	APOIO A EMPREENDIMENTOS DE SANEAMENTO INTEGRADO EM ASSENTAMENTOS PRECARIOS EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO OU MUNICIPIOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES							164.160
17 512	1128 064H 0141	APOIO A EMPREENDIMENTOS DE SANEAMENTO INTEGRADO EM ASSENTAMENTOS PRECARIOS EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO OU MUNICIPIOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES - NO ESTADO DE SANTA CATARINA (CREDITO EXTRAORDINARIO)							164.160
17 512	1128 064G	APOIO A PROJETOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL EM ASSENTAMENTOS PRECARIOS (PAT/PROSANEAR)	2	0	2	30	0	300	9.398.660
17 512	1128 064G 0020	APOIO A PROJETOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL EM ASSENTAMENTOS PRECARIOS (PAT/PROSANEAR) - NA REGIAO NORDESTE							3.338.296
17 512	1128 064G 0030	APOIO A PROJETOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL EM ASSENTAMENTOS PRECARIOS (PAT/PROSANEAR) - NA REGIAO SUDESTE	2	4	2	40	0	340	3.338.296
17 512	1128 064G 0050	APOIO A PROJETOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL EM ASSENTAMENTOS PRECARIOS (PAT/PROSANEAR) - NA REGIAO CENTRO-OESTE	5	4	2	68	0	148	3.699.443
			5	3	2	90	0	148	1.882.472
			5	3	2	90	1	100	1.878.447
1136 FORTALECIMENTO DA GESTAO URBANA									10.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
17 513	1136 066G	APOIO A ELABORACAO DE ESTUDOS E IMPLEMENTACAO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E OPERACIONAL E A ESTRUTURACAO DA PRESTACAO DOS SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO E REVITALIZACAO DOS PRESTADORES DE SERVICOS PUBLICOS DE SANEAMENTO							30.000.000
17 512	1136 066G 0101	APOIO A ELABORACAO DE ESTUDOS E IMPLEMENTACAO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E OPERACIONAL E A ESTRUTURACAO DA PRESTACAO DOS SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO E REVITALIZACAO DOS PRESTADORES DE SERVICOS PUBLICOS DE SANEAMENTO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							10.000.000
			5	3	2	90	0	358	5.000.000
			5	4	2	40	0	358	5.000.000
8007 RESIDUOS SOLIDOS URBANOS									5.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
17 512	8007 006K	APOIO A SISTEMAS PUBLICOS CONSORCIADOS DE MANEJO DE RESIDUOS SOLIDOS EM MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS							5.000.000
17 512	8007 006K 0101	APOIO A SISTEMAS PUBLICOS CONSORCIADOS DE MANEJO DE RESIDUOS SOLIDOS EM MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							5.000.000
			5	4	2	40	0	358	5.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									37.470.508
TOTAL - GERAL									37.470.508

ORGÃO : 5690 - MINISTERIO DAS CIDADES
 UNIDADE : 5630 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	S	M	O	D	I	U	F	T	E	VALOR
1195 DESCENTRALIZACAO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS													8.400.000
PROJETOS													
15 453	1295 10A8	ELABORACAO DE PROJETOS DA LINHA 3 DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE - BH											4.000.000
35 453	1295 10A8 0101	ELABORACAO DE PROJETOS DA LINHA 3 DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE - BH - NO MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	312					4.000.000
15 453	1295 3176	IMPLANTACAO DO TRECHO EL DORADO-VILARDO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE - MG											4.400.000
15 453	1295 3176 0103	IMPLANTACAO DO TRECHO EL DORADO-VILARDO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE - MG - NO ESTADO DE MINAS GERAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	311					4.400.000
TOTAL - FISCAL													8.400.000
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													8.400.000

ORGÃO : 74008 - OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO
 UNIDADE : 74911 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO FUNDO NACIONAL DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL - FNUIS

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	S	M	O	D	I	U	F	T	E	VALOR
9991 HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL													150.000.000
OPERACOES ESPECIAIS													
16 846	9991 0703	SUBSIDIO A HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL (LEI Nº 10.998, DE 2004)											150.000.000
16 846	9991 0703 0001	SUBSIDIO A HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL (LEI Nº 10.998, DE 2004) - NACIONAL	F	3	1	90	0	100					150.000.000
TOTAL - FISCAL													150.000.000
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													150.000.000

ANEXO III		CREDITO EXTRAORDINARIO	
PROGRAMA DE TRABALHO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
24 TRANSPORTE			14.000.000
		TOTAL - GERAL	14.000.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
734 TRANSPORTE HIDROVIARIO			14.000.000
		TOTAL - GERAL	14.000.000
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES			
24 TRANSPORTE			14.000.000
734 TRANSPORTE HIDROVIARIO			14.000.000
		TOTAL - GERAL	14.000.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0130 CORREDOR LESTE			5.000.000
0137 CORREDOR ARAGUALA-TOCANTINS			9.000.000
		TOTAL - GERAL	14.000.000
QUADRO SINTESE POR ORCAO			
2900 PRESIDENCIA DA REPUBLICA			14.000.000
		TOTAL - GERAL	14.000.000
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
4.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			14.000.000
4.1.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO			14.000.000
4.2.00.00 TESOURO			14.000.000
4.2.1.00.00 DIRETO			14.000.000
TOTAL DA RECEITA	14.000.000 RECEITAS CORRENTES	0 RECEITAS DE CAPITAL	14.000.000
ORCAO : 2900 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA			
ANEXO III		CREDITO EXTRAORDINARIO	
PROGRAMA DE TRABALHO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ORCAO : R\$ 14.000.000			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
24 TRANSPORTE			14.000.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
734 TRANSPORTE HIDROVIARIO			14.000.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0130 CORREDOR LESTE			5.000.000
0137 CORREDOR ARAGUALA-TOCANTINS			9.000.000
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS			
2036 COMPANHIA DOCS DO ESPIRITO SANTO - CODESA			5.000.000
2039 COMPANHIA DOCS DO PARA - CDP			9.000.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			14.000.000
TOTAL			14.000.000
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
4.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			14.000.000
4.1.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO			14.000.000
4.2.00.00 TESOURO			14.000.000
4.2.1.00.00 DIRETO			14.000.000
TOTAL DA RECEITA	14.000.000 RECEITAS CORRENTES	0 RECEITAS DE CAPITAL	14.000.000
ORCAO : 2036 - COMPANHIA DOCS DO ESPIRITO SANTO - CODESA			
UNIDADE : 2036 - COMPANHIA DOCS DO ESPIRITO SANTO - CODESA			

ANEXO III PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO EXTRAORDINARIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE, R\$ 5.000.000			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 26 TRANSPORTE			5.000.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 784 TRANSPORTE HIDROVIARIO			5.000.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0130 CORREDOR LESTE			5.000.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			5.000.000
TOTAL			5.000.000
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.8.6.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			5.000.000
6.2.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO			5.000.000
6.3.1.0.00.00 TESOURO			5.000.000
6.3.1.1.00.00 DIRETO			5.000.000

ORGAO : 2000 - PRES
UNIDADE : 2006 - COMP.

1
RITO SANTO - CODESA

ANEXO III
PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO EXTRAORDINARIO
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	AC/SUB.TITULO/PROG/CTO	E S F	G N D	R P	M J D	I U	F T E	VALOR
0130 CORREDOR LESTE									5.000.000
		PROJETOS							
26 784	0130 3E79	OBRAS DE CONTENCAO NO CAIS DO PORTO DE VITORIA (ES)							5.000.000
26 784	0230 3E79 0032	OBRAS DE CONTENCAO NO CAIS DO PORTO DE VITORIA (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							5.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 29	1	4 - INV	2	90	0	495	5.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO									5.000.000

ORGAO : 2000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20310 - COMPANHIA DO CAS DO PARA - CDP

ANEXO III
PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO EXTRAORDINARIO
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 9.000.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES 26 TRANSPORTE			9.000.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 784 TRANSPORTE HIDROVIARIO			9.000.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS 9.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
025 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 9.000.000

TOTAL 9.000.000

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	9.000.000
6.2.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.000.000
6.2.1.0.00.00 TESOURO	9.000.000
6.2.1.1.00.00 DIRETO	9.000.000
TOTAL DA RECEITA 9.000.000 RECEITAS CORRENTES 0 RECEITAS DE CAPITAL	9.000.000

ORÇAO : 2008 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
 UNIDADE : 29210 - COMPANHIA DOCS DO PARA - CDP

ANEXO III **CREDITO EXTRAORDINARIO**
PROGRAMA DE TRABALHO **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00**

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	O N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS									9.000.000
PROJETOS									
26 784	0237 1CB3	CONSTRUÇÃO DA RAMPA ROLL-ON ROLL-OFF NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA)							4.500.000
26 784	0237 1CB3 0915	CONSTRUÇÃO DA RAMPA ROLL-ON ROLL-OFF NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA) - NO ESTADO DO PARA							4.500.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 54	1	4-DIV	2	90	0	495	4.500.000
26 784	0237 1B0T	CONSTRUÇÃO DO PIER 400 NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA)							4.500.000
26 784	0237 1B0T 0915	CONSTRUÇÃO DO PIER 400 NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA) - NO ESTADO DO PARA							4.500.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 12	1	4-DIV	2	90	0	495	4.500.000
TOTAL - INVESTIMENTO									9.000.000

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens transferidos para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, em virtude do término do prazo regimental da sessão:

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 407, DE 2007

(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 407, de 2007, que *autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais; e altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União; as Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente; e a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura.*

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)
Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 408, DE 2007

(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 408, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)
Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 409, DE 2007

(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 409, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de setecentos e cinqüenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)
Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(*Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 5, DE 2005***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 38, DE 2004***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 50, DE 2006***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

dania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 86, DE 2007***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 57, DE 2005***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana,

ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

19

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

20

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande, favorável.

21

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

22

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

23

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº

26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.*

Pareceres nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 12-CCJ, que apresenta;

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda nº 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas nºs 13 a 18-CDR.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator “*ad hoc*”: Senador Rodolpho Tourinho.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle*

dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas*

como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “ad hoc”: Senador Flávio Arns.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “ad hoc”: Senador Valter Pereira.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que *altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para*

prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 703, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea, e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

50

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

51

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

52

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

53

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

54

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

55

REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, *solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadía, líder do cartel colombiano.*

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

56

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavali-

canti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente.)*

57

REQUERIMENTO Nº 1.072, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro “A era da turbulência: aventuras em um mundo novo”.*

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo.

58

REQUERIMENTO Nº 1.176, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, *solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

59

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil)*

60

REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, *solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.*

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

61

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)*

62

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)*

63

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

64

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)*

65

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família)*

66

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial*

de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)

67

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que específica)*

68

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)*

69

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)*

70

REQUERIMENTO Nº 352, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)*

71

REQUERIMENTO Nº 358, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)*

72

REQUERIMENTO Nº 368, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).*

73

REQUERIMENTO Nº 417, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, *solicitando a criação de um Dia Mundial*

de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.

74

REQUERIMENTO Nº 418, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação os **Requerimentos nºs 440, 441 e 442, de 2008**, de autoria, respectivamente, dos Senadores Eduardo Azeredo, Gilvam Borges e Marconi Perillo, lidos anteriormente.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas. Em vista da aprovação do **Requerimento nº 441, de 2008**, a Presidência adotará as providências necessárias para a convocação de suplente do Senador Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em sessão anterior, foi lido, Sr^{as} e Srs. Senadores, o **Requerimento nº 425, de 2008**, do Senador Adelmir Santana e outros Senadores, solicitando a realização de sessão especial no próximo dia 29 de abril, destinada a homenagear o 48º aniversário de Brasília.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 342, DE 2008

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre a Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 340, de 1999 (nº 2.669/2000, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a instituição

do Dia Nacional do Imigrante Italiano e dá outras providências.

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**

I — Relatório

A Emenda oferecida pela Câmara dos Deputados suprime o art. 3º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 340, de 1999, de autoria do Senador Gerson Camata.

O referido dispositivo estabelece prazo de noventa dias a ser observado pelo Poder Executivo para a regulamentação da lei.

Aprovado no Senado Federal, o PLS nº 340, de 1999, foi encaminhado ao exame da Câmara dos Deputados, onde foi apreciado pela Comissão de Educação e Cultura, que se manifestou por sua aprovação, e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que o aprovou com a referida Emenda, presentemente apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte desta Casa.

II — Análise

Entende a Câmara dos Deputados, por intermédio do parecer exarado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que o art. 3º do PLS nº 340, de 1999, é inconstitucional, uma vez que viola o Princípio da Separação dos Poderes, garantido pelo art. 2º da norma constitucional.

A nosso ver, a ponderação da Câmara dos Deputados, materializada na emenda em análise, é pertinente e oportuna.

O art. 2º da Constituição Federal reza que são poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

A fixação de prazo para a regulamentação da lei vulnera o ditame constitucional, ao atribuir ao Poder Executivo a obrigatoriedade de implementação de prática de sua exclusiva competência. Tal dispositivo incorre, pois, em vício de inconstitucionalidade.

Nesse sentido, uma vez que a Emenda vem contribuir para o aperfeiçoamento da proposição original, entendemos que cabe o seu acatamento.

III – Voto

Pelo exposto, manifestamo-nos pela aprovação da Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 340, de 1999 (nº 2.669, de 2000, na Câmara dos Deputados).

Sala da Comissão,, 15 de abril de 2008.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER À ECD Nº 340/99 NA REUNIÃO DE 15/04/2008 OS
SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:

Senador Gilvam Borges

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
	9- SIBÁ MACHADO

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
(VAGO)	6- (VAGO)
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
VIRGINIO DE CARVALHO	3- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- (VAGO)
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI RELATOR	(VAGO)
----------------------------	--------

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES
-------------------	--------------------

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa projeto de lei do Congresso Nacional que passo a ler.

É lido o seguinte:

(*)PROJETO DE LEI Nº 1, DE 2008-CN, QUE “DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA

LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.” (MENSAGEM Nº 20, DE 2008-CN, Nº 192/2008, NA ORIGEM)

(*) Publicado em suplemento à presente edição.

O projeto lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Até 21/4	- Prazo para publicação e distribuição de avulsos;
Até 28/4	- Prazo para realização de audiências públicas;
Até 8/5	- Prazo para apresentação, publicação e distribuição do Relatório Preliminar;
Até 11/5	- Prazo para apresentação de emendas ao Relatório Preliminar;
Até 17/5	- Prazo para votação do Relatório Preliminar e suas emendas;
Até 27/5	- Prazo para apresentação de emendas;
Até 1º/6	- Prazo para publicação e distribuição de avulsos das emendas;
Até 6/7	- Prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório;
Até 11/7	- Prazo para encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional;

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Sérgio Guerra, Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro, Romero Jucá e Paulo Paim enviaram discursos à Mesa que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “A caixa-preta dos comunistas”, publicada pela revista Veja em sua edição de 05 de março do corrente.

A matéria destaca que o principal programa social do Ministério do Esporte, o Segundo Tempo, é alvo de denúncias de desvio de dinheiro através de ONGs ligadas ao PC do B.

Sr. Presidente, para que conste dos anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A CAIXA-PRETA DOS COMUNISTAS

Principal programa social do Ministério do Esporte, o Segundo Tempo é alvo de denúncias de desvio de dinheiro através de ONGs ligadas ao PCdoB

O Ministério do Esporte coordena um dos programas mais bem-intencionados do governo Lula. Nos últimos cinco anos, 439 milhões de reais foram investidos no Segundo Tempo — um projeto que busca tirar das ruas crianças e jovens em situação de risco, oferecendo atividades esportivas e alimentação. Oficialmente, o programa atende 1 milhão de pessoas em todos os estados. Para implementar as ações e garantir a execução do projeto, o ministério selecionou 200 entidades filantrópicas sem fins lucrativos, as conhecidas organizações não-governamentais (ONGs). Uma bela parceria entre setores da sociedade, se a espreteza política e os aproveitadores de sempre não se unissem à empreitada. O resultado é que, além dos jovens, o programa Segundo Tempo tem ajudado também comunistas e amigos do PCdoB, o partido que comanda o Ministério do Esporte, a encher os bolsos de dinheiro. Sem controle ou nenhuma fiscalização, ONGs escolhidas a dedo receberam repasses milionários, simularam a criação de núcleos de treinamento, registraram alunos-fantasma, fraudaram as prestações de contas e surrupiaram parte dos recursos que deveriam ajudar crianças carentes.

VEJA teve acesso ao resultado de uma investigação realizada pela polícia de Brasília, e encaminhada à CPI das ONGs, no Senado, sobre a atuação de algumas entidades que receberam milhões para executar o Segundo Tempo. É uma amostra singular da farra em que se transformaram as chamadas parcerias do governo com o terceiro setor. O Ministério Público também investiga casos de entidades que receberam recursos e nem sequer existiam. Outras usavam falsos cadastros de

alunos para fazer de conta que realizavam o trabalho. Apenas quatro entidades da periferia de Brasília — Associação João Dias de Kung Fu, Federação Brasileira de Kung Fu, Associação dos Funcionários do Ceub e Associação Gomes de Matos — receberam 4,7 milhões de reais do Ministério do Esporte. Depoimentos colhidos de funcionários e ex-funcionários mostram como o dinheiro era desviado. Os donos das ONGs orientavam seus monitores a percorrer escolas públicas e colher assinaturas de estudantes para simular uma lista de frequência nos cursos que não existiam. Recebiam o dinheiro, com-

pravam notas fiscais frias para justificar as despesas e embolsavam a diferença — quase tudo. Além das histórias de fraude em comum, há mais um detalhe curioso que une as ONGs selecionadas pelo Ministério do Esporte em Brasília: elas são comandadas por pessoas ligadas ao PCdoB ou a militantes do partido. Coincidência? Talvez, mas improvável.

A suspeita é que uma parte do dinheiro desviado pelas ONGs, além de enriquecer alguns, ainda seja usada para abastecer campanhas políticas dos comunistas. Em Brasília, para onde foram destinados 71 milhões de reais do Segundo Tempo, donos de entidades se converteram ao comunismo depois de assinar os convênios com o ministério e alguns até disputaram eleições representando o PCdoB. Não por coincidência, logo no

início, quando começaram as fraudes, o ministro encarregado do programa era Agnelo Queiroz, do PCdoB, que tem a capital como base eleitoral. As ONGs

brasilienses, à época, receberam mais dinheiro que quaisquer outras no Brasil, apesar de a cidade registrar indicadores sociais invejáveis. Agnelo deixou o ministério para concorrer a uma vaga no Senado, sempre contando com o apoio camarada dos donos das ONGs milionárias. Em 2006, o ministro não foi eleito, e em seu lugar assumiu Orlando Silva, também do PCdoB, que redistribuiu os recursos, dessa vez privilegiando São Paulo, talvez por coincidência sua base eleitoral.

Orlando Silva admite que não havia critérios objetivos para escolher as ONGs e que também eram frágeis os mecanismos de controle sobre a destinação dos recursos e a execução do programa. A falta de fiscalização provocou situações absurdas, como a contratação de um acusado de pedofilia como monitor de crianças na periferia de Brasília. “Não podemos criminalizar as ONGs. Só que, para segurança do estado, é melhor firmar parcerias com os governos e estamos fazendo isso”, explica o ministro. O problema é que uma boa parte dos recursos públicos destinados às crianças do Segundo Tempo já foi expropriada, o Ministério do Esporte não tem a mínima idéia de onde foi parar o dinheiro e, ao que parece, também não tem muita disposição em descobrir. Até agora, apenas uma denúncia que se tornou pública foi encaminhada à Controladoria-Geral da União para apuração. Membros da CPI das ONGs reclamam que, além da má vontade do ministério, há enorme dificuldade em investigar o programa Segundo Tempo no Congresso. “O senador Inácio Arruda, relator da comissão, foi indicado ao cargo para blindar os comunistas”, diz o senador Alvaro Dias, do PSDB. Inácio Arruda, do PCdoB do Ceará, rebate: “É um escárnio. Não vou nem comentar”.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, no dia de hoje, para registrar a matéria intitulada “País é lanterninha dos emergentes”, publicada pelo jornal O Estado de São Paulo em sua edição de 13 de março 2008.

A reportagem destaca que o crescimento médio da economia brasileira nos últimos cinco anos do governo Lula, de 3,8%, coloca o Brasil em 35º lugar no ranking com 39 países emergentes que tiveram o desempenho de sua economia medido.

País é lanterninha dos emergentes

Média de crescimento dos últimos 5 anos do governo Lula deixa País em 35.º lugar em ranking com 39 emergentes

Nilson Brandão Junior
RIO

O crescimento médio da economia brasileira nos últimos cinco anos do governo Lula, de 3,8%, coloca o Brasil em 35º lugar em um ranking com 39 países emergentes que tiveram o desempenho de sua economia medido. O ranking foi elaborado pela Austing Rating a pedido do Estado.

Nos últimos cinco anos, o crescimento médio do conjunto de países avaliados foi de 5,6% ao ano. No resultado final, foi constatado que o País supera apenas Guatemala, México, El Salvador e Haiti. A expansão neste período, porém, supera o crescimento médio verificado nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, de 2,3%.

“A gente tem de considerar que o histórico brasileiro ainda é de baixo nível de investimento e elevada taxa de juros”, afirma o economista-chefe da Austin, Alex Agostini. No topo da lista, aparecem a China (crescimento médio de 10,6%), Argentina (8,6%), Índia (8,5%), Venezuela (7,8%) e Ucrânia (7,6%). Enquanto a taxa de investimentos do Brasil em 2007 foi de 17,6% do Produto Interno Bruto (PIB), a chinesa tem estado perto dos 40% nos últimos anos.

Em outro levantamento, feito pelo economista Reinaldo Gonçalves, do Instituto de Economia da UFRJ, o desempenho do Brasil foi maior apenas do que o dos países desenvolvidos, que têm potencial de crescimento são naturalmente menor. Nos últimos cinco anos, os principais países desenvolvidos que integram o G-7 (Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Canadá e Japão) cresceram em média 2,3% ao ano. Na União Europeia, o avanço médio foi de 2,5%.

Entre 2003 e 2007, a expansão brasileira esteve sempre abaixo da média de nações em desenvolvimento. Desde o início da década, apenas em 2000 e 2002 o Brasil superou o avanço médio de outros países emergentes. Especificamente em 2002, quando o Brasil cresceu 2,7%, a média geral (2,3%) foi jo-

60 anos depois, PIB cresce mais que inflação

Levantamento do economista Márcio Nakane mostrou que, em 2007, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu pela primeira vez acima da inflação desde 1948. Segundo ele, que coordena o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), enquanto o PIB avançou 5,4% no ano passado, a inflação de toda a economia do País alcançou 4,05%, conforme o deflator implícito do PIB, que mede basicamente o custo de uma cesta de bens na economia. Em 1948, os aumentos haviam sido de 9,70% e de 5,41%, respectivamente.

Em vez de apenas comparar o PIB com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que subiu 4,46% em 2007, o economista usou como base dados mais abrangentes do IBGE e outros mais antigos disponíveis de cada época. ● FLAVIO LEONEL

gada para baixo pelas variações negativas de 10,9% da economia argentina e de 11% da uruguaia.

No ano passado, o PIB brasileiro cresceu de forma mais expressiva (5,4%), taxa abaixo da média de 5,8% estimada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para os países em desenvolvimento este ano. Esse crescimento, contudo, deixou o País na 23ª colocação no ranking do ano de 2007 com as 39 economias emergentes pesquisadas pela Austin, um desempenho melhor do que a média dos últimos cinco anos.

Agostini analisa que o nível

de investimento na China e na Índia explica, em grande parte, a forte expansão dos dois países no período recente. No caso da Argentina, a economia local está se recuperando após anos de baixo crescimento ou até encolhimento, com juros baixos e inflação alta. Ele também explica que o desempenho da Venezuela está fortemente baseado na escalada das cotagens de seu principal produto, o petróleo.

No passado, o Brasil chegou a ter taxas de investimentos que atingiram 36,7% do PIB. Foi em 1975, pela série antiga do IBGE. Agora, os economistas esperam que o crescimento dos investimentos, que em 2007 avançaram dois dígitos (13,4%) pelo segundo ano consecutivo, deverá aumentar o peso desse componente dentro do PIB.

GOVERNOS

O estudo feito pelo professor da UFRJ também mostra que o governo Lula ocupa o 19º lugar no ranking dos 80 mandatos presidenciais que o País teve desde 1890. O desempenho do atual governo, incluindo os quatro anos do primeiro mandato mais 2007, supera a média do primeiro (2,4%) e do segundo (2,1%) mandato de FHC e a variação negativa de 1,4% da gestão de Fernando Collor de Mello. A gestão de Itamar Franco aparece na 12ª colocação, com crescimento médio de 5,4%.

Na prática, o desempenho da economia do Brasil vem mostrando maior robustez nos últimos quatro anos. Entre 2004 e 2007, o PIB do País avançou 4,5% em média, praticamente o dobro do governo anterior. Essa média exclui o fraco resultado do primeiro ano do governo Lula, em 2003, quando a economia cresceu apenas 1,1%. ●

Senhor presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

RANKING			
EM PORCENTAGEM			
A expansão do PIB dos países emergentes			
MÉDIA DE CRESCIMENTO 2003-2007	PAÍSES	CRESCIMENTO EM 2007	
10,6	1.º	China	10,6
8,6	2.º	Argentina	8,6
8,5	3.º	Índia	8,5
7,8	4.º	Venezuela	7,8
7,6	5.º	Ucrânia	7,6
7,0	6.º	Panamá	7,0
6,9	7.º	Rússia	6,9
6,8	8.º	Nigéria	6,8
6,6	9.º	Turquia	6,6
6,6	10.º	Uruguai	6,6
6,5	11.º	Eslováquia	6,5
6,4	12.º	Romênia	6,4
6,2	13.º	Costa Rica	6,2
6,1	14.º	Peru	6,1
6,0	15.º	Bulgária	6,0
5,9	16.º	Malásia	5,9
5,6	17.º	Rep. Dominicana	5,6
5,6	18.º	Filipinas	5,6
5,5	19.º	Arábia Saudita	5,5
5,4	20.º	Indonésia	5,4
5,4	21.º	Tunísia	5,4
5,4	22.º	Colômbia	5,4
5,4	23.º	Tailândia	5,4
5,3	24.º	Rep. Tcheca	5,3
5,1	25.º	Egito	5,1
5,1	26.º	Chile	5,1
5,1	27.º	Polónia	5,1
4,8	28.º	Equador	4,8
4,8	29.º	Honduras	4,8
4,5	30.º	África do Sul	4,5
4,0	31.º	Paraguai	4,0
4,0	32.º	Nicarágua	4,0
3,9	33.º	Bolívia	3,9
3,8	34.º	Hungria	3,8
3,8	35.º	Brasil	3,8
3,8	36.º	Guatemala	3,8
3,2	37.º	México	3,2
3,1	38.º	El Salvador	3,1
0,7	39.º	Haiti	0,7
5,6	TOTAL	MÉDIA GERAL	5,6

9,3%

foi o crescimento médio do PIB dos países do Bric* em 2007, sem o resultado do Brasil

8,3%

foi o aumento no PIB do grupo, incluindo o desempenho das contas nacionais

*Grupo de países formado por Brasil, Rússia, Índia e China
FONTE: AUSTING RATING & FM

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar a matéria intitulada “Acabou o diálogo”, publicada pela revista Istoé dinheiro em sua edição de 16 de março do corrente.

A referida matéria trata da onda de protestos e invasões promovida pelo MST, Via Campesina e Movimento dos Atingidos por Barragens. Segundo a reportagem, os atos têm cunho eminentemente político, pois são organizados por lideranças não pertencentes às comunidades que vivem nos arredores das áreas ocupadas.

ECONOMIA & NEGÓCIOS

PREJUÍZO Pedras nos trilhos da Vale, em Resplendor, impediram embarque de 800 toneladas de minério

A onda de protestos e invasões promovida pelo MST, Via Campesina e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) contra o agronegócio em pelo menos 18 Estados escolheu como alvos preferenciais a mineradora Vale e a transnacional americana Monsanto. As ações guardaram a mesma característica: foram organizadas por lideranças não pertencentes às comunidades que vivem nos arredores das áreas ocupadas pelas empresas. Essa constatação reforça a tese de que os atos tiveram cunho eminentemente político, o que vai alterar a estratégia das empresas para evitar novas invasões e, simultaneamente, buscar a reparação dos prejuízos estimados em US\$ 200 milhões. Se, em outras situações, a negociação com os movimentos sociais foi considerada o melhor caminho para alcançar o entendimento, agora as empresas dizem que não há alternativa senão recorrer à Justiça. “Vamos processar os líderes dos movimentos. Trata-se de um movimento político. Estão querendo usar a Vale somente para ganhar visibilidade”, acusou o diretor-executivo de assuntos corporativos e energia da mineradora, Tito Martins. A Vale, afirma ele, sempre investiu no relacionamento com os moradores

com públicos que possam sofrer algum tipo de impacto, positivo ou negativo, com nossos projetos”, explicou.

Em Estreito, onde cerca de 200 ativistas ocuparam a entrada de acesso ao canteiro de obras da usina hidrelétrica por 11 horas, já foram feitos 39 convênios socioambientais com a maioria dos municípios da área, de acordo com o presidente do Consórcio Estreito Energia, José Renato Ponte. O canal de diálogo com os moradores e associações de classe e de bairro permanece aberto. “Nosso relacionamento com a população local é o melhor possível”, garante Ponte. Por isso mesmo, as empresas não reconhecem como legítimas as manifestações do MST, da Via Campesina e do MAB. Alegam que não há nem pauta de reivindicação por parte dos movimentos. E entendem que, desta vez, o litígio não estão na nossa área de influência, não podem dizer que foram prejudicados. Discorramos desses atos de banditismo e não negociamos com bandidos”, ataca Tito Martins. A direção da Monsanto, que teve o acesso a sua subsidiária, a Agroeste, fechado por 700 mulheres em Xanxerê (SC), e sofreu uma invasão na sua unidade em Santa Cruz das Palmeiras (SP), faz coro com a Vale. Em nota, a Monsanto indicou que

vai cobrar na Justiça a reparação dos prejuízos causados pela perda de dois anos de pesquisas com milho transgênico: “A Monsanto condena veementemente atos ilegais como este, que, inclusive, desrespeitam recentes decisões do Poder Judiciário.”

A versão dos movimentos sociais é diferente. Cirineu Rocha, um dos líderes do MAB, garante que estão em jogo três reivindicações: a abertura do diálogo com o consórcio do qual a Vale faz parte, a criação de um fórum de negociação e a aplicação de direitos já conquistados em outras barragens. “Na hidrelétrica de São Salvador, as famílias atingidas receberam 27 hectares de terras ou carta de crédito de R\$ 70 mil. Aqui, em Estreito, estão oferecendo apenas 12 hectares ou carta de R\$ 35 mil”, reclama Rocha. O certo é que, desde agosto, a Vale já foi vítima de sete invasões em suas propriedades. Só nesta semana foram três.

Ainda segundo a matéria, os alvos preferidos são a mineradora Vale e a transnacional americana Monsanto. Para um diretor da Vale, “Trata-se de um movimento político. Estão querendo usar a Vale somente para ganhar visibilidade”.

Senhor Presidente, para concluir, requeiro que a matéria acima citada passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ATRASO Pesquisas com milhos transgênicos são destruídas em Santa Cruz das Palmeiras (SP)

Empresas como Monsanto e Vale acusam o MST e a Via Campesina de provocarem prejuízos de US\$ 200 milhões e vão brigar na Justiça

Por SÉRGIO PARDELLAS

No sábado 8, os manifestantes deprederam uma unidade da Ferro Gusa do Maranhão. Na segunda-feira 10, os protestos bloquearam a estrada de ferro que liga Vitória (ES) a Minas (EFVM). E, na terça, foi a vez da hidrelétrica de Estreito. Maior projeto de geração de energia em curso no País, Estreito terá capacidade para gerar 1.087 megawatts a partir de 2010. A barragem deve inundar uma área de 430 quilômetros quadrados, onde estão 12 municípios de Tocantins e do Maranhão. **Com o conflito, o cronograma da obra vai atrasar, segundo os responsáveis pelo consórcio.** Na ação contra a Vale em Minas, 800 ativistas, que querem discutir com a mineradora o reassentamento de famílias, ocuparam, por 12 horas, os trilhos de uma das principais ferrovias da empresa, no município de Resplendor. Resultado: cerca de 300 mil toneladas de minério deixaram de ser transportadas, afetando a programação de exportações no Porto de Tubarão. ■

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro do editorial intitulado “Dilma fala”, publicado pelo jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 04 de abril de 2008.

O editorial destaca a entrevista que a Ministra Chefe da Casa Civil fala sobre o episódio do dossiê contendo dados sobre despesas do governo FHC.

Era urgente a necessidade de um pronunciamento oficial sobre o tema depois que o jornal **Folha de S.Paulo** publicou, em fac-símile, um trecho das planilhas do dossiê.

Dilma fala

Tom enfático da ministra não disfarça desgaste com episódio do dossiê e necessidade de isenção ao apurar o vazamento

DEPOIS DE uma semana de desencontros e desgastes, a chefe da Casa Civil, ministra Dilma Rousseff, veio a público para apresentar pessoalmente sua visão a respeito do emaranhado caso do dossiê contendo dados sobre despesas do governo FHC.

A necessidade de um pronunciamento oficial sobre o tema fazia-se sentir com especial urgência depois de esta **Folha** ter publicado, em fac-símile, um trecho das planilhas do dossiê.

Na entrevista, Dilma Rousseff afirmou que o trecho reproduzido pela **Folha** era diferente daquele entregue pelo jornal à sua assessoria, na véspera da publicação da reportagem. Com isso, deixava implícita uma suspeita de manipulação nas informações apresentadas pela **Folha**.

Os documentos, entretanto, são idênticos. A única alteração realizada foi rasurar os dados do arquivo que permitissem identificação da fonte da informação. O que mais uma vez se verifica, nessa insinuação, é a incapacidade do atual governo de lidar com seus desacertos — e sua propensão a ver na imprensa não um fundamento da democracia, mas uma fonte de perturbação a ser intimidada e combatida.

Apesar do seu tom rebarbativo e peremptório, as declarações da ministra na verdade revelavam, ao mesmo tempo, uma considerável inflexão de rumos, face à argumentação que o governo vinha adotando até então.

Não mais se insiste, por exemplo, na tese de que a Casa Civil atendia a um pedido do Tribunal de Contas da União quando levantou os dados sobre os gastos

A atitude automática do petismo é considerar ato de conspiração qualquer notícia que o prejudique, e isso sem dúvida, é um absurdo.

Senhor Presidente, para concluir, requeiro que o referido editorial passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do inciso I, §2º, art. 210, do Regimento Interno)

do governo anterior. O próprio termo “dossiê”, antes rejeitado, viu sua utilização tornar-se “uma questão de conceito” para a ministra, repetindo nesse ponto as elaborações teóricas de seu colega da Justiça, Tarso Genro.

Por fim, Dilma Rousseff declara não “rejeitar nenhuma hipótese” a respeito do vazamento de dados. Nem mesmo a de que a iniciativa tenha partido de algum funcionário da Casa Civil. Trata-se, afinal, de investigar, e se há suspeita de crime, é o caso de convocar a Polícia Federal, como qualquer pessoa sensata teria feito desde o primeiro momento em que o caso veio à tona.

Ocorre que a atitude automática de conspiração e lesa pátria qualquer notícia que o prejudique. A ministra declarou-se estarrecida com o noticiário sobre o caso. Repetiu, ainda uma vez, que está em curso um processo de “escandalização do nada”. Ao mesmo tempo, qualifica como “crime” o vazamento do dossiê.

O assunto, de fato, é tão intrincado que permite uma e outra qualificação. A ministra afirma, com razão, que não há escândalo no fato de as compras para a despesa do Alvorada refletirem padrões exigentes de consumo.

Que determinadas compras possam servir para exploração política, não é entretanto segredo para ninguém. Que o governo tivesse interesse em municiar-se contra iniciativas desse gênero, na CPI dos cartões, tampouco é algo que fuja aos procedimentos do jogo político real. Na elaboração e no vazamento desse dossiê é que residem os enigmas e escândalos possíveis.

É isso o que cumpre apurar, sem preconceções e partidarismos de qualquer espécie. No que depende desta **Folha**, tal requisito compõe fundamento e razão de sua existência. Não é certo que se possa dizer o mesmo da ministra Dilma Rousseff.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é evidente a importância da memória social e do patrimônio cultural de um povo. Na medida mesma em que for nítida e cultuada essa memória, em que for rico e valorizado esse patrimônio, serão fortes a identidade e o orgulho nacionais.

Um povo que cultiva sua memória social, que conhece o valor do seu patrimônio cultural apresentará, numa decorrência lógica e natural, um patamar mais elevado de consciência de cidadania. Maior será o seu nível de coesão social, sua integração. Mais harmônicas serão as relações estabelecidas no seio da nacionalidade. Mais vigorosa será a expressão do País no contexto internacional. Em síntese, podemos afirmar que cultivar e manter bem viva a memória social; proteger, preservar e valorizar o patrimônio cultural é caminho seguro para assegurar maior pujança a todas as expressões de uma determinada nacionalidade, seja no campo da cultura, da política ou da economia.

Atento a isso, o Governo Federal incluiu, no Plano Plurianual atualmente vigente, o Programa “Museu, Memória e Cidadania”. No âmbito desse Programa, está prevista a Ação “Fomento a projetos na área museológica”, conforme disponibilidade orçamentária no corrente exercício. E é por conta dessa Ação que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) lançou o Prêmio Mário de Andrade, tendo como objetivos estimular a construção do conhecimento e difundir e dar visibilidade à produção acadêmica na área dos museus e do patrimônio cultural.

Trata-se de um concurso de dissertações e teses que premiará trabalhos elaborados por pesquisadores de nível de mestrado e doutorado em ciências humanas e ciências sociais aplicadas. Conforme o edital do concurso, a temática a ser desenvolvida pelos trabalhos inscritos será “museus, memória social e patrimônio cultural”.

De âmbito nacional, o Prêmio Mário de Andrade selecionará os melhores trabalhos acadêmicos sobre a temática supracitada em duas categorias: dissertações de mestrado e teses de doutorado. Poderão participar do concurso autores de dissertações e teses defendidas entre os anos de 2000 e 2007, devidamente aprovadas em cursos de pós-graduação reconhecidos pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e classificadas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais e Ciências Sociais Aplicadas.

Os critérios para o julgamento dos trabalhos inscritos incluem a relevância do trabalho e sua relação com a temática definida; a contribuição da pesquisa para o adensamento das discussões sobre o patrimônio cultural e a qualidade da argumentação; a profundidade

e pertinência da análise empreendida; o ineditismo na abordagem do tema; a clareza, concisão e correção lingüística; e a apresentação – nas citações, transcrições, notas e observações – de referências completas das fontes e bibliografia consultadas.

Em cada uma das duas categorias, os trabalhos vencedores do Prêmio Mário de Andrade receberão prêmios em dinheiro e certificados. Todos os trabalhos selecionados para a competição, em ambas as categorias, receberão um certificado de participação. Já a premiação abrangerá os três melhores trabalhos em cada categoria, cabendo a cada um dos primeiros colocados o prêmio de cinco mil reais; aos segundos, três mil reais; e aos terceiros, mil reais. Posteriormente à apuração e à divulgação dos resultados do concurso, o Iphan estimulará a apresentação dos resultados dos trabalhos premiados junto às comunidades das áreas pesquisadas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, órgão federal responsável pela proteção, preservação e valorização do patrimônio cultural brasileiro, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tem, em seu Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu), um setor de incentivo e promoção dos estudos da memória social, dos museus e do patrimônio cultural.

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) é uma das mais antigas associações científicas existentes no País na área das Ciências Sociais, ocupando, hoje, um papel de destaque na condução de questões relacionadas às políticas públicas para a educação, a ação social e a defesa dos direitos humanos. No decorrer de sua história, a ABA tem sido voz atuante em defesa das minorias étnicas, dos discriminados e tem-se posicionado consistentemente contra a injustiça social. Sem defender uma linha político-partidária, sua voz inquieta a todos os que não respeitam os direitos humanos. Seu código de ética exige respeito às populações estudadas e obriga o pesquisador a deixar claros seus objetivos para os grupos e populações que sejam objeto de suas análises.

No interior da Associação Brasileira de Antropologia, funciona o Grupo de Trabalho Permanente em Patrimônio Cultural, que tem como finalidade dinamizar e adensar com contribuições científicas a área do patrimônio cultural em sua **interface** com o campo da antropologia, bem como incentivar trocas e parcerias entre os pesquisadores do patrimônio, brasileiros e estrangeiros.

Cabe registrar, portanto, o decidido apoio e a valiosa colaboração do Grupo de Trabalho Permanente em Patrimônio Cultural da Associação Brasileira de Antropologia ao Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

tico Nacional no lançamento, divulgação e realização do Prêmio Mário de Andrade.

De outra parte, deve-se consignar que a escolha do nome de Mário de Andrade como patrono do prêmio constitui justíssima homenagem ao notável intelectual paulistano, nascido no final do Século XIX, que deixou grandes contribuições para a cultura brasileira e sempre se preocupou em preservá-la e valorizá-la.

Com o livro **Há uma gota de sangue em cada poema**, publicado em 1917, Mário de Andrade iniciou sua carreira literária, pela qual seria amplamente reconhecido no futuro. Vanguardista, foi um dos mentores da Semana de Arte Moderna de 1922, evento que sacudiu os meios artísticos nacionais ao apresentar trabalhos que utilizavam uma linguagem expressiva radicalmente inovadora. Foi nesse período que Mário de Andrade lançou uma de suas obras mais conhecidas, intitulada **Paulicéia desvairada**.

De fato, foram profundas as vinculações de Mário de Andrade com a área do patrimônio cultural. A pedido de Gustavo Capanema, o escritor elaborou o anteprojeto de proteção do patrimônio artístico nacional, texto que serviu de base para a elaboração do Decreto-Lei nº 25, de 1937. Ele acompanhou, ainda, as primeiras ações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ao lado de Rodrigo Melo Franco de Andrade, de 1938 a 1940. Entre 1941 e 1945, foi funcionário da regional de São Paulo daquele órgão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com o lançamento do Prêmio Mário de Andrade pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan, abrem-se novas perspectivas de geração de conhecimentos acadêmicos dentro da temática dos museus e do patrimônio cultural, haja vista que o objetivo do concurso é, exatamente, estimular a produção de pesquisas e estudos no campo das Ciências Humanas e das Ciências Sociais Aplicadas. Com essa iniciativa, o Iphan busca promover o desenvolvimento do pensamento crítico a respeito do tema, contribuindo para a sua divulgação e para a formulação de políticas públicas no campo do patrimônio cultural.

Como afirmei ao início desta fala, o fortalecimento da memória social e a valorização do patrimônio cultural são de suma relevância para o reforço da identidade e do orgulho nacionais. Por isso, não poderia deixar de parabenizar a direção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pela decisão de promover o Prêmio Mário de Andrade, que distinguirá os melhores trabalhos acadêmicos sobre o tema “museus, memória social e patrimônio cultural”.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 18 de abril comemoramos o Dia Nacional do Livro Infantil. Aliás, o mês de abril é a própria celebração do hábito de ler.

Dia 02 de abril foi a vez do Dia Internacional do Livro Infante-Juvenil e no dia 23 será comemorado o Dia Mundial do Livro.

Outro dia falava, em pronunciamento que proferi sobre a educação no Brasil, da importância de cultivar o costume da leitura.

Ela, além de ser um aprendizado, é uma viagem por mundos incontáveis e diversos.

Eu poderia ficar aqui horas e horas citando autores e autoras que nos encantam com suas palavras mágicas, que, colocadas umas ao lado das outras, formam um imaginário fantástico.

Mas, vou falar especialmente do nosso querido Monteiro Lobato, o grande homenageado do Dia Nacional do Livro Infantil.

Ele foi um menino que sempre gostou de brincar no riacho, pescar e subir em árvores, mas os livros de aventuras eram seus grandes companheiros também.

Desde cedo, escreveu para os jornais das escolas que freqüentou e depois de ter se formado em Direito, optou por ser escritor e não advogado.

E foi assim que criou o Sítio do Pica-pau amarelo, que todos conhecem, senão pelo livro, pela televisão que mostra de forma encantadora as peripécias da vovó Dona Benta, dos netos Pedrinho e a menina Narizinho, da boneca Emilia, da espiga de milho chamada Visconde de Sabugosa, do Saci Pererê e tantos outros personagens incríveis.

Uma característica do nosso escritor era o fato de que ele respeitava a opinião das crianças e dos jovens e isso fica espelhado no comportamento de Vovó Benta, que costuma ter um diálogo muito franco e carinhoso com os netos.

Monteiro Lobato foi sem dúvida um grande escritor que nos legou uma obra variada e que faz um retrato muito atual do nosso contexto.

E, mais do que isso, deixou estrelas brilhando nos olhos e ouvidos de milhares de crianças e jovens e, até mesmo os corações adultos conseguem se sentir tocados pela sua sensibilidade!

E fica o meu desejo de que a cada dia mais e mais pessoas sejam tocadas pelo incomparável hábito da leitura!

Como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dizer que as centrais sindicais CUT, Força Sindical, Nova Central, UGT, CGTB e CTB já recolheram até o momento mais de 5 milhões de as-

sinaturas a favor da proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria deste senador que fala em parceria com o senador Inácio Arruda que reduz a jornada de trabalho das atuais 44 horas semanais para 40 horas sem redução de salários.

Após reunião hoje à tarde com dirigentes sindicais, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) decidiu participar da campanha pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial. O anúncio foi feito pelo secretário-geral da CNBB, Dom Dimas Lara.

Conforme o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, a CNBB irá divulgar a campanha em seus meios de comunicação e se comprometeu a participar dos eventos das centrais referentes ao tema.

Desta forma, a campanha pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, ganha um importante apoio da igreja católica.

O terceiro e último assunto, Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores diz respeito ao concurso Miss Brasil 2008 realizado no domingo, 13 de abril, trouxe um fato inédito nos registros de sua história.

Vanessa Vidal, representante do Ceará, ficou em segundo lugar no Concurso. Mas, o fato inédito é que se trata de uma deficiente auditiva, de 24 anos, que deixa um marco em nosso registros.

Ela é a primeira deficiente auditiva a disputar o concurso Miss Brasil.

Aos 24 anos, ela participou com outras moças, de um sonho que muitas idealizam e superou a diferença, demonstrando mais uma vez, que a inclusão é o melhor caminho para superar as diferenças.

Auxiliada por uma intérprete, ela se comunicou por meio da linguagem de sinais e fez da superação um belo ensinamento para todos nós.

Quero cumprimentar duplamente a cearense Vanessa, por ter sido eleita a 2ª mulher mais bela do Brasil e pelo exemplo que deixa gravado na história e nas nossas mentes.

Deixo ainda o meu parabéns à gaúcha Natália Anderle, que com seus 22 anos, é a nova Miss Brasil, eleita para o ano de 2008.

É uma honra para o Rio Grande do Sul, ver mais uma de suas lindas mulheres, representando o nosso país aqui e no exterior.

Sucesso para vocês!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão delibe-

rativa ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 407, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 407, de 2007, que *autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais; e altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União; as Lei nº s 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente; e a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 408, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 408, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 409, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 409, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

dania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 86, DE 2007

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*.

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 57, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o*

artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

17

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e
– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande, favorável.

18

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

19

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

20

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.*

Pareceres nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 12-CCJ, que apresenta;

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda nº 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas nºs 13 a 18-CDR.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator “ad hoc”: Senador Rodolpho Tourinho.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004,

na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob n°s 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas n°s 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda n° 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 118, de 2005 (n° 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob n° 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda n° 1-CE (Substitutivo), que oferece.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 1, de 2006 (n° 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2° do art. 12 da Lei n° 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob n° 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 2, de 2006 (n° 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7° da Lei n° 9.610, de 19 de*

fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob n° 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 4, de 2006 (n° 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o n° 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 11, de 2006 (n° 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1° da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob n° 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda n° 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 27, de 2006 (n° 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o n° 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda n° 1-CE, que oferece.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários*.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos)*.

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos*.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator "*ad hoc*": Senador Flávio Arns.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator "*ad hoc*": Senador Valter Pereira.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços*.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos*.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 9, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para

prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 703, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea, e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

49

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, *concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

50

REQUERIMENTO Nº 1302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

51

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

52

REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, *solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder do cartel colombiano.*

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

53

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Caval-

canti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente.)

54

REQUERIMENTO Nº 1072, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro "A era da turbulência: aventuras em um mundo novo".

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo.

55

REQUERIMENTO Nº 1176, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

56

REQUERIMENTO Nº 1242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil)

57

REQUERIMENTO Nº 1428, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

58

REQUERIMENTO Nº 1494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)

59

REQUERIMENTO Nº 1495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)

60

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa,

composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

61

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)*

62

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família)*

63

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)*

64

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos*

de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica)

65

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)*

66

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)*

67

REQUERIMENTO Nº 352, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)*

68

REQUERIMENTO Nº 358, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Sena-

dora Patrícia Saboya, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)*

69

REQUERIMENTO Nº 368, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).*

70

REQUERIMENTO Nº 417, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

71

REQUERIMENTO Nº 418, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 41 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

S/PARTIDO - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goias

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
- vago**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final: 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹²⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) ⁽³⁾	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	
PDT/PSOL ⁽¹¹⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
11. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
12. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3311-3514
Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Conforme indicações das Lideranças, a Presidência designa os seguintes Senadores e Senadoras para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) (2)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. VAGO (1)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Paulo Paim (PT-RS)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. VAGO
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

2. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

**COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO
FEDERAL**

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5 titulares

Leitura: 05/03/2008
Prazo final: 03/06/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

VAGO

**2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS
PELO INPE**

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Leitura: 25/03/2008
Prazo final: 22/12/2008

**3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO
DE PROCESSO PENAL**

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Leitura: 25/03/2008

TITULARES

VAGO

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (4)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Ams (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Sibá Machado (PT)
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Expedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) (2)
	8. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	5. VAGO (5)
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) (3)
VAGO (1)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB (6)	
João Vicente Claudino	
Gim Argello	
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Serys Shessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB (1)	
VAGO (6)	1. VAGO

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. VAGO ^(2,4)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Majoria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes
PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Shessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. VAGO ⁽⁸⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Gim Argello	1. VAGO
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
8. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA
DA SAÚDE**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO
Flávio Arns (PT)	2. VAGO
Majoria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	8. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	9. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
VAGO ⁽⁵⁾	6. VAGO
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. VAGO ⁽⁶⁾
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Silhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (3)	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO (1)
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO (4)
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
VAGO (5)	5. Lúcia Vânia (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO (3)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)
VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
João Ribeiro (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Shlessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO (4)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Sibá Machado (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (1)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes
PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)
VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Ams (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Majoria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Majoria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Silhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁵⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽¹⁾
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁷⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Fernando Collor	
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Serys Silhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Exedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO (3)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Gilvam Borges (PMDB)
VAGO (4)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) (1)
João Tenório (PSDB)	6. VAGO (6)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB (5)	
Jim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-4607**Fax:** 3311-3286**E-mail:** scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ^(1,2)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
VAGO ⁽⁸⁾	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti	
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -**Telefone(s):** 3311-4282**Fax:** 3311-1627**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
VAGO	1. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Sibá Machado (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. César Borges (PR)
Expedito Júnior (PR)	4. Augusto Botelho (PT)
João Pedro (PT)	5. José Nery (PSOL) (1)
Majoria (PMDB)	
VAGO (3)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO (4)
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
VAGO (5)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Marcello Varela**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2)	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO (3)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (1)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) (5)	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
VAGO (4)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB (3)	
Sérgio Zambiasi	
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.
5. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO (2)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
VAGO (4)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995	4ª Eleição Geral: 13/03/2003
2ª Eleição Geral: 30/06/1999	5ª Eleição Geral: 23/11/2005
3ª Eleição Geral: 27/06/2001	6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4. VAGO
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA)
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
Jefferson Peres (AM)	1. VAGO
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 25/03/2008

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Silhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).
2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007
3. Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleito na Sessão de 27.6.2007
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
10. Vago, em razão do pedido de licença da Senadora Maria do Carmo Alves, para tratamento de saúde, no período de 20/03/2008 a 18/07/2008, conforme Requerimento nº 324, de 2008, publicado no DSF de 26/03/2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

MEMBROS
PMDB
Roseana Sarney (MA)
DEM
VAGO ⁽²⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Sérgio Zambiasi (RS)
PR
VAGO
PDT
Cristovam Buarque (DF)
PSB
Patrícia Saboya (PDT-CE)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PP
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 25/03/2008

Notas:

1. Eleitos em 21.06.2007

2. Vago, em razão do pedido de licença da Senadora Maria do Carmo Alves, para tratamento de saúde, no período de 20/03/2008 a 18/07/2008, conforme Requerimento nº 324, de 2008, publicado no DSF de 26/03/2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ADELMIR SANTANA			
Homenagem ao jornal mineiro Estado de Minas, pelo transcurso dos seus 80 anos de fundação.....	26	Preocupação com a falta de recursos orçamentários destinados ao combate de doenças epidemiológicas.....	346
Anuncio da apresentação de projeto de lei para padronizar regra de publicação de balanço das empresas.....	227	Registro da matéria intitulada “A República dos Cartões”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 13 de fevereiro de 2008.....	415
Requerimento nº 425, de 2008, que requer a realização de Sessão Especial no dia 29 de abril de 2008, para comemorar o 48º aniversário de Brasília.....	272	Requerimento nº 445, de 2008, que solicita que seja encaminhado por completo o Relatório de Auditoria TC - 016.236/05-6 incluindo seus dois anexos.....	585
Apoio ao Senador Mão Santa por seu pronunciamento fazendo uma homenagem a Brasília. Aparte ao Senador Mão Santa.....	289	Registro da posição de S. Exª sobre a Marcha dos prefeitos e sobre o que considera essencial se discutir no Congresso Nacional.....	629
Apoio às saudações à décima primeira Marcha dos Prefeitos a Brasília. Aparte à Senadora Kátia Abreu.....	613	Encaminhamento de votação da matéria do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2008 que altera a redação da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para dar novo prazo à aposentadoria especial de trabalhador rural empregado e para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual, o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991, e trata do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003 (proveniente da Medida Provisória nº 385, de 2007).....	671
Regozijo pela inauguração, nesta manhã, da Estação do Metrô na Ceilândia.....	616		
ALMEIDA LIMA			
Registro e apelo ao Ministro de Estado da Saúde para o surto e epidemias de dengue em vários Estados e Regiões e sobre tudo o Estado do Sergipe, e devido a uma falta de sangue, pede incentivo para que possa aumentar o número de doadores.....	632	ANTONIO CARLOS JÚNIOR	
		Requerimento nº 431, de 2008, requer que seja aprovado Voto de Pesar pelo falecimento, em 15 de abril de 2008, do baiano, ex-Deputado Federal e ex-Vice-Governador da Bahia, Eraldo Tinoco.....	360
ALVARO DIAS			
Reflexão acerca dos entraves ao crescimento econômico brasileiro, objeto dos mais variados estudos, especialmente pela Consultoria Macroplan..	285	Voto de pesar pelo falecimento hoje do ex-deputado federal, ex vice-governador da Bahia e ex-ministro da Educação Eraldo Tinoco.	360
Referências à reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que tratará da taxa anual de juros.....	346	Parecer nº 333, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2008 (nº 350, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que	

	Pág.		Pág.
outorga autorização à Associação Comunitária de Mairi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mairi, Estado da Bahia.	580	Requerimento nº 436, de 2008, que requer voto de Aplauso ao Desembargador Flávio Pascarelli, pelas suas considerações acerca dos critérios de eleição de presidente de tribunais.	361
ANTONIO CARLOS VALADARES			
Comemoração pelo fato de que a cidade sergipana de Aracaju desponta como a cidade brasileira com maior qualidade de vida.	363	Requerimento nº 437, de 2008, que requer Voto de Aplauso ao massagista de equipes de futebol Raimundo dos Santos, de Manaus, um exemplo de vida e de dedicação, com 50 anos de bons serviços prestados ao esporte.	361
Considerações e apoio a Marcha dos Prefeitos por uma distribuição melhor dos recursos para a solução dos problemas financeiros dos Municípios.	622	Requerimento nº 438, de 2008, que requer Voto de Aplauso à Confederação nacional de Municípios, pela realização, de 15 a 17 de abril de 2008, da XI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.	362
ARTHUR VIRGÍLIO			
Homenagem ao jornal mineiro Estado de Minas, pelo transcurso dos seus 80 anos de fundação.	22	Comentários sobre os fatos ocorridos na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura de legitimamente aprovar um adendo à convocação da ministra Dilma Rousseff para falar.	375
Requerimento nº 420, de 2008, que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia sobre a construção dos dutos que irão distribuir gás natural em Manaus.	31	Registro de votos de pesar e de louvor apresentados por S.Exa ao ex-deputado Eraldo Tinoco, do mesmo modo ao Desembargador Flávio Pascarelli.	375
Requerimento nº 421, de 2008, que requer Voto de Aplauso à Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, pela realização, dia 10 de abril de 2008, em Brasília, do XIII Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho.	32	Saudação à Marinha brasileira pelo deslocamento do Navio de Assistência Hospitalar, Oswaldo Cruz, às regiões ribeirinhas do Vale do Javari, no Amazonas.	375
Requerimento nº 422, de 2008, que requer voto de aplauso ao Prefeito de Parintins-AM, Dr. Frank Bi Garcia, e, por seu intermédio, ao povo do município, pela inauguração, no dia 11 de abril de 2008, da Escola Municipal "Charles Garcia".	32	Registro de entrevista do historiador Marco Antonio Villa à revista <i>Veja</i> , edição de 16 de abril de 2008. Registro da matéria intitulada "Com a palavra, PT e Intercorp", publicada na revista <i>Época</i> , edição de 9 de março de 2008.	409
Considerações sobre o relatório divulgado pelo Banco Mundial, que atribui ao Brasil o maior desmatador do mundo.	218	Requerimento nº 444, de 2008, que requer Voto de Aplauso às jornalistas DAD Squarisi e Arlete Salvador, pelo lançamento, em Brasília, DF, do livro "Escrever Melhor"	585
Requerimento nº 427, de 2008, que requer licença dos trabalhos da Casa, para representar o Senado Federal, em Intercâmbio Parlamentar, por ocasião da realização das Eleições Primárias dos Estados Unidos da América do Norte, a realizar-se nas cidades de Washington, Harrisburg, Pittsburgh e Philadelphia/EUA, de 19-04 a 25-04 de 2008, e tendo sido autorizado por Vossa Excelência, Comunica, ainda, que estará ausente do período compreendido entre 19-0 a 25-4 de 2008.	325	Requerimento nº 446, de 2008, que solicita informações ao Sr. Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação Social sobre a contratação de assessoria de imprensa para promoção do Brasil no exterior.	586
Requerimento Nº 428, de 2008, que requer licença dos trabalhos da Casa, para representar o Senado Federal, no Amazon Private Meeting, a realizar-se na cidade de Londres, Inglaterra, de 27-04 a 30-04 de 2008, Comunica ainda que nesse período estará ausente do País no período compreendido entre 27/04 a 30/04 de 2008.	325	Requerimento nº 448, de 2008, que requer Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido hoje, dia 16, de abril de 2008, em Recife, da Sra. Maria Gersa Melo Maciel, cunhada do Senador Marco Maciel.	587
		Considerações e apoio a Marcha dos Prefeitos por uma distribuição melhor dos recursos para a solução dos problemas financeiros dos Municípios.	625
		Registro de encaminhamento à Mesa pronunciamentos em que resume reivindicações básicas dos Prefeitos brasileiros em sua marcha.	639

	Pág.	III	Pág.
Comentários sobre a necessidade de se discutir as matérias e para que possam manter os acordos de votação.....	668	mencionada missão. Por este motivo, comunico, também, que estarei ausente do País, integrando a Delegação Brasileira no evento supracitado.....	30
Encaminhamento de votação da matéria do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2008 que altera a redação da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para dar novo prazo à aposentadoria especial de trabalhador rural empregado e para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual, o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991, e trata do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003 (proveniente da Medida Provisória nº 385, de 2007).....	672	Voto de pesar pela morte do ex-deputado e ex-ministro Eraldo Tinoco.	407
Comentários fazendo referência aos acordos de aprovação das Medidas Provisórias em troca de concessões que o governo fez de não obstruir as votações dos projetos de peso e considerados importantes.....	673	Homenagem pelo transcurso dos 56 anos de atuação no Brasil do Lyons Clube.	594
Registro da matéria intitulada “Acabou o diálogo”, publicada pela revista <i>Istoé dinheiro</i> em sua edição de 16 de março de 2008.	768	CRISTOVAM BUARQUE	
CARLOS DUNGA		Homenagem ao jornal mineiro Estado de Minas, pelo transcurso dos seus 80 anos de fundação.....	25
Apelo por ajuda de recursos para que a Paraíba e o Rio Grande do Norte saiam do prejuízo com a calamidade das enchentes. Aparte ao Senador José Agripino.	355	Requerimento nº 417, de 2008, que requer a criação de um “Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar” pela vida da ex-senadora Ingrid Betancourt. Nesse dia, 23 de abril de 2008, em todos os parlamentos do mundo haveria debates e apelos para que a vida, a integridade e a liberdade da senadora Bittencourt sejam asseguradas. Requer, ainda, que o Presidente do Senado Federal, senador Garibaldi Alves Filho, através da Mesa Diretora e de sua assessoria internacional, divulgue de imediato esta decisão junto a todos os parlamentos de todas as nações que compõem a família da humanidade neste início do século XXI.	30
Apelo ao Governo Federal para a liberação de recursos destinados às populações atingidas pelas enchentes no Estado da Paraíba. A problemática da dengue na Paraíba.	384	Apoio ao Senador Sérgio Zambiasi por seu pronunciamento referente à violência praticada por jovens. Aparte ao Senador Sérgio Zambiasi.	53
Homenagem à memória do ex-Senador Humberto Lucena, falecido há 10 anos.....	384	Anúncio da aprovação de requerimento que cria um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt, nas Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e de Relações Exteriores e Defesa Nacional...	144
Apoio à Senadora Rosalba Ciarlini por seu pronunciamento referente às dívidas cobradas dos agricultores. Aparte à Senadora Rosalba Ciarlini..	387	DEMÓSTENES TORRES	
Apoio às saudações à décima primeira Marcha dos Prefeitos a Brasília. Aparte à Senadora Kátia Abreu.....	613	Parecer nº 313, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 338, de 2007 (nº 172/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Vizinhança de Difusão Comunitária de Águas Lindas de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas Lindas de Goiás, Estado de Goiás.....	506
CÉSAR BORGES		Parecer nº 319, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 378, de 2007 (nº 279/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Goiatuba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goiatuba, Estado de Goiás.....	528

IV

	Pág.		Pág.
EDUARDO AZEREDO			
Homenagem ao jornal mineiro Estado de Minas, pelo transcurso dos seus 80 anos de fundação.....	2	os decanos que faziam parte do Conselho da Fundação Universidade de Brasília, para que sejam investigadas as denúncias de corrupção.....	46
Requerimento nº 419, de 2008, que requer inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do reitor da Unifenas, Edson Antônio Velano, em 29 de março de 2008.....	31	Requerimento nº 434, de 2008, que requer a necessária autorização para desempenhar missão no exterior, por indicação desta Presidência para participar, como representante do Senado Federal, no “Amazon Private Meeting” que terá lugar na Clarence House, em Londres, Inglaterra. Comunica que estará ausente do País no período de 25 e 30 de abril de 2008, para o desempenho desta missão..	361
Criticas ao governo do PT por suas contradições aos movimentos dos trabalhadores, ao querer corta o ponto dos funcionários públicos em greve.	408		
Alerta para a necessidade de planejamento e melhoria do transporte urbano nas metrópoles brasileiras.	408	ELISEU RESENDE	
Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2008, que denomina “Rodovia Guimarães Rosa” o trecho da rodovia BR-135 entre o entroncamento com a rodovia BR-040, no Município de Curvelo, e Januário, no Estado de Minas Gerais.....	490	Homenagem ao jornal mineiro Estado de Minas, pelo transcurso dos seus 80 anos de fundação.	17
Requerimento nº 440, de 2008, tendo sido autorizado por Vossa Excelência para representar o Senado Federal na Cerimônia oficial do “Ano de Intercâmbio Japão-Brasil/Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, a realizar-se na cidade de Tóquio no Japão, no dia 24 de Abril de 2008, requer licença dos trabalhos da Casa no período de 22 a 26 de Abril do corrente, para desempenhar a mencionada missão. Comunica que estará ausente do País no período de 20-4 a 4-5 de 2008.....	584	Parecer nº 312, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 325, de 2007 (nº 184, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores da Vila Santo Antônio e Vizinhos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Andradas, Estado de Minas Gerais.....	503
Comentários da exposição feita na Comissão de Assuntos Econômicos sobre os <i>royalties</i> que ficou uma duvida sobre a porcentagem destinada a Marinha.....	626	Parecer nº 316, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2007 (nº 209/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Cultura e Arte de Aimorés – MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aimorés, Estado de Minas Gerais.....	517
EDUARDO SUPLICY			
Associação à Homenagem ao jornal mineiro Estado de Minas, pelo transcurso dos seus 80 anos de fundação. Aparte ao Senador Paulo Duque.	28	Parecer nº 317, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2007 (nº 213/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Novos Tempos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais.....	520
Requerimento nº 418, de 2008, que requer a criação de um “Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar” pela vida da ex-senadora Ingrid Betancourt. Nesse dia, 23 de abril de 2008, em todos os parlamentos do mundo haveria debates e apelos para que a vida, a integridade e a liberdade da senadora Bittencourt sejam asseguradas. Requeremos, ainda, que o Presidente do Senado Federal, senador Garibaldi Alves Filho, através da Mesa Diretora e de sua assessoria internacional, divulgue de imediato esta decisão junto a todos os parlamentos de todas as nações que compõem a família da humanidade neste início do século XXI.	31	EXPEDITO JÚNIOR	
Comunica que estão afastados, por sessenta dias, o Reitor Timothy Mulholland, o Vice-Reitor e		Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.	332
		Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2008, que concede isenção do Imposto sobre Produtos	

	Pág.		Pág.
Industrializados (IPI) na aquisição de embarcações, exceto as recreativas e as esportivas.....	333	formática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 479, de 2007 (nº 316, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos de Novo Progresso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Novo Progresso, Estado do Pará.....	561
Relato sobre visita a diversos municípios de Rondônia.....	371	Parecer nº 331, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 485, de 2007 (nº 267/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Filadélfia – ACCFI, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tucuruí, Estado do Pará.....	572
Considerações a falta de transparência e de critérios objetivos pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.....	371	Apoio às homenagens feitas pelo transcurso dos 56 anos de atuação no Brasil do Lyons Clube. Aparte ao Senador César Borges.	595
Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2008, que acrescenta dispositivos aos arts. 31 e 55 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da administração Pública e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de estipulação de domicílio bancário para os contratados, de forma a facilitar-lhes o acesso ao crédito.....	494	Registro da realização do Terceiro Encontro Regional do PSDB, na cidade de Santarém - PA..	596
Registro de aprovação da emenda de autoria de S.Exa. que trata do fundo de recursos emergenciais para reforço à segurança de fronteira.	633	Considerações sobre a situação do Hospital Regional de Santarém.....	596
FÁTIMA CLEIDE		Homenagem aos prefeitos que participaram da Marcha à Brasília, com destaque aos prefeitos paraenses.....	596
Defesa da criação de fóruns de debates específicos, em busca de soluções para os problemas educacionais brasileiros.	273	Críticas ao Governo do Pará e a atuação do MST no Pará.....	596
Registro da presença em Brasília, de integrantes dos Movimentos Sociais pela Terra, Abril Indígena, Prefeitos Municipais e Delegados da primeira Conferência Nacional de Educação Básica.	273	Registro da visita do prefeito da cidade de Paragominas, Adnan Demachki, na tribuna de honra do Plenário do Senado e receber mais um reconhecimento de que Paragominas é um município modelo na questão ambiental.....	628
FLÁVIO ARNS		Registro do Editorial intitulado “Dilma fala”, publicado pelo jornal <i>Folha de S.Paulo</i> em sua edição de 04 de abril de 2008.....	769
Parecer nº 308, de 2008, da Comissão de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Lei do Senador nº 591, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (Lei da Comissão de Serviço Público) e 8.977, de 6 de janeiro de 1995, pra conceder direito á compensação, no prazo de quarenta dias, em conta ulterior, do valor correspondente ao do período de suspensão dos serviços que disciplinam.....	326	FRANCISCO DORNELLES	
FLEXA RIBEIRO		Parecer nº 326, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo Nº 469, de 2007 (nº 328/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à rádio Ultra FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro.	554
Registro da matéria intitulada “Se pudesse, faria mudança por decreto, diz Lula”, publicada no jornal O Estado de S.Paulo, edição de 28 de fevereiro de 2008.....	423	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	
Parecer nº 328, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e In-		Considerações ao discurso do Senador Papaléo Paes referente à crise a Previdência Social. Aparte ao Senador Papaléo Paes.	233
		Apoio ao Senador Papaléo Paes pelo seu discurso. Aparte ao Senador Papaléo Paes.	233

	Pág.		Pág.
Considerações ao discurso do Senador Pedro Simon referente à violência urbana. Aparte ao Senador Pedro Simon.	259	de 2008 (nº 163/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Canaã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo.	576
Apoio ao discurso proferido pelo Senador Papaléo Paes com referencia a importância do Parlamento Amazônico. Aparte ao Senador Papaléo Paes.	283	Apelo às autoridades competentes para que alterem a portaria que proíbe a venda de carros populares movidos a diesel, no mercado nacional....	603
Lembrança dos 17 anos do MERCOSUL. Protesto à atitudes de Ministros de Estado em relação à Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL. Renúncia de S.Exa. do cargo de Presidente da Representação Brasileira do MERCOSUL.	291	GILVAM BORGES	
Considerações sobre artigo publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , envolvendo toda a polêmica sobre a Lei de Imprensa no Brasil.	345	Requerimento nº 441, de 2008, que requer licença para tratamento de saúde, conforme laudo médico anexo, pelo prazo de 130 dias, a partir de 17 de abril do corrente.	584
Parecer nº 338, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a aprovação do Senhor José Fiúza Neto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o Cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné.	639	GIM ARGELLO	
GERSON CAMATA		Parecer nº 341, de 2008, de Plenário, favorável a matéria e mérito da matéria da medida provisória nº 406, de 2007, que abre crédito extraordinário em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global um bilhão duzentos e cinquenta milhões, setecentos e trinta e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais, para os fins que especifica.	725
Comentário sobre matéria publicada no jornal Valor Econômico, sobre a economia do Espírito Santo que sofreu um índice de crescimento expressivo nos últimos anos.	265	HERÁCLITO FORTES	
Alerta sobre a falta de mão-de-obra especializada no País.	265	Apelo para que seja colocado em pauta a matéria da incorporação do Banco do Estado do Piauí junto ao Banco do Brasil para que seja destinado uma verba de 180 milhões para obras da Ponto Santa Filomena no Estado do Piauí.	675
Apoio ao discurso proferido pelo Senador Paulo Paim sobre a participação no Fórum de Mulheres Brasil-África. Aparte ao Senador Paulo Paim.	336	IDELI SALVATTI	
Registro do transcurso, ontem, do Dia Internacional do Café, destacando a importância do Estado do Espírito Santo como segundo maior produtor de café do País.	341	Registro da abertura da décima primeira Marcha dos Prefeitos ocorrida em Brasília.	357
Apoio à Senadora Kátia Abreu por seu pronunciamento referente aos portos brasileiros. Aparte à Senadora Kátia Abreu.	405	Lamento por fatos ocorridos hoje na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.	357
Projeto de lei do Senado nº 132, de 2008, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na região leste do Estado do Espírito Santo.	458	Apelo ao Senador Arthur Virgílio para que retire requerimento de oitiva da CCJ a projeto que trata da cobrança de ISS sobre a atividade de leasing.	357
Projeto de lei do Senado nº 133, de 2008, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no município de Colatina, no Estado do Espírito Santo.	474	Parecer nº 310, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 278, de 2007 (nº 2.186/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização a Associação Rádio Comunitária de Dionísio Cerqueira – ARCOM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina.	496

Pág.		Pág.
	Parecer nº 311, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 294, de 2007 (nº 115/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o a o que renova a concessão outorgada à Rádio Aliança Ltda. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina...	
499		
	Parecer nº 314, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 339, de 2007 (nº 173/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Pomerode Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pomerode, Estado de Santa Catarina...	
510		
	Parecer nº 315, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2007 (nº 152/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Amigos de Porto Belo – SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Belo, Estado de Santa Catarina.....	
513		
	Parecer nº 318, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2007 (nº 261/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Rio Negrinho Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina.....	
524		
	Parecer nº 320, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2007 (nº 162) 2007, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Videira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina.....	
532		
	Parecer nº 321, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 409, de 2007 (nº 288, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Momento FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina.....	
536		
	Agradecimentos à ONU pela inclusão do nome de S.Exa., dentre 26 personalidades brasileiras, para serem ouvidas sobre a realidade da democracia no País.....	
591		
	Regozijo pela aprovação, hoje, na CCJ, da proposta de emenda à Constituição sobre a desvinculação da DRU para a educação.	591
	Apelo ao Senador Arthur Virgílio para que seja retirado o requerimento de manifestação da Comissão e Constituição Justiça no Projeto nº 266, de minha autoria, que trata da cobrança do ISS nos arrendamentos mercantis, nos <i>leasings</i>	625
	JARBAS VASCONCELOS	
	Requerimento nº 423, de 2008, requer que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.....	33
	Parecer nº 335, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a aprovação do Senhor Raul Campos e Castro, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos.....	625
	JAYME CAMPOS	
	Registro da instalação hoje, da Comissão Temporária Externa destinada a verificar, in loco, o risco ambiental em que vivem os 31 municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial - INPE, em seu “mapa do desmatamento”.....	146
	Elogios a declarações do Ministro Gilmar Mendes, do STF, sobre a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.	400
	Críticas a declarações do Ministro Paulo Bernardo em relação ao aumento dos aposentados. .	400
	Apoio às saudações à décima primeira Marcha dos Prefeitos a Brasília. Aparte à Senadora Kátia Abreu.....	615
	JEFFERSON PÉRES	
	Cumprimentos à Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, pelo posicionamento contrário à proposta de terceiro mandato ao Presidente Lula...	606
	JOÃO DURVAL	
	Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2008, que altera o inciso III do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto de Renda da Pessoa Física os rendimentos auferidos a título de pensão alimentar.....	491

VIII

	Pág.		Pág.
JOÃO PEDRO			
Registro da participação de S.Exa. em reunião do Parlamento Amazônico.....	201	deral e ex-vice-governador da Bahia, Eraldo Tinoco de Melo: inserção em ata de um voto de profundo pesar; apresentação de condolências à família e ao Estado.....	358
Registro de reunião com pesquisadores em um centro de pesquisa da Petrobrás, em Manaus, sobre a implantação de projeto piloto de cultivo do dendê para recuperar terras amazônicas degradadas e improdutivas.....	279	Considerações sobre a necessidade de se discutir as matérias e para que possam manter os acordos de votação.....	670
Considerações sobre manifestação do relator especial da ONU para Direitos à Alimentação, Sr. Jean Ziegler.....	369	Comentários sobre a discussão da nova tramitação para medida provisória que está na Câmara e que vem participando de entendimentos entre a Câmara e o Senado para que medida provisória não sirva de instrumentos para créditos extraordinários.	674
Registro do deslocamento do navio-hospital Oswaldo Cruz, da Marinha brasileira, para atender um pleito das comunidades indígenas do Rio Javari, no Município de Atalaia do Norte.	369	JOSÉ MARANHÃO	
JOÃO TENÓRIO			
Parecer nº 330, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 481, de 2007 (nº 329, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Piranhas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piranhas, Estado de Alagoas.....	568	Solidariedade às vítimas das enchentes que assolam a Paraíba e, comentário sobre a realidade do semi-árido nordestino.	47
JOÃO VICENTE CLAUDINO			
Preocupação com as condições de vida das pessoas portadoras de necessidades especiais...	149	Requerimento nº 447, de 2008, que requer a realização de Sessão Especial para homenagear o ex- presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador Humberto Lucena, no transcurso do 10º ano de seu falecimento.....	587
JOSÉ AGRIPINO			
Informa que o DEM indicou os Senadores Demóstenes Torres e Efraim Moraes, como titulares, e a Senadora Kátia Abreu, como suplente, para compor a CPI do Senado que vai investigar os cartões corporativos.	54	Comunicação à Casa de encaminhamento à Mesa requerimento para homenagear o a memória do Senador Humberto Coutinho de Lucena, pelo transcurso de 10º aniversário de seu falecimento.	638
Reflexão sobre a “seca de empregos” que assola o Piauí e o Rio Grande do Norte.....	351	JOSÉ NERY	
Continuação de pronunciamento acerca da “seca de empregos” que assola o Piauí e o Rio Grande do Norte.....	354	Apoio às homenagens feitas pelo transcurso dos 56 anos de atuação no Brasil do Lyons Clube. Aparte ao Senador César Borges.	595
Preocupação com os prejuízos à economia do Rio Grande do Norte decorrentes das chuvas.	354	Apoio aos índios da reserva Raposa Serra do Sol. Saudação à realização de mais um Acampamento Terra Livre, do Movimento Indígena Nacional.	604
Voto de pesar pelo falecimento hoje do ex-deputado federal, ex vice-governador da Bahia e ex-ministro da Educação Eraldo Tinoco.	358	Saudação aos prefeitos pela décima primeira Marcha Nacional à Brasília.....	604
Requerimento nº 429, de 2008, que requer, de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do ex-deputado fe-		JOSÉ SARNEY	
		Defesa da recriação da SUCAM, que desenvolvia atividades diretas de eliminação e controle de endemias.	298
		KÁTIA ABREU	
		Requerimento nº 439, de 2008, que solicita ao Ministro de Estado da Integração Nacional informações sobre os projetos de irrigação em execução no Estado do Tocantins.....	362
		Apresenta requerimento de informações ao Ministro Geddel Vieira, da Integração Nacional, so-	

	Pág.		IX Pág.
bre repasses de recursos federais para os projetos de irrigação em execução no Estado de Tocantins.	374		
Críticas a declarações do Ministro Paulo Bernardo em relação ao aumento dos aposentados. .	403		
Considerações sobre a situação dos portos brasileiros.	403	Destaque aos problemas enfrentados por agricultores do Piauí. Protesto contra a caducidade do ato de criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Parnaíba, no Piauí, em julho do corrente ano.....	348
Saudação à décima primeira Marcha dos Prefeitos a Brasília.....	611	Apoio ao Senador Jayme Campos por seu pronunciamento fazendo referencia ao aumento dos aposentados. Aparte ao Senador Jayme Campos.	401
LÚCIA VÂNIA		Indignação com o pronunciamento do Ministro Paulo Bernardo, que chamou os parlamentares de irresponsáveis.....	589
Apoio à Senadora Kátia Abreu por seu pronunciamento referente aos portos brasileiros. Aparte à Senadora Kátia Abreu.	406	MARCELO CRIVELLA	
Comentários a respeito da décima primeira Marcha à Brasília em Defesa dos Municípios.....	406	Requerimento nº 435, de 2008, que requer a retirada da Emenda oferecida ao PLC nº 123, de 2006, que “altera dispositivos da lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1996, que regula o exercício profissional das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo, e dá outras providências, para instituir a representação federal no plenário do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia”	361
Apoio às saudações à décima primeira Marcha dos Prefeitos a Brasília. Aparte à Senadora Kátia Abreu.	615	Parecer nº 327, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2007 (nº 304/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Paraíso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	557
MÃO SANTA		MARCO MACIEL	
Homenagem ao jornal mineiro Estado de Minas, pelo transcurso dos seus 80 anos de fundação.	20	Solicitação que seja feita a transcrição do artigo “20 anos sem Antônio Farias”, de autoria de Gustavo Krause, publicado no <i>Jornal do Comércio</i> , de 5 de abril de 2008.	266
Comentários sobre a situação de abandono em que se encontram as estradas do Piauí.	202	MARCONI PERILLO	
Comentários as declarações do Presidente Lula.....	202	Parecer nº 309, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra Estrutura, sobre a Mensagem nº 51, de 2008, (nº 91/2008, na origem) que Submete à apreciação do Senador Federal, o nome do Senhor Mário Rodrigues Junior, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.....	330
Apelo à Câmara dos Deputados para que confirme a decisão de aprovação, pelo Senado, de projetos que beneficiam aposentados e pensionistas.....	253	Apoio à Senadora Kátia Abreu por seu pronunciamento. Aparte à Senadora Kátia Abreu.	403
Apoio e considerações ao discurso proferido pelo Senador Paulo Paim. Aparte ao Senador Paulo Paim.....	277	Requerimento nº 442, de 2008, que requer autorização para ausentar-se dos trabalhos desta Casa nos dias 29 e 30 de abril de 2008, ocasião em	
Homenagem a Brasília que no próximo dia 21 completará 48 anos.	287		
Comentários sobre o movimento dos estudantes da UNB.	287		
Apoio ao Senador Geraldo Mesquita Júnior por seu pronunciamento referente ao Mercosul. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	293		
Apoio ao Senador Mário Couto por seu pronunciamento referente aos interesses dos aposentados e pensionistas. Aparte ao Senador Mário Couto.	296		
Considerações ao discurso proferido pelo Senador José Sarney. Aparte ao Senador José Sarney.....	300		
Críticas ao envolvimento da Polícia Federal no caso do dossiê.....	348		

	Pág.		Pág.
que estarei representando o Senado no Seminário Nacional “Violência: Uma Epidemia Silenciosa”, na condição de palestrante. O evento será realizado em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul...	584	de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Afeganistão.....	622
MÁRIO COUTO		NEUTO DE CONTO	
Apoio ao Senador João Pedro por sua postura e raciocínio em relação a matéria dos aposentados. Aparte ao Senador João Pedro.	279	Preocupação com as dificuldades financeiras por que passam os agricultores brasileiros. Defesa da renegociação das dívidas rurais.....	49
Solidariedade ao Senador Geraldo Mesquita Júnior na discussão do Mercosul.	295	OSMAR DIAS	
Comemoração pela aprovação de projeto de lei de interesse dos aposentados e pensionistas. .	295	Comentários sobre declarações do relator especial da ONU, Jean Ziegler, sobre a crise de alimentos que pode se abater sobre o mundo.....	365
Protesto contra demora na entrega à população do Hospital Regional Público do Oeste, localizado em Santarém-PA.	295	Apoio a Marcha dos Prefeitos por uma distribuição melhor dos recursos para a solução dos problemas financeiros dos Municípios.....	619
Registro da matéria intitulada “Há espaço para crescer sem a pressão inflacionária”, publicada no jornal O Estado de S.Paulo, edição de primeiro de março de 2008.....	422	Encaminhamento de votação da matéria do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2008 que altera a redação da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para dar novo prazo à aposentadoria especial de trabalhador rural empregado e para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual, o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991, e trata do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003 (proveniente da Medida Provisória nº 385, de 2007).....	672
Indignação com a situação do hospital de Santarém, que ainda não entrou em funcionamento. Críticas à Governadora Ana Júlia Carepa.	592	PAPALÉO PAES	
MOZARILDO CAVALCANTI		Apoio ao Senador Paulo Paim por seu pronunciamento referente ao fator previdenciário. Aparte ao Senador Paulo Paim.	231
Registro da realização, hoje e amanhã, do sexto Encontro do Parlamento Amazônico, no Amapá.....	188	Protesto contra notícias veiculadas pela imprensa, atribuindo ao Senado à culpa do agravamento da crise financeira da Previdência Social..	233
Abordagem sobre a decisão do STF acerca da desocupação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.....	188	Lamento pelo sucateamento das Forças Armadas brasileiras.	233
Apoio ao Senador Paulo Paim por seu pronunciamento referente ao fator previdenciário. Aparte ao Senador Paulo Paim.	231	Realização do sexto Encontro do Parlamento Amazônico Brasileiro, em Macapá-AP. Defesa da importância do Parlamento Amazônico.	282
Apoio ao Senador Papaléo Paes por seu pronunciamento referente ao sucateamento das Forças Armadas Brasileiras. Aparte ao Senador Papaléo Paes.....	235	Registro da realização da quadragésima sexta Assembléia-Geral da CNBB.	343
Comentário sobre entrevista concedida pelo Senador Tião Viana à revista Istoé. Registro do artigo “A banalização da safadeza”, do jornalista Augusto Nunes.	238	Registro da matéria intitulada “Hora de prestar contas”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 5 de março de 2008.....	414
Considerações ao discurso do Senador Pedro Simon referente á violência urbana. Aparte ao Senador Pedro Simon.	261	Expectativas com relação ao cumprimento por parte do Governo, do acordo firmado em torno do aumento salarial dos militares dos ex-Territórios...	607
Parecer nº 334, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a aprovação do Senhor Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Paquistão e, cumulativamente, o		Registro da Matéria intitulada “A caixa-preta dos comunistas”, publicada pela revista <i>Veja</i> em sua edição de 15 de março de 2008.	765

PAULO DUQUE

Homenagem ao jornal mineiro Estado de Minas, pelo transcurso dos seus 80 anos de fundação.....	27
Comentários aos pronunciamentos da Senadora Rosalba Ciarlini e dos Senadores Expedido Júnior e Carlos Dunga, referente às que vem acontecendo no Nordeste por conta das enchentes.....	388

PAULO PAIM

Referências à aprovação, ontem, de dois projetos de interesse dos aposentados e pensionistas..	198
Considerações sobre a repercussão do pronunciamento de S.Exa. sobre o fim do foro privilegiado.	198
Apelo ao governo chinês pela paz no Tibete.	228
Sustentação da decisão do Senado Federal que aprovou o Projeto de Lei do Senado 296, de 2003, que extingue o fator previdenciário.	228
Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição 10, que “fixa a idade mínima”.	228
Considerações ao discurso do Senador Papaléo Paes referente à crise a Previdência Social. Aparte ao Senador Papaléo Paes.	234
Considerações ao discurso proferido pelo Senador Mozarildo Cavalcanti. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.	243
Defesa da aprovação de projetos de lei que elevam o valor dos benefícios da Previdência Social. ...	274
Menção à decisão do Superior Tribunal de Justiça, determinando à AMIL, o cancelamento de reajuste em plano de saúde de uma senhora.	274
Destaque para o papel desempenhado pela OIT desde sua fundação, em 1919.....	274
Referências à sessão de homenagem pelo transcurso dos 200 anos da Justiça brasileira, ocasião em que se homenageou a Ministra Ellen Gracie, do STF..	335
Participação no Fórum de Mulheres Brasil-África e os seus Desafios neste Milênio.....	335
Apoio ao Senador Jayme Campos por seu pronunciamento fazendo referencia ao aumento dos aposentados. Aparte ao Senador Jayme Campos.	402
Comemoração, no dia 18 do corrente mês, do Dia Nacional do Livro Infantil.....	771
Cumprimentos à segunda colocada no concurso Miss Brasil 2008, Vanessa Vidal, que é deficiente auditiva, bem como à vencedora, a gaúcha Natália Anderle.....	771
Registro da coleta de assinatura pelas sindicais trabalhistas, em apoio à proposta de emenda Constitucional que reduz a jornada semanal de trabalho sem redução de salários.....	771

PEDRO SIMON

Considerações ao discurso proferido pelo Senador Mozarildo Cavalcanti. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.	239
Indignação com a corrupção que se alastra pelo País e com a violência urbana.....	257

RAIMUNDO COLOMBO

Repúdio ao veto presidencial a dispositivo que atribuíra ao Tribunal de Contas da União a fiscalização de recursos repassados às centrais sindicais.	145
Registro da décima primeira Marcha dos Prefeitos a Brasília. Críticas à distribuição da arrecadação tributária.....	608

RENATO CASAGRANDE

Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2008, que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, para reinstaurar a cobrança de imposto de renda sobre rendimentos de títulos públicos para não residentes.....	33
Reflexão sobre o Programa Nacional de Banda Larga.....	147
Registro de que a CCJ tomou a decisão de determinar que qualquer recurso repassado a ONGs seja por meio de convênios, que se dê transparência a esses recursos repassados às instituições... ..	618
Registro da votação realizada na Câmara dos Deputados, na Comissão especial que analisava a proposta de emenda à Constituição que trata da regulamentação de edição de medidas provisória.	629
Parecer nº 340, de 2008, de Plenário, sobre a medida provisória nº 405, de 2007 com relação aos pressupostos de urgência e relevância, voto favorável à urgência e a relevância da matéria, que trata de um crédito extraordinário de 5.455.677.660,00 (cinco bilhões, quatrocentos e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e sete mil e seiscentos e sessenta reais).	675

ROMERO JUCÁ

Registro sobre atividades desenvolvidas no Estado de Roraima, em razão do conflito na reserva indígena Raposa Serra do Sol e reunião de S.Exa. com o Ministro da Justiça.	305
Confirmação da presença da Ministra Dilma Rousseff, dia 29 de abril de 2008, no Senado para falar sobre o PAC.....	305

	Pág.		Pág.
Lançamento pelo Ministério da Cultura de programa de reestruturação dos museus nacionais com destaque para a promoção, em nível nacional, do Prêmio Darcy Ribeiro.....	306	de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito e, cumulativamente o de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Eritreia e na República Democrática Somali, desde que obtidos os agréments dos governos desses países.....	628
Esclarecimento sobre o acordo pactuado com as bancadas dos ex-Territórios para o reajuste dos salários dos policiais e bombeiros no momento em que houver o reajuste dos militares do Governo Federal.	610	Parecer nº 337, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a aprovação da escolha do Senhor Edgard Antonio Casciano, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à república Árabe da Síria.....	632
Parecer nº 339, de 2008, de Plenário, que dá parecer pela não-urgência da Medida provisória nº 385, por conta de outros dispositivos que encaminharão e ensejarão a solução da questão que esta colocada nessa medida provisória.	670	ROSALBA CIARLINI	
Apelo para que possa ser cumprido o acordo e votar simbolicamente as Medidas Provisórias de Crédito.	674	Preocupação com os prejuízos à economia do Rio Grande do Norte decorrentes das chuvas.	187
Considerações sobre o Prêmio Mário de Andrade, promovido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.....	770	Considerações ao discurso proferido pelo Senador José Agripino sobre os prejuízos à economia do Rio Grande do Norte. Aparte ao Senador José Agripino...	355
ROMEU TUMA		Requerimento nº 432, de 2008, que requer, de acordo com as tradições da Casa, voto de louvor a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRGN, por seu cinqüentenário.	360
Parecer nº 323, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 445, de 2007 (nº 125/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão e Comunicação Comunitária de Águas de Lindóia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas de Lindóia, Estado de São Paulo.....	544	Requerimento nº 433, de 2008, que requer, de acordo com as tradições da Casa, voto de louvor aos 175 anos de Emancipação Política da cidade de ACARI, município do Rio Grande do Norte.	360
Parecer nº 324, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 451, de 2007 (nº 214, 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Schappo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miguelópolis, Estado de São Paulo.....	548	Apoio ao Senador Carlos Dunga por seu pronunciamento fazendo referencia às calamidades públicas. Aparte ao Senador Carlos Dunga.....	385
Parecer nº 325, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 457, de 2007 (nº 281 de 2007, Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Nova Amparo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Amparo, Estado de São Paulo.	551	Reiteração de apelo em favor das populações atingidas pelas cheias na região Nordeste.....	386
Apoio às saudações à décima primeira Marcha dos Prefeitos a Brasília. Aparte à Senadora Kátia Abreu.	613	Apelo pela continuidade da renegociação de dívidas agrícolas e para que parem com as execuções de cobranças das dividas aos agricultores que não tem condições nenhuma de pagar essa divida diante das calamidades.....	386
Parecer nº 336, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a aprovação da escolha do Senhor Cesário Melantônio Neto, ministro de primeira Classe da Carreira		Apoio às saudações à décima primeira Marcha dos Prefeitos a Brasília. Aparte à Senadora Kátia Abreu.	614
		Considerações e apoio a Marcha dos Prefeitos por uma distribuição melhor dos recursos para a solução dos problemas financeiros dos Municípios.	626
		SÉRGIO GUERRA	
		Requerimento nº 426, de 2008, que requer solicitação de licença para desempenhar a designação para integrar a delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em viagem oficial ao Japão, para cumprir agenda de eventos relativos ao centenário da imigração japonesa no	

	Pág.		Pág.
Brasil e ao Ano do Intercâmbio Japão-Brasil, com saída do Brasil no dia 19 e retorno no dia 26 de abril próximo, Comunica, por oportuno, que estará ausente do país neste mesmo período.	325	TIÃO VIANA	
Registro da matéria intitulada “Hora de escancarar a porteira”, publicada na revista Veja, edição de 30 de janeiro de 2008.	420	Requerimento nº 424, de 2008, que requer autorização para desempenhar missão no exterior, por indicação desta Presidência para participar, como representante do Senado Federal, conforme convite anexo, da programação do “Amazon Private Meeting” – Clarence House, em Londres. Na oportunidade, comunica a Vossa Excelência que se ausentará do País no período de 25 a 30 de abril de 2008, para o desempenho desta missão.	272
Registro da matéria intitulada “País é lanterninha dos emergentes”, publicada pelo jornal <i>O Estado de São Paulo</i> em sua edição de 13 de março de 2008.	767	Saudação aos oficiais da Marinha, do Exército e da Aeronáutica que visitam o plenário do Senado.	375
SÉRGIO ZAMBIASI		Convite às homenagens que serão prestadas ao Senador Antonio Carlos Magalhães, pois será inaugurada a galeria com o nome dele.	639
Premência da discussão e aprovação de medidas capazes de frear a violência praticada por jovens.	52	Pedido de reconsideração ao Senador Arthur Virgílio sobre o encaminhamento que fez, para que amanhã o Supremo não interfira na solução do impasse das medidas provisórias entre o Senado e o Poder Executivo.	674
Parecer nº 329, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 480, de 2007 (nº 317/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parobé, Estado do Rio Grande do Sul.	565	VALDIR RAUPP	
Parecer nº 342, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre a Emenda da Câmara dos Deputados ao projeto de Lei do Senado nº 340, de 1999 (nº 2.669/200, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Imigrante Italiano e dá outras providências.	763	Solidariedade à décima primeira Marcha dos Prefeitos.	610
SIBÁ MACHADO		Expectativa do cumprimento do acordo feito pelo governo em benefício dos policiais dos ex-Territórios.	610
Leitura de nota do Senador João Tenório, presidente da Subcomissão de Biocombustíveis, contestando declarações do representante da ONU, para o Direito à Alimentação, Sr. Jean Ziegler.	301	VALT ER PEREIRA	
Requerimento nº 430, de 2008, sobre (o requerimento nº 7, de 2008 – CCJ) que requer a tramitação em conjunto das seguintes proposições: PLS nº 96, de 2008; PLS nº 503, de 2003; PLS nº 98, de 2002; e, PLS nº 60, de 2008, por regulamentar a mesma matéria.	359	Parecer nº 322, de 2008, da comissão de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 419, de 2007 (nº 148/444 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização ao Governo do Estado de Mato Grosso para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.	539
Homenagem pelo bicentenário do Poder Judiciário independente no Brasil.	367	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	
Requerimento nº 443, de 2008, que requer a realização de Sessão Especial do Senado Federal, no dia 03 de julho de 2008, destinada a comemorar os 30 anos do Tratado de Cooperação Amazônica - TCA. ...	584	Homenagem ao jornal mineiro Estado de Minas, pelo transcurso dos seus 80 anos de fundação.	18
TASSO JEREISSATI		Registro de três eventos ocorridos no último dia 7: o Dia do Jornalista, o centenário de fundação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a concessão da medalha de honra ao mérito ao jornal Correio de Uberlândia pela comemoração dos seus 70 anos.	202
Voto de pesar pelo falecimento hoje do ex-deputado federal, ex vice-governador da Bahia e ex-ministro da Educação Eraldo Tinoco.	362		